Comitê Científico Internacional da UNESCO para Redação da História Geral da África

HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA • I

Metodologia e pré-história da África

Coleção História Geral da África da UNESCO

Volume I	Metodologia e pré-história da África (Editor J. Ki-Zerbo)
Volume II	África antiga (Editor G. Mokhtar)
Volume III	África do século VII ao XI (Editor M. El Fasi) (Editor Assistente I. Hrbek)
Volume IV	África do século XII ao XVI (Editor D. T. Niane)
Volume V	África do século XVI ao XVIII (Editor B. A. Ogot)
Volume VI	África do século XIX à década de 1880 (Editor J. F. A. Ajayi)
Volume VII	África sob dominação colonial, 1880-1935 (Editor A. A. Boahen)
Volume VIII	África desde 1935 (Editor A. A. Mazrui) (Editor Assistente C. Wondji)

Comitê Científico Internacional da UNESCO para Redação da História Geral da África

HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA • I

Metodologia e pré-história da África

EDITOR JOSEPH KI-ZERBO

Esta versão em português é fruto de uma parceria entre a Representação da UNESCO no Brasil, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação do Brasil (Secad/MEC) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Título original: *General History of Africa, I*: Methodology and African Prehistory. Paris: UNESCO; Berkley, CA: University of California Press; London: Heinemann Educational Publishers Ltd., 1981. (Primeira edição publicada em inglês).

Coordenação geral da edição e atualização: Valter Roberto Silvério
Preparação de texto: Eduardo Roque dos Reis Falcão
Revisão técnica: Kabengele Munanga
Revisão e atualização ortográfica: Cibele Elisa Viegas Aldrovandi
Projeto gráfico e diagramação: Marcia Marques / Casa de Ideias; Edson Fogaça e Paulo Selveira / UNESCO no Brasil

História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África / editado por Joseph Ki-Zerbo. – 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010.
992 p.

ISBN: 978-85-7652-123-5

1. História 2. Pré-história 3. Historiografia 4. Métodos históricos 5. Tradição oral 6. História africana 7. Culturas africanas 8. Arqueologia 9. Línguas africanas 10. Artes africanas 11. Norte da África 12. Leste da África 13. Oeste da África 14. Sul da África 15. África Central 16. África I. Ki-Zerbo, Joseph II. UNESCO III. Brasil. Ministério da Educação IV. Universidade Federal de São Carlos

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)
Representação no Brasil
SAUS, Quadra 5, Bloco H, Lote 6, Ed. CNPq/IBICT/UNESCO, 9º andar
70070-912 – Brasília – DF – Brasil
Tel.: (55 61) 2106-3500
Fax: (55 61) 3322-4261
Site: www.unesco.org/brasilia
E-mail: grupoeditorial@unesco.org.br

Ministério da Educação (MEC)
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC)
Esplanada dos Ministérios, Bl. L, 2º andar
70047-900 – Brasília – DF – Brasil
Tel.: (55 61) 2022-9217
Fax: (55 61) 2022-9020
Site: http://portal.mec.gov.br/index.html

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Rodovia Washington Luis, Km 233 – SP 310
Bairro Monjolinho
13565-905 – São Carlos – SP – Brasil
Tel.: (55 16) 3351-8111 (PABX)
Fax: (55 16) 3361-2081
Site: http://www2.ufscar.br/home/index.php

Impresso no Brasil

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

> "Outra exigência imperativa é de que a história (e a cultura) da África devem pelo menos ser vistas de dentro, não sendo medidas por réguas de valores estranhos... Mas essas conexões têm que ser analisadas nos termos de trocas mútuas, e influências multilaterais em que algo seja ouvido da contribuição africana para o desenvolvimento da espécie humana". J. Ki-Zerbo, História Geral da África, vol. I, p. LII.

A Representação da UNESCO no Brasil e o Ministério da Educação têm a satisfação de disponibilizar em português a Coleção da História Geral da África. Em seus oito volumes, que cobrem desde a pré-história do continente africano até sua história recente, a Coleção apresenta um amplo panorama das civilizações africanas. Com sua publicação em língua portuguesa, cumpre-se o objetivo inicial da obra de colaborar para uma nova leitura e melhor compreensão das sociedades e culturas africanas, e demonstrar a importância das contribuições da África para a história do mundo. Cumpre-se, também, o intuito de contribuir para uma disseminação, de forma ampla, e para uma visão equilibrada e objetiva do importante e valioso papel da África para a humanidade, assim como para o estreitamento dos laços históricos existentes entre o Brasil e a África.

O acesso aos registros sobre a história e cultura africanas contidos nesta Coleção se reveste de significativa importância. Apesar de passados mais de 26 anos após o lançamento do seu primeiro volume, ainda hoje sua relevância e singularidade são mundialmente reconhecidas, especialmente por ser uma história escrita ao longo de trinta anos por mais de 350 especialistas, sob a coordenação de um comitê científico internacional constituído por 39 intelectuais, dos quais dois terços africanos.

A imensa riqueza cultural, simbólica e tecnológica subtraída da África para o continente americano criou condições para o desenvolvimento de sociedades onde elementos europeus, africanos, das populações originárias e, posteriormente, de outras regiões do mundo se combinassem de formas distintas e complexas. Apenas recentemente, tem-se considerado o papel civilizatório que os negros vindos da África desempenharam na formação da sociedade brasileira. Essa compreensão, no entanto, ainda está restrita aos altos estudos acadêmicos e são poucas as fontes de acesso público para avaliar este complexo processo, considerando inclusive o ponto de vista do continente africano.

A publicação da Coleção da História Geral da África em português é também resultado do compromisso de ambas as instituições em combater todas as formas de desigualdades, conforme estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), especialmente no sentido de contribuir para a prevenção e eliminação de todas as formas de manifestação de discriminação étnica e racial, conforme estabelecido na Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial de 1965.

Para o Brasil, que vem fortalecendo as relações diplomáticas, a cooperação econômica e o intercâmbio cultural com aquele continente, essa iniciativa é mais um passo importante para a consolidação da nova agenda política. A crescente aproximação com os países da África se reflete internamente na crescente valorização do papel do negro na sociedade brasileira e na denúncia das diversas formas de racismo. O enfrentamento da desigualdade entre brancos e negros no país e a educação para as relações étnicas e raciais ganhou maior relevância com a Constituição de 1988. O reconhecimento da prática do racismo como crime é uma das expressões da decisão da sociedade brasileira de superar a herança persistente da escravidão. Recentemente, o sistema educacional recebeu a responsabilidade de promover a valorização da contribuição africana quando, por meio da alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e com a aprovação da Lei 10.639 de 2003, tornou-se obrigatório o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira no currículo da educação básica.

Essa Lei é um marco histórico para a educação e a sociedade brasileira por criar, via currículo escolar, um espaço de diálogo e de aprendizagem visando estimular o conhecimento sobre a história e cultura da África e dos africanos, a história e cultura dos negros no Brasil e as contribuições na formação da sociedade brasileira nas suas diferentes áreas: social, econômica e política. Colabora, nessa direção, para dar acesso a negros e não negros a novas possibilidades educacionais pautadas nas diferenças socioculturais presentes na formação do país. Mais ainda, contribui para o processo de conhecimento, reconhecimento e valorização da diversidade étnica e racial brasileira.

Nessa perspectiva, a UNESCO e o Ministério da Educação acreditam que esta publicação estimulará o necessário avanço e aprofundamento de estudos, debates e pesquisas sobre a temática, bem como a elaboração de materiais pedagógicos que subsidiem a formação inicial e continuada de professores e o seu trabalho junto aos alunos. Objetivam assim com esta edição em português da História Geral da África contribuir para uma efetiva educação das relações étnicas e raciais no país, conforme orienta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana aprovada em 2004 pelo Conselho Nacional de Educação.

Boa leitura e sejam bem-vindos ao Continente Africano.

Vincent Defourny
Representante da UNESCO no Brasil

Fernando Haddad
Ministro de Estado da Educação do Brasil

NOTA DOS TRADUTORES

A Conferência de Durban ocorreu em 2001 em um contexto mundial diferente daquele que motivou as duas primeiras conferências organizadas pela ONU sobre o tema da discriminação racial e do racismo: em 1978 e 1983 em Genebra, na Suíça, o alvo da condenação era o ***apartheid.***

A conferência de Durban em 2001 tratou de um amplo leque de temas, entre os quais vale destacar a avaliação dos avanços na luta contra o racismo, na luta contra a discriminação racial e as formas correlatas de discriminação; a avaliação dos obstáculos que impedem esse avanço em seus diversos contextos; bem como a sugestão de medidas de combate às expressões de racismo e intolerâncias.

Após Durban, no caso brasileiro, um dos aspectos para o equacionamento da questão social na agenda do governo federal é a implementação de políticas públicas para a eliminação das desvantagens raciais, de que o grupo afrodescendente padece, e, ao mesmo tempo, a possibilidade de cumprir parte importante das recomendações da conferência para os Estados Nacionais e organismos internacionais.

No que se refere à educação, o diagnóstico realizado em novembro de 2007, a partir de uma parceria entre a UNESCO do Brasil e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (SECAD/MEC), constatou que existia um amplo consenso entre os diferentes participantes, que concordavam, no tocante a Lei 10.639-2003, em relação ao seu baixo grau de institucionalização e sua desigual aplicação no território nacional. Entre

os fatores assinalados para a explicação da pouca institucionalização da lei estava a falta de materiais de referência e didáticos voltados à História de África.

Por outra parte, no que diz respeito aos manuais e estudos disponíveis sobre a História da África, havia um certo consenso em afirmar que durante muito tempo, e ainda hoje, a maior parte deles apresenta uma imagem racializada e eurocêntrica do continente africano, desfigurando e desumanizando especialmente sua história, uma história quase inexistente para muitos até a chegada dos europeus e do colonialismo no século XIX.

Rompendo com essa visão, a *História Geral da África* publicada pela UNESCO é uma obra coletiva cujo objetivo é a melhor compreensão das sociedades e culturas africanas e demonstrar a importância das contribuições da África para a história do mundo. Ela nasceu da demanda feita à UNESCO pelas novas nações africanas recém-independentes, que viam a importância de contar com uma história da África que oferecesse uma visão abrangente e completa do continente, para além das leituras e compreensões convencionais. Em 1964, a UNESCO assumiu o compromisso da preparação e publicação da *História Geral da África*. Uma das suas características mais relevantes é que ela permite compreender a evolução histórica dos povos africanos em sua relação com os outros povos. Contudo, até os dias de hoje, o uso da *História Geral da África* tem se limitado sobretudo a um grupo restrito de historiadores e especialistas e tem sido menos usada pelos professores/as e estudantes. No caso brasileiro, um dos motivos desta limitação era a ausência de uma tradução do conjunto dos volumes que compõem a obra em língua portuguesa.

A Universidade Federal de São Carlos, por meio do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros (NEAB/UFSCar) e seus parceiros, ao concluir o trabalho de tradução e atualização ortográfica do conjunto dos volumes, agradece o apoio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), do Ministério da Educação (MEC) e da UNESCO por terem propiciado as condições para que um conjunto cada vez maior de brasileiros possa conhecer e ter orgulho de compartilhar com outros povos do continente americano o legado do continente africano para nossa formação social e cultural.

CRONOLOGIA

Na apresentação das datas da pré-história convencionou-se adotar dois tipos de notação, com base nos seguintes critérios:

- Tomando como ponto de partida a época atual, isto é, datas B.P. (*before present*), tendo como referência o ano de +1950; nesse caso, as datas são todas negativas em relação a +1950.
- Usando como referencial o início da Era Cristã; nesse caso, as datas são simplesmente precedidas dos sinais - ou +.

No que diz respeito aos séculos, as menções "antes de Cristo" e "depois de Cristo" são substituídas por "antes da Era Cristã", "da Era Cristã".

Exemplos:

(i) 2300 B.P. = -350

(ii) 2900 a.C. = -2900
1800 d.C. = +1800

(iii) século V a.C. = século V antes da Era Cristã
século III d.C. = século III da Era Cristã

LISTA DE FIGURAS

PREFÁCIO

por *M. Amadou Mahtar M'Bow,*
Diretor Geral da UNESCO (1974-1987)

Durante muito tempo, mitos e preconceitos de toda espécie esconderam do mundo a real história da África. As sociedades africanas passavam por sociedades que não podiam ter história. Apesar de importantes trabalhos efetuados desde as primeiras décadas do século XX por pioneiros como Leo Frobenius, Maurice Delafosse e Arturo Labriola, um grande número de especialistas não africanos, ligados a certos postulados, sustentavam que essas sociedades não podiam ser objeto de um estudo científico, notadamente por falta de fontes e documentos escritos.

Se a *Ilíada* e a *Odisseia* podiam ser devidamente consideradas como fontes essenciais da história da Grécia antiga, em contrapartida, negava-se todo valor à tradição oral africana, essa memória dos povos que fornece, em suas vidas, a trama de tantos acontecimentos marcantes. Ao escrever a história de grande parte da África, recorria-se somente a fontes externas à África, oferecendo uma visão não do que poderia ser o percurso dos povos africanos, mas daquilo que se pensava que ele deveria ser. Tomando frequentemente a "Idade Média" europeia como ponto de referência, os modos de produção, as relações sociais tanto quanto as instituições políticas não eram percebidos senão em referência ao passado da Europa.

Com efeito, havia uma recusa a considerar o povo africano como o criador de culturas originais que floresceram e se perpetuaram, através dos séculos, por

vias que lhes são próprias e que o historiador só pode apreender renunciando a certos preconceitos e renovando seu método.

Da mesma forma, o continente africano quase nunca era considerado como uma entidade histórica. Em contrário, enfatizava-se tudo o que pudesse reforçar a ideia de uma cisão que teria existido, desde sempre, entre uma "África branca" e uma "África negra" que se ignoravam reciprocamente. Apresentava-se frequentemente o Saara como um espaço impenetrável que tornaria impossíveis misturas entre etnias e povos, bem como trocas de bens, crenças, hábitos e ideias entre as sociedades constituídas de um lado e de outro do deserto. Traçavam-se fronteiras intransponíveis entre as civilizações do antigo Egito e da Núbia e aquelas dos povos subsaarianos.

Certamente, a história da África norte-saariana esteve antes ligada àquela da bacia mediterrânea, muito mais que a história da África subsaariana mas, nos dias atuais, é amplamente reconhecido que as civilizações do continente africano, pela sua variedade linguística e cultural, formam em graus variados as vertentes históricas de um conjunto de povos e sociedades, unidos por laços seculares.

Um outro fenômeno que grandes danos causou ao estudo objetivo do passado africano foi o aparecimento, com o tráfico negreiro e a colonização, de estereótipos raciais criadores de desprezo e incompreensão, tão profundamente consolidados que corromperam inclusive os próprios conceitos da historiografia. Desde que foram empregadas as noções de "brancos" e "negros", para nomear genericamente os colonizadores, considerados superiores, e os colonizados, os africanos foram levados a lutar contra uma dupla servidão, econômica e psicológica. Marcado pela pigmentação de sua pele, transformado em uma mercadoria entre outras, e destinado ao trabalho forçado, o africano veio a simbolizar, na consciência de seus dominadores, uma essência racial imaginária e ilusoriamente inferior: a de *negro*. Este processo de falsa identificação depreciou a história dos povos africanos no espírito de muitos, rebaixando-a a uma etno-história, em cuja apreciação das realidades históricas e culturais não podia ser senão falseada.

A situação evoluiu muito desde o fim da Segunda Guerra Mundial, em particular, desde que os países da África, tendo alcançado sua independência, começaram a participar ativamente da vida da comunidade internacional e dos intercâmbios a ela inerentes. Historiadores, em número crescente, têm se esforçado em abordar o estudo da África com mais rigor, objetividade e abertura de espírito, empregando – obviamente com as devidas precauções – fontes africanas originais. No exercício de seu direito à iniciativa histórica, os próprios africanos sentiram profundamente a necessidade de restabelecer, em bases sólidas, a historicidade de suas sociedades.

É nesse contexto que emerge a importância da *História Geral da África*, em oito volumes, cuja publicação a Unesco começou.

Os especialistas de numerosos países que se empenharam nessa obra, preocuparam-se, primeiramente, em estabelecer-lhe os fundamentos teóricos e metodológicos. Eles tiveram o cuidado em questionar as simplificações abusivas criadas por uma concepção linear e limitativa da história universal, bem como em restabelecer a verdade dos fatos sempre que necessário e possível. Eles esforçaram-se para extrair os dados históricos que permitissem melhor acompanhar a evolução dos diferentes povos africanos em sua especificidade sociocultural.

Nessa tarefa imensa, complexa e árdua em vista da diversidade de fontes e da dispersão dos documentos, a UNESCO procedeu por etapas. A primeira fase (1965-1969) consistiu em trabalhos de documentação e de planificação da obra. Atividades operacionais foram conduzidas *in loco*, através de pesquisas de campo: campanhas de coleta da tradição oral, criação de centros regionais de documentação para a tradição oral, coleta de manuscritos inéditos em árabe e ajami (línguas africanas escritas em caracteres árabes), compilação de inventários de arquivos e preparação de um *Guia das fontes da história da África*, publicado posteriormente, em nove volumes, a partir dos arquivos e bibliotecas dos países da Europa. Por outro lado, foram organizados encontros, entre especialistas africanos e de outros continentes, durante os quais se discutiu questões metodológicas e traçou-se as grandes linhas do projeto, após atencioso exame das fontes disponíveis.

Uma segunda etapa (1969 a 1971) foi consagrada ao detalhamento e à articulação do conjunto da obra. Durante esse período, realizaram-se reuniões internacionais de especialistas em Paris (1969) e Addis-Abeba (1970), com o propósito de examinar e detalhar os problemas relativos à redação e à publicação da obra: apresentação em oito volumes, edição principal em inglês, francês e árabe, assim como traduções para línguas africanas, tais como o kiswahili, o hawsa, o peul, o yoruba ou o lingala. Igualmente estão previstas traduções para o alemão, russo, português, espanhol e chinês[1], além de edições resumidas, destinadas a um público mais amplo, tanto africano quanto internacional.

1 O volume I foi publicado em inglês, árabe, chinês, coreano, espanhol, francês, hawsa, italiano, kiswahili, peul e português; o volume II, em inglês, árabe, chinês, coreano, espanhol, francês, hawsa, italiano, kiswahili, peul e português; o volume III, em inglês, árabe, espanhol e francês; o volume IV, em inglês, árabe, chinês, espanhol, francês e português; o volume V, em inglês e árabe; o volume VI, em inglês, árabe e francês; o volume VII, em inglês, árabe, chinês, espanhol, francês e português; o VIII, em inglês e francês.

A terceira e última fase constituiu-se na redação e na publicação do trabalho. Ela começou pela nomeação de um Comitê Científico Internacional de trinta e nove membros, composto por africanos e não africanos, na respectiva proporção de dois terços e um terço, a quem incumbiu-se a responsabilidade intelectual pela obra.

Interdisciplinar, o método seguido caracterizou-se tanto pela pluralidade de abordagens teóricas quanto de fontes. Dentre essas últimas, é preciso citar primeiramente a arqueologia, detentora de grande parte das chaves da história das culturas e das civilizações africanas. Graças a ela, admite-se, nos dias atuais, reconhecer que a África foi, com toda probabilidade, o berço da humanidade, palco de uma das primeiras revoluções tecnológicas da história, ocorrida no período Neolítico. A arqueologia igualmente mostrou que, na África, especificamente no Egito, desenvolveu-se uma das antigas civilizações mais brilhantes do mundo. Outra fonte digna de nota é a tradição oral que, até recentemente desconhecida, aparece hoje como uma preciosa fonte para a reconstituição da história da África, permitindo seguir o percurso de seus diferentes povos no tempo e no espaço, compreender, a partir de seu interior, a visão africana do mundo, e apreender os traços originais dos valores que fundam as culturas e as instituições do continente.

Saber-se-á reconhecer o mérito do Comitê Científico Internacional encarregado dessa *História geral da África*, de seu relator, bem como de seus coordenadores e autores dos diferentes volumes e capítulos, por terem lançado uma luz original sobre o passado da África, abraçado em sua totalidade, evitando todo dogmatismo no estudo de questões essenciais, tais como: o tráfico negreiro, essa "sangria sem fim", responsável por umas das deportações mais cruéis da história dos povos e que despojou o continente de uma parte de suas forças vivas, no momento em que esse último desempenhava um papel determinante no progresso econômico e comercial da Europa; a colonização, com todas suas consequências nos âmbitos demográfico, econômico, psicológico e cultural; as relações entre a África ao sul do Saara e o mundo árabe; o processo de descolonização e de construção nacional, mobilizador da razão e da paixão de pessoas ainda vivas e muitas vezes em plena atividade. Todas essas questões foram abordadas com grande preocupação quanto à honestidade e ao rigor científico, o que constitui um mérito não desprezível da presente obra. Ao fazer o balanço de nossos conhecimentos sobre a África, propondo diversas perspectivas sobre as culturas africanas e oferecendo uma nova leitura da história, a *História geral da África* tem a indiscutível vantagem de destacar tanto as luzes quanto as sombras, sem dissimular as divergências de opinião entre os estudiosos.

Ao demonstrar a insuficiência dos enfoques metodológicos amiúde utilizados na pesquisa sobre a África, essa nova publicação convida à renovação e ao aprofundamento de uma dupla problemática, da historiografia e da identidade cultural, unidas por laços de reciprocidade. Ela inaugura a via, como todo trabalho histórico de valor, para múltiplas novas pesquisas.

É assim que, em estreita colaboração com a UNESCO, o Comitê Científico Internacional decidiu empreender estudos complementares com o intuito de aprofundar algumas questões que permitirão uma visão mais clara sobre certos aspectos do passado da África. Esses trabalhos, publicados na coleção UNESCO – *História geral da África*: *estudos e documentos*, virão a constituir, de modo útil, um suplemento à presente obra[2]. Igualmente, tal esforço desdobrar-se-á na elaboração de publicações versando sobre a história nacional ou sub-regional.

Essa *História geral da África* coloca simultaneamente em foco a unidade histórica da África e suas relações com os outros continentes, especialmente com as Américas e o Caribe. Por muito tempo, as expressões da criatividade dos afrodescendentes nas Américas haviam sido isoladas por certos historiadores em um agregado heteróclito de *africanismos*; essa visão, obviamente, não corresponde àquela dos autores da presente obra. Aqui, a resistência dos escravos deportados para a América, o fato tocante ao *marronage* [fuga ou clandestinidade] político e cultural, a participação constante e massiva dos afrodescendentes nas lutas da primeira independência americana, bem como nos movimentos nacionais de libertação, esses fatos são justamente apreciados pelo que eles realmente foram: vigorosas afirmações de identidade que contribuíram para forjar o conceito universal de humanidade. É hoje evidente que a herança africana marcou, em maior ou menor grau, segundo as regiões, as maneiras de sentir, pensar, sonhar e agir de certas nações do hemisfério ocidental. Do sul dos Estados Unidos ao norte do Brasil, passando pelo Caribe e pela costa do Pacífico, as contribuições culturais herdadas da África são visíveis por toda parte; em certos casos, inclusive, elas constituem os fundamentos essenciais da identidade cultural de alguns dos elementos mais importantes da população.

2 Doze números dessa série foram publicados; eles tratam respectivamente sobre: n. 1 – O povoamento do Egito antigo e a decodificação da escrita meroítica; n. 2 – O tráfico negreiro do século XV ao século XIX; n. 3 – Relações históricas através do Oceano Índico; n. 4 – A historiografia da África Meridional; n. 5 – A descolonização da África: África Meridional e Chifre da África [Nordeste da África]; n. 6 – Etnonímias e toponímias; n. 7 – As relações históricas e socioculturais entre a África e o mundo árabe; n. 8 – A metodologia da história da África contemporânea; n. 9 – O processo de educação e a historiografia na África; n. 10 – A África e a Segunda Guerra Mundial; n. 11 – Líbia Antiqua; n. 12 – O papel dos movimentos estudantis africanos na evolução política e social da África de 1900 a 1975.

Igualmente, essa obra faz aparecerem nitidamente as relações da África com o sul da Ásia através do Oceano Índico, além de evidenciar as contribuições africanas junto a outras civilizações em seu jogo de trocas mútuas.

Estou convencido de que os esforços dos povos da África para conquistar ou reforçar sua independência, assegurar seu desenvolvimento e consolidar suas especificidades culturais devem enraizar-se em uma consciência histórica renovada, intensamente vivida e assumida de geração em geração.

Minha formação pessoal, a experiência adquirida como professor e, desde os primórdios da independência, como presidente da primeira comissão criada com vistas à reforma dos programas de ensino de história e de geografia de certos países da África Ocidental e Central, ensinaram-me o quanto era necessário, para a educação da juventude e para a informação do público, uma obra de história elaborada por pesquisadores que conhecessem desde o seu interior os problemas e as esperanças da África, pensadores capazes de considerar o continente em sua totalidade.

Por todas essas razões, a UNESCO zelará para que essa *História Geral da África* seja amplamente difundida, em numerosos idiomas, e constitua base da elaboração de livros infantis, manuais escolares e emissões televisivas ou radiofônicas. Dessa forma, jovens, escolares, estudantes e adultos, da África e de outras partes, poderão ter uma melhor visão do passado do continente africano e dos fatores que o explicam, além de lhes oferecer uma compreensão mais precisa acerca de seu patrimônio cultural e de sua contribuição ao progresso geral da humanidade. Essa obra deverá então contribuir para favorecer a cooperação internacional e reforçar a solidariedade entre os povos em suas aspirações por justiça, progresso e paz. Pelo menos, esse é o voto que manifesto muito sinceramente.

Resta-me ainda expressar minha profunda gratidão aos membros do Comitê Científico Internacional, ao redator, aos coordenadores dos diferentes volumes, aos autores e a todos aqueles que colaboraram para a realização desta prodigiosa empreitada. O trabalho por eles efetuado e a contribuição por eles trazida mostram, com clareza, o quanto homens vindos de diversos horizontes, conquanto animados por uma mesma vontade e igual entusiasmo a serviço da verdade de todos os homens, podem fazer, no quadro internacional oferecido pela UNESCO, para lograr êxito em um projeto de tamanho valor científico e cultural. Meu reconhecimento igualmente estende-se às organizações e aos governos que, graças a suas generosas doações, permitiram à UNESCO publicar essa obra em diferentes línguas e assegurar-lhe a difusão universal que ela merece, em prol da comunidade internacional em sua totalidade.

APRESENTAÇÃO DO PROJETO

pelo Professor *Bethwell Allan Ogot*
Presidente do Comitê Científico Internacional
para a redação de uma História Geral da África

A Conferência Geral da UNESCO, em sua décima sexta sessão, solicitou ao Diretor-geral que empreendesse a redação de uma História Geral da África. Esse considerável trabalho foi confiado a um Comitê Científico Internacional criado pelo Conselho Executivo em 1970.

Segundo os termos dos estatutos adotados pelo Conselho Executivo da UNESCO, em 1971, esse Comitê compõe-se de trinta e nove membros responsáveis (dentre os quais dois terços africanos e um terço de não africanos), nomeados pelo Diretor-geral da UNESCO por um período correspondente à duração do mandato do Comitê.

A primeira tarefa do Comitê consistiu em definir as principais características da obra. Ele definiu-as em sua primeira sessão, nos seguintes termos:

- Em que pese visar a maior qualidade científica possível, a *História Geral da África* não busca a exaustão e se pretende uma obra de síntese que evitará o dogmatismo. Sob muitos aspectos, ela constitui uma exposição dos problemas indicadores do atual estádio dos conhecimentos e das grandes correntes de pensamento e pesquisa, não hesitando em assinalar, em tais circunstâncias, as divergências de opinião. Ela assim preparará o caminho para posteriores publicações.
- A África é aqui considerada como um todo. O objetivo é mostrar as relações históricas entre as diferentes partes do continente, muito amiúde

subdividido, nas obras publicadas até o momento. Os laços históricos da África com os outros continentes recebem a atenção merecida e são analisados sob o ângulo dos intercâmbios mútuos e das influências multilaterais, de forma a fazer ressurgir, oportunamente, a contribuição da África para o desenvolvimento da humanidade.

- A *História Geral da África* consiste, antes de tudo, em uma história das ideias e das civilizações, das sociedades e das instituições. Ela fundamenta-se sobre uma grande diversidade de fontes, aqui compreendidas a tradição oral e a expressão artística.
- A *História Geral da África* é aqui essencialmente examinada de seu interior. Obra erudita, ela também é, em larga medida, o fiel reflexo da maneira através da qual os autores africanos veem sua própria civilização. Embora elaborada em âmbito internacional e recorrendo a todos os dados científicos atuais, a *História* será igualmente um elemento capital para o reconhecimento do patrimônio cultural africano, evidenciando os fatores que contribuem para a unidade do continente. Essa vontade de examinar os fatos de seu interior constitui o ineditismo da obra e poderá, além de suas qualidades científicas, conferir-lhe um grande valor de atualidade. Ao evidenciar a verdadeira face da África, a *História* poderia, em uma época dominada por rivalidades econômicas e técnicas, propor uma concepção particular dos valores humanos.

O Comitê decidiu apresentar a obra, dedicada ao estudo de mais de 3 milhões de anos de história da África, em oito volumes, cada qual compreendendo aproximadamente oitocentas páginas de texto com ilustrações (fotos, mapas e desenhos tracejados).

Para cada volume designou-se um coordenador principal, assistido, quando necessário, por um ou dois codiretores assistentes.

Os coordenadores dos volumes são escolhidos, tanto entre os membros do Comitê quanto fora dele, em meio a especialistas externos ao organismo, todos eleitos por esse último, pela maioria de dois terços. Eles se encarregam da elaboração dos volumes, em conformidade com as decisões e segundo os planos decididos pelo Comitê. São eles os responsáveis, no plano científico, perante o Comitê ou, entre duas sessões do Comitê, perante o Conselho Executivo, pelo conteúdo dos volumes, pela redação final dos textos ou ilustrações e, de uma maneira geral, por todos os aspectos científicos e técnicos da *História*. É o Conselho Executivo quem aprova, em última instância, o original definitivo. Uma vez considerado pronto para a edição, o texto é remetido ao Diretor-Geral

da UNESCO. A responsabilidade pela obra cabe, dessa forma, ao Comitê ou, entre duas sessões do Comitê, ao Conselho Executivo.

Cada volume compreende por volta de 30 capítulos. Cada qual redigido por um autor principal, assistido por um ou dois colaboradores, caso necessário.

Os autores são escolhidos pelo Comitê em função de seu *curriculum vitae*. A preferência é concedida aos autores africanos, sob reserva de sua adequação aos títulos requeridos. Além disso, o Comitê zela, tanto quanto possível, para que todas as regiões da África, bem como outras regiões que tenham mantido relações históricas ou culturais com o continente, estejam de forma equitativa representadas no quadro dos autores.

Após aprovação pelo coordenador do volume, os textos dos diferentes capítulos são enviados a todos os membros do Comitê para submissão à sua crítica.

Ademais e finalmente, o texto do coordenador do volume é submetido ao exame de um comitê de leitura, designado no seio do Comitê Científico Internacional, em função de suas competências; cabe a esse comitê realizar uma profunda análise tanto do conteúdo quanto da forma dos capítulos.

Ao Conselho Executivo cabe aprovar, em última instância, os originais.

Tal procedimento, aparentemente longo e complexo, revelou-se necessário, pois permite assegurar o máximo de rigor científico à *História Geral da África*. Com efeito, houve ocasiões nas quais o Conselho Executivo rejeitou originais, solicitou reestruturações importantes ou, inclusive, confiou a redação de um capítulo a um novo autor. Eventualmente, especialistas de uma questão ou período específico da história foram consultados para a finalização definitiva de um volume.

Primeiramente, uma edição principal da obra em inglês, francês e árabe será publicada, posteriormente haverá uma edição em forma de brochura, nesses mesmos idiomas.

Uma versão resumida em inglês e francês servirá como base para a tradução em línguas africanas. O Comitê Científico Internacional determinou quais os idiomas africanos para os quais serão realizadas as primeiras traduções: o kiswahili e o haussa.

Tanto quanto possível, pretende-se igualmente assegurar a publicação da *História Geral da África* em vários idiomas de grande difusão internacional (dentre outros: alemão, chinês, italiano, japonês, português, russo, etc.).

Trata-se, portanto, como se pode constatar, de uma empreitada gigantesca que constitui um ingente desafio para os historiadores da África e para a comunidade científica em geral, bem como para a UNESCO que lhe oferece

sua chancela. Com efeito, pode-se facilmente imaginar a complexidade de uma tarefa tal qual a redação de uma história da África, que cobre no espaço todo um continente e, no tempo, os quatro últimos milhões de anos, respeitando, todavia, as mais elevadas normas científicas e convocando, como é necessário, estudiosos pertencentes a todo um leque de países, culturas, ideologias e tradições históricas. Trata-se de um empreendimento continental, internacional e interdisciplinar, de grande envergadura.

Em conclusão, obrigo-me a sublinhar a importância dessa obra para a África e para todo o mundo. No momento em que os povos da África lutam para se unir e para, em conjunto, melhor forjar seus respectivos destinos, um conhecimento adequado sobre o passado da África, uma tomada de consciência no tocante aos elos que unem os Africanos entre si e a África aos demais continentes, tudo isso deveria facilitar, em grande medida, a compreensão mútua entre os povos da Terra e, além disso, propiciar sobretudo o conhecimento de um patrimônio cultural cuja riqueza consiste em um bem de toda a Humanidade.

Bethwell Allan Ogot
Em 8 de agosto de 1979
Presidente do Comitê Científico Internacional
para a redação de uma História Geral da África

INTRODUÇÃO GERAL

Joseph Ki-Zerbo

A África* tem uma história. Já foi o tempo em que nos mapas-múndi e portulanos, sobre grandes espaços, representando esse continente então marginal e servil, havia uma frase lapidar que resumia o conhecimento dos sábios a respeito dele e que, no fundo, soava também como um álibi: "Ibi sunt leones". Aí existem leões. Depois dos leões, foram descobertas as minas, grandes fontes de lucro, e as "tribos indígenas" que eram suas proprietárias, mas que foram incorporadas às minas como propriedades das nações colonizadoras.

---

* Nota do coordenador do volume: A palavra ÁFRICA possui até o presente momento uma origem difícil de elucidar. Foi imposta a partir dos romanos sob a forma AFRICA, que sucedeu ao termo de origem grega ou egípcia Lybia, país dos Lebu ou Lubin do Gênesis. Após ter designado o litoral norte-africano, a palavra África passou a aplicar-se ao conjunto do continente, desde o fim do século I antes da Era Cristã.

Mas qual é a origem primeira do nome? Começando pelas mais plausíveis, pode-se dar as seguintes versões:

- A palavra África teria vindo do nome de um povo (berbere) situado ao sul de Cartago: os *Afrig*. De onde *Afriga* ou *Africa* para designar a região dos Afrig.
- Uma outra etimologia da palavra África é retirada de dois termos fenícios, um dos quais significa espiga, símbolo da fertilidade dessa região, e o outro, *Pharikia*, região das frutas.
- A palavra África seria derivada do latim *aprica* (ensolarado) ou do grego *apriké* (isento de frio).
- Outra origem poderia ser a raiz fenícia *faraga*, que exprime a ideia de separação, de diáspora. Enfatizemos que essa mesma raiz é encontrada em certas línguas africanas (bambara).
- Em sânscrito e hindi, a raiz *apara* ou *africa* designa o que, no plano geográfico, está situado "depois", ou seja, o Ocidente. A África é um continente ocidental.
- Uma tradição histórica retomada por Leão, o Africano, diz que um chefe iemenita chamado *Africus* teria invadido a África do Norte no segundo milênio antes da Era Cristã e fundado uma cidade chamada *Afrikyah*. Mas é mais provável que o termo árabe Afriqiyah seja a transliteração árabe da palavra África.
- Chegou-se mesmo a dizer que Afer era neto de Abraão e companheiro de Hércules!

Mais tarde, depois das tribos indígenas, chegou a vez dos povos impacientes com opressão, cujos pulsos já batiam no ritmo febril das lutas pela liberdade. Com efeito, a história da África, como a de toda a humanidade, é a história de uma tomada de consciência. Nesse sentido, a história da África deve ser reescrita. E isso porque, até o presente momento, ela foi mascarada, camuflada, desfigurada, mutilada. Pela "força das circunstâncias", ou seja, pela ignorância e pelo interesse. Abatido por vários séculos de opressão, esse continente presenciou gerações de viajantes, de traficantes de escravos, de exploradores, de missionários, de procônsules, de sábios de todo tipo, que acabaram por fixar sua imagem no cenário da miséria, da barbárie, da irresponsabilidade e do caos. Essa imagem foi projetada e extrapolada ao infinito ao longo do tempo, passando a justificar tanto o presente quanto o futuro.

Não se trata aqui de construir uma história-revanche, que relançaria a história colonialista como um bumerangue contra seus autores, mas de mudar a perspectiva e ressuscitar imagens "esquecidas" ou perdidas. Torna-se necessário retornar à ciência, a fim de que seja possível criar em todos uma consciência autêntica. É preciso reconstruir o cenário verdadeiro. É tempo de modificar o discurso. Se são esses os objetivos e o porquê desta iniciativa, o como – ou seja, a metodologia – é, como sempre, muito mais penoso. É justamente esse um dos objetivos desse primeiro volume da História Geral da África, elaborada sob o patrocínio da UNESCO.

I. PORQUÊ?

Trata-se de uma iniciativa científica. As sombras e obscuridades que cercam o passado desse continente constituem um desafio apaixonante para a curiosidade humana. A história da África é pouco conhecida. Quantas genealogias mal feitas! Quantas estruturas esboçadas com pontilhados impressionistas ou mesmo encobertas por espessa neblina! Quantas sequências que parecem absurdas porque o trecho precedente do filme foi cortado! Esse filme desarticulado e parcelado, que não é senão a imagem de nossa ignorância, nós o transformamos, por uma formação deplorável ou viciosa, na imagem real da história da África tal como efetivamente se desenrolou. Nesse contexto, não é de causar espanto o lugar infinitamente pequeno e secundário que foi dedicado à história africana em todas as histórias da humanidade ou das civilizações.

Porém, há algumas décadas, milhares de pesquisadores, muitos de grande ou mesmo de excepcional mérito, vêm procurando resgatar porções inteiras da

antiga fisionomia da África. A cada ano aparecem dezenas de novas publicações cuja ótica é cada vez mais positiva. Descobertas africanas, por vezes espetaculares, questionam o significado de certas fases da história da humanidade em seu conjunto.

Mas essa mesma proliferação comporta certos perigos: risco de cacofonia pela profusão de pesquisas desordenadas ou sem coordenação efetiva; discussões inúteis entre escolas que tendem a dar mais importância aos pesquisadores que ao objeto das pesquisas, etc. Por essas razões, e pela honra da ciência, tornava-se importante que uma tomada de posição acima de qualquer suspeita fosse levada a cabo por equipes de pesquisadores africanos e não-africanos, sob os auspícios da UNESCO e sob a autoridade de um conselho científico internacional e de coordenadores africanos. O número e a qualidade dos pesquisadores mobilizados para esta nova grande descoberta da África denotam uma admirável experiência de cooperação internacional. Mais que qualquer outra disciplina, a história é uma ciência humana, pois ela sai bem quente da forja ruidosa e tumultuada dos povos. Modelada realmente pelo homem nos canteiros da vida, construída mentalmente pelo homem nos laboratórios, bibliotecas e sítios de escavações, a história é igualmente feita para o homem, para o povo, para aclarar e motivar sua consciência.

Para os africanos, a história da África não é um espelho de Narciso, nem um pretexto sutil para se abstrair das tarefas da atualidade. Essa diversão alienadora poderia comprometer os objetivos científicos do projeto. Em contrapartida, a ignorância de seu próprio passado, ou seja, de uma grande parte de si mesmo, não seria ainda mais alienadora? Todos os males que acometem a África hoje, assim como todas as venturas que aí se revelam, resultam de inumeráveis forças impulsionadas pela história. E da mesma forma que a reconstituição do desenvolvimento de uma doença é a primeira etapa de um projeto racional de diagnóstico e terapêutica, a primeira tarefa de análise global do continente africano é histórica. A menos que optássemos pela inconsciência e pela alienação, não poderíamos viver sem memória ou com a memória do outro. Ora, a história é a memória dos povos. Esse retorno a si mesmo pode, aliás, revestir-se do valor de uma catarse libertadora, como acontece com o processo de submersão em si próprio efetivado pela psicanálise, que, ao revelar as bases dos entraves de nossa personalidade, desata de uma só vez os complexos que atrelam nossa consciência às raízes profundas do subconsciente. Mas para não substituir um mito por outro, é preciso que a verdade histórica, matriz da consciência desalienada e autêntica, seja rigorosamente examinada e fundada sobre provas.

II. COMO?

Passemos agora à problemática questão do como, ou seja, da metodologia. Neste campo, como em outros, é necessário evitar tanto a singularização excessiva da África quanto a tendência a alinhá-la demasiadamente segundo normas estrangeiras. De acordo com alguns, seria preciso esperar que fossem encontrados os mesmos tipos de documentos existentes na Europa, a mesma panóplia de peças escritas ou epigráfica, para que fosse possível falar numa verdadeira história da África. Para estes, em resumo, os problemas do historiador são sempre os mesmos, dos trópicos aos pólos. Torna-se necessário reafirmar claramente que não se trata de amordaçar a razão sob pretexto de que falta substância a ser-lhe fornecida. Não se deveria considerar a razão como tropicalizada pelo fato de ser exercida nos trópicos. A razão, soberana, não conhece o império da geografia. Suas normas e seus procedimentos fundamentais, em particular a aplicação do princípio da causalidade, são os mesmos em toda parte. Mas, justamente por não ser cega, a razão deve apreender diferentemente realidades distintas, para que essa apreensão seja sempre muito firme e precisa. Assim, os princípios da crítica interna e externa se aplicarão segundo uma estratégia mental diferente para o canto épico *Sundiata Fasa*[2], para a capitular *De Villis* ou para as circulares enviadas aos prefeitos de Napoleão. Os métodos e técnicas serão diferentes. Aliás, essa estratégia não será exatamente a mesma em todas as partes da África; nesse sentido, o vale do Nilo e a fachada do Mediterrâneo se encontram, para reconstrução histórica, numa situação menos original em relação à Europa do que a África subsaariana.

Na verdade, as dificuldades específicas da história da África podem ser constatadas já na observação das realidades da geografia física desse continente. Continente solitário, se é que existe algum, a África parece dar as costas para o resto do Velho Mundo, ao qual se encontra ligada apenas pelo frágil cordão umbilical do istmo de Suez. No sentido oposto, ela mergulha integralmente sua massa compacta na direção das águas austrais, rodeada por maciços costeiros, que os rios forçam através de desfiladeiros "heroicos" que constituem, por sua vez, obstáculos à penetração. A única passagem importante entre o Saara e os montes abissínios encontra-se obstruída pelos imensos pântanos de Bahr el-Ghazal. Ventos e correntes marítimas extremamente violentos montam guarda do Cabo Branco ao Cabo Verde. Entretanto, no interior do continente, três

2 *Elogio a Sundiata*, em língua malinke. Fundador do Império do Mali no século XIII, Sundiata é um dos heróis mais populares da história africana.

desertos encarregam-se de agravar o isolamento exterior por uma divisão interna. Ao sul, o Calaari. Ao centro, o "deserto verde" da floresta equatorial, temível refúgio no qual o homem lutará para se impor. Ao norte, o Saara, campeão dos desertos, imenso filtro continental, oceano fulvo dos ergs e regs que, com a franja montanhosa da cordilheira dos Atlas, dissocia o destino da zona mediterrânea do restante do continente. Sobretudo durante a pré-história, essas potências ecológicas, mesmo sem serem muralhas estanques, pesaram muito no destino africano em todos os aspectos. Deram também um valor singular a todas essas seteiras naturais que desempenharam o papel de passarelas na exploração do território africano, levada a efeito pelas populações que aí habitavam há milhões de anos atrás. Citemos apenas a gigantesca fenda meridiana do Rift Valley, que se estende do centro da África ao Iraque, passando através do molhe etiopiano. No sentido mais transversal, a curva dos vales do Sanga, do Ubangui e do Zaire deve ter constituído igualmente um corredor privilegiado. Não é por acaso que os primeiros reinados da África negra tenham se desenvolvido nessas regiões das terras abertas, estes sahels[3] que eram beneficiados simultaneamente por uma permeabilidade interna, por uma certa abertura para o exterior e por contatos com as zonas africanas vizinhas, dotadas de recursos diferentes e complementares. Essas regiões abertas, que experimentaram um ritmo de evolução mais rápido, constituem a prova a contrario de que o isolamento foi um dos fatores-chave da lentidão do progresso da África em determinados setores[4]. "As civilizações repousam sobre a terra", escreve F. Braudel. E acrescenta: "A civilização é filha do número". Ora, a própria vastidão desse continente, com uma população diluída e, portanto, facilmente itinerante, em meio a uma natureza ao mesmo tempo generosa (frutas, minerais, etc.) e cruel (endemias, epidemias)[5], impediu que fosse atingido o limiar de concentração demográfica que tem sido quase sempre uma das precondições das mudanças qualitativas importantes no domínio econômico, social e político. Além disso, a severa punção demográfica da escravidão desde os tempos imemoriais e, sobretudo, após o comércio negreiro do século XV ao XX, contribuiu muito para privar a África do tônus humano e da estabilidade necessários a toda criação eminente, mesmo que seja no plano tecnológico. A natureza e os homens, a geografia e a história não foram benevolentes com a

3 Do árabe *sahil*: margem. Aqui, margem do deserto, considerado como um oceano.

4 O fator climático não deve ser negligenciado. O professor Thurstan Shaw destacou o fato de que certos cereais adaptados ao clima mediterrâneo (chuvas de inverno) não puderam ser cultivados no vale do Níger, porque ao sul do paralelo 18, latitude norte, e em virtude da barreira da frente intertropical, sua aclimatação era impossível. Cf. *J. A. H.* XII 1, 1971, p. 143-153.

5 Sobre esse assunto ver J. FORD, 1971.

África. É indispensável retornar a essas condições fundamentais do processo evolutivo, para que seja possível colocar os problemas em termos objetivos e não sob a forma de mitos aberrantes como a inferioridade racial, o tribalismo congênito e a pretensa passividade histórica dos africanos. Todas essas abordagens subjetivas e irracionais apenas mascaram uma ignorância voluntária.

A. As fontes difíceis

No que concerne ao continente africano, é preciso reconhecer que o manuseio das fontes é particularmente difícil. Três fontes principais constituem os pilares do conhecimento histórico: os documentos escritos, a arqueologia e a tradição oral. Essas três fontes são apoiadas pela linguística e pela antropologia, que permitem matizar e aprofundar a interpretação dos dados, por vezes excessivamente brutos e estéreis sem essa abordagem mais íntima. Estaríamos errados, entretanto, em estabelecer a priori uma hierarquia peremptória e definitiva entre essas diferentes fontes.

1. As fontes escritas

Quando não são raras, tais fontes se encontram mal distribuídas no tempo e no espaço. Os séculos mais "obscuros" da história africana são justamente aqueles que não se beneficiam do saber claro e preciso que emana dos testemunhos escritos, por exemplo, os séculos imediatamente anteriores e posteriores ao nascimento de Cristo (a África do Norte é uma exceção). No entanto, mesmo quando esse testemunho existe, sua interpretação implica frequentemente ambiguidades e dificuldades. Nesse sentido, a partir de uma releitura das "viagens" de Ibn Battuta e de um novo exame das diversas grafias dos topônimos empregados por este autor e por al'Umari, certos historiadores são levados a contestar que Niani, situada às margens do rio Sankarani, tivesse sido a capital do antigo Mali[6]. Do ponto de vista quantitativo, massas consideráveis de materiais escritos de caráter arquivístico ou narrativo permanecem ainda inexploradas, como provam os recentes inventários parciais dos manuscritos inéditos relativos à história da África negra exumados de bibliotecas do Marrocos[7], da Argélia e da Europa.

6 Cf. HUNWICK, J. O. 1973, p. 195-208. O autor corre o risco do argumento *a silentio*: "Se Ibn Battuta tivesse atravessado o Níger ou o Senegal, teria feito referência a isso".

7 Cf. UNESCO, *Coletânea seletiva de textos em árabe proveniente dos arquivos marroquinos*, pelo professor Mohammed Ibraim EL KEITANI, SCH/VS/894.

Também nas bibliotecas particulares de grandes eruditos sudaneses, encontradas em cidades da curva do Níger[8], há manuscritos inéditos cujos títulos permitem entrever filões analíticos novos e promissores. A UNESCO estabeleceu em Tombuctu o Centro Ahmed Baba para promover a coleta desses documentos. Nos fundos de arquivos existentes no Irã, no Iraque, na Armênia, na Índia e na China, sem falar das Américas, muitos fragmentos da história da África estão à espera da perspicácia inventiva do pesquisador. Nos arquivos do primeiro--ministro de Istambul, por exemplo, onde estão classificados os registros dos decretos do Conselho de Estado Imperial Otomano, uma correspondência inédita datada de maio de 1577, enviada pelo sultão Murad III ao Mai Idriss Alaoma e ao bei de Túnis, projetam nova luz sobre a diplomacia do Kanem Bornu daquela época e também sobre a situação do Fezzan[9].

Um trabalho ativo de coleta vem sendo realizado com êxito pelos institutos de estudos africanos e centros de pesquisas históricas nas regiões africanas que foram penetradas pela cultura islâmica. Por outro lado, novos guias editados pelo Conselho Internacional dos Arquivos, sob os auspícios da UNESCO, propõem--se a orientar os pesquisadores na floresta de documentos espalhados em todas as partes do mundo ocidental.

Apenas um grande esforço de edições e reedições judiciosas, de tradução e difusão na África permitirá, pelo efeito multiplicador desses novos fluxos conjugados, transpor um novo limiar qualitativo e crítico sobre a visão do passado africano. Por outro lado, quase tão importante quanto a grande quantidade de documentos novos será a atitude dos pesquisadores ao examiná-los. É assim que numerosos textos explorados desde o século XIX ou mesmo depois, mas ainda no período colonial, reclamam imperiosamente uma releitura expurgada de qualquer preconceito anacrônico e marcada por uma visão endógena. Assim sendo, as fontes escritas a partir das escrituras subsaarianas (vai, bamum, ajami) não devem ser negligenciadas.

2. A arqueologia

Os testemunhos mudos revelados pela arqueologia são em geral mais eloquentes ainda do que os testemunhos oficiais dos autores de certas crônicas. A arqueologia, por suas prestigiosas descobertas, já deu uma contribuição valiosa à história africana, sobretudo quando não há crônica oral ou escrita

8 Cf. Études Maliennes, I. S. H. M., n. 3, set. 1972.

9 MARTIN, B. G. 1969, p. 15-27.

disponível (como é o caso de milhares de anos do passado africano). Apenas objetos-testemunho, enterrados com aqueles a quem testemunham, velam sob o pesado sudário de terra por um passado sem rosto e sem voz. Alguns deles são particularmente significativos como indicadores e medidas da civilização: objetos de ferro e a tecnologia envolvida em sua fabricação, cerâmicas com suas técnicas de produção e estilos, peças de vidro, escrituras e estilos gráficos, técnicas de navegação, pesca e tecelagem, produtos alimentícios, e também estruturas geomorfológicas, hidráulicas e vegetais ligadas à evolução do clima... A linguagem dos achados arqueológicos possui, por sua própria natureza, algo de objetivo e irrecusável. Assim, o estudo da tipologia das cerâmicas e dos objetos de osso e metal encontrados na região nígero-chadiana do Saara demonstra a ligação entre os povos pré-islâmicos (Sao) da bacia chadiana e as áreas culturais que se estendem até o Nilo e o deserto líbio. Estatuetas de argila cozida com talabartes cruzados, ornatos corporais das estatuetas, formas de vasos e braceletes, arpões e ossos, cabeças ou pontas de flechas e facas de arremesso ressuscitam assim, graças a seus parentescos, as solidariedades vivas de épocas antigas[10], para além desta paisagem contemporânea massacrada pela solidão e pela inércia. Diante disso, a localização, a classificação e a proteção dos sítios arqueológicos africanos se impõem como prioridade de grande urgência, antes que predadores ou profanos irresponsáveis e turistas sem objetivos científicos os pilhem e os desorganizem, despojando-os, dessa maneira, de qualquer valor histórico sério. Mas a exploração destes sítios por projetos prioritários de escavação em grande escala só poderá desenvolver-se no contexto de programas interafricanos sustentados por poderosa cooperação internacional.

3. A tradição oral

Paralelamente às duas primeiras fontes da história africana (documentos escritos e arqueologia), a tradição oral aparece como repositório e o vetor do capital de criações socioculturais acumuladas pelos povos ditos sem escrita: um verdadeiro museu vivo. A história falada constitui um fio de Ariadne muito frágil para reconstituir os corredores obscuros do labirinto do tempo. Seus guardiões são os velhos de cabelos brancos, voz cansada e memória um pouco obscura, rotulados às vezes de teimosos e meticulosos (*veilliesse oblige*!): ancestrais em potencial... São como as derradeiras ilhotas de uma paisagem outrora imponente, ligada em todos os seus elementos por uma ordem precisa

10 Cf. HUARD, P. 1969, p. 179-224.

e que hoje se apresenta erodida, cortada e devastada pelas ondas mordazes do "modernismo". Fósseis em *sursis*!

Cada vez que um deles desaparece, é uma fibra do fio de Ariadne que se rompe, é literalmente um fragmento da paisagem que se toma subterrâneo. Indubitavelmente, a tradição oral é a fonte histórica mais íntima, mais suculenta e melhor nutrida pela seiva da autenticidade. "A boca do velho cheira mal" – diz um provérbio africano – "mas ela profere coisas boas e salutares". Por mais útil que seja, o que é escrito se congela e se desseca. A escrita decanta, disseca, esquematiza e petrifica: a letra mata. A tradição reveste de carne e de cores, irriga de sangue o esqueleto do passado. Apresenta sob as três dimensões aquilo que muito frequentemente é esmagado sobre a superfície bidimensional de uma folha de papel. A alegria da mãe de Sundiata, transtornada pela cura súbita de seu filho, ecoa ainda no timbre épico e quente dos *griots* do Mali (animadores públicos; ver capítulo 8). É claro que muitos obstáculos devem ser ultrapassados para que se possa peneirar criteriosamente o material da tradição oral e separar o bom grão dos fatos, da palha das palavras-armadilha – falsas janelas abertas para a simetria –, do brilho e das lantejoulas de fórmulas que constituem apenas a embalagem circunstancial de uma mensagem vinda de longe.

Costuma-se dizer que a tradição não inspira confiança porque ela é funcional; como se toda mensagem humana não fosse funcional por definição, incluindo-se nessa funcionalidade os documentos de arquivos que, por sua própria inércia e sob sua aparente neutralidade objetiva, escondem tantas mentiras por omissão e revestem o erro de respeitabilidade. Certamente, a tradição épica em particular é uma recriação paramítica do passado. Uma espécie de psicodrama que revela à comunidade suas raízes e o corpo de valores que sustenta sua personalidade: um viático encantado para singrar o rio do tempo em direção ao reino dos ancestrais. É por isto que a palavra épica não coincide exatamente com a palavra histórica: cavalga-a através de projeções anacrônicas a montante e a jusante do tempo real, com interpenetrações que se assemelham às perturbações do relevo em arqueologia. E os escritos, escaparão eles próprios a essas intrusões enigmáticas? Aqui, como em toda parte, é preciso procurar a palavra fóssil-guia, tentar encontrar a pedra de toque que identifica o metal puro e rejeita a ganga e a escória.

Certamente, no discurso épico, a fragilidade do encadeamento cronológico constitui seu verdadeiro calcanhar de Aquiles; as sequências temporais subvertidas criam um quebra-cabeça onde a imagem do passado não nos chega de modo claro e estável como num espelho de boa qualidade, mas como um reflexo fugaz que dança sobre a agitação da água. A duração média dos reinados

ou das gerações constitui um domínio extremamente controvertido no qual as extrapolações feitas a partir de períodos recentes são muito pouco seguras, em razão das mutações demográficas e políticas. Por vezes, um dinasta excepcional e carismático polariza sobre si os feitos mais notáveis de seus predecessores e sucessores que, assim, são literalmente eclipsados. É o que acontece com certos dinastas de Ruanda, como Da Monzon, rei de Segu (início do século XIX), a quem os *griots* atribuem toda a grande conquista desse reino.

Por outro lado, o texto literário oral retirado de seu contexto é como peixe fora da água: morre e se decompõe. Isolada, a tradição assemelha-se a essas máscaras africanas arrebatadas da comunhão dos fiéis para serem expostas à curiosidade dos não iniciados. Perde sua carga de sentido e de vida. Por sua própria existência e por ser sempre retomada por novas testemunhas que se encarregam de sua transmissão, a tradição adapta-se às expectativas de novos auditórios – adaptação essa que se refere primordialmente à apresentação da mensagem, mas que não deixa intacto o conteúdo. E não vemos também mercadores ou mercenários da tradição que servem à vontade versões de textos escritos reinjetados na própria tradição?!

Enfim, o próprio conteúdo da mensagem permanece frequentemente hermético, esotérico mesmo. Para o africano, a palavra é pesada. Ela é fortemente ambígua, podendo fazer e desfazer, sendo capaz de acarretar malefícios. É por isso que sua articulação não se dá de modo aberto e direto. A palavra é envolvida por apologias, alusões, subentendidos e provérbios claro-escuros para as pessoas comuns, mas luminosos para aqueles que se encontram munidos das antenas da sabedoria. Na África, a palavra não é desperdiçada. Quanto mais se está em posição de autoridade, menos se fala em público. Mas quando se diz a alguém: "Você comeu o sapo e jogou a cabeça fora", a pessoa compreende que está sendo acusada de se furtar a uma parte de suas responsabilidades[11]. Esse hermetismo das "meias-palavras" indica, ao mesmo tempo, o valor inestimável e os limites da tradição oral, uma vez que sua riqueza é praticamente impossível de ser transferida integralmente de uma língua para outra, sobretudo quando esta outra se encontra estrutural e sociologicamente distante. A tradição acomoda-se muito pouco à tradução. Desenraizada, ela perde sua seiva e sua autenticidade, pois a língua é a "morada do ser". Aliás, muitos dos erros que são imputados à tradição são provenientes de intérpretes incompetentes ou inescrupulosos.

11 Cf. AGUESSY, H. 1972, p. 269-297.

Seja como for, a validade da tradição oral está amplamente provada nos dias atuais. Ela é largamente comprovada pelo confronto com as fontes arqueológicas ou escriturais, como no caso do sítio de Kumbi Saleh, dos vestígios do lago Kisale, ou mesmo dos acontecimentos do século XVI transmitidos pelos Shona, cuja conformidade com os documentos escritos por viajantes portugueses daquela época foi verificada por D. P. Abraham.

Em suma, o discurso da tradição, seja ela épica, prosaica, didática ou ética, pode ser histórico sob um tríplice ponto de vista. Em primeiro lugar, ele é revelador do conjunto de usos e valores que animam um povo e que condicionam seus atos futuros pela representação dos arquétipos do passado. Fazendo isso, a epopeia não só reflete, mas também cria a história. Quando Da Monzon é tratado de "senhor das águas e dos homens", expressa-se com isso o caráter absoluto de seu poder. Contudo, essas mesmas narrativas mostram-no consultando incessantemente seus guerreiros, seus *griots*, suas mulheres[12]. O senso de honra e de reputação explode na famosa réplica do "canto do arco" em louvor a Sundiata (*Sundiata Fasa*): "Saya Kaoussa malo yé"[13]. Esse valor também se exprime muito bem no episódio da luta de Bakary Dian contra os Peul do Kournari. Ressentido, o bravo Bakary retirara-se para sua aldeia, Dongorongo; diante das súplicas de seu povo para que retomasse o comando das tropas de Segu, cedeu apenas quando foi tocado na corda sensível do orgulho e da glória: "As velhas palavras trocadas, esquece-as. É o teu nome agora que precisa ser considerado; pois se vem ao mundo para construir um nome. Se nasces, cresces e morres sem ter um nome, vieste por nada, partiste por nada". Bakary, então, exclama: "*Griots* de Segu, já que vós vistes, não será impossível. Farei o que me pedis, por meu renome. Não o farei por Da Monzon. Não o farei por ninguém em Segu. Fá-lo-ei somente por minha reputação. Mesmo depois de minha morte, isso será acrescentado ao meu nome".

Encontramos um traço similar de civilização e lei, quando Silamaka diz: "Tendes sorte que me seja proibido matar mensageiros".

Em suma, a recomposição do passado está longe de ser integralmente imaginária. Encontram-se aí fragmentos de lembranças, filões de história que frequentemente são mais prosaicos que os ornamentos coloridos da imaginação épica: "Foi assim que surgiu essa instituição de pastores coletivos nas aldeias bambara. Se eras escolhido e feito pastor, tornavas-te Peul público. Os Peul públicos guardavam os rebanhos do rei. Eram homens de etnias diferentes, e

12 Cf. KESTELOOT, L. Tomos 1, 3 e 4.

13 "A morte vale mais do que a desonra".

seu pastor chefe chamava-se Bonke". Ou ainda "Nessa época não se usavam babuchas, mas chinelas de couro de boi curtido, com um cordão na parte da frente (em torno do dedo grande do pé) e um outro no calcanhar". Enfim, a narrativa épica é salpicada de alusões a técnicas, a objetos que não são essenciais ao desenvolvimento da ação, mas que dão indícios sobre o modo de vida. "Ele (Da Monzon) convocou, seus sessenta remadores Somono, trinta homens na proa e trinta na popa. A piroga estava ricamente decorada". "As escadas são preparadas e colocadas contra a muralha. Os caçadores de Segu sobem de surpresa e infiltram-se na cidade (...). Os cavaleiros de Segu lançam flechas flamejantes. As casas da aldeia pegam fogo". Saran, a mulher apaixonada por Da Monzon, vai umedecer a pólvora dos fuzis dos guerreiros de Kore... É por um diagnóstico rigoroso – que às vezes se vale da análise psicanalítica e neste caso considera as próprias psicoses do público ou dos transmissores da tradição – que o historiador pode atingir a medula substantiva da realidade histórica.

Por conseguinte, a multiplicidade de versões transmitidas por clãs adversários, por exemplo, pelos *griots*-clientes de cada nobre protetor (horon, dyatigui), longe de constituir uma desvantagem, representa uma garantia suplementar para a crítica histórica. E a conformidade das narrativas, como no caso dos *griots* bambara e peul, que pertencem a campos inimigos, dá um realce particular à qualidade desse testemunho. A história falada, por sua própria poligênese, comporta elementos de autocensura, como mostra o caso dos Gouro, entre os quais a tradição esotérica liberal e integracionista, transmitida pelas linhagens, coexiste com a tradição esotérica oligárquica e meticulosa da sociedade secreta. Na verdade, não se trata de uma propriedade privada, mas de um bem indiviso pelo qual respondem diversos grupos da comunidade.

O essencial é proceder à crítica interna desses documentos através do conhecimento íntimo do gênero literário em questão, sua temática e suas técnicas, seus códigos e estereótipos, as fórmulas de execução, as digressões convencionais, a língua em evolução, o público e o que ele espera dos transmissores da tradição. E sobretudo a casta destes últimos, suas regras de conduta, sua formação, seus ideais, suas escolas. Sabe-se que no Mali e na Guiné, por exemplo – em Keyla, Kita, Niagassola, Niani, etc. –, existem há séculos verdadeiras escolas de iniciação.

Essa tradição rígida, institucionalizada e formal é geralmente melhor estruturada e sustentada pela música de corte que se integra a ela, que a esconde em partes didáticas e artísticas. Alguns dos instrumentos utilizados, como o Sosso Balla (balafo de Sumauro Kante), são em si mesmos, por sua antiguidade, monumentos dignos de uma investigação de tipo arqueológico. Mas as correspondências entre tipos de instrumento e tipos de música, de

cantos e de danças constituem um mundo minuciosamente regulado, no qual as anomalias e as adições posteriores são facilmente detectadas. Cada gênero literário oral possui, assim, um instrumento específico em cada região cultural: o *balla* (xilofone) ou o *bolon* (harpa-alaúde) para a epopeia mandinga; o *bendré* dos Mossi (grande tambor redondo de uma só face, feito com uma cabaça e tocado com as mãos nuas) para a exaltação, muitas vezes silenciosa, dos nomes de guerra (*zabyouya*) dos soberanos; o *mvet* (harpa-cítara) para os poetas músicos dos Fang em suas *Nibelungen* tropicais. Veículos da história falada, esses instrumentos são venerados e sagrados. Com efeito, incorporam-se ao artista, e seu lugar é tão importante na mensagem que, graças às línguas tonais, a música torna-se diretamente inteligível, transformando-se o instrumento na voz do artista sem que este tenha necessidade de articular uma só palavra. O tríplice ritmo tonal, de intensidade e de duração, faz-se então música significante, nessa espécie de "semântico-melodismo" de que falava Marcel Jousse. Na verdade, a música encontra-se de tal modo integrada à tradição que algumas narrativas somente podem ser transmitidas sob a forma cantada. A própria canção popular, que exprime a "vontade geral" de forma satírica e que permaneceu vigorosa mesmo com as lutas eleitorais do século XX, é um gênero precioso, que contrabalança e completa as afirmações dos "documentos" oficiais.

O que se diz aqui sobre a música vale também para outras formas de expressão, como as artes plásticas, cujas produções são, por vezes, a expressão direta de personagens, de acontecimentos ou de culturas históricas, como nos reinos de Abomey e do Benin (baixos-relevos) ou na nação Kuba (esculturas).

Em poucas palavras, a tradição oral não é apenas uma fonte que se aceita por falta de outra melhor e à qual nos resignamos por desespero de causa. É uma fonte integral, cuja metodologia já se encontra bem estabelecida e que confere à história do continente africano uma notável originalidade.

4. A linguística

A história da África tem na linguística não apenas uma ciência auxiliar, mas uma disciplina autônoma, que, no entanto, a conduz diretamente ao âmago de seu próprio objeto... Percebe-se bem isso no caso da Núbia, que se encontra amortalhada no duplo silêncio opaco das ruínas de Meroé e da escrita meroítica não decifrada porque a língua permanece desconhecida[14]. É claro que há muito

14 A UNESCO organizou em 1974, no Cairo, um simpósio científico internacional para a decifração dessa língua africana.

a ser feito nesse campo, começando pela catalogação científica das línguas. Na verdade, não é necessário sacrificar a abordagem descritiva à abordagem comparatista e sintética com pretensões tipológicas e genéticas. É por meio de uma análise ingrata e minuciosa do fato linguístico, com seu significante de consoantes, vogais e tons, com suas latitudes combinatórias em esquemas sintagmáticos, "com seu significado vivido pelos falantes de uma determinada comunidade"[15], que se pode fazer extrapolações retroativas, operação que muitas vezes se torna difícil pela falta de conhecimento histórico profundo dessas línguas. De modo que elas só podem ser comparadas a partir de seu extrato contemporâneo pelo método sincrônico, base indispensável para toda síntese diacrônica e genética. A tarefa é árdua, e é compreensível que duelos de erudição aconteçam em algumas áreas, particularmente no que diz respeito à língua bantu. Malcolm Guthrie, por exemplo, sustenta a teoria da autogênese, enquanto Joseph Greenberg defende com veemência a tese de que as línguas bantu devem ser colocadas num contexto continental mais amplo. Isto se justifica, diz Greenberg, pelo fato de as semelhanças existentes não serem analogias acidentais resultantes de influências externas, mas derivarem de um parentesco genético intrínseco, expresso em centenas de línguas – desde o wolof até o baka (República do Sudão) – pelas similitudes dos pronomes, do vocabulário de base e das características gramaticais, como o sistema de classes nominais. Para o historiador, todos esses debates não são meros exercícios acadêmicos. Um autor que se baseie, por exemplo, na distribuição dos grupos de palavras análogas que designam o carneiro na África central na orla da floresta constatará que esses grupos homogêneos não ultrapassam a franja vegetal, mas distribuem-se paralelamente a ela. Isto sugere uma distribuição dos rebanhos de acordo com os paralelos dos dois biótopos contíguos da savana e da floresta, ao passo que, mais a leste, o padrão linguístico se ordena claramente em faixas meridianas da África oriental para a África austral, o que supõe um caminho de introdução perpendicular à primeira, e ilustra *a contrario* o papel inibidor da floresta na transmissão das técnicas[16]. Esse papel, no entanto, não é idêntico para todas as técnicas. Em suma, os estudos linguísticos demonstram que as rotas e os caminhos das migrações, assim como a difusão de culturas materiais e espirituais, são marcados pela distribuição de palavras aparentadas. Daí a importância da análise linguística diacrônica e da glotocronologia para o historiador que deseja compreender a dinâmica e o sentido da evolução.

15 Cf. HOUIS, M. 1971, p. 45.

16 Cf. EHRET, C. 1963, p. 213-221.

J. Greenberg, por exemplo, trouxe à luz as contribuições do kanuri ao haussa em relação a termos culturais e a termos da técnica militar, contribuições essas que valorizam a influência do império de Bornu no desenvolvimento dos reinos haussa. Em particular, os títulos das dinastias de Bornu, incluindo termos kanuri como *kaygamma*, *magira*, etc., conheceram uma notável difusão até o coração do Camarões e da Nigéria. O estudo sistemático dos topônimos e antropônimos pode também fornecer indicações bastante precisas, contanto que essa nomenclatura seja revista segundo uma abordagem endógena, pois um grande número de nomes foi deformado pela pronúncia ou redação exóticas de não-africanos ou de africanos que atuavam como intérpretes ou escribas. A caça à palavra correta, mesmo quando esta foi congelada pela escrita há séculos atrás, é uma das tarefas mais complexas da crítica histórica da África.

Tomemos um exemplo: a palavra "Gaoga" utilizada por Leão, o Africano, para designar um reino do Sudão tem sido frequentemente assimilada a Gao. Mas a análise desse topônimo a partir do teda e do kanuri permite localizar também um reino chamado Gaoga entre o Uadai (Chade), o Darfur (Sudão) e o Fertit (República Centro-Africana)[17]. Quanto à referência ao Iêmen para designar o país de origem de numerosas dinastias sudanesas, um reexame sério desse problema tem sido feito desde H. R. Palmer. Não se deveria interpretar a palavra "Yemen" não mais segundo as evocações religiosas dos cronistas muçulmanos orientados em direção à *Arabia Felix*, e sim em referência ao antigo país de Yam (daí Yamem)?[18]

Também o exame do léxico swahili, recheado de termos de origem árabe, e do léxico das regiões da costa oriental malgaxe (Antemoro, Antalaotra, Anosy), banhada por influências árabes, revela-se uma fonte rica de ensinamentos para o historiador.

De qualquer maneira, a linguística, que já prestou um bom serviço à história da África, deve desvencilhar-se de início do desprezo etnocentrista que marcou a linguística africana elaborada por A. W. Schlegel e Auguste Schleicher, segundo a qual "as línguas da família indo-europeia estão no topo da evolução, e as línguas dos negros, no ponto mais baixo da escala, apresentando estas, entretanto, o interesse de – segundo alguns – revelar um estado próximo ao estado original da linguagem, em que as línguas não teriam gramática, o discurso

17 Cf. KALAK, P. 1972, p. 529-548.

18 Cf. MOHAMMADOU, A. e ELDRIDGE. 1971, p. 130-155.

seria uma sequência de monossílabos e o léxico estaria restrito a um inventário elementar”[19].

5. A antropologia e a etnologia

O mesmo comentário aplica-se *a fortiori* à antropologia e à etnologia. Na verdade, o discurso etnológico[20] tem sido, por força das circunstâncias, um discurso com premissas explicitamente discriminatórias e conclusões implicitamente políticas, havendo entre ambas um exercício “científico” forçosamente ambíguo. Seu principal pressuposto era muitas vezes a evolução linear: à frente da caravana da humanidade ia a Europa, pioneira da civilização, e atrás os povos “primitivos” da Oceania, Amazônia e África. Como se pode ser índio, negro, papua, árabe? O “outro”, atrasado, bárbaro, selvagem em diversos graus, é sempre diferente, e por essa razão torna-se objeto de interesse do pesquisador ou de cobiça do traficante. A etnologia recebeu, assim, procuração geral para ser o ministério da curiosidade europeia diante dos “nossos nativos”. Apreciadora dos estados miseráveis, da nudez e do folclore, a visão etnológica era muitas vezes sádica, lúbrica e, na melhor das hipóteses, um pouco paternalista. Salvo exceções, as dissertações e os relatórios resultantes justificavam o *status quo* e contribuíam para o “desenvolvimento do subdesenvolvimento”[21]. O evolucionismo à Darwin, apesar de seus grandes méritos, o difusionismo de sentido único, que tem visto muitas vezes a África como o escoadouro passivo das invenções de outros lugares, o funcionalismo de Malinowski e de Radcliffe-Brown, enfim, que negava toda dimensão histórica às sociedades primitivas, todas essas escolas se adaptavam naturalmente à situação colonial na qual proliferavam como num terreno fértil[22]. Suas abordagens, muito pobres afinal para a compreensão das sociedades exóticas, desqualificavam-se ainda mais pelo fato de as sociedades pelas quais tinham maior interesse serem exatamente as mais insólitas, isto é, os protótipos de uma humanidade instalada no elementar. Tais protótipos, contudo,

---

19 Cf. HOUIS, M. 1971, p. 27

20 O termo etnia, atribuído aos chamados povos sem escrita, foi sempre marcado pelo preconceito racista: “Idólatra ou étnico”, escrevia Clément Marot desde o século XVI. A etnografia é a coleta descritiva dos documentos. A etnologia é a síntese comparativa.

21 Cf. COPANS, J. 1971, p. 45: “A ideologia colonial e a etnologia decorrem de uma mesma configuração, e existe entre essas duas ordens de fenômenos um jogo que condiciona o desenvolvimento de ambas”.

22 Cf. RUFFIE, J. 1977, p. 429: “O pseudodarwinismo cultural que inspira o pensamento antropológico do século XIX legitima o colonialismo que, assim, não se caracteriza como produto de uma certa conjuntura política, mas de estrutura biológica; em resumo, um caso particular de competição natural. A antropologia do século XIX justifica a Europa imperialista”.

constituíam apenas microrganismos, com um papel histórico não desprezível – por vezes mesmo notável – mas na maioria dos casos marginal em relação aos conjuntos sociopolíticos mais poderosos e melhor engajados no curso da história.

Desse modo, toda a África foi simbolizada por imagens que os próprios africanos podiam considerar estranhas, exatamente como se a Europa fosse definida no começo do século XX pelos costumes à mesa e pelas formas de moradia ou pelo nível técnico das comunidades do interior da Bretanha, do Cantal ou da Sardenha. Além disso, o método etnológico baseado na entrevista individual, marcado com o selo de uma experiência subjetiva total porque intensa, mas total apenas no nível do microcosmo, desemboca em conclusões "objetivas" muito frágeis para que possam ser extrapoladas.

Enfim, por uma dialética implacável, o próprio objeto da etnologia, sob a influência colonial, desvanecia-se pouco a pouco. Os indígenas primitivos, que viviam da coleta e da caça, e mesmo do "canibalismo", transformavam-se aos poucos em subproletários dos centros periféricos de um sistema mundial de produção cujos pólos estão situados no hemisfério norte. A ação colonial consumia e aniquilava seu próprio objeto. Por isso, aqueles que haviam sido incumbidos do papel de objetos, os africanos, decidiram iniciar, eles próprios, um discurso autônomo na qualidade de sujeitos da história, pretendendo mesmo que, em certos aspectos, os mais primitivos não são exatamente os que se imagina... Ao mesmo tempo, pioneiros como Frobenius, Delafosse, Palmer, Evans Pritchard, que, sem preconceitos haviam trabalhado na descoberta de um fio histórico e de estruturas originais nas sociedades africanas com ou sem Estado, continuavam seus esforços, retomados e aperfeiçoados por outros pesquisadores contemporâneos. Estes acreditam que se podem atingir resultados objetivos aplicando os mesmos instrumentos intelectuais das ciências humanas, mas adaptando-os à matéria africana. Derrubam assim, de uma só vez, as abordagens errôneas baseadas na diferença congênita e substantiva dos "nativos" ou em seu primitivismo na rota da civilização. Basta reconhecer que se o ser dos africanos é o mesmo – o do *Homo sapiens* – seu "ser-no-mundo" é diferente. A partir daí novos instrumentos podem ser aperfeiçoados para apreender sua evolução singular.

Ao mesmo tempo, a abordagem marxista, com a condição de não ser dogmática, e a abordagem estruturalista de Lévi-Strauss contribuem também com observações válidas, mas opostas, sobre a evolução dos povos ditos sem escrita. O método marxista, essencialmente histórico e para o qual a história é a consciência coletiva em ação, insiste muito mais nas forças produtivas e nas

relações de produção, na práxis e nas normas; o método estruturalista, por sua vez, quer desvendar os mecanismos inconscientes, mas lógicos, os conjuntos coerentes que sustentam e enquadram a ação dos espíritos e das sociedades. Bebendo nessas novas fontes, a antropologia será, esperamos, algo mais que uma Fênix que, em defesa da causa, haja renascido das cinzas de um certo tipo de etnologia[23].

A antropologia deve criticar seu próprio procedimento, insistir tanto nas normas quanto nas práticas, não confundir as relações sociais, decifráveis pela experiência, e as estruturas que as sustentam. Ela enriquecerá assim, umas através das outras, as normas, estruturas e opiniões, por meio da ampla utilização das técnicas quantitativas e coletivas de pesquisa, racionalizando e objetivando o discurso. Não apenas as interações dos fatores globais, mas também a síntese histórica, interessam particularmente à antropologia. Por exemplo, pode-se constatar uma correspondência entre a existência de rotas comerciais com monopólio real de certas mercadorias e as formas políticas centralizadas (em Gana e no Mali antigos, no Império Ashanti do século XVIII, no Reino Lunda do Zaire, etc.). Enquanto isso – contraprova decisiva – em oposição aos Ngonde e aos Zulu, povos de línguas e costumes idênticos (os Nyakusa e os Xhosa), mas que viviam à margem dessas rotas, não atingiram uma fase monárquica[24]. A partir disso, podemos tentar inferir uma espécie de "lei" de antropologia ou de sociologia política. Por outro lado, as estruturas de parentesco podem acarretar um grande número de consequências sobre a evolução histórica. Assim, quando dois grupos de línguas diferentes se encontram, a forma de união conjugal entre esses grupos geralmente decide qual será a língua dominante, pois a língua materna só poderá impor-se se as mulheres forem tomadas como esposas e não como escravas ou concubinas. Assim, certos grupos Nguni conservaram sua língua de origem, enquanto outros, que desposaram mulheres sotho, perderam sua língua em favor da língua sotho. É também o caso dos pastores peul vindos de Macina e de Futa Djalon, que tomaram suas esposas entre os Mandinga e criaram a província de Uassulu: eles são peul apenas pelo nome e por certos traços físicos, já que perderam sua língua de origem em favor do malinke ou do bambara.

23 A sociologia seria uma ciência intra-social para o mundo moderno, enquanto a antropologia se caracterizaria por uma abordagem comparativa (inter-social). Mas isso não significa ressuscitar categorias contestáveis como a diferença, com seu cortejo de etno-história, etno-arquelogia, etno-matemática...?

24 Cf. THOMPSON, L. 1969, p. 72-73.

Dessa forma, as principais fontes da história da África mencionadas acima, não podem ser classificadas *a priori* de acordo com uma escala de valores que privilegie permanentemente uma ou outra. Toma-se necessário julgar caso por caso. Na verdade, não se trata de testemunhos de tipos radicalmente diferentes. Todas correspondem à definição de signos que nos chegam do passado e que, enquanto veículos de mensagens, não são inteiramente neutros, mas carregados de intenções francas ou ocultas. Todas necessitam então da crítica metodológica. Cada categoria de fonte pode conduzir às demais: a tradição oral, por exemplo, tem levado muitas vezes a depósitos arqueológicos e pode até auxiliar na comparação de certos documentos escritos. Assim, o grande Ibn Khaldun escreve, na *História dos Berberes*, sobre Sundiata: "Seu filho Mança Ueli o sucedeu. Mança em sua língua escrita significa sultão e Ueli é o equivalente de Ali". Todavia os transmissores da tradição ainda hoje explicam que Mansa Ule significa "o rei de pele clara".

B. Os quatro grandes princípios

Quatro princípios devem nortear a pesquisa, se se quer levar adiante a frente pioneira da historiografia da África.

1 Primeiramente, a ***interdisciplinaridade***, cuja importância é tal que chega quase a constituir por si só uma fonte específica. Assim, a sociologia política aplicada à tradição oral no Reino de Segu enriqueceu consideravelmente uma visão que, sem isso, limitar-se-ia às linhas esqueléticas de uma árvore genealógica marcada por alguns feitos estereotipados. A complexidade, a interpenetração de estruturas às vezes modeladas sobre hegemonias antigas (o modelo mali, por exemplo) aparecem, assim, em sua realidade concreta e viva. Da mesma forma, no caso dos países do delta do Níger, as tradições orais permitem completar o conjunto de fatores de desenvolvimento, demasiadamente reduzidos às influências do comércio negreiro e do óleo de palmeira; as relações endógenas anteriores no sentido norte-sul e leste-oeste até Lagos e a região de Ijebu são atestadas pela tradição oral, que apóia e enriquece admiravelmente as alusões de Pacheco Pereira no *Esmeraldo*[25].

E foi exatamente um elemento de antropologia cultural (o texto de iniciação dos pastores peul[26]) que permitiu a certos pré-historiadores interpretar

25 Cf. ALAGOA, L. 1973.

26 Cf. HAMPATÉ BÂ e DIETERLEN, G. 1961.

corretamente os enigmas dos afrescos do Tassili: animais sem patas do quadro chamado *O Boi e a Hidra*, o mágico U de Ouan Derbaouen, etc.

Assim, decorridos mais de 10 mil anos, os ritos de hoje permitem identificar as cinco irmãs míticas dos sete filhos do ancestral Kikala nas cinco maravilhosas dançarinas dos afrescos de Jabbaren.

A expansão dos Bantu, atestada pelas fontes concordantes da linguística, da tradição oral, da arqueologia e da antropologia, bem como pelas primeiras fontes escritas em árabe, português, inglês e pelos africânderes, torna-se uma realidade palpável susceptível de ser ordenada numa síntese cujas arestas se mostram mais nítidas no encontro desses diferentes planos. Do mesmo modo, os argumentos linguísticos juntam-se aos da tecnologia para sugerir uma difusão dos gongos reais e sinos cerimoniais geminados a partir da África ocidental em direção ao baixo Zaire, ao Shaba e a Zâmbia. Mas as provas arqueológicas trariam, evidentemente, uma confirmação inestimável para tal fato. Essa combinação de fontes impõe-se ainda mais quando se trata de minorar as dificuldades relativas à cronologia. Não é sempre que dispomos de datas determinadas pelo carbono 14. E quando existem, estas devem ser interpretadas e confrontadas com dados de outras fontes, como a metalurgia ou a cerâmica (materiais e estilos). E não é sempre que podemos contar, como ao norte do Chade[27], com enormes quantidades de fragmentos de cerâmicas que permitem construir uma tipologia representada numa escala cronológica de seis níveis. Uma excelente demonstração desta conjugação de todas as fontes disponíveis é a que permite estabelecer uma tipologia diacrônica dos estilos pictóricos e cerâmicos e confrontá-los para extrair uma série cronológica que se estende por oito milênios, sendo o todo sustentado pelas sondagens estratigráficas e confirmado pelas datações de carbono 14 e pelo estudo da flora, da fauna, do habitat e da tradição oral[28].

Às vezes, o mapa dos eclipses datados e visíveis em regiões específicas permite comprovações excepcionais quando tais acontecimentos são relacionados com o reinado deste ou daquele dinasta. Em geral, porém, a cronologia não é acessível sem a mobilização de várias fontes, ainda mais porque a duração média das gerações ou dos reinados é susceptível de variações, a natureza da relação entre os soberanos que se sucedem nem sempre é precisa, o sentido da palavra filho pode não ser biológico, mas sociológico, às vezes três ou quatro nomes ou "nomes

27 Cf. COPPENS, Y. 1960, p. 129 e ss.

28 BAILLOUD, A. 1961, p. 51 e ss.

fortes" são atribuídos ao mesmo rei, ou ainda porque, como entre os Bemba, a lista dos candidatos à chefia incorpora-se à lista dos chefes.

Sem minimizar a importância da cronologia, espinha dorsal da matéria histórica, e sem renunciar aos esforços para assentá-la sobre bases rigorosas, será preciso, no entanto, sucumbir à psicose da precisão a qualquer preço, que corre então o risco de ser uma falsa precisão? Por que obstinar-se em escrever 1086 para a queda de Kumbi Saleh em vez de dizer "no fim do século XI"? Nem todas as datas têm, aliás, a mesma importância. O grau de precisão requerido em cada caso não é o mesmo, nem todas as datas devem ser erigidas em estátua.

Por outro lado, é importante reintegrar todo o fluxo do processo histórico no contexto do tempo africano, que não é alérgico à articulação do acontecimento numa sequência de fatos que originam uns aos outros por antecedência e causalidade. De fato, os africanos têm uma ideia do tempo baseada no princípio da causalidade. Este último, contudo, é aplicado de acordo com normas originais, em que o contágio do mito impregna e deforma o processo lógico; em que o nível econômico elementar não cria a necessidade do tempo demarcado, matéria-prima do lucro; em que o ritmo dos trabalhos e dos dias é um metrônomo suficiente para a atividade humana; em que calendários, que não são nem abstratos nem universalistas, são subordinados aos fenômenos naturais (lunações, sol, seca), aos movimentos dos animais e das pessoas. Cada hora é definida por atos concretos. Em Burundi, por exemplo, país essencialmente rural, o tempo é marcado pela vida pastoril e agrícola: Amakana (hora da ordenha: 7 horas); Maturuka (saída dos rebanhos: 8 horas); Kuasase (quando o sol se alastra: 9 horas); Kumusase (quando o sol se espalha sobre as colinas: 10 horas); etc. Em outros lugares, os nomes das crianças são funções do dia do nascimento, do acontecimento que o precedeu ou sucedeu. Os muçulmanos na África do Norte acham muito natural chamar suas crianças pelo nome do mês em que nasceram: Ramdane, Chabane, Mulud.

Essa concepção do tempo é histórica em muitos aspectos. Nas sociedades africanas gerontocráticas, a noção de anterioridade no tempo é ainda mais carregada de sentido que em outros lugares, pois nela estão baseados os direitos sociais, como o uso da palavra em público, a participação numa dança reservada, o acesso a certas iguarias, o casamento, o respeito de outrem, etc. Além disso, a primogenitura não é, na maioria das vezes, um direito exclusivo na sucessão real; o número dos pretendentes (tios, irmãos, filhos) é sempre grande e a idade é levada em conta no contexto de uma competição bastante aberta. Decorre daí uma preocupação ainda maior com a cronologia. Mas não há necessidade de saber que alguém nasceu em determinado ano: o essencial é provar que nasceu

antes de determinada pessoa. As referências a uma cronologia absoluta impõem-se apenas no caso de sociedades mais amplas e mais anônimas.

Essa concepção do tempo social não é estática, pois no contexto da filosofia africana pandinamista do universo, cada um deve aumentar incessantemente sua forma vital, que é eminentemente social, o que inclui a ideia de progresso dentro e através da comunidade. Como diz Bakary Dian: "Mesmo depois de minha morte, isso será acrescentado ao meu nome". Em algumas línguas, a mesma palavra (*bogna* em barambara, por exemplo) designa o dom material, a honra, o crescimento.

A contagem das estações do ano é muitas vezes baseada na observação astronômica, podendo abranger uma série de constelações, como a Ursa Maior; entre os Komo (alto Zaire), as Plêiades, que são comparadas a um cesto de machetes, anunciam a hora de afiar tais instrumentos para o arroteamento dos campos. Em caso de necessidade, essa concepção do tempo é mais matemática. Como exemplo, podemos citar os entalhes em madeiras especiais conservadas como arquivos nas grutas da região dos Dogon ou o depósito anual de uma pepita de ouro num pote de estanho na capela dos tronos no reino de Bono Mansu, ou de uma pedra num jarro, na cabana dos reis na região mandinga; sem contar, evidentemente, as importantes realizações nesse campo do Egito faraônico e dos reinos muçulmanos (almóada, por exemplo). Se pensarmos na dificuldade em converter uma sequência de durações numa sucessão de datas e ainda na necessidade de encontrar um ponto fixo de referência, verificaremos que este último é, na maior parte do tempo, fornecido por um fato externo datado, como o ataque ashanti contra Bono Mansu. Na verdade, somente a utilização da escrita e o acesso às religiões "universalistas" que dispõem de um calendário dependente de um terminus a quo preciso, assim como a entrada no universo do lucro e da acumulação monetária, remodelaram a concepção "tradicional" do tempo. Em sua época, porém, tal concepção respondia adequadamente às necessidades das sociedades em questão.

2 Outra exigência imperativa é que ***essa história seja enfim vista do interior***, a partir do pólo africano, e não medida permanentemente por padrões de valores estrangeiros; a consciência de si mesmo e o direito à diferença são pré-requisitos indispensáveis à constituição de uma personalidade coletiva autônoma. Certamente, a opção e a ótica de auto-exame não consistem em abolir artificialmente as conexões históricas da África com os outros continentes do Velho e do Novo Mundo. Mas tais conexões serão analisadas em termos de intercâmbios recíprocos e de influências multilaterais, nas quais as contribuições positivas da África para o desenvolvimento da humanidade não deixarão de

aparecer. A atitude histórica africana não será então uma atitude vingativa nem de auto-satisfação, mas um exercício vital da memória coletiva que varre o campo do passado para reconhecer suas próprias raízes. Após tantas visões exteriores que têm modelado a marca registrada da África a partir de interesses externos (até nos filmes contemporâneos), é tempo de resgatar a visão interior de identidade, de autenticidade, de conscientização: "volta repatriadora", como diz Jacques Berque para designar esse retorno às raízes. Ao considerar o valor da palavra e do nome na África, ao pensar que atribuir nome a uma pessoa é quase apoderar-se dela – a tal ponto que os personagens venerados (pai, esposo, soberano) são designados por perífrases e cognomes –, compreenderemos por que toda a série de vocábulos ou conceitos, todo o arsenal de estereótipos e de esquemas mentais relativos à história da África situam-se no contexto da mais sutil alienação. É preciso aqui uma verdadeira revolução copernicana, que seja primeiramente semântica e que, sem negar as exigências da ciência universal, recupere toda a corrente histórica desse continente, em novos moldes[29].

Como observava J. Mackenzie já em 1887, referindo-se aos Tsuana (Botsuana), quantos povos da África são conhecidos por nomes que eles próprios ou quaisquer outras populações africanas jamais utilizaram! Esses povos passaram pelas pias batismais da colonização e saíram consagrados à alienação. A única saída real é escrever cada vez mais livros de história da África em línguas africanas, o que pressupõe outras reformas de estrutura... Quantos livros de história da África dedicam generosamente um décimo de suas páginas à história pré-colonial, sob o pretexto de que é mal conhecida! Assim, damos um salto sobre "séculos obscuros" e vamos diretamente a algum explorador famoso ou procônsul, demiurgo providencial e *deus ex machina*, a partir do qual começa a verdadeira história, ficando o passado africano confinado a uma espécie de pré-história desonrosa. Certamente, não se trata de negar as influências externas, que agem como fermento acelerador ou detonador. A introdução no século XVI das armas de fogo no Sudão central, por exemplo, favoreceu a infantaria formada por escravos, em prejuízo dos cavaleiros feudais. Tal mutação repercutiu na estrutura do poder através do Sudão central, tendo o *kacella* ou *kaigamma*, de origem servil, suplantado junto ao soberano o ministro nobre Cirema. Mas as explicações mecânicas a partir de influências externas (inclusive no caso

29 Ver a esse respeito a interessante demonstração de I. A. AKINJOGBIN, 1967. A partir da comparação entre o sistema do ebi (família ampliada), que seria a fonte da autoridade de Oyo sobre as famílias, e o sistema daomeano de adaptação ao tráfico de escravos pela monarquia autoritária exercida sobre os indivíduos, o autor explica a disparidade entre os dois regimes. Ver também VERHAEGEN, B. 1974, p. 156: "O fato bruto é um mito. A linguagem que o designa é implicitamente uma teoria do fato".

dos apoios de cabeça!) e as correspondências automáticas entre os influxos exteriores e os movimentos da história da África devem ser banidas em favor de uma análise mais profunda, a fim de revelar as contradições e os dinamismos endógenos[30].

3 Além disso, essa história é obrigatoriamente a ***história dos povos africanos em seu conjunto***, considerada como uma totalidade que engloba a massa continental propriamente dita e as ilhas vizinhas como Madagascar, segundo a definição da carta da OUA. É claro que a história da África integra o setor mediterrâneo numa unidade consagrada por muitos laços milenares, às vezes sangrentos, é verdade, mas na maioria dos casos mutuamente enriquecedores. Tais laços fazem da África, de um lado e do outro da dobradiça do Saara, os dois batentes de uma mesma porta, as duas faces de uma mesma moeda.

É necessariamente uma história dos povos, pois na África mesmo o despotismo de certas dinastias tem sido sempre atenuado pela distância, pela ausência de meios técnicos que agravem o peso da centralização, pela perenidade das democracias aldeãs, de tal modo que em todos os níveis, da base ao topo, o conselho reunido pela e para a discussão constitui o cérebro do corpo político. É uma história dos povos porque, com exceção de algumas décadas contemporâneas, não foi moldada de acordo com as fronteiras fixadas pela colonização, pelo simples motivo de que a posição territorial dos povos africanos ultrapassa em toda parte as fronteiras herdadas da partilha colonial. Assim, para tomar um exemplo entre mil, os Senufo ocupam uma área correspondente a parte do Mali, da Costa do Marfim e do Alto Volta. No contexto geral do continente, terão maior destaque os fatores comuns resultantes de origens comuns e de intercâmbios inter-regionais milenares de homens, mercadorias, técnicas, ideias, em suma, de bens materiais e espirituais. Apesar dos obstáculos impostos pela natureza e do baixo nível técnico, tem havido desde a Pré-História uma certa solidariedade continental entre o vale do Nilo e o Sudão, até a floresta da Guiné; entre esse mesmo vale e a África oriental, incluindo, entre outros acontecimentos, a dispersão dos Luo; entre o Sudão e a África central pela diáspora dos Bantu; entre fachada atlântica e a costa oriental pelo comércio transcontinental através do Shaba.

Os fenômenos migratórios ocorridos em grande escala no espaço e no tempo não devem ser entendidos como uma imensa onda humana atraída pelo vazio ou

30 Cf. LAW, R. C. C. 1971. Para o autor, o declínio de Oyo é provocado pelas tensões intestinas entre categorias sociais subalternas: escravos, intendentes do alafin (rei) nas províncias, representantes das províncias na corte, triunviratos de eunucos reais (do centro, da direita e da esquerda).

deixando o vazio atrás de si. Mesmo a saga torrencial de Chaka, o mfécane, não pode ser interpretada unicamente nesses termos. O movimento de grupos Mossi (Alto Volta) em direção ao norte, a partir do Dagomba e do Mamprusi (Gana), foi realizado por bandos de cavaleiros que, de etapa em etapa, foram ocupando as várias regiões; no entanto, só podiam concretizar tal ocupação amalgamando-se aos autóctones, tomando esposas nativas. Os privilégios judiciais que eles próprios se outorgavam provocaram rapidamente a proliferação de suas escarificações faciais (uma espécie de carteira de identidade), enquanto a língua, bem como as instituições dos recém-chegados, prevaleceram a ponto de eliminar as dos outros povos. Outros costumes, como os ligados aos cultos agrários ou os que regiam os direitos de estabelecimento, continuavam a ser de competência dos chefes locais, ao mesmo tempo em que se instauravam relações de "parentesco de brincadeira" com certos povos encontrados pelo caminho. O grande conquistador "mossi" Ubri, aliás, já era ele próprio um "mestiço". Esse esboço de processo por osmose deve substituir quase sempre o cenário romântico e simplista da invasão niilista e devastadora, como foi longa e erradamente representada a irrupção dos Beni Hilal na África do Norte.

Os excessos da antropologia física, com seus preconceitos racistas, são hoje rejeitados por todos os autores sérios. Mas os "Hamitas" e outras "raças morenas", inventadas em defesa da causa, não cessaram de povoar as miragens e os fantasmas de espíritos ditos científicos.

"Tais categorias", declara J. Hiemaux[31] num texto importante:

> "Não podem ser admitidas como unidades biológicas de estudo. Os Peul não constituem um grupo biológico, mas sim cultural. Os Peul do sul de Camarões, por exemplo, têm seus parentes biológicos mais próximos nos Haya da Tanzânia. Quanto à proximidade biológica entre os Mouros e os Warsingali da Somália, ela deriva tanto da hereditariedade quanto do biótopo similar que os condiciona: a estepe árida".

Há vários milênios, os dados propriamente biológicos, constantemente subvertidos pela seleção ou pela oscilação genética, não dão nenhuma referência sólida para a classificação, nem sobre o grupo sanguíneo, nem sobre a frequência do gene Hbs, que determina uma hemoglobina anormal e que, associado a um gene normal, reforça a resistência à malária. Isto ilustra o papel importantíssimo da adaptação ao meio natural. A estatura mais elevada e a bacia mais larga, por exemplo, coincidem com as zonas de maior seca e de calor mais intenso. Neste caso, a morfologia do crânio mais estreito e mais alto (dolicocefalia) é uma

31 HIERNAUX, J. 1970, p. 53 e ss.

adaptação que permite uma menor absorção de calor. O vocábulo "tribo" será tanto quanto possível banido desta obra, exceto no caso de certas regiões da África do Norte[32], em razão de suas conotações pejorativas e das diversas ideias falsas que o sustentam. Por mais que se destaque que a "tribo" é essencialmente uma unidade cultural e, às vezes, política, alguns continuam a vê-la como um estoque biologicamente distinto e destacam os horrores das "guerras tribais", cujo saldo muitas vezes se limitava a algumas dezenas de mortos ou menos que isso; esquecem, porém, todos os intercâmbios positivos que ligaram os povos africanos no plano biológico, tecnológico, cultural, religioso, sociopolítico, etc., e que dão aos empreendimentos africanos um indiscutível ar de família.

4 Além do mais, esta história ***deverá evitar ser excessivamente fatual***, pois com isso correria o risco de destacar em demasia as influências e os fatores externos. Certamente, o estabelecimento de fatos-chave é uma tarefa primordial, indispensável até, para definir o perfil original da evolução da África. Mas ***serão tratadas com especial interesse as civilizações, as instituições, as estruturas***: técnicas agrárias e de metalurgia, artes e artesanato, circuitos comerciais, formas de conceber e organizar o poder, cultos e modos de pensamento filosófico ou religioso, técnicas de modernização, o problema das nações e pré-nações, etc. Esta opção metodológica requer, com mais vigor ainda, a abordagem interdisciplinar.

Finalmente, por que esse retorno às fontes africanas? Enquanto a busca desse passado pode ser, para os estrangeiros, uma simples curiosidade, um exercício intelectual altamente estimulante para a mente desejosa de decifrar o enigma da Esfinge, o sentido real dessa iniciativa deve ultrapassar tais objetivos puramente individuais, pois a história da África é necessária à compreensão da história universal, da qual muitas passagens permanecerão enigmas obscuros enquanto o horizonte do continente africano não tiver sido iluminado. Além disso, no plano metodológico, a execução da história da África de acordo com as normas estabelecidas neste volume pode confirmar a estratégia dos adeptos da história total, apreendida em todos os seus estratos e em todas as suas dimensões, por todo o arsenal de instrumentos de investigação disponíveis. Dessa forma, a história torna-se essa disciplina sinfônica em que a palavra é dada simultaneamente a todos os ramos do conhecimento; em que a conjunção singular das vozes se

32 O termo árabe *Khabbylia* designa um grupo de pessoas ligadas geneologicamente a um ancestral comum e que vivem num território delimitado. Como a filiação genealógica tem grande importância entre os povos semíticos (árabes, berberes), *la Khabbylia* (que corresponde em português ao termo tribo) desempenhou, e por vezes desempenha, um papel que não pode ficar esquecido por silêncio na história de inúmeros países norte-africanos. A fim de preservar toda sua conotação histórica e sociocultural, o vocábulo *Khabbylia* será mantido em sua grafia original.

transforma de acordo com o assunto ou com os momentos da pesquisa, para ajustar-se às exigências do discurso. Mas essa reconstrução póstuma do edifício há pouco construído com pedras vivas é importante, sobretudo, para os africanos, que têm nisso um interesse carnal e que penetram nesse domínio após séculos ou décadas de frustração, como um exilado que descobre os contornos ao mesmo tempo velhos e novos, porque secretamente antecipados, da almejada paisagem da pátria. Viver sem história é ser uma ruína ou trazer consigo as raízes de outros. É renunciar à possibilidade de ser raiz para outros que vêm depois. É aceitar, na maré da evolução humana, o papel anônimo de plâncton ou de protozoário. É preciso que o homem de Estado africano se interesse pela história como uma parte essencial do patrimônio nacional que deve dirigir, ainda mais porque é pela história que ele poderá ter acesso ao conhecimento dos outros países africanos na ótica da unidade africana.

Mas esta história é ainda mais necessária aos próprios povos para os quais ela constitui um direito fundamental. Os Estados africanos devem organizar equipes para salvar, antes que seja tarde demais, o maior número possível de vestígios históricos. Devem-se construir museus e promulgar leis para a proteção dos sítios e dos objetos. Devem ser concedidas bolsas de estudo, em particular para a formação de arqueólogos. Os programas e cursos devem sofrer profundas modificações, a partir de uma perspectiva africana. A história é uma fonte na qual poderemos não apenas ver e reconhecer nossa própria imagem, mas também beber e recuperar nossas forças, para prosseguir adiante na caravana do progresso humano. Se tal é a finalidade desta ***História Geral da África***, essa laboriosa e enfadonha busca, sobrecarregada de exercícios penosos, certamente se revelará fecunda e rica em inspiração multiforme. Pois em algum lugar sob as cinzas mortas do passado existem sempre brasas impregnadas da luz da ressurreição.

CAPÍTULO 1

A evolução da historiografia da África

J. D. Fage

Os primeiros trabalhos sobre a história da África são tão antigos quanto o início da história escrita. Os historiadores do velho mundo mediterrânico e os da civilização islâmica medieval tomaram como quadro de referência o conjunto do mundo conhecido, que compreendia uma considerável porção da África. A África ao norte do Saara era parte integrante dessas duas civilizações e seu passado constituía um dos centros de interesse dos historiadores, do mesmo modo que o passado da Europa meridional ou o do Oriente Próximo. A história do norte da África continuou a ser parte essencial dos estudos históricos até a expansão do Império Otomano, no século XVI.

Após a expedição de Napoleão Bonaparte ao Egito em 1798, o norte da África tornou-se novamente um campo de estudos que os historiadores não podiam negligenciar. Com a expansão do poder colonial europeu nessa parte da África – após a conquista de Argel pelos franceses em 1830 e a ocupação do Egito pelos britânicos em 1882 – um ponto de vista europeu colonialista passou a dominar os trabalhos sobre a história da porção norte da África. No entanto, a partir de 1930, o movimento modernizador no Islã, o desenvolvimento da instrução de estilo europeu nas colônias da África do Norte e o nascimento dos movimentos nacionalistas norte-africanos começaram a combinar-se para dar origem a escolas autóctones de história que produziam obras não apenas em árabe, mas também em francês e inglês, restabelecendo assim o equilíbrio nos estudos históricos dessa região do continente.

Assim sendo, o presente capítulo preocupar-se-á sobretudo com a historiografia da África ocidental, central, oriental e meridional. Ainda que nem os historiadores clássicos nem os historiadores islâmicos medievais tenham considerado a África tropical como destituída de interesse, seus horizontes estavam limitados pela escassez de contatos que podiam estabelecer com ela, seja através do Saara em direção à "Etiópia" ou o *Bilad-al-Suden,* seja ao longo da costa do mar Vermelho e do oceano Índico, até os limites que a navegação de monções permitia atingir.

As informações fornecidas pelos antigos autores no que se refere mais particularmente à África ocidental eram raras e esporádicas. Heródoto, Manetão, Plínio, o Velho, Estrabão e alguns outros descrevem apenas umas poucas viagens através do Saara, ou breves incursões marítimas ao longo da costa Atlântica, sendo a autenticidade de alguns desses relatos objeto de animadas discussões entre especialistas. As informações clássicas a respeito do mar Vermelho e do oceano Índico têm um fundamento mais sólido, pois é certo que os mercadores mediterrânicos, ou ao menos os alexandrinos, comerciavam nessas costas. O *Périplo do Mar da Eritreia* (mais ou menos no ano +100) e as obras de Cláudio Ptolomeu (por volta do ano +150, embora a versão que chegou até nós pareça referir-se sobretudo ao ano +400, aproximadamente) e de Cosmas Indicopleustes (+647) constituem ainda as principais fontes da história antiga da África oriental.

Os autores árabes eram mais bem informados, uma vez que em sua época a utilização do camelo pelos povos do Saara havia facilitado o estabelecimento de um comércio regular com a África ocidental e a instalação de negociantes norte--africanos nas principais cidades do Sudão ocidental. Por outro lado, o comércio com a parte ocidental do oceano Índico tinha se desenvolvido a tal ponto que um número considerável de mercadores da Arábia e do Oriente Próximo se instalara ao longo da costa oriental da África. Assim, as obras de homens como al-Mas'udi (que morreu por volta de +950), al-Bakri (1029-1094), al-Idrisi (1154), Yakut (cerca de 1200), Abu'l-Fida (1273-1331), al'Umari (1301-1349), Ibn Battuta (1304-1369) e Hassan Ibn Mohammad al-Wuzza'n (conhecido na Europa pelo nome de Leão, o Africano, 1494-1552 aproximadamente) são de grande importância para a reconstrução da história da África, em particular a do Sudão ocidental e central, durante o período compreendido entre os séculos IX e XV.

No entanto, por mais úteis que sejam essas obras para os historiadores modernos, pairam dúvidas de que possamos incluir algum desses autores ou de seus predecessores clássicos entre os principais historiadores da África. O essencial da contribuição de cada um deles consiste numa descrição das regiões da África a partir das informações que puderam recolher na época em que

escreveram. Não existe nenhum estudo sistemático sobre as mudanças ocorridas ao longo do tempo e que constituem o verdadeiro objetivo do historiador. Aliás, tal descrição nem chega a ser realmente sincrônica, pois se é verdade que uma parte das informações pode ser contemporânea, outras delas, embora pudessem ainda ser consideradas verdadeiras na época em que o autor vivia, muitas vezes poderiam ser provenientes de relatos mais antigos. Além disso, essas obras apresentam o inconveniente de que, em geral, não há nenhum meio de avaliar a autoridade da informação, de saber, por exemplo, se o autor a obteve por sua observação pessoal ou a partir da observação direta de um contemporâneo, ou se ele simplesmente relata rumores correntes na época ou a opinião de autores antigos. Leão, o Africano, constitui um exemplo interessante desse problema. Assim como Ibn Battuta, ele próprio viajou pela África, mas, ao contrário deste, não se pode afirmar com certeza que todas as informações que ele nos fornece tenham provindo de suas observações pessoais.

Talvez fosse útil relembrar aqui que o termo "história" não deixa de ser ambíguo. Atualmente, pode ser definido como "um relato metódico dos acontecimentos de um determinado período", mas pode também ter o sentido mais antigo de "descrição sistemática de fenômenos naturais". É essencialmente nessa acepção que ele é empregado no título em inglês da obra de Leão, o Africano (Leo Africanus, *A Geographical History of Africa;* em francês, *Description de l'Afrique),* significado que só permanece hoje na ultrapassada expressão "história natural" (que, aliás, era o título da obra de Plínio).

Entre os primeiros historiadores da África, porém, encontra-se um muito importante, um grande historiador no sentido amplo do termo: referimo-nos a Ibn Khaldun (1332-1406) que, se fosse mais conhecido pelos especialistas ocidentais, poderia legitimamente roubar de Heródoto o título de "pai da história". Ibn Khaldun era um norte-africano nascido em Túnis. Uma parte de sua obra é consagrada à África[1] e às suas relações com os outros povos do Mediterrâneo e do Oriente Próximo. Da compreensão dessas relações ele induziu uma concepção que faz da história um fenômeno cíclico, no qual os nômades das estepes e dos desertos conquistam as terras aráveis dos povos sedentários e aí estabelecem vastos reinos, que, depois de cerca de três gerações, perdem sua vitalidade e se tornam vítimas de novas invasões de nômades. Trata-se, sem dúvida, de um bom modelo para grande parte da história do

1 As principais explicações sobre a África encontram-se na mais importante obra desse autor, a *Muqqadima* (tradução francesa de Vincent MONTEIL), e no fragmento de sua história traduzido por DE SLANE sob o título *Histoire des Berbères.*

norte da África e um importante historiador, Marc Bloch[2], utilizou-o para sua brilhante explicação da história da Europa no início da Idade Média. Ora, Ibn Khaldun distingue-se de seus contemporâneos não somente por ter concebido uma filosofia da história, mas também – e talvez principalmente – por não ter, como os demais, atribuído o mesmo peso e o mesmo valor a todo fragmento de informação que pudesse encontrar sobre o passado; acreditava que era preciso aproximar-se da verdade passo a passo, através da crítica e da comparação.

Ibn Khaldun é, realmente, um historiador muito moderno e é a ele que devemos o que se pode considerar quase como história da África tropical, em sentido moderno. Na qualidade de norte-africano e também pelo fato de ter trabalhado, a despeito da novidade de sua filosofia e de seu método, no quadro das antigas tradições mediterrâneas e islâmicas, ele não deixou de se preocupar com o que ocorria no outro lado do Saara. Assim, um dos capítulos de sua obra[3] é uma história do Império do Mali, que na época em que ele viveu atingia seu auge. Esse capítulo é parcialmente fundamentado na tradição oral da época e, por esta razão, permanece até hoje como uma das bases essenciais da história desse grande Estado africano.

Nenhum Estado vasto e poderoso como o Mali, nem mesmo os Estados de menor importância como os primeiros reinados haussa ou as cidades independentes da costa oriental da África, podiam manter sua identidade ou sua integridade sem uma tradição reconhecida relativa à sua fundação e ao seu desenvolvimento. Quando o Islã atravessou o Saara e se expandiu ao longo da costa oriental trazendo consigo a escrita árabe, os negros africanos passaram a utilizar textos escritos ao lado dos documentos orais de que já dispunham para conservar sua história.

Os mais elaborados dentre esses primeiros exemplos de obras de história atualmente conhecidos são provavelmente o *Ta'rikh al-Sudan* e o *Ta'rikh el-Fattash,* ambos escritos em Tombuctu, principalmente no século XVII[4]. Nos dois casos, os autores fazem um relato dos acontecimentos de sua época e do período imediatamente anterior, com muitos detalhes e sem omitir a análise e a interpretação. Mas antecedendo esses relatos críticos há também uma evocação das tradições orais relativas a períodos mais antigos. Dessa forma, o

2 Ver sobretudo BLOCH, M. 1939, p. 91.

3 Na tradução de M. G. DE SLANE, intitulada *Histoire des Berbères* (1925-1956), este capítulo figura no volume 2, p. 105-16.

4 O *Ta'rikh al-Sudan* foi traduzido para o francês e comentado por O. HOUDAS (1900); o *Ta'rikh el-Fattash,* por O. HOUDAS e M. DELAFOSSE (1913).

resultado não é somente uma história do Império Songhai, de sua conquista e dominação pelos marroquinos, mas também uma tentativa de determinar o que era importante na história pregressa da região, sobretudo nos antigos impérios de Gana e do Mali. Em função disso, é importante distinguir os Ta'rikh de Tombuctu de outras obras históricas escritas em árabe pelos africanos, tais como as conhecidas pelos nomes de *Crônica de Kano* e *Crônica de Kilwa*[5]. Estes últimos nos oferecem somente anotações diretas, por escrito, de tradições que até então eram, sem dúvida alguma, transmitidas oralmente. Embora uma versão da *Crônica de Kilwa* pareça ter sido utilizada pelo historiador português de Barros no século XVI, não há nada que prove que a *Crônica de Kano* tenha existido antes do início do século XIX.

É interessante notar que as crônicas dessa natureza escritas em árabe não se limitam necessariamente às regiões da África que foram inteiramente islamizadas. Assim, o centro da atual Gana produziu sua *Crônica de Gonja* (*Kitab al-Ghunja*) no século XVIII e as recentes pesquisas de especialistas como Ivor Wilks revelaram centenas de exemplos de manuscritos árabes provenientes dessa região e de regiões vizinhas[6]. Por outro lado, é preciso não esquecer que uma parte da África tropical – a atual Etiópia – possuía sua própria língua semítica, inicialmente o gueze e mais tarde o amárico, na qual uma tradição literária foi preservada e desenvolvida durante quase 2 mil anos. Sem dúvida nenhuma, essa tradição produziu obras históricas já no século XIV, das quais um exemplo é a *História das Guerras,* de Amda Syôn[7]. As obras históricas escritas em outras línguas africanas como o haussa e o swahili, distintas das escritas em árabe clássico importado mas utilizando sua escrita, só apareceram no século XIX.

No século XV os europeus começaram a entrar em contato com as regiões costeiras da África tropical, fato que desencadeou a produção de obras literárias que constituem preciosas fontes de estudo para os historiadores modernos. Quatro regiões da África tropical foram objeto de particular atenção: a costa da Guiné na África ocidental; a região do Baixo Zaire e de Angola; o vale do Zambeze e as terras altas vizinhas; e, por fim, a Etiópia. Nessas regiões, durante os séculos XVI e XVII, houve uma considerável penetração em direção ao interior. Mas, como no caso dos escritores antigos, clássicos, ou árabes, o

5 Pode-se encontrar uma tradução inglesa da *Crônica de Kano* em H. R. PALMER, 1928, vol. 3, p. 92-132, e da *Crônica de Kilwa* em G. S. P. FREEMAN-GRENVILLE, 1962, p. 34-49.

6 Sobre a *Crônica de Gonja* e a coleção de manuscritos árabes na atual Gana, ver Nehemin LEVTZION, 1968, p. 27-32 sobretudo; Ivor WILKS, 1963, p. 409-17; e Thomas HODGKIN, 1966, p. 442-60.

7 Existem várias traduções dessa obra, sobretudo uma (em francês) de J. PERRUCHON no *Journal Asiatique, 1889.*

resultado não foi sempre, e em geral não de forma imediata, a produção de obras de história da África.

A costa da Guiné foi a primeira região da África tropical descoberta pelos europeus; ela foi o tema de toda uma série de obras a partir de 1460, aproximadamente (Cadamosto), até o início do século XVIII (Barbot e Bosman). Uma boa parte desse material é de grande valor histórico, porque fornece testemunhos diretos e datados, graças aos quais podem-se situar várias outras relações de caráter histórico. Há também nessas obras abundante material histórico (entendido como não-contemporâneo), sobretudo em Dapper (1688), que, ao contrário da maioria dos demais autores, não era um observador direto, mas apenas um compilador de relatos alheios. Porém, o objetivo essencial de todos esses autores era mais descrever a situação contemporânea do que fazer história. E é somente agora, depois que uma boa parte da história da África ocidental foi reconstituída, que podemos avaliar corretamente muitas das afirmações que eles fizeram[8].

Nas outras regiões que despertaram o interesse dos europeus nos séculos XVI e XVII a situação era um pouco diferente. Isso talvez se deva ao fato de terem sido o campo de atividade dos primeiros esforços missionários, ao passo que o principal motor das atividades europeias na Guiné foi sempre o comércio. Enquanto os africanos forneciam as mercadorias que os europeus desejavam comprar, como era em geral o caso da Guiné, os negociantes não se sentiam impelidos a mudar a sociedade africana; eles se contentavam em observá-la. Os missionários, ao contrário, sentiam-se obrigados a tentar alterar o que encontravam e, nessas condições, um certo grau de conhecimento da história da África poderia ser-lhes útil. Na Etiópia, as bases já existiam. Podia--se aprender o gueez e aperfeiçoar seu estudo, bem como utilizar as crônicas e outros escritos nessa língua. Obras históricas sobre a Etiópia foram elaboradas por dois eminentes pioneiros entre os missionários, Pedro Paez (morto em 1622) e Manoel de Almeida (1569-1646), e uma história completa foi escrita por um dos primeiros orientalistas da Europa, Hiob Ludolf (1634-1704)[9]. No baixo vale do Congo e em Angola, assim como no vale do Zambeze e em suas imediações, os interesses comerciais eram provavelmente mais fortes que os

8 *The Voyages of Cadamosto,* comentadas por G. R. CRONE, 1937; John BARBOT, 1732; William BOSMAN, edição comentada, 1967.

9 Em C. BECCARI, *Rerum Aethiopicarum Scriptores Occidentales Inediti* (Roma, 1905-1917), a obra de Paez se encontra nos volumes 2 e 3 e a de Almeida, nos volumes 5 e 7; existe uma tradução parcial em inglês da obra de ALMEIDA em C. F. BECKINGHAM e G. W. B. HUNTINGFORD, *Some Records of Ethiopia,* 1593-1646 (1954). A *Historia Aethiopica* de LUDOLF foi publicada em Frankfurt, em 1681.

da evangelização. Ocorre porém que, em seu conjunto, a sociedade africana tradicional não estava disposta a fornecer aos europeus o que eles desejavam, a não ser que sofresse pressões consideráveis. O resultado é que ela foi obrigada a mudar de modo tão drástico que mesmo os ensaios descritivos dificilmente podiam deixar de ser em parte históricos. De fato, importantes elementos de história podem ser encontrados em livros de autores como Pigafetta e Lopez (1591) e Cavazzi (1687). Em 1681, Cadornega publica uma *História das Guerras Angolanas*[10].

A partir do século XVIII, parece que a África tropical recebeu dos historiadores europeus a atenção que merecia. Era possível, por exemplo, utilizar como fontes históricas os autores mais antigos, sobretudo os descritivos – como Leão, o Africano, e Dapper –, de maneira que as histórias e geografias universais da época, como *The Universal History,* publicada na Inglaterra entre 1736 e 1765, podiam consagrar um número apreciável de páginas à África[11]. Houve também ensaios monográficos, como é o caso da *História de Angola,* de Silva Correin (cerca de 1792), da *Some Historical account of Guinea,* de Benezet (1772) e das duas histórias do Daomé: *Memórias do Reino de Bossa Ahadée,* de Norris (1789) e *History of Dahomey,* de Dalzel (1793). Mas uma advertência se faz necessária aqui. O livro de Silva Correin só foi publicado neste século[12]. E a razão pela qual as três obras mencionadas acima foram publicadas naquela época deve-se ao fato de que, no fim do século XVIII, começava a acirrar-se a controvérsia em torno do tráfico de escravos, que tinha sido o principal elemento das relações entre a Europa e a África tropical havia pelo menos 150 anos. Dalzel e Norris, ambos recorrendo à sua experiência no comércio de escravos no Daomé, assim como Benezet, desempenharam o papel de historiadores, mas seus trabalhos tinham como objetivo fornecer argumentos a favor ou contra a abolição do tráfico negreiro.

Se não fosse por isso, não se tem como certo que esses livros tivessem encontrado compradores, pois nessa época a principal tendência da cultura europeia começava a considerar de forma cada vez mais desfavorável as sociedades não-europeias e a declarar que elas não possuíam uma história digna de ser estudada. Essa mentalidade resultava sobretudo da convergência

10 CADORNEGA, A. de Oliveira. *Historia General das Guerras Angolanas.* Comentada por M. DELGADO e A. CUNHA (Lisboa, 1940-1942).

11 A edição *in-folio* da *Universal History* compreende 23 volumes, dos quais 16 são consagrados à história moderna, contendo estes últimos dois volumes sobre a África.

12 Lisboa, 1937.

de correntes de pensamento oriundas do Renascimento, do Iluminismo e da crescente revolução científica e industrial. O resultado foi que, baseando-se no que era considerado uma herança greco-romana única, os intelectuais europeus convenceram-se de que os objetivos, os conhecimentos, o poder e a riqueza de sua sociedade eram tão preponderantes que a civilização europeia deveria prevalecer sobre todas as demais. Consequentemente, sua história constituía a chave de todo conhecimento, e a história das outras sociedades não tinha nenhuma importância. Esta atitude era adotada sobretudo em relação à África. De fato, nessa época os europeus só conheciam a África e os africanos sob o ângulo do comércio de escravos, num momento em que o próprio tráfico era causador de um caos social cada vez mais grave em numerosas partes do continente.

Hegel (1770-1831) definiu explicitamente essa posição em sua *Filosofia da História,* que contém afirmações como as que seguem: "A África não é um continente histórico; ela não demonstra nem mudança nem desenvolvimento". Os povos negros "são incapazes de se desenvolver e de receber uma educação. Eles sempre foram tal como os vemos hoje". É interessante notar que, já em 1793, o responsável pela publicação do livro de Dalzel julgara necessário justificar o surgimento de uma história do Daomé. Assumindo claramente a mesma posição de Hegel, ele declarava:

> "Para chegar a um justo conhecimento da natureza humana, é absolutamente necessário preparar o caminho através da história das nações menos civilizadas (…) (Não há nenhum outro) meio de julgar o valor da cultura, na avaliação da felicidade humana, a não ser através de comparações deste tipo"[13].

Ainda que a influência direta de Hegel na elaboração da história da África tenha sido fraca, a opinião que ele representava foi aceita pela ortodoxia histórica do século XIX. Essa opinião anacrônica e destituída de fundamento ainda hoje não deixa de ter adeptos. Um professor de História Moderna na Universidade de Oxford, por exemplo, teria declarado:

> "Pode ser que, no futuro, haja uma história da África para ser ensinada. No presente, porém, ela não existe; o que existe é a história dos europeus na África. O resto são trevas… e as trevas não constituem tema de história. Compreendam-me bem. Eu não nego que tenham existido homens mesmo em países obscuros e séculos obscuros, nem que eles tenham tido uma vida política e uma cultura interessantes para os

13 DALZEL, Archibald. *The History of Dahomey* (1793) p.v.

sociólogos e os antropólogos; mas creio que a história é essencialmente uma forma de movimento e mesmo de movimento intencional. Não se trata simplesmente de uma fantasmagoria de formas e de costumes em transformação, de batalhas e conquistas, de dinastias e de usurpações, de estruturas sociais e de desintegração social…".

Ele argumentava que "a história, ou melhor, o estudo da história, tem uma finalidade. Nós a estudamos (…) a fim de descobrir como chegamos ao ponto em que estamos". O mundo atual, prosseguia ele, "está a tal ponto dominado pelas ideias, técnicas e valores da Europa ocidental que, pelo menos nos cinco últimos séculos, na medida em que a história do mundo tem importância, é somente a história da Europa que conta". Por conseguinte, não podemos nos permitir "divertirmo-nos com o movimento sem interesse de tribos bárbaras nos confins pitorescos do mundo, mas que não exerceram nenhuma influência em outras regiões"[14].

Por ironia do destino, foi durante a vida de Hegel que os europeus empreenderam a exploração real, moderna e científica da África e começaram assim a lançar os fundamentos de uma avaliação racional da história e das realizações das sociedades africanas. Essa exploração era ligada, em parte, à reação contra a escravidão e o tráfico de escravos, e, em parte, à competição pelos mercados africanos.

Alguns dos primeiros europeus eram impelidos por um desejo sincero de aprender tudo o que pudessem a respeito do passado dos povos africanos e recolhiam todo o material que encontravam: documentos escritos, quando os havia, ou ainda tradições orais e testemunhos que descobriam sobre os traços do passado. A literatura produzida pelos exploradores é imensa. Alguns desses trabalhos contêm história no melhor sentido do termo, e em sua totalidade, tal literatura constitui um material de grande valor para os historiadores. Uma pequena lista dos principais títulos poderia incluir *Travels to Discoverer the Sources of the Nile* de James Bruce (1790); os capítulos especificamente históricos dos relatos de visitas a Kumasi, capital de Ashanti, de T. E. Bowdich (*Mission from Cape Coast to Ashantee,* 1819) e de Joseph Dupuis (*Journal of a Residence in Ashantee,* 1824); *Reisen und Entdeckungen in Nord-und Zentral Afrika* (1857--1858) de Heinrich Barth; *Documents sur l'Histoire, la Géographie et le Commerce de l'Afrique Oriental* de M. Guillain (1856); e *Saara und Sudan* de Gustav Nachtigal (1879-1889).

14 Estas citações foram extraídas das notas de abertura do primeiro ensaio de uma série de cursos proferidos pelo professor Hugh TREVOR-HOPER intitulada "The Rise of Christian Europe" (A Ascensão da Europa Cristã). Ver *The Listener,* 28-11-1963, p. 871.

A carreira de Nachtigal prosseguiu numa fase inteiramente nova da história da África: aquela em que os europeus haviam iniciado a conquista do continente e o domínio de suas populações. Como essas tentativas pareciam necessitar de uma justificativa moral, as considerações hegelianas foram reforçadas pela aplicação dos princípios de Darwin. O resultado sintomático disso tudo foi o aparecimento de uma nova ciência, a Antropologia, que é um método não--histórico de estudar e avaliar as culturas e as sociedades dos povos "primitivos", os que não possuíam "uma história digna de ser estudada", aqueles que eram "inferiores" aos europeus e que podiam ser diferenciados destes pela pigmentação de sua pele.

É interessante citar aqui o caso de Richard Burton (1821-1890), um dos grandes viajantes europeus na África durante o século XIX. Trata-se de um espírito curioso, cultivado, sempre atento e um orientalista eminente. Ele foi, em 1863, um dos fundadores da London Anthropological Society (que tornar--se-ia mais tarde o Royal Anthropological Institute). Entretanto, de modo bem mais acentuado que Nachtigal, sua carreira marca o fim da exploração científica e imparcial da África, que havia começado com James Bruce. Encontramos, por exemplo, em sua *Mission to Gelele, King of Dahomey* (1864), uma notável digressão sobre "o lugar do negro na natureza" (e não, como se pode notar, "o lugar do negro na história"). Pode-se ler aí frases como esta: "O negro puro se coloca na família humana abaixo das duas grandes raças, árabe e ariana" (a maioria dos seus contemporâneos teria classificado estas duas últimas em ordem inversa) e "o negro, coletivamente, não progredirá além de um determinado ponto, que não merecerá consideração; mentalmente ele permanecerá uma criança..."[15]. Foi em vão que certos intelectuais africanos, como James Africanus Horton, responderam a essas colocações, polemizando com os membros influentes da London Anthropological Society.

As coisas ficaram ainda mais difíceis para o estudo da história da África após o aparecimento, nessa época e em particular na Alemanha, de uma nova concepção sobre o trabalho do historiador, que passava a ser encarado mais como uma atividade científica fundada sobre a análise rigorosa de fontes originais do que como uma atividade ligada à literatura ou à filosofia. É evidente que, para a história da Europa, essas fontes eram sobretudo fontes escritas, e nesse domínio a África parecia especialmente deficiente. Tal concepção foi exposta de forma muito precisa pelo professor A. P. Newton, em 1923, numa

15 *Op. cit.*, edição de 1893, v. 2, p. 131 e 135.

conferência diante da Royal African Society de Londres, sobre "A África e a pesquisa histórica". Segundo ele, a África não possuía "nenhuma história antes da chegada dos europeus. A história começa quando o homem se põe a escrever". Assim, o passado da África antes do início do imperialismo europeu só podia ser reconstituído "a partir de testemunhos dos restos materiais, da linguagem e dos costumes primitivos", coisas que não diziam respeito aos historiadores, e sim aos arqueólogos, aos linguistas e aos antropólogos[16].

De fato, o próprio Newton encontrava-se um pouco à margem do papel de historiador tal como era concebido na época. Durante grande parte do século XIX alguns dos mais eminentes historiadores britânicos, como James Stephen (1789-1859), Herman Merivale (1806-1874), J. A. Froude (1818-1894) e J. R. Seeley (1834-1895)[17], haviam demonstrado muito interesse pelas atividades dos europeus (ou pelo menos de seus compatriotas) no resto do mundo. Mas o sucessor de Seeley no cargo de *Regius Professor* de História Moderna em Cambridge foi Lord Acton (1834-1902), que havia se graduado na Alemanha. Acton começara imediatamente a preparar *The Cambridge Modern History,* cujos catorze volumes apareceram entre 1902 e 1910. Essa obra é tão centrada na Europa que chega a ignorar quase totalmente até mesmo as atividades dos próprios europeus pelo mundo. Em consequência, a história colonial foi geralmente deixada a cargo de homens como Sir Charles Lucas (ou, na França, Gabriel Hanotaux)[18] que, como Stephen, Merivale e Froude, já haviam se encarregado ativamente dos assuntos coloniais.

Entretanto, com o tempo, a história colonial ou imperial se fez aceitar, mesmo permanecendo à margem da profissão. *The New Cambridge Modern History,* que começara a aparecer em 1957 sob a direção de Sir George Clark, traz alguns capítulos sobre a África, a Ásia e a América em seus doze volumes e, por outro lado, a coleção de história de Cambridge havia sido enriquecida nessa época com a série *The Cambridge History of the British Empire* (1929-1959), da qual

16 "Africa and historical research", *J. A. S.,* 22 (1922-1923).

17 STEPHEN foi funcionário no Colonial Office de 1825 a 1847 e professor de História Moderna em Cambridge de 1849 a 1859; MERIVALE foi professor de Economia Política em Oxford antes de suceder STEPHEN na qualidade de Permanent Under-Secretary do Colonial Office (1847-1859); FROUDE passou a maior parte de sua vida em Oxford e foi professor de História Moderna em 1892--1894, mas na década de 1870 serviu como emissário do Colonial Secretary na África do Sul; SEELEY foi professor de História Moderna em Cambridge de 1869 a 1895.

18 LUCAS foi funcionário no British Colonial Office de 1877 a 1911, tendo atingido o grau de Assistant Under-Secretary; ele obteve depois um posto no All Soul's College, em Oxford. HANOTAUX (1853-1944) seguiu duas carreiras: como político e homem de Estado desempenhou, na década de 1890, importante papel nas relações coloniais e exteriores da França; como historiador, foi eleito para a Academia Francesa.

Newton foi um dos diretores fundadores. Mas basta um exame superficial desse trabalho para perceber que a história colonial, mesmo no que se refere à África, é muito diferente da história da África.

Dos oito volumes dessa obra, quatro são consagrados ao Canadá, à Austrália, à Nova Zelândia e à Índia Britânica. Restam então três volumes gerais, nitidamente orientados para a política imperial (de 68 capítulos, somente quatro referem-se diretamente às relações da Inglaterra com a África) e um volume consagrado à África do Sul, o único lugar da África subsaariana no qual os colonos europeus realmente se estabeleceram. A quase totalidade desse volume (o maior dos oito) é dedicada aos intrincados negócios desses colonos europeus desde sua chegada em 1652. Os povos africanos, que constituem a maioria da população, são relegados a um capítulo introdutório (e essencialmente não--histórico) redigido por um antropólogo social, e a dois capítulos que, embora escritos pelos dois historiadores sul-africanos mais lúcidos de sua geração, C. W. de Kiewiet e W. M. MacMillan, os consideram, por necessidade, sob a perspectiva de sua reação à presença europeia. Em outros lugares, a história da África aparecia muito timidamente em coleções mais ou menos monumentais, como por exemplo, *Peuples et Civilizations,* História Geral, 20 volumes, Paris, 1927-52; G. Glotz, editor, *Histoire Générale,* organizada por G. Glotz, 10 volumes, Paris, 1925-1938; *Propyläen Weltgeschichte,* 10 volumes, Berlim, 1929--1933; *Historia Mundi, ein Handbuch der Weltgeschichte in 10 Bänden,* Bern, 1952 ff; V *semirnaja Istoriya* (World History), 10 volumes, Moscou, 1955 ff. O italiano C. Conti Rossini publicou em Roma, em 1928, uma importante *Storia d' Etiopia.*

Os historiadores coloniais profissionais estavam, assim como os historiadores profissionais em geral, apegados à concepção de que os povos africanos ao sul do Saara não possuíam uma história suscetível ou digna de ser estudada. Como vimos, Newton considerava essa história como domínio exclusivo dos arqueólogos, linguistas e antropólogos. Mas se é verdade que os arqueólogos, assim como os historiadores, por força de sua profissão se interessam pelo passado do homem e de suas sociedades, eles estavam quase tão desinteressados quanto os historiadores em dedicar-se a descobrir e elucidar a história da sociedade humana na África subsaariana. Concorriam para isso duas razões principais. Em primeiro lugar, uma das correntes mais importantes da Arqueologia, ciência então em desenvolvimento, professava que, assim como a História, ela deveria orientar-se essencialmente pelas fontes escritas. Consagrava-se a problemas como encontrar o local exato da antiga cidade de Troia ou detectar fatos ainda desconhecidos através de fontes

literárias relativas às antigas sociedades da Grécia, de Roma ou do Egito, cujos principais monumentos haviam sido fontes de especulações durante séculos. A Arqueologia era – e às vezes ainda é – estreitamente ligada ao ramo da História conhecido pelo nome de História Antiga. Em geral, ela se preocupava mais em procurar e decifrar antigas inscrições do que em encontrar outras relíquias. Só muito raramente – por exemplo em Axum e Zimbabwe e em torno desses sítios – admitia-se que a África subsaariana possuía monumentos suficientemente importantes para atrair a atenção dessa escola de arqueologia. Em segundo lugar, uma outra atividade essencial da pesquisa arqueológica se concentrava nas origens do homem, tendo como consequência uma perspectiva mais geológica do que histórica de seu passado. É verdade que, em função de especialistas como L. S. B. Leakey e Raymond Dart, uma parte substancial dessa pesquisa acabou finalmente por se concentrar na África oriental e do sul. Mas esses homens buscavam um passado longínquo demais, no qual não se podia afirmar que existissem sociedades; além disso, habitualmente havia um abismo entre as conjeturas sobre os fósseis que esses pesquisadores descobriam e as populações modernas cujo passado os historiadores desejavam estudar.

Enquanto a maioria dos arqueólogos e dos historiadores considerava a África subsaariana, até os anos 50, aproximadamente, não digna de sua atenção, a imensa variedade de tipos físicos, de sociedades e de línguas desse continente despertava o interesse dos antropólogos e linguistas à medida que suas disciplinas começavam a desenvolver-se. Foi possível a uns e outros permanecerem durante muito tempo encerrados em seus gabinetes de trabalho. Mas homens como Burton e S. W. Koelle (*Polyglotte Africana,* 1854) em boa hora demonstraram o valor da pesquisa de campo, e os antropólogos, em particular, tornaram-se os pioneiros desse trabalho na África. Mas, ao contrário dos historiadores e dos arqueólogos, nem os antropólogos nem os linguistas sentiam-se obrigados a descobrir o que ocorrera no passado. Na África, eles encontraram uma abundância de fatos simplesmente à espera de descrição, classificação e análise, o que representava uma imensa tarefa. Frequentemente eles só se interessavam pelo passado na medida em que tentavam reconstruir uma história que parecia-lhes estar na origem dos dados recolhidos e seria capaz de explicá-los.

No entanto, nem sempre eles percebiam o quanto essas reconstruções eram especulativas e hipotéticas. Um exemplo clássico é o do antropólogo C. G. Seligman que, na obra *Races of Africa,* publicada em 1930, escrevia sem rodeios: "As civilizações da África são as civilizações dos camitas, e sua história, os anais

desses povos e de sua interação com duas outras raças africanas, a negra e a bosquímana…”[19].

Inferimos dessa afirmação que essas “duas outras raças africanas” são inferiores e que todo o progresso que tenham conseguido seria resultante da influência “camítica” que sofreram de forma mais ou menos intensa. Em outro trecho dessa mesma obra, ele fala da chegada, “vaga após vaga”, de pastores “camitas” que estavam “melhor armados e eram ao mesmo tempo mais inteligentes” que “os cultivadores negros atrasados” sobre os quais exerciam influência[20]. Mas, na realidade, não há nenhuma prova histórica que sustente as afirmações de que “as civilizações da África são as civilizações dos camitas”, ou que os progressos históricos verificados na África subsaariana se devam apenas ou principalmente a eles. O próprio livro não apresenta nenhuma evidência histórica, e muitas das hipóteses sobre as quais ele se apóia sabe-se agora não terem nenhum fundamento. J. H. Greenberg, por exemplo, demonstrou de uma vez por todas que os termos “camita” e “camítico” não têm nenhum sentido, a não ser, e na melhor das hipóteses, como categorias da classificação linguística[21].

É certo que não existe, necessariamente, uma correlação entre a língua falada por uma população e sua origem racial ou sua cultura. Assim, Greenberg pode citar, entre outros, este maravilhoso exemplo: “os cultivadores haussa, que falam uma língua ‘camítica’, estão sob a dominação dos pastores fulani que falam (…) uma língua níger-congolesa” (isto é, uma língua negra)[22]. Ele refuta igualmente a base camítica que sustentava grande parte da reconstrução feita por Seligman da história cultural dos negros em outras partes da África, sobretudo das populações de língua bantu.

Escolhemos particularmente Seligman porque ele se situava entre as personalidades mais destacadas de sua profissão na Grã-Bretanha (foi um dos primeiros a empreender sérias pesquisas de campo na África) e porque seu livro tornou-se, de certa forma, um modelo, várias vezes reeditado. Ainda em 1966 ele era divulgado como “um clássico em seu gênero”. Mas essa adoção do mito da superioridade dos povos de pele clara sobre os de pele escura era somente uma parte dos preconceitos correntes na Europa no fim do século XIX e no início do século XX. Os europeus acreditavam que sua pretensa superioridade

19 *Op. cit.,* ed. de 1930, p. 96; ed. de 1966, p. 61.

20 *Op. cit.,* ed. de 1930, p. 158; ed. de 1966, p. 101.

21 GREENBERG, J. H., 1953 e 1963. De fato, GREENBERG, como a maioria dos linguistas modernos, evita empregar o termo “camítico”; eles classificam as línguas outrora denominadas camíticas, ao lado das línguas semíticas e outras, num grupo mais amplo, o afro-asiático ou eritreu, e não reconhecem o subgrupo “camítico” de modo específico.

22 GREENBERG, J. H., 1963, p. 30.

sobre os negros africanos estava confirmada por sua conquista colonial. Em consequência disso, em muitas partes da África, especialmente no cinturão sudanês e na região dos grandes lagos, eles estavam convictos de que apenas davam continuidade a um processo de civilização que outros invasores de pele clara, chamados genericamente de camitas, haviam começado antes deles.[23] O mesmo tema reaparece ao longo de muitas outras obras do período que vai de 1890 a 1940, aproximadamente, e que contêm uma quantidade bem maior de elementos sérios de história do que os encontrados no pequeno manual de Seligman. Em sua maioria, essas obras foram escritas por homens e mulheres que tinham participado pessoalmente da conquista ou da colonização e que não eram nem antropólogos, nem linguistas, nem historiadores profissionais. Tratava-se sim de amadores no melhor sentido da palavra, que se interessavam sinceramente pelas sociedades exóticas que haviam descoberto, e que desejavam obter mais informações a seu respeito e partilhar seus conhecimentos com outras pessoas. Sir Harry Johnston e Maurice Delafosse, por exemplo, trouxeram contribuições notáveis para a linguística africana (assim como para outros ramos do conhecimento). Mas o primeiro denominou seu grande estudo geral de *A History of the Colonization of Africa by Alien Races* (1899, obra revista e ampliada em 1913), e, nas seções históricas do magistral estudo de Delafosse sobre o Sudão ocidental, *Haut-Sénégal-Niger* (1912), o tema geral aparece quando ele invoca uma migração judaico-síria para fundar a antiga Gana. Flora Shaw (*A Tropical Dependency,* 1906) era fascinada pela contribuição dos muçulmanos à história da África. Margery Perham, amiga e biógrafa de Lord Lugard, refere-se com propriedade ao "movimento majestoso da história desde as primeiras conquistas árabes da África às de Goldie e de Lugard"[24]. Um excelente historiador amador, Yves Urvoy (*Histoire des Populations du Soudan Central,* 1936 e *Histoire du Bornou,* 1949), equivoca-se completamente a respeito do significado das interações entre os nômades do Saara e os negros sedentários que ele descreve com precisão; ao mesmo tempo, Sir Richmond Palmer (*Sudanese Memoirs,* 1928 e *The Bornu Sahara and Sudan,* 1936), arqueólogo inspirado, procura sempre as origens da ação dos povos nigerianos em lugares tão distantes quanto Trípoli ou o Iêmen.

23 É interessante notar que a edição atualmente revisada, a quarta, de *Races of Africa* (1966) contém na página 61 uma frase importante que não se encontra na edição original de 1930. Os camitas são aí definidos como "europeus, ou seja, pertencentes à mesma grande raça da humanidade a que pertencem os homens brancos"!

24 PERHAM, Margery. *Lugard, the Years of Authority.* 1960, p. 234.

No entanto, após Seligman, os antropólogos sociais britânicos conseguiram de certa forma escapar à influência do mito camítico. Sua formação, a partir desse momento, foi dominada pela influência de B. Malinowski e A. R. Radcliffe--Brown, que se opunham decididamente a qualquer espécie de história fundada em conjeturas. De fato, o método estritamente funcionalista adotado pelos antropólogos britânicos entre 1930 e 1950 para o estudo das sociedades africanas tendia a desencorajar qualquer interesse histórico, mesmo quando, graças a seu trabalho de campo, eles se encontravam numa situação excepcionalmente favorável para obter dados históricos. Porém, no continente europeu (e também na América do Norte, ainda que poucos antropólogos americanos tenham trabalhado na África antes dos anos 50) subsistia uma tradição mais antiga de etnografia que, entre outras características, dava tanto peso à cultura material quanto à estrutura social.

Isso gerou uma grande quantidade de trabalhos de importância histórica, como por exemplo *The King of Ganda,* de Tor Irstam (1944), ou *The trade of Guinea,* de Lar Sundstrom (1965). Entretanto, duas obras merecem destaque especial; *Völkerkunde von Afrika,* de Hermann Baumann (1940) e *Geschichte Afrikas* de Diedrich Westermann (1952). A primeira era um estudo enciclopédico dos povos e civilizações da África que valorizava bastante as partes conhecidas de sua história e até hoje não foi superado como manual de um só volume. O livro mais recente, *Africa: its Peoples and their Culture History (1959),* escrito pelo antropólogo americano G. P. Murdock, fica prejudicado na comparação por faltar ao seu autor experiência direta da África, o que lhe teria permitido avaliar corretamente os materiais de que dispunha, e por ele ter fornecido alguns esquemas hipotéticos tão excêntricos em seu gênero quanto os de Seligman, embora menos perniciosos[25]. Quanto a Westermann, ele era sobretudo um linguista. Sua obra sobre a classificação das línguas da África é, em muitos aspectos, a precursora da de Greenberg; além disso, ele contribuiu com uma seção linguística para o livro de Baumann. Mas sua *Geschichte,* infelizmente deformada pela teoria camítica, é também uma compilação muito valiosa das tradições orais africanas tais como se apresentavam em sua época.

A estes trabalhos pode-se talvez acrescentar o de H. A. Wieschoff, *The Zimbabwe-Monomotapa Culture* (1943), ainda que seja só para apresentar seu mestre, Leo Frobenius. Frobenius era etnólogo e antropólogo cultural, mas era também um arqueólogo disfarçado de historiador. Durante seu período

25 Ver meu resumo sobre o assunto no artigo “Anthropology, botany and history”. In: *J. A. H.,* n. 2, 1961, 299-309.

de atividade, que corresponde aproximadamente às quatro primeiras décadas do século XX, ele foi quase com certeza o mais produtivo dos historiadores da África. Ele empreendeu inúmeros trabalhos de campo em quase todas as partes do continente africano e apresentou seus resultados numa série regular de publicações (pouco lidas atualmente). Escrevia em alemão, língua que se tornou pouco importante para a África e os africanistas. Somente uma pequena parte de suas obras foi traduzida, e seu sentido é geralmente difícil de recuperar, porque elas estão repletas de teorias míticas relativas à Atlântida, à influência etrusca sobre a cultura africana, etc.

Aos olhos dos historiadores, arqueólogos e antropólogos atuais, de formação bastante rigorosa, Frobenius parece um autodidata original cujos trabalhos são desvalorizados não apenas por suas interpretações um tanto ousadas, mas também por seu método de trabalho rápido, sumário e às vezes destrutivo. Contudo, ele chegou a alguns resultados que anteciparam claramente os obtidos por pesquisadores que trabalharam com maior rigor científico e que surgiram depois dele, e a outros difíceis ou mesmo impossíveis de obter nas condições atuais. Parece que ele possuía um talento instintivo para ganhar a confiança dos informantes e descobrir dados históricos. Os historiadores modernos deveriam procurar esses dados nas obras de Frobenius e reavaliá-los em função dos conhecimentos atuais, liberando-os das interpretações fantasiosas acrescentadas por ele[26].

As singularidades de um gênio autodidata como Frobenius, que buscava inspiração em si mesmo, contribuíram para reforçar a opinião dos historiadores profissionais de que a história da África não constituía um campo aceitável para sua profissão e desviar assim a atenção de muitos trabalhos sérios realizados durante o período colonial. O crescimento do interesse dos europeus pela África havia proporcionado aos africanos grande variedade de culturas escritas, que lhes permitia exprimir seu interesse por sua própria história. Foi esse o caso principalmente da África ocidental, onde o contato com os europeus havia sido mais longo e mais constante, e onde – sobretudo nas regiões que se tornaram colônias britânicas – uma demanda pela instrução europeia já existia desde o

---

26 É impossível num artigo desta dimensão fazer justiça à grandeza da produção de FROBENIUS. Sua última obra de síntese foi *Kulturgeschichte Afrikas* (Viena, 1933) e sua obra mais notável foi, provavelmente, a coleção em 12 volumes *Atlantis: Volksmärchen und Wolksdichtungen Afrikas* (Iena, 1921-1928). Mas cabe também mencionar os livros que relatam cada uma de suas expedições, por exemplo, para os Ioruba e Mosso: *Und Afrika Sprach* (Berlim-Charlottenburg, 1912-1913). Ver a bibliografia completa em Freda KRETSCHMAR, *Leo Frobenius* (1968). Certos artigos recentes em inglês (por exemplo Dr. K. M. ITA. "Frobenius in West African History". *J. A. H.* XIII, 4 (1972) e obras citadas neste artigo sugerem um renascimento do interesse pela obra de FROBENIUS.

início do século XIX. Assim como os eruditos islamizados de Tombuctu se puseram rapidamente a escrever seus *ta'rikh* em árabe ou na língua ajami, no fim do século XIX também os africanos que haviam aprendido a ler o alfabeto latino sentiram necessidade de deixar por escrito o que eles conheciam da história de seus povos, para evitar que estes fossem completamente tragados pelos europeus e sua história.

Entre os primeiros clássicos desse gênero, escritos por africanos que como os autores dos *ta'rikh* antes deles – haviam exercido uma atividade na religião da cultura importada e dela haviam extraído seus nomes, pode-se citar *A History of the Gold Coast and Asante* de Carl Christian Reindorf (1895) e *History of the Yorubas* de Samuel Johnson (terminada em 1897 mas publicada somente em 1921). Trata-se de duas obras de história bastante sérias; até hoje ninguém pode empreender um trabalho sobre a história dos Ioruba sem consultar Johnson. Mas talvez fosse inevitável que a ensaios históricos desta ordem se incorporassem as obras dos primeiros protonacionalistas, desde J. A. B. Horton (1835-1883) e E. W. Blyden (1832-1912) a J. M. Sarbah (1864-1910), J. E. Casely-Hayford (1866-1930) e J. B. Danquah (1895-1965), que abordaram muitas questões históricas mas, na maioria das vezes, com o propósito de fazer propaganda. É provável que J. W. de Graft-Johnson (*Towards Nationhood in West Africa,* 1928; *Historical Geography of the Gold Coast,* 1929) e E. J. P. Brown (*A Gold Coast and Asiante Reader, 1929*) pertençam às duas categorias. Depois deles, porém, pode-se observar em certos ensaios uma tendência a glorificar o passado africano no intuito de combater o mito da superioridade cultural europeia, como por exemplo em J. O. Lucas, *The Religion of Yoruba* (1949) e J. W. de Graft-Johnson, *African Glory* (1954). Alguns autores europeus demonstraram uma tendência análoga. É o caso, por exemplo, de Eva L. R. Meyerowitz, que, em seus livros sobre os Akan, tenta outorgar-lhes gloriosos ancestrais mediterrânicos, comparáveis aos que Lucas buscava para os Ioruba[27].

Por outro lado, numa escala mais reduzida, muitos africanos continuaram a registrar as tradições históricas locais de modo sério e confiável. Os contatos com os missionários cristãos parecem ter desempenhado um papel significativo. Assim, floresceu em Uganda uma escola importante de historiadores locais desde a época de A. Kagwa (cuja primeira obra foi publicada em 1906); ao mesmo tempo, R. C. C. Law anotou, para a região ioruba, 22 historiadores que

27 *The Sacred State of the Akan* (1951); *The Akan Traditions of Origin* (1952); *The Akan of Ghana; their Ancient Beliefs* (1958).

haviam publicado trabalhos antes de 1940[28], em geral (como aliás os autores ugandenses) em línguas nativas. Dentre as das obras desse tipo, uma tornou-se merecidamente célebre: *A Short History of Benin* de J. U. Egharevba, reeditada diversas vezes desde sua primeira publicação em 1934.

Por outro lado, certos colonizadores, espíritos inteligentes e curiosos, tentavam descobrir e registrar a história daqueles a quem tinham vindo governar. Para eles, a história africana geralmente apresentava um valor prático. Os europeus podiam ser melhores administradores se possuíssem algum conhecimento sobre o passado dos povos que eles haviam colonizado. Além do mais, seria útil ensinar um pouco de história da África nas escolas, cada vez mais numerosas, fundadas por eles e seus compatriotas missionários, ainda que fosse apenas para servir como introdução ao ensino, mais importante, da história da Inglaterra ou da França. Isso possibilitaria aos africanos obter os *school certificates* e os *baccalauréats* e ser recrutados depois como preciosos auxiliares pseudo-europeus.

Flora Shaw, Harry Johnson, Maurice Delafosse, Yves Urvoy e Richmond Palmer já foram mencionados anteriormente. Mas há também outros que escreveram sobre a África obras históricas relativamente isentas de preconceitos culturais, ainda que às vezes tenham escolhido (eles ou seus editores) títulos bizarros. Entre esses autores podemos citar: Ruth Fisher, *Twilight Tales of the Black Baganda* (1912); C. H. Stigand, *The Land of Zing* (1913); Sir Francis Fuller, *A Vanished Dynasty: Ashanti* (1921), exatamente na tradição de Bowdich e Dupuis; E. W. Bouill, *Caravans of the Old Sahara* (1933); numerosas obras eruditas de Charles Monteil (por exemplo, *Les Empires du Mali,* 1929) ou de Louis Tauxier (por exemplo, *Histoire des Bambara,* 1942). Parece que os franceses foram mais bem sucedidos que os ingleses na elaboração de uma história realmente africana. Alguns dos mais sólidos trabalhos britânicos – por exemplo, *History of the Gold Coast and Ashanti* (1915) de W. W. Claridge ou *History of the Gambia* (1940) de Sir John Gray (exceção feita a alguns de seus artigos mais recentes sobre a África oriental) – possuíam uma forte tendência eurocêntrica. É conveniente notar também que, quando de seu retorno à França, alguns administradores franceses (como Delafosse, Georges Hardy, Henry Labouret[29]) elaboraram breves histórias gerais a respeito de todo o continente ou do conjunto da África subsaariana.

28 LAW, R. C. C. *Early Historical Writing Among the Yoruba* (to c. 1940).

29 DELAFOSSE, Maurice. *Les Noirs de l'Afrique* (Paris, 1921); HARDY, Georges. *Vue Général de l'Histoire d'Afrique* (Paris, 1937); LABOURET, Henry. *Histoire des Noirs d'Afrique* (Paris, 1946).

Isso se explica, em parte, pelo fato de que a administração colonial francesa tendia a desenvolver estruturas mais rígidas para a formação e a pesquisa do que a administração britânica. Pode-se citar a instituição (em 1917) do Comité d'Etudes Historique et Scientifique de l'AOF* e de seu *Bulletin*, que levaram à criação do Institut Français d'Afrique Noire, sediado em Dacar (1938), ao seu *Bulletin* e à série *Mémoires* que editou; a partir daí, surgiram obras como o magistral *Tableau Géographique de l'Ouest Africain au Moyen Age* (1961) de Raymond Mauny. Apesar disso, os historiadores do período colonial permaneceram amadores, marginalizados da principal corrente historiográfica. Isto ocorreu tanto na França quanto na Grã-Bretanha, pois, embora homens como Delafosse e Labouret tivessem obtido cargos universitários quando retornaram à França, fizeram-no como professores de línguas africanas ou de administração colonial, e não como historiadores clássicos.

A partir de 1947, a Société Africaine de Culture e sua revista *Présence Africaine* empenharam-se na promoção de uma história – da África descolonizada. Ao mesmo tempo, uma geração de intelectuais africanos que havia dominado as técnicas europeias de investigação histórica começou a definir seu próprio enfoque em relação ao passado africano e a buscar nele as fontes de uma identidade cultural negada pelo colonialismo. Esses intelectuais refinaram e ampliaram as técnicas da metodologia histórica desembaraçando-a, ao mesmo tempo, de uma série de mitos e preconceitos subjetivos. A esse propósito devemos mencionar o simpósio organizado pela UNESCO no Cairo em 1974, que permitiu a pesquisadores africanos e não-africanos confrontar livremente seus pontos de vista sobre o problema do povoamento do antigo Egito.

Em 1948, aparecia a obra *History of the Gold Coast* de W. E. F. Ward. No mesmo ano, a Universidade de Londres criava o cargo de *lecturer* em História da África na School of Oriental and African Studies, confiado ao Dr. Roland Oliver. É a partir dessa mesma data que a Grã-Bretanha empreende um programa de desenvolvimento das universidades nos territórios que dela dependiam: fundação de estabelecimentos universitários na Costa do Ouro e na Nigéria; elevação do Gordon College de Cartum e do Makerere College de Kampala à categoria de universidades. Nas colônias francesas e belgas, desenrolava-se um processo semelhante. Em 1950 era criada a Escola Superior de Letras de Dacar que, sete anos mais tarde, adquiriria o estatuto de universidade francesa. Lovanium, a primeira universidade do Congo (mais tarde Zaire), começou a funcionar em 1954.

* AOF – Afrique Occidentale Française (N. do T.).

Do ponto de vista da historiografia africana, a multiplicação das novas universidades a partir de 1948 foi seguramente mais significativa que a existência dos raros estabelecimentos criados antes, mas que vegetavam por falta de recursos, tais como o Liberia College de Monróvia e do Fourah Bay College de Serra Leoa, fundados respectivamente em 1864 e 1876.

Por outro lado, as nove universidades que existiam na África do Sul em 1940 eram prejudicadas pela política segregacionista do regime de Pretória: tanto a pesquisa histórica quanto o ensino eram eurocentristas, e a história da África não passava da história dos imigrantes brancos.

Todas as novas universidades, ao contrário, organizaram logo departamentos de história, o que, pela primeira vez, levou um número considerável de historiadores profissionais a trabalhar na África. Era inevitável, no início, que a maioria desses historiadores fosse proveniente de universidades não-africanas. Mas a africanização sobreveio rapidamente. O primeiro diretor africano de um departamento de história, o professor K. O. Dike, foi nomeado em 1956, em Ibadã. Formaram-se muitos estudantes africanos. Os professores africanos que se tornaram historiadores profissionais sentiram necessidade de ampliar a parte reservada à história da África em seus programas e, quando essa história fosse pouco conhecida, de incluí-la em suas pesquisas.

A partir de 1948, a historiografia da África vai progressivamente se assemelhando à de qualquer outra parte do mundo. E evidente que ela possui problemas específicos, como a escassez relativa de fontes escritas para os períodos antigos e a consequente necessidade de lançar mão de outras fontes como a tradição oral, a linguística ou a arqueologia. Mas, embora a historiografia africana tenha trazido importantes contribuições no que diz respeito ao uso e à interpretação dessas fontes, ela não se distingue fundamentalmente da historiografia de certos países da América Latina, da Ásia e da Europa que enfrentam problemas análogos. Aliás, o conhecimento da proveniência dos materiais não é essencial para o historiador, cuja tarefa fundamental consiste em fazer deles uma utilização crítica e comparativa, de modo a criar uma descrição inteligente e significativa do passado. O importante é que, nos últimos 25 anos, equipes de universitários africanos vêm se dedicando ao ofício de historiador. O estudo da história africana constitui hoje uma atividade bem estabelecida, a cargo de especialistas de alto nível. Seu desenvolvimento ulterior será assegurado pelos intercâmbios interafricanos e pelas relações entre as universidades da África e as de outras partes do mundo. Mas é preciso ressaltar que esta evolução positiva teria sido impossível sem o processo de libertação da África do jugo colonial: o levante armado de Madagáscar em 1947, a independência do Marrocos em 1955,

a heroica luta do povo argelino e as guerras de libertação em todas as colônias da África contribuíram enormemente para esse processo já que criaram, para os povos africanos, a possibilidade de retomar o contato com sua própria história e de controlar a sua organização. Compreendendo desde logo esta necessidade, a UNESCO promoveu ou facilitou a realização de encontros entre especialistas. Acertadamente, colocou como pré-requisito a coleta sistemática de tradições orais. Respondendo aos desejos dos intelectuais e dos Estados Africanos essa entidade lançou, a partir de 1966, a ideia da elaboração de uma História Geral da África. A execução desse importante projeto foi iniciada sob os seus auspícios, em 1969.

CAPÍTULO 2

Lugar da história na sociedade africana

Boubou Hama e *J. Ki-Zerbo*

O homem é um animal histórico. O homem africano não escapa a esta definição. Como em toda parte, ele faz sua história e tem uma concepção dessa história. No plano dos fatos, as obras e as provas de sua capacidade criativa estão aí sob nossos olhos, em forma de práticas agrárias, receitas de cozinha, medicamentos da farmacopeia, direitos consuetudinários, organizações políticas, produções artísticas, celebrações religiosas e refinados códigos de etiqueta. Desde o aparecimento dos primeiros homens, os africanos criaram ao longo de milênios uma sociedade autônoma que unicamente pela sua vitalidade é testemunha do gênio histórico de seus autores. Essa história engendrada na prática foi, enquanto projeto humano, concebida *a priori*. Ela é também refletida e interiorizada *a posteriori* pelos indivíduos e pelas coletividades. Torna-se, portanto, um padrão de pensamento e de vida: um "modelo".

Mas sendo a consciência histórica um reflexo de cada sociedade, e mesmo de cada fase significativa na evolução de cada sociedade, compreender-se-á que a concepção que os africanos possuem de sua própria história e da história em geral seja marcada por seu singular desenvolvimento. O simples fato do isolamento das sociedades é suficiente para condicionar estreitamente a visão histórica. Assim, o rei dos Mossi (Alto Volta) intitulava-se Mogho-Naba, ou seja, rei do mundo, o que ilustra bem a influência das limitações técnicas e materiais sobre a visão que se tem das realidades sociopolíticas. Desse modo, pode-se constatar

que o tempo africano é, às vezes, um tempo mítico e social, mas também que os africanos têm consciência de serem os agentes de sua própria história. Enfim, veremos que este tempo africano é um tempo realmente histórico.

Tempo mítico e tempo social

Num primeiro contato com a África, e mesmo a partir da leitura de numerosas obras etnológicas, tem-se a impressão de que os africanos estavam imersos e, como que afogados no tempo mítico, vasto oceano sem margens nem marcos, enquanto os outros povos percorriam a avenida da história, imenso eixo balizado pelas etapas do progresso. De fato, o mito, representação fantástica do passado, em geral domina o pensamento dos africanos na sua concepção do desenrolar da vida dos povos. Isso a tal ponto que, às vezes, a escolha e o sentido dos acontecimentos reais deviam obedecer a um "modelo" mítico que predeterminava até os gestos mais prosaicos do soberano ou do povo. Sob forma de "costumes" vindos de tempos imemoriais, o mito governava a História, encarregando-se, por outro lado, de justificá-la. Num tal contexto, aparecem duas características surpreendentes do pensamento histórico: sua intemporalidade e sua dimensão essencialmente social.

Nesta situação o tempo não é a duração capaz de dar ritmo a um destino individual; é o ritmo respiratório da coletividade. Não se trata de um rio que corre num sentido único a partir de uma fonte conhecida até uma foz conhecida. Nos países tecnicamente desenvolvidos, os próprios cristãos estabelecem uma nítida demarcação entre "o fim dos tempos" e a eternidade. Isto talvez porque o Evangelho opõe nitidamente este mundo transitório ao mundo futuro, mas também porque, por esta visão distorcida e por outras razões, o tempo humano é praticamente laicizado. Ora, em geral o tempo africano tradicional engloba e integra a eternidade em todos os sentidos. As gerações passadas não estão perdidas para o tempo presente. À sua maneira, elas permanecem sempre contemporâneas e tão influentes, se não mais, quanto o eram durante a época em que viviam. Assim sendo, a causalidade atua em todas as direções: o passado sobre o presente e o presente sobre o futuro, não apenas pela interpretação dos fatos e o peso dos acontecimentos passados, mas por uma irrupção direta que pode se exercer em todos os sentidos. Quando o imperador do Mali, Kankou Moussa (1312-1332), enviou um embaixador ao rei do Yatenga para pedir-lhe que se convertesse ao islamismo, o chefe Mossi respondeu que antes de tomar qualquer decisão ele precisava consultar seus ancestrais. Percebe-se aqui como o passado, através do

culto, está diretamente ligado ao presente, constituindo-se os ancestrais agentes diretos e privilegiados dos negócios que ocorrem séculos depois deles. Da mesma forma, na corte de numerosos reis, funcionários intérpretes de sonhos exerciam um peso considerável sobre a ação política projetada. Esses exegetas do sonho eram, em suma, ministros do futuro. Cita-se o caso do rei ruandês Mazimpaka Yuhi III (fim do século XVII) que viu em sonho homens de tez clara vindos do leste. Armou-se então de arcos e flechas mas, antes de lançar as flechas contra eles, guarneceu-as com bananas maduras. A interpretação desta atitude ambígua, ao mesmo tempo agressiva e acolhedora, introduziu uma imagem privilegiada na consciência coletiva dos ruandeses e talvez contribua para explicar a atitude pouco combativa desse povo, tradicionalmente aguerrido, face às colunas alemãs do século XIX, semelhantes aos pálidos rostos avistados durante o sonho real dois séculos antes. Nesse tempo "suspenso", a ação do presente é possível mesmo sobre o que é considerado passado mas que permanece, de fato, contemporâneo. O sangue dos sacrifícios de hoje reconforta os ancestrais de ontem. E até agora, os africanos ainda exortam seus próximos a não negligenciarem as oferendas em nome dos parentes falecidos, pois os que nada recebem constituem a classe pobre desse mundo paralelo dos mortos e são obrigados a viver do auxílio dos privilegiados, que são objeto de generosos "sacrifícios" feitos em seu nome.

De uma forma ainda mais profunda, certas cosmogonias atribuem a um tempo mítico os progressos obtidos num tempo histórico, que não sendo recebido como tal por cada indivíduo, é substituído pela memória histórica do grupo. E o caso da lenda Gikuyu que explica o advento da técnica de fundição do ferro. Mogai (Deus) havia distribuído os animais entre os homens e as mulheres. Mas estas foram tão cruéis com seus animais que eles escaparam e tornaram-se selvagens. Os homens então intercederam junto a Mogai em favor de suas mulheres, dizendo: "Em tua honra, nós queremos sacrificar um carneiro; mas não pretendemos fazê-lo com uma faca de madeira, para não incorrer nos mesmos riscos que nossas mulheres". Mogai felicitou-os por sua sabedoria e, para dotá-los de armas mais eficazes, ensinou-lhes a receita da fundição do ferro.

Essa concepção mítica e coletiva era tal que o tempo tornava-se um atributo da soberania dos líderes. O rei Shilluk era o depositário mortal de um poder imortal, já que totalizava em si próprio o tempo mítico (encarnando o herói fundador) e o tempo social considerado como fonte da vitalidade do grupo. Do mesmo modo, entre os Bafulero (Zaire oriental), os Bunyoro (Uganda) e os Mossi (Alto Volta), o chefe é o sustentáculo do tempo coletivo: "O Mwami está presente: o povo vive. O Mwami está ausente: o povo morre". A morte do rei constitui uma ruptura do tempo que paralisa as atividades, a ordem social, toda

expressão de vida, desde o riso até a agricultura e a união sexual dos animais e das pessoas. O interregno constitui um parênteses no tempo. Apenas o advento de um novo rei recria o tempo social que se reanima novamente. Tudo é onipresente nesse tempo intemporal do pensamento animista, no qual a parte representa e pode significar o todo; como os cabelos e unhas que se impede de caírem nas mãos dos inimigos por medo de que estes tenham poder sobre a pessoa.

De fato, é preciso atingir uma concepção geral do mundo para entender a visão e o significado profundo do tempo entre os africanos. Veremos então que no pensamento tradicional, o tempo perceptível pelos sentidos não passa de um aspecto de um outro tempo vivido por outras dimensões da pessoa. Quando vem a noite e o homem se estende sobre sua esteira ou sua cama para dormir, é o momento que seu duplo escolhe para partir, para percorrer o caminho seguido pelo homem durante o dia, frequentar os lugares que ele frequentou e refazer os gestos e os trabalhos que ele realizou conscientemente durante a vida diurna. É no curso dessas peregrinações que o duplo se choca com as forças do Bem e do Mal, com os bons gênios e com os feiticeiros devoradores de duplos ou *cerko* (em língua songhai e zarma). É no duplo que reside a personalidade de cada um. O songhai diz que o *bya* (duplo) de um homem é pesado ou leve, querendo significar que sua personalidade é forte ou frágil: os amuletos têm como finalidade proteger e reforçar o duplo. E o ideal é chegar a confundir-se com o próprio duplo, a fundir-se nele até formar uma só entidade, que ascende assim a um grau de sabedoria e de força sobre-humano. Somente o grande iniciado, o mestre (*kortékonynü, zimaa*) atinge esse estado em que o tempo e o espaço não constituem mais obstáculos. Era esse o caso de SI, o ancestral epônimo da dinastia: "Assustador é o pai dos SI, o pai dos trovões. Quando ele está com uma cárie, é então que mastiga cascalhos; quando está com conjuntivite, é nesse momento que, resplandecente, acende o fogo. Com seus grandes passos, ele percorre a terra. Ele está em toda parte e em parte alguma".

O tempo social, a história, vivida assim pelo grupo, acumula um poder que é a maior parte do tempo simbolizado e concretizado num objeto transmitido pelo patriarca, chefe do clã ou rei ao seu sucessor. Pode tratar-se de uma bola de ouro conservada num tobal (tambor de guerra) associado a elementos extraídos do corpo do leão, do elefante ou da pantera. Esse objeto pode estar fechado numa caixa ou numa arca, como as insígnias reais (tibo) do rei mossi… Entre os Songhai-Zarma, é uma haste de ferro afiada numa das extremidades. Já entre os Sorko do antigo Império de Gao, é um ídolo em forma de um grande peixe provido de uma argola na boca. Entre os ferreiros, é uma forja mítica que às vezes, durante a noite, torna-se rubra para expressar sua cólera. A transferência desses

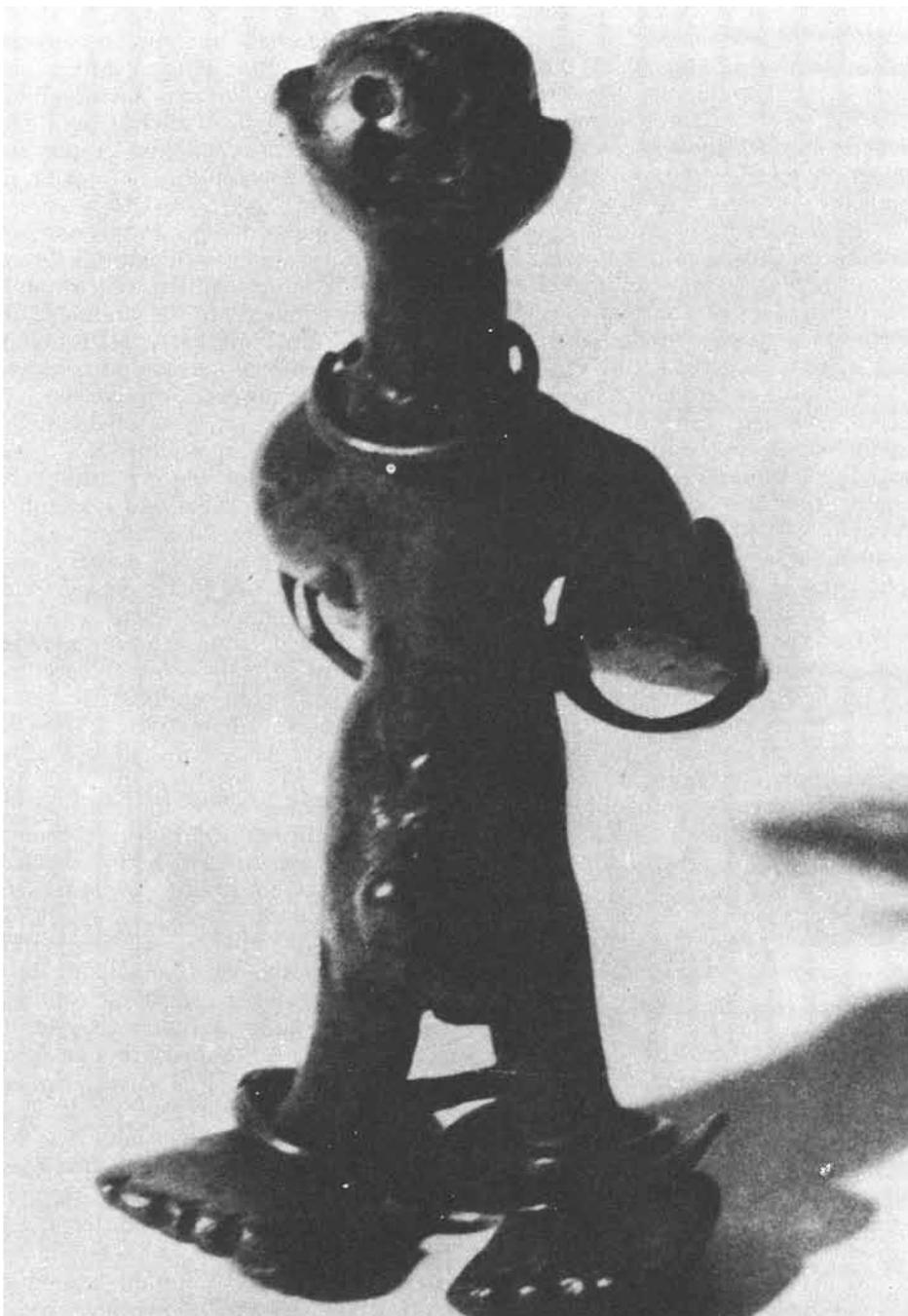



FIGURA 2.1 Estatueta em bronze representando o poder dinástico dos Songhai (Tera Níger), Col. A. Salifou.

objetos é que constituía a devolução jurídica do poder. O caso mais interessante é o dos Sonianke, descendentes de Sonni Ali, que possuem correntes de ouro, prata ou cobre, cada elo das quais representando um ancestral, e o conjunto simbolizando a descendência dinástica até Sonni, o Grande. No decorrer de cerimônias mágicas, estas correntes magníficas são regurgitadas diante de um público embasbacado. No momento de morrer, o patriarca sonianke regurgita a corrente pela última vez, fazendo com que o escolhido para seu sucessor engula-a pela outra extremidade. Ele morre logo após ter passado sua corrente àquele que deve substituí-lo. Esse testamento vivo ilustra com eloquência a força da concepção africana do tempo mítico e do tempo social. Poder-se-ia pensar que uma tal visão do processo histórico seria estática e estéril, na medida em que, ao colocar a perfeição do arquétipo no passado, na origem dos tempos, parece indicar como ideal para o conjunto das gerações a repetição estereotipada dos gestos e da gesta do ancestral. O mito não seria, assim, o motor de uma história imóvel? Ficará claro mais adiante que não podemos nos ater unicamente a esse enfoque do pensamento histórico entre os africanos.

Por outro lado, o enfoque mítico – é preciso reconhecê-lo – está na origem da história de todos os povos. Toda história é originalmente uma história sagrada. Do mesmo modo, esse enfoque acompanha o desenvolvimento histórico, reaparecendo de tempos em tempos sob formas maravilhosas ou monstruosas. Entre elas está o mito nacionalista, que faz com que um determinado chefe de Estado contemporâneo se dirija ao seu país como a uma pessoa viva, e o mito da raça, sob o regime nazista, concretizado por rituais cujas origens remontam a um passado longínquo, que condenou milhões de pessoas ao holocausto.

Os africanos têm consciência de ser os agentes de sua história?

Certamente, durante alguns séculos o homem africano teve razões de sobra para não desenvolver uma consciência responsável. Excessivas imposições exteriores e alienantes domesticaram-no a tal ponto que mesmo quando ele vivia longe da costa onde se dava o aprisionamento de escravos e da área de influência do comandante branco, ele guardava num canto qualquer de sua alma a marca aniquiladora da escravidão.

Do mesmo modo, no período pré-colonial, numerosas sociedades africanas elementares, quase fechadas, dão a impressão de que seus membros só tinham consciência de estar fazendo história numa escala e numa medida bastante

limitadas, em geral na dimensão da grande família e no quadro de uma hierarquia consuetudinária gerontocrática, rigorosa e pesada. Entretanto, mesmo (e quem sabe sobretudo) nesse nível, o sentimento da auto-regulação da comunidade, da autonomia, era vivo e poderoso. O camponês lobi e kabye na sua aldeia, quando "senhor da casa"[1], acreditava ter amplo controle de seu próprio destino. A melhor prova disso é que nessas regiões de "anarquia" política, onde o poder era a coisa mais bem distribuída do mundo, é que os invasores e em particular os colonizadores tiveram maior dificuldade em se impor. O apego à liberdade atestava aqui o gosto pela iniciativa e o repúdio pela alienação.

Em compensação, nas sociedades fortemente estruturadas a concepção africana de chefe dá a este último um espaço exorbitante na história dos povos dos quais ele literalmente encarna o projeto coletivo. Assim, não é de admirar que a tradição relembre toda a história original dos Malinke no *Elogio a Sundiata.* O mesmo acontece com Sonni Ali entre os Songhai da curva do Níger. Isto não significa, em absoluto, um condicionamento "ideológico" que destrói o espírito crítico, ainda que, nas sociedades em que o único canal de informações é a via oral, as autoridades que controlam uma sólida rede de *griots* praticamente monopolizem a difusão da "verdade" oficial. Mas os *griots* não constituíam um corpo monolítico e "nacionalizado".

Por outro lado, a história mais recente da África pré-colonial demonstra que a posição dedicada aos líderes africanos nas representações mentais das pessoas provavelmente não é superestimada. É o caso, por exemplo, de Chaka, que realmente forjou a "nação" Zulu na tormenta dos combates. O que os testemunhos escritos e orais permitem perceber da atuação de Chaka deve ter-se reproduzido várias vezes durante o desenvolvimento histórico africano. Diz-se que a constituição dos clãs mande remonta a Sundiata; e a ação de Osei Tutu ou a de Anokye na formação da "nação" Ashanti parece corresponder à ideia de nação que os Ashanti têm até hoje. Tanto mais que a ideia de um líder que atua como motor da história quase nunca se reduz a um esquema simplista, creditando a um só homem todo o desenvolvimento humano. Geralmente trata-se de um grupo dinâmico, celebrado como tal. Os companheiros dos chefes não são esquecidos, mesmo os de condição inferior (*griots,* porta-vozes, servos). Eles frequentemente entram para a história como heróis.

A mesma observação vale para as mulheres que, ao contrário do que se tem dito e repetido à saciedade, ocupam na consciência histórica africana uma posição

1 A expressão bambara *so-tigui,* equivalente, numa escala inferior, a *dougou-tigui* (chefe de aldeia), *dyamani-tigui* (chefe de cantão) e *kele-tigui* (general em chefe), mostra bem a força dessa autoridade.

sem dúvida mais importante que em qualquer outro lugar. Nas sociedades de regime matrilinear isto é facilmente compreensível. Em Uanzarba, perto de Tera (Níger), onde a sucessão na chefia era matrilinear, durante o período colonial os franceses, no intuito de reunir os habitantes dessa aldeia aos de outras aldeias songhai, haviam nomeado um homem para comandar essa aglomeração. Mas os Sonianke[2] não deixaram de conservar sua *kassey* (sacerdotisa), que continua até hoje a assumir a responsabilidade do poder espiritual. Também em outros lugares as mulheres são vistas como protagonistas na evolução histórica dos povos. Filhas, irmãs, esposas e mães de reis, como essa admirável Luedji, que foi tudo isso sucessivamente e mereceu o título de Swana Mulunda (mãe do povo Lunda), ocupavam posições que lhes permitiam influir nos acontecimentos. A célebre Amina, que, na região haussa, no século XV, conquistou para Zaria tantas terras e aldeias que ainda levam o seu nome, é apenas um exemplo, entre milhares, da ideia de autoridade histórica que as mulheres impuseram às sociedades africanas. Esta ideia permanece viva até hoje na África, na atuação das mulheres na guerra da Argélia e nos partidos políticos durante a luta nacionalista pela independência ao sul do Saara. É claro que a mulher africana é utilizada também como objeto de prazer e de decoração, como nos sugerem as que são mostradas envoltas em tecidos de exportação ao redor do rei do Daomé ao presidir uma festa tradicional. Mas do mesmo espetáculo participavam as amazonas, ponta de lança das tropas reais contra Oyo e os invasores colonialistas na batalha de Cana (1892). Pela sua participação no trabalho da terra, no artesanato e no comércio, pela sua ascendência sobre os filhos, sejam eles príncipes ou plebeus, por sua vitalidade cultural, as mulheres africanas sempre foram consideradas personagens eminentes da história dos povos. Houve e ainda há batalhas para ou pelas mulheres. Porque as próprias mulheres muitas vezes desempenharam o papel de traidoras ou sedutoras. Como no caso da irmã de Sundiata ou das mulheres enviadas pelo rei de Segu Da Monzon às bases inimigas. Apesar de sofrer uma segregação aparente nas reuniões públicas, todos sabem na África que a mulher está onipresente na evolução. A mulher é a vida. E também a promessa de expansão da vida. E através dela que os diferentes clãs consagram suas alianças. Pouco loquaz em público, ela faz e desfaz os acontecimentos no sigilo de seu lar. E a opinião pública formula este ponto de vista no provérbio: "As mulheres podem tudo comprometer, elas podem tudo arranjar".

2 Neste clã, o poder se transmite "pelo leite", ainda que se admita que o laço de sangue contribua para reforçá-lo. Entre os Cerko, porém, é unicamente através do leite que o poder é transmitido.

Em suma, tudo se passa como se na África a permanência das estruturas elementares das comunidades de base através do movimento histórico tivesse conferido a todo processo um caráter popular bastante notável. A frágil envergadura das sociedades tornou a história uma questão que diz respeito a todos. Apesar da mediocridade técnica dos meios de comunicação (ainda que o tan-tã assegurasse a telecomunicação de aldeia para aldeia), a estreita amplitude do espaço histórico media-se pela apreensão mental de cada um. Daí a inspiração "democrática" incontestável que anima a concepção africana da história na maioria dos casos! Cada um tinha o sentimento de poder, em última instância, subtrair-se à ditadura, mesmo que fosse através da secessão, para refugiar-se no espaço disponível. O próprio Chaka passou por essa experiência no fim de sua carreira. Este sentimento de fazer a história mesmo na escala microcósmica da aldeia, assim como a sensação de ser somente uma molécula na corrente histórica criada pelo rei visto como demiurgo, são muito importantes para o historiador. Porque constituem em si mesmos fatos históricos e porque contribuem por sua vez para criar a história.

O tempo africano é um tempo histórico

O tempo africano pode ser considerado um tempo histórico? Alguns afirmam que não, sustentando que o africano só concebe o mundo como uma reedição estereotipada do passado. Ele não passaria então de um incorrigível discípulo do passado repetindo a todo mundo: "Foi assim que os ancestrais fizeram", para justificar todas as suas ações e seus gestos. Se fosse assim, Ibn Battuta só teria encontrado no lugar do Império do Mali comunidades pré-históricas vivendo em abrigos cavados nas rochas e homens vestidos com peles de animais. O próprio caráter social da concepção africana da história lhe dá uma dimensão histórica incontestável, porque a história é a vida crescente do grupo. Ora, deste ponto de vista pode-se dizer que para o africano o tempo é dinâmico. Nem na concepção tradicional, nem na visão islâmica que influenciará a África, o homem é prisioneiro de um processo estático ou de um retorno cíclico. Evidentemente, na ausência da ideia do tempo matemático e físico contabilizado pela adição de unidades homogêneas e medido por instrumentos confeccionados para esse fim, o tempo permanece um elemento vivido e social. Nesse contexto, porém, não se trata de um elemento neutro e indiferente. Na concepção global do mundo, entre os africanos, o tempo é o lugar onde o homem pode, sem cessar, lutar pelo desenvolvimento de sua energia vital. Tal é a dimensão principal

do "animismo"[3] africano em que o tempo é o campo fechado e o mercado no qual se confrontam ou negociam as forças que habitam o mundo. Defender-se contra qualquer diminuição de seu ser, desenvolver a saúde, a forma física, a extensão de seus campos, a grandeza de seus rebanhos, o número de filhos, de mulheres, de aldeias, este é o ideal dos indivíduos e das coletividades. E essa concepção é incontestavelmente dinâmica. Os clãs Cerko e Sonianke (Níger) são antagonistas. O primeiro, que representa o passado e tenta reinar sobre a noite, ataca a sociedade. O segundo, ao contrário, é o mestre do dia; representa o presente e defende a sociedade. Esse simbolismo é eloquente em si. Mas vejamos uma estrofe significativa da invocação mágica entre os Songhai:

"Não é da minha boca
É da boca de A
Que o deu a B
Que o deu a C
Que o deu a D
Que o deu a E
Que o deu a F
Que o deu a mim
Que o meu esteja melhor na minha boca
Que na dos ancestrais."

Existe assim no africano uma vontade constante de invocar o passado, que constitui para ele uma justificação. Mas esta invocação não significa o imobilismo e não contradiz a lei geral da acumulação das forças e do progresso. Daí a frase: "Que o meu esteja melhor na minha boca que na dos ancestrais".

O poder na África negra se expressa em geral por uma palavra que significa "a força"[4]. Esta sinonímia assinala a importância que os povos africanos outorgam à força e mesmo à violência no desenrolar da história. Mas não se trata simplesmente da força material bruta. Trata-se da energia vital que reúne uma polivalência de forças, que vão da integridade física à sorte e à integridade moral. O valor ético é considerado, na verdade, como uma condição *sine qua non* do exercício benéfico do poder. A sabedoria popular é testemunha dessa ideia e em numerosos contos coloca em cena chefes despóticos que são punidos no final, extraindo assim literalmente desse fato a moral da história. O *Ta'rikh-*

3 O animismo, ou ainda melhor, a religião tradicional africana, caracteriza-se pelo culto devotado a Deus e às forças dos espíritos intermediários.

4 *Fanga* (em bambara), *panga* (em more), *pan* (em samo).

-al-Sudan e o *Ta'rikh-el-Fattash* não poupam elogios aos méritos de al-Hajj Askiya Muhammad. É verdade que havia interesses materiais em jogo. Mas sistematicamente as virtudes desse príncipe são relacionadas à sua "fortuna". Bello Muhammad pensa da mesma forma e convida Yacouba Baoutchi a meditar sobre a história do Império Songhai: foi graças à sua justiça que Askiya Muhammad não apenas manteve como também reforçou a herança de Sonni Ali. E foi quando os filhos de Askiya se afastaram da justiça do Islã que seu império se desarticulou, dividindo-se em múltiplos principados impotentes.

Para o filho de Usman dan Fodio, o mesmo princípio vale para seu próprio governo:

> "Olhe para o passado, para todos aqueles que comandaram antes de nós… Havia antes de nós dinastias milenares no território haussa. Nelas, muitos povos tinham adquirido grandes poderes que desmoronaram porque estavam distanciados de sua base fundada na justiça, de seus costumes e tradições, alterados pela injustiça. Quanto a nós, nossa força, para que seja duradoura, deve ser a força da verdade e a do islamismo. Para nós, o fato de ter matado Yunfa, destruído a obra de Nafata, de Abarchi e de Bawa Zangorzo[5] pode impressionar as gerações atuais mesmo fora da influência do Islã. Mas as que virão depois de nós, não mais perceberão isso: elas julgar-nos-ão pelo valor das organizações que lhes tivermos deixado, pela força permanente do islamismo que tivermos estabelecido, pela verdade e justiça que tivermos sabido impor ao Estado".

Esta visão elevada do papel da ética na história não provém somente das convicções islâmicas do líder de Socoto. Nos meios "animistas" também existe a ideia de que a ordem das forças cósmicas pode ser alterada por procedimentos imorais e que o desequilíbrio resultante só pode ser prejudicial ao seu autor. Esta visão do mundo em que os valores e exigências éticas são parte integrante da própria organização do mundo pode parecer mítica. Mas ela exercia uma influência objetiva sobre o comportamento dos homens e particularmente sobre diversos líderes políticos da África. Nesse sentido, pode-se dizer que se a história é, em geral, justificação do passado, ela é também exortação do futuro. Nos sistemas pré-estatais, a autoridade moral que afiançava ou corrigia eventualmente a conduta dos negócios públicos era assumida por sociedades especializadas, às vezes secretas, tal como o *lo* do povo Senoufo ou o *poro* da Alta Guiné. Essas sociedades constituíam muitas vezes poderes paralelos encarregados de desempenhar o papel de recurso à parte do sistema estabelecido. Mas elas

5 Príncipes do Gobir.

acabavam às vezes substituindo clandestinamente o poder constituído. Elas apareciam assim às pessoas como centros ocultos de decisão, que confiscavam ao povo o controle de sua própria história. Nesse tipo de sociedade, a organização em classes etárias é uma estrutura de primeira importância no encaminhamento da história do povo. Essa estrutura, na medida em que está estabelecida a partir de uma periodicidade conhecida, permite reconstituir a história dos povos até o século XVIII. Mas desempenhava também uma função específica na vida das sociedades. De fato, mesmo nas coletividades rurais que desconheciam maiores inovações técnicas e eram, consequentemente, bastante estáveis, os conflitos de gerações não estavam ausentes. Era necessário então assumi-los, por assim dizer, ordenando o fluxo das gerações e estruturando as relações entre elas para evitar que degenerassem em conflitos violentos resultantes de bruscas mutações. A geração engajada na ação delega um de seus membros à geração de jovens que a sucede. O papel desse adulto não é o de aplacar a impaciência dos jovens, mas de canalizar a fúria irrefletida que poderia ser nefasta ao conjunto da coletividade ou que, na melhor das hipóteses, prepararia mal os interessados para assumir suas responsabilidades públicas[6].

A consciência do tempo passado era muito viva entre os africanos. No entanto, esse tempo que tem um grande peso sobre o presente não anula o dinamismo deste, como testemunham numerosos provérbios. A concepção do tempo tal como a detectamos nas sociedades africanas não é, com certeza, inerente ou consubstancial a uma espécie de "natureza" africana. É a marca de um estágio no desenvolvimento econômico e social. Prova disso são as diferenças flagrantes que notamos ainda hoje entre o tempo-dinheiro dos habitantes das cidades e o tempo tal como é apreendido pelos habitantes do campo. O essencial é que a ideia de desenvolvimento a partir das origens (a serem pesquisadas) esteja presente. Mesmo sob a forma de contos e de lendas, ou de resquícios de mitos, trata-se de um esforço para racionalizar o desenvolvimento social. Às vezes, têm-se verificado esforços ainda mais positivos no sentido de iniciar o cálculo do tempo histórico. Este pode estar relacionado com o espaço, como quando se fala em "dar um passo", para qualificar uma duração mínima. Pode estar relacionado também à vida biológica, como o tempo de uma inspiração ou de uma expiração. Mas está frequentemente relacionado a fatores exteriores ao indivíduo, como por exemplo, os fenômenos cósmicos, climáticos e sociais, sobretudo quando

6 Por exemplo, entre os Alladian de Moosu (perto de Abidjan) a organização por gerações (em número de cinco, cada uma "reinando" nove anos) permanece em vigor inclusive para tarefas de tipo "moderno": construção, festa de formatura ou de promoção…

eles são recorrentes. Na savana sudanesa, entre os adeptos das religiões africanas tradicionais, geralmente conta-se a idade pelo número das estações chuvosas. Para indicar que um homem é idoso, fala-se do número de estações das chuvas que ele viveu ou, através de uma imagem, que ele "bebeu muita água".

Também foram elaborados alguns sistemas de cálculo mais aperfeiçoados[7]. Mas o passo decisivo nesse campo só será dado pela utilização da escrita. Ainda que a existência de uma classe letrada absolutamente não garanta a tomada de consciência de uma história coletiva por parte de todo povo, ela ao menos permite estabelecer pontos de referência que organizam o curso do fluxo histórico.

Por outro lado, a introdução das religiões monoteístas baseadas num determinado processo histórico contribuiu para fornecer uma outra representação do passado coletivo, "modelos" que apareciam geralmente nas entrelinhas das narrativas. Por exemplo, sob a forma de ligações arbitrárias das dinastias às fontes islâmicas cujos valores e ideais servirão aos profetas negros para modificar o curso dos acontecimentos em seu país de origem.

Mas a grande reviravolta na concepção africana do tempo se opera sobretudo pela entrada desse continente no universo do lucro e da acumulação monetária. Só agora o sentido do tempo individual e coletivo se transforma pela assimilação dos esquemas mentais em vigor nos países que influenciam os africanos econômica e culturalmente. Descobrem então que, em geral, é o dinheiro que faz a história. O homem africano, tão próximo de sua história que tinha a impressão de forjá-la ele próprio em suas microssociedades, enfrenta agora, ao mesmo tempo, o risco de uma gigantesca alienação e a oportunidade de ser coautor do progresso global.

7 Ivor WILKS mostra, assim, ao criticar o livro de D. P. HENIGE, *The cronology of Oral Tradition: Quest for a Chimera,* que os Akan (Fanti, Ashanti…) dispunham de um sistema de calendário complexo, com semana de sete dias, mês de seis semanas e ano de nove meses, ajustado periodicamente ao ciclo solar segundo um método ainda não completamente esclarecido. "Era então possível no esquema do calendário Akan referir-se, por exemplo, ao 18º dia do quarto mês do terceiro ano do reinado de Ashantihene Osei Bonsu". Método de datação ainda corrente nos países europeus no século XVIII e mesmo no século XIX. Cf. WILKS, I. 1975, p. 279 e segs.

CAPÍTULO 3

Tendências recentes das pesquisas históricas africanas e contribuição à história em geral

P. D. Curtin

O objetivo deste volume e dos ulteriores é tornar conhecido o passado da África tal como é visto pelos africanos. Trata-se de uma perspectiva justa – provavelmente a única forma de levar a termo um esforço internacional; é também a mais aceita pelos historiadores da África, tanto na própria África quanto no ultramar. Para os africanos, o conhecimento do passado de suas próprias sociedades representa uma tomada de consciência indispensável ao estabelecimento de sua identidade em um mundo diverso e em mutação. Ao mesmo tempo, longe de ser considerada uma custosa fantasia, que pode ser posta de lado até que estejam sob controle os elementos prioritários do desenvolvimento, a história da África revelou-se nos últimos decênios um elemento essencial do desenvolvimento africano. É por esta razão que, na África e em outros lugares, a primeira preocupação dos historiadores foi ultrapassar os vestígios da história colonial e reatar os laços com a experiência histórica dos povos africanos. Outros capítulos e outros volumes tratarão desses reencontros, da história enquanto tradição viva e desabrochar constante, do papel dos conhecimentos históricos na elaboração de novos sistemas de educação para servir à África independente. Este capítulo tratará do significado no exterior, da história da África – inicialmente aos olhos da comunidade internacional dos historiadores e em seguida para o conjunto do grande público cultivado.

O fato de a história da África ter sido deploravelmente negligenciada até os anos 50 é apenas um dos sintomas – no domínio dos estudos históricos

de um fenômeno mais amplo. A África não é a única região a possuir uma herança intelectual da época colonial que deve ser transcendida. No século XIX, os europeus conquistaram e subjugaram a maior parte da Ásia, enquanto na América tropical o subdesenvolvimento e a dominação exercida pelos povos de origem europeia sobre as populações afro-americanas e indígenas reproduziram as condições do colonialismo nas próprias áreas onde as convenções do direito internacional apontavam um grupo de Estados independentes. No século XIX e no início do século XX, a marca do regime colonial sobre os conhecimentos históricos falseia as perspectivas em favor de uma concepção eurocêntrica da história do mundo, elaborada na época da hegemonia europeia. A partir daí, tal concepção é difundida por toda parte graças aos sistemas educacionais instituídos pelos europeus no mundo colonial. Mesmo nas regiões onde jamais se verificara a dominação europeia, os conhecimentos europeus, inclusive os aspectos da historiografia eurocêntrica, impõem-se por sua modernidade.

Hoje, essa visão eurocêntrica do mundo praticamente desapareceu das melhores obras históricas recentes; mas ela ainda predomina em numerosos historiadores e no grande público tanto ocidental quanto não ocidental[1]. Esta persistência deve-se ao fato de que, em geral, "aprendia-se história" na escola, não havendo mais ocasiões para rever os conhecimentos adquiridos. Os próprios historiadores especializados na pesquisa sentem dificuldades em se manter a par das descobertas estranhas a seu campo de atividade. Comparados às últimas pesquisas, os manuais estão de dez a vinte anos atrasados, enquanto as obras de história geral conservam frequentemente os preconceitos antiquados de um saber em desuso. Nenhuma interpretação nova, nenhum elemento novo adquire sem luta direito à cidadania.

A despeito dos prazos que separam a descoberta de sua difusão, os estudos de história atravessam, em seu conjunto, uma dupla revolução. Iniciada logo após a Segunda Guerra Mundial, tal revolução ainda não acabou. Trata-se, por um lado, da transformação da história, partindo da crônica para chegar a uma ciência social que trate da evolução das sociedades humanas; por outro, da substituição dos preconceitos nacionais por uma visão mais ampla.

Em favor destas novas tendências, chegaram contribuições de todos os lados: da própria Europa; de historiadores da nova escola na África, na Ásia e na América Latina; dos europeus de ultramar – da América do Norte e da Oceania.

1 O termo "Ocidente" é empregado neste capítulo para designar as regiões do mundo culturalmente europeias ou cuja cultura deriva sobretudo da cultura europeia; ele engloba portanto, além da própria Europa, as Américas, a União Soviética, a Austrália e a Nova Zelândia.

Seus esforços para ampliar o quadro da história voltam-se ao mesmo tempo para os povos e regiões até então negligenciados, assim como para certos aspectos da experiência humana antes ocultos sob concepções tradicionais e estreitas da história política e militar. Nesse contexto, o simples advento da história africana já constitui em si uma preciosa contribuição. Mas isso poderia simplesmente acabar criando mais uma história particularista, válida em si e capaz de colaborar com o desenvolvimento da África, mas não de trazer à história do mundo uma contribuição mais eloquente.

Não há dúvida de que o chauvinismo foi um dos traços mais profundamente marcantes da antiga tradição histórica. Na primeira metade do século XX, os bons historiadores mal começavam a se desfazer da antiga tendência em considerar a história como propriedade quase privada. Dentro desse espírito, a história de uma dada sociedade só tinha valor em si; no exterior, perdia toda significação. No melhor dos casos, o interesse manifestado pelos estrangeiros não passava de indiscrição; no pior, tratava-se de espionagem acadêmica. Esta insistência em se apropriar da história é particularmente marcante na tradição europeia do início do século XX. As autoridades responsáveis pela educação tendem a considerar a história como uma história nacional, não como uma história geral da Europa e menos ainda como uma visão do processo histórico mundial. Mito confesso, a história servia para forjar o orgulho nacional e a ideia de sacrifício pela pátria. Lord Macaulay escreveu que ela era ao mesmo tempo um relato e um "instrumento de educação política e moral"[2]. Esperava--se que inculcasse o patriotismo e não que inspirasse perspectivas justas sobre o desenvolvimento da humanidade. Tal ponto de vista prevalece ainda na maioria dos sistemas educativos.

Alguns historiadores fizeram objeções – uns em nome da ciência, outros em nome do internacionalismo –, mas a maioria deles considerou normais os preconceitos nacionalistas, por mais indesejáveis que fossem. Na França, é possível chegar à agregação* de história possuindo apenas conhecimentos rudimentares sobre a Europa situada além das fronteiras francesas – sem falar da Ásia, da África ou da América. Em várias universidades inglesas, pode-se obter um diploma em humanidades, com menção honrosa, tendo por base apenas a história inglesa. O emprego da palavra "inglês" (*english*) em lugar de "britânico" (*british*) é intencional. O estudante "inglês" tem toda a probabilidade de saber

2 MACAULAY, Thomas Babington, 1835 e 1971.

* Admissão sob concurso ao título de *agrégé* (agregado), que torna as pessoas aptas a serem titulares de uma cadeira de professor de colégio ou de certas faculdades.

mais sobre a história de Roma que sobre a do País de Gales, da Escócia ou da Irlanda antes do século XVIII. Levando em conta as variantes ideológicas, o problema é praticamente o mesmo na Europa Oriental. Somente os países europeus de menor importância – os do grupo do Benelux ou da Escandinávia – parecem ter mais facilidade em considerar a Europa como um todo.

Da mesma forma, o método norte-americano, fundado (como seus homólogos europeus) na história da civilização, é sempre etnocêntrico. O problema que ele coloca é “Como nos tornamos aquilo que somos?” e não “Como a humanidade se tornou o que vemos hoje?”.

À medida que rejeitavam as tendências eurocêntricas de sua própria história nacional, cabia aos historiadores de cada continente a tarefa de avançar em direção a uma história do mundo verídica, na qual a África, a Ásia e a América Latina tivessem um papel aceitável no plano internacional. Essa tendência manifestava-se particularmente nos historiadores cujos trabalhos tratavam de culturas diferentes das suas e nos historiadores africanos que se propunham a escrever sobre a Ásia ou a América Latina, nos europeus e nos norte-americanos que começavam a interpretar a história da África ou da Ásia em proveito dos povos desses continentes, esforçando-se para ultrapassar os preconceitos eurocentristas.

No âmbito desse esforço geral, o papel dos historiadores da África na própria África e fora dela – assumia particular importância, provavelmente pelo fato de a história africana ter sido mais negligenciada que a das regiões não europeias equivalentes e porque os mitos racistas a desfiguraram ainda mais que a estas últimas. Em razão de seu caráter multiforme, o racismo é, como se sabe, um dos flagelos mais difíceis de extirpar. Teorizado sob diversas formas desde o século XVI, ele se encarnou na história de modo agudo, chegando ao genocídio em certos períodos: tráfico de negros, Segunda Guerra Mundial. Sobrevive ainda como um desafio monstruoso na África do Sul e em outras regiões, apesar dos trabalhos da UNESCO[3] e de outras instituições para demonstrar sua natureza irracional. Mas a cura dos preconceitos é demorada, pois o racismo se espalhou de forma difusa e imanente nos manuais escolares, nos filmes e programas de rádio e televisão facciosos, e na presença de “dados” psíquicos mais ou menos conscientes trazidos às vezes pela educação religiosa e com mais frequência ainda pela ignorância e pelo obscurantismo. Nessa batalha, o ensino científico da história dos povos constitui a arma estratégica decisiva. A partir do momento

3 Cf. capítulo 10, notas sobre “Raças e história na África”.

em que o racismo pseudocientífico ocidental do século XIX estabeleceu uma escala de valores levando em conta as diferenças físicas, sendo a mais evidente dessas diferenças a cor da pele, os africanos situaram-se automaticamente na base dessa escala, por serem os que mais se diferenciavam dos europeus, que automaticamente outorgaram a si mesmos o nível mais alto. Os racistas não cessavam de proclamar que a história da África não tinha importância nem valor: os africanos não poderiam ser os autores de uma "civilização" digna desse nome e por isso não havia entre eles nada de admirável que não houvesse sido copiado de outros povos. É assim que os africanos se tornaram objeto – e jamais sujeito – da história. Eram considerados aptos a recolher as influências estrangeiras sem dar em troca a mínima contribuição ao mundo.

O racismo pseudocientífico exerceu sua influência máxima no início do século XX. Após 1920, tal influência declinou entre os especialistas em ciências sociais e naturais, e após 1945, virtualmente desapareceu dos meios científicos respeitáveis. Mas a herança desse racismo perpetuou-se. Ao nível dos conhecimentos do homem comum, o racismo alimentava-se de um recrudescimento das tensões sociais urbanas que coincidiam com o aparecimento, nas cidades ocidentais, de um número cada vez maior de imigrantes de origem africana ou asiática. Ele se apoiava na lembrança, ainda viva na população, das lições aprendidas na escola; para os escolares de 1910 – época em que o racismo pseudocientífico constituía a doutrina oficial da biologia – a hora da retirada só deveria soar após 1960. Bem mais insidiosa ainda foi a sobrevivência das conclusões fundadas nas alegações racistas, depois que estas perderam sentido. O postulado "a história da África não oferece interesse porque os africanos são uma raça inferior" tornou-se insustentável, mas certos intelectuais ocidentais se recordavam vagamente de que "a África não tem passado", ainda que houvessem esquecido a razão.

Sob esta ou outra forma, a herança do racismo não cessava de consolidar um chauvinismo cultural que considerava a civilização ocidental como a única verdadeira "civilização". No fim dos anos 60, sob o simples título "Civilização", a BBC apresentou uma longa série de programas consagrados exclusivamente à herança cultural da Europa Ocidental. Sem dúvida, de tempos em tempos outras sociedades eram consideradas "civilizadas"; mas em meados do século, o grau de alfabetização determinava a linha de demarcação entre a civilização e o resto. Em grande parte iletradas na época pré-colonial, as sociedades africanas eram rebaixadas à categoria de "primitivas". No entanto, a maior parte da África era, de fato, letrada, no sentido de que uma classe de escribas sabia ler e escrever – mas não, certamente, no sentido de uma alfabetização maciça, que por toda parte havia sido um fenômeno pós-industrial. A Etiópia possuía sua antiga escrita em

gueze. Toda a África islâmica – a África do Norte, o Saara, a franja setentrional da região sudanesa, do Senegal ao Mar Vermelho, e as cidades costeiras da costa oriental até o estreito de Moçambique – havia utilizado a escrita árabe. Antes mesmo da época colonial, o árabe havia penetrado aqui e ali na floresta tropical através dos mercadores diula, enquanto o português, o inglês e o francês escritos serviam normalmente como línguas comerciais ao longo das costas ocidentais. Apesar disso, o chauvinismo cultural, acompanhado pela ignorância, conduzia as autoridades ocidentais a estabelecerem no limite do deserto a demarcação entre a alfabetização e o analfabetismo. Reforçava-se assim a desastrosa tendência em separar a história da África do Norte da história do conjunto do continente.

Entretanto, a exclusão dos "não civilizados" do reino da história era apenas uma das facetas de um elemento bem mais importante da tradição histórica ocidental. As próprias massas ocidentais eram atingidas por esta exclusão, sem dúvida não em vista de manifestas prevenções de classe, mas simplesmente em consequência do caráter didático da história, uma vez que a apologia dos homens célebres era capaz de propor modelos a serem imitados. No entanto, não é por acaso que esses modelos eram em geral escolhidos entre os ricos e poderosos, enquanto que a história se tornava o relato dos fatos e gestos de uma pequena elite. Os tipos de comportamento que afetavam o conjunto da sociedade eram minimizados ou ignorados. A história das ideias não era a história do que as pessoas pensavam: era a história dos "grandes desígnios". A história econômica não era a história da economia ou dos comportamentos econômicos: era a história de determinadas políticas econômicas governamentais importantes, de certas firmas privadas, de determinadas inovações na vida econômica. Se os historiadores europeus se desinteressaram tão completamente por um amplo setor de sua própria sociedade, como poderiam interessar-se por outras sociedades ou por outras culturas?

Até aqui, as duas tendências revolucionárias que se manifestam no interior dos recentes estudos históricos seguiram cursos estreitamente paralelos simplesmente porque a história eurocêntrica e a história das elites se alimentavam nas mesmas fontes. Lentamente, porém, irá estabelecer-se a aliança potencial entre os que trabalham para ampliar o campo de estudo da sociedade ocidental e os que se dedicam a dar um impulso maior às pesquisas históricas para além do mundo ocidental. No início, os dois grupos avançaram guardando certa distância um do outro. A principal preocupação dos historiadores da África era desmentir a afirmação segundo a qual a África não possuía passado ou só possuía um passado sem interesse. No primeiro caso, o mais simples era, para usar uma expressão popular, pegar o touro a unha. Aos que pretendiam que o continente africano não possuía nenhum passado, os especialistas da África podiam opor a existência de

reinados e de vastos impérios cuja história política se assemelhava à da Europa nos seus primórdios. As prevenções "elitistas" do público ocidental (como também do público africano educado à moda ocidental) podiam servir de meio de ação para demonstrar, em última análise, a importância da história africana. Tratava-se de um tímido início. Era suficiente para resgatar os aspectos do passado da África que se assemelhavam ao do Ocidente, sem ratificar os mal-entendidos suscitados pelas divergências de cultura. Poucos historiadores estavam convencidos, até aí, de que os impérios são em geral instituições duras e cruéis, e não necessariamente um índice de progresso político. Poucos se prontificavam a reconhecer, por exemplo, que uma das grandes realizações da África fora provavelmente a sociedade sem Estado, fundada mais sobre a cooperação do que sobre a opressão, e que o Estado africano se havia organizado de maneira a realmente apresentar autonomias locais.

Essa tendência a aceitar certas particularidades da historiografia clássica – como primeiro passo para uma "descolonização" da história africana – é comumente encontrada no estudo do período colonial, nas áreas onde já existia uma história "colonial" oficial, que tendia a acentuar as atividades europeias e a ignorar a parte africana. Pior ainda, tal história mostrava os africanos como bárbaros pusilânimes ou desorientados. Seguia-se que da Europa tinham vindo seres superiores que haviam feito o que os próprios africanos não teriam condições de fazer. Mesmo no seu mais alto grau de objetividade, "a história colonial" só outorgou aos africanos papéis secundários no palco da história.

Sem modificar em nada os papéis, o primeiro esforço para corrigir essa interpretação limita-se a modificar os julgamentos de valor. De heróis a serviço da civilização em marcha, os desbravadores, governadores das colônias, oficiais do exército, tornam-se cruéis exploradores. O africano aparece como vítima inocente, a quem se atribuem apenas atitudes passivas. É sempre a um punhado de europeus que a África e sua história devem o que são. (Sem dúvida, os europeus desempenharam às vezes os principais papéis durante o período colonial, mas todas as revisões fundadas em novas pesquisas em nível local permitem minimizar a influência europeia tal como foi vista na "história colonial" publicada antes de 1960).

Um segundo passo em direção à descolonização da história do período colonial se dá paralelamente à vaga de movimentos nacionalistas pela independência. Eis que os africanos desempenham um papel na história: é necessário trazê-lo à luz do dia. Os especialistas em ciência política que escreveram no período dos movimentos de independência derrubaram as

barreiras[4]. Pouco depois, sobretudo durante os anos 60, os estudiosos começaram a retroceder o tempo, buscando as raízes da resistência e dos movimentos de protesto no início da época colonial e, mais longe ainda, nas primeiras tentativas de resistência ao jugo europeu[5]. Estes trabalhos sobre os movimentos de resistência e de protesto constituem uma importante contribuição para corrigir os desvios da história colonial, mas ainda estamos longe de considerar a história da África com objetividade.

No último estágio, a descolonização da história africana da época colonial deverá derivar de uma fusão da revolta contra o eurocentrismo e do movimento antielitista. A revolução behaviorista já começou a influenciar a historiografia africana. Trata-se de uma influência ainda recente e limitada, restando muito a ser publicado. Certos historiadores, porém, começaram a buscar um método comum interdisciplinar que lhes permita iniciar o estudo da história da agricultura ou da urbanização a fim de se utilizarem das outras ciências sociais. Outros começam a se interessar por pequenas áreas isoladas, na esperança de que tais estudos de microcosmos revelem a trama da evolução de estruturas econômicas e sociais mais importantes e mais complexas[6]. A pesquisa modela arrojadamente seu caminho no domínio dos problemas peculiares à história econômica e religiosa, mas a verdadeira descolonização da história africana está apenas no início.

Os progressos da história analítica – que é também “a história de campo” baseada em investigações e questões colocadas nos próprios locais de pesquisa, e não somente a consulta aos arquivos – constituem um importante passo nessa direção. A independência em relação aos arquivos se mostra tão essencial para o período colonial quanto para o período pré-colonial, cuja documentação é relativamente rara. O problema da “história colonial” sempre foi que, ao contrário do que se passou e se passa na Europa ou nos Estados Unidos, os arquivos foram criados e alimentados por estrangeiros. Os escritos incorporam necessariamente os preconceitos de seus autores, seus sentimentos sobre eles mesmos, sobre aqueles a quem governavam e sobre seus respectivos papéis. É o caso da história da política interna da Europa ou dos Estados Unidos, na qual o preconceito é apenas pró-governamental. No mundo colonial, o historiador corre o risco de chegar a resultados desastrosos, se negligenciar, por pouco que

4 Consultar, por exemplo, HODGKIN, T. 1956; APTER, D. 1955; COLEMAN, J. S. 1958; JULIEN, C. A. 1952.

5 ‘Ver, por exemplo, SHEPPERSON, G. e PRICE, T. 1958; RANGER, Y. O. 1967; ILIFFE, J. 1969; ROTHBERG, R. e MAZRUI, A. A. 1970; PERSON, Y. 1968.

6 Ver HILL, P. 1963.

seja, a possibilidade de levar em conta outro ponto de vista, que ele pode obter através de testemunhos orais de pessoas que viveram sob o domínio colonial.

É provável que, no que se refere a técnicas recentes, os historiadores da África estejam atrasados em relação e outros colegas; no entanto, quanto à utilização das tradições orais da época pré-colonial, mais ainda que da colonial, eles realizaram um trabalho pioneiro. Esse trabalho divide-se em dois períodos. Entre 1890 e 1914, uma geração de administradores letrados, então a serviço das potências coloniais, começou a assegurar a conservação das tradições orais de importância histórica. O segundo período remonta ao início dos anos 60. O decênio 1950-1960 terminou com a opinião formulada em 1959 por G. P. Murdock; segundo ele, "era impossível confiar nas tradições orais indígenas"[7]. A década seguinte abriu-se com a publicação de Jan Vansina, *Oral tradition. A study in historical methodology.* Ela indicava quais os controles e as críticas necessários para a utilização científica das tradições orais. Os trabalhos históricos recentes, baseados na tradição oral, geralmente utilizada em conjunto com outras fontes de documentação, podem ser considerados um sucesso notável[8]. O seminário de Dacar organizado em 1961 pelo International African Institute sobre o tema "O historiador na África tropical" e o de Dar-es-Salam, em 1965, sobre o tema "Novas perspectivas sobre a história africana" acentuaram vigorosamente a necessidade de novos enfoques, sublinhando o papel insubstituível da tradição oral como fonte da história africana assim como todo o partido que o historiador pode tirar da linguística e da arqueologia informada pela tradição oral.

Graças a seus trabalhos sobre a época pré-colonial, os historiadores da África já influenciaram as outras ciências sociais. Tal influência se faz sentir em diversos planos. Acima de tudo, foram eles que impuseram o reconhecimento do fato de que a África "tradicional" não permaneceu estática. Economistas, especialistas em ciências políticas, sociólogos, todos tendem a estudar a modernização referindo-se aos critérios "antes" e "depois": "antes", aplicado à "sociedade tradicional", considerada como virtualmente sem mudanças; "depois", ao processo de modernização, que implicou uma transformação dinâmica da imagem anterior. Observadores da evolução, os historiadores estavam à espera das mudanças que não cessam de ocorrer nas sociedades humanas. Suas pesquisas dos últimos

7 MURDOCK, G. P. 1959, p. 43.

8 Ver, por exemplo, VANSINA, J. 1973; KENT, R. K. 1970; COHEN, D. W. 1972; o estudo de E. J. ALAGOA, resumido em parte no seu capítulo "The Niger Delta States and their Neighbours, 1609--1900". In: *History of West Africa,* de J. F. A. AJAYI e M. CROWDER, 2 v. (Londres, 1971), I: 269-303; A. ROBERTS, 1968. Nairóbi; NIANE, D. T., 1960. Présence Africaine.

decênios provaram que, na África pré-colonial, instituições, costumes, modos de vida, religiões e economias mudaram tão rapidamente quanto em outras sociedades, entre as revoluções agrícola e industrial. O ritmo não é tão rápido quanto o ritmo pós-industrial, que não deixa de afetar a África de hoje, mas o "imobilismo" do passado "tradicional" não ocorreu em parte alguma.

Foi aos antropólogos que a utilização de uma base, de um ponto de partida "tradicionais", colocou os problemas mais sérios. Desde os anos 20, a maioria dos antropólogos de língua inglesa trabalhou a partir de um modelo de sociedade que permite destacar o papel desempenhado por cada um dos elementos constitutivos para manter o conjunto das atividades do todo. Eles reconheciam que as sociedades africanas que puderam examinar haviam mudado muito desde o início do regime colonial, fato que consideravam prejudicial a sua demonstração. A seus olhos, era conveniente restabelecer o quadro, concentrando-se num único período, tomado ao acaso no passado imediatamente anterior à conquista europeia. Eles sustentavam que era possível descobrir a natureza dessa sociedade tradicional destacando os dados das observações atuais e abstraindo tudo o que se assemelhasse a influência exterior. O resultado foi o "presente antropológico".

Tal enfoque funcionalista deve muito a Bronislaw Malinowski, que dominou a antropologia britânica na segunda e na terceira década deste século. Ele contribuiu de modo significativo para a compreensão do "funcionamento" das sociedades primitivas, e os "funcionalistas" conseguiram outros importantes progressos graças a um método que não se limitava ao questionamento de informantes, mas valia-se sobretudo da observação participante e da exploração cuidadosa e prolongada do local de pesquisa. No entanto, toda medalha tem seu reverso. Os antropólogos partiram em busca de sociedades primitivas, de ilhotas culturais, subvertendo as ideias ocidentais sobre a civilização africana. Disto resultaram graves lacunas na documentação relativa às sociedades africanas maiores e mais complexas e, consequentemente, uma nova contribuição ao mito de uma África "primitiva". Seu esforço para abstrair o presente antropológico do presente real contribuiu para reforçar a convicção de que na África a mudança vinha obrigatoriamente do exterior, desde que suas hipóteses pareciam negar qualquer evolução às sociedades africanas até a chegada dos europeus. Seu esforço para imobilizar a sociedade-testemunha, a fim de descrever seu funcionamento básico, os levou geralmente a esquecer que esta sociedade que, para fins de análise, estavam tratando como estática, não o era na realidade. Acima de tudo, tal esforço iria impedi-los de se interrogarem sobre as razões e os meios desta evolução, o que acabaria por revelar um outro aspecto da sociedade examinada.

Sem dúvida, o funcionalismo teria, apesar de tudo, seguido seu curso sem o impacto da disciplina histórica. Ele sofreu a influência dos estudos sobre a aculturação dos anos 40 e 50, enquanto Claude Lévi-Strauss e seus discípulos tomavam uma outra direção nos decênios do pós-guerra. No que se refere à antropologia política e a certos aspectos da antropologia social, porém, os trabalhos dos historiadores do período pré-colonial aclararam a dinâmica da evolução e contribuíram para dar um novo impulso à antropologia.

O estudo das religiões e das organizações religiosas africanas modificou-se sob a influência das recentes pesquisas históricas. Os primeiros pesquisadores da religião africana eram, em sua maioria, ou antropólogos em busca de um conjunto estático de crenças e práticas, ou missionários que aceitavam o conceito de um presente antropológico ao estudar as religiões que esperavam suplantar. Eles reconheciam o dinamismo inegável do Islã, cuja difusão durante o período colonial foi ainda mais rápida que a do cristianismo. Todavia, os estudos mais importantes sobre o Islã foram patrocinados pelo governo francês, na África do norte e na África ocidental, com o objetivo de pôr em xeque uma eventual dissidência. O tema desses estudos era menos a evolução no interior da religião que as organizações religiosas e seus chefes. Nas últimas décadas, diversos fatores – e não apenas o trabalho dos historiadores contribuíram para dar um novo impulso ao estudo da evolução religiosa. Os especialistas das missões se interessaram pelo progresso das novas religiões africanas, fundadas sobre bases parcialmente cristãs, assim como pelas igrejas independentes que se desligavam das missões europeias. Os antropólogos apaixonados pela aculturação voltavam-se para trabalhos similares e, curiosos acima de tudo sobre o papel da religião nas rebeliões coloniais e nos movimentos de protesto, os historiadores traziam também uma contribuição positiva. Com referência ao período pré-colonial, eles foram levados a reconhecer igualmente a importância evidente e capital da reforma religiosa no conjunto do mundo islâmico. Disso resultou uma tomada de consciência mais aguda da evolução das religiões não cristãs e não muçulmanas, embora os especialistas das diversas ciências sociais tenham apenas começado a estudar as particularidades dessa evolução tão sistematicamente *como* elas o merecem. Desse ponto de vista, deve-se destacar o interesse recente pelas religiões "animistas", bem como por suas associações, frequentemente secretas, que têm um papel histórico muitas vezes admirável.

Enquanto que, para os especialistas das diversas ciências sociais, parece possível estudar em conjunto e eficientemente a religião africana, através de uma ampla troca de ideias e de métodos, os trabalhos sobre as economias africanas permanecem totalmente isolados. Da mesma forma que os historiadores da

religião, os especialistas em economia demonstraram, nos últimos anos, que os diferentes tipos de economia não paravam de evoluir e que essa evolução respondia tanto a estímulos de ordem interna quanto a influências de ultramar. No entanto, os economistas, particularmente os especialistas em desenvolvimento econômico, prosseguem seus trabalhos sem considerar a cultura econômica que tentam dominar. Não só tendem a ignorar o mecanismo da evolução em curso, mas muitos deles dão pouca atenção aos modelos estáticos dos antropólogos economistas.

Assim, por exemplo, para justificar a teoria do desenvolvimento econômico, convinha assegurar ser a África, em grande medida, formada por economias de "subsistência", nas quais cada unidade familiar produz a quase totalidade dos bens e serviços de que necessita. Esse ponto de vista foi defendido principalmente por Hla Myint em meados da década de 60, ao mesmo tempo que a teoria do desenvolvimento econômico *vent-for-surplus,* baseada na liberação dos recursos e dos meios de produção insuficientemente empregados[9]. Na realidade, nenhuma comunidade da África pré-colonial supria inteiramente suas próprias necessidades sem se dedicar a algum comércio; e eram numerosas as sociedades africanas que possuíam complexas redes de produção e exportação dirigidas às necessidades de seus vizinhos. Na orla do Saara, numerosas tribos pastoris obtinham a metade, se não mais, de seu consumo anual de calorias, trocando os produtos de sua criação por cereais. Outras produziam e vendiam regularmente os excedentes agrícolas, o que lhes permitia adquirir certos gêneros exóticos – sal, gado, manteiga de Galam, noz de cola, tâmaras. O erro que se dissimula sob o quadro de uma economia africana estática é, se bem entendido, o mito eterno da África "primitiva", erro reforçado pela tendência dos antropólogos em escolher as comunidades mais simples e sua antiga propensão a abstrair o tempo em suas concepções.

Os economistas e antropólogos que estudaram a economia africana *in loco* ressaltaram, evidentemente, a importância do comércio na África pré-colonial. Alguns notaram que as economias africanas evoluíram rapidamente antes da chegada maciça dos europeus. Todavia, distanciando-se da linha de pensamento ortodoxo, um grupo sublinhou mais as diferenças que as semelhanças entre as culturas econômicas. Os membros desse grupo – às vezes denominados "substantivistas", em razão de sua insistência em estudar a natureza *substantiva* da produção e do consumo e também de seu esforço para relacionar a forma como o homem satisfaz suas necessidades materiais ao quadro mais amplo de

9 MYINT, H. 1964

uma sociedade particular, e não a uma teoria oficial tentaram provar que a teoria econômica não é aplicável ao domínio de suas pesquisas[10]. Como resultado, estabeleceu-se um verdadeiro abismo entre os economistas do desenvolvimento, que, trabalhando sob a inspiração de teorias macroeconômicas, prestam pouca atenção às realidades econômicas do momento, e os substantivistas, que desprezam as teorias contrárias. Até agora, os especialistas em história da economia não preencheram o abismo, assim como não exerceram sobre as ideias relativas à África uma influência comparável à que os historiadores tiveram sobre a antropologia ou sobre o estudo das religiões.

A história africana caminhou a largos passos, especialmente nós últimos anos, para lançar métodos novos e cobrir zonas não suficientemente exploradas. Mas ela não tirou proveito suficiente dos novos caminhos abertos em outros lugares. Ela não respondeu tão rapidamente quanto outras disciplinas ao desafio da revolução behaviorista, nem aproveitou as possibilidades admiráveis da história quantitativa, tanto em matéria política quanto no domínio da econometria.

No curso das explorações sobre o passado da África, realizadas com impulso cada vez maior, a irradiação da nova história africana foi obra de um grupo de historiadores profissionais que fizeram dessa história o objeto principal de seu ensino e de seus escritos. Se, no mundo ocidental, o conhecimento da história da África foi tão menosprezado, mesmo em relação à historiografia da Ásia ou da América Latina, é porque era obra de historiadores amadores, pessoas que tinham outras atividades profissionais, mas não uma posição estabelecida no mundo universitário, e que portanto não tinham possibilidade de influenciar os meios historiográficos em nenhum país ocidental. Alguns trabalhos de pesquisa sobre a África eram realizados nos institutos da Escandinávia ou da Europa central e oriental, desde antes da Segunda Guerra Mundial. Mas eles permaneciam marginais no programa geral do ensino superior e, desse modo, não contribuíam para a formação de historiadores. As únicas exceções são representadas pela egiptologia e por certos aspectos do passado da África do norte na época romana. Para o restante, antes de 1950 contam-se poucos profissionais entre os historiadores da África. Há administradores coloniais e missionários; há também clérigos e religiosos africanos, que empregam uma das línguas internacionais – Carl Christian Reindorf, da Costa do Ouro; Samuel Johnson, para os Ioruba; ou o xeque Moussa Kamara, do Senegal, cujo *Zuhur ul-Basatin fi Ta'rikh is-Sawadin* não está ainda inteiramente publicado e apenas começa a ser

10 Para um resumo apropriado da posição, ver DALTON, G. 1968.

consultado por outros historiadores[11]. Certos antropólogos voltaram-se também para temas históricos; mas na África, antes de 1950, nenhuma universidade propunha ainda um programa satisfatório de especialização em história africana em nível de graduação. Em 1950, não houve nenhum historiador profissional que se dedicasse exclusivamente a escrever a história africana e a ensiná-la. Vinte anos depois, cerca de quinhentos historiadores com doutorado ou qualificação equivalente elegeram a história da África como atividade principal.

A rapidez com que essa evolução ocorreu é surpreendente. Retrospectivamente, ela pode ser muito bem explicada. Na África, na Europa, na América do Norte – e em cada continente por diferentes razões – a conjuntura política, intelectual e universitária revelou-se particularmente favorável ao aparecimento de uma plêiade de historiadores profissionais cujo trabalho se orientava para a África. Nesse continente, a partir do fim dos anos 40, a necessidade era maior à medida que se podia prever um movimento cada vez mais acelerado em direção à independência, ao menos para a maior parte da África do norte e do oeste. Depois de 1950, a fundação de novas universidades criava a necessidade de uma história renovada da África, considerada de um ponto de vista africano – em princípio ao nível da universidade e, passando pelos estabelecimentos de formação pedagógica, atingindo a escola em geral. Entre os pioneiros desse enorme esforço de reeducação, devemos citar K. Onwuka Dike, o primeiro de uma nova geração de historiadores africanos a ultrapassar as etapas de uma formação pedagógica normal – feita na Universidade de Londres. Historiadores estrangeiros aderem ao movimento: J. D. Fage, da Universidade de Gana (Costa do Ouro, na época); J. D. Hargreaves, de Forah Bay, em Serra Leoa; Christopher Wrigley e Cyril Ehrlich, no Makerere College.

Na África de fala francesa delineou-se progressivamente um movimento paralelo. Nos antigos territórios franceses, as universidades continuaram, muito tempo depois da Independência dos respectivos países, a depender do sistema francês. Em consequência, conservaram as tradições históricas francesas. Todavia, alguns pioneiros se orientavam para uma história da África. Neste sentido, notáveis contribuições foram oferecidas por Amadou Mahtar M'Bow, no Senegal; por Joseph Ki-Zerbo, no Alto Volta; pelo padre Engelbert Mveng, em Camarões. Desde o início dos anos 50, os historiadores vindos do exterior e estabelecidos na África de língua francesa, que teriam um papel dominante nas universidades, dedicaram-se à pesquisa. Desde então, Jan Vansina, que iria contribuir para o ensino da história africana na universidade de Lovanium,

11 JOHNSON, S. 1921; REINDORF, C. 1899; KAMARA, M. 1970.

trabalhava nas instituições de pesquisa do governo belga no Congo e em Ruanda. No IFAN*, em Dacar, Raymond Mauny, futuro professor de história africana na Sorbonne, dedicava-se à pesquisa sobre a África ocidental. Yves Person, ainda administrador colonial, começava as investigações que originariam em 1968 sua tese sobre Samori e lhe permitiriam contribuir para a introdução da história da África nas universidades de Abidjan e Dacar. *Presença Africana,* através de sua revista e dos dois grandes congressos de Escritores e Artistas Negros, realizados em Paris e Roma em 1956 e 1959, impulsionava vigorosamente tal processo.

Todas essas atividades caminhavam simultaneamente ao desenvolvimento, na própria África, de estudos históricos africanos. Neste reencontro da história da África com a história do mundo, o momento capital é aquele em que progride nos outros continentes o estudo da história africana – progressos paralelos no tempo aos da história da África nas universidades africanas. Em 1950, Roland Oliver começou a ensinar história africana na escola de estudos orientais e africanos da Universidade de Londres. Na União Soviética, D. A. Olderogge e seus colegas do Instituto Etnográfico de Leningrado inauguravam um programa sistemático de pesquisas que culminou, algum tempo depois, com a publicação de toda a documentação conhecida sobre a África subsaariana do século XI em diante, nas línguas da Europa oriental, com tradução e notas em russo[12]. Durante esse mesmo decênio, foi criada na Sorbonne a primeira cadeira de História Africana; logo havia duas, a do antigo governador das colônias, Hubert Deschamps, e a de Raymond Mauny. Por seu lado, Henri Brunschwig assumia a direção das pesquisas sobre a história africana na Ecole Pratique des Hautes Etudes, enquanto Robert Cornevin publicava a primeira edição de seu resumo da História da África, várias vezes revista e completada desde então.

Para além da Europa e da África, os progressos eram mais lentos; na própria Europa, a história africana só foi admitida inicialmente nos cursos universitários dos países colonizadores. Nas Américas, onde uma grande parte da população é de origem africana, poderíamos esperar manifestações de interesse. No entanto, por mais importantes que fossem os vestígios culturais africanos, nem o Brasil nem as Caraíbas deram a atenção merecida ao assunto. No Haiti, alguns intelectuais demonstraram solicitude com relação à cultura local baseada num africanismo datado dos primeiros trabalhos do Doutor Price-Mars (1920). Em Cuba, sentia-se forte influência da cultura afro-cubana entre certas personalidades do mundo

* Institut Fondamental d'Afrique Noire (N. do T.).

12 KUBBEL, L. E. e MATVEÏEV, V. V. 1960 e 1965.

das letras, entre outras, Nicolas Guillen. Todavia, tal como no Brasil, a simpatia manifestada pela cultura afro-americana não suscitou interesse pela África nem por sua história. Nas Antilhas britânicas, a descolonização, inclusive a descolonização da história local, beneficiou-se de maior prioridade; no entanto, mesmo depois de 1960, o pan-africanismo político não teve ressonância histórica entre os intelectuais das Antilhas.

O interesse era ainda menor nos Estados Unidos antes de 1960; o pouco que existia estava concentrado sobre a África do norte. De acordo com uma pesquisa recente, foram apresentadas até 1960, inclusive, 74 teses de doutorado relativas à história africana. Trata-se de um número surpreendente, mas enganador. A maioria dessas teses refere-se à África do norte e é obra de historiadores especializados em história ou arqueologia clássicas, na história da África do norte e do Oriente Médio, ou ainda – o mais frequente na colonização ultramarina europeia. Só o acaso, ou quase, permitiu que os temas de tese se referissem à África. Dos que haviam escolhido como tema a história colonial, poucos se tornaram verdadeiros especialistas em África. Entre os pioneiros, encontra-se Harry R. Rudin, em Yale. Desde os anos 30, ele havia publicado ensaios sobre a história da colonização alemã na África; depois de 1950, seu interesse pela África não parou de crescer. Os afro-americanos formavam um grupo ainda mais importante. W. E. B. Dubois interessara-se pela África desde o início de sua carreira, embora só tenha podido dedicar-se a esse estudo quando se aposentou e emigrou para Gana. Bem antes dele, em 1916, Carter G. Woodson havia fundado *The Journal of Negro History*. Na verdade a publicação era mais afro-americana do que africana, mas a história africana figurava oficialmente na sua óptica, e podiam-se encontrar nele, de tempos em tempos, artigos sobre o passado da África. Entretanto, o verdadeiro apóstolo da história da África foi William Léo Hansberry, da Universidade de Howard, que desenvolveu uma campanha solitária pela inclusão da história da África no programa de ensino das universidades americanas e – estando ainda em vigor a segregação – especialmente dos colégios com grande maioria negra nos Estados do sul.

Assim, em graus diversos, as condições que assegurariam a difusão da história africana fora da África existiam antes de 1960. Próxima a esta data, a conquista da independência na África do norte e na África tropical assegurou, no resto do mundo, um renovado interesse pelo continente, além de ter suscitado a curiosidade popular – curiosidade voltada mais para o passado que para o presente ou o futuro da África. Entretanto, em vários lugares os progressos da história africana eram decepcionantes. Apesar da importância política dada à unidade africana, era imperceptível o avanço das universidades e dos estudantes

da África do norte em direção a uma concepção mais continental do estudo de seu próprio passado. O Magreb aderia fortemente ao mundo mediterrâneo, ao mundo muçulmano, ao mundo intelectual de língua francesa, cujo centro ainda era Paris. Esses três mundos eram suficientes para mobilizar toda a atenção do público letrado. Diversas vezes, os porta-vozes oficiais egípcios ressaltaram ser o Egito tão africano quanto árabe e muçulmano, mas os estudos históricos no Egito eram frutos sobretudo do espírito de paróquia, enquanto a barragem de Assuã e os trabalhos das equipes arqueológicas internacionais na Núbia chamavam a atenção para o Nilo Superior.

"Espírito de paróquia" era também – e mais ainda – a característica dos estudos históricos na África do Sul. O controle político exercido pela população de origem europeia na República da África do Sul não diminuía. Nas universidades, a história africana passava mais ou menos despercebida: a "história" era a da Europa e da minoria europeia da África do Sul. Com *The Oxford History of South Africa* (1969-1971) a óptica se ampliou a ponto de incluir a maioria africana, mas um dos autores, o historiador Leonard Thompson, não lecionava mais na África do Sul; e ainda que apaixonada pela história, a outra, Monica Wilson, era uma antropóloga. Em Zimbabwe, por volta de 1960, havia a tendência à inclusão de um apanhado geral da história africana nos estudos de história, mas a declaração unilateral de independência da minoria branca em relação à Grã-Bretanha alteraria o curso das coisas. Fato curioso, Zimbabwe produziu uma porcentagem mais elevada de estudantes de história da África do que a África do Sul. No entanto, a maioria teve de prosseguir o exercício de sua profissão no exílio.

A África tropical foi o primeiro centro de estudo da história da África no continente africano e lá se realizaram os progressos mais notáveis na primeira década após a Independência. A história africana já fazia parte do programa de ensino das universidades dessa região, mas tratava-se agora de encontrar um equilíbrio apropriado entre a história local, regional, africana e mundial. Resumindo, tratava-se de descolonizar o conjunto do programa de história e não apenas de lhe adicionar um componente africano. Foi na África de língua inglesa que ocorreram as maiores mudanças: as rígidas normas instituídas pelos europeus abrandaram-se mais rapidamente nesses países que nos de língua francesa. O ensino da história da Grã-Bretanha e de seu império cedeu lugar a outros temas: a história do Império Britânico tendeu a desaparecer completamente e a da Grã-Bretanha a se fundir com a da Europa. No que se refere ao ensino da história da Europa, a nova corrente que se esboçou tendeu a subordinar as diferentes histórias nacionais ao estudo dos grandes temas que transcendem as fronteiras, como a urbanização ou a

Revolução Industrial. Ao mesmo tempo, os historiadores começaram a se interessar também pela história de outras regiões – a do mundo islâmico ao norte, insistindo particularmente na sua influência ao sul do Saara; a da América Latina ou do Sudeste Asiático, porque elas poderiam recuperar certos aspectos da experiência africana; a do Leste Asiático, onde o crescimento econômico do Japão constituía um exemplo do qual a África poderia tirar ensinamentos. O impacto da história africana proporcionou assim uma reorientação geral, no sentido de uma concepção do mundo e de seu passado, verdadeiramente afrocêntrica – sem se interessar exclusivamente pela África e pelos africanos, como a velha tradição europeia se interessava apenas pelos europeus, mas no quadro de uma *Weltanschauung* da qual a África, e não a Europa, constitui o ponto de partida.

Esse objetivo não foi ainda completamente atingido, mesmo nas mais avançadas universidades de língua inglesa. Será necessário um certo tempo para formar uma geração de historiadores africanos inovadores que explorem novos caminhos, escolhidos por eles mesmos. As universidades de língua francesa estão um decênio atrasadas: em Abidjan, Dacar e Lubumbashi (herdeira de Lovanium no domínio da história), as mais antigas universidades de língua francesa, só a partir do início da década de 70 é que o corpo de professores de história passou a ser composto majoritariamente por africanos, ao passo que essa evolução havia ocorrido desde o início dos anos 60 nas mais antigas universidades de língua inglesa. Agora que os historiadores africanos possuem seu lugar nas universidades de língua francesa, pode-se prever um reajustamento semelhante das concepções da história mundial. Mas já a partir de 1963 se realizou a reforma dos programas de história nas escolas secundárias dos países de língua francesa. Ela seria imediatamente seguida pela reforma dos programas dos estudos históricos universitários, de acordo com o programa do CAMES (Conselho Africano e Malgaxe para o Ensino Superior).

O impacto da história africana sobre a pesquisa e o ensino de história na Europa ocidental está ligado à antiga relação colonial. Essa é uma das razões pelas quais a França e a Inglaterra constituíram os principais centros europeus de estudo da história africana.

Todavia, também em outros lugares se registraram progressos no ensino da história africana, em particular na Tchecoslováquia e na Polônia, assim como na União Soviética, onde ela é sistematicamente ensinada na Universidade Patrice Lumumba, de Moscou, cuja missão específica consiste em formar estudantes africanos. Em outros lugares, especialistas solitários prosseguem pesquisas em diferentes centros universitários, sendo que isso ocorre de forma mais sistemática nos institutos de pesquisa que seguem a tradição alemã de organização universitária. Os pesquisadores que se dedicam à África estão,

portanto, um pouco isolados, o que poderia contribuir para explicar por que os estudos históricos continuam a não ceder nenhum lugar à África em numerosas universidades europeias, exceto na Inglaterra e na França.

Também nestes países a tradição geral dos estudos históricos se inspira num espírito de campanário, mas a formação de administradores coloniais teve aí um peso particular. A partir de 1955 aproximadamente, começou o processo de repatriação desses administradores, e muitos deles iniciaram uma nova carreira de historiadores dos países onde haviam exercido suas funções. Esse foi o caso da França, principalmente, como demonstra o exemplo dos professores Deschamps e Person. Para esse país, assim como para a Inglaterra, a criação e o crescimento de novas universidades africanas, que datam dos anos 50, abriram a possibilidade de empregos na África. Jovens historiadores escolheram temas africanos para sua aprendizagem de pesquisa ou começaram a se interessar pela história africana quando foram lecionar na África. Em seguida, nos anos 60 e 70, esses historiadores estrangeiros foram progressivamente substituídos por africanos e voltaram a lecionar na ex-metrópole, muitas vezes depois de terem passado oito ou dez anos na África. Nem todos voltaram a ensinar a história africana, mas o número total dos que o fizeram é significativo. O número dos historiadores vindos das universidades africanas que entraram nas universidades britânicas entre 1965 e 1975 situa-se provavelmente entre sessenta e setenta, o que representa em torno de 8 a 10% dos historiadores que passaram a trabalhar nas universidades britânicas nesse período. Em 1974, três cadeiras de "História Moderna" (expressão que designava tradicionalmente a história da Grã-Bretanha moderna) estavam ocupadas por historiadores cujos principais trabalhos de pesquisa tinham sido dedicados à África. É ainda muito cedo para determinar a influência que tal retorno da África terá sobre as tradições históricas britânicas em geral, mas provavelmente será considerável.

Na França, observa-se um fenômeno semelhante, ainda que os números correspondentes sejam um pouco mais baixos e que os professores vindos da África constituam uma porcentagem menor do recrutamento para o ensino universitário. Uma nova geração de historiadores começou a se interessar pela África. Em Paris, tanto nas diferentes universidades quanto no Centro de Estudos Africanos, que é interuniversitário, um certo número de especialistas em história, sociologia e arqueologia trabalharam muito tempo nas universidades africanas, com as quais continuam mantendo estreitas relações. A situação é semelhante em Aix, Bordeaux e Lyon. Paralelamente, as universidades britânicas e francesas asseguraram a formação de historiadores africanos encarregados de substituir os

estrangeiros que voltavam para a Europa[13]. Nesse sentido, instituições como a School of Oriental and African Studies (SOAS) de Londres e secções esparsas da Sorbonne e das grandes escolas em Paris, tiveram um papel especial. Na SOAS, por exemplo, 58% dos que obtiveram doutorado entre 1963 e 1973 começaram lecionando na África; menos de 20% do total eram britânicos e somente 13% tiveram seu primeiro cargo numa universidade britânica[14]. Isso diminuiu em parte o impacto direto da SOAS – instituição que congrega o mais importante grupo de historiadores da África já reunido no mundo por uma universidade – sobre a educação britânica. Sua influência indireta, porém, foi considerável. Além da SOAS, as universidades de Birminghan, Sussex e Edimburgo reservaram entre seus programas um papel especial à história africana; e pelo menos outras oito dispõem de um especialista em história africana que leciona regularmente essa matéria a estudantes de graduação.

Esse nível particular de desenvolvimento na Grã-Bretanha talvez fosse previsível, levando em conta os interesses colonialistas e neocolonialistas deste país em relação às estruturas universitárias africanas. Em compensação, o enorme crescimento da pesquisa sobre a história da África na América do Norte durante os anos 60 era completamente inesperado, já que os historiadores dos Estados Unidos pareciam não tratar equitativamente nem a história dos afro-americanos de sua própria sociedade. A numerosa minoria de descendentes de africanos presente nos Estados Unidos desde suas origens não havia suscitado um interesse notável pela África, mesmo entre a maior parte dos afro-americanos. De resto, o impulso repentino dos estudos sobre a história africana pode ser observado tanto no Canadá como nos Estados Unidos, embora o Canadá não tenha governado uma parte da África, como a Grã-Bretanha, nem conte entre seus habitantes com uma minoria afro-americana importante, como ocorre com os Estados Unidos.

Antes de 1960, a história da África mal era ensinada na América do Norte. Em torno de 1959, pouco depois de sua fundação, o African Studies Association só contava com 21 membros, residentes nos Estados Unidos ou no Canadá, que poderiam ser considerados historiadores. Entre esses, menos da metade ocupava cargos universitários que os obrigassem a consagrar o tempo disponível à história da África. Por outro lado, o Primeiro Congresso Internacional de Africanistas

13 Agradeço ao professor J. F. Ade AJAYI, da Universidade de Lagos, e aos professores J. D. FAGE e Roland OLIVER, pelas informações que me forneceram a respeito do impacto da história africana sobre a história em geral na Europa e na África, respectivamente. No entanto, deve ser atribuído a mim qualquer erro fatual ou de avaliação que este texto porventura apresente.

14 OLIVER, R. “African Studies in London, 1963-1973”. (Comunicação não publicada distribuída no Terceiro Congresso Internacional de Africanistas, Adis Abeba, dezembro de 1973).

reuniu em Acra, em 1962, cerca de oitocentos participantes, diante dos quais o presidente Kwame Nkrumah, no discurso inaugural, descreveu em linhas gerais as responsabilidades da disciplina histórica para com a nova África. A partir daí deu-se a avalanche. Em 1970, o número de norte-americanos especializados em história ou arqueologia africanas aproximava-se de 350. Alguns eram historiadores que haviam iniciado sua carreira numa outra disciplina qualquer, antes de mudar de opinião; a maioria, porém, era constituída por jovens estudantes que acabavam de sair do secundário. Entre 1960 e 1972, as escolas americanas forneceram mais de 300 doutores PhD em história africana. Entre eles, há jovens africanos que pretendem retornar. Alguns são europeus, mas a grande maioria é formada por norte-americanos. A proporção de afro e euro-americanos é igual à desses grupos no conjunto da população: cerca de 10% nos Estados Unidos e bem menos no Canadá.

Dessa forma, no quadro dos estudos históricos, duas tendências contraditórias impulsionaram a difusão da história da África na América do Norte. Das ideias da comunidade afro-americana nasceu a sólida convicção de que a África era propriedade dos povos africanos e de seus descendentes estabelecidos em outros continentes, exatamente como na Europa as histórias nacionais tinham-se tornado propriedade de cada nação europeia. Nesse sentido, a diferença implícita entre os objetivos da “história da África para os africanos” e da “história da África no contexto da história mundial” se manifestava com clareza. Diferença, porém, não significa conflito. As duas “histórias” não são incompatíveis, ainda que tenham optado por acentuar diferentes aspectos do passado.

Em consequência disso, a tendência ao etnocentrismo em história foi mais seriamente abalada na América do Norte do que em outros lugares. Em inúmeras escolas, a velha “história do mundo”, que não passava na realidade de uma história da civilização ocidental, deu lugar nos anos 60 a novas tendências mais autênticas de situar a história numa perspectiva mundial, em que a África foi colocada em relação de igualdade com outras grandes zonas culturais, como o sul ou o leste da Ásia. Numerosos departamentos de história de universidades norte-americanas começaram a passar da antiga divisão entre história americana e europeia a uma divisão da história em três ramificações, sendo que a terceira – a do Terceiro Mundo – se tornava igual às duas outras.

Essa evolução ainda não está terminada, mas, paralelamente à difusão da história africana na Grã-Bretanha e na França e à reorientação do programa de ensino de história nas universidades africanas, ela marca uma etapa no caminho que assegurará à história africana seu pleno impacto sobre a história em geral. A longo prazo, o êxito dependerá dos esforços conjuntos de especialistas africanos ao escreverem a história de suas próprias sociedades, dos de historiadores não

africanos que interpretam a história africana para outras sociedades e de uma ampliação das ciências sociais internacionais até o ponto em que os especialistas em outras disciplinas sejam obrigados a levar em consideração os dados africanos antes de arriscarem qualquer generalização sobre a vida das sociedades humanas.

CAPÍTULO 4

Fontes e técnicas específicas da história da África – Panorama Geral

T. Obenga

As regras gerais da crítica histórica, que fazem da história uma técnica do documento, e o espírito histórico, que pede o estudo da sociedade humana em sua caminhada através dos tempos, são aquisições fundamentais utilizáveis por todos os historiadores, em qualquer país. O esquecimento desse postulado manteve durante muito tempo os povos africanos fora do campo dos historiadores ocidentais, para quem a Europa era, em si mesma, toda a história. Na realidade, o que estava subjacente e não se manifestava claramente, era a crença persistente na inexistência de uma história na África, dada a ausência de textos e de uma arqueologia monumental.

Portanto, parece claro que o primeiro trabalho histórico se confunde com o *estabelecimento de fontes.* Essa tarefa está ligada a um problema teórico essencial, ou seja, o exame dos procedimentos técnicos do trabalho histórico.

Sustentados por uma nova e profunda necessidade de conhecer e compreender ligada ao advento da era pós-colonial, os pesquisadores fundaram definitivamente a história africana, embora a construção de uma metodologia histórica ainda prossiga. Setores imensos de documentação foram revelados, permitindo aos pesquisadores formularem novas questões. Quanto mais os fundamentos da história africana se tornam conhecidos, mais essa história se diversifica e se constrói de diferentes formas, de modo inesperado. Há cerca de quinze anos produziu-se uma profunda transformação dos instrumentos de trabalho e hoje

se admite de bom grado a existência de fontes utilizadas mais particularmente para a história africana: geologia e paleontologia, pré-história e arqueologia, paleobotânica, palinologia, medidas de radiatividade de isótopos capazes de fornecer dados cronológicos absolutos, geografia física, observação e análise etno-sociológicas, tradição oral, linguística histórica ou comparada, documentos escritos europeus, árabes, hindus e chineses, documentos econômicos ou demográficos que podem ser processados eletronicamente.

A variedade das fontes da história africana permanece extraordinária. Dessa forma, devem-se buscar de forma sistemática novas relações intelectuais que estabeleçam ligações imprevistas entre setores anteriormente distintos. A *utilização cruzada de fontes* aparece como uma inovação qualitativa. Uma certa profundidade temporal só pode ser assegurada pela intervenção simultânea de diversos tipos de fontes, pois um fato isolado permanece, por assim dizer, à margem do movimento de conjunto. A integração global dos métodos e o cruzamento das fontes constituem desde já uma eficaz contribuição da África à ciência e mesmo à consciência historiográfica contemporânea.

A curiosidade do historiador deve seguir várias trajetórias ao mesmo tempo. Seu trabalho não se limita a estabelecer fontes. Trata-se de se apropriar, através de uma sólida cultura pluridimensional, do passado humano. Porque a história é uma visão do homem atual sobre a totalidade dos tempos.

A maioria dessas fontes e técnicas específicas da história africana extraídas das ciências matemáticas, da física dos átomos, da geologia, das ciências naturais, das ciências humanas e sociais, estão amplamente descritas no presente volume. Desse modo, insistiremos aqui nos aspectos e problemas não desenvolvidos em outras partes.

Sem dúvida, o fato metodológico mais decisivo desses últimos anos foi a intervenção das *ciências físicas modernas* no estudo do passado humano, com as medidas de radiatividade dos isótopos, que asseguram a apreensão cronológica do passado até os primeiros tempos do aparecimento do *Homo sapiens* (teste do carbono 14) e das épocas anteriores a 1 milhão de anos (método do potássio-argônio).

Atualmente, esses métodos de datação absoluta abreviam de modo considerável as discussões no campo da *paleontologia humana* e da *pré-história*[1]. Na África, os hominídeos mais antigos datam de -5.300.000 anos pelo método K/Ar. Essa é a idade de um fragmento de maxilar inferior com um molar intacto de um

1 BIRDSELL, J. B. 1972, p. 299.

hominídeo encontrado pelo professor Bryan Patterson, em 1971, em Lothagam no Quênia. Por outro lado, os dentes de hominídeos encontrados nas camadas villafranchianas do vale do Omo, na Etiópia meridional, pelas equipes francesas (Camille Arambourg, Yves Coppens) e americana (F. Clark-Howell) têm 2 a 4 milhões de anos. O nível do Zinjanthropus (nível I) do célebre depósito de Olduvai, na Tanzânia, data de 1.750.000 anos, sempre através do método do potássio-argônio.

Assim, graças ao isótopo potássio-argônio, a gênese humana do leste africano, a mais antiga de todas no estágio atual dos conhecimentos, constitui a gênese humana propriamente dita, tanto mais que o monofiletismo é uma tese cada vez mais amplamente admitida hoje na paleontologia geral. Em consequência, os restos fósseis africanos conhecidos atualmente fornecem elementos decisivos para responder a esta questão primordial das origens humanas, colocada de mil maneiras ao longo da história da humanidade: "Onde nasceu o homem? Há quanto tempo?".

As velhas ideias estereotipadas, que colocavam a África praticamente à margem do Império de Clio, estão agora completamente modificadas. Os fatos, postos em evidência através de várias fontes e métodos – desde a paleontologia humana até a física nuclear – mostram claramente, ao contrário, toda a profundidade da história africana, cujas origens se confundem precisamente com as próprias origens da humanidade.

As informações obtidas de outras fontes – as *ciências da Terra,* por exemplo – iluminam igualmente a história da África, independentemente de qualquer documento escrito. A vida e a história da população da bacia lacustre do Chade, por exemplo, seriam dificilmente compreensíveis sem a intervenção da geografia física. É conveniente ressaltar o valor metodológico desse enfoque.

Com efeito, a vida e os homens não se distribuem ao acaso na bacia do lago Chade, que apresenta de forma esquemática o seguinte quadro hipsométrico: uma planície central de acumulação situada entre 185 e 300 m de altitude; em torno, um anel bastante descontínuo de velhos planaltos desgastados, cuja peneplanização foi às vezes camuflada por atividades vulcânicas recentes; unindo esses planaltos de, em média, 1000 m de altitude, e as zonas baixas de acumulação, há encostas geralmente íngremes afetadas por uma erosão ativa num clima úmido. É precisamente a zona de solos detríticos bastante leves que recebe a chuva a que apresenta a maior densidade demográfica, ou seja, de 6 a 15 hab/km^2. Sob o clima do Sahel ocorre ainda boa densidade nos aluviões fertilizados pelas infiltrações ou inundações do Chade. Nos altos planaltos do leste e do sul, Darfur e Adamaua, de onde descem os tributários do lago, a população reduz-se a 1 hab/km^2. No

norte, já saariano, a densidade diminui ainda mais. O aspecto humano da bacia é, por consequência, estreitamente ligado a um problema de geografia física, de geomorfologia, que condiciona o desenvolvimento humano.

Dessa forma, a civilização recuou diante do deserto. Ela retrocedeu até o limite da área em que o milho-miúdo e o sorgo podem ser cultivados sem irrigação, na latitude aproximada do Neo-Chade (as culturas irrigadas de legumes, tabaco, trigo duro, são feitas às margens do Logone e do Chari). Agricultores, pastores e pescadores vivem na zona meridional, onde as águas flúvio-lacustres fecundam as terras, tornam verdes os pastos, atraem periodicamente uma multidão de pescadores. Ao contrário, a erosão nas zonas desérticas setentrionais torna o solo instável e a vegetação precária, caracterizada por arbustos espinhosos xerófilos.

Mas tais estruturas geomorfológicas condicionaram ainda outras atividades humanas. Por exemplo, as invasões dos conquistadores expulsaram várias vezes os agricultores autóctones dos planaltos salubres e das planícies férteis, fazendo--os recuar para as zonas (inclinações ou cumes) impróprias para a criação de gado. Desse modo, os Fulbé empurraram os Bum e os Duru para os terrenos menos férteis da Adamaua, e os Kiroi do norte de Camarões para os terrenos graníticos do maciço montanhoso do Mandara. Ora, o trabalho nas terras dos declives outrora submersos é certamente rude e ingrato para estes povos; mas é o que melhor corresponde a suas ferramentas precárias. Por fim, a presença periódica ou permanente de áreas palustres na zona de aluvião cria condições para a existência de imensa quantidade de mosquitos (*Anopheles gambiae*). Existem, por outro lado, focos da mosca tsé-tsé (*Glossina palpalis*) às margens do Logone e do Chari, nas formações higrófilas baixas de Salix e *Mimosa asperata* que cercam os depósitos recentes. A malária e a doença do sono, transmitidas por tais insetos, transformam essas áreas em locais extremamente adversos.

Em resumo, para ter uma visão concreta da vida humana na bacia do Chade, que conheceu antes várias flutuações quaternárias devidas a alterações de clima, o historiador deve necessariamente valer-se de uma série de fontes e técnicas particulares, extraídas das ciências da Terra e das *ciências da vida*, já que a atual distribuição das populações, seus movimentos migratórios passados, suas atividades agrícolas, pastoris, etc., são estreitamente condicionadas pelo meio ambiente.

O caso da bacia lacustre do Chade é apenas um exemplo entre outros. Todas as vezes que a curiosidade científica se libertou de certos esquemas restritivos, os resultados foram igualmente esclarecedores. Entre os Nyangatom ou Bumi do vale do Omo, próximos dos Turkana do noroeste do Quênia, existe uma diferença imunológica notável manifesta nos exames de sangue dos homens testados

(300 indivíduos em 1971 e 359 em 1972). Tal diferença não era observável entre os sexos, mas entre as aldeias (que reúnem de 20 a 300 habitantes). Essas aldeias, cuja população vive de criação, agricultura, coleta, caça e pesca, obedecem a uma organização clânica rígida, acentuada por uma distribuição em setores territoriais. Mas não existe nessa sociedade nenhum chefe acima do membro mais velho. Desse modo, as diferenças originárias da organização social territorial dos Nyangatom projetam-se na sorologia: o mapa das reações dos soros aos antígenos arbovirais reproduz exatamente a distribuição territorial das populações testadas[2].

Esse exemplo de colaboração dinâmica entre o parasitólogo e o antropólogo pode ser de grande utilidade para o historiador. É importante que ele saiba da existência desse material documental, que pode revelar-se "pertinente" na análise de comportamentos sexuais e no estudo do crescimento demográfico dos Nyangatom.

O problema heurístico e epistemológico fundamental permanece sempre o mesmo: na África, o historiador deve estar absolutamente atento a todos os tipos de procedimentos de análise, para articular seu próprio discurso, fundamentando--se num vasto conjunto de conhecimentos.

Esta "abertura de espírito" é particularmente necessária quando se estudam períodos antigos, sobre os quais não se dispõe nem de documentos escritos nem mesmo de tradições orais diretas. Sabemos, por exemplo, que a base da agricultura para os homens do Neolítico era o trigo, a cevada e o milhete, na Ásia, na Europa e na África, e o milho, na América. Mas como identificar os sistemas agrícolas iniciais, que surgiram há tanto tempo? O que permitiria distinguir uma população de predadores sedentários de uma de agricultores? Como e quando a domesticação das plantas se difundiu nos diversos continentes? Quanto a isso, a tradição oral e a mitologia prestam apenas uma pequena ajuda. Unicamente a arqueologia e *os métodos paleobotânicos* podem dar uma resposta válida a tais questões importantes, relativas a essa inestimável herança neolítica que é a agricultura.

A película externa do pólen é muito resistente ao tempo num solo favorável, não ácido. A paleopalinologia fornece uma análise microscópica de tais vestígios botânicos. Os grãos de pólen fósseis podem ser recolhidos dissolvendo progressivamente uma amostra de terra com o emprego de ácidos quentes (ácido fluorídrico ou clorídrico), que eliminam o silício e o calcário sem atacar o pólen,

2 Trabalhos de François RODHAIN, entomologista, e de Serge TORNAY, etnólogo, membros da missão francesa do Omo, dirigida por M. Yves COPPENS (1971, 1972).

e em seguida os húmus orgânicos (potássio). O resíduo, centrifugado e colorido, é então colocado em gelatina, restando ao operador apenas reconhecer e contar cada grão para construir uma tabela de porcentagem. Esta fornece o perfil polínico do sedimento estudado. Dessa forma, pode-se detectar a presença da agricultura num sítio, precisar a evolução da paisagem, diagnosticar o clima através das variações da vegetação e determinar a eventual ação do homem e dos animais sobre a cobertura vegetal.

Tais análises permitiram revelar atividades de domesticação de plantas alimentícias na África, atividades essas centralizadas em vários pontos e difundidas por diversas regiões. O sorgo (inicialmente domesticado na savana que se estende do lago Chade à fronteira entre o Sudão e a Etiópia), o milho-miúdo, o arroz africano, a voandzeia, a ervilha forrageira, o dendezeiro (domesticado na orla das florestas), o *finger millet,* o quiabo e o inhame africano eram as principais plantas cultivadas na época.

As plantas americanas foram introduzidas há relativamente pouco tempo, como atestam desta vez certas fontes escritas. A mandioca, por exemplo, hoje o alimento básico de vários povos da África central, penetrou o reino do Kongo pela costa atlântica só depois do século XVI. Com efeito, entre as plantas cultivadas no planalto de Mbanza Congo, capital do reino, a *Relação* de Pigafetta-Lopez (1591) menciona apenas o *luko,* isto é, a *Eleusine coracana,* cuja "semente é originária das margens do Nilo, na região em que este rio desemboca no segundo lago"[3]; o *masa ma Kongo,* uma gramínea que é uma espécie de sorgo; o milho, *masangu* ou ainda *masa ma Mputu,* "que é o menos apreciado e com o qual se alimentam os porcos"[4]; o arroz, *loso,* que "também não tem muito valor"[5]; enfim, a bananeira, *dikondo,* e o dendezeiro, *ba.*

Fato menos conhecido, as plantas africanas também se difundiriam para fora do continente. É certo que algumas espécies africanas se expandiram para a Índia, por exemplo, e para outras regiões asiáticas, embora em época tardia. Com efeito, as duas espécies de milho-miúdo (milhete e *finger millet*) são comprovadas arqueologicamente na Índia por volta do ano 1000 antes da Era Cristã. O sorgo só seria conhecido nessa região posteriormente, porque o sânscrito não possui uma palavra para designá-lo.

3 PIGALETTA-LOPEZ. 1591, p. 40: "Venendo sementa dal fiume Nilo, in quella parte dove empie il secondo lago".

4 PIGAFETTA-LOPEZ. ibid.: "Ed il maiz che è il più vile de tutti, che dassi à porci".

5 PIGAFETTA-LOPEZ. ibid.: "il roso e in pocco prezzo".

Na ausência de qualquer documento escrito ou tradição oral, essas informações da arqueologia e da paleobotânica podem informar o historiador sobre a série de etapas que fizeram nossos ancestrais neolíticos passarem de uma economia de coleta a uma economia de produção. Além disso, esses fatos evidenciam por si mesmos um fluxo de relações entre as civilizações neolíticas, e não um difusionismo.

Restos de cães, porcos, carneiros e cabras sugerem que a domesticação de animais começou, nos centros neolíticos do Oriente Próximo, mais ou menos na mesma época que a cultura das plantas, entre 9000 e 8000 antes da Era Cristã. A partir disso, foi proposta uma cronologia teórica da domesticação dos diferentes grupos de animais. De início, os necrófagos, como o cão; em seguida, os animais nômades, como a rena; a cabra e o carneiro; e por fim os animais para os quais se impõe uma vida sedentária: o gado grosso e os porcos. Os animais que podem servir de meio de transporte, como o cavalo, o asno e a lhama, teriam sido domesticados em último lugar. Esta cronologia geral, porém, não se refere sempre à África.

O cavalo, que, como o boi e o asno, desempenhou um papel de "motor da história" através dos tempos, só aparece na África, precisamente no Egito, no fim da invasão dos hicsos, cerca de 1600 antes da Era Cristã; como atestam fontes iconográficas e da Sagrada Escritura. Por volta do século XIII antes da Era Cristã, ele foi transmitido, como animal de guerra, aos líbios e mais tarde, no início do primeiro milênio, aos núbios. Com exceção das áreas atingidas pela civilização romana, o resto da África só utilizaria amplamente o cavalo a partir das conquistas árabes na Idade Média. Dois cavalos selados e arreados, ladeados por dois carneiros, faziam parte dos emblemas do rei do Mali, de acordo com o relato do escritor Ibn Battuta (1304-1377).

Quanto ao dromedário, o camelo de uma corcova, sua chegada à civilização africana também não é tardia. Esse animal aparece de forma suficientemente clara numa pintura rupestre, no Saara chadiano, no século III antes da Era Cristã. Os homens de Cambises o introduziram em 525 antes da Era Cristã no Egito, onde ele desempenharia importante papel nas comunicações entre o Nilo e o mar Vermelho. Sua penetração no Saara Ocidental ocorreu mais tarde. De fato, o camelo, que é essencialmente um animal do deserto, onde substitui com frequência o boi e o asno, foi difundido no Magreb ao que parece pelas tropas romanas de origem síria. Os berberes, refratários à paz romana e a sua forma de organizar a posse da terra, emanciparam-se graças ao camelo. Ele permitiu-lhes estabelecerem-se além do *limes,* nas estepes e nos desertos. Os negros

sedentários dos oásis foram imediatamente repelidos para o sul ou reduzidos à escravidão.

Tendo em vista tudo o que foi exposto acima, chega-se a uma conclusão que constitui um avanço metodológico decisivo: um vasto material documental, rico e variado, pode ser obtido a partir das fontes e técnicas baseadas nas ciências exatas e nas ciências naturais. O historiador se vê obrigado a desenvolver esforços de investigação por vezes audaciosos. Todos os caminhos que se abrem estão doravante entrelaçados. O conceito de "ciências auxiliares" perde cada vez mais terreno nesta nova metodologia, exceto se entendermos por "ciências auxiliares da história", as técnicas fundamentais da pesquisa histórica, originárias de qualquer campo científico e que, de resto, não foram ainda totalmente descobertas. De agora em diante, as técnicas de investigação são parte da prática histórica e fazem com que a história se incline de forma concreta para o lado da ciência.

Dessa forma, a história se beneficia das conquistas das ciências da Terra e das ciências da vida. Todavia, seu aparato de pesquisa e de crítica se enriquece sobretudo com a contribuição das outras ciências humanas e sociais: egiptologia, linguística, tradição oral, ciências econômicas e políticas.

Até hoje a *egiptologia* permanece uma fonte insuficientemente utilizada pela história da África. É conveniente, portanto, insistir no assunto. A egiptologia compreende a arqueologia histórica e a decifração dos textos. Nos dois casos, o conhecimento da língua egípcia é um pré-requisito indispensável. Esse idioma, que permaneceu vivo durante cerca de 5000 anos (se levarmos em consideração o copta), apresenta-se materialmente sob três escritas distintas:

- *Escrita hieroglífica,* cujos signos se dividem em duas grandes classes: os ideogramas ou signos-palavras (por exemplo, o desenho de um cesto de vime para designar a palavra "cesto", cujos principais componentes fonéticos são *nb*) e os fonogramas ou signos-sons (por exemplo, o desenho de um cesto, do qual só se retém o valor fonético *nb* e que serve para escrever outras palavras diferentes de "cesto" mas que têm o mesmo valor fonético: *nb,* "senhor"; *nb,* "tudo"). Os fonogramas, por sua vez, classificam-se em: trilíteros, signos que combinam três consoantes; bilíteros, signos que combinam duas consoantes; unilíteros, signos que contêm uma só vogal ou consoante: trata-se, nesse caso, do alfabeto fonético egípcio.
- *Escrita hierática,* ou seja, a escrita cursiva dos hieróglifos, que apareceu em torno da III dinastia (-2778 a -2423); é sempre orientada da direita para a esquerda e traçada com um cálamo sobre folhas de papiro ou fragmentos de

cerâmica e de calcário. Teve uma duração tão longa quanto a dos hieróglifos (o texto hieroglífico mais recente data de +394).

- *Escrita demótica,* uma simplificação da escrita hierática, surgiu em torno da XXV dinastia (-751 a -656), deixando de ser usada no século V. No plano estrito dos grafemas, reconhece-se uma origem comum entre a escrita demótica egípcia e a escrita meroítica núbia (que veicula uma língua ainda não decifrada).

Considerando apenas esse nível do sistema gráfico egípcio, já se colocam interessantes questões metodológicas. Isso porque, através de uma tal convenção gráfica, dotada de fisionomia própria, o historiador – que se torna um pouco decifrador – capta por assim dizer a consciência e a vontade dos homens de outrora, já que o ato material de escrever traduz sempre um valor profundamente humano. Com efeito, decifrar é dialogar, graças a um esforço constante de rigor e de objetividade. Além disso, a diversidade, as complicações e as simplificações sucessivas do sistema gráfico egípcio constituem em si mesmas parte da história: a história das decifrações, uma das fontes essenciais de toda historicidade. Assim, com o sistema gráfico egípcio a África toma um lugar importante nos estudos gerais sobre a escrita, vista como um sistema de signos e de intercomunicação humana[6].

O problema da difusão da escrita egípcia na África negra amplia ainda mais o aparato metodológico do historiador, abrindo perspectivas totalmente novas à pesquisa histórica africana. Os fatos que se seguem referem-se a esse aspecto. Os *gicandi* constituem um sistema ideográfico utilizado outrora pelos Kikuyu do Quênia. Os pictogramas desse sistema oferecem notáveis analogias com os pictogramas egípcios. Também a semelhança estrutural entre os pictogramas *nsibidi* do território dos Efik (sudeste da Nigéria) e os pictogramas egípcios foi reconhecida e assinalada desde 1912 por um especialista britânico, P. Amaury-Talbot. Muitos dos hieróglifos egípcios apresentam ainda um parentesco escritural claro com os signos da escrita mende do sul de Serra Leoa. Fenômeno semelhante ocorre com a maioria dos signos da escrita loma do norte da Libéria. Existe ainda uma indubitável conexão causal entre os hieróglifos egípcios e vários signos da escrita vai das proximidades de Monróvia (Libéria). A escrita dos Bamun de Camarões, que inclui mais de dois sistemas gráficos, também oferece analogias admiráveis, externas é verdade, com os hieróglifos do vale do Nilo. Como no Egito, os hieróglifos dogon, bambara e bozo podem ser decompostos

6 DORLHOFER, E. 1959.

e, portanto, analisados. Mas o fato mais significativo é que estes signos do oeste africano – fazem com que as coisas e os seres escritos com sua ajuda tomem consciência de si mesmos, concepção típica do poder transcendente da escrita, que encontramos literalmente no Egito, na grafia de certos textos relativos ao destino depois da morte.

Assim, permanece grande a possibilidade de ver nascer e se desenvolver uma epigrafia e uma paleografia absolutamente desconhecidas até aqui e cujo objeto será o estudo rigoroso das relações mútuas entre as famílias escriturais da África negra. O historiador tiraria proveito disso, já que, através da história da escrita e das decifrações surge a história dos homens responsáveis por essas grafias. O exame dos sistemas gráficos é em si mesmo uma fonte preciosa da história. O historiador, porém, que nunca deve perder o sentido do tempo, não pode esperar revelações antigas dessas escritas em geral recentes. Sua importância revela sobretudo a estranha profundidade temporal do impacto egípcio. Aparentemente desaparecida desde 394 da Era Cristã, a escrita egípcia nos apresenta, sem descontinuidade, diversos ressurgimentos, do século XVII ao século XIX. A ruptura entre a antiguidade e o passado recente da África não passa portanto de uma ilusão de nossa ignorância; uma via subterrânea une *de facto* esses dois pólos.

Conhecer a escrita egípcia, decifrar os textos, é ter acesso direto à língua faraônica. É recomendável que o historiador recorra sempre que possível aos textos originais, pois as traduções, mesmo as melhores, raramente são irrepreensíveis. O historiador que conhece a língua egípcia pode assim ler diretamente os numerosos e variados textos do Egito antigo: estelas funerárias, inscrições monumentais, atas administrativas, hinos religiosos, obras filosóficas, tratados de medicina e matemática, composições literárias (romances, contos e fábulas).

Uma série de textos mostra claramente que a barreira que se supunha existir entre o Egito faraônico e as demais regiões africanas vizinhas em épocas remotas não está de acordo com a materialidade dos fatos.

Pode-se mencionar neste sentido a carta que Neferkarê (Pépi II), faraó da VI dinastia, enviou por volta de 2370 antes da Era Cristã a Herkhouf, chefe de uma expedição econômica feita às regiões meridionais afastadas a “Terra do Fim do Mundo”, como diz o texto referindo-se provavelmente à região dos grandes lagos africanos. Um pigmeu havia sido trazido dessa longínqua expedição, que foi a quarta de uma série. Um outro texto egípcio, O *Conto do Náufrago*, datado do século XX antes da Era Cristã (no princípio da XII dinastia) fornece informações precisas e muito interessantes sobre a vida dos marinheiros dessa

época, a navegação no mar Vermelho, as relações econômicas entre a costa oriental africana e o vale do Nilo. A rainha Hatshepsut, que ocupou o trono egípcio durante 21 anos (1504-1483), organizou várias expedições comerciais, entre as quais se destaca a do ano 9 de seu reinado, que se dirigiu à região de Punt (costa somaliana); essa expedição é representada nos esplêndidos baixos--relevos de Deir el-Bahari, no Alto Egito.

Existe aí uma nova linha de pesquisa, que não pode deixar indiferente o historiador da África. É possível avaliar a importância de introduzir o ensino do egípcio antigo nas universidades africanas. Tal ensino deve contribuir sobremaneira para o estudo vivo do patrimônio cultural africano em toda a sua profundidade espacial e temporal.

Em relação ao parentesco linguístico do egípcio antigo, afirma o relatório final do importante simpósio internacional sobre O *Povoamento do Egito Antigo e a Decifração da Escrita Meroítica* (Cairo, 28 de janeiro – 3 de fevereiro de 1974): "O egípcio não pode ser isolado do seu contexto africano e o semítico não dá conta de seu surgimento; é legítimo portanto encontrar seus pais ou primos na África" (relatório final, p. 29, 5).

Em termos claros, a língua faraônica não é uma língua semítica. Convém, por conseguinte, abandonar a orientação que atribui ao antigo egípcio parentesco com o "camito-semítico" ou o "afro-asiático", seguida por certos autores que, em geral, não são nem estudiosos do semítico nem egiptólogos.

O problema fundamental consiste em aproximar, através de técnicas linguísticas apropriadas, o antigo egípcio e as línguas atuais da África negra, para reconstituir, na medida do possível, formas anteriores comuns a partir de correspondências e comparações morfológicas, lexicológicas e fonéticas. Uma tarefa gigantesca espera o linguista. Também o historiador deverá estar preparado para uma radical mudança de perspectiva quando for desvendada uma macroestrutura cultural comum entre o Egito faraônico e o resto da África negra. Essa relação é, no sentido matemático dos termos, uma evidência intuitiva que espera uma demonstração formal. Mas aqui, mais do que em outros lugares, o historiador e o linguista são obrigados a trabalhar juntos. Isso porque a linguística é uma fonte histórica, particularmente na África, onde as numerosas línguas se imbricam.

Trata-se sobretudo da linguística comparativa ou histórica. O método empregado é comparativo e indutivo, pois o objetivo da comparação é reconstruir, isto é, procurar o ponto de convergência de todas as línguas comparadas. Este ponto de convergência será chamado de "língua comum pré-dialetal". Mas é preciso ser muito prudente. O "bantu comum", por exemplo, reconstruído a

partir do estudo cuidadoso de diversas línguas hoje encontradas, não é nem uma língua antiga nem uma língua real, recuperada em todos os seus componentes. O termo "bantu comum" ou "proto-bantu" designa apenas o sistema constituído pelos elementos comuns às línguas bantu conhecidas; tais elementos remontam a uma época em que essas línguas eram quase idênticas. O mesmo ocorre com o "indo-europeu", por exemplo. No nível estrito da realidade, a arqueologia linguística é, no limite, uma pura ilusão, porque, da época mais antiga, pré-histórica, em que se falava a língua comum recuperada, não subsiste nenhum traço histórico ou linguístico.

O interesse da linguística histórica reside menos em reencontrar uma "língua comum pré-dialetal" do que em detectar, por assim dizer, a amplitude linguística total de diversas línguas aparentemente estranhas umas às outras. Muito raramente uma língua se encerra num espaço claramente definido. Na maioria das vezes, ela ultrapassa sua própria área, mantendo com outras línguas mais ou menos distantes relações às vezes imperceptíveis à primeira vista. O grande problema subjacente é, evidentemente, o do deslocamento das populações. Uma comunidade linguística não se confunde forçosamente com uma unidade racial. No entanto, ela fornece informações pertinentes sobre uma unidade essencial, na verdade a única: a unidade cultural básica que existe entre os povos linguisticamente unidos, mesmo que tais povos tenham às vezes origens muito diversas e sistemas políticos completamente diferentes. A família "Níger-Congo", por exemplo, embora não tenha sido ainda bem estabelecida, aponta a existência de laços socioculturais muito antigos entre os povos do oeste atlântico, os povos Mande, Gur e Kwa, os povos situados entre o Benue e o Congo (Zaire), os povos do Adamaua oriental e os Bantu, da África central, oriental e meridional.

A linguística histórica é portanto uma fonte preciosa da história africana, assim como a *tradição oral,* que foi durante muito tempo desprezada. Ora, às vezes a tradição oral constitui a única fonte imediatamente disponível. É o caso, por exemplo, dos Mbochi do Congo. A história de suas diferentes chefias só pode ser reconstituída, no espaço e no tempo (um tempo relativamente curto, é verdade), com a ajuda da tradição oral. Esta pode também resolver uma questão onde o documento escrito permanece impotente. Os cronistas (Delaporte, 1753; Droyat, 1776) são unânimes em afirmar que os reis de Loango (África central ocidental) eram sepultados em dois cemitérios distintos: em Lubu e Luandjili. Quando e por que ocorreu uma tal distinção? A esse respeito, os documentos escritos até hoje conhecidos permanecem mudos. Só a tradição oral dos Vili atuais permite explicar essa dualidade. De acordo com ela, foi uma querela

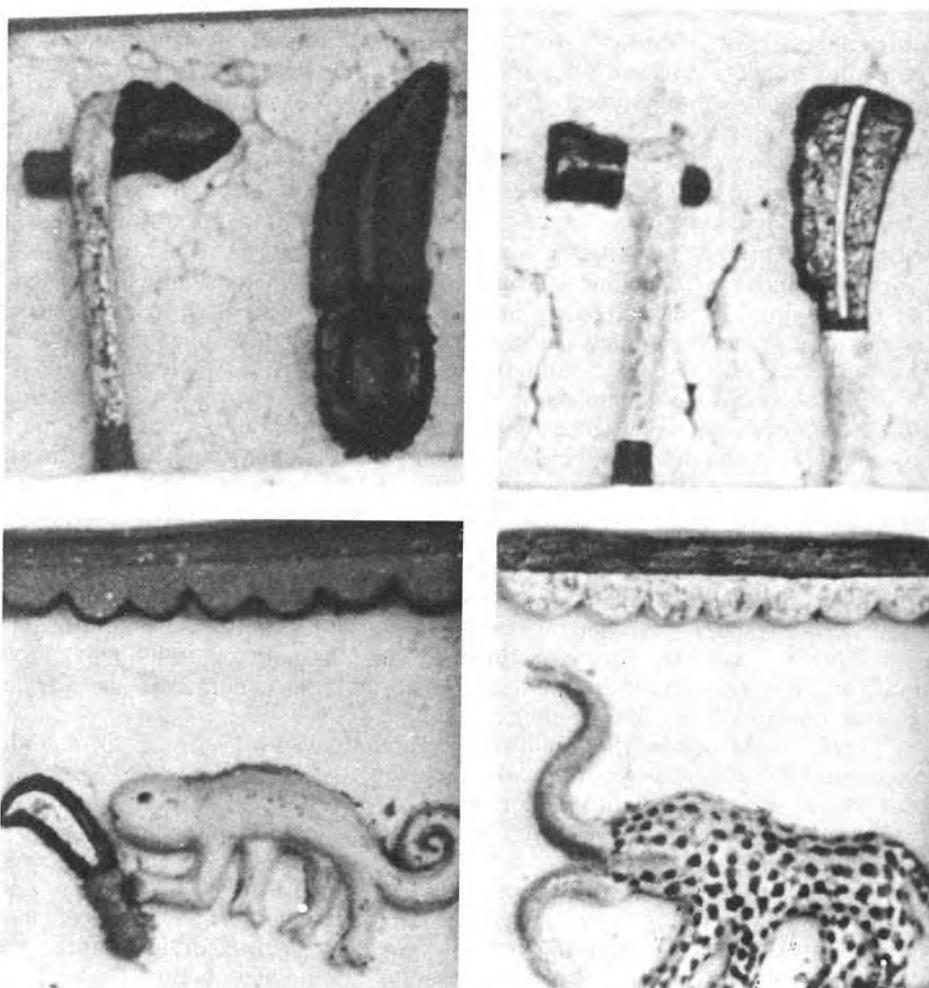



FIGURA 4.1 Baixo-relevo do Museu de Abomey (Foto Nubia).

extremamente violenta entre a corte de Maloango e os habitantes de Luandjili, uma rica província do reino, que levou o rei e os príncipes da época a mudarem o lugar da sepultura. O cemitério de Luandjili foi então abandonado em favor do de Lubu. Neste caso, a tradição oral presta uma contribuição valiosa ao documento escrito. Na África existem inúmeros casos em que a tradição oral orienta, por assim dizer, a escavação arqueológica, esclarecendo paralelamente a crônica escrita. Durante as escavações de Tegdaoust, cidade do reino de Gana

(Sudão ocidental), conduzidas no fim de 1960 pelos professores J. Devisse, D. e S. Robert, então na Universidade de Dacar, os pesquisadores exploraram simultânea e combinadamente as tradições locais, as crônicas árabes medievais e as técnicas propriamente arqueológicas. Assim, um período mal conhecido da história africana (do século VII ao XIII) pôde ser restituído à memória dos homens, graças evidentemente à própria arqueologia, mas também, em parte, à tradição local e aos documentos escritos.

Esses exemplos, que poderíamos multiplicar, mostram que na África, mais do que em outros lugares, a tradição oral é parte integrante da base documental do historiador, que desse modo se amplia. A história africana não pode mais ser feita como no passado, quando a tradição oral – que é uma manifestação do tempo – era afastada da investigação histórica.

Não foi ainda suficientemente destacado um ponto importantíssimo: de um lado, a maneira como a tradição oral apresenta o tempo, e de outro, a maneira como ela apresenta os acontecimentos através do tempo. De que modo o *griot* apresenta a história? Essa é a questão decisiva. O *griot* africano quase nunca trabalha com uma trama cronológica. Ele não apresenta a sequência dos acontecimentos humanos com suas acelerações ou seus pontos de ruptura. O que ele diz e reconstitui merece ser escutado em perspectiva e não pode ser de outra forma. O *griot* só se interessa pelo homem apreendido em sua existência, como condutor de valores e agindo na natureza de modo intemporal. É por isso que ele não se dispõe a fazer a síntese dos diversos momentos da história que relata. Trata cada momento em si mesmo, com um sentido próprio, sem relações precisas com outros momentos. Os momentos dos fatos relatados são descontínuos. Trata-se, a rigor, da história absoluta. Essa história – que apresenta sem datas e de modo global, estágios de evolução, é simplesmente a história estrutural. Os afloramentos e as emergências temporais denominadas em outros lugares "ciclo" (ideia de círculo), "período" (ideia de espaço de tempo), "época" (ideia de parada ou de momento marcado por algum acontecimento importante), "idade" (ideia de duração, de passagem do tempo), "série" (ideia de sequência, de sucessão), "momento" (ideia de instante, de circunstância, de tempo presente), etc., são praticamente deixadas de lado pelo *griot* africano, enquanto expressões possíveis de seu discurso. É claro que ele não ignora nem o tempo cósmico (estações, anos, etc.) nem o passado humano, já que o que ele relata é, de fato, passado. Mas lhe é bastante difícil esboçar um modelo do tempo. Ele oferece de uma só vez toda a plenitude de um tempo.

Ainda no domínio das ciências humanas e sociais, a contribuição dos sociólogos e cientistas políticos permite redefinir o saber histórico e cultural.

Com efeito, os conceitos de "reino", "nação", "Estado", "império", "democracia", "feudalismo", "partido político", etc., utilizados em outros lugares certamente de maneira adequada, nem sempre são automaticamente aplicáveis à realidade africana.

O que se deve entender, exatamente, por "reino do Kongo", por exemplo? O próprio povo usa a expressão *nsi a Kongo,* literalmente, "o país (*nsi*) dos Kongo". Temos então um grupo étnico (os Kongo), uma região (*nsi*) e a consciência que tal grupo tem de habitar essa região, que assim se torna o país (*nsi*) do grupo étnico em questão. Os limites ou fronteiras são bastante fluidos, pois são função da dispersão dos clãs e subgrupos da etnia considerada. A palavra "reino" corresponde aqui a um território habitado exclusivamente por homens e mulheres pertencentes a uma mesma etnia. A homogeneidade étnica, linguística e cultural é essencial. O "rei" (*mfumu*) é na realidade o mais velho (*mfumu*), o tio materno (*mfumu*) de todas as famílias (*nzo*) e de todos os clãs matrilineares (*makanda*) que reconhecem ancestrais fundadores comuns (*bankulu mpangu*). Quando se examina a realidade mais de perto, o "reino do Kongo" resume-se, em definitivo, a uma vasta chefia, isto é, a um sistema de governo que engloba pequenas chefias locais. O "rei" é o mais velho dos anciãos, o tio materno mais idoso entre os vivos; por isso é um *ntinu,* "chefe supremo". A expressão "reino do Kongo" não designa, portanto, um Estado governado por um rei, no sentido ocidental. Além do mais, esse sentido ocidental (reino de Luís XIV, por exemplo) é um sentido espúrio, tardio, inadequado, em suma, um caso particular de passagem do Estado a Estado nacional através da monarquia "absoluta".

Ao contrário, o "reino de Danxome" (atual Benin) aproxima-se mais do tipo de monarquia absoluta, desastrosamente encarnada, na França, pelos reinados de Henrique IV a Luís XVI. Existe, com efeito, um território principal e permanente, que, como assinala o professor M. Glélé, possui uma administração central: o rei e seus ministros e os delegados dos ministros. O rei é a própria essência do poder. Ele detém todos os atributos de autoridade e comando. Tem direito de vida e morte sobre seus súditos, os *anato,* "pessoas do povo", entre as quais o rei, senhor e proprietário de todas as riquezas *(dokunno),* escolhia e recrutava os *glesi,* isto é, os agricultores que ele destinava aos seus domínios ou oferecia como presente aos príncipes e chefes. O poder central era exercido nas aldeias e regiões pelos chefes, em nome do rei. O "reino de Danxome" apresenta-se portanto como uma organização estatal fortemente centralizada, na qual se insere o sistema de descentralização administrativa constituído pela chefia. Existe assim um poder central que controla um povo (os Danxomenu) através

das chefias. No curso da história e ao acaso das conquistas, países anexados se unirão ao antigo núcleo étnico, ao território permanente.

Houve então, num dado momento, um processo de conquista e aculturação-assimilação entre os povos aparentados e vizinhos (Fon, Mahi, Alada, Savi, Juda, etc.). O "reino" torna-se, a partir daí, um Estado pluriétnico, estruturado e centralizado graças a uma forte organização administrativa e militar, e também a uma economia dirigida e dinâmica. Às vésperas da penetração colonial, o reino de Danxome constituía um verdadeiro Estado-Nação, onde o diálogo e a palavra, a adesão das populações (através das chefias), eram um princípio de governo.

A palavra "reino" não tem portanto a mesma acepção em toda a África. Nesse sentido, os dois exemplos dados, do Kongo e de Danxome, são bastante elucidativos. É necessário, por conseguinte, que o historiador seja bastante cuidadoso ao empregar esse termo. Deve-se notar ainda que, enquanto no Kongo a chefia corresponde a um sistema de governo, no antigo reino de Danxome (Abomey), ela é um modo de descentralização administrativa.

Quanto ao termo "feudalismo", no campo de observação constituído pela Europa ocidental (não entendida apenas em seus limites geográficos), pode-se compreendê-lo no sentido dos medievalistas com tendência jurídica: o feudalismo é o que se refere ao *feudo* (surgido em torno dos séculos X-XI) e o conjunto de relações (lealdade, homenagem e obrigações) que liga o vassalo ao senhor, proprietário do domínio. Os camponeses, que não fazem parte da camada superior da sociedade, não são considerados nesta acepção da palavra.

Os marxistas, ao contrário, dão um sentido mais amplo ao vocábulo "feudalismo": *é um modo de produção* caracterizado pela exploração econômica das classes inferiores (os servos) pelas classes dirigentes (os senhores feudais). Os servos estão ligados à gleba e dependem do senhor. Este não pode mais matar o servo, mas pode vendê-lo (propriedade limitada ao trabalhador). A servidão substitui a escravidão, mas muitos aspectos da condição desta última estão ainda presentes. Os servos, ou os camponeses, não estão associados à gestão dos negócios públicos e também não assumem funções administrativas. Do ponto de vista da evolução das sociedades europeias, o regime feudal é uma etapa intermediária no processo de formação da economia capitalista. No entanto, muitos marxistas ainda misturam a noção política de feudalismo e a noção socioeconômica de senhoria, que, graças a Marx, os historiadores aprenderam a distinguir desde 1847.

Seja qual for o sentido em que o termo é empregado, pode-se dizer que os regimes medievais europeus se assemelham aos da África negra pré-colonial? Só os estudos sociais comparativos (ainda bastante raros) poderão fornecer

respostas adequadas a esta questão e estabelecer as distinções necessárias. O caráter "feudal" da organização dos Bariba (Daomé) já foi assinalado, sobretudo como hipótese de trabalho. O estágio pouco avançado das pesquisas sobre a questão do "feudalismo" na África negra exige do historiador uma prudência maior. E parece que as tendências "feudais" apresentadas pelas sociedades da África negra não devem ser definidas em relação a direitos reais devidos à atribuição de um "feudo", mas sobretudo em relação a uma forma de organização política baseada num sistema de relações sociais e econômicas particulares.

Dessa forma, as análises dos sociólogos e cientistas políticos podem constituir fontes exploráveis pelo historiador. Os "arquivos" do historiador, na África, variam enormemente em função dos materiais e períodos históricos, e também da curiosidade do próprio historiador.

Na África, as séries documentais são estabelecidas pelos mais diversos tipos de ciências – exatas, naturais, humanas e sociais. O "relato" histórico renovou-se completamente, na medida em que a metodologia consiste em empregar várias fontes e técnicas particulares ao mesmo tempo e de modo cruzado. Informações fornecidas pela tradição oral, os raros manuscritos árabes, as escavações arqueológicas e o método do carbono residual ou carbono 14 reintroduziram definitivamente o "legendário" povo Sao (Chade, Camarões, Nigéria) na história autêntica da África. A colina de Mdaga, na República do Chade, foi ocupada por um longo período – durante cerca de 2500 anos, do século V antes da Era Cristã à metade do século XIX da Era Cristã. Sem a exploração global e cruzada de fontes tão diversas, teria sido totalmente impossível chegar a conclusões de tal modo pertinentes e inesperadas.

As noções clássicas da crítica histórica, tais como "ciências auxiliares", "escolha de fontes", "materiais históricos nobres", etc., são doravante abolidas da pesquisa histórica africana, o que assinala uma importante etapa na historiografia contemporânea.

A prática da história na África torna-se um permanente diálogo interdisciplinar. Novos horizontes se esboçam graças a um esforço teórico inédito. A noção de "fontes cruzadas" exuma, por assim dizer, do subsolo da metodologia geral, uma nova maneira de escrever a história. A elaboração e a articulação da história da África podem, consequentemente, desempenhar um papel exemplar e pioneiro na associação de outras disciplinas à investigação histórica.

CAPÍTULO 5

As fontes escritas anteriores ao século XV

H. Djait

A noção de fonte escrita é tão ampla que chega a se tornar ambígua. Se entendemos como *escrito* tudo o que serve para registrar a voz e o som, seremos forçados então a incluir no *testemunho escrito* as inscrições gravadas na pedra, disco, moeda… em suma, toda mensagem que fixa a linguagem e o pensamento, independentemente de seu suporte[1]. Isto nos levaria a aludir neste capítulo à numismática, à epigrafia e outras ciências "auxiliares" que, a rigor, se tornaram independentes da esfera do texto escrito. Portanto, restringiremos nossa investigação ao que é *traçado* ou impresso em signos convencionais sobre qualquer tipo de suporte: papiro, pergaminho, osso, papel. Trata-se, já, de um imenso campo de pesquisas e de reflexões: primeiramente, porque cobre um período que começa com a invenção da escrita e termina no limiar dos Tempos Modernos (século XV); depois, porque abrange um continente inteiro, com diversas civilizações justapostas e sucessivas; e, por fim, porque as fontes são de línguas, tradições culturais e tipos diferentes.

Examinaremos os problemas gerais suscitados por essas fontes (análises por períodos, regiões, tipos), antes de estabelecer um inventário crítico.

1 DAIN, A. 1961, p. 449.

Problemas gerais

Não existe até o momento, nenhum estudo do conjunto das fontes escritas da história da África. Por razões de especialização cronológica ou regional, os raros estudos realizados têm sido associados a campos específicos da pesquisa científica. Assim, o Egito faraônico é domínio do egiptólogo, o Egito ptolomaico e romano, do classicista, o Egito muçulmano do *islamista:* três períodos, três especialidades, das quais apenas uma se origina do que é especificamente egípcio; as outras duas navegam em órbitas mais vastas (o mundo clássico, o Islã). O mesmo acontece com o Magreb, ainda que o especialista em civilização púnica seja ao mesmo tempo um orientalista e um classicista, e que o estudioso da civilização berbere seja marginal e inclassificável. O domínio da *África negra,* também variado, abrange diferentes línguas e especialidades: há fontes clássicas, árabes e fontes propriamente africanas. Mas, embora encontremos a mesma trilogia do norte do Saara, aqui ela não tem nem a mesma amplidão nem significação análoga. Existe uma imensa área onde, antes do século XV, inexiste fonte escrita; ocorre também que determinada fonte árabe, de segunda ordem para o Magreb, por exemplo, adquire importância capital para a bacia do Níger. O historiador da África negra, ao examinar um documento escrito em árabe, não o faz da mesma maneira que o historiador do Magreb, ou que o historiador do Islã em geral.

Tais limitações e interferências traduzem a estrutura objetiva da história da África, e também a orientação da ciência histórica moderna desde o século XIX. É um fato que o Egito foi integrado ao mundo helenístico, ao Império Romano, a Bizâncio e que, convertido ao Islã, se tornou um foco radiante. Também é um fato que os Clássicos consideraram a história da *África* como ilustração da história de Roma e que uma determinada África estava profundamente envolvida no destino da civilização romana. Mas não se pode esquecer que mesmo o historiador moderno da África romana é romanista em primeiro lugar e africanista em segundo, e que o aspecto islâmico é excluído de seu campo epistemológico.

Assim, apreender a história da África como um todo e considerar, nessa perspectiva, suas fontes escritas, continua a ser tarefa delicada e particularmente difícil.

O problema da periodização

Como se justificaria, no estudo das fontes escritas, uma cesura localizada no início do século XV? Seria porque a massa documentária de que dispomos, não obstante as disparidades culturais e temporais, guardasse uma certa unidade

estrutural interna? Ou seria pelo desenvolvimento da própria história geral, que, amalgamando Antiguidade e Idade Média num único longo período, as separaria de uma Idade Moderna nitidamente diferente de tudo que a precedeu? Na verdade, os dois argumentos se sustentam e se completam: as fontes antigas e medievais caracterizam-se por sua escrita literária; são testemunhos conscientes em sua maioria, sejam anais, crônicas, viagens ou geografias. Já a partir do século XV, tornam-se abundantes as fontes arquivísticas, que são testemunhos inconscientes. Por outro lado, se até então a predominância era de textos "clássicos" e árabes, a partir do século XV as fontes árabes esgotam-se, e passamos a encontrar evidências de diferentes origens: o documento europeu (italiano, português, etc.) e, para a África negra, o documento autóctone. Mas essa mudança de natureza e de procedência das fontes traduz também uma mutação no destino histórico real da África. O século XV é o século da expansão europeia[2], os portugueses chegam às costas da África negra em 1434; vinte anos antes (1415), já haviam se estabelecido em *Sebta* (Ceuta)[3]. No que diz respeito à orla mediterrânica e islâmica da África (Magreb, Egito), entretanto, a ruptura entre duas idades históricas já aparece no século XIV, quando essa região sentia os efeitos da lenta expansão do Ocidente assim como a ação de forças internas de decomposição. Mas o século XV foi decisivo porque esgotou as fontes extremo--orientais do comércio muçulmano, determinando, assim, o fim de seu papel intercontinental. Daí em diante, o Islã afro-mediterrânico caminha rapidamente para a decadência. O *terminus ad quem* do século XV é, assim, amplamente justificado desde que não o interpretemos muito rigidamente; poderia, talvez, encontrar melhor justificação se o deslocássemos para o início do século XVI.

Isto posto, dividiremos a época em estudo em três períodos principais, levando em consideração a dupla necessidade de diversidade e de unidade:

- a Antiguidade até o Islã: Antigo Império até +622;
- a primeira Idade Islâmica: de +622 até a metade do século XI (1050);
- a segunda Idade Islâmica: do século XI ao século XV.

Aqui, a noção de Antiguidade certamente não se compara à que vigora na história do Ocidente, na medida em que só se identifica parcialmente com a Antiguidade "clássica"; o período não se encerra com as invasões bárbaras, mas

2 R. MAUNY propõe a data de 1434, que é a data da expansão marítima portuguesa pela África negra: *Le problème des sources de l'histoire de l'Afrique noire jusqu'à la colonization européenne.* In: XII Congresso Internacional das Ciências Históricas. Viena, 29 ago./5 set. 1965. II, Relatórios, História dos continentes, p. 178. V. também: MAUNY, R. 1961, p. 18.

3 LAROUI, A. 1970, p. 218.

com o súbito aparecimento do Islã. Precisamente pela profundidade e alcance de seu impacto, o Islã representa uma ruptura com o passado que poderíamos chamar antigo, pré-histórico ou proto-histórico, conforme a região. Também é fato que, desde a época helenística, a maior parte de nossas fontes antigas são escritas em grego e latim.

Se, pela estrutura de nossa documentação, assim como pelo movimento histórico global, o século VII, século do aparecimento do Islã e das fontes árabes, deve ser considerado o início de uma nova idade, o próprio período islâmico deveria, então, ser dividido em duas subidades: a primeira, da conquista até a metade do século XI, e, a segunda, do século XI, até o século XV. Na história da África ao norte do Saara, a primeira fase corresponde à organização da região segundo o modelo islâmico e à sua ligação com um império multicontinental (Califado omíada, abássida, fatímida). Em compensação, a segunda fase é testemunha do ressurgimento de princípios de organização autóctone, ao mesmo tempo que, do ponto de vista da civilização, se opera uma profunda transformação. Em relação ao Magreb, a metade do século XI é a época da formação do Império Almorávida, da autonomia reconquistada pelos Zíridas, e da consequente invasão hilaliana. No Egito, a cesura política situa-se um século mais tarde, com os Aiúbidas; mas é nessa época que os grandes centros de atividade do comércio transportam-se do golfo Pérsico para o mar Vermelho e que, progressivamente, se estabelece um quadro de intercâmbios, em escala mundial, cujo alcance é considerável.

Ao sul do Saara, é também no decorrer do século XI que se desenvolvem relações permanentes com o Islã, especialmente no plano comercial e religioso.

A natureza do material documentário altera-se. Quantitativamente, torna-se abundante e variado; qualitativamente, quanto mais avançamos no tempo, maior o número de fontes inconscientes (documentos de arquivos, pareceres jurídicos) encontradas na África mediterrânica, e mais precisas as informações relativas à África negra.

Áreas etnoculturais e tipos de fontes

A classificação das fontes por períodos históricos não basta por si só. Convém levarmos em conta a articulação da África em áreas etnoculturais, cuja caracterização resulta de uma conjugação de fatores, e a própria tipologia das fontes disponíveis, que se coloca além dos períodos históricos e das diferenciações espaciais.

Áreas etnoculturais

Ao examinar o primeiro ponto, seríamos tentados desde logo a fazer uma distinção elementar entre a África ao norte do Saara – África branca, arabeizada e islamizada, profundamente tocada pelas civilizações mediterrânicas e por isso mesmo desafricanizada – e a África ao sul do Saara, negra, plenamente africana, dotada de uma irredutível especificidade etno-histórica. Na verdade, sem negar a importância dessa distinção, um exame histórico mais aprofundado revela linhas de divisão mais complexas e menos nítidas. O Sudão senegalês e nigeriano, por exemplo, viveu em simbiose com o Magreb árabe-berbere e, do ponto de vista das fontes, está muito mais próximo do Magreb que do mundo bantu. Acontece o mesmo com o Sudão nilótico em relação ao Egito, e com o chifre oriental da África em relação ao sul da Arábia. Assim somos tentados a opor uma África mediterrânica, desértica e de savana, incluindo o Magreb, o Egito, os dois Sudões, a Etiópia, o chifre da África e a costa oriental até Zanzibar, a uma outra África "animista", tropical e equatorial – bacia do Congo, costa guineense, área do Zambeze-Limpopo, região interlacustre e, finalmente, a África do Sul. E é verdade que essa segunda diferenciação se justifica, em grande parte, pelo critério de abertura para o mundo exterior e, nesse caso, pela importância da penetração islâmica. Esse fato de civilização é confirmado pelo estado das fontes escritas, que opõem uma África bem servida de documentos – com gradações norte-sul – a uma África completamente desprovida deles, ao menos no período em estudo. Mas a dupla consideração da abertura para o exterior e do estado das fontes escritas corre o risco de permitir julgamentos de valor e de ocultar sob o véu da obscuridade quase metade da África (central e meridional). Muitos historiadores já chamaram a atenção para o risco do "recurso às fontes árabes", que poderia fazer crer, pela ênfase dada à zona sudanesa, que tenha sido esta região o único centro de uma civilização e de um Estado organizados[4]. Voltaremos a esse ponto mais tarde. Contudo, reconheçamos desde já que, se há relação entre o estado de uma civilização e o estado das fontes, essa relação jamais poderia explicar completamente o movimento da história real. O historiador objetivo não tem o direito de fazer julgamentos de valor com base nos documentos de que dispõe, mas também não deve negligenciar seu potencial informativo sob pretexto de que podem induzi-lo a erro.

Se uma história geral, que abrange a totalidade do período histórico, apoiando--se em todos os documentos disponíveis pode atribuir tanta importância à

4 HRBEK, I. 1965, v. V, p. 311.

bacia do Zaire quanto à do Níger ou ao Egito, um estudo que se limite às fontes escritas até o século XV não poderia fazê-lo. Considerando todas estas observações, podemos operar a seguinte estruturação regional:

a) Egito, Cirenaica, Sudão nilótico;
b) Magreb, incluindo a franja norte do Saara, as zonas do extremo ocidente, a Tripolitânia e o Fezzan;
c) Sudão ocidental, no sentido amplo, isto é, até o lago Chade em direção a leste e incluindo o sul do Saara;
d) Etiópia, Eritreia, chifre oriental e costa oriental;
e) O resto da África, ou seja, o golfo da Guiné, a África central e o sul da África.

Essa classificação tem a vantagem de não opor duas Áfricas; estrutura o continente segundo afinidades geo-históricas orientadas dentro de uma perspectiva africana, mas leva também em consideração o caráter particular das fontes escritas de que dispomos. Em termos de fontes escritas, a África central e meridional, por mais rica em civilização que possa ser, faz pobre figura em comparação com a menor fração das outras unidades regionais (Fezzan ou Eritreia, por exemplo). Por outro lado, não há dúvida de que, além da solidariedade geral que aproxima as fontes da África conhecida, há uma solidariedade específica e mais nítida em nossa informação sobre cada uma das zonas delimitadas acima. Um inventário detalhado deveria, então, passar em revista os textos, simultaneamente por períodos e por regiões, mas reconhecendo previamente que, através das áreas, e em menor grau, através dos períodos históricos, essas fontes se resumem apenas a algumas línguas, a certos tipos limitados, não provêm sempre da área de que tratam, nem são sempre contemporâneas do que descrevem.

Tipologia das fontes escritas

a) São inúmeras as línguas em que foram escritos os documentos que chegaram até nós, mas nem todas têm a mesma importância. As mais utilizadas, aquelas em que foi veiculada a maior quantidade de informação são: o egípcio antigo, o berbere, as línguas etíopes, o copta, o swahili, o haussa, o fulfulde. As línguas mais prolíficas são as de origem não-africana: grego, latim, árabe (ainda que acolhido como língua nacional por inúmeros povos africanos). Se classificarmos os documentos numa ordem hierárquica que leve em conta ao mesmo tempo a quantidade e a qualidade da informação, obteremos a seguinte

lista aproximativa: árabe, grego, latim, egípcio antigo (hierático e demótico), copta, hebraico, aramaico, etíope, italiano, swahili, persa, chinês, etc.

Em termos cronológicos, nossas primeiras fontes escritas são os papiros hieráticos egípcios datando do Novo Império, mas cuja primeira redação remontaria ao início do Médio Império (início do segundo milênio), em particular, o papiro conhecido sob o título de *Ensinamentos para* o *rei Merikare*[5]. Seguem--se os *papiros* e os *ostraka* do Novo Império, também em egípcio hierático; as fontes gregas, que remontam ao século VII antes da Era Cristã e prosseguem, sem interrupção, até época mais recente, que coincide, aproximadamente, com a expansão do Islã (século VII da Era Cristã); as fontes em hebraico (Bíblia) e em aramaico (Judeus de Elefantina), que datam da 26ª dinastia; os textos demóticos, da época ptolomaica; a literatura latina, a literatura copta (em língua egípcia, mas empregando o alfabeto grego enriquecido com algumas letras), que têm início no século III da Era Cristã; fontes em árabe, chinês[6], talvez persa, italiano, e, mais tarde, em língua etíope, na qual o mais antigo documento escrito remonta ao século XIII[7].

b) Classificadas por *gêneros,* as fontes de que dispomos dividem-se em fontes narrativas e em fontes arquivísticas, umas conscientemente consignadas com o objetivo de deixar um testemunho, outras participando do movimento normal da existência humana. No caso da África, com exceção do Egito, mas incluindo o Magreb, as fontes narrativas são representadas quase que exclusivamente pelos documentos escritos até o século XII; cobrem, portanto, não só a Antiguidade como também a primeira Idade Islâmica. A partir do século XII, o documento arquivístico, embora raro, começa a aparecer no Magreb (peças almoadas, *fatwas* ou pareceres jurídicos da época haféssida). No Egito, os documentos arquivísticos tornam-se mais abundantes sob os Aiúbidas e os Mamelucos (séculos XII--XV), enquanto os manuscritos dos mosteiros etíopes reúnem, em apêndice, documentos oficiais. Mas esse tipo de texto praticamente inexiste no resto da África, durante a época aqui considerada[8]. Nosso período é caracterizado

5 GOLENISCHEFF. *Les papyrus hiératiques,* n. 1115, 1116A e 1116B de *l'Ermitage impérial à Saint--Pétersbourg,* 1913; o n. 1116A foi traduzido por GARDINER. In: *Journal of Egyptian archaeology.* Londres, 1914, p. 22 e segs. Cf. a esse respeito DRIOTON, E. e VANDIER, J. 1962, p. 226.

6 Existe um texto chinês datado da segunda metade do século XI, mas o essencial das fontes chinesas, ainda a ser explorado, diz respeito ao século XV e à costa do leste africano. Pode-se notar também os seguintes trabalhos: DUYVENDAK, J. J. L. 1949; HIRTH, F. 1909-1910; FILESI, T. 1962; LIBRA 1963; WHEATLEY, P. 1964.

7 SELASSIÉ, S. H. 1967, p. 13.

8 Dispomos de *mahrams,* cartas-patente emitidas pelos reis do Bornu e que datariam do fim do século XI: o de Umm Jilmi e o da família Masbarma. Cf. MAUNY, R. 1961 e PALMER, H. 1928, t. III, p. 3.

Quadro cronológico das principais fontes escritas

Fontes narrativas

Datas	Crônicas e anais	Geografia, viagens	Obras jurídicas, religiosas	Textos literários
– 2065				
– 1580				
– 800				Homero (século VIII)
– 500	Heródoto (485-425) *Crônica demótica* (século III)		*Livro dos Reis* (antes de 586)	
– 200	Políbio (200-120)			
– 100	Diodoro	Estrabão; *Pseudopériplo* de Hanão		
0	Salústio (87-35)			
0		Plínio, o Velho		
+ 100	Tácito, Plutarco			
+ 200		Ptolomeu	São Cipriano (200-258)	
+ 300		*Périplo do Mar da Eritréia* (230)		
+ 400			Santo Agostinho (354-436)	
+ 500	Procópio (492-562)	Cosmas Indicopleustes (535)		
622				
+ 800	Ibn'Abd al-Hakam (803-871)	Fazari al-Khwariz mi (antes de 833)	Muwatta Mudjawwaza Akkam-as-Suq	Jahiz
+ 900	Kirdi al-Raqiq (1028)	Ya'kub al-Mas'udi (947) Ibn Hawkal (877)	Gaothi Nu'man (xiita) Abu-l-'Arab (sunita) Ibn al-Saghir (khâridjita)	
+ 1050				
		al-Bakri (1068)	Malik	
+ 1100	Anônimo: al-Istibsar	al-Idrisi	Abû Zukarujâ Makhzum	al-Kadi al-Fadil
+ 1200	Ibn al-Athir (1234) ibn'Idhari	Yakut (1229) Ibn Sa'id (antes de 1286)	Manaqibs haféssidas	
+ 1300	al-Nuwairi Ibn Abi Zar al-Dhahabi Ibn Khaldun	'Abdari (1289) al'Umari (1336) Ibn Battuta al'Tijani Atlas majorquino de Cresques (1376)	Manuscritos etíopes dos mosteiros	Safadi
+ 1400	Ibn Taghribardi	al-Makrizi		
+ 1450	Zurara			

Fontes de arquivos			
Papéis oficiais	**Documentos particulares**	**Datas**	**Fatos históricos**
Papiros hieráticos Ostraka		– 2065 – 1580	Médio Império Novo Império
		– 800	Fundação de Cartago Baixo período egípcio
	Papiros dos Judeus de Elefantina	– 500	
		– 200	As Ptolomias
		– 100	Conquista romana da África (–146)
		0	
		0	
		+ 100	Romanização da África
		+ 200	Apogeu da Escola Alexandrina
		+ 300	Axum e cristianização da Etiópia (333)
Novellae		+ 400	
		+ 500	Reconquista bizantina da África (533)
		622	Hégira
Papiros gregos e coptas Papiros de Afrodite em língua árabe		+ 800	Expansão árabe Califado omíada (661-749) Ifrikya aglábida (800-910) Revolta dos Zandj (868)
Correspondência fatímida em Ifrikya. Papiros árabes de Fayum e Ashmunayn. Registros fatímidas no Egito.		+ 900	Estabelecimento dos fatímidas no Egito (969)
		+ 1050	
Cartas almorávidas Moham de Umm Jilmi	Geniza		Os Hilali em Ifrikya. Tomada de Gana pelos Almorávidas (1076)
Cartas almôadas		+ 1100	
	Geniza	+ 1150	Almôadas no Magreb Aiúbidas no Egito
Documentos italianos	Documentos italianos	+ 1200	Hafêssidas em Ifrikya Merinidas no Marrocos Mamelucos no Egito
Atas de Waqf		+ 1300	Império do Mali
	Fatwas		Kanku Mussa (1312-1335)
al-Kalkashandi		+ 1400	Colapso do Mali e aparecimento de Songhai Tomada de Ceuta pelos portugueses (1415) Descoberta portuguesa do cabo Bojador (1434)
al-Makrizi		+ 1450	

pela preponderância contínua das fontes narrativas, pelo aparecimento ou crescimento relativo das fontes arquivísticas a partir do século XII na África mediterrânica, pela quase ausência dela, na África negra, mas, de maneira geral, pelo aumento substancial de nosso acervo de documentos a partir do século XI, culminando nos séculos XII-XIV.

Os tipos de fontes podem ser enumerados do seguinte modo:

Fontes narrativas

- crônicas e anais;
- obras de geografia, relatos de viagens, obras de naturalistas;
- obras jurídicas e religiosas, como tratados de direito canônico, livros santos ou hagiografias;
- obras propriamente literárias.

Fontes arquivísticas

- documentos particulares: cartas familiares, correspondência comercial, etc.;
- documentos oficiais oriundos do Estado ou de seus representantes: correspondência oficial, decretos, cartas-patente, textos legislativos e fiscais;
- documentos jurídico-religiosos.

Devemos observar que as fontes narrativas começam no século VIII antes da Era Cristã, com Homero, e compreendem um número considerável de obras-primas do espírito e do saber humanos. Entre os autores, encontramos grandes nomes, que, embora, em sua maioria, não tratem especificamente da África, concedem-lhe um lugar mais ou menos importante dentro de uma perspectiva mais ampla. Entre esses nomes figuram: Heródoto, Políbio, Plínio, o Velho, Ptolomeu, Procópio, Khwarizmi, Mas'udi, Jahiz, Ibn Khaldun. A documentação arquivística é a mais antiga do mundo: se os papiros de Ravena são os mais antigos registros arquivísticos conservados na Europa, datando do início do século VI da Era Cristã, os papiros do Novo Império egípcio lhes são anteriores em vinte séculos. É verdade que, na primeira Idade Islâmica, esse tipo de testemunho não ultrapassou os limites do Egito, tendo conhecido uma expansão relativamente pequena até o fim de nosso período, o que talvez se possa explicar pelo fato de a civilização islâmica medieval ter praticamente ignorado o princípio da conservação de documentos de Estado. Dos séculos XIV e XV, o período mais rico em peças de arquivos, o que chega até nós são sobretudo

obras enciclopédicas. É somente na época moderna, otomana e europeia, que se constituem os depósitos de arquivos propriamente ditos.

Inventário por períodos

A Antiguidade pré-islâmica (das origens a 622)

Esse período, em relação ao que o segue, é caracterizado pela predominância das fontes arqueológicas e, em geral, não-literárias. Entretanto, ainda que secundários, os documentos escritos nos fornecem por vezes informações muito importantes; ademais, vão se tornando mais numerosos e precisos à medida que avançamos no tempo. Do ponto de vista da divisão regional, devemos notar que estão totalmente ausentes na África ocidental e central.

Egito, Núbia, África oriental

a) As fontes escritas referentes ao Egito até o primeiro milênio são exclusivamente egípcias; trata-se dos papiros hieráticos e dos *ostraka*, cuja origem não remonta além do Novo Império, mas que podem, como dissemos, conter informações mais antigas[9]. *Papirus* e *ostrakon* designam o suporte: no primeiro caso, trata-se de uma planta; no segundo, de uma lâmina de calcário. Os signos hieráticos distinguem-se dos signos hieroglíficos por sua aparência cursiva, prestando-se melhor ao traço que ao entalhe. Os papiros e *ostraka*, numerosos na 19ª e 20ª dinastias do Novo Império ou período ramessita (1314-1085 antes da Era Cristã), referem-se tanto à vida administrativa, como à vida privada; encontramos relatórios administrativos e judiciários, registros de contabilidade, cartas particulares e também contos e romances. Os papiros jurídicos[10] e os papiros literários[11] têm sido objeto de cuidadosos estudos e, desde o século XIX, vêm sendo publicados.

---

9 DRIOTON, E. e VANDIER, J. 1962, p. 7-9; YOYOTTE, J. *L'Egypte ancienne*. In: Histoire universalle. Col. Pléiade.

10 Entre os documentos jurídicos, temos o papiro Abbott, os papiros Amherst e Mayer, igualmente o de Turim... nos quais se baseia nosso conhecimento dos reinados de Ramsés IX, X e XI. São publicados: cf. *Select Papyri in the hieratic character from the collections of the British Museum*. Londres, 1860; NEWBERRY. *The Amherst Papyri*. Londres, 1899; PEET. *The Mayer Papyri*. Londres, 1920; PEET. *The great tombs--robberies of the Twentieth Egyptian Dynasty*. 2 v., Oxford, 1930.

11 A coleção do *British Museum* é rica em papiros literários. Encontramos, por exemplo, o conto da Verdade e da Mentira, o de Horus e de Seth. G. POSENER, grande especialista no assunto, elaborou uma lista quase completa das obras literárias egípcias e chegou a 85 títulos: *Revue d'Egyptologie* VI. 1951, p. 27-48. G. POSENER publicou, ainda, óstracos: *Catalogue des ostraka hiératiques littéraires de Deir el-Medineh*, Cairo, 1934-1936.

Nossos conhecimentos a respeito da Núbia e do país de Punt baseiam-se unicamente em material arqueológico e epigráfico (desenhos murais em particular), não se tendo encontrado fontes escritas até o presente momento.

b) No primeiro milênio antes da Era Cristã, especialmente a partir do século VI, diversifica-se e se altera a contribuição de nossas fontes. Os documentos narrativos somam-se aos documentos arquivísticos e, em certos momentos, substituem-nos. Um exemplo é o *Livro dos Reis,* fragmento do Antigo Testamento, que nos dá informações preciosas sobre o advento da 22ª dinastia (cerca de -950) e continua a ser de grande utilidade para todo o período seguinte, isto é, até o domínio persa (-525). O *Livro dos Reis* recebeu uma primeira redação antes da destruição de Jerusalém, ou seja, antes de -586[12], e foi retocado durante o exílio, mas reproduz tradições que remontam ao início do primeiro milênio antes da Era Cristã. Outras fontes estrangeiras, gregas sobretudo, trazem dados sobre o baixo período a partir da primeira dinastia Saíta (século VIII antes da Era Cristã): Menandro, Aristodemo, Filocoro, Heródoto. Do ponto de vista arquivístico, os papiros deste período aparecem escritos em grego ou em demótico escrita ainda mais cursiva que o hierático. No século -V, os papiros dos Judeus de Elefantina são nossa principal fonte, enquanto, nos séculos -IV e -III, aparece a *crônica demótica.*

c) O período que se estende do estabelecimento dos Ptolomeus no Egito (fim do século IV antes da Era Cristã) até a conquista árabe (639) cobre um milênio que se caracteriza pela abundância de fontes gregas e pela emergência da zona etíope-eritreia em nosso campo de conhecimento. Políbio, Estrabão, Diodoro, Plínio, o Velho falam-nos dessa região com uma precisão relativa, que não exclui a ignorância ou a ingenuidade. O naturalista romano nos dá em sua *História natural* numerosas informações sobre o mundo etíope, em particular no que diz respeito aos produtos do comércio e aos circuitos de troca. É obra de compilação, certamente de valor desigual, mas rica em detalhes.

A informação de que dispomos torna-se mais precisa no meio milênio que se segue ao aparecimento do Cristianismo. O Egito, como sabemos, passa a ser, no século II, o foco principal da cultura helenística, sendo muito natural que tenha produzido historiadores, geógrafos, filósofos e padres da Igreja. Integrado politicamente ao Império Romano, depois Bizantino, o Egito era objeto de inúmeros escritos latinos ou gregos externos, de ordem narrativa ou arquivística (Código de Teodósio, por exemplo, ou *Novellae* de Justiniano). Notemos também

12 LODS, A. *Les Prophètes d'Israël et les débuts du judaïsme.* Paris, 1950, p. 7; DRIOTON e VANDIER, op. cit. pas.; DORESSE, 1971, t. 1, p. 47-61.

que a corrente papirológica não se esgota. Dessa massa documentária interna e externa emergem algumas obras de especial importância: a *Geografia* de Ptolomeu (140 aproximadamente)[13]; o *Périplo do Mar da Eritreia*[14], obra anônima que calculamos ter sido composta em cerca de 230 (datada anteriormente do século I); a *Topografia Cristã*[15] de Cosmas Indicopleustes (535 aproximadamente). Esses escritos representam a base de nossa informação sobre a Etiópia e o chifre oriental da África. No conjunto, esta breve exposição aponta dois descompassos: o das fontes escritas em relação aos outros tipos de documentos, e o do nosso conhecimento do Egito em relação ao nosso conhecimento da Núbia e do mundo eritreu.

O Magreb antigo

A história escrita do Magreb antigo nasceu do encontro de Cartago com Roma. Isso significa que não dispomos de nenhum documento importante anterior ao segundo século antes da Era Cristã: apenas indicações esparsas na obra de Heródoto, evidentemente, e nas obras de outros historiadores gregos. O período autenticamente púnico depende da arqueologia e da epigrafia. Além disso, a história de Cartago, tanto anterior quanto posterior a Aníbal – o confronto com Roma e o curto período de sobrevivência que se seguiu – não deve quase nada às fontes púnicas escritas. Sabe-se hoje que o *Périplo de Hanão* (em grego), cuja descrição se estende às costas norte-ocidentais da África, é falso e não pode ter sido escrito antes do século I. Restam os trabalhos agronômicos atribuídos a Magão, dos quais apenas alguns trechos foram conservados por autores latinos. Entre as fontes autóctones, seria necessário mencionar as notas de Juba II, que Plínio, o Velho, compilou em sua *História Natural.*

O essencial, se não a totalidade, de nossas fontes escritas relativas à história do Magreb antigo fases cartaginesa, romana, vândala e bizantina é constituído pelas

13 Sobre os geógrafos clássicos e pós-clássicos que trataram da África, ver a obra fundamental de Yusuf KAMEL: *Monumenta cartographica Africae et Aegypti,* Cairo e Leyde, 1926 a 1951, 16 vol. Convém que esse trabalho seja reeditado com um aparato crítico novo e importante.

14 Editado por MÜLLER. *Geographi Graeci minores.* Paris, 1853, t. I. Reeditado por Hjalmar FRISK em Göteborg em 1927. Essa importante obra vem sendo editada desde o século XVI, em 1533, e depois em 1577.

15 COSMAS é um viajante que visitou a Etiópia e a ilha de Socotra. Sua obra figura na *Patrologie grecque,* de MIGNE, t. 88, coleção que deve necessariamente ser consultada no que se refere à Antiguidade, ao lado da *Patrologie Latine,* do mesmo MIGNE. A obra de COSMAS recebeu excelente edição em três tomos das Editions du Cerf, Paris, 1968-1970. Assinalemos a importância, para nosso conhecimento da cristianização da Etiópia, da *Historia Ecclesiastica,* de RUFINO. In: *Patrologie grecque,* de MIGNE, com tradução latina.

obras dos historiadores e geógrafos clássicos, isto é, aqueles que escreviam em grego ou latim. Em geral, esses autores não são africanos, mas à medida que a África se romaniza, surgem escritores autóctones, especialmente entre os padres da Igreja.

a) No período que se estende de -200 a +100 e que corresponde ao apogeu e à queda de Cartago, à organização da província romana da África sob a República e o principado, temos por fontes uma grande quantidade de documentos conhecidos, escritos em latim e grego: Políbio (-200 a -120), nossa fonte principal; Estrabão; Diodoro da Sicília; Salústio (-87 a -35); Tito Lívio; Ápio; Plínio; Tácito; Plutarco (século +I) e Ptolomeu (século +II), sem contar os numerosos escritores menores[16].

Seria muito útil que se reunissem os escritos dispersos relativos à África do Norte. Até agora foram coligidos apenas os documentos referentes ao Marrocos[17]. Assim sendo, o pesquisador vê-se obrigado a examinar sistematicamente as grandes coleções clássicas, em que a erudição europeia do século XIX utilizou todos os seus recursos de crítica e de formidável labor: *Bibliotheca Teubneriana, The Loeb Classical Library* (texto e tradução inglesa), *Collection G. Budé* (texto e tradução francesa), *Collection des Universités de France, Scriptorum classicorum Bibliotheca Oxoniensis.* Seria conveniente acrescentar a essas fontes narrativas, outras mais diretas, constituídas pelos textos do direito romano, embora sejam estes de origem epigráfica[18].

As obras escritas dos analistas, cronistas e geógrafos greco-latinos não têm valor uniforme em todo o subperíodo considerado. Alguns tendem a compilar as informações de seus predecessores, outros nos trazem informações originais preciosas e às vezes até mesmo um testemunho direto. Políbio, por exemplo, viveu na intimidade dos Cipião e provavelmente assistiu ao sítio de Cartago em -146; o *Bellum Jugurthinum,* de Salústio, é um documento de primeira ordem sobre os reinos berberes; o *Bellum Civile,* de César, é a obra de um ator da História.

A figura e a obra de Políbio dominam esse período. Políbio é, como já foi dito[19], o filho da época e da cultura helenísticas. Nasceu em -200 aproximadamente, isto é, no momento em que ocorre o encontro de Roma, na explosão de seu imperialismo, com o mundo mediterrânico e, mais especificamente, com o

16 Citemos: ARISTÓTELES (*Política*), CÉSAR (*Bellum Civile* e *Bellum Ajricum*), EUTRÓPIO, JUSTINO, ORÓSIO. Há mais de trinta fontes textuais apenas para a história de Aníbal.

17 ROGET, M. *Le Maroc chez les auteurs anciens.* 1924.

18 GIRARD, P. P. *Textes de droit romain.* 6.ª ed., 1937.

19 *Cambridge Ancient History,* v. VIII: *Rome and the Mediterranean.*

mundo helenístico. Prisioneiro e exilado em Roma, aprendeu as duras lições do exílio, esse "mestre violento" do historiador e do filósofo. A proteção dos Cipião amenizou sua estada, mas lhe valeu, sobretudo, para a aquisição de vasto conhecimento da história de Roma e de Cartago. Após 16 anos de cativeiro, retornou à pátria, a Grécia, mas não demorou a deixá-la novamente para percorrer o mundo. Conta-se que durante sua estada na África, Cipião Emiliano ofereceu-lhe uma frota para que pudesse explorar a costa atlântica do continente. Em outras palavras, estamos diante de um homem de audácia, experiência e incansável curiosidade. Políbio não é apenas nossa principal fonte para tudo que se refere ao duelo púnico-romano; de um ponto de vista mais amplo, é um observador de primeira ordem da África e do Egito de seu tempo. Se os 40 livros que compõem as *Pragmateia* tivessem chegado até nós, talvez nossos conhecimentos fossem muito mais completos; talvez tivéssemos informações precisas – precisão que falta em toda parte – sobre a própria África negra. Assim mesmo, os seis livros que se conservaram destacam-se das demais fontes pela qualidade da informação e inteligência da observação.

b) Após o século I e durante os quatro séculos em que se enraíza ao máximo a organização imperial na África, entrando, posteriormente, numa crise prolongada, as fontes literárias tornam-se raras. Há um vazio quase total no século II e os séculos III e IV são marcados pela predominância de escritos cristãos, especialmente os de Cipriano e Agostinho. Há obras gerais, que ultrapassam o quadro africano para colocar os grandes problemas religiosos e que não participam do discurso histórico direto, mas há também obras polêmicas e de circunstância, mais comprometidas com os acontecimentos. O que sabemos a respeito do movimento donatista baseia-se nos ataques do maior de seus adversários, Santo Agostinho (354-430), e, por isso mesmo, as precauções mais sérias mostram-se necessárias.

Do mesmo modo, no que se refere às fontes escritas relativas ao período imperial, a *patrologia* apresenta-se como o principal instrumento de nosso conhecimento, embora seja muito parcial. O pesquisador terá, também nesse caso, acesso a grandes coleções:

- o *Corpus de Berlim* em grego (apenas o texto);
- o *Corpus de Viena* em latim (apenas o texto).

Esses monumentos da erudição alemã têm seus equivalentes na erudição francesa, com os dois *Corpus* de Migne:

- a *Patrologia grega* (texto e tradução latina);
- a *Patrologia latina* (apenas o texto latino).

O intermédio vândalo, a reconquista bizantina e a presença bizantina durante mais de um século, levaram um número maior de escritores a registrar os acontecimentos. Os documentos chamados "menores" são abundantes; aparecem as fontes arquivísticas (correspondência, textos legislativos). Além do mais, temos a sorte de contar com um observador fecundo e talentoso: Procópio (século VI), que é, sem dúvida alguma, nossa fonte fundamental com seu *De Bello Vandalico.* Recorreremos à *Coleção Bizantina de Bonn* e, secundariamente, aos *Fragmenta historicorum graecorum,* para os textos gregos. Os numerosos textos latinos encontram-se na Patrologia latina (as obras de São Fulgêncio apresentam certo interesse para o conhecimento do período vândalo), ou nas *Monumenta Germanica historica, autores antiquissimi*[20], outro monumento da erudição alemã, que reagrupa as "crônicas menores" do período bizantino: Cassiodoro, Próspero Tiro, e sobretudo Victor de Vita e Coripo. Estes dois autores merecem a maior atenção o primeiro para o período vândalo, o segundo para o período bizantino –, pois penetram no interior do continente, fazendo emergir da obscuridade essa África por tanto tempo esquecida[21]. Em sua obra clássica sobre a África bizantina, Charles Diehl mostrou como se podia utilizar conjuntamente o material arqueológico e textual para se obter a mais completa representação da realidade histórica. Utilizou o maior número possível de fontes escritas: primeiramente Procópio, depois Coripo, mas também Agathias, Cassiodoro, Jorge de Chipre[22], as cartas do Papa Gregório Magno e documentos jurídicos, tais como as *Novellae* e o *Código Justiniano,* tão úteis no estudo da vida econômica e social.

Parece pouco provável que se possa enriquecer, com novas descobertas, a lista estabelecida de nossos documentos escritos. Em compensação, pode-se explorá-los melhor, estudando-os com maior profundidade, aplicando-lhes uma crítica rigorosa, confrontando-os com um material arqueológico e epigráfico ainda inesgotado, sobretudo utilizando-os com mais honestidade e objetividade[23].

---

20 Nas *Monumenta,* de Mommsen, t. 9/1-2 (1892) 11 (1894) e 13 (1898), encontram-se o texto de Victor de Vita no t. 3-1 (1879), editado por C. HOLM, e o texto de Coripo no t. 3-2 (1879), editado por J. PARTSCH.

21 Sobre a África vândala e bizantina, dispomos de duas obras modernas fundamentais, que fornecem detalhes das fontes utilizáveis: C. COURTOIS, 1955, e C. DIEHL, 1959. Para o alto período, a *Histoire ancienne de l'Afrique du Nord,* de S. GSELL, que, embora envelhecida, ainda deve ser consultada.

22 *Descriptio orbis romani.* ed. Gelzer.

23 Sobre as distorções advindas de uma leitura parcial dos textos, a crítica da historiografia ocidental apresentada por Abdallah LAROUI é tão pertinente quanto bem-informada (1970).

A África saariana e ocidental

A rigor, não dispomos de nenhum documento digno de confiança sobre a África negra ocidental. Admitindo com Mauny[24] que os antigos cartagineses, gregos, romanos não ultrapassaram o cabo Juby e a latitude das ilhas Canárias, o que é mais que provável, somos levados a concluir que as informações transmitidas por suas obras referem-se ao extremo sul marroquino. Certamente alcançam a fronteira do mundo negro, mas não o penetram.

O *Périplo* de Hanão é falso, se não inteiramente, ao menos em grande parte[25]. É um documento composto, em que se misturam dados tomados de empréstimo de Heródoto, Políbio, Possidônio e do Pseudo-Sila, e que deve datar do século I. As obras desses autores são mais dignas de crédito. Heródoto fala-nos sobre o comércio mudo que os cartagineses praticavam no sul do Marrocos. O continuador do *Pseudo-Sila* (século -IV) nos dá, por sua vez, informações preciosas sobre as relações entre cartagineses e líbico--berberes. Mas é novamente Políbio que se revela a fonte mais confiável. Os fragmentos de seu texto, interpolados em Plínio, o Velho, oferecem-nos os primeiros topônimos identificáveis da Antiguidade; mas, também nesse caso, sua informação interrompe-se no cabo Juby. Seria necessário completá-la, no que se refere ao arquipélago das Canárias, com as notas de Juba II recolhidas por Plínio, Estrabão, Diodoro da Sicília. Os outros histpriadores-geógrafos do século I antes e depois da Era Cristã apenas compilaram os autores anteriores, salvo alguns detalhes. Finalmente, no século lI, Ptolomeu, retomando todos seus predecessores, baseando-se principalmente em Posidônio e Marino de Tiro, consigna em sua *Geografia* a evolução máxima dos conhecimentos relativos aos contornos da África na Antiguidade[26]. O mapa da "Líbia Interior", do geógrafo alexandrino, tornou acessíveis as informações recolhidas pelo exército romano, na ocasião de suas expedições punitivas além do *limes* até o Fezzan: a de Balbo em -19, a de Flaco em +70, a de Materno em +86 (que penetrou mais profundamente no deserto líbio)[27]. Nomes de povos e regiões sobreviveram à Antiguidade: Mauritânia, Líbia, Garamantes, Getulos, Númidas, Hespérides e até mesmo Níger, empregado por Ptolomeu, e retomado por Leão, o Africano, e depois pelos europeus modernos. Essa é uma das contribuições de nossos textos

24 MAUNY, R. 1970, p. 87-111.

25 Id., p. 98; TAUXIER, L. 1882, p. 15-37; GERMAIN, G. 1957, p. 205-48.

26 KAMEL, Y. *Monumenta*, op. cit., t. II, Fasc. I, p. 116 e segs.; MAUNY, R. "L'Ouest africain chez Ptolémée", nas *Actes de la IIe Conférence Internationale des Africanistes de l'Ouest*. Bissau, 1947.

27 MARINO DE TIRO, uma das fontes de PTOLOMEU, divulgou-o; cf. KAMEL, Y. t. I, 1926, p. 73.

que, por outro lado, nos fornecem, mais do que dados reais, a representação que a Antiguidade fazia da África. As poucas indicações existentes referem-se ao deserto da Líbia e às costas do Saara Ocidental; em todos esses textos, a África negra ocidental permanece marginalizada.

A primeira idade islâmica (622-1050 aproximadamente)

A conquista árabe e o estabelecimento do califado tiveram por consequência a unificação de domínios político-culturais anteriormente dissociados (Império Sassânida, Império Bizantino), o alargamento do horizonte geográfico do homem, o remanejamento das correntes de intercâmbio, a penetração de povos até então desconhecidos. Não é, portanto, surpreendente que, pela primeira vez, tenhamos informações mais precisas sobre o mundo negro, tanto do leste como do oeste. Mas enquanto o Egito e o Magreb estavam integrados no corpo do Império e depois da comunidade islâmica, o mundo negro simplesmente fazia parte de sua esfera de influência; daí uma informação parcelar, desconexa, às vezes mítica, mas ainda assim preciosa.

Se excluirmos as fontes arquivísticas, cuja tradição continua no Egito (papiros coptas e gregos de Afrodite, papiros árabes do Faium e de Ashmunayn[28], enfim, no século X, algumas peças de arquivos fatímidas) e que concernem especificamente a esse país, a maior parte de nossas fontes, narrativas no sentido amplo ou indireto, é *comum* a toda a África. É uma característica evidente nas obras geográficas e que pode ser percebida em vários textos jurídicos. Portanto, parece mais cômodo proceder, nesse caso, a um inventário por gênero, destacando, todavia, a sucessão cronológica e sem perder de vista a estrutura regional.

As crônicas

a) Não dispomos de nenhuma crônica anterior ao século IX. Mas foi no século VIII que se elaborou a informação oral, tendo como centro incontestável o Egito, com exceção da costa oriental da África, em ligação comercial direta com o Iraque meridional. Por outro lado, o caráter excêntrico do Egito, do Magreb e *a fortiori* do Sudão fez com que, mesmo no século IX, século da explosão da historiografia

28 São importantes os trabalhos de GROHMANN: *Arabie papyri in the Egyptian Library*. 5 v., 1934--1959; *Einführung und Chrestomathie der Arabischen Papyrus-kinde*. Praga, 1955. Os papiros gregos e coptas foram estudados por H. BELL. Para os registros fatímidas: SHAYYAL, Majmû at al-Wathâ iq al-Fâtimiyya, Cairo, 1958.

árabe, lhe fosse reservado um pequeno lugar nas grandes ta'rikh[29] (al-Tabari, al-Dinawari, al-Baladhori dos *Ansab al-Ashraf)* focalizadas no Oriente. Deve--se fazer exceção a uma crônica até recentemente quase desconhecida: a ta'rikh de Khalifa b. Khayyat[30]. Esse livro não constitui apenas a mais antiga obra de anais árabes (Khalifa morreu em 240 H.); conservou também materiais antigos negligenciados por al-Tabari; a destacar, principalmente, suas indicações sobre a conquista do Magreb. Enquanto a tradição medinense deixou na obscuridade a conquista do Egito e do Magreb, dos *Maghazi* dos quais apenas os traços mais evidentes são referidos, de modo conciso, nos *Futuh al-Buldan* de Baladhori, um jurista egípcio dedica-se exclusivamente ao assunto, numa obra que constitui o documento mais importante do século IX. Os *Futuh Misr wa-l-Maghrib*[31], de Ibn'Abd al-Hakam, semelhantes a uma crônica ou a uma obra de maghazi, são na realidade uma coletânea de tradições jurídicas que distorcem a informação histórica.[32]

b) Após um século de silêncio[33] (850-950), surge uma obra fundamental que parece não ter sido explorada em todas as suas dimensões: o *Kitab Wulat Misr wa Qudhatuha,* de Kindi (morto em 961). Essa obra biográfica, que não é uma crônica, embora possa ser tratada como tal, não apenas encerra dados precisos e de primeira mão sobre o Egito, mas também devido aos primeiros laços dessa província com o Magreb se revela uma das fontes mais seguras para o conhecimento do Magreb no século VIII[34]. O século X é o século isma'iliano do Islã e do Islã africano principalmente: consultar-se-ão, assim, os escritos

29 Todavia, é importante assinalar que um dos primeiros historiógrafos árabes, UMAR B. SHABBA nos legou o mais antigo testemunho árabe relativo aos Negros, texto reproduzido por AL-TABARI, *Ta'rikh,* t. VII, p. 609-614. Trata-se da revolta dos "Sudan", em Medina, em 145 H. /+762, atestando uma forte presença africana no alto período. Esse texto não foi comentado até agora.

30 Editado em Najaf, em 1965, por UMARI com prefácio de A. S. al-ALI, 344 p.

31 Editado por TORREY em 1922, traduzido parcialmente por GATEAU, reeditado no Cairo por 'AMIR em 1961. Sobre as precauções que devem ser tomadas para sua utilização: R. BRUNSCHWIG, "Ibn Abd al Hakam et la conquête de l'Afrique du Nord par les Arabes", *Annales de l'Institut d'Etudes orientales d'Alger,* VI, 1942-1947, estudo hipercrítico que não nos parece prejudicar a contribuição desse texto, fundamental para o Egito, útil para a Ifrikya, importante para o mundo negro (eventuais contatos de Uqba com o Fezzan negados por BRUNSCHWIG num outro artigo; o famoso tratado chamado Baqt com os núbios).

32 Não há muita coisa para se extrair de um compilador tardio, UBAYD ALLAH B. SALIH, descoberto e magnificado por E. LÉVI-PROVENÇAL, cf. *Arabica,* 1954, p. 35-42, como uma nova fonte da conquista do Magreb. E. LÉVI-PROVENÇAL é seguido em seu julgamento por MAUNY, in: *Tableau,* op. cit., p. 34, cuja análise das fontes árabes, cuidadosa e exaustiva, não se preocupa muito com a crítica rigorosa.

33 Com exceção de algumas crônicas anônimas interessantes como al-Iman wa-s-Siyasa, Cairo, 1904, do pseudo-Ibn QUTAYBA e o anônimo Akhbar MADJMU'A, Madri, 1867.

34 Editado por R. GUEST em 1912 e reeditado em Beirute em 1959.

xiitas, como a *Sirat al-Hajib Ja far,* mas sobretudo a *Iftitah ad-Da wa* do Cadi al-Nu'Man, obra fundamental, sem muitas datas, mas rica em informações sobre o início do movimento fatímida[35].

c) A primeira metade do século XI presenciou a redação do famoso *Ta'rikh,* de al-Raqiq (morto em 1028), fonte fundamental. A obra é considerada perdida, mas o essencial foi retomado por compiladores, como Ibn al-Idhari. Recentemente, um fragmento dedicado à alta época ifriqiyana, descoberto pelo marroquino Mannuni, foi editado em Túnis (1968) por "M. Kaabi", sem que, com segurança, possamos atribuí-la a Raqiq[36].

Em todas essas crônicas, o lugar reservado à África negra é mínimo. Além disso, elas exigem do historiador uma crítica rigorosa, uma confrontação constante dos dados, entre si e com os de outra origem. O historiador do Magreb e do Egito, principalmente, não pode parar nesse ponto: um conhecimento profundo do Oriente é absolutamente necessário. A utilização dessas fontes deve, então, ser completada com a utilização em profundidade das crônicas orientais clássicas.

Fontes geográficas

São importantes e numerosas a partir do século IX. Quer pertençam ao gênero cartográfico do Surat al-Ardh, ilustrado por al-Khwarizmi, à geografia administrativa, à categoria dos itinerários e países (*Masalik*) ou simplesmente à de viagem mais ou menos romanceada, os documentos geográficos escritos em árabe ilustram um desejo de apreensão da totalidade do *oekumene.* Assim, não é de surpreender que a África negra esteja representada nessas fontes e que sejam elas elemento fundamental do nosso conhecimento dessa África. A coletânea exaustiva compilada por Kubbel e Matveïev[37], que se interrompe no século XII, mostra que, dos 40 autores que falaram da África negra, 21 são geógrafos, e seus textos são os mais ricos em conteúdo. Mas não poderíamos tirar real proveito dessas fontes sem um trabalho crítico preliminar. O historiador da África negra deve recolocar as obras geográficas árabes dentro de seu contexto cultural próprio. Em que medida, por exemplo, tal descrição corresponde à realidade e em que medida não é reflexo dos temas repetidos do *Adab* com seus diversos componentes?[38] Qual é a parte da

35 Publicado em Túnis por M. DACHRAOUI, e em Beirute.

36 M. TALBI negou declaradamente a autoria a al-RAQIQ, in: *Cahiers de Tunisie,* XIX, 1917, p. 19 e segs., sem, entretanto, chegar verdadeiramente a convencer. A incerteza, portanto, subsiste.

37 KUBBEL, L. E. e MATVEÏEV, v. V, 1960 e 1965. Ver também CUOQ, J. 1975.

38 MIQUEL, A., 1967 e 1975.

herança grega, da herança iraniana, da própria tradição árabe a da compilação, a da observação concreta? Mas, por outro lado, deve-se exercer a crítica dos textos a partir do interior, isto é, com um conhecimento aprofundado da história da África, tomando-se cuidado para não ler essa história apenas em fontes essencialmente geográficas. Mas é inadmissível o ponto de vista estritamente ideológico daqueles que, por islamofobia[39], preocupação mal colocada de um africanismo introvertido, recusam o exame aprofundado dessas fontes[40].

Da plêiade de geógrafos que, da metade do século IX a meados do século XI, concederam um lugar à África – quase todos estão nesse caso –, somente alguns transmitem uma informação original e séria: Ibn Khordadhbeh, Ya'kub (morto em 897), al-Mas'udi (965), Ibn Hawkal (977), al-Biruni[41]. Ya'kub viajou pelo Egito e Magreb, deixando-nos um relatório substancial desses países. Tanto na sua *Ta'rikh* como em seus *Buldan*[42], encontram-se inúmeras informações relativas ao mundo negro: sobre a Etiópia, o Sudão, a Núbia, os Bejja, os Zendj. No Sudão, menciona os Zghawa do Kanem e descreve seu habitat; ao descrever o importante reino de Gana trata do problema do ouro, assim como, ao falar do Fezzan, refere-se ao problema dos escravos. São ainda mais detalhados os *Masalik*[43], de Ibn Hawkal, que visitou a Núbia e talvez o Sudão ocidental; sua descrição vale, sobretudo, pela ideia que dá das relações comerciais entre o Magreb e o Sudão. Quase todos os outros geógrafos do século X fazem observações sobre a África negra: Ibn al-Fakih sobre Gana e Kuki; o viajante Buzurg Ibn Shariyan sobre a costa oriental e os Zendj; e Muhallabi, que conservou em seu tratado fragmentos de Uswani. Finalmente, o *Campos de Ouro* de al-Mas'udi (965) é rico em informações sobre os Zendj e a costa oriental. Desde cedo, esses

---

39 Ver sobre esse assunto a posição bastante crítica de L. FROBENIUS e a de J. ROUCH: *Contribution à l'histoire des Songhay.* Dacar, 1953. Que denuncia, sobretudo, a deformação ideológica das crônicas sudanesas.

40 É verdade que esses textos se aplicam sobretudo ao cinturão sudanês e que, por esse motivo, uma leitura unilateral das fontes árabes, sem o auxílio da arqueologia, pode falsear a perspectiva. Mas não se pode dizer que faltava objetividade aos autores árabes. Quanto a lastimar o caráter fragmentário e desordenado de seus escritos, significaria abandonar o ponto de vista do historiador para adotar o do historiador da literatura. Encontraremos julgamentos variados em N. LEVTZION. Será útil também referirmo-nos à comunicação de I. HRBEK no XII Congresso internacional das ciências históricas em Viena (*Atas,* p. 311 e segs.). Ver também T. LEWICKI: *Perspectives nouvelles sur l'histoire africaine,* relatório do Congresso de Dar-es-Salam, 1971, e *Arabic external sources for the History of Africa to the South of the Sahara,* Wroclaw-Warszawa-Krakow, 1969.

41 Ver *Correio da Unesco,* jun. 1974.

42 Editado na *Bibliotheca Geographorum arabicorum,* t. 7, de GOEJE, como a maioria dos geógrafos árabes. A tradução de G. WIST, sob o título de *Livre des Pays,* é útil, mas nem sempre precisa.

43 Kitab al-Masalik wa-l-Mamalik, B. G. A. II; KUBBEL, L. E. e MATVEÏEV, V. V. II, p. 33 e segs.

textos chamaram a atenção dos especialistas africanistas e orientalistas, como Delafosse, Cerulli[44], Kramers[45] e Mauny[46].

Fontes jurídicas e religiosas

Os tratados de direito e as viagens hagiográficas de Tabakat, desde a *Mudawwana* de Sahnun até os tratados caridjitas constituem rico manancial de informações sobre o Magreb; alguns são utilizáveis para a região saariana de contato com a África negra. A crônica sobre os imãs rustêmidas de Taher, de Ibn al-Saghir (início do século X)[47], permite-nos afirmar a existência, a partir do fim do século VIII, de relações comerciais entre o principado ibadita e Gao. Permite-nos, também, completada por compilações posteriores, tais como as *Siyar* de al-Wisyani, identificar a ocorrência desse comércio em toda a orla saariana da África do Norte. Mas essas fontes hagiográficas só fornecem informações de maneira alusiva; devem ser lidas de acordo com uma problemática prefixada e constantemente comparadas com outros tipos de fontes. Não autorizam, em nossa opinião, construções e deduções ousadas, como a que propõe Lewicki.

A segunda idade islâmica (1050-1450)

O que caracteriza esse longo período é a riqueza, a qualidade e a variedade de nossa informação. As fontes arquivísticas, sempre secundárias em relação aos documentos "literários" escritos, são, contudo, importantes: documentos da *Geniza,* cartas almorávidas e almoadas, registros de Waqf, *fatwas,* documentos italianos, peças oficiais intercaladas nas grandes compilações. Os cronistas produzem obras de primeira ordem, que valem tanto pela observação dos fatos a eles contemporâneos como pela reprodução de antigas fontes perdidas. Finalmente, no que se refere à África negra, nosso conhecimento atinge seu ponto máximo, enquanto com os manuscritos etíopes surgem novos documentos africanos.

44 *Documenti arabi per la storia dell Ethiopia, 1931.*

45 *Djughrafiya,* Enciclopédia do Islã; *L'Erythrée décrite dans une source arabe du X^e^ siècle, Atti dei XIX Congresso degli Orientalisti,* Roma, 1938.

46 O primeiro capítulo de seu *Tableau* é um inventário sistemático das fontes geográficas.

47 Publicada nas *Actes du XIV^e^ Congrès international des orientalistes* (3ª parte), 1908, e estudada por T. LEWICKI, 1971, v. 13, p. 119 e segs.

Fontes arquivísticas

Valem unicamente para o Egito e o Magreb.

a) Dispomos atualmente dos documentos da *Geniza* do Cairo, que cobrem toda a época em consideração; a maior parte, entretanto, é do período fatímida, e apenas alguns pertencem aos séculos mamelucos. Esses documentos constituem um bricabraque de papéis de família, de correspondência comercial, que refletem as preocupações da comunidade judaica do Egito e outros lugares. A utilização dos documentos escritos em língua árabe e em caracteres hebraicos não-datados exige um certo número de precauções técnicas. Mas, mesmo como são, eles representam um manancial inesgotável de informações[48].

Pode-se classificar na mesma categoria – a dos arquivos particulares – os registros de *Waqf*, numerosos para a época mameluca, conservados pelo Cartório do Cairo[49], assim, talvez, como os *fatwas* da época haféssida.

b) Por outro lado, os documentos *europeus* relativos ao Egito e ao Magreb, datados dos séculos XII, XIII e XIV, pertencem em parte ao domínio privado e em parte ao domínio público. São mantidos nos arquivos públicos e privados de Veneza, Gênova, Pisa, Barcelona e consistem de tratados, contratos, cartas, em geral referentes a relações comerciais. Apenas alguns foram publicados por Amari e Mas-Latrie[50]. Oferecem, no conjunto, uma massa documentária capaz de ampliar o campo da investigação no domínio da história econômica e social.

c) Não temos, propriamente dito, arquivos de Estado relativos a essa época. Mas foram conservadas e publicadas peças oficiais almorávidas e almóadas, que lançaram uma nova luz sobre a ideologia e as instituições produzidas pelos dois movimentos imperiais[51]. "Começamos", comenta Laroui, "a ver o almoadismo de dentro: já não é impossível escrever uma história religiosa e política da

48 São importantes os trabalhos de S. D. GOITEIN, artigo "Geniza" in: E. I. 2.ª ed.; *The Cairo Geniza as source for mediterranean social history; Journal of the American Oriental Society,* 1960. S. D. GOITEN começou a publicar um estudo muito importante sobre as fontes da Geniza: *"A Mediterranean society: the jewish communities of lhe Arab world as portrayed in the Documents of the Cairo Geniza",* v. I, *Economics Foundations,* Berkeley-Los Angeles, 1967. S. SHAKED, *A tentative bibliography of Geniza documents.* Paris-La Haye, 1964; H. RABIE, 1972, p. 1-3. Um grande número desses documentos encontra-se no *British Museum* e em Cambridge.

49 RABIE, H. 1972, p. 6-8 e 200.

50 AMARI, *I diplomi arabi dei R. Archivio Fiorentino,* Florence, 1863; MAS-LATRIE, *Traités de paix et de commerce et documents divers concernant les relations des Chrétiens avec les Arabes d'Afrique septentrionale au Moyen Âge.* Paris, 1866, suplemento 1872.

51 *Lettres officielles almohavides,* editadas por H. MU'NIS e A. M. MAKKI; *trente-sept lettres officielles almohades,* editadas e traduzidas por E. LEVI-PROVENÇAL, Rabat, 1941; Al-Baydaq, *Documents inédits d'histoire almohade,* ed. e trad. francesa por E. LEVI-PROVENÇAL, Paris, 1928.

dinastia"[52]. De época mais antiga encontramos no Egito enciclopédias histórico--jurídicas que reúnem inúmeros documentos oficiais: a descrição detalhada que nos oferecem das estruturas fiscais e institucionais do Egito provém, em geral, de uma consulta prévia a documentos públicos. Nesse gênero meio arquivístico, meio de crônica, podemos classificar os *Qawanin al-Dawawin* de Mammati (época aiúbida), "o *Minhadj* de Makhzum", Subh-al-sha al-Kalkashandi (século XIV), e as inúmeras obras de al-Makrizi, dentre as quais, os valiosos *Khitat* (século XV)[53]. Al-Makrizi é uma fonte preciosa não só para toda a história do Egito islâmico, mas também para a história da Núbia, do Sudão e da Etiópia[54].

Fontes narrativas

a) Crônicas: após um século de silêncio o século XII, no decorrer do qual encontramos quase apenas o anônimo *al-Istibsar* e obras menores –, os séculos XIII e XIV nos oferecem uma safra de crônicas, ricas em todo ponto de vista, desde o *Kamil,* de Ibn al-Athir, até o *Kitab al-Ibar,* de Ibn Khalduri, passando por Ibn al-Idhari, al-Nuwairi, Ibn Abi Zar', al-Dhahabi. Testemunhas de seu tempo, esses homens realizaram também um esforço de síntese dos acontecimentos dos séculos anteriores. Nuwairi é tão importante para os Mamelucos como para a conquista do Magreb[55]; Ibn Idhari, tanto para a história almoada como para todo o passado da Ifrikya; e o conhecimento de Ibn Khaldun, enfim, sobre o mundo berbere o faz autoridade suprema em matéria de história da África.

b) Geografia: os tratados de geografia aparecem em abundância nesses quatro séculos. Seu valor varia conforme o autor e conforme a região descrita. Dois geógrafos destacam-se da maioria pela amplitude e qualidade de sua observação: al-Bakri (1068), no século XI, e al'Umari (morto em 1342) no século XIV. Enquanto obra tão notória como a de Idrisi é discutível e discutida, podemos obter informações originais em obras geográficas menos conhecidas: a de Ibn

52 LAROUI, A. 1970, p. 162.

53 RABIE, H. 1972, p. 10-20.

54 Seu *Kitab al-Ilman* nos dá uma relação dos reinos muçulmanos da Etiópia, emprestada, é verdade, de UMARI. Um trecho foi publicado em Leyde em 1790 sob o título de *Historia regum islamicorum in Abyssinia.*

55 Mas esse fragmento conserva-se, ainda, em manuscrito na Biblioteca Nacional do Cairo. Assinalemos que IBN SHADDAD, autor de uma história, agora perdida, de Kairuan, é considerado uma das fontes principais de IBN AL-ATHIR e de NUWAIRI. Recentemente, foi editada obra anônima, o *Kitab al-Uyun,* em Damasco, por M. Saidi, com informações interessantes sobre o Magreb.

Sa'id, por exemplo, tão interessante para o Sudão[56]. *Os Masalik e Namalik*[57], de Bakri, representam "o apogeu" de nosso conhecimento geográfico do Magreb e do Sudão. O próprio Bakri não viajou nessas regiões, mas utilizou inteligentemente as notas de al-Warraq, hoje perdidas, assim como informações de mercadores e viajantes.

O *Livro de Roger* de al-Idrisi (1154), no prelo na Itália, toma emprestado muita coisa de seus predecessores. Confusa quando trata da Etiópia, sua descrição torna-se mais precisa para a África ocidental. Mas, aqui e ali, aparece uma observação original, às vezes preciosa.

A *Geografia* de Ibn Sa'id al-Gharnata (antes de 1288) utiliza-se de Idrisi em sua descrição da Etiópia, embora traga, também, informações novas. Mas seu interesse principal deve-se à descrição que faz do Sudão, amplamente baseada nos documentos escritos por um viajante do século XII: Ibn Fatima. A obra capital do século XIV para o historiador da África negra é a de al'Umari: *Masalik al-Absar*[58]. Testemunho de um observador de primeira ordem, ela é nossa principal fonte para o estudo do reino do Mali, em sua organização interna e em suas relações com o Egito e o Islã. Mas é também o relatório árabe mais rico que temos sobre os Estados muçulmanos da Abissínia no século XIV. A obra de al'Umari apresenta, além do interesse de sua descrição, o problema do aparecimento do Estado no Sudão e o da islamização, como fazia, três séculos antes, al-Bakri relativamente ao problema do grande comércio de ouro. Este último autor evoca a profundeza dos laços entre o Magreb e o Sudão; o primeiro sugere o deslocamento desses laços para o Egito.

A obra de Umari é completada por outra, de um observador direto da realidade sudanesa e magrebiana: Ibn Battuta.

Mas os geógrafos menores e autores de narrativas de viagens são numerosos e devem, de qualquer modo, ser consultados. Citemos: al-Zuhri (século XII), Yakut, al-Dimashki (século XIV), a geografia dita Mozhaferiana, Ibn Jubayr, al-Baghdadi, Abdari, Tijani, al-Balawi, al-Himyari.

c) Fontes de inspiração religiosa e literária: as fontes religiosas provêm de vários horizontes. Notemos as obras de Tabakat e de hagiógrafos sunitas, caridjitas, marabúticos e mesmo cristãos (originários da comunidade copta). Citemos

56 Para uma relação completa dos geógrafos, ver L. KUBBEL e V. V. MATVEÏV, juntamente com o primeiro capítulo de R. MAUNY, 1961; pela nota de T. LEWICKI, 1971; e a introdução da tese de A. MIQUEL, 1967.

57 Publicado e traduzido por DE SLANE sob o título *Description de l'Afrique septentrionale,* Paris, 1911.

58 Parcialmente traduzido por M. GAUDEFROY-DEMOMBYNES sob o título: *L'Afrique moins l'Egypte,* Paris, 1927.

FIGURA 5.1 Manuscrito árabe (verso) n. 2291, fólio 103 – Ibn Battuta (2ª parte), referência ao Mali (Fot. Bibl. Nac. Paris).

também os manuscritos das igrejas etíopes que reproduzem documentos oficiais em suas margens. Todos esses documentos mostram-se úteis não apenas para o conhecimento da evolução da sensibilidade religiosa e do mundo religioso, mas também para o conhecimento do mundo social. Obras como o *Riyah* de Malik, ou os *Madarik* de Iyadh são ricas em observações sociológicas, encontráveis no decorrer da exposição. As fontes caridjitas, como sabemos, são importantes para toda a região saariana do Magreb, zona de contato com os Negros. Al-Wisyani, Darjini, Abu Zakariya e mesmo um autor tardio como al-Shammakhi são seus principais representantes. Enfim, toda a massa de material em língua árabe ou em copta, produzida no Egito medieval pela Igreja local, traz esclarecimentos sobre as relações entre as igrejas e entre a hierarquia eclesiástica e o Estado[59]. São numerosas as fontes propriamente literárias sobre esse período; referem-se quase que exclusivamente ao Magreb e ao Egito. Ainda nessa categoria os *Ras al'Ain,* de al-Qahi al Fadhil, e especialmente o grande dicionário de Safadi, *al-Wafibi-l Wafayat,* ocupam um lugar à parte.

Portanto, no que diz respeito à segunda Idade Islâmica, nossa documentação é abundante, variada e em geral de boa qualidade, em contraste com o período precedente. Na África propriamente islâmica, esses escritos trazem muitos esclarecimentos sobre o funcionamento das instituições e sobre as tendências profundas da história. Já não se contentam em traçar apenas um simples quadro político. No que concerne à África negra, o século XIV é o período do apogeu de nosso conhecimento. Espera-se, no entanto, que documentos europeus e autóctones nos permitam aprofundar esse conhecimento, e ampliá-lo de forma a abranger regiões que até o momento se mantêm na obscuridade.

Conclusão

Não seria exato pensar que o estado das fontes escritas do continente africano antes do século XV seja de extrema pobreza, mas a verdade é que, no conjunto, a África é menos provida que a Europa e a Ásia. Todavia, enquanto em uma grande parte do continente não existem fontes escritas, nas regiões restantes o conhecimento histórico é possível e baseia-se – no caso do Egito – numa documentação excepcionalmente rica. Isso significa que uma exploração rigorosa

59 *Patrologie orientale,* coleção essencial. Entre as obras que nos dizem respeito, citemos as de SEVERO DE ALEXANDRIA (século I) e de IBN MUFRAH (século XI), interessantes para a Etiópia; *Kitab Siyar al-Aba al-Batariqa.* Cf. também MIGUEL, o Sírio, ed. trad. Chabot, 3 v., 1899-1910.

e atenta desses textos ainda pode contribuir muito, embora não se possam esperar grandes descobertas. É preciso que nos dediquemos com urgência a todo um trabalho de crítica textual, de reedição, de confrontação e de tradução, já iniciado por alguns pioneiros e que deve ser continuado.

Por outro lado, ainda que nossas fontes tenham sido redigidas no quadro de culturas "universais", cujo ponto focal se situa fora da África – culturas "clássicas", cultura islâmica – têm a vantagem de ser em sua maioria *comuns* a todos podendo ser lidas numa perspectiva africana, mantidas as devidas ressalvas quando diante de qualquer pressuposto ideológico. Isso é particularmente verdadeiro para o caso das fontes árabes, que continuam sendo a base essencial de nosso conhecimento. Sua exterioridade relativa ou absoluta em relação a seu objeto não diminui em nada seu valor, a não ser pela distância. Não obstante devam ser reconhecidas as diferenças socioculturais, é fato que essas fontes valorizam uma certa solidariedade de comunicação africana, à qual, até agora, islamistas e africanistas nem sempre têm se mostrado sensíveis.

CAPÍTULO 6

As fontes escritas a partir do século XV

I. Hrbek

Paralelamente a profundas mudanças em todo o mundo, e, em especial, na África, no final do século XV e princípio do século XVI, ocorreram transformações no caráter, proveniência e volume das fontes escritas para a história da África. Observa-se, em relação ao período precedente, um certo número de novas tendências na produção desse material, algumas referentes a todo o continente, outras, a apenas algumas partes – em geral, à África ao sul do Saara.

Inicialmente, ao lado do contínuo crescimento de todos os tipos de fontes narrativas (narrativas de viajantes, descrições, crônicas, etc.), surgem numerosos materiais de caráter primário, como correspondências e relatórios oficiais, comerciais ou missionários, escrituras legais e outros documentos arquivísticos, raramente encontrados antes desse período. Se, por um lado, a abundância crescente desse material oferece ao historiador um auxílio muito maior, por outro torna muito mais difícil uma visão de conjunto.

Pode-se observar, também, uma nítida diminuição no volume das fontes narrativas árabes para a África ao sul do Saara. Não obstante, surge nesse período a literatura histórica escrita em árabe por autóctones, e é somente a partir dessa época que se faz ouvir a voz de autênticos africanos falando de sua própria história. Os mais antigos e mais conhecidos exemplos dessa historiografia local

provêm do cinturão sudanês e da costa africana oriental; em outras partes da África tropical, só mais tarde é que essa evolução se fará notar.

Nos últimos duzentos anos, os africanos também começaram a escrever em suas próprias línguas, usando primeiramente o alfabeto árabe (por exemplo, em kiswahili, haussa, fulfulde, kanembu, diula, malgaxe, etc.) e mais tarde o latino. Mas também existem materiais históricos (e outros) em escrita de origem genuinamente africana, como os alfabetos bamum e vai.

Uma terceira tendência, resultante da anterior, é o aparecimento de uma literatura em inglês (e, em menor grau, em outras línguas europeias) feita pelos africanos, escravos libertados ou seus descendentes na América, conscientes de seu passado africano.

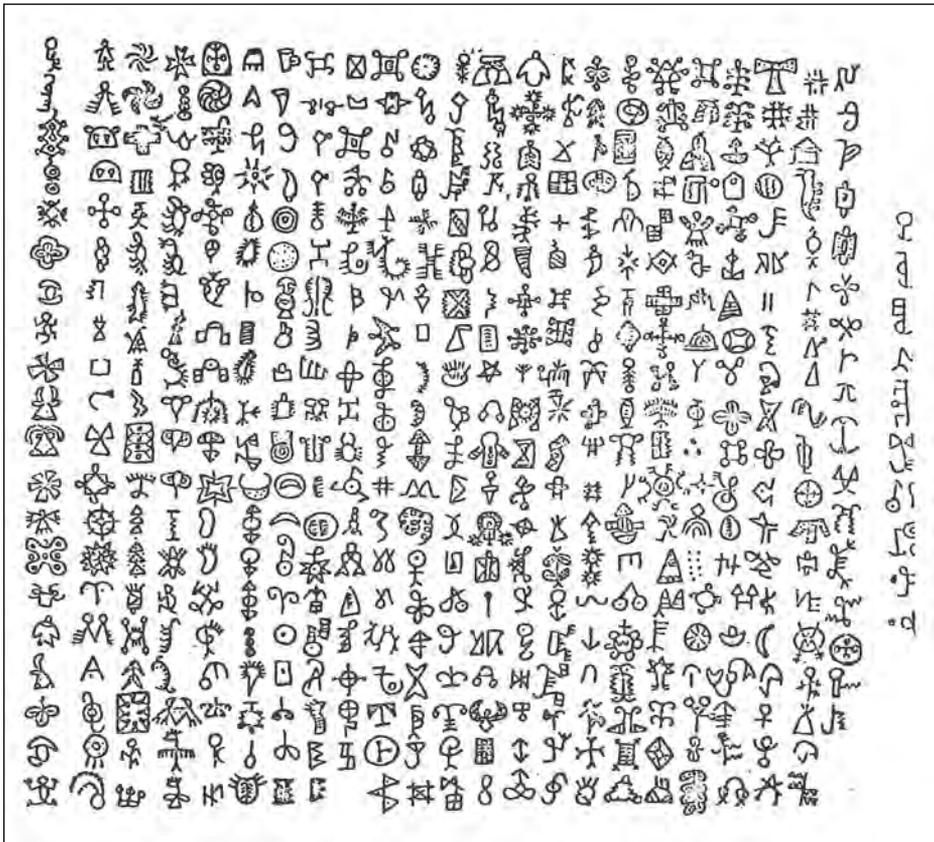



FIGURA 6.1 Fac-símile de manuscrito bamum (Museu do IFAN).

Finalmente temos as narrativas em várias línguas europeias, que aos poucos vão ocupando o espaço das fontes árabes. A quantidade de obras dessa natureza aumenta progressivamente e, nos séculos XIX e XX, atinge um tal volume que só os livros de referência bibliográfica poderiam ser contados às dezenas.

Apesar de todas as mudanças, houve, evidentemente, uma continuidade na historiografia de algumas regiões da África, especialmente na do Egito, Magreb e Etiópia. Nesses países, os cronistas e biógrafos mantiveram viva a tradição herdada do período anterior. Enquanto no Egito e, em parte, na Etiópia observou-se um certo declínio na qualidade e mesmo quantidade desses trabalhos, o Magreb e, em particular, o Marrocos continuaram a produzir competentes estudiosos que contribuíram grandemente para a história de seus países.

As áreas geográficas cobertas por fontes escritas também vão registrar uma evolução. Enquanto, até o século XVI, as margens do Sahel sudanês e uma estreita faixa da costa oriental africana formavam os limites do conhecimento geográfico, e, portanto, histórico, a nova época viria gradualmente acrescentar a esse espaço novas regiões antes não mencionadas por aquele tipo de fontes. A quantidade e a qualidade dessas fontes variam bastante, evidentemente, de uma região para outra e de um século para outro, tornando a classificação por língua, caráter, propósito e origem dos documentos ainda mais complexa.

De modo geral, registrou-se uma expansão da costa para o interior. O movimento foi bastante lento, só ganhando aceleração no fim do século XVIII. A costa africana e seu interior imediato, já no século XV, haviam sido descritos pelos portugueses, de modo sumário. Nos séculos seguintes as fontes escritas, já então em várias línguas, começaram a registrar informes mais detalhados e abundantes sobre as populações costeiras. Os europeus penetraram no interior somente em algumas regiões (no Senegal e na Gâmbia, no delta do Níger e no Benin, no Reino do Congo, e pelo Zambeze, até o Império de Monomotapa), trazendo, assim, essas áreas para o horizonte das fontes escritas. Ao mesmo tempo, algumas partes da África, até então praticamente inexploradas, tornaram-se mais conhecidas, como, por exemplo, a costa sudoeste africana e Madagáscar.

Um território muito maior era coberto por fontes escritas em árabe. A escola historiográfica sudanesa, à medida que ia obtendo informações sobre regiões até então desconhecidas, estendia-se a outros países, sobretudo em direção ao sul, de modo que no século XIX toda a região entre o Saara e a floresta – e, em alguns pontos, até a costa – podia-se considerar coberta por fontes escritas locais. Já, no interior, vastas regiões tiveram que esperar até o século XIX pela produção das primeiras narrativas escritas dignas de confiança.

Mesmo nas regiões costeiras pode-se constatar grandes diferenças no que diz respeito à informação histórica: em geral, a costa atlântica é mais bem provida de documentos escritos que a costa oriental, e também a quantidade de material disponível para o antigo Congo, a Senegâmbia, a costa entre o cabo Palmas e o delta do Níger é muito maior que para a Libéria, Camarões, Gabão ou Namíbia, por exemplo. A situação difere também quanto aos períodos: há muito mais informação escrita para a costa oriental, Benin ou Etiópia nos séculos XVI e XVII que no XVIII, e, para o Saara, mais na primeira metade que na segunda metade do século XIX.

Devido a essa distribuição irregular dos materiais em relação tanto a espaço, tempo e caráter, quanto a sua origem e língua, é preferível examiná-los sob diferentes critérios ao invés de adotar um único procedimento. Consequentemente, nós os apresentaremos, em alguns casos, de acordo com as regiões geográficas, em outros, de acordo com suas origens e caráter.

África do Norte e Etiópia

África do Norte

Os materiais para a África do Norte de língua árabe, como os de outras partes do continente, passaram por algumas profundas mudanças em comparação com o período anterior, o mesmo não ocorrendo, no entanto, com as narrativas históricas locais, que continuaram, como anteriormente, a relatar os principais acontecimentos da maneira tradicional. Nenhuma figura comparável aos grandes historiadores árabes da Idade Média surgiu entre os cronistas e compiladores dessa época, e a abordagem crítica do historiador, preconizada por Ibn Khaldun, não foi seguida por seus sucessores. A historiografia árabe moderna só vai aparecer no século XX.

As mudanças que se fazem sentir dizem respeito principalmente a dois tipos de fontes: os documentos arquivísticos de diversas origens e os escritos europeus. Somente a partir do início do século XVI, os materiais primários, tanto em árabe como em turco, começam a aparecer em maior abundância. Os arquivos otomanos são comparáveis em volume e importância aos mais ricos da Europa, mas, àquela época, raramente eram utilizados e estudados por historiadores dessa parte da África. É do mesmo período que remontam os arquivos secundários dos países que faziam parte do Império Otomano (Egito, Tripolitânia, Tunísia e Argélia)[1]. Um caso

1 DENY, J. 1930; MANTRAN, R. 1965; LE TOURNEAU, R. 1954.

especial é o do Marrocos, que sempre conservou sua independência, e seus arquivos preservaram um rico material histórico[2]. Os documentos são principalmente de arquivos governamentais, administrativos e jurídicos; os materiais relativos ao comércio, à produção, à vida social e cultural são menos numerosos, pelo menos os de antes do século XIX. Isto se deve, em parte, à falta de arquivos particulares que forneçam informações valiosas para a história econômica e social da Europa. Para alguns países e períodos esta lacuna pode ser preenchida: por exemplo, o material sobre o Marrocos, encontrado em muitos países europeus, foi coligido e publicado no trabalho monumental de Henri de Castries[3]. A compilação de coleções similares, ou ao menos o arrolamento dos documentos relativos aos demais países da África do Norte está entre as tarefas mais urgentes do futuro próximo.

Examinando, agora, as fontes narrativas em árabe, pode-se constatar uma retração constante na quantidade e na qualidade dos escritos históricos na África do Norte, com exceção apenas do Marrocos, onde as escolas tradicionais de cronistas continuaram a produzir histórias detalhadas das duas dinastias xerifinas até a época atual. Pode-se citar como exemplo a *Ma'sul* de Mokhtar Soussi, em vinte volumes, e a *Histoire de Tetouan,* em vias de publicação[4]. Da corrente ininterrupta de historiadores podemos indicar apenas alguns nomes entre os mais destacados. A dinastia Sádida encontrou um excelente historiador em al-Ufrani (morto em c. 1738)[5], que cobriu os anos 1511-1670; o período seguinte (1631--1812) foi descrito detalhadamente pelo maior historiador marroquino desde a Idade Média, al-Zay (morto em 1833)[6], enquanto al-Nasiri al-Slawi (morto em 1897) escreveu uma história geral de seu país com ênfase especial no século XIX, combinando os métodos tradicional e moderno, usando, entre outros, documentos de arquivos. Ele é o autor também de uma obra geográfica bastante rica em informações sobre a vida social e econômica[7]. A essas obras estritamente históricas devem ser acrescentadas as narrativas de viajantes, em sua maioria peregrinos, que descreveram não apenas o Marrocos, mas também outros países árabes até a Arábia. As duas melhores narrativas desse tipo são as escritas por al-'Ayyashi de Sijilmasa (morto em 1679) e Ahmad el-Darci de Tamgruti nas proximidades

---

2 MEKNASI, A. 1953; AYACHE, G. 1961.

3 *Les Sources inédites de l'histoire du Maroc,* 24 v., Paris, 1905-1951.

4 LÉVI-PROVENÇAL, E. 1922; MOKHTAR SOUSSI, *Ma'sul,* 20 v. publicados; DAOUD, *Histoire de Tetouan.*

5 Ed. e trad. por O. HOUDAS, Paris, 1889.

6 HOUDAS, Paris, 1886.

7 Ed. no Cairo, em 1894, em 4 v. Muitas traduções parciais em francês e espanhol.

do Saara (morto em 1738)[8]; outros textos interessantes são o relatório de el-Tamghruti, embaixador marroquino junto à corte otomana em 1589-1591[9], e a *Rihla* de Ibn Othman, embaixador do Marrocos junto à corte de Madri.

Nos países entre o Marrocos e o Egito as crônicas locais não eram tão abundantes, nem tinham a mesma qualidade. No que diz respeito à Argélia, há histórias anônimas em árabe e em turco, de Aru e Khayruddin Barbarossa[10], e uma história militar que vai até 1775, de Mohammed el-Tilimsani[11]. A história da Tunísia pode ser reconstituída graças a uma série de anais, desde el-Zarkachi (até 1525)[12] até Maddish el-Safakusi (morto em 1818)[13]. Uma história de Trípoli foi escrita por Mohammed Ghalboun (1739)[14]. As crônicas e biografias ibaditas, como a de al-Shammakhi (morto em 1524), merecem atenção especial, já que fornecem muitas informações valiosas sobre o Saara e o Sudão[15].

Biografias ou dicionários biográficos, gerais ou específicos, na maior parte consagrados a pessoas proeminentes (eruditos, advogados, príncipes, místicos, escritores, etc.), geralmente combinam materiais biográficos com narrativas históricas, esclarecendo muitos aspectos da história cultural e social. Obras desse gênero proliferaram em todos os países árabes, especialmente no Marrocos. Mesmo algumas poesias, às vezes em dialetos vernáculos, podem servir como fontes históricas, como, por exemplo, os poemas satíricos do egípcio el-Sijazi (morto em 1719), em que ele descreve os principais acontecimentos de sua época[16].

No que se refere à história do Egito otomano, deve-se recorrer a crônicas, em grande parte ainda inéditas e inexploradas. O Egito produziu, nesse período, apenas dois grandes historiadores – um no início do domínio turco, o outro exatamente no fim: Ibn Iyas (morto em 1524) fez um registro diário da história de sua época, oferecendo, assim, uma riqueza de detalhes raramente encontrada em outras obras[17]; el-Jabarti (morto em 1822) é o cronista dos últimos dias do domínio otomano, da ocupação napoleônica e da ascensão de Mohammed

8 Ambas traduzidas por S. BERBRUGGER, Paris, 1846.

9 Traduzido por H. de CASTRIES, Paris, 1929.

10 Editado por NURUDDIN, Argel, 1934.

11 Traduzido por A. ROUSSEAU, Argel, 1841.

12 Traduzido por E. PAGNA, Constantina, S.d.

13 Publicado em Túnis, 1903.

14 Publicado por Ettore ROSSI, Bolonha, 1936. Há também algumas crônicas turcas da Tripolitânia.

15 LEWICKI, T. 1961.

16 Mencionado por EL-JABARTI.

17 WIET, G. *Journal d'un bourgeois du Caire.*

Ali, cobrindo, portanto, um período crucial da história do Egito[18]. Embora muitas crônicas e outras obras históricas de todos os países árabes tenham sido publicadas, a grande maioria encontra-se ainda em manuscritos espalhados por muitas bibliotecas tanto dentro como fora de seu país de origem, à espera de estudo e publicação.

Nesse período as narrativas de viajantes europeus ganham importância crescente. Embora o preconceito anti-islâmico de seus autores raramente permita relatórios verdadeiramente objetivos, elas trazem muitas reflexões e observações interessantes não encontradas em outros documentos, já que os escritores locais consideravam muitos aspectos da vida banais e desprovidos de interesse. É incontável o número de europeus – viajantes, embaixadores, cônsules, mercadores e mesmo prisioneiros (entre eles Miguel de Cervantes) – que deixaram reminiscências e relatórios mais ou menos detalhados dos países do Magreb, que visitaram; o mesmo aconteceu, talvez até com maior intensidade, no caso do Egito, que atraía muitos visitantes por sua importância comercial e a proximidade da Terra Santa[19]. De interesse particular é a obra monumental *Description de l'Egypte* (24 volumes, Paris, 1821-1824), compilada pela comissão científica da expedição de Napoleão Bonaparte, fonte inesgotável de todo tipo de informação sobre o Egito às vésperas de uma nova época.

No século XIX, as fontes para a história da África do Norte são tão abundantes quanto para qualquer país europeu. As crônicas locais e narrativas de viajantes assumem um lugar secundário em relação às fontes mais objetivas – arquivos, estatísticas, jornais e outros testemunhos diretos ou indiretos –, permitindo aos historiadores empregar os métodos e abordagens clássicos elaborados para uma história amplamente documentada, como a da Europa.

Duas regiões de língua árabe, Mauritânia e Sudão oriental, merecem um tratamento especial devido à sua situação particular, nos limites do mundo árabe. Uma característica comum das fontes nesses dois países é a predominância de biografias, genealogias e poesia, sobre os anais históricos propriamente ditos, pelo menos até o final do século XVIII. Em relação à Mauritânia, várias genealogias e biografias foram publicadas por Ismaël Hamet[20], a que se acrescentam poemas e outros materiais folclóricos recolhidos por René Basset e mais recentemente por H. T. Norris[21]. Um exame intensivo de novos materiais foi realizado com

18 Muitas edições; uma tradução não muito digna de confiança de Chefik MANSOUR, Cairo, 1886-1896.

19 CARRE, J. M. Cairo, 1932.

20 *Chroniques de la Mauritaine sénégalaise,* Paris, 1911.

21 BASSET, R. 1909-1940; NORRIS, H. T. 1968.

sucesso pelo estudioso da Mauritânia Mukhtar Wuld Hamidun. A primeira obra propriamente histórica remonta ao início deste século: *al- Wasil,* de Ahmad al-Shinqiti, que é uma enciclopédia da história e da cultura mouriscas do passado e do presente[22]. Existe um grande número de crônicas locais manuscritas, de maior ou menor valor, no estilo das crônicas breves de Nema, Oualata e Shinqiti[23]. As fontes árabes da Mauritânia são de especial interesse e importância, porque em muitos casos cobrem não somente a Mauritânia propriamente dita, mas também todos os países limítrofes do Sudão ocidental. Devido às estreitas relações que existiram no passado entre a Mauritânia e o Marrocos, as bibliotecas e arquivos marroquinos devem conter certamente um precioso material histórico para o primeiro país. Além das fontes árabes, há também a literatura narrativa europeia, que se inicia no século XV nas regiões costeiras, e no fim do século XVII nas regiões fluviais. A partir do século seguinte, encontramos correspondência diplomática e comercial, tanto em árabe como em línguas europeias.

A historiografia local no Sudão oriental parece ter começado somente nos últimos anos do Sultanato Funj, isto é, no início do século XIX, quando a tradição oral foi registrada por escrito no texto chamado *Crônica de Funj,* do qual existem várias versões[24]. São fontes valiosas as genealogias de vários grupos árabes[25], assim como o grande dicionário biográfico de estudiosos sudaneses, o *Tebaqat,* escrito por Wad Dayfallah, que constitui um rico manancial de informações sobre a vida social, cultural e religiosa do Reino Funj[26]. O mais antigo visitante estrangeiro conhecido foi o viajante judeu David Reubeni (em 1523). Até o século XIX há apenas um pequeno número de obras valiosas, mas entre elas se encontram as narrativas de observadores particularmente lúcidos, como James Bruce (em 1773), W. G. Browne (1792-1798) e el-Tounsy (1803), sendo os dois últimos os primeiros a visitar Darfur[27]. Na primeira metade do século XIX, o Sudão foi, de toda a África tropical, a região mais visitada por viajantes. Suas narrativas são inumeráveis e de variada qualidade enquanto fontes históricas. Até a década de 1830, não existe nenhuma fonte escrita para as regiões do alto vale do Nilo (ao sul da latitude 12°), mas a parte norte é fartamente coberta por documentos arquivísticos do Egito (arquivos do Cairo) e,

---

22 AL-SHINQITI, A. *Al-Wasit fi tarajim udaba 'Shinqit,* Cairo, 1910, e muitas edições novas. Trad. francesa parcial, St. Louis, 1953.

23 MARTY, P. 1927; NORRIS. In: BIFAN, 1962; MONTEIL, V. In: BIFAN, 1965, n. 3-4.

24 Estudado por M. SHIBEIKA. In: *Ta'rïkh Mulk-al-Sudan,* Khartum, 1947.

25 Recolhidas por H. A. MACMICHAEL. In: *History of the Arabs* in *the Sudan,* II, Cambridge, 1922, juntamente com outros documentos históricos.

26 A edição comentada mais atualizada é de Yusuf FADL HASAN, Khartum, 1971.

27 BRUCE, J., 1790; BROWNE, W. G., 1806; EL-TOUNSY, Omar, 1845.

em menor número, europeus. São de extrema importância para os últimos vinte anos do século XIX os registros do *Mahdiyya*, que consistem em cerca de 80 mil documentos árabes, conservados, em sua maioria, em Cartum.

Etiópia

A situação da Etiópia é análoga à da África do Norte no que respeita às fontes escritas. Como nos países daquela região da África, na Etiópia o historiador tem à sua disposição uma grande variedade de documentos, tanto internos como externos. Pode até empregar material de fontes opostas, para alguns períodos cruciais, caso, por exemplo, da invasão muçulmana de Ahmed Gran, na primeira metade do século XVI, coberta, do ponto de vista etíope, pela *Crônica Real* (em gueze) do Imperador Lebna Dengel, e, da visão muçulmana, pela detalhada crônica escrita em 1543 pelo escriba de Gran, Arab Faqih, sem mencionar os registros portugueses de testemunhas oculares[28].

A redação das *Crônicas Reais* iniciou-se no século XIII, e há, relativas a quase todos os reinos, mesmo durante o período de declínio, uma ou mais crônicas detalhadas, que registram os principais eventos da época[29]. Essa tradição perdurou por todo o século XIX e uma boa parte do século XX, como testemunha a *Crônica Amárica* do Imperador Menelik II[30]. Várias obras da literatura etíope, de diferentes gêneros, podem fornecer precioso material histórico, como, por exemplo, as hagiografias, as polêmicas religiosas, a poesia, as lendas, as histórias dos mosteiros, etc. Um documento único é a *História dos Galla* do Monge Bahrey (1593), testemunha ocular da invasão galla da Etiópia[31]. Um século mais tarde, Hiob Ludolf, o iniciador dos estudos etíopes na Europa, compila, a partir de informações fornecidas por um especialista etíope, uma das primeiras histórias gerais do país[32].

Sendo o único país cristão que restou na África, a Etiópia naturalmente despertou muito mais interesse na Europa que as demais partes do continente, isso já desde o século XV. Não é de surpreender o grande número de estrangeiros viajantes, missionários, diplomatas, soldados, mercadores ou aventureiros que visitaram esse país e dele deixaram registro. São não apenas portugueses,

28 ARAB FAQIH, 1897-1901; CASTANHOSO, M. 1548; trad. inglesa, Cambridge, 1902.

29 Cf. PANKHURST, R. 1966; BLUNDEL, H. W. 1923.

30 Escrito por Gabré SELASSIÉ e traduzido para o francês, Paris, 1930-1931.

31 Cf. BECKINGHAM, C. F. e HUNTINGFORD, G. W. B., 1954. Além da história de BAHREY, esse livro contém trechos da *History of High Ethiopia,* de ALMEIDA, 1660.

32 LUDOLF, Hiob, 1681; tradução inglesa, 1682-1684.

franceses, italianos e ingleses, mas também muitas pessoas de vários outros países – russos, tchecos, suecos, armênios e georgianos[33]. Ocasionalmente surgem registros turcos ou árabes, que, de diversos modos, complementam as outras fontes[34].

Da segunda metade do século XIX em diante, são os documentos de arquivos, de todas as grandes potências europeias como também os de Adis Abeba e mesmo os de Cartum que vão fornecer os principais materiais históricos. A importância de um estudo minucioso dos documentos amáricos originais para uma interpretação correta da história foi demonstrada recentemente pela brilhante análise do tratado de Wichale (1889) feita por Sven Rubenson[35].

África do Sul

Em comparação com outras partes do continente (com exceção dos países de língua árabe e da Etiópia), a África do Sul oferece, para o período em estudo, uma quantidade muito maior de interessantes materiais escritos, na forma de arquivos e de narrativas. A falta de fontes de origem genuinamente africana anteriores ao século XIX representa uma certa desvantagem, não obstante muitas narrativas europeias preservarem fragmentos de tradições orais dos povos locais. As informações mais antigas provêm de marinheiros portugueses ou holandeses cujos navios naufragaram na costa sudeste no decorrer dos séculos XVI e XVII[36]. Com o estabelecimento da colônia holandesa no Cabo (1652), a produção de materiais torna-se mais rica e mais variada: consiste, por um lado, em documentos oficiais, mantidos atualmente sobretudo em arquivos da própria África do Sul, mas também em Londres e Haia, parcialmente publicados ou difundidos por outros meios, mas em sua grande maioria inéditos[37]; por

33 Cf. a monumental coleção de BECCARI. *Rerum Aethiopicarum Scriptores occidentales inediti a seculo XVI ad XX curante.* 15 v., Roma, 1903-1911. Mas muitos registros anteriormente desconhecidos foram descobertos depois de BECCARI e estão à espera de publicação e estudo.

34 Por exemplo, o famoso viajante turco Evliya CHELEBI (morto em 1679), cuja obra *Siyasat-name* (Livro de viagens) contém em seu décimo volume descrições do Egito, Etiópia e Sudão. O embaixador iemenita al-Khaymi al-Kawkabani deixou (em 1647) um relato vivo de sua missão junto ao Imperador Fasílidas, para cujo reino não há nenhuma crônica etíope. Publicado por F. E. PEISER em dois volumes, Berlim, 1894 e 1898.

35 RUBENSON, Sven. "The Protectorate Paragraph of the Wichale Treaty". *JAH* 5, n. 2, 1964; e discussão com C. GIGLIO, *JAH* 6, n. 2, 1965 e 7, n. 3, 1966.

36 Cf. THEAL, G. M. 1898-1903, e BOXER, C. R. 1959.

37 Trechos de diários oficiais e outros documentos relativos a povos de fala san, khoi e bantu encontram-se em MOODIE, D. 1960; v. também THEAL, G. M. 1897-1905

outro, em documentos narrativos representados por livros e artigos escritos por brancos – viajantes, comerciantes, oficiais, missionários e colonizadores, todos eles observadores diretos das sociedades africanas. Durante muito tempo, entretanto, seu horizonte geográfico permaneceu bastante restrito, e foi só na segunda metade do século XVIII que começaram a penetrar realmente o interior das terras. Assim, é natural que as primeiras narrativas tratem dos Khoi do Cabo (hoje desaparecidos). A primeira descrição detalhada desse povo, depois de alguns registros do século XVII[38], é a de Peter Kolb (1705-1712)[39]. Durante o período holandês, muitos europeus visitaram a colônia do Cabo, mas muito raramente chegaram a demonstrar mais que um ligeiro interesse pelos africanos ou a aventurar-se para o interior. Um grande número de seus relatórios foi reunido por Godee-Molsbergen e L'Honoré-Naber, e muitos relatos menos conhecidos têm sido regularmente publicados, desde a década de 1920, pela Sociedade Van Riebeeck da Cidade do Cabo[40]. Um retrato mais detalhado das sociedades africanas pode ser obtido nos arquivos de missionários[41] ou nos registros de alguns observadores experientes do fim do século XVIII e início do XIX, como Sparrman, Levaillant, Alberti, John Barrow e Lichtenstein[42]. Um lugar de honra pertence a John Philips, cuja vida e trabalho foram dedicados à defesa dos direitos africanos, sendo, por isso, sua obra, reveladora de aspectos raramente encontrados em relatos mais conformistas[43].

Com a expansão comercial, missionária e colonial no século XIX, material mais rico e em maior quantidade sobre os grupos étnicos africanos mais afastados tornou-se acessível. Embora a Namíbia fosse esporadicamente visitada no fim do século XVIII[44], é somente a partir de 1830 que começam as descrições mais detalhadas da vida dos San, Nama e Herero, quando então os missionários iniciaram suas atividades[45] e a região tornou-se alvo de pesquisadores, como J. Alexander, F. Galton, J. Tindall e outros[46].

---

38 SHAPERS, 1668; TEN RHYNE, W. 1686 e GREVEBROEK, G. 1695, Cidade do Cabo, 1933.

39 KOLB, P. 1719.

40 GODEE-MOLSBERGEN, E. C. 1916-1932; L'HONORÉ-NABER, S. L. 1931.

41 Cf., por exemplo, MÜLLER, D. K. 1923.

42 SPARRMAN, A. 1785; LEVAILLANT, F. 1790; ALBERTI, L. 1811; BARROW, J. 1801-1806; LICHTENSTEIN, H. 1811.

43 PHILIPS, J. 1828.

44 WAITS, A. D. 1926.

45 A obra clássica de H. VEDDER, *South West Africa in Early Times,* Oxford, 1938, foi compilada principalmente de relatórios de missionários alemães.

46 ALEXANDER, Sir James, 1836, 1967; GALTON, G. 1853; *Journal of Joseph Tindall 1839-1855*, Cidade do Cabo, 1959.

Situação análoga é observada nas áreas ao norte do rio Orange: os relatórios dos primeiros comerciantes e caçadores dão lugar a uma quantidade cada vez maior de trabalhos escritos por pesquisadores e missionários, melhor capacitados para a observação devido à sua maior experiência e conhecimento das línguas africanas. Podemos citar, por exemplo, Robert Moffat, E. Casalis, T. Arbousset e outros, sendo, o mais conhecido, evidentemente, David Livingstone[47]. Vários documentos (arquivos, correspondência, contratos e atas oficiais, etc.) da história antiga do Lesoto foram coletados por G. M. Theal[48]. Uma característica positiva desse período é o surgimento de documentos que expressam pontos de vista africanos, como as cartas escritas por Moshesh e outros líderes africanos.

Diversamente da costa, o interior de Natal e da Zululândia tornou--se conhecido por forasteiros somente nas primeiras décadas do século XIX. Os primeiros observadores, como N. Isaac ou N. F. Fynn[49], em geral eram inexperientes, raramente precisos e careciam de objetividade quando tratavam dos não-brancos. Já os registros das tradições orais dos Zulu foram feitos relativamente cedo, na década de 1880, embora só fossem publicados mais tarde, por A. T. Bryant, cujo livro deve, todavia, ser utilizado com cautela[50].

Como para outras partes da África, a quantidade de materiais escritos por europeus aumentou enormemente no decorrer do século XIX, e não cabe aqui examinar, com mais detalhe todos os seus tipos e autores. Mais interessantes são os registros das reações dos primeiros africanos letrados ou de alguns chefes tradicionais, encontrados em correspondências, jornais, queixas, diários, contratos ou, já mais tarde, nas primeiras tentativas de redação da história de seu próprio povo.

Além da volumosa correspondência entre governantes africanos Moshesh, Dingaan, Cetwayo, Mzilikazi, Lobenguela, Witbooi, os chefes Gríqua e muitos outros – e as autoridades coloniais, encontramos documentos tais como as Leis

47 MOFFAT, R. 1842 e 1945; CASALIS, E., *Les Bassutos,* Paris, 1859; ed. inglesa, Londres, 1861; T. ARBOUSSET, *Relation d'un voyage d'exploration,* Paris, 1842; ed. inglesa; Cidade do Cabo, 1846; LIVINGSTONE, D. 1957.

48 THEAL, G. M., *Basutoland Records,* 3 v., Cidade do Cabo, 1883 (v. 4 e 5 manuscritos, não publicados, nos Arquivos da Cidade do Cabo).

49 ISAAC, N. 1836; FYNN, N. F. 1950.

50 BRYANT, A. T. 1929. V. também sua *A History of the Zulu,* primeiramente publicada como uma série de artigos em 1911-1913 e depois como livro, na Cidade do Cabo, 1964. Cf. também BIRD, J. *The Annals of Natal,* 1495-1845, 2 v., Pietermaritsburg, 1888.

Ancestrais (*Vaderlike Wete*) da Comunidade Rehoboth do ano de 1874, ou o *Diário* de Henrik Witbooi[51], ambos escritos em africâner. Há numerosas petições e queixas de africanos mantidas nos arquivos da África do Sul ou em Londres, assim como muitos estudos, levantamentos cadastrais e estatísticos feitos com base na informação oral africana.

Graças ao aparecimento de jornais nas línguas vernáculas, podemos acompanhar as ideias dos antigos representantes de uma sociedade em mudança. No semanário *Isidigimi* (publicado entre 1870 e 1880) apareceu a primeira crítica à política europeia e seu impacto negativo na vida africana, escrita pelos primeiros protonacionalistas, como Tiyo Soga (morto em 1871) ou G. Chamzashe (morto em 1896), assim como a compilação das tradições históricas dos Xhosa, por W. W. Gqoba (morto em 1888). Outro porta-voz da opinião africana, desde 1884, foi *Ibn Zabantsundu* (*A Voz do Povo Negro*), que por muitos anos teve como editor John T. Jabawu (morto em 1921). Imediatamente após a Primeira Guerra Mundial, havia onze jornais em línguas africanas sendo publicados, mas nem todos defendendo a causa dos africanos. Uma das grandes figuras da época foi Ngoki (morto em 1924), que, após haver participado ativamente na guerra zulu de 1879, publicou (nos Estados Unidos) suas reminiscências, assim como muitos artigos sobre a vida na África do Sul[52]. As primeiras histórias escritas pelos próprios africanos só vão aparecer no século XX[53], inaugurando, assim, uma nova época na historiografia sul-africana. Com efeito, a história dessa parte do continente foi por muito tempo enfocada do ponto de vista da comunidade branca, que tendia a tratar a história dos povos africanos como algo insignificante e sem importância. A luta atualmente em curso na África do Sul em todos os domínios da atividade humana requer também uma nova atitude na abordagem das fontes. Uma atenção especial deve ser dispensada aos testemunhos escritos da árdua luta dos africanos por seus direitos[54]. Só uma pesquisa baseada em todos estes testemunhos e material dará condições para se escrever uma história verídica da África do Sul.

---

51 As leis foram preservadas em Rehoboth e Windhoek; o *Diário* de WITBOOI foi publicado na Cidade do Cabo em 1929.

52 Cf. TURNER, L. D. 1955.

53 Cf. PLAATJE, S. T. 1916 e 1930; MOLEMA, S. M. 1920; SOGA, J. H., *The South-Eastern Bantu,* 1930; idem, *Ama-Xoza: Life and Customs,* Johannesburg, 1930; SOGA, T. B. Lovedale, 1936.

54 Cf. PLAATJE, S. T. 1916 e 1930; MOLEMA, S. M. 1920; SOGA, J. H. *The South-Eastern Bantu,* 1930; idem, *Ama-Xoza: Life and Customs,* Johannesburg, 1930; SOGA, T. B. Lovedale, 1936.

Fontes narrativas externas

Se o período entre os séculos IX e XV chega a ser chamado "era das fontes árabes" devido à predominância de material nessa língua, o período em estudo é marcado por um nítido declínio nesse aspecto. As razões para essa mudança estão ligadas ao desenvolvimento político e cultural geral do mundo islâmico, que serão discutidas mais apropriadamente num volume posterior. Isso, no entanto, não significa que não haja fontes árabes, mas que seu número e qualidade, com algumas exceções, não podem ser comparados nem com o período anterior nem com fontes de outras origens.

Em árabe e em outras línguas orientais

Embora o trabalho de Leão, o Africano (conhecido originalmente como al-Hasan al-Wuzzan el-Zayyati), tenha sido escrito em italiano, tem procedência na tradição geográfica árabe; além disso, as viagens de Leão, o Africano, no Sudão ocidental e central no início do século XVI foram realizadas antes de sua conversão ao cristianismo e retiro na Itália, consequentemente como árabe e muçulmano. O trabalho não está isento de erros, tanto geográficos como históricos; todavia foi que supriu a Europa por quase três séculos com seu único verdadeiro conhecimento do interior da África[55].

Uma fonte de particular interesse é representada pelas obras sobre navegação de Ahmad Ibn Majid (início do século XVI), o piloto que conduziu Vasco da Gama do Malindi até a Índia. Entre seus numerosos livros sobre teoria e prática da navegação, o que trata da costa leste da África é o mais importante, já que contém, além de uma vasta quantidade de material topográfico e um mapa das rotas marítimas, opiniões categóricas sobre os portugueses no oceano Índico[56]. Alguns detalhes originais sobre a África oriental e o Zanj são encontrados na *Crônica da Fortaleza de Aden,* escrita por Abu Makhrama (morto em 1540)[57]. Há uma crônica mais recente, que trata da mesma região, de Salil Ibn Raziq (morto

55 Publicado primeiramente em Roma, 1550; a melhor tradução moderna é de Jean-Léon, o Africano, *Description de l'Afrique,* de A. EPAULARD, com anotações de A. EPAULARD, T. MONOD, H. LHOTE e R. MAUNY, 2 v., Paris, 1956.

56 SHUMOVSKIY, T. A. *Tri neizvestnye lotsli Akhmada ibn Majida (Três livros desconhecidos de pilotagem,* de A. Ibn M.), Moscou, 1937.

57 Publicado por LOFGREN, O. *Arabische Texte zur Kenntnis des Stadt Aden im Mittelalter,* 3 v., Leipzig--Upsala, 1936-1950.

em 1873), intitulada *História dos Imanes e Sayyds de Omã,* à qual foi incorporado um trabalho anterior, escrito na década de 1720, por Sirhan Ibn Sirhan de Omã[58].

O século XVIII não deixou nenhuma fonte árabe externa de grande valor para a história da África ao sul do Saara; e somente no início do século seguinte é que vamos assistir a um certo reflorescimento nesse domínio. El-Tounsy (morto em 1857), já citado, descreveu sua visita a Uadai na primeira crônica dedicada àquele reino, e redigiu também um valioso relatório sobre Darfur[59]. Algumas décadas antes, e do outro lado do cinturão sudanês, o marroquino Abd es-Salam Shabayni registrou informações sobre Tombuctu e a região de Macina, antes da ascensão dos Dina[60].

A história do Império Songhai, sua queda e o posterior desenvolvimento do vale do Níger foram registrados não só pelos cronistas sudaneses mas também por alguns dos historiadores marroquinos acima mencionados. Recentemente muitas fontes até então desconhecidas sobre as relações entre o Magreb e o Sudão foram descobertas em bibliotecas marroquinas e aguardam publicação e estudo por parte dos historiadores da África. Deve haver também material muito valioso, em árabe e turco, disperso pelos outros países norte-africanos e na própria Turquia, e de cuja existência temos, até o presente momento, informações extremamente escassas. Essa situação oferece perspectivas interessantes para o historiador, e a localização, organização e tradução desse material estão entre as tarefas mais urgentes para o futuro.

Os materiais em outras línguas orientais são ainda mais escassos que em árabe, o que, todavia, não significa que não possamos descobrir novos materiais, menos ou mais importantes, por exemplo em persa ou em certas línguas hindus. Até agora, a principal fonte ainda é o viajante turco Evliya Chelebi, que visitou o Egito e parte do Sudão e da Etiópia; no entanto seu conhecimento de outras regiões da África só se fez indiretamente[61]. O mesmo acontece com seu compatriota o Almirante Sidi Ali, que copiou e traduziu do árabe trechos do livro de Ahmad Ibn Majid, *Al-Muhit,* sobre o oceano Índico, acrescentando--lhes apenas alguns detalhes[62]. No início do século XIX, um estudioso de Azerbaijani, Zain el-Abidin Shirvani, visitou a Somália, a Etiópia, o Sudão

58 Trad. por BADGER, G. P. Londres, 1871.

59 *Voyage ao Ouaday.* Trad. por Dr. PERRON, Paris, 1851.

60 Publicado por JACKSON, J. G. *An Account of Timbuctoo and Housa, Territories in the Interior of Africa*, Londres, 1820 (reeditado em 1967).

61 CHELEBI, E. Seychatname, Istambul, 1938.

62 BITTNER, M. 1897.

oriental e o Magreb, descrevendo suas viagens num livro intitulado *Bustanu s-Seyahe* (O *Jardim das Viagens*)[63]. Parece que existia um nítido interesse pela África, especialmente pela Etiópia, na Transcaucásia e especialmente entre os armênios. No fim do século XVII, dois padres armênios, Astvacatur Timbuk e Avatik Bagdasarian, empreenderam uma viagem pela África, da qual mais tarde deixaram descrição, começando na Etiópia e continuando através da Núbia, Darfur, lago Chade e Tecrur até o Marrocos[64]. Em 1821, Warga, um armênio de Astrakhan, cruzou o Saara partindo do norte, visitou Tombuctu e chegou à Costa do Ouro, onde escreveu, em inglês, sua narrativa, breve mas rica em informações[65]. Outros materiais relativos à África em armênio ou georgiano existem nas bibliotecas e arquivos nas respectivas repúblicas soviéticas[66].

Em línguas europeias

O enorme volume da literatura europeia sobre a África tropical, desde o início do século XVI, torna impossível uma enumeração até mesmo dos trabalhos ou autores mais importantes. No entanto, um estudo do caráter geral e uma avaliação dessa literatura como fonte para a história da África servirão melhor ao propósito deste capítulo que um arrolamento interminável de nomes e títulos.

Já falamos das alterações nos limites geográficos: no início do século XVI toda a linha costeira do Senegal até o cabo Guardafui era conhecida dos portugueses, que, no fim do mesmo século, penetraram no interior, no antigo Congo, Angola e ao longo do Zambeze. Os dois séculos seguintes acrescentaram muito pouco ao conhecimento europeu: houve algumas tentativas esporádicas de cruzar o Saara; contatos mais duradouros foram estabelecidos ao longo do Senegal e Gâmbia, e um viajante foi do Zambeze até Kilwa parando no lago Malauí. Por outro lado, as informações sobre os povos costeiros, especialmente na África ocidental, tornaram-se mais detalhadas e variadas. A exploração sistemática do

---

63 Cf. KHANYHOV, M., in: *Mélange Asiatique,* S. Petersburgo, 1859. Os trechos relativos à África oriental estão sendo preparados para uma tradução de V. P. SMIRNOVA em Leningrado.

64 KHALATYANC, G. *Armyanskiv pamyatnik XVII v. o. geograffi Abssinii i Severnoy Afrique voobchetche (Memória Armênia do século XVII sobre a Geografia da Etiópia e da África do Norte em Geral),* in: *Zemlevedenye,* v. 1-2, Moscou, 1899.

65 Cf. CURTIN, P. D. 1967, (dir. de publ.) Africa Remembered, Madison, 1967. p. 170-89: WILKS, I. "Wargee of Astrakhan". V. também OLDEROGGE, D. A., "Astrakhanec v Tombuktu v 1821 g." (Um homem de Astrakan em Tombuktu em 1821), *Africana/Afrikanskiy etnografitcheskiy sbornik,* VIII, Leningrado, 1971.

66 Uma série de documentos sobre a história das relações entre a Etiópia e a Armênia, dos tempos antigos até o século XIX, está sendo publicada pelo Instituto de Estudos Orientais da RSS da Armênia, Erevan.

interior africano iniciou-se somente no fim do século XVIII, terminando com a divisão do continente entre as potências coloniais.

Em termos de representação nacional, pode-se dizer que os autores do século XVI eram predominantemente portugueses; os do XVII, holandeses, franceses e ingleses; os do XVIII, principalmente ingleses e franceses, e os do XIX, ingleses, alemães e franceses. Outras nações europeias foram, evidentemente, representadas no decorrer de todos esses séculos, como, por exemplo, os italianos no Congo no século XVII e no Sudão oriental no XIX, ou os dinamarqueses na Costa dos Escravos e na Costa do Ouro nos séculos XVIII e XIX. E há, entre os autores de livros de viagens e descrições (mas especialmente no último século), pessoas da Espanha, Rússia, Bélgica, Hungria, Suécia, Noruega, Tchecoslováquia, Polônia, Suíça, Estados Unidos, Brasil, e por vezes até um grego, romeno ou maltês. Felizmente, a maioria dos livros escritos em línguas menos conhecidas tem sido traduzida para línguas mais acessíveis.

Ao avaliar os materiais europeus, devemos levar em consideração não tanto a nacionalidade dos autores, mas, sim, a mudança de atitudes dos europeus em relação aos africanos e suas sociedades em geral. Seria simplista afirmar que os escritores portugueses estavam mais inclinados a observar com preconceitos cristãos os povos que descreviam, do que os ingleses, por exemplo; ou que os holandeses estavam mais propensos à observação objetiva do que os escritores de outras nações. Evidentemente, há diferença entre um cronista português do século XVI, cuja abordagem estava impregnada dos valores medievais, e um estudioso ou médico holandês do fim do século XVII, produto de uma cultura já mais racional. A quantidade e variedade dos materiais à nossa disposição não nos permitem nenhuma generalização apressada; somente a análise individual de cada um, de acordo com seus méritos, que leve em consideração, evidentemente, sua data e o assunto tratado, nos permitiria formalizar um julgamento. Deve-se também evitar a falácia de que, com o tempo, houve uma melhora gradual na objetividade das narrativas e de que, quanto mais nos aproximamos da atualidade, mais científicas se tornam as observações sobre a realidade africana, o que equivaleria a admitir, aprioristicamente, que uma narrativa de um viajante do século XIX tem, simplesmente por isso, uma credibilidade maior que uma narrativa escrita três séculos antes. Burton e Stanley, enquanto observadores, eram prisioneiros da ideia, apresentada como cientificamente provada, da superioridade dos homens brancos, do mesmo modo que os autores portugueses eram prisioneiros da pretensa superioridade de sua fé cristã. O período do comércio de escravos não era, em geral, favorável a narrativas objetivas sobre os africanos, mas as necessidades práticas do comércio exigiam um estudo

minucioso das atividades econômicas e sistemas de governo na África, de modo que temos, já nessa época, uma série de fontes muito valiosas.

Livros sobre a África e os africanos foram escritos por missionários, comerciantes, funcionários públicos, oficiais da marinha e do exército, cônsules, exploradores, viajantes, colonizadores e, alguns, por aventureiros e prisioneiros de guerra. Cada qual tinha seus próprios interesses; assim sendo, os propósitos e abordagens variam consideravelmente. As "narrativas de viajantes", típicas de um certo gênero literário, estavam preocupadas com um mundo desconhecido, exótico e estranho e deviam responder às exigências gerais de seus leitores. Essa inclinação pelo exótico e pela aventura, ornamentada por opiniões mais ou menos fantásticas sobre os povos africanos, ou descrevendo com complacência os inúmeros perigos encontrados pelo heroico viajante, persistiu até o século XIX[67].

Os missionários dispensavam alguma atenção às religiões africanas, mas em sua maioria careciam da habilidade e boa vontade para compreendê-las, e estavam preocupados principalmente em expor seus "erros" e "barbarismo"; por outro lado, eles conheciam as línguas locais, estando, portanto, numa posição melhor que os outros para apreender a estrutura social. Às vezes demonstravam interesse pela história, passando então a coletar as tradições orais locais.

No século XIX, a maior parte da literatura narrativa provém dos exploradores, que, de acordo com a tendência da época, tinham sua atenção voltada principalmente para a solução de grandes problemas geográficos, de modo que sua contribuição serviu mais para a geografia física que para o conhecimento da sociedade africana. "A maioria deles estava mais interessada nas vias navegáveis do que nas vias da cultura"[68]. E muitos, sendo cientistas naturais, careciam de senso histórico ou acreditavam no mito da ausência de história africana. Existem, evidentemente, exceções a essa regra, sendo a mais famosa a de Heinrich Barth.

Por outro lado, surgiram, já no decorrer do século XVIII, certas histórias de Estados ou povos africanos, como *The History of Dahomy* (Londres, 1793), de Archibald Dalzel, que, num exame minucioso, revela-se como um panfleto antiabolicionista.

Depois de mostrar algumas deficiências das fontes narrativas europeias, podemos agora examinar seus aspectos mais positivos. Acima de tudo, elas nos fornecem a estrutura cronológica tão necessária na história da África, onde a datação é um dos pontos mais fracos da tradição oral. Mesmo uma única data, dada por um viajante ou outro autor, por exemplo, de seu encontro com

67 Cf. agora ROTHBERG, R. 1971.

68 MAZRUI, A. A. 1969.

alguma personalidade africana, pode constituir um ponto de partida para toda a cronologia de um povo e às vezes até para mais de um. O simples fato de estarem registradas por escrito não significa, entretanto, que todas as datas devam estar corretas. Há casos em que autores europeus, relatando boatos ou tentando calcular um intervalo de tempo de acordo com fontes não-controláveis, cometeram erros mais ou menos graves. Mas os europeus tinham, em geral, à sua disposição, uma medida do tempo tecnicamente mais desenvolvida.

A literatura narrativa é de importância primordial como fonte da história econômica: rotas comerciais, principais mercados, mercadorias e preços, agricultura e artesanato, recursos naturais, tudo isso podia e era observado e descrito sem preconceitos. Com efeito, os europeus necessitavam, em seu próprio favor, de narrativas tão objetivas quanto possível sobre esses assuntos. É verdade que os recursos naturais ou possibilidades econômicas de algumas regiões foram pintados com cores muito brilhantes, a fim de se fazerem realçar os méritos do explorador. Mas o historiador está acostumado a esses exageros e os leva em consideração.

O que os europeus mais bem registraram foram suas observações dos aspectos exteriores das sociedades africanas, dos chamados “usos e costumes”; os documentos fornecem descrições ricas, precisas e requintadas de várias cerimônias, vestimentas, comportamentos, estratégias e táticas de guerra, técnicas de produção, etc., não obstante, às vezes, a descrição ser acompanhada por epítetos como “bárbaro”, “primitivo”, “absurdo”, “ridículo” e outros termos pejorativos, o que, por si só, não significa muito; trata-se somente de um julgamento em função dos hábitos culturais do observador. Muito mais grave é a total falta de compreensão da estrutura interna das sociedades africanas, da complicada rede de relações sociais, da ramificação das obrigações mútuas, das razões mais profundas para determinados comportamentos. Em suma, os autores eram incapazes de descobrir as motivações profundas das atividades africanas.

Apesar de tudo, a redação da história da África seria quase impossível sem o material fornecido pelas fontes narrativas europeias. Elas podem ter suas deficiências: ignorar muitos detalhes, ou tratá-los de um ponto de vista preconceituoso, parcial, ou, ainda, interpretá-los incorretamente. Mas estes são riscos normais, inerentes a toda historiografia, e não é razão para se rejeitar esse amplo e extremamente importante conjunto de informações. Ao contrário, há uma necessidade urgente de se reeditar o maior número possível de narrativas desse tipo, e de publicá-las com comentários e notas apropriados, tornando possível, assim, sua avaliação e reinterpretação à luz da nova historiografia da África.

Fontes narrativas internas

Durante o período que estamos estudando, ocorreu um novo fenômeno, de consequências capitais: o aparecimento e desenvolvimento de uma literatura histórica escrita por africanos da região ao sul do Saara. O meio de expressão não era, inicialmente, nenhuma das línguas africanas locais, mas, sim, o árabe – cujo papel no mundo islâmico pode ser comparado ao que o latim representou na Idade Média europeia, isto é, o meio de comunicação entre os povos cultos –, e, mais tarde, também algumas das línguas europeias.

A tradição historiográfica parece ter começado ao mesmo tempo no cinturão sudanês e na costa africana oriental, precisamente nas duas grandes regiões cobertas até essa época pelas fontes árabes externas e nas quais o Islã exerceu uma prolongada influência. As mais antigas crônicas existentes datam do início do século XVI, embora relatem eventos dos períodos anteriores. A primeira, o *Ta'rikh al-Fattash,* obra de três gerações da família Kati de Djenné, cobre a história do Songhai e dos países vizinhos até a conquista marroquina em 1591. Mais extenso e mais rico em detalhes é o *Ta'rikh al-Sudan,* escrito pelo historiador de Tombuctu, El-Saadi, e que cobre em parte o mesmo período, continuando, porém, até 1655. Ambas são obras de grandes estudiosos, com um vasto campo de interesses e um conhecimento profundo dos acontecimentos seus contemporâneos. Mais significativo ainda é o fato de, pela primeira vez, podermos ouvir a voz de africanos autênticos, mesmo sabendo serem os autores francamente partidários do Islã e observarem os acontecimentos desse ponto de vista. No século XVIII tem origem uma história anônima, mas muito detalhada, dos paxás marroquinos de Tombuctu, entre 1591 e 1751, contendo também material útil dos países e povos vizinhos[69]. Outro tipo de fonte é representado pelo dicionário biográfico dos intelectuais do Sudão ocidental, compilado pelo famoso estudioso Ahmed Baba, de Tombuctu (morto em 1627)[70]. É à mesma região do Império Songhai que pertence o *Ta'rikh Say,* crônica árabe de Ibn Adwar, escrita, segundo dizem, em 1410. Se fosse autêntica, seria o mais antigo documento existente escrito na África ocidental. Contudo, parece ser, mais propriamente, uma versão tardia da tradição oral[71].

69 *Tarikh al-Fattach.* Trad. e comentado por O. HOUDAS e M. DELAFOSSE, Paris, 1913 (reed. 1964); *Tarikh al-Sudan,* trad. e comentado por O. HOUDAS, Paris, 1900 (reed. *1964); Tadhkirat es-nisyan,* trad. e anotado por O. HOUDAS, Paris, 1899 (reed. 1964).

70 Publicado em Fez, 1899, e no Cairo, 1912.

71 Cf. MONTEIL, V. *BIFAN* 28, 1966, p. 675.

De Tombuctu e Djenné a tradição da crônica escrita expandiu-se para outras áreas, especialmente para o sul e oeste, na região situada entre o Sahel e a floresta tropical, e, em alguns casos, até mais ao sul ainda. Intelectuais muçulmanos começaram a registrar por escrito, a partir da metade do século XVIII ou até antes disso, crônicas locais, genealogias de clãs, biografias concisas e livros religiosos. O exemplo mais notável é *Kitab Gonja,* escrito depois de 1752, que é uma história do Reino Gonja, baseada, em parte, em tradições orais[72]. Há muitas crônicas de menor importância, e é de se esperar que outras surjam em outros lugares, nessa região sob influência das comunidades diula ou haussa, ou de ambas. A maior parte desses trabalhos está escrita em árabe. Muitas crônicas também foram escritas em ajami, isto é, em línguas locais, mas com caracteres árabes.

A situação é análoga nas regiões de fala fulfulde, sobretudo em Futa Toro e Futa Djalon. Na própria Guiné, assim como em Dacar e nas bibliotecas em Paris, há muitas crônicas daquelas regiões em árabe ou em fulfulde (ou em ambas), a maioria datando dos séculos XVIII e XIX. Os materiais de Futa Djalon só recentemente foram publicados e examinados em obras científicas, Quanto a esse aspecto, pode-se fazer referência à coleção de Gilbert Vieillard, mantida na biblioteca do IFAN em Dacar[73]. Já para Futa Toro a situação é outra: as *Crônicas dos Futa Senegaleses* de Siré-Abbas Soh, um autor do século XVIII, tornaram-se acessíveis já há meio século[74]. Outro antigo trabalho, um dicionário biográfico de Muhammad el-Bartayili chamado *Fath el-Sahkur* (c. 1805), está sendo preparado para publicação por John O. Hunwick; uma história mais moderna dos Futa Toro, escrita em 1921 por Xeque Kamara Musa de Ganguel e intitulada *Zuhur al-Basatin (Flores dos Jardins),* ainda não foi publicada[75].

No norte da Nigéria também, crônicas e outras fontes em árabe surgiram em data relativamente recente. O imame Ibn Fartuwa (fim do século XVI) deixou um relato fascinante e detalhado da vida e da época de Mai Idris e de suas guerras[76]. De período mais recente são as várias listas de governantes e crônicas do Bornu. Uma fonte excepcional é representada pelos chamados *mahrams,* registros de privilégios concedidos por governantes a famílias de notáveis religiosos, através dos quais podemos perceber também condições econômicas

72 V. sobre esses e outros assuntos WILKS, I. 1963, e HODGKIN, T. 1966.

73 SOW, A. I. 1968; DIALLO, T. 1968.

74 Trad. por M. DELAFOSSE e H. GADEN, Paris, 1913.

75 Mantida na biblioteca do IFAN, Dacar; cf. MONTEIL, V. 1965, p. 540.

76 Editado por H. R. PALMER, Kano, 1930; trad. in: *Sudanese Memoirs I,* Lagos, 1928, e in: *History of the first twelve years of Maï Idriss Alaoma,* Lagos, 1929.

e sociais[77]. Não resta muita coisa do material histórico *pré-jehad* na região haussa, embora o nível de instrução, especialmente entre os líderes religiosos fulani, fosse relativamente alto[78]; mas alguns poemas na língua haussa ou em kanuri (Bornu) contêm comentários sobre acontecimentos da época[79].

O início do século XIX presenciou um renascimento da literatura árabe no Sudão central e ocidental; além dos trabalhos naquela língua, um número cada vez maior de livros foi escrito em línguas locais, como haussa, fulfulde, kanuri, mandara, kotoco, etc., utilizando caracteres árabes. Os mais produtivos foram os líderes dos *jehad fulani,* no norte da Nigéria, apesar de grande parte de sua produção literária tratar de assuntos religiosos, e somente algumas obras poderem ser consideradas verdadeiras crônicas[80]; toda essa literatura, em árabe ou numa das línguas africanas, ajuda a construir um quadro mais coerente da vida social e intelectual nessa região. As crônicas das cidades haussa (Kano, Katsina, Abuja, etc.), embora originárias do fim do século XIX, baseiam-se de certa medida em documentos mais antigos ou na tradição oral[81]. Um desenvolvimento similar ocorreu mais a leste, em Baguirmi, Kotoco, Mandara e Uadai. Algumas crônicas ou listas de reis já foram publicadas, mas muitas outras ainda estão em manuscritos e espera-se descobrir outras mais, em coleções particulares[82].

Uma crônica rimada em fulfulde descreve a vida e as atividades do grande reformador tukulor al-Hadjdj'Umar[83], autor de um trabalho religioso, *Rimah Hizb el-Rahim (Lanças do Partido do Deus Misericordioso),* que contém também muitas alusões históricas às condições de vida no Sudão ocidental[84].

---

77 Recolhido por H. R. PALMER, nas suas *Sudanese Memoirs,* 3 v., Lagos, 1928 e em *The Bornu, Sahara and the Sudan,* Londres, 1936; cf. também Y. URVOY, "Chroniques du Bornu", *Journ. Société des Africainistes,* II, 1941.

78 HISKETT, M. 1957, p. 550-558; BIVAR, A. D. H. e HRSKETT, M. 1962, p. 104-48.

79 Cf. PATTERSON, J. R. 1926.

80 BELLO MUHAMMAD, *Infaqu l-maysur,* editado por C. E. J. WHITING, Londres, 1951; trad. inglesa da paráfrase haussa de E. J. ARNETT, *The Rise of the Sokoto Fulani,* Kano, 1922; Abdullahi DAN FODIO, *Tazyin al-waraqat,* trad. e coment. por M. HISKETT, Londres, 1963; HAJJI SACID, *History of Sokoto,* trad. por C. E. J. WHITING, Kano, s.d.; também uma tradução francesa de O. Houdas, Tadhkirat annisyan, Paris, 1899.

81 *The Kano Chronicle.* Trad. por H. R. PALMER, in: *Sudanese Memoirs III,* 1928; sobre Katsina cf. *op. cit.,* p. 74-91; sobre Abuja, v. MALLAMS HASSAN e SHUAIBU, *A Chronicle of Abuja,* trad. do haussa por P. L. HEATH, Ibadan, 1952.

82 Cf. H. R. PALMER, 1928; várias obras de J. P. LEBOEUF e M. RODINSON em *Études camerounaises,* 1938, 1951, 1955 e *BIFAN,* 1952 e 1956; M. A. TUBIANA sobre Uadai, in: *Cahiers d'études africaines* 2, 1960.

83 RYAM, M. A. *La vie d'El Hadj Omar – Qasida en Poular.* Trad. por H. CAHEN, Paris, 1935.

84 *Kitab Rimah Hizb al-Rahim,* Cairo, 1927; nova ed. e trad. está sendo preparada por J. R. WILLIS.

A costa africana oriental pode ser comparada com o Sudão quanto ao número de suas crônicas. Há crônicas de muitas cidades, escritas em árabe ou em kiswahili (em escrita árabe), que fornecem listas de reis e narrativas da vida política. Somente a crônica de Kilwa é realmente antiga. Foi composta em 1530 aproximadamente e chegou até nós em duas versões diferentes, uma transmitida por de Barros, e a outra copiada em Zanzibar em 1877[85]. As crônicas, na sua maioria, só foram compiladas recentemente, embora algumas remontem à segunda metade do século XVIII. Muitas delas se concentram em acontecimentos anteriores à chegada dos portugueses. Constituem, de certa forma, registros de tradições orais e devem ser tratadas e avaliadas como tais[86]. Um número considerável de manuscritos ainda pertence a coleções particulares. Desde 1965, mais de 30 mil páginas de manuscritos swahili (e árabes também) foram descobertas, e é de se esperar que, quando toda a costa tiver sido completamente explorada, encontremos materiais que venham esclarecer muitos aspectos desconhecidos da história da África oriental[87]. Além das crônicas das cidades, outros gêneros literários podem ser utilizados com proveito pelos historiadores, como, por exemplo, a poesia swahili, notadamente o poema *al-Inkishafi* (composto na segunda década do século XIX), que descreve a ascensão e o declínio de Pate[88].

A produção literária dos africanos em línguas europeias tem início dois séculos mais tarde que a redação em árabe. Como era de se esperar, os primeiros exemplares foram produzidos por indivíduos da costa ocidental, onde os contatos com o mundo exterior eram mais intensos que em qualquer outro ponto.

Apesar dos nomes de Jacobus Captain (1717-1747), A. William Amo (c. 1703-c. 1753) e Philip Quaque (1741-1816), todos de origem fanti, não deverem ser esquecidos como os pioneiros da literatura africana em língua europeia, sua contribuição para a historiografia da África foi insignificante. Incomparavelmente mais importantes como fontes históricas são os trabalhos dos escravos libertados, da segunda metade do século XVIII: Ignatius Sancho (1729-1780), Ottobah Cugoano (c. 1745-1800) e Oloduah Equiano (Gustavus Vasa; c. 1745-1810?). Todos os três estavam especialmente interessados na abolição do comércio de escravos, e seus livros, embora polêmicos, fornecem muito material biográfico

85 Analisado por FREEMAN-GRENVILLE, G. S. P. *The Medieval History of the Coast of Tanganyika*, Oxford, 1962.

86 Sobre as crônicas árabes e swahili em geral, cf. FREEMAN-GRENVILLE, G. S. P., 1962; PRINS, A. H. J. 1958; ALLEN, J. W. T. 1959, p. 224-27.

87 A mais importante descoberta desse tipo nos últimos anos foi a de *Kitab-al-Zanj* (*Livro dos Zanj*), que trata da história da Somália do sul e do Quênia do norte; cf. CERULLI, E. 1957.

88 Cf. HARRIES, L. 1962.

sobre a situação dos africanos, tanto na África como na Europa[89]. Do mesmo período provém um documento único, o diário de Antera Duke, um dos principais comerciantes de Calabar, escrito em *pidgin English* local e que cobre um longo período; embora um pouco breve, esse diário nos fornece importantes dados sobre a vida cotidiana num dos mais importantes portos negreiros"[90].

Em Madagáscar, o grande rei merina Radama I (1810-1828) mantinha uma espécie de diário em escrita árabe (sura-be). Em 1850, aproximadamente, dois outros aristocratas merina, Raombana e Rahaniraka, escreveram, no alfabeto latino, relatos que ajudam a reconstruir uma imagem mais completa da vida cotidiana dos Merina no século XIX[91].

Durante o século XIX muitos africanos ou afro-americanos participaram de viagens de exploração ou publicaram reflexões sobre a vida africana, às vezes em combinação com polêmicas de diversa natureza. Samuel Crowther, um ioruba, educado em Serra Leoa e na Grã-Bretanha, tomou parte das expedições do Níger de 1841 e 1853, deixando descrição de suas viagens[92]. Thomas B. Freeman, nascido na Inglaterra, de origem mestiça, viajou muito na África ocidental e descreveu os povos da costa e do interior com simpatia e inspiração[93]. Dois afro-americanos, Robert Campbel e Martin R. Delany, foram para a Nigéria na década de 1850 em busca de área adequada para uma possível colônia de afro-americanos[94]. Um liberiano, Benjamin Anderson, descreveu, com muitos detalhes e observação precisa, sua viagem no alto vale do Níger[95]. Dois eminentes líderes africanos, Edward W. Blyden e James Africanus B. Horton, pertencem a uma classe particular. Alguns dos livros, papeis e artigos de Blyden constituem, por si só, uma fonte histórica; outros já têm um caráter de interpretação histórica, mas, mesmo assim, são indispensáveis para qualquer pesquisa que trate do surgimento da consciência africana[96]. O mesmo se pode dizer do trabalho de Horton, com a diferença de que suas

89 SANCHO, I. 1781; CUGOANO, O. 1787; *The Interesting Narrative of the Life of Olaudah Equiano, or Gustavus Vasa, the African,* Londres, 1798.

90 FORDE, D. 1956. Os manuscritos originais foram destruídos na Escócia pelos bombardeios durante a última guerra, mas foram preservadas cópias de alguns trechos de 1785-1787.

91 BERTHIER, H., 1933; "Manuscrito de Raombana e Rahaniraka", *Bull. de l'Académie Malgache,* 19, 1937, p. 49-76.

92 Cf. *Journals of the Rev. J. J. Schön and Mr. Crowtlher,* Londres, 1842; CROWTHER, S. 1855.

93 FREEMAN, T. B. 1844.

94 CAMPBEL, R. 1861; DELANY, M. R. 1861.

95 ANDERSON, B. 1870.

96 Sobre BLYDEN, cf. LYNCH. H. R. 1967.

observações tendiam a ser mais precisas quando tratava das sociedades com as quais manteve mais estreito contato[97].

Esses dois homens pertencem já a uma fase de transição com o grupo de africanos que começaram a escrever a história de seus próprios países ou povos. Uma primeira tentativa, embora com maior ênfase na etnografia, foi feita pelo Ab. Boilat, um mulato de St. Louis, em seus *Esquisses Sénégalaises*[98]. Um interesse maior pela historiografia baseada principalmente na tradição oral pode-se observar nas regiões da África sob domínio britânico, mas somente no fim do século XIX. C. C. Reindorf, um ga, publicou em 1895, em Basle, sua *History of the Gold Coast and Asanle* e é considerado o primeiro historiador moderno de origem africana. Com ele e Samuel Johnson – cuja *History of the Yorubas* é contemporânea do livro de Reindorf, mas só foi publicada em 1921 – inicia-se a cadeia ininterrupta de historiadores africanos, a princípio amadores (na maioria missionários), mais tarde, profissionais. Suas ideias e suas obras são abordadas no capítulo dedicado ao desenvolvimento da historiografia da África.

Todas essas fontes narrativas, escritas em árabe ou nas diversas línguas africanas e europeias, formam um vasto e rico conjunto de materiais históricos. Elas não cobrem, evidentemente, todos os aspectos do processo histórico e possuem um caráter regional, oferecendo, em alguns casos, apenas uma imagem fragmentária. As fontes escritas por muçulmanos demonstram, em geral, um pronunciado ponto de vista islâmico, que aparece claramente quando abordam sociedades não-muçulmanas. Os autores de fontes narrativas em línguas europeias eram ao mesmo tempo polemistas em campanha contra o comércio de escravos ou em favor da igualdade, e, portanto, com uma certa tendência à parcialidade. Mas trata-se de limitações normais de todas as fontes narrativas, e, cientes delas, devemos, ainda assim, reconhecer que possuem uma vantagem decisiva: são vozes dos africanos, que nos revelam uma outra face da história. que esteve sufocada pela torrente de opiniões estrangeiras.

Fontes arquivísticas particulares, relatórios confidenciais e outros testemunhos

Fontes particulares são, essencialmente, os documentos escritos que resultam da necessidade de registrar várias atividades humanas e que, originalmente,

97 HORTON, J. A. B. 1863; *Letters on the Political Conditions of lhe Gold Coast ...*, Londres, 1870.

98 Paris, 1833.

não eram destinados ao público, mas apenas a um pequeno grupo de pessoas interessadas. Compreendem, assim, principalmente, a correspondência oficial e particular, relatórios confidenciais de várias transações, registros comerciais, estatísticas, documentos particulares de diversos tipos, tratados e acordos, diários de bordo, etc. Esse material é a matéria-prima do historiador, já que oferece – ao contrário das fontes narrativas, feitas com um propósito bem definido – um testemunho objetivo, isento, em princípio, de quaisquer segundas intenções visando um vasto público ou a posterioridade. Esse material é encontrado principalmente em arquivos e bibliotecas estatais ou particulares.

A antiga ideia de que não há fontes escritas particulares suficientes para a história da África já não tem fundamento. Existem não apenas coleções extremamente ricas de documentos nas antigas metrópoles assim como extenso material na própria África, produzidos nos períodos pré-colonial e colonial, por instituições particulares ou ligadas aos Estados europeus, mas também coleções de material particular originárias dos próprios africanos, escritas em línguas europeias ou em árabe. Enquanto, anteriormente, esses documentos eram considerados raridades, encontradas somente em alguns lugares muito especiais, está claro agora que existe uma grande quantidade de fontes escritas de origem africana em várias partes do continente e também nos arquivos europeus e asiáticos.

Observemos, primeiramente, o material escrito em árabe. Para o período anterior ao século XIX, foram descobertos até agora somente exemplares isolados de correspondência, local e internacional, provenientes, sobretudo, da África ocidental. Há cartas do sultão o otomano ao Mai Idris do Bornu (em 1578), descobertas em arquivos turcos, e alguma correspondência do sultão do Marrocos ao Askiya de Songhai e ao Kanta de Kebbi, também do fim do século XVI. O árabe era utilizado como língua diplomática não apenas pelas cortes islamizadas do Sudão, mas também por governantes não-muçulmanos. O caso mais conhecido é o dos Asantehenes, que utilizaram os serviços de escribas muçulmanos, que escreviam em árabe, para redigir sua correspondência com seus vizinhos do norte, assim como com os europeus da região costeira. Algumas dessas cartas foram encontradas na Biblioteca Real em Copenhague. A chancelaria árabe de Kumasi funcionou durante grande parte da segunda metade do século XIX, e o árabe também era utilizado para manter registros de decisões administrativas e judiciais, transações financeiras, etc. No outro lado da África tem-se como exemplo o tratado, escrito em árabe, entre o comerciante de escravos francês, Morice, e o sultão de Kilwa, no ano de 1776.

O século XIX presenciou um aumento considerável da correspondência em árabe em todo o continente. Com o estabelecimento de Estados centralizados no Sudão houve um desenvolvimento das atividades administrativas e diplomáticas, tendo

sido descoberto um abundante material desse tipo, principalmente no sultanato de Socotoe em seus emirados dependentes, de Guandu a Adamaua, no Estado de Macina ou no Estado de Liptako e no Império de Bornu. Todos os governantes muçulmanos de grandes ou pequenos Estados mantinham correspondência intensa entre si e com as potências coloniais em desenvolvimento. Em muitos arquivos dos países da África ocidental (e em alguns da Europa), encontram-se milhares de documentos em árabe de personalidades como al-Hadjdj'Umar, Ahmadu Seku, Ma-Ba, Lat Dyor, Mahmadu Lamine, Samory, al-Bakka'i, Rabih e muitos outros líderes e chefes de menor envergadura. As administrações coloniais em Serra Leoa, Guiné, Nigéria e Costa do Ouro também mantinham sua correspondência com eles em árabe. Existem cartas trocadas entre o paxá otomano de Trípoli e os xeques bornu, entre o sultão do Darfur e o Egito, entre Tombuctu e o Marrocos. O mesmo ocorreu com a África oriental; parece, entretanto, que os arquivos de Zanzibar não são tão ricos em documentos árabes, como poderia se esperar de uma cidade com tão grandes interesses comerciais e políticos. Deve haver, evidentemente, um vasto número de documentos, com diversidade de conteúdo, em coleções particulares; a reunião e catalogação de todos eles não será uma tarefa fácil, mas é indispensável no futuro próximo.

Muitos textos foram escritos na escrita vai, que foi inventada em 1833, aproximadamente, por Momolu Duwela Bukele, e expandiu-se muito rápidamente entre o povo Vai, de modo que, no fim do século, quase todos a conheciam e empregavam correntemente, na correspondência particular e oficial, na manutenção das contas e também na redação de leis costumeiras, provérbios, contos e fábulas. Muitos povos vizinhos, como os Mende, os Toma (Loma), os Gerze (Kpele) e os Basa, adotaram e adaptaram a escrita vai, empregando-a com propósitos semelhantes[99].

No início do século XX o Sultão Njoya de Bamum (Camarões) inventou para a língua bamum uma escrita especial, que ele reformou quatro vezes durante sua vida; mas, contrariamente à escrita vai, utilizada geralmente pela maioria do povo, o conhecimento da escrita bamum permanecia restrito a um pequeno grupo da corte do sultão. Todavia, Njoya compôs um grande volume sobre a história e costumes de seu povo nessa escrita, um livro no qual ele continuou a trabalhar durante muitos anos e que constitui um verdadeiro manancial de informações valiosas sobre o passado[100].

99 Cf. DALBY, D. A. 1967, p. 1-51.

100 *Histoire et coutumes des Bamum, rédigés sous la direction du Sultan Njoya.* Trad. por P. Henri MARTIN, Paris, 1952. O original é mantido no palácio do sultão em Fumbam.

Devemos acrescentar os textos em nsibidi[101] do Cross River Valley (sudeste da Nigéria), que consistem em inscrições em santuários e formas especiais de linguagem, utilizadas entre os membros de algumas sociedades secretas.

O material nas línguas europeias abrange o período do século XVI até hoje. Escrito numa dúzia de línguas, é imensamente abundante e está disperso pelo mundo inteiro em centenas de lugares diferentes, arquivos, bibliotecas e coleções particulares. Essa situação torna sua utilização pelos historiadores bastante difícil, especialmente em casos onde não há guias nem catálogos à disposição. Foi por essa razão que o Conselho Internacional de Arquivos, sob os auspícios e com o apoio moral e financeiro da UNESCO, começou a preparar uma série de guias para as fontes da história da África. O principal objetivo era satisfazer as necessidades dos estudantes de história da África facilitando o acesso a todo o corpo de fontes existentes. Como a pesquisa histórica havia estado por muito tempo concentrada num número limitado de bibliotecas de arquivos que mantêm registros do período colonial, era importante chamar a atenção também para a existência de um extenso e muito disperso conjunto de fontes, até agora não exploradas. Os guias são dedicados inicialmente aos arquivos públicos e particulares, mas levam igualmente em consideração o material de interesse histórico conservado em bibliotecas e museus. A série deve compreender doze volumes, com informações sobre fontes arquivísticas que tratam da África ao sul do Saara e mantidas nos países da Europa ocidental e nos Estados Unidos. Até agora os seguintes volumes já foram publicados:

Volume I – República Federal da Alemanha (1970); Volume 2 – Espanha (1971); Volume 3 – França – I (1971); Volume 4 – França – II (1976); Volume 5 – Itália (1973); Volume 6 – Itália (1974); Volume 8 – Escandinávia (1971); e Volume 9 – Holanda (1978). O Volume 7 (Vaticano) é esperado para um futuro próximo. Os volumes abrangendo a Bélgica, o Reino Unido e os Estados Unidos aparecerão separadamente, mas seguirão o mesmo método de apresentação[102]. Como foi muito apropriadamente dito por Joseph Ki-Zerbo em sua Introdução para a série, "na batalha para a redescoberta do passado africano, o *guia das fontes da história da África* constitui uma nova arma estratégica e tática"[103].

101 Cf. DAYRELL, 1910-1911 ; MAC-GREGOR, 1909, p. 215, 217, 219.

102 Os volumes dos Estados Unidos e do Reino Unido apresentam listas de documentos relativos a todo o continente.

103 *Quellen zur Geschichte Afrikas südlich der Sahara in den Archiven der Bundesrepublik Deutschland (Guio das fontes da história da África)*, v. I, Zug, Suíça, 1970. Prefácio, p. vii.

Além desse importante projeto, já há alguns outros guias de fontes, preparados principalmente por regiões ou de acordo com critérios especiais. Entre os mais completos, constam os cinco guias da história da África ocidental, publicados em 1962-1973, que cobrem os arquivos de Portugal, Itália, Bélgica, Holanda, França e Reino Unido[104].

Mais ambiciosas e de certa forma mais vantajosas são as edições de documentos arquivísticos *in extenso* ou como catálogos. Até agora esse tipo de apresentação tem sido usado principalmente para o material em arquivos portugueses. Sem considerar o trabalho de Paiva Manso no fim do século XIX[105], há agora duas importantes coleções de documentos de missionários, provenientes de arquivos portugueses e alguns outros, um de A. da Silva Rego[106], e outro de A. Brasio[107]. Alguns anos atrás, foi iniciada uma coleta monumental, preparada pelos esforços combinados dos arquivos portugueses e do Zimbabwe, na qual todos os documentos portugueses relativos ao sudeste da África serão publicados no original com uma tradução inglesa[108].

Há também coleções restritas no que se refere ao tempo, alcance e objeto. Essa categoria é representada, por um lado, pelos *British Parliamentary Papers* e vários Livros Azuis e Brancos, principalmente do período colonial, e, por outro lado, por seleções recentes mais científicas[109], como o trabalho de J. Cuvelier e L. Jadin sobre os documentos do Vaticano para a história do antigo Congo[110], ou a seleção de C. W. Newbury sobre a política britânica na África ocidental e o estudo documentário de G. E. Metcalfe sobre as relações entre a Grã--Bretanha e Gana[111]. À mesma categoria pertence a grande coleção de material arquivístico sobre a política italiana em relação à Etiópia e países vizinhos, em vias de publicação por C. Giglio[112]. Muitas outras coleções desse tipo em vários arquivos europeus tornaram acessíveis documentos para alguns aspectos da história colonial. Mas seu ponto fraco reside precisamente em seu caráter

104 CARSON, P. 1962; RYDER, A. F. C. 1965; GRAY, R. e CHAMBERS, D. 1965; CARSON, P. 1968.

105 MANSO, P. 1877.

106 SILVA REGO, A. da. 1949-1958.

107 BRASIO, A. 1952.

108 *The Historical Documents of East and Central Africa,* Lisboa-Salisbury, a partir de 1965. Compreenderá aproximadamente 20 volumes.

109 *Guides to Materials for West African History in European Archives,* publicados pela Universidade de Londres na Athlone Press, a partir de 1962. Cf. nota 104.

110 CUVELIER, J. e JADIN, L. 1954.

111 NEWBURY, C. W. 1965; METCALFE, G. E. 1964.

112 GIGLIO, C. *L'Italia in Africa,* Serie Storica, v. I, 1958.

FIGURA 6.2 Fac-símile do manuscrito vai intitulado "An Early Vai Manuscript" (por Svende E. Holsoe, publicado pelo *International African Institute*).

seletivo, porque cada compilador segue, ao escolher o material, regras próprias, subjetivas, enquanto o pesquisador que examina uma questão necessita de todas as informações e de uma documentação completa.

Em cada Estado independente da África existe agora arquivos governamentais que também mantêm material herdado da administração colonial anterior. Apesar de alguns países terem publicado guias ou catálogos, a maioria dos arquivos na África ainda está em processo de classificação sistemática e descrição[113]. A publicação de uma série de guias de todos os arquivos africanos públicos e particulares, como os que estão sendo publicados para os arquivos da Europa, é, no momento atual, uma necessidade urgente.

Os arquivos governamentais da África, comparados aos das antigas metrópoles, têm suas vantagens e também seus inconvenientes. Com algumas exceções, a manutenção de registros detalhados só teve início na África, na década de 1880, e há muitas lacunas nesse material, que devem ser compensadas por outras fontes, sendo as mais importantes os registros dos missionários e comerciantes e os documentos particulares, e, evidentemente, os arquivos em capitais europeias.

Por outro lado, as vantagens dos arquivos criados na África sobre os das antigas capitais metropolitanas são numerosas: a diferença marcante reside no fato de guardarem materiais e registros que têm relação mais direta com a situação local, enquanto os arquivos coloniais da Europa contêm, principalmente, documentos sobre a política do colonizador. Os arquivos africanos geralmente conservam registros do período pré-colonial, como relatórios dos primeiros exploradores, informações colhidas por comerciantes, funcionários públicos e missionários no interior, relatórios que não eram considerados dignos de ser enviados para a Europa, mas que são de extrema importância para a história local. Conservam, ainda, um número muito maior de documentos produzidos por africanos que os arquivos da Europa. Em geral, apesar da quantidade de material duplicado em arquivos da Europa e da África, qualquer pesquisador que trabalhe somente com fontes de antigos arquivos metropolitanos tenderá a escrever uma história dos interesses europeus na África e não a história dos africanos. Por outro lado, a utilização exclusiva dos arquivos mantidos na África não pode fornecer um quadro completo, já que muitos registros e documentos estão faltando ou são incompletos.

113 Para um estudo da situação às vésperas da independência. v. P. D. CURTIN, 1960, p. 129-47.

Para concluir, devemos mencionar alguns outros tipos de documentos, da mesma categoria. Inicialmente trataremos dos mapas e outros materiais cartográficos. Embora, a partir do século XVI, o número de mapas impressos da África tenha aumentado a cada ano, muitos ainda se mantêm em forma de manuscritos, em vários arquivos e bibliotecas da Europa, alguns magnificamente decorados e coloridos. Nesses mapas, podemos encontrar frequentemente nomes de localidades que hoje não existem mais ou que são conhecidas por outras denominações, mas que são mencionados em outras fontes, orais ou escritas. Por exemplo, muitos povos Bantu orientais têm tradições que falam da migração de uma área chamada Shungwaya; atualmente não se conhece nenhuma localidade com esse nome, mas em alguns dos mapas antigos, por exemplo, o de van Linschotten (1596) ou o de William H. J. Blaeu (1662) e outros mais, Shungwaya aparece com várias grafias, primeiro como cidade, mais tarde como região não distante da costa. Os mapas antigos fornecem também dados sobre a distribuição de grupos étnicos, sobre as fronteiras dos Estados e províncias, sobre os vários nomes dos rios, montanhas e outros aspectos topográficos. Em resumo, oferecem um material toponímico muito útil, que por sua vez fornecem valiosas informações históricas. Um exemplo prático de como utilizar o material cartográfico com propósitos históricos foi demonstrado por W. G. L. Randles em sua *South-East Africa in the Sixteenth Century*[114]. A importância desse material já foi reconhecida, e o historiador tem à sua disposição a grande obra de Yusuf Kamel, *Monumenta Cartographica Africae et Aegypti,* que contém também muitos textos narrativos no original e em tradução, mas interrompe-se, cronologicamente, precisamente no século XVI[115]. Devemos, portanto, endossar o apelo de Joseph Ki-Zerbo de publicação de uma coletânea de todos os mapas antigos da África em um atlas .com textos comentados[116]. Um primeiro passo nesse sentido foi dado com a recente publicação, em Leipzig, de quase cem mapas, mas sem comentários suficientes e reproduzindo apenas material já impresso[117].

Outra categoria de material encontrado nas fontes escritas são os dados linguísticas. Já que se reservou um capítulo especial neste volume para o estudo da linguística como ciência histórica associada, deixaremos de lado as questões metodológicas e restringiremos nossa discussão a indicações sobre o tipo de fontes

114 RANDLES, W. G. L. 1958.

115 Cairo, 1926-1951.

116 Cf. nota 103 acima.

117 *Afrika auf Karten des 12-18. Jahrhunderts (Mapas da África do século XII ao XVIII).* Leipzig, 1968.

em que se podem encontrar dados linguísticos. A partir dos primeiros contatos com a África, os viajantes europeus passaram a acrescentar, como atitude de bom-tom, às suas narrativas de viagens e outros relatórios, listas mais ou menos longas de palavras nas línguas locais. Os mais antigos vocabulários datam do século XV, e, até o século XIX, raramente encontramos um livro sobre a África sem esse suplemento, às vezes até acompanhado por uma breve gramática. Embora a ortografia quase nunca seja sistemática, não é difícil identificar as palavras e línguas. A publicação mais notável desse tipo é a grande coletânea publicada por Koelle, de vocabulários de 160 línguas aproximadamente[118]. Curtin, Vansina e Hair[119] demonstraram que o valor da obra é mais que linguístico. Especialmente favorecido nesse aspecto é o antigo Reino do Congo: trabalhos que tratam do Kicongo têm sido publicados desde o século XVII – uma gramática de Brusciotto (1659) e um dicionário de de Gheel (morto em 1652)[120]. Além dessas obras impressas, existem outras em várias bibliotecas e arquivos (Vaticano, British Museum, Besançon, etc.). Seu valor documental para os historiadores é maior que o das listas de palavras, pois são mais completas, permitindo um estudo diacrônico da nomenclatura social e cultural[121].

Fontes escritas, narrativas e arquivísticas, nas línguas africanas, orientais ou européias, representam um conjunto imensamente rico de material para a história da África. Embora abundantes, os documentos de todo tipo, registros, livros e relatórios conhecidos constituem, muito provavelmente, apenas um fragmento do material existente. Dentro e fora da África devem existir inúmeros lugares que ainda não foram explorados do ponto de vista de fontes possíveis da história daquele continente. Essas regiões inexploradas constituem verdadeiros "espaços em branco" no mapa do nosso conhecimento das fontes da história africana. Quanto mais cedo eles desaparecerem, mais rico será o quadro que podemos traçar do passado africano.

118 KOELLE, S. W. 1854, reed. GRAZ, 1963.

119 CURTIN, P. D. e VANSINA, J.1964; HAIR, P. E. H. 1965.

120 *Regulae quaedam pro difficillimi Congenius idiomatis faciliori captu ad Grammatica normam, redactae A. F. Hyacintho Brusciotto,* Roma, 1659; WING, J. van, e PENDERS, C. *Le plus ancien dictionnaire Bantu. Vocabularium P. Georgii Gelensis,* Louvain, 1928.

121 A gramática de Brusciotto foi estudada com esses objetivos por D. A. OLDEROGGE, no seu instrutivo artigo "Sistema rodstva Bakongo v. XVII" (Sistema de parentesco Bakongo no século XVII), in: *Afrikanskiy etnograficheskiy* sbornik III, Moscou, 1959.

CAPÍTULO 7

A tradição oral e sua metodologia

J. Vansina

As civilizações africanas, no Saara e ao sul do deserto, eram em grande parte civilizações da palavra falada, mesmo onde existia a escrita; como na África ocidental a partir do século XVI, pois muito poucas pessoas sabiam escrever, ficando a escrita muitas vezes relegada a um plano secundário em relação às preocupações essenciais da sociedade. Seria um erro reduzir a civilização da palavra falada simplesmente a uma negativa, "ausência do escrever", e perpetuar o desdém inato dos letrados pelos iletrados, que encontramos em tantos ditados, como no provérbio chinês: "A tinta mais fraca é preferível à mais forte palavra". Isso demonstraria uma total ignorância da natureza dessas civilizações orais. Como disse um estudante iniciado em uma tradição esotérica: "O poder da palavra é terrível. Ela nos une, e a revelação do segredo nos destrói" (através da destruição da identidade da sociedade, pois a palavra destrói o segredo comum).

A civilização oral

Um estudioso que trabalha com tradições orais deve compenetrar-se da atitude de uma civilização oral em relação ao discurso, atitude essa, totalmente diferente da de uma civilização onde a escrita registrou todas as mensagens importantes. Uma sociedade oral reconhece a fala não apenas como um meio de comunicação diária, mas também como um meio de

preservação da sabedoria dos ancestrais, venerada no que poderíamos chamar elocuções-chave, isto é, a tradição oral. A tradição pode ser definida, de fato, como um testemunho transmitido verbalmente de uma geração para outra. Quase em toda parte, a palavra tem um poder misterioso, pois palavras criam coisas. Isso, pelo menos, é o que prevalece na maioria das civilizações africanas. Os Dogon sem dúvida expressaram esse nominalismo da forma mais evidente; nos rituais constatamos em toda parte que o nome é a coisa, e que "dizer" é "fazer".

A oralidade é uma atitude diante da realidade e não a ausência de uma habilidade. As tradições desconcertam o historiador contemporâneo – imerso em tão grande número de evidências escritas, vendo-se obrigado, por isso, a desenvolver técnicas de leitura rápida – pelo simples fato de bastar à compreensão a repetição dos mesmos dados em diversas mensagens. As tradições requerem um retorno contínuo à fonte. Fu Kiau, do Zaire, diz, com razão que é ingenuidade ler um texto oral uma ou duas vezes e supor que já o compreendemos. Ele deve ser escutado, decorado, digerido internamente, como um poema, e cuidadosamente examinado para que se possam apreender seus muitos significados – ao menos no caso de se tratar de uma elocução importante. O historiador deve, portanto, aprender a trabalhar mais lentamente, refletir, para embrenhar-se numa representação coletiva, já que o *corpus* da tradição é a memória coletiva de uma sociedade que se explica a si mesma. Muitos estudiosos africanos, como Amadou Hampâté-Ba ou Boubou Hama muito eloquentemente têm expressado esse mesmo-raciocínio. O historiador deve iniciar-se, primeiramente, nos modos de pensar da sociedade oral, antes de interpretar suas tradições.

A natureza da tradição oral

A tradição oral foi definida como *um testemunho transmitido oralmente de uma geração a outra.* Suas características particulares são o verbalismo e sua maneira de transmissão, na qual difere das fontes escritas. Devido à sua complexidade, não é fácil encontrar uma definição para tradição oral que dê conta de todos os seus aspectos. Um documento escrito é um objeto: um manuscrito. Mas um documento oral pode ser definido de diversas maneiras, pois um indivíduo pode interromper seu testemunho, corrigir-se, recomeçar, etc. Uma definição um pouco arbitrária de um testemunho poderia, portanto, ser: todas as declarações feitas por uma pessoa sobre uma mesma sequência de acontecimentos passados, contanto que a pessoa não tenha adquirido novas informações entre as diversas

declarações. Porque, nesse último caso, a transmissão seria alterada e estaríamos diante de uma nova tradição.

Algumas pessoas, em particular especialistas como os *griots,* conhecem tradições relativas a toda uma série de diferentes eventos. Houve casos de uma pessoa recitar duas tradições diferentes para relatar o mesmo processo histórico. Informantes de Ruanda "relataram duas versões de uma tradição sobre os Tutsi e os Hutu: uma, segundo a qual, o primeiro Tutsi caiu do céu e encontrou o Hutu na terra; e outra, segundo a qual Tutsi e Hutu eram irmãos. Duas tradições completamente diferentes, um mesmo informante e um mesmo assunto! É por isso que se inclui "uma mesma sequência de acontecimentos" na definição de um testemunho. Enfim, todos conhecem o caso do informante local que conta uma história compósita, elaborada a partir das diferentes tradições que ele conhece.

Uma tradição é uma mensagem transmitida de uma geração para a seguinte. Mas nem toda informação verbal é uma tradição. Inicialmente, distinguimos o *testemunho ocular,* que é de grande valor, por se tratar de uma "imediata", não transmitida, de modo que os riscos de distorção do conteúdo são mínimos. Aliás, toda tradição oral legítima deveria, na realidade, fundar-se no relato de um testemunho ocular. O *boato* deve ser excluído, pois, embora certamente transmita uma mensagem, é resultado, por definição, do ouvir dizer. Ao fim, ele se torna tão distorcido que só pode ter valor como expressão da reação popular diante de um determinado acontecimento, podendo, no entanto, também dar origem a uma tradição, quando é repetido por gerações posteriores. Resta, por fim, a tradição propriamente dita, que transmite evidências para as gerações futuras.

A origem das tradições pode, portanto, repousar num testemunho ocular, num boato ou numa nova criação baseada em diferentes textos orais existentes, combinados e adaptados para criar uma nova mensagem. Mas somemte as tradições baseadas em narrativas de testemunhos oculares são realmente válidas, o que os historiadores do Islã compreenderam muito bem. Desenvolveram uma complicada técnica para determinar o valor dos diferentes *Hadiths,* ou tradições que se pretendiam palavras do Profeta, recolhidas por seus companheiros. Com o tempo, o número de *Hadiths* tornou-se muito grande, e foi necessário eliminar aqueles para os quais a cadeia de informantes *(Isnad)* que ligava o erudito que as havia registrado por escrito a um dos companheiros do Profeta não podia ser estabelecida. Para cada ligação, o cronista islâmico determinava critérios de probabilidade e credibilidade idênticos aos empregados na crítica histórica atual. Poderia a testemunha intermediária conhecer a tradição? Poderia compreendê--la? Era seu interesse distorcê-la? Poderia tê-la transmitido? E, se fosse o caso, quando, como e onde?

Notaremos que a definição de tradições apresentada aqui não implica nenhuma limitação, a não ser o verbalismo e a transmissão oral. Inclui, portanto, não apenas depoimentos como as crônicas orais de um reino ou as genealogias de uma sociedade segmentária, que conscientemente pretenderam descrever acontecimentos passados, mas também toda uma literatura oral que fornecerá detalhes sobre o passado, muito valiosos por se tratar de testemunhos inconscientes, e, além do mais, fonte importante para a história das ideias, dos valores e da habilidade oral.

As tradições são também obras literárias e deveriam ser estudadas como tal, assim como é necessário estudar o meio social que as cria e transmite e a visão de mundo que sustenta o conteúdo de qualquer expressão de uma determinada cultura. É por isso que nas seções seguintes trataremos respectivamente da crítica literária e da questão do ambiente social e cultural, antes de passarmos ao problema cronológico e à avaliação geral das tradições.

A tradição como obra literária

Numa sociedade oral, a maioria das obras literárias são tradições, e todas as tradições conscientes são elocuções orais. Como em todas elocuções, a forma e os critérios literários influenciam o conteúdo da mensagem. Essa é a principal razão das tradições serem colocadas no quadro geral de um estudo de estruturas literárias e serem avaliadas criticamente como tal.

Um primeiro problema é o da forma da mensagem. Há quatro formas básicas, resultantes de uma combinação prática de dois conjuntos de princípios. Em alguns casos, as palavras são decoradas, em outros, a escolha é entregue ao artista. Em alguns casos, uma série de regras formais especiais são sobrepostas à gramática da língua comum, em outros, não existe tal sistema de convenções.

Formas fundamentais das tradições orais

		conteúdo	
		fixo	*livre (escolha de palavras)*
forma	*estabelecida*	poema	epopeia
	livre	fórmula	narrativa

O termo "poema" é apenas um rótulo para todo o material decorado e dotado de uma estrutura específica, incluindo canções. O termo "fórmula" é um rótulo que frequentem ente inclui provérbios, charadas, orações, genealogias, isto é, tudo que é decorado, mas que não está sujeito a regras de composição, a não ser às da gramática corrente. Em ambos os casos, as tradições compreendem não só a mensagem, mas também as próprias palavras que lhe servem de veículo. Teoricamente, portanto, um arquétipo original pode ser reconstruído, exatamente como no caso das fontes escritas. Podem-se construir argumentos históricos sobre as palavras e não apenas sobre o sentido geral da mensagem. Todavia, acontece muitas vezes com as fórmulas, e menos com os poemas, ser impossível reconstruir arquétipos devido ao grande número de interpolações. Por exemplo, quando se reconhece que o lema de um clã é o produto de uma série de empréstimos de outros lemas, sem que se possa identificar aquilo que constituía o enunciado original e específico. Pode-se muito bem compreender por que as fórmulas se prestam tão facilmente à interpolação. Na realidade, não existe nenhuma regra formal que impeça esse processo.

As fontes fixas são, em princípio, as mais valiosas, pois sua transmissão é mais precisa. Na prática, raras são as que têm o propósito consciente de transmitir informações históricas. Além disso, é nesse caso que encontramos arcaísmos por vezes inexplicados. Nas línguas bantu, seu significado pode ser descoberto, pois é grande a probabilidade de uma língua vizinha ter conservado uma palavra com a mesma raiz que o arcaísmo em questão. Em outros casos, devemos nos conformar com o comentário do informante, que pode repetir um comentário tradicional ou… inventá-lo. Infelizmente, esse tipo de registro oral vem carregado de alusões poéticas, imagens ocultas, jogo de palavras com múltiplos significados. Não só é impossível compreender qualquer coisa dessa elocução "hermética" sem um comentário, mas também, muitas vezes, só o autor conhece todos os aspectos do seu significado. Mas ele não transmite tudo no comentário explicativo, de qualidade variável, que acompanha a transmissão do poema. Essa peculiaridade é bastante comum, especialmente no que se refere aos poemas ou canções panegíricos da África meridional (Tsuana, Sotho), oriental (a região lacustre), central (Luba, Congo) ou ocidental (Ijo).

A denominação "epopeia" significa que o artista pode escolher suas próprias palavras dentro de um conjunto estabelecido de regras formais, como as rimas, os padrões tonais, o número de sílabas, etc. Esse caso específico não deve ser confundido com as peças literárias longas, de estilo heroico, como as narrativas de Sundiata, Mwindo (Zaire) e muitas outras. No gênero de que tratamos, a tradição inclui a mensagem e a estrutura formal, nada mais. Muitas vezes,

entretanto, encontramos versos característicos, que servem para preencher espaço ou que simplesmente lembram ao artista o quadro ou a estrutura formal. Alguns desses versos provavelmente datam da criação da epopeia. Tais "epopeias" existem na África? Acreditamos que sim e que algumas formas poéticas, de Ruanda especialmente, assim como as canções-fábulas dos Fang (Camarões--Gabão), pertencem a essa categoria. Devemos notar que não se pode reconstruir um verdadeiro arquétipo para esses poemas épicos porque a escolha das palavras é deixada ao artista. Todavia, é preciso salientar que os requisitos da forma são tais que, provavelmente, todas as versões de uma "epopeia" baseiam-se num único original, o que frequentemente é demonstrado pelo estudo das variantes.

A última categoria é a das "narrativas", que compreendem a maioria das mensagens históricas conscientes. Nesse caso, a liberdade deixada ao artista permite numerosas combinações, muitas remodelações, reajustes dos episódios, ampliação das descrições, desenvolvimentos, etc. Torna-se, então, difícil reconstruir um arquétipo. O artista é completamente livre, mas somente do ponto de vista literário: o seu meio social pode, às vezes, impor-lhe uma fidelidade rígida às fontes. Apesar dessas dificuldades, é possível descobrir a origem híbrida de uma tradição, pela coleta de todas as suas variantes, inclusive das que não são consideradas históricas, e recorrendo-se às variantes originárias dos povos vizinhos. Assim, pode-se, por vezes, passar imperceptivelmente do mundo da história para o país das maravilhas; por outro lado, eliminam-se as versões orais que não são baseadas em narrativas de testemunho ocular. Essa abordagem crítica é essencial.

Toda literatura oral tem sua própria divisão em gêneros literários. O historiador não só tentará apreender o significado desses gêneros para a cultura que está estudando, mas também colherá ao menos uma amostra representativa de cada um, pois em todos eles pode-se esperar encontrar informações históricas, além do que, as tradições que o interessam particularmente são mais fáceis de se compreender quando analisadas no contexto geral. Já a própria classificação interna fornece indicações valiosas. Assim, podemos descobrir se os transmissores de uma obra literária fazem distinção, por exemplo, entre as narrativas históricas e as de outros tipos.

Os gêneros literários também estão sujeitos a convenções literárias, cujo conhecimento é fundamental para se compreender o verdadeiro sentido da obra. A questão nesse caso não é mais de regras formais, mas de escolha de termos, expressões, prefixos pouco usuais, vários tipos de licença poética. Uma atenção maior deve ser dada às palavras ou expressões que possuem múltiplas reverberações. Além disso, os termos-chave, intimamente ligados à estrutura

social, à concepção do mundo, e praticamente intraduzíveis, exigem que se faça uma interpretação à luz do contexto literário no qual aparecem.

É impossível coligir tudo. O historiador vê-se obrigado, portanto, a levar em consideração requisitos práticos e deverá se dar por satisfeito uma vez obtida uma amostra representativa de cada gênero literário.

Somente através da catalogação dos vários tipos de narrativa pertencentes ao grupo étnico em estudo, ou a outros grupos, é possível discernir não só imagens ou expressões favoritas, mas também os episódios estereotipados, como nas narrativas que se poderia classificar como "lendas migratórias" *(Wandersagen)*. Por exemplo, uma narrativa luba das margens do lago Tanganica conta como um chefe livrou-se de outro, convidando-o a sentar-se num tapete sob o qual havia sido cavado um poço contendo estacas com pontas afiadas. O chefe sentou--se e morreu. O mesmo quadro pode ser encontrado dos grandes lagos até o oceano, e também entre os Peul do Liptako (Alto Volta), os Haussa (Nigéria) e os Mossi de Yatenga (Alto Volta). A importância desses episódios-clichês é óbvia. Infelizmente, não possuímos nenhum livro de referências útil que trate deles, embora H. Baumann mencione muitos temas-clichês que ocorrem em narrativas sobre as origens de diversos povos[1]. Já é tempo de se estabelecerem catálogos práticos para a pesquisa desses estereótipos. Os chamados índices de motivos populares *(Folk Motiv Index)* são de difícil manuseio, e confusos, pois se baseiam em características de menor importância, escolhidas arbitrariamente, enquanto, nas narrativas africanas, o episódio representa uma unidade natural em um catálogo.

Uma vez encontrado um clichê desse tipo, não é correto rejeitar toda a tradição, ou mesmo a parte que contém essa sequência de eventos, como destituída de valor. Devemos, sim, explicar por que o clichê foi utilizado. No caso mencionado, ele simplesmente explica que um chefe elimina outro e acrescenta uma descrição de como isso foi feito, que é fictícia mas agrada aos ouvintes. Com mais frequência, perceberemos que esse tipo de clichê constrói explicações e comentários para dados que podem ser perfeitamente legítimos.

A crítica literária levará em consideração não apenas os significados literal e pretendido de uma tradição, mas também as restrições impostas, para a expressão da mensagem, por requisitos formais e estilísticos. Avaliará o efeito da distorção estética, muito frequente. Afinal, mesmo as mensagens do passado não devem ser enfadonhas demais! É neste ponto que a observação das representações sociais

1 BAUMANN, H. 1936.

relativas à tradição é de fundamental importância. Dizemos representação em lugar de reprodução, porque na maioria dos casos está em jogo um elemento estético. Se os critérios estéticos prevalecerem sobre a fidelidade da reprodução, ocorrerá uma forte distorção estética, refletindo o gosto do público e a arte da pessoa que transmite a tradição. Mesmo em outros casos, encontramos arranjos de textos que chegam a vestir as tradições de conteúdo histórico específico com o uniforme dos padrões artísticos correntes. Por exemplo, nas narrativas, uma série de episódios que levam a um clímax formam a trama principal, enquanto outros constituem repetições paralelas sofisticadas e outros, ainda, representam apenas transições de uma etapa da narrativa para outra. Como regra geral, pode-se admitir que, quanto mais uma narrativa se conforma ao modelo-padrão de excelência e quanto mais é admirada pelo público, mais é distorcida. Numa série de variantes, pode-se, às vezes, discernir a variante correta pelo fato de ir contra esses padrões, assim como uma variante que contradiz a função social de uma tradição tem mais probabilidade de ser verdadeira que as outras. Não devemos esquecer, entretanto, que nem todos os artistas da palavra são excelentes. Há os de pouco talento, e suas variantes serão sempre sofríveis. Mas a atitude do público, como o cenário de uma representação, não é exclusivamente um fato artístico. É acima de tudo um fato social, e isso nos obriga a considerar a tradição em seu meio social.

Contexto social da tradição

Tudo que uma sociedade considera importante para o perfeito funcionamento de suas instituições, para uma correta compreensão dos vários *status* sociais e seus respectivos papéis, para os direitos e obrigações de cada um, tudo é cuidadosamente transmitido. Numa sociedade oral isso é feito pela tradição, enquanto numa sociedade que adota a escrita, somente as memórias menos importantes são deixadas à tradição. É esse fato que levou durante muito tempo os historiadores, que vinham de sociedades letradas, a acreditar erroneamente que as tradições eram um tipo de conto de fadas, canção de ninar ou brincadeira de criança.

Toda instituição social, e também todo grupo social, tem uma identidade própria que traz consigo, um passado inscrito nas representações coletivas de uma tradição, que o explica e o justifica. Por isso, toda tradição terá sua "superfície social", utilizando a expressão empregada por H. Moniot. Sem superfície social, a tradição não seria mais transmitida e, sem função, perderia a razão de existência e seria abandonada pela instituição que a sustenta.

Poderíamos ser tentados a seguir alguns estudiosos que acreditavam poder dizer *a priori* qual a natureza ou perfil do *corpus* de tradições históricas de uma determinada sociedade, a partir da classificação das coletividades em tipos como "Estados", "sociedades sem Estado", etc. Embora seja verdade que as diversas sociedades africanas possam ser, *grosso modo,* classificadas de acordo com tais modelos, é fácil demonstrar que essas tipologias podem se estender ao infinito, pois cada sociedade é diferente, e os critérios utilizados são arbitrários e limitados. Não existem dois Estados idênticos ou mesmo semelhantes nos detalhes. Há imensas diferenças entre as linhas-mestras da organização das sociedades Massai (Quênia- Tanzânia), Embu (Quênia), Meru (Quênia) e Galla (Quênia- Etiópia), embora todas elas possam ser classificadas como sociedades baseadas em classes etárias e estejam situadas na mesma região da África. Se se desejasse examinar um caso de uma sociedade dita simples, sem Estado, composta de pequenos grupos estruturados por múltiplas linhagens, poder-se-ia pensar que os Gouro (Costa do Marfim) constituíssem bom exemplo. Esperando encontrar um perfil de tradições contendo somente histórias de linhagens e genealogias – e realmente o encontramos –, deparamo-nos também com uma história esotérica transmitida por uma sociedade secreta. Tomemos o caso dos Tonga do Zâmbia: encontramos novamente a história da linhagem, mas também histórias de centros rituais animados pelos fazedores de chuva. Não há uma única sociedade desse tipo que não apresente uma instituição importante "inesperada". Entre os Estados, o caso extremo é, certamente, o do reino dos Bateke (Tio), em que a tradição real não remonta a mais do que duas gerações, embora os reinos devam ter tradições muito antigas. Podemos ir mais longe no tempo coligindo as tradições dos símbolos mágicos dos nobres do que seguindo as tradições relativas ao símbolo real! Generalizações apressadas sobre o valor das tradições seriam absolutamente despropositadas. O perfil de um determinado *corpus* de tradições só pode ser determinado *a posteriori.*

É evidente que as funções preenchidas pelas tradições tendem a distorcê-las. É impossível estabelecer uma lista completa dessas funções, em parte porque uma tradição pode assumir diversas funções e pode desempenhar um papel mais ou menos preciso ou difuso em relação a elas. Mas principalmente porque a palavra "função" é por si só confusa. É utilizada com frequência para descrever tudo o que serve para fortalecer ou manter a instituição da qual depende. Como a relação não é tangível, a imaginação pode produzir uma lista infinita de funções "a preencher", não sendo possível nenhuma escolha. Entretanto, não é difícil distinguir certos propósitos precisos, manifestos ou latentes, assumidos por algumas tradições. Há, por exemplo, as "cartas míticas",

as histórias das dinastias, genealogias, listas de reis, que podem ser consideradas como verdadeiras constituições não-escritas. Podemos ampliar essa categoria pela inclusão de todas as tradições que tratam dos assuntos públicos legais, por exemplo, as que mantêm os direitos públicos sobre a propriedade. Trata-se, geralmente, de tradições *oficiais,* uma vez que aspiram a uma legitimidade universal para a sociedade. As tradições *particulares,* associadas a grupos ou instituições incorporados a outros grupos, não serão tão bem conservadas, pois têm menor importância, embora, em geral, estejam mais próximas da verdade que as demais tradições. Todavia, convém destacar que as tradições particulares são oficiais para o grupo que as transmite. Assim, uma história de família é particular em comparação à história de todo um Estado, e o que ela diz sobre o Estado está menos sujeito a controle do Estado que uma tradição pública oficial. Mas dentro da própria família, a tradição particular torna-se oficial. Em tudo o que diz respeito à família, ela deve, portanto, ser tratada como tal. Compreende-se, assim, por que é tão importante utilizar histórias familiares ou locais para esclarecer questões de história política geral. Seu testemunho está menos sujeito a distorção e pode oferecer uma verificação efetiva das asserções feitas pelas tradições oficiais. Por outro lado, como dizem respeito somente a subgrupos, a profundidade e o cuidado com que são transmitidas são, de modo geral, pouco satisfatórios, como atestam as inúmeras variantes.

Entre outras funções comuns, podemos mencionar sucintamente a religiosa e a litúrgica (como realizar um ritual), as funções jurídicas particulares (precedentes), as estéticas, didáticas e históricas, a função do comentário de um registro oral esotérico e a que os antropólogos chamam de função mítica. As funções e o gênero literário considerados em conjunto podem constituir para o historiador uma tipologia válida, que lhe permitirá fazer uma avaliação geral das prováveis distorções que suas fontes podem ter sofrido, fornecendo-lhe indicações relativas à transmissão. Para tomar apenas os tipos que são obtidos por esse processo de seleção, podemos distinguir os nomes, os títulos, os *slogans* ou lemas, fórmulas rituais, fórmulas didáticas (provérbios), listas de topônimos, de antropônimos, genealogias, etc. Do ponto de vista da forma básica, podemos classificar todos esses casos como "fórmulas". Poemas históricos, panegíricos, litúrgicos ou cerimoniais, religiosos, pessoais (líricos e outros), canções de todos os tipos (canções de ninar, de trabalho, caça e canoagem, etc.) são "poemas", também do mesmo ponto de vista. A "epopeia" como forma básica é representada por certos poemas que não correspondem ao que o termo normalmente conota. Por último, a "narrativa" inclui a narrativa geral, histórica ou outras, narrativas locais, familiares, épicas, etiológicas, estéticas e memórias pessoais. Devemos também

incluir aqui precedentes legais que raramente são transmitidos pela tradição oral, comentários sobre registros orais e as notas ocasionais, que são essencialmente respostas curtas a perguntas do tipo: "Como começamos a cultivar milho?", "De onde veio a máscara de dança?", etc.

Dessa lista pode-se imediatamente observar o que *pode* ser a ação deformadora de uma instituição em cada um desses tipos. Mas ainda é preciso demonstrar que essa ação realmente ocorreu ou que a probabilidade de distorção é muito grande. Geralmente, é possível mostrar que uma tradição é válida porque não sofreu as distorções esperadas. Por exemplo, um povo diz que é "mais novo" que outro, uma crônica real admite uma derrota, uma fórmula particular que deveria explicar a geografia física e humana de um país não se conforma mais à realidade. Em todos esses casos a análise comprova a validade da tradição, pois esta resistiu ao processo nivelador.

Em seu trabalho sobre o fenômeno da escrita (capacidade de ler e escrever), Goody e Watt afirmam que uma sociedade oral tende, constante e automaticamente, à homeostase, que apaga da memória coletiva – daí a expressão "amnésia estrutural" – qualquer contradição entre a tradição e sua superfície social. Mas os casos mencionados acima mostram que essa homeostase é só parcial. Não se pode negar, portanto, o valor histórico das tradições unicamente por desempenharem certas funções. Segue-se, ainda, que cada tradição deve ser submetida a estrita crítica sociológica. No mesmo trabalho, esses autores afirmam que a cultura de uma sociedade verbal é homogeneizada, isto é, que o conteúdo, em termos de conhecimento, do cérebro de cada adulto é aproximadamente o mesmo. Isso não é totalmente verdadeiro. Especialistas artesãos, políticos, legistas e religiosos sabem muitas coisas que seus contemporâneos do mesmo grupo étnico desconhecem. Cada grupo étnico tem seus pensadores. Entre os Kuba (Zaire), por exemplo, encontramos três homens que, com base num mesmo sistema de símbolos, haviam estabelecido três filosofias diferentes, e supomos que o mesmo se dá entre os Dogon. Quanto às tradições, observamos que em muitos grupos há tradições *esotéricas* secretas, que são privilégio de um grupo restrito, e tradições *exotéricas* públicas. Por exemplo, a família real ashanti sabia a história secreta de sua origem, enquanto o grande público conhecia somente a versão oficial. Em Ruanda, somente os especialistas *biiru* conheciam os rituais da realeza, e, mesmo assim, eles só os conheciam na sua totalidade quando estavam todos juntos, já que cada grupo de *biiru* tinha conhecimento apenas de uma parte deles. Em quase todos os rituais de entronização na África encontramos práticas e tradições secretas. Isso significaria que a tradição esotérica é necessariamente mais acurada que a tradição exotérica? Depende do contexto. Afinal, as tradições

esotéricas também podem ser distorcidas por razões imperativas, que serão ainda mais imperativas se o colégio que possui o segredo foi um grupo-chave da sociedade. Devemos ressaltar que, empiricamente, conhecemos até agora muito poucas tradições esotéricas, e porque a antiga ordem em que têm suas raízes não desapareceu por completo. As que conhecemos provêm de sociedades que têm sofrido importantes transformações, e muitas tradições sem dúvida desaparecerão sem deixar registro. Todavia, a partir de fragmentos que possuímos, podemos afirmar que certas tradições *ogboni* da nação Ioruba têm sido tão distorcidas que não mais constituem mensagens válidas no que diz respeito às origens do *ogboni,* enquanto as tradições *biiru,* por exemplo, parecem ter maior validade. Isso se deve não ao caráter esotérico, mas ao propósito dessas tradições: as primeiras legitimam um poder forte detido por um pequeno grupo de homens, enquanto as segundas são apenas a memorização de um ritual prático.

Cada tradição tem sua própria superfície social. Para encontrar as tradições e analisar a qualidade de sua transmissão, o historiador deve, portanto, conhecer, o mais detalhadamente possível, o tipo de sociedade que está estudando. Deve examinar todas as suas instituições para isolar as tradições, e também esmiuçar todos os gêneros literários para obter informações históricas. É o grupo dirigente de uma sociedade que retém a posse das tradições oficiais, e sua transmissão é geralmente realizada por especialistas, que utilizam meios mnemotécnicos (geralmente canções) para reter os textos. Às vezes há o controle de colegas em ensaios privados ou na representação pública associada a uma cerimônia importante. Os especialistas, entretanto, nem sempre estão ligados ao poder. É o caso dos genealogistas, dos tamborileiros de chefes ou de reis, dos guardas de túmulos[2] e dos pregadores de religiões nacionais. Mas há também especialistas em outros níveis. Entre os Xhosa (África do Sul), há mulheres especializadas na arte de representar histórias engraçadas, *ntsomi.* Há também outros que sabem fazê-la, mas não se especializam nisso. Estes geralmente tomam parte em espetáculos populares. Alguns celebrantes de ritos religiosos também são especialistas em tradições orais: os guardas dos *mhondoro shona* (Zimbabwe) conhecem a história dos espíritos confiados à sua guarda. Alguns, como os *griots,* são trovadores que reúnem tradições em todos os níveis e representam os textos convencionados, diante de uma audiência apropriada, em certas ocasiões – casamento, morte, festa na residência de um chefe, etc. É raro não haver especialização, mesmo no nível da história da terra ou da família. Sempre há

2 Em alguns países, essas pessoas fazem parte da classe governante; é o caso, por exemplo, do *Bend-naba* (chefe dos tambores) dos Mossi.

indivíduos socialmente superiores (os *abashinga ntabe* do Burundi para questões de terra, por exemplo) ou de maior aptidão encarregados da memorização e transmissão das tradições. Enfim, uma última categoria de pessoas bem-informadas (para as quais dificilmente podemos aplicar o termo especialista) é constituída por indivíduos que vivem perto de lugares históricos importantes. Nesse caso, o fato de se viver exatamente no local, por exemplo, onde uma batalha foi travada, atua como meio mnemotécnico no registro da tradição.

Um exame da "superfície social" torna possível, portanto, descobrir tradições existentes, colocá-las em seu contexto, achar especialistas responsáveis por elas e estudar as transmissões. Esse exame também torna possível descobrir indicações valiosas sobre a frequência e a forma das próprias representações. A frequência é um indicador da fidelidade da transmissão. Entre os Dogon (Mali), o ritual do Sigi é transmitido somente uma vez a cada sessenta anos aproximadamente. Isso favorece o esquecimento; são muito raros os que já viram dois Sigi e apreenderam o suficiente na primeira representação para serem capazes de dirigir a segunda. Somente as pessoas com 75 anos, pelo menos, podem fazê-lo. Podemos supor que o conteúdo do Sigi e a informação fornecida variarão mais radicalmente que uma forma de tradição como a de um festival no sul da Nigéria que é repetido todo ano. Mas, por outro lado, uma frequência elevada de representações não significa necessariamente uma fidelidade acentuada na transmissão. Isso vai depender da sociedade em questão. Se a sociedade necessita de uma fidelidade estrita, a frequência ajudará a mantê-la. É o caso das fórmulas mágicas, como, por exemplo, certas fórmulas para exorcizar a bruxaria. Explica-se, assim, por que algumas fórmulas mboon (Zaire) para fazer parar a chuva situam-se num contexto geográfico tão arcaico que nenhum dos elementos mencionados pode ser encontrado na região Mboon atual. Por outro lado, se a sociedade não atribui nenhuma importância à fidelidade da transmissão, a grande frequência da representação altera a transmissão mais rapidamente do que uma frequência menor. Temos, por exemplo, o caso das canções à moda e especialmente das narrativas populares mais apreciadas. Tudo isso pode e, de fato, deve ser verificado pelo estudo das variantes coletadas. Seu número é um reflexo direto da fidelidade da transmissão.

Ao que parece, as alterações tendem invariavelmente a aumentar a homeostase entre a instituição e a tradição que a acompanha; nesse ponto Goody e Watt têm certa razão. Se as variantes existem e mostram uma tendência bem definida, podemos deduzir que as menos conformistas em relação aos objetivos e funções da instituição são as mais válidas. Além disso, é possível, por vezes, mostrar que uma tradição não é válida, seja em caso de ausência de variantes, quando a

tradição tornou-se um clichê do tipo: "Viemos todos de X", X correspondendo perfeitamente às necessidades da sociedade; seja quando, como na narrativa popular, as variantes são tão divergentes que é quase impossível reconhecer o que constitui uma tradição e a separa das outras. Nesse caso, torna-se evidente que a maioria das versões são elaborações mais ou menos recentes, que têm por base outras narrativas populares. Nesses dois casos extremos, entretanto, é preciso poder demonstrar que a ausência de variantes realmente corresponde a uma forte motivação da sociedade, assim como a proliferação de variantes corresponde a considerações estéticas ou a uma necessidade de divertimento que suplanta qualquer outra consideração. Ou, então, deve-se poder demonstrar que os postulados inconscientes da civilização homogeneizaram a tradição de maneira tal que esta se tornou um clichê sem variantes. É precisamente essa influência da civilização que deve ser examinada agora, feita a crítica sociológica.

Estrutura mental da tradição

Por estrutura mental entendemos as representações coletivas inconscientes de uma civilização, que influenciam todas as suas formas de expressão e ao mesmo tempo constituem sua concepção do mundo. Essa estrutura mental varia de uma sociedade para outra. A nível superficial, é relativamente fácil descobrir parte dessa estrutura, através da aplicação de técnicas clássicas da crítica literária ao conteúdo de todo o *corpus* de tradições e da comparação desse *corpus* com outras manifestações, sobretudo as simbólicas, da civilização. A tradição sempre idealiza; especialmente no caso de poemas e narrativas. Ela cria estereótipos populares. Toda história tende a tornar-se paradigmática e, consequentemente, mítica, seja o seu conteúdo "verdadeiro" ou não. Assim, encontramos modelos de comportamentos ideais e de valores. Nas tradições de reis, os personagens tornam-se estereotipados, como num *western,* e, portanto, facilmente identificáveis. Um rei é o "mágico", um outro governante é o "justo", outra pessoa é o "guerreiro". Mas isso distorce a informação; algumas guerras, por exemplo, são atribuídas ao rei guerreiro, quando as campanhas foram de fato conduzidas por outrem. Além disso, todos os reis possuem, em comum, características que refletem uma noção idealizada da realeza. Também não é difícil encontrar estereótipos de diferentes personagens, especialmente de líderes, em outras sociedades. É o caso do "herói cultural", frequentemente encontrado, que transforma o caos numa sociedade bem ordenada. A noção estereotipada de caos é, no caso, a descrição de um mundo literalmente às avessas. Encontramos

também mais de um estereótipo do herói fundador. Entre os Igala (Nigéria), alguns fundadores são caçadores, outros são descendentes de reis. Os primeiros representam um *status* adquirido, os últimos, um *status* hereditário (atribuído). Na tentativa de explicar por que há dois tipos de *status,* sugeriu-se que o primeiro estereótipo oculta a ascensão ao poder de novos grupos e que os dois estereótipos refletem duas situações históricas bastante diferentes.

Uma explicação verdadeiramente satisfatória deveria, entretanto, revelar o *sistema* completo de valores e ideais relacionados a *status* e papéis sociais, que constituem a própria base de toda ação social e de todo sistema global. Isso só foi possível recentemente, quando McGaffey descobriu que os Kongo (Zaire, República Popular do Congo) possuem um sistema estereotipado simples de quatro *status* ideais – feiticeiro, adivinho, chefe, profeta – que são complementares. É fácil descobrir um valor geral positivo ou negativo: a apreciação da generosidade, a rejeição da inveja como sinal de feitiçaria, ou o papel do destino – são todos valores imediatamente observáveis nas tradições do golfo de Benin e da região interlacustre. Mas os valores são descobertos um por um e não como sistema coerente que compreende todas as representações coletivas, pois valores e ideais descrevem somente as normas para um comportamento ideal ou por vezes cinicamente realista, que devem guiar o comportamento real e os papéis esperados de cada um. Os papéis estão relacionados às posições sociais, e estas às instituições, e o conjunto constitui a sociedade. Teoricamente, portanto, é preciso "desmontar" uma sociedade para encontrar seus modelos de ação, seus ideais e valores. Em geral, o historiador faz isso inconscientemente e de modo superficial. Evita as armadilhas evidentes, mas involuntariamente tende a adotar as premissas impostas pelo sistema como um todo. Não consegue separar suas fontes do meio que as envolve. Falamos por experiência própria, após ter passado dezoito anos tentando detectar relações desse tipo na distorção das tradições de origem kuba (Zaire).

Entre as representações coletivas que mais influenciam a tradição, notaremos sobretudo uma série de categorias de base que precedem a experiência dos sentidos. São as do tempo, do espaço, da verdade histórica, da causalidade. Há outras de menor importância como, por exemplo, a divisão do espectro em cores. Todo povo divide o tempo em unidades, baseando-se em atividades humanas ligadas à ecologia ou em atividades sociais periódicas (tempo estrutural). As duas formas de tempo são utilizadas em toda parte. O dia é separado da noite; é dividido em partes que correspondem ao trabalho ou refeições, e as atividades são relacionadas com a altura do sol, a voz de certos animais (para dividir as horas da noite), etc. Os meses (lunares), as estações e o ano são geralmente definidos pelo

ambiente e as atividades que dele dependem, mas, além disso, deve-se contá-los em unidades de tempo estrutural. Mesmo nesse caso, a semana é determinada por um ritmo social, como, por exemplo, a periodicidade dos mercados, que também é associada, em muitos casos, a uma periodicidade religiosa.

Períodos mais longos que o ano são contados pela iniciação a um culto, a um grupo de idade, por reinos ou gerações. A história das famílias pode ser estabelecida com base nos nascimentos, que constituem um calendário biológico. Fazem-se referências a acontecimentos excepcionais, como grandes fomes, grandes deflagrações de doença animal, ou epidemias, cometas, pragas de gafanhotos, mas esse calendário de catástrofes é forçosamente vago e irregular. À primeira vista, esse tipo de computação parece ser de pouca utilidade para a cronologia, enquanto os acontecimentos recorrentes parecem possibilitar a conversão da cronologia relativa em cronologia absoluta, uma vez conhecida a frequência das genealogias, grupos de idade, reinos, etc. Voltaremos a esse assunto posteriormente.

A profundidade temporal máxima alcançada pela memória social depende diretamente da instituição que está ligada à tradição. Cada instituição tem sua própria profundidade temporal. A história da família não remonta à um passado muito distante porque esta conta apenas três gerações, e porque, de modo geral, há pouco interesse em lembrar acontecimentos anteriores. Portanto, as instituições que englobam maior número de pessoas se prestam melhor a nos fazer mergulhar mais fundo no tempo. Isso se verifica para o clã, a linhagem máxima de descendência, o grupo de idade do tipo massai e a realeza. Na savana sudanesa, as tradições dos reinos e impérios de Tecrur, Gana e Mali, retomadas por autores árabes e sudaneses, remontam ao século XI. Às vezes, entretanto, todas as instituições são limitadas pela mesma concepção da profundidade do tempo como, por exemplo, entre os Bateke (República Popular do Congo), onde tudo é remetido à geração do pai ou do avô. Tudo, inclusive a história da família real, é dividido entre par e ímpar, o ímpar pertencendo ao tempo dos "pais", e o par, ao dos "avós".

Esse exemplo mostra que a noção da forma do tempo é muito importante. Na região interlacustre, há casos em que o tempo é visto como um ciclo. Mas, como os ciclos se sucedem, o conceito vai dar numa espiral. Numa outra perspectiva, para as mesmas sociedades, distinguem-se eras, principalmente a era do caos e a era histórica. Para outras, como entre os Bateke, o tempo não é linear: oscila entre gerações alternadas. As consequências sobre o modo como se apresentam as tradições são evidentes.

Já não é tão óbvio que a noção de espaço seja de interesse nesse contexto. Mas há uma tendência geral a situar a origem de um povo num lugar ou direção de prestígio: direção "sagrada" ou "profana" de acordo com o pensamento de que o homem evolui do sagrado para o profano ou vice-versa. Cada povo impôs um sistema de direções à sua geografia. São geralmente os rios que dão o eixo das direções cardinais. A maioria das sociedades então fixa a direção de suas aldeias, às vezes de seus campos (Kukuya, República Popular do Congo), segundo esse sistema de eixos, que utilizam também para orientar seus túmulos. As consequências são às vezes inesperadas. Um espaço ordenado segundo um único eixo que faz parte do relevo muda com a disposição relativa dos elementos do relevo. Aqui, a jusante é a oeste, ali, a norte; aqui, ir em direção ao cume é ir para leste, ali, para oeste. Não só observamos que as migrações podem vir de direções privilegiadas, como é o caso dos Kuba (Zaire) ou dos Kaguru (Tanzânia), e que a narrativa correspondente é mais uma cosmologia que uma história, como também chegamos a encontrar variações nos pontos de origem dependendo dos acidentes do relevo geográfico. Somente as sociedades que se baseiam nos movimentos do sol para determinar o eixo do espaço podem dar informação exata a respeito dos movimentos migratórios gerais; esses povos infelizmente são uma minoria, exceto talvez na África ocidental, onde a maioria refere-se ao leste como seu lugar de origem.

A noção de causa está implícita em toda tradição oral. Geralmente, é apresentada na forma de causa imediata e separada para cada fenômeno. Cada coisa tem uma origem, que se situa diretamente no início dos tempos. Pode-se compreender melhor o que é a causalidade examinando-se as causas atribuídas ao mal. Muito frequentemente elas têm relação direta com a feitiçaria, os ancestrais, etc., e a relação é imediata. Resulta desse tipo de causalidade que a mudança é percebida sobretudo em alguns campos claramente definidos, como a guerra, sucessão real, etc., em que os estereótipos intervêm. Para terminar, salientamos que esse esboço da noção de causa é muito sumário e deve ser complementado por noções de causa mais complexas mas paralelas a estas e que afetam somente instituições sociais menores.

Quanto à verdade histórica, está sempre estreitamente ligada à fidelidade do registro oral transmitido. Assim, ela pode ser ou o consenso dos governantes (Idoma, Nigéria), ou a constatação de que a tradição está em conformidade com o que disse a geração anterior.

As categorias cognitivas combinam-se e unem-se a expressões simbólicas de valor, para produzir um registro que os antropólogos qualificam de "mito". As tradições mais sujeitas a uma reestruturação mítica são as que descrevem

a origem e, consequentemente, a essência, a razão de ser de um povo. Assim, um grande número de complexas narrativas kuba, que tratam da origem desse povo e descrevem migrações em canoas, pôde finalmente ser explicado com a descoberta de um conceito latente de migração: para o povo Kuba, a migração se faz em canoas, da jusante (sagrado) para o montante (profano). Da mesma forma se explicaram nomes de migrações e de regiões de origem apresentados em termos de cosmogonia. Na narrativa kuba a correlação não estava clara, mas em muitos outros grupos étnicos, aparece explicitamente. É assim que muitos etnólogos, seguindo infelizmente o exemplo de Beidelman, estruturalistas ou sociólogos funcionalistas terminaram por negar qualquer valor às tradições narrativas porque, dizem eles, são a expressão das estruturas cognitivas do mundo, que sustentam todo o pensamento *a priori,* como categorias imperativas. O mesmo julgamento deveria então ser aplicado ao texto que você está lendo ou ao do próprio Beidelman... Obviamente, esses antropólogos exageram. Além disso, muitas de suas interpretações parecem hipotéticas. O historiador deve lembrar que, para cada caso particular, é preciso especificar as razões que se tem para rejeitar ou questionar uma tradição. Só se pode rejeitar uma tradição quando a probabilidade de uma criação de significado *puramente* simbólico é realmente forte e se possa provar. Pois, em geral, as tradições refletem tanto um "mito", no sentido antropológico do termo, como informações históricas. Nessas circunstâncias, os manuais de história são textos de mitologia, já que todo estereótipo que se origina de um sistema de valores e interesses é não só uma mensagem mítica, mas também um código secreto histórico à espera de decifração.

A cronologia

Sem cronologia, não há história, pois não se pode distinguir o que precede do que sucede. A tradição oral sempre apresenta uma cronologia *relativa,* expressa em listas ou em gerações. Em geral, essa cronologia permite situar todo o conjunto de tradições da região em estudo no quadro da genealogia ou da lista de reis ou de grupos de idade que abrange a mais ampla área geográfica, mas não permite estabelecer a sequência relativa aos acontecimentos exteriores àquela região particular. Grandes movimentos históricos e mesmo certas evoluções locais passam despercebidos ou restam duvidosos, porque a unidade disponível para a cronologia é geograficamente muito restrita. A genealogia familiar é válida apenas para determinada família e para a aldeia ou aldeias que ela habita.

A cronologia dos Embu (Quênia) , por exemplo, é baseada em grupos de idade que cobrem apenas uma diminuta área territorial, na qual os jovens são iniciados ao mesmo tempo. As cronologias relativas devem, portanto, ser associadas e, se possível, convertidas em cronologias absolutas. Mas antes há um outro problema a ser resolvido: o de se assegurar que as informações utilizadas correspondem a uma realidade não distorcida pelo tempo.

Torna-se cada vez mais claro que a cronologia oral está sujeita a processos de distorção concomitantes e que agem em sentidos opostos: às vezes encurtam e às vezes prolongam a verdadeira duração dos acontecimentos passados. Há também uma tendência a regularizar as genealogias, as sucessões e a sequência de grupos de idade, para conformá-las às normas *ideais* da sociedade *no momento.* Do contrário, os dados forneceriam precedentes para litígios de todo tipo. O processo homeostático é bastante real. Em certos casos especiais, como em Ruanda, por exemplo, a tarefa de gerir a tradição recai sobre um complexo grupo de especialistas, cujas afirmações têm sido corroboradas por escavações arqueológicas.

Etnólogos mostraram que as sociedades chamadas segmentárias tendem a eliminar ancestrais "inúteis", isto é, os que não deixaram descendentes que ainda vivam e constituam um grupo separado. Isso explica por que a profundidade genealógica de cada grupo numa determinada sociedade tende a permanecer constante. Somente os ancestrais "úteis" são utilizados para explicar o presente. Isso leva, por vezes, a uma grande condensação da profundidade genealógica. Além do mais, acidentes demográficos às vezes reduzem um ramo de descendentes a um número tão pequeno, em comparação com outros ramos descendentes dos irmãos e irmãs do fundador do primeiro ramo, que este não pode mais existir paralelamente aos grandes grupos vizinhos, sendo então absorvido por um deles. A genealogia será reajustada, e o fundador do grupo pequeno substituído pelo do grupo maior (que o absorve). A genealogia é, assim, simplificada. A identidade de um grupo étnico em geral é expressa por um único ancestral colocado na origem de uma genealogia. É o "primeiro homem", um herói fundador, etc. Será o pai ou a mãe do primeiro ancestral "útil". Desse modo, a lacuna entre a origem e a história consciente fica escamoteada. A operação de todo esse processo infelizmente levou, muitas vezes, a uma situação em que é praticamente impossível remontar, com segurança, a mais do que umas poucas gerações.

Acreditava-se que muitas sociedades africanas, e especialmente as monarquias, tivessem escapado a esse processo. Não havia razão para que a lista de sucessão dos reis estivesse incorreta, que sua genealogia fosse duvidosa, exceto que, algumas vezes, era falsificada quando uma dinastia substituía outra e se apoderava da

genealogia da precedente a fim de se legitimar. O número de reis e gerações continuava aparentemente correto. Estudos recentes, mais detalhados, mostram que essa posição não se justifica inteiramente. Os processos de condensação, alongamento e regularização podem afetar as tradições dinásticas tanto quanto as outras. Em listas de reis, por exemplo, os nomes de usurpadores, isto é, dos que são considerados usurpadores naquele momento, ou em qualquer época após seu reinado, são às vezes omitidos, assim como os de muitos reis que não passaram por todas as cerimônias de iniciação que, em geral, são muito longas. O reinado de um rei que abdica e em seguida retorna ao poder é às vezes contado como um único governo. Tudo isso encurta o processo histórico.

Onde a sucessão é patrilinear e primogenitiva, como na região interlacustre, a tendência à regularização dos fatos resultou num surpreendente número de sucessões regulares – isto é, o filho sucedendo ao pai –, que ultrapassa de muito a média, e mesmo os recordes observados em outras partes do mundo. Esse processo de regularização produziu uma genealogia típica, retilínea, desde os mais antigos tempos até o século XIX aproximadamente, quando se tornou arborescente. O resultado é o alongamento da dinastia pelo aumento do número de gerações, uma vez que os colaterais são apresentados como pais e filhos. A confusão entre homônimos e entre nome de reino ou título e nome pessoal, assim como outros detalhes desse tipo, pode estender ou encurtar a lista. Como, durante os tempos coloniais, especialmente em regiões sob administração indireta, era forte a pressão para alongar as dinastias (pois as sociedades europeias – como muitas africanas – têm um grande respeito pela antiguidade), empregaram-se todos os meios possíveis. mesmo ambíguos, com aquela finalidade. Todos os nomes foram, então, utilizados; ciclos de nomes reais foram desdobrados, se necessário, ou agrupados; podaram-se os ramos colaterais a fim de alongar-se o tronco.

Por último, e sempre no caso dos reinos, encontram-se comumente lacunas entre o herói fundador, que pertence à cosmogonia, e o primeiro rei histórico "útil". Somente uma investigação muito cuidadosa pode determinar se nesses casos particulares os processos descritos realmente ocorreram. A esse respeito, a presença de irregularidades na sucessão e nas genealogias é a melhor garantia de autenticidade, pois denota uma resistência ao nivelamento homeostático.

Sociedades de classes de idade ainda não foram submetidas a esse tipo de exame sistemático. Alguns casos mostram que os processos de regularização intervêm para organizar os ciclos ou para reduzir a confusão produzida pelos homônimos. Mas os diferentes tipos de sucessão de classes de idade ainda têm que ser estudados. Não podemos generalizar, exceto para dizer que o problema

suscitado é análogo ao das genealogias, porque também aqui a geração é a unidade.

Um estudo estatístico completo, que forneceu grande parte das informações acima mencionadas, constatou que a duração média de uma geração dinástica está entre 26 e 32 anos. A amostra era principalmente patrilinear, mas as dinastias matrilineares não se agrupam, por exemplo, no segmento inferior da distribuição estatística, e a informação, portanto, seria válida para elas também. A duração média dos reinados varia tanto com o sistema de sucessão que nenhuma informação genérica de valor pode ser fornecida. Mesmo no caso de tipos idênticos de sucessão, são encontradas divergências consideráveis entre diferentes dinastias.

Com base nas informações acima expostas, pode-se converter uma cronologia relativa de gerações em cronologia absoluta, a menos que a distorção genealógica seja tal que torne o exercício inútil. Primeiramente, calcula-se a média entre a primeira referência cronológica absoluta fornecida por uma data escrita e o presente e projeta-se essa média no passado caso ela se situe entre 26 e 32 anos. No entanto, médias são apenas médias. Sua probabilidade aumenta com o número de gerações envolvidas, e o cálculo só fornece datas razoáveis para os inícios de sequências ou, quando muito, uma vez por século. Qualquer precisão maior cria um erro. De todo modo, datas absolutas calculadas dessa maneira devem ser precedidas por uma sigla para indicar o fato. Assim, T 1635 para a fundação do Reino Kuba indicaria que a data foi calculada com base em genealogias e listas de reis.

O mesmo procedimento pode ser aplicado para determinar a duração média de um reinado. Mostrou-se por que essa média é menos válida que a média das gerações. Uma das razões é que, ao se projetar a média no passado, pressupõe-se que não houve mudança nos sistemas de sucessão. Ora, estes podem ter mudado ao longo dos anos. Certamente sofreram mudanças desde a fundação da dinastia, porque fundar é inovar, e as sucessões sem dúvida levaram algum tempo para se normalizarem. Além disso, devemos considerar as mudanças que podem ter ocorrido na esperança de vida. Já que a margem de erro é maior, será particularmente útil dispor de datas absolutas, determinadas por documentos escritos ou por outros meios que remontem a um passado longínquo.

Todavia, continuando no campo da cronologia relativa, é possível tentar coordenar diferentes sequências vizinhas, separadas e relacionadas, pelo estudo dos sincronismos. Uma batalha entre dois reis citados fornece um sincronismo. Torna possível harmonizar as duas cronologias relativas em questão, e combiná-las em uma. Demonstrou-se empiricamente que sincronismos entre mais

de três unidades isoladas não mais são válidos. Pode-se mostrar que A e B viveram na mesma época, ou que A e C viveram na mesma época, porque ambos conheceram B. Portanto, A = B = C, mas não podemos ir além disso. O fato dos encontros de A e C com B poderem ter ocorrido em qualquer época durante a vida ativa de B explica por que A = C é o limite. Estudos sobre a cronologia do antigo Oriente Médio provaram empiricamente esse ponto. No entanto, utilizando prudentemente os sincronismos, podemos reconstruir campos únicos razoavelmente grandes com uma cronologia relativa comum.

Após o exame dos dados genealógicos, pode-se obter uma data absoluta se a tradição mencionar um eclipse do sol. Se há mais de uma data possível para o eclipse, deve-se mostrar qual é a mais provável. Podemos proceder do mesmo modo com outros fenômenos astronômicos ou climáticos extraordinários que tenham causado catástrofes. A certeza é menor nesse caso do que no dos eclipses solares, porque há, por exemplo, mais fomes na África oriental que eclipses do sol. Com exceção dos eclipses solares, outras informações desse tipo são úteis principalmente para os últimos dois séculos, ainda que poucos povos tenham preservado a memória de eclipses muito mais antigos.

Avaliação das tradições orais

Uma vez submetidas a minuciosa crítica, literária e sociológica, podemos atribuir às fontes um grau de probabilidade. Essa apreciação não pode ser quantificada, mas não é, por isso, menos real. A veracidade de uma tradição será mais facilmente constatada se a informação que contém puder ser comparada com a informação fornecida por outras tradições *independentes* ou por outras fontes. Duas fontes independentes concordantes transformam uma probabilidade em algo mais próximo da certeza. Mas deve-se comprovar a independência das fontes. Infelizmente, contudo, tem-se constatado uma tendência muito grande em acreditar na pureza e estanquidade inequívocas da transmissão de um grupo étnico para outro. Na prática, caravanas de comerciantes, como as dos Imbangala de Angola, ou talvez as dos Diula e dos Haussa, podem ter levado consigo fragmentos de história, que foram incorporados à história local por encontrar terreno apropriado. No início do período colonial estabeleceram-se vínculos entre representantes de diferentes grupos, que trocaram informações a respeito de suas tradições. Esse é notadamente o caso nas regiões sob administração indireta, onde interesses de ordem prática encorajavam especialmente os reinos a produzirem suas histórias. Além disso, todas essas histórias foram influenciadas

pelos primeiros modelos escritos por africanos, como o livro de Johnson sobre o Reino Oyo (Nigéria) ou o de Kaggwa (Uganda) para Buganda. Deu-se uma contaminação geral de todas as histórias tardiamente colocadas em forma escrita no país Ioruba e na região interlacustre de fala inglesa, com tentativas de sincronização visando forçar as listas dinásticas a se igualarem, em extensão, às dos modelos. Esses dois exemplos mostram o quanto se deve ser prudente ao afirmar que as tradições são realmente *independentes*. Deve-se pesquisar os arquivos, estudar os contatos pré-coloniais e ponderar tudo cuidadosamente, antes de se fazer qualquer julgamento.

A comparação com dados escritos ou arqueológicos pode fornecer a confirmação de independência desejada. Mas, ainda neste caso, é preciso que a independência seja comprovada. O fato de autóctones atribuírem tradicionalmente um sítio visível aos primeiros habitantes do país, devido à presença no local de traços de ocupação humana muito diferentes dos deixados pelos habitantes atuais, não significa que se possa automaticamente fazer a mesma atribuição. As fontes não são independentes pois o sítio é atribuído a essas populações por um processo lógico e *apriorístico*! É um caso de iconatrofia. Essa constatação dá origem a interessantes especulações, especialmente no que diz respeito aos chamados vestígios de Tellem do país Dogon (Mali) assim como aos sítios Sirikwa (Quênia), para citar somente dois exemplos bem conhecidos. Contudo, os casos famosos dos sítios de Kumbi Saleh (Mauritânia) e do lago Kisale (Zaire) mostram que a arqueologia pode, às vezes, fornecer provas surpreendentes da validade de uma tradição oral.

Geralmente, estabelecer uma concordância entre fonte oral e escrita fica difícil porque tratam de coisas diferentes. Um estrangeiro que escreve sobre um país habitualmente se restringe a fatos econômicos e políticos, muitas vezes ainda mal compreendidos. A fonte oral voltada para o interior menciona os estrangeiros apenas de passagem; quando o faz. Assim sendo, em muitos casos as duas fontes não têm nada em comum, ainda que se refiram ao mesmo período. Casos de concordância, cronológica principalmente, são encontrados em locais onde os estrangeiros se estabeleceram por tempo suficientemente longo para se interessarem pela política local e entendê-la. Tem-se um exemplo disso no vale do Senegal a partir do século XVIII.

Em caso de contradição entre fontes orais, deve-se escolher a mais provável. A prática, muito difundida, de tentar encontrar um acordo não faz sentido. Uma contradição flagrante entre uma fonte oral e uma fonte arqueológica se resolve em favor da última, se esta for um dado imediato, isto é, se a fonte for um objeto e não uma inferência, pois neste caso a probabilidade da fonte

oral pode ser maior. Um conflito entre uma fonte escrita e uma oral se resolve exatamente como se se tratasse de duas fontes orais. Devemos ter em mente que a informação quantitativa escrita, de modo geral, é mais digna de confiança, mas que a informação oral relativa aos motivos é geralmente mais precisa que a das fontes escritas. Por fim, cabe ao historiador tentar estabelecer o que é mais provável. Num caso extremo, se dispomos de apenas uma fonte oral, cujas prováveis deformações pudemos demonstrar, *devemos* interpretá-la tendo em conta as deformações e utilizá-la.

Enfim, acontece frequentemente de o historiador não se sentir satisfeito com as informações orais de que dispõe. Pode registrar o seu descrédito em relação à validade das informações, mas, na falta de algo melhor, é obrigado a utilizá-las, enquanto outras fontes não forem descobertas.

Coletânea e publicação

Conclui-se de tudo que foi dito acima que todos os elementos que permitam aplicar a crítica histórica às tradições devem ser reunidos em campo. Isso implica num bom conhecimento da cultura, sociedade e língua ou línguas envolvidas. O historiador pode adquirir esse conhecimento ou solicitar a ajuda de especialistas. Mas, mesmo nesse caso, ele deve realmente absorver todas as informações oferecidas pelo etnólogo, pelo linguista e pelo tradutor que o estão ajudando. Por último, é preciso adotar uma atitude sistemática diante das fontes, das quais devem ser recolhidas todas as variantes. Tudo isso implica numa longa permanência em campo, que será tanto mais demorada quanto menor for a familiaridade do historiador com a cultura em questão. Devemos destacar que o conhecimento instintivo de alguém que estuda a história de sua própria sociedade não é suficiente. A reflexão sociológica é indispensável. O historiador deve redescobrir sua própria cultura. A experiência linguística mostrou que, às vezes, mesmo sendo um nativo do país, o historiador não compreende facilmente certos registros, como os poemas panegíricos, ou encontra dificuldade porque as pessoas falam um dialeto diferente do seu. Além do mais, é aconselhável que ao menos parte das transcrições feitas em seu dialeto materno seja examinada por um linguista, para se assegurar que a transcrição comporta todos os sinais necessários à compreensão da narrativa, incluindo-se aí, por exemplo, os tons.

A coleta das tradições requer, portanto, muito tempo, paciência e reflexão. Depois de um período inicial de experiência, é preciso estabelecer um plano

racional de trabalho, que leve em consideração as características particulares de cada caso. De qualquer forma, devemos visitar os sítios associados aos processos históricos em estudo. Às vezes, será necessário utilizar uma amostragem de fontes populares, mas uma amostra não pode ser utilizada casualmente. Devemos estudar, numa área restrita, quais as regras que determinam o nascimento de variantes e estabelecer, a partir delas, os princípios da amostragem a serem adotados. Coletar uma vasta quantidade de material de forma indiscriminada não pode produzir o mesmo resultado, ainda que se possa trabalhar mais rapidamente. O pesquisador deve ter cuidado ao estudar a transmissão. É cada vez mais comum encontrar informantes que adquiriram seu conhecimento a partir de trabalhos publicados sobre a história da região: livros escolares, jornais ou publicações científicas; assim como podem tê-lo adquirido em conferências transmitidas pelo rádio ou pela televisão. O problema acentuar-se-á, inevitavelmente, com a ampliação da pesquisa.

Hoje em dia percebe-se que existe uma contaminação mais sutil. Alguns manuscritos, às vezes muito velhos, e especialmente relatórios dos primeiros tempos da administração colonial foram tomados pela tradição como verdades "ancestrais". Fontes arquivísticas devem, portanto, ser cuidadosamente examinadas, assim como a possível influência de trabalhos científicos, livros escolares, transmissões de rádio, etc. Pois, se o fato é verificado em campo, pode-se frequentemente corrigir esses dados insidiosos buscando-se outras versões e explicando-se aos informantes que o livro ou o rádio não estão necessáriamente certos no que diz respeito àquele assunto. Mas, uma vez longe do campo, será tarde demais.

É preciso estruturar a pesquisa de acordo com uma nítida tomada de consciência histórica. Não é possível recolher "todas as tradições"; tentar fazê-lo só nos levaria a uma massa confusa de informações. É necessário primeiramente saber quais os problemas históricos que se quer estudar e então procurar as fontes correspondentes. Ao eleger um objeto de estudo, o pesquisador deve, evidentemente, ter interiorizado a cultura em questão. Ele pode, então, como acontece frequentemente, voltar seu interesse para a história política. Mas pode também optar por questões da história social, econômica, religiosa, cultural ou artística, etc. Para cada caso, a estratégia utilizada na coleta da tradição será diferente. A maior deficiência das pesquisas que se fazem atualmente é a falta de consciência histórica. Há uma forte tendência em se deixar guiar pelo que se encontra.

Falta de paciência é outro perigo. Reputa-se, por vezes, necessário dar conta o mais depressa possível de uma grande parte do trabalho. Nessas circunstâncias,

as fontes coletadas são difíceis de se avaliar; apresentam-se discrepantes e incompletas; faltam variantes; há pouca informação sobre a transformação de uma fonte, sua representação, sua transmissão. O trabalho é malfeito. Uma consequência particularmente nefasta é a impressão criada entre outros pesquisadores de que essa "área" já foi estudada, o que diminui a probabilidade de se fazer uma pesquisa melhor no futuro. Não se deve esquecer que as tradições orais desaparecem, embora felizmente com menos rapidez do que se costuma pensar. A urgência da tarefa não é razão para atamancá-la. Pode-se replicar, como tem ocorrido, que o que advogamos aqui é utopia, perfeccionismo, coisa impossível. Contudo, é o único modo de se fazer um bom trabalho com os meios disponíveis num determinado lapso de tempo. Não há atalhos. Se acreditamos que, em alguns casos, todo esse trabalho produz somente uma safra muito pobre para a história, não percebemos que contribui para enriquecer, ao mesmo tempo, o conhecimento geral da língua, da literatura, do pensamento coletivo e das estruturas sociais da civilização estudada.

A menos que seja publicado, o trabalho não estará completo, por não se encontrar disponível para a comunidade dos estudiosos. Deve-se ter em vista pelo menos uma classificação das fontes investigadas, com introdução, notas e índice, que constitua um arquivo aberto a todos. Muitas vezes, o trabalho é combinado com a publicação de um estudo baseado, em parte ou completamente, nesse *corpus*. Nenhum editor publicaria todo o material, variantes inclusive, e a interpretação dos dados. Além disso, uma síntese não comporta uma vasta massa de documentos em bruto. Assim, cada trabalho deverá explicar como as tradições foram coletadas e fornecer uma breve lista de fontes e informantes, que possibilitará ao leitor formar uma opinião sobre a qualidade da coleta e compreender por que o autor escolheu uma determinada fonte em vez de outra. Pela mesma razão, cada fonte oral deve ser citada separadamente no trabalho. O trabalho que diz "A tradição conta que…" faz uma generalização perigosa.

Resta um tipo especializado de publicação: as edições de textos. Neste caso, seguimos as mesmas normas utilizadas na publicação de manuscritos. Na prática, isso geralmente conduz a uma colaboração entre vários especialistas. Nem todo pesquisador é, ao mesmo tempo, historiador, linguista e etnólogo. De fato, as melhores edições de textos disponíveis até agora são quase todas trabalhos interdisciplinares de colaboradores, dos quais ao menos um é linguista. A edição de textos é uma tarefa árdua e ingrata, o que explica por que há tão poucos publicados. Entretanto, seu número vem aumentando, graças à colaboração de especialistas em literatura oral africana.

Conclusão

Atualmente a coleta de tradições orais está se processando em todos os países africanos. A massa de dados recolhidos refere-se principalmente ao século XIX e é somente uma das fontes para a reconstrução histórica, sendo a outra principal fonte para esse período os documentos históricos. Há cinco ou seis trabalhos, a cada ano, apresentando estudos baseados quase inteiramente em tradições. Tipologicamente, eles tratam, sobretudo, da história política e da história dos reinos, e, no que diz respeito à geografia, estão concentrados principalmente na África oriental, central e equatorial, onde as tradições, frequentemente, são as únicas fontes. As cronologias remontam raramente além de 1700; se anteriores a essa data, tornam-se duvidosas. Entretanto, o conhecimento cada vez mais aprofundado da natureza das tradições permite avaliar melhor as que foram recolhidas em épocas anteriores. Assim, a exploração das tradições registradas por Cavazzi no século XVII só se tornou possível após o estudo em campo realizado em 1970!

Além das tradições recentes, existe um vasto corpo de informações literárias, como as narrativas épicas, e de dados cosmogônicos, que podem ocultar informações históricas às vezes relativas a épocas bastante remotas. A epopeia de Sundiata é um exemplo. A tradição, por si mesma, não permite estabelecer datas. Por exemplo, a memória deformada relativa a certos sítios históricos na região interlacustre conservou uma lembrança que data dos primeiros séculos, ou mesmo de antes da Era Cristã. Mas a fonte oral nada diz quanto à data. Somente a arqueologia foi capaz de solucionar o problema. Assim também as tradições de Cavazzi, às quais acabamos de nos referir, parecem conter um sedimento histórico que é do maior interesse para o passado dos povos de Angola. Há referências sucintas a dinastias que se sucederam, a formas de governo que se seguiram; em resumo, sumarizam, para a região do Alto Cuango, mudanças sociopolíticas que podem datar de vários séculos ou até de um milênio antes de 1500. Mas não há nenhuma data como ponto de referência para essa perspectiva.

Existe uma última armadilha a ser notada. Muito frequentemente a coleta de tradições ainda parece superficial, e sua interpretação muito literal, muito "colada" à cultura em questão. Esse fenômeno vem reforçar a imagem de uma África cuja história consiste apenas em origens e migrações, o que, sabemos, não é verdade. Mas devemos admitir que essa é a imagem refletida pelas tradições que procuram estabelecer uma "identidade". A superficialidade da interpretação e a coleta pouco sistemática de material, além do mais, dão margem à maioria

das críticas dirigidas contra a utilização das tradições orais, especialmente entre os etnólogos.

A experiência prática provou que o valor maior das tradições reside em sua explicação das mudanças históricas no interior de uma civilização. Isso é tão verdadeiro que, como se pode comprovar em quase toda a parte, apesar da abundância de fontes escritas relativas ao período colonial, temos de recorrer constantemente aos testemunhos oculares ou à tradição para completá-las, a fim de tornar inteligível a evolução do povo. Mas constatamos também que as tradições são geralmente enganadoras no que diz respeito à cronologia, e aos dados quantitativos. Além disso, qualquer mudança inconsciente, porque lenta demais – uma mutação associada a uma ideologia religiosa, por exemplo – escapa à memória da sociedade. Podemos encontrar apenas indicações fragmentárias de mudanças nos registros que não tratam explicitamente da história e, ainda assim, através de um complicado exercício de interpretação. Isso mostra que a tradição oral não é uma panaceia para todos os males. Mas na prática, ela se revela uma fonte de primeira ordem para os últimos séculos. Para um período anterior, seu papel se reduz, tornando-se mais uma ciência auxiliar da arqueologia. Em relação às fontes linguísticas e etnográficas, ainda não foi suficientemente explorada, embora em princípio esses três tipos de fontes devessem, em conjunto, trazer importante contribuição ao nosso conhecimento da África antiga, assim como faz a arqueologia.

As tradições têm comprovado seu valor insubstituível. Não é mais necessário convencer os estudiosos de que as tradições podem ser fontes úteis de informação. Todo historiador está ciente disso. O que devemos fazer agora é melhorar nossas técnicas de modo a extrair das fontes toda a sua riqueza potencial. Essa é a tarefa que nos espera.

CAPÍTULO 8

A tradição viva

A. Hampaté Bâ

> "A escrita é uma coisa, e o saber, outra. A escrita é a fotografia do saber, mas não o saber em si. O saber é uma luz que existe no homem. A herança de tudo aquilo que nossos ancestrais vieram a conhecer e que se encontra latente em tudo o que nos transmitiram, assim como o baobá já existe em potencial em sua semente".
>
> Tierno Bokar[1]

Quando falamos de tradição em relação à história africana, referimo-nos à tradição oral, e nenhuma tentativa de penetrar a história e o espírito dos povos africanos terá validade a menos que se apóie nessa herança de conhecimentos de toda espécie, pacientemente transmitidos de boca a ouvido, de mestre a discípulo, ao longo dos séculos. Essa herança ainda não se perdeu e reside na memória da última geração de grandes depositários, de quem se pode dizer *são* a memória viva da África.

Entre as nações modernas, onde a escrita tem precedência sobre a oralidade, onde o livro constitui o principal veículo da herança cultural, durante muito tempo julgou-se que povos sem escrita eram povos sem cultura. Felizmente, esse conceito infundado começou a desmoronar após as duas últimas guerras,

1 Tierno Bokar Salif, falecido em 1940, passou toda a sua vida em Bandiagara (Mali). Grande Mestre da ordem muçulmana de Tijaniyya, foi igualmente tradicionalista em assuntos africanos. Cf. HAMPATÉ BÂ, A. e CARDAIRE, M. 1957.

graças ao notável trabalho realizado por alguns dos grandes etnólogos do mundo inteiro. Hoje, a ação inovadora e corajosa da UNESCO levanta ainda um pouco mais o véu que cobre os tesouros do conhecimento transmitidos pela tradição oral, tesouros que pertencem ao patrimônio cultural de toda a humanidade.

Para alguns estudiosos, o problema todo se resume em saber se é possível conceder à oralidade a mesma confiança que se concede à escrita quando se trata do testemunho de fatos passados. No meu entender, não é esta a maneira correta de se colocar o problema. O testemunho, seja escrito ou oral, no fim não é mais que testemunho humano, e vale o que vale o homem.

Não faz a oralidade nascer a escrita, tanto no decorrer dos séculos como no próprio indivíduo? Os primeiros arquivos ou bibliotecas do mundo foram o cérebro dos homens. Antes de colocar seus pensamentos no papel, o escritor ou o estudioso mantém um diálogo secreto consigo mesmo. Antes de escrever um relato, o homem recorda os fatos tal como lhe foram narrados ou, no caso de experiência própria, tal como ele mesmo os narra.

Nada prova *a priori* que a escrita resulta em um relato da realidade mais fidedigno do que o testemunho oral transmitido de geração a geração. As crônicas das guerras modernas servem para mostrar que, como se diz (na África), cada partido ou nação "enxerga o meio-dia da porta de sua casa" – através do prisma das paixões, da mentalidade particular, dos interesses ou, ainda; da avidez em justificar um ponto de vista. Além disso, os próprios documentos escritos nem sempre se mantiveram livres de falsificações ou alterações, intencionais ou não, ao passarem sucessivamente pelas mãos dos copistas – fenômeno que originou, entre outras, as controvérsias sobre as "Sagradas Escrituras".

O que se encontra por detrás do testemunho, portanto, é o próprio valor do homem que faz o testemunho, o valor da cadeia de transmissão da qual ele faz parte, a fidedignidade das memórias individual e coletiva e o valor atribuído à verdade em uma determinada sociedade. Em suma: a ligação entre o homem e a palavra.

E, pois, nas sociedades orais que não apenas a função da memória é mais desenvolvida, mas também a ligação entre o homem e a Palavra é mais forte. Lá onde não existe a escrita, o homem está ligado à palavra que profere. Está comprometido por ela. Ele *é* a palavra, e a palavra encerra um testemunho daquilo que ele é. A própria coesão da sociedade repousa no valor e no respeito pela palavra. Em compensação, ao mesmo tempo que se difunde, vemos que a escrita pouca a pouco vai substituindo a palavra falada, tornando-se a única prova e o único recurso; vemos a assinatura tornar-se o único compromisso reconhecido, enquanto. o laça sagrado e profundo que unia o homem à palavra desaparece progressivamente para dar lugar a títulos universitários convencionais.

Nas tradições africanas – pela menos nas que conheço e que dizem respeita a toda a região de savana ao sul do Saara –, a palavra falada se empossava, além de um valor moral fundamental, de um caráter sagrado vinculado à sua origem divina e às forças ocultas nela depositadas. Agente mágico por excelência, grande vetor de “forças etéreas”, não era utilizada sem prudência.

Inúmeros fatores – religiosas, mágicos ou sociais – concorrem, por conseguinte, para preservar a fidelidade da transmissão oral. Pareceu-nos indispensável fazer ao leitor uma breve explanação sobre esses fatores, a fim de melhor situar a tradição oral africana em seu contexto e esclarecê-la, por assim dizer, a partir do seu interior.

Se formulássemos a seguinte pergunta a um verdadeiro tradicionalista* africano: “O que é tradição oral?”, por certo ele se sentiria muito embaraçado. Talvez respondesse simplesmente, após longo silêncio: “É o conhecimento total”.

O que, pois, abrange a expressão “tradição oral”? Que realidades veicula, que conhecimentos transmite, que ciências ensina e quem são os transmissores?

Contrariamente ao que alguns possam pensar, a tradição oral africana, com efeito, não se limita a histórias e lendas, ou mesmo a relatos mitológicos ou históricos, e os *griots* estão longe de ser seus únicos guardiães e transmissores qualificados.

A tradição oral é a grande escala da vida, e dela recupera e relaciona todos os aspectos. Pode parecer caótica àqueles que não lhe descortinam o segredo e desconcertar a mentalidade cartesiana acostumada a separar tudo em categorias bem definidas. Dentro da tradição oral, na verdade, o espiritual e o material não estão dissociados. Ao passar do esotérico para o exotérico, a tradição oral consegue colocar-se ao alcance dos homens, falar-lhes de acordo com o entendimento humano, revelar-se de acordo com as aptidões humanas. Ela é ao mesmo tempo religião, conhecimento, ciência natural, iniciação à arte, história, divertimento e recreação, uma vez que todo pormenor sempre nos permite remontar à Unidade primordial.

Fundada na iniciação e na experiência, a tradição oral conduz o homem à sua totalidade e, em virtude disso, pode-se dizer que contribuiu para criar um tipo de homem particular, para esculpir a alma africana.

Uma vez que se liga ao comportamento cotidiano da homem e da comunidade, a “cultura” africana não é, portanto, algo abstrato que possa ser isolado da vida. Ela envolve uma visão particular do mundo, ou, melhor dizendo, uma *presença* particular no mundo – um mundo concebido como um Todo onde todas as coisas se religam e interagem.

A tradição oral baseia-se em uma certa concepção da homem, do seu lugar e do seu papel no seio do universo. Para situá-la melhor na contexto global, antes

de estudá-la em seus várias aspectos devemos, portanto, retomar ao próprio mistério da criação do homem e da instauração primordial da Palavra: o mistério tal como ela o revela e do qual emana.

A origem divina da Palavra

Como não posso discorrer com autenticidade sobre quaisquer tradições que não tenha vivido ou estudado pessoalmente – em particular as relativas aos países da floresta – tirarei os exemplos em que me apóio das tradições da savana ao sul da Saara (que antigamente era chamada de Bafur e que constituía as regiões de savana da antiga África ocidental francesa).

A tradição bambara do Komo[2] ensina que a Palavra, *Kuma,* é uma força fundamental que emana do próprio Ser Supremo, *Maa Ngala,* criador de todas as coisas. Ela é o instrumento da criação: "Aquilo que *Maa Ngala* diz, é!", proclama o chantre do deus Komo.

O mito da criação do universo e do homem, ensinado pelo mestre iniciador do Komo (que é sempre um ferreiro) aos jovens circuncidados, revela-nos que quando *Maa Ngala* sentiu falta de um interlocutor, criou o Primeiro Homem: *Maa.*

Antigamente a história da gênese costumava ser ensinada durante os 63 dias de retiro imposto aos circuncidados aos 21 anos de idade; em seguida, passavam mais 21 anos estudando-a cada vez mais profundamente.

Na orla do bosque sagrado, onde Komo vivia, o primeiro circuncidado entoava ritmadamente as seguintes palavras:

> "*Maa Ngala*! *Maa Ngala*!
> Quem é *Maa Ngala?*
> Onde está *Maa Ngala?*"

O chantre do Komo respondia:

> *"Maa Ngala* é a Força infinita.
> Ninguém pode situá-lo no tempo e no espaço.
> Ele é *Dombali* (Incognoscível)
> *Dambali* (Incriado – Infinito)".

Então, após a iniciação, começava a narração da gênese primordial:

> "Não havia nada, senão um Ser.

2 Uma das grandes escolas de iniciação do Mande (Mali).

> Este Ser era um Vazio vivo,
> a incubar potencialmente as existências possíveis.
> O Tempo infinito era a moradia desse Ser-Um.
> O Ser-Um chamou-se de *Maa Ngala.*
> Então ele criou '*Fan*',
> Um Ovo maravilhoso com nove divisões
> No qual introduziu os nove estados fundamentais da existência.
> Quando o Ovo primordial chocou, dele nasceram vinte seres fabulosos que constituíram a totalidade do universo, a soma total das forças existentes do conhecimento possível.
> Mas, ai!, nenhuma dessas vinte primeiras criaturas revelou-se apta a tornar-se o *interlocutor (kuma-nyon)* que *Maa Ngala* havia desejado para si.
> Assim, ele tomou de uma parcela de cada uma dessas vinte criaturas existentes e misturou-as; então, insuflando na mistura uma centelha de seu próprio hálito ígneo, criou um novo Ser, o Homem, a quem deu uma parte de seu próprio nome: *Maa.* E assim esse novo ser, através de seu nome e da centelha divina nele introduzida, continha algo do próprio *Maa Ngala".*

Síntese de tudo o que existe, receptáculo por excelência da Força suprema e confluência de todas as forças existentes, *Maa,* o Homem, recebeu de herança uma parte do poder criador divino, o dom da Mente e da Palavra.

Maa Ngala ensinou a *Maa,* seu interlocutor, as leis segundo as quais todos os elementos do cosmo foram formados e continuam a existir. Ele o intitulou guardião do Universo e o encarregou de zelar pela conservação da Harmonia universal. Por isso é penoso ser *Maa.*

Iniciado por seu criador, mais tarde *Maa* transmitiu a seus descendentes tudo o que havia aprendido, e esse foi o início da grande cadeia de transmissão oral iniciatória da qual a ordem do Komo (como as ordens do Nama, do Kore, etc., no Mali) diz-se continuadora.

Tendo *Maa Ngala* criado seu interlocutor, *Maa,* falava com ele e, ao mesmo tempo, dotava-o da capacidade de responder. Teve início o diálogo entre *Maa Ngala,* criador de todas as coisas, e *Maa,* simbiose de todas as coisas.

Como provinham de *Maa Ngala* para o homem, as palavras eram divinas porque ainda não haviam entrado em contato com a materialidade. Após o contato com a corporeidade, perderam um pouco de sua divindade, mas se carregaram de sacralidade. Assim, sacralizada pela Palavra divina, por sua vez a corporeidade emitiu vibrações sagradas que estabeleceram a comunicação com *Maa Ngala.*

A tradição africana, portanto, concebe a fala como um dom de Deus. Ela é ao mesmo tempo divina no sentido descendente e sagrada no sentido ascendente.

A fala humana como poder de criação

Maa Ngala, como se ensina, depositou em *Maa* as três potencialidades do poder, do querer e do saber, contidas nos vinte elementos dos quais ele foi composto. Mas todas essas forças, das quais é herdeiro, permanecem silenciadas dentro dele. Ficam em estado de repouso até o instante em que a fala venha colocá-las em movimento. Vivificadas pela Palavra divina, essas forças começam a vibrar. Numa primeira fase, tornam-se pensamento; numa segunda, som; e, numa terceira, fala. A fala é, portanto, considerada como a materialização, ou a exteriorização, das vibrações das forças.

Assinalemos, entretanto, que, neste nível, os termos "falar" e "escutar" referem-se a realidades muito mais amplas do que as que normalmente lhes atribuímos. De fato, diz-se que: "Quando *Maa Ngala* fala, pode-se ver, ouvir, cheirar, saborear e tocar a sua fala". Trata-se de uma percepção total, de um conhecimento no qual o ser se envolve na totalidade.

Do mesmo modo, sendo a fala a exteriorização das vibrações das forças, toda manifestação de uma só força, seja qual for a forma que assuma, deve ser considerada como sua fala. É por isso que no universo tudo fala: tudo é fala que ganhou corpo e forma.

Em fulfulde, a palavra que designa "fala" *(haala)* deriva da raiz verbal *hal,* cuja ideia é "dar força" e, por extensão, "materializar". A tradição peul ensina que *Gueno,* o Ser Supremo, conferiu força a *Kiikala,* o primeiro homem, falando com ele. "Foi a conversa com Deus que fez *Kiikala* forte", dizem os *Silatigui* (ou mestres iniciados peul).

Se a fala é força, é porque ela cria uma ligação de vaivém *(yaa-warta,* em fulfulde) que gera movimento e ritmo, e, portanto, vida e ação. Este movimento de vaivém é simbolizado pelos pés do tecelão que sobem e descem, como veremos adiante ao falarmos sobre os ofícios tradicionais. (Com efeito, o simbolismo do ofício do tecelão baseia-se inteiramente na fala criativa em ação).

À imagem da fala de *Maa Ngala,* da qual é um eco, a fala humana coloca em movimento forças latentes, que são ativadas e suscitadas por ela – como um homem que se levanta e se volta ao ouvir seu nome.

A fala pode criar a paz, assim como pode destruí-la. É como o fogo. Uma única palavra imprudente pode desencadear uma guerra, do mesmo modo que um graveto em chamas pode provocar um grande incêndio. Diz o adágio malinês: "O que é que coloca uma coisa nas devidas condições (ou seja, a arranja, a dispõe favoravelmente)? A fala. O que é que estraga uma coisa? A fala. O que é que mantém uma coisa em seu estado? A fala".

A tradição, pois, confere a *Kuma,* a Palavra, não só um poder criador, mas também a dupla função de conservar e destruir. Por essa razão a fala, por excelência, é o grande agente ativo da magia africana.

A fala, agente ativo da magia

Deve-se ter em mente que, de maneira geral, todas as tradições africanas postulam uma *visão religiosa do mundo.* O universo visível é concebido e sentido como o sinal, a concretização ou o envoltório de um universo invisível e vivo, constituído de forças em perpétuo movimento. No interior dessa vasta unidade cósmica, tudo se liga, tudo é solidário, e o comportamento do homem em relação a si mesmo e em relação ao mundo que o cerca (mundo mineral, vegetal, animal e a sociedade humana) será objeto de uma regulamentação ritual muito precisa cuja forma pode variar segundo as etnias ou regiões.

A violação das leis sagradas causaria uma perturbação no equilíbrio das forças que se manifestaria em distúrbios de diversos tipos. Por isso a ação mágica, ou seja, a manipulação das forças, geralmente almejava restaurar o equilíbrio perturbado e restabelecer a harmonia, da qual o Homem, como vimos, havia sido designado guardião por seu Criador.

Na Europa, a palavra "magia" é sempre tomada no mau sentido, enquanto que na África designa unicamente o controle das forças, em si uma coisa neutra que pode se tornar benéfica ou maléfica conforme a direção que se lhe dê. Como se diz: "Nem a magia nem o destino são maus em si. A utilização que deles fazemos os torna bons ou maus".

A magia boa, a dos iniciados e dos "mestres do conhecimento", visa purificar os homens, os animais e os objetos a fim de repor as forças em ordem. E aqui é decisiva a força da fala.

Assim como a fala divina de *Maa Ngala* animou as forças cósmicas que dormiam, estáticas, em *Maa,* assim também a fala humana anima, coloca em movimento e suscita as forças que estão estáticas nas coisas. Mas para que a fala produza um efeito total, as palavras devem ser entoadas ritmicamente, porque o

movimento precisa de ritmo, estando ele próprio fundamentado no segredo dos números. A fala deve reproduzir o vaivém que é a essência do ritmo.

Nas canções rituais e nas fórmulas encantatórias, a fala é, portanto, a materialização da cadência. E se é considerada como tendo o poder de agir sobre os espíritos, é porque sua harmonia cria movimentos, movimentos que geram forças, forças que agem sobre os espíritos que são, por sua vez, as potências da ação.

Na tradição africana, a fala, que tira do sagrado o seu poder criador e operativo, encontra-se em relação direta com a conservação ou com a ruptura da harmonia no homem e no mundo que o cerca.

Por esse motivo a maior parte das sociedades orais tradicionais considera a mentira uma verdadeira lepra moral. Na África tradicional, aquele que falta à palavra mata sua pessoa civil, religiosa e oculta. Ele se separa de si mesmo e da sociedade. Seria preferível que morresse, tanto para si próprio como para os seus.

O chantre do Komo Dibi de Kulikoro, no Mali, cantou em um de seus poemas rituais:

> "A fala é divinamente exata,
> convém ser exato para com ela".
> "A língua que falsifica a palavra
> vicia o sangue daquele que mente."

O sangue simboliza aqui a força vital interior, cuja harmonia é perturbada pela mentira. "Aquele que corrompe sua palavra, corrompe a si próprio", diz o adágio. Quando alguém pensa uma coisa e diz outra, separa-se de si mesmo. Rompe a unidade sagrada, reflexo da unidade cósmica, criando desarmonia dentro e ao redor de si.

Agora podemos compreender melhor em que contexto mágico-religioso e social se situa o respeito pela palavra nas sociedades de tradição oral, especialmente quando se trata de transmitir as palavras herdadas de ancestrais ou de pessoas idosas. O que a África tradicional mais preza é a herança ancestral. O apego religioso ao patrimônio transmitido exprime-se em frases como: "Aprendi com meu Mestre", "Aprendi com meu pai", "Foi o que suguei no seio de minha mãe".

Os tradicionalistas

Os grandes depositários da herança oral são os chamados "tradicionalistas". Memória viva da África, eles são suas melhores testemunhas. Quem são esses mestres?

Em bambara, chamam-nos de *Doma* ou *Soma,* os "Conhecedores", ou *Donikeba,* "fazedores de conhecimento"; em fulani, segundo a região, de *Silatigui, Gando* ou *Tchiorinke,* palavras que possuem o mesmo sentido de "Conhecedor". Podem ser Mestres iniciados (e iniciadores) de um ramo tradicional específico (iniciações do ferreiro, do tecelão, do caçador, do pescador, etc.) ou possuir o conhecimento total da tradição em todos os seus aspectos. Assim, existem *Domas* que conhecem a ciência dos ferreiros, dos pastores, dos tecelões, assim como das grandes escolas de iniciação da savana – por exemplo, no Mali, o Komo, o Kore, o Nama, o Do, o Diarrawara, o Nya, o Nyaworole, etc.

Mas não nos iludamos: a tradição africana não corta a vida em fatias e raramente o "Conhecedor" é um "especialista". Na maioria das vezes, é um "generalizador". Por exemplo, um mesmo velho conhecerá não apenas a ciência das plantas (as propriedades boas ou más de cada planta), mas também a "ciência das terras" (as propriedades agrícolas ou medicinais dos diferentes tipos de solo), a "ciência das águas", astronomia, cosmogonia, psicologia, etc. Trata-se de uma *ciência da vida* cujos conhecimentos sempre podem favorecer uma utilização prática. E quando falamos de ciências "iniciatórias" ou "ocultas", termos que podem confundir o leitor racionalista, trata-se sempre, para a África tradicional, de uma ciência eminentemente prática que consiste em saber como entrar em relação apropriada com as forças que sustentam o mundo visível e que podem ser colocadas a serviço da vida.

Guardião dos segredos da Gênese cósmica e das ciências da vida, o tradicionalista, geralmente dotado de uma memória prodigiosa, normalmente também é o arquivista de fatos passados transmitidos pela tradição, ou de fatos contemporâneos.

Uma história que se quer essencialmente africana deverá necessariamente, portanto, apoiar-se no testemunho insubstituível de africanos qualificados. "Não se pode pentear uma pessoa quando ela está ausente", diz o adágio.

Os grandes *Doma,* os de conhecimento total, eram conhecidos e venerados, e as pessoas vinham de longe para recorrer ao seu conhecimento e à sua sabedoria.

Ardo Dembo, que me iniciou nas coisas fulani, era um *Doma* peul (um Silatigui). Hoje é falecido. *Ali Essa,* outro *Silatigui* peul, ainda vive.

Danfo Sine, que frequentava a casa de meu pai, na minha infância, era um *Doma* quase universal. Não somente era um grande Mestre iniciado do Komo, mas também possuía todos os outros conhecimentos de seu tempo históricos, iniciatórios ou relativos às ciências da natureza. Era conhecido por todos na

região que se estende de Sikasso a Bamako, isto é, os antigos reinos de Kenedugu e de Beledugu.

Seu irmão mais jovem, *Latif,* que havia experimentado as mesmas iniciações, era também um grande *Doma.* Além do mais, tinha a vantagem de ler e escrever árabe e de ter prestado o serviço militar (nas forças francesas) no Chade, o que lhe permitira coletar grande quantidade de conhecimentos na savana chadiana, que se revelaram análogos aos ensinados no Mali.

Iwa, pertencente à casta dos *griots,* é um dos maiores tradicionalistas do Mande vivos no Mali, assim como *Banzoumana,* o grande músico cego.

Neste ponto é preciso esclarecer que um *griot* não é necessariamente um tradicionalista "conhecedor", mas que pode tornar-se um, se for essa sua vocação. Não poderá, entretanto, ter acesso à iniciação do Komo, da qual os *griots* são excluídos[3].

De maneira geral, os tradicionalistas foram postos de parte, senão perseguidos, pelo poder colonial que, naturalmente, procurava extirpar as tradições locais a fim de implantar suas próprias ideias, pois, como se diz, "Não se semeia nem em campo plantado nem em terra alqueivada". Por essa razão, a iniciação geralmente buscava refúgio na mata e deixava as grandes cidades, chamadas de *Tubabudugu*, "cidades de brancos" (ou seja, dos colonizadores).

No entanto, nos diversos países da savana africana que formam o antigo Bafur – e, sem dúvida, outras partes também – ainda existem "Conhecedores" que continuam a transmitir a herança sagrada àqueles que aceitam aprender e ouvir e que se mostram dignos de receber os ensinamentos por sua paciência e discreção, regras básicas exigidas pelos deuses.

Dentro de 10 ou 15 anos, os últimos grandes *Doma,* os últimos anciãos herdeiros dos vários ramos da Tradição provavelmente terão desaparecido. Se não nos apressarmos em reunir seus testemunhos e ensinamentos, todo o patrimônio cultural e espiritual de um povo cairá no esquecimento juntamente com eles, e uma geração jovem sem raízes ficará abandonada à própria sorte.

Autenticidade da transmissão

Mais do que todos os outros homens, os tradicionalistas-*doma*, grandes ou pequenos, obrigam-se a respeitar a verdade. Para eles, a mentira não é

3 A respeito dos *griots,* ver mais adiante.

simplesmente um defeito moral, mas uma *interdição ritual* cuja violação lhes impossibilitaria o preenchimento de sua função.

Um mentiroso não poderia ser um iniciador, nem um "Mestre da faca", e muito menos um *Doma.* Se, excepcionalmente, acontecesse de um tradicionalista-*doma* revelar-se um mentiroso, jamais voltaria a receber a confiança de alguém em qualquer domínio e sua função desapareceria imediatamente.

De modo geral, a tradição africana abomina a mentira. Diz-se: "Cuida-te para não te separares de ti mesmo. É melhor que o mundo fique separado de ti do que tu separado de ti mesmo". Mas a interdição ritual da mentira afeta, de modo particular, todos os "oficiantes" (ou sacrificadores ou mestres da faca, etc.)[4] de todos os graus, a começar pelo pai de família que é o sacrificador ou o oficiante de sua família, passando pelo ferreiro, pelo tecelão ou pelo artesão tradicional – sendo a prática de um ofício uma atividade sagrada, como veremos adiante. A proibição atinge todos os que, tendo de exercer uma responsabilidade mágico-religiosa e de realizar os atos rituais, são, de algum modo, os intermediários entre os mortais comuns e as forças tutelares; no topo estão o oficiante sagrado do país (por exemplo, o *Hogon,* entre os Dogon) e, eventualmente, o rei.

Essa interdição ritual existe, de meu conhecimento, em todas as tradições da savana africana.

A proibição da mentira deve-se ao fato de que se um oficiante mentisse, estaria corrompendo os atos rituais. Não mais preencheria o conjunto das condições rituais necessárias à realização do ato sagrado, sendo a principal estar ele próprio em harmonia antes de manipular as forças da vida. Não nos esqueçamos de que todos os sistemas mágico-religiosos africanos tendem a preservar ou restabelecer o equilíbrio das forças, do qual depende a harmonia do mundo material e espiritual.

Mais do que todos os outros, os *Doma* sujeitam-se a esta obrigação, pois, enquanto Mestres iniciados, são os grandes *detentores da Palavra,* principal agente ativo da vida humana e dos espíritos. São os herdeiros das palavras sagradas e encantatórias transmitidas pela cadeia de ancestrais, palavras que podem remontar às primeiras vibrações sagradas emitidas por *Maa,* o primeiro homem.

Se o tradicionalista-*doma* é detentor da Palavra, os demais homens são os depositários do palavrório…

Citarei o caso de um Mestre da faca dogon, do país de Pignari (departamento de Bandiagara) que conheci na juventude e que, certa vez, foi forçado a mentir

4 Nem todas as cerimônias rituais incluíam necessariamente o sacrifício de um animal. O "sacrifício" podia consistir em uma oferenda de painço, leite ou algum outro produto natural.

a fim de salvar a vida de uma mulher procurada que ele havia escondido em sua casa. Após o incidente, renunciou espontaneamente ao cargo, supondo que já não mais preenchia as condições rituais para assumi-lo lidimamente.

Quando se trata de questões religiosas e sagradas, os grandes mestres tradicionais não temem a opinião desfavorável das massas e, se acaso cometem um engano, admitem o erro publicamente, sem desculpas calculadas ou evasivas. Para eles, reconhecer quaisquer faltas que tenham cometido é uma obrigação, pois significa purificar-se da profanação.

Se o tradicionalista ou "Conhecedor" é tão respeitado na África, é porque ele se respeita a si próprio. Disciplinado interiormente, uma vez que jamais deve mentir, é um homem "bem equilibrado", mestre das forças que nele habitam. Ao seu redor as coisas se ordenam e as perturbações se aquietam.

Independentemente da interdição da mentira, ele pratica a disciplina da palavra e não a utiliza imprudentemente. Pois se a fala, como vimos, é considerada uma exteriorização das vibrações de forças interiores, inversamente, a força interior nasce da interiorização da fala.

A partir dessa óptica, pode-se compreender melhor a importância que a educação tradicional africana atribui ao autocontrole. Falar pouco é sinal de boa educação e de nobreza. Muito cedo, o jovem aprende a dominar a manifestação de suas emoções ou de seu sofrimento, aprende a conter as forças que nele existem, à semelhança do *Maa* primordial que continha dentro de si, submissas e ordenadas, todas as forças do Cosmo.

Dir-se-á de um "Conhecedor" respeitado ou de um homem que é mestre de si mesmo: "É um *Maa!*" (ou um *Neddo,* em fulfulde), quer dizer, um homem completo.

Não se deve confundir os tradicionalistas-*doma*, que sabem ensinar enquanto divertem e se colocam ao alcance da audiência, com os trovadores, contadores de história e animadores públicos, que em geral pertencem à casta dos *Dieli* (*griots*) ou dos *Woloso* ("cativos de casa")[5]. Para estes, a disciplina da verdade não existe; e, como veremos adiante, a tradição lhes concede o direito de travesti-la ou de embelezar os fatos, mesmo que grosseiramente, contanto que consigam divertir ou interessar o público. "O *griot*", como se diz, "pode ter duas línguas".

Ao contrário, nenhum africano de formação tradicionalista sequer sonharia em colocar em dúvida a veracidade da fala de um tradicionalista-*doma*,

5 Os *Woloso* (literalmente "os nascidos na casa"), ou "cativos de casa", eram empregados ou famílias de empregados ligados há gerações a uma mesma família. A tradição concedia-lhes liberdade total de ação e expressão bem como consideráveis direitos materiais sobre os bens de seus senhores.

FIGURA 8.1 Músico tukulor tocando o "ardin" (Kayes, Mali, n. AO-292).

FIGURA 8.2 Cantor Mvet (Documentation Française).

especialmente quando se trata da transmissão dos conhecimentos herdados da cadeia dos ancestrais.

Antes de falar, o *Doma,* por deferência, dirige-se às almas dos antepassados para pedir-lhes que venham assisti-lo, a fim de evitar que a língua troque as palavras ou que ocorra um lapso de memória, que o levaria a alguma omissão.

Danfo Sine, o grande *Doma* bambara que conheci na infância em Bougouni e que era o Chantre do Komo, antes de iniciar uma história ou lição costumava dizer:

> "Oh, Alma de meu Mestre Tiemablem Samaké!
> Oh, Almas dos velhos ferreiros e dos velhos tecelões,
> Primeiros ancestrais iniciadores vindos do Leste!
> Oh, Jigi, grande carneiro que por primeiro soprou
> Na trombeta do Komo,
> Vindo sobre o Jeliba (Níger)!
> Acercai-vos e escutai-me.
> Em concordância com vossos dizeres
> Vou contar aos meus ouvintes
> Como as coisas aconteceram,
> Desde vós, no passado, até nós, no presente,
> Para que as palavras sejam preciosamente guardadas
> E fielmente transmitidas
> Aos homens de amanhã
> Que serão nossos filhos
> E os filhos de nossos filhos.
> Segurai firme, ó ancestrais, as rédeas de minha língua!
> Guiai o brotar das minhas palavras
> A fim de que possam seguir e respeitar
> Sua ordem natural".

Em seguida, acrescentava:

"Eu, *Danjo Sine,* do clã de *Samake* (elefante), vou contar tal como o aprendi, na presença de minhas duas testemunhas *Makoro* e *Manifin*"[6].

"Os dois como eu conhecem a trama[7]. Eles serão a um tempo meus fiscais e meu apoio."

6 Makoro e Manifin eram seus dois condiscípulos.

7 Uma narrativa tradicional possui sempre uma trama ou base imutável que não deve jamais ser modificada, mas a partir da qual pode-se acrescentar desenvolvimentos ou embelezamentos, segundo a inspiração ou a atenção dos ouvintes.

Se o contador de histórias cometesse um erro ou esquecesse algo, sua testemunha o interromperia: "Homem! Presta atenção quando abres a boca!" Ao que ele responderia: "Desculpe, foi minha língua fogosa que me traiu".

Um tradicionalista-*doma* que não é ferreiro de nascença, mas que conhece as ciências relacionadas à forja, por exemplo, dirá, antes de falar sobre ela: "Devo isto a fulano, que deve a beltrano, etc.". Ele renderá homenagem ao ancestral dos ferreiros, curvando-se em sinal de devoção, com a ponta do cotovelo direito apoiada no chão e o antebraço erguido.

O *Doma* também pode citar seu mestre e dizer: "Rendo homenagem a todos os intermediários até *Nunfayri*..."[8], sem ser obrigado a citar todos os nomes.

Existe sempre referência à cadeia da qual o próprio *Doma* é apenas um elo.

Em todos os ramos do conhecimento tradicional, a *cadeia de transmissão* se reveste de uma importância primordial. Não existindo transmissão regular, não existe "magia", mas somente conversa ou histórias. A fala é, então, inoperante. A palavra transmitida pela cadeia deve veicular, depois da transmissão original, uma força que a torna operante e sacramental.

Esta noção de "respeito pela cadeia" ou de "respeito pela transmissão" determina, em geral, no africano não aculturado a tendência a relatar uma história reproduzindo a mesma forma em que a ouviu, ajudado pela memória prodigiosa dos iletrados. Se alguém o contradiz, ele simplesmente responderá: "Fulano me ensinou assim!", sempre citando a fonte.

Além do valor moral próprio dos tradicionalistas-*doma* e de sua adesão a uma "cadeia de transmissão", uma garantia suplementar de autenticidade é fornecida pelo *controle permanente de seus pares ou dos anciãos* que os rodeiam, que velam zelosamente pela autenticidade daquilo que transmitem e que os corrigem no menor erro, como vimos no caso de *Danfo Sine.*

No curso de suas excursões rituais pelo mato, o chantre do Komo pode acrescentar as próprias meditações ou inspirações às palavras tradicionais que herdou da "cadeia" e que canta para seus companheiros. Suas palavras, novos elos, vêm, então, enriquecer as palavras dos predecessores. Mas ele previne: "Isto é o que estou acrescentando, isto é o que estou dizendo. Não sou infalível, posso estar errado. Se estou, não se esqueçam de que, como vocês, vivo de um punhado de painço, de uns goles de água e de alguns sopros de ar. O homem não é infalível!".

8 Ancestral dos ferreiros.

Os iniciados e os neófitos que o acompanham aprendem essas novas palavras, de modo que todos os cantos do Komo são conhecidos e conservados na memória.

O grau de evolução do adepto do Komo não é medido pela *quantidade* de palavras aprendidas, mas pela *conformidade de sua vida* a essas palavras. Se um homem sabe apenas dez ou quinze palavras do Komo, e, as *vive,* então ele se torna um valoroso adepto do Komo dentro da associação. Para ser chantre do Komo, portanto Mestre iniciado, é necessário conhecer todas as palavras herdadas, e vivê-las.

A educação tradicional, sobretudo quando diz respeito aos conhecimentos relativos a uma iniciação, liga-se à experiência e se integra à vida. Por esse motivo o pesquisador europeu ou africano que deseja aproximar-se dos fatos religiosos africanos está fadado a deter-se nos limites do assunto, a menos que aceite viver a iniciação correspondente e suas regras, o que pressupõe, no mínimo, um *conhecimento da língua.* Pois existem coisas que não "se explicam", mas que se experimentam e se vivem.

Lembro-me de que em 1928, quando servia em Tougan, um jovem etnólogo chegara ao país para fazer um estudo sobre a galinha sacrifical por ocasião da circuncisão. O comandante francês apresentou-se ao chefe de cantão indígena e pediu que tudo fosse feito para satisfazer ao etnólogo, insistindo para que "lhe contassem tudo". Por sua vez, o chefe de cantão reuniu os principais cidadãos e expôs-lhes os fatos, repetindo as palavras do comandante.

O decano da assembleia, que era o Mestre da faca local, e, portanto, o responsável pelas cerimônias de circuncisão e da iniciação correspondente, perguntou-lhe:

— "Ele quer que lhe contemos tudo?"
— "Sim" – respondeu o chefe de cantão.
— "Mas ele veio para ser circuncidado?"
— "Não, veio buscar informações".

O decano voltou o rosto para o outro lado e disse:

— "Como podemos contar-lhe tudo se ele não quer ser circuncidado? Você bem sabe, chefe, que isso não é possível. Ele terá de levar a vida dos circuncidados para que possamos ensinar-lhe todas as lições".

— "Uma vez que por força somos obrigados a satisfazê-lo" – replicou o chefe do cantão –, "cabe a você encontrar uma saída para essa dificuldade".

— "Muito bem!" – disse o velho. — "Nós nos desembaraçaremos dele sem que ele perceba, 'pondo-o na palha'".

A fórmula “pôr na palha”, que consiste em enganar uma pessoa com alguma história improvisada quando não se pode dizer a verdade, foi inventada a partir do momento em que o poder colonial passou a enviar seus agentes ou representantes com o propósito de fazer pesquisas etnológicas sem aceitar viver sob as condições exigidas. Muitos etnólogos foram vítimas inconscientes desta tática… Quantos não pensavam ter compreendido completamente determinada realidade quando, sem vivê-la, não poderiam verdadeiramente tê-la conhecido.

Além do ensino esotérico ministrado nas grandes escolas de iniciação – por exemplo, o Komo ou as demais já mencionadas –, a educação tradicional começa, em verdade, no seio de cada família, onde o pai, a mãe ou as pessoas mais idosas são ao mesmo tempo mestres e educadores e constituem a primeira célula dos tradicionalistas. São eles que ministram as primeiras lições da vida, não somente através da experiência, mas também por meio de histórias, fábulas, lendas, máximas, adágios, etc. Os provérbios são as missivas legadas à posteridade pelos ancestrais. Existe uma infinidade deles.

Certos jogos infantis foram elaborados pelos iniciados com o fim de difundir, ao longo dos séculos, certos conhecimentos esotéricos “cifrados”. Citemos, por exemplo, o jogo do *Banangolo,* no Mali, baseado em um sistema numeral relacionado com os 266 *siqiba,* ou signos, que correspondem aos atributos de Deus.

Por outro lado, o ensinamento não é sistemático, mas ligado às circunstâncias da vida. Este modo de proceder pode parecer caótico, mas, em verdade, é prático e muito vivo. A lição dada na ocasião de certo acontecimento ou experiência fica profundamente gravada na memória da criança.

Ao fazer uma caminhada pela mata, encontrar um formigueiro dará ao velho mestre a oportunidade de ministrar conhecimentos diversos, de acordo com a natureza dos ouvintes. Ou falará sobre o próprio animal, sobre as leis que governam sua vida e a “classe de seres” a que pertence, ou dará uma lição de moral às crianças, mostrando-lhes como a vida em comunidade depende da solidariedade e do esquecimento de si mesmo, ou ainda poderá falar sobre conhecimentos mais elevados, se sentir que seus ouvintes poderão compreendê-lo. Assim, qualquer incidente da vida, qualquer acontecimento trivial pode sempre dar ocasião a múltiplos desenvolvimentos, pode induzir à narração de um mito, de uma história ou de uma lenda. Qualquer fenômeno observado permite remontar às forças de onde se originou e evocar os mistérios da unidade da Vida, que é inteiramente animada pela *Se,* a Força sagrada primordial, ela mesma um aspecto do Deus Criador.

Na África, tudo é "História". A grande História da vida compreende a História das Terras e das Águas (geografia), a História dos vegetais (botânica e farmacopeia), a História dos "Filhos do seio da Terra" (mineralogia, metais), a História dos astros (astronomia, astrologia), a História das águas, e assim por diante.

Na tradição da savana, particularmente nas tradições bambara e peul, o conjunto das manifestações da vida na terra divide-se em três categorias ou "classes de seres", cada uma delas subdividida em três grupos:

- Na parte inferior da escala, os seres inanimados, os chamados seres "mudos", cuja linguagem é considerada oculta, uma vez que é incompreensível ou inaudível para o comum dos mortais. Essa classe de seres inclui tudo o que se encontra na superfície da terra (areia, água, etc.) ou que habita o seu interior (minerais, metais, etc.). Dentre os inanimados mudos, encontramos os inanimados sólidos, líquidos e gasosos (literalmente, "fumegantes").
- No grau médio, os "animados imóveis", seres vivos que não se deslocam. Essa é a classe dos vegetais, que podem se estender ou se desdobrar, no espaço, mas cujo pé não pode mover-se. Dentre os animados imóveis, encontramos as plantas rasteiras, as trepadeiras e as verticais, estas últimas constituindo a classe superior.
- Finalmente, os "animados móveis", que compreendem todos os animais, inclusive o homem. Os animados móveis incluem os animais terrestres (com e sem ossos), os animais aquáticos e os animais voadores.

Tudo o que existe pode, portanto, ser incluído em uma dessas categorias[9].

De todas as "Histórias", a maior e mais significativa é a do próprio Homem, simbiose de todas as "Histórias", uma vez que, segundo o mito, foi feito com uma parcela de tudo o que existiu antes dele. Todos os reinos da vida (mineral, vegetal e animal) encontram-se nele, conjugados a forças múltiplas e a faculdades superiores. Os ensinamentos referentes ao homem baseiam-se em mitos da cosmogonia, determinando seu lugar e papel no universo e revelando qual deve ser sua relação com O mundo dos vivos e dos mortos. Explica-se tanto o simbolismo de seu corpo quanto a complexidade de seu psiquismo: "As pessoas da pessoa são numerosas no interior da pessoa", dizem as tradições bambara e peul. Ensina-se qual deve ser seu comportamento frente à natureza, como respeitar-lhe o equilíbrio e não perturbar as forças que a animam, das quais não é mais que o aspecto visível A iniciação o fará descobrir a sua própria relação

9 Cf. HAMPATÉ BÂ, A. 1972, p. 23 e segs.

com o mundo das forças e pouco a pouco o conduzirá ao autodomínio, sendo a finalidade última tornar-se, tal como *Maa,* um "homem completo", interlocutor de *Maa Ngala* e guardião do mundo vivo.

Os ofícios tradicionais

Os ofícios artesanais tradicionais são os grandes vetores da tradição oral.

Na sociedade tradicional africana, as atividades humanas possuíam frequentemente um caráter sagrado ou oculto, principalmente as atividades que consistiam em agir sobre a matéria e transformá-la, uma vez que tudo é considerado vivo.

Toda função artesanal estava ligada a um conhecimento esotérico transmitido de geração a geração e que tinha sua origem em uma revelação inicial. A obra do artesão era sagrada porque "imitava" a obra de *Maa Ngala* e completava sua criação. A tradição bambara ensina, de fato, que a criação ainda não está acabada e que *Maa Ngala,* ao criar nossa terra, deixou as coisas inacabadas para que *Maa,* seu interlocutor, as completasse ou modificasse, visando conduzir a natureza à perfeição. A atividade artesanal, em sua operação, deveria "repetir" o mistério da criação. Portanto, ela "focalizava" uma força oculta da qual não se podia aproximar sem respeitar certas condições rituais.

Os artesãos tradicionais acompanham o trabalho com cantos rituais ou palavras rítmicas sacramentais, e seus próprios gestos são considerados uma linguagem. De fato, os gestos de cada ofício reproduzem, no simbolismo que lhe é próprio, o mistério da criação primeira, que, como foi mostrado anteriormente, ligava-se ao poder da Palavra. Diz-se que:

> "O ferreiro forja a Palavra,
> O tecelão a tece,
> O sapateiro amacia-a curtindo-a".

Tomemos o exemplo do tecelão, cujo ofício vincula-se ao simbolismo da Palavra criadora que se distribui no tempo e no espaço.

O tecelão de casta (um *maabo,* entre os Peul) é o depositário dos segredos das 33 peças que compõem a base fundamental do tear, cada uma delas com um significado. A armação, por exemplo, constitui-se de oito peças principais: quatro verticais, que simbolizam não só os quatro elementos-mãe (terra, água, ar e fogo), mas também os quatro pontos cardeais, e quatro transversais, que simbolizam os quatro pontos colaterais. O tecelão, situado no meio, representa

o Homem primordial, *Maa,* no centro das oito direções do espaço. Com sua presença, obtêm-se nove elementos que lembram os nove estados fundamentais da existência, as nove classes de seres, as nove aberturas do corpo (portas das forças da vida), as nove categorias de homens entre os Peul, etc.

Antes de dar início ao trabalho, o tecelão deve tocar cada peça do tear pronunciando palavras ou ladainhas correspondentes às forças da vida que elas encarnam.

O vaivém dos pés, que sobem e descem para acionar os pedais, lembra o ritmo original da Palavra criadora, ligado ao dualismo de todas as coisas e à lei dos ciclos. Como se os pés dissessem o seguinte:

> "Fonyonko! Fonyonko! Dualismo! Dualismo!
> Quando um sobe, o outro desce.
> A morte do rei e a coroação do príncipe,
> A morte do avô e o nascimento do neto,
> Brigas de divórcio misturadas ao barulho de uma festa de casamento…".

De sua parte, diz a naveta:

> "Eu sou a barca do Destino.
> Passo por entre os recifes dos fios da trama
> Que representam a Vida.
> Passo do lado direito para o lado esquerdo,
> Desenrolando meu intestino (o fio)
> Para contribuir à construção.
> E de novo passo do lado esquerdo para o lado direito,
> Desenrolando meu intestino.
> A vida é eterno vaivém,
> Permanente doação de si".

A tira de tecido que se acumula e se enrola em um bastão que repousa sobre o ventre do tecelão representa o passado, enquanto o rolo do fio a ser tecido simboliza o mistério do amanhã, o desconhecido devir. O tecelão sempre dirá: "Ó amanhã! Não me reserve uma surpresa desagradável!".

No total, o trabalho do tecelão representa oito movimentos de vaivém (movimentos dos pés, dos braços, da naveta e o cruzamento rítmico dos fios do tecido) que correspondem às oito peças da armação do tear e às oito patas da aranha mítica que ensinou sua ciência ao ancestral dos tecelões.

Os gestos do tecelão, ao acionar o tear, representam o ato da criação e as palavras que lhe acompanham os gestos são o próprio canto da Vida.

Quanto ao ferreiro tradicional, ele é o depositário do segredo das transmutações. Por excelência, é o "Mestre do Fogo". Sua origem é mítica, e, na tradição bambara, chamam-no de "Primeiro Filho da Terra". Suas habilidades remontam a *Maa,* o primeiro homem, a quem o criador *Maa Ngala* ensinou, entre outros, os segredos da "forjadura". Por isso a forja é chamada de *Fan,* o mesmo nome do Ovo primordial, de onde surgiu todo o universo e que foi a primeira forja sagrada.

Os elementos da forja estão ligados a um simbolismo sexual, sendo esta a expressão, ou o reflexo, de um processo cósmico de criação. Desse modo, os dois foles redondos, acionados pelo assistente do ferreiro, são comparados aos testículos masculinos. O ar com que são enchidos é a substância da vida enviada, através de uma espécie de tubo, que representa o falo, para a fornalha da forja, que representa a matriz onde age o fogo transformador.

O ferreiro tradicional só pode entrar na forja após um banho ritual de purificação preparado com o cozimento de certas folhas, cascas ou raízes de árvores, escolhidas em função do dia. Com efeito, as plantas (como os minerais e os animais) dividem-se em sete classes, que correspondem aos dias da semana e estão ligadas pela lei de "correspondência analógica".[10] Em seguida, o ferreiro se veste de modo especial, uma vez que não pode entrar na forja vestido com roupa comum.

Todos os dias pela manhã, purifica a forja com defumações especiais feitas com plantas que ele conhece.

Terminadas essas operações, lavado de todos os contatos com o exterior, o ferreiro encontra-se em estado sacramental. Voltou a ser puro e assemelha-se agora ao ferreiro primordial. Só então, à semelhança de *Maa Ngala,* pode ele "criar", modificando e moldando a matéria. (Em fulfulde, ferreiro traduz-se por *baylo,* palavra que literalmente significa "transformador").

Antes de começar o trabalho, invoca os quatro elementos-mãe da criação, (terra, água, ar e fogo), que estão obrigatoriamente representados na forja: existe sempre um receptáculo com *água,* o *fogo* da fornalha, o *ar* enviado pelos foles e um montículo de *terra* ao lado da forja.

Durante o trabalho, o ferreiro pronuncia palavras especiais à medida que vai tocando cada ferramenta. Ao tomar a bigorna, que simboliza a receptividade feminina, diz: "Não sou *Maa Ngala,* mas o representante de *Maa Ngala.* Ele é

10 A respeito da lei de correspondência analógica, v. HAMPATÉ BÂ, A. *Aspects de la civilisation africaine,* Présence africaine, Paris, 1972, p. 120 e segs.

quem cria, não eu". Em seguida, apanha um pouco de água, ou um ovo, oferece-a à bigorna e diz: "Eis teu dote".

Pega o martelo, que simboliza o falo, e aplica alguns golpes na bigorna para "sensibilizá-la". Estabelecida a comunicação, ele pode começar a trabalhar.

O aprendiz não deve fazer perguntas. Deve apenas observar com atenção e soprar. Esta é a fase "muda" do aprendizado. À medida que vai avançando na assimilação do conhecimento, o aprendiz sopra em ritmos cada vez mais complexos, cada um deles possuindo um significado. No decorrer da fase oral do aprendizado, o Mestre transmitirá gradualmente todos os seus conhecimentos ao discípulo, treinando-o e corrigindo-o até que adquira a mestria. Após uma "cerimônia de liberação", o novo ferreiro poderá deixar o mestre e instalar a sua própria forja. Comumente, o ferreiro envia os próprios filhos para outro ferreiro a fim de iniciarem seu aprendizado. Como diz o adágio: "As esposas e os filhos do Mestre não são seus melhores discípulos".

Assim, o artesão tradicional, imitando *Maa Ngala,* "repetindo" com seus gestos a criação primordial, realizava não um "trabalho" no sentido puramente econômico da palavra, mas uma função sagrada que empregava as forças fundamentais da vida e em que se aplicava todo o seu ser. Na intimidade da oficina ou da forja, participava do mistério renovado da criação eterna.

Os conhecimentos do ferreiro devem abranger um vasto setor da vida. Renomado ocultista, a mestria dos segredos do fogo e do ferro faz dele a única pessoa habilitada a praticar a circuncisão, e, como vimos, o grande "Mestre da faca" na iniciação do Komo é invariavelmente um ferreiro. Não apenas sabe tudo o que diz respeito aos metais, como também conhece perfeitamente a classificação das plantas e suas propriedades.

O ferreiro de alto-forno, que ao mesmo tempo extrai e funde o mineral, é o mais avançado em conhecimentos. À ciência de ferreiro fundidor, acrescenta o conhecimento perfeito dos "Filhos do seio da Terra" (mineralogia) e dos segredos das plantas e da mata. De fato, ele conhece as espécies de vegetais que cobrem a terra que contém determinado metal e detecta um veio de ouro simplesmente examinando as plantas e os seixos. Conhece as encantações da terra e as encantações das plantas. Uma vez que se considera a natureza como viva e animada pelas forças, todo ato que a perturba deve ser acompanhado de um "comportamento ritual" destinado a preservar e salvaguardar o equilíbrio sagrado, pois tudo se liga, tudo repercute em tudo, toda ação faz vibrar as forças da vida e desperta uma cadeia de consequências cujos efeitos são sentidos pelo homem.

A relação do homem tradicional com o mundo era, portanto, uma relação viva de *participação* e não uma relação de pura utilização. É compreensível que, nesta *visão global do universo,* o papel do profano seja mínimo.

No antigo país Baúle, por exemplo, o ouro, que a terra oferecia em abundância, era considerado metal divino e não chegou a ser explorado exaustivamente. Empregavam-no sobretudo na confecção de objetos reais ou cultuais, mas igualmente o utilizavam como moeda de câmbio e objeto de presente. Sua extração era livre a todos, mas a ninguém era permitida a apropriação de pepitas que ultrapassassem certo tamanho; toda pepita com peso superior ao padrão era devolvida ao deus e se destinava a aumentar o "ouro real", depósito sagrado do qual os próprios reis não tinham o direito de usufruir. Certos tesouros reais foram desta maneira transmitidos intactos até a ocupação europeia. A terra, acreditava-se, pertencia a Deus, e ao homem cabia o direito de "usufruir" dela, mas não o de possuí-la.

Voltando ao artesão tradicional, ele é o exemplo perfeito de como o conhecimento pode se incorporar não somente aos gestos e ações, mas também à totalidade da vida, uma vez que deve respeitar um conjunto de proibições e obrigações ligadas à sua atividade, que constitui um verdadeiro código de comportamento em relação à natureza e aos semelhantes.

Existe, desse modo, o que se chama de "Costume dos ferreiros" *(numusira* ou *numuya,* em bambara), "Costume dos agricultores", "Costume dos tecelões", e assim por diante, e, no plano étnico, o que se chama de "Costume dos Peul" *(Lawol fulfulde)*, verdadeiros códigos morais, sociais e jurídicos peculiares a cada grupo, transmitidos e observados fielmente pela tradição oral.

Pode-se dizer que o ofício, ou a atividade tradicional, esculpe o ser do homem. Toda a diferença entre a educação moderna e a tradição oral encontra-se aí. Aquilo que se aprende na escola ocidental, por mais útil que seja, nem sempre é *vivido,* enquanto o conhecimento herdado da tradição oral encarna-se na totalidade do ser. Os instrumentos ou as ferramentas de um ofício materializam as Palavras sagradas; o contato do aprendiz com o ofício o obriga a viver a Palavra a cada gesto.

Por essa razão a tradição oral, tomada no seu todo, não se resume à transmissão de narrativas ou de determinados conhecimentos. Ela é *geradora e formadora de um tipo particular de homem.* Pode-se afirmar que existe a civilização dos ferreiros, a civilização dos tecelões, a civilização dos pastores, etc.

Limitei-me aqui a examinar os exemplos particularmente típicos dos ferreiros e dos tecelões, mas, de um modo geral, toda atividade tradicional constitui uma

grande escola iniciatória ou mágico-religiosa, uma via de acesso à Unidade, da qual, para os iniciados, é um reflexo ou uma expressão peculiar.

Geralmente, a fim de conservar restritos à linhagem os conhecimentos secretos e os poderes mágicos deles decorrentes, todo grupo devia observar proibições sexuais rigorosas em relação a pessoas estranhas ao grupo e praticar a endogamia. A endogamia, portanto, não se deve à ideia de intocabilidade, mas ao desejo de manter dentro do grupo os segredos rituais. Assim, podemos perceber como esses grupos, rigorosamente especializados e harmonizados com as "funções sagradas", gradualmente chegaram à noção de "casta", tal como existe atualmente na África da savana. "A guerra e o nobre fazem o escravo" – diz o adágio –, "mas é Deus quem faz o artesão (o *nyamakala*)."

A noção de castas superiores ou inferiores, por conseguinte, não se baseia em uma realidade sociológica tradicional. Ela surgiu com o decorrer do tempo, apenas em determinados lugares, provavelmente como consequência da aparição de alguns impérios onde a função de guerreiro, reservada aos nobres, lhes conferia uma espécie de supremacia. No passado distante, a noção de nobreza era sem dúvida diferente, e o poder espiritual tinha precedência sobre o poder temporal. Naquele tempo, eram os *Silatigui* (mestres iniciados peul), e não os *Ardo* (chefes, reis) que governavam as comunidades peul.

Contrariamente ao que alguns escreveram ou supuseram, o ferreiro é muito mais temido do que desprezado na África. "Primeiro filho da Terra", mestre do Fogo e manipulador de forças misteriosas, é temido, acima de tudo, pelo seu poder.

De qualquer maneira, a tradição sempre atribuiu aos nobres a obrigação de garantir a conservação das "castas" ou classes de *nyamakala* (em bambara; *nyeenyo,* pl. *nyeeybe,* em fulani). Tais classes gozam da prerrogativa de obter mercadorias (ou dinheiro) não como retribuição de um trabalho, mas como o reclamo de um privilégio que o nobre não podia recusar.

Na tradição do Mande, cujo centro se acha no Mali, mas que cobre mais ou menos todo o território do antigo Bafur (isto é, a antiga África ocidental francesa, com exceção das zonas de floresta e da parte oriental da Nigéria), as "castas", ou *nyamakala* compreendem:

- os ferreiros *(numu* em bambara, *baylo* em fulfulde);
- os tecelões *(maabo* em bambara e em fulfulde);
- os trabalhadores da madeira (tanto o lenhador como o marceneiro; *saki* em bambara, *labbo* em fulfulde);
- os trabalhadores do couro *(garanke* em bambara, *sakke* em fulfulde);

- os animadores públicos (*dieli* em bambara; em fulfulde, eles são designados pelo nome geral de *nyamakala* ou membro de uma casta, isto é, *nyeeybe*). Mais conhecidos pelo nome francês de *griot.*

Embora não exista noção de “superioridade” propriamente dita, as quatro classes de *nyamakala*-artesãos têm precedência sobre os *griots,* pois demandam iniciação e conhecimentos especiais. O ferreiro está no topo da hierarquia, seguido pelo tecelão, pois seu ofício implica o mais alto grau de iniciação. Ambos podem escolher indistintamente esposas de uma ou de outra casta, pois as mulheres são oleiras tradicionais, tendo, portanto, a mesma iniciação feminina.

Na classificação do Mande, os *nyamakala*-artesãos dividem-se em grupos de três:

Existem três tipos de ferreiro (*numu* em bambara, *baylo* em fulfulde):

- o ferreiro de mina (ou de alto-forno), que extrai os minérios e funde metal. Os grandes iniciados entre eles podem, igualmente, trabalhar na forja;
- o ferreiro do ferro negro, que trabalha na forja mas não extrai minérios;
- o ferreiro dos metais preciosos, ou joalheiro, que geralmente é cortesão e, como tal, instala-se nos pátios externos dos palácios de um chefe ou nobre.

Existem três tipos de tecelões (*maabo*):

- o tecelão de lã, que possui o maior grau de iniciação. Os motivos dos cobertores são sempre simbólicos e estão associados aos mistérios dos números e da cosmogonia. Todo desenho tem um nome;
- o tecelão de *kerka,* que tece imensos cobertores, mosquiteiros e cortinas de algodão que podem ter até 6 m de comprimento com uma infinita variedade de motivos. Cheguei a examinar uma dessas cortinas com 165 motivos. Cada motivo recebe um nome e tem um significado. O próprio nome é um símbolo que representa várias realidades;
- o tecelão comum, que confecciona faixas simples de tecido branco e que não passa por uma grande iniciação.

Às vezes ocorre de a tecelagem comum ser feita por nobres. Assim, alguns Bambara confeccionam faixas de tecido branco sem serem tecelões de casta. Como não são iniciados, porém, não podem tecer nem *kerka,* nem lã, nem mosquiteiros.

Existem três tipos de carpinteiros (*saki* em bambara, *labbo* em fulfulde):

- aquele que faz almofarizes, pilões e estatuetas sagradas. O almofariz, onde os remédios sagrados são triturados, é um objeto ritual feito apenas com determinados tipos de madeira. Como na ferraria, a carpintaria simboliza

as duas forças fundamentais: o almofariz representa, como a bigorna, o pólo feminino, enquanto o pilão representa, como o martelo, o pólo masculino. As estatuetas sagradas são executadas sob o comando de um *iniciado-doma,* que as "carrega" de energia sagrada prevendo algum uso particular. Além do ritual de "carregamento", a escolha e o corte da madeira também devem ser realizados sob condições especiais, cujo segredo só o lenhador conhece.

O próprio artesão corta a madeira de que precisa. Portanto, é também um lenhador e sua iniciação está ligada ao conhecimento dos segredos das plantas e da mata. Sendo a árvore considerada viva e habitada por outros espíritos vivos, não pode ser derrubada ou cortada sem determinadas precauções rituais conhecidas pelo lenhador;

- aquele que faz utensílios ou móveis domésticos de madeira;
- aquele que fabrica pirogas, devendo ser iniciado também nos segredos da água.

No Mali, os Somono, que se tornaram pescadores sem pertencer à etnia Bozo, também começaram a fabricar pirogas. São eles que podemos ver trabalhando às margens do Níger entre Kulikoro e Mopti.

Existem três tipos de trabalhadores do couro *(garanke* em bambara, *sakke* em fulfulde):

- os que fazem sapatos;
- os que fazem arreios, rédeas, etc.;
- os seleiros ou correeiros.

O trabalho do couro também envolve uma iniciação, e os *garanke* geralmente têm a reputação de feiticeiros.

Os caçadores, os pescadores e os agricultores não correspondem a castas, mas sim a etnias. Suas atividades estão entre as mais antigas da sociedade humana: a "colheita" (agricultura) e a "caça" (que compreende "duas caças", uma na terra e outra na água) representam também grandes escolas de iniciação, pois não há quem se aproxime imprudentemente das forças sagradas da Terra-Mãe e dos poderes da mata, onde vivem os animais. A exemplo do ferreiro de alto-forno, o caçador, de modo geral, conhece todas as "encantações da mata" e deve dominar a fundo a ciência do mundo animal.

Os curandeiros (que curam por meio de plantas ou pelo "dom da fala") podem pertencer a qualquer classe ou grupo étnico. Normalmente eles são *Doma.*

Cada povo possui como herança dons particulares, transmitidos de geração a geração através da iniciação. Assim, os Dogon do Mali têm a reputação de conhecer o segredo da lepra, que sabem curar muito rapidamente sem deixar uma única marca, e o segredo da cura da tuberculose. Além disso, são excelentes "restauradores", pois conseguem recolocar os ossos quebrados, mesmo em caso de fraturas graves.

Os animadores públicos ou "griots"("dieli" em bambara)

Se as ciências ocultas e esotéricas são privilégio dos "mestres da faca" e dos chantres dos deuses, a música, a poesia lírica e os contos que animam as recreações populares, e normalmente também a história, são privilégios dos *griots,* espécie de trovadores ou menestréis que percorrem o país ou estão ligados a uma família.

Sempre se supôs – erroneamente – que os *griots* fossem os únicos "tradicionalistas" possíveis. Mas quem são eles?

Classificam-se em três categorias:

- os *griots músicos,* que tocam qualquer instrumento (monocórdio, guitarra, cora, tantã, etc.). Normalmente são excelentes cantores, preservadores, transmissores da música antiga e, além disso, compositores.
- os *griots "embaixadores"* e cortesãos, responsáveis pela mediação entre as grandes famílias em caso de desavenças. Estão sempre ligados a uma família nobre ou real, às vezes a uma única pessoa.
- os *griots genealogistas,* historiadores ou poetas (ou os três ao mesmo tempo), que em geral são igualmente contadores de história e grandes viajantes, não necessariamente ligados a uma família.

A tradição lhes confere um *status* social especial. Com efeito, contrariamente aos *Horon* (nobres), têm o direito de ser cínicos e gozam de grande liberdade de falar. Podem manifestar-se à vontade, até mesmo impudentemente e, às vezes, chegam a troçar das coisas mais sérias e sagradas sem que isso acarrete graves consequências. Não têm compromisso algum que os obrigue a ser discretos ou a guardar respeito absoluto para com a verdade. Podem às vezes contar mentiras descaradas e ninguém os tomará no sentido próprio. "Isso é o que o *dieli* diz! Não é a verdade verdadeira, mas a aceitamos assim". Essa máxima mostra muito bem de que modo a tradição aceita as invenções dos *dieli,* sem se deixar enganar, pois, como se diz, eles têm a "boca rasgada".

FIGURA 8.3 Tocador de Valiha. O instrumento é de madeira com cordas de aço (Foto Museu do Homem).

FIGURA 8.4 "Griot hutu" imitando o "mwami" caído (Foto B. Nantet).

Em toda a tradição do Bafur, o nobre ou o chefe não só é proibido de tocar música em reuniões públicas, mas também deve ser moderado na expressão e na fala. "Muita conversa não convém a um *Horon*", diz o provérbio. Assim, os *griots* ligados às famílias acabam por desempenhar naturalmente o papel de mediadores, ou mesmo de embaixadores, caso surjam problemas de menor ou maior importância. Eles são "a língua" de seu mestre.

Quando ligados a uma família ou pessoa, geralmente ficam encarregados de alguma missão corriqueira e particularmente das negociações matrimoniais. Para dar um exemplo, um jovem nobre não se dirigirá diretamente a uma jovem para dizer-lhe de seu amor. Fará do *griot* o porta-voz que entrará em contato com a moça ou com sua *griote* para falar dos sentimentos de seu mestre e louvar-lhe os méritos.

Uma vez que a sociedade africana está fundamentalmente baseada no diálogo entre os indivíduos e na comunicação entre comunidades ou grupos étnicos, os *griots* são os agentes ativos e naturais nessas conversações. Autorizados a ter "duas línguas na boca", se necessário podem se desdizer sem que causem ressentimentos. Isso jamais seria possível para um nobre, a quem não se permite voltar atrás com a palavra ou mudar de decisão. Um *griot* chega até mesmo a arcar com a responsabilidade de um erro que não cometeu a fim de remediar uma situação ou de salvar a reputação dos nobres.

É aos velhos sábios da comunidade, em suas audiências secretas, que cabe o difícil dever de "olhar as coisas pela janela certa"; mas cabe aos *griots* cumprir aquilo que os sábios decidiram e ordenaram.

Treinados para colher e fornecer informações, eles são os grandes portadores de notícias, mas igualmente, muitas vezes, grandes difamadores.

O nome *dieli* em bambara significa *sangue.* De fato, tal como o sangue, eles circulam pelo corpo da sociedade, que podem curar ou deixar doente, conforme atenuem ou avivem os conflitos através das palavras e das canções.

É necessário acrescentar, entretanto, que se trata aqui apenas de características gerais e que nem todos os *griots* são necessariamente desavergonhados ou cínicos. Pelo contrário, entre eles existem aqueles que são chamados de *dieli-faama,* ou seja, "*griots*-reis". De maneira nenhuma estes são inferiores aos nobres no que se refere a coragem, moralidade, virtudes e sabedoria, e jamais abusam dos direitos que lhes foram concedidos por costume.

Os *griots* foram importante agente ativo do comércio e da cultura humana.

Em geral dotados de considerável inteligência, desempenhavam um papel de grande importância na sociedade tradicional do Bafur devido à sua influência sobre os nobres e os chefes. Ainda hoje, em toda oportunidade, estimulam e suscitam o orgulho do clã dos nobres com suas canções, normalmente para

ganhar presentes, mas muitas vezes para também encorajá-los a enfrentar alguma situação difícil.

Durante a noite de vigília que precede o rito da circuncisão, por exemplo, eles encorajam a criança ou o jovem a mostrar-se digno de seus antepassados permanecendo impassível. Entre os Peul, canta-se o seguinte: "teu pai[11], Fulano, que morreu no campo de batalha, engoliu o 'mingau do ferro incandescente' (as balas) sem piscar. Espero que amanhã tu não sintas medo da ponta da faca do ferreiro". Na cerimônia do bastão, ou *Soro,* entre os Peul Bororo do Níger, as canções do *griot* animam o jovem que deve provar sua coragem e paciência mantendo um sorriso e sem tremer as pálpebras, enquanto recebe fortes golpes de bastão no peito.

Os *griots* tomaram parte em todas as batalhas da história, ao lado de seus mestres, cuja coragem estimulavam relembrando-lhes a genealogia e os grandes feitos dos antepassados. Para o africano, a invocação do nome de família é de grande poder. Ademais, é pela repetição do nome da linhagem que se saúda e se louva um africano.

A influência exercida pelos *dieli,* ao longo da história, adquiria a qualificação de boa ou má, conforme suas palavras incitavam o orgulho dos líderes e os impeliam a excessos ou, como era o caso mais frequente, chamavam-nos ao respeito de seus deveres tradicionais.

Como se vê, os *griots* participam efetivamente da história dos grandes impérios africanos do Bafur, e o papel desempenhado por eles merece um estudo em profundidade.

O segredo do poder da influência dos *Dieli* sobre os *Horon* (nobres) reside no conhecimento que têm da genealogia e da história das famílias. Alguns deles chegaram a fazer desse conhecimento uma verdadeira especialização. Os *griots* dessa categoria raramente pertencem a uma família e viajam pelo país em busca de informações históricas cada vez mais extensas. Desse modo, certamente adquirem uma capacidade quase mágica de provocar o entusiasmo de um nobre ao declamar para ele a própria genealogia, os objetos heráldicos e a história familiar, e, consequentemente, de receber dele valiosos presentes. Um nobre é capaz de se despojar de tudo o que traz consigo e possui dentro de casa para presentear a um *griot* que conseguiu lhe mover os sentimentos. Aonde quer que vão, estes *griots* genealogistas têm a sobrevivência largamente assegurada.

11 "Teu pai", em linguagem africana, pode muito bem designar um tio, um avô ou um antepassado. Significa toda a linha paterna, inclusive as colaterais.

Não se deve pensar, entretanto, que se trata de uma “retribuição”. A ideia de remuneração pelo trabalho realizado é contrária à noção tradicional de *direito* dos *nyamakala* sobre as classes nobres[12]. Qualquer que seja sua fortuna, os nobres, mesmo os mais pobres, são tradicionalmente obrigados a oferecer presentes aos *dieli* ou a qualquer *nyamakala* ou *woloso*[13] – mesmo quando o *dieli* é infinitamente mais rico do que o nobre. De um modo geral, é a casta dos *Dieli* a que mais reclama presentes. Quaisquer que sejam seus ganhos, porém, o *dieli* sempre é pobre, pois gasta tudo o que tem, contando com os nobres para seu sustento. “O!” canta o *dieli* solicitante, “a mão de um nobre não está grudada ao seu pescoço com avareza; ela está sempre pronta a buscar em seu bolso algo para dar àquele que pede”. E, se por acaso isso não ocorrer, é melhor que o nobre se precavenha contra os problemas que terá com o “homem da boca rasgada”, cujas “duas línguas” podem arruinar negócios e reputações!

Do ponto de vista econômico, portanto, a casta dos *Dieli,* como todas as classes de *nyamakala* e de *woloso,* é dependente da sociedade, especialmente das classes nobres. A progressiva transformação das condições econômicas e dos costumes alterou, até certo ponto, esta situação, e antigos nobres ou *griots* passaram a aceitar funções remuneradas. Mas o costume não morreu, e as pessoas ainda se arruínam por ocasião de festas de batismo ou casamento para darem presentes aos *griots* que vêm animar as festas com suas canções. Alguns governos modernos tentaram pôr fim a esse costume, mas, que se saiba, ainda não conseguiram.

Os *dieli,* sendo *nyamakala,* devem em princípio casar-se dentro das classes de *nyamakala.*

É fácil ver como os *griots* genealogistas, especializados em histórias de famílias e geralmente dotados de memória prodigiosa, tornaram-se naturalmente, por assim dizer, os arquivistas da sociedade africana e, ocasionalmente, grandes historiadores. Mas é importante lembrarmos que eles não são os únicos a possuir tal conhecimento. Os *griots* historiadores, a rigor, podem ser chamados de “tradicionalistas”, mas com a ressalva de que se trata de um ramo puramente histórico da tradição, a qual possui muitos outros ramos.

O fato de ter nascido *dieli* não faz do homem necessariamente um historiador, embora o incline para essa direção, e muito menos que se torne um sábio em

12 “Nobre” é uma tradução bastante aproximativa de *Horon.* Em verdade, *Horon* é toda pessoa que não pertence nem à classe dos *nyamakala* nem à classe dos *jon* (“cativos”), sendo esta última constituída por descendentes de prisioneiros de guerra. O *Horon* tem por dever assegurar a defesa da comunidade, dar sua vida por ela, assim como garantir a conservação das outras classes.

13 Sobre *Woloso,* “cativo de casa”, cf. n. 5.

assuntos tradicionais, um "Conhecedor". De um modo geral, a casta dos *Dieli* é a que mais se distancia dos domínios iniciatórios, que requerem silêncio, discreção e controle da fala.

A possibilidade de se tornarem "Conhecedores" está ao alcance deles, tanto quanto ao de qualquer outro indivíduo. Assim como um tradicionalista-*doma* (o "Conhecedor" tradicional no verdadeiro sentido do termo) pode vir a ser ao mesmo tempo um grande genealogista e historiador, um *griot,* como todo membro de qualquer categoria social, pode tornar-se um tradicionalista-*doma* se suas aptidões o permitirem e se ele tiver passado pelas iniciações correspondentes (com exceção, no entanto, da iniciação do Komo, que lhe é proibida).

No desenvolvimento deste estudo, mencionamos o exemplo de dois *griots* "Conhecedores" que atualmente vivem no Mali: Iwa e Banzoumana, sendo que este último é ao mesmo tempo grande músico, historiador e tradicionalista-*doma.*

O *griot* que é também tradicionalista-*doma* constitui uma fonte de informações de absoluta confiança, pois sua qualidade de iniciado lhe confere um alto valor moral e o sujeita à proibição da mentira. Torna-se um outro homem. É ele o "*griot*-rei" do qual falamos anteriormente, a quem as pessoas consultam por sua sabedoria e seu conhecimento, e que, embora capaz de divertir, jamais abusa de seus direitos consuetudinários.

Quando um *griot* conta uma história, geralmente lhe perguntam: "É uma história de *dieli* ou uma história de *doma*?" Se for uma história de *dieli,* costuma-se dizer: "Isso é o que o *dieli* diz!", e então se pode esperar alguns embelezamentos da verdade, com a intenção de destacar o papel desta ou daquela família – embelezamentos que não seriam feitos por um tradicionalista-*doma,* que se interessa, acima de tudo, pela transmissão fiel.

É necessário fazer uma distinção: quando estamos na presença de um *griot* historiador, convém sabermos se se trata de um *griot* comum ou de um *griot-doma.* Ainda assim deve-se admitir que a base dos fatos raramente é alterada; serve de trampolim à inspiração poética ou panegírica, que, se não chega a falsificá-la, pelo menos a "ornamenta".

Um mal-entendido que ainda tem sequela em alguns dicionários franceses deve ser esclarecido. Os franceses tomavam os *dieli,* a quem chamavam de "griots", por feiticeiros (*sorcier*), o que não corresponde à realidade. Pode acontecer de um *griot* ser *korte-tigui,* "lançador de má sorte", assim como pode acontecer de um *griot* ser *doma,* "conhecedor tradicional", não porque nasceu *griot,* mas porque foi iniciado e adquiriu sua proficiência, boa ou ruim, na escola de um mestre do ofício.

O mal-entendido provavelmente advém da ambivalência do termo francês "griot", que pode designar o conjunto dos *nyamakala* (que incluem os *dieli)* e, mais frequentemente, apenas a casta dos *Dieli.*

A tradição declara que os *nyamakala* são todos *subaa,* termo que designa um homem versado em conhecimentos ocultos a que só têm acesso os iniciados, uma espécie de "ocultista". A tradição exclui desta designação os *dieli,* que não seguem uma via iniciatória própria. Portanto, os *nyamakala*-artesãos são *subaa.* Dentre estes, encontra-se o *garanke,* trabalhador do couro, que possui a reputação de ser um *subaga,* feiticeiro no mau sentido do termo.

Quanto a mim, sou propenso a acreditar que os primeiros intérpretes europeus confundiram os dois termos *subaa* e *subaga* (semelhantes na pronúncia) e que a ambivalência do termo "griot" fez o resto.

Uma vez que a tradição declara que "todos os *nyamakala* são *subaa* (ocultistas)", os intérpretes devem ter entendido "todos os *nyamakala* são *subaga* (feiticeiros)", o que, devido ao duplo uso, coletivo ou particular, da palavra "griot", tornou-se "todos os 'griots' são feiticeiros". Daí o mal-entendido.

Seja como for, a importância do *dieli* não se encontra nos poderes de bruxaria que ele possa ter, mas em sua arte de manejar a fala, que, aliás, também é uma forma de magia.

Antes de deixarmos os *griots,* assinalemos algumas exceções que podem causar confusão. Por vezes, alguns tecelões deixam de exercer seu ofício tradicional para se tornarem tocadores de guitarra. Os Peul chamam-nos de *Bammbaado,* literalmente "aquele que é carregado nas costas", porque suas despesas são sempre pagas por outrem ou pela comunidade. Os *Bammbaado,* que são sempre contadores de histórias, também podem ser poetas, genealogistas e historiadores.

Alguns lenhadores também podem trocar suas ferramentas por uma guitarra e se tornar excelentes músicos e genealogistas. Bokar Ilo e Idriss Ngada, que, pelo que sei, se encontravam entre os grandes genealogistas do Alto Volta, eram lenhadores que se tornaram músicos. Mas trata-se aqui de exceções.

Do mesmo modo, alguns nobres desacreditados podem se tornar animadores públicos, mas não músicos[14], e são chamados de *Tiapourta* (em bambara e em fulfulde). Assim, são mais impudentes e cínicos do que o mais impudente dos *griots,* e ninguém leva a sério seus comentários. Pedem presentes aos *griots* com tal insistência que estes últimos chegam a fugir ao ver um *Tiapourta* …

14 Cabe lembrar que os *Horou* (nobres), peul ou bambara, jamais tocam música, pelo menos em público. Os *Tiapourta* conservaram, em geral, esse costume.

Se a música é, em geral, a grande especialidade dos *dieli,* existe também uma música ritual, tocada por iniciados, que acompanha as cerimônias ou as danças rituais. Os instrumentos dessa música sagrada são, portanto, verdadeiros objetos de culto, que tornam possível a comunicação com as forças invisíveis. Por serem instrumentos de corda, sopro ou percussão, encontram-se em conexão com os elementos: terra, ar e água.

A música própria para "encantar" os espíritos do fogo é apanágio da associação dos comedores de fogo, que são chamados de *Kursi-kolonin* ou *Donnga-soro.*

Como tornar-se um tradicionalista

Na África do Bafur, como já foi dito, qualquer um podia tornar-se tradicionalista-*doma,* isto é, "Conhecedor", em uma ou mais matérias tradicionais. O conhecimento estava à disposição de todos (sendo a iniciação onipresente sob uma forma ou outra) e sua aquisição dependia simplesmente das aptidões individuais.

O conhecimento era tão valorizado, que tinha precedência sobre tudo e conferia nobreza. O conhecedor, em qualquer área, podia sentar-se no Conselho dos Anciãos encarregado da administração da comunidade, a despeito de sua categoria social – *horon, nyamakala* ou *woloso.* "O conhecimento não distingue raça nem 'porta paterna' (o clã). Ele enobrece o homem", diz o provérbio.

A educação africana não tinha a sistemática do ensino europeu, sendo dispensada durante toda a vida. A própria vida era educação. No Bafur, até os 42 anos, um homem devia estar na escola da vida e não tinha "direito a palavra" em assembleias, a não ser excepcionalmente. Seu dever era ficar "ouvindo" e aprofundar o conhecimento que veio recebendo desde sua iniciação, aos 21 anos. A partir dos 42 anos, supunha-se que já tivesse assimilado e aprofundado os ensinamentos recebidos desde a infância. Adquiria o direito a palavra nas assembleias e tornava-se, por sua vez, um mestre, para devolver à sociedade aquilo que dela havia recebido. Mas isso não o impedia de continuar aprendendo com os mais velhos, se assim o desejasse, e de lhes pedir conselhos. Um homem idoso encontrava sempre outro mais velho ou mais sábio do que ele, a quem pudesse solicitar uma informação adicional ou uma opinião. "Todos os dias", costuma-se dizer, "o ouvido ouve aquilo que ainda não ouviu". Assim, a educação podia durar a vida inteira.

Após aprender o ofício e seguir a iniciação correspondente, o jovem *nyamakala* – artesão, pronto para voar com suas próprias asas, ia geralmente de cidade em

cidade, a fim de aumentar seus conhecimentos aprendendo com novos mestres. “Aquele que não viajou, nada viu”, diz-se. Assim, ele ia de oficina em oficina, percorrendo, o mais extensamente possível, o país. Os homens das montanhas desciam às planícies, os das planícies subiam às montanhas, os do Beledugu vinham ao Mande, e assim por diante.

Com o propósito de logo se fazer reconhecer, o jovem ferreiro, em viagem, trazia sempre o fole a tiracolo; o lenhador, o machado ou a enxó; o tecelão carregava às costas o tear desmontado, mas mantinha a naveta ou o carretel bem à mostra, nos ombros; o trabalhador do couro levava seus pequenos potes de tinta. Quando o jovem chegava a uma cidade grande, onde os artesãos viviam em corporações agrupadas por ofício, era automaticamente conduzido ao local dos trabalhadores do couro ou dos tecelões, etc.

No curso das viagens e investigações, a extensão do aprendizado dependia da destreza, da memória e, sobretudo, do caráter do jovem. Se era cortês, simpático e serviçal, os velhos lhe contavam segredos que não contariam a outros, pois se diz: “O segredo do velho não se compra com dinheiro, mas com boas maneiras”.

Quanto ao jovem *horon,* passava a infância na corte do pai e na cidade, onde assistia a todas as reuniões, ouvia as histórias que se contavam e retinha tudo o que podia. Nas sessões noturnas de sua “associação de idade”, cada criança contava as histórias que havia escutado, fossem elas de caráter histórico ou iniciatório – neste último caso, sem compreender bem todas as implicações. A partir dos sete anos, automaticamente fazia parte da sociedade de iniciação de sua cidade e começava a receber os ensinamentos, que, como já explicamos, abrangiam todos os aspectos da vida.

Quando um velho conta uma história iniciatória em uma assembleia, desenvolve-lhe o simbolismo de acordo com a natureza e capacidade de compreensão de seu auditório. Ele pode fazer dela simples história infantil com fundamento moral educativo ou uma fecunda lição sobre os mistérios da natureza humana e da relação do homem com os mundos invisíveis. Cada um retém e compreende conforme sua capacidade.

O mesmo ocorre com os relatos históricos que dão vida às reuniões, narrativas em que os grandes feitos dos antepassados, ou dos heróis do país, são evocados nos mínimos detalhes. Um estranho de passagem contará histórias de terras distantes. A criança estará imersa em um ambiente cultural particular, do qual se impregnará segundo a capacidade de sua memória. Seus dias são marcados por histórias, contos, fábulas, provérbios e máximas.

Via de regra, o jovem *horon* não viaja para o exterior, uma vez que está preparado para a defesa do seu país. Trabalha com o pai, que pode ser agricultor,

alfaiate ou exercer qualquer outra atividade reservada à classe dos *horon*. Se o jovem é Peul, muda-se de acampamento com os pais, aprende muito cedo a cuidar sozinho do rebanho em plena mata, tanto durante o dia quanto à noite, e recebe a iniciação peul relativa ao simbolismo do gado.

De modo geral, uma pessoa não se torna tradicionalista-*doma* permanecendo em sua cidade. Um curandeiro que deseja aprofundar seus conhecimentos tem de viajar para conhecer as diferentes espécies de plantas e se instruir com outros "Conhecedores" do assunto.

O homem que viaja descobre e vive outras iniciações, registra diferenças e semelhanças, alarga o campo de sua compreensão. Onde quer que vá, toma parte em reuniões, ouve relatos históricos, demora-se com um transmissor de tradição especializado em iniciação ou em genealogia, entrando, desse modo, em contato com a história e as tradições dos países por onde passa.

Pode-se dizer que o homem que se tornou tradicionalista-*doma* foi um pesquisador e um indagador durante toda a vida e jamais deixará de sê-lo.

O africano da savana costumava viajar muito. O resultado era a troca e a circulação de conhecimentos. É por esse motivo que a memória histórica coletiva, na África, raramente se limita a um único território. Ao contrário, está ligada a linhas de família ou a grupos étnicos que migraram pelo continente.

Muitas caravanas abriam caminho pela região servindo-se de uma rede de rotas especiais, protegidas tradicionalmente por deuses e reis e nas quais se estava livre de pilhagens e ataques. De outro modo, arriscavam-se ou a um ataque ou à violação involuntária, por desconhecimento, de algum tabu local e a pagar caro pelas consequências. Quando da chegada a um país desconhecido, os viajantes iam "confiar sua cabeça" a algum homem de posição que dali em diante se tornava seu garante, pois "tocar o 'estrangeiro' é tocar o próprio anfitrião".

O grande genealogista é sempre um grande viajante. Enquanto um *griot* pode contentar-se em conhecera genealogia da família a que está ligado, o verdadeiro genealogista – seja *griot* ou não –, a fim de aumentar seus conhecimentos, deverá necessariamente viajar pelo país para se informar sobre as principais ramificações de um grupo étnico, e depois viajar para o exterior para traçar a história dos ramos que emigraram.

Assim, Molom Gaolo, o maior genealogista peul que tive o privilégio de conhecer, conhecia a genealogia de todos os Peul do Senegal. Quando a idade avançada não mais lhe permitiu que viajasse para o exterior, ele enviou o filho Mamadou Molom para continuar o levantamento junto às famílias peul que

haviam migrado pelo Sudão (Mali) com al-Hadjdj'Umar. Na época em que conheci Molom Gaolo, ele havia conseguido compilar e fixar a história passada de quase quarenta gerações.

Ele tinha como hábito ir a todos os batizados ou funerais das principais famílias, a fim de registrar as circunstâncias dos nascimentos e mortes, que acrescentava ao rol já guardado em sua memória fabulosa. Era capaz, também, de declamar para qualquer Peul importante: "Você é o filho de Fulano, nascido de Beltrano, descendente de Sicrano, ramo de Fulano. .. que morreram em tal lugar, por tal causa, e que foram enterrados em tal local", e assim por diante. "Fulano foi batizado em tal dia, a tal hora, pelo marabu tal e tal…" Logicamente toda essa informação era, e ainda é, transmitida oralmente e registrada apenas na memória do genealogista. Não se pode fazer ideia do que a memória de um "iletrado" pode guardar. Um relato ouvido uma vez fica gravado como em uma matriz e pode, então, ser reproduzido intacto, da primeira à última palavra, quando a memória o solicitar.

Moiam Gaolo, parece-me, faleceu por volta de 1968, aos 105 anos.

Seu filho, Mamadou Gaolo, agora com 50 anos, vive no Mali, onde continua o trabalho do pai, pelo mesmo método, exclusivamente oral, sendo também ele iletrado.

Wahab Gaolo, contemporâneo de Mamadou Gaolo, e ainda vivo, realizou um levantamento das etnias de língua fulfulde (povos Peul e Tukulor) no Chade, Camarões, República Centro-Africana e até no Zaire, para informar-se sobre a genealogia e a história das famílias que emigraram para aqueles países.

Os Gaolo não são *dieli,* mas uma etnia de língua fulfulde semelhante à classe dos *nyamakala* e que desfruta das mesmas prerrogativas. Muito mais oradores e declamadores que músicos (salvo suas mulheres, que cantam com o acompanhamento de instrumentos rudimentares), podem ser contadores de histórias e animadores, existindo, entre eles, muitos genealogistas.

Entre os Marka (etnia mande), os genealogistas têm o nome de "Guessere".

Dizer genealogista é dizer historiador, pois um bom genealogista conhece a história, as proezas e os gestos de todas as personagens que cita ou, pelo menos, das principais. Essa ciência se encontra na própria base da história da África, pois o interesse pela história está ligado não à cronologia, mas à genealogia, no sentido de se poder estabelecer as linhas de desenvolvimento de uma família, clã ou etnia no tempo e no espaço.

Assim, todo africano tem um pouco de genealogista e é capaz de remontar a um passado distante em sua própria linhagem. Do contrário, estaria como que privado de sua "carteira de identidade". No antigo Mali, não havia quem

não conhecesse pelo menos 10 ou 12 gerações de antepassados. Dentre todos os velhos tukulor que vieram para Macina com al-Hadjdj'Umar não havia um que não soubesse sua genealogia no Futa Senegal (seu país de origem) e seu parentesco com as famílias que lá permaneceram. Foram eles que Mamadou Molom, filho de Molom Gaolo, consultou quando veio ao Mali para dar prosseguimento à pesquisa de seu pai.

A genealogia é, desse modo, ao mesmo tempo sentimento de identidade, meio de exaltar a glória da família e recurso em caso de litígio. Um conflito por um pedaço de terra, por exemplo, poderia ser resolvido por um genealogista, que indicaria qual ancestral havia limpado e cultivado a terra, para quem a havia dado, sob que condições, etc.

Ainda hoje encontramos entre a população muitos conhecedores de genealogia e história que não pertencem nem à classe dos *dieli* nem à dos *gaolo*. Temos aí uma importante fonte de informações para a história da África, pelo menos ainda por um certo tempo. Cada patriarca é um genealogista para seu próprio clã, e os *dieli* e *gaolo* vêm frequentemente lhes pedir informações com o propósito de complementar seus conhecimentos. De modo geral, todo velho na África é sempre um "Conhecedor" em algum assunto histórico ou tradicional.

O conhecimento genealógico não é, portanto, exclusividade dos *griots* e *gaolo*, mas são eles os únicos especialistas em declamar genealogias perante os nobres para obter presentes.

Influência do Islã

As peculiaridades da memória africana e as modalidades de sua transmissão oral não foram afetadas pela islamização, que atingiu grande parte dos países da savana ou do antigo Bafur. De fato, por onde se espalhou, o Islã não adaptou a tradição africana a seu modo de pensar, mas, pelo contrário, adaptou-se à tradição africana quando – como normalmente ocorria – esta não violava seus princípios fundamentais. A simbiose assim originada foi tão grande, que por vezes torna-se difícil distinguir o que pertence a uma ou a outra tradição.

A grande família árabe-berbere dos Kunta islamizou a região bem antes do século XI. Logo que aprenderam o árabe, os autóctones passaram a se utilizar de suas tradições ancestrais para transmitir e explicar o Islã.

Grandes escolas islâmicas puramente orais ensinavam a religião nas línguas vernáculas (exceto o Corão e os textos que fazem parte da oração canônica). Podemos mencionar, entre muitas outras, a escola oral de Djelgodji (chamada Kabe), a escola

de Barani, a de Amadou Fodia em Farimaké (distrito de Niafounké, no Mali), a de Mohammed Abdoulaye Souadou em Dilli (distrito de Nara, no Mali) e a do xeque Usman dan Fodio na Nigéria e no Níger, onde todo o ensino era ministrado em fulfulde. Mais próximas de nós estavam a Zauia de Tierno Bokar Salif, em Bandiagara, e a escola do xeque Salah, o grande marabu dogon, ainda vivo.

Das crianças que saíam das escolas corânicas a maioria era capaz de recitar de cor o Corão inteiro, em árabe e no salmo desejado, sem entender o sentido do texto, o que demonstra a capacidade da memória africana.

Em todas essas escolas os princípios básicos da tradição africana não eram repudiados, mas, ao contrário, utilizados e explicados à luz da revelação corânica. Tierno Bokar, tradicionalista em assuntos africanos e islâmicos, tornou-se famoso pela intensa aplicação deste método educacional.

Independentemente de uma visão sagrada comum do universo e de uma mesma concepção do homem e da família, encontramos, nas duas tradições, a mesma preocupação em citar as fontes *(isnad,* em árabe) e nunca modificar as palavras do mestre, o mesmo respeito pela cadeia de transmissão iniciatória *(silsila,* ou "cadeia", em árabe) e o mesmo sistema de caminhos iniciatórios (no Islã, as grandes congregações *Sufi* ou *Tariga,* plural *turuq,* cuja cadeia remonta ao próprio Profeta), que tornam possível aprofundar, através da experiência, aquilo que se conhece pela fé.

Às categorias de "Conhecedores" tradicionais já existentes vieram juntar-se as dos marabus (letrados em árabe ou em jurisprudência islâmica) e dos grandes xeques *Sufi,* embora as estruturas da sociedade (castas e ofícios tradicionais) fossem preservadas, inclusive nos meios mais islamizados, e continuassem a veicular suas iniciações particulares. O conhecimento de assuntos islâmicos constituía uma nova fonte de enobrecimento. Assim, Alfa Ali, falecido em 1958, *gaolo* de nascimento, foi a maior autoridade em assuntos islâmicos no distrito de Bandiagara, assim como seus antepassados e seu filho[15].

História de uma coleta

Para dar uma ilustração prática de como narrativas históricas, entre outras, vivem e são preservadas com extrema fidelidade na memória coletiva de uma sociedade de tradição oral, contarei de que maneira consegui reunir, unicamente

15 De modo geral, a islamização, vinda do norte e do leste, afetou mais particularmente os países da savana, enquanto que a cristianização, vinda por mar, tocou mais as regiões de floresta da costa. Não podemos falar do encontro entre a tradição e o cristianismo por não possuirmos nenhuma informação sobre o assunto.

a partir da tradição oral, os elementos que me permitiram escrever a *História do Império Peul de Macina no Século XVIII*[16].

Pertencendo à família de Tidjani, chefe da província, tive, desde a infância, condições ideais para ouvir e reter. A casa de Tidjani, meu pai, em Bandiagara, estava sempre cheia de gente. Noite e dia havia grandes reuniões onde todos falavam sobre uma grande variedade de assuntos tradicionais. Estando a família de meu pai muito envolvida nos acontecimentos da época, os relatos eram normalmente sobre história, e cada pessoa narrava um episódio bem conhecido de alguma batalha ou de outro acontecimento memorável. Sempre presente nessas reuniões, eu não perdia uma palavra sequer, e minha memória, como cera virgem, gravava tudo.

Foi lá que, ainda criança, conheci Koullel, o grande contador de histórias, genealogista e historiador de língua fulfulde. Eu o seguia por toda parte e aprendia muitos contos e narrativas que orgulhosamente recontava aos camaradas de meu grupo de idade, a ponto de me apelidarem "Amkoullel", que significa "pequeno Koullel".

Circunstâncias alheias à minha vontade levaram-me a viajar, seguindo minha família, por diversos países onde pude sempre estar em contato com grandes tradicionalistas. Assim, quando meu pai se viu obrigado a fixar residência em Bougouni, para onde Koullel nos havia acompanhado, travei conhecimento com o grande *doma* bambara, Danfo Sine, e, em seguida, com seu irmão mais novo, Latif.

Mais tarde, em Bamaco e em Kati, a corte de meu pai foi praticamente reconstituída, e tradicionalistas chegavam de todos os países para se reunir em sua casa, sabendo que lá encontrariam outros "Conhecedores" em cuja companhia poderiam avaliar ou mesmo alargar seus próprios conhecimentos, pois sempre se encontra alguém mais sábio.

Foi ali que comecei a aprender muitas coisas referentes à história do Império peul de Macina, tanto na versão macinanke (isto é, a versão do povo originário de Macina, partidários da família de Sheikou Amadou), como na versão dos Tukulor, seus antagonistas, e ainda na versão de outras etnias (Bambara, Soninke, Songhai, etc.) que haviam presenciado ou participado dos acontecimentos.

Tendo, assim, adquirido uma formação básica bastante sólida, decidi coletar informações sistematicamente. Meu método consistia em gravar, primeiramente,

16 HAMPATÉ BÂ, A. e DAGET, J. 1962.

todas as narrativas, sem me preocupar com sua veracidade ou com uma possível exageração. Em seguida, comparava as narrativas dos Macinanke com as dos Tukulor ou com as de outras etnias envolvidas. Dessa maneira, sempre se pode encontrar, em qualquer região, etnias cujas narrativas permitam controlar as declarações dos principais interessados.

Foi um trabalho de fôlego. A coleta de informações exigiu-me mais de 15 anos de trabalho e de jornadas que me levavam do Futa Djalon (Guiné) a Kano (Nigéria), a fim de retraçar as rotas que Sheikou Amadou e al-Hadjdj'Umar haviam percorrido em todas as suas viagens. Desse modo, registrei as narrativas de pelo menos mil informantes. No final, mantive apenas os relatos concordantes, os que eram conformes tanto às tradições macinanke e tukulor, como também às das demais etnias envolvidas (cujas fontes citei no livro).

Constatei que, no conjunto, meus mil informantes haviam respeitado a verdade dos fatos. A trama da narrativa era sempre a mesma. As diferenças, que se encontravam apenas em detalhes sem importância, deviam-se à qualidade da memória ou da verve peculiar do narrador. Dependendo do grupo étnico a que pertencia, podia tender a minimizar certos revezes ou a tentar encontrar alguma justificativa para eles, mas não mudava os dados básicos. Sob a influência do acompanhamento musical, o contador de histórias podia deixar-se levar pelo entusiasmo, mas a linha geral permanecia a mesma: os lugares, as batalhas, as vitórias e as derrotas, as conferências e diálogos mantidos, os propósitos dos personagens principiais, etc.

Essa experiência provou-me que a tradição oral era perfeitamente válida do ponto de vista científico. É possível comparar as versões de diferentes etnias, como fiz, a título de controle, mas a própria sociedade exerce um autocontrole permanente. Com efeito, nenhum narrador poderia permitir-se mudar os fatos, pois à sua volta haveria sempre companheiros ou anciãos que imediatamente apontariam o erro, fazendo-lhe a séria acusação de mentiroso.

O Professor Montet certa vez referiu-se a mim como tendo relatado, no *Império Peul de Macina,* narrativas que seu pai havia coletado 50 anos antes, das quais nenhuma palavra tinha sido alterada. Isso dá uma ideia da fidelidade com que os dados são preservados na tradição oral!

Características da memória africana

Entre todos os povos do mundo, constatou-se que os que não escreviam possuíam uma memória mais desenvolvida.

Demos o exemplo dos genealogistas que conseguem reter uma inacreditável quantidade de elementos, mas poderíamos mencionar também o caso de certos comerciantes iletrados (ainda conheço muitos deles) que dirigem negócios envolvendo por vezes dezenas de milhões de francos, e emprestam dinheiro a muitas pessoas no curso das suas viagens, guardando de memória a mais precisa contabilidade de todos esses movimentos de mercadorias e dinheiro, sem uma única nota escrita e sem cometer o menor engano.

O dado a ser retido fica imediatamente inscrito na memória do tradicionalista, como em cera virgem, e lá permanece sempre disponível, em sua totalidade[17].

Uma das peculiaridades da memória africana é reconstituir o acontecimento ou a narrativa registrada *em sua totalidade,* tal como um filme que se desenrola do princípio ao fim, e fazê-lo *no presente.* Não se trata de recordar, mas de *trazer ao presente* um evento passado do qual todos participam, o narrador e a sua audiência. Aí reside toda a arte do contador de histórias. Ninguém é contador de histórias a menos que possa relatar um fato tal como aconteceu realmente, de modo que seus ouvintes, assim como ele próprio, tornem-se testemunhas vivas e ativas desse fato. Ora, todo africano é, até certo ponto, um contador de histórias. Quando um estranho chega a uma cidade, faz sua saudação dizendo: "Sou vosso estrangeiro". Ao que lhe respondem: "Esta casa está aberta para ti. Entra em paz". E em seguida: "Dá-nos notícias". Ele passa, então, a relatar toda sua história, desde quando deixou sua casa, o que viu e ouviu, o que lhe aconteceu, etc., e isso de tal modo que seus ouvintes o acompanham em suas viagens e com ele as revivem. É por esse motivo que o tempo verbal da narrativa é sempre o presente.

De maneira geral, a memória africana registra toda a cena: o cenário, os personagens, suas palavras, até mesmo os mínimos detalhes das roupas. Nos relatos de guerra dos Tukulor, sabemos qual *bubu* bordado o grande herói Oumarei Samba Dondo estava usando em determinada batalha, quem era seu palafreneiro e o que lhe aconteceu, qual era o nome de seu cavalo e o que lhe sucedeu, etc. Todos esses detalhes animam a narrativa, contribuindo para dar vida à cena.

17 Esse fenômeno poderia estar relacionado com o fato de as faculdades sensoriais do homem serem mais desenvolvidas onde há necessidade de se fazer grande uso delas e se atrofiarem em meio à vida moderna. O caçador africano tradicional, por exemplo, pode ouvir e identificar determinados sons a vários quilômetros de distância. Sua visão é particularmente acurada. Alguns têm a capacidade de "sentir" a água, como verdadeiros adivinhos. Os tuaregue do deserto possuem um senso de direção que, está próximo do miraculoso. E como esses há dezenas de exemplos. O homem moderno, imerso na multiplicidade de ruídos e informações, vê suas faculdades se atrofiarem progressivamente. Está cientificamente provado que os habitantes das grandes cidades perdem cada vez mais sua capacidade auditiva.

Por essa razão o tradicionalista não consegue "resumir" senão dificilmente. Resumir uma cena equivale, para ele, a escamoteá-la. Ora, por tradição, ele não tem o direito de fazer isso. Todo detalhe possui sua importância para a verdade do quadro. Ou narra o acontecimento em sua integridade ou não o narra. Se lhe for solicitado resumir uma passagem ele responderá: "Se não tens tempo para ouvir-me, contarei um outro dia".

Do mesmo modo, o tradicionalista não tem receio de se repetir. Ninguém se cansa de ouvi-lo contar a mesma história, com as mesmas palavras, como talvez já tenha contado inúmeras vezes. A cada vez, o filme inteiro se desenrola novamente. E o evento está lá, restituído. O passado se torna presente. A vida não se resume jamais. Pode-se, quando muito, reduzir uma história para as crianças, resumindo certas passagens, mas então não se a tomará por verdade. Em se tratando de adultos, o fato deve ser narrado na íntegra ou calado.

Esta peculiaridade da memória africana tradicional ligada a um contexto de tradição oral é em si uma garantia de autenticidade.

Quanto à memória dos tradicionalistas, em especial a dos tradicionalistas-*doma* ou "Conhecedores", que abrange vastas áreas do conhecimento tradicional, constitui uma verdadeira biblioteca onde os arquivos não estão "classificados", mas totalmente inventariados.

Tudo isso pode parecer caótico para um espírito moderno, mas para os tradicionalistas, se existe caos, é à maneira das moléculas de água que se misturam no mar para formar um todo vivo. Nesse mar, eles se movimentam com a facilidade de um peixe.

As fichas imateriais do catálogo da tradição oral são máximas, provérbios, contos, lendas, mitos, etc., que constituem quer um esboço a ser desenvolvido, quer um ponto de partida para narrativas didáticas antigas ou improvisadas. Os contos, por exemplo, e especialmente os de iniciação, possuem uma trama básica invariável, à qual, no entanto, o narrador pode acrescentar floreados, desenvolvimentos ou ensinamentos adequados à compreensão de seus ouvintes. O mesmo ocorre com os mitos, que são conhecimentos condensados em uma forma sintética que o iniciado pode sempre desenvolver ou aprofundar para seus alunos.

Convém considerar com atenção o conteúdo dos mitos e não "catalogá-los" muito rapidamente. Podem encobrir realidades de ordens muito diversas e mesmo, por vezes, ser entendidos em vários níveis simultaneamente.

Enquanto alguns mitos se referem a conhecimentos esotéricos e "ocultam" o conhecimento ao mesmo tempo que o transmitem através dos séculos, outros podem ter alguma relação com acontecimentos reais. Tomemos o exemplo de

Thianaba, a serpente mítica peul, cuja lenda narra as aventuras e a migração pela savana africana, a partir do oceano Atlântico. Por volta de 1921, o engenheiro Belime, encarregado de construir a barragem de Sansanding, teve a curiosidade de seguir passo a passo as indicações geográficas da lenda, que ele havia aprendido com Hammadi Djenngoudo, grande "Conhecedor" peul. Para sua surpresa, descobriu o traçado do antigo leito do rio Níger.

Conclusão

Para a África, a época atual é de complexidade e de dependência. Os diferentes mundos, as diferentes mentalidades e os diferentes períodos sobrepõem-se, interferindo uns nos outros, às vezes se influenciando mutuamente, nem sempre se compreendendo. Na África o século XX encontra-se lado a lado com a Idade Média, o Ocidente com o Oriente, o cartesianismo, modo particular de "pensar" o mundo, com o "animismo", modo particular de vivê-lo e experimentá-lo na totalidade do ser.

Os jovens líderes "modernos" governam, com mentalidades e sistemas de lei, ou ideologias, diretamente herdados de modelos estrangeiros, povos e realidades sujeitos a outras leis e com outras mentalidades. Para exemplificar, na maioria dos territórios da antiga África ocidental francesa, o código legal elaborado logo após a independência, por nossos jovens juristas, recém-saídos das universidades francesas, está pura e simplesmente calcado no Código Napoleônico. O resultado é que a população, até então governada segundo costumes sagrados que, herdados de ancestrais, asseguravam a coesão social, não compreende por que está sendo julgada e condenada em nome de um "costume" que não é o seu, que não conhece e que não corresponde às realidades profundas do país.

O drama todo do que chamarei de "África de base" é o de ser frequentemente governada por uma minoria intelectual que não a compreende mais, através de princípios incompatíveis com a sua realidade.

Para a nova "inteligentsia" africana, formada em disciplinas universitárias europeias, a Tradição muitas vezes deixou de viver. São "histórias de velhos"! No entanto, é preciso dizer que, de um tempo para cá, uma importante parcela da juventude culta vem sentindo cada vez mais a necessidade de se voltar às tradições ancestrais e de resgatar seus valores fundamentais, a fim de reencontrar suas próprias raízes e o segredo de sua identidade profunda.

Por contraste, no interior da "África de base", que em geral fica longe das grandes cidades – ilhotas do Ocidente –, a tradição continuou viva e, como já o

disse antes, grande número de seus representantes ou depositários ainda pode ser encontrado. Mas por quanto tempo?

O grande problema da África tradicional é, em verdade, o da *ruptura da transmissão.*

Nas antigas colônias francesas, a primeira grande ruptura veio com a guerra de 1914, quando a maioria dos jovens se alistou para ir combater na França, de onde muitos nunca retornaram. Estes jovens deixaram o país na idade em que deveriam estar passando pelas grandes iniciações e aprofundando seus conhecimentos sob a direção dos mais velhos.

O fato de que era obrigatório para homens importantes enviarem seus filhos a "escolas de brancos", de modo a separá-los da tradição, favoreceu igualmente esse processo. A maior preocupação do poder colonial era, compreensivelmente, remover as tradições autóctones tanto quanto possível para implantar no lugar suas próprias concepções. As escolas, seculares ou religiosas, constituíram os instrumentos essenciais desta ceifada.

A educação "moderna" recebida por nossos jovens após o fim da última guerra concluiu o processo e criou um verdadeiro fenômeno de aculturação.

A iniciação, fugindo dos grandes centros urbanos, buscou refúgio na floresta, onde, devido à atração das grandes cidades e ao surgimento de novas necessidades, os "anciãos" encontram cada vez menos "ouvidos dóceis" a quem possam transmitir seus ensinamentos, pois, segundo uma expressão consagrada, o ensino só pode se dar "de boca perfumada a ouvido dócil e limpo" (ou seja, inteiramente receptivo).

Estamos hoje, portanto, em tudo o que concerne à tradição oral, diante da *última geração dos grandes depositários.* Justamente por esse motivo o trabalho de coleta deve ser intensificado durante os próximos 10 ou 15 anos, após os quais os últimos grandes monumentos vivos da cultura africana terão desaparecido e, junto com eles, os tesouros insubstituíveis de uma educação peculiar, ao mesmo tempo material, psicológica e espiritual, fundamentada no sentimento de unidade da vida e cujas fontes se perdem na noite dos tempos.

Para que o trabalho de coleta seja bem-sucedido, o pesquisador deverá se armar de muita paciência, lembrando que deve ter "o coração de uma pomba, a pele de um crocodilo e o estômago de uma avestruz". "O coração de uma pomba" para nunca se zangar nem se inflamar, mesmo se lhe disserem coisas desagradáveis. Se alguém se recusa a responder sua pergunta, inútil insistir; vale mais instalar-se em outro ramo. Uma disputa aqui terá repercussões em outra parte, enquanto uma saída discreta fará com que seja lembrado e, muitas vezes, chamado de volta. "A pele de um crocodilo", para conseguir se deitar em qualquer

lugar, sobre qualquer coisa, sem fazer cerimônias. Por último, "o estômago de uma avestruz", para conseguir comer de tudo sem adoecer ou enjoar-se.

A condição mais importante de todas, porém, é saber renunciar ao hábito de julgar tudo segundo critérios pessoais. Para descobrir um novo mundo, é preciso saber esquecer seu próprio mundo, do contrário o pesquisador estará simplesmente transportando seu mundo consigo ao invés de manter-se "à escuta".

Através da boca de Tierno Bokar, o sábio de Bandiagara, a África dos velhos iniciados avisa o jovem pesquisador:

> "Se queres saber quem sou,
> Se queres que te ensine o que sei,
> Deixa um pouco de ser o que tu és
> E esquece o que sabes".

CAPÍTULO 9

A Arqueologia da África e suas técnicas – Processos de datação

Z. Iskander

Ao descobrir um artefato, o arqueólogo geralmente começa a estudá-lo através de meios puramente arqueológicos, como o registro da camada em que foi encontrado, a leitura do texto que o acompanha, a descrição de sua forma, o cálculo de suas dimensões, etc. Os dados assim obtidos são estudados estratigráfica, filológica e tipologicamente, podendo resultar daí importantes informações no que diz respeito à idade, às origens, etc. do artefato. Na maioria dos casos, entretanto, o arqueólogo não consegue encontrar os dados capazes de fornecer uma resposta às suas perguntas ou ajudá-lo a chegar a conclusões satisfatórias. Quando isso acontece, ele tem de submeter sua descoberta a outras disciplinas, para completar a investigação. Essa investigação, por sua vez, deve trazer-lhe informações sobre o material de que é feito o objeto, sua origem, técnica de fabricação, idade, o uso a que se destinava, etc. Deve-se enfatizar, no entanto, que essas pesquisas complementares constituem apenas um novo ângulo sob o qual o arqueólogo vai enfocar o problema; os dados científicos e as considerações de ordem estilística, filológica e estratigráfica devem formar um todo inseparável[1].

1 HALL, E. T. 1970, p. 135-41.

A supervisão de sítios arqueológicos enterrados, à exceção das escavações, a conservação dos vestígios e monumentos descobertos são outros campos nos quais as técnicas científicas podem auxiliar a Arqueologia.

Os métodos científicos utilizados pela Arqueologia têm o mérito de ser universais. Podem ser aplicados tanto na África como na Europa, Ásia ou América, embora a maneira de aplicá-los possa variar de um lugar para outro. O assunto é muito vasto; por isso, trataremos os temas seguintes de maneira ampla, sem entrar em muitos detalhes de laboratório:

- Técnicas analíticas usadas em arqueometria
- Objetivos da pesquisa e da análise arqueométricas
- Técnicas de datação
- Técnicas usadas na prospecção arqueológica
- Técnicas de conservação

Técnicas analíticas usadas em arqueometria

As técnicas de análise têm-se desenvolvido tanto, que às vezes é difícil decidir qual delas utilizar no exame de determinada amostra, para obter a informação desejada. Os parágrafos seguintes procuram abordar todos os aspectos do problema.

Escolha do método de análise

As amostras arqueológicas são excepcionalmente valiosas por duas razões: por um lado, a quantidade de material disponível é em geral tão pequena que mal e mal se presta a uma análise completa e, no caso de ser totalmente usada, talvez não possa ser substituída. Por outro lado, pelo menos uma parte da amostra deve ser guardada para futuras referências ou exposições. Portanto, deve-se ter muito cuidado nas análises arqueométricas, a fim de obter o maior número possível de informações. Os critérios que determinam a escolha do método de análise a ser adotado podem ser resumidos como segue[2].

Importância da amostragem disponível

Se a quantidade do material disponível é suficientemente grande, procede-se, de preferência, à análise química em meio aquoso, para determinar a porcentagem

2 HALL, E. T. *op. cit.*

dos principais elementos constituintes. A análise de absorção atômica pode ser aplicada para determinar as porcentagens de metais alcalinos tais como o sódio, o potássio e o lítio. Entretanto, para elementos e compostos imponderáveis (traços), as análises por meio de fluorescência ou difração de raios X são preferíveis, embora seus resultados comportem uma margem de erro de 10 a 20%.

Se a quantidade de amostras disponíveis é mínima e vários elementos devem ser detectados, convém recorrer à espectrofotometria ou à difração de raios X. Quando o arqueólogo não puder fornecer um espécime completo, por menor que seja, o material pode ser analisado por emissão espectrométrica ou fluorescência de raios X, contanto que o tamanho e a forma do objeto permitam a utilização desse tipo de aparelhagem.

Tipo de material analisável

Existe uma grande variedade de materiais arqueológicos. Alguns deles, como alimentos, unguentos, resinas, óleos e ceras, são total ou parcialmente orgânicos. Outros, como metais, pigmentos, cerâmicas, vidro e gesso, são inorgânicos. Os materiais orgânicos são geralmente submetidos a combustão, saponificação, dissolução, radiação infravermelha, análise térmica e cromatográfica. Os materiais inorgânicos são submetidos às análises normais em meio aquoso, à espectrometria, à fluorescência de raios X, à difração de raios X ou à ativação por nêutrons, conforme o tipo de informação procurada.

Tipo de informação procurada

Para economizar tempo e dinheiro, deve-se proceder à análise de acordo com um programa bem planejado, em cooperação com o arqueólogo, para se obterem respostas a questões específicas. Por exemplo, o cobre e o bronze antigos se parecem superficialmente. Somente o estanho permite que se estabeleçam diferenças entre esses metais: submete-se um pequeno pedaço da amostra a uma solução concentrada de ácido nítrico; o precipitado esbranquiçado de ácido metastânico que se forma é a seguir diluído em água destilada. Esse teste simples está ao alcance de qualquer arqueólogo. Minerais de chumbo eram utilizados antigamente no Egito para vitrificar peças de cerâmica. Desse modo, apenas o teste para detectar a presença de chumbo já é suficiente para determinar aproximadamente a data de fabricação de um objeto vitrificado.

Apresentação dos resultados

Os arqueólogos que vão estudar os resultados da investigação científica e usá-los em seus relatórios e conclusões raramente são cientistas. Convém, portanto, que os resultados lhes sejam apresentados de maneira acessível. Assim, por exemplo, em vez de utilizar submúltiplos do grama, numa amostra de 100 gramas, é bem mais útil apresentar todos os resultados em porcentagens, de forma que sejam universalmente compreendidos. Além disso, tal procedimento facilita a comparação dos resultados entre diferentes laboratórios.

Métodos de exame e de análise

À luz destas considerações, podemos enumerar as técnicas de análise mais importantes usadas em arqueometria.

Exame microscópico

Um exame com uma simples lente de aumento (10X ou 20X) geralmente é muito útil para obter uma primeira impressão de um artefato ou de uma amostra antiga. Melhor ainda é uma lente binocular com ampliação de 7X, 10X ou 20X e um amplo campo entre a objetiva e o plano focal. Este dispositivo permite a observação de cavidades profundas, que uma lupa normal não poderia atingir.

Dados mais precisos são obtidos com a ajuda de um microscópio composto, com ampliação de 100, 200, 400 e 1250X e imersão em óleo. O exame microscópico pode ser aplicado com os seguintes objetivos:

- *identificação*: na maior parte dos casos, é possível identificar uma amostra (em estado puro ou composta de elementos heterogêneos) estudando microscopicamente a textura ou as particularidades cristalinas de seus componentes;
- *análise qualitativa*: as técnicas atuais possibilitam a precipitação, a dissolução, a observação da evolução gasosa e outros processos que podem ser aplicados em uma parte minúscula da amostra[3]. Por exemplo, se um fragmento de amostra for colocado numa lâmina de vidro e umedecido, ocorrerá ou não sua dissolução. Se a essa solução for adicionada uma gota de nitrato de prata e surgir, no ácido nítrico, um precipitado esbranquiçado, insolúvel, pode-se deduzir a presença de um ânion de cloreto;

3 EWING, G. W. 1954, p. 411.

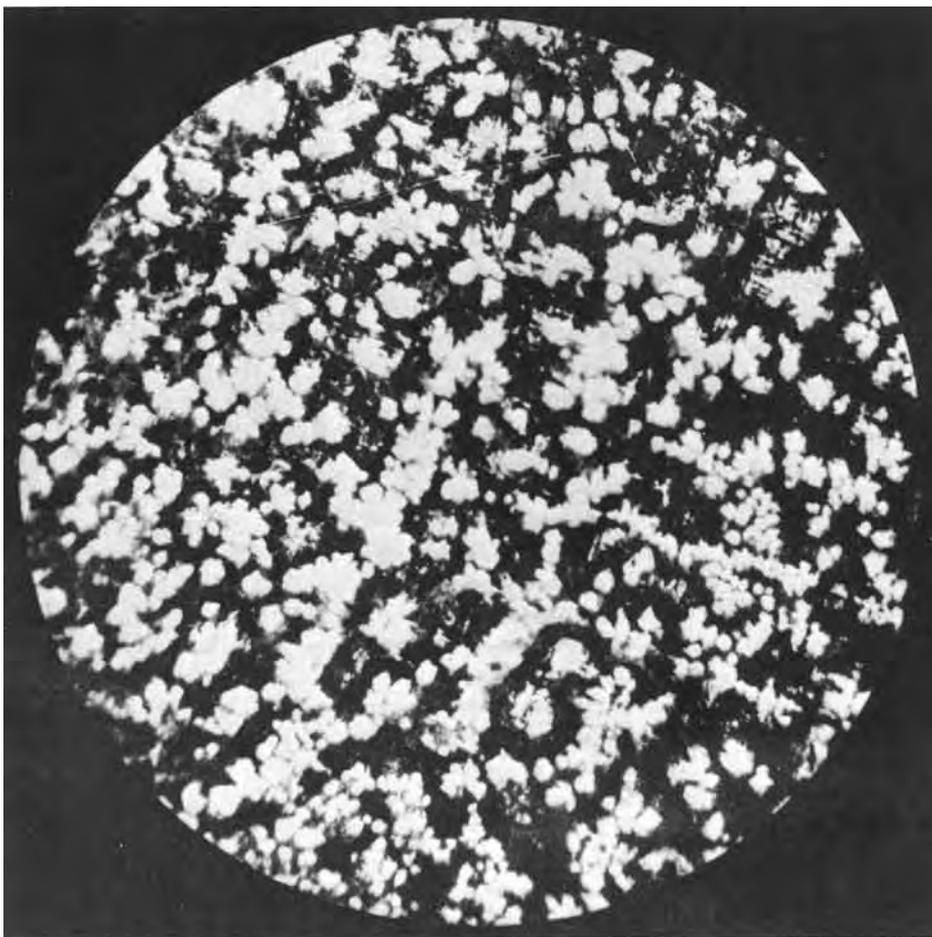



FIGURA 9.1 Microfotografia de uma secção da fateixa de cobre pertencente ao barco de Quéops em Gizeh.

FIGURA 9.2 Radiografia frontal do peito da Rainha Nedjemet, da 21ª dinastia. Museu do Cairo.

- *análise quantitativa*: os métodos microscópicos são particularmente valiosos na análise quantitativa de combinações heterogêneas complexas, dificilmente analisáveis pelos métodos químicos comuns[4]. Entre outros resultados, permitem a determinação do número e do tamanho dos componentes. Se a densidade de cada componente é conhecida, as porcentagens volumétricas dos componentes da mistura podem ser convertidas em porcentagens ponderáveis[5].

Radiografia

A radiografia é muito útil no exame de obras de arte, pois permite, por exemplo, detectar a presença de corpos estranhos no interior de uma múmia ainda enfaixada ou incrustações decorativas escondidas sob camadas de bálsamo, etc. Tais informações ajudam a determinar a técnica a ser adotada para retirar as bandagens das múmias; são muito valiosas também nos trabalhos de conservação de objetos de metal, além de serem muito úteis durante os estudos científicos e arqueológicos. No museu do Cairo, por exemplo, a radiografia de múmias reais revelou que mesmo aquelas das quais já se haviam retirado as bandagens ainda continham joias que haviam escapado à detecção, por se encontrarem sob espessas camadas de resina[6].

Determinação do peso específico

Na Antiguidade, o ouro geralmente continha prata ou cobre. Os objetos de ouro são tão preciosos que, na maioria dos casos, nenhum fragmento, por menor que seja, pode ser retirado para análise. Diante disso, Caley pensou em aplicar o método de determinação do peso específico, que não traz nenhum risco de deterioração e permite que se descubra a porcentagem de ouro dos artefatos[7]. Este método é muito fácil e baseia-se no princípio de Arquimedes. Se o peso do objeto ao ar livre é de W g e na água é de X g,

seu peso específico será igual a $\frac{W}{W - X}$.

4 CHAMOT, E. M. e MASON, C. W. 1938, p. 431.

5 KOLTHOFF, I. M., SANDELL, E. B., MEEHAN, E. J. e BRUCKENSTEIN, S. 1969.

6 HALPERN, J. W., HARRIS, J. E. e BARNES, C. 1971. p. 18.

7 CALEY, E. R. 1949, p. 73-82.

Como o peso específico do ouro (19,3) é quase o dobro do da prata (10,5) ou do cobre (8,9), a presença de pequenas quantidades de prata ou cobre pode ser facilmente detectada. Supondo que o objeto não contenha platina, que o componente de ligação (prata ou cobre) seja conhecido e que não tenha ocorrido nenhuma contração durante a fusão, a margem de erro previsível no cálculo do teor de ouro é da ordem de 1%.

Análise química normal em meio aquoso

Esta técnica é indispensável, em Arqueologia, para o estudo do material de que é feito um artefato, bem como para a escolha da melhor maneira de conservá-lo. É usada nas análises qualitativas e quantitativas de argamassas, gesso, vestígios corroídos de artefatos metálicos, restos de comida, cosméticos, resíduos de bálsamos e produtos análogos, etc.

A descrição das técnicas utilizadas em tais análises não é do âmbito deste capítulo, pois são familiares a todos os químicos que trabalham no campo da Arqueologia; além disso, são descritas com detalhes em manuais de química analítica, como por exemplo o de Kolthoff e seus co-autores[8], relativamente às matérias inorgânicas, e nos trabalhos de Iskander[9] e Stross[10], relativamente às matérias orgânicas e inorgânicas. "Objetos de ferro descobertos em Niani (Guiné), datando do século XIII ao século XV, foram submetidos a uma análise química, que revelou conterem cobre, fósforo, níquel, tungstênio, titânio e molibdênio, impurezas provavelmente presentes nos minérios utilizados"[11].

Espectrofotometria

Esta técnica tem sido utilizada na análise de vestígios antigos, tais como bronze, cerâmica, argamassa, pigmentos, etc.

Vários fatores tornam a espectrofotometria particularmente vantajosa em relação a outros métodos de análise desses vestígios: apresenta sensibilidade adequada; permite detectar altas proporções (até 20%) da maioria dos elementos; além disso, todos os elementos presentes na amostra podem ser gravados em

8 KOLTHOFF, I. M., SANDELL, E. B., MEEHAN, E. J. e BRUCKENSTEIN, S. 1969.

9 FARAG, N. e ISKANDER, Z. 1971, p. 111-15; ISKANDER, Z., p. 59-71, *Le monastère de Phoebammon duns la Thebaide,* v. III, ed. BACHATLY, Cairo, Société d'Archeologie Copte, 1961; ISKANDER, Z. e SHAHEEN, A. E. 1964, p. 197-208; ZAKI, A. e ISKANDER, Z. 1942, p. 295-313.

10 STROSS, F. H. e O'DONNALL, A. E. 1972, p. 1-16.

11 MUZUE, A. e NOSEK, E. 1974, p. 96.

linhas espectrais numa chapa fotográfica durante uma única exposição, o que proporciona um registro permanente para posteriores consultas. Uma nova variante da espectrofotometria é o *Laser Milliprobe Spectometer*[12]. "A análise espectrográfica de todos os 'bronzes' naturalistas de Ife (Nigéria) mostrou que eles não são de bronze, mas de latão"[13].

Análise por absorção atômica

Este método é perfeitamente adequado para amostras de matéria inorgânica (metais, cimentos, soldas, vidro, esmaltes, sais, etc.). Em arqueometria, seu emprego apresenta as seguintes vantagens: elevado grau de exatidão (margem de erro de 1%) com amostras de 5 a 10 mg; possibilidade de detecção, em uma mesma amostra, de elementos mais importantes, elementos menos importantes ou simplesmente traços; enfim, é uma técnica de uso corrente. Ela facilita muito também as comparações entre os resultados de diferentes laboratórios, e as causas eventuais de erros experimentais são mais facilmente controláveis[14].

Fluorescência de raios X

A excitação de um espécime por meio de raios X é um método de análise muito útil. Seu princípio é o seguinte: quando um átomo é bombardeado com raios de alta frequência, um elétron é removido de uma órbita interior do átomo e a lacuna assim criada será preenchida por um elétron proveniente de uma órbita externa. A variação de energia entre os níveis externo e interno provém de raios secundários ou fluorescentes, característicos dos elementos que compõem o espécime.[15]

Como a força de penetração dos raios X é limitada, esta técnica só pode ser utilizada na superfície dos objetos, sendo por isso aplicada apenas na análise de vestígios inorgânicos, tais como o vidro, a faiança e a cerâmica vitrificada, a obsidiana e a maior parte das rochas. Entretanto, os objetos metálicos antigos sofreram a ação do tempo, ou os metais menos nobres que continham afloraram à superfície. Desta maneira, uma análise restrita à superfície desses objetos através do método da fluorescência de raios X pode oferecer resultados diferentes daqueles obtidos por uma análise do objeto inteiro.[16]

12 HALL, E. T. 1970, p. 135-41.

13 WILLET, F. 1964, p. 81-83.

14 WERNER, A. E. A. 1970, p. 179-85.

15 KOLTHOFF, I. M., SANDELL, E. B., MEEHAN, E. J. e BRUCKENSTEIN, S. 1969.

16 HALL, E. T. 1970, p. 135-41.

Análise por ativação de nêutrons

Nesta técnica, um grupo de amostras e de produtos químicos *standard* é colocado em um reator nuclear e submetido à irradiação por nêutrons lentos (ou térmicos). Alguns dos isótopos resultantes terão vida suficiente para emitir raios gama. Como cada radioisótopo emite raios gama com comprimentos de onda característicos, a análise desses comprimentos de onda possibilita tanto a identificação dos elementos presentes no espécime como a determinação de sua concentração, quer se trate de elementos importantes, quer de simples traços.

Os nêutrons e os raios gama têm poder de penetração muito maior que os raios X, permitindo assim que a análise atinja maior espessura em determinada amostra. Desse modo, o afloramento de cobre à superfície dos metais pode ser ignorado.[17]

Ao realizar esse tipo de análise, deve-se tomar o cuidado para que, se o espécime tiver de retomar ao museu, a radioatividade residual baixe a um nível inofensivo em um lapso de tempo razoável. A título de exemplo, o isótopo da prata radioativa tem meia-vida de 225 dias; logo, se um objeto de prata receber uma dose muito forte de radiação, não poderá ser devolvido ao museu por centenas de anos.[18] Nesses casos, uma minúscula porção do objeto é retirada através da fricção com um pequeno disco de quartzo rugoso. Este quartzo sofre então irradiação no reator e é analisado, do modo habitual, para a detecção de prata, ouro, cobre, antimônio e arsênico.

Esta técnica foi recentemente aplicada, em pesquisas arqueológicas realizadas na África, no estudo de contas de vidro, que foram submetidas a duas ativações de nêutrons. O primeiro bombardeamento durou pouco tempo, procedendo-se logo após à procura de isótopos de vida curta nas contas. Já o segundo foi intenso e contínuo, durando oito horas. As amostras foram, então, deixadas de lado por alguns dias e depois submetidas à análise, que procurou por isótopos de vida média. A seguir, foram guardadas novamente e mais tarde testadas em busca de isótopos de vida longa.[19]

Um estudo de diversas aplicações desta técnica em Arqueologia foi publicado por Sayre e Meyers.[20]

17 *Loc. cit.*

18 *Loc. cit.*

19 DAVISON, C. C. 1973, p. 73 e 74.

20 SAYRE, E. V. e MEYERS, P. 1971, p. 115-50.

Objetivos da análise arqueométrica

Os principais objetivos da investigação científica e da análise em arqueometria são os seguintes:

Identificação rigorosa dos objetos

É essencial que a identificação dos vestígios arqueológicos seja efetuada escrupulosamente, para que o arqueólogo possa descrevê-los com exatidão nas publicações especializa das e nos guias de museus. A identificação precisa da substância dos artefatos também é muito importante, pois é do conhecimento da verdadeira natureza das substâncias examinadas que depende o alcance das observações correspondentes. Infelizmente, os erros de identificação são frequentes nas publicações arqueológicas mais antigas e já causaram muita confusão. O cobre é às vezes confundido com o bronze, embora a descoberta e o uso do bronze impliquem certa evolução cultural. O bronze, por sua vez, é confundido com o latão e isso pode acarretar uma falsa conclusão quanto à idade do objeto, já que as primeiras produções de latão remontam mais ou menos à metade do primeiro século antes de nossa era, enquanto o bronze já era conhecido e utilizado uns vinte séculos antes.[21]

Como a maior parte dos erros de identificação provém de apreciações visuais incorretas, convém enfatizar que, para evitar qualquer risco de interpretação errônea, a identificação do material arqueológico deve basear-se na análise química ou por difração de raios X.

Tradução de palavras antigas desconhecidas

Às vezes, uma identificação correta permite traduzir palavras desconhecidas. Por exemplo, em Saqqara, Egito, foram descobertos dois recipientes de cerâmica na sepultura do rei Hor-Aha (Primeira Dinastia, aproximadamente -3100). Em cada um deles figuravam hieróglifos correspondentes à palavra *seret,* cujo sentido era ignorado. A análise química revelou que os dois vasos continham queijo; concluiu-se então que *seret* significava queijo.[22] Outro exemplo é a palavra *bekhen,* escrita em hieróglifos em algumas estátuas de pedra. Como a rocha em que as estátuas foram esculpidas havia sido anteriormente identificada como grauvaca (xisto) e

21 CALEY, E. R. 1948, p. 1-8.

22 ZAKI, A. e ISKANDER, Z. 1942, p. 295-313.

que a palavra aparecia em textos relacionados com Uadi-el-Hammamat, concluiu--se que, provavelmente, *bekhen* significava o xisto de Uadi-el-Hammamat.[23]

Detecção da origem dos vestígios arqueológicos

A presença em determinado sítio arqueológico de numerosos espécimes cuja substância é de origem estrangeira, parece ser uma indicação clara de que esse material foi importado através de troca ou comércio. Uma vez localizada a fonte dessa substância, torna-se fácil estabelecer o caminho seguido por ela. Sabe-se, por exemplo, que a obsidiana não existe no Egito; entretanto, era utilizada nessa região desde a época pré-dinástica (antes de -3100).

A obsidiana de alguns objetos dessa época foi examinada e comparada com a proveniente de países vizinhos. Como suas características eram muito semelhantes às da obsidiana da Etiópia, concluiu-se que fora importada dessa região e que os dois países mantinham relações comerciais há muito tempo.[24]

Na cerâmica, a identificação de traços por meio da ativação de nêutrons ou fluorescência de raios X permite o estudo de rotas comerciais locais e internacionais.[25] Vestígios de impurezas em minérios e artefatos de bronze também podem ajudar a relacionar os artefatos ao tipo de material de que foram feitos.[26]

A detecção de níquel em um artefato antigo de ferro permite descobrir se o ferro provém de um meteorito ou se foi manufaturado, já que o ferro de origem meteorítica sempre contém de 4 a 20% de níquel.

Recorrendo a uma emissão espectroscópica, o autor examinou o famoso punhal de Tutankhamon e constatou que o ferro de sua lâmina continha uma quantidade razoável de níquel, o que provou a origem meteorítica do ferro.

Investigação do uso anterior dos objetos examinados

Às vezes, é difícil saber com que finalidade determinado objeto era utilizado. A esse respeito, a análise química pode ser de grande utilidade. Em 1956, por exemplo, foi descoberta, na tumba de Neferwptah (aproximadamente -1800), em Faium (Egito), uma grande jarra de alabastro contendo 2,5 kg de uma estranha substância. A análise química revelou que se tratava de um composto de

23 LUCAS, A. 1962, p. 416, 419-20.

24 *Loc. cit.*

25 PERLMAN, I. e ISARO, F. 1969, p. 21-52.

26 FIELDS, P. R., MILSTED, J., HENRICKSEN, E. e RAMETTE, R. W. 1971, p. 131-43.

48,25% de galena (sulfeto de chumbo natural) e 51,6% de resina, na proporção 1:1, aproximadamente. Como essa composição jamais tinha sido encontrada antes, a razão pela qual estava na tumba era completamente obscura. Entretanto, o exame das prescrições médicas do papiro Ebers permitiu descobrir, sob o n. 402, "um novo (remédio) para remover manchas brancas que apareceram nos dois olhos: *kohl* preto (galena) e *khet'wa* (resina) finamente pulverizados e aplicados nos dois olhos". A partir desse texto e da composição química do material encontrado na jarra, concluiu-se que Neferwptah provavelmente sofria de leucoma em um dos olhos ou em ambos. Por isso, forneceram-lhe uma grande quantidade desse medicamento para uso na vida futura.[27]

Pesquisa das antigas técnicas de fabricação

O exame metalográfico de objetos de metal fornece informações sobre as técnicas utilizadas pelos povos antigos em suas artes e indústrias químicas. Os exemplos seguintes são significativos a esse respeito.

Fabricação do azul do Egito

Amostras deste pigmento azul foram submetidas a exames químicos, microscópicos e à difração por raios X. Chegou-se a reproduzir, experimentalmente, uma "frita"[28] azul análoga. Esses estudos revelaram que o azul do Egito era feito, na Antiguidade, aquecendo, a 840ºC, uma mistura de areia ou quartzo pulverizado, calcário igualmente pulverizado, malaquita e sal comum ou carbonato de sódio.[29]

Exame microscópico de objetos de metal

O exame metalográfico de objetos de metal pode indicar se eles foram fundidos ou batidos, ou se as duas técnicas foram empregadas. O exame metalográfico de uma fateixa de cobre que pertenceu ao barco de Quéops, descoberta em 1954, atrás da grande pirâmide de Gizeh, demonstrou que havia dendritos no metal; conclui-se, portanto, que o objeto tinha sido batido.[30]

27 FARAG, N. e ISKANDER, Z. 1971, p. 111-15.

28 Frita (fr. *frite*): expressão em desuso que designa a mistura de areia e soda, submetida a uma semifusão na fabricação do vidro, da cerâmica, etc. (N. T. Fr.).

29 LUCAS, A. 1962, p. 416, 419-20.

30 ISKANDER. Z. 1960, p. 29-61. 1ª parte.

Exame de resíduos de embalsamamento

O exame de resíduos de materiais para embalsamamento, descobertos em Saqqara, Luxor e Mataria (Egito), mostrou que continham pequena proporção de sabão de ácidos graxos sólidos, resultantes da saponificação das gorduras do corpo, sob a ação do carbonato de sódio, durante a mumificação. A partir disso, concluiu-se que os materiais usados serviam para preencher temporariamente as cavidades do corpo, antes que este fosse desidratado, até se tornar uma massa de natrão,[31] no leito de mumificação.[32]

Cadinhos de "frita"

Pesquisas empreendidas em Uadi el-Natrum, nas ruínas de uma vidraria, mostraram que o vidro foi fabricado no Egito durante o período romano. Essa indústria passou por duas etapas.

Durante a primeira etapa, obtinha-se a frita de vidro num cadinho especial (cadinho de frita)[33], misturando sílica pura (quartzo), bicarbonato de cálcio, natrão ou cinza vegetal, ou ambos, e aquecendo a mistura a uma temperatura inferior a 1100°C. A argila desse cadinho continha grande proporção de areia e palha cortada em pedacinhos. Tal mistura, quando cozida, produzia uma cerâmica altamente porosa, qualidade essa procurada pelos vidreiros da Antiguidade, porque permitia soltar facilmente o bloco de frita quebrando o cadinho. Este, portanto, era usado só uma vez.

Na segunda fase, os vidreiros obtinham um vidro de boa qualidade e de cores variadas. Os blocos de frita eram pulverizados até se tornarem um fino pó homogêneo; eram, então, divididos em pequenas porções. A cada uma delas adicionavam-se certos óxidos corantes, agentes opacificantes ou descolorantes e reaquecia-se tudo até a fusão completa, a fim de obter o tipo de vidro necessário.[34]

Testes de autenticidade

Durante muito tempo, os critérios histórico e estético eram o único método utilizado para a determinação da autenticidade. Nos últimos anos, o progresso

31 Natrão: carbonato de sódio cristalizado.

32 ISKANDER, Z. e SHAHEEN, A. E. 1964, p. 197-208.

33 Frita (fr. *fritage*): vitrificação preparatória destinada a eliminar os elementos voláteis (N. T. Fr.).

34 SALEH, S. A., GEORGE, A. W. e HELMI, F. M. 1972, p. 143-70.

da pesquisa científica possibilitou um julgamento mais seguro da autenticidade de um objeto. Os métodos mais eficientes são os seguintes:

Exame com raios ultravioleta

Esta técnica é útil principalmente no exame do marfim e do mármore. Sob a luz ultravioleta, os diferentes tipos de mármore emitem fluorescência em diferentes cores e a superfície dos mármores antigos projeta uma cor característica muito diferente da cor apresentada pelas pedras mais recentes. Do mesmo modo, alterações ou retoques em objetos de mármore ou marfim antigos, bem como em pinturas, invisíveis à luz comum, podem ser notados distintamente quando o objeto é examinado sob luz ultravioleta. A luz infravermelha e os raios X também são muito úteis na detecção de falsificações.[35]

Exame da corrosão superficial

Em geral, os metais antigos são corroídos lentamente e, com o tempo, a corrosão provoca o surgimento de uma película homogênea. Nas falsificações de objetos de metal, geralmente é aplicada uma película artificial à superfície do objeto, o que lhe confere uma aparência antiga. Mas essa película não adere muito bem e pode ser removida com sol ventes, tais como água, álcool etílico, acetona ou piridina. Além disso, nos objetos de cobre e de bronze, essa crosta artificial compõe-se geralmente de uma só camada, distinguindo-se da que se formou naturalmente. Esta é sempre composta de pelo menos duas camadas: a interior, de óxido de cobre vermelho, e a exterior, verde de carbonato, sulfato ou cloreto do mesmo metal. É muito difícil reproduzir essa disposição, a ponto de enganar um experiente químico de museu arqueológico.

Análise do material do objeto

Um notável exemplo da validade deste teste é fornecido pela análise do grão da antiga faiança egípcia. Enquanto o grão da antiga faiança egípcia autêntica é composto de quartzo vitrificado, o das falsificações modernas é geralmente constituído de caulim, argila ou porcelana; a identificação é, deste modo, bastante rápida e segura. Outro exemplo: como as técnicas metalúrgicas antigas não envolviam processos de refinamento adequados, os metais da Antiguidade contêm certas impurezas, tais como arsênico, níquel, manganês, etc.

---

35 CALEV. F. R. 1948, p. 1-8.

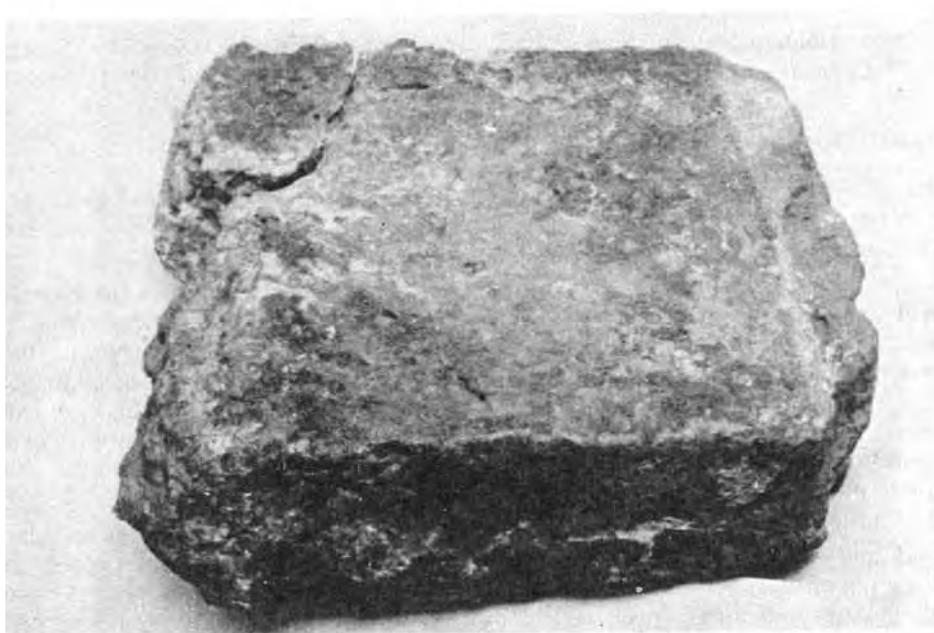



FIGURA 9.3 Bloco de vitrificação mostrando a superfície superior plana, as paredes laterais e uma parte do cadinho ainda aderente ao lado direito.

FIGURA 9.4 Base de uma das colunas de arenito do templo de Buhen. Nota-se o esboroamento da camada superficial devido à eflorescência.

Portanto, basta retirar uma pequena amostra do objeto e submetê-la à ativação por nêutrons ou fluorescência de raios X: a ausência de vestígios de impurezas indicará que o objeto é provavelmente falso.

Identificação de pigmentos e corantes na pintura

Os pigmentos utilizados em um quadro podem ser identificados com razoável precisão através de técnicas microquímicas. Se o pigmento foi criado recentemente, a idade do quadro pode ser contestada. Como exemplo, citemos o exame feito por Young de um retrato em perfil atribuído a um pintor do século XV. A pigmentação azul do quadro se originava do azul-ultramarino, descoberto e usado como pigmento a partir do século XIX. Quanto ao pigmento branco, tratava-se de óxido de titânio, só utilizado na pintura depois de 1920. Provou-se, portanto, que o quadro era falso.[36]

Exame da pátina e do polimento superficiais

A maior parte das rochas adquire, com o tempo, uma pátina na sua superfície: o verniz do deserto. Este fenômeno se deve ao afloramento progressivo de sais de ferro e manganês à superfície, onde se oxidam e formam uma espécie de epiderme ou pátina. Essa pátina passa a fazer parte da própria rocha, confundindo-se com a sua superfície. Não é fácil removê-la, seja com água ou solvente neutro, seja através de raspagem. Em consequência, é possível distinguir uma superfície autenticamente antiga de outra recente, mesmo dotada de pátina artificial.

Além da pátina formada naturalmente, as marcas de entalhe e polimento antigos são outro meio de provar autenticidade. Essas marcas ainda aparecem como linhas de intersecção irregular sob a pátina superficial da pedra ou do metal. Elas podem ser facilmente distinguidas das linhas paralelas regulares provenientes de um polimento recente, já que os povos antigos não usavam nem limas ásperas para esculpir, nem limas finas ou lixas de esmeril para polir.

Teste da termoluminescência da cerâmica

A cerâmica, assim como o solo em que foi enterrada, contém uma porcentagem muito pequena de elementos radioativos. A radiação desses elementos causa, ao longo de milhares de anos, um acúmulo de elétrons no corpo da cerâmica. Elevando-a a uma temperatura acima de 500°C, os elétrons

36 YOUNG, W. J. 1958, p. 18-19.

acumulados emitem uma termoluminescência que varia de acordo com a idade da cerâmica. Esta técnica permite aos conservadores de museus uma apreciação segura da autenticidade de um objeto de cerâmica. A amostra necessária pode ser conseguida fazendo um pequeno furo no objeto. O pó obtido é aquecido a mais de 500ºC no escuro. Se houver luminescência, a cerâmica é genuína; se não, trata-se de falsificação.[37]

Técnicas de datação

A ciência dispõe de várias técnicas para determinar a idade de materiais antigos. As principais são as seguintes:

Datação aproximativa pela análise arqueométrica

A análise de espécimes pertencentes ao mesmo grupo de materiais (gesso, vidro, faiança, metais e pigmentos), mas que remontam a épocas diferentes, pode fornecer resultados passíveis de serem utilizados como pistas para a determinação da idade aproximada de outros objetos. Os exemplos seguintes confirmam essa ideia.

Datação através da análise de contas de vidro na África ocidental

As contas dicroicas *akori,* que parecem azuis à luz refletida e verdes à luz transmitida, foram submetidas à análise por fluorescência de raios X, que permite classificá-las em dois grupos, A e B. As contas do grupo A são mais pobres em chumbo (menos de 0,05%) e em arsênico (menos de 0,05%) que as do grupo B, nas quais a taxa de chumbo é de mais ou menos 27 % e a de arsênico de 2%. A diferença em relação ao manganês é menor (grupo A: 0,3 ± 0,1% e grupo B: aproximadamente 0,05%). Outros elementos detectados: ferro, cobalto, zinco, rubídio, estrôncio, estanho, antimônio e bário, em relação aos quais não foi notada nenhuma diferença significativa entre um grupo e outro. As contas do grupo A são encontradas na África ocidental, em sítios insulares relativamente antigos (430 a 1290 da Era Cristã), enquanto as do grupo B só aparecem em contextos mais recentes. A descoberta dessas contas em um túmulo ou em determinado estrato permite determinar com certa precisão a idade de um ou de outro[38].

37 AITKEN, M. J. 1970, p. 77-88.

38 DAVISON, C. C., GIAUQUE, R. D. e CLARK, J. D. 1971, p. 645-49.

Datação de pinturas rupestres pela análise de aglutinantes albuminosos

É possível avaliar a idade das pinturas determinando o número de aminoácidos de seus aglutinantes albuminosos após hidrólise. Esse método foi usado para calcular a idade de 133 pinturas rupestres do sudoeste da África, com margem de erro de 20%. A *Dama Branca (The White Lady)* de Brandberg tem de 1200 a 1800 anos. As pinturas de Limpopo têm de 100 a 800 anos e as amostras de Drakensberg, de 60 a 800 anos. O número de aminoácidos idênticos diminui, com a idade da pintura, de 10 (nos aglutinantes com 5 a 10 anos de idade) para 1 (substâncias com 1200 a 1800 anos de idade).[39]

Datação através da análise de argamassas

A análise dos diferentes tipos de argamassa utilizados no Egito mostrou que a argamassa de cal não aparece antes de Ptolomeu I (323-285 antes da Era Cristã).[40] Qualquer monumento cujos tijolos ou pedras foram ligados com argamassa de cal pertence, portanto, a um período posterior a 323 antes da Era Cristã.

Datação por radiocarbono

Princípio básico

Ao serem atingidos pelos raios cósmicos, os átomos do ar das camadas superiores da atmosfera desintegram-se em fragmentos minúsculos, dentre os quais encontram--se os nêutrons. Os nêutrons produzidos bombardeiam o átomo que existe em maior abundância no ar, o nitrogênio de massa 14, e o convertem em carbono de peso atômico 14. O carbono 14 assim formado é radioativo; combina-se com o oxigênio do ar para formar $^{14}CO_2$ e se mistura com o dióxido de carbono comum, que contém principalmente átomos de carbono de massas 12 (99 %) e 13 (1%). Esse carbono 14 penetra nas plantas juntamente com os isótopos $^{12}CO_2$ e $^{13}CO_2$ formando seus tecidos pelo processo de fotossíntese. Como os animais se alimentam de plantas, "todo o mundo animal e vegetal deve ser ligeiramente radioativo, devido à presença de uma proporção mínima de carbono 14 (aproximadamente um átomo de carbono 14 para um trilhão de átomos de carbono comum). O dióxido de carbono atmosférico entra também na composição dos oceanos sob a forma de carbonato

39 DENNINGER, E. 1971, p. 80-84.

40 LUCAS. A. 1962, p. 416, 419-20.

dissolvido. Portanto, é provável que a água do mar também seja levemente radioativa, assim como todas as conchas e depósitos que contém".[41]

No momento da morte, supõe-se que a matéria orgânica antiga tenha apresentado a mesma radioatividade que a matéria orgânica viva atualmente. Mas, depois da morte, ocorre o isolamento, ou seja, toda aquisição ou troca de radiocarbono é interrompida e o carbono 14 começa a se degradar ou, como disse o professor Libby, "o relógio do radiocarbono começa a andar".[42] Se a radioatividade de uma amostra antiga é medida e comparada à de uma amostra moderna, é possível, considerando-se o tempo de vida do carbono 14[43], calcular a idade do espécime antigo a partir da equação relativa ao declínio da radioatividade.

Materiais adequados à datação radioativa

Os materiais apropriados para essa técnica são os de natureza orgânica (madeira, carvão, ossos, couro, tecidos, vegetais, alimentos, conchas, etc.), mas os melhores são os derivados de plantas que crescem anualmente, como junco, cereais, grama ou linho. Uma vez recolhidas, as amostras não devem ser submetidas a nenhum tratamento químico; além disso, devem ser colocadas em recipientes de vidro ou embalagens de náilon, a fim de evitar qualquer contato com outros materiais orgânicos. O processo se desenvolve em quatro etapas: purificação da amostra, combustão, purificação do dióxido de carbono obtido e, finalmente, contagem das partículas emitidas.

Resultados e perspectivas

Para testar a precisão desse método, foi feito um estudo comparativo entre amostras datadas com exatidão, do ponto de vista histórico, e datações efetuadas com carbono radioativo.[44] Como o método histórico mais antigo e mais conhecido é a cronologia do Egito, decidiu-se, em âmbito internacional, medir o carbono radioativo de um grande número de amostras egípcias datadas com precisão arqueológica, pertencentes ao período que vai da primeira dinastia (aproximadamente -3100)

41 AITKEN, M. J. 1961, p. X e 181.

42 LIBBY, W. F. 1970, p. 1-10.

43 O período ou longevidade do carbono 14 (duração da desintegração de metade do corpo radioativo) foi avaliado em 5568 anos ou, mais precisamente, em 5730 ± 40 anos.

44 BERGER, R. 1970, p. 23-26; EOWAROS, L E. S. 1970, p. 11-19; MICHAEL, H. N. e RALPH, E. K. 1970, p. 109-20; RALPH, E. K., MICHAEL, H. N. e HAN, M. G. 1973, p. 1-20.

à trigésima dinastia (-378 a -341). Diversos laboratórios procederam à datação ao mesmo tempo, usando não só meias-vidas correspondentes a 5568 anos, mas também o novo valor de 5730 ± 40 anos, que permite maior precisão. Os resultados obtidos por esses testes mostraram que a datação operada através da meia-vida de 5730 anos corresponde à cronologia histórica até o tempo do rei Senusret (ou Sesóstris), ou seja, aproximadamente -1800, mas a datação das amostras anteriores suscitou numerosas controvérsias. Entretanto, a aplicação do método de correção de Stuvier-Suess às amostras anteriores a -1800 permite a obtenção de resultados correspondentes à cronologia arqueológica dentro de 50 a 100 anos, no máximo.[45] A título de exemplo: bambus retirados da mastaba (sepultura) de Qaa, primeira dinastia, em Saqqara, foram datados no laboratório de pesquisas do British Museum. A data obtida com carbono 14, depois da correção, é de -2450 ±65, aproximando-se bastante de sua data histórica, ou seja, 2900 antes da Era Cristã.[46]

Imagina-se, atualmente, que as causas dos principais desvios sejam a diminuição do campo magnético da Terra[47] e as variações de intensidade do vento solar, que tornam oblíquos os raios cósmicos.[48] Além disso, a meia-vida real do carbono radioativo ainda não está inteiramente estabelecida. Algumas outras causas estão sendo estudadas e muitos laboratórios trabalham nesse sentido.

Se houvesse resposta para todas essas questões, seria possível datar com maior precisão vestígios anteriores a 1800 antes da Era Cristã. Mas, até que isso aconteça, os cálculos convencionais de radiocarbono para vestígios orgânicos dessa época devem ser submetidos à correção indicada acima.

Datação com potássio-argônio

A limitação da datação por carbono 14 em aproximadamente -70000 anos cria uma grande lacuna na cronologia da evolução biológica e geológica, prolongando-se dessa data até aproximadamente -10 milhões de anos. Para um período tão, antigo, seria possível aplicar métodos geológicos radioativos baseados nos índices de transformação de substâncias, como, por exemplo, na transformação do urânio 235 em chumbo 207, que tem meia-vida de 710 milhões de anos, ou do rubídio

45 BERGER, R. 1970, p. 23-36; MICHAEL, H. N. e RALPH, E. K. 1970, p. 109-20; RALPH, E. K., MICHAEL, H. N. e HAN, M. G. 1973, p. 1-20; STUVIER, M. e SUESS, H. E. 1966, p. 534-40.

46 EOWARDS, I. E. S. 1970, p. 11-18.

47 BUCHA, V. 1970, p. 47-55.

48 LEWIN, S. Z. 1968, p. 41-50.

87 em estrôncio 87, que tem meia-vida de 13900 milhões de anos. Essa lacuna pode ser preenchida, até um certo ponto, pela aplicação da técnica de datação com potássio-argônio.[49] De fato, esse método é usado particularmente na datação de idades geológicas muito remotas. No entanto, utilizando grandes amostras de uma substância de textura relativamente fina (mas não inferior a 100 micra) e que contenha pouco argônio atmosférico, é possível aplicá-lo a períodos mais recentes, o que permitiria controlar os resultados obtidos graças ao carbono 14.[50]

Princípio básico

O potássio, tal como é encontrado na natureza, contém 93,2% de potássio 39, 6,8% de potássio 41 e 0,0118% de potássio 40. No momento da formação da Terra, a taxa de potássio 40 era de mais ou menos 0,2%, mas ele se deteriorou em grande parte, resultando em dois derivados: o cálcio 40 e o argônio 40. Mas como tem meia-vida muito longa (1330 milhões de anos), o potássio 40 ainda se encontra presente, numa taxa de 0,0118%. Em cada 100 átomos de potássio 40 que se degradam, 89 se transformam em cálcio 40 pelo desaparecimento das radiações beta; onze se transformam em argônio 40 pela captura de partículas beta. O argônio é um gás que se encontra retido entre os grãos do minério[51].

A datação com argônio-potássio é muito aplicada pelas razões seguintes:

- O potássio presente na crosta terrestre representa 2,8% em peso, sendo um de seus elementos mais abundantes. Além disso, está presente em quase todos os corpos.
- A meia-vida do potássio é suficientemente longa para permitir a formação de argônio 40 em certos minerais, ao longo de períodos interessantes do ponto de vista geológico. Calculando a concentração do argônio 40 radioativo e o conteúdo total de potássio de um mineral, é possível determinar a idade do mineral, por meio de uma equação relativa à degradação da radioatividade.[52]

Problemas a serem resolvidos pela datação com potássio-argônio

A datação com potássio-argônio foi aplicada recentemente no cálculo da constante de primeira ordem *in situ,* para a racemização do ácido aspártico nos

49 AITKEN, M. J. 1961.

50 GENTNER, W. e LIPPOLT, H. J. 1963, p. 72-84.

51 *Loc. cit.;* HAMILTON, E. I. 1965, p. 47-79.

52 GENTNER, W. e LIPPOLT, H. J. 1963, p. 72-84.

ossos antigos. Uma vez aferida num sítio, a reação de racemização pode ser utilizada para datar outros ossos do depósito. As idades calculadas a partir desse método correspondem com exatidão às idades obtidas pela datação com radiocarbono. Esses resultados provam que a reação de racemização é um instrumento cronológico importante para a datação dos ossos muito antigos ou muito pequenos para serem datados com radiocarbono. Para exemplificar a aplicação dessa técnica na datação dos fósseis humanos, uma parte do homem da Rodésia originário de Broken Hill (Zâmbia) foi analisada e datada provisoriamente em 110000 anos aproximadamente.[53] A datação com potássio-argônio dos períodos do Plioceno e Pleistoceno deverá permitir o levantamento de uma cronologia definitiva da origem do homem, da coincidência da idade dos fósseis em diversos pontos do globo, da origem dos *tektites* e outros problemas geológicos especiais.

A datação com potássio-argônio foi usada para determinar, em Olduvai, a idade das camadas de basalto e das camadas de tufo que as revestiam, a fim de estabelecer a idade exata dos restos do *Zinjanthropus,* encontrados no fundo da primeira camada de tufo, na *Bed* I. Curtis e Evernden concluíram que esses basaltos têm, pelo menos, quatro milhões de anos de idade; entretanto, não se prestariam a uma datação precisa, em consequência de alterações químicas visíveis nas partes finas de todos os basaltos datados de Olduvai, exceto os que estão associados à antiga indústria de *pebble tools.* A opinião de Gentner e de Lippolt sobre os diferentes resultados obtidos é a seguinte: "Como não existem outras incompatibilidades entre as datas dos basaltos e do tufo que os recobre, parece possível que a idade do *Zinianthropus* seja de dois milhões de anos".[54]

Datação arqueomagnética

Para dar uma ideia simplificada dessa técnica, convém abordar os seguintes itens:

Paleomagnetismo

Trata-se do magnetismo remanescente nos vestígios arqueológicos. Seu estudo baseia-se no fato de que o campo magnético da Terra sofre mudanças contínuas de direção e de intensidade. Observações feitas a partir dos últimos cinquenta anos indicam que o campo magnético se desloca para oeste numa

53 BADA, J. L., SCHROEDER, R. A., PROTSCH, R. e BERGER, R. 1974, p. 121.

54 GENTNER. W. e LIPPOLT, H. J. 1963.

média de 0,2° de longitude por ano.[55] Pesquisas arqueomagnéticas baseadas no cálculo da magnetização remanescente em cerâmicas arqueológicas e em rochas mostraram que a intensidade magnética da Terra, durante os últimos 8500 anos, atingiu seu grau máximo entre os anos 400 e 100 antes da Era Cristã quando o campo alcançou 1,6 vezes sua intensidade atual, e o mínimo por volta de 4000 anos antes da Era Cristã, quando o campo diminuiu para 0,6 vezes em relação à intensidade de hoje.[56] Esses efeitos ou variações de direção e intensidade são chamados de "variação secular". De natureza regional, a variação secular constitui a base da datação magnética, uma vez que as variações do campo magnético terrestre deixam seu traço na cerâmica endurecida sob a forma de magnetismo termo-remanescente (t.r.m.).

Aplicação do t.r.m. *à datação arqueológica*

Antes de iniciar a datação magnética da argila cozida que permaneceu *in situ* depois do cozimento, torna-se necessário determinar o comportamento do campo geomagnético através de mensurações efetuadas nas estruturas geológicas de idade conhecida, dentro da região escolhida para a aplicação do método. Os resultados são assinalados numa curva que mostra a variação secular naquela região, durante um longo período de tempo. O conhecimento da direção do campo magnético registrado em argila cozida de idade desconhecida, nessa mesma região, possibilita que sua data de cozimento seja determinada através da comparação com a curva de variação secular.

Os espécimes mais adequados à datação magnética são as argilas cozidas provenientes de fornos, fogões e fornalhas que permaneceram em seus lugares de origem até hoje. Como ainda não existe um magnetômetro portátil para facilitar o cálculo *in situ* da direção do campo geomagnético, as amostras devem ser removidas para medição em laboratório. É essencial que em cada amostra figure a marca de sua orientação original, que servirá como ponto de referência na determinação de seu magnetismo remanescente. Na prática, a operação consiste em cobrir o objeto com gesso de Paris, cuidando para que a superfície superior desse molde seja horizontal e que indique a direção do Norte geográfico, antes que a amostra seja destacada. Desse modo, é possível determinar simultaneamente a antiga declinação (D) e o antigo ângulo de

55 AITKEN. M. J. 1961; COOK, R. M. 1963, p. 59-71.

56 RUCHA. V. 1970, p. 47-55; BUCHA, V. 1971, p. 57-117.

inclinação (I).[57] Para compensar anomalias, seis ou mais amostras devem ser utilizadas, de preferência retiradas de diferentes partes da estrutura, levando-se em conta uma certa simetria.[58]

Resultados arqueomagnéticos relativos à declinação e à inclinação foram obtidos para a Inglaterra, a França, o Japão, a Islândia e a Rússia. Pelas informações de que dispomos, o método ainda não foi testado na África. Entretanto, como tem progredido muito nos últimos anos, espera-se que ele possa ser logo aplicado para datação na Arqueologia da África.

Datação por termoluminescência

A termoluminescência é a emissão de luz produzida por uma substância altamente aquecida. Difere totalmente da incandescência (obtida aquecendo ao rubro um corpo sólido) e resulta de uma liberação da energia acumulada em forma de nêutrons aprisionados no material aquecido.

Origem

Toda cerâmica ou porcelana contém pequenas proporções de componentes radioativos (alguns milionésimos de urânio e tório e alguns centésimos de potássio). Além disso, o solo próximo ao lugar em que foram descobertas as cerâmicas pode conter impurezas radioativas; por outro lado, raios cósmicos podem ter penetrado o solo, emitindo radiações que bombardearam as matérias cristalinas da cerâmica, como o quartzo. A ionização resultante produz elétrons que podem ser aprisionados dentro da estrutura cristalina. Essas "armadilhas de elétrons" são metastáveis e, quando uma amostra de cerâmica é aquecida, desaparecem, liberando o excesso de energia em forma de fótons. A intensidade dessa luz – termoluminescência – está diretamente relacionada à idade da peça. Depende também da natureza particular dos elementos que geram a termoluminescência presentes na amostra e nas proximidades do local em que foi encontrada.[59] Medindo a quantidade de urânio e potássio contidos no fragmento e no solo vizinho, pode-se calcular a intensidade da radiação recebida anualmente pelo fragmento. Em princípio, a idade é diretamente calculada através da relação[60]:

57 AITKEN, M. J. 1970, p. 77-88.

58 COOK, R. M. 1963, p. 59-71.

59 AITKEN, M. J. 1970, p. 77-88; HALL, E. T. 1970, p. 135-41.

60 AITKEN, M. J. 1970, p. 77-88.

$$\text{Idade} = \frac{\text{intensidade de radiação acumulada}}{\text{intensidade anual de radiação}}$$

Precisão dos resultados e perspectivas

Atualmente, a precisão dos resultados é de mais ou menos 10%, um pouco inferior, portanto, à precisão obtida com a datação por radiocarbono. A causa dessa diferença pode ser atribuída às incertezas que surgiram, principalmente quanto às circunstâncias em que o objeto foi enterrado e quanto ao grau de umidade do solo adjacente, do qual depende a intensidade de radioisótopos do fragmento. Espera-se que pesquisas posteriores resolvam tais dificuldades, mas, por razões de ordem prática, é difícil que os resultados atinjam uma margem de precisão maior que 5%, aproximadamente.[61]

Entretanto, apesar de não apresentar uma exatidão total, essa técnica é mais vantajosa que a datação com radiocarbono, já que a cerâmica é muito mais abundante nos sítios arqueológicos do que as matérias orgânicas; além disso, trata-se de datar o cozimento da cerâmica, enquanto a datação com radiocarbono de uma amostra de madeira ou carvão tende a situar o corte da árvore e não a data de sua utilização ulterior.

No Egito, essa técnica terá uma finalidade muito importante. Até o momento, as culturas neolíticas e pré-dinásticas no Egito têm sido datadas conforme o tipo de cerâmica que as caracteriza, de acordo com o *Sequence Dating System,* inventado por Flinders Petrie.[62] Agora, graças à datação por termoluminescência, será possível determinar a época exata em que se desenvolveram essas culturas.

Técnicas utilizadas na prospecção arqueológica

O objetivo básico do emprego de técnicas científicas na prospecção do solo é a descoberta de informações sobre sítios arqueológicos enterrados, a fim de preparar ou substituir as escavações. Isso pode economizar tempo; esforços e despesas. A pesquisa arqueológica através dos métodos científicos inclui as seguintes técnicas:

61 *Loc. cit.*

62 PETRIE, W. M. F. 1901.

Fotografia aérea

É usada sobretudo no levantamento de determinada estrutura, segundo seu traçado geométrico. Tem duas utilizações principais: primeiramente, permite uma visão mais distante e portanto mais clara dos pontos onde os vestígios que afloram à superfície parecem juntar-se para formar um desenho mais significativo.[63] O estudo das fotografias aéreas possibilita, assim, a definição das áreas que devem ser exploradas, tendo em vista obter uma ideia de conjunto de todo o complexo arqueológico. No Egito, esse método foi aplicado no estudo dos templos de Karnak, em Luxor; a área do sítio onde estão os templos é de aproximadamente 150 hectares.

Outra vantagem consiste em revelar a existência de vestígios arqueológicos recobertos por terras cultivadas, graças às marcas da vegetação. Essas marcas resultam das diferentes condições de umidade do solo. A vegetação que recobre um muro de pedra enterrado se distingue levemente por uma linha mais clara; sobre uma vala encoberta, ela é mais rica, tendo aparência mais escura. A configuração geométrica dessas marcas permite o reconhecimento e a escavação de ruínas enterradas.[64]

Análise do solo

Vestígios de antigas cidades e de cemitérios podem ser localizados através da análise do solo. Como o fosfato de cálcio é o constituinte principal do esqueleto e dos diferentes detritos deixados pelo homem, sua porcentagem será naturalmente mais elevada nas áreas antigamente habitadas ou que serviam de cemitério. Portanto, os limites dessas zonas arqueológicas podem ser definidos graças à medição da taxa de fosfato em amostras de solo retiradas da área em intervalos regulares.

Análise do pólen

A polinização das plantas com flor deve-se geralmente à ação dos pássaros, dos insetos ou do vento. As flores polinizadas pelo vento produzem grandes quantidades de grãos de pólen, cuja maior parte cai no solo sem ser fertilizada. Esses grãos geralmente se decompõem; mas se acontece de caírem em solo apropriado (como turfeiras ou barro), podem fossilizar-se e ser facilmente

63 LININGTON, R. E. 1970, p. 89-108.

64 AITKEN, M. J. 1961.

examinados ao microscópio. A identificação e a enumeração dos vários tipos de pólen presentes numa amostra podem fornecer informações sobre o ambiente ecológico no qual restos humanos e artefatos estão situados; o conhecimento desse ambiente ecológico pode, por sua vez, indicar o tipo de vida que predominava na época.

Entretanto, a análise do pólen só é útil como técnica de datação se as amostras puderem ser relacionadas a uma cronologia baseada num método de datação direta, como o do radiocarbono.

Para maiores detalhes dessa técnica podem ser consultados Faegri e Iversen[65] e Dimbleby[66].

Estudo da resistividade elétrica

Esta é a primeira técnica geofísica adaptada à Arqueologia. Consiste em aplicar uma carga elétrica ao solo e medir a resistência do fluxo da corrente elétrica. A resistência depende da natureza do solo, da quantidade de água retida nos seus poros e da quantidade de sais solúveis. Rochas duras e compactas, como as de granito e diorito, apresentam alta resistividade se comparadas ao solo argiloso. Portanto, o estudo da resistividade deve ser aplicado principalmente na detecção de estruturas de pedra enterradas em solo lamacento ou de estruturas escavadas na rocha e recobertas de terra.[67]

O sistema normalmente adotado por esse método consiste em introduzir quatro sondas de metal no solo, fazer passar a corrente entre as duas sondas exteriores e medir a resistividade entre as outras duas. O valor da resistência é uma média aproximada para o material que se encontra sob as sondas interiores, até uma profundidade de aproximadamente uma vez e meia a distância entre elas, contanto que esse material seja razoavelmente uniforme.[68]

Normalmente, quase todas as aplicações do estudo da resistividade consistem em traçar linhas de medida conservando o mesmo esquema de conexão e as mesmas distâncias, a fim de determinar as mudanças nos valores de resistividade. Frequentemente essas linhas são combinadas para formar, em seu conjunto, uma grade retangular de valores; a localização de estruturas enterradas é indicada pelas partes que fornecem valores anormais.

65 FAEGRI, K. e IVERSEN, J. 1950.

66 DIMBLEBY. G. W. 1963, p. 139-49.

67 AITKEN, M. J. 1961.

68 LININGTON, R. E. 1970, p. 89-108.

Essa técnica foi parcialmente substituída pela prospecção magnética, em função de algumas desvantagens que apresenta, principalmente a lentidão do exame e o fato de que os resultados podem ser afetados por efeitos climáticos a longo prazo; além disso, a interpretação dos resultados tende a ser difícil, com exceção dos casos mais simples.[69]

Exame magnético

É, atualmente, a técnica mais comum em prospecção arqueológica. Consiste em medir a intensidade do campo magnético terrestre nos pontos situados acima da superfície do sítio que se vai prospectar. As variações dessas medidas podem revelar a presença de estruturas arqueológicas. Através dessa técnica, é possível detectar restos enterrados de ferro, estruturas de terra cozida, como fornos, por exemplo, poços cavados na rocha e aterrados, ou ainda estruturas de pedra enterradas em solo argiloso.

Os objetos de ferro enterrados provocam variações muito grandes, enquanto que para o restante dos materiais essas variações são muito fracas. Consequentemente, a técnica do exame magnético não tem nenhuma utilidade a menos que o instrumento de detecção seja suficientemente sensível para detectar variações muito pequenas; além disso, deve ser rápido e de fácil manejo.[70] O *Archaeological Research Laboratory*, da Universidade de Oxford, desenvolveu com êxito um magnetômetro de próton que satisfaz todas essas exigências.[71] Compõe-se de duas partes: a garrafa de detecção e o contador. A garrafa de detecção é montada sobre um tripé de madeira e transportada por um operador de um ponto a outro da área a ser estudada. Outro operador controla o contador e registra as medidas na forma de um plano. A interpretação desse plano identificará a situação e os esboços das estruturas arqueológicas contidas no solo.[72] Outros tipos de magnetômetros têm sido aperfeiçoados, como o magnetômetro diferencial de prótons, o "fluxgate gradiometer",[73] o magnetômetro de césio, o magnetômetro de bombeamento de ressonância eletrônica.[74] Cada um deles apresenta certas vantagens, mas o aparelho mais útil em quase todos os casos é o magnetômetro diferencial de prótons.

69 *Loc. cit .*

70 AITKEN, M. J. 1963, p. 555-68.

71 AITKEN, M. J. 1961.

72 *Loc. cit.*

73 HALL, E. T. 1965, p. 112.

74 SCHOLLAR, I. 1970, p. 103-19.

O método magnético é bem mais vantajoso que o da resistividade, pois é mais simples e rápido e seus resultados são mais fáceis de interpretar.[75]

Sondagem das pirâmides do Egito através de raios cósmicos

Os raios cósmicos consistem em uma corrente de partículas eletricamente carregadas, conhecidas como "mesons-μ" ou "muons". Esses raios alcançam a Terra com igual intensidade a partir de todos os pontos do céu. Cada metro quadrado é atingido por aproximadamente 10000 muons por segundo, qualquer que seja sua direção. Os raios cósmicos têm um poder de penetração extremamente grande, muito superior à dos raios X, e sua velocidade é quase igual à velocidade da luz.

A sondagem com auxílio desses raios se baseia no fato de que os "muons" perdem energia ao atravessarem a matéria. A perda de energia (ou absorção de "muons") é proporcional à densidade e espessura da matéria que atravessam. A intensidade ou a quantidade de raios cósmicos que penetra pode ser calculada por um aparelho conhecido como "câmara de faíscas". No caso das pirâmides, o aparelho é colocado no interior de uma câmara subterrânea. Os "muons" que atravessarem um espaço vazio (uma câmara, uma passagem desconhecida) sofrerão menor redução de velocidade que os que atravessarem a rocha sólida; assim, os raios cósmicos que passarem através do espaço vazio terão maior intensidade, fenômeno que será registrado pela câmara de faíscas. Com duas câmaras de faíscas orientadas horizontalmente e distantes uma da outra cerca de 30 cm no sentido vertical, torna-se possível não apenas detectar qualquer câmara secreta, mas também localizá-la no espaço de alguns metros. Assim, a escavação será orientada para a direção indicada pelos raios.

A sondagem foi feita pela primeira vez na Pirâmide do rei Quéfren, da quarta dinastia (-2600). As informações foram analisadas através de um computador e os resultados anunciados no dia 30 de abril de 1969, indicando dois fatos importantes: primeiramente, a câmara mortuária do rei não se situa exatamente no centro da base da pirâmide, mas alguns metros para o norte. Tal descoberta coincide com os resultados obtidos através do estudo magnético, provando assim a validade dessa técnica na sondagem de pirâmides. Constatou-se também que a terça parte superior da pirâmide não contém câmaras nem corredores desconhecidos.

Repetiu-se a experiência com outro aparelho, projetado para sondar a pirâmide inteira. A análise das informações registradas indicou que a pirâmide não contém nenhuma câmara ou corredor desconhecido, o que confirmou as previsões arqueológicas.

75 LININGTON, R. E. 1970, p. 89-108.

Técnicas de conservação

O objetivo deste trabalho não é a descrição dos métodos técnicos utilizados na conservação de artefatos feitos de diversos materiais, como cerâmica, faiança, vidro, marfim, osso, madeira, couro, papiro, tecidos, metais, etc. Sua variedade é tal que excederia o espaço reservado a este capítulo. Vários livros[76] e periódicos especializados tratam do assunto, particularmente *Studies in Conservation,* órgão do *International Institute for Conservation of Historic and Artistic Works,* de Londres.

Entretanto, os mais sérios problemas de conservação na África estão relacionados à fragilidade dos materiais e à violenta deterioração dos monumentos de pedra.

Fragilidade dos materiais

Devido ao excessivo calor e à aridez de numerosos países africanos, os artefatos feitos de material orgânico (pergaminho, papiro, couro, madeira, marfim, etc.) tornaram-se extremamente frágeis. Esses materiais devem ser manuseados com o máximo cuidado, para não correrem o risco de se desfazer em minúsculos fragmentos. Antes de mais nada, é preciso embrulhá-los em panos úmidos, conservando-os por algum tempo em lugar fechado e úmido, ou tratá-los com vapor num recipiente apropriado, para restaurar, total ou parcialmente, sua maleabilidade. Então podem ser desenrolados ou desdobrados sem risco de fragmentação.

Após terem readquirido sua maleabilidade, convém que esses artefatos sejam exibidos ou conservados em museus ou depósitos com ar condicionado, a uma temperatura de 17 ±2°C e umidade relativa de 60 a 65%, a fim de não se tornarem novamente quebradiços.

A violenta deterioração dos monumentos de pedra

Este grave problema merece ser estudado detalhadamente:

Principais causas de deterioração

Os principais agentes de deterioração dos monumentos de pedra na África são:

- *migração dos sais:* em presença de água ou de umidade, os sais solúveis emigram, por capilaridade, do solo salino para a pedra dos monumentos. Num clima

76 ORGAN, R. M. 1968; PLENDERLEITH, H. J. 1962; PAYDDOKE, E. 1963; SAVAGE, G. 1967.

árido, esses sais passam do interior da pedra à superfície exterior sob a forma de soluções aquosas; podem cristalizar-se na própria superfície, provocando sua desintegração, ou sob a superfície, fazendo com que se rompa. Esses efeitos são mais pronunciados na base de paredes ou colunas, onde a pedra entra em contato com o solo salino, como pode ser observado em algumas colunas do templo de Buhen, no Sudão;

- *intempéries:* na África, a pedra é muito afetada pelas excessivas variações de temperatura e umidade, que provocam a ruptura dos elementos superficiais da maioria das rochas.

Em muitos lugares, principalmente nas regiões costeiras, os dois fatores de degradação agem conjuntamente e provocam séria deterioração dos monumentos, como se pode notar nos templos romanos de Leptis Magna e Sabratha, na Líbia.

Tratamento das superfícies e sua ineficácia

Numerosas tentativas de consolidar as superfícies de pedra foram efetuadas, através do tratamento com produtos orgânicos de conservação ou silicatos inorgânicos. Mas esses tratamentos revelaram-se não apenas ineficazes como também nocivos, pois aceleram a deterioração e as fraturas da pedra. O fracasso dessas tentativas foi enfatizado no simpósio internacional sobre a conservação de monumentos de pedra, onde se admitiu que o problema ainda está longe de ser resolvido e que é necessário abordá-lo com o máximo cuidado.

Esforços internacionais para resolver o problema

As dificuldades inerentes ao problema e sua gravidade levaram o ICOM, o ICOMOS e o Centro Internacional para a Conservação a formar, em 1967, um comitê de dez especialistas para estudar a questão. Estudos foram levados a efeito e muitos relatórios apresentados. O comitê continuou suas atividades até o fim de 1975, no intuito de propor uma série de testes-padrão que permitissem avaliar o grau de deterioração da pedra e a eventual eficácia dos tratamentos de conservação.

Uma nova esperança

O Professor Lewin desenvolveu um novo método destinado a consolidar a superfície do mármore e da pedra calcária.[77] Consiste em um tratamento das

77 LEWIN, S. Z. 1968, p. 41-50.

partes deterioradas com uma solução fortemente concentrada de hidróxido de bário (aproximadamente 20%), à qual é adicionada certa quantidade de ureia (aproximadamente 10%) e de glicerol (aproximadamente 15 %). Quimicamente falando, o método baseia-se na substituição dos íons de cálcio da pedra deteriorada por íons de bário. Depois do tratamento, a pedra apresenta um endurecimento evidente e oferece maior resistência à ação dos fatores de degradação. O carbonato de bário assim formado incorpora-se à pedra (sem constituir um revestimento superficial com propriedades distintas das do interior). Espera-se que, com esse método, as superfícies tratadas não se pulverizem e que protejam as camadas subjacentes contra o ataque das intempéries.

O tratamento foi utilizado em julho de 1973 para reforçar o pescoço da estátua da Esfinge de Gizeh, em rocha calcária, que estava em vias de desintegração. Até agora, o resultado tem sido satisfatório, mas é necessário manter o pescoço da esfinge em observação ainda por uns dez anos, pelo menos, antes de consagrar definitivamente esta técnica de proteção e conservação de rochas calcárias.

Paliativos

Por mais confiança que depositemos na técnica de Lewin, o problema da conservação dos monumentos de pedra por tratamento químico ainda não está resolvido. Certas medidas de ordem mecânica ainda são recomendadas para garantir sua proteção contra os fatores de degradação. Podemos destacar algumas delas:

- Nenhum produto que possa vedar os poros da pedra deve ser empregado no tratamento das superfícies dos monumentos ao ar livre, diretamente expostos aos raios solares. A camada exterior da superfície correria o risco de destacar-se em escamas.
- Convém dessalinizar regularmente o solo sobre o qual foram construídos os monumentos. A água utilizada deve ser retirada por um sistema de drenagem adequado.
- Na medida do possível, os monumentos de pedra devem ser isolados dos solos salinos, a fim de impedir que os sais solúveis migrem do solo para a pedra. Esse isolamento pode ser efetuado com a introdução de uma folha de chumbo ou uma espessa camada de betume sob a estátua, o muro ou a coluna a ser protegida.
- Quando o monumento contém sais solúveis que podem provocar eflorescência ou criptoflorescência, convém eliminar os sais lavando-os com

água, e cobrir as partes atingidas com argila arenosa até que a pedra esteja completamente livre desses sais.

- Quando o monumento não é muito grande, é possível transportá-lo para um museu ou um abrigo, a fim de proteger sua superfície dos efeitos deletérios da ação climática. Outra solução consiste em conservá-lo em seu lugar de origem e construir sobre ele um abrigo.
- Quando o teto estiver faltando, deve-se reconstruí-lo, a fim de proteger as pinturas murais ou os baixos-relevos interiores da ação direta da luz solar e da chuva; assim, os desgastes causados pelas variações de temperatura e umidade serão, até certo ponto, atenuados.

Recomendações relativas às restaurações

Como um tratamento inadequado dos artefatos ou monumentos pode causar mais estragos ou até mesmo sua deterioração completa, julgamos conveniente mencionar algumas regras de restauração importantes recomendadas em conferências internacionais:

a) A pátina dos monumentos antigos não deve, de maneira alguma, ser lavada ou retirada para revelar a cor original da pedra. A limpeza das fachadas deve limitar-se à retirada da poeira, de modo que a pátina fique intacta, pois constitui a característica arqueológica mais importante do monumento.

b) Na restauração de monumentos antigos, apenas as partes que estão desmoronando devem ser reconstruídas em seus lugares de origem. É preciso evitar as substituições e as adições, a menos que sejam necessárias para sustentar as partes que desmoronam ou para proteger das intempéries as superfícies antigas.

c) Em todos os casos de reconstrução, deve-se intercalar argamassa entre as pedras, de modo que seu peso seja igualmente repartido sem acarretar deformações ou fendas.

d) A argamassa utilizada para a renovação das paredes deve ser, via de regra, idêntica à argamassa original, a menos que esta tenha sido gesso. O emprego de cimento não é recomendado no caso de construções em rocha sedimentar, tais como calcário ou arenito.

e) A melhor argamassa para todos os casos de reconstrução é a de cal, sem sal; é razoavelmente maleável e porosa; consequentemente, não impede ligeiro deslocamento de pedras devido a mudanças de temperatura. Com seu emprego não ocorrem tensões nem fissuras.

f) Dentre os métodos que permitem distinguir as superfícies das pedras adicionadas, os seguintes merecem ser mencionados:

- o novo paramento pode estar ligeiramente recuado em relação à obra original;
- não é proibido utilizar materiais diferentes, mas deve-se respeitar as dimensões dos blocos originais;
- pode-se também usar o mesmo tipo de material, mas nesse caso a forma e as dimensões dos blocos podem ser diferentes da forma e das dimensões dos elementos originais;
- as fileiras de pedras e todas as juntas podem ser alinhadas sobre as da obra original, mas os novos blocos devem ser moldados num aglomerado de pedras de tamanhos irregulares;
- marcas de identificação contendo a data da restauração poderão ser gravadas em todas as pedras novas;
- a superfície das pedras novas pode ser completamente diferente da superfície das antigas. Basta tratá-la com um instrumento pontiagudo ou gravá-la profundamente com um buril para que adquira um certo desenho geométrico, feito, de preferência, com linhas paralelas ou secantes.

CAPÍTULO 10

PARTE I
História e linguística

P. Diagne

Aada koy demnga woni (fulfulde)
Lammii ay dekkal demb (wolof)
É a fala que dá forma ao passado.

O negro africano estabelece uma ligação entre história e língua. Essa visão é comum ao bantu, ao ioruba e ao mandinga. Mas não é aí que reside a originalidade. Na verdade, o árabe ou o grego anteriores a Tucídides concordarão em afirmar, com os Fulbe, que "a narrativa é o lugar onde se encontra o passado": *Hanki koy daarol awratee.*

O que favorece a ligação entre história e linguagem na tradição dos povos da África negra é a concepção que esta em geral conservou dos dois fenômenos. Tal concepção identifica, espontaneamente, pensamento e linguagem e encara a história não como uma ciência, mas como um saber, uma arte de viver.

A história visa ao conhecimento do passado. A linguística é a ciência da linguagem e da fala. A narrativa e a obra histórica são conteúdos e formas de pensamento. A língua é, em si mesma, o lugar desse pensamento, o seu suporte.

Evidentemente, a linguística e a história têm cada uma o seu domínio, seu objeto próprio e seus métodos. Não obstante, as duas ciências interagem, pelo menos em dois aspectos. Primeiramente, a língua como sistema e instrumento

de comunicação é um fenômeno histórico. Ela tem a sua própria história. Em segundo lugar, como alicerce do pensamento e, portanto, do passado e do conhecimento deste, ela é o lugar e a fonte privilegiada do documento histórico. Assim, a linguística, entendida aqui em seu sentido mais amplo, abrange um campo de pesquisa que fornece à história pelo menos dois tipos de dados: por um lado, uma informação propriamente linguística; por outro, um documento que se poderia chamar supralinguístico. Graças aos fatos de pensamento, aos elementos conceptuais utilizados numa língua e aos textos orais e escritos, ela permite que se leia a história dos homens e de suas civilizações.

Estando a problemática assim definida, fica mais fácil perceber a área comum ao historiador e ao linguista que trabalham com a África.

Ciências linguísticas e história

Todas as ciências que têm por objeto a língua e o pensamento podem contribuir para a pesquisa histórica. Algumas, porém, apresentam uma conexão mais direta com a história. Essa é uma tradição muito bem estabelecida, embora possa ser contestada à luz de uma reflexão mais profunda.

Assim, é comum dizer que o estudo do parentesco das línguas situa-se no ponto de encontro entre a linguística e a história, mais do que na análise da evolução do material fornecido pelos textos escritos ou orais e pelos vocábulos de um idioma. Mas os dois tipos de pesquisa se referem a fatos de língua ou pensamento e, portanto, de história.

A esse respeito, a historiografia europeia sugeriu uma separação entre ciência histórica propriamente dita e história literária ou história das ideias. Mas essa distinção só se justifica em determinados contextos.

Os Bakongo de civilização bantu, os Ibo de Benin ou os Susu de cultura sudanesa deixaram poucos textos (ou mesmo nenhum) que correspondem às normas de uma ciência histórica moderna. Em contrapartida, produziram, como fonte de informação, uma abundante literatura oral com gêneros distintos de modo relativamente nítido e obras que hoje seríamos tentados a classificar como contos, novelas, narrativas, crônicas de epopeias históricas, lendas, mitos, obras filosóficas ou cosmogônicas, reflexões técnicas, religiosas ou sagradas. Nelas se mesclam o verdadeiramente vivido e a ficção, o evento que pode ser datado e o mito puramente imaginário.

A reconstrução da história dos Bakongo, dos Ibo ou dos Susu passa pela análise crítica dessas literaturas e tradições orais. Também não pode negligenciar a análise dos seus discursos, técnicas e conhecimentos, a decifração das linguagens, dos conceitos e do vocabulário que tais grupos utilizaram e que continuam a revelar a história de cada um deles.

As ciências e os métodos aos quais nos referimos aqui, como suscetíveis de esclarecerem o historiador da África, não esgotam a lista. Talvez isso não seja um mal, do ponto de vista da clareza. Fixando limites razoáveis para suas pesquisas, o especialista em linguagem poderá aprofundar melhor determinados setores. Assim, tendo em vista a dimensão linguística de suas investigações, deixa a outros pesquisadores, historiadores das ideias, especialistas em ciências, economia ou literatura o cuidado desses setores.

Ciência classificatória e a história dos povos africanos

Classificar as línguas já é revelar o parentesco e a história dos povos que as falam. Podem-se distinguir diversos tipos de classificação:

Classificação genética

Estabelece o parentesco e os vínculos de filiação no interior de uma família linguística. Em consequência, ajuda a restabelecer, ao menos em parte, a unidade histórica de povos e culturas que utilizam línguas da mesma origem.

Classificação tipológica

Reagrupa as línguas que apresentam semelhanças ou afinidades evidentes em suas estruturas e sistemas.

Línguas de origem idêntica ou totalmente diferente podem utilizar os mesmos modos de formação lexical, nominal, verbal ou pronominal, ainda que sejam muito distantes umas das outras do ponto de vista genético, histórico ou geográfico.

A tendência a utilizar a mesma forma nominal e verbal é encontrada tanto em wolof como em inglês:

liggeey, trabalhar; *liggeey bi,* o trabalho
to work, trabalhar; the work, o trabalho

No entanto, apesar dessa semelhança tipológica, os dois idiomas estão genética e geograficamente muito afastados um do outro. Pode acontecer,

por outro lado, de as línguas pertencerem à mesma família e serem de tipos diferentes. Seu parentesco é estabelecido a partir de um vocabulário comum convincente, mesmo que tenham evoluído em bases estruturais divergentes. Às vezes, devido ao empréstimo e ao abandono de vocabulário, a diferença pode aparecer mesmo no plano do léxico. As classificações elaboradas para as línguas africanas não agrupam, por exemplo, certos elementos das famílias chádica e senegalês-guineense. Contudo, a consideração dos sistemas fonológicos, da morfologia e da estrutura sintática impõe o reagrupamento tipológico de pelo menos a maior parte dessas línguas.

Classificação geográfica

Reflete sobretudo uma tendência instintiva para comparar e reagrupar línguas que coexistem numa área. Quase sempre é resultado de informação insuficiente.

As classificações propostas para a África são muito frequentemente geográficas em setores essenciais. Por esse motivo, elas deixam de lado alguns fenômenos como a migração e a imbricação dos povos. Koelle, M. Delafosse, D. Westermann e J. Greenberg fazem referência principalmente a denominações e agrupamentos topológicos e geográficos. Eles estabelecem categorias tais como "oeste-atlântico", "níger-congo", "senegalês-guineense", "nígerochádico", etc.

Uma classificação rigorosa das línguas africanas requer procedimentos que demonstrem que as formas, o vocabulário e as estruturas linguísticas propostas como elementos de comparação são não apenas representativos, mas fazem parte do patrimônio original das línguas comparadas. A semelhança não deve ser, portanto, resultado de empréstimos ou de contatos antigos ou recentes.

Sabemos que, por motivos históricos, o árabe e as línguas semitas, como também o francês, o português, o africâner e o inglês depositaram, por vários séculos e mesmo alguns milênios, uma quantidade considerável de vocabulário em muitas línguas africanas. Algumas variantes do kiswahili, que é uma língua bantu, contêm mais de 60% de empréstimos lexicais do árabe. Daí a concluir – por paixão religiosa ou falta de precaução científica – que o kiswahili pertence ao grupo semito-árabe, há apenas um passo. Algumas vezes, chegou-se realmente a essa conclusão.

Com o tempo, as formas originalmente comuns a mais de uma língua podem ter sofrido transformações de ordem fonética, morfológica ou estrutural. Essa evolução, que obedece a certas leis, é um fenômeno conhecido e analisável. O significado dessas formas, o significado das palavras que fazem parte do vocabulário a ser comparado, pode ter variado dentro dos limites de um campo

semântico passível de ser mais ou menos apreendido. Em sua forma moderna, por exemplo, o wolof mostra um emudecimento da vogal final depois de uma consoante dupla: *Bopp* ou *fatt* em vez de *Boppa* ou *fatta,* como ainda dizem os gambianos e os Lebu. A forma *neds* do egípcio antigo transforrriou-se em *neddo* em fulfulde moderno e *nit* em wolof. O bantu diz *mutumuntu;* o haussa, *mutu;* o mandinga, *mixi* ou *moxo;* o fon, *gbeto;* o mina, *agbeto,* etc. A palavra egípcia *kemit* já significou "queimado" ou "preto". Hoje significa cinzas, queimaduras, etc.

A reconstrução de uma língua

A reconstrução histórica de uma língua

Como técnica de redescoberta do vocabulário e do patrimônio estrutural comum, a reconstrução histórica de uma língua leva em conta as mudanças descritas acima. Como procedimento, permite retraçar a história de uma língua ou de uma família linguística, ajudando a estabelecer a protolinguagem original e a datar os períodos de separação dos diversos ramos. Nesse sentido, a reconstrução constitui uma ajuda valiosa para a ciência classificatória propriamente dita.

Vários critérios e técnicas são utilizados para reconstruir uma língua e reinventar seus dados originais. A correspondência de sons desempenha papel primordial na reconstrução de uma protolinguagem ou no estabelecimento de um parentesco. Quando se diz, por exemplo, que o *p* se torna *f* numa variante e que noutra o *u* se transforma em *o,* é possível, fazendo Fa = Pa, Lu = Lo, reconstruir o sistema fonético e as formas originais.

Reconstrução fonológica

Esta técnica é uma etapa para a reconstrução do repertório léxico e do vocabulário original. Os fonemas não são os únicos elementos a mudar: a *morfologia* e as *estruturas* também evoluem. A função sujeito em latim é marcada por um fonema chamado nominativo; nas línguas de origem latina ou de influência latina, essa função é determinada principalmente pela sintaxe de posição: *Homo vidit* = *vidit homo* = o homem viu.

No estabelecimento das protolínguas (protobantu, protochádico, etc.), sempre se faz referência ao *vocabulário,* ao *repertório lexical comum.* Podem-se assim estabelecer "porcentagens" de palavras comuns, elaborando quadros de "contagem lexical" ou *lexical count.* A classificação de J. H. Greenberg[1] recorre

1 GREENBERG, J. H. 1963.

frequentemente a essa técnica. Em seu trabalho sobre o grupo oeste-atlântico, D. Sapir também a utiliza[2]. Ele indica que o seereer e o pulaar, colocados no mesmo grupo, têm 37% de palavras em comum; o baga koba e o temne, 79%; o temne e o seereer, apenas 5%; o basari e o safeen, também 5%.

Esses idiomas são todos agrupados na mesma família, mas o vocabulário comum (que pode ser abundantemente emprestado) não é suficiente para negar ou afirmar uma relação histórica. Tem-se recorrido também à similaridade de “traços tipológicos” ou à *identidade de estrutura* (comparação dos sistemas pronominal, verbal ou nominal, etc.).

O componente tipológico, associado aos dados fornecidos pela análise lexical e fonológica, possibilita atingir resultados que se tornam tanto mais comprobatórios quanto forem consideradas a história e as influências. A reconstrução também visa a datar a época em que essa herança comum foi dividida no interior de uma protolíngua e depois empregada por línguas aparentadas e que estavam diferenciando-se progressivamente. Além disso, preocupa-se em identificar a natureza da língua primitiva que deu origem aos vários falares que podem ser ligados a uma mesma protolíngua.

Reconstrução e datação

Permitem determinar a idade dos materiais léxicos e estruturais coligidos durante o estudo das línguas, com o objetivo de, por comparação, precisar com maior ou menor certeza o nível em que se situa o parentesco linguístico. Portanto, essas técnicas oferecem pontos de referência precisos à história da separação dos povos que pertenciam ao mesmo universo cultural e linguístico. Ao mesmo tempo, iluminam de forma abrangente a história das etnias e das civilizações multinacionais e multiétnicas.

No contexto de uma pesquisa sobre uma época recente e a propósito de línguas escritas, o esforço é relativamente menor. Em contrapartida, a raridade dos documentos posteriores ao IV milênio antes da Era Cristã geralmente dificulta a tarefa. Nesse caso, entretanto, trata-se de elucidar a história de períodos decisivos de mutação linguística. Os processos de mudança do vocabulário ou das estruturas examinados com esse propósito são, como veremos mais tarde, muito lentos e difíceis de determinar. Para atenuar essa escassez de informação, é necessário recorrer a técnicas mais ou menos eficientes.

2 SAPIR, D. 1973.

A glotocronologia

Essa técnica, que foi aplicada na África, é uma das mais recentes no campo dos estudos linguísticas. Seu princípio básico é a datação da evolução lexical de uma língua, tomando como referência o ritmo das mudanças no vocabulário: vocabulário cultural (conceitos filosóficos, técnicos, etc.) e vocabulário básico (nomes das partes do corpo humano, números de um a cinco, vocábulos que designam os fenômenos naturais, etc.). A glotocronologia visa, portanto, a dar informações sobre a idade, as etapas e o estado de evolução dos termos e das formas do léxico. A evolução do vocabulário fundamental ou básico é relativamente lenta nas sociedades antigas, pelo menos quando não há mudanças súbitas causadas por acontecimentos decisivos. Particularmente na África negra, graças aos trabalhos de Delafosse, foi possível formar uma ideia desse ritmo de evolução, através do levantamento de palavras registradas por escrito desde o século XI. O trabalho de Delafosse trata do vocabulário das línguas sudanesas, recolhido nos textos árabes. Esses termos não sofreram quase nenhuma mudança depois de um milênio de história. Mas os defensores do método vão ainda mais longe: a evolução do vocabulário básico não só seria lenta, mas também constante em todas as línguas. Tal é a opinião de E. Swadesh, que tentou aplicar essa teoria a línguas africanas. Em alguns casos precisos, os testes efetuados parecem ser comprobatórios.

A glotocronologia postula um ritmo de transformação dos elementos do vocabulário básico, que pode ser medido em porcentagem. A taxa de retenção do vocabulário estaria entre 81 ±2 e 85 ±0,4% por um período de 1000 anos. Baseando-se nisso, a glotocronologia chegou a algumas conclusões, reunidas na célebre fórmula:

$$t = \frac{\log c}{1{,}4 \log r}$$

onde *t* representa a duração, e a porcentagem de termos comuns às línguas comparadas e *r* a taxa de retenção.

Diante dos resultados obtidos, pode-se considerar a glotocronologia como uma medida temporal válida, uma espécie de relógio histórico? As descobertas ficam aquém das expectativas por uma razão simples: num contexto de imbricação linguística e de interferência de léxicos cuja extensão é mal conhecida e sem documentos precisos, escritos ou não, não é fácil, no estado atual das pesquisas, seriar os dados e distinguir, por exemplo, entre mudanças normais e mudanças causadas por empréstimo, mesmo no léxico básico.

No entanto, uma ciência classificatória que empregasse todas essas técnicas forneceria a chave da relação étnica e linguística.

Classificações linguísticas e parentescos etnoculturais

Apesar de alguns trabalhos notáveis, o problema do parentesco linguístico e étnico está longe de ser resolvido na África. Em muitas áreas, a intuição de que existe essa relação ainda sobrepuja a prova estabelecida cientificamente.

A ideia e a noção de uma comunidade bantu reunindo a grande maioria dos povos da África central e meridional nasceram no século XIX com os trabalhos de W. Bleek. Numa obra célebre publicada em 1862, ele estabeleceu o parentesco das línguas e das variantes dialetais faladas numa área muito vasta, habitada por numerosos grupos étnicos, usando falares com maior ou menor grau de intercompreensão. Evidentemente, o parentesco de língua e de cultura é muito mais perceptível à primeira vista para as etnias que vivem lado a lado. É o que ocorre com os Bantu.

Em alguns casos, a distância no espaço e no tempo cria problemas. Os Fulbe são um bom exemplo. Da bacia do Senegal à bacia do Nilo, eles constituem comunidades frequentemente isoladas, em meio a áreas habitadas por etnias às vezes muito diferentes.

Os Duala do Camarões falam uma língua bantu; na prática, o duala pode ser considerado uma variante desse grupo, da mesma natureza que o lingala, tal como os falares de Mbandaka ou Kinshasa, apesar da distância e do isolamento relativo que existem entre os Duala e as comunidades que falam estes dois últimos idiomas.

O egípcio faraônico, que era falado há 5000 anos, apresenta semelhanças espantosas com o haussa, o wolof ou o songhai.[3]

Ocorrem ainda fenômenos de imbricação. Grandes línguas de unificação continuam, por motivos diversos (políticos, econômicos, culturais, etc.), a servir de suporte à integração de etnias diferentes. Elas apagam, por meio da pressão social e do peso histórico, os falares e as culturas, dos quais restam frequentem ente apenas alguns vestígios.

O lingala, o haussa, o kiswahili, o ioruba, o twi, o ibo, o bambarajula, o fulfulde, o árabe ou o wolof são falados por milhões, talvez até por dezenas

3 A esse respeito, podemos citar os trabalhos da Srta. HOMBURGER, os capítulos deste livro escritos pelos professores GREENBERG e OBENGA e o relatório do Simpósio do Cairo (volume II).

de milhões de pessoas de origens diferentes. Como veículos de comunicação, ultrapassaram largamente seu contexto étnico e geográfico original, para se tornarem línguas de civilização comuns a povos inicialmente muito diferentes.

Os Peul e os Seereer constituem, no Senegal, a imensa maioria dos falantes de wolof. O wolof era originariamente a língua de uma etnia lebu, cujos traços foram encontrados na fronteira entre o Senegal e a Mauritânia. Hoje em dia, os Lebu constituem apenas uma pequena minoria, confinada na península do Cabo Verde. No entanto, com a urbanização do Senegal, a cultura e a língua wolof estão fazendo muitas línguas e dialetos desaparecerem sob nossos olhos: o seereer, o lebu, o fulfulde, o diula, o noon, etc. Esses idiomas, porém, pertencentes a povos diversos, desempenharam há apenas alguns séculos importante papel na história da região.

Esta evolução é geral. O kiswahili, falado por dezenas de milhões de pessoas de fala bantu, nasceu de uma variante zanzibarita usada inicialmente em algumas aldeias. Expandiu-se depois com muita facilidade por uma área linguística bantu relativamente homogênea, para constituir hoje, juntamente com o lingala, o principal veículo de comunicação na África central e meridional. Cinquenta ou sessenta milhões de pessoas falam uma dessas duas línguas, ou uma variante próxima, nos seguintes países: Zaire, República Popular do Congo, República Centro-Africana, Uganda, Tanzânia, Quênia, Zâmbia, Malavi, África do Sul, Sudão e Etiópia.

O pensamento africano tradicional tem-se mostrado com frequência bastante consciente, não só dessa imbricação, mas também do papel explicativo que o fenômeno linguístico pode representar na elucidação da história. Nas tradições africanas, há numerosas anedotas sobre o parentesco entre as línguas ou sobre a origem mais ou menos mítica de sua diferenciação. Frequentemente trata--se de observações justas. É o caso das aproximações que os Peul e os Seereer fazem, afirmando quase intuitivamente seu parentesco étnico e linguístico. Os Mandinga, os Bantu, os Akan e os Peul, que. se apresentam como falantes da mesma língua, têm às vezes, enquanto grupos e subgrupos, a intuição de formar uma grande família comum. Na maior parte dos casos, contudo, o parentesco afirmado nasce apenas da necessidade de integrar a história de uma comunidade que "deve" aparecer de um modo ou de outro no universo de uma certa etnia, ou ainda de coexistir com ela. Para a coerência de uma saga tradicional, é indispensável que os grupos que hoje povoam um *habitat* comum tenham ligações verdadeiras ou míticas uns com os outros.

No entanto, o saber linguístico tradicional das sociedades africanas não fornece indicações precisas que permitam evocar a existência de uma ciência

antiga ou de uma reflexão sistemática sobre tais parentescos, ao contrário do que se pode notar em outras áreas, como, por exemplo, na ciência etimológica, na própria análise da língua, ou ainda nos fenômenos lexicais. O mestre da palavra e da eloquência peul, bantu ou wolof possui em geral um interesse muito consciente e uma boa informação sobre a origem das palavras. O historiador de Cayor, por exemplo, terá prazer em descobrir as palavras emprestadas ou decompor um vocábulo para revelar sua origem: *Barjal,* diz o guardião da tradição de Cayor, vem de *Baar* e *Jall.* E explica ao mesmo tempo a contração formal sofrida pelos componentes do termo, o contexto e o sentido da palavra. Em um artigo de A. Tall [4], há alguns exemplos desse tipo de trabalho, feito por etimologistas tradicionais entre os Mossi e os Gurmanche.

O início da ciência classificatória em linguística ocorre com S. Koelle, Bleek e a pesquisa europeia. Esta inaugura-a no século XIX com os trabalhos dos comparatistas indo-europeus de quem os pesquisadores da linguística africana foram discípulos.

W. H. Bleek[5] foi um dos primeiros que se propôs a estabelecer o parentesco das línguas bantu, precedendo nessa área autores como Meinhof ou H. Johnston. A contribuição de Delafosse[6] às línguas africanas do oeste é bem conhecida. O mesmo pode ser dito sobre os trabalhos de C. R. Lepsius[7], A. N. Tucker[8] e G. W. Murray[9] para as línguas nilóticas e de Basset para as línguas berberes. O estudo do egípcio antigo, essencial à pesquisa negro-africana, o das línguas semíticas ou indo-europeias da África do Norte e até mesmo o de línguas púnicas e greco-latinas tiveram também notável valor.

Como enfatiza J. H. Greenberg[10], autor da classificação das línguas africanas mais recente e atualmente mais discutida, os trabalhos modernos de maior interesse para o continente como um todo são os de Drexel[11] e Meinhof[12]. Mas

4 Cf. *Tradition Orale.* Centre Régional de Documentation pour la Tradition Orale de Niamey, 1972.

5 BLEEK, W. H. I. 1862-1869.

6 DELAFOSSE, M. In: MEILLET, A. e COHEN. 1924; HOMBURGER, L. 1941. Dentre os autores que propuseram classificações, devemos citar A. WERNER, 1925 e 1930.

7 LEPSIUS, C. R. 1888.

8 TUCKER, A. N. 1940.

9 MURRAY, G. W. v. 44.

10 GREENBERG, J. H. 1957. Principalmente a análise crítica feita em "Nilotic hamitic-semito-hamitic". In: *Africa,* 1958 e também *The Languages of Africa,* The Hague, 1963.

11 Cf. GREENBERG, J. H.

12 MEINHOF, C. 1904, 1906, 1912 e 1932.

estes não são os primeiros nem os únicos. Koelle[13], a partir de 1854, e Migeod[14], em 1911, propuseram métodos e modos de classificação, enquanto Bauman e Westermann[15] apresentaram, em 1940, um sistema interessante sobre o mesmo tema.

Entretanto, esses trabalhos continuam discutíveis e discutidos por muitas razões. A primeira é que a linguística da África não escapou à ideologia etnocentrista. Sob esse aspecto, as críticas recentes do próprio J. H. Greenberg concordam perfeitamente com as que Cheikh Anta Diop exprimia há 20 anos, em *Nations Nègres et Cultures*, e que T. Obenga retomou, acrescentando-lhes novas informações em sua conferência no Festival de Lagos, em 1977. A segunda razão é de ordem puramente científica. Quase todos os linguistas consideram prematuras as tentativas de classificação. Não são tomadas as precauções metodológicas indispensáveis e ainda não se reuniu material devidamente analisado e preparado para uma comparação genética ou mesmo tipológica das línguas africanas.

Insuficiência dos trabalhos

Até mesmo a simples enumeração das línguas africanas encontra obstáculos, já que o levantamento desses idiomas ainda não atingiu resultados muito precisos. Estima-se que existam no continente de 1300 a 1500 idiomas classificados como línguas. As monografias existentes sobre tais falares resumem-se às vezes à coleta de uma vintena de palavras mais ou menos bem transcritas. A ausência de uma análise profunda da estrutura, do léxico e da possível intercompreensão é um fato corrente no estudo da imensa maioria dos falares africanos. Assim, as classificações propostas periodicamente tornam-se caducas muito depressa. Diversos falares classificados como "línguas" são apenas variantes dialetais de um mesmo idioma. A partir de testemunhos vagos, que apóiam conclusões de autores ou informantes desavisados, as variantes foram rapidamente classificadas não apenas como línguas diferentes, mas como elementos de famílias diferentes. E como afirmar que o bambara é uma língua diferente do mandinga de Casamance ou que o ioruba de Benin é diferente do de Ife. Em ambos os casos, trata-se de variantes. Meinhof tornou-se conhecido pelos erros dessa gravidade que cometeu no estudo das línguas de Kordofan.

13 KOELLE, S. W. 1854.

14 MIGEOD, F. W. 1911.

15 BAUMAN. H. e WESTERMANN, D. 1962.

É certo que alguns progressos se verificaram recentemente. Contudo, não existe contexto favorável a um trabalho de síntese rigoroso. De fato, não é possível classificar línguas que ainda não foram identificadas com exatidão e analisadas precisamente. Alguns exemplos concretos ilustram a amplidão das controvérsias e o grau das incertezas. Os dois primeiros referem-se aos falares da fronteira geográfica atual entre a família camito-semítica e a família negro-africana. O terceiro refere-se ao grupo "oeste-atlântico", ou ainda "senegalês-guineense".

Dos trabalhos de C. Meinhof (1912)[16], M. Delafosse (1924)[17], C. Meek (1931)[18], J. Lukas (1936)[19] e M. Cohen (1947)[20] aos de J. H. Greenberg, em 1948, ou de A. Tucker e A. Bryan, em 1966[21], e às críticas recentes de T. Obenga[22], não há perfeita concordância sobre os dados nem sobre o método, os componentes dos grupos ou a gênese e a natureza das relações entre os falares. O contato e sobretudo a geografia realmente unem, de modo indiscutível, as línguas faladas do Nilo à bacia do Chade. A coexistência milenar do negro--africano e do semítico abriga aí um fundo comum de empréstimo mútuo considerável. Essas contribuições recíprocas dificultam a separação entre os dados originais e a aquisição exterior.

O problema é saber em que medida o vocabulário próprio do egípcio antigo, do haussa, do copta, do baguirmiano, do sara e das línguas chádicas, que pode ser encontrado no berbere e nas línguas semíticas tais como o árabe e o amárico, atesta parentesco entre tais idiomas ou simples influência de uns sobre outros.

As informações sobre o egípcio antigo remontam a 4000 anos e sobre o semítico a 2500 anos. O chádico, o berbere e o cuxita, analisados no mesmo contexto, só fornecem informações consistentes nos séculos XIX e XX da Era Cristã.

Em 1947, M. Cohen publica seu *Essai Comparatif sur le Vocabulaire et la Phonétique du Chamito-Sémitique*, em que compara o egípcio, o berbere, o semítico, o cuxita e o haussa, que evoca esporadicamente. Desde 1949, Leslau[23] e Hintze[24] questionam as conclusões de Cohen e até mesmo seus métodos. J. H. Greenberg,

16 MEINHOF, C. 1912.

17 DELAFOSSE, M. 1924.

18 MEEK, C. 1931.

19 LUKAS, L. 1936.

20 COHEN, M. 1947; GREENBERG, J. H. 1948. "Hamito-Semitic. *SJA* 6.47.63.

21 TUCKER, A. e BRYAN, A. 1966.

22 OBENGA, T. 1977. Comunicação no Festival de Lagos

23 LESLAU, W. 1949.

24 HINTZE, F. 1951.

considerando que é contestado o próprio princípio de um domínio "camito--semítico", aumenta os componentes do grupo, sugerindo um quinto elemento distinto, o chádico. Ele dá ao grupo todo o nome de "camítico" e, depois, de "afro--asiático". Essas conclusões são objeto de controvérsia a partir de sua publicação. Polotsky[25] põe em dúvida que, no estágio atual, seja possível afirmar a existência de cinco ramificações. Note-se que Greenberg repete, embora de modo não convincente, a tese predominantemente geográfica a respeito do chádico e de suas ligações contida em *Languages of the World.* Basta consultar as classificações divergentes de Greenberg, Tucker e Bryan, constantemente questionadas até pelos próprios autores, para ter uma ideia do caráter provisório das conclusões.

Os trabalhos recentes já dão consistência à noção de uma realidade chádica, cujas fronteiras se mostram bem mais distantes que as margens do lago. Newman e Ma[26], em 1966, e Illie Svityè[27], em 1967, aprofundaram o conhecimento do protochadiano. Os trabalhos de Y. P. Caprille[28] limitaram sua extensão ao próprio Chade. Com base em observações sistemáticas, pode-se sugerir um laço genético entre o grupo sara, o grupo chadiano e várias línguas classificadas como oeste-atlânticas (seereer, pulaar, wolof, safeen, etc.)[29]. Em si mesmas, essas contribuições lançam dúvidas sobre todos os esforços de classificação, destaca C. T. Hodge num excelente artigo[30].

O principal problema, a natureza das relações entre as línguas da fronteira negro-africana e indo-europeia, ainda não está resolvido. O peso dos trabalhos que assimilam o mundo cultural africano ao semítico permanece como problema.

É verdade que a questão da identidade e dos componentes do negro-africano continua a existir. Ela é enfatizada no simpósio sobre *Le Peuplement de l' Egypte Ancienne,* organizado pela Unesco em 1974, no Cairo. Nessa ocasião, S. Sauneron lembrava, para ilustrar tais incertezas, que "a língua egípcia, por exemplo, não pode ser isolada de seu contexto africano e que o semítico não pode explicar seu nascimento".

O cuxita é outro exemplo que ilustra a atual incerteza da pesquisa e das classificações. Greenberg, Tucker e Bryan e o soviético Dolgopoljskij propõem atualmente três classificações diversas, se não contraditórias, para o mesmo

25 POLOTSKY, H. 1964.

26 NEWMAN, P. e MA, R. "Comparative Chadic". *JWAL* 5.2.18.25.

27 SVITYE, Illie. *The History of Chadi Consonantism.* Cf. HODGE, C. 1968.

28 CAPRILLE, Y. P. 1972.

29 Cf. DIAGNE, P. 1976.

30 HODGE, C. T. 1968.

complexo de línguas chamado cuxita (somali, galla, sidamo, mbugu, etc.). A classificação de Dolgopoljskij articula-se sobre uma reconstrução de ordem fonológica a partir de exemplos limitados. Ele compara, particularmente, as labiais (p, b, f) e as dentais (t, d) das línguas que analisa e classifica numa dezena de subgrupos, enquanto seus colegas identificam de três a cinco.

J. H. Greenberg, por sua vez, negligencia os dados fonológicos, morfológicos e gramaticais, concentrando-se principalmente na comparação do vocabulário. Mas aqui os empréstimos representam um papel considerável. A classificação de A. Tucker e A. Bryan, que fazem críticas ao método de Greenberg, baseia-se numa comparação do sistema pronominal e da estrutura verbal. Eles próprios consideram "ambíguos" alguns dos idiomas que reagrupam e enfatizam que seu esforço tem o caráter de pura tentativa.

Pode-se constatar que as conclusões adiantadas aqui valem principalmente por seu aspecto provisório.

Reencontramos as mesmas dificuldades no que diz respeito às línguas geograficamente delimitadas pelo oeste atlântico, localizadas na costa que vai do sul da Mauritânia à Serra Leoa. Em 1854, Koelle as classifica em seu *Polyglotta Africana* sob a rubrica "oeste-atlântico" e baseia sua identificação nas mudanças de prefixos ou na inflexão inicial ou final que apresentam. Esse é um traço típico do bantu, mas não é suficiente para definir um grupo.

De resto, Koelle vai considerar mais tarde o conjunto dessas línguas como "não classificadas". M. Delafosse em 1924[31] e D. Westermann em 1928 afirmam que se trata de um grupo genético. Em 1963, Greenberg[32] adota o mesmo ponto de vista, considerando-as o grupo mais ocidental da família níger-congo.

No mesmo ano, contudo, Wilson[33] e D. A. Dalby[34], embora notando as semelhanças tipológicas no interior do conjunto, negam qualquer possibilidade de o encarar como um grupo linguístico homogêneo e aparentado. Em detalhes de morfologia, sintaxe e vocabulário, escreve Wilson, o grupo oeste-atlântico ou senegalês-guineense está longe de representar uma unidade. De fato, os trabalhos recentes publicados em 1974 por D. Sapir[35] mostram que não há mais de 5 a 10% de vocabulário comum entre a grande maioria dessas línguas, parecendo ser a geografia o único fator que as unifica na maior parte dos casos,

31 DELAFOSSE, M. 1924.

32 GREENBERG, J. H. 1963.

33 WILSON, W. 1966.

34 DALBY, D. A. 1965.

35 SAPIR, D. 1974.

como foi dito antes. O processo de migração misturou aqui, como na área nilo--chádica, povos de origens diferentes; o parentesco entre eles é estabelecido talvez depressa demais, na ausência de informações mais precisas que esclareçam a história e o historiador.

É nesse plano, aliás, que são amplos os atuais limites da linguística como instrumento de investigação histórica. O pesquisador se confronta aqui com o duplo obstáculo mencionado acima. A pesquisa não atingiu seus objetivos porque se conserva parcial e embrionária. Além disso, seus resultados provisórios são frequentemente inexploráveis porque falsificados pela ideologia e por perspectivas deformantes.

A ideologia deformante

A história é por excelência o lugar da ideologia. Os primeiros trabalhos sobre as línguas e o passado da África coincidiram com a expansão colonial europeia. Assim, foram fortemente marcados pelas visões hegemonistas da época.

O discurso etnocentrista exprime a preocupação instintiva de julgar valores de civilizações com referência a si mesmo. Ele levou à apropriação dos fatos de civilização mais marcantes para legitimar-se como pensamento e poder dominantes no mundo. As teses sobre a primazia do indo-europeu, do ariano ou do branco civilizadores testemunham um excesso cujos ecos profundos são encontrados ainda hoje em muitas obras de história e de linguística da África[36].

É por isso que o Egito foi por muito tempo colocado entre parênteses com relação ao resto do continente. Com base em especulações feitas ao acaso, continua-se às vezes a atribuir-lhe menos idade, em benefício da Mesopotâmia ou de outros centros supostamente indo-europeus ou semitas. Frequentemente, foram procurados imaginários iniciadores da arte do Benin. Montou-se uma teoria "camítica"[37], peça por peça, com a finalidade de explicar, através de influências externas, qualquer fenômeno cultural positivo na África negra.

36 Ver adiante J. H. GREENBERG sobre essa questão.

37 As palavras "camita" e "camítico" foram largamente utilizadas no mundo ocidental durante vários séculos, tanto no vocabulário erudito como no cotidiano. Procedem de leituras deformantes e tendenciosas da Bíblia, das quais se originou o mito da maldição dos descendentes negros de Cã. Esses termos adquiriram uma significação aparentemente menos negativa (pelo menos sem conotação religiosa) graças à pesquisa de linguistas e etnólogos no século XIX, mas nem por isso deixaram de funcionar como critério de discriminação entre certos negros considerados superiores e os outros. Em todo caso, o comitê científico internacional estimula os estudos críticos em andamento, que tratam dos usos históricos desse vocabulário que só deve ser utilizado com reservas expressas.

Procurando promover uma metodologia rigorosa e científica, J. H. Greenberg – cuja contribuição, embora discutível em parte, ainda continua nova e importante – torna-se algumas vezes eco desse impacto negativo da ideologia etnocentrista.

Seligman, Meinhof e, depois deles, autores importantes como Delafosse, Bauman, Westermann ou Müller, desenvolvem argumentos de uma fragilidade científica consternadora, pois baseiam-se em preconceitos do tipo que Meinhof exprime na seguinte fórmula: "No curso da história, repete-se constantemente o fato de que os povos camitas têm subjugado e governado os povos de pele negra".

Essas constatações fundamentam a prudência com que deve ser utilizado o material que os trabalhos linguísticos oferecem aos historiadores ou aos especialistas das ciências humanas em geral.

Segundo Greenberg,

> "o emprego vago do termo camita como categoria linguística e sua utilização na classificação das raças para designar um tipo considerado fundamentalmente caucasóide, conduziram a uma teoria racial. Ela vê, na maioria das populações originárias da África negra, o resultado de uma mistura entre camitas e negros".

Assim, a denominação de "povos de língua nilo-camítica refere-se à obra de C. G. Seligman, *Races of Africa.* "Esses povos são considerados racialmente meio-camitas." Os Bantu constituiriam também uma outra variedade de negros camitizados. E isso, comenta ainda Greenberg:

> "Tomando por base as especulações de Meinhof, para as quais, aliás, ele nunca forneceu a menor prova, pela simples razão de que não há prova possível para que o bantu, como diz Seligman, seja uma língua mista e o homem bantu, por assim dizer, descendente de pai camita e mãe negra".

De fato, conclui J. H. Greenberg, essa ideologia falseia totalmente, ainda hoje, a elaboração de uma ciência linguística capaz de esclarecer as verdadeiras relações entre línguas e civilizações na África.

A migração dos povos africanos no sentido leste-oeste e norte-sul tornou confuso o quadro étnico, racial e linguístico do continente. Isso é indicado, como se pode ver em muitos trabalhos, pelos nomes de pessoas e lugares e pelos fatos de linguística pura relativos ao próprio vocabulário essencial. As línguas do Senegal, como o wolof, o diula, o fulfulde ou o seereer, atestam semelhanças mais profundas com as línguas bantu da África do Sul, da Tanzânia, de Camarões e do Zaire do que com as línguas da família mandinga no interior das quais são geograficamente inseridas. O léxico, a estrutura e mesmo os princípios da escrita egípcia antiga, como veremos mais tarde, estão mais próximos da realidade

de línguas como o wolof e o haussa ou da tradição gráfica daomeana que das estruturas linguísticas semíticas ou indo-europeias às quais são anexadas sem critério.

A antiga língua egípcia, o haussa, as línguas dos pastores ruandenses, dos abissínios, dos Peul e dos núbios são naturalizadas semitas ou indo-europeias sobre bases de evidente fragilidade ou a partir de uma metodologia e de uma escolha de critérios muito pouco convincentes.

Os Peul talvez sejam mestiços, do mesmo modo que os Baluba, os Susu, os Songhai e muitos povos negros que mantiveram, em seu *habitat* antigo ou atual, contatos com populações brancas. Essa hipótese de mestiçagem, contudo, é hoje bastante questionada a partir de descobertas recentes a respeito dos processos de mutação da pigmentação.

Por sua fonologia, seu léxico e sua estrutura, o fulfulde apresenta semelhanças com o seereer, mais do que com qualquer outra língua conhecida, a tal ponto que os próprios Seereer e Peul sugerem haver entre eles um parentesco não apenas linguístico mas também étnico. Isso não impediu pesquisadores como F. Müller, W. Jeffreys, Meinhof, Delafosse e Westermann de tentar estabelecer uma origem branca para os Peul, afirmando que o fulfulde é protocamítico[38]. W. Taylor chega mesmo a escrever: “Pela riqueza de seu vocabulário, a sonoridade de sua dicção e as delicadas nuances de significação que é capaz de expressar, o peul não pode pertencer à família negra sudanesa”. Todas essas observações nos mostram até que ponto está generalizada a confusão entre categorias tão diferentes como a língua, o modo de vida e a “raça”, sem contar o conceito de etnia, que é utilizado, conforme o caso, com referência a uma ou várias dessas categorias.

Como nota J. H. Greenberg, a relação simplista estabelecida entre gado grosso, conquista e língua camítica se mostra falsa em todo o continente africano. Escreve ele:

> “No Sudão ocidental, é uma ironia constatar que os agricultores de línguas camíticas estão submetidos à autoridade dos pastores peul que falam uma língua sudanesa ocidental (ou níger-congo). Teria sido outra ironia, se seguíssemos os clichês estabelecidos, constatar a antiguidade e a permanência das hegemonias mandinga ou wolof, de família linguística sudanesa, sobre povos tão rapidamente assimilados ao ‘camítico’ como os assim chamados Peul pré-camíticos ou os Berberes”.

Nenhuma das classificações estabelecidas no plano continental ou regional oferece, até agora, garantias científicas inquestionáveis. O etnocentrismo tem

38 GREENBERG, J. H. *Op. cit.*

contribuído bastante para distorcer a análise do material. Em muitos casos, só nos restam conjecturas, petições de princípio e abordagens superficiais.

Há um certo número de condições necessárias para o estudo das línguas africanas de acordo com princípios estritamente científicos que ajudem a esclarecer a história dos povos e civilizações do continente. Em primeiro lugar, esse trabalho deve estar livre das obsessões de um pré-julgamento a partir do semita ou do indo-europeu, ou seja, a partir do passado histórico do homem europeu. Além disso, para estabelecer o parentesco entre as línguas africanas, será necessário fazer referência ao material linguístico antigo e não aos dados geográficos atuais, às influências antigas ou tardias, aos esquemas explicativos escolhidos *a priori* ou aos traços linguísticos marginais em relação aos fatos dominantes dos sistemas.

Ciências auxiliares

A análise aculturalista

A análise aculturalista ou "topológica"[39], na terminologia inglesa, releva uma ciência que tem por objeto o estudo da origem e dos processos de difusão dos traços culturais (ideias, técnicas, etc.). Os pesquisadores alemães foram os primeiros a aplicar esse método na prática, com o estudo dos "ciclos culturais" de Frobenius, Westermann-Baumann, etc.

Esses estudos muitas vezes tomaram por objeto a difusão das técnicas e produções agrícolas, os métodos pastoris, a invenção e a difusão das técnicas de trabalho com o ferro e outros metais, o uso do cavalo e a elaboração de noções ontológicas, do panteão dos deuses ou das formas artísticas.

Entretanto, a topologia muitas vezes foi além de seu domínio. Particularmente, introduziu muitos erros no âmbito da ciência classificatória. Com efeito, vários autores incautos pensaram poder inferir um parentesco linguístico a partir de uma simples constatação de traços culturais, quando esses fatos geralmente se devem a fenômenos de empréstimo, contato ou convergência.

A ciência onomástica

Onomástica é a ciência dos nomes de lugares (topônimos), de pessoas (antropônimos) ou de cursos de água (hidrônimos).

39 GUTHRIE, M. 1969.

A onomástica está intimamente relacionada ao léxico das línguas. As comunidades étnicas que se têm mantido relativamente homogêneas por um período de tempo, assim como os grupos etnolinguísticos mais heterogêneos mas que falam um idioma comum, criam seus nomes principalmente em referência às realidades de suas línguas. Eles povoam o universo territorial e geográfico que lhes serviu ou serve de *habitat* com nomes que constroem nas mesmas perspectivas. Assim, seguindo a pista dos nomes de pessoas, identificam-se ao mesmo tempo os elementos étnicos que constituem uma comunidade. Em geral, os Seereer são chamados Jonn, Juuf, Seen, etc.; os Peul, Sow, Jallo, Ba, Ka, etc.; os Mandinga, Keita, Touré, Jara, etc. Os Berberes e os Bantu têm famílias de nomes que lhes são próprios.

A antroponímia desempenha um papel importante no estudo da história das etnias e das comunidades políticas ou culturais. O estudo dos nomes em uso entre os Tuculero do Senegal mostra, por exemplo, que estamos diante de uma comunidade etnolinguística bastante heterogênea. Entretanto, do ponto de vista cultural, esse grupo de fala fulfulde que se fixou no Senegal, ao longo do rio, na fronteira entre o Mali e a Mauritânia, é muito homogêneo. Daí um sentimento "nacional" bem desenvolvido. De fato, a comunidade forjou-se a partir de elementos peul (cuja língua se impôs), mandinga, seereer, lebu-wolof e berberes.

A toponímia e a hidronímia constituem também ciências indispensáveis ao estudo das migrações dos povos. A partir dos nomes de cidades desaparecidas ou que ainda existem, podem-se elaborar mapas precisos mostrando os movimentos dos Mandinga, cujas cidades têm nomes que foram compostos a partir de *Dugu.* Da mesma maneira, pode-se estabelecer o mapa toponímico dos *habitat* antigos ou atuais dos Peul, que usam o termo *Saare* para nomear seus povoados, dos Wolof, que usam o termo *Kër,* dos árabe-berberes, que utilizam o termo *Daaru,* dos Haussa, e assim por diante.

Antropologia semântica

A antropologia semântica ou etnolinguística constitui uma nova abordagem que tenta revelar a cultura do homem através de sua língua. Baseia-se numa análise global do conjunto de dados fornecidos pela língua de uma etnia ou de uma comunidade heterogênea que tem um falar comum, para evidenciar ao mesmo tempo sua cultura, seu pensamento e sua história.

O método vai além da mera coleta de tradições e literaturas escritas ou orais. Implica o recurso a uma reconstrução da totalidade das ideias que uma língua

traz consigo e que não depende necessariamente de uma obra ou de um discurso sistemático. Nesse plano, a pesquisa opera nos níveis infra e supralinguístico. Decifra, a partir do vocabulário e da divisão do pensamento, os processos de formalização, conceptualização e estruturação de uma língua, as diferentes formas de conhecimento dentro das quais se cristalizam a visão de mundo e a história própria à comunidade que pratica um certo falar. A etnolinguística acaba por revelar sistemas: concepção metafísica, ética, ontologia, estética, lógica, religião, técnicas, etc.

Assim, a literatura escrita ou oral sobre o passado dos Haussa, com seus documentos religiosos, fábulas e práticas jurídicas, médicas, metalúrgicas e educacionais, fornece indicações não apenas sobre a evolução do conteúdo do pensamento dos Haussa mas também sobre sua história e sua cultura.

Nas civilizações predominantemente orais, em que os textos de referência são raros, a interpretação diacrônica baseada na comparação de textos de épocas diferentes praticamente não existe. A linguística torna-se, então, um meio privilegiado de redescobrir o patrimônio intelectual, uma escala para retroceder no tempo.

As culturas de expressão oral localizadas pela antropologia semântica apresentam não apenas obras a serem coletadas e registradas, mas também autores e as respectivas áreas de especialização. Toda cultura africana oral ou escrita – deixou, como a dos Wolof, seu filósofo, como *Ndaamal Gosaas,* seu politicólogo, como *Saa Basi* ou *Koco Barma,* seu mestre da palavra e da eloquência, seu mestre da epopeia ou do conto, como *Ibn Mbeng*[40], mas também seus inventores de técnicas em matéria de farmacopeia, medicina, agricultura ou astronomia[41]. Esses trabalhos e seus autores constituem excelentes fontes de análise do dinamismo evolutivo da cultura numa sociedade sob suas diversas formas.

A ontologia bantu pode ser decifrada e até mesmo interpretada e sistematizada por referência aos vocábulos bantu sobre o estar no mundo, a partir do trabalho de elaboração e conceptualização que, através das palavras e enunciados do bantu, dá forma às concepções que essa língua tem acerca de tais fenômenos.

---

40 Todos célebres personagens históricos da cultura wolof.

41 As obras de S. JOHNSTON sobre os Ioruba, de TEMPELS sobre os Bantu, de M. GRIAULE sobre os Dogon, de TRAORE sobre medicina africana, de M. GUTHRIE sobre a metalurgia, etc., constituem, com os "clássicos literários registrados" importantes contribuições à antropologia semântica. Cf. DIAGNE, P. 1972.

Como a língua é o lugar de cristalização de todos os instrumentos mentais ou materiais construídos pelas gerações sucessivas, pode-se dizer que a experiência histórica de um povo está depositada em camadas consecutivas no próprio tecido da língua.

Suporte do documento e do pensamento histórico

A importância da tradição oral na história da África é hoje aceita por todos. Chega-se mesmo a solicitar a presença de *griots* tradicionalistas nos congressos. Há sugestões para que lhes sejam criadas cadeiras nas universidades e mesmo para que eles se incumbam da pesquisa e do ensino de história.

De modo geral, a primazia da fala sobre a escrita é ainda hoje uma realidade em culturas tradicionais com predominância rural, tanto na África como em outros lugares.

A oralidade como meio de elaborar e fixar os produtos do pensamento tem suas próprias técnicas. Embora as formas de pensamento escritas ou orais abranjam a mesma área, os meios e os métodos de sua concepção e transmissão nem sempre são os mesmos[42].

Devemos notar simplesmente que o pensamento escrito, ou seja, a literatura no sentido etimológico, ao se fixar tende, com mais facilidade, a cristalizar-se sob uma forma permanente. Desse modo, rompe com uma tradição verbal que oferece um campo mais vasto à invenção e à criação de mitos. No nível da linguagem, a palavra falada tem também um potencial maior de dialetização porque há menos controle de seu desenvolvimento. Uma língua de expressão predominantemente oral permanece mais popular, mais sensível às distorções impostas pela prática no plano de sua estrutura, dos sons que utiliza e até mesmo das formas que toma de empréstimo.

Uma língua literária, ao contrário, é mais trabalhada no sentido da unificação. Aliás, apresenta maior dimensão visual e integra, como elementos expressivos, dados gráficos que lhe conferem certa especificidade: ortografia em ruptura com a fonologia, pontuação, etc. Já a linguagem oral utiliza mais o elemento sonoro. Transmite significação através da cadência, dos ritmos, das assonâncias ou dissonâncias, das evidências do discurso. A importância do papel desempenhado pela memória, para suprir a ausência de um suporte gráfico, também afeta o caráter da oralidade em suas formas de expressão. Chega mesmo a ser imprescindível, com as técnicas de memorização, uma ciência específica

42 Cf. DIAGNE, P. 1972.

para a retenção de textos. Assim, o documento escrito e a tradição oral passam a ser complementares, conjugando suas respectivas qualidades[43]. Além disso, os relatos orais, uma vez transcritos, tornam-se textos literários[44].

Tradição gráfica – as escritas africanas

A invenção da escrita atende a necessidades cuja natureza e origem, conforme os contextos, nem sempre se soube evidenciar. A escrita, instrumento do comércio e da administração, sustenta normalmente as civilizações urbanas; mas as motivações iniciais podem variar notavelmente. Na África, tanto na época dos faraós como durante o reinado dos soberanos do Daomé ou dos Mansa Mandinga, o uso da escrita atendeu principalmente a necessidades de ordem não material. A escrita egípcia, a dos baixos-relevos daomeanos e ainda os ideogramas bambara ou dogon tiveram, em seu contexto original, uma dupla função: primeiramente, materializar o pensamento e, através disso, realizar uma ação de caráter religioso ou sagrado. A escrita egípcia, inventada segundo a lenda pelo deus Thot, ficou por muito tempo confinada sobretudo nos templos, nas mãos dos sacerdotes; encerrava segredos e servia como instrumento de ação para um pensamento percebido como substância agente e materializável em forma de verbo ou de grafia. A segunda grande função atribuída à escrita nas civilizações africanas coincide com a necessidade de perpetuação histórica. A escrita egípcia, como a dos palácios de Abomey, é uma glorificação de soberanos e de povos preocupados em deixar atrás de si a lembrança de seus grandes feitos. Os Bambara ou os Dogon, ao inscreverem seus signos ideográficos nas muralhas de Bandiagara, visam ao mesmo objetivo.

Entre a *Récade* do rei Glélé, machado de cerimônia que traz em si uma mensagem, e a *Palette* de Narmer, há mais do que simples afinidades. Não apenas o espírito é o mesmo, mas também os princípios e as técnicas de escrita[45].

A escrita egípcia é atribuída ao deus Thot, que também é o inventor da magia e das ciências, a exemplo do deus com cabeça de chacal dos Dogon, ele próprio depositário do verbo, do conhecimento e da fala eficaz.

43 Cf. DIAGNE, P. *Op. cit.*

44 Cf. as numerosas publicações a esse respeito: trabalhos de A. HAMPATÉ BÂ, A. Ibrahim SOW, MUFUTA, E. de DAMPIERRE, K. MOEENE, F. LACROIX, M. GRIAULE, G. DIETERLEN, WHITLEY, E. NORRIS, L. KESTELOOT, D. T. NIANE, M. DIABATE, J. MBITI, etc. Estes autores publicaram obras clássicas sobre o assunto nas coleções de Oxford, Julliard, Gallimard, no Centro de Niamey, etc.

45 GLÉLÉ. M. 1974.

Os raros especialistas que se debruçaram, frequentemente com notável minúcia, sobre os sistemas de escrita originários da África, em geral não se interessaram pelo vínculo aparentemente óbvio e tecnicamente demonstrável entre os hieróglifos e as escritas mais conhecidas na África negra. O hieróglifo egípcio permaneceu fundamentalmente pictográfico em sua função original de instrumento dos templos e, como seu homólogo daomeano, faz referência à imagem tanto quanto possível. Trata-se de uma escrita voluntariamente realista, preocupada em materializar os seres, os objetos e as ideias, o que faz da maneira mais concreta e substancial, em parte para restituir-lhes ou conservar suas qualidades naturais.

Não é por acaso que a deformação da escrita pictográfica pelo uso do cursivo, que altera e desfigura os elementos representados, só é permitida fora dos templos. A escrita hierática, usada sobretudo com finalidades laicas (ao contrário do que sugere a etimologia grega da palavra), e o demótico "popular", ainda mais simplificado em seu traçado, são as grafias não-sagradas e utilitárias. No espírito do sacerdote egípcio, o hieróglifo encerra "um poder mágico de evocação", como tão bem demonstra M. Cohen. Em sua opinião, isso explica o fato de "que as representações de seres nefastos são evitadas ou mutiladas". Aqui, estamos diante de uma concepção ontológica que se enraíza e mergulha profundamente na tradição negro-africana. Por milhares de anos, essa tradição não foi capaz de dessacralizar – como o fizeram os indo-europeus, particularmente os gregos – o pensamento e seus suportes orais e gráficos. Os Bambara, os Ioruba, os Nsibidi e os sacerdotes dogon têm uma visão idêntica dos sistemas gráficos que utilizam em seus templos ou em suas sessões de adivinhação.

A unidade das grafias inventadas na África não reside apenas nos pressupostos ideológicos que conferem a esses sistemas suas funções e sua natureza, mas também na própria técnica de transcrição. Encontra-se, na história das escritas africanas, uma referência constante a três técnicas de fixação gráfica do pensamento: o recurso à imagem do ser ou do objeto, copiada através de pictogramas; o recurso ao símbolo para representar uma realidade através de ideogramas, que são signos sem relação imediata de semelhança física com a noção que simbolizam; finalmente, o uso do fonograma para representar todos os homófonos, ou seja, todas as realidades designadas pelo mesmo som ou grupo de sons; é o princípio da escrita pictofonográfica.

A comparação entre a *Palette* de Narmer e as *Récades* de Glélé ou de Dakodonu é reveladora. Elas transcrevem o discurso segundo os mesmos princípios. Na *Palette* de Narmer, temos a imagem de um rei. Ele segura pelos cabelos um inimigo vencido e o golpeia, enquanto o exército derrotado foge, sob

os pés do gigantesco faraó. Os pictogramas são claros e eloquentes. Os outros signos são ideogramas. Distingue-se um "ta" oval simbolizando a terra. Em cima, há um grupo de signos e um quadrado para emoldurar o nome do faraó, Horus. Um peixe e um pássaro formam o nome "faraó". Essas duas imagens são pictofonogramas.

A *Récade* de Gezo mostra o soberano do Daomé sob a forma de um búfalo (assim como o faraó é simbolizado por um falcão) que mostra os dentes, significando o terror que semeia entre seus inimigos. Trata-se, neste caso, de uma aproximação simbólica. Mas há outros mais importantes.

A *Récade* do rei Dakodonu ou Dokodunu, mais antiga (1625-1650) e descrita por *Le Hérissé,* mostra com mais clareza ainda o princípio do "hieróglifo" daomeano. O texto da lâmina do machado pode ser lido da seguinte maneira: há um símbolo pictográfico que representa um sílex, "da", e embaixo o desenho da terra, "ko", com um furo no meio, "donon". Esses signos são pictogramas, utilizados aqui como pictofonogramas. Juntando-os, como no caso do nome do faraó na *Palette* de Narmer, pode-se ler o nome do rei daomeano, *Dakodonu.* A escrita daomeana assemelha-se aos hieróglifos faraônicos em seus próprios princípios e em seu espírito, revelando as três técnicas usadas pela grafia egípcia: a imagem pictográfica, o símbolo ideográfico e o signo pictofonográfico[46].

Num notável artigo de síntese o soviético Dmitri A. Olderogge aponta, como já o tinha feito Cheikh Anta Diop, o fato de que o sistema hieroglífico sobreviveu na África negra até uma época tardia.

Em sua *Description Historique des Trois Royaumes du Congo, du Matamba et de l'Angola,* publicada em 1687, Gavassi de Motocculuo afirma que a escrita hieroglífica era utilizada nessas regiões.

Em 1896 foi descoberta uma inscrição hieroglífica nos rochedos de Tete, em Moçambique, ao longo do rio Zambeze, cujo texto foi publicado na época. Cheikh Anta Diop nota, em outro trabalho, o uso de uma grafia pictográfica tardia no Baol, onde recentemente foram descobertos traçados hieroglíficos em baobás muito antigos. Os Vai da Libéria utilizaram, durante muito tempo, uma escrita pictográfica em tiras de casca de árvores.

A escrita meroítica, que nasceu na periferia meridional do Egito antigo, dá continuação à escrita faraônica, na qual se inspirava, a menos que a tenha originado ou que partilhe com ela a mesma origem.

46 Ver capítulo 4.

FIGURA 10.1 Estela do rei serpente (Foto Museu do Louvre).

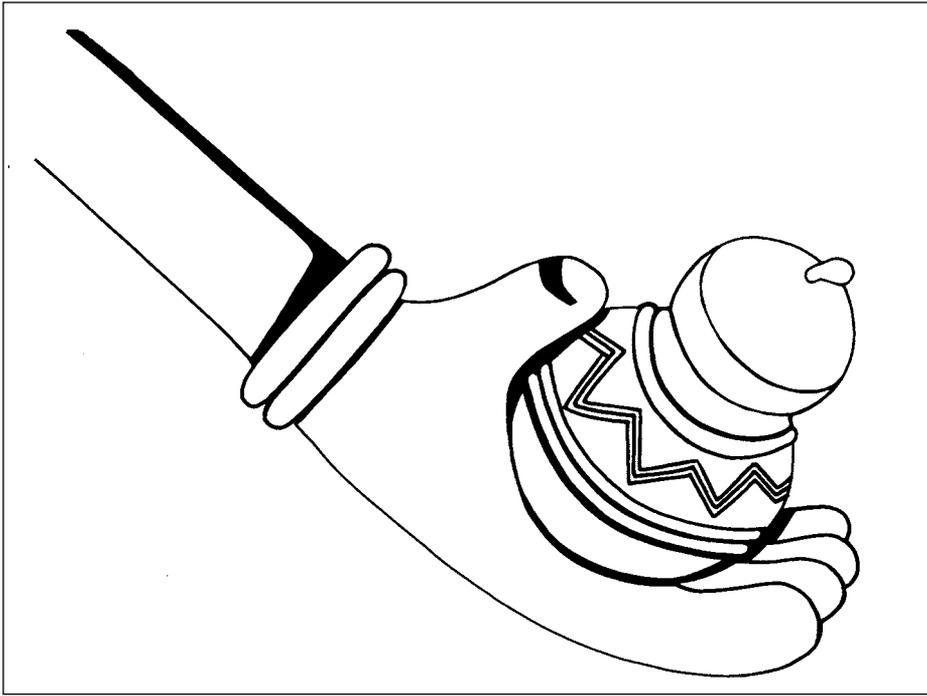
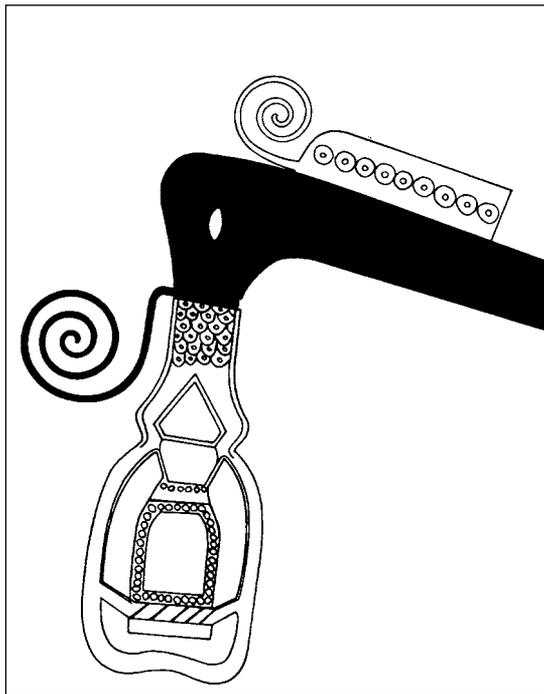



Figura 10.2 *Récade* representando uma cabaça, símbolo de poder (Foto Nubia).

Figura 10.3 *Récade* dedicada a Dakodonu (Foto Nubia).

Figura 10.4 Leão semeando o terror (Foto M. A. Glélé, Nubia) .

Pictogramas egípcios (por volta de 4000 antes da Era Cristã)		Pictogramas nsibidi[34]
A_{27}	homem correndo com um braço estendido; *inw* = mensageiro.	DAYRELL$_{107}$, homem correndo com um braço estendido. MACGREGOR (p. 212), um mensageiro.
F_{32} I_{1}	ventre de mamífero; *h.t.* = ventre, corpo.	DAYRELL$_{127}$, símbolo que contém um peixe.
I_{14}	lagarto; *s 3* = numeroso, rico.	TALBOT$_{51}$, lagarto.
N_{3}	verme ou serpente (*h f w*); verme (*d d f t*).	MACGREGOR (p. 212), serpente. DAYRELL$_{104}$, serpente muito longa; *uruk – ikot*, cobra em Efik e shaw, em Uyanga.
N_{11}	sol brilhando; *wbn*: aparecer.	TALBOT$_{35}$, sol brilhando: *utinn*, sol em Efik e *duawng*, em Uyanga.
	lua crescente; *i h* = lua	TALBOT$_{34}$, lua crescente; *ebi* = lua, em Uyanga.

* Quanto aos signos nsibidi, cf. principalmente: J. K. MACGREGOR. *Op. cit.* p. 215, 217 e 219: os signos são numerados de 1 a 98; E. DAYRELL. *Op. cit.*, pranchas LXV–LXVII: ao todo, 363 signos; P. A. TALBOT. *Op. cit.* Apêndice G: "Nsibidi signs", p. 448-61: 77 signos e 8 textos.

Figura 10.5 Pictogramas egípcios e nsibidi (extraído de *L'Afrique dans l'Antiquité:* a nota 34 remete a J. K. MACGREGOR, 1909; E. DAYRELL, 1911; TALBOT, 1923).

Figura 10.6 *Palette* de Narmer (extraído de C. A. DIOP, 1955).

As escritas bagam e guro (nenhum registro disponível), a escrita "sagrada" ioruba e a escrita gola (ambas indecifradas) são excluídas deste quadro.

Figura 10.7 Amostras de várias escritas africanas antigas (extraído de D. DALBY. 1970, p. 110-11).

FIGURA 10.8 Primeira página do principal capítulo do Alcorão em vai (extraído de *L'Afrique dans l'Antiquité*, OBENGA, T. Présence Africaine. 1973).

	a•		ga		la		ra		wa
	é		gé		lé		ré		wé
	ĕ		gĕ		lĕ		rĕ		wĕ
	ī		gī		lī		rī		wī
	ō		gō		lō		rō		wō
	ŏ		gŏ		lŏ		rŏ		wŏ
	ū		gū		lū		rū		wū
	ba		ha		ma		sa		ya
	bé		hé		mé		sé		yé
	bĕ		hĕ		mĕ		sĕ		yĕ
	bī		hī		mī		sī		yī
	bō		hō		mō		sō		yō
	bŏ		hŏ		mŏ		sŏ		yŏ
	bū		hū		mū		sū		yū
	da		ja		na		ta		za
	dé		jé		né		té		zé
	dĕ		jĕ		nĕ		tĕ		zĕ
	dī		jī		nī		tī		zī
	dō		jō		nō		tō		zō
	dŏ		jŏ		nŏ		tŏ		zŏ
	dū		jū		nū		tū		zū
	fa		ka		pa		va		
	fé		ké		pé		vé		
	fĕ		kĕ		pĕ		vĕ		
	fī		kī		pī		vī		
	fō		kō		pō		vō		
	fŏ		kŏ		pŏ		vŏ		
	fū		kū		pū		vū		

Figura 10.9 Sistema gráfico vai (extraído de *L'Afrique dans l'Antiquité*, OBENGA, T. Présence Africaine, 1973).

cha	kpa	nda	nya	zha
ché	kpé	ndé	nyé	zhé
chĕ	kpĕ	ndĕ	nyĕ	zhĕ
chī	kpī	ndī	nyī	zhī
chō	kpō	ndō	nyō	zhō
chŏ	kpŏ	ndŏ	nyŏ	zhŏ
chū	kpū	ndū	nyū	zhū
dha	lba	nga	sha	
dhé	lbé	ngé	shé	
dhĕ	lbĕ	ngĕ	shĕ	
dhī	lbī	ngī	shī	
dhō	lbō	ngō	shō	
dhŏ	lbŏ	ngŏ	shŏ	
dhū	lbū	ngū	shū	
gba	lda	nja	tha	
gbé	ldé	njé	thé	
gbĕ	ldĕ	njĕ	thĕ	
gbī	ldī	njī	thī	
gbō	ldō	njō	thō	
gbŏ	ldŏ	njŏ	thŏ	
gbū	ldū	njū	thū	
hna	mba	nkpa	wha	
	mbé	nkpé	whé	
hnĕ	mbĕ	nkpĕ	whĕ	
hnī	mbī	nkpī	whī	
	mbō	nkpō	whō	
hnŏ	mbŏ	nkpŏ	whŏ	
hnū	mbū	nkpū	whū	

Miscelânea

faa
hn
kpna
nwa
nwo
whew
ahn

Pontuação e outros sinais

travessão
vírgula
interrogação
ponto
exclamação
acento
diminuição
nasal
continuação de som

Palavra Mum	Significação	Signo coletado em 1900 (Clapot)	Signo coletado em 1907 (Göhring)
Pé	Noz de cola		
Fom	rei		
Ntab	casa		
Nyad	boi		

Figura 10.10 Sistema gráfico mum (extraído de *L'Afrique dans l'Antiquité*, OBENGA, T. Présence Africaine. 1973).

Figura 10.11 Sistema pictográfico.

Figura 10.12 Sistema ideográfico e fonético-silábico

Os sistemas de escrita ideográfica, contudo, parecem ter resistido melhor que os hieróglifos em solo negro-africano ocidental. Na prática, a grande maioria dos povos negros da África está familiarizada com o ideograma, seja através das técnicas divinatórias, seja pelo uso que delas fizeram os sacerdotes do culto, os gravadores de obras de arte, etc.

A geomancia dos Gurmanche é muito elaborada. O *tambipwalo* (geomante) desenha signos na areia e os interpreta. Depois administra uma espécie de “receita”, que consiste em signos gravados a faca num pedaço de cabaça. Esses signos abstratos designam os altares, os lugares aos quais é preciso ir para realizar os sacrifícios, o tipo de animal que deve ser imolado, quantas vezes, e assim por diante. Trata-se, de fato, de uma “escrita codificada”.

A adivinhação através dos signos do Fa também apresenta uma riqueza admirável. O adivinho joga nozes de palma de uma mão para outra oito vezes e, de acordo com o número de nozes que ficam em sua mão esquerda a cada vez, faz uma inscrição no solo ou numa bandeja polvilhada com areia. São assim formados os quadros (há 256 possíveis), dos quais os 16 mais importantes são os *du,* que constituem os “fios” ou as palavras dos deuses governados por *Fa,* o destino. Todos devem cultuar o seu *du* mas, ao mesmo tempo, ter em conta os de seus parentes e ancestrais, os de sua região, e assim por diante. Como existe uma quantidade enorme de arranjos, os *du* são combinados num tipo de estratégia mitológica que é também uma técnica grafológica. Pratica-se a adivinhação do Fa em toda a costa do Benin.

A coleta dos sistemas ideográficos[47] foi abundante, principalmente nos países de savana que mantiveram suas tradições e não foram muito afetados pela islamização. Não é por acaso que isso ocorre. Os especialistas, dentre os quais F. W. Migeod foi um dos primeiros a revelarem alguns desses sistemas. A escrita ideográfica dogon foi apresentada por M. Griaule e G. Dieterlen, responsáveis pela análise do sistema bambara e por uma boa síntese das grafias da região. A ideografia nsibidi, usada entre os Ibo do sul da Nigéria, foi descoberta pelos europeus no fim do século passado. Baseia-se em princípios de transcrição largamente difundidos em toda a costa da Guiné.

As escritas fonéticas[48] sistematizam o uso de fonogramas representando sons simples ou complexos através de signos regulares; em nossa opinião, o

47 Cf. BOUAH, Niangoran. “Recherches sur les poids à peser l’or chez les Akan”. Tese de doutoramento PhD defendida em 1972.

48 D. A. DALBY propõe, a esse respeito, uma atualização interessante em *Language and History in Africa,* Londres, 1970.

aparecimento de tais escritas na África resulta de uma evolução tardia. Os hieróglifos do antigo Egito, como os do Daomé, representam muitos sons através de signos. Mas os sistemas puramente fonéticos baseados na palavra, na sílaba ou no fonema simples – transcrição alfabética – marcam uma nova etapa[49].

A escrita berbere, usada entre os Tuaregue do Saara e conhecida também pelo nome de tifinar, poderia ter-se desenvolvido sob influência púnica, pelo contato com Cartago.

O sistema de escrita núbio formou-se no século X, através do contato com a grafia copta que, por sua vez, nasceu sob a influência grega. A grafia etíope de Tigrina e de Amhara é derivada da escrita sabeana da Arábia meridional.

As escritas silábicas e alfabéticas da África ocidental, muito difundidas desde o fim do século XVIlI nas costas da Guiné e nas regiões sudanesas, podem ter nascido de uma evolução interna ou ter tomado sua forma definitiva sob a influência mais ou menos distante de uma contribuição externa, de origem árabe ou europeia[50].

A escrita vai, divulgada na Europa em 1834 graças aos trabalhos do americano Eric Bates, e aos de Koelle em 1849, desenvolveu-se numa área onde foram descobertos traçados do sistema hieroglífico. Momolu Masakwa, cônsul da Libéria na Inglaterra no século XIX, descreveu os princípios do sistema hieroglífico usado naquela época em sua região[51].

De acordo com os informes de Momolu, para expressar a vitória sobre o inimigo os Vai desenham, numa casca de árvore que lhes serve de papiro, a silhueta de um homem correndo com as mãos na cabeça. Ao lado da imagem do fugitivo junta-se um ponto, para indicar que se trata de um grande número de fugitivos, de um exército derrotado. Nessa utilização do ponto para denotar o plural, em lugar dos traços empregados no antigo vale do Nilo, encontramos elementos da escrita faraônica. Assim, os Vai conseguiram alterar seu antigo sistema no sentido de uma transcrição fonética. Hoje existem modelos análogos à escrita vai entre muitos povos da Africa ocidental: Malinke, Mande, Basa, Guerze, Kpele, Toma, etc. Os Wolof e os Seereer também adotaram, recentemente, uma grafia inspirada nesses princípios.

49 HAU, E. 1959.

50 As grafias sudanesas associam pictogramas (imagens realistas) a ideogramas (signos e significações simbólicas). Cf. GRIAULE, M. e DIETERLEN, G. A combinação desses signos permite a transcrição e a fixação de um discurso decifrável pelo iniciado na escrita e no saber que ela contém.

51 Cf. o excelente artigo de síntese de D. OLDEROGGE, "Ecritures méconnues de l'Afrique noire". In: *Courrier de l'Unesco,* março de 1966.

Ao contrário do que em geral se acredita, a existência da escrita é um elemento permanente na história e no pensamento africanos, da *Palette* de Narmer à *Récade* de Glélé. A abundância de sistemas gráficos e de evidências de seu uso comprova esse fato.

Por diversas razões, as escritas africanas pós-faraônicas seguiram um curso normal de evolução. Esse curso simplesmente se adaptou ao contexto e às exigências da história de uma sociedade e de uma economia rurais de autossuficiência. Os membros dessa sociedade não foram impelidos a consolidar, em sua época, suas conquistas materiais ou intelectuais, já que estas não estavam permanentemente ameaçadas. Um bom equilíbrio ecológico, uma proporção adequada entre recursos e população assegurou, durante muito tempo, à maior parte das civilizações africanas e a seus fatos culturais, o poder de ampliar-se e retrair-se formalmente no espaço, conservando apenas o essencial: seus princípios. No plano do equilíbrio interno, o risco não era muito grande. Mas em face do exterior e do acúmulo do progresso, essa fragilidade era prejudicial.

Conclusão

A linguística é indispensável à elaboração de uma ciência histórica africana. Contudo, só chegará a desempenhar tal papel se for empreendido um grande esforço em sua área de pesquisa. Até agora, sua contribuição foi pequena e, muitas vezes, bastante insegura no plano científico. Pesquisas ainda estão em andamento. Os métodos ganharam maior precisão e o campo de investigação ampliou-se notavelmente. Nesse contexto, podemos esperar que a análise das línguas africanas contribua, num futuro próximo, para elucidar aspectos importantes da história do continente.

CAPÍTULO 10

PARTE II
Teorias relativas às "raças" e história da África

J. Ki-Zerbo

O conceito de raça é um dos mais difíceis de definir cientificamente. Se admitirmos, como a maioria dos especialistas posteriores a Darwin, que a espécie humana pertence a um único tronco[1], a teoria das "raças" só pode ser desenvolvida cientificamente dentro do contexto do evolucionismo.

Com efeito, a raciação se inscreve no processo geral da evolução diversificadora. Como observa J. Ruffie, ela requer duas condições: em primeiro lugar, o isolamento sexual, frequentemente relativo, que provoca pouco a pouco uma paisagem genética e morfológica singular. A raciação, portanto, baseia-se num estoque gênico diferente, causado quer por oscilação genética (o acaso na transmissão dos genes faz com que um deles se transmita com mais frequência que outro, ou, ao contrário, que seu alelo seja o mais largamente difundido), quer por seleção natural. Esta conduz a uma diversificação adaptativa, graças à qual um grupo tende a conservar o equipamento genético que o adapte melhor a um certo meio. Na África, ambos os processos devem ter ocorrido. De fato, a oscilação genética, que se exprime ao máximo em pequenos grupos, operou em etnias restritas, submetidas a um processo social de cissiparidade por ocasião das disputas de sucessão ou de terras e em virtude das grandes áreas virgens disponíveis. Esse processo marcou particularmente o patrimônio genético das

1 Quanto às teorias policêntricas e suas variantes, ver os trabalhos de G. WEIDENREICH, COON e as refutações de ROBERTS.

etnias endógamas ou florestais. Quanto à seleção natural, ela teve a oportunidade de entrar em jogo em ecologias tão contrastantes como as do deserto e da floresta densa, dos altos planaltos e das costas recobertas de mangues. Em resumo, do ponto de vista biológico, os homens de uma "raça" têm em comum alguns fatores genéticos que num outro grupo "racial" são substituídos por seus alelos; entre os mestiços, coexistem os dois tipos de genes.

Como era de esperar, a identificação das "raças" se fez em primeiro lugar a partir de critérios aparentes, para em seguida ir considerando, pouco a pouco, realidades mais profundas. Aliás, as características exteriores e os fenômenos internos não estão absolutamente separados. Se certos genes comandam os mecanismos hereditários que determinam cor da pele, por exemplo, esta também está ligada ao meio ambiente. Observou-se uma correlação positiva entre estatura e temperatura mais elevada do mês mais quente e uma correlação negativa entre estatura e umidade. Da mesma forma, um nariz fino aquece melhor o ar num clima mais frio e umidifica o ar seco inspirado. É assim que o índice nasal aumenta consideravelmente nas populações subsaarianas, do deserto para a floresta, passando pela savana. Embora possuindo o mesmo número de glândulas sudoríparas que os brancos os negros transpiram mais, o que mantém seu corpo e sua pele numa temperatura menos elevada.

Existem, portanto, diversas etapas na investigação científica no que diz respeito às raças.

A abordagem morfológica

Eickstedt, por exemplo, define as raças como "agrupamentos zoológicos naturais de formas pertencentes ao gênero dos hominídeos, cujos membros apresentam o mesmo conjunto típico de caracteres normais e hereditários no nível morfológico e no nível comportamental".

Desde a cor da pele e a forma dos cabelos ou do sistema piloso, até os caracteres métricos e não métricos, a curvatura femural anterior e as coroas e os sulcos dos molares, foi construído um verdadeiro arsenal de observações e mensurações. Deu-se atenção especial ao índice cefálico, por estar relacionado à parte da cabeça que abriga o cérebro. É assim que Dixon estabelece os diversos tipos em função de três índices combinados de vários modos: o índice cefálico horizontal, o índice cefálico vertical e o índice nasal. Contudo, das 27 combinações possíveis, apenas oito (as mais frequentes) foram aceitas como representativas dos tipos fundamentais, tendo sido as 19 restantes consideradas

misturas. No entanto, as características morfológicas são apenas um reflexo mais ou menos deformado do estoque gênico; sua conjugação num protótipo ideal raramente se realiza com perfeição. De fato, trata-se de detalhes evidentes situados na fronteira homem/meio ambiente, mas que, justamente por isso, são muito menos inatos que adquiridos.

Reside aí uma das maiores fraquezas da abordagem morfológica e tipológica, na qual as exceções acabam por ser mais importantes e mais numerosas que a regra. Além disso, não se devem negligenciar as querelas acadêmicas sobre as modalidades de mensuração (como, quando, etc.), que impedem as comparações úteis. As estatísticas de distância multivariada e os coeficientes de semelhanças raciais, as estatísticas de "formato" e de "forma", a distância generalizada de Nahala Nobis requerem tratamento por computador. Ora, as raças são entidades biológicas reais que devem ser examinadas como um todo e não parte por parte.

A abordagem demográfica ou populacional

Este método vai insistir, de imediato, sobre fatos grupais (reservatório gênico ou genoma), mais estáveis que a estrutura genética conjuntural dos indivíduos. De fato, na identificação de uma raça, é mais importante a frequência das características que ela apresenta do que as próprias características. Como o método morfológico está praticamente abandonado[2], os elementos serológicos ou genéticos podem ser submetidos a regras de classificação mais objetivas. Para Landman, uma raça é "um grupo de seres humanos que (com raras exceções) apresentam entre si mais semelhanças genotípicas e frequentemente também fenotípicas do que com os membros de outros grupos". Alekseiev desenvolve também uma concepção demográfica das raças com denominações puramente geográficas (norte-europeus, sul-africanos, etc.). Schwidejzky e Boyd acentuaram a sistemática genética: distribuição dos grupos sanguíneos A, B e O, combinações do fator Rh, gene da secreção salivar, etc.

O hemotipologista também leva em conta a anatomia, mas no nível da molécula. No que diz respeito à micromorfologia, descreve as células humanas cuja estrutura imunológica e cujo equipamento enzimático são diferenciados, sendo o tecido sanguíneo o material mais prático para isso. Os marcadores sanguíneos representam um salto histórico qualitativo na identificação científica dos grupos humanos. Suas vantagens em relação aos critérios morfológicos

2 Cf. WIERCINSKY, 1965.

são decisivas. Primeiramente, eles são quase sempre monométricos, isto é, sua presença depende de um só gene, enquanto o índice cefálico, por exemplo, é o produto de um complexo de fatores dificilmente localizáveis[3].

Além disso, enquanto os critérios morfológicos são traduzidos em números utilizados para classificações com fronteiras arbitrárias ou mal definidas, como por exemplo entre o braquicéfalo típico e o dolicocéfalo típico, os marcadores sanguíneos obedecem à lei do tudo ou nada. Uma pessoa é ou não do grupo A, tem fator Rh+ ou Rh- e assim por diante. Além disso, os fatores sanguíneos independem quase inteiramente da pressão do meio. O hemótipo é fixado para sempre, desde a formação do ovo. Eis por que os marcadores sanguíneos escapam ao subjetivismo da tipologia morfológica. Aqui, o indivíduo é identificado por um conjunto de fatores gênicos, e a população por uma série de frequências gênicas. A grande precisão desses fatores compensa seu caráter parcial em relação à massa dos genes no conjunto de um genoma. Isso tornou possível elaborar um atlas das "raças" tradicionais.

Três categorias de fatores sanguíneos foram estabelecidas. Algumas, como o sistema ABO, são encontradas em todas as "raças" tradicionais sem exceção. Certamente elas preexistiam à hominização. Outros fatores como os do sistema Rh são onipresentes, mas com certa predominância racial. Assim, o cromossomo r existe principalmente entre os brancos. O cromossomo Ro, conhecido como "cromossomo africano", tem uma frequência particularmente alta entre os negros ao sul do Saara. Trata-se, certamente, de sistemas que datam do momento em que a humanidade começava a se propagar em nichos ecológicos variados. Outra categoria de sistemas denota uma repartição racial mais marcada, como os fatores Sutter e Henshaw, encontrados quase que unicamente entre os negros, e o fator Kell, presente sobretudo entre os brancos. Embora eles nunca sejam exclusivos, foram qualificados de "marcadores raciais". Enfim, alguns fatores são geograficamente muito circunscritos como, por exemplo, a hemoglobina C para as populações do planalto voltense.

Embora os fatores sanguíneos sejam desprovidos de valor adaptativo, não escapam inteiramente à ação do meio infeccioso ou parasitário; este pode exercer sobre eles uma triagem com valor seletivo, levando, por exemplo, à presença de hemoglobinas características. Isso ocorre com relação às hemoglobinoses S, ligadas à existência de células falciformes ou drepanócitos entre as hemácias. Elas foram detectadas no sangue dos negros da África e da Ásia. Perigosa

3 Cf. RUFFIE, J. (?)

apenas no caso dos homozigotos, a hemoglobina S (Hb S) é um elemento de adaptação à presença de *Plasmodium falciparum,* responsável pelo paludismo. O estudo dos hemótipos em grandes áreas permite o traçado de curvas isogênicas que mostram a distribuição geográfica dos fatores sanguíneos por todo o mundo. Associado ao cálculo das distâncias genéticas, ele dá uma ideia de como as populações se situam umas em relação às outras, enquanto o sentido dos fluxos gênicos permite reconstituir o processo prévio de sua evolução.

Apesar de seus desempenhos excepcionais, contudo, o método hemotipológico e populacional encontra dificuldades. Primeiramente, porque seus parâmetros se multiplicam enormemente e já estão apresentando resultados estranhos a ponto de serem encarados por alguns como aberrantes. É assim que a árvore filogênica das populações elaborada por L. L. Cavalli-Sforza difere da árvore antropométrica. Esta coloca os Pigmeus e os San da África no mesmo ramo antropométrico que os negros da Nova Guiné e da Austrália; na árvore filogênica, esses mesmos Pigmeus e San aproximam-se mais dos franceses e ingleses e os negros australianos dos japoneses e chineses[4]. Em outras palavras, os caracteres antropométricos são mais afetados pelo clima que os genes, de modo que as afinidades morfológicas são mais uma questão de meios similares que de hereditariedades similares. Os trabalhos de R. C. Lewontin, com base nas pesquisas dos hemotipologistas, mostram que, no mundo inteiro, mais de 85% da variabilidade situa-se *no interior* das nações. Somente 7% da variabilidade separa as nações que pertencem à mesma raça tradicional e também apenas 7% separam as raças tradicionais. *Em resumo, os indivíduos do mesmo grupo "racial" diferem mais uns dos outros que as "raças"…*

É por isso que cada vez mais especialistas adotam a posição radical que consiste em negar a existência de qualquer raça. Segundo J. Ruffie, nas origens da humanidade pequenos grupos de indivíduos separados em zonas ecológicas diversificadas e afastadas, obedecendo a pressões seletivas muito fortes – enquanto os meios técnicos eram extremamente limitados –, puderam se diferenciar a ponto de dar origem às variantes *Homo erectus, Homo neanderthalensis* e o mais antigo *Homo sapiens.* O bloco facial, que é a parte do corpo mais exposta a meios ambientes específicos, evoluiu diferentemente; a riqueza de pigmentos melanínicos na pele desenvolveu-se em zona tropical, etc. Mas essa tendência

4 Citado por J. RUFFIE, 1977, p. 385. Da mesma forma, com base em certos caracteres genéticos (o gene Fy[a] no sistema de DUFFY, o alelo Ro, etc.), a porcentagem de mescla branca entre os negros americanos resultante da mestiçagem que se vem operando nos Estados Unidos seria de 25 a 30%. Alguns cientistas concluíram, a partir disso, que se trata de um novo grupo, precipitadamente batizado como "raça norte--americana de cor".

especializante, rapidamente bloqueada, permaneceu embrionária. Em toda parte, o homem se adapta culturalmente (roupas, *habitat*, alimentos, etc.), e não mais morfologicamente, a seu meio. O homem nascido nos trópicos (clima quente) evoluiu por muito tempo como australopiteco, *Homo habilis* e até mesmo *Homo erectus*.

> "Foi apenas durante a segunda glaciação que, graças ao controle eficaz do fogo, o *Homo erectus* optou por viver em climas frios. A espécie humana transforma-se de politípica em monotípica e esse processo de desraciação parece irreversível. Hoje, a humanidade inteira deve ser considerada como um único reservatório de genes intercomunicantes."[5]

Em 1952, Livingstone publicava seu famoso artigo "Da não existência das raças humanas". Diante da enorme complexidade e, portanto, da inconsistência dos critérios adotados para qualificar as raças, ele recomendava a renúncia ao sistema lineano de classificação, sugerindo uma "árvore genealógica". De fato, nas zonas não isoladas, a frequência de certos caracteres ou de certos genes evolui progressivamente em várias direções e as diferenças entre duas populações são proporcionais a seu distanciamento físico, de acordo com uma espécie de gradiente geográfico (cline). Relacionando cada traço distintivo aos fatores de seleção e adaptação que podem tê-lo favorecido, notamos frequências ligadas, ao que parece, muito mais a fatores tecnológicos, culturais e outros, que não coincidem de maneira nenhuma com o mapa das "raças"[6]. Dependendo do critério adotado (cor da pele, índice cefálico, índice nasal, características genéticas e assim por diante), obtêm-se mapas diferentes. É por isso que alguns especialistas concluem, a partir daí, que "toda teoria das raças é insuficiente e mítica". "Os últimos progressos da genética humana são tais hoje em dia que nenhum biólogo admite a existência de raças na espécie humana"[7]. Biologicamente, a cor da pele é um elemento negligenciável em relação ao conjunto do genoma. De acordo com Bentley Glass, não há mais de seis pares de genes pelos quais a raça branca difere da raça negra. Os brancos frequentem ente diferem entre si num grande número de genes, o mesmo acontecendo com os negros. É por isso que a UNESCO, depois de ter organizado uma conferência de especialistas internacionais, declarou: "A raça é menos um fenômeno biológico do que um mito social".[8]

5 MAYR, E. citado por RUFFIE, J. p. 115.

6 Cf. MONTAGU. "Le Concept de Race".

7 RUFFIE, J. p. 116.

8 *Quatro declarações sobre a Questão Racial,* UNESCO, Paris, 1969.

Isso é tão verdadeiro que, na África do Sul, um japonês é considerado como "branco honorário" e um chinês como "homem de cor".

Para Hiernaux, a espécie humana parece uma rede de territórios genéticos, de genomas coletivos que constituem populações mais ou menos semelhantes, cuja distância qualitativa é expressa por uma avaliação quantitativa (taxonomia numérica). As fronteiras desses territórios, definidos a partir do cline, flutuam com todas as mudanças que afetam os traços aparentes (fenótipos) e os dados serológicos (genótipos) das coletividades.

Dessa maneira, qualquer "raça", em conformidade com a brilhante intuição de Darwin, seria em suma um processo em marcha, dependendo de algum modo da dinâmica dos fluidos; e os povos seriam todos mestiços ou estariam em vias de sê-lo. De fato, cada encontro de povos pode ser analisado como uma migração gênica e esse fluxo genético volta a questionar o capital biológico de ambos.

Porém, mesmo que essa abordagem fosse mais científica, mesmo que esses territórios genéticos mutáveis fossem realmente aceitos pelas comunidades em questão, poderíamos dizer que os sentimentos de tipo "racial" seriam suprimidos, uma vez que conservariam sua base material visível e tangível, sob a forma de traços fenotípicos?

Desde que os nazistas, a começar por Hitler, e em seguida outros pseudopensadores afirmaram que o homem mediterrâneo representa um nível intermediário entre o ariano, "Prometeu da humanidade", e o negro, que é "por sua origem um meio-macaco", o mito racial tem permanecido vivo. Os morfologistas impenitentes continuam a alimentar esse fogo ignóbil com alguns galhos mortos[9]. Lineu, no século XVIII, dividia a espécie humana em seis raças: americana, europeia, africana, asiática, selvagem e monstruosa. Com certeza, os racistas se encontram numa ou noutra das duas últimas categorias.

De todas essas teses, hipóteses e teorias, devemos conservar o caráter dinâmico dos fenômenos "raciais", tendo em mente que se trata de um dinamismo lento e espesso, que se exerce sobre uma enorme quantidade de registros, nos quais a cor da pele (mesmo que ela seja medida por eletroespectrofotômetro) ou a forma do nariz constituem apenas um aspecto quase irrisório. Nessa dinâmica, devem ser levados em conta dois componentes que agem em conjunto: o patrimônio

9 J. RUFFIE cita um dicionário francês de medicina e biologia que, em 1972, mantém o conceito de raça segundo o qual existem três grupos principais (brancos, negros, amarelos), baseados em critérios morfológicos, anatômicos, sociológicos… e também psicológicos… No início do século, C. SEIGNOBOS, em sua *Histoire de la Civilisation,* escrevia: "Os homens que povoam a terra… também diferem em língua, inteligência e sentimentos. Essas diferenças permitem dividir os habitantes da terra em vários grupos conhecidos como 'raças'".

genético, que pode ser considerado um gigantesco banco de dados biológicos em ação, e o meio ambiente, em sentido amplo, pois começa já no meio fetal.

As mudanças que resultam da interação desses dois fatores básicos intervêm seja sob a forma incontrolável da seleção e da migração gênica (mestiçagem), seja sob a forma casual da oscilação genética ou da mutação. Em resumo, é toda a história de uma população que explica sua presente *facies* "racial", incluindo, através da interpretação das representações coletivas, as religiões, os costumes alimentares, de vestuário e outros.

Nesse contexto, o que dizer *da situação racial do continente africano*? A difícil conservação dos fósseis humanos devido à umidade e à acidez dos solos dificulta a análise histórica sob esse ponto de vista. Contudo, pode-se dizer que, ao contrário das teorias europeias que explicam o povoamento da África pelas migrações vindas da Ásia[10], as populações desse continente são em grande parte autóctones. Quanto à cor da pele dos habitantes mais antigos do continente nas latitudes tropicais, vários autores pensam que ela deveria ser escura (Brace, 1964), pois a própria cor negra é uma adaptação protetora contra os raios nocivos, principalmente os ultravioleta. A pele clara e os olhos claros dos povos do norte seriam caracteres secundários ocasionados por mutação ou por pressão seletiva (Cole, 1965).

Hoje, embora não se possa traçar uma fronteira linear, dois grandes grupos "raciais" são identificáveis no continente africano dos dois lados do Saara: no norte, o grupo árabe-berbere, com patrimônio genético "mediterrâneo" (líbios, semitas, fenícios, assírios, gregos, romanos, turcos, etc.); no sul, o grupo negro. Convém notar que as mudanças climáticas, que às vezes anularam o deserto, provocaram durante milênios numerosas mesclas populacionais.

A partir de várias dezenas de marcadores sanguíneos, Nei Masatoshi e A. R. Roy Coudhury estudaram as diferenças genéticas inter e intragrupos em caucasoides e mongoloides[11]. Eles definiram coeficientes de correlação, a fim de estabelecer o período aproximado em que esses povos se separaram e constituíram grupos distintos. Ao que tudo indica, o grupo negroide tornou-se autônomo há 120.000 anos, enquanto os mongoloides e caucasoides individualizaram-se há apenas 55.000 anos. Segundo J. Ruffie, "esse esquema ajusta-se à maior parte dos dados da hemotipologia fundamental"[12]. A partir dessa época, muitas misturas se realizaram no continente africano.

10 A teoria camítica (SELIGMAN e outro) – que se deve, por um lado, à ignorância de certos fatos e, por outro, à vontade de justificar o sistema colonial – é a forma mais racista dessas montagens pseudocientíficas.

11 MASATOSHI, N. e ROY COUDHURY, A. R. 1974, p. 26, 421.

12 RUFFIE, J. p. 399.

Tentou-se mesmo visualizar as distâncias biológicas das populações graças à técnica matemática dos componentes principais. A. Jacquard estudou 27 populações espalhadas desde a região do Mediterrâneo até o sul do Saara[13], utilizando cinco sistemas sanguíneos que compreendiam 18 fatores. Ele obteve três grupos principais repartidos em quatro agregados: um ao norte, os caucasoides, composto de europeus, Regueibat, árabes sauditas e Tuaregue Kel Kummer; um ao sul, que consistia nos grupos negros de Agadês; agregados intermediários, incluindo os Peul Bororo, os Tuaregue de Air e de Tassili, os etíopes, etc.; e ainda os Harratin, tradicionalmente considerados negros. Assim, seria um engano pensar que essa subdivisão confirma a classificação tradicional em “raças”, uma vez que, independentemente do que foi dito acima, a forma geral da subdivisão resulta da quantidade de informações considerada; se esta é muito pequena, todos os pontos podem ser reunidos.

Além disso, a respeito do homem subsaariano, é preciso notar que seu nome original, atribuído por Lineu, era *Homo afer* (africano). Depois, eles foram chamados “negros” e, mais tarde, “pretos”. O termo “negroide”, mais abrangente, era usado às vezes para designar todas as pessoas que, às margens do continente ou em outros continentes, se pareciam com os pretos. Hoje, apesar de algumas notas dissonantes, a grande maioria dos especialistas reconhece a unidade genética fundamental dos povos subsaarianos. Segundo Boyd, autor da classificação genética das “raças” humanas, existe apenas um grupo negroide que compreende toda a parte do continente situada ao sul do Saara e também a Etiópia; esse grupo difere sensivelmente de todos os demais. Os trabalhos de J. Hiernaux estabeleceram essa tese com notável clareza. Sem negar as variantes locais aparentes, ele demonstra, pela análise de 5050 distâncias entre 101 populações, a uniformidade dos povos no hiperespaço subsaariano, que engloba tanto os “Sudaneses” quanto os “Bantu”; tanto os habitantes das regiões costeiras quanto os Sahelianos; tanto os “Khoisan” quanto os Pigmeus, os Nilotas, os Peul e outros “Etiópidas”. Em compensação, ele mostra a grande distância genética que separa os “negros asiáticos” dos negros africanos.

Mesmo no campo da linguística, que nada tem a ver com o fato “racial” mas que foi utilizada em teorias racistas para inventar uma hierarquia das línguas que refletisse a pretensa hierarquia das “raças”, na qual os “verdadeiros negros” ocupavam o grau mais baixo da escala, as classificações evidenciam cada vez mais a unidade fundamental das línguas africanas. As variantes somáticas podem ser explica das cientificamente pelas causas das mudanças discutidas acima, especialmente os

13 JACQUARD, A. 1974, p. 11-124.

biótipos que ora dão origem a agregados de populações mais compósitas (vale do Nilo), ora a grupos populacionais isolados, que desenvolvem características mais ou menos atípicas (montanhas, florestas, pântanos, etc.). Por fim, a história explica outras anomalias através das invasões e migrações, sobretudo nas zonas periféricas. A influência biológica da península Arábica no chamado "Chifre da África" também se evidencia nos povos dessa região, como os Somali, os Galla e os etíopes, mas também, com certeza, nos Tubu, Peul, Tukulor, Songhai, Haussa, etc. Já tivemos oportunidade de ver alguns Marka (Alto Volta) com um perfil tipicamente "semita".

Em suma, a admirável variedade dos fenótipos africanos é sinal de uma evolução particularmente longa desse continente. Os fósseis pré-históricos de que dispomos indicam uma implantação semelhante às encontradas no sul do Saara, numa área muito vasta, que vai da África do Sul até o norte do Saara, tendo a região sudanesa representado, ao que parece, o papel de encruzilhada nessa difusão.

Com certeza, a história da África não é uma história de "raças". Contudo, para justificar uma certa história, abusou-se demais do mito pseudocientífico da superioridade de algumas "raças". Ainda hoje, o mestiço é considerado branco no Brasil e preto nos Estados Unidos da América. A ciência antropológica, que já demonstrou amplamente não haver nenhuma relação entre a raça e o grau de inteligência, constata que essa conexão às vezes existe entre raça e classe social.

A preeminência histórica da cultura sobre a biologia é evidente desde a aparição do Homo no planeta. Quando irá tal evidência impor-se aos espíritos?

GLOSSÁRIO

Alelo Cada um dos elementos que forma o par de genes.

Migração gênica Passagem de indivíduos reprodutores de sua população de origem a uma população adotiva (mestiçagem). A mestiçagem, que é considerada pelos racistas como uma degenerescência para a raça superior, representa aqui, ao contrário, um enriquecimento do fundo comum de genes da humanidade. Biologicamente positiva, ela apresenta, no entanto, problemas sociológicos.

Mutação Aparecimento de uma alteração numa característica hereditária através da modificação de um ou mais genes.

Oscilação genética Perturbação do patrimônio genético num grupo humano reduzido e isolado, resultante de um acidente que provoca a baixa de frequência ou o desaparecimento de um alelo.

Seleção Reprodução diferencial dos genótipos de uma geração a outra.

N.B. Estudos sobre esta questão encomendados pela UNESCO, como parte do projeto da *História Geral da África*:

HIERNAUX, J. *Rapport sur Le Concept de Race*. Paris, 1974.

RIGHTMIRE, G.P. *Comments on Race and Population History in Africa*. Nova Iorque, 1974.

STROUHAL, E. *Problems of Study of Human Races*. Praga, 1976.

CAPÍTULO 11

Migrações e diferenciações étnicas e linguísticas

D. Olderogge

Durante muito tempo, os historiadores acreditaram que os povos da África não haviam desenvolvido uma história autônoma, no quadro de uma evolução que lhes fosse peculiar. Tudo o que representava uma aquisição cultural parecia ter sido levado até eles do exterior por vagas migratórias vindas da Ásia. Essas teses são encontradas com frequência nos trabalhos de muitos pesquisadores europeus do século XIX. Elas serão sistematizadas e cristalizadas sob forma de doutrina por estudiosos alemães, etnógrafos e linguistas, nos primeiros decênios do século XIX. Nessa época, a Alemanha era o principal centro de estudos africanos. Após a partilha do continente africano entre potências imperialistas, começaram a aparecer em profusão na Inglaterra, França e Alemanha trabalhos que descreviam a vida e os costumes dos povos colonizados. Foi sobretudo na Alemanha que se reconheceu a importância de um estudo científico das línguas africanas. O ano de 1907 viu o estabelecimento, em Hamburgo, do Instituto Colonial, que depois se tornou um grande centro de pesquisa científica, onde foram elaborados os mais importantes trabalhos teóricos da escola alemã de estudos africanos. A Alemanha estava muito avançada nessa área, em relação às outras potências colonizadoras: na Inglaterra, o ensino de línguas africanas só se iniciou em 1917, na Escola de Estudos Orientais, enquanto, na França, nessa época, a Escola de Línguas Vivas Orientais não mantinha nenhum curso nessa área. Foi somente em 1947 que a Escola de Estudos Orientais de Londres

passou a se chamar Escola de Estudos Orientais e Africanos. Também na França, o ensino sistemático dessas línguas só foi introduzido um pouco mais tarde.

As teorias da escola alemã e as descobertas recentes

A Alemanha ocupava, portanto, um lugar de destaque nos estudos históricos, etnográficos e linguísticos africanos, no período que precedeu imediatamente a Primeira Guerra Mundial; os trabalhos publicados na Inglaterra, França e Bélgica baseavam-se nas teorias dos estudiosos alemães. Assim, os etnógrafos da Europa ocidental, no início do século XX, permaneceram apegados à ideia difundida pelos alemães de que os povos da África nunca tinham tido história própria. Com base nesse ponto de vista, os linguistas formularam a teoria conhecida como Camítica, segundo a qual o desenvolvimento da civilização na África foi devido à influência de povos camíticos provenientes da Ásia, Um estudo dessas ideias mostra uma forte influência de Hegel, que dividiu os povos do mundo em dois tipos: povos históricos, que contribuíram para o desenvolvimento da humanidade, e povos não-históricos,que se colocam à margem do desenvolvimento espiritual universal.

Segundo Hegel, não há evolução histórica na África propriamente dita. Os destinos da costa setentrional do continente estariam ligados aos da Europa. Enquanto colônia fenícia, Cartago não passava de um apêndice da Ásia, e o Egito era alheio ao espírito africano. As ideias de Hegel exerceram considerável influência em quase toda pesquisa científica relativa à África no século XIX; tal influência é marcante na obra de H. Schürz, o primeiro pesquisador a tentar um esboço da história da África. Esse autor compara a história das raças da Europa à vitalidade de um belo dia de sol, e a das raças da África a um pesadelo que logo se esquece, ao acordar.

Para Hegel, foi na Ásia que a luz do espírito despertou e que a história da humanidade teve seu início. Os estudiosos europeus tinham por indiscutível a ideia de que a Ásia, berço da humanidade, foi lugar de origem de todos os povos que invadiram a Europa e a África. Assim, parecia evidente para o etnógrafo inglês Stow que os mais antigos habitantes da África – os San – tivessem vindo da Ásia em duas vagas migratórias distintas, os San pintores e os San gravadores; esses dois grupos teriam seguido trajetórias diferentes, cruzando o mar Vermelho pelo estreito de Bab el-Mandeb. Após terem atravessado as florestas equatoriais, os dois grupos reencontraram-se no extremo sul do continente africano. Encontra--se nas obras de F. Stuhmann, geógrafo e viajante alemão, a mais completa

aplicação das teses propostas pela escola germânica, construídas sobre sua base histórico-cultural e tendo por objeto o processo de povoamento do continente africano através de sucessivas vagas migratórias. De fato, no fim do século XIX e início do XX, foi lançada uma vigorosa ofensiva contra a doutrina evolucionista, que constituiu a base teórica dos trabalhos de R. Taylor, L. H. Morgan, Lubbock e outros. A escola de orientação histórico-cultural repudiou a teoria de um desenvolvimento uniforme e integral da humanidade, apresentando uma teoria diametralmente oposta, que postulava a existência de círculos de civilização diferenciados, identificáveis por critérios intrínsecos derivados principalmente das culturas materiais. Segundo esses autores, a difusão de aquisições culturais deveu-se principalmente às migrações. O estudioso alemão Leo Frobenius foi o primeiro a enunciar essa ideia; depois, Ankermann descreveu a difusão dos círculos de civilização através da África. Mas foi Stuhlmann quem elaborou o quadro mais detalhado do desenvolvimento das culturas africanas. Afirmou que a população autóctone da África era constituída de povos de baixa estatura – os Pigmeus e os San –, que virtualmente não possuíam quaisquer elementos culturais. Depois, povos negros de pele escura e cabelos crespos chegaram em vagas migratórias originárias do sudeste da Ásia. Espalhando-se por toda a savana sudanesa, penetraram na floresta equatorial, introduzindo uma agricultura rudimentar, o cultivo de bananas e de colocásias, o uso de arco e flecha e de utensílios de madeira e a construção de cabanas circulares ou quadradas. Esses povos falavam línguas *de tipo isolante.* A eles se teriam seguido vagas de proto camitas, também provenientes da Ásia, mas de regiões situadas ao norte das terras de origem dos negros. Os recém-chegados falavam línguas aglutinantes com classes nominais. Teriam ensinado aos povos autóctones o uso da enxada na agricultura, o cultivo do sorgo e de outras gramíneas, a criação de gado cornígero de pequeno porte, etc. O cruzamento dos proto-camitas com os povos negros teria originado os povos bantu. Seguiram-se invasões de camitas de pele clara, que chegaram à África seja através do istmo de Suez seja pelo estreito de Bab el-Mandeb. Esses povos seriam os ancestrais dos Peul, Masai, Bari, Galla, Somali e Khoi-Khoi. Teriam introduzido novos elementos culturais, como o gado cornígero de grande porte, a lança, os múltiplos usos do couro, o escudo, etc. Segundo Stuhlmann, esses camitas de pele clara são originários das estepes da Ásia ocidental. A vaga seguinte seria constituída por povos semitas, que teriam lançado os fundamentos da civilização do Egito antigo. Teriam introduzido o cultivo de cereais, o uso do arado e do bronze. Depois, chegaram ao Egito os Hicsos e Hebreus, enquanto os Habashat e os Mehri fixavam-se nas terras altas da Etiópia. Por último, vieram os árabes, no século VII. Todos esses

povos trouxeram para a África novos elementos de civilização, absolutamente desconhecidos das populações anteriores. O trabalho de Stuhlmann foi publicado em Hamburgo, em 1910, pouco antes da Primeira Guerra Mundial, mas suas ideias sobre a construção gradual da civilização africana por raças estrangeiras foram retomadas e desenvolvidas, mais tarde, por outros etnógrafos: Spannus e Lushan na Alemanha, Seligman na Inglaterra, Honea na Áustria, etc.

Paralelamente às teorias da escola histórico-cultural, aparece, *em linguística*, um conjunto de teses denominado teoria camítica. O iniciador dessa teoria, Meinhof, acreditava que os ancestrais dos San eram os autóctones mais antigos da África. Representando uma raça nitidamente distinta de todas as outras, falavam línguas que apresentavam consoantes cliques. Já os negros – considerados autóctones nas zonas equatorial e sudanesa – falavam línguas isolantes tonais e com radicais monossilábicos. Em seguida, povos camitas vindos da Arábia chegaram ao Sudão, passando pela África do Norte. Falando línguas flexionadas e dedicando-se à criação de gado, teriam pertencido a uma cultura muito superior à dos negros. Contudo, parte da invasão camita atingiu as savanas da África oriental; a miscigenação dos camitas com a população indígena teria dado origem aos povos de língua bantu.

Em resumo, esse modelo de evolução pode ser reduzido a um filme em quatro sequências. No início, as línguas com cliques, depois, as línguas isolantes, bastante rudimentares, faladas pelos negros sudaneses. A mistura destas com as línguas camíticas produz as línguas bantu, do tipo aglutinante, mais nobres, portanto. Finalmente, as línguas faladas pelos conquistadores camitas introduzem as línguas flexionadas, eminentemente superiores. A teoria camítica foi sustentada por muitos linguistas e difundida da Alemanha para além da Europa ocidental.

No período entre as duas guerras, contudo, essa teoria deveria desmoronar. O primeiro golpe veio com a descoberta do Australopithecus, na província do Cabo (África do Sul), em 1924. Seguiram-se outras descobertas, que prosseguem ainda, tanto no norte como no sul da África, e em particular no leste, na Tanzânia, no Quênia e na Etiópia. Todos esses documentos demonstram, de maneira cabal, que o desenvolvimento do homem em toda a sua variedade racial teve lugar, desde as origens, no interior do continente africano. Assim, a teoria segundo a qual a África foi povoada por vagas migratórias provenientes do exterior tornou--se insustentável. Como aponta o célebre antropólogo C. Arambourg, a África é o único continente onde se encontram, numa linha evolutiva ininterrupta, todos os estágios do desenvolvimento do homem: australopitecos, pitecantropos, neandertalenses e *Homo sapiens* sucedem-se, com os respectivos utensílios, das épocas mais distantes até o Neolítico. Fica assim confirmada a teoria de

Darwin, que apontava a África como o lugar de origem do homem. Além disso, essas descobertas provaram que seria totalmente errôneo negar à África um desenvolvimento cultural endógeno. A esse respeito, as pinturas e gravuras rupestres do Atlas, do sul da África e do Saara constituem um testemunho indiscutível, de grande importância.

Não há mais sombra de dúvida quanto à antiguidade dos vestígios arqueológicos, uma vez que a cronologia relativa (baseada na forma e no tratamento dos objetos e em sua posição estratigráfica) é atualmente complementada pela cronologia absoluta, baseada em métodos cronométricos científicos, tais como o carbono 14 e o potássio-argônio. O modelo de evolução cultural dos povos africanos sofreu profundas transformações. Por exemplo, descobriu-se que nas latitudes saarianas e saelianas o Neolítico remonta a uma época anterior à que se imaginava, o que vem alterar completamente o quadro do desenvolvimento cultural africano em relação ao mundo mediterrânico, particularmente o Oriente Próximo.

Os restos descobertos em Tassili n'Ajjer, assim como em Tadrart-Acacus, na fronteira entre a Argélia e a Líbia, são bastante conclusivos. O exame das lareiras e dos fragmentos de cerâmica aí descobertos demonstra que a cerâmica já era utilizada desde 8000 anos B.P. Em Acacus, foi encontrado um esqueleto do tipo negroide com traços de vestimentas de couro. Os materiais examinados foram datados de 9000 anos B.P. Uma idade análoga foi atribuída aos restos descobertos no Hoggar, que foram submetidos a análise em três laboratórios diferentes. Conclui-se que o Neolítico de Tassili n' Ajjer e de Ennedi é, ao que parece, anterior ao do Magreb e contemporâneo ao da Europa meridional e da Cirenaica.

O exame dos restos orgânicos coletados nos campos neolíticos da Baixa Núbia levou a conclusões ainda mais significativas. Estima-se que, no ano -13000 aproximadamente, já se praticava na região a colheita e a preparação de grãos de cereais selvagens. A análise por radiocarbono dos vestígios fósseis encontrados no distrito de Ballana indicou a data de -12050 ±280. O mesmo método de exame, aplicado a restos provenientes de Toshké, apresenta a data de -12550 ± 490. Isso significa que, no vale do Nilo, a vegecultura foi praticada 4 mil anos mais cedo que no Oriente Próximo.

Segundo uma tradição fortemente arraigada, todo relato da história da África começava com o Egito. Hoje em dia, entretanto, convém revermos esse hábito. O egiptólogo americano Breasted deu o nome de "Crescente Fértil" ao conjunto dos países formado pelo Egito, a Palestina e a Mesopotâmia. De fato, essa zona lembra um vasto crescente, que propiciou o desenvolvimento da civilização faraônica e das cidades-Estado de Sumer e Akkad. Ora, todo esse processo tomou impulso só

em -5000 ou -6000 aproximadamente, enquanto, muito antes disso, a existência de condições climáticas adequadas ao desenvolvimento da criação de gado e da protocultura na área entre o vale do Indus e o oceano Atlântico favorecia o surgimento de uma sociedade onde começam a se delinear as classes e o Estado.

Assim, o Crescente Fértil representa apenas o desenvolvimento final e o testemunho de um vasto domínio fervilhante de vida, onde os homens iam aos poucos se familiarizando com as gramíneas selvagens, passando a domesticá-las assim como ao gado de grande porte, ovinos e caprinos. Esse cenário grandioso é atestado pelo estudo de pinturas e gravuras rupestres do Saara, pela datação obtida por radiocarbono, pela análise de polens fósseis, etc. Pode-se esperar que alguns esquemas cronológicos sejam reajustados dependendo da precisão que se puder obter futuramente. No entanto, desde já, podemos afirmar que a teoria sobre o povoamento da África aqui referida está completamente desacreditada. Deve-se reconhecer o papel da África como pólo de disseminação, no que se refere tanto aos homens quanto às técnicas, em um dos mais importantes períodos da história humana (Paleolítico Inferior). Em épocas posteriores, vêem-se aparecer correntes migratórias inversas, de volta ao continente africano.

Problemas antropológicos e linguísticos

Em geral, os indicadores antropológicos fornecem referências mais estáveis que os fatos da língua, que sofrem transformações rápidas, por vezes no espaço de algumas gerações. É o que acontece quando um povo emigra para um novo meio linguístico, ou, ainda, em caso de invasão, quando os conquistadores e os autóctones falam línguas diferentes. Assim, observa-se que a população negra norte-americana manteve praticamente intacto seu tipo antropológico original, sob um clima e num meio geográfico muito diferentes dos que prevaleciam em seu continente de origem, enquanto do ponto de vista linguístico e cultural assemelha-se à população branca dos Estados Unidos. Os elementos da antiga civilização africana subsistem apenas nos domínios cultural e espiritual: música, dança e crenças religiosas. Um caso semelhante é o dos Sidi, descendentes dos africanos que foram transferidos, séculos atrás, da costa leste da África para a Índia. No início do século XIX, esses povos ainda conservavam sua própria língua, mas atualmente falam as línguas dos povos hindus entre os quais vivem – gujarati, urdu e outras –, sendo o tipo físico o único indício de sua origem africana.

Em ambos os casos, os africanos expatriados mudaram de idioma muito rapidamente, por vezes no decurso de uma ou duas gerações.

A história das línguas faladas pelos autóctones da África do Norte também merece ser citada. Após a conquista dos países do Magreb pelos árabes, e particularmente após as invasões das "tribos" árabes no século XI, os povos da África do Norte tornaram-se árabes quanto à língua e à civilização. Suas línguas originais sobrevivem apenas em certas regiões do Marrocos, na Kabylia, no djebel Nefusa e nos oásis. De acordo com os antropólogos, as principais características do tipo físico original não sofreram mudanças, o que mostra que os traços antropológicos, em seu conjunto, resguardam-se da influência do biótopo no organismo, sendo, portanto, mais estáveis que os elementos da língua e da cultura.

Pode-se afirmar, com base nos fatos de que dispomos atualmente, que a distribuição dos tipos "raciais" modernos no continente africano reproduz, em essência, o modelo antigo dos grandes grupos antropológicos denominados, por vezes precipitadamente, de "raças". Os vários tipos da "raça" mediterrânica são representados no norte da África desde uma era muito longínqua. A África oriental foi habitada por povos do tipo etiopoide, como confirmaram as descobertas dos paleoantropólogos no Quênia, enquanto a parte sul do continente foi ocupada por grupos San. As florestas tropicais e equatoriais ocupavam, no passado, uma área muito maior que a atual; foi ali, provavelmente, que os Pigmeus apareceram, constituindo um grupo distinto, cujo tipo físico desenvolveu-se num meio ambiente de clima extremamente úmido e virtual ausência de luz.

A "raça" negra de tipo conhecido como sudanês ou "congolês" individualizou--se para se adaptar às condições das latitudes tropicais, principalmente na África ocidental. Poucos restos de esqueletos foram encontrados para identificação e datação, provavelmente porque a desagregação química devida à acidez dos solos não é favorável à preservação dos fósseis. Apesar disso, depois das descobertas feitas em Asselar, esqueletos do tipo negroide de várias épocas (às vezes extremamente antigos) foram encontrados no Saara e na Nigéria meridional, fato que sugere ter sido a região foco original desse tipo humano. O problema do povoamento inicial do Saara foi objeto de muitas discussões. Mas fica claro, a partir do estudo das pinturas rupestres, que a população negra predominou nessa área, embora outros tipos possam ser detectados, tais como os grupos com características afro-mediterrânicas, também habitantes antigos da região. No Egito, documentos e inscrições em monumentos que remontam ao Antigo Império fazem alusão a povos *líbios* Tamehu, com pele clara e olhos

FIGURA 11.1 Mulher haratina de Idélès, Argélia (Foto A.A.A., Naud).

FIGURA 11.2 Marroquino (Foto Hoa-Qui, Richer).

FIGURA 11.3 Mulher e criança argelinas (Foto A.A.A., Géhant).

azuis, assim como a povos Tehenu, de pele mais escura. Também nas fontes históricas gregas encontram-se referências a etíopes de pele clara e a etíopes de pele mais escura, no sul. Portanto, a antiga população da Líbia, ao que parece, era bastante heterogênea. A esse respeito, diz um autor latino que "alguns dos líbios parecem etíopes, outros são originários da ilha de Creta"[1]. A composição étnica da população do vale do Nilo parece ter sido complexa. O dessecamento do Saara fez com que os povos da região procurassem a umidade do vale. Grupos etiopoides e afro-mediterrânicos misturaram-se a negros do tipo sudanês. O mesmo tipo de miscigenação provavelmente ocorreu, pelas mesmas razões, em todas as bacias *fluviolacustres* vizinhas ao deserto: Baixo Senegal, Médio Níger, Chade.

Na medida em que, como já foi mencionado, os perfis antropológicos apresentam uma constância notável, frequentemente multimilenária, não é errôneo extrapolar para a pré-história algumas das principais características do quadro étnico atual. De qualquer modo, o processo de formação das "raças" é a resultante de uma interação de múltiplos fatores, que produzem, de maneira gradual, a diferenciação dos traços herdados, mas também transmitem hereditariamente os traços diferenciados. Estes se individualizaram essencialmente em função da adaptação ao meio ambiente: insolação, temperatura, cobertura vegetal, umidade, etc. Como regra geral, sem dúvida enfraquecida por numerosas exceções, os antropólogos supõem que o africano da floresta tinha estatura baixa e pele clara, enquanto o africano da savana e do Sahel seria esguio e de pele escura. Entretanto, cabe evitar uma visão parcial, já que muitos fatores operam simultaneamente. Por exemplo, a migração de grupos com heranças genéticas diferentes mobilizava, imediatamente, duas fontes possíveis de mutação: primeiro, a mudança de *biótipo,* em seguida, o encontro de grupos diferentes, com a possibilidade de cruzamento. Quando se observa uma semelhança somática notável entre dois grupos étnicos muito distantes no espaço, como entre os Dinka do Alto Nilo e os Wolof do Senegal, ambos de pele escura e estatura alta, a situação em uma mesma latitude parece constituir uma explicação suficiente. No entanto, deve-se ter sempre em mente a combinação dos fatores postos em jogo pelo próprio movimento da história[2]. A esse respeito o caso altamente controverso dos Pigmeus e dos San merece ser estudado com maiores detalhes.

No passado, presumia-se existir uma identidade racial entre os Pigmeus da África e os da Ásia meridional. Atualmente essa teoria parece ter sido rejeitada.

1 FOERSTER, R. I. Bd. 1893. v. I, p. 389.

2 Cf. J. HIERNAUX. 1970, vol. I, p. 53 e 55.

FIGURA 11.4 Voltense (Foto A. A. A. Naud).

FIGURA 11.5 Mulher sarakole, Mauritânia, grupo Soninke, da região do rio (Foto B. Nantet).

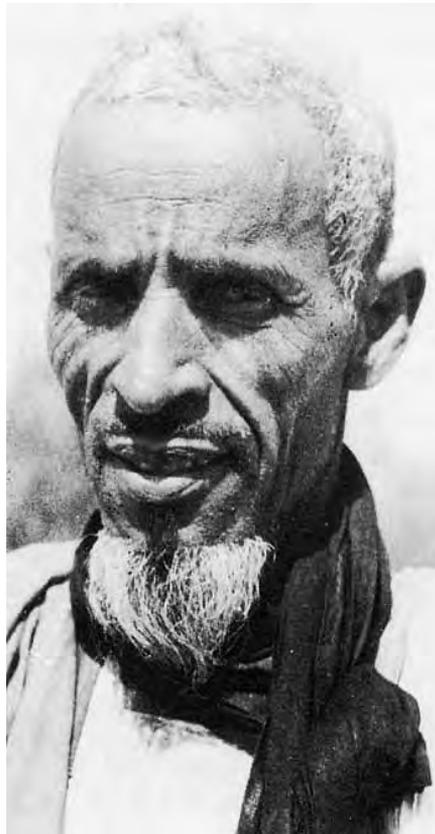



FIGURA 11.6 Chefe nômade de Rkiz, Mauritânia (Foto B. Nantet).

Tudo leva a crer que se trata do resultado de uma adaptação muito antiga de um certo tipo físico ao meio ambiente e que esse processo ocorreu durante um longo período de isolamento. Atualmente os Pigmeus podem ser encontrados nas florestas dos Camarões, no Gabão e em algumas regiões da República Centro-Africana, no Zaire e em Ruanda. Parece certo, porém que no passado ocuparam uma área muito maior. Nas tradições orais de certos povos da África ocidental faz-se referência a grupos de anões que viviam na floresta antes da chegada dos povos de maior estatura. É certo que também na Europa ocidental algumas lendas falam de gnomos ferreiros que habitavam as montanhas. As tradições africanas, porém, não parecem provir unicamente da imaginação popular, na medida em que coincidem com certas fontes históricas que indicam a existência de Pigmeus em regiões onde atualmente eles são encontrados.

A mais antiga menção aos Pigmeus é encontrada no Egito, em inscrições que datam da sexta dinastia do Antigo Império. Nas paredes do túmulo de Herkhuf[3], em Assuã, está inscrito o texto de uma carta do faraó Pépi II, em que o jovem rei agradece o monarca por ter-lhe presenteado com um anão chamado Deng, palavra que é encontrada nas línguas modernas da Etiópia: em amárico e seus diversos dialetos, e também nas línguas tigrina, galla, kambatta e outras, nas formas *denk, dank, dinki, donku, dinka*[4]. A carta refere que, um século antes, sob a V dinastia, um anão semelhante tinha sido levado ao faraó Isesi. Cabe lembrar, em relação a esses fatos, o relato de um viajante inglês mencionando a presença de anões *doko* na Etiópia meridional. Pode-se assim deduzir que no passado existiram anões nas regiões atualmente ocupadas pela República do Sudão e pela Etiópia.

Os pigmeus da floresta equatorial e tropical foram aos poucos cedendo lugar a novas populações, constituídas de indivíduos de alta estatura que falavam línguas bantu. Os pigmeus autóctones recuaram progressivamente para as regiões mais remotas das florestas de Ituri e Uele, como testemunha o Nsong-a-Lianja, ciclo épico dos Mongo sobre o povoamento do vale do Zaire. Outros povos bantu possuem relatos semelhantes. Assim, pode-se concluir que os grupos isolados de Pigmeus que subsistem atualmente são os testemunhos de uma população mais extensa, que ocupava as florestas tropicais e equatoriais da África.

Os San constituem outro grupo muito original do continente africano. São de pequena estatura, têm a pele amarelada ou acobreada e cabelo em pequenos tufos. Nos estudos antropológicos, eles ainda são colocados junto aos Khoi-Khoi,

3 A transliteração correta desse nome é Hrw-hwif- hwif (Herzog, R. 1938, p. 95).

4 LESLAU, W. 1963, p. 57.

FIGURA 11.7 Mulher peul bororo, Tahoura, Níger (Foto B. Nantet).

FIGURA 11.8 Criança tuaregue de Agadès, Níger (Foto B. Nantet).

FIGURA 11.9 Mulher djerma songhay de Balayera, Níger (Foto B. Nantet).

na "raça *Khoisan*". Trata-se, sem dúvida, de uma extrapolação da classificação linguística, que reúne as línguas dos San e dos Khoi-Khoi num mesmo grupo, caracterizado pela presença de consoantes cliques com valor fonêmico. O termo *Khoisan,* proposto por J. Shapera e adotado em inúmeros trabalhos, é uma combinação de duas palavras khoi-khoi: *khoi,* que significa "homem", e *san,* cuja raiz *sa* significa "acumular, colher frutos, arrancar raízes da terra, capturar pequenos animais". Trata-se, portanto, da qualificação de um grupo humano em função de seu gênero de vida e modo de produção. Mas, de fato, os San e os Khoi-Khoi têm muito poucas características em comum; podem-se destacar a cor clara da pele e a presença de consoantes clique em ambas as línguas. Deve-se lembrar, entretanto, que esta última característica não é específica, sendo também encontrada nas línguas bantu do sudeste, como o zulu, xhosa, sotho, swazi, etc.

O exame das características antropológicas desses dois grupos mostra que os Khoi-Khoi e os San diferem em muitos aspectos: os Khoi-Khoi são nitidamente mais altos que os San, distinguindo-se também pelas características cranianas[5], disposição dos cabelos e esteatopigia, frequente entre as mulheres, enquanto a presença do epicanto é específica dos San. Além disso, as línguas khoi-khoi e san diferem tanto pela estrutura gramatical como pelo vocabulário. E. O. J. Westphal, grande especialista no assunto, mostrou que, entre os Khoi-Khoi, os pronomes, que constituem a parte mais antiga e estável do discurso, têm formas particularmente desenvolvidas: distinguem-se dois gêneros, três números (singular, dual e plural) assim como formas inclusivas e exclusivas, enquanto não há nada parecido nas línguas san[6]. Portanto, não há elementos suficientes para se classificarem as línguas san e khoi-khoi em um só grupo. Quanto às culturas desses povos, diferem em todos os aspectos, como já fora observado pelos primeiros viajantes que visitaram a África meridional no século XVII, como Peter Kolb. Os Khoi-Khoi viviam em Kraals, trabalhavam o metal e criavam gado, enquanto os San eram nômades, vivendo da caça e da coleta. Assim, a antropologia e a linguística opõem-se à reunião desses dois povos num único grupo. Cada um deles teve um desenvolvimento histórico específico. Os San constituem, com certeza, os remanescentes do povoamento original do extremo sul do continente africano. Atualmente, estão confinados às regiões inóspitas e áridas da Namíbia e do Calaari. Grupos isolados também podem ser encontrados em Angola. No passado, eles habitavam as savanas da África meridional e oriental até os limites

5 Cf. ALEKSEIEV, K.

6 Cf. WESTPHAL, E. O. J. 1962, p. 30-48.

FIGURA 11.10 Pigmeu twa, Ruanda (Foto B. Nantet).

FIGURA 11.11 Grupo San (Foto F. Balsan, Col. Museu do Homem).

FIGURA 11.12 Pigmeu do Congo (Foto Congo Press, Danday, Col. Museu do Homem).

do Quênia, como testemunham a toponímia e a hidronímia dessas regiões, sendo os nomes locais de rios e montanhas emprestados das línguas san. As consoantes cliques, características das línguas san, foram emprestadas por várias línguas bantu. Finalmente, as pinturas rupestres dos planaltos da África do Sul mostram cenas de combate entre os San, de pequena estatura e pele clara, e guerreiros negros de alta estatura, cuja origem étnica pode ser facilmente identificada pela forma dos escudos que carregam.

Os Hadzapi, pequeno grupo étnico que vive nas proximidades do lago Eyasi, na Tanzânia, podem ser considerados testemunhos da extensão dos antigos povoados San por toda a África. Embora a língua dos Hadzapi ainda não tenha sido estudada em profundidade, há razões para se pensar que esteja próxima das línguas san. Por vezes, no intuito de apoiar a tese de que os San já ocuparam área muito maior, aponta-se a presença de pedras redondas, furadas no centro, encontradas na África oriental. Essas pedras, chamadas *kwe* pelos San, serviam para lastrear estacas, com as quais desenterravam raízes comestíveis. Entretanto, não se provou que essa técnica tenha sido difundida pelo grupo San. Assim, por exemplo, entre os Galla da Etiópia meridional e da região do Harar, utiliza-se o *dongora,* longa estaca lastreada com uma pedra em forma de anel, para cavar a terra. O mesmo dispositivo é usado para tornar mais pesado o pilão com que se amassa o tabaco.

De qualquer modo, a mais antiga população da África meridional não deve ser restringida aos Pigmeus nas florestas e aos San nas savanas. Ao lado destes, outros povos devem ter existido. Descobriu-se em Angola o grupo dos Kwadi, que, pela língua e pelo gênero de vida, aproxima-se muito dos San. No início do século XX, Vedder estudou os Otavi, remanescentes de grupos antigos. Esses povos têm estatura pequena e vivem da caça e da coleta, distinguindo-se dos San pela tez muito escura e lábios grossos. Autodenominam-se Nu-khoin, isto é, "homens negros", em oposição aos Khoi-Khoi, a quem chamavam "homens vermelhos". Seu sistema de numeração, muito original, difere nitidamente do sistema decimal usado pelos Khoi-Khoi. Grupos como esses, que subsistem provavelmente em outras regiões, ajudam a esclarecer a história tão complexa do povoamento original das florestas e savanas da África central e meridional. Tal complexidade transparece nos planos lexical e fonético das línguas bantu; a presença de cliques, por exemplo, sugere contatos interétnicos muito antigos. Assim, existem discrepâncias entre as línguas bantu, às vezes mesmo no nível da estrutura dos radicais, como no caso do grupo Dzing, no noroeste da área bantu. Essa anomalia é, sem dúvida, resultado da influência de um substrato linguístico preexistente. Os Pigmeus e os San constituem hoje grupos numericamente

muito pequenos, em relação ao grupo "negro" predominante e mesmo à raça afro-mediterrânica da África do Norte.

Atualmente, o mapa linguístico da África não coincide com a distribuição dos tipos "raciais", embora tal concordância possa ter ocorrido num passado remoto. Mas durante um longo período os antigos grupos étnicos se multiplicaram, migraram e se cruzaram, não mais havendo coincidência entre a evolução linguística e o processo de formação dos tipos "raciais". Por processo de formação de tipos "raciais" entende-se a herança genética e a gradual adaptação ao meio ambiente. A não-concordância entre as distribuições "racial" e linguística é patente no caso dos povos do Sudão, zona de confluência de dois tipos diferentes de famílias linguísticas.

A África do Norte, incluindo a Mauritânia e a Etiópia, pertence à vasta área das línguas camito-semíticas. Essa denominação não parece pertinente, pois sugere que as línguas dessa família se dividem em dois grupos, um semítico e outro camítico. De fato, no século XIX, denominavam-se semíticas as línguas desse grupo faladas no Oriente Próximo, e camíticas as línguas faladas na África. Mas o semitólogo francês M. Cohen observou não haver argumentos que justificassem essa divisão em dois grupos. Atualmente, costuma-se classificar as línguas dessa família em cinco grupos: semítico, cuchítico, berbere[7], egípcio antigo[8] e o grupo linguístico do Chade. Assim, as línguas dessa grande família linguística são faladas por diversas "raças" semíticas e negras.

No extremo sul do continente africano, as línguas san, às quais devem ser acrescentadas as línguas kwadi, em Angola, e hadzapi, na Tanzânia, parecem pertencer a um grupo específico, tendo como característica comum a presença de c1iques e a estrutura isolante. Talvez fosse mais prudente chamá-las línguas paleoafricanas, assim como se usa o termo paleoasiático para as línguas das regiões do extremo nordeste da Ásia. As línguas khoi-khoi, cujo sistema gramatical é diferente, não deveriam ser incluídas neste grupo. Os Khoi-Khoi são criadores de gado que sem dúvida emigraram do nordeste para o sul da África, estabelecendo-se em meio a grupos autóctones San. Alguns destes adotaram a língua dos Khoi-Khoi, como é o caso dos povos encontrados nos montes Otavi, e talvez mesmo dos Naron do núcleo central. A hipótese de que o itinerário acima indicado corresponda realmente ao da expansão dos Khoi-Khoi através das savanas da África oriental a partir do Alto Nilo parece confirmada pelo fato

7 De acordo com alguns autores, o berbere faz parte do grupo semítico.

8 De acordo com alguns egiptólogos africanos. o egípcio antigo é uma das línguas "negro-africanas" (ver cap. 1, v. II).

FIGURA 11.13 Mulheres zulu (Foto A.Robillard, Col. Museu do Homem).

de existir na Tanzânia, perto do lago Eyasi, o grupo Sandawe, cuja língua parece relacionada à dos Khoi-Khoi. A história dos Khoi-Khoi permanece, contudo, um dos pontos mais obscuros da evolução étnica da África. Segundo Westphal, os diques das línguas khoi-khoi teriam sido emprestados às línguas dos San. Teoria interessante, mas até agora não provada.

As savanas da África oriental foram, sem dúvida, a primeira região do continente a ser povoada. Hoje são habitadas por negros de língua bantu, que foram precedidos pelos grupos San e Khoi-Khoi, cujos remanescentes são os Sandawe e os Hadzapi. Outros povos da mesma região falam línguas cuchíticas ou pertencentes a outros grupos, como, por exemplo, o Iraqw. Todas essas línguas são anteriores à expansão das línguas bantu, algumas das quais apareceram em épocas relativamente recentes.

Entre a área das línguas camito-semíticas do norte e a das línguas paleoafricanas do sul, intercala-se o vasto domínio das línguas chamadas por M. Delafosse de "negro-africanas", por Meinhof e Westermann de sudanesas e bantu, enquanto J. Greenberg as coloca nas famílias Congo-Kordofaniana e nilo-saariana. Em 1963, reconhecendo a unidade dessas línguas, propus chamá--las línguas zindj. Dentro dessa categoria geral, famílias ou grupos linguísticos poderiam eventualmente ser distinguidos, segundo o resultado das pesquisas.

A "expressão "línguas negro-africanas" é insatisfatória. O primeiro termo parece confundir as noções de raça e língua. Ora, os habitantes negros das Américas e da própria África falam línguas totalmente diferentes. O segundo termo da expressão – africanas – também é inadequado, posto que todas as línguas faladas pelos habitantes da África, inclusive o africâner, são línguas africanas.

Além disso, a divisão das línguas "negro-africanas" em dois grupos – sudanesas e bantu – também parece errônea, uma vez que os estudos de D. Westermann demonstraram que as línguas da África ocidental têm muitas características em, comum com as línguas bantu do ponto de vista lexical e estrutural. Esse trabalho preparou o caminho para uma revisão geral da classificação das línguas africanas, que a escola linguística alemã lançou de maneira tão desastrosa. A classificação proposta por Greenberg é baseada no método denominado *"mass comparison"*. Tendo em conta os traços fundamentais do sistema gramatical, baseia-se principalmente no léxico. Aplicando esse método, Greenberg distinguiu, em 1954, 16 famílias linguísticas na África, e mais tarde apenas 12. Em 1963, esse número foi reduzido a quatro. Uma queda tão rápida no número de famílias linguísticas indica claramente que o método não foi suficientemente elaborado e que houve pressa excessiva em produzir, a todo custo, uma classificação.

FIGURA 11.14 Mulher peul (Foto Archives outre-mer).

FIGURA 11.15 Mulher peul das proximidades de Garoua--Boulay, Camarões (Foto Hoa-Qui).

FIGURA 11.16 Jovem peul do Mali (Foto A. A. A. Naud).

Das quatro famílias mantidas por Greenberg, o grupo afro-asiático corresponde, na verdade, à própria família camito-semitica. Quanto à família dita de línguas com cliques, mais tarde chamada khoisan, compreende as línguas dos povos San e Khoi-Khoi. Como já foi afirmado, essa combinação é errônea. Além da família níger-congo, à qual Greenberg juntou mais tarde as línguas do Kordofan, ele distingue um quarto grupo, formado pelas línguas nilo-saarianas, cuja estrutura, porém, até agora foi muito pouco estudada. Em 1972, Edgar Gregersen, usando o método de Greenberg, chegou à conclusão de que todas as línguas dessas duas últimas famílias podiam ser reunidas em uma só família linguística, para a qual propôs o nome de congo-saariana. Essa opinião vem de encontro à minha proposta de reunir todas essas línguas sob a denominação de grupo zindj. O grupo é caracterizado pelo uso de tons variantes e classes nominais, ao contrário das línguas camito-semíticas ou eritreias, cujos traços específicos são o acento e o gênero gramatical. É possível que estudos posteriores revelem o caráter específico de uma língua em particular ou grupos de línguas dentro da família zindj ou congo-saariana, mas esta, por ora, apresenta o mesmo tipo de coerência que a família indo-europeia, por exemplo.

Dentro da grande família zindj, as línguas bantu apresentam, sem dúvida, um aspecto de grande homogeneidade, como demonstram os trabalhos de W. H. I. Bleek, C. Meinhof e M. Guthrie. Dentre os subgrupos identificados por D. Westermann nos grupos linguísticos sudaneses, o mande é, com certeza, o de identidade mais definida.

A leste e oeste do grupo mande estão as línguas que Westermann denominou oeste-atlânticas ou gur. Contudo, essas línguas estão longe de apresentar a mesma homogeneidade que as línguas mande, de tal forma que os linguistas britânicos identificaram entre elas um grupo distinto, que denominaram línguas mel. De fato, essa região do extremo oeste africano foi um refúgio, onde vagas sucessivas de pequenos povos se comprimiram, pressionadas pela chegada de novas populações. Algumas dessas línguas ainda conservam traços característicos das línguas bantu, sendo o caso mais notável o da língua bullom. A hipótese anterior da unidade das línguas gur foi derrubada pelos trabalhos de Manessy, autoridade eminente na área. A presença, nessas línguas, de classes nominais formadas de maneiras variadas pelo uso de prefixos, sufixos e mesmo infixos, reflete a complexidade étnica dessa área, que serviu de refúgio a muitos dos assim chamados grupos paleonegríticos, que se distribuem pelas áreas montanhosas em todo o Sudão, do Senegal ao Kordofan. São considerados remanescentes dos mais antigos habitantes autóctones do Sudão, o que, todavia, parece pouco provável, dada a diversidade linguística e a variedade de tipos físicos do mosaico

de grupos que se acumularam nessas áreas inóspitas. As crônicas sudanesas referem-se a alguns desses eventos, demonstrando, assim, que não se trata de um processo muito antigo. Por isso, a fragmentação dialetal na África deve ser ligada, antes de tudo, a causas históricas que impulsionaram vagas ou infiltrações migratórias.

Dentre as línguas do Sudão oriental, que são as menos estudadas, as nilóticas constituem, talvez, um grupo à parte, uma espécie de família geneticamente integrada, que deve ter se desenvolvido durante um longo período de isolamento.

A extrema complexidade da composição étnica e linguística dos povos do Sudão oriental é mostrada no notável trabalho dos linguistas ingleses M. A. Bryan e A. N. Tucker. Seguindo um método, ao que parece, bastante racional, utilizaram como critérios certos traços linguísticos característicos, opondo as línguas T/K e N/K. Dentre os grupos linguísticos dessa grande família congo-saariana, as línguas bantu apresentam um parentesco genético tão notável que pode ser encarado como um fenômeno relativamente recente. Não só linguistas como também historiadores e arqueólogos empenharam-se em elucidar a "gênese dos Bantu". Mas as hipóteses diferem. Alguns presumem que a migração bantu, partindo do norte, mais precisamente da região do Camarões ou da bacia do Chade, teria margeado a floresta de modo a contorná-la a leste e, passando pela África oriental, ter-se-ia difundido na África meridional. Outros, como Sir H. Johnston, acreditam que os Bantu vieram diretamente da região centro-africana, através da floresta do Zaire. Por fim, alguns estudiosos, de acordo com a teoria do linguista M. Guthrie, que situa o núcleo linguístico protótipo dos Bantu entre os Luba e Bemba no Alto Zaire, apontam essa região como seu lugar de origem. Avançando ainda mais, chega-se a apresentar os povos de língua bantu como uma unidade cultural e biológica, esquecendo-se que o termo bantu é apenas uma referência linguística. Todavia, alguns arqueólogos associam a difusão do ferro na parte meridional do continente à migração dos Bantu, que teriam introduzido uma tecnologia superior. Ora, ao desembarcar na ilha de Fernando Pó, no fim do século XV, os portugueses encontraram uma população que falava bubi, língua bantu, mas que desconhecia o uso do ferro. Esse erro, que consiste em confundir língua e modo de vida ou de produção, já tinha sido cometido pelos etnógrafos, que acumularam no conceito de *camita* uma unidade de raça, língua e civilização; ora, importa não insistir em se procurar tipos puros na evolução histórica. De fato, os povos Bantu diferem grandemente do ponto de vista antropológico: cor da pele, altura, dimensões corporais, etc. Assim, os Bantu das florestas têm características somáticas diferentes dos Bantu que vivem na savana. Também há grandes variações no tipo de atividade econômica e na organização

social. Alguns grupos Bantu são matrilineares, outros, patrilineares; uns usam máscaras e mantêm sociedades secretas, outros não têm nada semelhante. O denominador comum é a estrutura linguística baseada em classes nominais, tendo sempre os índices dessas classes uma expressão fonética similar fundada num sistema verbal único.

Nas savanas do Sudão, povos que falavam línguas com classes nominais em que as diferenças de tonalidade tinham um papel importante, aparentemente coexistiram durante longo tempo. À medida que o Saara se dessecava, esses povos se retiravam para áreas mais úmidas: as montanhas do norte, o vale do Nilo a leste, e o grande lago paleochadiano ao sul. Esses grupos de caçadores e criadores de gado suplantaram os povos autóctones, que foram forçados a se retirar para o sul, penetrando a floresta ou contornando-a pelo leste. Essas migrações não estão necessariamente relacionadas com o início da difusão do ferro, mas é certo que o conhecimento de metalurgia que possuíam os povos recém-chegados conferia-lhes vantagem sobre os autóctones. As jazidas de cobre assim como o trabalho antigo deste metal situam-se na mesma região que foi identificada por Guthrie como o ponto focal do domínio bantu, onde as línguas luba e bemba apresentam a maior porcentagem de palavras pertencentes ao vocabulário "comum a todas as línguas bantu". O desenvolvimento da manufatura do cobre impulsionou a posterior expansão da civilização. Quanto maior a distância do ponto focal, menor a pureza do tipo linguístico bantu, pois, na medida dessa distância, aumenta a miscigenação dos povos de língua bantu com povos de outras línguas.

Esse caso específico nos mostra que os conceitos de língua, tipo antropológico e civilização nunca devem ser confundidos, mas que, no povoamento gradual do continente por diferentes grupos humanos, o modo de produção deve ter frequentemente atuado como vetor principal da expansão linguística e mesmo da predominância de determinadas características biológicas.

CAPÍTULO 12

PARTE I
Classificação das línguas da África

J. H. Greenberg

Como qualquer outro conjunto de entidades, as línguas podem ser classificadas de infinitas maneiras. Um método particular, porém, comumente chamado de método de classificação genética, possui características singulares e importantes, de modo que ao empregarmos o termo "classificação" sem outras especificações em relação à língua, estaremos referindo-nos a este tipo de classificação. É o método em que se baseará a minuciosa classificação apresentada nas últimas seções deste capítulo.

Natureza e objetivos da classificação das línguas

Uma classificação genética apresenta-se sob a forma de conjuntos de unidades hierárquicas que possuem a mesma organização lógica de uma classificação biológica em espécies, gêneros, famílias, etc., em que os membros do conjunto situado em um determinado nível se incluem em conjuntos de um nível superior. Poder-se-ia apresentá-la também sob a forma de uma árvore genealógica. O fato de duas ou mais línguas compartilharem de um ancestral imediato numa arvore genealógica significa serem elas provenientes de dialetos de uma mesma língua que se diferenciaram pela evolução. Tal classificação pode ser ilustrada com o exemplo bastante conhecido do indo-europeu. Uma vez que ainda não se conseguiu estabelecer que o indo-europeu tenha pertencido a um grupo mais abrangente, considerá-lo-emos o nível mais alto.

A família indo-europeia divide-se em um certo número de ramificações, em que figuram, entre outros, o germânico, o celta, o eslavo e o indo-iraniano.

Equivale a dizer que a primeira comunidade linguística indo-europeia dividiu-se em um certo número de dialetos: o germânico, o celta, etc. O germânico, por sua vez, dividiu-se em três dialetos: o gótico, o germânico ocidental e o escandinavo. O gótico extinguiu-se, tendo chegado ao nosso conhecimento através de antigos registros, ao passo que o germânico ocidental se diferenciou em anglo-frisão, baixo-alemão e alto-alemão. Atualmente, cada um deles constitui um grupo de dialetos locais, sendo que alguns servem de base a línguas padronizadas, como, por exemplo, o alemão (dialeto alto-alemão), o neerlandês (dialeto baixo-alemão) e o inglês (dialeto anglo-frisão).

A importância das classificações realizadas segundo tais princípios reside principalmente no fato de refletirem a história real da diferenciação étnica dentro do domínio da língua. Além disso, formam a base necessária à aplicação dos métodos da linguística comparativa, que permite reconstruir grande parte da história linguística de vários grupos. Por fim, esse conhecimento da história linguística fornece a base necessária para inferências acerca da história cultural não-linguística dos grupos em questão.

História da classificação das línguas da África

Evidentemente, não seria possível empreender uma classificação completa das línguas da África sem uma compilação exaustiva de dados empíricos relativos a essas línguas. Somente no início do século XIX é que se puderam reunir elementos suficientes para uma primeira tentativa de classificação. Antes disso, porém, já se tinham feito algumas observações relevantes para a classificação, com base em uma compilação de dados cujo início pode ser fixado no século XVII, época em que surgem as primeiras gramáticas e dicionários de línguas africanas[1]. Para exemplificar, no início do século XVII Luis Moriano observou que a língua malgaxe "assemelhava-se muito ao malaio, o que prova de maneira quase cabal que os primeiros habitantes vieram dos portos de Malaca"[2]. Pela mesma época,

1 Para maiores informações sobre a história da linguística africana, ver C. M. DOKE e D. T. COLE, 1961; D. T. COLE. In: T. A. SEBEOK (dir.), 1971, p. 1-29. Encontram-se, por vezes, palavras provenientes de línguas africanas nas obras de autores medievais. Ver, a esse respeito, M. DELAFOSSE, 1912-1914, p. 281-88 e C. MEINHOF, 1919-1920, p. 147-52.

2 "Relation du voyage de découverte fait à l'île Saint-Laurent dans les années 1613- 1614…", manuscrito português publicado em tradução francesa. In: A. e G. GRANDIDIER, 1903-1920, p. 22.

vários pesquisadores portugueses observaram a semelhança entre as línguas de Moçambique, na costa oriental da África, e as de Angola e do Congo, a oeste, prenunciando assim o conceito de uma família de línguas bantu a abranger a maior parte do terço meridional do continente. O outro exemplo são as descrições do gueze e do amárico feitas por Hiob Ludolf no século XVII, que mostram terem essas línguas etíopes algum parentesco com o hebraico, o aramaico e o árabe.

O século XVIII pouco contribuiu para o conhecimento das línguas africanas. Perto do fim desse período, contudo, constatamos que o conceito básico de classificação genética começa a tornar-se mais claro sob a forma de hipóteses específicas a respeito da existência de certas famílias de línguas, hipóteses estas que constituíram, no século XIX, a base do desenvolvimento da linguística enquanto ciência histórico-comparativa.

As obras sobre história da linguística comumente citam a afirmação de William Jones (1786) acerca do parentesco das línguas indo-europeias como o fator decisivo para esse desenvolvimento. Tais ideias já pairavam no ar: cinco anos antes, Marsden enunciara, pelo menos com igual clareza, hipótese semelhante a propósito das línguas malaio-polinésias, assim como fizera Gyarmathy em relação às línguas fino-úgricas.

Tal evolução se fez acompanhar de uma verdadeira mania de coletar materiais comparativos sobre um grande número de línguas. A primeira obra dessa natureza foi o *Glossarium Comparativum Linguarum Totius Orbis,* de 1787, patrocinado por Catarina, a Grande, imperatriz da Rússia; a edição revisada de 1790-1791 incluía dados de trinta línguas africanas.

No início do século XIX, assistimos a uma acentuada aceleração na produção de gramáticas e dicionários de línguas africanas, assim como na publicação de listas comparativas de palavras de um considerável número dessas línguas, como as de Kilham (1828), Norris (1841) e Clarke (1848)[3].

A mais importante dessas listas, tanto pela extensão quanto pelo caráter sistemático de sua organização e de sua simbolização fonética, é sem dúvida a clássica *Polyglotta Africana,* compilada em Freetown (Serra Leoa) por S. W. Koelle[4].

O acúmulo de dados no início do século XIX foi concomitante às primeiras tentativas de classificação de conjunto, como, por exemplo, as realizações de Balbi e, nas sucessivas edições de *Inquiry into the Physical History of Mankind,* as de Prichard[5].

3 KILHAM, H. 1828; NORRIS, E. 1841; CLARKE, I. 1848.

4 KOELLE, S. W. 1963.

5 BALBI, A. 1826. A última edição de J. C. PRICHARD foi revista e aumentada por E. NORRIS; PRICHARD, J. C. 1855.

Embora diferindo em detalhes, certas conclusões geralmente aceitas emergiram no decorrer da primeira metade do século XIX. Algumas foram comprovadas por pesquisas posteriores, enquanto outras tiveram pelo menos o mérito de levantar questões que os classificadores vieram a resolver posteriormente. Os resultados a que se chegou em 1860 podem ser resumidos da seguinte forma:

- O termo "semítico", introduzido por Schlözer em 1781, já possuía praticamente a acepção atual[6]. A existência de um ramo etíope desta família, incluindo o gueze (etíope clássico) e as línguas modernas, como o amárico e o tigrina, estava bem estabelecida.
- Já havia sido observada a semelhança e provável parentesco de algumas outras línguas com o semítico; entre elas se incluíam o antigo egípcio, o berbere e o cuxita. Estas últimas são faladas principalmente na Etiópia e na Somália. Alguns autores incluíram na mesma categoria o haussa da África ocidental. Essas línguas foram por vezes chamadas de subsemíticas. O termo "camítico" foi proposto por Renan em 1855[7].
- Atribui-se a Lichtenstein o mérito de ter sido o primeiro a distinguir claramente, entre as línguas da África do Sul, as línguas khoi e san, de um lado, e as línguas bantu de outro[8]. Já se reconhecia claramente na época a existência deste último grupo de línguas estreitamente aparentadas, também chamado família cafre ou família de línguas sul-africanas. O termo bantu, extraído da palavra que significa "homens" em um grande número dessas línguas, foi proposto pela primeira vez por W. H. I. Bleek, que, em 1851, estabeleceu as bases do estudo comparativo das línguas bantu. Trata-se de um termo universalmente empregado até hoje.
- Restava ainda um grupo muito extenso, que compreendia a maior parte das línguas faladas no Sudão ocidental e oriental e que não podiam ser classificadas dentro dos grupos acima mencionados: as línguas que não eram nem semíticas, nem camíticas, nem san, nem bantu. Eram chamadas, de modo geral, línguas "negras" e constituíam o maior problema dos classificadores. Norris, em sua revisão da obra de Prichard em 1855, admitiu que elas "escapavam à classificação" e que "os Negros até então haviam sido

6 SCHLOZER, A. L. Von, parte 8, 1781, p. 161.

7 RENAN, E. 1855, p. 189.

8 LICHTENSTEIN, H. 1811-1812.

considerados como constituintes de uma raça mais por razões fisiológicas do que filológicas"[9].

- Embora até recentemente todas as classificações de conjunto das línguas africanas separassem completamente as línguas bantu das línguas ditas "negras", alguns observadores notaram que muitas das línguas consideradas "negras", principalmente as da África ocidental, mostravam parentesco com o grupo bantu. Ao que parece, o primeiro a atentar para esse fato foi o bispo O. E. Vidal em sua introdução à gramática do ioruba, de Samuel Crowther[10]. Bleek deu uma definição geral ao termo "bantu" estendendo sua aplicação à maior parte da África ocidental até o 13º grau de latitude norte, do Senegal ao Nilo superior[11]. Essa ideia fundamental foi retomada por Westermann muito tempo depois sob forma modificada, e, de modo mais explícito, por Greenberg, na classificação corrente nos dias de hoje.
- A filiação do malgaxe ao malaio-polinésio e, consequentemente, o seu não--parentesco com as línguas da África já haviam sido observados, como vimos, no século XVII, e eram geralmente aceitos.

A década de 1860 destacou-se pela publicação de duas classificações completas que deveriam dominar o campo até quase 1910. A primeira foi a de Lepsius, que apareceu em duas versões, em 1863 e 1880[12]. A outra foi a de Friedrich Müller, que também teve duas versões, a de 1867 e a de 1884[13]. A obra de Müller forneceu a base para o importante estudo de R. N. Cust, que contribuiu para difundir sua obra nos países de língua inglesa. O estudo de Cust é uma fonte extremamente preciosa para a bibliografia da linguística africana até aquela época.

Tanto Lepsius como Müller excluíram de suas classificações o malgaxe, considerando-o uma língua não-africana. Para os demais linguistas, o principal problema era o das línguas "negras" e sua posição em relação ao bantu, por ser este, dentre todos os grupos de línguas faladas pelos povos negros, o único extenso e bem determinado. Tanto na classificação de Müller como na de Lepsius, as considerações raciais representaram um papel muito importante, embora de modo diferente.

9 PRICHARD. J. C. 1855, v. I, p. 427.

10 VIDAL, O. E. In: CROWTHER, S. 1852.

11 BLEEK. W. H. I. 1862-1869, v. I, p. 8.

12 LEPSIUS, C. R. duas edições, 1863 e 1880.

13 MÜLLER, F. 1867; 1876-1884. Para as línguas africanas. ver I, 2 (1877) e III, 1 (1884).

Lepsius adotou como base de sua classificação o critério dos tipos de classificação do substantivo. Tal enfoque provinha do trabalho anterior de Bleek (1851)[14]. Bleek ficara impressionado com o que considerava a diferença fundamental entre as línguas bantu, que possuíam sistemas complexos de classes nominais em que o gênero baseado em sexo não desempenhava nenhuma função, e as línguas semíticas e camíticas, que tinham a distinção de gênero baseada no sexo como princípio de classificação nominal. Aplicando tal critério, Bleek classificou o khoi-khoi entre as línguas camíticas por possuir este tipo de distinção de gênero, apesar de se assemelhar às línguas san em quase todos os outros aspectos.

Lepsius, tomando como ponto de partida a ideia geral de Bleek, considerou que, dentre as línguas faladas por populações negras, o bantu – em que a classificação nominal não se baseia no sexo – era a língua original, ao passo que as demais tornaram-se mistas pela influência das línguas camíticas. Classificou as línguas em quatro grupos: 1. bantu; 2. negro misto; 3. camítico; 4. semítico. No entanto, existem duas categorias fundamentais: a) línguas bantu e negras mistas (línguas com classes nominais); b) línguas semíticas e camíticas (línguas com distinção de gênero). Afinal, haveria a possibilidade de se demonstrar que estas últimas têm parentesco com o indo-europeu, que também possui distinção de gênero baseada no sexo. De fato, Lepsius agrupava o indo-europeu, o semítico e o camítico numa mesma família, que chamou de "noíta", com três ramos que representavam os três filhos de Noé: Sem, Cam e Jafet. Declara explicitamente a superioridade das línguas com distinção de gênero: "Parece indubitável, no entanto, que os três grandes ramos das línguas com distinção de gênero não só tenham sido no passado os depositários e os órgãos do processo histórico da civilização humana, mas também que neles, e particularmente no ramo mais jovem, o jafético, repousa a esperança futura do mundo"[15]. O parentesco intelectual das "teorias camíticas" é evidente, desde Bleek até as teorias posteriores de Meinhof, passando pelas de Lepsius.

Na obra exaustiva de Müller, publicada em 1884, todas as línguas conhecidas do mundo são classificadas segundo a hipótese de uma relação fundamental entre o tipo físico do falante e a língua. Suas principais divisões são "as línguas dos povos de cabelos lisos", "as línguas dos povos de cabelos crespos", etc. Essa hipótese o leva, por exemplo, a classificar o khoi-khoi não entre as línguas camíticas, como faz Lepsius, mas entre as línguas das raças de cabelos ondulados,

14 BLEEK. W. H. I. 1851.

15 LEPSIUS, C. R. 1880, p. 90.

juntamente com o papua. A maioria das línguas "negras" distribuem-se entre as línguas negro-africanas e bantu. Sua hipótese sobre essa questão é exatamente oposta à de Lepsius, uma vez que considera as primeiras como representantes do tipo original, e as segundas suas derivadas. Para ele, certo número de línguas faladas por populações negras pertence a um grupo culturalmente mais avançado chamado nuba-fula, cujos falantes são fisicamente semelhantes aos mediterrânicos e aos dravídicos, classificados como populações de cabelos encaracolados. Nos trabalhos de Cust, que divulgam as opiniões de Müller aos leitores de língua inglesa, as línguas da África aparecem divididas em seis grupos: 1. semítico; 2. camítico; 3. nuba-fula; 4. negro; 5. bantu; 6. khoisan.

As discussões em torno da classificação ficaram suspensas durante algum tempo, e o interesse dos linguistas concentrou-se na árdua tarefa científica de descrever as línguas africanas. A obra de Westermann sobre as línguas sudanesas (1911) e a de Meinhof sobre as camíticas (1912) inauguram o período moderno[16].

A primeira dessas obras, cuja tese fundamental foi, ao que parece, inspirada em Meinhof, introduziu o termo "sudanês", que abrangia quase todas as línguas da África não incluídas nos grupos semítico, camítico (em seu sentido mais amplo dado por Meinhof), bantu e san. Portanto, designava essencialmente todas as línguas antes chamadas "línguas negras". Dentro dessa vasta coleção, Westermann selecionou oito línguas (sem fornecer, entretanto, a lista completa), das quais cinco eram do Sudão ocidental e três do Sudão oriental, e procurou estabelecer parentesco entre elas através de uma série de etimologias e de formas ancestrais reconstituídas.

Meinhof, já célebre por sua obra fundamental sobre o estudo comparativo do bantu, procurou, em seu livro sobre as línguas camíticas, estender os limites da família camítica para além dos geralmente aceitos, incluindo línguas como o fulfulde, o massai e, seguindo Lepsius, o khoi-khoi, baseando-se essencialmente no critério do gênero. A obra deixava transparecer claramente sua convicção da superioridade racial camítica[17].

Do trabalho conjunto de Meinhof e Westermann surgiu uma divisão em cinco grupos (semítico, camítico, sudanês, bantu e san). Essas conclusões foram difundidas nos países de língua inglesa por Alice Werner e tornaram-se norma nos manuais de antropologia e de linguística[18].

---

16 WESTERMANN, D. 1911; MEINHOF, C. 1912.

17 A hipótese camítica tornou-se a base de uma interpretação cultural e histórica muito desenvolvida. Sobre essa questão, ver E. R. SANDER, 1969, p. 521-32.

18 WERNER, A. 1915 e 1930.

Tal classificação não permaneceu inconteste durante seu período de predominância (aproximadamente 1910-1950). Embora não figurasse nos manuais comuns, a crítica mais importante veio do próprio Westermann em seu relevante trabalho sobre as línguas sudanesas ocidentais (1927)[19]. Nesta obra, ele restringe sua concepção anterior das línguas sudanesas às línguas do oeste da África e identifica, através de minuciosa documentação léxica e gramatical, um certo número de subgrupos distintos no interior do sudanês ocidental (por exemplo, o atlântico ocidental, o kwa e o gur). Mais importante ainda é o fato de ter assinalado as semelhanças de detalhe entre o sudanês ocidental e o bantu quanto ao vocabulário e à estrutura gramatical, sem, entretanto, afirmar seu parentesco de modo explícito. De fato, Sir Henry Johnston, em sua extensa obra sobre o bantu e o semibantu, tinha considerado muitas línguas da África ocidental como sendo aparentadas ao bantu[20]. Tais línguas eram por ele denominadas "semibantu". Continuou, entretanto, a respeitar o critério tipológico, da classificação do nome, de modo que, se entre duas línguas estreitamente relacionadas, uma possuísse classes nominais, era considerada semibantu, enquanto a outra não.

É necessário ainda mencionar brevemente outras classificações do período entre 1910 e 1950, das quais apenas a de Delafosse alcançou alguma difusão. A classificação proposta por A. Drexel procurou demonstrar a relação entre as famílias de línguas africanas e as culturas, relação esta postulada pela *Kulturkreislehre.* O africanista francês M. Delafosse, contrariamente aos pesquisadores alemães da época, limitou o camítico ao berbere,[21] ao egípcio e ao cuxita e reuniu todas as outras línguas que não eram semíticas nem khoisan numa grande família negro-africana[22]. Além de identificar dezesseis ramíficações não-bantu, muitas das quais fundamentadas em critérios geográficos e não puramente linguísticos, Delafosse considerava, ao que parece, que o bantu deveria estar incluído entre as línguas negro-africanas. Parte da terminologia de Delafosse é ainda utilizada correntemente entre africanistas de expressão francesa. Deve-se também mencionar Mlle. Homburger que, partindo

19 WESTERMANN, D. 1927.

20 JOHNSTON, S. H. 1919-1922.

21 Nota acrescentada a pedido de um membro do Comitê: Esta classificação não é apenas contrária às opiniões de pesquisadores alemães, mas também à verdade científica pura. Os linguistas norte-africanos apontaram os motivos políticos que levaram a escola colonialista francesa a classificar a língua berbere entre as línguas camito-semíticas. A realidade é que o berbere é uma língua semítica, e mesmo uma das mais antigas línguas dessa família, juntamente com o acadiano e o hebraico. Assim, não é nem camito-semítico nem afro-asiático, como se diz em outras partes deste capítulo. Ver, particularmente, em árabe: M. El-Fasi: "O berbere, língua-irmã do árabe", *Atas da Academia do Cairo*, 1971.

22 DELAFOSSE, M. 1924, p. 46–560.

igualmente da noção de unidade linguística africana, concebida, entretanto, de modo ainda mais amplo, adotou a teoria de uma fonte egípcia como explicação dessa unidade e mesmo, sem atentar para a contradição, a de uma derivação longínqua a partir das línguas dravídicas da Índia[23].

Entre 1949 e 1950, o autor do presente capítulo definiu, em uma série de artigos publicados no *Southwestern Journal of Anthropology,* uma classificação nova em muitos aspectos, que acabou por obter aceitação geral[24]. Por seu método, diferia em vários pontos das classificações anteriores. Era estritamente genética, no sentido definido na introdução deste capítulo. Portanto, considerava probantes as grandes semelhanças entre grupos de línguas, que envolviam ao mesmo tempo som e significado, quer se tratasse de raízes (do vocabulário) quer de formantes gramaticais. As semelhanças relativas apenas ao som, por exemplo, a presença de tons, ou as que se referem apenas ao significado, como por exemplo, a existência do gênero gramatical sem concordância das formas fonéticas das desinências, eram consideradas irrelevantes. Tais características tipológicas, como vimos, desempenhavam um papel importante nas classificações precedentes. Assim, a existência, por exemplo, dos gêneros masculino e feminino não era considerada por si só uma prova de parentesco, pois essa distinção de gênero pode aparecer – e de fato aparece – independentemente em diversas partes do mundo. Por outro lado, a existência de um marcador do gênero feminino *t* em todas as ramificações do afro-asiático (camito-semítico) constitui um índice positivo de parentesco. Do mesmo modo, a ausência de distinção de gênero por perda da categoria não constitui em si uma prova negativa. Esses princípios são geralmente aceitos nas áreas onde os métodos comparativos estão bem estabelecidos como, por exemplo, no indo-europeu. O persa, o armênio e o hitita, entre outros, não fazem distinção de gênero, o que já não ocorre com a maior parte das demais línguas da família.

As antigas classificações, como a de Lepsius, não utilizavam nem citavam provas concretas para seus agrupamentos. Em sua obra sobre o sudanês, Westermann forneceu etimologias, mas apenas para oito línguas, tomadas entre centenas. A única obra anterior a 1950 a apresentar provas detalhadas foi o trabalho de Westermann sobre o sudanês ocidental, referente apenas a uma parte da África. Na classificação do autor do presente capítulo, foram apresentadas etimologias e características gramaticais comuns específicas

23 HOMBURGER, L. 1941.

24 Para a versão mais recente da classificação de GREENBERG, ver J. H. GREENBERG, 1966 (b). Uma bibliografia da literatura onde se discute essa questão é encontrada em D. WINSTON, "Greenberg's classification of African languages", *African Language Studies.* v. 7, 1966. p. 160-70. Para um ponto de vista diferente, ver o capítulo 11, da autoria do Professor D. OLDEROGGE. Ver também Ch. A. DIOP.

para todos os grupos importantes, de acordo com um estudo exaustivo da literatura.

As propostas concretas mais importantes, algumas das quais provocaram acirradas controvérsias entre os especialistas, são as seguintes:

- Admite-se o parentesco do bantu com o sudanês ocidental, com base nos dados de Westermann. O bantu tornou-se não um ramo distinto dessa família mais ampla, mas apenas um subgrupo dentro do que Westermann denominou subgrupo benue-congo ("semibantu") do sudanês ocidental. Ademais, muitas outras línguas, faladas mais a leste (ramo adamaua oriental) fazem parte dessa família, que recebeu o novo nome de níger-congo.
- Dentre as extensões do camítico propostas por Meinhof, somente o haussa se conservou. Além disso, o haussa é apenas um membro de um extenso ramo (chádico) do camito-semítico. O semítico aí se inclui, mas simplesmente como um ramo da mesma classe dos outros. Assim, o camítico torna-se somente um nome arbitrário para os ramos não-semíticos da família maior, agora chamada de afro-asiática e considerada como sendo constituída por cinco ramos: 1. berbere; 2. egípcio antigo; 3. semítico; 4. cuxítico; 5. chádico[25].
- As línguas "negras" não incluídas no grupo níger-congo foram classificadas em um outro grande grupo, o nilo-saariano.
- O khoi-khoi foi classificado como uma língua "san", pertencente ao grupo central do khoisan da África do Sul.

O resultado global é que as línguas africanas (excluindo-se o malgaxe) classificam-se em quatro famílias principais, que, nas seções que se seguem, serão examinadas individual e pormenorizadamente[26]. Nesta exposição mencionam-se, conforme o caso, propostas recentes para modificar ou estender a classificação original, bem como as críticas mais fundamentais.

25 LUKAS, I. 1938, p. 286-99; COHEN, M. 1947.

26 Para listas de línguas mais detalhadas (que não é possível fornecer aqui devido à limitação de espaço), ver I. H. GREENBERG, 1966 (b), nos volumes da série *Handbook of African Languages* publicado pelo International African Institute de Londres e C. F. e F. M. VOEGALIN, *Index of the World's Languages,* Washington, U. S. Department of the H. E. W., Office of education, bureau of research, maio 1973, 6 partes.

Línguas afro-asiáticas[27]

Estas línguas, também chamadas de camito-semíticas, cobrem toda a África do Norte e quase todo o chifre da África (Etiópia, Somália); algumas línguas do ramo cuxítico estendem-se ao sul até a Tanzânia. Ademais, o ramo semítico inclui línguas que, atualmente ou em épocas anteriores, abrangiam quase todo o Oriente Médio. Em geral considera-se que o afro-asiático compreende cinco divisões quase igualmente diferenciadas: o berbere,[28] o egípcio antigo, o semítico, o cuxítico e o chádico. No entanto, Fleming aventou recentemente que o grupo de línguas até agora classificado como cuxítico-ocidental, em que se incluem o kafa e outras línguas do sudoeste da Etiópia, na verdade constitui um sexto ramo para o qual se propuseram os nomes "omótico" e "ari-banna".[29]

O ramo berbere do afro-asiático apresenta menos diferenciação interna do que qualquer outro ramo da família, com exceção do egípcio. Sua principal divisão parece estar entre as línguas de diversos grupos tuaregue do Saara e o berbere propriamente dito, falado na África do Norte e na Mauritânia. É provável que a língua extinta dos guanchos das Ilhas Canárias fosse aparentada ao berbere. É necessário mencionar ainda a existência de inscrições em Líbio antigo, que embora não sejam perfeitamente compreensíveis, representam possivelmente uma forma primitiva do berbere.

Um segundo ramo do afro-asiático, o egípcio, está documentado, em seu estágio mais primitivo, nas inscrições hieroglíficas, nos papiros hieráticos e, mais recentemente, nos documentos em escrita demótica. Todas essas escritas representam a mesma língua falada. No período cristão, essa língua continuou a ser falada e desenvolveu extensa literatura escrita em um alfabeto adaptado do grego. Nesta forma mais tardia, chamada copta, existiam alguns dialetos literários, entre os quais o boáirico, que ainda sobrevive como língua litúrgica da igreja copta. Após a conquista do Egito pelos árabes, a antiga língua egípcia foi pouco a pouco perdendo terreno e se extinguiu enquanto língua falada provavelmente no século XVII.

27 No Simpósio sobre *o povoamento do Egito antigo* realizado no Cairo, os pesquisadores africanos ressaltaram que a classificação do Professor GREENBERG havia negligenciado um dado fundamental: o estabelecimento de regras fonéticas. A posição desses pesquisadores é também a do Professor Tstvan Fodor. Estes mesmos pesquisadores levantaram argumentos para provar o parentesco linguístico genético do egípcio e das línguas africanas modernas.

28 Cf. nota 21 acima.

29 FLEMING, H. C. 1969, p. 3-27.

O ramo semítico do afro-asiático apresenta muito mais diferenciação interna do que o berbere e o egípcio. Admite-se geralmente que a principal divisão do semítico seja a existente entre o semítico oriental e o semítico ocidental. O primeiro é representado apenas pela língua acadiana de escrita cuneiforme, já há muito extinta. Possuía dois dialetos regionais básicos, o do sul (babilônio) e o do norte (assírio). Por sua vez, o semítico ocidental divide-se em semítico do noroeste e semítico do sudoeste. O primeiro compreende o cananeu (hebraico, moabita, fenício e, provavelmente, ugarítico) e o aramaico. Destas línguas apenas sobrevivem o hebraico, ressuscitado como língua de Israel no decorrer do século passado, e alguns dialetos do aramaico. As formas modernas do aramaico representam os descendentes do aramaico ocidental, no Anti-Líbano da Síria, e do aramaico oriental, principalmente no norte do Iraque.

O semítico do sudoeste também possui duas divisões, a do norte e a do sul. O ramo do norte compreende a maior parte dos dialetos da península árabe e seus descendentes modernos, que dominam uma vasta área a abranger a África do Norte, o Oriente Médio e partes do Sudão (ou seja, o mundo árabe propriamente dito). O ramo do sul compreende, por um lado, o árabe do sul, e por outro, as línguas semíticas da Etiópia. O árabe do sul é conhecido em sua forma primitiva através de inscrições mineias, sabeias e catabânicas e, em suas formas contemporâneas, do mehri e do shahri, da Arábia do Sul, e do socotri, língua da ilha de Socotra, no Oceano Índico.

As línguas semíticas etíopes dividem-se em dois grupos, norte (tigrina, tigre e gueze ou etíope clássico) e sul (amárico, gurague, argoba, gafat e harari).

O quarto grupo de línguas afro-asiáticas, o cuxítico, compreende um grande número de línguas que se repartem em cinco ramos bastante diferenciados: setentrional, central, oriental, meridional e ocidental. O cuxítico setentrional é formado essencialmente por uma única língua, o beja. As línguas do cuxítico central são por vezes chamadas línguas agaw. É provável que tenham sido faladas em uma área contínua, mas seus antigos falantes passaram a adotar, em grande proporção, as línguas semíticas etíopes. Os falasha, ou judeus etíopes, falavam antigamente uma língua agau. As línguas do cuxítico central compreendem um grupo norte (bilim, khamir, qemant) e o awiya, no sul. O cuxítico oriental compreende as duas línguas cuxíticas com o maior número de falantes, o somali e o gala. As línguas do cuxítico oriental repartem-se nos seguintes grupos: 1. afar, saho; 2. somali, baiso, rendille, boni; 3. gala, conso, gidole, arbore, warazi, tsamai, geleba, mogogodo; 4. sidamo, alaba, darassa, hadiya, kambatta, burdji. O último destes grupos, ou sidamo-burdji, deve provavelmente ser considerado como um único ramo em oposição aos outros três grupos. As línguas do

cuxítico meridional são faladas na Tanzânia, abrangendo o burungi, o goroa, o alawa, o ngomvia (asu), o sanye e o mbugu. Este grupo meridional encontra-se linguisticamente mais próximo do cuxítico oriental e pode ser classificado simplesmente como um subgrupo deste. O mbugu, língua cuxítica meridional, sofreu forte influência do bantu, tanto gramatical como lexical, de modo que alguns pesquisadores a consideram uma língua mista.

As línguas do cuxítico ocidental são extremamente divergentes das outras línguas tradicionalmente consideradas cuxíticas. O cuxítico poderia ser dividido em pelo menos dois grupos, o ocidental e o restante. Como assinalamos anteriormente, Fleming propôs que o cuxítico ocidental fosse considerado um sexto ramo distinto do afro-asiático. As línguas que o compõem podem ser divididas em dois grupos: o ari-banna (o termo "bako" foi empregado em lugar de "ari" na literatura antiga) e as demais, que, por sua vez, podem ser agrupadas da seguinte forma: 1. madji, nao, sheko; 2. djandjero; 3. kaffa, mocha, shinasha, mao do sul; 4. gimira; 5. grupo ometo ("sidamo ocidental"), que engloba o chara, o male, o basketo, o complexo welamo, o zaysse e o koyra-gidicho.

O último ramo do afro-asiático a ser considerado é o chádico. Compreende o haussa, a língua mais falada na África ocidental, e provavelmente outras cem línguas, pelo menos, faladas por populações menos numerosas. De acordo com Greenberg (1963), as línguas chádicas dividiam-se em nove subgrupos: 1. a) haussa, gwandara, b) bede-ngizim, c) i. grupo do warjawa (bauchi do norte), ii. grupo do barawa (bauchi do sul), d) i. grupo do bolewa, ii. grupo do angas, iii. grupo do ron; 2. grupo kotoko; 3. bata-margi; 4. a) grupo musgoi, b) grupo marakam; 5. gidder; 6. mandara-gamergu; 7. musgu; 8. grupo masa-bana; 9. chádico oriental: a) grupo somrai, b) grupo gabere, c) grupo sokoro, d) modgel, e) tuburi, f) grupo mubi.

Newman e Ma sugeriram que, dentre as subfamílias acima, as de número 3 e 6 são particularmente próximas uma da outra, o mesmo ocorrendo com as subfamílias 1 e 9. Para o primeiro desses pares, propõem o nome de biumandara e para o segundo, de plateau-sahel.[30] Estes autores não propõem nenhuma modificação no que concerne aos outros subgrupos.

Níger-Kordofaniano

Esta família possui dois ramos bastante desiguais em número de falantes e em extensão geográfica. O primeiro, níger-congo, compreende grande parte da

30 NEWMAN, P. e MA, R. 1964, p. 218-51.

África ao sul do Saara, incluindo quase toda a África Ocidental, partes do Sudão central e oriental, sendo que seu sub-ramo bantu ocupa a maior parte da África central, oriental e meridional. Outro ramo do níger-kordofaniano, o kordofaniano propriamente dito, confina-se a uma zona limitada da região do Kordofan no Sudão.

A divisão fundamental do grupo níger-congo está entre as línguas mande e o restante. O mande distingue-se pela ausência de muitos dos itens lexicais mais comuns encontrados nas línguas do níger-congo e pela ausência de qualquer traço preciso de classificação nominal, geralmente encontrados no kordofaniano e no resto do níger-congo. Existem, por certo, muitas línguas distintas no níger-congo que perderam tal sistema. Devido a essa divergência, Mukarovsky sugeriu que o mande fosse considerado um ramo do nilo-saariano, a outra grande família de línguas negras, mas o célebre especialista em línguas mande, William E. Welmers, não aceita essa proposição.[31]

Hoje admite-se universalmente que a divisão do mande em mande-tan e mande-fu, proposta por Delafosse[32] e baseada na palavra que designa o número dez, é inteiramente desprovida de valor. As línguas mande podem ser classificadas do seguinte modo:

Grupo noroeste: 1. subgrupo norte: susu-yalunka, soninke, kwela-numu, ligbi, vai-kono, khassonke e maninka-bambara-diula; 2. subgrupo sudoeste: mande-bandi, loko, loma, kpelle.

Grupo sudeste: 1. subgrupo sul: mano, dan, tura, mwa, nwa, gan, guro; 2. subgrupo oriental: samo, bisa, busa. Uma única língua, o sya (bobofing), não se enquadra nesta lista. Ela é claramente mande, mas talvez deva ser corisiderada como a primeira ramificação diferenciada desse grupo, de modo que, geneticamente, representaria um dos dois grupos, sendo o outro mande propriamente dito.

As outras línguas níger-congo são classificadas por Greenberg (1963) em cinco ramos: 1. oeste-atlântico; 2. gur; 3. kwa; 4. benue-congo; 5. adamaua oriental. Entretanto, os grupos 2, 3 e 4 são particularmente próximos e formam uma espécie de núcleo no interior do qual o limite entre o benue-congo e o kwa, em particular, não está bem definido[33].

O termo "línguas oeste-atlânticas" foi introduzido por Westermann em 1928 e abrange sensivelmente as mesmas línguas que o senegalês-guíneense de Delafosse e dos pesquisadores franceses que o sucederam. Essas línguas

31 MUKAROVSKY, H. G. 1966, p. 679-88.

32 DELAFOSSE, M. 1901.

33 Sobre esta questão, ver J. H. GREENBERG. 1963 (c), p. 215-17.

constituem dois grupos claramente delimitados, um norte e um sul. Este fato, associado à diversidade interna, principalmente do grupo norte, levou Dalby a sugerir que se abandonasse o conceito de oeste-atlântico e que se considerasse independente o subgrupo sul, constituído pelo grupo sudoeste--atlântico de Greenberg, com exceção do limba. Para este grupo, ele propõe o termo "mel"[34]. No entanto, num estudo mais recente, David Sapir, apoiado em evidências glotocronológicas, reafirma a unidade básica do oeste-atlântico, tal como foi concebido tradicionalmente, e inclui o limba no ramo sul[35]. Como principal inovação, esse estudioso propõe que se classifique o bidjago, língua das ilhas Bidjago, em um ramo separado, da classe dos ramos norte e sul, o que corresponde à minha impressão sobre a divergência desta língua. Convém notar que o fulfulde (fula ou fulea), considerado como língua camítica por Meinhof e objeto de muita controvérsia, se inclui agora, de comum acordo, no grupo oeste--atlântico. A classificação do oeste-atlântico é, portanto, a seguinte:

Ramo norte: 1. a) fula, seereer, b) wolof; 2. grupo noon; 3. dyola, mandjaco, balante; 4. a) tenda, basari, bedik, konyagi, b) biafada, pajade, c) kobiana, banhum, d) nalu.

Ramo sul: 1. sua (kunante); 2. a) temne-baga, b) sherbro-krim, kisi, c) gola; 3. limba.

Bidjago.

Outro grupo importante dentro do níger-congo é o gur, também chamado voltense, sobretudo na literatura francesa. As sugestões mais recentes para a subclassificação do grupo gur são as de Bendor-Samuel, de quem seguimos aqui as linhas básicas. Convém observar que a maior parte das línguas consideradas gur pertencem a um subgrupo bastante grande que Bendor-Samuel denomina gur central[36]; esse subgrupo corresponde ao grupo mossi-grunshi das pesquisas anteriores. O gur central pode ser dividido em três subgrupos: 1. more-gurma; 2. grupo grusi; 3. tamari. Os outros subgrupos do gur são: 1. bargu (bariba); 2. lobiri; 3. bwamu; 4. kulango; 5. kirma-tyurama; 6. win; 7. grupo senufo; 8. seme; 9. dogon.

Ainda que se admita a existência de um grupo kwa, distinto do benue-congo acima mencionado, existem dois subgrupos, o kru no extremo oeste e o ijo no extremo leste cuja pertinência ao kwa pode ser considerada duvidosa. Feitas

34 DALBY, D. A. 1965, p. 1-17.

35 Ver SAPIR, D., p. 113-40, na coleção dirigida por SEBEOK. SAPIR, no entanto, faz algumas ressalvas a respeito das conclusões citadas no texto.

36 Para detalhes sobre os subgrupos, estou seguindo J. T. BENDOR-SAMUEL. In: T. A. SEBEOK, *op. cit.*, p. 141-78.

essas ressalvas, os principais subgrupos do kwa são os seguintes, relacionados, tanto quanto possível, segundo a direção oeste-leste: 1. línguas kru; 2. kwa ocidental, que compreende o ew-fõ, o akan-guang (atualmente chamado, por vezes, de volta-camoe), o gã-adangme e as línguas residuais do Toga; 3. ioruba, igala; 4. grupo nupe; 5. grupo edo; 6. grupo idoma; 7. ibo; 8. ijo. O benue--congo é essencialmente o mesmo subgrupo do níger-congo que Westermann denominou benue-cross ou semibantu, com a inclusão do bantu no interior da subdivisão bantóide. Existem quatro divisões fundamentais dentro do benue--congo: 1. línguas do planalto; 2. jukunóide; 3. rio Cross, cuja principal língua é a da comunidade efik-ibibio; 4. bantóide, que compreende o bantu, o tiv e um grande número de línguas menores faladas na área do curso médio do Benue.

Certas línguas da Nigéria, antes consideradas semibantu, no sentido amplo, são em geral classificadas como bantu atualmente; é o caso dos grupos ekoi e jarawa. A principal divisão no interior do próprio bantu pode situar-se entre essas línguas e o bantu no sentido tradicional. O bantu, neste último sentido, parece dividir-se em bantu oriental e bantu ocidental. Para uma subdivisão mais detalhada, emprega-se geralmente a divisão de Guthrie em zonas designadas por letras, modificadas de maneiras diversas por vários especialistas[37].

A classificação do grupo bantu, tomado em seu conjunto, como subgrupo do benue-congo, ele mesmo um ramo da grande família níger-congo, constituiu um dos aspectos mais controvertidos da classificação de Greenberg. Guthrie, em particular, adotou a tese de que o bantu é geneticamente independente, e as inúmeras semelhanças encontradas entre o bantu e outras línguas do níger-congo resultam de influências bantu sobre um grupo de línguas fundamentalmente diferentes. Dessa hipótese, deduziu que o ponto de origem do bantu é o "núcleo" do Shaba meridional, ao passo que Greenberg o situa no vale médio do Benue, na Nigéria, porque as línguas de parentesco mais estreito do subgrupo bantóide do benue-congo são faladas nessa região[38].

O último grupo do níger-congo é o ramo adamaua oriental. O grupo adamaua compreende um grande número de comunidades linguísticas relativamente pequenas, dentre as quais pode-se citar como exemplos o tchamba e o mbum. O ramo "oriental" compreende algumas línguas de maior importância como por exemplo o gbeya, na República Centro-Africana, e o zande[39].

37 A respeito desta classificação, ver M. GUTHRIE, 1948.

38 Sobre a controvérsia a respeito do bantu, ver M. GUTHRIE, 1962, p. 273-82; R. OLIVER, 1966, p. 361-76 e J. H. GREENBERG, 1972, p. 189-216.

39 Uma lista detalhada das línguas adamaua oriental encontra-se em J. H. GREENBERG, 1966, p. 9.

Contrariamente à vasta família níger-congo, que acabamos de examinar, o outro ramo do níger-kordofaniano, ou seja, as línguas kordofanianas propriamente ditas, não compreende nenhuma língua de importância e partilha as colinas do Kordofan com várias línguas da família nilo-saariana. Pode ser dividido em cinco subgrupos bastante diferenciados, dos quais o grupo tumtum é o que apresenta maior grau de divergência: 1. koalib; 2. tegali; 3. talodi; 4. katla; 5. tumtum (também chamado kadugli-krongo)[40].

Família Nilo-Saariana

A outra grande família de línguas negro-africanas é a nilo-saariana. De modo geral, é falada a norte e a leste das línguas níger-congo e predomina no vale superior do Nilo e nas porções orientais do Saara e do Sudão. Entretanto, possui um alongamento ocidental no Songhai, no baixo vale do Níger. Compreende um ramo muito extenso, o chari-nilo, que engloba a maior parte das línguas da família. As ramificações do nilo-saariano são as seguintes (indo de oeste para leste na medida do possível): 1. songhai; 2. saariano: a) kanuri-kanembu, b) teda-daza, c) zaghawa, berti; 3. maban; 4. furian; 5. chari-nilo (para maiores detalhes, ver os parágrafos seguintes); 6. coman (koma, ganza, uduk, gule, gumuz e mao).

As línguas chari-nilo compreendem dois grupos principais, o sudanês oriental e o sudanês central, bem como duas línguas isoladas, o berta e o kunama.

O sudanês oriental é o grupo mais importante do nilo-saariano. Contém dez subgrupos: 1. núbio: a) núbio do Nilo, b) núbio do Kordofan, c) midob, d) birked; 2. grupos murle-didinga; 3. barea; 4. ingassana (tabi); 5. nyima-afitti; 6. temein, tois-um-danab; 7. grupo merarit; 8. dagu (grupo dajo); 9. nilótico, dividido em: a) nilótico ocidental: burum, grupo luo e dinka-nuer; nilótico oriental: (i) grupo bari, (ii) karamojong, teso, turkana, masai; nilótico meridional: nandi, suk, tatoga; 10. nyangiya, teuso (ik)

A classificação de dois subgrupos do nilótico, o oriental e o meridional, foi motivo de calorosas controvérsias. Meinhof, classificando o masai entre as línguas camíticas, tinha, ao que parece, a intenção de incluir outras línguas desses dois grupos, apesar de sua estreita semelhança com as línguas aqui classificadas no grupo nilótico ocidental, como o chilluk, o luo e o dinka. A separação de línguas tão semelhantes como o chilluk e o masai, por exemplo, deve-se principalmente ao

40 Informações mais detalhadas sobre as línguas kordofanianas são encontradas em J. H. GREENBERG, 1966, p. 149.

fato de esta última possuir distinção de gênero. Westermann assumiu uma posição de compromisso ao chamar de nilo-camíticas as línguas dos nilotas orientais e meridionais, baseado provavelmente na hipótese de que eram línguas mistas. Ele conservou apenas o termo nilótico ocidental. Tucker foi inicialmente do mesmo parecer, mas acabou por reaproximar essas línguas do nilótico, denominando-as paranilóticas[41]. Há ainda um outro caso recente de divergência de opiniões: Hohenberger compara o masai ao semítico enquanto Huntingford procura aparentemente fazer reviver a velha suposição de Meinhof de que essas línguas são camíticas[42].

O outro grupo importante do chari-nilo é o sudanês central. Pode-se dividi-lo em seis subgrupos, a saber: 1. bongo-bagirmi; 2. kreish; 3. moru-madi; 4. mangbetu; 5. mangbutu-efe; 6. lendu.

Família Khoisan

Todas as línguas khoisan possuem cliques entre as consoantes e a maioria de seus falantes pertence ao tipo san, fisicamente característico.

A maior parte das línguas khoisan é falada na África do Sul. Entretanto, existem dois pequenos grupos de populações, os Hatsa e os Sandawe, situados muito mais ao norte, na Tanzânia, cujas línguas diferem acentuadamente tanto entre si quanto das línguas do grupo da África do Sul. Desse modo, a família divide-se em três ramos: 1. hatsa; 2. sandawe; 3. khoisan sul-africano. O khoisan sul-africano compreende três grupos de línguas: 1. grupo norte, que engloba as línguas san do norte, dos Auen e dos Kung; 2. khoisan central, dividido em dois grupos: a) kiechware, b) naron, khoi-khoi; 3. san do sul, grupo que apresenta a maior diferenciação interna, com um número considerável de línguas san distintas[43].

Como vimos nos parágrafos que tratam da história da classificação, alguns linguistas – Bleek, Lepsius e mais tarde Meinhof – separaram o khoi-khoi do san e o incluíram no camítico. Uma forma modificada dessa teoria é atualmente sustentada por E. O. J. Westphal[44], que divide o grupo aqui denominado khoisan em duas famílias independentes. Uma delas, sandawe-khoi-khoi, compreende o

41 Ver TUCKER, A. N. e BRYAN, M. A. 1966.

42 Sobre estes desenvolvimentos, ver G. W. B. HUNTINGFORD, 1956, p. 200-22; J. HOHENBERGER, 1956, p. 281-87 e J. H. GREENBERG, 1957, p. 364-77.

43 Ver a opinião contrária do Professor D. OLDEROGGE, capítulo 11.

44 WESTPHAL, E. O. J. 1966, p. 158-73.

sandawe e as línguas do khoisan central. Todas estas línguas, exceto o kiechware, fazem distinção de gênero. Nada se diz a respeito de um possível parentesco com o camito-semítico. A outra família, handza-san, compreende o hatsa e as línguas san do norte e do sul. Na opinião de Westphal, porém, o parentesco entre o hatsa e as línguas san não está completamente definido.

A língua malgaxe, que veio a dominar as línguas de origem africana faladas em algumas regiões da ilha de Madagáscar, não se inclui na classificação acima. Jamais se discutiu sua pertinência à família austronesiana (malaio-polinésia), Seu parente mais próximo dentro da família é provavelmente a língua maanyan de Bornéo[45]. Outra língua que não se menciona na classificação é o meroítico[46], língua morta escrita em um alfabeto que adota duas formas, a hieroglífica e a cursiva. Extinguiu-se por volta do século IV da nossa era e é conhecida apenas através de vestígios arqueológicos encontrados em uma área que vai aproximadamente de Assuã, no sul do Egito, até Cartum, no Sudão. Apesar de se ter determinado o valor fonético das letras, o conhecimento do léxico e da gramática é limitado e impreciso devido à ausência de inscrições bilíngues. Segundo Griffith, autor da primeira teoria a esse respeito, o meroítico corresponderia ao núbio. A hipótese camítica (Meinhof, Zyhlarz) foi refutada em um importante artigo de Hintze. Mais recentemente, a hipótese núbia foi retomada de forma desenvolvida, por Trigger, que sugere pertencer ela ao sub--ramo sudanês oriental do nilo-saariano, o qual, na classificação de Greenberg, também compreende o núbio[47].

Finalmente, faz-se necessário mencionar as línguas europeias e indianas, de importação recente, que, em alguns casos, são faladas atualmente por populações nascidas na África. O inglês, além de falado na África do Sul e no Zimbabwe, é a língua dos descendentes de negros americanos que fundaram a Libéria; é falado também, na forma crioula (krio), em Freetown, Serra Leoa. O africâner, parente próximo do neerlandês, é falado na África do Sul. Existe na África do Norte uma importante população de línguas francesa, espanhola e italiana. Uma forma crioula do português constitui a primeira língua de alguns milhares de falantes da Guiné e de outras regiões. Finalmente, algumas línguas originárias da Índia são utilizadas na África oriental. Compreendem as línguas arianas e dravidianas, sendo a mais importante o gujarati.

45 As provas que sustentam esta hipótese são apresentadas em O. C. DAHL, 1951.

46 Cabe lembrar que no importante simpósio realizado no Cairo em janeiro-fevereiro de 1974 relatou-se em que estágio se encontram as pesquisas referentes à decifração da escrita meroítica (ver volume II).

47 Sobre esta questão, ver F. HINTZE, 1955, p. 355-72 e B. G. TRIGGER, KUSH, v. 12, p. 188-94.

Diferentes Etapas da Classificação de Greenberg

I. (1949-1950)

1. Níger-Congo
2. Shongai
3. Sudanês central
4. Saariano central
5. Sudanês oriental
6. Afro-asiático (camito-semítico)
7. "Clique"
8. "Maba"
9. "Mimi de Nachtigal"
10. "Fur"
11. Temainiano
12. Kordofaniano
13. "Koman"
14. "Berta"
15. "Kunama"
16. "Nyangiya"

II. (1954)

1. Níger-Congo
2. Songhai
3. "Macro-sudanês" (I.5 sudanês oriental; I.3 sudanês central; I.14 "berta"; I.15 kunama)
4. Saariano central
5. Afro-asiático
6. "Clique"
7. Maban (I.8 Maban; I.9 Mimi of Nachtigal)
8. "Fur"
9. Temainiano
10. Kordofaniano
11. "Koaman"
12. "Nyangiya"

III. (1963)

1. Nígero-kordofaniano (II.1 Níger-Congo; II.10 Kordofaniano)
2. Afro-asiático
3. Khoisan (cf. II.6 Clique)
4. Nilo-Saariano (II.2 Songhai; II.4 Saariano (cf. Saariano central); II.7 Maban; II.8 Fur; II.11 Koman; Chari-Nilo, incluindo II.3 "Macro--sudanês", II.9 Temainiano, II.12 Nyangiya)

Referências

I. *Southwestern Journal of Anthropology*, 1949, 1950.
II. *Southwestern Journal of Anthropology*, 1954.
III. *Languages of Africa*, 1963.

CAPÍTULO 12

PARTE II
Mapa linguístico da África

D. Dalby

Embora tenha uma densidade populacional inferior à do mundo tomado como um todo[1], a África possui um grau de complexidade linguística mais elevado do que qualquer outro continente[2]. Isso explica por que não existe, até o momento, um mapeamento linguístico detalhado do continente africano, apesar de tão necessário aos historiadores e outros estudiosos. O mapa etnodemográfico da África estabelecido pela União Soviética é provavelmente o que mais se aproxima da precisão até esta data[3], embora peque por falta de clareza: torna--se confuso no tocante a distinções linguísticas e étnicas, e sobrecarrega-se de dados demográficos e "etnolinguísticos"; além disso, todos os nomes africanos são transcritos em alfabeto cirílico. Outros mapas do continente, que indicam mais os grupos étnicos que os linguísticos, são, de modo geral, por demais simplificados para apresentarem algum valor científico[4].

---

1 Ocupando aproximadamente 20% da superfície terrestre total do globo, a África representa pouco menos de 10% da população mundial.

2 A Nova Guiné (pouco mais de um quarto da superfície total da África) possui um grau de complexidade linguística igual – ou até mesmo superior – ao do continente africano, mas em nenhuma outra parte do mundo existe uma zona de "fragmentação" linguística tão importante, por sua extensão geográfica, quanto à região da África situada ao sul do Saara.

3 NARODNI AFRIKI, Moscou, 1960. V. tb. KARTA NARODOV AFRIKI, Moscou, 1974.

4 Por exemplo, "Tribal map of Africa", in: G. P. MURDOCK, 1959, ou "Map of the tribes and nations of modern Africa", de Roy LEWIS e Yvonne FOY publicados pelo TIMES no início da década de 1970.

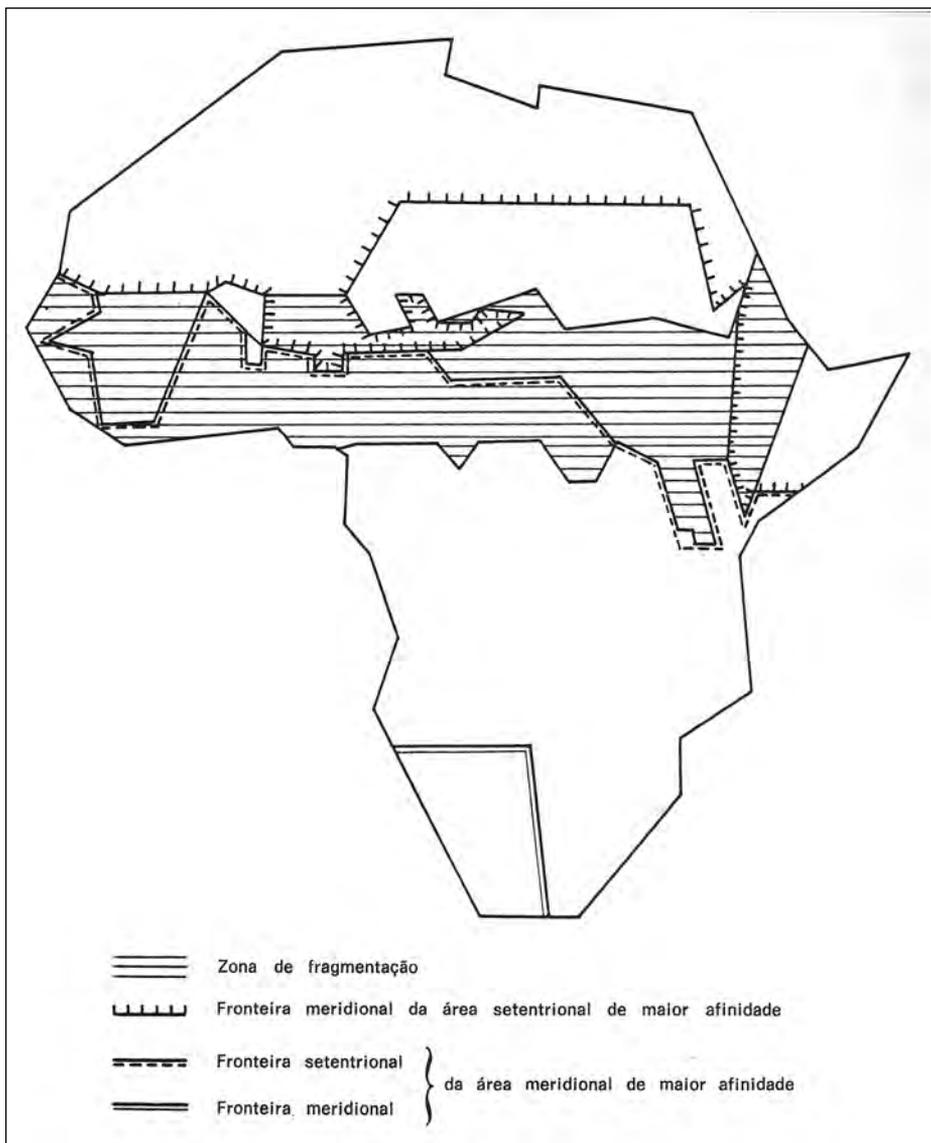



FIGURA 12.1 Mapa diagramático das línguas da África.

Não se pode, é claro, evitar um certo excesso de simplificação ao se tentar obter uma imagem de conjunto da distribuição das línguas no continente africano e das relações existentes entre elas. Para que um mapa tivesse precisão

absoluta, seria necessário que cada habitante do continente africano fosse representado por um ponto luminoso isolado; esse ponto se moveria, indicando o deslocamento de cada indivíduo no território e deveria assumir um dentre dois mil matizes, conforme a língua falada pela pessoa num determinado momento. Dada a impossibilidade material de estabelecer um tal mapa, devemos nos contentar com um documento que, sem atingir a perfeição, é, esperamos, mais detalhado e mais exato que os atualmente disponíveis.

Há dez anos desenvolve-se um trabalho no sentido de se elaborar um mapa da África especificamente linguístico (em oposição ao étnico). O presente artigo volta sua atenção para os aspectos desse trabalho que são relevantes para a história da África[5].

Não obstante sua aparência técnica, o estudo comparativo das línguas africanas tem sido realizado, frequentemente, de maneira demasiado simplista, existe uma tendência a admitir que o complexo mapa linguístico da África de hoje evoluiu de um antigo mapa muito mais simples, e que as relações linguísticas podem ser expressas sob a forma de "árvores genealógicas" que se subdividem segundo uma hierarquia descendente de níveis ("famílias", "subfamílias", "ramos", etc.). A crença de que as muitas centenas de línguas modernas da África podiam remontar, em ordem ascendente regular, a algumas "línguas-mãe" levou os especialistas em linguística comparada a examinarem todas as relações possíveis das línguas africanas, inclusive as mais distantes, antes de estabelecerem suas relações imediatas sobre uma base sólida. Levou-os ainda a considerarem essencialmente o processo histórico de divergência entre as línguas com uma suposta origem comum, excluindo o processo de convergência das línguas não--aparentadas ou de reconvergência das línguas aparentadas. As lastimáveis consequências de tal abordagem agravaram-se ainda mais pelo fato de que as classificações pseudo-históricas obtidas por esses meios serviram igualmente de quadro de referência (não apenas para as línguas africanas, mas também para os povos africanos) e, por conseguinte, influenciaram indevidamente o pensamento dos historiadores da África.

5 LANGUAGE MAP OF AFRICA AND THE ADJACENT ISLANDS, em curso de elaboração pela School of Oriental and African Studies (SOAS) e pelo International African Institute (IAI). O mapa tem por objetivo mostrar a distribuição atual e as relações linguísticas das línguas "maternas" ou "primeiras", na escala de 1:5000000; neste mapa figuram igualmente as regiões de maior complexidade linguística na escala de 1:2500000 e 1:250000. O IAI procede atualmente (1977) à publicação de uma edição provisória, contendo uma lista sistemática das línguas africanas (em vista de uma edição definitiva, a ser publicada ulteriormente pela Longmans).

É conveniente, pois, antes de mais nada, procurar esclarecer a confusão do mapa linguístico da África, reduzindo-o a seus componentes mais simples, a saber: de um lado, grupos linguísticos que mantenham entre si uma relação estreita e harmônica e que possuam uma unidade tanto externa quanto interna[6] (unidades complexas); de outro, línguas distintas que não participem de nenhum desses grupos (unidades simples). Tal procedimento revela uma importante característica do mapa linguístico que permanecia encoberta pelas classificações anteriores: de um total de cerca de 120 unidades complexas e simples de toda a África, mais de 100 confinam-se a uma única zona, que se estende do litoral senegalês, a oeste, até os planaltos da Etiópia e da África oriental, a leste[7]. Considerando-se todas as diferentes línguas do continente africano[8], aproximadamente dois terços são faladas nesta zona, com cerca de 5600 km de extensão e apenas 1100 km, em média, de largura. Essa zona estende-se ao longo do Saara, podendo ser denominada, por comodidade, *zona de fragmentação* subsaariana devido à sua situação geográfica e complexidade linguística. Seus limites podem ser determinados pela geografia física e linguística: *grosso modo,* limita-se ao norte com o Saara, a leste com os contrafortes montanhosos, ao sul com a orla da floresta e a oeste com o litoral atlântico. Do ponto de vista da geografia física, as áreas de fragmentação máxima situam-se ao longo das margens norte-oriental, central e ocidental da zona de fragmentação, na extremidade meridional do chifre da África e num bloco que cobre uma grande parte da África ocidental. Do ponto de vista das relações estruturais e lexicais de conjunto, a área mais fragmentada situa-se provavelmente no interior e ao redor da extremidade do chifre da África, onde as línguas que representam

6 Se se estabelece uma relação entre as línguas "A", "B" e "e", pode-se considerar que possuem uma "unidade interna". Esse agrupamento, no entanto, não tem sentido, se as línguas em questão não possuírem também uma "unidade externa", isto é, se a relação entre "A" e "B" entre "A" e "e" ou entre "e" e "B" é em cada um desses casos mais íntima que entre' uma dessas três línguas e qualquer outra que não faça parte desse grupo.

7 Entre as restantes, não menos que nove unidades compreendem as línguas faladas nos limites da zona de fragmentação (excluindo-se apenas unidades "não-bantu" do sul da Africa e de Madagáscar).

8 No caso de muitos grupos de formas de linguagem mais ou menos estreitamente aparentados, só se podem estabelecer distinções arbitrárias entre as "línguas" e os "dialetos" das "línguas". Se se considera os grupos de formas de linguagem mais ou menos inteligíveis como "línguas" distintas, o total na África será da ordem de 1250. Se se considera cada uma das formas de linguagem como uma língua em si, onde aparece como tal para seus falantes e onde possui nome distinto, o total, então, aproxima-se de 2050. Se este último método fosse aplicado à Europa, deveria-se considerar o sueco, o norueguês e o dinamarquês como línguas distintas, mas, segundo o outro método, seriam consideradas como uma única língua. A fim de se obter uma "ordem de grandeza" para o número de línguas faladas na África, propõe-se que seja tirada a média destas duas avaliações, isto é, aproximadamente 1650 línguas, das quais 1100 (calculadas pelo mesmo processo) são faladas no interior da zona de fragmentação.

as quatro “famílias” africanas postuladas por Greenberg são faladas em um raio que não’ ultrapassa 40 km. Nesse caso, e no caso das colinas do Togo, do planalto de Jos, dos planaltos de Camarões, dos montes Nuba e dos planaltos da Etiópia ocidental, parece existir uma correlação entre os países montanhosos e a intensa fragmentação linguística[9]. Deve-se observar ainda que as relações internas de certas unidades complexas, representadas por línguas pertencentes ou não à zona de fragmentação, tornam-se cada vez menos nítidas nos pontos de interpenetração da zona de fragmentação[10].

A importância linguística e histórica da zona de fragmentação ficou obscurecida pela sobreposição de uma rede de “famílias” e de “subfamílias” de línguas postuladas por linguistas europeus e americanos. Dentre elas, as duas “famílias” mais extensas ultrapassam em interesse e validade as outras duas grandes “famílias” da classificação de Greenberg, ou até mesmo as várias “subfamílias” em que foram tradicionalmente “divididas”. Uma vez que a palavra “família” implica uma ordem de descendência de natureza humana e biológica, que não convém ao fenômeno da linguagem, poder-se-ia utilizar o termo “região de maior afinidade” para designar adequadamente cada uma dessas duas “famílias”, notadamente por ocuparem áreas mais ou menos contíguas do continente africano. A primeira dessas áreas, a *“região setentrional de maior afinidade”*, é tradicionalmente conhecida como “camito-semítica” e, mais recentemente, como “afro-asiática” (Greenberg) ou “eritreia” (Tucker). A segunda, ou *“região meridional de maior afinidade”*, foi recentemente denominada de “níger-congo” e de “congo-kordofaniano” (Greenberg) ou de “nigrítica” (Murdock)[11]. Não há controvérsia sobre a validade global dessas duas regiões de maior afinidade, evidentes para os linguistas europeus desde o século XVII[12] e, sem dúvida, há muito mais tempo, para os observadores africanos. A relativa importância dessas duas regiões de maior afinidade se expressa pelo fato de compreenderem mais

9 Como ponto de comparação interessante, cabe notar que existe uma “zona de fragmentação” análoga para as línguas indígenas da América do Norte. Essa zona, essencialmente montanhosa, tem mais de 3000 km de comprimento e aproximadamente 300 km de largura; estende-se paralelamente à costa do Pacífico, do sul do Alasca até a fronteira mexicana, e inclui uma área de fragmentação máxima ao norte da Califórnia (onde representantes de seis dentre oito das principais famílias postuladas para as línguas indígenas norte-americanas situam-se num raio de cerca de 160 km).

10 A saber, línguas semíticas, “cuxítico” do leste e bantu (incluindo-se as línguas “bantoides”).

11 A família “congo-kordofaniana” de GREENBERG compreende sua família “níger-congo” mais um pequeno grupo de línguas com classes, de parentesco mais distante, no Kordofan. “Nigrítico” é um termo de classificação mais antigo retomado em 1959 por MURDOCK.

12 Ver o capítulo de GREENBERG, neste volume. GREENBERG também ressalta o fato de que a relação entre o malgaxe e o malaio já fora observada, da mesma maneira, no século XVII.

de 80% das línguas faladas na África, sendo que só a área meridional de maior afinidade abrange aproximadamente 66% das diferentes línguas do continente. Segundo a classificação tradicionalista empregada no atual mapa linguístico, as línguas da região setentrional de maior afinidade dividem-se em um total de 17 unidades complexas e simples (12 das quais situam-se integralmente na zona de fragmentação) e as línguas da região meridional de maior afinidade, em um total de 58 unidades complexas e simples (57 das quais situam-se integralmente na zona de fragmentação)[13].

Há uma razão importante para não se estabelecerem níveis intermediários nas relações entre as zonas fundamentais de maior afinidade a nível continental e as unidades simples ou complexas a nível relativamente local. Por uma razão ainda não determinada, esses níveis intermediários de relação linguística são muito mais obscuros e difíceis de definir do que os níveis fundamentais e imediatos. Assim é que a unidade da família "oeste-atlântica", "kwa", "gur" ou "benue-congo", no interior da região meridional de maior afinidade, ou a unidade da família "cuxítica" ou "chádica", no quadro da região setentrional de maior afinidade nunca foram demonstradas de maneira cabal. Embora se tenha apontado, anos atrás, esta importante falha da classificação tradicional europeia e americana das línguas africanas,[14] esses níveis intermediários de classificação continuam ocupando lugar de destaque na literatura especializada. A sustentação dessas divisões arbitrárias impostas ao mapa linguístico da África podem, de certo modo, ser comparadas à história das divisões coloniais arbitrárias impostas ao mapa político do continente.

Greenberg prestou um grande serviço à linguística africana chamando a atenção para o uso arbitrário do termo "camítico" como nível intermediário de classificação[15], mas, infelizmente, é o responsável pela perpetuação do uso arbitrário de muitos outros. Vários desses níveis[16], já haviam sido questionados pelos linguistas, mas o Professor Stewart publicou recentemente uma refutação ainda mais clara do grupo "benue-congo", a maior das "subfamílias" da classificação postulada por Greenberg:

13 Dentro da região meridional de maior afinidade, a única unidade complexa situada (em grande parte) fora da zona de fragmentação é o bantu. Por outro lado, esta unidade complexa compreende quase tantas línguas (cerca de 500) quanto o total das outras 57 unidades dessa região de maior afinidade.

14 Ver D. DALBY, 1970, p. 147-71 (em particular, 157-61).

15 Ver o artigo de J. GREENBERG, neste volume.

16 Ver D. DALBY, *op. cit.*, p. 160.

"Um resultado importante de todo este (recente) trabalho sobre as línguas do grupo 'benue-congo' foi colocar em dúvida a validade deste grupo enquanto unidade genética, Primeiramente, admitira-se de modo incontestável que Greenberg estava com a razão ao afirmar que muitas inovações comuns poderiam ter valor de prova, embora na realidade mencionasse apenas uma: a palavra que significa 'criança'. Williamson relata, entretanto, que quando se levam em consideração correspondências fonéticas regulares, observa-se que tal particularidade não se limita às línguas benue-congo e, assim, não constitui prova convincente; acrescenta que, em todo o volume I de *Benue-Congo Comparative Wordlist* não existe um único exemplo que constitua uma prova convincente..."[17].

Quando Stewart nos aponta as dúvidas antigas acerca da unidade externa do grupo benue-congo, não se pode deixar de imaginar por que os especialistas da linguística comparada relutaram tanto em abandoná-lo em seus sistemas de classificação. Infelizmente, parece ter-se perdido toda a lição prática do benue--congo e – ao invés de abandonar este e outros níveis não comprovados de classificação intermediária – Stewart prefere perpetuar o esquema de Greenberg, amalgamando "benue-congo" com "kwa" e "gur" (estes, dois conceitos igualmente arbitrários) para formar uma outra subdivisão, também arbitrária, do "níger--congo", conhecido agora como "volta-congo[18]". Sem dúvida, teremos de esperar pelo resultado de outros trabalhos de linguística comparada antes que o "volta--congo" de Stewart se amplie ainda mais, de modo a incluir todo o "níger-congo" ou a região setentrional de maior afinidade, único nível fundamental de unidade externa e interna que permanece claro e inconteste.

Os historiadores deveriam notar que a "grande aceitação" da classificação standard de Greenberg repousa principalmente, com respeito ao níger-congo, em sua própria aceitação dos *"Gruppen"* de Westermann ou "subfamílias" das línguas da África ocidental. Como já foi ressaltado, Westermann *não* estabeleceu a unidade externa de seus *"Gruppen"*[19], enquanto sua unidade interna demonstra apenas pertencerem as línguas que os constituem à região setentrional de maior afinidade.

17 J. M. STEWART, 1976, p. 6.

18 Ironicamente, constata-se que o mande é a única "subfamília" intermediária da família "níger-congo" de Greenberg que se apresenta clara e incontestável. A nitidez dessa divisão reflete o fato de ser ela a única de suas "subfamílias" putativas cuja pertinência fundamental à família "níger-congo" não pode ser posta em dúvida.

19 D. DALBY, *op. cit.*

Embora os historiadores não devam aceitar sem reservas as classificações existentes das línguas africanas, não seria demais ressaltar a importância do mapa linguístico da África enquanto fonte de informações sobre a pré-história do continente. Obras de maior profundidade ainda estão por vir e aguarda-se uma nova geração de historiadores das línguas que sejam, eles próprios, falantes de línguas africanas. Estarão estes habilitados a consolidar os trabalhos preliminares imprescindíveis à realização de uma comparação exata e minuciosa de línguas próximas e estreitamente aparentadas. A partir daí, então, será possível voltar-se para uma interpretação mais estratégica do mapa linguístico da África como um todo. Embora possua um grau de complexidade linguística maior do que qualquer outro continente, a África se notabiliza pelo fato de que dois terços de suas línguas pertencem a uma só área de maior afinidade e de que esses dois terços, compostos de modos diferentes, confinam-se à zona de fragmentação subsaariana. A África de língua bantu é a única região do continente a ter constituído objeto de discussões importantes a respeito da interpretação pré-histórica de dados linguísticos. A chave para a interpretação pré-histórica desses dados, em escala continental, será uma melhor compreensão, de nossa parte, das relações linguísticas no interior da zona de fragmentação. Entretanto, a extensão da tarefa não poderia ser subestimada.

CAPÍTULO 13

Geografia histórica: aspectos físicos

S. Diarra

É difícil, sem dúvida, separar a história africana de seu cenário geográfico. No entanto, seria inútil apoiar-se em reflexões deterministas para compreender, em toda a sua complexidade, as relações estabelecidas entre as sociedades africanas e seu respectivo meio ambiente. Cada comunidade, de fato, reagiu de maneira peculiar em relação ao meio. Assim, as tentativas mais ou menos bem sucedidas de ordenação do espaço testemunham, aqui e ali, o grau de organização dos homens e a eficácia de suas técnicas de exploração dos recursos locais. Para uma África em mudança, porém, é importante examinar determinadas particularidades geográficas capazes de elucidar os principais acontecimentos que marcaram a longa perspectiva geo-histórica do continente. Com respeito a este ponto, as características da arquitetura da África como um todo, sua extraordinária zonalidade climática e a originalidade de seus meios naturais constituem heranças que impediram ou facilitaram a atividade humana, sem jamais determinar seu desenvolvimento. Decididamente, nada é simples nas relações íntimas entre a natureza africana e os homens que a ocupam, exploram, ordenam e transformam de acordo com sua organização política, recursos técnicos e interesses econômicos.

Características da arquitetura do continente africano

Admite-se, em geral, que a África pertence a um continente muito antigo que, antes de se desunir e se deslocar vagarosamente, compreendia a América,

o sul da Ásia e a Austrália. Este continente, Gonduana, seria a manifestação dos primeiros esforços orogênicos da crosta terrestre que deram origem a grandes cordilheiras, orientadas geralmente na direção sudoeste-nordeste. Estes dobramentos, fortemente desgastados por longa denudação, foram reduzidos a peneplanos, cujos maiores exemplares são encontrados na África.

Originalidade geológica da África

A originalidade do continente africano é atestada, primeiramente, pela extensão excepcional do embasamento pré-cambriano, que ocupa a maior parte da superfície. Ora na forma de afloramentos, que cobrem um terço do continente, ora coberto por uma camada de espessura variável de sedimentos ou de material vulcânico, este embasamento compreende rochas metamórficas (xisto, quartzito, gnaisse) e rochas cristalinas (granito) muito antigas e de grande rigidez. Com exceção do sistema alpino do Magreb e das dobras hercinianas do Cabo e do sul do Atlas, o conjunto da África e Madagáscar formam uma plataforma antiga e estável, constituída por um escudo que não sofreu dobramentos apreciáveis desde o Pré-Cambriano. Sobre o pedestal, arrasado por uma longa erosão, depositaram-se em discordância formações sedimentares dispostas em camadas suborizontais de idades variadas, desde o começo do período Primário até o Quaternário. Essas séries sedimentares, compostas de material grosseiro e geralmente arenoso, são de natureza mais continental que marinha, pois as transgressões marinhas só recobriram o pedestal temporária e parcialmente. Na África ocidental os arenitos primários formam uma auréola no interior dos afloramentos da plataforma pré-cambriana. Na África austral, grandes depósitos permotriássicos continentais constituem o sistema do Karroo, no qual as séries de arenitos atingem 7000 metros de espessura. Ao norte do continente, particularmente no Saara oriental e na Núbia, os arenitos jurássicos e cretáceos são "continentais intercalados". No período Secundário, porém, as séries marinhas acumularam-se do Jurássico ao Eoceno nas regiões costeiras e nas bacias interiores. Podem ser observadas nos golfos do Senegal-Mauritânia, Benin, Gabão e Angola, na bacia do Chade e nas planícies costeiras da África oriental, da Somália a Moçambique. A partir do Eoceno, os depósitos fluviais e eólicos do "continental terminal" acumularam-se nas grandes bacias interiores da África. Todas estas séries de camadas, que repousam sobre o rígido embasamento, não foram afetadas pelos dobramentos, mas sim por deformações de grande raio de curvatura que ocorreram desde o Primário até uma era mais recente. Os soerguimentos em molhe e afundamentos de grande amplitude explicam

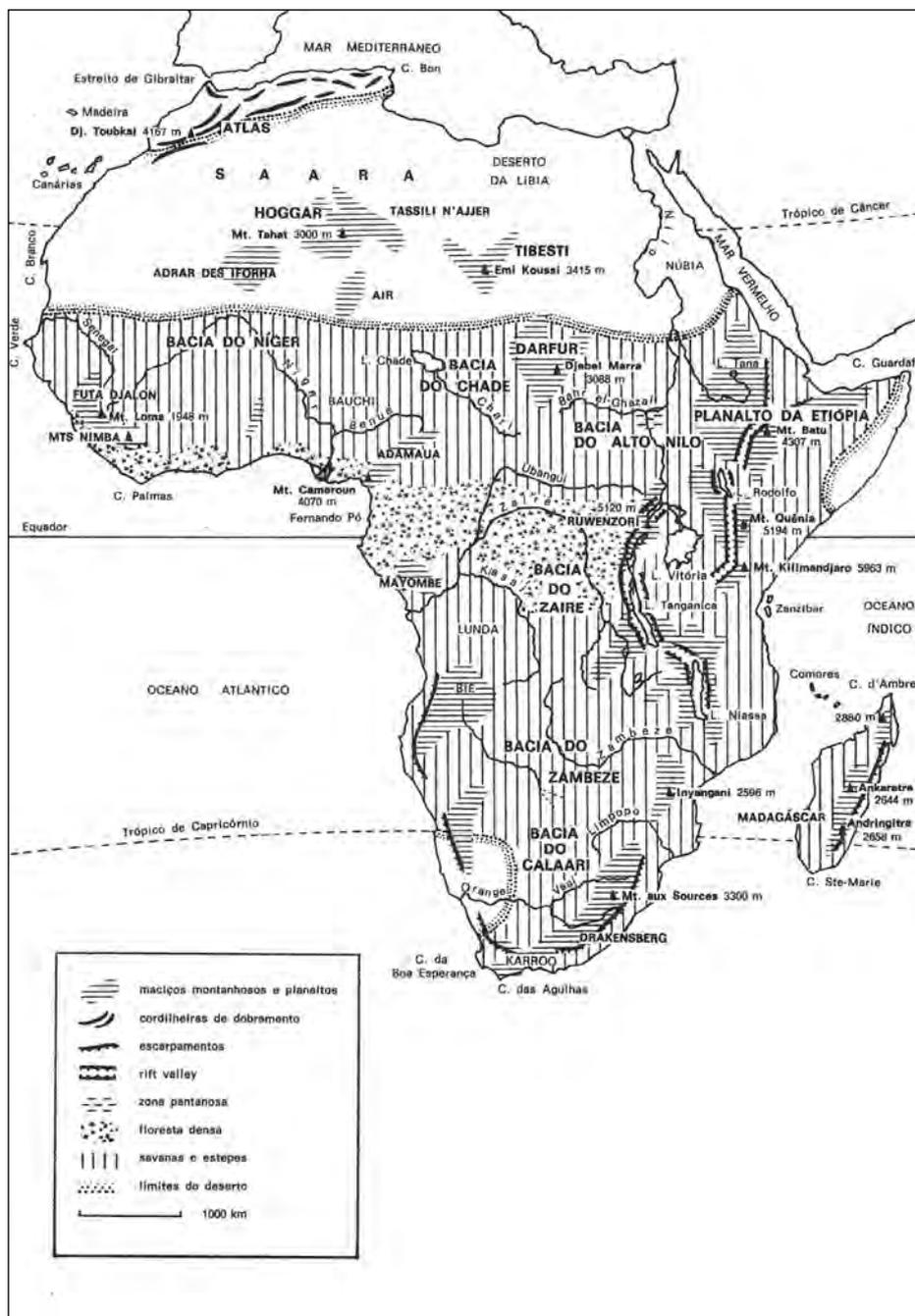



FIGURA 13.1 África física (segundo J. Ki-Zerbo, 1978).

a estrutura em dobras e bacias, tão comum na África. No período Terciário, durante o paroxismo da orogênese alpina, movimentos verticais mais violentos provocaram grandes fraturas na África oriental. Estas fraturas formam grandes fendas submeridianas emolduradas por falhas, os *rift valleys.* Por vezes, fazem-se acompanhar de derramamentos vulcânicos que dão origem às mais sólidas elevações, como o Monte Kilimandjaro, coroado por uma geleira que culmina a 6000 m. A oeste as fraturas são menos importantes, mas a existente no fundo do golfo da Guiné manifestou uma intensa atividade vulcânica, cujo imponente testemunho é o monte Camarões (4070 m).

Influências paleoclimáticas

O continente africano foi afetado por longas fases de erosão consecutivas aos movimentos orogenéticos, aparentemente bastante lentos em todas as eras geológicas. Assim, as fases de estabilização fizeram-se acompanhar por retomadas de erosão, o que resultou na formação de vastas superfícies aplainadas, Nesse processo de evolução das formas do relevo, o fator mais importante foram as variações climáticas, das quais as mais notáveis ocorreram no Quaternário. A alternância de climas úmidos e semi-áridos traduziu-se por fases de alteração das rochas e de erosão linear ou em lençol. Desse modo, as áreas baixas foram preenchidas e as rochas duras tornaram-se salientes, formando com frequência elevações isoladas que emergem abruptamente das superfícies aplainadas. Esses inselbergues são muito comuns nas regiões ao sul do Saara. No Quaternário, as mudanças climáticas e variações no nível do mar foram acompanhadas de importantes ajustamentos no dispositivo estratificado do modelado africano produzido por ciclos sucessivos de desnudação e acumulação durante os períodos anteriores. Os paleoclimas são responsáveis pela existência do Saara, onde a presença de numerosos vestígios líticos e de fósseis de uma fauna do tipo equatorial prova que em tempos remotos houve um clima úmido favorável à fixação do homem. Mas, durante o Quaternário, a extensão das zonas climáticas atuais, tanto para o norte quanto para o sul, foi consequência do aumento ou diminuição das chuvas. Dessa forma, os períodos pluviais aumentaram consideravelmente a proporção da superfície total do continente favorável à vida humana. Os períodos áridos, por outro lado, favoreceram a extensão de superfícies desérticas para além de seus limites atuais, tornando o Saara um hiato climático entre o Mediterrâneo e o mundo tropical. No entanto esse deserto, que cobre aproximadamente um terço do continente e se estende por cerca de 15° de latitude, nunca constituiu uma barreira absoluta entre o

norte e o sul. Habitado por nômades, é cruzado por rotas de caravanas há séculos. Embora não tenha impedido a comunicação entre a África tropical e o Mediterrâneo, desde a Antiguidade até a época moderna, o Saara agiu como um filtro, limitando a penetração de influências mediterrâneas, especialmente no domínio da agricultura, da arquitetura e do artesanato. Desse modo, o maior deserto do mundo desempenhou um papel capital no isolamento geográfico de uma grande parte da África.

A natureza maciça do continente africano

O vigor e a nitidez das características físicas da África distinguem-na de todos os outros continentes. A natureza maciça desse continente e seu relevo pesado são resultado de uma longa história geológica. Basta observar um mapa para perceber que a África, com seus 30 milhões de quilômetros quadrados, estende-se por quase 72º de latitude de Ras ben-Sakka (37°21' N, perto de Bizerta) ao cabo das Agulhas (34°51' S). Cerca de 8000 km separam essas duas extremidades do continente, enquanto que, no sentido longitudinal, conta-se 7500 km entre o Cabo Verde e o cabo Guardafui. A maior parte do continente fica acima do Equador, visto que o bloco setentrional cobre os dois terços do continente que se estreita no hemisfério sul. O caráter maciço da África é realçado pela ausência de recortes profundos na costa, presentes, por exemplo, na Europa e na América Central. Além disso, as ilhas não constituem uma parte significativa do continente, cuja forma esculpida é fortemente acentuada pela simplicidade do contorno e pelo fraco desenvolvimento da plataforma continental. Um rebaixamento do nível do mar pouco afetaria a configuração da África, pois a curva batimétrica de 1000 m geralmente fica próxima da costa. O continente parece ainda mais maciço devido ao pesado relevo, frequentemente representado por planaltos cujas bordas se erguem para formar dobras costeiras que os complexos fluviais atravessam com dificuldade. Apesar de possuir poucas cordilheiras de dobramento, a África se caracteriza pela considerável altitude média de 660 m, decorrente das pressões orogênicas marcadas no Plioceno por fraturas e elevações do embasamento. A aparente simplicidade do relevo encobre apreciáveis diferenças regionais. O Magreb, por exemplo, tem uma marcante individualidade, assemelhando-se ao mundo europeu por suas cordilheiras e seu relevo compartimentado. Podem-se distinguir dois grandes conjuntos montanhosos: as cordilheiras do Tell e do Rif ao norte, e o Atlas ao sul. Essas cordilheiras estão dispostas em faixas alongadas de oeste a leste, entre o Mediterrâneo e o Saara.

Uma outra família de relevos é encontrada na imensa região que compreende a África do nordeste, a África ocidental e a bacia do Zaire. Aí predominam as planícies, bacias e baixos planaltos, circundados por dobras montanhosas. As maiores bacias dessa área, o coração do continente, são as do Níger, Chade, Zaire e Bahr el-Ghazal.

Por fim, a África ocidental e austral representa o domínio das terras altas do continente, onde são comuns as altitudes superiores a 1500 m. Os planaltos do sul são circundados por uma dobra marginal: o grande escarpamento, que domina o litoral com uma parede rochosa que chega a atingir 3000 m de altura. Mas a originalidade da África oriental reside na imponência de suas elevações, causadas pelos movimentos tectônicos do Terciário. O pedestal violentamente erguido sofreu profundos cortes de falhas e fraturas. Ao mesmo tempo, foi afetado por uma intensa atividade vulcânica. O topo do maciço abissínio, que consiste de um grande molhe ao qual se sobrepõem quase 2000 m de lava, eleva--se a mais de 4000 m. Os *rift valleys* estendem-se por 4000 km desde o mar Vermelho até Moçambique. Os *rift valleys,* que tiveram um papel importante no movimento e fixação dos povos, abrigam uma série de lagos, incluindo o Niassa, o Tanganica, o Kivu, o Eduardo, o Mobutu (antigo Alberto), o Vitória e o Turkana (Rodolfo). São circundados por gigantescas montanhas vulcânicas, sendo as mais conhecidas os montes Quênia e Kilimandjaro.

O isolamento geográfico

Devido à sua natureza maciça e seu relevo pesado, a África ficou isolada até uma época recente. Com exceção da África do Norte, voltada para o mundo mediterrâneo, o continente permaneceu por séculos fora das principais rotas de comércio. É certo que esse isolamento nunca foi completo; mas exerceu grande influência sobre muitas sociedades que se desenvolveram no isolamento geográfico. Separada do Velho Mundo após a deriva dos continentes, a África apresenta, no entanto, um ponto de contato com a Ásia: o istmo de Suez, que foi o corredor de passagem privilegiado das grandes migrações pré-históricas. A maior parte da linha costeira africana é banhada por dois oceanos, utilizados de maneira desigual até os tempos modernos. O Atlântico não foi frequentado até o século XV, quando tiveram início as grandes expedições marítimas europeias. Antes dessa época, as técnicas de navegação a vela não permitiam que navegadores árabes, por exemplo, viajassem para além das costas do Saara, dada a impossibilidade de velejarem contra os alísios que sopravam permanentemente em direção ao sul. O oceano Índico, ao contrário,

sempre favoreceu o contato entre a África oriental e o sul da Ásia. Os veleiros árabes e indianos foram capazes de empreender expedições rumo à África e retomar aos portos de origem, graças ao regime de alternância das monções do oceano Índico. As intensas relações estabelecidas entre a África oriental e o mundo do oceano Índico limitaram-se à costa, pois aos povos navegadores da Ásia interessava mais fazer comércio do que colonizar o interior. Em suma, a influência das civilizações marítimas de outros continentes não penetrou em profundidade no interior da África tropical, que em grande parte permaneceu afastada do Velho Mundo.

Tradicionalmente, o caráter inóspito das costas africanas tem sido apontado como fator para o isolamento do continente. A reduzida presença de recortes na costa priva de abrigos o litoral, frequentemente baixo e arenoso. As costas rochosas, raras na África ocidental, aparecem com frequência no Magreb, no Egito, ao longo do mar Vermelho e na extremidade meridional da África do Sul. Na África ocidental, as costas do sul do Senegal à Guiné e as costas do Gabão e Camarões têm como característica as rias. Trata-se de vastos estuários que resultaram da submersão de antigos vales fluviais, mas a maior parte deles apresenta consideráveis depósitos de vasa. Em algumas costas baixas, invadidas pelas marés, aparecem mangues, especialmente na região dos *"rivières du sud"* até a Serra Leoa, no delta do Níger e ao longo do litoral do Gabão. Em outras partes, cordões litorâneos orlam o continente, por vezes isolando lagoas, como as do golfo da Guiné. Finalmente, há os recifes de coral, que se estendem ao longo das margens africanas do mar Vermelho, do canal de Moçambique e da costa oriental de Madagáscar. A hostilidade do litoral africano foi atribuída, em grande parte, à rebentação das vagas em rolos violentos e regulares, que dificultam o acesso a certas regiões costeiras do continente. Há, entretanto, um certo exagero em torno dessa hostilidade: as costas mediterrâneas não impediram que a África do Norte participasse, durante longos séculos, de intercâmbios com o exterior. A ausência de portos naturais também é utilizada como justificativa para o isolamento da África negra até épocas recentes. Entretanto, basta inventariar os locais favoráveis à navegação para se constatar a riqueza do litoral africano neste aspecto, tanto na costa do Atlântico como na do Índico. De resto, os obstáculos citados nunca foram intransponíveis, pois as influências asiáticas e, mais tarde, europeias marcaram fortemente os povos da África, cujo isolamento foi apenas relativo. Os fatores humanos sem dúvida explicariam melhor o fraco interesse das populações litorâneas africanas pelas grandes expedições marítimas.

A zonalidade climática da África

As condições de vida na África dependem principalmente dos fatores climáticos. A simetria e a grande extensão do continente em ambos os lados do Equador, sua natureza maciça e seu relevo relativamente uniforme se combinam para conferir ao clima uma zonalidade inigualável em outras partes do mundo. Uma notável originalidade do continente africano é a sucessão de faixas climáticas ordenadas paralelamente ao Equador. Em ambos os hemisférios, os regimes pluviométricos africanos diminuem progressivamente em direção às altas latitudes. Por possuir a maior parte do território na zona intertropical, a África é o continente mais uniformemente quente do mundo. Este calor se faz acompanhar de seca, crescente em direção aos trópicos, ou de umidade, geralmente mais elevada nas baixas latitudes.

Fatores cósmicos

Neste continente intertropical por excelência, as diferenciações climáticas dependem muito mais das chuvas que das temperaturas, que na maior parte das regiões são elevadas em todas as estações. De qualquer modo, os regimes pluviométricos e térmicos estão, em primeiro lugar, ligados aos fatores cósmicos, isto é, à latitude e ao movimento aparente do sol. O sol atinge o zênite duas vezes por ano em todas as regiões intertropicais, mas somente uma vez nos trópicos de Câncer e Capricórnio, respectivamente a 21 de junho, data do solstício de verão, e 21 de dezembro, data do solstício de inverno no hemisfério norte. Atinge o zênite duas vezes ao ano no Equador, no equinócio de primavera (21 de março) e no equinócio de outono (21 de setembro). Em seu movimento aparente, o sol nunca desce muito abaixo do horizonte. Por essa razão, as temperaturas são altas durante todo o ano na zona intertropical. Nas regiões próximas ao Equador, onde a posição aparente do sol oscila em torno do zênite, observa-se uma ausência de estação térmica, pois há poucas variações sazonais de temperatura. As amplitudes anuais são da ordem de 3° a 4°. À medida que nos aproximamos dos trópicos do norte e do sul, porém, observamos um crescente contraste de temperaturas. No Saara registram-se fortes amplitudes – da ordem de 15° – entre as temperaturas médias de janeiro e julho. As extremidades setentrional e meridional do continente, que pertencem às zonas temperadas, apresentam regimes térmicos contrastados, pois as fortes amplitudes anuais resultam da oposição entre os invernos frios e os verões quentes. Além disso, as variações diurnas podem ser tão elevadas na região do Mediterrâneo quanto na zona

intertropical. Resumindo, os fatores cósmicos determinam dois tipos principais de regimes térmicos: regular nas latitudes equatoriais e progressivamente contrastado à medida que nos aproximamos dos trópicos.

Mecanismo pluviométrico

A explicação para as variações sazonais do clima africano está na existência de grandes centros de atividade atmosférica que põem em movimento massas de ar do tipo tropical e equatorial, marítimas ou continentais. Há dois anticiclones tropicais – ou centros de alta pressão – permanentes sobre o Atlântico, um no hemisfério norte (anticiclone dos Açores) e outro no hemisfério sul (anticiclone de Santa Helena). Existem outras duas células anticiclônicas, uma sobre o Saara, outra sobre o Calaari. Esses anticiclones continentais, de caráter sazonal, só desempenham papel importante durante o inverno boreal ou austral. No verão, eles se enfraquecem e são varridos para as extremidades do continente. Os centros de atividade atmosférica compreendem, por fim, uma zona de baixas pressões centrada no Equador térmico, oscilando de 5° de latitude sul em janeiro a 11° de latitude norte em julho. Os anticiclones emitem os alísios – que varrem a área intertropical – em direção à zona equatorial de baixa pressão dos ventos de superfície. Do anticiclone dos Açores partem ventos frescos e constantes – os alísios atlânticos, de direção nordeste – que afetam somente uma estreita faixa da costa do Saara até o Cabo Verde. O anticiclone de altitude do Saara é a fonte dos ventos de nordeste, os alísios continentais, secos e relativamente frescos, mas aquecidos à medida que se movem em direção ao sul. Trata-se do harmatã, de direção leste, abrasador e seco, que sopra com grande regularidade sobre todo o Sahel, do Chade ao Senegal. É acompanhado por turbilhões ascendentes que carregam areia ou poeira, originando névoa seca. No hemisfério sul, durante o inverno austral, manifestam-se também ventos relativamente secos e quentes em algumas partes da bacia do Zaire. Mas sobretudo nesta estação, que corresponde ao verão boreal, as baixas pressões continentais centradas no sul do Saara atraem os alísios marítimos provenientes do anticiclone de Santa Helena; estes se desviam para nordeste após cruzar o Equador. É a monção da Guiné, que sopra sob o harmatã, afastando-o para o norte e elevando-o. O encontro dessas massas de ar de direção, temperatura e umidade diferentes é a zona de convergência intertropical ou frente intertropical, que determina as estações chuvosas.

Durante o verão boreal (maio-setembro) a frente intertropical, de direção leste-oeste, desloca-se entre 10° e 20° de latitude norte. O alísio vindo do sul carrega, então, massas de ar úmidas para a costa da Guiné, dando início à estação

chuvosa. No inverno, a zona de convergência forma-se no golfo da Guiné, abordando o continente pela costa de Camarões e cortando a metade sul do continente, para atravessar o canal de Moçambique e o noroeste de Madagáscar. Ao norte do Equador, reinam os ventos continentais muito secos na África ocidental. Ao sul do Equador, a convergência do alísio continental austral e das massas de ar do alísio marítimo proveniente do norte do oceano Índico provoca precipitações.

O mecanismo geral do clima pode ser modificado por fatores geográficos, tais como as correntes marinhas, o relevo e a orientação da costa. As correntes frias constantes da fachada atlântica da África atuam simetricamente em ambos os lados do Equador. Ao norte, a corrente das Canárias, movida pelos ventos do anticiclone dos Açores, segue a costa desde Gibraltar até Dacar, trazendo baixas temperaturas e neblina. Perto dos 15° de latitude, a corrente das Canárias volta-se para oeste. Sua réplica no hemisfério sul é a corrente de Bengala, posta em movimento pelos ventos do anticiclone de Santa Helena e acompanhada de temperaturas baixas e densos nevoeiros ao longo das costas do sudoeste africano, antes de seguir para oeste na altura do cabo Frio. Assim se explicam os desertos costeiros da Mauritânia e da Namíbia. Entre as duas correntes frias da fachada atlântica insinua-se a contracorrente equatorial da Guiné, que desloca massas de água quente de oeste para leste, aumentando a umidade e a instabilidade atmosféricas e, consequentemente, a possibilidade de chuva ao longo da costa, de Conakry a Libreville.

A circulação das correntes marinhas na fachada do oceano Índico manifesta--se de forma diferente. As águas equatoriais, impelidas em direção ao continente pelos ventos de sudeste provenientes do anticiclone centrado no leste de Madagáscar, formam a corrente quente de Moçambique, que se dirige para o sul e tem como prolongamento a corrente das Agulhas. Traz umidade para a costa sudeste da África. Ao norte do Equador, as correntes marinhas se invertem com a mudança de direção dos ventos. Assim, no verão, uma corrente quente de direção nordeste passa ao longo da costa da Somália. No inverno, essa mesma costa é banhada por uma corrente fria proveniente da Arábia que se move em direção ao Equador.

O relevo da África, não obstante sua relativa uniformidade, exerce influência sobre o clima, uma vez que opõe as elevações litorâneas – verdadeiras telas a impedir o acesso das massas de ar úmidas – às bacias centrais, planaltos interiores e vales de abatimento tectônico, onde prevalecem graus variados de aridez.

A disposição do litoral em relação à direção dos ventos portadores de chuva também constitui um fator de diferenciação climática. As áreas diretamente

expostas à monção de sudoeste, especialmente quando montanhosas, apresentam o mais alto índice pluviométrico da África ocidental (aproximadamente 5000 mm na República da Guiné). Na África austral e em Madagáscar, as costas perpendiculares à direção dos alísios marítimos recebem fortes precipitações. Já os setores costeiros paralelos à direção dos ventos e sem relevo marcante, como no Benin e na Somália, recebem menos chuva.

Na África, os ritmos climáticos sazonais são determinados principalmente pela pluviosidade. O volume das precipitações decresce gradualmente do Equador aos trópicos, e os desertos de Saara e Calaari recebem menos de 250 mm de chuva por ano. Essa diminuição dos totais pluviométricos é acompanhada de modificações nos ritmos sazonais das precipitações, que apresentam maior contraste à medida que se vai para o norte. Nas regiões próximas ao Equador, portanto submetidas à influência permanente das baixas pressões, as chuvas manifestam-se durante o ano inteiro, embora diminuindo sensivelmente nos solstícios. Em direção ao norte e ao sul, as chuvas se concentram em um único período, que corresponde ao verão de cada hemisfério. Assim, uma estação chuvosa se opõe a uma estação seca, que se torna mais longa à medida que nos aproximamos dos trópicos. Mas as duas extremidades do continente, o Magreb e a província do Cabo, apresentam uma originalidade marcada pelas chuvas de estação fria. Essas regiões têm um índice pluviométrico médio, distribuído irregularmente no espaço.

Zonas climáticas

As variações dos regimes pluviométricos, tanto nos totais anuais quanto na distribuição sazonal, orientam a divisão da África em grandes zonas climáticas.

Climas equatoriais

Caracterizam as regiões centrais que, em ambos os lados do Equador, deparam com duas passagens *equinociais* da frente intertropical, às quais são ligadas fortes precipitações. Desde o sul de Camarões à bacia do Zaire, ocorrem chuvas abundantes durante o ano todo. O ar fica saturado de vapor de água em todas as estações. O total pluviométrico anual geralmente ultrapassa os 2000 mm. Nessa atmosfera úmida, observa-se uma fraca variação mensal de temperatura; a média anual é de 25°C.

A leste, nas regiões equatoriais sob influência climática do oceano Índico, encontramos os mesmos ritmos pluviométricos, mas com um total anual inferior a 1500 mm. As variações anuais da temperatura apresentam-se mais acentuadas

do que as da fachada atlântica da zona equatorial. As amplitudes diurnas são mais altas nas regiões que pertencem climaticamente ao mundo índico.

Climas tropicais

Manifestam-se na vasta área influenciada pelos deslocamentos da frente intertropical, ao norte e ao sul da zona equatorial. O noroeste da África, entre os 4º de latitude e o Trópico de Câncer, possui uma gama variada de climas, desde as duas passagens equinociais ao sul à passagem solsticial única ao norte. No litoral do golfo da Guiné, o clima é subequatorial ou guineense, sem estação seca, mas apresentando uma pluviosidade mais acentuada quando das duas passagens do sol pelo zênite. O efeito orográfico da barreira costeira provoca a condensação de uma forte umidade trazida pela monção do sudoeste. A faixa costeira, desde a República da Guiné até a Libéria, recebe mais de 2000 mm de precipitações anuais.

A região do Sudão, localizada mais ao norte, apresenta vários aspectos de clima intertropical. Distingue-se uma variedade seca que anuncia o deserto. Em latitudes mais altas, as duas estações, a úmida e a seca, alternam-se na zona intertropical. Entre os dois extremos – fortes chuvas equatoriais e a aridez do Trópico de Câncer – encontramos as seguintes gradações:

a) A primeira subzona caracteriza-se por apresentar índices pluviométricos anuais entre 1500 e 2000 mm e precipitações que duram mais de seis meses. As amplitudes térmicas anuais aumentam em relação às da zona equatorial.
b) A subzona central é mais seca, pois as precipitações ocorrem somente de três a seis meses por ano, totalizando de 600 a 1500 mm. As amplitudes térmicas mostram sensível aumento.
c) A subzona setentrional, conhecida como Sahel na África ocidental, recebe menos de 600 mm de precipitações, que ocorrem durante menos de três meses. As chuvas são cada vez mais irregulares e as variações de temperatura são crescentes.
d) Ao sul do Equador, distingue-se a mesma distribuição latitudinal das variedades climáticas tropicais. Observam-se, porém, gradações mais nítidas, por ser a África austral menos maciça e devido à importância das altas elevações que dominam as planícies costeiras banhadas pelo oceano Índico. A convergência do ar marítimo equatorial do noroeste e do ar marítimo tropical do leste provoca chuvas abundantes nas costas de Moçambique e na fachada oriental de Madagáscar. A costa atlântica, ao contrário, é seca devido à presença da corrente quente de Benguela, responsável pela existência do deserto da Namíbia.

Climas desérticos

Os climas desérticos caracterizam as regiões situadas de ambos os lados dos trópicos. O índice pluviométrico é inferior a 250 mm e as precipitações bastante irregulares. O Saara, o maior deserto quente do mundo, recebe no total menos de 100 mm de chuva por ano. Entretanto, observam-se gradações devidas à oscilação do anticiclone do Saara que, entre os solstícios, sobe para o Mediterrâneo ou desce para baixas latitudes. No primeiro caso, facilita a penetração de infiltrações da monção, enquanto no segundo favorece incursões de ar polar. Tais oscilações permitem distinguir o Saara setentrional, com chuvas mediterrâneas na estação seca, do Saara central, onde praticamente não ocorrem precipitações, e do Saara meridional, com chuvas tropicais na estação quente.

Situado no Trópico de Capricórnio, o deserto do Calaari é mais aberto que o Saara às influências oceânicas do sudoeste, pois o estreitamento do continente atenua a influência da célula anticiclônica sobre o clima. Dessa forma, há maior umidade e menores amplitudes térmicas.

Climas mediterrâneos

Os climas mediterrâneos do Magreb e da extremidade meridional da África têm por peculiaridade a divisão do ano em duas estações, uma fresca e chuvosa e outra quente e seca. A região mediterrânea, submetida ao regime dos ventos da zona temperada, caracteriza-se pela passagem, no inverno, de ciclones oceânicos carregados de umidade. Por vezes, ocorrem invasões de ar polar, que ocasionam frio intenso acompanhado de geada e neve, em particular nas cordilheiras do Magreb. A aridez e o calor do verão originam-se da influência dos ventos que sopram dos desertos vizinhos: o Saara no hemisfério norte e o Calaari no hemisfério sul.

Meios bioclimáticos africanos

Na África, mais do que em qualquer outra parte do mundo, a vida humana se organizou em contextos naturais que se revelam, antes de tudo, meios bioclimáticos. O clima e o relevo combinam seus efeitos para determinar as grandes regiões, individualizadas pela hidrologia, características pedológicas e botânicas.

O escoamento das águas continentais

A diversidade climática reflete-se na hidrografia. Na África, porém, o escoamento das águas para os oceanos exerce uma função muito menos importante do que aquela que um julgamento precipitado poderia sugerir. Mais da metade da superfície do continente compõe-se de regiões de drenagem arréica ou endorréica. Além disso, os sistemas fluviais encontram obstáculos no seu percurso. De fato, seus contornos são formados por trechos de fraca declividade unidos abruptamente por rápidos, quedas d'água e cataratas. Assim, grande parte das águas que eles drenam sofre infiltração permanente e, sobretudo, intensa evaporação, resultante da estagnação nas bacias, fossas e depressões do pedestal.

Organização das redes hidrográficas

As vastas áreas do continente onde as chuvas são escassas ou inexistentes não possuem cursos d'água permanentes. Mas a área seca mediterrânea recebe algumas chuvas violentas que originam lençóis de escoamento que por vezes se acumulam em uedes. Estes terminam por esvaziar-se devido à evaporação e infiltração das águas. Nas regiões de índice pluviométrico satisfatório, em clima tropical ou equatorial, os grandes rios e seus principais afluentes formam redes organizadas que coletam parte da água das bacias, assegurando-lhes o sangramento em condições frequentem ente difíceis. De fato, as bacias em que se formou a maioria dos rios africanos apresentam soleiras periféricas desfavoráveis a um bom escoamento para o mar. Assim, as águas continentais escoam-se através das dobras costeiras por vales estreitos e profundos, que apresentam frequentes rupturas de declive no curso inferior de alguns dos principais rios. O Zaire possui trinta e dois rápidos entre Stanley Pool e o estuário. O Zambeze salta 110 m nas cataratas de Vitória, antes de mergulhar na Garganta de Kariba e atravessar várias cataratas basálticas. A jusante de Cartum, o Nilo passa por seis rápidos, denominados cataratas, antes de chegar ao Mediterrâneo. Todos os demais grandes rios – Níger, Senegal, Orange, Limpopo – têm perfil em forma de escada, principalmente nos cursos inferiores. É fácil entender, desde logo, as dificuldades de navegação nos rios da África, que têm a aparência de medíocres canais de comunicação. Entretanto, foram eles que permitiram, no passado, contatos proveitosos entre os diferentes povos do continente.

Entre as grandes redes hidrográficas, observam-se confusas redes de córregos, lagoas e pântanos, desordenados e sem drenagem regular para o exterior. Trata--se, por vezes, de águas estagnadas, ou de escoadouros das águas provenientes

do transbordamento dos rios adjacentes, ou ainda, ao contrário, de afluentes desses cursos d'água. Estes se formaram, ao longo das eras geológicas, nas bacias de subsidência, no fundo das quais as águas continentais carregadas de aluvião acumularam-se em lagos. A drenagem tornou-se possível pela ação de movimentos tectônicos que afetaram o embasamento. Assim, os imensos lagos interiores escoaram suas águas através dos vales de abatimento tectônico ou das falhas. Fenômenos de captura resultantes do fraturamento do pedestal ou da evolução morfológica contribuíram, sem dúvida, para a organização das redes hidrográficas. O endorreísmo ainda se manifesta, entretanto, nas bacias do Chade e Okovango, ocupadas por lagos rasos e pântanos que adquirem dimensões impressionantes ao receber a contribuição sazonal dos lençóis de escoamento superficial. Outras bacias de subsidência, embora providas de saída para o mar, apresentam uma tendência análoga ao endorreísmo. Assim se formaram os pântanos de Macina ou "delta interior do Níger", os do Bahr el-Ghazal no Sudão e os da bacia do Zaire.

Regimes dos rios africanos

Por toda a África, os ritmos pluviométricos regulam os regimes hidrológicos, o que equivale a dizer que as variações sazonais dos débitos fluviais estão diretamente ligadas ao regime anual de precipitações. Os cursos d'água das regiões equatoriais são regulares e caudalosos o ano inteiro. No entanto, apresentam dois períodos de cheia, correspondentes às chuvas equinociais.

Na zona tropical, um período de cheia correspondente à estação das chuvas, isto é, ao solstício de verão, é seguido por um período de pronunciada estiagem durante a estação seca. O regime é, portanto, bastante contrastado. Ademais, há um intervalo entre o período de precipitações e a subida das águas, devido ao lento escoamento das mesmas sobre superfícies de declividade geralmente fraca. Nas regiões subáridas, o escoamento intermitente dos uedes manifesta-se quando das raras chuvas violentas, que provocam cheias repentinas mas de curta duração, visto que as águas se perdem rio abaixo. Na zona mediterrânea, as fortes chuvas e a presença de relevos montanhosos transformam os rios em torrentes. Esses rios têm regimes bastante irregulares, caracterizados por cheias no inverno e estiagem acentuada no verão. Nesta zona climática, muitos cursos d'água são uedes de escoamento intermitente.

Os grandes rios africanos, com redes que se estendem sobre várias zonas climáticas, escapam aos esquemas simples anteriormente mencionados.

Caracterizam-se por regimes complexos variáveis, ou seja, por variações sazonais de débito que se modificam de montante a jusante.

Os grandes rios africanos

Na África, uns poucos rios de grande porte, que se colocam entre os mais importantes do mundo, drenam imensas bacias, quase todas situadas na zona intertropical. Os regimes desses rios estão ligados às condições de alimentação pluvial das vertentes de suas bacias.

O Zaire é o exemplo mais típico de rio equatorial com duas máximas equinociais. Sua rede estende-se por quase 4 milhões de quilômetros quadrados, entre 12º S e 9º N. Assim, por intermédio do Kasai e do Lualaba, ele cruza regiões austrais com máxima pluvial nos solstícios. Seu principal afluente do hemisfério norte é, ao contrário, alimentado pelas chuvas do solstício boreal, enquanto uma grande parte de seu curso se estende por regiões com duas máximas pluviais equinociais, A combinação de diferentes intumescências gera, em Kinshasa, um regime hidrológico com duas máximas (em março e em julho). O Zaire é um rio abundante e regular, cujo débito médio anual de 40.000 m^3/s só é superado pelo do Amazonas.

O Nilo, que através de seu braço de origem, o Kagera, tem suas cabeceiras em Ruanda e Burundi, recebe águas equatoriais que se espalham pelos pântanos do Bahr el-Ghazal. Após atravessar o lago Vitória, é reforçado pelos afluentes tropicais provenientes das montanhas da Etiópia. O Nilo Azul e o Atbara, que têm um regime de máxima solsticial, permitem que o Nilo atravesse uma imensa área desértica antes de alcançar o Mediterrâneo. Apesar de sua grande extensão, sem igual na África (6700 km), o Nilo é pouco volumoso, possuindo um débito médio anual inferior a 3000 m^3/s. Porém tem sido, desde a Antiguidade, um dos rios mais úteis do mundo.

O Níger, cuja bacia se estende de 5° N a 16° N, possui um regime mais complexo. Ele descreve uma extensa curva, de traçado bastante original. Nasce na faixa montanhosa do Atlântico e dirige-se para o Saara, orientando-se, depois, para o golfo da Guiné, onde deságua por um vasto delta. Assim, os cursos superior e inferior atravessam regiões meridionais de clima tropical úmido. O curso médio demora-se em um "delta interior" de clima saheliano e curva--se com dificuldade na região subdesértica de Tombuctu, antes de receber um volume de água cada vez maior em direção à jusante. A estação chuvosa traz duas cheias simultâneas, uma no curso superior e outra no curso inferior. Mas a primeira, que se manifesta até o Níger, declina gradualmente em consequência

da evaporação e da infiltração na zona tropical seca. A segunda, visível desde o norte do Benin, continua a jusante devido às chuvas locais de máxima solsticial. O Níger recebe, no curso inferior, o Benue, seu principal afluente.

Solos africanos

A distribuição geográfica dos solos segue um zoneamento estreitamente vinculado ao clima. As várias formações pedológicas resultam principalmente da ação da água e da temperatura nas rochas locais. Nas regiões tropicais, as chuvas quentes, abundantes e ácidas lavam as rochas, dissolvendo os minerais básicos e carregando-os para as camadas inferiores do solo. Nas baixas latitudes muito úmidas, até 10º ao norte e ao sul do Equador, a decomposição química das rochas resulta na formação de solos ferralíticos. Trata-se geralmente de argilas móveis avermelhadas, de vários metros de espessura. Originam-se da transformação da rocha-mãe em elementos coloidais, incluindo o caulim, a hematita e a sílica (cerca de 30% do total). Embora protegidos da erosão pela cobertura florestal, os solos ferralíticos contêm pouca matéria orgânica e húmus.

Nas regiões sudanesas com estação seca definida, formam-se solos tropicais ferruginosos menos profundos que os anteriores, ricos em óxidos de ferro, possuindo superfície arenosa e interior argiloso. Pouco estáveis, são sensíveis à erosão pluvial e eólea. Sua estrutura se deteriora muito rapidamente na superfície se a cobertura vegetal estiver ausente. Esses solos frequentemente sofrem laterização na África ocidental, onde o processo de lixiviação, que ocorre durante a estação chuvosa, alterna-se com um intenso dessecamento na estação seca, especialmente quando sopra o harmatã. Em algumas regiões situadas ao norte da faixa costeira do golfo da Guiné, há antigas superfícies desnudadas pela erosão, cujos solos apresentam carapaças ou couraças denominadas *bowé*. Tais formações pedológicas caracterizam-se por um forte acúmulo de óxido de ferro e alumínio seguido de endurecimento nos níveis menos profundos. Mas um bom número desses *bowé* antigos data do Terciário. Suas superfícies lateríticas afloraram em consequência da erosão dos níveis móveis superiores. O valor agronômico desses solos é, em toda parte, muito limitado. Solos semelhantes são encontrados em Madagáscar nos *tampoketsa* do noroeste de Antananarivo. Mais ao norte, no hemisfério boreal, formaram-se, sob um clima de estações contrastantes e sob uma cobertura herbácea, solos pardos, estruturados, de grande valor agronômico. Apesar de sensíveis à lixiviação, permitiram o desenvolvimento de culturas agrárias associadas aos grandes impérios sudaneses da época pré-colonial.

Ao sul do Equador, nos países banhados pelo Zambeze, formaram-se sob a cobertura da floresta seca solos ligeiramente lixiviados, semelhantes a formações podzólicas.

Ao norte e ao sul, nas regiões subáridas vizinhas ao Saara e ao Calaari, encontram-se solos castanhos de estepe, que correspondem a areias dunares mais ou menos fixas, ou a formações argilo-arenosas nas depressões. Leves e soltos, são adequados para o plantio, mas sua regeneração requer a prática de longos alqueives de arbustos ou herbáceas. Nas regiões áridas onde predominam as formas de erosão mecânica, as fortes variações de temperatura favorecem a fragmentação das rochas, que sofrem igualmente a ação violenta do vento e das raras chuvas, estas responsáveis pelo escoamento em lençol do material detrítico. Observam-se, nessas regiões, areias estéreis constituindo ergs, cascalheiras ou regs que cobrem grandes extensões e crostas argilosas nas planícies. Excetuando-se os oásis, os desertos não oferecem solo utilizável para o plantio.

No meio ambiente mediterrâneo, a ação da água e das estações contrastadas ocasionam uma menor alteração química das rochas, em relação ao fenômeno de decomposição observado na região tropical úmida. Os solos assemelham-se aos dos trópicos secos, apresentando coloração vermelha, cinza ou castanha. Em geral são ricos em sais. Alguns deles, como os solos estépicos, ricos em calcário, introduzem o meio temperado. Outros, formados de crostas de calcário ou gipso, são bastante característicos da zona mediterrânea.

Regiões biogeográficas

Fatores climáticos e pedológicos respondem pela diversidade das condições mesológicas nas quais se constituem as paisagens botânicas.

Florestas densas pluviais

A paisagem botânica mais imponente localiza-se no centro do continente, entre 5° N e 5° S. A vegetação característica é a floresta densa, úmida e alta, que se divide em diversos estratos sucessivos. Lianas e epífitas acentuam a obscuridade causada pela superposição das folhagens sempre verdes. Existem, porém, gradações; é o caso dos cerrados pantanosos sobre *poto-poto*[1] ou das clareiras que anunciam a passagem para formas características de climas mais secos. A extrema diversificação das espécies da floresta pluvial, bem

1 Solo lamacento de alguns centímetros de profundidade constituído essencialmente de argila.

como sua distribuição espacial anárquica, tornam difícil sua exploração. O calor e a umidade constantes, aliados à exuberância da vegetação, favorecem a multiplicação de microrganismos, vermes e insetos. Trata-se de um meio geralmente hostil ao homem, que, apesar de silencioso, é habitado por uma grande variedade de animais, tais como o hipopótamo, o elefante, o porco-selvagem e a pantera. Mas são os pássaros, répteis e mamíferos arborícolas que encontram maior facilidade de locomoção e reprodução, apesar de fatores adversos como a abundância de parasitas. Fora da zona equatorial, a grande floresta fluvial pode existir em terras altas expostas por muito tempo aos ventos carregados de umidade, de que é exemplo a vertente oriental dos planaltos de Madagáscar.

Savanas e florestas abertas

A zona da floresta ombrófila limita-se com a floresta seca de folhas caducas, característica das regiões onde as chuvas se concentram nos solstícios. Aparece, na maioria dos casos, como uma formação aberta em que a população arbórea cobre apenas parcialmente uma vegetação arbustiva e herbácea. Quando sofre depredação humana, dá lugar a paisagens herbáceas características de regiões com estação seca mais definida. Assim, a savana tropical aparece à medida que nos afastamos das baixas latitudes. Essa vegetação, característica de regiões com estações contrastadas, apresenta algumas nuances relacionadas às variedades mais ou menos úmidas de climas tropicais.

Na orla da floresta, a savana pré-florestal comporta ainda grandes árvores, que são, todavia, menos numerosas que os arbustos; a cobertura herbácea adquire maior importância. As florestas-galerias acompanham os cursos d'água em faixas mais ou menos largas. A floresta-parque justapõe espaços arborizados a superfícies com menor cobertura, onde aparecem principalmente gramíneas altas. As savanas herbáceas destituídas de árvores resultam, sem dúvida, do desmatamento efetuado pelo homem e da laterização do solo. Mais além da floresta densa, a savana herbácea, constituída de um tapete contínuo de ervas altas, cede gradualmente lugar à savana arbustiva, onde com frequência o solo aparece desnudado entre trechos de cobertura herbácea. Nos diferentes tipos de savanas, os animais herbívoros encontram condições favoráveis de existência. Dessa forma, a caça é abundante, e existem condições propícias à criação de gado. Nessas terras de fácil desbravamento, o homem pode igualmente dedicar-se à prática da agricultura.

Paisagens de estepe

A estepe caracteriza as regiões que apresentam uma longa estação seca. Compõe-se de tufos de gramíneas e arbustos espinhosos, principalmente acácias. Essa formação aberta é encontrada nas regiões setentrionais da África ocidental e oriental e, mais esporadicamente, na África do Sul, no deserto de Calaari e no sudoeste de Madagáscar. A vegetação subdesértica, constituída por uma estepe progressivamente empobrecida, é encontrada nas regiões de índice pluviométrico inferior a 200 mm.

Formações vegetais mediterrâneas

As extremidades do continente africano apresentam estepes arbustivas ou graminosas nas regiões mais secas. Nas regiões mais úmidas, porém, principalmente nas cordilheiras do Magreb, aparecem florestas secas de carvalhos, sobreiros, pinheiros e cedros. São formações vegetais perenifólias que dominam uma vegetação rasteira arbustiva.

Conclusão

A África aparece como um velho continente que, desde épocas remotas, foi ocupado por povos que cedo desenvolveram esplêndidas civilizações. A geografia africana, tanto em seus aspectos estruturais como em seus meios naturais, mostra traços vigorosos herdados de um longo passado geológico. O espaço africano é mais maciço e continental do que qualquer outro. Vastas regiões no coração do continente, a uma distância de mais de 1500 km do mar, permaneceram durante muito tempo à margem das grandes correntes de circulação, o que explica a importância das depressões meridianas, como o *Rift Valley* da África oriental, para a fixação do homem desde a Pré-História. O isolamento geográfico acentuou-se nas proximidades dos trópicos devido às variações climáticas do Terciário e do Quaternário. Durante milhares de anos, o Saara úmido foi um dos maiores centros de povoamento do mundo. Mais tarde, os períodos secos contribuíram para a formação de imensos desertos como o Saara e o Calaari. Os intercâmbios de todo tipo entre as diversas civilizações do continente foram, por conseguinte, prejudicados, mas não interrompidos. Dessa forma, o clima constitui um fator essencial para a compreensão do passado africano. Ademais, os ritmos pluviométricos e os meios bioclimáticos exercem uma influência efetiva na vida do homem atual. As sociedades africanas tiraram

proveito da complementaridade das zonas climáticas para estabelecer entre si as correntes de intercâmbio mais antigas e vigorosas. Finalmente, a história da África foi particularmente influenciada pela riqueza mineral, que constitui um dos principais fatores da atração que o continente sempre exerceu sobre os povos conquistadores. Assim, o ouro da Núbia e de Kush foi explorado pelas dinastias do antigo Egito. Mais tarde, o ouro da África tropical, principalmente da região sudanesa e do Zimbabwe, tornou-se fonte de prosperidade das sociedades do norte da África e do Oriente Próximo e suporte dos grandes impérios africanos do sul do Saara. Em tempos remotos, o ferro foi objeto de troca entre a floresta e as regiões tropicais da África. As salinas da orla do Saara tiveram um papel importante nas relações entre os Estados negros do Sudão e dos povos árabe-berberes do norte da África. Mais recentemente, a riqueza mineral da África tem sido explorada pelas potências coloniais. Atualmente é, em grande parte, exportada como matéria-prima.

CAPÍTULO 14

Geografia histórica: aspectos econômicos

A. Mabogunje

Segundo Gilbert, "o verdadeiro objetivo da geografia histórica é a reconstrução da geografia regional do passado".[1] Num volume como este, tal definição deveria levar-nos a apresentar uma geografia regional da pré-história africana, com ênfase nos aspectos econômicos. Tal propósito implicaria, sem dúvida, em um exame completo das condições físicas e humanas vigentes num passado remoto, o que inevitavelmente acabaria por invadir o objeto de estudo de alguns tantos outros capítulos deste volume. Assim sendo, o presente capítulo tratará fundamentalmente de considerar os recursos naturais básicos em termos da forma como foram descobertos e utilizados na África desde a Pré-História. Tal enfoque, além de revelar a vasta gama de riquezas naturais do continente como as conhecemos na atualidade, procurará destacar aquelas que foram consideradas como tais num passado remoto, os lugares onde foram descobertas, a maneira como foram utilizadas e em que medida facilitaram ou frearam o controle do homem sobre extensas áreas do continente.

Os minérios e o desenvolvimento da tecnologia humana

Os minerais talvez constituam o mais significativo dos recursos naturais que permitiram ao homem o controle de seu meio ambiente. Os minérios são

1 GILBERT, E. W. 1932, p. 132.

o material-chave do universo. Seu processo de formação é extremamente lento, podendo estender-se por milhões de anos. Comparada à ocupação da Terra pelo homem, a qual talvez remonte a três milhões de anos, a escala temporal geológica é bastante longa, abrangendo mais de cinco bilhões de anos.

Vastas zonas da África repousam sobre massas rochosas classificadas entre as mais antigas do planeta. As rochas cristalinas antigas, consideradas como o "pedestal" rochoso do continente, recobrem pelo menos um terço de sua superfície. Compreendem sobretudo granitos e rochas metamórficas, como os xistos e os gnaisses. Algumas são altamente mineralizadas. Entre as mais importantes dessas formações, convém destacar as da zona cuprífera do Shaba (Zaire), cuja extensão ultrapassa 300 km. Esta zona contém não só as maiores jazidas de cobre do mundo, como também algumas das mais ricas jazidas de rádio e cobalto. No Transvaal (África do Sul), o complexo ígneo do Bushveld, com uma superfície de 6000 km^2, e o Great Dike, que atravessa o Transvaal numa extensão de 500 km até o Zimbabwe, são igualmente abundantes em minérios, como a platina, o cromo e o amianto. A zona diamantífera africana não tem correspondente no resto do mundo. É na África do Sul que atinge sua maior concentração, embora haja outras jazidas na Tanzânia, em Angola e no Zaire. A África do Sul, Gana e o Zaire possuem minas de ouro; o estanho é encontrado no Zaire e na Nigéria. Ressaltemos também a presença de importantes jazidas de minério de ferro na África ocidental, como as da Libéria, da Guiné e de Serra Leoa. Somente a Guiné possui mais da metade das reservas mundiais de bauxita, minério de alumínio.

O antigo embasamento da África sofreu inúmeras fraturas vulcânicas, que remontam além do Pré-Cambriano. Essas fraturas provocaram intrusões graníticas portadoras de ouro e estanho, bem como imbricações de rochas básicas e ultrabásicas. Produziram igualmente rochas eruptivas ou efusivas, em grande parte de formação mais recente, que, além de desagregar-se para formar solos ricos e férteis, também produziram minérios e rochas de grande importância na história do continente, como o basalto de obsidiana do Quênia.

O resto da África, ou seja, cerca de dois terços do continente, apresenta antigas rochas sedimentares que remontam ao Pré-Cretáceo. Devido à sua idade, estas rochas também contêm inúmeros depósitos minerais. Ao longo da margem norte do continente, por exemplo, numa área que se estende do Marrocos à Tunísia, atravessando a Argélia, encontra-se o grande cinturão dos fosfatos associados às jazidas de ferro, extremamente ricas. Importantes jazidas de minério de ferro de origem sedimentar podem ser encontradas, ainda, na região de Karoo, na África do Sul, e nas Damara, na Namíbia. Em contrapartida,

excetuando-se. umas poucas ocorrências no *High Veld* da África do Sul e no *Wankie Field* do Zimbabwe, o carvão praticamente inexiste no continente. Como que para compensar essa deficiência, as rochas sedimentares mais recentes do Pós-Cretáceo encerram, no Saara e no litoral da África ocidental, vastos lençóis de petróleo e gás natural.

Esta riqueza mineral contribuiu em grande parte para sustentar a organização e a exploração humanas durante um longo período da história. Supõe-se, por exemplo, que o controle do comércio do ouro entre o oeste e o norte da África através do deserto foi, durante o período medieval, uma das principais razões do surgimento e da queda de impérios e reinos no Sudão ocidental. É certo que, a partir do último milênio, o comércio do ouro e do minério de ferro atraiu os árabes à África oriental. Por outro lado, inicialmente seduzidos pelas riquezas minerais da América Latina, os europeus, no decorrer dos últimos séculos, concentraram-se na África, transformando-a em reservatório colonial de minérios brutos para alimentar o crescimento das indústrias europeias.

Todavia, durante o período pré-histórico, os minérios de importância capital para o progresso tecnológico do homem eram de tipo mais modesto, e sua distribuição mais difusa. Os mais importantes são os minérios líticos, de estrutura homogênea e grande dureza, oferecendo excelentes possibilidades de fissão.[2] Distinguem-se, nessa categoria, as rochas ígneas vitrosas encontradas nas regiões vulcânicas da África oriental, particularmente nos arredores do Gregory Rift Valley. Estas rochas foram a base da indústria paleolítica capsiense do Quênia, que produziu longas lâminas e diversos utensílios microlíticos.

Outro material de boa qualidade são as formas siliciosas, como o quartzito, e as rochas de textura fina endurecidas, como o sílex, os xistos e os tufos. No Zimbabwe, a indústria mesolítica bambata consumiu grandes quantidades de calcedônia, enquanto o sílex e a sílica do Eoceno eram utilizados no planalto da Tunísia e no Egito, para onde se supõe tenham sido importados. O quartzito, dentre todos o mais difundido na África, sobretudo na forma de seixos presentes nos cursos d'água, foi a base das indústrias acheulenses do Paleolítico. Em certos lugares, como no curso médio do Orange, na África do Sul, os xistos endurecidos foram utilizados com a mesma finalidade que o quartzito.

São, no entanto, inferiores as propriedades líticas dos anfibolitos de textura fina, conhecidos pelo nome de *greenstones,* e das rochas ígneas profundas ou intermediárias, como o basalto, o dolerito e o diorito – todas oferecendo material

2 ROSENFELD, A. 1965, p. 138.

apropriado para a fabricação de machados e enxós. Estas rochas serviam também para a confecção de armas, como as pedras de arremesso, e de pontas de flecha. De todas as rochas ígneas de grande consumo, talvez o basalto tenha sido a mais utilizada na manufatura de recipientes de pedra, embora praticamente todas as variedades de rochas disponíveis tenham sido empregadas com esta finalidade. Os granitos, o diorito e o porfirito, rochas ígneas, foram utilizados localmente e de forma intensiva. Também eram conhecidas as rochas de menor dureza, como as calcárias; no Egito, por exemplo, chegaram a ser utilizadas rochas como a esteatita e a serpentina. Além do mais, a argila constituiu, em toda a África, a base da indústria da cerâmica, amplamente difundida e altamente diversificada, remontando ao Mesolítico.

A importância dos minerais no desenvolvimento da tecnologia humana durante a pré-história vai além da simples fabricação de ferramentas, armas e recipientes: abrange também a construção de moradias, onde o barro substituía o gesso. Edifícios públicos importantes, monumentos como as pirâmides do Egito exigiram grandes quantidades de rochas graníticas duras ou de quartzito. Os minerais forneceram os pigmentos para as pinturas rupestres, algumas das quais, no Saara e na África austral, conservaram-se admiravelmente até nossos dias. Os pigmentos eram obtidos através da trituração de diferentes tipos de rochas, como a hematita, o manganês e o caulim, misturando-se o resultante com elementos gordurosos ou resinosos.

Mas foi certamente o ferro o minério de maior importância para o desenvolvimento da África no fim da era pré-histórica. A tecnologia moderna, devido a sua mecanização complexa e aos pesados investimentos econômicos que acarreta, torna necessária a exploração de jazidas relativamente ricas em minérios e em geral próximas umas das outras. Mas a situação na pré-história era menos restritiva. O laterito, ou crosta ferruginosa, recobre vastas zonas nas savanas herbosas da África e também reveste grande variedade de rochas. nos antigos platôs peneplanizados. Algumas variedades são tão ricas que constituíram a base das primeiras atividades da metalurgia do ferro. Tão logo foi descoberta, a técnica expandiu-se com rapidez de ponta a ponta do continente, marcando forte contraste com o cobre e o estanho, que, por se concentrarem em áreas muito restritas, não permitiram a ampla difusão da cultura do bronze na África, à exceção de algumas comunidades pré-históricas que faziam uso do cobre, como os habitantes do planalto do nordeste da Etiópia e os grupos Luba e Shaba. Deve-se, porém, salientar a existência de uma idade do cobre na Mauritânia, pelo menos cinco séculos antes da Era Cristã.

Os recursos vegetais e o crescimento populacional

Graças a seus recursos vegetais, o continente africano pôde suprir as necessidades de uma população cuja densidade não cessou de aumentar. Como já ressaltamos, a África é, antes de tudo, um continente de pradarias. Uma grande variedade de ervas vivazes cobre mais de 50% de sua superfície total; em seguida vem o deserto, com cerca de 30%; depois a floresta, com menos de 20%. No plano da ocupação humana, essa diversidade de meios ambientes foi importante na medida em que eles asseguravam a subsistência da caça, forneciam frutas ou raízes comestíveis, bem como materiais para a fabricação de utensílios, vestimentas, abrigos, e, finalmente, ofereciam cultígenos passíveis de aclimatação e transformação em culturas agrícolas.

A zona das pradarias é, por essência, a reserva da caça africana, com sua grande variedade de antílopes, gazelas, girafas, zebras, leões, búfalos, búbalos, elefantes, rinocerontes, hipopótamos, sem contar a caça de pequeno porte. Assim, como salientou Clark, não é de surpreender que encontremos alguns dos mais antigos sítios de ocupação humana ao longo dos cursos d'água ou dos grandes rios, à beira dos lagos ou do mar, numa paisagem que, hoje, é a pradaria, a savana, o Sahel semidesértico ou o deserto.[3] A floresta era, em geral, despovoada. Com o tempo, porém, o crescimento populacional bem como o grande desenvolvimento das técnicas incitaram o homem a ocupar todo tipo de região: do litoral aos altos planaltos montanhosos; do que é hoje deserto árido às profundezas da floresta densa.

Convém lembrar, no entanto, que as atuais zonas de vegetação não correspondem necessariamente à situação existente nos tempos pré-históricos. Diversos ciclos de grandes variações climáticas marcaram o Saara, que, durante o Quaternário Inferior, foi mais úmido e apresentou uma vegetação de tipo savana, que fornecia alimento para animais como o boi, o porco selvagem (*Phacochoerus*), o antílope e o hipopótamo. Acredita-se que, por sua vez, a floresta equatorial tenha, simultaneamente, atravessado períodos mais áridos.

Ao mesmo tempo em que se beneficiava das riquezas animais oferecidas pelas diferentes zonas de vegetação, o homem explorava essas mesmas áreas para abastecer-se de frutas e raízes comestíveis. A presença de florestas-galerias ao longo dos cursos d'água nas regiões de pradarias, permitia ao homem do Acheulense a coleta de frutas, sementes e nozes das florestas e das savanas.

3 CLARK, J. D. 1970, p. 93-94.

Segundo Clark, muitos frutos selvagens, nozes e plantas da savana, acessíveis no norte da Zâmbia aos Nachikufu do Paleolítico Superior – tais como os frutos do *mubuyu* e do *musuku* –, são ainda hoje coletados regularmente e consumidos pelos povos de língua bantu.[4] Quando o crescimento populacional atingiu uma tal proporção que todos os tipos de meio ambiente foram virtualmente ocupados, a gama de produtos adequados ao consumo do homem deve ter aumentado consideravelmente. Acredita-se, por exemplo, que a grande importância atribuída a certos cereais pelas comunidades que viviam da coleta no vale do Nilo antecipou o plantio intencional de grãos e conduziu à era da expansão agrícola, de efeito decisivo na ocupação humana da África.

Além da caça e da coleta, as riquezas vegetais tinham uma importância capital no que concerne à provisão de utensílios, à indumentária e à moradia. Na extremidade sul do lago Tanganica, nas proximidades de Kalambo Falls, foram descobertos utensílios de madeira em ótimo estado de conservação. Trata-se de alguns instrumentos curtos, afiados numa ou nas duas extremidades, e de bastões talhados de forma oblíqua, provavelmente utilizados como pá, todos remontando ao Paleolítico Inferior. Embora utensílios de madeira raramente tenham se conservado em outros lugares, parece que sua utilização era comum. Na floresta equatorial, o complexo industrial lupembiense do Paleolítico reflete nos seus bifaces nucleiformes toda a importância da técnica da madeira. Da mesma forma, a presença, na savana herbosa da Zâmbia e do Malavi, de diversos tipos de raspadores pesados entre os instrumentos líticos-nachikufuenses do Paleolítico Superior pressupõe o uso constante da madeira e de seus sucedâneos na confecção de muitas espécies de cercas, estacas e armadilhas de caça.

Nos locais em que a caça de grande porte era insuficiente para garantir o suprimento de peles – nas regiões arborizadas, por exemplo – usava-se a casca das árvores como vestimenta. É provável que os machados cortantes e encabados, como os encontrados nos arredores dos rochedos do Mwela, no norte da Zâmbia, tenham servido para extrair a casca das árvores e prepará-las para a confecção de roupas, recipientes e cordas. A partir do Mesolítico, principalmente, os produtos vegetais passaram a ser utilizados na construção de abrigos, que substituíam a habitação nas cavernas. Assim, com galhos de árvores, colmo e palha trançada, construiu-se o corta-vento mesolítico, cujas ruínas encontradas em Gwisho Springs datam de meados do III milênio antes da Era Cristã. No Neolítico, especialmente nas zonas onde havia sido descoberta a

4 CLARK, J. D. 1970, p. 178.

agricultura, multiplicaram-se e difundiram-se abrigos feitos de matérias vegetais e, às vezes, de barro e vegetais. Constituem, sem dúvida, o marco inicial do domínio cultural do homem sobre a paisagem.

Mas, se a presença de moradias tão simples assinalou os primórdios da ocupação efetiva da superfície do globo pelo homem, foi a aptidão para escolher e domesticar novas plantas dentre as espécies selvagens que o cercavam que consagrou, finalmente, a sua superioridade. As condições que permitiram ao homem criar novas espécies cultiváveis (os cultígenos) a partir de suas variedades selvagens constituem ainda um tema controvertido para os cientistas. A contribuição da África para este importante evento, os enigmas que o cercam, são também objeto de polêmica. No atual estágio de nossos conhecimentos, de modo geral se admite que essa participação foi menos notável que a da Ásia. Empreendidas após a redação da obra monumental do botânico russo Vavilov – que se recusou a admitir a existência, na África, de outro centro de seleção digno deste nome que não as terras altas da Etiópia – pesquisas mais recentes passaram a apresentar uma perspectiva melhor orientada no que diz respeito à contribuição endógena da África para o desenvolvimento das culturas agrícolas.[5] Nesse aspecto, é incontestável que, a savana foi sensivelmente mais importante que a floresta. Foi na savana que, entre o IV e o II milênio antes da Era Cristã, selecionou-se grande número de variedades indígenas apropriadas ao cultivo; Grande número de cultígenos constituíram o "complexo da agricultura com sementes", caracterizado pela semeadura como preparação ao cultivo.[6]

Em contrapartida, algumas aclimatações empreendidas na floresta faziam parte do complexo das vegeculturas que implicam, enquanto fase precedente ao cultivo, o preparo de brotos, mudas, rizomas ou tubérculos. A aclimatação mais importante nessa região foi a do inhame (*Dioscorea spp*), do qual inúmeras espécies são atualmente cultivadas. Outra planta domesticada na mesma região foi a palmeira-do-azeite ou dendezeiro (*Elaeis guineensis*).

Apesar do número restrito de culturas aclimatadas, a descoberta da agricultura implicou uma nova e fecunda relação entre o homem e o seu biótopo. Significou sobretudo uma certa receptividade às inovações, como a difusão de cultígenos provenientes de outros horizontes. A África deve à Ásia e à América do Sul bom número dessas novas culturas. No quadro das riquezas vegetais naturais, o estabelecimento de uma preferência por um número limitado de plantas, indígenas ou estrangeiras, significou que o homem não só era capaz de

5 VAVILOV, N. L. 1935. Ver Cap. 27.

6 PORTERES, R. 1962, p. 195-210. Ver Cap. 27.

extrair sua subsistência do meio natural, como também se punha a caminho de modificações biológicas maiores. A necessidade de arrotear terras para implantar novas culturas e de eliminar outras plantas que pudessem disputar com elas os elementos nutritivos do solo acarretou em toda a África mudanças radicais no caráter da vegetação. O fogo talvez tenha sido o elemento mais poderoso utilizado com aquela finalidade. Os testemunhos de sua utilização pelo homem africano remontam à fase mais recente do Paleolítico Inferior; permitiram concluir que o homem já o empregava comum ente na África há 60.000 anos. Entretanto parece que, a princípio, ele o utilizou apenas para sua proteção, para a confecção de utensílios; talvez mesmo nas caçadas, incendiando o mato para desalojar a caça. Com a descoberta do cultivo, era natural que o homem usasse o fogo também para eliminar a vegetação nociva. Esta luta travada pelo fogo contra a vegetação e em benefício do cultivo afetou de maneiras diversas as plantas herbáceas e as árvores. Na savana, especialmente durante a estação seca, a erva queimava até o nível do solo, mas as raízes, enterradas, impediam sua destruição. As árvores, ao contrário, quando protegidas por cascas espessas, morriam ou tornavam-se disformes e retorcidas.

A introdução do fogo no ambiente natural acarretou, assim, uma transformação considerável na paisagem, provocada pelo homem ao longo dos tempos. Como consequência das queimadas frequentes, que acabavam por destruir as espécies vulneráveis da floresta densa, criavam-se novas condições, favoráveis à expansão progressiva das pradarias. Na África ocidental, este processo mostrou-se suficientemente dinâmico para estabelecer uma zona de "savana derivada", ou antrópica, que se estende do sul até 6° de latitude norte.[7] Na savana propriamente dita, constata-se que, sob o impacto de duas queimadas anuais, o caráter da vegetação modifica-se segundo as características menores da paisagem, passando de pradaria, nas planícies, a uma savana arborizada nos terrenos mais rochosos. De fato, a preservação dessas matas residuais em terrenos rochosos levou a se pensar que, em uma grande parte do que hoje é a pradaria, a vegetação principal deva ter sido a floresta.[8]

De qualquer forma, as pradarias africanas proporcionaram ao homem do passado consideráveis fontes de recursos: não só eram mais fáceis de arrotear, como também permitiam fácil locomoção. A facilidade de locomoção foi fator decisivo para o povoamento da África que é, por excelência, o continente das grandes migrações humanas, algumas das quais puderam ser reconstituídas

7 MORGAN. W. B. e PUGH, J. C. 1969, p. 210.

8 EYRE, S. R. 1963.

graças a testemunhos arqueológicos, etnológicos, linguísticos e históricos. Esses grandes movimentos de população foram importantes dada a rapidez de difusão de ideias novas e principalmente de técnicas e instrumentos. A propagação foi por vezes tão rápida que as pesquisas para identificar os sítios de origem de uma determinada inovação quase sempre enfrentam grandes dificuldades.

A mobilidade do homem sempre foi um fator vital na organização das populações em entidades políticas. Dessa maneira, as savanas africanas tiveram influência benéfica, proporcionando as condições preliminares à criação dos Estados. Dotados de meios de coerção, esses Estados procuraram dominar outros grupos que dispunham de organização ou equipamentos militares inferiores aos seus. Uma vez vencidos, tais grupos deixavam-se assimilar ou refugiavam-se em redutos menos acessíveis ou hospitaleiros. Em resumo, o corolário do surgimento dos Estados na zona das savanas foi a dispersão dos grupos mais fracos, menos organizados, para ambientes hostis: zonas montanhosas íngremes, desertos, florestas densas.

Vê-se, portanto, que as riquezas vegetais desempenharam um papel preponderante na evolução histórica do homem na África. Além de provê-lo com abundantes reservas de frutas e tubérculos, permitiram a criação de culturas que, cuidadas e protegidas, proporcionaram-lhe novos e mais ricos meios de subsistência. O incremento dos recursos alimentares facilitou o crescimento regular da população africana. Segundo Carr Saunders, até 1650, o continente só perdia para a Ásia em termos de população. Seus 100 milhões de habitantes representavam mais de 20% do total mundial.[9] Um dos fatores importantes do crescimento populacional foi também a maior segurança oferecida pelas entidades sociopolíticas melhor organizadas. Dada sua expansão mais acentuada na zona das savanas, torna-se fácil entender por que, à época, eram estas as regiões proporcionalmente mais povoadas do continente. Esta proporção irá modificar-se aos poucos a partir do século XVI, especialmente na África ocidental, com o tráfico de escravos e a colonização estrangeira.

Recursos animais e diversidade cultural

A distribuição das riquezas animais está estreitamente relacionada com a das riquezas vegetais. A África sempre foi considerada um continente particularmente

9 CARR SAUNDERS, A. M. 1964. Atualmente, a população da África representa apenas cerca de 10% do total mundial.

rico em mamíferos. De fato, afirma-se que, excluindo o morcego, existem 38 famílias de mamíferos africanos.

A distribuição desses animais no continente evoluiu no tempo e no espaço. Vestígios fósseis indicam que todas as regiões da África, em determinado momento, foram povoadas por grandes espécies selvagens. A região mediterrânea da África do Norte abrigou animais como o leão e o elefante, vários dos quais acredita-se tenham sido afugentados pelas grandes secas do Pleistoceno. A maior parte dos que restaram foi vítima, no decorrer dos dois últimos milênios, de um apresamento desmesurado; é o caso, por exemplo, do fornecimento de animais aos anfiteatros romanos. Mais recentemente, em meados do século XIX, as tropas francesas do duque de Aumale descobriram grandes quantidades de animais selvagens, inclusive leões, por onde quer que passassem na Argélia, das rochas íngremes do Constantino às planícies de Oran.

O próprio deserto ainda conserva uma série de espécimes da fauna selvagem: gazelas *dorca* e *dama,* o ádax, o órix com chifres em cimitarra, o órix *algazel,* etc. Sabe-se que no decorrer de períodos mais úmidos, muito remotos, essas riquezas foram incomparavelmente superiores, incluindo animais como o hipopótamo, a girafa, o búfalo gigante, hoje extinto, e antílopes de porte maior.

São as savanas africanas, no entanto, o verdadeiro reduto da maior parte da caça de grande porte.[10] Nas savanas do oeste, leste, centro e sul da África, encontram-se animais carnívoros, como, por exemplo, o leão, o leopardo, o gato-tigre africano e a hiena. Ali vivem também o búbalo, o topi, a gazela, o facoquero, o antílope ruão, a zebra, a girafa e a avestruz. É habitat natural do elefante, do búfalo, do rinoceronte-negro, do alce-de-Derby e do alce-do-Cabo, do cefalofo, do cob singsing e do cob-dos-juncais. A extensão do território ocupado por cada espécie modificou-se ao longo dos séculos. Todos esses animais sofreram, por parte do homem, grandes devastações. Na luta pela sobrevivência, certas espécies cederam lugar a outras, à medida que se modificavam as condições do meio ambiente. Assim, pode-se, por exemplo, atribuir a ausência do rinoceronte-branco entre o Zambeze e o alto Nilo Branco às modificações do clima e da vegetação durante o Pleistoceno, as quais beneficiaram o rinoceronte-negro, mais agressivo.

Embora a maior parte da caça selvagem se encontre na floresta da África tropical, essa região é, em seu conjunto, menos favorecida no plano das riquezas animais. Entre os mais notáveis habitantes da floresta, encontram-se o *bush*

10 SOMMER, F. 1953, p. 64. Ver Cap. 20.

pig, ou porco-do-mato, o javali-gigante, o bongo, os grandes macacos, como o chimpanzé e o gorila, bem como o ocapi. Nesse caso também, as modificações do meio afetaram a extensão de territórios anteriores. Os vazios constatados nos povoamentos de bongos devem-se ao estreitamento do que outrora devia ser uma floresta densa cobrindo toda a África equatorial.

A abundância de recursos animais foi sem dúvida bastante útil ao homem durante o longo período em que se dedicou basicamente à caça. As reservas pareciam a tal ponto inesgotáveis, que algumas comunidades africanas até hoje não ultrapassaram esse estágio de desenvolvimento.

Os peixes representam outra categoria importante de recursos animais, sendo igualmente "caçados" desde o Mesolítico. Não só os cursos d'água, mas também os lagos de água doce – Rodolfo, Nakuru e Eduardo na África oriental e central, Chade na África ocidental – atraíram os primeiros grupos de homens por sua piscosidade.[11] Entre os rios, o Nilo teve, evidentemente, uma importância especial. Às suas margens foram encontrados vestígios de comunidades que utilizavam arpões e anzóis feitos de osso e que também caçavam e consumiam hipopótamos e crocodilos. Observa-se ainda hoje, em toda a África, o uso de simples canoas esculpidas em troncos de árvore para a pesca nas águas do interior. Algumas poucas comunidades de pescadores chegaram a construir canoas relativamente grandes para se aventurar na pesca no litoral marítimo. Em nenhum lugar, até época recente, a evolução técnica foi suficiente para permitir a exploração dos abundantes recursos dos oceanos que rodeiam o continente.

A extraordinária riqueza e variedade da fauna terrestre forneceu uma enorme reserva potencial de animais domésticos. Contudo a domesticação de animais na África restringiu-se praticamente ao jumento, ao gato, à galinha-d'angola, ao carneiro e ao boi.[12] Essa modesta *performance* deve-se à influência, durante o Neolítico, de métodos mais antigos e eficazes experimentados na Ásia. Foi nesse período que o continente se iniciou no pastoreio. Segundo Clark:

> "Os primeiros pastores 'neolíticos' apareceram no Saara no decorrer do V milênio antes da Era Cristã, ou talvez ainda mais cedo. Conduziam rebanhos de gado de chifres longos ou curtos, cabras e carneiros. E assim prosseguiram até que a crescente dessecação do Saara de lá os expulsasse".

O pastoreio, todavia, não se desenvolveu de maneira uniforme em todos os meios do continente. Enquanto a maior parte das comunidades logrou dominar

11 Cf. PUTTON. Ver Cap. 20.

12 CLARK. J. D. 1970, p. 204.

as variedades menores de gado, apenas uma minoria conseguiu domesticar as maiores, como foi o caso dos Tuareg do Saara, dos Peul da savana da África ocidental, e dos Massai das pradarias da África oriental, que continuaram ligados à vida pastoril, renunciando a qualquer tentativa de combinar este modo de vida com o agrícola. Seguindo incessantemente seus rebanhos em busca de água e pastagens, essas comunidades mantêm até hoje uma vida nômade na sua mais pura forma. Alguns grupos Bantu da África oriental conseguiram, entretanto, associar a criação de gado à prática agrícola, em proveito de ambas as atividades.

Pode-se apontar como um dos elementos que detiveram o desenvolvimento do pastoreio na África a proliferação de outras espécies animais, que exerceram influência particularmente negativa sobre a expansão das riquezas do continente. O primeiro caso a se mencionar é o da mosca tsé-tsé. Grande e bastante móvel, é ela o principal – não o único – transmissor da tripanossomíase, infecção que provoca no homem a doença do sono e que é mortal para os animais.

A mosca tsé-tsé é encontrada atualmente numa faixa que atravessa a África entre 14º N e 14º S, com exceção apenas dos territórios com altitude superior a 1000 m, relativamente frios, e das regiões de vegetação rasa, onde a estação seca é demasiado quente e árida para permitir a reprodução da mosca.

A presença da tsé-tsé na África data de épocas muito remotas. Impressões fossilizadas desse inseto encontradas na América do Norte em camadas do Mioceno permitiram concluir que sua propagação foi bem maior nos tempos pré-históricos.[13] Seu desaparecimento de certas regiões da África ou de outras partes do mundo pode ter-se devido a uma combinação de mudanças climáticas, barreiras naturais e glaciação. É provável que, mesmo na África, as alternâncias climáticas do Pleistoceno tenham exercido influência considerável não só sobre a distribuição das diferentes espécies de tsé-tsé como também sobre seu grau de nocividade.

As regiões infestadas por essas moscas constituíram uma barreira muito eficaz ao desenvolvimento da criação. Os pastores depressa devem ter compreendido que seus rebanhos corriam grandes riscos ao atravessar as zonas infestadas. Assim, descida dos rebanhos para o sul, a partir da África do Norte, ficou condicionada à existência de corredores livres de moscas, tanto naturais quanto criados por comunidades agrícolas organizadas e suficientemente densas. Um bom exemplo desses últimos é dado pela migração, há cerca de nove séculos, de

13 COCKERELL, T. D. A. 1907; 1909; 1919, p. 301-11.

pastores-criadores que formaram, graças à fusão com outros povos, a sociedade dos Tutsi e Hutu de Ruanda e do Burundi atuais.

Sem dúvida, a história da África teria sido diferente se o continente não tivesse conhecido a tsé-tsé. Uma vez que a presença dessa mosca impossibilitava a utilização do gado de grande porte pelas comunidades agrícolas, esses animais nunca foram empregados para tração. Tampouco se criaram condições para a descoberta da roda, de fundamental importância. Por outro lado, a facilidade de deslocamento de certos povos, propiciada pela presença do gado de montaria, não deixou de incitá-los à agressão e, eventualmente, ao domínio político sobre povos sedentários.[14]

O mosquito transmissor da malária e o gafanhoto representam também fatores zoológicos adversos. Dentre as muitas espécies de mosquitos capazes de transmitir os diferentes tipos de parasitas da malária, algumas são mais atraídas pelo sangue humano que outras. O mosquito transmissor mais frequente na África é o *Anopheles gambiae,* de difícil erradicação pois, alimentando-se também do sangue animal, consegue sobreviver mesmo quando temporariamente impedido de atacar o homem. O mosquito em geral procria em águas estagnadas, sendo mais incidente nas imediações de pântanos e rios. Sua reprodução cresce com o aumento das chuvas, e as altas temperaturas estimulam tanto o desenvolvimento de suas larvas quanto o ciclo do plasmódio no inseto adulto. Já as temperaturas mais frias dos locais de maior altitude reduzem sua virulência. Assim, a malária endêmica tende a desaparecer em altitudes acima de 1000 metros, ainda que sua transmissão possa persistir.

Não se sabe ao certo desde quando esse mosquito é parte integrante do meio humano na África. A grande porcentagem de células de Golgi encontradas em muitas populações africanas parece indicar uma longa e estreita relação entre essas células e a evolução da população na África. Tal peculiaridade certamente se deve ao impacto multissecular da seleção, que favoreceu a sobrevivência dessas populações em condições de infecção hiperendêmica da malária.

Na medida em que tornou bem menores as chances de sobrevivência de grupos humanos não-adaptados, o mosquito da malária também desempenhou papel importante na história do continente. Até o século XX, ele efetivamente desencorajou os europeus na tentativa de se instalarem sob o clima quente e úmido da África ocidental, resguardando, assim, a região dos problemas inter-raciais que abalaram a história das terras altas da África do norte, do leste, do centro e do sul, vítimas da colonização.

14 Ver a esse respeito o papel da cavalaria na formação dos Estados, sobretudo ao norte do equador.

Os gafanhotos fazem parte das pragas tradicionais da África. São insetos grandes, que normalmente vivem solitários ou em pequenos grupos. São encontrados nas zonas de transição das vegetações, às margens do deserto ou da savana herbosa e da floresta. Ao sul do Saara encontram-se três tipos principais: o gafanhoto vermelho, o gafanhoto migrador africano e o gafanhoto do deserto. Os três requerem dois tipos diferentes de habitat: solo desértico para depositar os ovos e paisagem verde para alimentar-se. Quando, por motivos diversos, seu terreno de alimentação se restringe demasiadamente, esses insetos se agrupam em enormes enxames e invadem zonas próximas ou distantes. Exemplos de tais invasões em passado muito remoto não são facilmente identificáveis, embora o Antigo Testamento faça referência ao gafanhoto como uma das pragas que afligiram o Egito ao tempo de Moisés. A partir do século XIX, os registros de invasões tornam-se mais abundantes. Sabe-se que a África central sofreu sucessivos ataques de gafanhotos entre 1847 e 1854, 1892 e 1910 e, mais recentemente, entre 1930 e 1944. Para as populações agrícolas sedentárias, as depredações causadas pelas nuvens de gafanhotos, sobretudo quando ocorrem logo antes da colheita, podem significar uma passagem brutal da abundância à fome. Quando, no passado, condições climáticas adversas, como a seca, por exemplo, coincidiam com essas invasões, sobrevinham grandes transtornos políticos e sociais.

As reservas de água e a mobilidade humana

Não se deve subestimar a importância das reservas de água na evolução da história da África. Se há áreas do continente com os mais altos índices pluviométricos do mundo, outras há que apresentam os índices mais baixos. As imensidões do Saara e do Calaari são o testemunho irrefutável da implacável aridez de grandes porções da África. Mas, além dos desertos, a vasta zona das savanas recebe precipitações apenas satisfatórias, o que torna a vida humana, nessas regiões, em grande parte, dependente das caprichosas flutuações dos ventos portadores de chuva. O fato não seria tão alarmante se fosse possível recorrer a outras fontes de água, como rios, lagos e lençóis freáticos.

Em extensas áreas do continente, todavia, e em especial nas regiões relativamente quentes das terras baixas, os vales fluviais estão infestados de insetos nocivos, tornando-se impróprios ao estabelecimento do homem. Além do mais, o regime dos rios acompanha de perto o das chuvas, sendo de pouca ajuda durante os períodos de precipitações insuficientes ou de prolongada estiagem, quando secam até mesmo os leitos dos rios. Excetuando-se o vale do Nilo, a tecnologia

tradicional não conhecia meios de armazenar água para as épocas de seca. O pequeno desenvolvimento tecnológico impedia também o aproveitamento das águas subterrâneas localizadas além de certa profundidade, mesmo em áreas de bacias artesianas, por exemplo, onde as estruturas geológicas favorecem a retenção de grandes reservas. O embasamento rochoso de grande parte do continente reduz a capacidade de armazenamento de água em lençóis abundantes, tornando os habitats humanos exclusivamente dependentes das precipitações anuais.

A escassez de água resultante das condições de seca rigorosa sempre foi uma das características da vida africana: A história climática do Pleistoceno mostra que nas várias regiões do continente houve provavelmente um regime cíclico de longos períodos de precipitações mais ou menos intensas. De qualquer forma, a seca representa uma pressão do meio ambiente sobre os grupos humanos; ela os força a reagir. Quase sempre essas reações se traduzem pela procura de zonas mais irrigadas para estabelecimento definitivo ou temporário. Tais movimentos migratórios podem ser pacíficos, porém muito frequentemente tendem à agressividade, o que vai depender do modo como estão organizados e como são dirigidos. A história de muitas comunidades africanas registra suas migrações ou as incursões que sofreram por parte de grupos migratórios mais poderosos, que as submeteram, obrigando-as a uma reorganização social.

Nas regiões em que existe água em quantidade suficiente, pluvial ou subterrânea, em que a agricultura pôde desenvolver-se, uma população organizada cresce segundo um processo de evolução social progressiva no árduo caminho do domínio da natureza. As safras amadurecem, ricas e variadas, chegando o ritmo de sua maturação a determinar o ritmo da vida social. A época da colheita adquire especial importância, e são instituídos rituais para santificar o inexplicável evento, atribuído a alguma força natural benigna. A ascensão na escala social dessa população organizada depende de alguns fatores, sendo um dos principais a abundância dos recursos alimentares, que permitirá a divisão do trabalho no seio da comunidade, favorecendo a emergência de grupos especializados em determinadas atividades. Essa evolução depende não só das reservas de água como também da fertilidade dos solos.

Os recursos do solo e a evolução social das comunidades

As características geológicas de extensas regiões da África são, em grande parte, determinantes da qualidade dos solos. Dada a variedade de rochas do embasamento, o caráter dos solos que se formaram sobre elementos análogos é

também extremamente variável. No entanto, sua fertilidade é, frequentemente, medíocre. Essas rochas apresentam, em geral, reservas suficientes da maioria dos elementos minerais necessários à alimentação das plantas, mas sua variabilidade implica mudanças abruptas dessas condições em curto raio geográfico. Os solos formados sobre rochas sedimentares tendem a manter maior uniformidade em grandes áreas; todavia, nada têm em comum com as extensas regiões de solos altamente produtivos, como o *tchernoziom* dos trigais da Ucrânia e das pradarias da América do Norte.

A interação de características do solo e fatores climáticos determinou a fertilidade da terra e sua capacidade de suprir, por longo período, as neces sidades de uma população densa. Nas regiões úmidas, por exemplo, a ilusão de fertilidade provocada pelo crescimento luxuriante da vegetação dissimula a natureza frágil do solo. Uma vez removida a vegetação natural, as substâncias orgânicas do solo rapidamente se desintegram sob o efeito de uma intensa ação bacteriana estimulada por temperaturas geralmente elevadas. Em pouco tempo, a fertilidade decresce, o produto das colheitas diminui, e a população humana é forçada a procurar novos sítios.

Nas regiões subúmidas, por outro lado, a fertilidade do solo é muito maior. No entanto, as variações periódicas de umidade favorecem a formação de grandes crostas de laterito, impróprias para o cultivo. A presença dessas crostas acarreta a disseminação de solos moderadamente férteis, cujas possibilidades de alimentar densas populações humanas são bastante reduzidas. Tais condições são características dos solos encontrados na África ocidental, ao norte da zona da floresta, e nos planaltos da África central, às margens da bacia do Zaire. Nas terras semi-áridas, sujeitas a precipitações moderadas, também são encontradas essas mesmas crostas ferruginosas, embora mais disseminadas. Consequentemente, os solos castanhos arenosos dessa região são mais férteis e produzem safras razoáveis em anos de pluviosidade satisfatória. O solo do deserto, que aparece mais ao norte, é superficial e de perfil pouco desenvolvido, carecendo de matérias orgânicas.

Uma das características marcantes da geografia da África reside, portanto, na pequena extensão dos solos realmente férteis e em sua extrema disseminação. Compreendem eles os solos argilosos profundos, derivados do basalto e de outras rochas vulcânicas do Pleistoceno e de épocas mais recentes, encontrados principalmente em regiões da África oriental. Na floresta densa, apresentam superficialmente uma coloração chocolate, sendo de cor vermelha nos níveis inferiores. Igualmente férteis são os ricos solos aluviais, derivados dos mesmos tipos de rochas e encontrados nas planícies de inundação de rios como o Nilo.

Possibilitando abundantes colheitas, esses dois tipos de terreno favoreceram o crescimento de densas populações humanas. Quando tal concentração conduziu a um alto grau de organização social e de controle do meio ambiente – como ocorreu no vale do Nilo durante o Neolítico Pré-Dinástico – reuniram-se as condições para uma aceleração do progresso. Isso implicou, no caso citado, o desenvolvimento de uma civilização urbana, a diferenciação de classes, um artesanato refinado, uma arquitetura monumental e, finalmente, o uso da escrita. Foi o resultado não só de relações cada vez mais regulares com a Mesopotâmia mas também da possibilidade de manter uma população densa, composta de vários grupos sociais, graças à prosperidade de uma agricultura, que, para a época, deve ter sido impressionante.

Condições semelhantes estabeleceram-se, mais tarde, em outras regiões da África; por exemplo, na curva do Níger, quando da criação do império de Gana, no início do período "medieval". Mas, apesar de outras áreas apresentarem solos relativamente férteis, vastas extensões do continente, em particular as planícies de altitude, que há milhões de anos vêm sofrendo os efeitos da lixiviação, possuem solos de pequena espessura que carecem de nutrientes, sendo ainda hoje de limitado interesse para a agricultura. Nessas regiões, foi unicamente através da alternação de culturas que o homem conseguiu sobreviver desde o Neolítico. Esse tipo de economia representa evidente desperdício no que concerne ao uso do solo, tendo sido obstáculo à formação de comunidades relativamente densas. A distribuição esparsa da população em extensas áreas do continente, bem como os efeitos dessa dispersão na evolução social devem ser considerados como um fator nefasto na história da África. É indiscutível que a fertilidade de qualquer região depende tanto de suas características próprias quanto da eficácia da exploração do solo. Também é certo que, em outras regiões do mundo, sociedades que hoje atingiram um alto nível de evolução social atravessaram fases em que sua economia dependeu, igualmente, de culturas acidentais. Na África, a exploração racional do solo é de fundamental importância para a evolução social. Determinante no passado, ela indica o caminho a seguir para encetar seriamente o ciclo de um progresso decisivo.

Conclusão

A geografia histórica da África – sobretudo no que diz respeito aos aspectos econômicos – apresenta a imagem de um continente com o qual a natureza se mostrou de uma benevolência extrema, ao menos superficialmente. Esse

caráter aparente da magnanimidade da natureza, tão bem ilustrado pela frágil exuberância da floresta tropical, constituiu uma espécie de armadilha para os povos do continente. Encontrando condições fáceis de sobrevivência, certas comunidades ignoraram os imperativos prementes da evolução social. Sem dúvida, aqui e ali, apareceram alguns homens ou grupos que procuraram estimular seus semelhantes ao progresso. Suas exortações, entretanto, muitas vezes ficaram sem resposta. Mais que qualquer outro fator, a intervenção estrangeira teve, certamente, um efeito sinistro sobre o desenvolvimento geral do continente no decorrer da longa e implacável história do comércio escravo. Mas o fato de uma tal intervenção ter sido possível não constituiria já uma severa advertência aos riscos a que está exposto todo grupo humano que deixa de zelar continuamente pela constituição de organizações sociais cada vez mais coesas, extensas, complexas e fortes, que possibilitem fazer frente a eventuais desafios?

A história da África de nada nos servirá se não salientar esse fato. A geografia contemporânea da África revela um continente ainda rico em recursos naturais, como na Pré-História. Seu passado colonial recente contribuiu, no entanto, para criar uma situação em que grande parte dessa riqueza foi largamente explorada e exportada como matéria-prima para atender à demanda de outras sociedades. Além disso, a exploração desses recursos, por exigir avançada tecnologia, só se faz possível com a condição de que os povos africanos se organizem em grandes comunidades integradas, de forma a constituir bases sólidas para um real desenvolvimento.

A história de duas décadas de independência política deixa uma impressão ambígua: ao que parece, ainda está longe de ser compreendida a necessidade de se edificar tais complexos para fazer frente a outras comunidades similares, cada vez mais numerosas.

O propósito deste esboço de uma geografia histórica e econômica do continente africano, se é que se pode defini-lo, é o de lembrar que a natureza não determina nem o destino de um povo nem sua trajetória. Não coage; no máximo, influencia. Os povos, bem como os indivíduos, sempre foram e continuarão sendo os arquitetos de seu próprio destino.

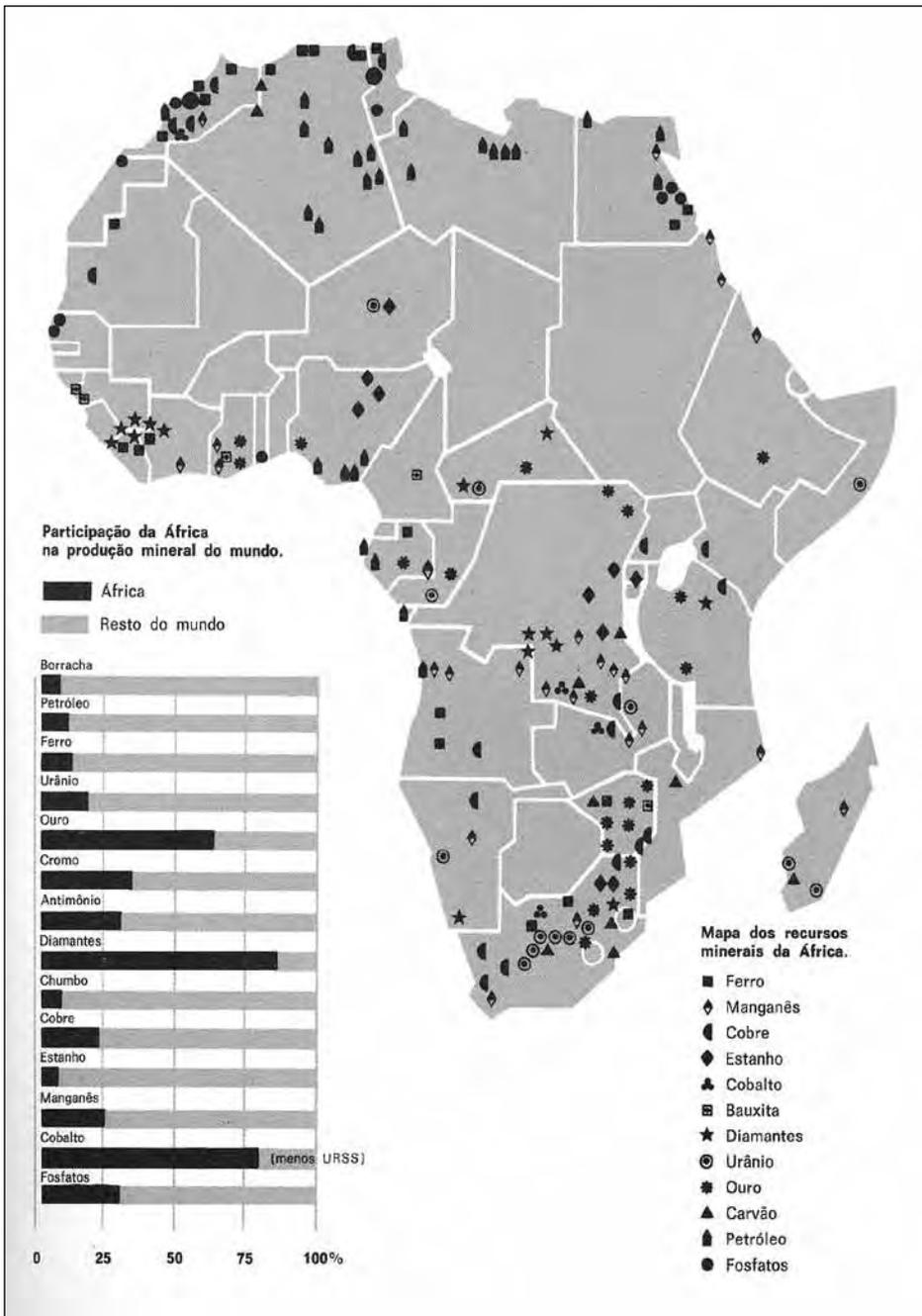



FIGURA 14.1 Os recursos minerais da África (mapa extraído de "l'Afrique", coleção A. Journaux, Hatier, 1976).

CAPÍTULO 15

Os métodos interdisciplinares utilizados nesta obra

J. Ki-Zerbo

A interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade na pesquisa histórica é um tema em voga. Mas sua aplicação torna-se difícil, quer pela disparidade das metodologias próprias de cada disciplina, quer pela influência dos hábitos particularistas em que se acham enquistados os próprios pesquisadores, zelosos de manter uma espécie de soberania territorial epistemológica. Essa tendência à especialização já se faz sentir na própria apresentação dos resultados da pesquisa, que continua a distinguir na vida de um povo, em capítulos bem isolados, a vida econômica, a sociedade, a cultura, etc. Quando, porventura, se tenta uma abordagem interdisciplinar, frequentem ente ela se faz em termos de fagocitose. Nessa guerra por primazia e hegemonia, a história ocupa uma posição ambígua. De fato, ela é essencial a todas as disciplinas. Mas, como não dispõe do vocabulário específico mais ou menos esotérico que para as outras ciências funciona como uma fortificação em que se entrincheiram os especialistas, aparece como disciplina-cômpito, arriscando pagar com a legitimidade sua onipresença.

Disciplina-orquestra, a história dispunha, tradicionalmente, de um maestro – o documento escrito. Mas a história da África, ao sul do Saara principalmente, caracteriza-se pela relativa pobreza de fontes escritas, sobretudo antes do século XVI e, mais ainda, antes do século VII da Era Cristã. Ora, "quem não tem

mãe mama na avó"[1], diz um provérbio africano. Na ausência de fontes escritas, a história da África deve coligar todas as fontes disponíveis para reconstituir o passado. E a carência pode, afinal, transformar-se quase num fator positivo, na medida em que permite fugir ao peso esmagador da escrita, que por vezes acarreta uma depreciação implícita das outras fontes. Por outro lado, a pesquisa histórica e das ciências humanas na África sofreu, por longo tempo, de dois males contraditórios. Em primeiro lugar, a deformação historicista, que leva a considerar o fluxo do processo social como um rosário cujas contas são eventos datados; em segundo lugar, a obsessão de reconstituir um calendário que torne inteligível a evolução dos povos, e a indiferença por tudo mais (economia, estruturas sociais, culturas).

Daí essa história linear, genealógica, fatual, em suma, esquelética, pois que desprovida da própria carne da vida. Um outro desvio, ainda mais pernicioso, oriundo talvez, em parte, do preconceito de primitivismo aplicado à realidade africana por um evolucionismo sumário, analisa estruturas atemporais, abolindo a profundidade histórica, sem a qual, no entanto, as referidas estruturas perdem seu significado tanto objetivo quanto subjetivo. É o que acontece com certos pesquisadores a quem as disciplinas enchem de auto-suficiência: esses linguistas alérgicos a toda e qualquer interferência cultural e esses etnólogos funcionalistas que recusam toda dimensão histórica. Felizmente, essas "muralhas da China" disciplinares vão desmoronando progressivamente. J. Desmond Clark escreveu:

> "A constatação de que arqueólogos, linguistas, antropólogos culturais ou etnógrafos se defrontam, a maior parte do tempo, com os mesmos problemas e de que a melhor forma de solucioná-los é a equipe interdisciplinar, é hoje um dos fatores mais animadores e estimulantes dos estudos africanos".[2]

A pseudo-história marcada pelo fascínio exclusivo da cronologia, bem como a miragem da análise estrutural puramente estática e formal vão aos poucos desaparecendo, conforme atestam as escolas que introduzem a diacronia e o conflito em seus métodos analíticos, integrando, como Calame-Griaule e Houis, fato cultural e fato linguístico, ou abandonando, como Balandier, a abordagem imóvel dos "sociólogos" em favor de uma abordagem dinamista, que adota como instrumentos de análise o movimento e a comparação. Não é a contradição parte

1 A lactação parece ser um processo reflexo. Todavia, a farmacopeia africana dispunha de receitas para ativá-lo.

2 CLARK, J. D. "African prehistory; opportunities for collaboration between archaeologists, ethnographers and linguists." In: CASS, F. *Language and History in Africa.* 1970.

integrante da realidade? O que está claro é que nenhuma disciplina se beneficia com uma abordagem individual da realidade densa e emaranhada do mundo africano. Seria como querer partir o nó górdio a golpes de sabre. É o caso dos pesquisadores que pensam encontrar o princípio de explicação fundamental de uma determinada sociedade africana num único elemento: por exemplo, na análise estrutural do parentesco ou no sistema de representações, crenças, mitos e símbolos considerados como que dotados de uma autonomia e de uma lógica própria, independente, por exemplo, das relações de produção.[3] Ao passo que, em se tratando do parentesco, sua análise revela, na África, sistemas menos "puros", mais complexos que na Austrália; por exemplo, estruturas que, admite Lévi-Strauss, são igualmente condicionadas por outros elementos (econômicos e políticos) além do simples mecanismo das regras de parentesco.

A história africana, menos que qualquer outra disciplina, não pode acomodar-se ao gueto. Nem mesmo para estabelecer aquilo que, no entanto, parece pertencer justamente ao monopólio da história: a cronologia. Com frequência, a solução de um problema de cronologia só pode ser corretamente alcançada com a ajuda combinada de quatro fontes distintas de informações: os documentos escritos, a arqueologia, a linguística e a tradição oral. O historiador, reconstituindo a estrada do tempo, assemelha-se mais a um automobilista, que, para avaliar as distâncias, dispõe de vários instrumentos: o velocímetro de seu carro, seu relógio, os marcos de quilometragem e, eventualmente, o testemunho de um autóctone. Essa conivência necessária revela-se um fator favorável para garantir a restituição clara e integral da imagem do passado, o que não ocorreria de modo perfeito se se recorresse a uma única fonte. A descrição de Kumbi Saleh feita por al-Bakri no *Routier* permaneceria lacunar se os arqueólogos não tivessem exumado e explicado as ruínas, ainda mais eloquentes que o cronista árabe. Ressaltemos que, também nesse caso, a tradição oral marcou presença, pois foi graças a ela que se descobriu o sítio de Kumbi Saleh. Nestas condições, poder-se-ia falar de fontes nobres e fontes vulgares, classificando-as numa escala discriminatória em cujo topo estivessem os documentos escritos e, no último escalão, a tradição oral? Ao que parece, não. O valor de uma fonte não é uma realidade em si; varia de acordo com o objeto específico da pesquisa empreendida. Assim, para cada caso concreto, existe no feixe dos testemunhos disponíveis uma fonte axial, a fonte-mestra, que pode diferir segundo o tema. Para a pré-história africana e para as sociedades de pigmeus, os documentos escritos não constituem, por

3 Cf. GRIAULE, M. e DIETERLEN, G. 1965.

definição, a melhor fonte, pois não existem. Conforme o momento e a região da África, a panóplia de provas históricas é comandada por essa ou aquela fonte axial, desempenhando as demais um papel auxiliar e adventício. Dependendo do tema – uma desconhecida tribo Getula ou o reino de Jugurta, os Kirdi do norte de Camarões ou os Ashanti de Gana, os Kabye do norte do Togo ou o império de Gao retratado por Ta'Rikh al-Fattash – a fonte-mestra não será a mesma. Somente após a conclusão da pesquisa é que se a reconhecerá. Pois, se é a fonte que condiciona o resultado, é este que a justifica. Se tal for verdade, pode-se antecipar, sem risco de erro, que, em se tratando da história da África, a interdisciplinaridade, longe de ser um luxo, é um dos dados fundamentais do método. De fato, não existe outra alternativa.

A complementaridade das fontes

As fontes da história da África são nitidamente complementares, tanto que cada uma delas, isolada, apresenta-se com frequência mutilada, transmitindo apenas uma imagem imprecisa do real, que só a intervenção de outras fontes pode ajudar a definir.

Isolada, a arqueologia corre o risco de tornar-se uma descrição árida, uma atestação quase fúnebre pronunciada impudentemente com base em pequena amostragem. E, se a única forma de corroborar ou invalidar as hipóteses formuladas fosse aguardar o resultado de outras escavações, o ritmo das descobertas tornar-se-ia intoleravelmente lento. Recolocada, ao contrário, no contexto multiforme de vida que ela pretende exumar, a arqueologia presta eminentes serviços às outras disciplinas ao mesmo tempo que delas se beneficia. Com efeito, a explicação de seus achados encontra-se frequentemente fora dela mesma. No Zimbabwe, por exemplo, foram as minas de ouro e a sua defesa, bem como a religião, que deram significado à maior parte das subestruturas e superestruturas. Alhures, o conteúdo das tumbas e a posição dos mortos nos mausoléus só encontram explicação nas crenças dos povos e na sua representação do além. Em contrapartida, quando, no norte de Gana, escavações desvendam um plano arquitetônico semelhante aos do Sudão saheliano, a arqueologia levanta ou resolve um interessante problema de influência cultural.

O mesmo se dá com relação à arte africana, que, para iluminar a história, deve ser por ela iluminada. Com efeito, a arte, sobretudo a arte pré-histórica, é condicionada por uma multiplicidade de fatores, desde a geologia até as religiões, mitos, cosmogonias, passando pelas estruturas sócio-políticas e a sede de poder

dos reis. Nessas condições, a estética é intimamente governada pela ética e, ao mesmo tempo, servida por ela. Por outro lado, a arte muitas vezes apresenta-se como um conservatório, um museu de antropologia cultural e mesmo física devido aos ritos, escarificações, penteados, costumes e cenários que reproduz.

Mas a compreensão da arte em si, enquanto técnica inspirada, não pode ocorrer fora da história. A estilística é frequentemente explicada pela organização social. No Benin, por exemplo, os mesmos artistas (*egbesanewa*) esculpem a madeira e o marfim, enquanto outros trabalham a terracota e o bronze. É evidente que a passagem de um material para outro explica em grande parte a feitura dos objetos em marfim ou bronze assim como a forma e a decoração das cerâmicas pré-históricas só se explicavam por sua, invenção a partir de cestos de palha trançada. Que dizer então das máscaras, em cuja confecção os africanos manifestaram uma imaginação sem limites? As máscaras bobo, por exemplo, sobretudo as três principais – kele (máscara de antepassado), kimi (cabeça de marabu) e tiebele (crânio de búfalo) –, são verdadeiras personalidades reconhecidas na aldeia, que, além de representarem testemunhos da história, dela participam ativamente.[4] Que dizer dos cauris – já mencionados por Ibn Battuta em 1352, na corte do Mali –, cujo fim primeiro era monetário, mas que também serviam de adorno quando artisticamente dispostos, tendo, ainda, um valor especial nos compromissos sociais e cerimônias religiosas? A arte, nesse caso, encontra-se imersa num complexo que lhe dá significado e que ela, por sua vez, vivifica. Empreender a história de certas sociedades africanas sem compreender a linguagem múltipla dos cauris e das máscaras é como entrar numa sala de arquivo sendo analfabeto: a "leitura" de sua evolução seria necessariamente truncada.

O mesmo ocorre com a tradição oral, assunto amplamente discutido, aliás. A tradição oral é a história vivida, transportada pela memória coletiva com todas as suas contingências e singeleza mas também com toda a sua força e vigor. Existe na tradição, como na língua de Esopo, o melhor e o pior. Por certo a tradição oral frequentemente ignora fatores econômicos e sociais, mas ainda assim se presta a detectar outras fontes, em geral mais pertinentes, como os manuscritos e os

4 "A grande máscara dos oráculos ou 'espírito de Deus' é o Go Gê, guardado por um sacerdote supremo chamado Gonola. A grande máscara tem uma participação importante no sistema político dessas sociedades, extensão prática do culto dos antepassados, funcionando muito secretamente à noite. Por ocasião das sessões do Poro, a grande máscara é previamente levada ao bosque sagrado, coberta por um pano branco. O Gonola atua como chefe e sacerdote, dispensador da verdade insuflada pelos antepassados. O Go Gê é também um legislador, pois suas decisões são apregoadas na aldeia e têm força de Lei". HOUIS, M. In: *Études guinéennes,* 1951; HARLEY, G. W. 1950.

sítios arqueológicos. Por esse motivo, recomenda-se a coleta das tradições locais antes de empreender qualquer programa de escavações. A tradição oral ajuda também a corrigir os erros de interpretação oriundos de um enfoque puramente externo. Além do mais, permite limitar o número de hipóteses e reduzir o leque de opções.[5] Porém, caso existam versões múltiplas de uma mesma tradição, será a consulta a uma outra fonte – por exemplo, o mapa das zonas afetadas por determinado eclipse – que permitirá decidir por uma delas. Ligados à tradição, os tambores constituem um dos grandes livros vivos da África. Alguns são oráculos; outros, estações de transmissão; outros, gritos de guerra que fazem brotar o heroísmo; outros, ainda, cronistas que registram as etapas da vida coletiva. Sua linguagem é, fundamentalmente, uma mensagem repleta de história. A esse respeito, estabeleceu-se uma distinção entre a etnomusicologia interna ou técnica e a etnomusicologia externa, ou seja, ligada à trama social e cultural.[6] As grandes epopeias ou crônicas são frequentemente cantadas por grupos sociais organizados para esse fim, e de um modo peculiar à África, no quadro de uma participação ativa. Pois a música nunca é recebida passivamente: é executada por todo o grupo. Trata-se de uma celebração coletiva onde a trilogia canto--dança-música nos convida a uma interpretação sintética, em que a linguística, a história, a botânica, a psicologia social, a psicologia, a fisiologia, a psicanálise, a religião, etc., têm todas algo a dizer. Sem esperar muito da musicocronologia, o estudo comparativo dos instrumentos e da substância musical por intermédio de medidas aritméticas tratadas pela análise estatística pode dar resultados convincentes quanto à difusão e ao desenvolvimento cultural. O universo musical africano extingue-se diante da invasão de músicas de qualidade geralmente mais pobre, porém introduzidas por sistemas econômicos mais ricos. O próprio tantã, que fez a história, não será em breve um objeto da história?

A linguística, por seu turno, é cada vez mais uma companheira – jovem, fiel e fecunda – da história, pois as línguas são um museu vivo em que se preserva a tradição, e, para extrair-lhes a "essência real", é necessário possuir a

5 Devemos evidentemente situar a tradição oral no seu contexto. Num interessante quadro metodológico de análise de contos e lendas, alguns estudiosos estabeleceram, em sete colunas, os dados internos (semântica, retórica) e os dados externos ao conto, dos quais uns estão vinculados a um contexto cultural e civilizacional, ao passo-que os outros estão fora desse contexto. Cf. "Littérature orale arabo-berbère". 4º *Bulletin de Liaison,* 1970. Centre d'Études maghrébines, Musée de l'Homme, Paris.

6 Com esse procedimento, o pesquisador pode atingir setores mais específicos: as relações entre a música e a linguagem; os símbolos sociais e filosóficos ligados à música; a relação dos ritmos com os fenômenos de possessão; as relações entre a música e o meio ambiente ecológico e econômico; as relações entre as diversas músicas de diferentes etnias". AROM, Simha e CONSTANT, Denis. In: MARTIN, D. e YANNOPOULOS, T. *Guide de recherches l'Afrique noire.* Armand-Colin, Paris, 1973.

ciência da linguagem. Toda língua é não só uma criação mental como também um fenômeno social. Seu vocabulário, por exemplo, é o reflexo das realidades forjadas pela história de cada povo. É, por outro lado, a língua, a palavra, que instila um sistema de conceitos e normas de comportamento na mentalidade e nas motivações dos povos. Certos conceitos de uma língua são difíceis de expressar de forma idêntica em outra, relacionada a um contexto global diferente. É o caso do conceito de *sanakuya* (em mande) e *rakire* (em more), aproximadamente traduzido por "parentesco de brincadeira" e que desempenha um papel histórico de grande importância na região sudano-saheliana. É o caso, também, do conceito de *dyatigui* (em mande), que está longe de coincidir com a simples noção de "hospedeiro"; ou do conceito de *tengsoba,* traduzido literalmente por "chefe da terra", embora sem uma exata correspondência semântica. A crítica linguística é constantemente solicitada pelo historiador, de par com outras fontes. A cronologia e a origem das ruínas circulares da região de Lobi, por exemplo, são o resultado de um conjunto de provas que se eliminam e se reforçam mutuamente: rejeição da hipótese de uma origem portuguesa baseada num texto de Barros, contradita pelo traçado da estrada supostamente utilizada e pelo exame do revestimento de reboco, cujo estado de conservação não justifica um horizonte temporal muito remoto; denominação wilé e birifor dessas ruínas – *kol na wo* – significando "estábulos das vacas dos estrangeiros"; identificação desses estrangeiros na pessoa dos Kulango, através do estilo das cerâmicas encontradas nas ruínas; por fim, estimativa cronológica ligada às tradições de migração dos povos da região. Nesse caso específico, percebe-se concretamente o papel decisivo da linguística na tentativa de interpretação de um determinado acontecimento histórico.[7]

Mas seria uma aberração grosseira assimilar o fenômeno linguístico, que é cultural, ao tribalismo ou ao fato biológico da raça. A língua dos cavaleiros Dagomba, invasores das terras da bacia do Volta no século XIV, talvez tenha caído em desuso, sendo substituída pela língua das mulheres Kusase que eles desposaram no local e que se tornaram mães de seus filhos. Este é um exemplo de contaminação linguística que teria ocorrido – como por vezes acontece – às custas dos que detinham o poder político. A etno-história, reduzida ao presente etnográfico quase inerte dos funcionalistas, também não é uma verdadeira história e não poderia desempenhar papel positivo nesta conjugação das fontes, em que cada uma constitui não um elemento estático mas uma variável transportada

7 Cf. PARENKO, P. e HERBERT, R. P. J. 1962.

pelo fluxo do processo histórico. Aliás, a etno-história funcionalista negligencia frequentem ente as culturas materiais e aquele movimento geral de produtos no qual Leroi-Gourhan detectava a matriz das civilizações. O par mercantil transaariano *sal por ouro do Sudão,* e o par *cativos por fuzis* que o substituiu alguns séculos mais tarde não constituem as bases mais importantes da edificação de reinos e impérios no oeste africano?

Nessas condições, uma sociologia dinamista representa também um dos meios essenciais para o exercício da crítica histórica africana. Com efeito, não se trata de transferir sem discernimento os instrumentos de análise de uma determinada trama sócio-política para outra, seja no tempo, seja no espaço, pois haveria o risco de se criar novos problemas ao invés de solucionar os já existentes. No cálculo da duração média dos reinados, por exemplo, não se pode simplesmente extrapolar para o passado a duração média estabelecida para um período contemporâneo conhecido, pois a estabilidade ou instabilidade política e social não são necessariamente as mesmas. Da mesma forma, a sucessão colateral (de irmão para irmão) do reino Mossi do Yatenga não poderia apresentar médias idênticas às do reino de Uagadugu, onde a sucessão se fazia preferencialmente em linha direta (de pai para filho). No caso de Uagadugu, a duração média dos reinados tenderia a ser mais longa, e o número de gerações, mais elevado. Ainda que fatores religiosos possam também ser considerados. Porém, se analisarmos as dinastias dos reis dos Gan (Gan-Massa), sistematicamente eleitos entre os homens maduros mais jovens, a média de duração dos reinados será ainda mais elevada. Em outras palavras, a determinação do horizonte cronológico não pode ser feita independentemente do conhecimento da sociologia política de um determinado país. Mas o próprio conceito de estabilidade não é um "modelo" *prêt-à-porter* invariável para todos os períodos e todos os países. A estabilidade pode ser apenas aparente, ou adquirida a um "preço" social bastante elevado. Na Etiópia e no reino de Uagadugu, a eliminação ou degredo dos candidatos desafortunados e dos colaterais garantia uma certa estabilidade, porém às custas de severas perdas humanas, que a história deve considerar em termos de instabilidade para explicar com pertinência a evolução desses países.

Recorrer-se-á também às ciências naturais ou exatas para apreender ou afinar a imagem do passado da África, a começar pelo computador para o tratamento de certos dados numéricos; os processos técnicos, físicos, químicos e bioquímicos de datação, de análise dos metais, das plantas e dos gêneros alimentícios, do gado e de seu *pedigree;* a epidemiologia e o estudo das catástrofes naturais, vinculado à climatologia. Não é gratuitamente que, nas tradições africanas, atribui-se tanta importância aos períodos de grandes fomes, que, assim como

as guerras, são usadas como referências cronológicas. O papel da violência na evolução da África foi, sem dúvida, comparável ao que se verificou na história de outros continentes; todavia, se por um lado o baixo nível de desenvolvimento tecnológico reduziu-lhe o impacto absoluto, por outro, o impacto relativo viu-se aumentado, pois o menor avanço de um povo em relação a outro nesse âmbito revestia-se de grande importância. Não foi a diferença de armamento fator determinante na instauração da hegemonia dos assírios no Egito, dos primeiros dinastas de Gana, e de Chaka, o Zulu? A estatística também deverá contribuir de modo substancial, dando uma consistência quantificada a realidades que, sem isso, seriam deformadas, mesmo qualitativamente, já que, a partir de um certo estágio, pode-se falar de um "salto" qualitativo na natureza dos fenômenos. As estruturas de dois povos, um com dez mil e outro com dez milhões de pessoas, não podem ser da mesma natureza. Em se tratando de invasões, de exércitos africanos do século XIV, a armadilha do anacronismo consiste em imaginar essas mobilizações através do crivo conceptual do século XX. A referência estatística, mesmo na forma de estimativas aproximadas, ajudará a colocar as coisas numa escala de grandeza natural, mais compatível com o desenvolvimento real dos acontecimentos.

Aliás, o estudo das guerras africanas só pode contribuir de forma relevante para a história da África se relacionado à religião, à qual está intimamente ligado, por ser a arte da guerra, em parte, um exercício de magia. Para convencer-se, basta olhar a vestimenta de combate de al-Boury N'Diaye, repleta de amuletos. Esse costume ainda era adotado pelos atiradores africanos nas duas guerras mundiais. Quanto à antropologia física, pode, também, contribuir para a construção de uma história autêntica. Os mitos racistas, como a teoria "camítica", baseados em frágeis aparências, infestaram durante muito tempo esse setor da pesquisa, o qual só poderá ser saneado graças ao método interdisciplinar, que associa várias provas para chegar à verdade. As pinturas rupestres pré-históricas já podem indicar o caminho de algumas identificações, embora não se deva confundir modo de vida (tal como é retratado nas rochas) com raça. Todavia, não esqueçamos que certas deformações do esqueleto, como a elongação craniana praticada pelos Mangbetu, estão relacionadas ao modo de vida e à cultura. Por outro lado, se a análise serológica pode ajudar a esclarecer certas confusões, ela também revela que até os grupos sanguíneos podem adaptar-se ao meio, o que denota a influência decisiva do biótopo sobre a raça. Esta última só poderá ser entendida, portanto, se recolocada – como quase tudo o que diz respeito à história – entre a natureza e a cultura, passando pela biologia. A natureza africana teve grande influência na história. É por isso que, sem cair num determinismo mecânico qualquer,

jamais se devem perder de vista as condições geográficas.[8] A especificidade das culturas e da evolução pré-histórica da África central, como salienta de Bayle des Hermens, só pode ser compreendida se se pensar na presença opaca da floresta, que nos lembra a influência do espaço sobre o tempo.[9] Como falar dos primeiros habitantes do vale do Nilo sem recorrer à geomorfologia e à paleoclimatologia?[10]

Como?

Como vimos, são múltiplas as associações e conjugações de disciplinas que se impõem ao historiador da África. Mas como organizar essa frente unida de disciplinas tão heterogêneas na luta pela conquista da antiga face da África? Pode-se conceber uma associação de esforços extremamente lassa, que consistiria simplesmente em fixar algumas intenções comuns, deixando que cada um avançasse de acordo com a problemática de sua própria disciplina, reencontrando-se todos na linha de chegada para uma confrontação dos resultados. Essa estratégia não parece satisfatória, pois deixa subsistirem todos os *handicaps* de cada disciplina, sem tirar proveito, se não de todas as virtudes de cada uma delas, ao menos dos benefícios decorrentes da íntima associação de seus procedimentos. A uma interdisciplinaridade por justaposição, deve-se preferir uma interdisciplinaridade por enxerto de abordagens e disciplinas. A estratégia geral da pesquisa, bem como as etapas táticas, devem ser estabelecidas em conjunto. Após ter definido, de comum acordo e à medida que forem surgindo, as interrogações essenciais, passa-se a dividi-las em grupos, segundo requeiram a intervenção desta ou daquela disciplina. Em prazos determinados ou a pedido de uma das instâncias envolvidas na pesquisa, devem-se fazer ajustes ou combinações, espécie de *briefings,* que recolocarão os problemas em termos diferentes, renovados com a progressão das diligências comuns. Em tal circunstância, os nós ou pontos de estrangulamento detectados quando dos acertos serão objeto de programas de emergência e da concentração intensiva dos esforços.

8 "A natureza propõe e o homem dispõe", escreveu Vidal de La BLACHE; mas, como foi sugerido por Pe. Teilhard de Chardin: "Não será a história, vista de cima, o mais recente capítulo da história natural?".

9 Cf. H. LEFEBVRE, 1974, obra vigorosa em que o autor discute a teoria unitária do espaço (físico, mental e social).

10 Testes químicos com o cálcio, o fosfato, os pólens e as proteínas podem ajudar a reconstituir os hábitos alimentares que, por sua vez, dão indicações sobre a demografia e o período de ocupação de um sítio. Os palinologistas estão se empenhando em constituir um banco de pólens africanos.

Essa associação permanente, essa pesquisa coletiva, deve dispor de um "mestre-de-obras" para o conjunto do trabalho ou do programa. No entanto, podem-se designar líderes diferentes para suas diversas fases, conforme determinado momento da investigação requeira preferencialmente um linguista, outro, um sociólogo, etc. Uma tal estratégia interdisciplinar deverá promover o enriquecimento mútuo do enfoque de cada disciplina e apurar sua apreensão do tema comum da pesquisa. Ela permite frear rapidamente a progressão às cegas em situações de impasse e abrir o maior número possível de caminhos fecundos e atalhos. Esse tipo de pesquisa colegial, que levaria historiadores, antropólogos culturais, especialistas da arte, botânicos, a visitarem os sítios junto com os arqueólogos, revela-se como uma rede gigante, capaz de recolher tanto em extensão quanto em profundidade a substância da realidade histórica global. Isso pressupõe que os institutos de estudos africanos, que já são numerosos, possam adaptar suas estruturas a esse tipo de ação. Pressupõe, sobretudo, a instauração de uma nova mentalidade entre os próprios pesquisadores.

Na verdade, qual é o objetivo desse exercício? É restituir aos africanos uma visão e uma consciência de seu passado, que não pode ser uma fotocópia da vida passada, mas deve, um pouco como na caverna de Platão, reproduzir cenas que outrora foram reais. A vida é essencialmente integração e coerência, adesão de forças distintas a um projeto comum. A morte é, por definição, desagregação, incoerência. A vida individual ou coletiva não é unilinear nem unidimensional; é um tecido denso e compacto. Por vezes, o romance histórico empreende com sucesso (em condições certamente mais fáceis) este projeto raramente realizado por historiadores: a ressurreição do passado. Professores de história, economia, sociologia, etc. poderiam encontrar matéria para um estudo conjunto nesses afrescos vivos que são *As vinhas da ira,* de Steinbeck; *A condição humana,* de Malraux; e *Tchaka,* de T. Mofolo.

Sem cair no romance, devemos objetivar a recuperação dessa densidade, pois, no caso, a vida real foi ainda mais palpitante que o romance. A realidade ultrapassa a ficção. Todo movimento histórico depende do conjunto de todos os aspectos da realidade social. E a reconstituição histórica que deixasse de considerar todos esses aspectos seria, se não uma anti-história, no mínimo uma outra história: uma visão facciosa posto que parcial. Evidentemente podemos nos concentrar num ponto específico do quadro histórico para ampliá-lo, desde que não nos esqueçamos de que está situado no quadro, sem o qual, mesmo enquanto ponto, não pode ser perfeitamente compreendido. Essa observação é ainda mais pertinente em se tratando do conjunto do quadro. Os fatos históricos importantes, como a expansão mande no oeste da África, são resultantes de

um encontro, de uma conjugação de forças: a tecnologia, o equipamento material, o comércio, as vantagens da língua, a pertinência da organização política, o impulso do sentimento religioso, etc. Privilegiar de forma abusiva, como frequentemente acontece, a causa motriz antes de tentar retratar, em sua profusão vital, a intervenção de todas as causas, é erigir um edifício conceptual ao invés de procurar reeditar mentalmente o passado. O apanhado global da história a partir de muitas fontes torna-se ainda mais imperativo em se tratando de sociedades onde a vida é mais integrada, menos dicotômica que nos países onde já se consumou a divisão em classes antagônicas. Na África, talvez com excessiva facilidade, fez-se uma distinção entre as sociedades com Estado e as sociedades sem Estado, definindo-se evidentemente este último termo em função das normas da experiência coletiva do estudioso.[11] Esquece-se, talvez, que mesmo em um império como o Mali, a falta de estradas transitáveis e de administração burocrática, bem como a opção deliberada dos dirigentes em favor da descentralização ditada pelos fatos, fizeram com que a vida real da maioria da população se desenrolasse fora do "Estado", em vilarejos dotados de uma autonomia milenar e que não estavam ligados ao centro, nem por um vínculo material concretizado por um feudo, nem pela realidade física das auto--estradas ou das vias férreas, nem pela material idade das folhas de impostos e de decretos de ministérios ou prefeituras. Ignorar tudo isso é condenar-se ao enfoque simplista que consiste no estabelecimento de listas de reis e príncipes a respeito dos quais conhecemos apenas um ou dois grandes feitos num reinado de quinze ou vinte anos, que consagramos como marcos indiscutíveis da vida real dos povos. A imensa maioria dos povos africanos vivia em sociedades totais, se não totalitárias, onde tudo estava interligado, desde a confecção de utensílios até os ritos agrários, passando pelo cerimonial do amor e da morte. No tocante a isso, a sociedade regida pelo "animismo" não é menos integrada que a sociedade governada pelo islã. Sob vários aspectos, não se tratava de uma sociedade laica. E considerá-la como tal é desprezar uma parte importante da realidade. Em suma, nesses países também existe centralização, diferente, porém, da que vigora no Estado moderno,[12] onde é o preço – e o antídoto – da divisão extremada do trabalho social. Por exemplo, entre os Senufo (Poro), os Lobi (Dyoro) e os Diula, a iniciação desempenhava um papel central em torno do qual se organizava toda

11 AQUET, J. J. 1961. O autor utiliza alternadamente a análise econômica, sociológica e política para tentar definir um modelo aplicável à sociedade soga.

12 O episódio do povo do Bure, narrado por Ibn Battuta, o prova nitidamente: após uma fracassada tentativa de assimilação, o imperador do Mali acabou por reconhecer-lhe a autonomia cultural.

a vida da coletividade. Da mesma forma, verdadeiras federações de aldeias foram erigidas em torno de um altar ou de um culto comum, como na região de Samo (Alto Volta) e em Ibo.

Os países africanos onde as forças produtivas permaneceram num nível muito baixo, gozam, por outro lado, de uma atividade cultural intensa. Enquanto a dependência da natureza era quase total, toda vestimenta era adorno. Todo instrumento ou utensílio era trabalhado artisticamente, e até mesmo as escarificações corporais em profundidade ou em relevo tinham a dupla função de afirmar uma identidade étnica e manifestar uma intenção estética. Verifica--se o mesmo fenômeno com relação às moedas de ferro (*guinze*) utilizadas pelos Loma (Toma); Kissi, Konianke, Mande, Kuranko da Guiné, de Serra Leoa e da Libéria. Os *guinze* eram ao mesmo tempo moedas, protetores das moradias e dos campos, asilos dos espíritos dos defuntos e antepassados, e seria errôneo reduzi-los a uma única dimensão. Essas sociedades totais requerem manifestamente uma história integral à sua imagem. Assim sendo, a melhor forma de retratá-las é o trabalho interdisciplinar. Como exemplo, temos a obra conjunta de D. Tait, antropólogo, e de J. Fage, historiador, sobre os Konkomba. Citemos ainda o enfoque sintético de J. Berque da história social de uma aldeia egípcia.[13] Além disso, o método global irá requerer uma abordagem que considere todos os fatores externos, assim como os elementos domésticos. Exige que se transcendam as fronteiras da África de modo a integrar as contribuições asiáticas, europeias, indonésias e americanas à personalidade histórica africana. Evidentemente, não na forma de um expansionismo sumário, pois mesmo havendo intervenção externa, esta é orientada pelas forças internas já em ação. Como diz a máxima escolástica: *Quidquid recipitur, ad modum recipientis recipitur* (Tudo o que é recebido o é na medida e de acordo com o formato do recipiente). É por esse motivo que o arroz asiático foi cultivado onde já existia o *oryza* aborígene africano, e a mandioca, onde existia o inhame. A cultura africana é um sofisticado complexo de fatores. Não poderia reduzir-se à soma numérica desses fatores, pois eles não são meros produtos de mercearia que se alinha e se conta. A cultura africana é tudo aquilo que assume e transcende qualitativamente os elementos constituintes. E o ideal da história da África é apoiar-se em todos esses elementos para retratar a própria cultura no seu desenvolvimento dinâmico. Em outras palavras, o método interdisciplinar deveria finalmente conduzir a um projeto transdisciplinar.

13 BERQUE, J. 1957.

CAPÍTULO 16

Quadro cronológico das fases pluviais e glaciais da África PARTE I

I. R. Said

É nosso objetivo aqui apresentar uma exposição geral de algumas das mudanças ocorridas nos aspectos físicos do continente africano durante o Pleistoceno e o Holoceno. Durante esse período de cerca de 2 milhões de anos, os climas e os ambientes da Terra sofreram mudanças consideráveis. Uma série de eventos climáticos marcantes ocorridos durante essa época submeteu as latitudes setentrionais do globo, em quatro ocasiões sucessivas, a avanços e recuos de geleiras (denominados Günz, Mindel, Riss e Würm nos Alpes). Formaram-se os vales e os terraços fluviais, estabeleceram-se as atuais linhas da costa e ocorreram grandes mudanças na fauna e na flora do globo. As formas proto-humanas diferenciaram-se dos primatas ancestrais no início do Holoceno, e os mais antigos utensílios identificáveis são encontrados nos horizontes do Pleistoceno Superior. Em grande parte, o desenvolvimento da cultura, a partir do surgimento do homem enquanto mamífero que se utiliza de instrumentos, parece ter sido profundamente influenciado pelos fatores ecológicos que caracterizaram os sucessivos estágios do Pleistoceno.

Firmou-se na Europa a ideia segundo a qual, em vários episódios do Pleistoceno, os glaciares foram bem mais extensos do que na época presente, tornando-se logo evidente que esses episódios europeus de deterioração climática não tinham caráter meramente local. Os trabalhos realizados na África, por exemplo, revelaram que o continente sofreu mudanças climáticas de dimensões significativas durante o Holoceno. Embora esses eventos ainda não tenham sido

correlacionados de modo conclusivo aos que ocorreram na parte setentrional do globo, estão em grande parte ligados a estes últimos de uma forma que ainda está por ser interpretada.

Durante a última década, ampliaram-se consideravelmente as perspectivas de se estabelecer uma escala de tempo para o final do Cenozoico e do Pleistoceno. Os programas de perfuração em mar profundo têm fornecido informações extremamente valiosas sobre uma sequência de sedimentos mais ou menos contínua que registra os eventos da última parte da história da Terra. Estudos multidisciplinares detalhados dos testemunhos obtidos nesses programas, progressos na geofísica, e especialmente nos estudos de paleomagnetismo, bem como o aperfeiçoamento das técnicas de medidas radiométricas, têm contribuído para a elaboração de uma escala de tempo razoavelmente bem fundamentada para a última parte da história da Terra. Há muito por ser feito neste campo, visto que ainda não foi possível estabelecer uma correlação definitiva entre os eventos de diferentes áreas. No entanto, a cronologia da última parte da história da Terra está entre as mais bem fundamentadas, embora seja ainda questão bastante controversa a demarcação dos limites do Pleistoceno, em virtude da grande confusão gerada ao se procurar classificar os estratos-tipo clássicos do Plioceno e do Pleistoceno na sequência estabelecida a partir do fundo do mar. Apresentamos a seguir a classificação que será utilizada no presente capítulo.

A escala de tempo geomagnética dos últimos 5 milhões de anos (M.A) mostra que o campo magnético da Terra passou alternadamente da posição normal à reversa. Essas diferentes épocas foram interrompidas por eventos menores marcados por uma inversão. As épocas são, da mais recente para a mais antiga: Brunhes (0,69 M.A até o presente), Matuyama (2,43-0,69 M.A), Gauss (3,22-2,43 M.A.), e Gilbert (5,4-3,32 M.A). O intervalo magnético Gilbert--Gauss caracterizou-se por uma grande deterioração climática, observável em muitas regiões do globo (sobre esse assunto, ver Hays *et alii,* 1969). Este episódio frio corresponde ao início da glaciação de Nebraska (registrada no golfo do México), ao surgimento de depósitos glaciais no Atlântico norte e à fauna continental do Villafranchiano médio. De acordo com alguns autores, para os quais o início da primeira deterioração climática constitui o limite entre o Plioceno e Pleistoceno, este evento marcaria o começo do Pleistoceno. Contudo, a adoção desse limite estaria em desacordo com o limite definido pelo Congresso de 1955 da Associação Internacional de Pesquisa do Quaternário (INQUA), de vez que implicaria que os conjuntos faunianos da seção clássica de Castellarquato, na Itália, deveriam ser excluídas do Plioceno. É preferível, pois, fixar-se o limite em -1,85 M.A., correspondendo ao início do Calabriano e ao evento magnético

de Olduvai da época Matuyama. Pesquisas recentes mostraram que esse foi um período antes de aquecimento que de resfriamento. Nas latitudes temperadas, as primeiras grandes glaciações do Pleistoceno ocorreram. em torno de -500000 no intervalo Brunhes-Matuyama. Esta glaciação pode corresponder à Günz alpina. O Pleistoceno, portanto, pode ser dividido em duas partes, representando a mais recente o período glacial, e a mais antiga um Pleistoceno pré-glacial. A glaciação alpina de Riss ocorreu em 120-130000 B.P. aproximadamente, ao passo que a de Würm começou em 80000 B.P. Esta última glaciação é talvez a mais bem datada e estudada. Ela continuou até o Holoceno, que foi fixado em 10000 B.P. aproximadamente.

Como dissemos, é objetivo deste capítulo estudar as mudanças físicas mais notáveis ocorridas no continente africano em resposta às variações climáticas do Pleistoceno. Um continente tão grande como a África compreende uma série de ambientes distintos, que responderam de diferentes maneiras e em graus variados às grandes mudanças paleoclimáticas do Pleistoceno. Procuraremos, portanto, estudar essas mudanças no quadro das principais regiões climáticas atuais do continente. Essas regiões podem ser classificadas em duas categorias: zonas equatorial e subequatorial; e zonas tropical e subtropical.

Zonas equatorial e subequatorial

A zona equatorial cobre atualmente a região da bacia do Zaire, no oeste da África, caracterizada por ventos pouco variáveis, ligeiras diferenças sazonais de temperatura e umidade, tornados e tempestades frequentes. Esta zona é atualmente coberta por florestas equatoriais. A zona subequatorial abrange a maior parte da região média da África, caracterizando-se pela presença de massas de ar de tipo equatorial no verão e de tipo tropical no inverno. O inverno é seco e ligeiramente mais fresco que o verão. A maior parte desta zona compreende áreas com umidade abundante que sustenta uma vegetação de savana tropical. As bordas setentrional e meridional, entretanto, apresentam atualmente uma vegetação de estepe tropical.

As variações de pluviosidade nessas zonas durante o Pleistoceno permitem subdividir esta época em uma sucessão de pluviais e interpluviais. Os pluviais conhecidos como Kagueriano, Kamasiano, Kanjeriano e Gambliano são considerados como correspondentes às quatro glaciações mais importantes do hemisfério norte, embora esta correlação não tenha sido comprovada. Foram identificados dois subpluviais no Holoceno: Makaliano e Nakuriano.

Os pluviais são evidenciados por um maior acúmulo de sedimentos lacustres ou por uma elevação das linhas de margem deixadas em várias bacias fechadas como resultado da expansão dos lagos. Os interpluviais caracterizam-se por uma intensificação da atividade eólica, durante a qual as areias transportadas pelo vento foram depositadas ou redistribuídas muito mais ao sul do limite meridional atual das dunas móveis, e que corresponde a mudanças radicais na vegetação. Vários cumes vulcânicos localizados nessas zonas apresentam características glaciais em altitudes inferiores à linha de neve atual, indicando a existência de climas mais frios em tempos passados. Nas seções seguintes do presente capítulo, encontram-se alguns exemplos dessas mudanças ocorridas na África equatorial e subequatorial.

Bacias lacustres da África oriental

A África oriental, notadamente por suas bacias lacustres, constitui uma área típica dos pluviais e interpluviais propostos para descrever a evolução da África subequatorial. Os lagos da África oriental situam-se no sistema do *rift* africano. Os que preenchem os fundos do ramo oriental do *rift,* com exceção do lago Vitória, não possuem saídas e estão localizados em climas muito mais secos. Por outro lado, os principais lagos do ramo ocidental estão preenchidos até o nível de transbordamento.

Fica claro, desde o início, que os vestígios de níveis lacustres mais elevados em uma zona altamente sismoativa como o leste da África deve conduzir à formulação de hipóteses, mas não permite que se tirem conclusões. Nesta região extremamente instável, deve ser levada em consideração a possibilidade de deslocamento tectônico das linhas de margem, de modificação dos níveis de transbordamento dos lagos e oscilação das bacias lacustres. Por esta razão caiu em desuso o conceito de pluviais do Pleistoceno inferior ao médio (Cooke, 1958; Flint, 1959; Zeuner, 1950). Estudos recentes das bacias lacustres da África oriental têm restringido o uso desta evidência climatoestratigráfica ao pluvial Gambliano, em que são registrados, em certos locais, sedimentos que não sofreram deformações tectônicas.

Contudo, grande número de evidências geológicas provam de maneira cabal que os limites das principais florestas equatoriais variaram consideravelmente no passado. As grandes florestas das bacias de drenagem do oeste constituíram um importante fator no condicionamento da vida humana durante o período para o qual se dispõe de registros arqueológicos. O famoso sítio da garganta de Olduvai, no norte da Tanzânia, inclui em sua base uma fauna de vertebrados

otimamente preservada, que data seguramente do Pleistoceno inferior. As correlações climáticas indicam um período de alta pluviosidade (Kagueriano ou Olduvai I). Acima encontram-se duas formações que indicam, respectivamente, um intervalo mais seco seguido de um período de pluviosidade relativamente intensa. Existe, nesta localidade, uma sequência estratigráfica que possui a série evolutiva mais completa de machadinhas, das formas mais primitivas às variantes especializadas mais importantes deste tipo de artefato do Paleolítico Inferior, tal como é conhecido na Europa e na Ásia ocidental.

As evidências do pluvial Gambliano são constituídas principalmente pelas praias elevadas e pelos depósitos fossilíferos de três lagos outrora contíguos, situados a noroeste de Nairóbi (Nakuru, Elmenteita e Naivasha). O Naivasha apresenta um nível de praia elevado, que data de um período ligeiramente anterior ao Paleolítico Superior, indicando que o lago teve uma profundidade máxima de 200 m e que, provavelmente, escoava suas águas através de uma linha de festo próxima. As pequenas dimensões da concha do lago e o fato de os lagos modernos não ultrapassarem 10 m de profundidade são dados que permitem considerar a extensão anterior do lago como uma indicação da ocorrência de climas mais úmidos no passado.

Em um abrigo sob rocha que domina os lagos atuais de Nakuru e Elmenteita, um sítio bem estratificado com uma verdadeira indústria sistemática de lâminas foi descoberto por Leakey, na caverna de Gamble, no Quênia. O depósito inferior é descrito como uma aglomeração de seixos de praia laeustre sobre o piso rochoso do abrigo, a cerca de 200 m acima do nível atual do lago. Os depósitos que contêm utensílios situam-se sobre esta aglomeração e consistem em um depósito móvel de "cinza, poeira, osso e obsidiana". A fauna associada é, indubitavelmente, do tipo moderno. Segundo Leakey, os depósitos de utensílios pertencem ao fim de um período de alta pluviosidade (o qual ele denomina Gambliano, segundo o local em questão); este sucede imediatamente ao período a que pertencem os últimos níveis do Olduvai, que continham utensílios do Acheulense e restos de uma fauna extinta bastante característica.

O clássico trabalho de Nilsson (1931, 1940) sobre as bacias lacustres da África oriental apresenta um dos estudos mais bem documentados das flutuações de seus níveis no passado. Esse autor descreve as linhas de margem elevadas do lago Tana (nível da superfície: 1830 m), fonte do Nilo Azul, e registra cinco linhas de margem principais até +125 m, com um nível menos distinto a +148 m. Nilsson também mostra que quatro lagos do Rift Valley (Zway, Abyata, Longana e Shela) eram interligados e escoaram para o rio Awash durante um certo tempo.

Os registros paleoclimatológicos do lago Vitória mostram que ele foi pouco profundo e endorréico por um período de duração indeterminada, anterior a 14.500 B.P., quando prevalecia uma vegetação de savana herbosa. O lago começou a se expandir em 12000 B.P. aproximadamente, quando então apareceu uma vegetação de floresta nas bordas das suas margens setentrionais. Porém, por um curto período de tempo, em torno de 10000 B.P., é possível que o seu nível tenha descido a 12 m abaixo do nível atual. Entre 9500 e 6500 B.P. o lago Vitória esteve completamente cheio, rodeado por uma floresta perene. O nível do lago foi, em parte, influenciado pela incisão de seu escoadouro, porém os baixos níveis anteriores, bem como a sequência palinológica, certamente independem desse fator.

Butzer *et alii* (1972) realizaram um estudo pormenorizado das bacias lacustres da África oriental e fornecem datações por radiocarbono de alguns sedimentos de suas antigas praias. Os eventos e datações do Quaternário Superior dos lagos Rodolfo, Nakuru, Naivasha e Magadi coincidem em grande parte. O lago Rodolfo, com uma superfície atual de 7500 km^2, é o maior lago endorréico da África. Situado em uma zona de subsidência a leste do Rift, seu principal afluente é o rio Orno, que nasce nas terras altas do oeste da Etiópia. O trabalho de Butzer mostra que o litoral, os leitos deltaicos e fluviais associados a esse lago situavam-se 60 m acima do nível atual em 130000 B.P. aproximadamente, e 60-70 m acima do nível atual em 13000 B.P. aproximadamente. Entre este último período e 9500 B.P. o lago tornou-se menor que o atual e o clima mais árido. A partir desta última data, o volume do lago cresceu novamente e seu nível variou entre 60 e 80 m acima do nível atual até 7500 B.P., quando o lago Rodolfo reduziu-se. Houve em seguida níveis mais altos em 6000 B.P. aproximadamente, e a partir de 3000 B.P. o lago reduziu-se até atingir suas dimensões atuais.

As evidências de outros lagos da África oriental, estudados por Butzer *et alii*, mostram uma história semelhante para o Quaternário Superior.

Bacias do Chade e do Sudd

A bacia do Chade merece atenção especial em virtude de sua localização na extremidade meridional do Saara e da grande superfície do mar interior que ocupou toda a bacia durante o Pleistoceno. O atual lago Chade é um vestígio desse antigo mar interior (cf. Monod, 1963, e Butzer, 1964). As águas da bacia provêm das savanas da África central.

O lago atual situa-se a uma altitude de 280 m, e sua superfície oscila entre 10000 e 25000 km^2; a profundidade média varia entre 3 e 7 m, com uma

profundidade máxima de 11 m. O lago está separado de duas grandes depressões, Bodélé e Djourab, por um divisor de águas de pequena altitude, cortado pelo vale seco do Bahr el-Ghazal. A mais baixa linha de margem do lago Chade atual, 4-6 m, permitiria que suas águas transbordassem na depressão de Bodélé, a 500 km de distância. No seu nível mais alto, 322 m, o ancestral do Chade no Pleistoceno deixou linhas de margem bastante nítidas a 40 e 50 m, o que corresponde a uma área de 400000 km^2. Foram também registrados vestígios mais descontínuos de linhas de margem intermediárias. Grove e Pullan (1963) mostram que a grande perda por evaporação do lago atual é amplamente compensada pelo débito do Logone e do Chari, ao sul. Esses autores calculam que a evaporação do lago no Pleistoceno deve ter sido seis vezes maior, de sorte que teria recebido, anualmente, um volume de água igual a um terço do débito anual do Zaire.

Butzer (1964) afirma com razão que o antigo mar do Chade representa, portanto, excelente testemunho em favor de uma maior umidade nas latitudes tropicais subúmidas. Infelizmente, não foi possível correlacionar as linhas de margem das diferentes partes da bacia. A camada de terrenos do Pleistoceno de 600 m de espessura subjacente a algumas partes da bacia mostra a complexidade e a longa história deste mar interior. No caso do Nigéria, Grove e Pullan (1963) sugerem que, após um período em que o nível do lago ultrapassava o nível atual de 52 m, durante o Pleistoceno Superior, o clima tornou-Se seco, com formação de grandes dunas no antigo sítio do lago. Ao estabelecimento posterior de uma nova rede hidrográfica, seguiu-se um outro período úmido, tendo o nível do lago aumentado de pelo menos 12 m durante o Holoceno. Pode-se dizer, por conseguinte, que dois movimentos positivos do lago, ainda mal analisados, parecem ter ocorrido antes de 21000 B.P. Sucedeu-se um longo intervalo de dessecação e atividade eólica até pouco antes de 12000 B.P., quando o lago reiniciou sua expansão, atingindo um nível máximo há cerca de 10000 anos B.P., com transbordamentos ao menos intermitentes. Este período de cheia durou até 4000 B.P. aproximadamente.

A história deste mar interior no Pleistoceno Superior e no Holoceno parece, assim, coincidir, salvo em alguns detalhes, com a das bacias da África oriental.

O lago Sudd, no Sudão meridional, representa, na opinião do autor deste capítulo, outro grande mar interior que teve provavelmente uma história semelhante à da bacia do Chade. O Sudd é um lago extinto que se supõe ter coberto a região da bacia superior do Nilo, estendendo-se até o Nilo Branco, partes do Nilo Azul e do Bahr el-Ghazal. A ideia da existência deste antigo lago partiu de engenheiros de irrigação que trabalhavam no Egito (Lombardini,

Garstin e Willcocks) e foi elaborada por Lawson (1927) e Ball (1939). Todos ficaram impressionados com o nivelamento das planícies do Sudão central e meridional e admitiram que um pequeno aumento no nível dos Nilos Branco e Azul poderia inundar extensas áreas. O lago Sudd, pelos cálculos de Ball, ocupou uma área de 230000 km^2 (a região limitada pela curva dos 400 m, altitude de Shambe). Esta região é coberta pela formação de Um Ruwaba, recentemente mapeada, que é constituída de uma longa série de depósitos fluviais, deltaicos e lacustres. O ponto culminante dessa formação ultrapassa 500 m, altitude bastante superior à do mais baixo nível de escoamento do cume de Sabaluka, ao norte de Cartum (434 m), que se supõe ter formado o limite setentrional do lago. Como observou Said (MS), este cume situa-se numa das principais linhas de falha que limitam a borda meridional do maciço da Núbia, núcleo de grande atividade sísmica. Essa altitude, pela razão exposta e por outras relacionadas à incisão da garganta de Sabaluka por uma erosão ulterior, não pode ser ti da como representante da altitude do cume durante o preenchimento do lago. Uma outra complicação provém do efeito de barragem produzido pelas águas do Nilo Azul ao se precipitar no Nilo Branco em época de cheia. Embora a história do lago Sudd não seja conhecida em pormenores, sua grande extensão é comprovada pelos 382 m de praia que margeiam amplas áreas do Nilo Branco. Como a bacia do Chade, parece ter sido muito extenso entre 12000 e 8000 B.P. Ao norte, deve ter chegado a 50 km de largura (Williams, 1966). Depois, o lago reduziu-se e, em torno de 6000 B.P., a pluviosidade anual diminuiu, atingindo cerca de 600 mm nas proximidades de Cartum, e o nível do Nilo Branco baixou para 0,5-1 m acima de seu nível médio atual em época de cheia.

Fenômenos glaciais

A antiga glaciação da África está estreitamente ligada às geleiras atuais, que, por sua vez, dependem principalmente da distribuição das grandes elevações. Com exceção das montanhas do Atlas, todos os picos com geleiras encontram-se na África oriental, a poucos graus do equador. As altitudes variam de aproximadamente 3900 a 6100 m. Flint (1947, 1959) apresenta um resumo dos dados importantes referentes a essas regiões, afirmando que as nevadas que alimentavam as geleiras eram, provavelmente, produzidas pela precipitação orográfica da umidade das massas de ar marítimo que se deslocavam para leste, provenientes do Atlântico sul e, em menor grau, para oeste, provenientes do oceano Índico.

A altitude do monte Quênia (lat. 0°10' S; longo 37°18' L) é de 5158 m e a atual linha de neve está a 5100 m; estima-se que a linha de neve no Pleistoceno tenha descido no máximo a 900 m (Flint, 1959). O monte Kilimandjaro na Tanzânia (lat. 3°05' S; longo 37°22' L) tem uma altitude de 5897 m e parece situar-se atualmente pouco acima da linha de neve; a linha de neve mais baixa, no Pleistoceno, esteve acima de 1300 m (Flint, 1959). O monte Elgon, em Uganda (lat. 1 °08' N; longo 34°33' L), tem uma altitude de 4315 m e situa-se, atualmente, bem abaixo da linha de neve, tendo apresentado geleiras durante o Pleistoceno. O monte Ruwenzori (lat. 0°24' N; longo 29°54' L) tem uma altitude de 5119 m e sua atual linha de neve situa-se a 4750 m na vertente oeste (Zaire) e 4575 m na vertente leste (Uganda). As geleiras do Pleistoceno desciam a 2900 m na vertente oeste e a cerca de 2000 m na vertente leste.

Atualmente não existem geleiras nas terras altas da Etiópia, porém os montes Semien (lat. 13°14' N; longo 28°25' L) parecem ter apresentado geleiras durante o Pleistoceno. Nilsson (1940) demonstra a existência de duas antigas glaciações em alguns picos desta cadeia (altitude de aproximadamente 4500 m) com linhas de neve a 3600-4100 m e 4200 m. Um recuo glacial associado ao Pleistoceno Superior corresponde a uma linha de neve a 4400 m. Nilsson também descreve uma glaciação do Pleistoceno Superior no monte Kaka (lat. 7°50' N; longo 39°24' L), com uma linha de neve a 3700 m. Foram também descritas glaciações em outros picos vulcânicos da Etiópia, que atualmente se situam bem abaixo da linha de neve: monte Guna (lat. 11°43' N; longo 38°17' L); Amba Farit (lat. 10053' N; longo 38°50' L) e monte Chillale (lat. 7°50' N; longo 39°10' L).

Há evidências convincentes de pelo menos duas gIaciações nas zonas equatorial e subequatorial da África, e de um clima consideravelmente mais frio durante o período que corresponde à glaciação de Würm. Além dos fenômenos glaciais observados em alguns picos desta zona, descobriram-se na Etiópia vestígios de solifluxão e de modificação dos solos por congelamento (4200-9300 m). De acordo com Budel (1958), o limite inferior dos fenômenos de solifluxão durante o período de Würm alcançou 2700 m. Também foram registrados depósitos glaciofluviais em muitas áreas da África equatorial. Os depósitos do monte Ruwenzori foram estudados por de Heinzelin (1963), que constatou serem eles paralelos aos terraços gamblienses do rio Semliki. O Semliki, que une os, lagos Eduardo e Alberto na fronteira do Zaire com Uganda, possui espessas camadas de seixos grandes e médios, areias e terra vermelha agrupadas junto com os depósitos coluviais. De Heinzelin demonstra que os terraços sangoenses--lupembienses são contemporâneos dos depósitos glaciofluviais do monte Ruwenzori.

Zonas tropical e subtropical

A atual zona tropical da África possui um regime de ventos provenientes sobretudo do leste e nítidas variações sazonais de temperatura. A parte ocidental desta zona, situada na costa do Atlântico, apresenta alísios estáveis, temperatura amena, alta umidade atmosférica e baixíssima pluviosidade. A parte restante abrange os grandes desertos do norte e do sul do continente. São regiões quentes e áridas, com uma grande variação diurna de temperatura e um máximo absoluto de temperatura. A zona subtropical compreende as extremidades setentrional e meridional do continente e se caracteriza pela presença de massas de ar tropicais no verão e de massas de ar de tipo temperado no inverno. A temperatura e a pluviosidade sazonais variam consideravelmente. As regiões de clima mediterrâneo apresentam tempo bom e claro no verão, e chuvoso no inverno.

O Saara

O Saara representa talvez o elemento mais notável desta zona. Estendendo--se por mais de 5500 km do mar Vermelho ao Atlântico, e tendo de norte a sul, uma largura média superior a 1700 km, cobre quase um quarto da área total do continente africano. Em toda essa região, a pluviosidade, embora muito desigualmente distribuída, é superior a 100 mm/ano em certos locais e, em média, muito inferior. Consequentemente, não se conhecem rios perenes no Saara, com exceção do Nilo, que recebe suas águas de fontes situadas fora do deserto. Os lençóis permanentes e efêmeros resultantes do escoamento superficial não têm importância para a vida humana atual, ao contrário dos poços e fontes alimentados por lençóis subterrâneos.

O Saara é constituído por um rígido embasamento de rochas pré-cambrianas recobertas por sedimentos do Paleozoico ao Cenozoico, os quais permaneceram estáveis durante a maior parte do Fanerozoico. Ocorreram dobramentos e arqueamentos da crosta somente na cadeia do Atlas, do golfo de Gabes ao Marrocos, e nas colinas do mar Vermelho, a leste do Nilo. Uma atividade semelhante é observada em Cirenaica e no subsolo da costa setentrional da África. Estes dobramentos pertencem ao sistema alpino de orogênese do Cenozoico Superior e do Quaternário. A cadeia do mar Vermelho, por outro lado, está ligada aos movimentos tectônicos e à extensão do grande *Rift Valley* africano.

A mais extensa área de elevações é a do maciço do Atlas, que apresenta a maior pluviosidade. Elevações menores estão presentes em Cirenaica e nos

maciços do Ahaggar e do Tibesti do Saara central. Estes últimos constituem duas regiões de topografia montanhosa ligadas pela *selle basse* de Tummo. Essa região tem uma altitude média de 2000 m, com picos de até 3600 m. A maioria dos picos é constituída de rochas vulcânicas, formadas durante um longo período de atividade vulcânica que alcançou o Pleistoceno. Encontram-se áreas menores de rochas vulcânicas nos maciços de Aïr, no sudoeste de Ahaggar, no Uweinat, que se ergue abruptamente entre o Tibesti e o Nilo, no monte Ater, etc. Atualmente, esses maciços exercem uma influência insignificante sobre o clima, mas há muitas evidências geológicas de que a região do Saara, durante vários episódios do Pleistoceno, foi bem menos árida que no presente.

O principal fator de erosão no deserto, tanto atualmente como durante todos os demais períodos de aridez, é a erosão eólica, responsável pela formação da grande peneplanície do Saara. As areias grosseiras transportadas pelo vento acumulam-se em extensões conhecidas por *erg* ou *reg*, enquanto que os materiais mais finos são transportados em altitude na atmosfera, permanecendo em suspensão parcial por longos períodos de tempo. A superfície rochosa denudada resultante dessa erosão é conhecida como *Hammada*. Ocorrem bacias e depressões nessas superfícies, que variam de bacias rasas e pequenas a grandes depressões que atingem, em alguns locais, uma profundidade de 134 m abaixo do nível do mar (depressão de Oattara). Essas depressões tornaram-se, nas fases pluviais, em sítios de aluvionamento; ao atingirem o nível dos lençóis subterrâneos, surgiram fontes e iniciou-se uma atividade de sedimentação lacustre. As grandes depressões situam-se principalmente nas bordas dos escarpamentos, mas são raramente circundadas por estes. Certamente foram formadas por erosão eólica, já que constituem bacias interiores sem saída.

Há divergência de opiniões quanto à história geológica do Saara. Alguns autores sustentam que foi um deserto durante todo o Fanerozoico e que os períodos úmidos representam variações anormais na história de uma aridez contínua. Outros sustentam que a desertificação é um fenômeno recente, correspondente ao atual sistema de distribuição das massas de ar.

São irrefutáveis as evidências de que, no passado, o deserto conheceu climas mais úmidos. Dentre essas evidências incluem-se tanto o sistema de distribuição da fauna quanto certas características sedimentares que só podem ser explicadas pela hipótese da existência de um clima mais úmido no passado. Sabe-se que determinados animais nativos da África central viveram no deserto, e não poderiam ter migrado para lá a não ser através de corredores de vegetação ou água. Encontraram-se espécimes do crocodilo da África central em covas d’água no interior de ravinas profundas dos maciços de Ahaggar e Tibesti; o *mudfish*

africano foi encontrado no norte até o oásis de Biskra, ao sul da Tunísia. As características do sistema de drenagem do deserto indicam a ocorrência, no passado, de índices pluviométricos mais elevados. A oeste de Ahaggar, uma planície imensa estende-se a poucas centenas de quilômetros do Atlântico, declinando suavemente a partir das margens da depressão de El Juf. Vê-se claramente que, no passado, tal planície formava a bacia de evaporação de um vasto sistema hidrográfico. São significativas as linhas de drenagem que se dirigem para o sul a partir das encostas meridionais do Atlas, destacando-se o *uede* Saura, com mais de 500 km de extensão. Trata-se de um vale que, no passado, suportou um volume de água suficiente para remover as areias eólicas que hoje obstruem seu curso médio.

Das colinas do mar Vermelho, alguns uedes alcançam até 300 km, drenando áreas de aproximadamente 50000 km^2. Um deles, o *wadi* Jharit, que desemboca na planície de Kom Ombo ao norte de Assuã, é cercado por delgadas camadas aluviais de siltitos finos com mais de 100 m de profundidade; Estes foram certamente depositados por um rio perene de débito considerável.

Monod (1963) fez um estudo dos principais trabalhos sobre as divisões c1imatoestratigráficas do Saara. Ele cita o trabalho de Alimen, Chavaillon e Margat (1959) sobre a clássica bacia do Saura, para a qual foram sugeridos os seguintes períodos, do mais antigo ao mais recente:

- Pluvial Villafranchiano (= Aidiano): areia, cascalho, conglomerados de cor rosa-avermelhado sobre rochas mais antigas.
- Pós-Villafranchiano árido: brechas de talude, loess arenoso etc., recobertos por um paleossolo marrom-avermelhado. Utensílios de seixos grosseiramente lascados foram observados em um sítio na Argélia.
- Primeiro pluvial Mazzeriano (Q/a): conglomerados e areias.
- Pós-Mazzeriano árido: depósitos de argila arenosa, areias eólicas, entulho.
- Segundo pluvial Taourirtiano (ou ougartiano I) (Q/b): conglomerados, cultura de seixos bem desenvolvida, possivelmente do Acheulense Médio.
- Pós-Taourirtiano árido: erosão.
- Terceiro pluvial (ou Ougartiano II): seixos de várias cores e areias ou um paleossolo vermelho-castanho.
- Pós-Taourirtiano árido: erosão.
- Quarto pluvial (Q^1) sauriano: areias cinza-esverdeadas, materiais detríticos, solos fósseis negros – Ateriense.
- Pluvial pós-sauriano: crosta de arenito – Neolítico.
- Fase úmida guiriana (Q^{2a}): Neolítico.

De acordo com Arambourg (1962), os quatro pluviais principais Mazzeriano, Ourgartiano I, Ougartiano II e Sauriano – do norte do Saara poderiam corresponder aos pluviais da África oriental – Kagueriano (Olduvai I), Kamasiano, o Kanjeriano e Gambliano. O Guiriano do noroeste da África poderia corresponder às fases úmidas do pós-Gambliano.

O Nilo

O Nilo tem de há muito atraído a atenção dos estudiosos, e é vasta a literatura dedicada a seus vários aspectos. A pré-história e a evolução geológica deste rio foram objeto de recentes estudos realizados por Wendorf (1968), Butzer e Hansen (1968), de Heinzelin (1968), Wendorf e Schild (MS), Giegengak (1968) e Said. As notas seguintes são o resultado de um estudo realizado por este último autor, com base no mapeamento de campo, nos depósitos fluviais e nos sedimentos associados e no exame de um grande número de perfurações, profundas e rasas, para prospecção de água ou petróleo. Pode-se dizer que o Nilo passou por cinco episódios principais desde a abertura de seu curso no Mioceno Superior. Cada um destes episódios caracterizou-se por um rio alimentado principalmente por fontes exteriores ao Egito. Por volta do fim dos quatro primeiros episódios (o último ainda está em andamento), o rio parece ter diminuído ou deixado completamente de fluir no Egito. Essas grandes fases de recessão foram acompanhadas de importantes mudanças físicas, climáticas e hidrológicas. Na primeira dessas recessões, o mar parece ter avançado terra adentro, formando um golfo que ocupou o vale escavado até o sul de Assuã. Durante a segunda recessão, que se iniciou com o Pleistoceno árido e continuou por mais de 1100000 anos, um clima hiperárido desenvolveu-se no Egito, transformando-o em um verdadeiro deserto. Durante esse episódio, em que houve intensa atividade eólica, começaram a se formar as grandes depressões do deserto e foi destruída a vegetação que cobrira o Egito por quase todo o Plioceno. Há evidências de uma fase pluvial relativamente curta no início deste período, em que surgiram torrentes efêmeras que derivavam suas águas somente do Egito. Os cinco cursos d'água que ocuparam o vale do Nilo, desde sua escavação no Mioceno superior, são chamados: Eo-Nilo (Tmu); Paleo-Nilo (Tplu); Proto-Nilo (Q_1); Pré-Nilo (Q_2); e Neo-Nilo (Q_3).

As variações climáticas registradas no Egito podem ser resumidas na seguinte tabela, da mais antiga para a mais recente:

Pluvial Plioceno

(Tplu), de 3320000 a 1850000 B.P.

Os sedimentos do Paleo-Nilo apresentam-se em sua maior parte na forma de finas camadas de clásticos e argilas, observáveis no subsolo do vale e em afloramentos ao longo das margens dos uedes. As cabeceiras do Paleo-Nilo encontravam-se no Egito e também na África equatorial e subequatorial. Presença de considerável cobertura vegetal, desintegração química intensa e escoamento reduzido. Chuvas provavelmente distribuídas de forma regular durante o ano.

Fase hiperárida do Pleistoceno Inferior

(Intervalo Tplu/Q_1), de 1850000 a 700000 B.P.

O Egito transforma-se em um deserto, o vale do Nilo torna-se sismicamente ativo e a atividade eólica atinge seu máximo. Esta fase é interrompida por um curto pluvial (Armant), com a formação de camadas de cascalhos alternadas com camadas de areia selecionada ou de marga encaixadas em uma matriz amarelo--avermelhada e recobertas por brecha vermelha cimentada. Nenhum utensílio foi encontrado nestes depósitos.

Pluvial Edfon

(Q_1), de 700000 a 600000 B.P.

Voltam as condições climáticas do Paleo-Nilo; o Proto-Nilo, com fontes idênticas às de seu predecessor, entra no Egito seguindo um curso paralelo ao do Nilo moderno e situado a oeste deste. Os sedimentos do rio tomam a forma de camadas de cascalho de quartzo e quartzito encaixados em uma matriz de solo vermelho-tijolo. Esses sedimentos provinham de um terreno profundamente desintegrado e muito lixiviado. No deserto, sedimentos comparáveis aos conglomerados dos uedes são conhecidos sob a forma de canais invertidos. Há registros nestes depósitos de utensílios de tradição chellense.

Fase árida do Pré-Nilo

(Q_2), de ?600000 a 125000 B.P.

Um novo rio entra no Egito, alimentado pelas águas das terras altas da Etiópia. A composição mineral dos sedimentos do Pré-Nilo mostra a presença do mineral augita (mineral característico dos sedimentos do Nilo moderno

oriundos das terras altas da Etiópia), bem como uma abundância de epídoto, o que distingue estes depósitos daqueles do Neo-Nilo e do Nilo moderno. Assinala-se um pluvial menor durante as fases iniciais deste intervalo.

Pluvial Abbassia

De 125000 a 80000 B.P.

O Pré-Nilo pára de correr no Egito, suas cabeceiras são cortadas pela elevação do maciço da Núbia. Este pluvial caracteriza-se pela presença de cascalhos poligênicos, oriundos das colinas do mar Vermelho, cuja superfície foi profundamente desintegrada mas pouco lixiviada. Nestes cascalhos são encontrados utensílios do Acheulense Superior em grande quantidade.

Fase árida Abbassia/Makhadma

De 80000 a ?40000 B.P.

Erosão.

Subpluvial Makhadma

De ?40000 a 27000 B.P.

Registros de enxurradas, utensílios de tradição sangoense-lupembiense em vários declives do leito erodido do Pré-Nilo. No deserto, encontram-se por toda parte artefatos de tradição musteriense e ateriense.

Fase árida do Neo-Nilo

(Q_3) de 27000 B.P. até o presente.

Um rio (o Neo-Nilo) com cabeceiras e regime similares aos do Nilo moderno entra no Egito. O Neo-Nilo passou por fases de recessão que formaram máximos subpluviais: o subpluvial Deir el-Fakhuri (15000 a 12000 B.P.); subpluvial Dishna (10000 a 9200 B.P.) e Neolítico (7000 a ?6000 B.P.).

Pode-se afirmar, portanto, que os sedimentos do vale do Nilo não são muito diferentes dos registrados no Saara. Generalizando, é possível relacionar o pluvial Armant egípcio ao pluvial Villafranchiano do noroeste do Saara, o Edfon ao Mazzeriano, o Abbassia ao Ougartiano, o Makhadma ao Sauriano, o Deir el-Fakhuri, o Dishna e o Neolítico ao Guiriano.

Concluindo, cabe observar que os pluviais africanos têm possivelmente suas origens nas variações climáticas do globo que, em teoria, corresponderiam às

glaciações da Europa e da América do Norte. Embora tal fato não tenha sido comprovado, é possível afirmar que, em geral, o Ougartiano (do noroeste da África), o Abbassia (do nordeste da África) e o Kanjeriano (Olduvai IV) do leste da África podem ser correlacionados à glaciação alpina de Riss. Antes que se possa tirar qualquer conclusão definitiva, fazem-se necessários estudos suplementares, principalmente no campo das medidas paleomagnéticas e radiométricas.

CAPÍTULO 16

Quadro cronológico das fases pluviais e glaciais da África PARTE II

H. Faure

Os últimos milhões de anos da história de nosso planeta foram marcados pela alternância de profundas modificações climáticas. O fenômeno mais importante, bem conhecido há mais de um século, é sem dúvida o extraordinário avanço e recuo das geleiras nas altas latitudes e altitudes. Este fenômeno é reflexo dos consideráveis resfriamentos que exerceram profunda influência sobre o ambiente e a vida dos hominídeos. Na África, a manifestação mais espetacular das variações climáticas do Quaternário foi a extensão das áreas lacustres em zonas atualmente áridas, e o desenvolvimento de grandes extensões de dunas em regiões que hoje apresentam um clima mais úmido.

No curso da década passada, observou-se um progresso considerável na datação de eventos climáticos ocorridos durante os últimos 30000 anos, graças ao uso sistemático de medidas radiocronológicas (carbono 14). Para os últimos milhões de anos, a cronologia das inversões magnéticas, baseada nas medidas radiométricas pelo método potássio-argônio, permite a correlação com outras regiões onde esses métodos são também empregados, especialmente as regiões oceânicas.

Antes da utilização desses métodos de correlação cronológica, a estratigrafia do Quaternário baseava-se principalmente na sucessão dos eventos climáticos, tida como um quadro cronológico. Estabeleciam-se as correlações de uma região a outra comparando-se épocas sucessivas caracterizadas por climas semelhantes. Assim, sugeriu-se, por exemplo, uma correspondência um tanto arbitrária entre

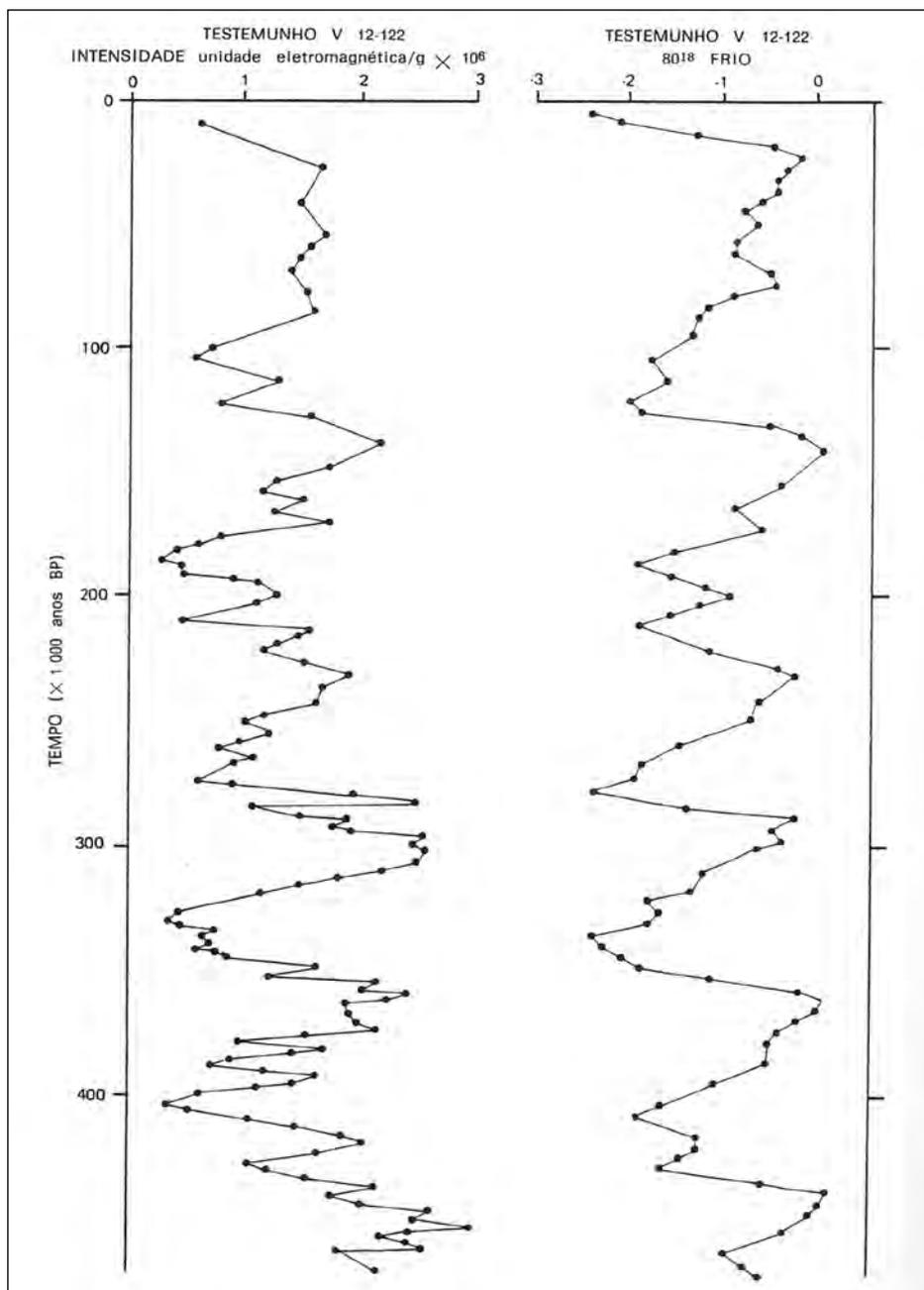



FIGURA 16.1 Gráficos mostrando analogias entre isótopos de oxigênio (ou variações de temperatura) e a intensidade do campo magnético da Terra, em um testemunho de fundo de mar, para os últimos 450000 anos (segundo Wollin, Ericson e Wollin, 1974).

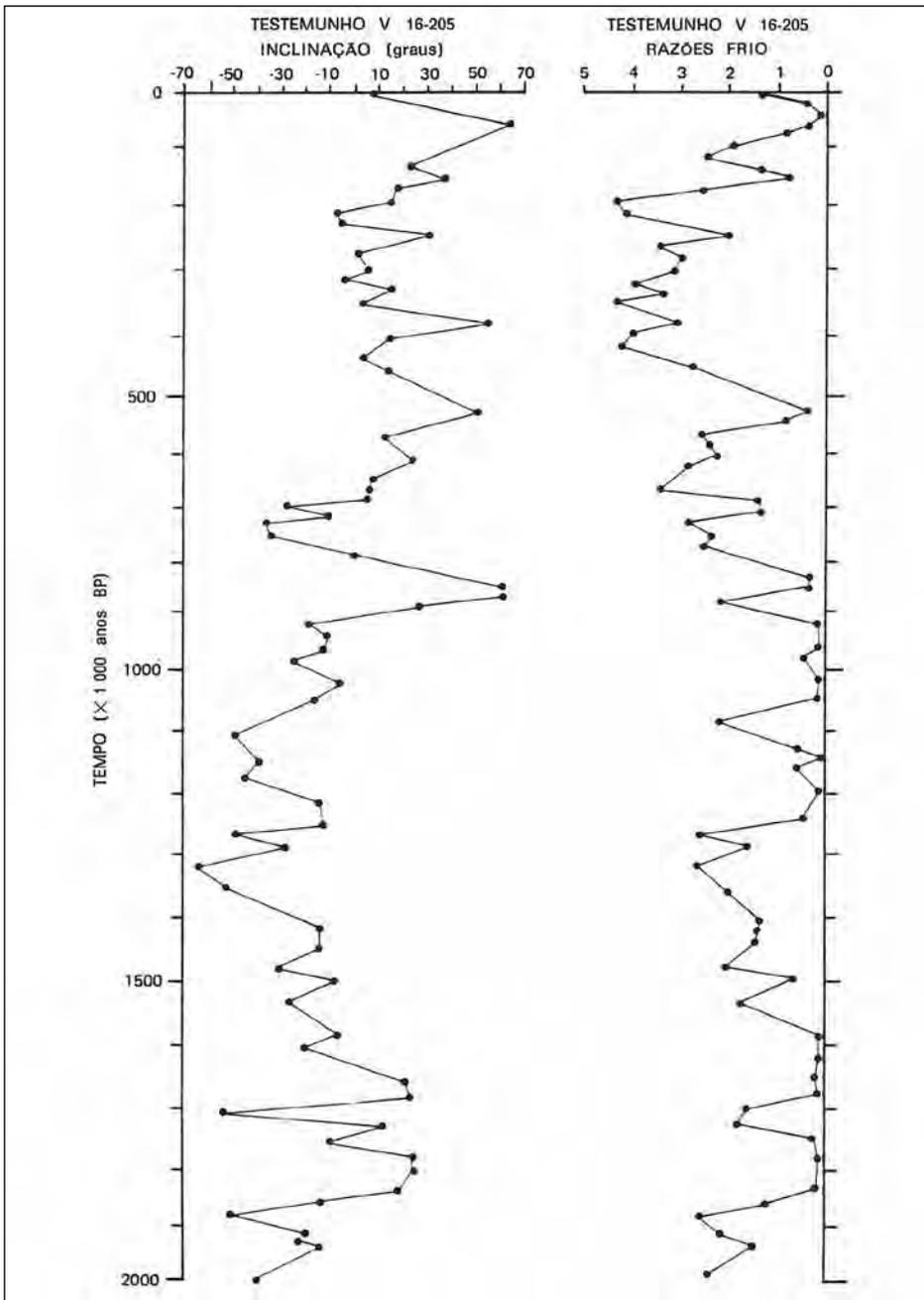



FIGURA 16.2 Gráficos mostrando analogias entre temperaturas indicadas pela microfauna e a inclinação magnética para os últimos 2 milhões de anos (segundo Wollin *et alii*, 1974).

os períodos glaciais europeus e as fases pluviais africanas. Esta proposta foi recusada por vários autores (Tricart, 1956; Balout, 1952; e outros).

A resposta a essa questão de correlação mostra-se muito mais complexa na realidade e somente agora começa a ser divisada, graças, por um lado, a um melhor conhecimento dos mecanismos de climatologia global e, por outro, à cronologia climática detalhada dos últimos milhares de anos.

Magnetoestratigrafia e cronologia radiométrica

Além das observações feitas acima por Rushdi Said, é preciso notar que frequentemente se confundem as unidades litoestratigráficas, bioestratigráficas e cronoestratigráficas, de sorte que a falta de precisão nas definições acabou por criar uma nomenclatura de difícil utilização em um quadro cronológico mais rigoroso.

Assim, determinados elementos do campo magnético, como inclinação ou intensidade, parecem estar estreitamente relacionados a elementos climáticos (Figs. 1 e 2).

Glaciações quaternárias e cronologia

É provável que, no Quaternário, pelo menos doze resfriamentos importantes tenham sido registrados nos depósitos contínuos acumulados no fundo dos oceanos (ver Fig. 2). Cerca de oito somente foram reconhecidos nos depósitos continentais do norte da Europa. Os terraços fluviais e os depósitos glaciais da região alpina são relacionados a quatro (ou seis) glaciações clássicas: Günz, Mindel, Riss, Würm (e Donau, Biber), cada uma das quais pode compreender vários "estádios".

A natureza descontínua das evidências continentais torna difícil, e quase sempre ilusório, estabelecer correlações entre os períodos glaciais de regiões distantes quando não estão situadas com confiabilidade numa escala magnetocronológica ou radiométrica. De fato, é imprecisa a cronologia estabelecida para as glaciações alpinas. Os termos Günz, Mindel, Riss, Würm e Biber têm sido empregados em diferentes regiões para indicar formações não sincrônicas. Assim, de acordo com a datação potássio-argônio das rochas vulcânicas intercaladas nos terraços do Reno, as formações conhecidas como Mindel I e II teriam 0,3 e 0,26 M.A., e os terraços denominados Günz I e II teriam 0,42-0,34 M.A. Porém o termo Günz é por vezes aplicado ao período frio que antecede o Cromeriano, que teria, portanto, uma idade de 0,9 a 1,3 M.A., coincidindo com o período frio que

precede o evento de Jaramillo nos testemunhos submarinos. Segundo a última interpretação, o Donau, o período frio anterior, incluiria o evento de Gilsa e seria equivalente ao Eburoniano.

Compreende-se, a partir deste exemplo, o quanto é arriscado estender de uma região a outra uma cronologia baseada numa sucessão climática continental: observando-se o número de eventos frios identificados, bem como a nomenclatura que lhes é arbitrariamente atribuída, verifica-se que as divergências tornam precária qualquer correlação das evidências das glaciações alpinas com os resfriamentos sucessivos medidos nos testemunhos oceânicos.

Um registro completo e contínuo de todos os fenômenos climáticos, bem como das referências magnetoestratigráficas e radiométricas, são requisitos fundamentais para se construir uma escala estratigráfica, ainda que aproximada, que possibilite uma comparação razoável entre duas regiões.

A inversão magnética Matuyarna-Brunhes (0,69 M.A.) foi identificada no estágio Cromeriano através da palinologia, e o evento de Gilsa (1,79 M.A.) no Eburoniano (Van Montfrans, 1971).

Transgressões quaternárias e cronologia

Cada glaciação causa uma regressão glacioeustática do mar, que pode atingir uma centena de metros. Portanto, as transgressões marinhas determinadas pelo derretimento dos gelos permitem que, nas zonas litorâneas, a cronologia climatoestratigráfica seja vinculada à cronologia dos ciclos marinhos.

Nas regiões onde as formações marinhas são coralinas (Barbados, Bermudas, Nova Guiné, mar Vermelho), a datação pelos métodos baseados no desequilíbrio do urânio aplicados à aragonita dos corais permitiu precisar a idade das transgressões marinhas dos últimos interglaciais (200000, 120000, 105000, 85000 B.P. aproximadamente). Dentro da margem de erro físico dos diversos métodos de datação radiométrica, observa-se que estes altos níveis marinhos correspondem razoavelmente às fases de temperaturas mais elevadas, indicadas pela microfauna marinha, polens e isótopos de oxigênio.

Mecanismo da climatologia global

O clima não constitui um meio simples de correlação cronológica. Devido à complexidade dos fatores a ele relacionados em um momento dado (ou em

uma época que se estenda por séculos ou milênios), está fora de cogitação o uso de dados que não forem adequadamente datados como critério estratigráfico ou cronológico.

Os fatos que levam a essas observações são de duas especies:

- O conhecimento da evolução climática global no decorrer de algumas décadas (ou de alguns séculos, com base em dados históricos) mostra a complexidade do problema em uma escala global. É necessário o conhecimento da evolução de todos os fatores: constante solar, circulação oceânica, situação das frentes polares, distribuição das temperaturas, chuvas (não somente suas médias, mas sua variabilidade).
- O conhecimento das variações de determinados fatores climáticos nos últimos 25000 anos (fim do Pleistoceno e Holoceno), através de medidas radiométricas, mostra-nos, por um lado, a rapidez das mudanças significativas para as quais há evidência confiável e, por outro, a complexidade das correlações em uma escala global. A escala de tempo considerada desempenha, então, um papel importante.

O *sistema climático,* conforme definido pela Academia Nacional de Ciências, em Washington (1975), é constituído pelos processos e propriedades responsáveis pelo clima e suas variações (propriedades térmicas: temperatura do ar, da água, do gelo, dos solos; propriedades cinemáticas: vento, correntes oceânicas, movimentos dos gelos, etc.; propriedades aquosas: umidade do ar, nuvens, lençóis de escoamento superficial ou aquíferos, gelo, etc.; propriedades estáticas: pressão, densidade atmosférica e oceânica, salinidade, etc.; assim como os limites geométricos e as constantes do sistema). Todas as variáveis do sistema são inter-relacionadas pelos processos físicos que nele ocorrem: precipitação, evaporação, radiação, transferência, convecção, turbulência.

Os componentes físicos do sistema climático são: atmosfera, hidrosfera, criosfera, litosfera, biosfera. Os processos físicos responsáveis pelo clima podem ser expressos quantitativamente pelas equações dinâmicas do movimento, a equação da energia termodinâmica e a equação de continuidade de massa e de água.

As variações climáticas tornam-se mais complexas na medida em que aumenta o número de interações entre os elementos do sistema climático. Desse modo, as causas das mudanças climáticas são muitas e variadas, especialmente em função da escala de tempo utilizada e dos mecanismos de interação (*feedback*). Os oceanos desempenham um importante papel nas mudanças climáticas, através

dos processos na interface água-ar, os quais regem as trocas de calor, umidade e energia.

Estas considerações preliminares mostram que a climatoestratigrafia do Ouaternário foi uma etapa, uma aproximação necessária, que gradualmente dá lugar à procura de uma compreensão dos mecanismos implicados em situações bem determinadas, em diferentes escalas de tempo. Por esta razão, examinaremos aqui diversos exemplos de resultados recentes relacionados à era presente, ao Holoceno, ao Pleistoceno e ao Plio-Pleistoceno.

Climatologia atual e recente na África

Na África, o ritmo anual de alternação de uma estação seca e de uma estação úmida na zona intertropical está ligado ao deslocamento da zona de convergência intertropical (C.I.T.).

No recente resumo de J. Maley (1973) e L. Dorize (1974), a C.I.T. representa o ponto de encontro da monção (ar úmido proveniente das regiões equatoriais ou alísio marítimo do hemisfério sul) e o harmatã (ar seco do Saara). A C.I.T., orientada aproximadamente na direção oeste-leste, desloca-se do sul para o norte durante a primavera e nos dois primeiros meses do verão e, depois, do norte para o sul. Esta oscilação sazonal ocorre entre 4° N e 20-23° N. A superfície de descontinuidade entre o ar úmido e o ar seco eleva-se lentamente do norte para o sul. A camada úmida da monção constitui, no verão, uma delgada cunha de ar frio em direção ao norte, causando apenas fracas precipitações. É necessário que o ar úmido tenha uma espessura de 1200 a 1500 m para que ocorram precipitações consideráveis. Estas condições só são encontradas de 200 a 300 km ao sul da linha da C.I.T. (L. Dorize, 1974). A posição da C.I.T. varia muito, não apenas de estação para estação, mas também de dia para dia, em função do campo de pressão de toda a África e do oceano Atlântico. Como foi demonstrado por P. Pedelaborde (1970), o impulso originário do Atlântico sul, combinado com a atividade da frente polar meridional, representa a principal força de deslocamento da zona de convergência para o norte. O retraimento da C.I.T. em direção ao sul (em setembro) seria, pois, devido ao enfraquecimento do anticiclone do Atlântico sul e à influência do hemisfério norte. As raras intervenções do ar boreal, dessecado após atravessar o Saara, causam apenas pequenas chuvas nas regiões montanhosas do Saara. Ao contrário, o ar austral, após cruzar o oceano, traz umidade potencial.

A atual crise climática na zona do Sahel deve-se à permanência da C.I.T. em uma posição de 3 a 4° mais austral que sua posição média. Por outro lado, durante a década úmida de 1950-59, a área do Saara diminuiu. Como demonstrou J. Maley (1973), a fase úmida coincidiu com uma queda das temperaturas máximas em seus limites meridionais.

Ora, quanto mais frio o ar polar, mais fortes são as frentes polares e maior é a sua extensão em direção ao equador. Nesta relação, Maley (1973) distinguiu dois mecanismos, o dos períodos glaciais e o evidenciado no tempo atual. No primeiro caso, a área de inlandsis do hemisfério norte aumentou consideravelmente, enquanto que na Antártida teria variado pouco. A frente polar norte tinha, então, uma influência preponderante, dirigindo a monção para o sul no verão. A aridificação deu-se, pois, em conjunto com a expansão glacial. Por ocasião do aumento das temperaturas no Holoceno, antes de 5000-4000 B.P., o centro da ação polar enfraqueceu. Durante o verão boreal, a regressão da frente polar norte favorecia a extensão da monção ao norte do equador, ao passo que a frente polar sul impelia os anticiclones subtropicais em direção ao equador. Durante o inverno boreal, a frente polar podia novamente estender sua ação sobre o Saara e causar chuvas. A ocorrência de chuvas tanto no verão quanto no inverno poderia explicar o clima úmido que prevaleceu no sul do Saara e a retração do deserto durante a primeira metade do Holoceno.

Nos últimos 5000 anos, a regressão do inlandsis do Ártico reduziu a resistência da frente polar norte, ao mesmo tempo que o centro de ação antártica também teve sua força diminuída. A diminuição conjunta do impulso da monção e da influência do ar polar boreal sobre o Saara explicariam, portanto, a progressiva aridificação do Saara.

Estes mecanismos meteoro lógicos podem nos ajudar a entender as mudanças climáticas que ocorreram na África durante o Quaternário.

Cronologia e climas nos últimos 25000 anos

Os últimos 25000 anos do Quaternário (fim do Pleistoceno e do Holoceno) constituem um exemplo recente, e hoje bem documentado, de um avanço glacial amplo e da subsequente regressão até o interglacial presente. Durante o mesmo período, as regiões intertropicais passaram por uma aridez extrema, seguida de uma fase úmida e de nova aridificação. Esta é a única flutuação climática que pode ser estudada em um período de alguns séculos ou milênios, permitindo uma comparação dos elementos do sistema climático e de suas variações em inúmeras

regiões do globo, situadas em quase todas as latitudes. Além disso, para este período, as indicações fornecidas por polens, diatomáceas e fauna idênticos às espécies atuais, permitem uma quantificação precisa da magnitude das variações do meio geográfico. Ademais, o nível médio dos mares é conhecido o bastante para que se possa ter, a todo momento, uma ideia do volume geral dos gelos e das relações isotópicas do oxigênio nos principais reservatórios (oceanos, glaciares). (Cf. Morner, 1975.)

Na África saariana, desde os primeiros trabalhos baseados na datação por carbono 14 (Butzer, 1961; Monod, 1963; Faure, 1967 e 1969), os estudos mais recentes que podem servir de base a uma cronologia detalhada das variações climáticas são os de M. Servant e S. Servant no Chade e no Níger; e de F. Gasse em Afar. Para o leste da África, há os trabalhos dos grupos de Van der Zinderen Bakker e Livingstone, de Richardson, de Williams, de Wickens, e outros. Suas averiguações são comparáveis às de muitos trabalhos sobre as regiões de altas latitudes, em especial os de Velitchko, Dreimanis, e outros. A região do oceano Atlântico é conhecida na sua totalidade através do trabalho do grupo CLIMAP[1] e de McIntyre, enquanto o hemisfério sul é conhecido pelas publicações de Van der Hammen, Williams, Bowler *et alii*.

Para situar a evolução do clima da África nos últimos 25000 anos em uma perspectiva global, podem-se distinguir várias etapas cronológicas.

De 25000 a 18000 B.P.

Altas latitudes

O período de tempo compreendido entre 25000 e 18000 B.P. corresponde ao fim da extensão máxima das calotas glaciais no hemisfério norte. Esta última extensão da glaciação de Würm (= Wisconsin = Weichselien = Valdar) cobriu de gelo uma área que representa de 90 a 95% daquela ocupada por todas as glaciações anteriores do Ouaternário (Flint, 1971). Trata-se, pois, de um modelo de glaciação bastante representativo.

Nas zonas periglaciais, o *permafrost* (solo permanentemente congelado) parece ter sido mais extenso que durante as outras glaciações (Velitchko, 1973 e 1975). Esta grande extensão de *permafrost* estaria associada, fora dos continentes, aos gelos marinhos, bastante extensos nos mares do Ártico, que contribuíram para uma redução da evaporação na interface ar-mar.

1 CLIMAP: *Climatic Long-Range lnterpretation, Mapping and Prediction* da Década Internacional de Exploração Oceânica (IDOE).

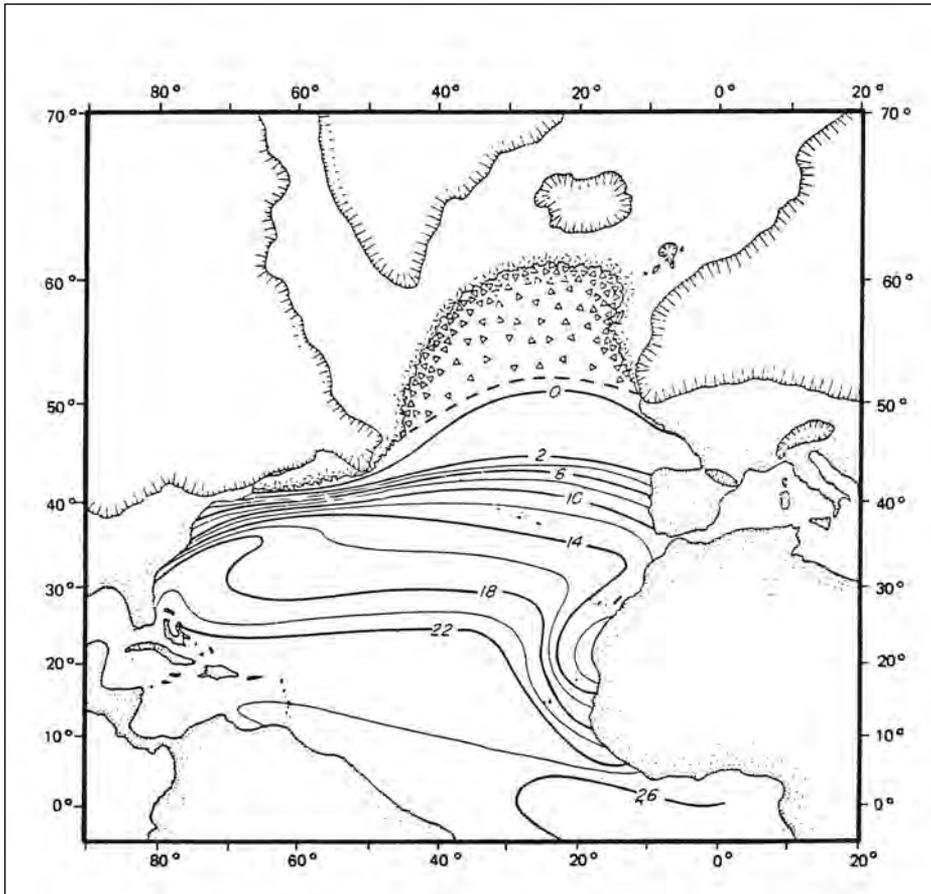



FIGURA 16.3 Mapa das isotermas da água de superfície do oceano Atlântico em fevereiro, 18000 B.P. As isotermas em pontilhado são interpretativas. As grandes massas de gelo continental são delineadas por contornos hachurados; a banquisa permanente por contornos granulados. A linha de costa glacial é traçada para um nível do mar inferior em 85 m ao atual (segundo Mc Intyre *et alii*, 1975).

Oceanos

Combinado com a redução da superfície livre devido aos gelos marinhos, o abaixamento do nível médio dos oceanos, passando de cerca de -50 a cerca de -100 m, contribuiu para uma redução suplementar da área dos oceanos de aproximadamente 10%. No fim do período em consideração, emergiram quase todas as plataformas continentais.

Os pesquisadores do grupo CLIMAP (McIntyre *et alii*, 1974, 1975; Hays *in* CLIMAP, 1974, etc.) estabeleceram mapas das temperaturas das águas de

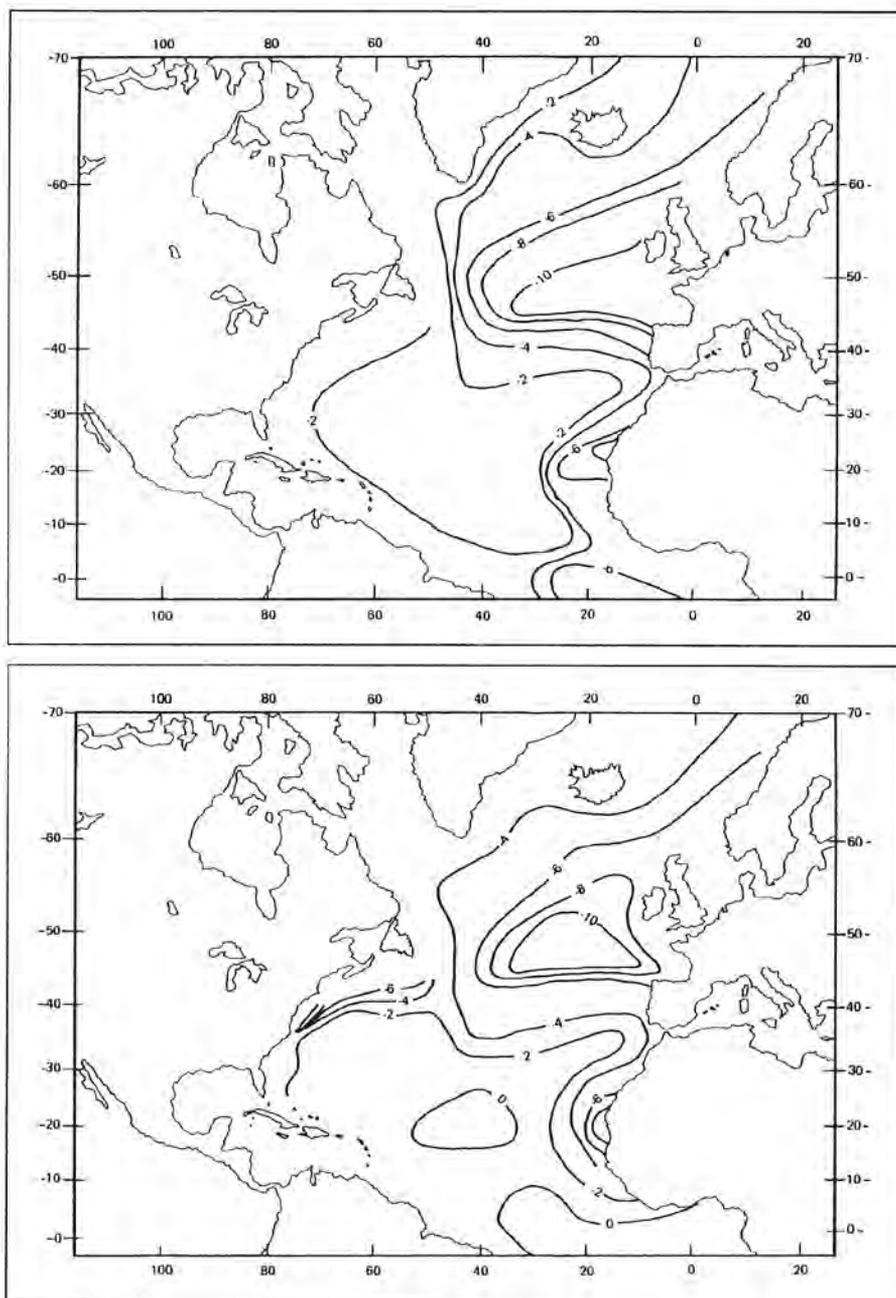



FIGURA 16.4 Mapa mostrando diferenças na temperatura da água de superfície entre a época atual a 17000 B.P. (segundo Mc Intyre *et alii*, 1975). FIGURA 16.4: inverno; FIGURA 16.5: verão.

superfície do oceano Atlântico para a época do máximo glacial (18000 B.P.) (Fig. 3). Comparados com mapas de situações atuais (que são as de um interglacial), estes mapas mostram uma média geral das diferenças de temperatura de apenas 2,5° entre o máximo glacial e o interglacial presente. Contudo, a distribuição das diferenças de temperatura mostra um máximo nas latitudes médias (de 6 a 10° de diferença) e diferenças muito menores (inferiores a 3°) nas latitudes intertropicais (Figs. 4 e 5). Assim, por exemplo, no ponto 50° N 30° W, a temperatura de superfície no inverno foi de 7,3 a 12,7° mais baixa em 18000 (ou 17000) B.P. que atualmente. No verão, a diferença caiu de 1,2 a 6,6° (CLIMAP, 1974).

Em ambos os hemisférios, a migração das águas polares foi o fator dominante nesta fase glacial. No Atlântico norte, as águas polares desceram até 42° N (a partir de uma posição próxima à atual; em torno de 60° N), causando um rápido gradiente das temperaturas ao sul do paralelo 42° N, que foi, portanto, o eixo provável dos ventos oeste (*westerlies*) na época glacial. Ao sul deste limite, o padrão permanece muito semelhante ao atual, mas observa-se que as isotermas, paralelas às costas da África, revelam a existência de . águas relativamente frias, em especial no inverno, devido a um considerável *upwelling* (Gardner, Hays, 1975).

As frentes polares e o eixo dos ventos oeste deslocaram-se mais de 2000 km em direção ao equador no Atlântico norte, e somente 600 km no Atlântico sul. No oceano Pacífico, as frentes polares parecem ter-se deslocado muito pouco nos períodos glaciais. Isto explicaria a diminuição da penetração da monção no Saara (cf. Maley, 1973, p. 7-8) e a aridez da zona do Sahel no fim do período glacial.

África

Nas regiões do Saara meridional e do Sahel, a evolução geral do clima nos últimos 25000 anos mostra uma tendência muito semelhante das costas do Atlântico ao mar Vermelho. Este período de tempo compreende o fim de uma fase úmida do Pleistoceno superior (que durou de 30000 a 20000 B.P. aproximadamente) e o começo de uma fase árida, que findou ao redor de 12000 B.P.

O estudo de depósitos lacustres na bacia do Chade mostrou que a relação entre precipitação e evaporação (P/E) foi suficiente para que existissem extensos lagos de 40000 até 20000 B.P. aproximadamente (M. Servant, 1973). Durante os oito milênios seguintes, a zona árida estendeu-se, ultrapassando seus limites atuais em mais de 400 km em direção ao sul.

Esta transição de um episódio lacustre a uma época muito árida é também observável nos depósitos dos lagos de Afar, onde F. Gasse mostrou a existência de três fases lacustres no Pleistoceno Superior. Entre 20000 e 17000 B.P., o ambiente lacustre degenerou e o leito seco do lago Abbé foi ocupado por gramíneas (Gasse, 1975).

Analisando a literatura mais recente, M. Servant (1973) e F. Gasse (1975) constatam uma evolução comparável em outros lagos do leste da África em diversas altitudes e latitudes: trabalhos de Richardson, Kendall, Butzer *et alii,* Livingstone, sobre os lagos Rodolfo, Nakuru, Naivasha, Magadi, Alberto, etc.

De 18000 a 12000 B.P.

Altas latitudes

Em regiões de alta latitude, este período corresponde ao fim do máximo glacial e à desglaciação. As calotas glaciais que cobriam o leste da América do Norte e a Escandinávia, e que alcançaram sua maior extensão entre 22000 e 18000 B.P., entraram em fusão imediatamente após este lapso de tempo. A calota da cordilheira norte-americana alcançou seu máximo somente em torno de 14000 B.P. e desapareceu em 10000 B.P. aproximadamente. A desglaciação generalizada iniciou-se, portanto, em 14000 B.P. aproximadamente. No hemisfério sul, por outro lado, a calota glacial continental do leste da Antártida parece ter variado pouco, enquanto que a do oeste, cuja base se acha abaixo do nível do mar, diminuiu consideravelmente (National Academy of Sciences, Washington, 1975).

Oceanos

As imensas superfícies recobertas por gelo marinho certamente desapareceram com o rápido aumento do nível do mar que se seguiu à desglaciação. Este aumento atingiu em média 1,5 m/século entre 15000 e 12000 B.P., sendo que nesta última data ocorreu provavelmente a metade, senão os dois terços do aumento. Ao mesmo tempo, as águas polares do Atlântico retomavam às latitudes mais setentrionais.

África

A grande aridez do período compreendido entre 18000 e 12000 B.P. é o fenômeno mais bem documentado de todos os que abrangeram grandes áreas

do continente africano. É bem evidenciado nos gráficos que mostram a evolução dos níveis lacustres do Níger e do Chade (Servant, 1973), do Afar (Gasse, 1975), do Sudão (Williams, 1975; Wickens, 1975), etc. O desaparecimento da vegetação permitiu que as dunas avançassem devido à ação dos ventos, de 400 a 800 km em direção ao equador e sobre as plataformas continentais emergidas. Não há dúvida de que o Saara, tendo sua área ampliada, foi durante vários milênios uma barreira muito mais hostil ao homem do que o Saara atual. Esta aridificação parece ter-se generalizado e há vários indícios de que as zonas intertropicais sofreram uma relativa dessecação na África (de Ploey, Van der Zinderen Bakker *et alii, in* Williams, 1975) e na Ásia, principalmente na Índia (Singh, 1973).

Tendo revisto recentemente a literatura referente a esta época árida, Williams (1975) demonstrou sua extensão excepcional e aproximadamente sincrônica.

Bacia do Mediterrâneo

Embora a evolução do clima durante a última glaciação (cerca de 100000 anos atrás) pareça bastante complexa na bacia do Mediterrâneo (ver p. 413), achados palinológicos (Bonatti, 1966) e pedológicos (Rohdenburg, 1970) indicam que, no máximo glacial, o clima foi frio e seco. A zona mediterrânea era ocupada por uma estepe muito seca entre 16000 e 13000 B.P., e crostas calcárias desenvolviam-se sobre os solos.

Hemisfério sul

Na Austrália, o estudo dos polens indica que houve uma queda gradual nas temperaturas até cerca de 18000 ou 17000 B.P., durante o estabelecimento da seca e a extensão das dunas sobre a plataforma continental emersa (Bowler *et alii,* 1975). A glaciação ocupou a Tasmânia e as *Snowy Mountains,* ao passo que os lagos do sul da Austrália secaram ao redor de 16000 B.P. Temperaturas mais elevadas, indicadas por um aumento na altitude do limite climático (*timberline*), estabeleceram-se por volta de 15000 B.P., mas o novo preenchimento dos lagos do sul da Austrália só teve início após 11000 B.P. (Bowler *et alii,* 1975).

Van der Hammen (1975) e Williams (1975) mostraram as analogias que caracterizam os climas de ambos os hemisférios durante o último máximo glacial (18000 B.P. aproximadamente). Uma aridez generalizada persistiu durante

vários milênios em todas as regiões do globo situadas nas baixas latitudes, com exceção do sudoeste dos Estados Unidos.

De 12 000 B.P. até o presente

Altas latitudes

Este período é caracterizado pelo fim da glaciação e por um notável aumento das temperaturas, que culminou entre 7300 e 4500 B.P. (o "ótimo climático", ainda denominado na Europa de período "Atlântico"). A calota glacial da cordilheira fundiu-se muito rapidamente e desapareceu em torno de 10000 B.P.; a da Escandinávia desapareceu logo em seguida (9000 B.P.). Registram-se flutuações nítidas e rápidas a intervalos de cerca de 2500 anos (por exemplo, o resfriamento do Dryas jovem entre 10800 e 10100 B.P.).

Quanto à glaciação, o norte da Europa atingiu condições comparáveis às que prevalecem no presente ao redor de 8500 B.P., e a América do Norte, ao redor de 7000 B.P. (Nat. Acad. Sci., 1975). Nessa época, reduziu-se igualmente a calota glacial do oeste da Antártida.

Oceanos

O aumento do nível do mar, que reflete o estado médio de fusão de todas as geleiras da Terra, foi ainda bastante rápido entre 12000 e 7000 B.P. (mais de 1 m/século em média, mas com uma considerável desaceleração ou queda ao redor de 11000 B.P.). Os oceanos parecem ter alcançado um nível muito próximo do atual a partir de 6000 B.P., e ter oscilado, desde então, em torno desse nível, com uma amplitude que não excedia alguns metros. A essa tendência geral superpõern-se flutuações vinculadas a variações climáticas gerais (Morner, 1973).

As zonas em que a sedimentação marinha foi razoavelmente rápida, zonas estas estudadas por Wollin e Ericson, também nos permitem acompanhar mudanças na distribuição dos foraminíferos e, em especial, a variação da porcentagem do sinistrógiro *Globorotalia truncatulinoides*. De acordo com Morner (1973), os picos das curvas correspondentes poderiam estar em correlação com os picos das curvas das mudanças climáticas registradas através de exames isotópicos dos gelos da Groenlândia, escalas palinológicas e flutuações do nível do mar. Contudo, chega-se aqui ao limite de precisão do método de datação radiométrica e fazem-se necessárias interpolações lineares entre as datas, levando-se em consideração as variações das taxas de sedimentação. Além disso, a distorção da

escala cronológica do carbono 14 em relação à escala de tempo exige correções que dificultam a correlação de fenômenos cujos limites se inscrevem no decurso de um ou dois séculos apenas.

África

Após a extrema aridez do período que se estende de 16000 a 14000 B.P. e a partir de 12000 B.P., os lagos das regiões saarianas, das costas do Atlântico ao mar Vermelho; expandiram-se de forma notável. Em quase todas as regiões baixas são observados depósitos lacustres, frequentemente constituídos de diatomáceas.

No Níger e no Chade, M. Servant (1973) elaborou uma curva contínua da relação P/E (Fig. 6) com base em um estudo de diferentes tipos de lagos, levando em conta seu modo de alimentação e sua situação hidrogeológica e geomorfológica.

Esta curva climática ilustra as grandes oscilações que parecem ter um caráter geral: grande extensão dos lagos ao redor de 8500 B.P., retração ao redor de 4000 B.P. e flutuações menores após 3000 B.P. Estas variações principais são igualmente observadas nos diversos lagos do Afar, embora com algumas nuances devidas a seus modos de alimentação (Gasse, 1975) (Fig. 7). Nota-se uma analogia manifesta entre a curva do Chade e a curva da umidade da zona continental siberiana.

O estudo dos demais lagos africanos mostra uma linha geral de evolução muito semelhante. Livingstone e Van der Zinderen Bakker julgam haver um paralelismo estreito entre a evolução climática do leste africano e a da Europa.

A extensão dos lagos do Saara até 8000 B.P. parece estar relacionada a uma melhor distribuição das chuvas durante o ano e a uma nebulosidade densa o suficiente para reduzir a evaporação. M. Servant (1973) acredita que a circulação atmosférica de então tenha sido diferente da atual. A presença de vários níveis de diatomáceas de clima “frio” leva-o a postular possíveis intrusões de ar polar sobre o Saara. O mecanismo climático atual ter-se-ia estabelecido somente a partir de 7000 B.P.

Hemisfério sul

Bowler *et alii* situam em 8000 B.P. (Mt. Wilhem) o desaparecimento das geleiras no norte da Austrália e na Nova Guiné, em concomitância com o aumento das chuvas, que apresenta f1utuações menores. Entre 8000 e 5000

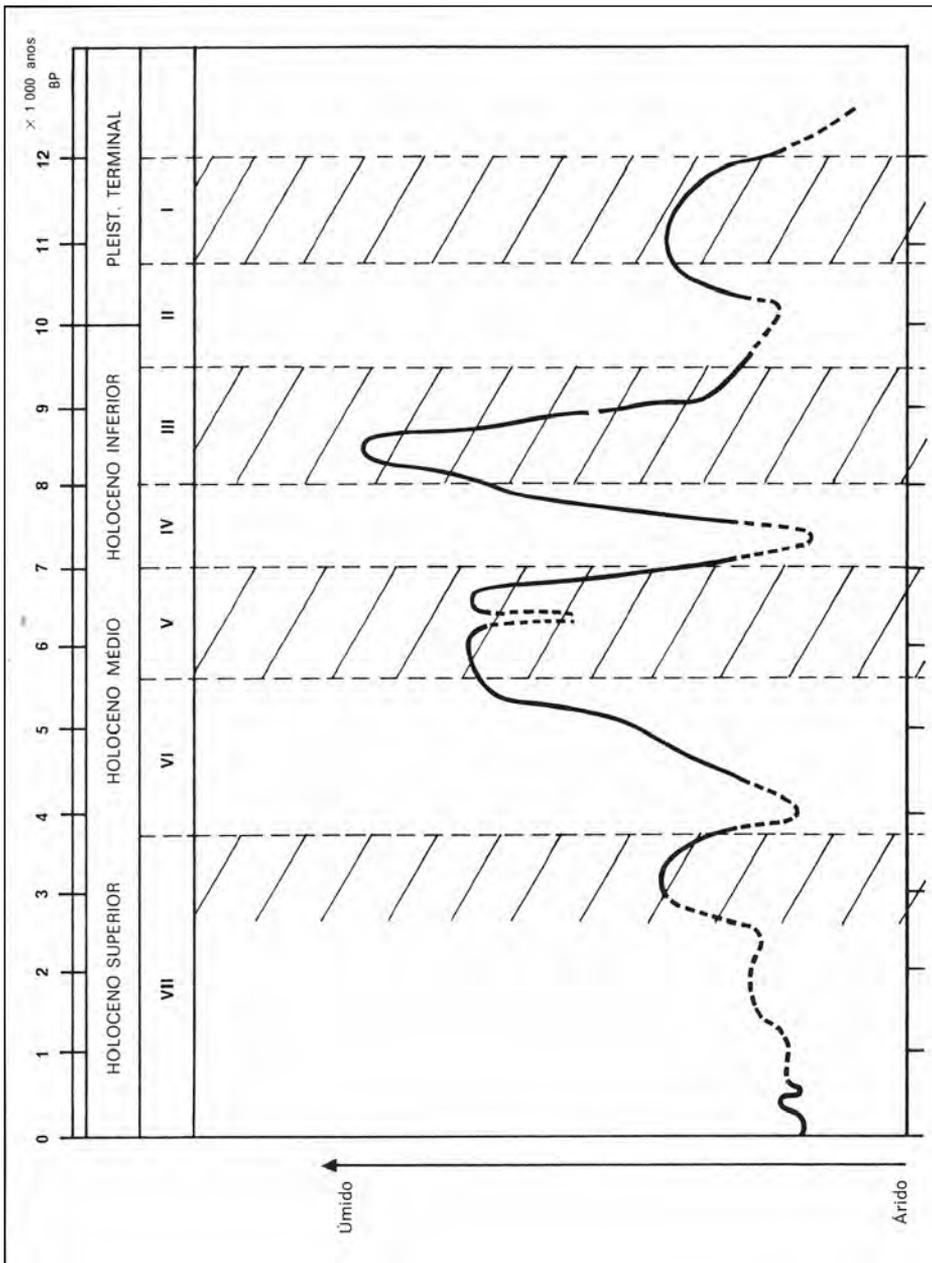



FIGURA 16.6 Evolução relativa da razão pluviosidade/evaporação nos últimos 12000 anos na bacia do Chade (13° – 18° de lat. N). Esta evolução foi determinada a partir de um estudo comparativo das variações dos níveis de diversos lagos, alimentados principalmente por lençóis subterrâneos, riachos ou rios (segundo M. Servant, 1973, p. 40-52).

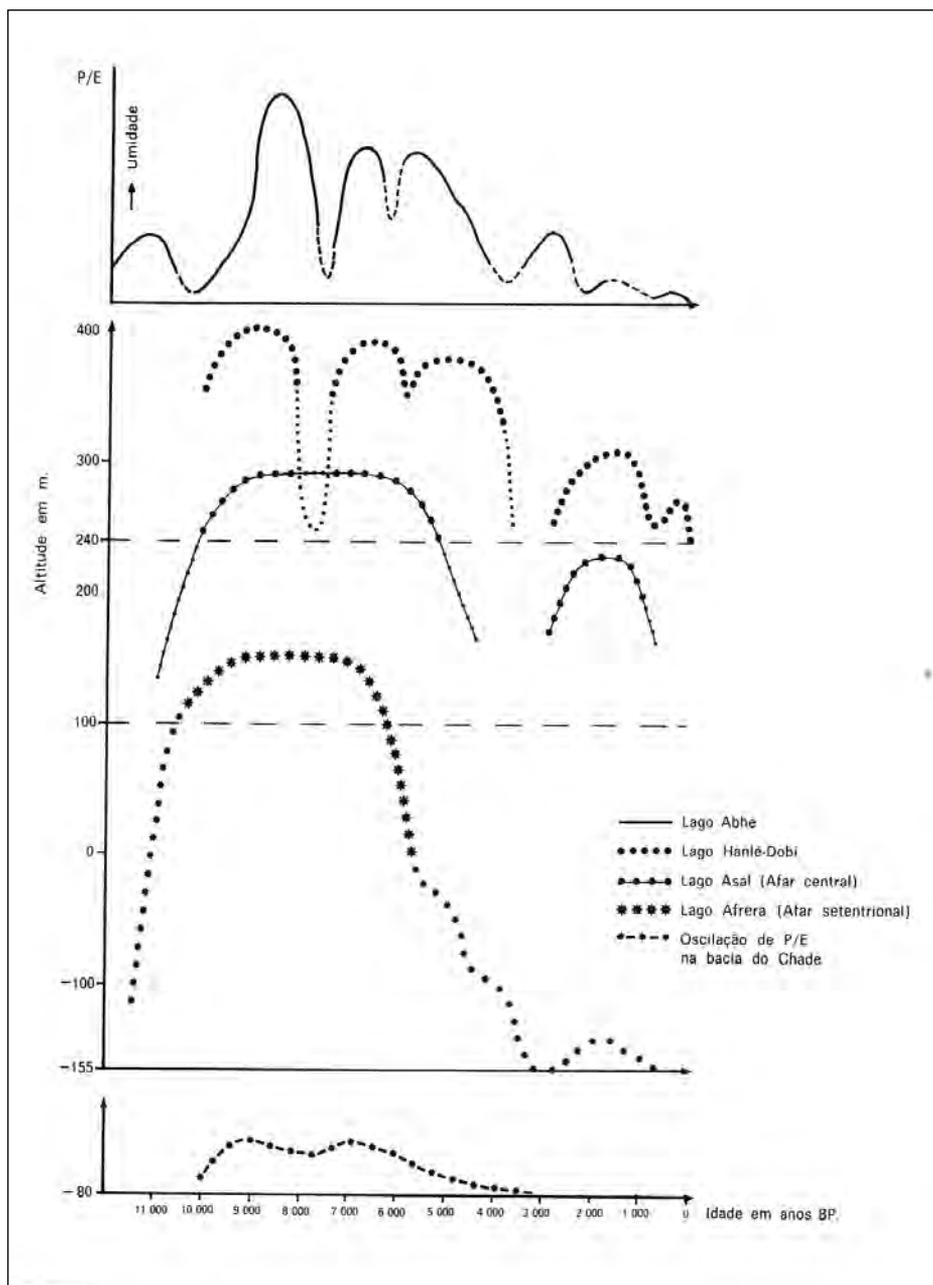



FIGURA 16.7 Variações dos níveis lacustres nas bacias do Afar. As curvas relativas aos lagos Abhé, Hanlé--Dobi e Asal, situados no Afar central, estão representadas no mesmo gráfico. A do lago Afrera é independente. Pode-se estabelecer comparação com a curva de oscilação de P/E na bacia do Chade (segundo F. Gasse, 1975).

B.P., a temperatura média teria sido 1 ou 2° mais elevada que a atual. O ótimo climático (Hipsotérmico) teria um valor global; a floresta de zona quente e úmida (*rain forest*) desfrutou, entre 7000 e 3000 B.P., das condições de desenvolvimento mais favoráveis (desde o interglacial precedente, 60000 anos antes). Da mesma forma, os lagos do sul da Austrália, secos em 15000 B.P., começaram a ser preenchidos em 11000 B.P., atingindo altos níveis em 8000 e 3000 B.P.

Retração pouco antes de 7000 B.P., nova expansão em torno de 6500 B.P.: é provável que o aumento da temperatura e da umidade nas zonas de baixa latitude seja um fenômeno geral durante a primeira metade dos últimos 12000 anos, e que tenha conduzido às condições características do interglacial presente.

Cronologia climática dos últimos 25000 anos: conclusão

Este período nos apresenta um quadro da evolução climática quando do máximo glacial (ao fim de um período glacial) e durante uma desglaciação que levou a um interglacial (o presente).

Este modelo de meio-ciclo de desglaciação mostra uma aridez generalizada que se estende por cerca de 5000 anos na África, caracterizando o fim de uma glaciação seguida de uma fase úmida de duração comparável, flutuante, mas que retorna gradualmente a um estágio árido.

Estas pulsações climáticas podem ser explicadas, numa escala de tempo de 20000 anos, pelo deslocamento das frentes polares e seus efeitos na frente intertropical (FIT) e pelos dois tipos extremos de circulação, rápida ou lenta.

É também provável que este modelo seja representativo de outras situações comparáveis e de mesma escala no Quaternário, isto é, de duração e amplitude análogas. Entretanto, cabe não extrapolá-lo para todo um período glacial de 100000 anos de duração, ou *a fortiori* para o conjunto das glaciações do Quaternário, que cobre um período de vários milhões de anos. Por esta razão, examinaremos agora a cronologia de um período glacial como um todo.

Cronologia e climas nos últimos 130000 anos

Os últimos 130000 anos (ou Pleistoceno Superior) permitem o estudo de um modelo climatoestratigráfico na escala de tempo de um período glacial interglacial completo. A cronologia deste período ultrapassa de muito o alcance da datação por radiocarbono, que possibilitou estabelecer uma sucessão

relativamente precisa (com a precisão de séculos ou de milênios aproximados) dos últimos 25000 anos. Contudo, o intervalo de tempo que corresponde ao último grande interglacial (eemiense, anterior ao atual) e à última grande glaciação (Würm = Wisconsin = Weichselien = Valdaï) é relativamente bem conhecido, com uma precisão cronológica da ordem de 10 ou 20% para o período mais remoto.

De fato, nos oceanos e bacias sedimentares obtêm-se dados cronológicos adicionais pela extrapolação das velocidades de depósito conhecidas e pela aplicação dos métodos do desequilíbrio do urânio e do potássio-argônio no limite superior de seu alcance. A interpolação linear entre os pontos datados de uma sequência contínua fornece uma cronologia aproximada. Contudo, não se podem fazer, com suficiente precisão, correlações de grande distância entre eventos que não ultrapassaram alguns milênios. Logo, são principalmente as tendências gerais de período médio (10000 anos) que terão melhor definição e que poderão ser comparadas de uma região a outra.

Comparação entre regiões

Altas latitudes

A vegetação do interglacial eemiense indica que, durante as fases mais quentes desse interglacial (entre cerca de 125000 e 80000 B.P.), a temperatura na Eurásia e na América do Norte era bastante semelhante à do período "Atlântico" (entre 7000 e 5000 B.P.), isto é, pouco diferente da atual. Estes dois interglaciais ocorreram subitamente após uma queda considerável das temperaturas (último estágio muito frio do Riss: 135000 B.P., e último estágio muito frio do Würm: 20000 B.P.).

Oceanos

As variações do nível dos oceanos registram de maneira bastante clara os dois máximos glaciais, caindo consideravelmente (-110 m ±20 para o segundo máximo em torno de 20000-18000). Os níveis mais altos alcançados durante o interglacial eemiense e o presente são comparáveis entre si (com um desvio de 5%). As elevações do nível do mar durante os interestadiais (45000 e 30000 B.P.) podem ter alcançado entre 60 e 80% da elevação máxima (o Inchiriense na Mauritânia, por exemplo). Elas confirmam a fusão de uma massa de gelo equivalente durante o interestadial.

África

Como no caso dos oceanos, a repercussão dos fenômenos glaciais provavelmente atenuou-se na direção das latitudes intertropicais. As diferenças entre as temperaturas de um estágio glacial e de um estágio interglacial, de 5 a 10° nas médias latitudes, podem ter sido de 2 a 3° apenas entre os trópicos. Os efeitos da glaciação na distribuição e quantidade de chuvas constituem o fenômeno mais facilmente observável na África.

Poucas regiões da África possuem uma cronologia radiométrica bem estabelecida para os últimos 130000 anos. No entanto, através de sondagens no lago Abbé, F. Gasse (1975) pôde distinguir três estágios lacustres no Pleistoceno superior, antes da aridificação de 20000 a 14000 B.P., a saber: o período que se estende de 30000 a 20000 B.P. (clima tropical temperado úmido), separado de uma outra extensão lacustre – ocorrida por volta de 40000 a 30000 B.P. – por uma considerável regressão ao redor de 30000 B.P. O estágio lacustre mais antigo dataria de 50000 a 60000 B.P. (ou talvez de 60000 a 80000?), correspondendo a um período mais frio acusado pelas diatomáceas.

Uma outra indicação de variação climática de datação incerta no Pleistoceno Superior foi obtida por meio de um estudo de polens no vale superior do Awash (Afar), onde R. Bonnefille (1973, 1974) distinguiu um clima nitidamente mais úmido que o presente, talvez mais frio, caracterizado por uma vegetação estépica de planalto.

Bacia do Mediterrâneo

Situada entre as duas zonas geográficas acima estudadas, a bacia do Mediterrâneo constitui um importante domínio climático, cuja evolução parece complexa. As glaciações, em particular, não mais podem ser consideradas como causa única do estabelecimento de um clima úmido na região.

Analisando os estudos palinológicos, micropaleontológicos e isotópicos realizados no Mediterrâneo oriental, na Grécia e em Israel (Emiliani, 1955; Vergnaud-Grazzini e Herman-Rosenberg, 1969; Wijmstra, 1969; Van der Hammen, 1971; Rossignol, 1969; Issard, 1968; Issard e Picard, 1969), Farrand (1971) chega à conclusão de que a queda da temperatura durante a última glaciação pode ter sido de 4° no ar, e de 5 a 10° no mar. Na Grécia, a seca foi mais acentuada durante o período glacial, ao passo que o inverso ocorreu nas costas de Israel.

Por outro lado, o estudo de microrrestos de mamíferos (roedores) (Tchernov, 1968, *in* Farrand, 1971) parece indicar uma evolução gradual de condições

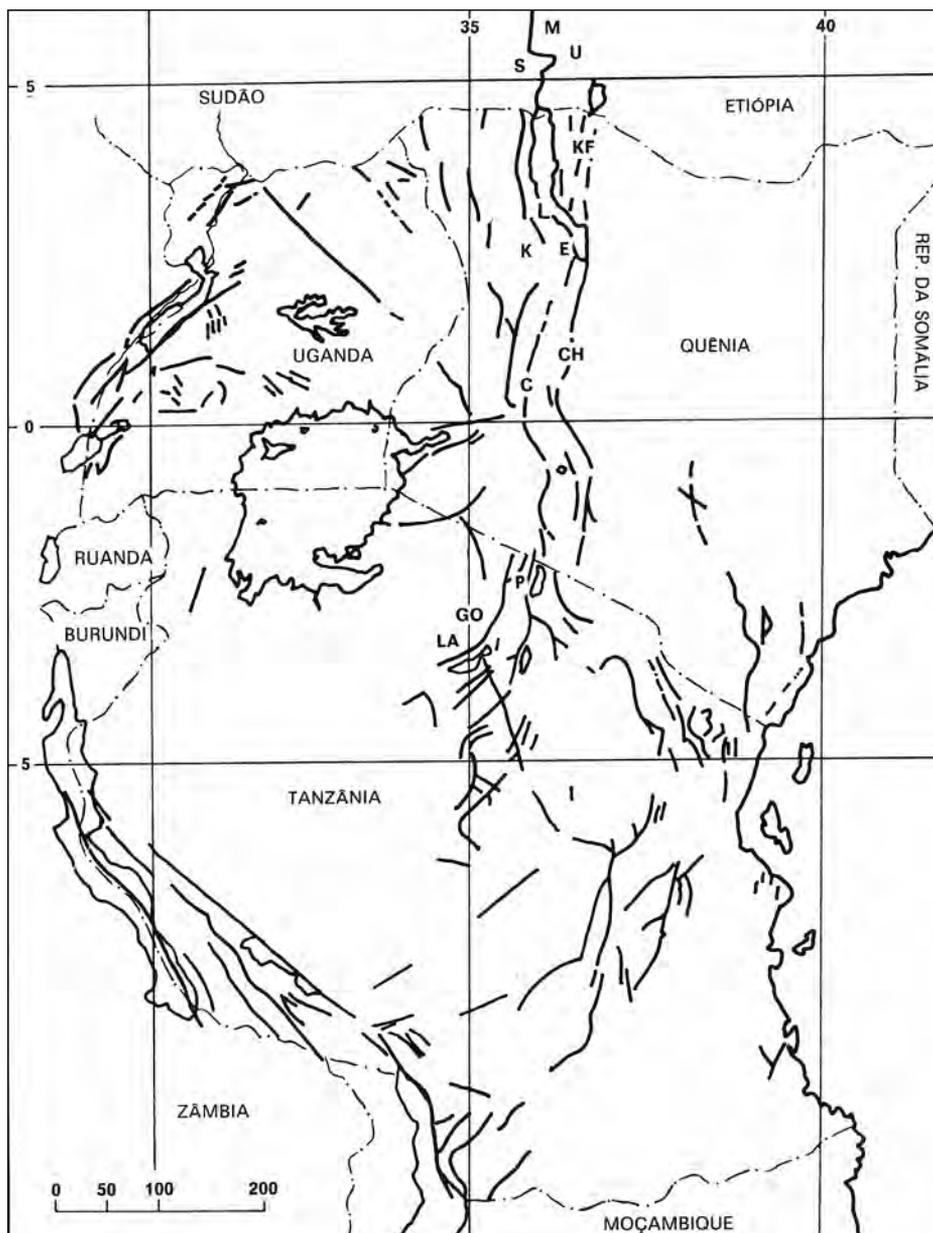



FIGURA 16.8 Mapa das localidades fossilíferas do Plio-Pleistoceno da África oriental. Legenda: M, Mursi; U, Usno; S, Shungura, formações da bacia inferior do Orno; I, Ileret; KF, Koobi Fora, setores ocidentais do lago Rodolfo; L, Lothagan; K/E, Kanapoi e Ekora, da bacia hidrográfica do baixo Kerio; C, Chermeron; CH, Chesowanja, localidades da bacia do Baringo; K, Kanam, golfo de Kavirondo; P, Peninj, bacia do Natron; OG, Garganta de Olduvai; LA, Laetolil, planície de Serengeti. Mapa básico 1:4000000, Geologia da África Oriental (Quênia) (segundo F. Clark Howell, 1972).

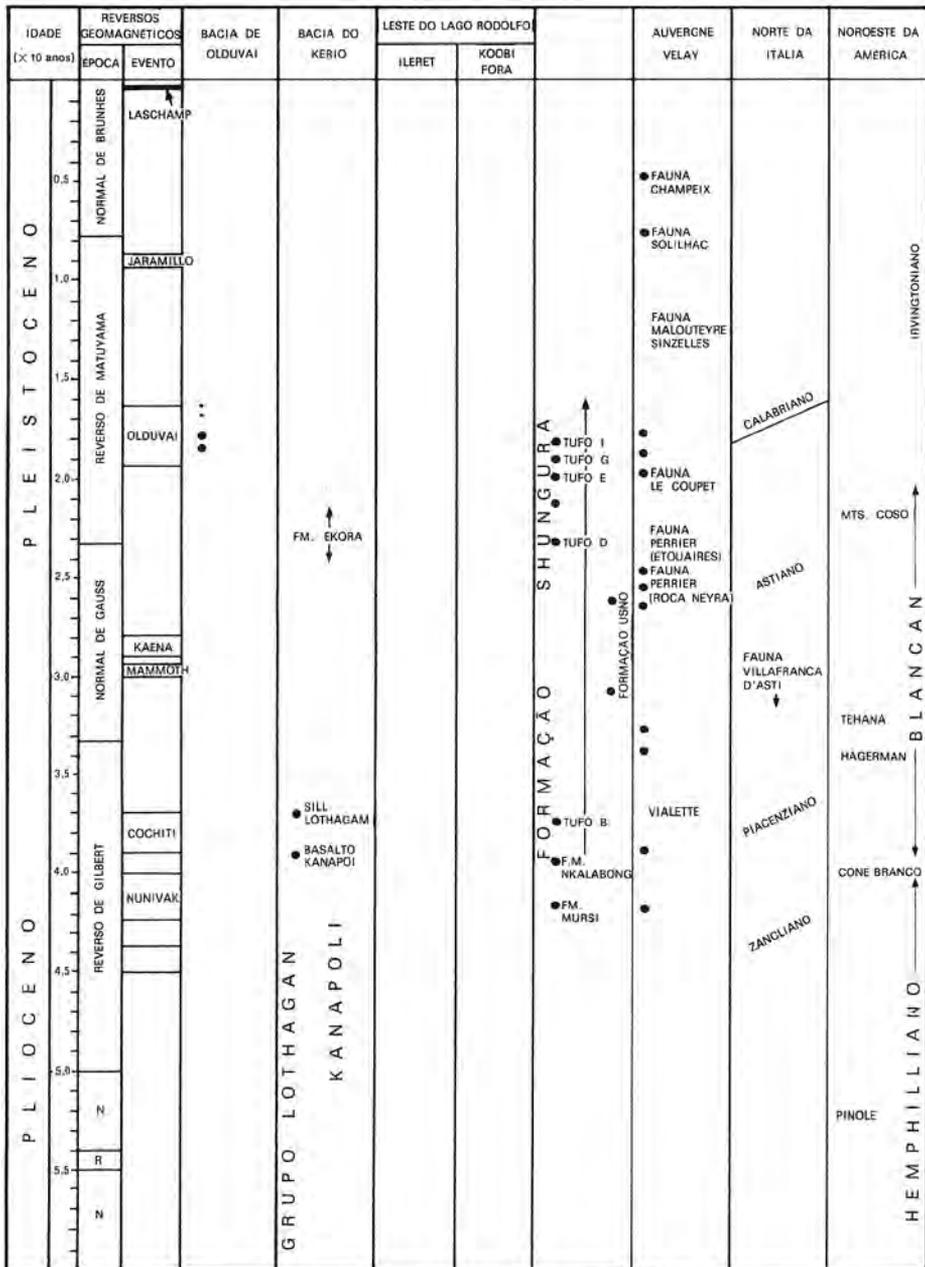



FIGURA 16.9 Cronologia radiométrica e paleomagnética do Plioceno/Pleistoceno da África oriental, do sudoeste da Europa e do noroeste da América. As importantes sucessões fornecidas pelas medições efetuadas nas áreas de Ileret e Koobi Fora (setor oriental do lago Rodolfo) ainda estão sendo estudadas. As colunas correspondentes foram deixadas em branco (segundo Clark Howell, 1972).

úmidas para condições áridas durante os 80000 últimos anos. Ao redor de 20000 B.P., o nível do lago Lisan (Israel) baixou 190 m em 1000 anos, em consequência de um dessecamento (combinado a movimentos tectônicos do *rift* do mar Morto) e, como vimos, o fim da extensão máxima do frio würmiano corresponde a condições frias e áridas em toda a bacia do Mediterrâneo.

Como na África, a complexidade da situação geoclimática da bacia do Mediterrâneo requer ainda estudos muito detalhados, no sentido de precisar sua evolução climática no Würm.

Cronologia e climas nos últimos 130000 anos: conclusão

O último período glacial nos apresenta um modelo de ciclo climático completo na escala de 100000 anos (interglacial-glacial-interglacial), com flutuações interestadiais e estadiais de duração da ordem de 10000 anos. Na África, esse período se caracterizou por extensões lacustres (de duração comparável) separadas por estádios de dessecação.

No estado atual dos nossos conhecimentos, a datação não é suficientemente exata para permitir uma correlação confiável entre estádios frios ou quentes e estádios úmidos ou secos na África. Espera-se que as pesquisas em andamento, baseadas em cortes e sondagens que apresentam uma sucessão contínua de eventos, permitam responder a esta questão no futuro.

Cronologia e climas nos últimos 3500000 anos

A lenta tendência ao resfriamento, característica do Quaternário, começou há aproximadamente 55 milhões de anos ("Cenozoic climatic decline") (National Academy of Sciences, 1975). A calota glacial da Antártida, que já se formara há cerca de 25 M.A., expandiu-se consideravelmente há cerca de 10 M.A. e depois, novamente, há cerca de 5 M.A., quando praticamente atingiu seu volume atual. A calota do Ártico, que se estendeu sobre os continentes próximos do Atlântico norte, surgiu há cerca de 3 M.A. O primeiro grande resfriamento dos oceanos teve início há cerca de 1,8 M.A. (Bandy, *in* Bishop e Miller, 1972), pouco antes da base do estágio marinho Calabriano, este quase simultâneo ao evento de Gilsa (1,79 M.A.).

Na África, várias regiões (Chade, leste da África, etc.) revelaram uma rica fauna de vertebrados, de início atribuída ao Villafranchiano (entre 3,3 e 1,7 ou 1 M.A.). Certas associações de mamíferos implicam condições muito mais

úmidas que as que caracterizam o ambiente atual dos depósitos. Foram, portanto, consideradas como características dos "pluviais" da África.

As estratigrafias mais detalhadas, baseadas nas datações pelo potássio--argônio e paleomagnéticas, são as dos depósitos do *rift* leste-africano. Neste tipo de preenchimento sedimentar, é mais difícil perceber o efeito do clima que o das atividades tectônicas e vulcânicas e as mudanças topográficas que elas acarretam; por esse motivo, os autores atuais têm abandonado a tentativa de estabelecer uma sucessão climática detalhada. Por outro lado, a cronoestratigrafia está bem estabelecida e constitui uma referência mundial.

Nos diversos depósitos de vertebrados e hominídeos da África oriental (Figs. 8 e 9), as sucessões sedimentares datadas são as seguintes:

- *Omo* (Etiópia): a formação de Shungura, com cerca de 1000 m de espessura, estende-se de 3,2 a 0,8 M.A., a formação de Usno, de 3,1 a 2,7 M.A. (segundo de Heinzelin, Brown e Howell, 1971; Coppens, 1972; Bishop e Miller, 1972; Howell, 1972; Brown, 1972, 1975). Um estudo de pólens da formação de Shungura revelou uma importante mudança climática para condições mais secas há aproximadamente 2 M.A., com o desenvolvimento de uma savana de gramíneas (Bonnefille, 1973, 1974). Esta mudança é confirmada pelo estudo da fauna. Poder-se-ia sugerir que fosse comparada a um estádio do resfriamento mundial dos oceanos (1,8 M.A.).
- *Olduvai* (Tanzânia): a sucessão das formações clássicas e sua cronologia é a seguinte:

<table>
<tr><td rowspan="2">Ndutu</td><td rowspan="2">Beds</td><td>0,032 M.A.</td></tr>
<tr><td>0,4 M.A.</td></tr>
<tr><td rowspan="2">Masen</td><td>Beds</td><td>0,6 M.A.</td></tr>
<tr><td>Beds IV</td><td>0,8 M.A.</td></tr>
<tr><td rowspan="2">Kanjeriano inferior</td><td>Bed III</td><td>1,15 M.A.</td></tr>
<tr><td>Bed II</td><td>1,7 M.A.</td></tr>
<tr><td>Kamasiano inferior</td><td>Bed I</td><td>2,1 M.A.</td></tr>
</table>

(segundo Leakey, Cook e Bishop, 1967; Howell, 1972; Hay, 1975).

- *East Rudolf* (Quênia): a estratigrafia resumida na Fig. 10, estabelecida por Brock e Isaac (1974), diz respeito a 325 m de depósitos acumulados em um período que se estende de cerca de 3,5 a 1,5 M.A. (segundo Bowen, Brock e Vondra, 1975).

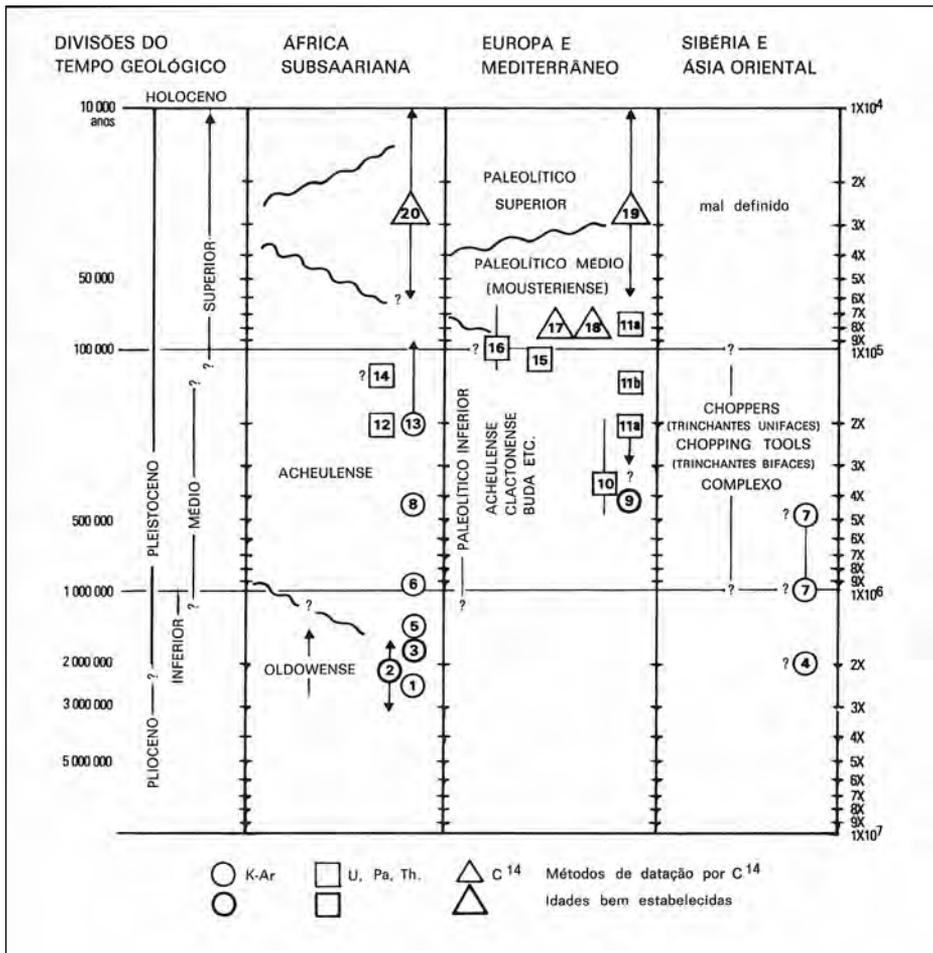



FIGURA 16.10 Cronologia e ritmo da evolução das civilizações durante o Pleistoceno, com relação à evolução dos hominídeos (W. W. Bischop e J. A. Miller, 1972, p. 381-430, fig. 9; segundo G. L. Isaac). Os principais horizontes culturais estão relacionados a uma escala de tempo logarítmica. As datas ou séries de datas particularmente bem determinadas estão assinaladas por símbolos em traço grosso.

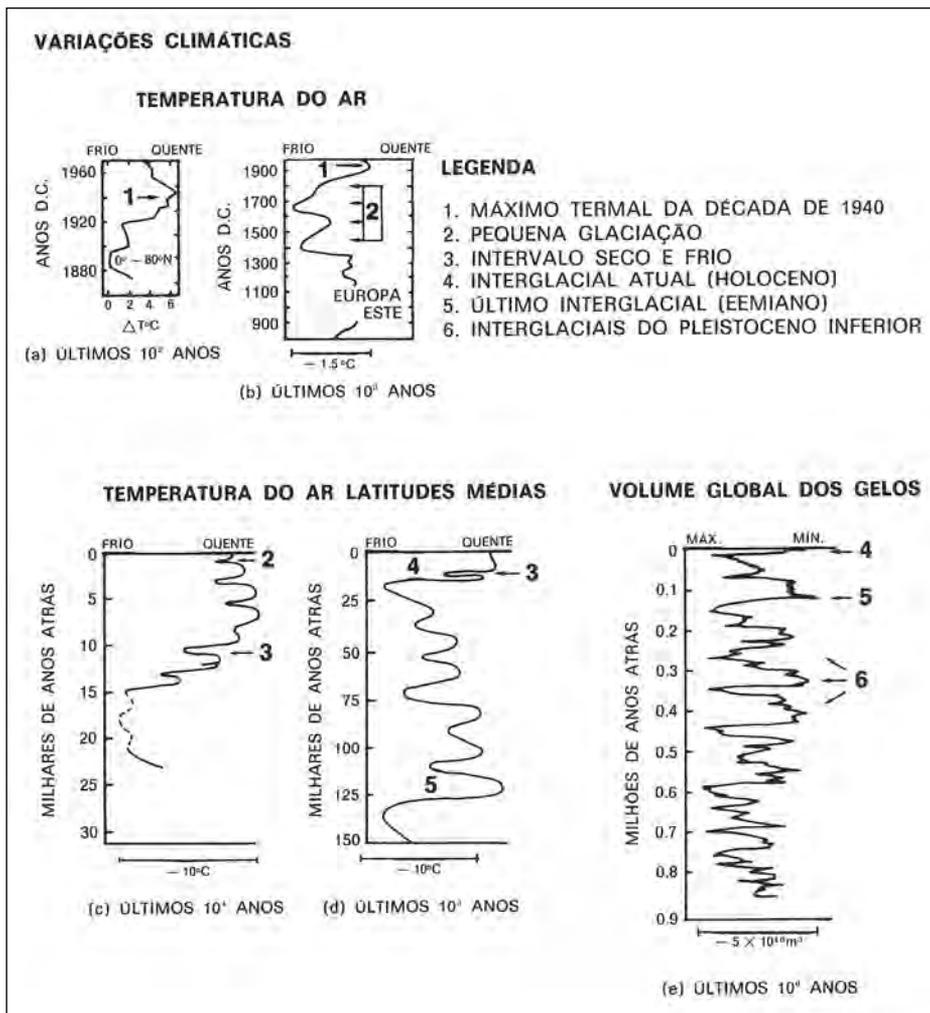



FIGURA 16.11 Tendências gerais do clima global para o último milhão de anos. (a) Mudanças da média quinquenal das temperaturas de superfície, na região 0°-80° N durante os últimos 100 anos (Mitchell, 1963). (b) Índice do rigor do inverno na Europa oriental durante os últimos 1000 anos (Lamb, 1969). (c) Tendências gerais da temperatura do ar nas latitudes médias do hemisfério norte durante os últimos 15000 anos, com base na altitude máxima das árvores (La Marche, 1974), nas flutuações marginais das geleiras alpinas e continentais (Denton e Karlen, 1973), e nas mudanças dos padrões de vegetação registradas pelos espectros de pólen (Van Der Hammen *et alii*, 1971). (d) Tendências gerais da temperatura do ar no hemisfério norte durante os últimos 100000 anos, com base nas temperaturas das águas de superfície nas latitudes médias, nos registros de pólens e nos registros do nível dos mares. (e) Variações no volume global dos gelos durante o último milhão de anos, com base nas mudanças da composição isotópica do plâncton fóssil nos testemunhos de fundo do mar V 28-238 (Shackleton e Opdyke, 1973).

- *Hadar, Afar central* (Etiópia): finalmente, as formações de Hadar (Afar central), que encerram hominídeos e grande quantidade de fósseis, e que foram estudadas pela Expedição Internacional de Pesquisa de Afar (IARE), teriam aproximadamente 3 M.A., segundo Johanson e Taieb e outros (1974, 1975).

Em poucos anos, o trabalho ativamente empreendido nestas regiões da África oriental possibilitará o estabelecimento de um novo modelo de evolução climática, baseado na sedimentologia e na ecologia vegetal e animal e tendo em conta a intervenção de fatores tectônicos e vulcânicos.

Outras regiões da África, tais como o Saura (Alimen *et al.,* 1959; Alimen, 1975), o vale do Nilo (Wendorf, 1968; Butzer e Hansen, 1968; de Heinzelin, 1968; Giegengak, 1968; Said, no prelo), o Chade (Coppens, 1965; Servant, 1973) e a África do norte, foram objeto de intensos estudos. As variações climáticas propostas baseiam-se na sucessão de depósitos e escavações fluviais ou nas sucessões de faunas de mamíferos. Devido à falta de uma datação radiométrica ou magnetoestratigráfica, ainda não é possível correlacionar estas variações com as flutuações glaciais europeias.

Conclusão

O Cenozoico superior caracteriza-se, nos últimos 5 milhões de anos, pela acentuação dos gradientes térmicos do globo, ligada a grandes mudanças climáticas no decorrer do tempo. Esta acentuação provocou, nas altas latitudes, consideráveis variações de temperatura, responsáveis pelos períodos glaciais e interglaciais. Nas latitudes intertropicais, as flutuações térmicas foram relativamente atenuadas, mas as circulações atmosféricas, perturbadas pelo fortalecimento ou enfraquecimento das frentes polares, provocaram variações consideráveis na distribuição e quantidade de chuvas, que contribuíram para mudar profundamente o ambiente das diferentes zonas climáticas. Modificando periodicamente o meio geográfico e vegetal, cenário em que vive a fauna e se desenvolvem os horninídeos, estas variações climáticas estabelecem o ritmo da história da evolução da África de forma mais discreta que as glaciações na Europa.

O que se deve reter dessa breve análise do estado atual dos conhecimentos sobre a cronologia e as mudanças climáticas na África é a necessidade de dar prosseguimento aos trabalhos de observação e mediação antes de cristalizar as informações dispares de que dispomos na rígida estrutura de uma teoria.

Por outro lado, percebe-se a importância da escala de tempo das diferentes manifestações de mudança climática. Deve-se ter o cuidado de colocar cada observação e cada fenômeno na escala de tempo adequada. Isto é ilustrado, a título de conclusão, pela Fig. 11, extraída da publicação da National Academy of Sciences, Washington (1975), em que são apresentados cinco exemplos de variações climáticas para escalas de tempo que vão de um século a milhões de anos.

CAPÍTULO 17

A hominização: problemas gerais PARTE I

Y. Coppens

Os dados paleontológicos

O homem é um mamífero, mais exatamente, um mamífero placentário[1]. Pertence à ordem dos Primatas.

Critérios paleontológicos

Os primatas diferenciam-se dos outros mamíferos placentários pelo desenvolvimento precoce do cérebro, pelo aperfeiçoamento da visão, que se torna estereoscópica, pela redução da face, pela substituição das garras por unhas chatas, e pela oposição do polegar aos outros dedos. Os primatas classificam-se em prossímios e símios. O homem pertence a este segundo grupo, que se caracteriza por um aumento da estatura, pelo deslocamento das órbitas na face e consequente melhoria da visão, e pela independência das fossas temporais.

Uma repentina proliferação de formas ocorre entre esses símios no Oligoceno Superior, há cerca de 30 milhões de anos, o que leva a supor que a diferenciação da família *Hominidae* poderia datar dessa época. Para poder escrever a história

1 Os mamíferos representam a mais evoluída das cinco classes de vertebrados. Os mamíferos placentários são os mais evoluídos dentre os mamíferos; dispõem de um novo órgão, a placenta, destinado à respiração e nutrição do feto.

desses hominídeos, devemos pesquisar, portanto, entre os fósseis de símios dos últimos 30 milhões de anos, cujas tendências evolutivas se orientam para os traços que caracterizam o gênero *Homo,* ao qual pertencemos: locomoção sobre os membros posteriores com as consequentes transformações dos pés, das pernas, da bacia, da orientação do crânio, das proporções da coluna vertebral; desenvolvimento da caixa craniana; redução da face; arredondamento da arcada dentária; redução dos caninos; curvatura do palato, etc.

O *Propliopithecus* do Oligoceno Superior apresenta alguns discretos sinais dessas tendências, o que explica o entusiasmo sem dúvida prematuro de certos autores, em considerá-lo como pertencente ao nosso gênero.

As tendências observadas no *Ramapithecus* são mais relevantes: seu cérebro parece ter atingido 400 cm^3, o tamanho da face é reduzido, a arcada dentária é arredondada, e os incisivos e caninos, também reduzidos, estão implantados verticalmente. Um outro primata, o *Oreopithecus,* de quem conhecemos o esqueleto completo, apresenta essas mesmas características cranianas e uma bacia de bípede ocasional. Podemos supor, portanto, que o esqueleto pós-craniano[2] do *Ramapithecus,* que ainda não conhecemos, possa apresentar também esses primeiros indícios de adaptação à postura ereta.

Por outro lado, as tendências evolutivas do *Australopithecus* não deixam margem a dúvidas. Esses bípedes permanentes têm pés humanos, mãos modernas, cérebro com nítido aumento de volume, caninos pequenos e face reduzida. Não podemos deixar de considerá-los hominídeos.

O gênero *Homo,* fim da cadeia, distingue-se dos *Australopithecus* por aumento da estatura, melhoria na postura ereta, crescimento do volume do cérebro, que, a partir da espécie mais antiga, pode atingir 800 cm^3, e transformação da dentição com maior desenvolvimento dos dentes anteriores em relação aos laterais, em consequência da mudança do regime alimentar, de vegetariano para onívoro.

Vemos que o trabalho do paleontólogo é um estudo de anatomia comparativa e dinâmica ao mesmo tempo. Sabendo que a evolução parte sempre do mais simples para o mais complexo e do indiferenciado para o especializado, precisa encontrar fósseis que sejam suficientemente semelhantes mas também, levando em conta a idade geológica, suficientemente diferentes do homem, cujos ancestrais ele está procurando.

Os mais antigos primatas são os prossímios, grupo hoje representado pelos lêmures de Madagáscar, os tarsídeos das Filipinas e da Indonésia e pelo pequeno galago da África tropical.

2 Esqueleto pós-craniano é o conjunto do esqueleto menos o crânio.

A partir do Eoceno[3], os símios se dividiram em dois grandes grupos: os platirrinos[4] ou macacos do Novo Mundo, que têm um septo nasal largo e 36 dentes, e os catarrinos ou macacos do Velho Mundo, que têm um septo nasal estreito e 32 dentes.

Os catarrinos, por sua vez, dividiram-se em um certo número de famílias: *Cercopithecidae, Pongidae, Hominidae, Hylobatidae, Oreopithecidae, Silvapithecidae, Gigantopithecidae,* etc.

Entre 20 e 40 milhões de anos atrás

A falta de evidências torna difícil saber o que se preparava no Eoceno e no Oligoceno, entre 20 e 40 milhões de anos atrás.

Entretanto o Faium, jazida muito rica situada a algumas dezenas de quilômetros ao sul do Cairo, revelou às várias expedições que ali foram pesquisar uma incrível variedade de primatas: o *Parapithecus,* o *Apidium,* o *Oligopithecus,* o *Propliopithecus,* o *Aeolopithecus,* o *Aegyptopithecus.*

O *Parapithecus* e o *Apidium* têm, como característica interessante três pré--molares, isto é, possuem 36 dentes, como os prossímios e os macacos do Novo Mundo, os platirrinos. Um terceiro gênero, com morfologia semelhante, o *Amphipithecus* da Birmânia, completa o grupo. Entretanto muitos outros traços assemelham esses primatas aos catarrinos, caracterizados por 32 dentes. São, portanto, ancestrais dos catarrinos, ou protocatarrinos.

Assim, o nosso primeiro olhar para o passado revela uma espécie de estágio introdutório dos pré-hominídeos, o protocatarrino com 36 dentes, representado por aqueles três tipos, *Parapithecus, Amphipithecus* e *Apidium.*

O *Oligopithecus,* o *Propliopithecus,* o *Aeolopithecus,* o *Aegyptopithecus* têm dois pré-molares. São catarrinos propriamente ditos com 32 dentes.

O *Oligopithecus,* pequeno primata de 30 cm de altura, tem molares de tipo primitivo; é considerado ancestral dos cercopitecóides e é o mais antigo dos primatas conhecidos com 32 dentes.

O *Aeolopithecus* tem caninos enormes e molares com cúspides independentes; poderia ser o predecessor dos gibões. O *Pliopithecus* do

3 Lembramos que o tempo geológico se divide em períodos: Primário, Secundário, Terciário e Quaternário. Os primatas que aparecem no fim do Secundário, há 70 milhões de anos, desenvolvem-se durante o Terciário e o Quaternário. O Terciário se divide em cinco grandes épocas, que são, da mais antiga à mais recente: Paleoceno, Eoceno, Oligoceno, Mioceno e Plioceno. O Quaternário compreende apenas duas épocas, o Pleistoceno e o Holoceno.

4 Anexo a este capítulo há um glossário com o significado dos diversos termos científicos utilizados.

FIGURA 17.1 Reconstituição do meio ambiente do Faium há 40 milhões de anos. Desenhos de Bertoncini--Gaillard sob a direção de Yves Coppens (Exposição "Origens do Homem", Museu do Homem, set. 1976-abr. 1978; Foto Y. Coppens. Col. Museu do Homem).

FIGURA 17.2 Depósitos eocênico e oligocênico do Faium, Egito (Col. Museu do Homem. Foto Elwyn Simons).

Mioceno da Europa e o *Limnopithecus* do Mioceno do Quênia e de Uganda assemelham-se a ele.

O *Aegyptopithecus* também tem grandes caninos e pré-molares heteromorfos[5]. É o ancestral do *Dryopithecus* encontrado em todo o Velho Mundo, e provavelmente também dos chimpanzés.

O *Propliopithecus* tem caninos mais frágeis e um primeiro pré-molar inferior com uma cúspide proeminente e outra parcialmente desenvolvida, o que se considera como prenúncio da homomorfia dos dois pré-molares inferiores, característica dos hominídeos. Seria esse o ancestral do grupo ou, mais modestamente, o ancestral comum aos grandes macacos e aos homens, ou já seria um pongídeo?

Qualquer que seja a relação de parentesco entre esses primatas, o interessante do período está em mostrar que, há 30 milhões de anos, havia no nordeste da África uma grande variedade de pequenos primatas prenunciando todos os que existem hoje: *Cercopithecidae, Pongidae, Hylobatidae* e *Hominidae.* As linhas fundamentais estavam traçadas.

Entre 10 e 20 milhões de anos atrás

Outros progressos aconteceram nesse período. No Quênia e em Uganda, L.S.B. Leakey descobriu os restos de um pequeno primata, *Kenyapithecus africanus,* que classificou como hominídeo. Esse pequeno primata de 20 milhões de anos tem a arcada dentária arredondada, os dentes laterais[6] superiores divergentes e prognatismo[7] fraco; seus incisivos e caninos estão implantados verticalmente, e as coroas de seus pré-molares e molares são baixas. Muitos autores, porém, encontraram nele características dos grandes macacos. No Quênia, em Fort Ternan, Louis Leakey encontrou também o que considera uma outra espécie do mesmo gênero, *Kenyapithecus wickeri,* datada de 14 milhões de anos. Outros autores, baseando-se em outras características ou interpretando de modo diferente as características descritas, classificam ainda esse primata como *Pongidae.* Leakey, todavia, apresentou a favor de seu novo candidato argumentos

5 Os pré-molares e os molares têm coroas divididas por sulcos em pequenas protuberâncias chamadas cúspides. Nos grandes macacos (pongídeos), o primeiro pré-molar inferior assemelha-se a um canino, apresentando apenas uma cúspide. Nos hominídeos esse dente se assemelha ao segundo pré-molar, tendo duas cúspides. No primeiro caso, falamos de heteromorfia dos pré-molares, e, no segundo, de homomorfia.

6 Chamamos dentes laterais os pré-molares e os molares.

7 Prognatismo quer dizer “maxilas para a frente”. Significa a projeção de toda a face ou da parte da face abaixo do nariz.

de peso, ou seja, argumentos culturais. No Congresso Pan-Africano de Dacar, em 1967, exibiu pedras de basalto cujos gumes naturais mostravam traços de uso. Em 1971, em Adis Abeba, declarou que a maior parte das ossadas de animais descobertas em associação com o *Kenyapithecus wickeri* tinha sido quebrada artificialmente. É, sem dúvida, impressionante imaginar esse pequeno primata africano escolhendo pedras pontiagudas ou cortantes para preparar seu alimento. Teoricamente, pelo menos, isso não é impossível.

Desde 1934, conhecemos um outro primata, *Ramapithecus puniabicus,* descoberto nas formações miopliocênicas do norte da Índia e do Paquistão e que também tem de 8 a 14 milhões de anos. Simons de Yale o reexaminou e associou a ele restos atribuídos ao *Bramapithecus.* O *Ramapithecus punjabicus* é um pequeno primata que pesa entre 18 e 36 quilos. Sua face curta, sua mandíbula maciça com ramo ascendente vertical, a implantação vertical de seus caninos em processo de redução e de seus pequenos incisivos, o nascimento tardio de seus molares e a homomorfia de seus pré-molares inferiores levaram muitos autores, mas nem todos, a classificá-lo como um hominídeo. Simons, inclusive, associou esse fóssil indiano ao *Kenyapithecus* da África oriental e a algumas descobertas isoladas da China e da Europa, como evidências para se estabelecer uma área pré-homínida miocênica abrangendo todo o Velho Mundo. Aliás, ele não estava enganado, pois as pesquisas realizadas nesses três últimos anos levaram à descoberta desse *Ramapithecus* na Turquia (L. Tekkaya) e na Hungria (M. Kretzoi), ao mesmo tempo que novos documentos paquistaneses (expedição D. Pilbeam) forneciam numerosas informações sobre esse primata.

Um enorme primata, o *Gigantopithecus,* foi encontrado na China e na Índia. Chama-se *Gigantopithecus blacki* na China e *Gigantopithecus bilaspurensis* na Índia, onde sua idade é estimada em alguns milhões de anos. Tem incisivos pequenos e caninos não muito grandes, mas que não são homínidas; seu primeiro pré-molar inferior tem duas cúspides; seus dentes laterais são grandes, fortes e mostram um desgaste considerável; sua face é curta e sua mandíbula possante tem um ramo ascendente longo e vertical. Mas, hoje, praticamente todos os autores o rejeitam como possível ancestral do homem. Pesquisas realizadas na Grécia sob a direção de L. de Bonis descobriram um primata de 10 milhões de anos, o *Ouranopithecus macedoniensis,* que poderia ser o ancestral do *Gigantopithecus.*

Para terminar, relacionaremos um outro primata, o *Oreopithecus* que, há 12 milhões de anos, balançava-se nos galhos das florestas da Toscana, e provavelmente também do Quênia, Descoberto em 1872 por Gervais, foi descrito por um excelente paleontólogo suíço, Johannes Hürzeler, que retomou as escavações em Grossetto, na Toscana, e teve a sorte de encontrar um esqueleto

praticamente inteiro de *Oreopithecus bambolii.* Este tem uma face curta; os ossos do nariz são salientes em relação ao perfil facial; os incisivos e caninos são pequenos; o primeiro pré-molar inferior é bicúspide; a bacia é a de um bípede, mas os membros anteriores são extremamente longos. O *Oreopithecus* talvez seja um pequeno hominídeo; em todo caso, é um primata braquial[8], adaptado à vida nas florestas.

Kenyapithecus africanus, Kenyapithecus wickeri, Ramapithecus puniabicus, Gigantopithecus blacki, Gigantopithecus bilaspurensis, Oreopithecus bambolii: o importante no momento não é saber quem é o ancestral de quem. Aliás, várias linhagens estão representadas aqui. Mas, com esses quatro gêneros do Mioceno e do Plioceno, vem-nos a imagem de um primata que, vivendo na floresta, parece, pela primeira vez, ir procurar parte de seu alimento em zonas abertas, em torno dos lagos e nas margens dos rios. Novos modos de vida vão evidentemente surgir com essa saída da floresta. E, ao mesmo tempo, vai se caracterizar uma redução no tamanho dos dentes anteriores, uma redução facial e a tendência do primeiro pré-molar a duplicar sua cúspide inicial, já não mais impedido pelo canino. *É o prenúncio da conquista das planícies e, com ela, do bipedismo*[9].

Entre 10 e 1 milhão de anos atrás

No Plioceno e no Pleistoceno, entre 10 e 1 milhão de anos atrás, encontramo--nos na presença de um grupo ao mesmo tempo polimorfo e muito localizado, os australopitecíneos. Um breve histórico de sua descoberta vai-nos permitir, também, delimitá-los geograficamente.

Histórico

Foi em 1924 que o professor Raymond Dart descreveu e batizou o primeiro espécime australopitecíneo. Tratava-se do crânio de uma criança de cinco a seis anos, descoberto na brecha de uma caverna de Bechuanalândia (Botsuana) chamada Taung. A essa descoberta seguiram-se muitas outras, feitas a partir de 1936 pelos professores R. Broom e J. Robinson, e depois pelos professores Dart e P. Tobias em quatro cavernas do Transvaal: Sterkfontein, Swartkrans e Kromdraai, perto de Joanesburgo, e Makapansgat, perto de Potgietersrus.

8 A braquiação é um modo de locomoção arborícola que consiste em se deslocar de galho em galho suspenso pelos membros anteriores.

9 O bipedismo é um modo de locomoção terrestre que consiste em se deslocar, em postura ereta, sobre os dois membros posteriores.

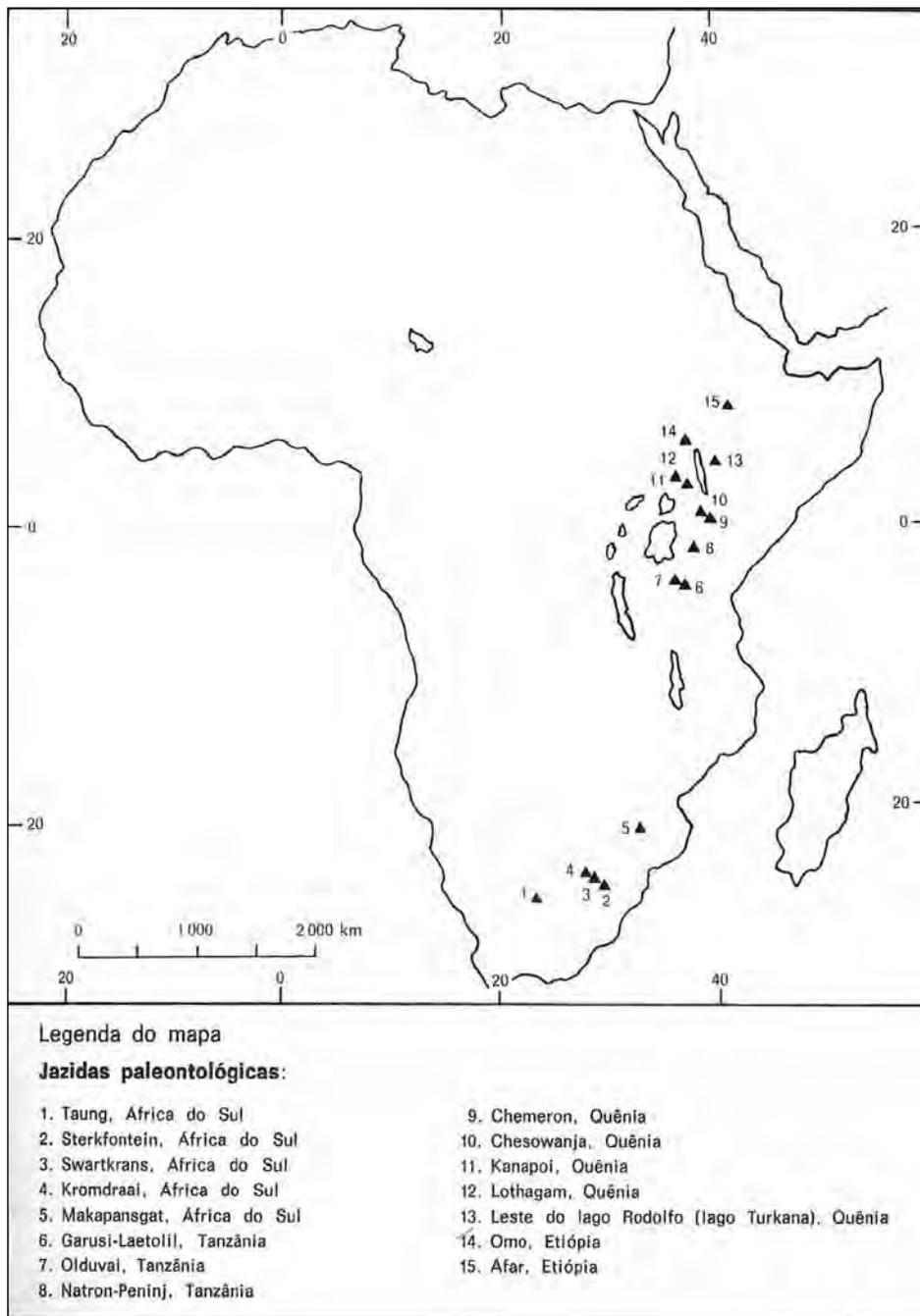



FIGURA 17.3 Os dados paleontológicos.

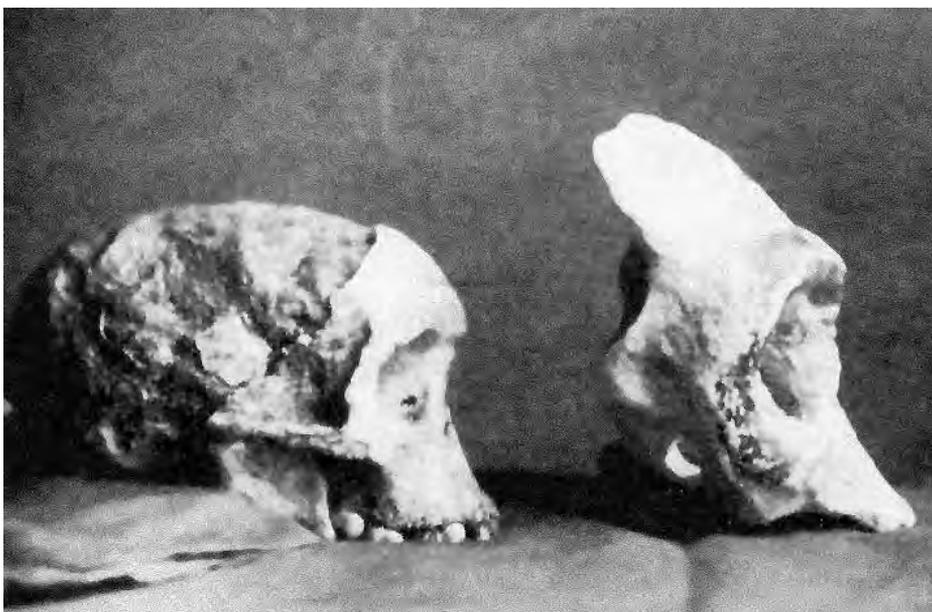



FIGURA 17.4 Garganta de Olduvai, Tanzânia, escavações de Louis e Mary Leakey (Foto Y. Coppens. Col. Museu do Homem).

FIGURA 17.5 Crânio de *Australopithecus africanus*. Da direita para a esquerda, perfil de criança (Taung, Botsuana) e de adulto (Sterkfontein, Transvaal), (Foto Y. Coppens. Col. Museu do Homem).

Em 1939, o professor alemão L. Kohl Larsen descobriu em Garusi ou Laetolil, a nordeste do lago Eyasi, na Tanzânia, um maxilar de *Australopithecus*, estendendo a área de distribuição desses hominídeos até a África oriental. Os trabalhos nesse local foram retomados por Mary Leakey com muito sucesso, pois ela descobriu uma série bastante interessante de hominídeos fósseis relacionados provavelmente com os australopitecíneos.

Em seguida, vieram os célebres trabalhos da família Leakey na garganta de Olduvai, na Tanzânia. De 1955 para cá, os Leakey descobriram aproximadamente setenta espécimes relacionados a hominídeos, alguns notáveis.

Em 1964, R. Leakey e G. Isaac acrescentaram uma terceira jazida aos sítios paleontológicos da Tanzânia ao encontrar uma mandíbula de australopiteco perto do lago Natron. Em seguida, as descobertas deslocaram-se para o norte.

Em 1967, uma expedição internacional retomou a exploração das jazidas paleontológicas na margem ocidental do baixo vale do rio Omo, na Etiópia. Essa expedição era composta por três equipes: uma francesa, sob a direção dos professores C. Arambourg e Y. Coppens; uma americana, dirigida pelo Professor F. Clark Howell; e uma do Quênia, pelo Dr. Leakey e seu filho Richard. Esses sítios paleontológicos descobertos no início do século por viajantes franceses haviam sido explorados em 1932-1933 por uma expedição do Museu Nacional de História Natural de Paris, sob a direção de C. Arambourg. No primeiro mês, a nova expedição teve a sorte de descobrir a primeira mandíbula de australopitecíneo desse local. Essa descoberta seria seguida por muitas outras. Em nove temporadas, as equipes francesa e americana conseguiram um resultado realmente excepcional: aproximadamente quatrocentos restos de hominídeos.

A equipe do Quênia tinha deixado o Omo em 1968 para ir explorar, sob a direção de R. Leakey, as margens orientais do lago Turkana, no Quênia. Em dez temporadas, essa equipe pôde encontrar mais de cem fragmentos de hominídeos, alguns muito importantes.

Nas margens sudoeste do mesmo lago, uma expedição americana de Harvard, sob a direção de B. Patterson, explorava, na mesma época, três pequenas jazidas, em duas das quais encontram-se restos de hominídeos.

Uma equipe inglesa do Bedford College de Londres, que se propunha levantar o mapa geológico da bacia do lago Baringo, no Quênia, descobriu restos paleoantropológicos em cinco sítios.

A partir de 1973, uma expedição, sob a direção de Maurice Taieb, Yves Coppens e Donald C. Johanson, descobriu em Hadar, na região Afar etíope, em quatro temporadas, mais de trezentos fragmentos paleoantropológicos em excepcional estado de conservação, os quais pertenciam a uma ou duas formas

FIGURA 17.6 Garganta de Olduvai, Tanzânia, escavações de Louis e Mary Leakey (Foto Y. Coppens. Col. Museu do Homem).

FIGURA 17.7 Sítio do Omo, Etiópia (Foto Y. Coppens. Col. Museu do Homem).

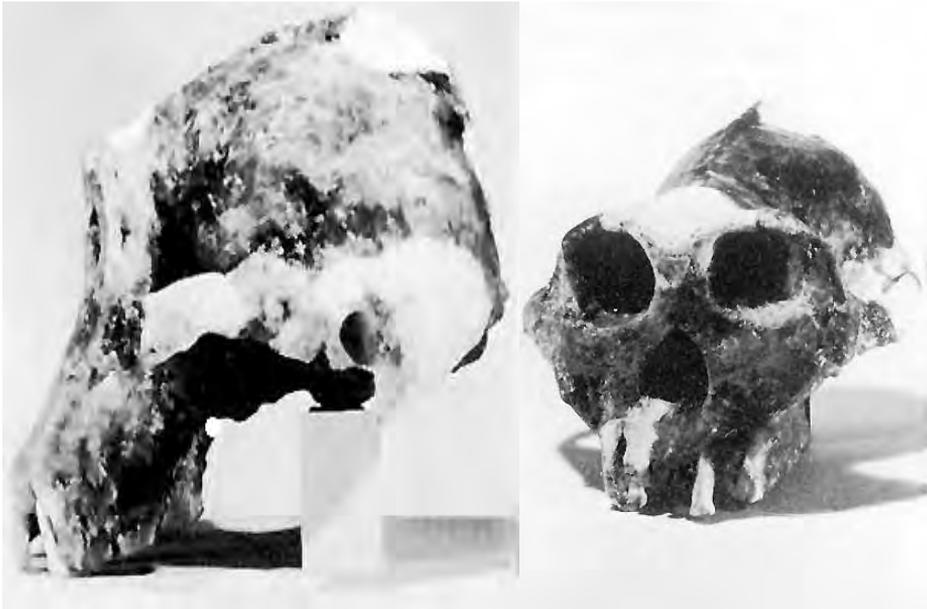



FIGURA 17.8 Sítio do Omo, Etiópia (Foto Y. Coppens. Col. Museu do Homem).

FIGURA 17.9 Crânios de *Australopithecus boisei*, sítio do Omo, Etiópia (Expedição Y. Coppens, 1976. Fotos J. Oster, n. D-77-1497-493 e D-77-1496-493. Col. Museu do Homem).

FIGURA 17.10 Sítio de Afar, Etiópia (Expedição M. Taieb, Y. Coppens e D. C. Johanson; Foto M. Taieb, Col. Museu do Homem).

FIGURA 17.11 Crânio de Cro-Magnoide de Afalu, Argélia (Foto 1. Oster, n. C.77-60-493. Col. Museu do Homem, Instituto de Paleontologia Humana).

homínidas. Uma segunda expedição ao Afar, derivada da primeira, encontrou um crânio que pode ser atribuído a um *Pithecanthropus*.

Para finalizar, em 1975 e 1976, após nove anos de pacientes escavações, Jean Chavaillon descobriu em Melka Konturé, perto de Adis Abeba, três interessantes fragmentos associados às indústrias olduvaienses e acheulenses.

Esse conjunto de descobertas limita a área de distribuição do *Australopithecus* às regiões oriental e meridional da África.

Datação

A mais antiga dessas jazidas é a de N'Gororá na bacia do lago Baringo, no Quênia, que tem de 9 a 12 milhões de anos. Apenas um molar superior de hominídeo de tipo indeterminado foi encontrado, mas, evidentemente, temos muita esperança em futuras escavações nesse sítio. A coroa do molar encontrado é baixa como a dos dentes de *Ramapithecus,* mas a estrutura de suas cúspides se assemelha à dos australopitecíneos. Trata-se possivelmente de um *Sivanpithecus*. Em uma outra jazida da bacia do lago Baringo, Lukeino, datada de 6 a 6.500.000 anos, também foi encontrado um molar. É um molar inferior bastante semelhante ao do *Australopithecus*.

Em Lothagam, no sudoeste do lago Turkana (Quênia), B. Patterson descobriu um fragmento de mandíbula com um dente cuja morfologia lembra a de um australopitecíneo. A fauna de vertebrados associada a esse fragmento indica uma idade pliocênica estimada entre 5 e 6 milhões de anos.

Em dois sítios do Quênia, Chemeron, na bacia do lago Baringo, e Kanapoi, na bacia do lago Turkana, estimados em 4 milhões de anos, foram descobertos, respectivamente, um osso temporal e um úmero homínidas.

A jazida de Laetolil, na Tanzânia, foi estimada em pelo menos 3.500.000 anos; seus hominídeos fósseis são espantosamente semelhantes aos encontrados em Radar, na região Afar etíope, e datam de 2.800.000 a 3.200.000 anos.

As jazidas do Omo são constituídas de um conjunto sedimentar com mais de 1000 m de profundidade, composto por camadas sucessivas de areias fossilíferas, argilas e depósitos vulcânicos, permitindo datações absolutas. Assim, a sequência de camadas pôde ser datada em mais de 4 milhões de anos na base e em menos de 1 milhão no topo. Os restos de hominídeos encontram-se a partir da camada de 3.200.000 anos até o topo, ou seja, de maneira contínua por mais de 2 milhões de anos.

As jazidas do leste do lago Turkana, onde foram encontrados restos de hominídeos, abrangem um período entre 3 e 1 milhão de anos.

FIGURA 17.12 Canteiro de escavações em Olduvai (Foto J. Chavaillon. Col. Museu do Homem).

FIGURA 17.13 Crânios de *Australopithecus robustus*, à direita, e *Australopithecus gracilis*, à esquerda (Foto de J. Robinson. Col. Museu do Homem).

Através da comparação das faunas, as mais antigas cavernas de australopitecíneos da África do Sul, Makapansgat e Sterkfontein, foram recentemente datadas de 2,5 a mais de 3 milhões de anos, estimativa essa ainda muito discutida.

Na garganta de Olduvai, na Tanzânia, encontram-se restos de hominídeos e de suas indústrias, ao longo de 100 m de depósito, datados de 1.800.000 anos na base.

Duas outras cavernas com restos de australopitecíneos na África do Sul, Swartkrans e Kromdraai, talvez sejam contemporâneos das camadas mais antigas de Olduvai ou pouco anteriores (de 2 a 2,5 milhões de anos).

Por último, em Chesowanja, na bacia do lago Baringo (Quênia), no sítio do lago Natron (Tanzânia) e talvez na brecha de Taung (África do Sul), encontram-se sem dúvida os mais jovens australopitecíneos, pois mal ultrapassam 1 milhão de anos.

Os australopitecíneos, portanto, parecem ter surgido entre aproximadamente 6 e 7 milhões de anos atrás e ter desaparecido há cerca de 1 milhão de anos.

O que foi descoberto nesses depósitos? Vários hominídeos, alguns contemporâneos entre si. Um deles é chamado *Australopithecus robustus,* ou *Paranthropus,* ou *Zinjanthropus.* Um outro é chamado *Australopithecus gracilis,* ou *Australopithecus* propriamente dito, ou *Plesianthropus,* ou *Paraustralopithecus.* Um terceiro é chamado *Homo habilis,* ou *Australopithecus habilis.* Enfim, um quarto é chamado *Homo erectus, Telanthropus* ou *Meganthropus.*

Os hominídeos

a) *Australopithecus robustus:* foi encontrado na África do Sul em cavernas de 2-2,5 milhões de anos, no vale do Omo (Etiópia), no leste do lago Turkana (Quênia), e em Olduvai, com aproximadamente 1.800.000 anos, e em Chesowanja, com 1.100.000 anos. É chamado robusto por ser realmente mais forte e maior que os outros. A morfologia craniana revela um aparelho de mastigação possante: com efeito, seus molares e pré-molares são enormes. Apresenta, ainda, mandíbula robusta, músculos de mastigação solidamente fixados, arcada zigomática[10] vigorosa e uma crista sagital[11] impressionante para os músculos temporais. A testa é fugidia. A face é longa e chata, e

10 A arcada zigomática é uma ponte óssea do crânio que une a têmpora à face.

11 A crista sagital é uma expansão óssea que forma, no alto do crânio, uma lâmina semelhante à cimeira de um capacete.

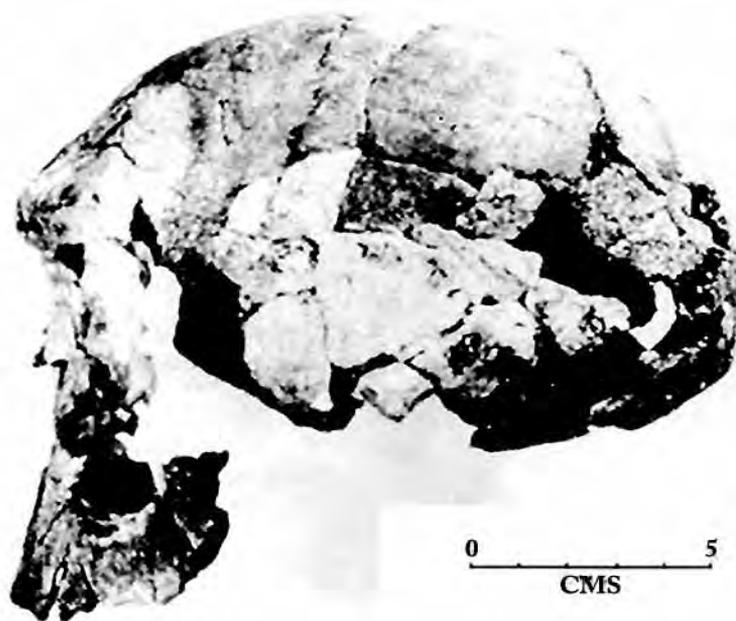
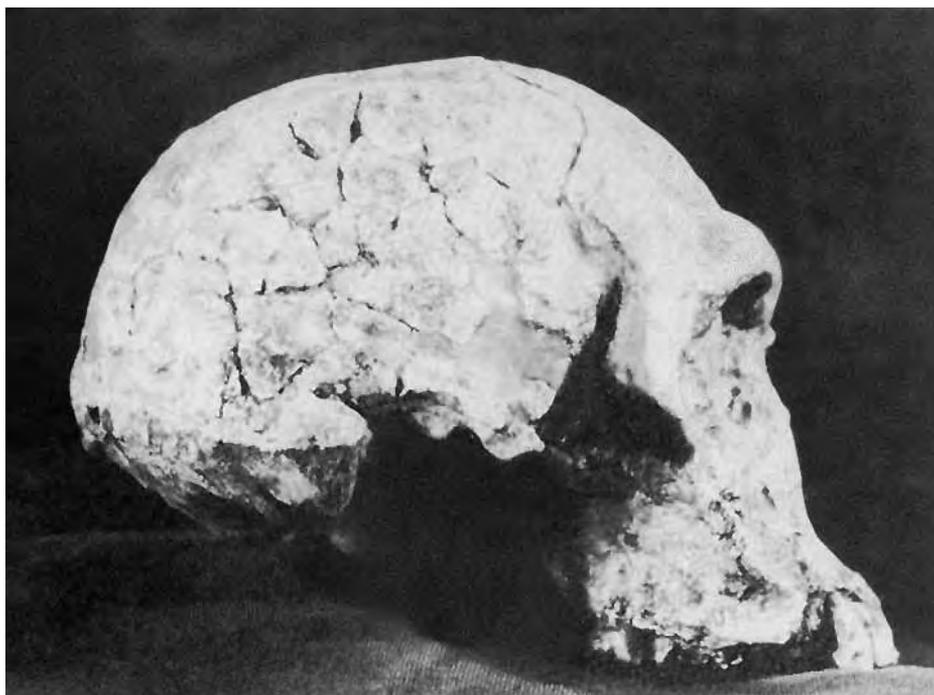



FIGURA 17.14 *Homo habilis* (Foto Museus Nacionais do Quênia).

os dentes anteriores pequenos, o que facilita os movimentos laterais de trituração. A mandíbula tem, consequentemente, um longo ramo ascendente, o que incrementa a ação mastigatória dos músculos masseter e pterigoide. O corpo é mais maciço que o de outras espécies de *Australopithecus.* Para uma altura de 1,55 m, seu peso é estimado entre 35 e 65 kg. A locomoção sobre os membros posteriores não era perfeita, pois os fêmures têm apófises pequenas e colos longos. A capacidade craniana foi estimada em 530 cm^3 tanto para os espécimes de Swartkrans como para os de Olduvai. Deve-se ressaltar o desenvolvimento do cerebelo, indicando possivelmente um maior grau de controle dos movimentos (da mão e da locomoção, por exemplo).

b) *Australopithecus gracilis:* foi descoberto em Makapansgat e Sterkfontein, na África do Sul. Acredita-se ter sido encontrado também no Omo e em Afar (Etiópia), em Garusi ou Laetolil (Tanzânia) e em Lothagam (Quênia). Estima-se sua altura entre 1 e 1,25 m, e seu peso entre 18 e 31 kg. A face é mais proeminente que a do *Australopithecus robustus.* As arcadas supraorbitárias[12], moderadamente desenvolvidas, sustentam uma fronte relativamente desenvolvida. Os incisivos são espatulados e implantados verticalmente; os caninos, pequenos, assemelham-se a incisivos. Os dentes laterais são divergentes, formando uma arcada dentária parabólica; são dentes grossos, com cúspides redondas, esmalte espesso e estão gastos até a raiz. Ainda que esse australopitecíneo tenha tido uma dieta mais variada que a do *Australopithecus robustus,* sua alimentação devia ser também basicamente vegetariana. A largura da mandíbula, a espessura do esmalte, o desgaste dos dentes até as gengivas, a face curta e o grande tamanho dos pré-molares e dos molares indicam, com efeito, um possante aparelho de mastigação. O nascimento tardio dos dentes aliado à espessura do esmalte significa adaptação a uma vida, e particularmente a uma adolescência mais longas. A capacidade endocraniana varia de 428 a 485 cm^3, ou seja, tem 444 cm^3 em média, na forma sul-africana. Seus ossos longos, em particular o úmero e a omoplata, lembram a braquiação de seus ancestrais; entretanto, o *Australopithecus gracilis* é um bípede permanente.

c) *Homo habilis:* foi descrito em Olduvai (Tanzânia), em 1964 e talvez tenha sido encontrado igualmente no Omo (Etiópia), na margem leste do lago Turkana e em Kanapoi (Quênia). Seus dentes laterais mostram dimensões menores que as do *Australopithecus gracilis* da África do Sul. Esses dentes

12 As arcadas supraorbitárias são as bordas ósseas superiores das órbitas que contêm os olhos.

FIGURA 17.15 Os sítios de Siwalik no Norte do Paquistão (Expedição D. Pilbeam. Foto H. Thomas. Col. Museu do Homem).

FIGURA 17.16 Reconstituição do crânio de *Ramapithecus* (Foto J. Oster, n. D.78.1043.493. Col. Museu do Homem).

FIGURA 17.17 Esqueleto de *Oreopithecus bambolii*, com 12 milhões de anos, encontrado em Grossetto (Toscana) por Johannes Hürzeler, em 1958 (Foto J. Oster. Col. Museu do Homem).

FIGURA 17.18 Reconstituição do meio ambiente do *Homo erectus* de Chu-Ku-Tien (ou Sinantropo), China (400 mil anos), (Foto Y. Coppens. Col. Museu do Homem, exposição "Origens do Homem", nov. 1976-abr. 1978. Desenho de Bertoncini-Gaillard sob a direção de Y. Coppens).

Figura 17.19 *Homo erectus* de Chu-Ku-Tien (reconstituição), (Perfil nº D75-371-493; e face nº 77-61-493. Fotos J. Oster. Col. Museu do Homem).

têm, aliás, proporções diferentes: são mais alongados e mais estreitos. Com base nos parietais, sua capacidade endocraniana foi estimada em 680 cm^3; um crânio encontrado na margem leste do Turkana tem um volume de quase 800 cm^3. Por essas tendências evolutivas dos dentes e do cérebro, parece tratar-se de um ser mais próximo de nós que o *Australopithecus*. Entretanto, seu esqueleto pós-craniano aproxima-o do *Australopithecus gracilis;* como no caso deste último, sua clavícula lembra a ancestral idade braquial. Sua altura foi estimada entre 1,20 e 1,40 m.

d) O *Homo erectus:* os pesquisadores descobriram o *Homo erectus,* hominídeo mais evoluído que todos os anteriores, em Swartkrans, na África do Sul, com 2.500.000 anos; em Olduvai, na Tanzânia, com 1.500.000 anos; na margem leste do lago Turkana, no Quênia, com 1.500.000 anos; em Melka Konturé, em Bodo e no Omo, na Etiópia, com 500.000-1.500.000 anos.

Em Swartkrans, Broom e Robinson isolaram algumas ossadas (1949), atribuídas por eles a uma forma mais homínida, o *Telanthropus capensis*. Em 1957, Robinson teve a ideia de relacionar essa forma aos pitecantropine, classificando-a como *Homo erectus*.

Em 1969, Ron Clarke, Clark Howell e Brain, trabalhando com os espécimes de Swartkrans, notaram que o crânio do *Australopithecus robustus* SK 847 ajustava-se perfeitamente ao maxilar do *Telanthropus*. Essa montagem produz uma figura interessante, que confirma as suposições de Robinson: acima de um *torus supraorbitalis*[13] pronunciado, a fronte com curvatura ascendente contrasta com a ausência de fronte do *Australopithecus robustus*. O crânio apresenta grandes *sinus*[14] frontais; a constrição pós-orbitária[15] é pouco pronunciada; os ossos do nariz são proeminentes; a arcada dentária é curta, o que indica uma mandíbula pequena com ramo ascendente curto; a dentição e a estrutura do esqueleto facial aproximam-no do gênero *Homo,* mais especificamente do *Homo erectus*.

O Hominídeo 13 de Olduvai tem uma mandíbula menor e uma dentadura 20% mais reduzida que a do *Homo habilis;* o Hominídeo 16 tem uma arcada supraorbitária proeminente. Leakey e Tobias tendem a classificá-los como *Homo erectus*. Mas, se esses dois fósseis têm uma classificação incerta, o mesmo não acontece com o Hominídeo 9, que apresenta uma incontestável calota craniana de *Homo erectus*.

13 Quando a borda superior da órbita tem uma expansão óssea em forma de viseira, é chamada *torus supraorbitalis*.

14 Os *sinus* são cavidades.

15 O crânio se contrai lateralmente, atrás das órbitas. É o que chamamos constrição pós-orbitária.

A leste do lago Turkana, no Quênia, um grande número de descobertas guarda parentesco com essa espécie em evolução do gênero *Homo.* Devemos citar, em particular, a recente descoberta de três crânios de épocas diferentes, que ilustram muito bem o desenvolvimento das tendências evolutivas no seio dessa espécie.

Lembremos também que uma recente datação do mais antigo espécime de *Pithecanthropus* javanês – o crânio de criança de Modjokerto – teria dado 1.900.000 anos, mas tratar-se-ia realmente de um *Homo erectus*?

Comparações feitas em Cambridge por Tobias e von Koenigswald entre peças originais javanesas e tanzanianas permitiram concluir que há uma identidade morfológica entre o mais antigo *Homo habilis,* e o *Meganthropus palaeojavanicus* e talvez o *Hemianthropus peii* da China. Do mesmo modo, concluíram que existe uma identidade morfológica entre o *Homo habilis* mais recente (Hominídeo 13) e o *Pithecanthropus IV,* o *Sangiran B* e o *Telanthropus capensis.*

Indústrias

Pela primeira vez na história dos Primatas esses restos se encontram associados a utensílios fabricados.

Nas jazidas do Omo, a expedição francesa descobriu, em 1969, alguns utensílios de pedra e de osso com mais de 2 milhões de anos. No ano seguinte, na margem leste do lago Turkana, a expedição do Quênia descobriu, numa camada vulcânica de 2 milhões de anos, uma indústria de pedra e de osso semelhante aos utensílios do Omo.

Mais recentemente, as missões americana e francesa conseguiram assinalar doze camadas arqueológicas de 2 milhões de anos. Pode-se afirmar que em três anos, devido a essas descobertas da bacia pliopleistocênica do lago Turkana, a idade dos primeiros instrumentos lascados recuou para mais de 2.500.000 anos, talvez mesmo 3 milhões, ultrapassando em quase 2 milhões de anos a idade das mais antigas indústrias conhecidas até então.

Essa primeira indústria da história é constituída por uma grande quantidade de lascas obtidas artificialmente por percussão e utilizadas por causa de seu gume, de seixos cuja ponta ou gume foi aguçado e de ossos ou dentes trabalhados ou utilizados diretamente, quando sua forma assim o permitia (por exemplo, caninos de hipopótamos ou de suínos).

Esses instrumentos podem ser classificados em um certo número de tipos; cada um desses tipos é representado por uma determinada quantidade de exemplares. Isso significa que sua forma é resultado de uma pesquisa, a aquisição de uma experiência transmitida de uma geração a outra, implicando um certo

grau de vida social. Em outras palavras, não estamos, há 2.500.000 anos, na origem dos utensílios, mas provavelmente nos aproximamos dos limites de sua percepção; antes daquela data, o artefato se confunde com os objetos naturais.

Em Makapansgat, na África do Sul, foi descoberta uma indústria de utensílios feitos de ossos, chifres e dentes – qualificada, por essa razão, de “osteodontoquerática” – que parece ser também muito antiga; isso poderá ser confirmado caso as recentes tentativas de correlações entre as cavernas sul--africanas e as grandes jazidas leste africanas revelarem-se exatas. De qualquer modo, as constatações que podemos fazer são as mesmas que para a bacia do lago Turkana: os diversos tipos de utensílios encontram-se reproduzidos em série, o que prova que já têm uma história.

Em Hadar, H. Roche descobriu recentemente uma indústria de seixos trabalhados, semelhante à de Olduvai, numa camada que pode ser datada de 2.500.000 anos.

A partir das camadas mais antigas de Olduvai (1.800.000 anos), os instrumentos estão em toda parte, abundantes e constantes na forma; os seixos lascados, particularmente frequentes, tornaram essa indústria conhecida como *Pebble Culture* ou Olduvaiense (do topônimo Olduvai). Escavando o nível mais antigo de Olduvai, o Dr. Leakey notou, um dia, uma grande acumulação de calhaus de basalto; à medida que a escavação progredia, ele percebeu que esses calhaus, longe de estarem espalhados aleatoriamente, ordenavam-se em pequenos montes, formando um círculo. É possível que cada um desses montes servisse para calçar uma estaca. Se imaginarmos um círculo de estacas ou de arcos, e peles ou folhagens estendidas de um a outro, poderemos ser tentados a ver naqueles montículos os restos de uma construção. Estaríamos, então, na presença de uma estrutura de habitação de uns 2 milhões de anos!

Em Melka Konturé, perto de Adis Abeba, Jean Chavaillon descobriu recentemente, no nível olduvaiense mais antigo do sítio (1.500.000 anos), uma estrutura bastante semelhante. Exatamente no meio de um solo de ocupação recoberto de utensílios, ele descobriu uma superfície circular de 2,50 m de diâmetro desprovida de artefatos, elevada de 30 cm em relação ao resto do solo e circundada por um sulco de 2 m de comprimento; pequenos montes de calhaus sugerem, também neste caso, a presença de estacas.

Alguns pretendem que o *Australopithecus robustus* tenha sido o macho do *Australopithecus gracilis*. Outros pensam que o *Homo habilis* era um *Australopithecus gracilis* um pouco mais jovem e mais evoluído que o sul-africano. Outros, ainda, dizem que o *Telanthropus* ou *Homo erectus* de Swartkrans poderia ser classificado nos limites inferiores de variações do *Australopithecus robustus* da mesma jazida;

que o *Meganthropus javanicus* era um *Australopithecus,* e mesmo que certos australopitecine (em Olduvai e em Swartkrans) eram pitecantropine. Dessa aparente confusão surge, todavia, uma tese muito clara. Foi no interior desse grupo de *Australopithecus* – de início limitados ao leste e ao sul da África, e em seguida (sob a forma de *Australopithecus* ou sob forma já mais evoluída) estendendo-se até a Ásia ao sul do Himalaia – que apareceram o gênero *Homo* e o utensílio fabricado. Este logo se torna a característica distintiva de seu artesão; vários tipos de instrumentos são rapidamente criados para finalidades precisas; sua fabricação é ensinada. Por último, aparecem estruturas de habitação. *É a partir desse ponto de vista* que se pode falar de uma origem africana da humanidade.

Conclusão

O homem aparece, portanto, ao fim de uma longa história, como um primata que um dia aperfeiçoa o utensílio que vem usando já há muito tempo. Utensílios fabricados e habitações revelam de súbito um ser racional que prevê, aprende e transmite, constrói a primeira sociedade e lhe dá sua primeira cultura.

Atribuiu-se recentemente a idade de 2 milhões de anos a certos restos fósseis de hominídeos de Java. Seixos lascados de várias jazidas do Sul da França foram, em alguns casos, considerados daquela mesma idade. Mas, no atual estágio dos nossos conhecimentos, a África continua vitoriosa pelo número e importância das descobertas de tão remota antiguidade.

E como se, há 6 ou 7 milhões de anos, nascesse no quadrante sudeste do continente africano um grupo de hominídeos denominados australopitecíneos, e, entre 2,5 e 3 milhões de anos atrás, emergisse desse grupo polimorfo um ser, ainda *Australopithecus* ou já Homem, capaz de trabalhar a pedra e o osso, construir cabanas e viver em pequenos grupos, representando, através de todas as suas manifestações, a origem propriamente dita da humanidade criadora, do *Homo faber.*

O último milhão de anos

O último milhão de anos viu nascer o *Homo sapiens* e assistiu, durante os últimos séculos, à sua alarmante proliferação. Foram necessários 115 anos para que a população mundial passasse de um bilhão para 2 bilhões de indivíduos, 35 anos para que atingisse os 3 bilhões e mais 15 anos para que chegasse aos 4 bilhões. E a aceleração continua...

CAPÍTULO 17

A hominização: problemas gerais PARTE II

L. Balout

Os dados arqueológicos

Ao tratar do problema da "hominização" na África, o procedimento do pré-historiador é bastante diferente daquele empregado pelo paleontólogo. Para este último, a hominização é o desenvolvimento progressivo do cérebro que permite ao homem conceber e criar, aplicando técnicas cada vez mais elaboradas, um conjunto de utensílios (na mais ampla acepção do termo) tão diversificado e eficiente que multiplica, ao longo dos milênios, sua ação sobre o meio ambiente, a ponto de romper, em seu próprio proveito, o equilíbrio biológico. A evolução paleontológica que conduz ao homem não permite definir facilmente o "limiar" da hominização; a pedra lascada demonstra que esse limiar já foi transposto. P. Teilhard de Chardin definiu numa fórmula célebre:

> "O homem fez sua entrada sem alarde. [...] Na verdade, caminhou tão silenciosamente que, quando começamos a percebê-lo, *denunciado pelos instrumentos de pedra indeléveis que multiplicam sua presença,* ele já cobre [...] todo o Velho Mundo".

A posição do pré-historiador justifica-se: o verdadeiro *missing link* (elo perdido) não é a forma intermediária entre australopitecíneos e pitecantropíneos, entre o homem de Neandertal e o *Homo sapiens.* Está entre as pedras ou os ossos lascado e esses fósseis. As indústrias pré-históricas, atribuídas com absoluta

certeza ao *Homo sapiens,* a partir do Paleolítico Superior, e com uma evidência pouco discutível ao homem de Neandertal no Paleolítico Médio, só podem ser relacionadas hipoteticamente aos pitecantropíneos e australopitecíneos. Na verdade, é a única hipótese que se pode formular cientificamente. Mas a indústria que acompanha os sinantropíneos não é a mesma descoberta junto aos pitecantropíneos, e esta é diferente em Java (*Pithecanthropus*), na Argélia (*Atlanthropus*) e na África oriental. Quanto aos australopitecíneos, representam um grupo heterogêneo onde ainda é difícil descobrir os possíveis, se não prováveis, autores da Cultura Osteodontoquerática e da *Pebble Culture.*

Portanto, se para o paleontólogo existe um "limiar" da hominização o "Rubicão cerebral", que o Professor Vallois definiu como sendo a capacidade cerebral de 800 cm^3 –, para o pré-historiador existe um "limiar técnico" que, uma vez transposto, abre o caminho do progresso até nós. A definição desse limiar exige a solução de dois problemas: *como* e *quando.* O primeiro problema implica eliminar todas as causas naturais para poder reconhecer no utensílio a mão do homem. O segundo implica dispor de esquemas cronológicos que permitam datar, com um grau de aproximação aceitável, as mais remotas evidências da indústria humana.

Até o presente momento, somente a África forneceu respostas para esses dois problemas.

Visto que a teoria do monogenismo é universalmente aceita, a África é considerada hoje como o berço da humanidade. Esse "berço sobre rodas" – segundo a definição espirituosa do Abade Breuil –, que por muito tempo se moveu entre os picos do Pamir e as planícies do Eufrates, fixou-se, por enquanto, na África oriental. Esse fato teria ocorrido há uns 3 milhões de anos, no mínimo. Na verdade, o Antigo Testamento (Livro do Gênesis) situa o Paraíso terrestre, o Éden, numa paisagem de jardins e plantas cultivadas. Deus destinava Adão à agricultura e à criação de animais, a um gênero de vida "neolítica" numa região onde todo um período Paleolítico iria pouco a pouco se revelar. Todas as cronologias tiradas da Santa Escritura situam a criação do homem entre 6484 e 3616 antes da Era Cristã. O Oriente Próximo foi, com toda a certeza, um dos antigos, se não o mais antigo centro de neolitização; entretanto, além dessa particularidade, nada mais existe que nos permita afirmar que foi o Oriente Próximo o berço da humanidade.

O homem fez sua entrada em silêncio, e são as pedras por ele lascadas que, muito tempo depois, denunciam sua existência. A espécie humana "não modificou nada na Natureza no momento de seu aparecimento […] ela emerge fileticamente diante de nossos olhos exatamente como qualquer outra espécie"

(Teilhard de Chardin). A responsabilidade do pré-historiador torna-se, então, enorme, pois ao identificar os mais antigos traços perceptíveis de indústrias humanas, ele fornece um elemento de prova que a Paleontologia é incapaz de dar: "Através do utensílio, chegar ao homem. Esta é a finalidade admirável da Pré-História".

O pré-historiador da África deve, antes de tudo, responder a três perguntas:

1) O utensílio é, sem sombra de dúvida, um critério de hominização?
2) O utensílio nos permite delimitar o início da hominização?
3) O utensílio humano, no estado de preservação em que chegou até nós, pode ser identificado com toda a segurança?

O utensílio é, sem sombra de dúvida, um critério de hominização?

Os dados desse problema são em grande parte de origem africana. Nos últimos anos de sua vida, o Abade Breuil, bastante impressionado com o comportamento de certos animais, confiou-me que perguntava a si mesmo se o utensílio realmente marcaria a transposição do limiar da hominização, e se não deveríamos escolher a arte como critério, o que equivaleria a distinguir um *Homo* verdadeiramente *sapiens,* o pintor de Lascaux, nosso ancestral direto, de uma série de seres industriosos *faber,* que o teriam precedido.

Como disse sabiamente Madame Tetry, o uso de utensílios que não sejam órgãos do corpo, considerados como "utensílios naturais", não é característica exclusiva nem do homem, nem mesmo dos primatas. Comprovam esse fato a vespa amófila e a formiga cortadeira, entre os insetos; o tentilhão das ilhas Galápagos, a gaivota, o abutre, o urubu, o tordo cantor, entre as aves; a lontra-do--mar, o castor e muitos outros animais. Na ordem dos primatas, o chimpanzé é o vizinho mais próximo do homem. No seu cotidiano, ele utiliza instrumentos ou armas para se defender de predadores tais como a serpente. Um reflexo de medo e de defesa leva-o a recolher e brandir bastões[1]. Esse comportamento, observado em jardins zoológicos, foi também notado nas reservas da Tanzânia, entre 1964 e 1968. Vivendo em grupos de mais de trinta indivíduos, os chimpanzés sabem escolher os menores gravetos para desenterrar cupins, sabem utilizar bastões para romper ninhos ou alcançar mel, servir-se de folhas para recolher a água das cavidades dos troncos, encabar varas para apanhar bananas. Quanto às pedras, utilizam-nas para rachar os frutos e, assim como fazem com os bastões, para

1 *Current Anthopology*, jun. 1967.

afugentar os predadores rivais, atirando-as por cima e por baixo do braço. E, ainda, comunicam-se entre si através de sinais sonoros. Observações semelhantes foram feitas em relação aos gorilas de Ruanda[2].

Desse modo, para que um utensílio possa ser considerado critério de hominização, não basta o conceito do emprego de um objeto externo aos "utensílios naturais" do ser vivo. Devemos considerar necessariamente o aspecto da transformação deliberada, da "preparação" desse instrumento. Essa concepção do utensílio vai-nos permitir dar uma resposta afirmativa à terceira pergunta, mas não à segunda.

O utensílio nos permite delimitar o início da hominização?

Na verdade, o utensílio não nos permite delimitar o início da hominização. Em primeiro lugar porque o que chegou até nós foram apenas ossadas fósseis e pedras. Sem querer fazer uma comparação etnográfica absurda, devemos lembrar que um grupo humano pode perfeitamente obter todos os seus utensílios exclusivamente do reino vegetal. Como exemplo, são sempre citados os Menkopis das ilhas Andaman. E, ao mesmo tempo, é tão indemonstrável quanto plausível o fato de que a árvore tenha oferecido aos primeiros hominídeos seus primeiros instrumentos na savana arborizada dos planaltos africanos. E, quanto às ossadas fósseis e aos dentes, R. Dart atribuiu aos australopitecíneos do Transvaal uma indústria baseada em ossos, dentes e chifres, que ele denominou osteodontoquerática e que ficou por muito tempo *sub judice*; adiante voltaremos ao assunto. R. van Riet Lowe distinguiu *split* e *trimmed pebbles* na *Pebble Culture*. Os primeiros, seixos simplesmente partidos, foram, de modo geral, postos em dúvida. Está claro que, se a pedra que a mão humana apanhou e atirou não guardou nenhum traço visível dessa utilização, mesmo o seixo lascado pode ser um produto da natureza: as quedas d'água dos rios e as ressacas do mar fragmentam as pedras de modo que nada as diferencia das que foram deliberadamente lascadas pelo homem. A indústria do Kafuense não sobreviveu a esse teste.

O texto de Teilhard de Chardin, do qual citei um trecho no início desta exposição, apresenta grandes erros e uma grave lacuna:

> "O homem fez sua entrada sem alarde. [...] Na verdade, caminhou tão silenciosamente que, quando começamos a percebê-lo, denunciado pelos instrumentos de pedra

2 Nat. Geogr. Soc., Washington, out. 1971.

FIGURAS 17.20 E 17.21 Detalhe do solo olduvaiense, observam-se vários objetos, entre os quais, poliedros e um grande osso de hipopótamo (Fotos de J. Chavaillon. Col. Museu do Homem).

indeléveis que multiplicam sua presença, ele já cobre, do Cabo da Boa Esperança a Pequim, todo o Velho Mundo. Certamente já fala e vive em grupos. Já utiliza o fogo. E, afinal de contas, não é exatamente isso que deveríamos esperar? Cada vez que uma nova forma emerge diante de nós das profundezas da história, não sabemos que ela surge completamente formada e constituindo já uma legião?".

No entanto, a espécie *Homo loquens* parece ter surgido somente na época dos pitecantropíneos; antes destes, pelo menos na África, não temos nenhuma indicação válida da existência do fogo, erroneamente atribuído ao *Australopithecus prometheus.* Por outro lado, os "instrumentos de pedra indeléveis" do Olduvaiense não denunciam, certamente, um começo. A variedade de suas formas, sua quantidade e o lasqueamento sistemático revelam antes um desenvolvimento que um início. Foram os pré-historiadores da África que reivindicaram esse milhão de anos anterior ao Bed I de Olduvai que as recentes descobertas no Omo e em Koobi Fora lhes tornaram possível constatar. E isso ainda não nos satisfaz!

O utensílio humano pode ser identificado?

Concluindo do que acima expusemos, devemos nos limitar a resolver o terceiro problema, que consiste em provar a ação intencional do homem sobre os "utensílios" mais rudimentares, menos elaborados. Só a África fornece material suficiente para essa pesquisa, que se concentrará em duas áreas: *o osso* e *a pedra.*

a) A indústria *osteodontoquerática.* A hipótese formulada em 1949 por R. Dart foi reexaminada por Donald L. Wolberg em *Current Anthropology* (fevereiro de 1970). Já o Abade Breuil, estudando os ossos encontrados com os sinantropíneos de Chu-Ku-Tien, tinha formulado a hipótese de que uma "Idade do Osso" poderia ter precedido a "Idade da Pedra". Teria havido um período "Pré-Lítico" anterior ao Paleolítico. Antes das descobertas feitas em 1955 (África do Sul), em 1959-1960 (Olduvai, Tanzânia), em 1969 (Omo, Etiópia) e em 1971 (lago Rodolfo, Quênia), não se conhecia nenhuma indústria lítica associada às jazidas de australopitecíneos. Por outro lado, R. Dart tornou-se defensor de uma indústria óssea, baseada em ossadas, dentes e chifres, que ele consagrou como *Osteodontokeratic Culture.* Infelizmente, não dispomos de uma boa cronologia, relativa ou absoluta, dos australopitecíneos da África meridional, menos favorecida nesse ponto que a Etiópia, o Quênia e a Tanzânia. R. Dart sustentou a existência de uma indústria osteodontoquerática de 1949 a 1960, baseando-se no exame

das fraturas cranianas de babuínos e de australopitecíneos, na evidência de seleção de ossadas em Makapansgat (336 úmeros e 56 fêmures, por exemplo), e nas vértebras cervicais (atlas e áxis), que representavam 56% das vértebras recolhidas com os crânios de bovídeos. Na sua opinião, as ossadas animais das brechas onde foram encontrados australopitecíneos são montes de refugo, restos da cozinha de um caçador-predador que tinha então as mãos livres para utilizar armas e instrumentos, pois já se locomovia sobre os membros posteriores. Examinando cinquenta crânios de babuínos e seis de australopitecíneos, Dart constatou, em 80% dos casos, a existência de traumatismos causados por golpes de arma, que, em geral, foram desfechados frontalmente. Esses traumatismos às vezes são duplos, o que indica uma arma com duas cabeças. Em Makapansgat, muitos úmeros de ungulados mostram traços de desgaste *anteriores* à fossilização, enquanto outros ossos longos estão intactos, o que levou Dart a concluir que "o utensílio característico do australopiteco é uma maça de osso, de preferência um úmero de ungulado". O caçador utilizou também mandíbulas; fraturas por torção (fratura espiralada) nos úmeros e nos ossos da canela implicam também a intervenção da mão, como Breuil e Teilhard de Chardin já haviam sugerido com relação a Chu-Ku-Tien nos *loci* de sinantropíneos. Um chifre direito fossilizado de *Gazella gracilior* enterrado num fêmur de antílope, onde a calcita o fixou, quer se trate de utensílio encabado, quer tenha sido utilizado para partir o fêmur, indica uma ação humana, da mesma forma que o crânio da hiena com um calcâneo de antílope enterrado entre a calota e a arcada zigomática.

Teria existido, portanto, um estágio osteodontoquerático, pré-lítico, depois paleolítico, seguido da *Pebble Culture* e das indústrias de bifaces, o qual marcaria o início de uma *"cultural implemental activity"*.

Tal hipótese deveria, evidentemente, levantar ardentes discussões em torno do tema "caçador ou caça" (*the hunters or the hunted*). Para alguns, todos os ossos, inclusive os dos australopitecíneos, não passam de restos de banquetes de carnívoros. Outros os consideram como restos acumulados em covis de hienas, o que não corresponde aos hábitos desse animal. Outros ainda os atribuem a porcos-espinhos. Entretanto, dos 7159 fragmentos ósseos descobertos em Makapansgat antes de 1955, apenas 200 estavam roídos. Além disso, as hienas vivem entre ossadas de outras hienas. Uma jazida datada do Riss-Würm mostrou que, para um total de 130 animais, havia 110 hienas, enquanto, em Makapansgat, encontramos apenas 17 para 433 indivíduos. Na brecha de australopitecine foram encontrados 47 dentes

isolados de hienas para um total de 729; na jazida do Riss-Würm, 1000, para um total de 1100.

Pouco a pouco, todavia, afirmou-se uma tendência favorável à indústria osteodontoquerática, sem um juízo prévio do tipo de australopitecíneo que seria considerado o caçador. A coexistência de uma indústria lítica (Sterkfontein, 1955) veio corroborar essa teoria, mas foi a indústria óssea de Olduvai, admiravelmente descrita por Mary Leakey[3], que trouxe a prova definitiva e indiscutível, abrindo caminho para a indústria semelhante atribuída aos pitecantropíneos da África, Ásia (Chu-Ku-Tien) e Europa (Torralba e Ambrona, por exemplo). Encontramos, em toda a pré-história e desde o seu início, um tipo de indústria óssea paralela à indústria lítica. Embora sendo de análise mais difícil, sabemos que ela existe, e em nenhum outro lugar é, mais antiga que na África; contudo, não está provada a existência de um estágio "pré-lítico".

b) A indústria *lítica*. Desde que a hipótese dos "eólitos" foi abandonada, os seixos lascados da assim chamada *Pebble Culture* representam a mais antiga indústria lítica conhecida. Em 1919, E. J. Wayland, então diretor do Serviço Geológico de Uganda, notou a existência, nessa região da África oriental, de seixos lascados semelhantes aos descobertos no Ceilão antes de 1914. Em 1920, ele criou os termos *Pebble Culture* e Kafuense (do rio Kafu) e, em 1934, distinguiu quatro estágios evolutivos nessa indústria. Foi Wayland também quem sugeriu a Louis Leakey, em 1936, a criação do termo "Olduvaiense" para designar a evoluída *Pebble Culture* da garganta de Olduvai (Tanzânia). Em 1952, van Riet Lowe tentou fazer uma primeira classificação técnica e morfológica da *Pebble Culture*. Mas foi da Ásia que veio a definição das forças consideradas essenciais, apresentada por H. Movius: o *chopper*, o *chopping-tool*, o *hand-axe* (1944). Aos poucos, os pré-historiadores de toda a África (mas nem sempre os da Europa) foram-se convencendo: C. Arambourg (Argélia), P. Biberson (Marrocos), H. Hugot, H. Alimen, J. Chavaillon (Saara), Mortelmans (Katanga), etc. Classificações morfológicas baseadas nas técnicas de lascamento foram propostas por L. Ramendo e P. Biberson. Dois fatos foram imediatamente constatados: em primeiro lugar, a *Pebble Culture* já era bastante complexa, com formas muito variadas, rígidas e sistemáticas para representar o início das indústrias líticas; em segundo lugar, a *Pebble Culture* continha em potencial todas as possibilidades evolutivas que levariam às indústrias clássicas do Paleolítico

3 *Olduvai Gorge*, t. III.

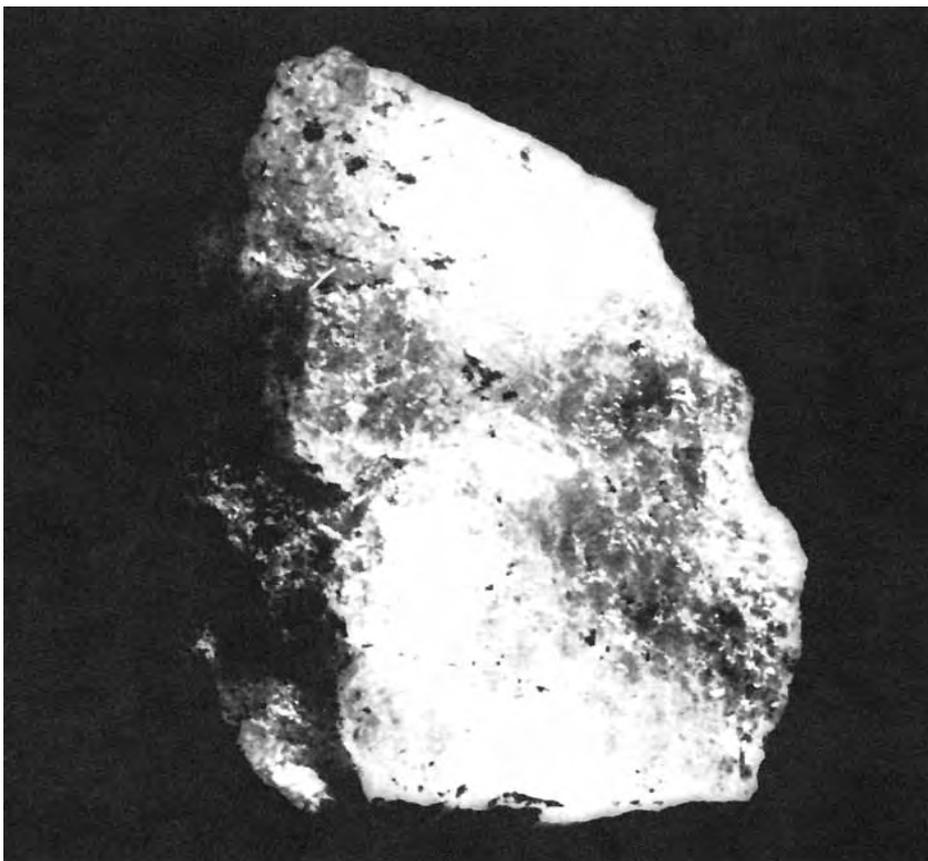



FIGURA 17.22 Uma das mais antigas pedras lascadas do mundo (escavações J. Chavaillon).

FIGURA 17.23 Uma das primeiras pedras lascadas do mundo (escavações J. Chavaillon).

Inferior africano, os bifaces e as achas de mão. Vamos nos deter apenas no primeiro ponto.

Em razão da complexidade e da difusão da *Pebble Culture,* os pré--historiadores dá África desejavam uma cronologia mais longa que aquela, já de difícil aceitação, que conferia 1 milhão de anos ao Quaternário, sendo a datação da indústria olduvaiense pelo método do potássio-argônio (de 1.850.000 a 1.100.000 anos para a Bed I) reforçada pela do *chopping-tool* do Omo (entre 2.100.000 e 2.500.000 anos) e em seguida pela datação da jazida do lago Turkana (2.600.000 anos). Mas esta última indústria, embora contenha muitos seixos trabalhados, não pertence em sua totalidade à *Pebble Culture.* É uma indústria de lascas. Em 1972, recolheram-se lascas, talvez menos conclusivas, no Omo. Podemos indagar, portanto, se a transformação dos seixos em *pebble-tools* não foi precedida pelo uso de lascas destacadas de um bloco qualquer de matéria-prima. Mas nesse ponto chegamos aos limites da possibilidade de atribuição a uma causa não-natural: se os sinais de lascamento não são claros (talão-bulbo), se devemos dar ênfase aos "retoques para utilização", voltamos ao velho problema dos eólitos.

Então, a única explicação possível é a intervenção de um hominídeo. Mas até onde devemos ousar? A hipótese mais audaciosa foi levantada por L. Leakey, que atribuiu ao *Kenyapithecus* "*bone-bashing activities*", ou seja, sugeriu que ele teria utilizado um pedaço de lava (*lump of lava*), lascado por percussão (*battered*) e marcado (*bruised*) pelo uso, e um osso longo com uma depressão causada por fratura (*depressed fracture*)[4].

Neste ponto, os problemas das indústrias do osso e da pedra em sua origem são os mesmos. Nenhuma prova tecnológica ou morfológica pode ser obtida. Não há nenhum sinal "clássico" de ação humana. De fato, o único argumento positivo é a existência inexplicável de lascas junto aos restos do *Kenyapithecus.* Mas a eliminação do trabalho da natureza (*lusus naturae*) não afasta a possibilidade do uso por um antropoide pré-homínida. O que anteriormente dissemos a respeito do comportamento dos chimpanzés demonstra a pertinência dessa hipótese.

Na opinião dos pré-historiadores da África, ainda que os instrumentos de osso e de pedra atestem que há mais de 2.500.000 anos estava em marcha um processo cerebral de hominização, não foi nessa época que ele se iniciou.

4 LEAKEY, L. S. B. "Bone smashing by Late Miocene Hominid", *Nature*, 1968.

Glossário

A

Abbevilliense. Fácies industrial definida por H. Breuil em Abbeville, vale do rio Somme, França. Caracteriza-se por bifaces desbastados, em grandes lascamentos, com um percutor duro (pedra). Definido na Europa, onde corresponde ao início do Paleolítico Inferior.

Acha de mão (*coup-de-poing*). Instrumento de pedra em forma de amêndoa, lascado nas duas faces, que devia servir para escavar e esfolar. Antiga denominação do biface.

Acheulense. De Saint-Acheul, no vale do Somme. É a principal fácies cultural do Paleolítico Inferior. Durou da glaciação de Mindel ao fim do período interglaciário. Riss-Würm. O instrumento típico é um biface mais regular que o do Abbevilliense, lascado com um percutor mole (madeira ou osso).

Amazonita. Variedade verde de microlina.

Amiríense. Ciclo continental marroquino contemporâneo do Mindel europeu.

Anfaciense. De Anfa, Marrocos. Terceira transgressão marinha quaternária no Marrocos.

Ateriense. De Bir el-Ater, Argélia oriental. Indústria paleolítica da África do Norte, entre o Musteriense e o Capsiense. Compreende pontas e raspadores pedunculados e algumas pontas foliáceas. O Ateriense desenvolveu-se

durante parte do Wum e provavelmente é, em parte, contemporâneo do Paleolítico Superior da Europa.

Atlantropo. Fóssil do grupo dos *Arcanthropus,* definido por C. Arambourg na jazida de Ternifine, Argélia. Os restos são datados do fim do Pleistoceno Inferior.

Augita. Silicato natural de cálcio, magnésio e ferro. Esse mineral entra na composição do basalto.

Aurignacense. De Aurignac, alto Garona, França. Indústria pré-histórica do início do Paleolítico Superior. Esse nome, criado por H. Breuil e E. Cartailhac em 1906, designa as indústrias situadas cronologicamente entre o Musteriense e o Perigordiense. Caracteriza-se por pontas de zagaia feitas de chifre de rena, raspadores grossos, lâminas longas com contínuos retoques planos e em forma de escamas, alguns buris. Surgem as primeiras obras de arte – figuras esquemáticas de animais, e sinais sumariamente gravados em blocos de calcário. Inicia-se há aproximadamente 30 mil anos.

Australopiteco (lat. *australis:* meridional; gr. *pithekos:* macaco). Nome de gênero, criado por Dart, em 1924, para designar vários fósseis da África do Sul que apresentavam características simiescas mas anunciavam aspectos humanos. Em seguida, foram feitas descobertas semelhantes na África oriental e meridional.

B

Basalto. Rocha vulcânica.

Biface. Instrumento de pedra lascada nas duas faces, em forma de amêndoa. Inicialmente denominado machado, em seguida, *coup-de-poing,* parece ter sido utilizado para cortar e, às vezes para raspar. É característico do Paleolítico Inferior.

C

Calabriano. De Calábria. É o mais antigo estágio do Quaternário marinho, identificado por M. Gignoux em 1910.

Calcedônia. Variedade fibrosa de sílica, formada de quartzo e opala.

Calcita. Carbonato de cálcio natural cristalizado, encontrado na greda, no mármore branco, no alabastro calcário, etc.

Capsiense. De Capsa, nome latino de Gafsa, Tunísia meridional. Indústria do fim do Paleolítico africano, identificada por J. de Morgan. O Capsiense associa a instrumentos típicos do Paleolítico Superior numerosos micrólitos e pequenos furadores grossos que provavelmente serviam para perfurar fragmentos de cascas de ovos de avestruz para a confec-

ção de colares. Data de 11 mil anos aproximadamente.

Catarrino. Macaco do Velho Mundo, com 32 dentes e septo nasal estreito.

Cenozoico. Sinônimo para Terciário e Quaternário; começou com o Paleoceno há 65 milhões de anos, compreendendo também o Eoceno (-55 milhões de anos), o Oligoceno (-45 milhões de anos) , o Mioceno (-25 milhões de anos) , o Plioceno (-11 milhões de anos), o Pleistoceno e o período recente.

Cercopiteco (gr. *kerkos:* cauda, e *pithekos:* macaco). Macaco africano de cauda longa.

Chadantropo (homem do Chade). Hominídeo fóssil situado, do ponto de vista anatômico, entre o *Australopithecus* e o *Pithecanthropus.*

Chellense. De Chelles, França. Fácies do Paleolítico Inferior descrita por G. de Mortillet. Antiga denominação do Abbevilliense.

Clactoniense. De Clacton-on-Sea, Grã-Bretanha. Indústria pré-histórica do Paleolítico Inferior, descrita por H. Breuil em 1932. Caracteriza-se por lascas de sílex com plano de percussão liso e largo. O Clactoniense parece ser contemporâneo do Acheulense.

Cornalina. Calcedônia vermelha.

D

Diabásio. Rocha da família do gabro e da diorita, geralmente verde.

Diorita. Rocha de textura granular.

Discoide. Instrumento de pedra em forma de disco, do final do Acheulense, talhado nas duas faces.

Dolerito. Rocha da família do gabro cujos minerais são visíveis a olho nu.

E

Eneolítico (lat. *aeneus:* bronze; gr./ *ithos:* pedra). Sinônimo de Calcolítico. Período pré-histórico em que se começa a utilizar o cobre.

Eoceno. Segunda época do Terciário, entre -55 milhões e -45 milhões de anos.

Epídoto. Silicato hidratado natural de alumínio, cálcio e ferro.

F

Fauresmith. Localidade do Estado de Orange, África do Sul. Indústria lítica que compreende raspadores e pontas com retoques unifaciais, bifaces e pequenas machadinhas. Corresponde ao Paleolítico Médio da Europa.

G

Galena. Sulfeto natural de chumbo.

Gabliano. Quarto pluvial africano, identificado em torno dos lagos Nakuru, Naivacha e Elmenteita, no Quênia. Contemporâneo da época glaciária de Würm. Esse termo não é mais utilizado.

Günz. Do nome de um rio da Alemanha. A mais antiga glaciação quaternária alpina.

H

Hand-axe. O mesmo que acha de mão, machadinha.

Haruniano. Quarta transgressão marinha do Quaternário do Marrocos atlântico.

Hematita. Óxido de ferro natural. Holoceno. O mais recente período do Quaternário. Começou há 10 mil anos.

Hominidae. Família zoológica de primatas superiores representada pelos homens fósseis e modernos.

Homo. Nome de gênero dado na classificação zoológica ao homem fóssil e ao contemporâneo.

Homo habilis. Nome criado por Leakey, Tobias e Napier para designar fósseis com um grau de evolução anatômica intermediário entre o dos australopitecíneos e o dos pitecantropíneos.

Homo sapiens (homem racional). Denominação de C. Lineu (1735) atualmente dada às formas modernas ou neo-antrópicas, para designar o homem que alcançou, graças à sua inteligência, um estado de adaptação ao meio que lhe permite pensar e refletir livremente.

Ibero-maurusiense. Fácies cultural do Paleolítico Final e do Epipaleolítico do Maghreb, cuja evolução foi marcada pela multiplicação dos instrumentos microlíticos e que durou do décimo ao quinto milênio.

J

Jadeíta. Silicato de alumínio natural de sódio, com pouco cálcio, magnésio e ferro.

Jaspe. Calcedônia impura, com listras ou manchas, geralmente vermelhas.

K

Kafuense. Do rio Kafu, em Uganda. Fácies industrial do começo do Paleolítico Inferior da África oriental, caracterizada por seixos planos, sumariamente lascados, sem retoques. Sua origem humana é contestada.

Kagueriano. Do rio Kaguera, Tanzânia. Primeiro pluvial africano, identificado por E. J. Wayland em 1934, contemporâneo da glaciação de Günz nos Alpes. Esse termo não é mais empregado.

Kamasiano. De Kamasa, Quênia. Segundo pluvial africano, correntemente chamado Kamasiano I, con-

temporâneo de Mindel. Não é mais utilizado.

Kanjeriano. De Kanjera, Quênia. Terceiro pluvial africano, identificado por L. S. B. Leakey. Comumente chamado Kamasiano II, corresponde nos Alpes-à época glaciária de Riss. Termo não mais utilizado.

L

Lápis-lazúli. Pedra azul-celeste empregada em mosaicos, cujo pó é usado para obter o pigmento ultramarino.

Laterita (lat. *later:* tijolo). Solo vermelho-vivo ou marrom-avermelhado, muito rico em óxido de ferro e alumínio, formado pela lixiviação em climas quentes.

Levallois (técnica). De Levallois-Perret, Alto Sena, França. Técnica de debitar a pedra que permite obter, com a preparação do núcleo, grandes lascas de forma predeterminada.

Levalloisiense. Fácies industrial definida por H. Breuil em 1931, caracterizada por lascas geralmente pouco ou nada retocadas, extraídas de núcleos de tipo Levallois. Não é mais reconhecida como fácies genuína.

Lidianita. Xisto endurecido.

Lupembiense. De Lupemba, Kasai, Zaire. Fácies industrial do fim do Paleolítico caracterizada pela associação de instrumentos maciços (picões e cinzéis) e pontas lanceoladas finamente retocadas nas duas faces, datando de aproximadamente 7 mil anos antes da Era Cristã.

M

Maarifiano. Do Maarif, Marrocos. Segunda transgressão marinha quaternária do Marrocos atlântico.

Machadinha. Instrumento maciço feito com uma lasca e que apresenta gume afiado resultante do atrito entre duas superfícies. Característico do Acheulense africano, é encontrado também no Paleolítico Inferior e Médio de algumas jazidas do sul da França e da Espanha.

Magosiense. De Magosi, Uganda. Indústria lítica descoberta por Wayland em 1926, situada entre o Gambliano e o Makaliano. Associa objetos de aspecto musteriense, núcleos, discoides e pontas, peças lanceoladas com retoques bifaciais e micrólitos geométricos.

Makaliano. Do rio Makalia, Quênia. Fase úmida do Quaternário africano, contemporâneo do primeiro pós-glaciário da Europa. Não é mais utilizado.

Malaquita. Carbonato básico natural de cobre, de cor verde.

Mazzeriano. Primeiro pluvial do Saara, equivalente ao Kagueriano.

Mesolítico (gr. *mesos:* no meio de, e / *ithos:* pedra). Palavra empregada por muito tempo para designar o conjunto de fácies culturais situadas entre o Paleolítico e o Neolítico. Atualmente estão relacionadas a uma fase Epipaleolítica.

Micoque. Sítio pré-histórico situado ao norte de Les Eyzies, a 25 km a nordeste de Sarlat. Nele foi encontrada a indústria micoquiense (forma muito evoluída do Acheulense, contemporânea da glaciação de Würm).

Mindel. Do nome de um rio da Baviera. Segunda glaciação quaternária alpina. Parece situar-se entre - 300.000 e - 400.000 anos.

Mioceno (gr. *meion:* menos, e *kainos:* recente). Ou seja, que contém menos formas recentes que o sistema seguinte. É uma época do Terciário entre - 25000 e - 10 000 000 de anos.

Moulouyano. Do vale do Moulouya, Marrocos. Termo empregado por Biberson. Villafranchiano Médio do Marrocos.

Musteriense. De Moustier, Dordonha, França. Indústria pré-histórica do Paleolítico Médio que se expandiu na segunda metade do último interglaciário. Reconhecida desde 1865 por E. Lartet, caracteriza-se pela abundância de pontas e raspadores obtidos por retoque numa das faces das lascas.

N

Nakuriano. Fase úmida definida no lago Nakuru, Quênia, pelos depósitos da praia abaixo do nível dos 102 m. Nessas camadas foram descobertas indústrias de estilo neolítico que poderiam datar de aproximadamente -3000 anos.

Neandertal. Do nome do vale da bacia do Düssel, Alemanha, onde o primeiro espécime foi descoberto pelo Dr. Fuhlrott em 1856. Representante de um grupo particular do gênero *Homo,* viveu na Europa ocidental durante o Pleistoceno Superior e extinguiu-se bruscamente, sem deixar descendentes.

Neolítico (gr. *neos:* novo, e *lithos:* pedra). Idade da Pedra com produção de alimentos (agricultura e pastoreio). Termo criado em 1865 por J. Lubbock.

O

Obsidiana. Rocha vulcânica vítrea, compacta, semelhante ao vidro escuro.

Olduvaiense. Da garganta de Olduvai, Tanzânia setentrional. Complexo de instrumentos Iíticos antigos (seixos lascados) descoberto por Katwinkel em 1911,

onde Leakey identificou onze níveis, do Olduvaiense I, que corresponde ao Chelense antigo, até o Olduvaiense XI, que corresponde ao Acheulense VI, com instrumentos levalloisienses.

Oligoceno. Terceira época do Terciário, entre -45.000.000 e -25.000.000 de anos.

Osteodontoquerática. Indústria pré-histórica feita com ossos (gr. *osteon*), dentes (gr. *odous, odontos*) e chifres (gr. *keras, keratos*), encontrada em Makapansgat, na África do Sul, por R. A. Dart.

Ougartiano I. Segundo pluvial do Saara, equivalente ao Kamasiano.

Ougartiano II. Terceiro pluvial do Saara, equivalente ao Kanjeriano.

P

Paleolítico (gr. *paleos:* antigo e *lithos:* pedra). Designa a Idade da Pedra sem produção de alimentos. Termo criado por J. Lubbock em 1865.

Paleozoico. Sinônimo de Primário. Parantropo. Australopiteco robusto descoberto, em 1948, no Pliopleistoceno de Kromdraai (Transvaal) – *Zinianthropus* – *Paraustraiopithecus.* Esse tipo arcaico apresenta numerosas características simieséas, mas possui, principalmente na sua estrutura dentária, traços que o situam mais perto do homem que dos antropoides.

Pebble Culture. Indústria de seixos trabalhados, a mais antiga indústria lítica conhecida, composta essencialmente de seixos com gume feito através de um ou mais lascamentos.

Pitecantropo (macaco-homem). Fóssil que apresenta ao mesmo tempo características bastante próximas do homem moderno para pertencer ao gênero *Homo* e outras bastante diferentes para caracterizar uma outra espécie. O primeiro foi descoberto por E. Dubois em Java, em 1889. Pertence à espécie *Homo erectus.*

Platirrino. Macaco do Novo Mundo, com 36 dentes e septo nasal largo.

Pleístoceno (gr. *pleistos:* muito, e *kainos:* recente). Subdivisão geológica do Quaternário, compreendendo o início e a maior parte desse período. Termo criado por C. Lyell em 1839, corresponde ao momento das grandes glaciações quaternárias e precede o Holoceno, que teve início 10 mil anos antes da Era Cristã.

Plesiantropo. *Australopithecus gracilis* do início do Pleistoceno, descoberto no Transvaal em 1936.

Plioceno. Época final do período Terciário. Começou há -5.500.000 anos e terminou há - 1.800.000 anos.

Pongídeo. Família de macacos antropoides à qual pertencem o orangotango, o gorila, o gibão e o chimpanzé.

Pré-cambriano. A mais antiga formação geológica. Durou da formação do globo terrestre (estimada em 4 bilhões de anos) até o período Primário (-500 milhões de anos).

Pré-soltaniano. Período continental marroquino correspondente ao fim da glaciação de Riss e que vem antes do Soltaniano (de Dar es-Soltan).

Q

Quartzita. Rocha dura, formada principalmente de quartzo.

R

Ramapiteco. *Ramapithecus wickeri:* primata onívoro do Mioceno, possivelmente ancestral dos hominídeos, datando de 12 a 14 milhões de, anos. Foi descoberto nas montanhas Siwalik (Norte da índia). Outros espécimes foram encontrados na China, na Turquia, em Fort Ternan (na África) e na Europa (França, Alemanha, Grécia, Áustria, Espanha e Hungria).

Riss. Do nome de um rio da Baviera. Penúltima glaciação quaternária alpina, que ocorreu entre -200.000 e -120.000 anos.

S

Sangoense. Sítio epônimo em Sango Bay, no lago Vitória, em Uganda. Complexo lítico descoberto por Wayland em 1920, caracteriza-se por um instrumental que associa a objetos feitos com lascas obtidas pela técnica de Levallois, picões maciços, bifaces e peças lanceoladas. Desenvolveu-se entre o Kamasiano e o Gambliano.

Sauriano. De Saura, uede do Saara argelino. Quarto pluvial do Saara, equivalente ao Gambliano.

Serpentina. Silicato hidratado de magnésio.

Sinantropo (lat. *sinensis;* chinês; gr. *anthropos:* homem.). Fóssil que apresenta ao mesmo tempo características bastante semelhantes às do homem moderno para pertencer ao gênero *Homo* e outras bastante diferentes para caracterizar uma outra espécie. O sítio de Chu-Ku-Tien (a sudoeste de Pequim) foi explorado de 1921 a 1939 pelo Dr. Pei e por M. Black, Pe. Teilhard de Chardin e F. Weidenreich. Pertence à espécie *Homo erectus.*

Solutrense. De Solutré, Saône-et--Loire, França. Indústria pré-histórica do Paleolítico Superior que se caracteriza por lâminas de sílex muito finas. Os instrumentos típicos devem seu aspecto a um trabalho de retoques

rasantes, paralelos, invadindo os dois lados da peça.

Stillbayense. De Still Bay, Província do Cabo, África do Sul. Indústria lítica rica em peças lanceoladas com retoques bifaciais, lembrando as folhas de louro do Solutrense francês. Contemporâneo do Gambliano.

T

Tectita. Vidro natural rico em sílica e em alumínio, de origem provavelmente cósmica.

Telantropo. Termo genérico dado por Broom e Robinson a dois fragmentos de mandíbula encontrados em 1949 no sítio de Swartkrans, África do Sul, e cuja morfologia lembra a de certos arcantropianos.

Tensiftiano. Do uede Tensift, no Marrocos ocidental. CicIo continental marroquino que corresponde à primeira parte do Riss.

Tschitoliense. Termo criado para designar um complexo lítico descoberto em Tschitolo, Kasai, Quênia. Fácies industrial epipaleoIítica que se caracteriza pela presença constante de instrumentos maciços mas de dimensões menores que no Lupembiense, e pela profusão de pontas de flecha retocadas nas duas faces.

Tufo. Rocha vulcânica porosa, leve e mole.

V

Villafranchiano. De Villafranca d'Asti, Piemonte, Itália. Formação sedimentária que corresponde à transição entre os períodos Terciário e Quaternário.

W

Wiltoniense. Do sítio de Wilton, oeste da Província do Cabo, África do Sul. Indústria Iítica que data de aproximadamente 15 mil anos. Compreende pequenos raspadores inguiformes; micrólitos em segmento de círculo e trapezoidais, furadores e peças com bordos denticulados. Fácies tardia, que se prolongou até a introdução do ferro.

Würm. Do nome de um lago e de um rio da Baviera. A mais recente das glaciações alpinas. Começou há 75 mil anos e terminou por volta de 10 mil anos antes da Era Cristã.

X

Xisto. Rocha sedimentária sílico--alumínica de aspecto folheado e que se parte facilmente em lamelas.

CAPÍTULO 18

Os homens fósseis africanos

R. Leakey

África, o berço da humanidade

Charles Darwin foi o primeiro cientista a publicar uma teoria importante sobre a origem e a evolução do homem. Foi também o primeiro a apontar a África como o lugar de origem do homem. Pesquisas realizadas nos últimos cem anos vieram em abono da teoria de Darwin, confirmando inúmeros aspectos do seu trabalho pioneiro. Atualmente não mais é possível considerar a evolução como uma simples hipótese teórica.

As provas do desenvolvimento do homem na África estão ainda incompletas, mas nesta última década houve um aumento substancial do número de espécimes fósseis estudados e interpretados. Há boas razões para se acreditar que a África seja o continente onde os hominídeos surgiram pela primeira vez e onde, mais tarde, desenvolveram a postura ereta e o bipedismo, elementos decisivos à sua adaptação. Quando e por qual processo o homem foi capaz de realizar essa adaptação é questão de extremo interesse. O período evolutivo é longo, sendo possível que muitas de suas fases não estejam representadas por espécimes fósseis, uma vez que a conservação desses fósseis só se dá em condições muito especiais.

A fossilização requer condições geológicas em que a sedimentação seja rápida e a composição química dos solos e das águas de percolação permita que elementos minerais substituam elementos orgânicos. Os fósseis que desse

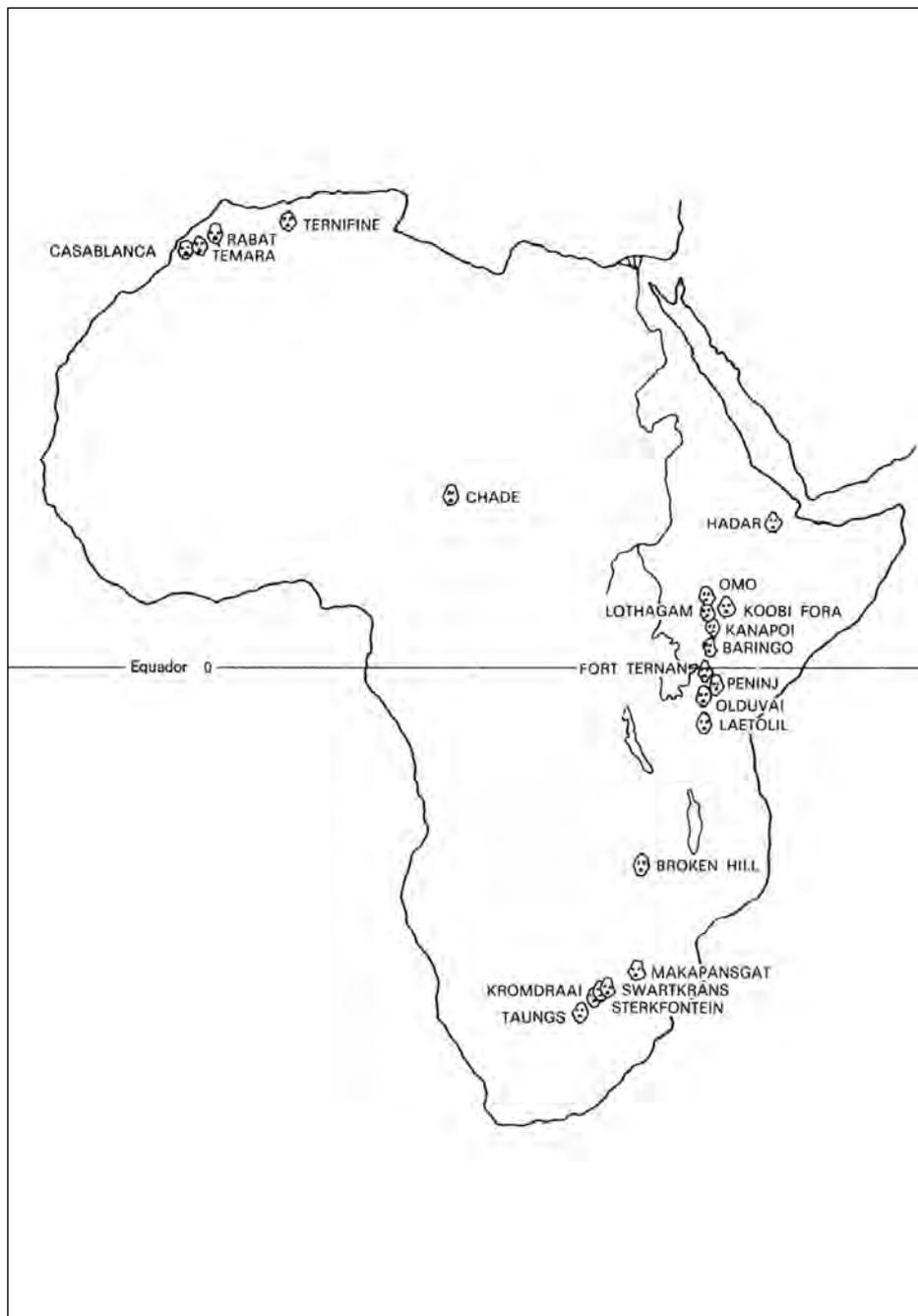



FIGURA 18.1 África: alguns dos sítios mais importantes de hominídeos.

modo se formam ficam enterrados a grande profundidade sob os sedimentos acumulados, e talvez só venham a ser descobertos pelo homem moderno caso intervenham fenômenos naturais, como a erosão ou os movimentos tectônicos. Tais sítios são pouco numerosos e se encontram bastante dispersos. Ainda que se descubram, a cada ano, novas jazidas, grande parte da África jamais revelará evidências fósseis do aparecimento do homem.

Seria interessante comentar as razões pelas quais certas partes, da África são tão ricas em testemunhos pré-históricos. A primeira é a diversidade de habitats. O continente é vasto, estendendo-se acima e abaixo do Equador até as zonas temperadas do norte e do sul. Esse fato, por si só, implica a variedade de climas; no entanto, as terras altas da região equatorial introduzem uma dimensão suplementar. Essa massa de terra se eleva, a partir da franja litorânea, em uma série de planaltos, até as cadeias de montanhas e picos, alguns dos quais cobertos de neves eternas, apesar do clima bastante seco e quente. As elevações variadas propiciam uma diversidade de ambientes, pois a temperatura diminui à medida que aumenta a altitude. Ora, esses fatores sempre existiram na África, e, embora alterações climáticas tenham certamente ocorrido, parece que o continente africano sempre ofereceu um habitat adequado ao homem. Quando uma determinada área se tornava muito quente ou fria, era possível migrar para ambientes mais apropriados.

Formulou-se a hipótese de uma correlação entre os períodos glaciários do hemisfério Norte e os períodos úmidos da África, pois se constatam grandes variações nos níveis dos lagos, que cor respondem a variações pluviométricas. Essa questão vem sendo objeto de minuciosos estudos nos últimos anos. Embora um avanço glaciário deva ter exercido um efeito global sobre a meteorologia, a correlação automática entre ambos não se evidencia claramente[1]. Não obstante, o acúmulo de sedimentos nas bacias dos lagos africanos durante o Pleistoceno concorre para reforçar a teoria de que as chuvas foram mais abundantes nesse período.

Essa sedimentação foi de grande amplitude. Muitos lagos do Pleistoceno africano eram pequenos e pouco profundos, provavelmente de caráter sazonal, com variações anuais de nível – reflexo do clima tropical, com chuvas abundantes durante apenas alguns meses do ano. Esses lagos eram perfeitas bacias de captação para os sedimentos que se depositavam anualmente nas suas margens planas e em torno das embocaduras dos rios que neles desaguavam

1 Ver capítulo 16.

e que inundavam suas ribanceiras durante o período de cheias. Restos de animais mortos perto das margens dos lagos iam sendo, assim, constantemente recobertos pela areia ou pela vasa depositada durante as enchentes. Esse processo durou milhões de anos, sendo detectados vestígios animais em diferentes níveis das sequências sedimentares, cuja espessura total chega a ultrapassar 500 m.

Com a colmatagem dos lagos e a mudança do regime das chuvas, algumas bacias secaram enquanto outras foram-se formando. O processo de fossilização é lento, mas o Pleistoceno se estende por mais de 3 milhões de anos, período durante o qual restos de animais foram sendo depositados em sedimentos favoráveis à sua conservação.

A localização desses restos constitui, evidentemente, um problema capital para o paleontólogo mas, também nesse ponto, certos fatores contribuíram para diminuir as dificuldades na África, especialmente na África oriental. Durante o Pleistoceno, em particular na sua última fase, a África oriental passou por um período de movimentos tectônicos associados a uma ruptura da crosta terrestre, hoje chamada *Rift Valley,* Esses movimentos tectônicos originaram falhas e, em muitos lugares, provocaram a elevação de massas de sedimentos. A erosão que se seguiu expôs as camadas onde se tinham formado fósseis. Por essa razão, a procura de restos fósseis concentra-se, em geral, em antigas bacias lacustres onde as formações sedimentares sofreram falhas e aparecem sob a forma de terras áridas com ravinamentos.

Entretanto, há outras possibilidades, como prova a grande quantidade de restos de hominídeos encontrados na África do Sul. Esses fósseis se formaram em cavernas calcárias, onde o acúmulo de ossadas foi recoberto por uma camada estalagmítica ou pelo desmoronamento do teto das cavernas. Os ossos foram levados para essas cavernas por vários agentes, mais provavelmente por animais necrófagos ou predadores, como leopardos e hienas. Existem certos indícios de que as cavernas tenham sido ocupadas por hominídeos, os quais também seriam, portanto, responsáveis por restos ósseos fossilizados. O grande problema desse tipo de sítio reside no fato de praticamente inexistirem critérios de estratigrafia, sendo assim muito difícil determinar a idade relativa dos fósseis descobertos.

Em muitas regiões da África não existiram, no Pleistoceno, condições adequadas à fossilização de restos animais. Consequentemente, não há razão para se supor que o homem primitivo não tivesse vivido nessas regiões, apesar da ausência de vestígios. Novas pesquisas ainda podem revelar novos sítios.

Os instrumentos de pedra são mais comuns que os fósseis ósseos, pois que mais duradouros. A pedra não precisa ser rapidamente coberta por sedimentos

para que esteja garantida sua preservação. Dessa forma, os arqueólogos puderam reunir grande número de dados sobre a tecnologia primitiva na África, fornecendo muitas informações acerca do aparecimento do homem.

O homem, ou mais especificamente o gênero *Homo,* poderia ser considerado como o único animal capaz de fabricar instrumentos de pedra; no entanto, nesse aspecto, como em outros setores da pesquisa relacionada à origem do homem, as opiniões dos especialistas divergem.

O estudo da origem do homem baseia-se em grande parte numa abordagem pluridisciplinar, que não se limita ao estudo de ossadas fósseis e vestígios arqueológicos; a geologia, a paleontologia, a paleoecologia, a geofísica e a geoquímica desempenham papel preponderante, e, para os estágios mais recentes, quando os hominídeos começaram a usar instrumentos, a arqueologia é fundamental. O estudo dos primatas vivos, inclusive o homem, é muitas vezes útil para uma melhor compreensão da pré-história do nosso planeta.

Os fósseis da família do homem, os hominídeos, podem ser considerados como distintos e separados dos grandes macacos atuais, os pongídeos, desde o Mioceno, há mais de 14 milhões de anos. As evidências mais antigas estão incompletas, e existe uma grande lacuna em nosso conhecimento sobre a evolução do homem no período que vai de 14 milhões a pouco mais de 3 milhões de anos. Foi durante esse período que a diferenciação parece ter-se efetuado, pois são conhecidas formas diferenciadas de hominídeos fósseis a partir de -5 milhões de anos.

Os testemunhos fósseis de outros grupos de animais que não o homem são, em geral, mais bem conhecidos e comportam material mais completo. São de grande interesse pois permitem tentar a reconstituição do meio ambiente primitivo dos hominídeos durante os primeiros estágios de sua evolução. Já existem dados sobre vários períodos importantes em que numerosas espécies animais sofreram mudanças muito rápidas, em resposta a pressões do meio ambiente.

Demonstrou-se também que o homem passou por diversos estágios antes de se tornar o bípede com cérebro desenvolvido que é hoje. Em certas épocas, existiram vários tipos de homens, e cada um poderia representar uma adaptação específica. As mudanças ocorridas a partir da forma simiesca do hominídeo do Mioceno devem ser o resultado de algum tipo de especialização ou adaptação, que nos cabe elucidar. Embora os dados disponíveis estejam bastante incompletos, conhecem-se alguns detalhes dessa complexa evolução. Examinaremos os fósseis mais recentes para, a partir deles, chegarmos aos mais antigos.

O homem moderno e o Homo sapiens

A clássica definição de homem encontrada nos dicionários está longe de ser satisfatória: "Ser humano, a raça humana, adulto do sexo masculino, indivíduo (do sexo masculino)". Um dos problemas dessa definição é que o homem moderno constitui talvez a mais diversificada espécie conhecida, tantas são as diferenças – comportamentais e físicas – existentes entre as populações do mundo, diferenças essas que devem ser consideradas. Mas apesar das diferenças aparentes, o homem constitui hoje uma única espécie, e todos os homens partilham a mesma origem e a mesma história na sua evolução primitiva. É provável que só nos últimos milênios a espécie tenha passado a apresentar variantes superficiais. Possa essa noção contribuir a que os homens mais rapidamente se conscientizem da identidade de sua natureza e de seu destino.

O homem atual, que pertence integralmente à espécie *Homo sapiens sapiens*, é capaz de viver em habitats muito diferentes graças ao desenvolvimento tecnológico. A vida em cidades superpovoadas contrasta com a dos nômades pastores de camelos no deserto, e ambas contrastam, por sua vez, com a vida dos caçadores no seio das densas florestas tropicais da África ocidental. O homem é capaz de viver longos períodos no fundo do mar, a bordo de submarinos, e em órbita terrestre, no interior de cápsulas espaciais. A chave explicativa de todos esses casos é a adaptação pela tecnologia. Os requisitos fisiológicos fundamentais são um cérebro complexo e volumoso, mãos livres de qualquer função locomotriz e disponíveis para a manipulação, e o bipedismo permanente. Essas características podem ser identificadas no tempo, assim como os vestígios não-perecíveis da atividade técnica do homem. O grau de desenvolvimento do cérebro, a habilidade da manipulação e o bipedismo podem ser considerados os melhores pontos de referência de que dispomos para traçar o caminho percorrido pela nossa espécie ao longo do tempo.

Várias descobertas importantes atestam a presença do *Homo sapiens* primitivo no continente africano há mais de 100 mil anos. Tudo indica que nossa espécie é tão antiga na África quanto em outras partes do mundo, sendo provável que pesquisas futuras possibilitem datar com precisão o mais remoto vestígio, cuja idade talvez esteja próxima dos 200 mil anos.

Em 1921, um crânio e alguns fragmentos de esqueleto foram encontrados em Broken Hill, Zâmbia; sendo esse país a antiga Rodésia do Norte, o espécime tornou-se conhecido como homem da Rodésia ou *Homo sapiens rhodesiensis*. Data aproximadamente de -35000, ao que se crê, e certamente pertence à nossa espécie. Talvez remonte a uma época mais remota, porém não foi possível datar

sequer o crânio. Apresenta características muito semelhantes às do neandertalense da Europa, tratando-se, com certeza, de um exemplo africano dessa espécie. Traços ainda mais antigos do *Homo sapiens* foram descobertos na África oriental.

Em 1932, o Dr. L. S. B. Leakey encontrou fragmentos de dois crânios no sítio de Kanjera, no oeste do Quênia. Pareciam estar associados a uma fauna fóssil do fim do Pleistoceno Médio tardio, o que implicaria uma idade de cerca de 200 mil anos. Esse sítio ainda não foi datado com precisão, fato lamentável, visto que os fósseis aí encontrados – dois crânios e um fragmento de fêmur – parecem pertencer à espécie *Homo sapiens* e poderiam constituir as evidências mais antigas da espécie, conhecidas até agora na África.

Em 1967, foram descobertos restos de dois indivíduos em um sítio do vale do Omo, no sudoeste da Etiópia. Consistem em um fragmento de crânio, partes de um esqueleto pós-craniano e a calota de um segundo crânio. Os dois fósseis provêm de camadas com idade estimada em pouco mais de 100 mil anos. O vale do Omo é, provavelmente, mais conhecido por seus fósseis antigos, mas há uma grande quantidade de depósitos recentes que podem constituir uma fonte de dados novos sobre os primeiros *Homo sapiens* da África. Além disso, encontrou-se cerâmica primitiva em sítios da mesma área, suscetíveis, portanto, de fornecer informações acerca dos antigos usos da cerâmica.

Assim, embora existam poucos espécimes do *Homo sapiens* primitivo entre os fósseis, parece razoável supor que essa espécie gozava de ampla difusão tanto na África quanto em outras partes do globo.

O pré-Homo sapiens

Existe uma tendência a se relacionar as espécies fósseis com as espécies modernas; essa relação, contudo, deve ser entendida em termos muito genéricos. Propomos aqui considerar a origem do *Homo sapiens* dentro de uma linhagem que pode remontar a vários milhões de anos. Em diferentes épocas, provavelmente existiram nessa linhagem vários tipos distintos do ponto de vista morfológico, devendo a composição genética do homem moderno refletir, em parte, essa herança compósita.

A denominação das espécies fósseis tem causado dificuldades; frequentemente, o desejo de dar um novo nome a cada espécime descoberto provoca confusão. A prática habitual é classificar espécimes semelhantes em uma mesma espécie; as diferenças menores servem de base para uma diferenciação da espécie, enquanto as mais importantes distinguem o gênero. Não é difícil

classificar as espécies animais vivas; um excelente sistema de classificação foi criado pelo grande naturalista Lineu. O problema dos paleontólogos está em considerar a evolução, no tempo, de uma determinada espécie que pode ter sofrido transformações bastante rápidas. A expressão "espécie morfológica" será utilizada, aqui, na descrição de fósseis que apresentam características físicas semelhantes. Cabe ressaltar que grande parte da controvérsia relacionada ao estudo da origem do homem se deve à divergência de opiniões quanto ao uso da terminologia.

Pelo menos dois *gêneros* e várias *espécies* de hominídeos foram identificados entre os fósseis dos últimos 3 milhões de anos. Essas formas são básicas para compreendermos a origem de nossa espécie. Até recentemente, pensava-se que a evolução se processara em ritmo uniforme; hoje, porém, acredita-se que populações locais de uma determinada espécie podem ter reagido diferentemente às pressões da seleção. Formas "primitivas" podem ser contemporâneas de formas avançadas ou "progressivas". A identificação de caracteres "primitivos" numa espécie registrada em um longo período de tempo é menos difícil que numa amostra limitada, pois permite identificar tendências e adaptações que ajudam a explicar o processo de sobrevivência por modificações progressivas.

Os restos humanos fósseis da África, por suas características, podem ser unidos em dois grupos principais. Propomos considerá-los como linhagens evolutivas, uma das quais, representada pelo gênero *Homo,* pode ser seguida até hoje, sendo que a outra, representada pelo gênero *Australopithecus,* aparentemente extinguiu-se há cerca de 1 milhão de anos.

É possível, também, considerar as formas primitivas descobertas em depósitos onde não existem formas mais avançadas, as quais, todavia, são encontradas em estratos mais antigos. Tal fato poderia ser interpretado como uma regressão, porém é mais provável que a continuação de uma espécie progressiva não esteja representada entre os espécimes disponíveis para estudo unicamente por ter ocupado áreas que não se prestavam à sua preservação pela fossilização.

Para os objetivos deste capítulo, propomos considerar os hominídeos anteriores ao *Homo sapiens* com base nestas duas linhagens. A forma ancestral comum a ambas não pode ser facilmente identificada, pois os testemunhos fósseis são bastante fragmentários. O mais antigo hominídeo da África provém de Fort Ternan, no Quênia, onde foram encontrados vários fragmentos de maxilar superior, um fragmento de mandíbula e alguns dentes. O sítio foi datado de 14 milhões de anos, e seus fósseis provam que nessa época já havia ocorrido a diferenciação entre os hominídeos e os pongídeos. Portanto a redução dos

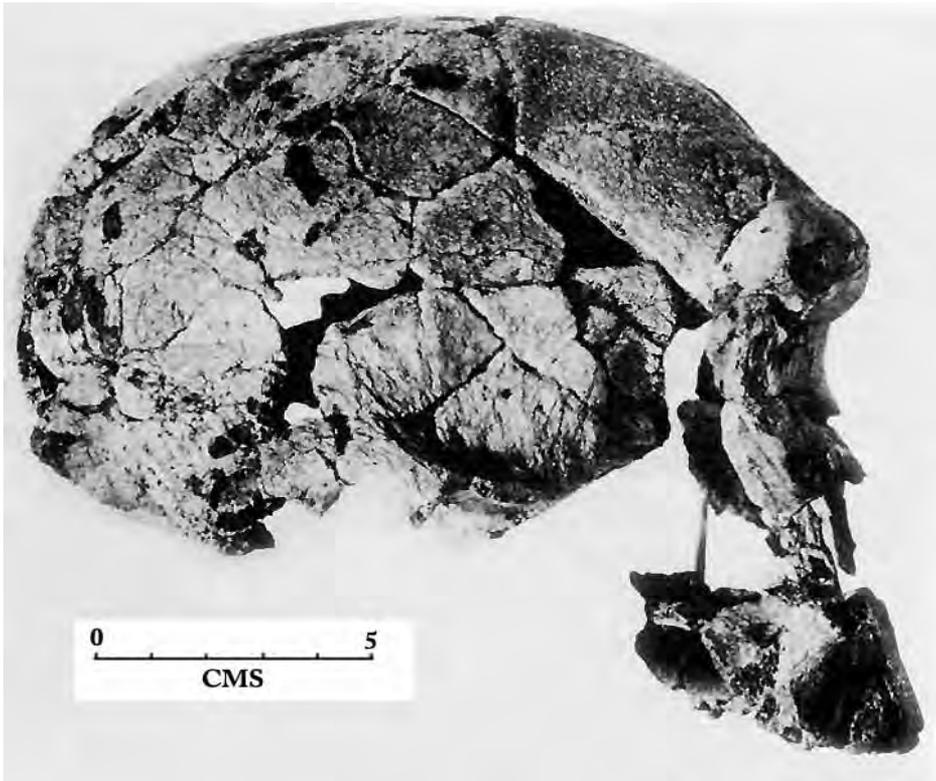



figura 18.2 Crânio de *Homo habilis* (KNM-ER 1470). Vista lateral. Koobi Fora, Quênia (Museus Nacionais do Quênia).

Figura 18.3 Crânio de *Homo erectus* (KNM-ER 3733). Vista lateral. Koobi Fora, Quênia (Museus Nacionais do Quênia).

caninos, traço característico dos hominídeos, já se acentuara ligeiramente a partir dos caracteres propriamente simiescos.

Os testemunhos fósseis entre 14 milhões e 3.500.000 de anos estão bastante incompletos. Dispomos apenas de quatro espécimes que podem ser relacionados a esse período, todos provenientes do Quênia: um fragmento de mandíbula em péssimo estado de conservação, encontrado em Kanam pelo Dr. L. S. B. Leakey, em 1932; um fragmento de úmero descoberto em Kanapoi; um fragmento de mandíbula com uma coroa dentária encontrado em Lothagam, e um molar isolado descoberto em Ngorora. Os três primeiros espécimes provêm de depósitos datados de 4 milhões a 5.500.000 de anos; quanto ao dente isolado, considera-se que seja proveniente de depósitos estimados em 9 milhões de anos. Entretanto, nenhum desses espécimes é bastante significativo, pois são muito fragmentários. Atribuiu-se o fragmento de mandíbula de Lothagam ao *Australopithecus;* mas, no atual estágio de nossos conhecimentos, essa identificação é bastante discutível, na opinião de muitos antropólogos.

A partir do início do Pleistoceno, há cerca de 4 milhões de anos, até o aparecimento do *Homo sapiens,* os dados sobre a evolução dos hominídeos na África tornaram-se nitidamente mais substanciais. Em 1973, foram realizados trabalhos de pesquisa em duas novas jazidas, onde se encontrou grande número de fósseis em camadas datadas de 3 a 4 milhões de anos. Esses sítios, Laetolil (Tanzânia) e Hadar (Etiópia), merecem comentário especial, tal a sua importância no que diz respeito ao aparecimento do gênero *Homo.*

Laetolil está localizado a aproximadamente 50 km da famosa garganta de Olduvai, nas encostas dos montes Lemagrut, dominando a extremidade norte do lago Eyasi. Sua idade foi estimada em cerca de 3.500.000 anos, fato bastante significativo na medida em que se propôs relacionar os diversos fósseis de hominídeos primitivos lá encontrados ao gênero *Homo.* Trata-se de maxilares, dentes e um fragmento de membro.

As jazidas de Hadar, situadas na depressão de Afar, Etiópia, têm a mesma idade, ou talvez sejam um pouco mais recentes. A partir de 1973, descobriu-se no local grande quantidade de material, incluindo excelentes espécimes de esqueleto craniano e pós-craniano, entre os quais se podem distinguir três tipos relacionados a *Homo habilis, Australopithecus gracilis* e *Australopithecus robustus.*

Assim, todo esse primeiro período praticamente nada revela sobre a origem do *Homo* e do *Australopithecus.* Em compensação, o período entre 3 e 1 milhão de anos é relativamente rico em testemunhos fósseis.

A amostra bastante grande de espécimes encontrados em sítios com menos de 3 milhões de anos indica a existência de dois gêneros distintos de

hominídeos primitivos, que por vezes ocupavam a mesma área. Presume-se que essas duas formas, *Homo* e *Australopithecus,* habitassem nichos ecológicos diferentes e, embora seu território físico pudesse coincidir, a competição por comida, ao que parece, não era suficiente para que uma forma excluísse a outra. Ainda temos muito a aprender sobre a adaptação de cada um desses hominídeos, porém a coexistência dos dois gêneros por um período superior a 1.500.000 de anos é fato comprovado atualmente e atesta a distinção entre os dois.

Foi o *Australopithecus* o ancestral do *Homo*? Essa pergunta geralmente recebe resposta afirmativa; no entanto, com os novos dados disponíveis, não mais é possível ter tanta certeza. Alguns especialistas (inclusive o autor) tendem a pensar que as duas formas têm um ancestral comum, distinto de ambas. Para estabelecer essa tese, é necessário examinar os dois gêneros do ponto de vista de suas "adaptações específicas" e considerar o grau de variação, se houver, em cada grupo. Para isso, é essencial definir claramente as características típicas de cada um que se mostraram permanentes no tempo.

Para finalizar, cabe observar que alguns pesquisadores classificam todos esses fósseis num mesmo gênero, o qual apresentaria uma grande variabilidade intragenérica e um acentuado dimorfismo sexual.

O gênero Homo (pré-sapiens): Homo erectus

A forma pré-sapiens mais conhecida do gênero *Homo* é a que foi atribuída a uma espécie morfológica bastante diversificada que se expandiu amplamente: *Homo erectus.* Essa espécie foi encontrada pela primeira vez no Extremo Oriente e na China; mais recentemente, foi descoberta na África do Norte, na África oriental e talvez no sul da África. Não há datação absoluta para os espécimes da Ásia, embora tenha sido publicada uma data inferida para parte do material, sugerindo que o *Homo erectus* ocorre em sítios com 1.500.000 a 500 mil anos. A datação dos sítios da África do Norte e do Sul onde se descobriu o *Homo erectus,* foi igualmente inferida, situando-os aparentemente no Pleistoceno Médio. Os espécimes da África oriental provêm de sítios onde foi possível fazer datações físico-químicas, tendo sido datado de aproximadamente 1.600.000 de anos o mais antigo exemplar de *Homo erectus.* Essa data tão remota poderia indicar uma origem africana para o *Homo erectus,* e muitos especialistas são favoráveis à ideia de que todos os testemunhos dessa humanidade descobertos fora do continente africano seriam provenientes de populações que teriam emigrado no início do

Pleistoceno. Existem, no entanto, algumas novas datas, extremamente antigas, para o *Homo erectus* de lava.

Atualmente, não dispomos de material em quantidade suficiente para a realização de estudos gerais e sintéticos. Entretanto, os dados existentes mostram que essa espécie encontrava-se amplamente distribuída na África, ocorrendo também na Ásia e na Europa. Os fragmentos de membros indicam uma postura ereta, adaptação para a marcha e bipedismo com características próximas às do homem moderno. O grau de inteligência pode ser avaliado, muito precariamente, estimando-se o volume da caixa craniana. Tomando-se por base o material conhecido, calcula-se o volume endocraniano entre 750 cm^3 e 1000 cm^3 para o *Homo erectus,* enquanto para o *Homo sapiens* a média é significativamente superior: 1400 cm^3.

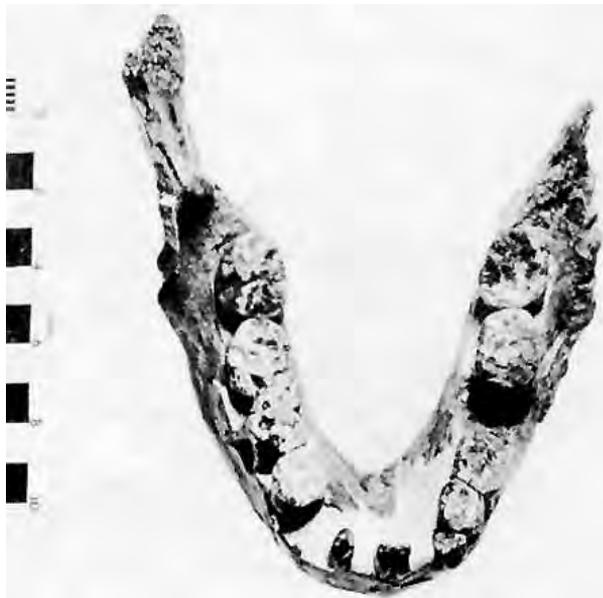
A tecnologia utilizada pelo *Homo erectus* pode ser inferida da observação dos vestígios. O *Homo erectus* fabricava e usava instrumentos de pedra e vivia de caça e coleta nas savanas, na África. Os especialistas são unânimes em relacionar o biface da indústria acheulense ao *Homo erectus;* esse tipo de material lítico é distintivo e aparece em sítios da África, Europa e, em menor escala, da Ásia. Se o *Homo erectus* é o estágio final de desenvolvimento que levou ao *Homo sapiens* é fato ainda não comprovado. Portanto, é aconselhável deixar a questão em aberto, à espera de novas informações sobre essa espécie.

Antes de deixarmos o *Homo erectus,* apresentaremos rapidamente suas características. Os traços mais característicos aparecem no crânio: as arcadas supra-orbitárias proeminentes e espessas, a testa baixa e o formato do occipital. Os dentes talvez constituam um outro traço distintivo, mas é possível que outras espécies morfológicas da linhagem *Homo* tenham apresentado morfologia dentária muito semelhante. O mesmo se diga da mandíbula, cuja morfologia é menos característica do que em geral se supõe. Alguns espécimes, que se alega pertencerem ao *Homo erectus* e que consistem apenas em dentes e maxilares, poderiam, na verdade, representar uma espécie morfológica diferente dentro do mesmo gênero.

O gênero Homo (pré-sapiens): Homo habilis

Os fósseis atribuídos à linhagem *Homo,* mas anteriores ao *Homo erectus,* limitam-se, atualmente, à África oriental. As formas mais antigas talvez sejam as de Hadar e Laetolil, que, embora requerendo ainda estudo mais aprofundado, podem ser tidas como ancestrais de espécies mais recentes. Essa espécie

FIGURA 18.4 Crânio de *Australopithecus boisei* (OH5). Vista lateral. Garganta de Olduvai, Tanzânia (Museus Nacionais do Quênia).

FIGURA 18.5 Mandíbula de *Australopithecus boisei* (KNM-ER 729). Vista em face oclusiva. Koobi Fora, Quênia (Museus Nacionais do Quênia).

intermediária – se ela realmente o é – poderia ser chamada *Homo habilis.* Sua definição baseia-se em espécimes descobertos em Olduvai e, mais recentemente, em Koobi Fora, na margem leste do lago Turkana.

As principais características do *Homo habilis* seriam cérebro relativamente desenvolvido (podendo a capacidade craniana exceder 750 cm^3), crânio de ossos relativamente pouco espessos com abóbada alta, constrição pós-orbitária reduzida. Os incisivos são relativamente grandes, os molares e pré-molares mais reduzidos, e a mandíbula apresenta um contraforte externo. Os elementos do esqueleto pós-craniano têm características morfológicas bastante semelhantes às do homem moderno.

Os exemplares mais completos de *Homo habilis* provêm de Koobi Fora, onde foram descobertos vários crânios, mandíbulas e ossos longos. O crânio mais bem conservado é conhecido como KNM-ER 1470 (Fig. 1).

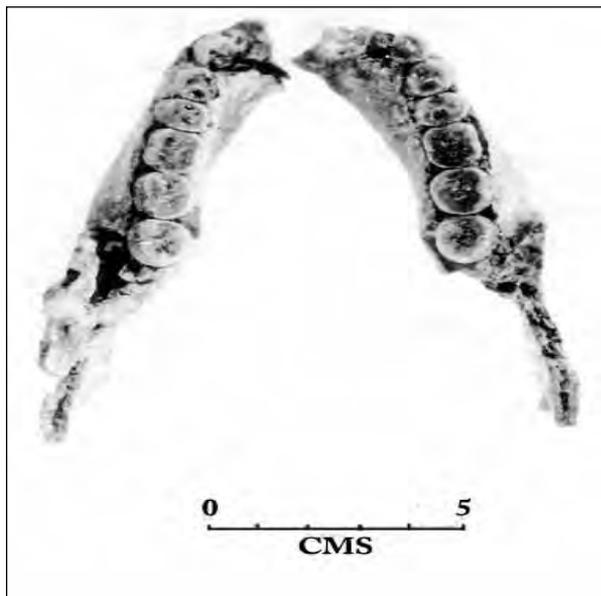
O gênero Australopithecus

O problema da definição de eventuais espécies no gênero *Australopithecus* está longe de ser resolvido; porém, penso que há suficientes evidências na formação de Koobi Fora para que se possam definir, com certa convicção, duas espécies desse gênero. A mais evidente, *Australopithecus boisei,* é bem típica, apresentando mandíbulas maciças, molares e pré-molares grandes em relação aos caninos e incisivos, capacidade craniana inferior a 550 cm^3; o dimorfismo sexual revela-se por características externas do crânio, tais como cristas sagitais e occipitais acentuadas nos indivíduos do sexo masculino (Figs. 3 e 4). Os elementos conhecidos do esqueleto pós-craniano – fêmur, úmero e astrágalo – são, igualmente, característicos.

Essa espécie distribuía-se por ampla área, tendo sido encontrada em Chesowanja, Peninj e na garganta de Olduvai, situada na porção meridional do *Rift Valley* do leste africano. Entretanto, não se pode afirmar com certeza que o *A. boisei* constituía uma espécie; talvez venha a ser classificado como subespécie regional da forma sul-africana do *A. robustus.* Novas descobertas poderão trazer solução a esses problemas, que sempre apresentarão semelhantes sutilezas taxonômicas no campo da paleontologia dos vertebrados. Portanto, parece preferível, no momento, mantermos a hipótese da existência de duas espécies robustas aparentadas mas geograficamente separadas.

Os testemunhos da presença de uma forma grácil de *Australopithecus* no leste da África são menos probantes. No entanto, o grau de variação parecerá consideravelmente grande se incluirmos todos os espécimes descobertos numa só espécie.

FIGURA 18.6 Crânio de *Australopithecus africanus* (KNM--ER 1813). Vista lateral. Koobi Fora, Quênia (Museus Nacionais do Quênia).

FIGURA 18.7 Mandíbula de *Australopithecus africanus* (KNM--ER 992). Vista em face oclusiva. Koobi Fora, Quênia (Museus Nacionais do Quênia).

O melhor exemplar da forma grácil no leste da África seria o espécime KNM-ER 1813, encontrado na formação de Koobi Fora (Fig. 5). Diversas mandíbulas e alguns fragmentos do esqueleto pós-craniano poderiam também ser associados a essa forma, não se devendo esquecer a dificuldade de classificação das mandíbulas. Nenhuma tentativa de definição dessas formas gráceis da África foi proposta até o presente momento; contudo, devem-se considerar a variabilidade das mandíbulas com pré-molares e molares pequenos, uma capacidade craniana de pelo menos 600 cm^3 e cristas sagitais raramente presentes ou inexistentes. O esqueleto pós-craniano parece ser comparável ao do *A. boisei,* embora em escala menor, sendo também menos robusto. Nas duas espécies, um dos traços mais característicos é a epífise proximal do fêmur: o colo é longo, comprimido de frente para trás; a cabeça é pequena e subesférica. Haveria ainda outros traços a serem definidos, mas pouco se sabe sobre a variação interna dessas espécies, e a amostra não oferece possibilidade de conclusões.

No entanto, considero essa espécie muito próxima do *A. africanus* grácil da África do Sul, do qual poderia ser um fácies mais setentrional. Conhecemos o osso ilíaco do *A. africanus* e do *A. robustus* da África do Sul, e pequenas diferenças puderam ser notadas entre as duas formas. Nenhum espécime remanescente desse osso é atribuível ao *Australopithecus* na África oriental; entretanto, o *Homo* está representado por dois espécimes contemporâneos, que mostram diferenças acentuadas entre os dois gêneros. Essas diferenças são maiores do que as que se poderia esperar no interior de uma única espécie, ainda que sua área de distribuição fosse extensa.

Utensílios e habitações

A maior quantidade de restos de utensílios e de sítios de habitação provém do lago Turkana (Quênia) , de Melka Konturé (Etiópia) e da garganta de Olduvai (Tanzânia), onde foram feitas inúmeras escavações nos últimos trinta anos. A evolução a partir dos mais rudimentares seixos trabalhados até os complexos e aperfeiçoados bifaces está bem documentada nessa área. Podem-se fazer algumas inferências sobre a organização social (tamanho do grupo) e hábitos de caça, com base no material encontrado nesses sítios. Em Olduvai, descobriram-se restos de uma estrutura de pedra – talvez a base de uma cabana circular – datados muito provavelmente de 1.800.000 anos. Em Melka Konturé, foi descoberta uma plataforma elevada, também circular.

E difícil situar com precisão o início das habilidades técnicas dos hominídeos; pode-se, quando muito, sugerir que tenha aparecido durante o Pleistoceno, talvez como uma resposta adaptativa, chave do processo de diferenciação do gênero *Homo*.

Durante o Pleistoceno Inferior, por volta de 1.600.000 anos atrás, apareceram instrumentos bifaces rudimentares. Sua evolução a partir do seixo lascado pode ser acompanhada em Olduvai e é confirmada por descobertas feitas em outros sítios do leste da África. Até recentemente, as mais antigas indústrias líticas encontradas na Europa eram as de bifaces. Na minha opinião, os dados disponíveis poderiam sugerir uma migração de grupos humanos que fabricavam bifaces, da África para a Europa e Ásia, no Pleistoceno Antigo ou mesmo um pouco antes. O desenvolvimento ulterior das indústrias de pedra é bastante complexo, havendo testemunhos em abundância em todo o mundo. Ainda não foi provado, mas podemos levantar a hipótese de que o aparecimento das indústrias pós-acheulenses está ligado à emergência do *Homo sapiens*. Indústrias líticas raramente se encontram associadas a restos de hominídeos primitivos, e muitos sítios do Pleistoceno Médio e Superior apresentam apenas um ou dois espécimes, com algumas importantes exceções, todavia.

Extraordinários progressos foram feitos nos últimos anos no que diz respeito à descoberta de testemunhos fósseis, e certamente novos dados serão revelados pelas pesquisas em curso. Dispomos, no momento, de claras evidências de uma considerável diversidade morfológica dos hominídeos do Pliopleistoceno na África, interpretada como consequência de uma diferenciação durante Plioceno, seguida de diferentes tendências evolutivas, que continuaram até início do Pleistoceno. A presença simultânea de pelo menos três espécies na África oriental pode ser determinada com base no material craniano e pós-craniano. Qualquer reexame desta matéria deve incluir a análise do conjunto dos fósseis descobertos.

Lista dos espécimes de Homo erectus descobertos na África

Região	País	Sítio	Detalhes dos espécimes
Noroeste	Argélia	Ternifine	3 mandíbulas e 1 fragmento de crânio
Noroeste	Marrocos	Sidi Abderrahmane	2 fragmentos de mandíbula
Noroeste	Marrocos	Rabat	1 fragmento de mandíbula e 1 crânio
Noroeste	Marrocos	Temara	Mandíbula
Leste	Tanzânia	Olduvai	Crânio, alguns restos pós-cranianos e uma possível mandíbula
Sul	África do Sul	Swartkrans	Um crânio incompleto e alguns fragmentos de mandíbula

Terminologia

Os termos "Middle Stone Age, Early Stone Age, Late Stone Age" não são traduzidos nesta obra, de acordo com a decisão tomada no 8º *Congresso Pan-Africano de Pré-História e do Estudo do Quaternário,* realizado em Nairobi (Quênia); em setembro de 1977, de manter, para a África ao sul do Saara, a terminologia inglesa.

	Maghreb	África oriental	Saara ocidental	Saara meridional	Indústrias	Equivalentes arqueológicos ingleses dos mesmos estágios	Europa
Holoceno	Rarbiano	Pluvial Makaliano	Atual Guiriano	Atual Desertificação Recorrência pluvial	Idade dos Metais Neolítico Epipaleolítico	Late Stone Age Second Intermediate	Atual Pós-glaciário
Pleistoceno Superior	Soltaniano	Árido pós-Gambliano Pluvial Gambliano	Soltaniano	Árido Últimos grandes lagos	Ateriense Musteriense	Middle Stone Age	Würm
Pleistoceno Médio	Tensiftiano Amiriano Saletiano	Árido pós-Kanjeriano Pluvial Kanjeriano Árido pós-Kamasiano Kamasiano Árido pós-Kagueriano Kagueriano	Ugartiano Taurirtiano	Árido Saara dos grandes lagos	Paleolítico Inferior com bifaces Paleolítico Inferior arcaico com seixos lascados	First Intermediate Early Stone Age (Earlier Stone Age)	Riss-Würm Riss Mindel-Rise Mindel Günz-Mindel Günz
Pleistoceno Inferior	Muluiano		Muluiano				Donau-Günz Donau

Períodos e Indústrias da Pré-História da África (quadro de equivalência elaborado por H. J. Hugot).

CAPÍTULO 19

A Pré-História da África Oriental

J. E. G. Sutton

A pesquisa pré-histórica: introdução à metodologia

Foi na parte oriental da África que o homem surgiu, há aproximadamente 3 milhões de anos, como um animal de postura ereta fabricante de utensílios. Por esse motivo, a história dessa parte do mundo é mais longa do que a de qualquer outro lugar; a Idade da Pedra, em particular, foi mais extensa que em outros continentes e em outras regiões da África. Teve início quando os primeiros hominídeos começaram a fabricar, de maneira regular, utensílios de pedra reconhecíveis enquanto tal, com formas e padrões predeterminados. Essa associação de capacidades físicas e mentais para fazer utensílios – em outras palavras, a superação de sua condição biológica – e a crescente dependência dessas habilidades e atividades extrabiológicas, ou seja, culturais, distinguem o homem dos outros animais e definem a *humanidade*. A evolução do homem para um estágio de animal terrestre, capaz de sentar-se, de manter-se na postura ereta e de locomover-se sobre os pés diferentemente dos macacos e outros mamíferos quadrúpedes e quadrímanos – facilitou o uso e a fabricação de utensílios por liberar os braços e as mãos para segurar, carregar, agarrar e manipular. Além disso, essa evolução foi necessária para a sobrevivência e o progresso do homem no mundo, especialmente na obtenção e preparação dos alimentos. Cada nova geração tinha de aprender as habilidades culturais e técnicas e os conhecimentos

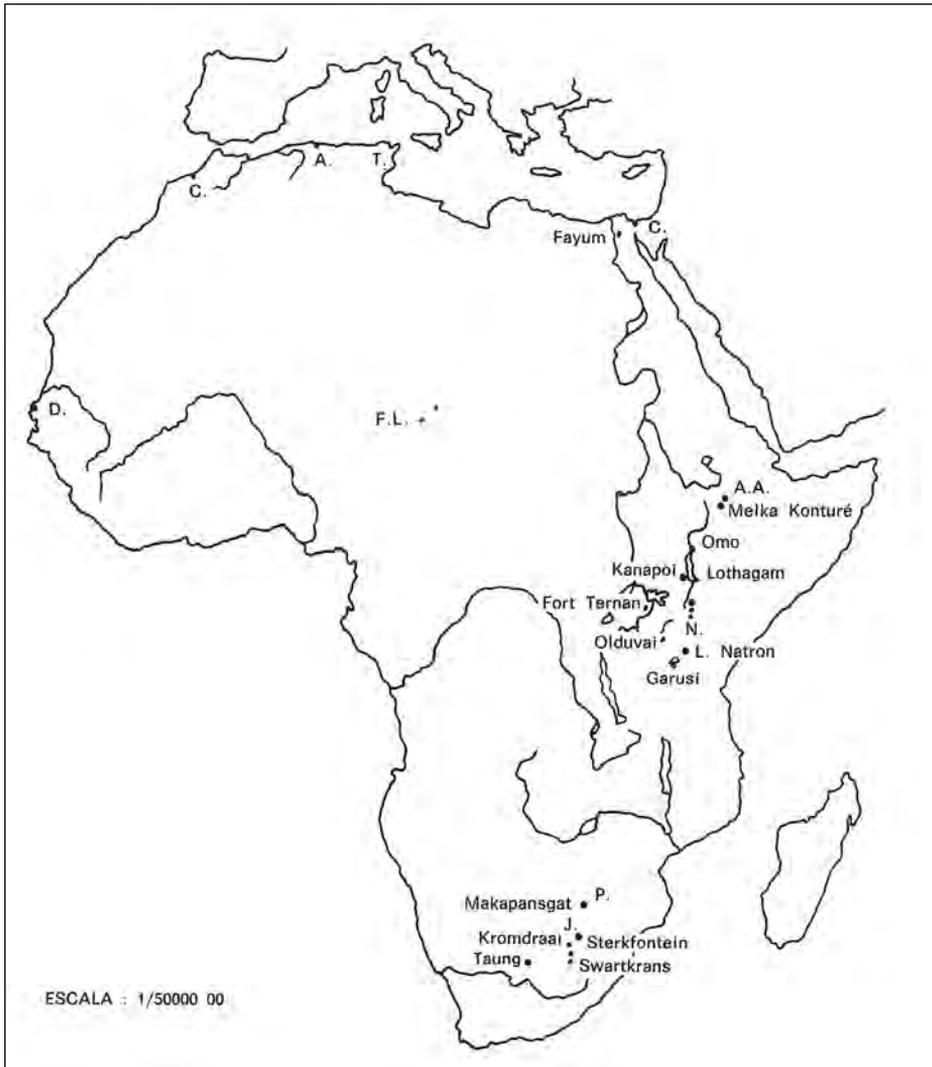



FIGURA 19.1 A pré-história na África Oriental (1974).

acumulados por seus pais. É possível que os primeiros utensílios feitos pelo homem continuem desconhecidos, pois, por serem tão rudimentares e tão pouco distinguíveis de objetos naturais, não podem ser reconhecidos. É também provável que outros materiais, que se teriam decomposto sem deixar vestígios, como a madeira, o couro e o osso, fossem usados e trabalhados pelo menos na

mesma época que a pedra. Entretanto, os progressos no emprego desses outros materiais devem ter sido limitados, até o momento em que o homem tivesse dominado a técnica básica de produzir com regularidade um utensílio cortante, de gume afiado, batendo e quebrando com precisão uma determinada pedra com outra pedra ou com um objeto duro apropriado.

Portanto, a fabricação de utensílios – e a humanidade – podem ter começado antes da data sugerida pelos testemunhos abalizados de que dispomos sobre aqueles importantes desenvolvimentos. Esses testemunhos consistem nos primeiros utensílios líticos identificáveis, marco inicial da Idade da Pedra, assim chamada por convenção.

A Idade da Pedra iniciou-se há aproximadamente 3 milhões de anos e durou até uma fase bem mais recente da história humana, quando a pedra foi substituída pelo metal enquanto material básico para o desenvolvimento de uma tecnologia, para a fabricação de utensílios e para a produção de gumes afiados. A transição de uma indústria da pedra (ou lítica) para uma outra, do metal, deu-se em épocas ligeiramente diferentes nas diversas partes do mundo. Na Ásia ocidental, as técnicas de trabalhar o cobre começaram a ser utilizadas entre 6 e 9 mil anos atrás. Na África oriental, o ferro, primeiro e único metal usado com regularidade, começou a ser trabalhado há aproximadamente 2 mil anos.

Podemos questionar, do ponto de vista histórico, a validade da expressão "Idade da Pedra", por designar um período que cobre os 999 milésimos do tempo de permanência do homem na África oriental, e por enfatizar, ademais, o aspecto tecnológico do desenvolvimento humano, em detrimento dos aspectos econômicos e culturais de caráter mais geral. Pode-se argumentar que uma tal expressão é ampla demais do ponto de vista cronológico, e por demais restrita do ponto de vista cultural. Mas é possível responder a essas objeções, e "Idade da Pedra" continua sendo uma expressão e um conceito válidos, tendo em conta certos fatores. Assim, como esse longo período só é conhecido através de testemunhos arqueológicos – ainda assim parciais, porque nada restou senão pedras – e não através da tradição oral ou de documentos escritos, precisaram os historiadores criar um nome, ou nomes, para designá-lo, estudá-lo e descrevê-lo.

Por outro lado, a Idade da Pedra não foi um período estático da história. A evolução tecnológica durante o Paleolítico e o Neolítico é facilmente demonstrada pela transformação e diversificação dos utensílios de pedra, pela maior eficácia do instrumental lítico, bem como de seus métodos de fabricação. É possível, portanto, e mesmo necessário, dividir a Idade da Pedra em períodos e introduzir-lhes subdivisões complementares cronológicas e geográficas. Pode ser fascinante olhar coleções de utensílios de pedra, especialmente se bem selecionados e

apresentados com habilidade; porém, se não forem organizadas e compreendidas em função de uma cronologia e de um estágio de desenvolvimento, essas coleções terão pouco a dizer. Expressões populares como "vivendo na idade da pedra" e "homem da idade da pedra" tornam-se igualmente vazias de sentido, quando baseadas na falsa ideia de que o homem e seu modo de vida permaneceram estáticos naquela época histórica. Com efeito, o instrumental das populações da Idade da Pedra diferia conforme o período e a região, e as próprias populações evoluíam cultural e fisicamente. A Idade da Pedra foi testemunha de mutações e diferenciações no corpo e no cérebro humanos, na economia, na organização social e na cultura, a par do desenvolvimento técnico revelado por testemunhos arqueológicos. Convém observar que, se as mudanças em todos os períodos da Idade da Pedra foram lentas em relação aos padrões modernos, nos primeiros tempos o foram ainda mais. Essas mudanças são tanto mais rápidas quanto mais nos aproximamos da época atual. Assim, o período mais recente da Idade da Pedra foi o momento de uma maior especialização e diversificação regionais. Algumas vezes, características lentamente desenvolvidas em um determinado local aparecem sob forma acabada em outra região – em consequência de migrações ou contatos culturais –, dando a ideia de que nesta última tivesse ocorrido uma "revolução". Desse modo, em termos de desenvolvimento, duas ou três gerações do fim da Idade da Pedra poderiam equivaler a meio milhão de anos no período inicial.

Constatamos, então, que o estudo histórico da Idade da Pedra não se limita às pedras e aos utensílios. Ocasionalmente, o arqueólogo tem a sorte de fazer outras descobertas, sobretudo em sítios de habitação do fim da Idade da Pedra onde se preservaram testemunhos diretos de cozinha e de alimentos, sob a forma de pedaços de carvão, vestígios de fogueiras e fragmentos de ossos de animais. Restos orgânicos primitivos são extremamente raros na África, exceto em alguns sítios onde as condições minerais favoráveis provocaram a fossilização de ossos antes que estes se decompusessem. Mas mesmo dispondo apenas de pedras, o arqueólogo deve tentar estender suas deduções e interpretações a domínios mais amplos.

Em primeiro lugar, importa não o utensílio descoberto e examinado isoladamente, mas o *conjunto dos utensílios* encontrados em um sítio – de que constam diferentes variedades de objetos – quer tenha sido este o local de habitação de um grupo, um acampamento temporário de caçadores, ou uma "oficina" onde se fabricavam utensílios.

Muito mais comuns que os utensílios acabados são as lascas da debitagem e os núcleos de pedra (respectivamente, fragmentos lascados da massa primitiva

durante a fabricação, e restos de lascamento). O estudo desses restos deve ser feito juntamente com o dos utensílios acabados, pois eles indicam as técnicas de fabricação e o nível de habilidade alcançado. Além do mais, nem sempre eram jogados fora; muitas vezes, sobretudo nos primeiros estágios da Idade da Pedra, várias dessas lascas, como tivessem bordos cortantes e tamanho e forma adequados ao manejo fácil, poderiam vir a complementar os utensílios acabados mais maciços, constituindo, assim, parte integrante do instrumental. A coleta e o estudo que se restringem aos produtos mais elaborados, como os bifaces e machadinhas, trazem uma visão limitada e bastante distorcida da tecnologia e das atividades das populações pré-históricas. Nos períodos mais recentes da Idade da Pedra, os instrumentos pesados do tipo biface foram substituídos por outros menores, mais delicados e precisos, produzidos frequentemente de modo a se fixarem em cabos de madeira ou punhos de osso, após uma hábil preparação do núcleo seguida de complicados retoques na lâmina ou lasca extraída. Também nesse caso, para análises e deduções proveitosas, é essencial dispor de um conjunto tão completo quanto possível de peças acabadas e de resíduos de debitagem.

A variedade de utensílios de pedra com seus diversos tipos de gumes e pontas – para cortar, aparar, esfolar, raspar, furar, entalhar, bater, fender e cavar – permitirá (mesmo levando em conta certas dúvidas inevitáveis quanto às suas verdadeiras finalidades e usos) determinar a existência de outros utensílios feitos com materiais perecíveis de origem animal e vegetal, utilizados por uma comunidade. Por exemplo, as peles de animais, depois de limpas de toda a gordura, secas e curtidas, poderiam ser cortadas para fabricar cordas e correias. Vários instrumentos, armas de madeira e de pedra deveriam também ser necessários para capturar, matar e retalhar animais. As correias podiam ser combinadas com instrumentos de pedra, servindo para atar projéteis usados na caça, ou para fixar,com o auxílio de uma resina vegetal, uma lâmina de pedra ou uma ponta na extremidade de uma haste de madeira, a modo de lança ou flecha. Além dessas armas, é possível reconstituir, a partir do estudo dos vestígios líticos do fim da Idade da Pedra, utensílios compósitos comuns, que consistiam de pequenas lascas e lamelas de pedra, minuciosamente trabalhadas, cuidadosamente fixadas e coladas em punhos e cabos de madeira ou de osso, embora não existam testemunhos diretos dos elementos de osso e madeira. Contudo, antes mesmo de serem combinados, os utensílios de pedra e de madeira mais rudimentares já eram interdependentes. Por exemplo, uma lança de madeira poderia ser cortada no comprimento exato com uma faca de pedra, mas certamente teria de ser desbastada e aplainada com um raspador de pedra ou qualquer outro

instrumento utilizado para desbastar – talvez mesmo com uma correia de couro ou de fibra vegetal – antes de estar pronta para o manejo e arremesso. Além disso, a preparação da ponta da lança devia requerer instrumentos de pedra afiados; em seguida, ela seria enrijecida ao fogo, como indicam alguns espécimes encontrados. No período mais recente da Idade da Pedra, o encaixe bem-feito de uma ponta de pedra em uma lança de madeira dependia de um delicado trabalho de desbaste e de entalhe executado com instrumentos de precisão.

Esses são alguns exemplos do que é possível se obter de um estudo inteligente e imaginativo do instrumental lítico, para desfazer sua imagem petrificada e torná-la mais vivo. Seria possível estabelecer o mesmo tipo de relações no que diz respeito aos usos da madeira e das peles na fabricação de tendas e abrigos, Aqui, como no caso dos utensílios e armas que acabamos de citar, extrapolamos o ponto de vista tecnológico restrito para propor uma interpretação econômica e cultural mais ampla dos espécimes descobertos e reconstituir a vida das diferentes comunidades de caçadores-coletores dos vários períodos da Idade da Pedra.

Um ponto importante a ser notado é que durante a Idade da Pedra a maioria dos utensílios, mesmo os de pedra, não eram armas. Embora a caça tivesse sido sempre de grande valor como fonte de proteínas (exceto nos locais onde havia peixe em abundância e se conheciam meios para fisgá-las), a coleta de alimentos vegetais, em particular raízes feculentas e tubérculos, era igualmente importante e assegurava o essencial do regime alimentar. A maior parte dos utensílios era fabricada para essas atividades, para uso doméstico em geral e para trabalhar a madeira.

As dificuldades do transporte da água deviam restringir consideravelmente a escolha de locais de acampamento. Um acampamento temporário de um grupo familiar tinha de estar situado perto de um curso d'água ou de um lago. Em um sítio desse tipo haveria, naturalmente, vegetação mais abundante e maior variedade de alimentos, atraindo assim a caça.

Numa abordagem que combine bom senso e imaginação, o estudo das técnicas da Idade da Pedra pode contribuir para a reconstituição das condições econômicas e culturais da época. Não podemos negar, entretanto, que as evidências são escassas, mesmo para o período mais recente da Idade da Pedra na África oriental, e que as tentativas de uma interpretação mais ampla são inevitavelmente especulativas. É preciso, certamente, resistir a conjeturas teóricas audaciosas. Todavia, aceita essa colocação, de nada adianta lamentar a escassez dos restos fósseis disponíveis; vale mais estudá-los com inteligência e imaginação para determinar que fatos e ideias podem ser deduzidos a partir

deles. Tal procedimento cria estímulos para novas abordagens e para a busca de outros documentos.

A seguir, examinaremos algumas das maneiras possíveis de obter informações adicionais e chegar a conclusões mais interessantes.

Como já mencionamos, encontram-se ocasionalmente ossadas de animais fossilizados em certos sítios antigos, e restos ósseos não fossilizados em sítios recentes, principalmente em abrigos sob rocha. São testemunhos diretos das variedades de animais que eram caçados e consumidos. Por vezes o exame minucioso dos ossos no sentido de se encontrar marcas de instrumentos e de fraturas, e mesmo da forma como estão distribuídos no local onde foram encontrados pode indicar como o animal foi abatido e consumido. No entanto, mesmo essas evidências diretas podem representar apenas uma parte da história. Por exemplo, é possível que pequenos mamíferos, répteis, pássaros e insetos tenham sido capturados; não existe, entretanto, nenhum traço deles, seja porque seus ossos ou partes duras eram frágeis demais para subsistir, seja porque o caçador devorou essas presas tão pequenas no local da captura em vez de levá-las para o acampamento. O mesmo pode ter ocorrido com o mel, frutas, bagas, nozes e mesmo ovos de pássaros; consumidos no próprio local, dispensavam o uso de utensílios de pedra para sua coleta e preparo. Na verdade, restos de alimentos vegetais pré-históricos são raramente descobertos. No entanto, o regime alimentar das populações primitivas de caçadores-coletores deve ter sido relativamente equilibrado; uma reconstituição plausível deste regime deve ser igualmente equilibrada, fazendo-se uma avaliação inteligente tanto das evidências arqueológicas quanto dos recursos alimentares que o meio ambiente local pôde oferecer.

Em certas regiões (por exemplo, na região central da Tanzânia), os testemunhos arqueológicos do modo de vida dos grupos de caçadores-coletores do fim da Idade da Pedra são notavelmente complementados por pinturas rupestres. Sem contar a habilidade técnica, senso artístico e maturidade demonstrados em muitas dessas pinturas, encontramos dados valiosos sobre os tipos de animais caçados assim como sobre os métodos de caça com lança, arco e flecha e sobre os diversos tipos de armadilhas. Já outras técnicas para a obtenção de alimentos, como a de arrancar raízes e a de recolher o mel, são mais raramente representadas. A pintura rupestre concorre para dar maior clareza e ampliar nossa visão da vida pré-histórica, especialmente porque algumas das atividades representadas podem ser comparadas com as práticas recentes ou atuais de povos da África oriental.

As informações que essa arte nos fornece têm de ser confrontadas com o material técnico de finalidade econômica ou cultural. Uma vez esboçado

um quadro referencial, podemos levantar questões e fazer conjeturas sobre os métodos de caça, de coleta, de preparação de armadilhas; sobre o tamanho do grupo de caçadores e, indo mais além, sobre a comunidade como um todo, sua área territorial e o tipo de organização social que criou para se manter. A comprovação dessas conjeturas encontra-se ainda em estágio experimental, de modo que as respostas às questões levantadas raramente se exprimem com total segurança. No entanto, foram alcançados indiscutíveis progressos, cuja continuidade depende fundamentalmente de testemunhos arqueológicos provenientes de diversos sítios. É, portanto, necessário que a coleta desses testemunhos se opere segundo os métodos mais sistemáticos, mais cuidadosos e, se possível, mais sofisticados.

Não são raros, na África oriental, jazidas em que aparecem indústrias líticas. Foram descobertas a partir do início do século XX. Após o trabalho pioneiro de levantamento realizado pelo Dr. Louis Leakey no Quênia na década de 20, um número cada vez maior de sítios de todos os períodos da pré-história foram descobertos na África oriental; muitos ainda serão certamente revelados. São, em geral, expostos pela erosão ou por outras perturbações do terreno. Utensílios e resíduos de preparação são carregados pela água para ravinas, leitos de rios ou abrigos sob rocha, ou então, trazidos à superfície pelo cultivo da terra, pela passagem de rebanhos ou por trabalhos de construção. Esses sítios e objetos são descobertos não apenas por arqueólogos profissionais, mas – na maior parte dos casos – por amadores, fazendeiros, estudantes, etc. A descoberta de um sítio, qualquer que seja, é muito importante e deve ser comunicada às autoridades competentes. Todos os utensílios e outros materiais arqueológicos encontrados devem ser guardados em museus, onde estarão disponíveis para estudo e comparação com outras coleções locais. O hábito dos arqueólogos estrangeiros de levar suas descobertas para os museus de seu país de origem nunca prevaleceu no caso particular da África oriental e, felizmente, já cessou. Apesar de algumas coleções de material recolhido no início deste século na África oriental se encontrarem em museus europeus, a maior parte e, sem dúvida, os mais valiosos restos arqueológicos estão nos museus nacionais dos países onde foram descobertos.

Uma coleção de superfície, por si só, nos revela muito pouco, uma vez que os utensílios e os resíduos de preparação foram removidos de seu sítio original e que a própria coleta é, geralmente, seletiva. Porém, mesmo uma pequena coleção de superfície poderá fornecer-nos alguns indícios: o tipo ou o modo de fabricação dos utensílios informarão sobre "O período ao qual pertencem e sobre

sua relação com outros sítios conhecidos. Isso ajudará a determinar o interesse de investigações e escavações mais detalhadas e completas.

As escavações devem ser planejadas e empreendidas por arqueólogos com experiência no tipo de sítio em questão. Todavia, como já dissemos, arqueólogos especializados dependem das informações locais fornecidas por amadores ou estudantes. Estes últimos podem, ainda, auxiliar nas escavações, iniciando-se, assim, nesse tipo de trabalho. Somente através do emprego de métodos corretos, de técnicas modernas de escavação e de exame dos vestígios, tanto no seu lugar de origem quanto após seu registro e remoção, é que o arqueólogo terá condições de coletar, num sítio, um máximo de informações, e de elaborar um quadro, se não exaustivo, ao menos o mais completo possível das atividades de que o local foi palco. Deve-se ressaltar que alguns dos trabalhos de escavação em sítios da Early Stone Age na África oriental empreendidos nos últimos anos contribuíram para estabelecer um modelo de pesquisa para outras partes do mundo, em termos de método, análise e interpretação.

Nas escavações, o interesse do arqueólogo não se limita à *descoberta* de espécimes isolados; para ele, importa mais a *busca* do maior número possível de dados sobre o modo de vida de uma comunidade antiga, através da identificação e do estudo exaustivo da maior parte do "conjunto cultural", e da coleta de toda informação disponível sobre o meio ambiente. Esse trabalho pode exigir métodos de escavação meticulosos e muito lentos, de vez que todos os objetos devem ser coletados, e todas as características do solo de um sítio de habitação, mesmo as pequenas irregularidades da superfície ou mudanças de cor do solo, que poderiam ser indícios do uso do fogo ou de alguma outra atividade, devem ser registradas. Em geral, é necessário peneirar o solo dos locais onde há possibilidade ou certeza de existirem pequenos objetos, como lascas de pedra, fragmentos de ossos e até mesmo sementes vegetais. Essa prática é muito frequente em abrigos sob rocha recentes, onde os depósitos tendem a ser móveis e semelhantes a cinzas. Habitualmente em abrigos sob rocha, e com frequência em sítios ao ar livre, os materiais não representam apenas uma ocupação, mas várias ocupações sucessivas. Cada uma delas deixou seus restos sobre a camada de restos da anterior, requerendo, assim, um estudo à parte. Portanto, o escavador tem de dar uma atenção especial à estratigrafia, pois a interpretação resultaria lamentavelmente distorcida no caso de um objeto de determinado período de ocupação misturar-se aos de outro período.

Embora a responsabilidade de identificar, registrar e estudar todas as descobertas caiba ao próprio arqueólogo, ele necessita da assistência de outros cientistas. Esta pode intervir ulteriormente em laboratório, por exemplo,

para a identificação de ossadas animais. Do mesmo modo, se o arqueólogo encontrar restos vegetais que se preservaram, como sementes, nozes ou pedaços de madeira carbonizados, precisará enviá-los a um especialista em botânica, após submetê-los a tratamento especial no próprio local. A identificação e o estudo de amostras desse tipo contribuirão para aumentar as informações sobre o regime alimentar e a economia da comunidade, bem como sobre o meio ambiente daquela época. Se, por sorte, forem encontrados pólens fósseis, um exame palinológico pode dar uma ideia da vegetação então existente e das mudanças que ela sofreu. Podem também ser reveladoras as amostras de solos que contêm microrganismos ou conchas de moluscos, pois estes seres ajudam a identificar o tipo de vegetação dominante e, em consequência, o clima da época. O estudo da geologia, da geomorfologia e da estrutura dos solos também é útil para a tentativa de reconstituição do meio ambiente antigo e dos recursos que uma comunidade pré-histórica poderia explorar. É óbvio que grande parte dessa investigação, para ser profunda e confiável, deve aproveitar a presença de diferentes especialistas no sítio de escavação, ao menos durante uma parte do tempo, pois não são apenas as amostras colhidas e levadas para os laboratórios que contêm indícios. As amostras devem ser cuidadosamente selecionadas e controladas no próprio sítio. Grandes modificações podem ter ocorrido na paisagem entre o período estudado e a época atual, como consequência de alterações climáticas, movimentos geológicos ou, mais frequentemente ainda, devido à atividade humana, – sobretudo a agricultura e o desmatamento – em épocas recentes. A abordagem do passado deve ser feita sempre através de um estudo inteligente do sítio no estado em que foi encontrado e de todos os vestígios, arqueológicos ou não, que ele contém.

Há diversos outros estudos relacionados à pesquisa arqueológica que, se não apresentam evidências diretas do período pré-histórico, podem, indiretamente, fornecer preciosos esclarecimentos. Em primeiro lugar, temos a pesquisa antropológica realizada nas poucas comunidades de caçadores-coletores ainda existentes no mundo, especialmente as da África. De fato, muitas das considerações tecidas acima foram sugeridas explícita ou implicitamente pelo modo de vida dos atuais caçadores-coletores, como os Hadza da Tanzânia setentrional e os San do Calaari, que vêm sendo objeto de interesse dos pesquisadores nos últimos anos. Os hábitos dos Hadza e dos San fornecem muitas indicações úteis sobre a viabilidade, organização e limitações de um modo de vida baseado na caça e na coleta; além disso, sugerem inúmeros pontos que teriam, de outra forma, escapado à atenção dos arqueólogos. Todavia, estaríamos incorrendo em grave

erro se considerássemos essas comunidades como réplicas exatas das sociedades da Idade da Pedra, ou como simples remanescentes dessa época.

É bem verdade que o modo de vida de certos grupos modernos de caçadores-coletores, principalmente dos San do sul da África, ainda reflete as condições das populações da Late Stone Age e pode, portanto, esclarecer alguns problemas daquele período. No contexto da Late Stone Age, por exemplo, é comum descobrirem-se pedras nas quais foi praticado um orifício circular. Atualmente, os San por vezes utilizam pedras perfuradas como lastro para bastões de madeira apontados que servem para desenterrar raízes comestíveis; existem pinturas rupestres na África do Sul que aparentemente representam essa prática. Entretanto, correlações específicas como essa são raras. A sociedade San sofreu algumas modificações por diversos motivos, inclusive pelo contato próximo ou remoto com povos que utilizavam o ferro e viviam em uma economia de produção de alimentos. Poucos San continuam a trabalhar a pedra com regularidade, pois é possível obter o ferro através de troca ou em sucatas, fato que leva a inevitáveis mudanças nos níveis tecnológico e cultural. Outros grupos sobreviventes de caçadores-coletores misturaram-se mais intimamente a populações produtoras de alimentos; outros, ainda, não são verdadeiramente aborígines; tendo retornado, nos últimos tempos, a esse modo de vida, subsistem graças à troca de produtos da floresta com seus vizinhos agricultores e pastores. Essa dependência recíproca é característica de muitos grupos, conhecidos sob a denominação de Dorobo, que ainda habitam as terras altas do Quênia e da Tanzânia. Esses exemplos mostram os riscos de se estabelecer paralelos entre as populações atuais de caçadores-coletores e as da pré-história recente, riscos que se multiplicam quando estudamos épocas ainda mais remotas. Apesar disso, podemos obter informações valiosas sobre os recursos alimentares do território e a organização necessária à sua exploração.

Outra inestimável fonte de informações é o estudo da vida e das sociedades de primatas, particularmente dos atuais parentes mais próximos do homem, o chimpanzé e o gorila, assim como dos babuínos. Estes últimos não são biologicamente tão próximos do homem, mas, do ponto de vista do comportamento, são de especial interesse para o estudo da sociedade humana. Mais que os outros primatas, os babuínos vivem a maior parte do tempo em grupos, no solo, sendo relativamente fácil observá-los, Como já foi dito anteriormente, o homem não descende desses macacos, e não estamos sugerindo aqui que quaisquer comunidades pré-históricas, nem mesmo as mais antigas, estivessem significativamente mais próximas deles do que o homem moderno. Todavia, ao estudar o comportamento básico dos primatas e os hábitos que

o homem herdou de seus ancestrais pré-humanos, e ao tentar compreender como esses ancestrais imediatos do homem, que não tinham a capacidade ou o costume de fabricar utensílios, asseguravam sua subsistência essencialmente vegetariana, constatamos que há muito a se aproveitar desses estudos de campo, realizados em sua maioria na África oriental.

Como já fizemos notar, a pré-história foi extremamente longa e, ao fim desse período, as populações humanas já haviam alcançado grandes progressos, diferenciando-se bastante de seus ancestrais dos primeiros tempos. Além disso, os habitantes da África oriental na Late Stone Age, alguns dos quais subsistiram até épocas bem recentes, eram nitidamente africanos. Uns aparentavam-se aos San, outros foram assimilados às populações negroides da Idade do Ferro. Por outro lado, as populações da Early Stone Age, em especial as do seu estágio mais antigo, embora bem representadas na África oriental e, por longo tempo, só conhecidas nessa região, foram também os ancestrais de toda a humanidade. Esses primitivos fabricantes de utensílios de pedra, cujas ossadas foram descobertas nas camadas mais profundas da garganta de Olduvai (norte da Tanzânia) e na região do lago Turkana (norte do Quênia e sul da Etiópia), são geralmente classificados como *Homo,* embora diferissem do homem moderno (*Homo sapiens sapiens*) tanto no corpo quanto no cérebro. A antiga história da África oriental confunde-se, portanto, com a história da humanidade, fato que lhe confere uma importância universal. Por encerrar informações inestimáveis sobre o homem primitivo, sua cultura e a ecologia dos primatas, a África oriental tornou-se merecidamente o centro mundial das pesquisas sobre a vida, o meio ambiente e a origem do homem.

Cronologia e classificação

Enquanto na maior parte da Ásia, Europa e da África do Norte a Idade da Pedra foi dividida convencionalmente em Paleolítico, Mesolítico e Neolítico, esse sistema foi abandonado pela maioria dos especialistas para a África ao sul do Saara. Nessa região, a "Stone Age" é considerada e estudada em três grandes períodos – Early, Middle e Late – que se distinguem em grande parte por mudanças importantes e características na tecnologia (que têm, obviamente, implicações culturais e econômicas mais amplas). Esses sistemas de classificação *não* são duas maneiras de dizer a mesma coisa; tanto do ponto de vista conceptual quanto do cronológico, os critérios de classificação são completamente diferentes (ver Quadro e notas correspondentes).

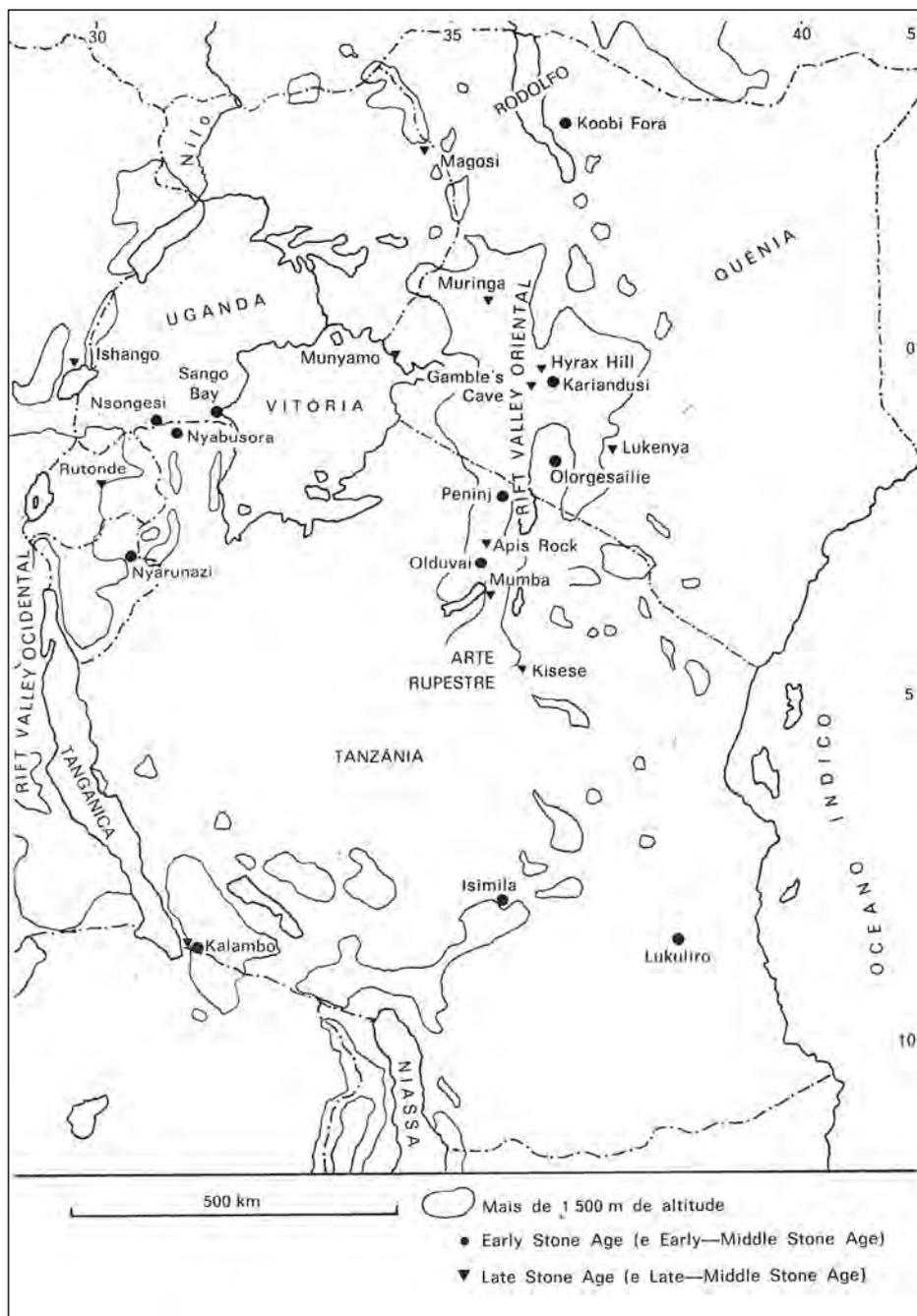



FIGURA 19.2 África oriental: principais jazidas da Idade da Pedra (1974).

Os três períodos da África são datados aproximadamente da seguinte maneira:

a) *Early Stone Age* (ou *Old Stone Age*): da época dos primeiros utensílios de pedra (isto é, há 3 milhões de anos) até por volta de 100 mil anos atrás.
b) *Middle Stone Age*: de aproximadamente 100 mil anos até 15 mil anos atrás.
c) *Late Stone Age*: de 15 mil anos atrás até o início da Idade do Ferro (que ocorreu há 2 mil anos na maioria das regiões).

Devemos enfatizar que essas datas são aproximadas e têm causado controvérsias. Até recentemente, sugeriram-se datas em geral mais tardias para a transição da Middle Stone Age à Late Stone Age e, em particular, para a transição da Early Stone Age à Middle Stone Age. Essa atitude conservadora devia-se, em parte, à raridade de sítios e de coleções líticas satisfatoriamente definidos, descritos e datados, aliada ao fato de ter a primeira transição (da Early para a Middle Stone Age) ocorrido em uma época cuja data não pode ser estabelecida com precisão pelo método do radiocarbono. Embora tenham-se obtido (e sejam frequentemente mencionadas) datações entre 50 e 60 mil anos, é provável que se trate de datas mínimas, e não de datas estritamente exatas. Na verdade, a cronologia detalhada não só do início da Middle Stone Age, mas também de toda a última parte da Early Stone Age, é ainda bastante incerta. Novas técnicas de datação, explicadas em outra parte deste volume, estão sendo testadas. O método do potássio-argônio, em particular, já ajudou a traçar um quadro cronológico aproximativo para períodos de mais de meio milhão de anos. No entanto, é sempre necessário recorrer à datação relativa, deduzida a partir da estratigrafia arqueológica ou geológica e da tipologia.

Por esses motivos, as datas aqui sugeridas para a divisão da Idade da Pedra em períodos são mais antigas que as datas encontradas comumente em estudos anteriores, mas não tão radicais quanto alguns estudiosos do assunto gostariam que fossem. Mesmo a escola "revisionista" é menos radical do que aparenta, pois as questões que levanta estão relacionadas mais com definições que com datas reais.

Além de se ter em conta que as datas para a divisão da Idade da Pedra em Early, Middle e Late são imprecisas e controvertidas, é importante não esquecer que esses períodos não foram estáticos e indiferenciados, e que as mudanças de um para outro não se deram repentinamente. Desenvolvimentos tiveram lugar tanto no decorrer de cada um dos três períodos quanto na passagem de um para outro. Ademais, as transições entre as tecnologias próprias de cada um são complexas. Por esse motivo, alguns autores falam de períodos "intermediários". Entretanto, a tendência atual é não considerá-los como períodos "oficiais" no

quadro cronológico da Idade da Pedra. De qualquer modo, o Second Intermediate, entre a Middle Stone Age e a Late Stone Age, sempre foi definido de modo muito pouco satisfatório. O First Intermediate, que compreende as indústrias conhecidas como Fauresmithiense e Sangoense, é por vezes considerado como uma fase final da EarIy Stone Age. Neste estudo, todavia, nós o incluímos na Middle Stone Age, o que explica a datação mais recuada para o início desse último período.

O abandono dos "Intermediates" é mera questão de conveniência e não significa uma simplificação dos quadros relativos ao desenvolvimento tecnológico, cultural e econômico do homem na pré-história. O que se tem admitido é exatamente o contrário. Em primeiro lugar, durante todas as épocas da Idade da Pedra, diferentes tecnologias puderam ser empregadas simultaneamente, mesmo no interior de áreas restritas. Em certos casos, esses contrastes podem ser explicados pelas diferenças do meio ambiente. Determinada tradição tecnológica poderia surgir em regiões florestais ou nas margens dos cursos d'água, e uma outra, distinta, poderia aparecer simultaneamente em áreas mais secas ou com vegetação menos densa, onde as fontes de alimento e os métodos para obtê-lo teriam imposto uma tecnologia e um ajustamento cultural diferentes.[1] Contudo, uma explicação correta nem sempre é tão evidente. Por vezes, as atividades de uma *única* comunidade, algumas delas temporárias (caça de animais de pequeno e grande porte, preparação de armadilhas, coleta de raízes e tubérculos, trabalho da madeira e do couro, etc.), parecem suficientemente variadas para explicar a presença de diferentes tipos de utensílios de uma mesma época em determinada localidade. Por outro lado, pode haver diferenças que indicam divergências culturais e especializações econômicas, muito mais profundas, que se atribuem presumivelmente a comunidades ou raças distintas – ou, durante a Early Stone Age, a diferentes espécies de *Homo.* O assunto é controvertido, mas as descobertas mais recentes na África oriental mostram que duas culturas antes consideradas como dois períodos distintos da Old Stone Age – as indústrias de seixos lascados (ou Olduvaiense) seguidas por, ou se transformando em indústrias de bifaces (ou Acheulense) – coexistiram por um longo período, que durou pelo menos meio milhão de anos. É difícil justificar essa constatação de maneira satisatória com a "teoria do modo de atividade". Alguns estudiosos interpretariam essas duas indústrias como indícios de tradições culturais distintas de dois grupos separados, vivendo lado a lado e explorando recursos alimentares diferentes.

1 Ver em particular, a exposição sobre a Middle Stone Age, mais adiante.

Ademais, observam-se por vezes justaposições das divisões arbitrárias entre a Early Stone Age, Middle Stone Age e Late Stone Age. É possível encontrar utensílios característicos da Early Stone Age ou evidências da utilização de técnicas primitivas de fabricação em um contexto típico da Middle Stone Age. A coexistência de características inovadoras e conservadoras pode representar uma mudança gradativa, mas nem sempre é possível encontrar sinais de transição. Em alguns sítios com sequência estratigráfica nítida, pode ocorrer o aparecimento de uma tecnologia nova plenamente desenvolvida, sem nenhum traço de evolução local. Esse fato sugere a difusão cultural de uma região para outra, que pode ser (embora não necessariamente) resultado da migração de populações. As alterações climáticas, com seus efeitos sobre o meio ambiente, também constituíram um estímulo para a adaptação cultural e o avanço tecnológico; neste caso, todavia, o arqueólogo deve se precaver contra interpretações deterministas simplistas.

Essa divisão bastante arbitrária da Idade da Pedra é um sistema de referência útil no estágio atual dos nossos conhecimentos; deve, no entanto, guardar certa flexibilidade para que possa sofrer constantes modificações. É possível que, no futuro, esse sistema venha a perder sua utilidade, caráter que já poderá estar comprometido por uma aplicação muito formal ou muito rígida com finalidades para as quais ele não foi previsto.

No Quadro da p. 527 apresentamos um esquema mais detalhado para ilustrar a maneira pela qual as diversas culturas e as indústrias líticas da Idade da Pedra, reconhecidas por arqueólogos na África oriental, se enquadram nessa divisão em três períodos. Esse quadro se propõe a servir de guia para os conhecimentos atuais e para os principais estudos em curso e não tem a pretensão de ser a interpretação "correta" nem de permanecer inalterado diante dos resultados de futuras pesquisas ou do reexame de trabalhos já realizados. Deve ser considerado simplesmente como um *guia,* e um guia *flexível.* Algumas das "culturas" aqui citadas (e outras deliberadamente omitidas) foram classificadas separadamente com base em pesquisas ou descrições insuficientes, fundadas na exploração e descrição completa de um único sítio; portanto, sua validade enquanto unidades culturais pode ser posta em dúvida. Outras têm uma extensão temporal ou geográfica enorme. A cultura acheulense da Early Stone Age cobre mais de 1 milhão de anos na África oriental e estende-se não só pelo continente africano como também por grande parte da Eurásia meridional e ocidental. Na primeira fase da Middle Stone Age, a indústria sangoense espraiou-se de certas regiões da África oriental e meridional até o extremo oeste do continente. Entre as mais recentes indústrias representadas na África oriental, a stillbayense e a wiltoniense foram descritas pela primeira vez na Província do Cabo, na África do Sul. Alguns especialistas

A pré-história na África oriental

Anos (aprox.) antes da Era Cristã	Divisões		Características tecnológicas diagnósticas	Principais indústrias líticas		Equivalentes aproximados em regiões mediterrâneas e eurasianas	Períodos geológicos (correlações aproximadas)
3 milhões	EARLY STONE AGE	PRIMEIRA FASE	seixos lascados e lascas	Olduvaiense (indústrias de seixos lascados)		Paleolítico Inferior	Pleistoceno Inferior
1 milhão		SEGUNDA FASE	instrumentos bifaciais (bifaces, machadinhas, etc.)	Acheulense (indústrias de bifaces)			Pleistoceno Médio
100 000 40 000	MIDDLE STONE AGE	PRIMEIRA FASE	utensílios de lascas fabricados a partir de núcleos preparados	Margens de rios, lagos e pântanos – Florestas: Sangoense	Terras altas – Savanas: Fauresmithiense	Paleolítico Médio	Pleistoceno Superior
		SEGUNDA FASE	encabamento; utensílios menores e retocados	Lupembiense	Stillbayense (Magosiense)		
15 000	LATE STONE AGE		lâminas e micrólitos retocados; utensílios compósitos	Tshitoliense	Wiltoniense	Paleolítico Superior	Holoceno
				Capsiense do Quênia Culturas das "tigelas de pedra" Final da Late Stone Age	Terras altas do Quênia	Epipaleolítico ou Mesolítico Neolítico (em certas regiões)	
da Era Cristã	IDADE DO FERRO						

no assunto preferem dar nomes novos e distintos às variantes da África oriental. Neste capítulo, no entanto, preferimos adotar uma abordagem mais simplificada, apontando algumas dificuldades evidentes e prováveis revisões em certos pontos. Os leitores que o desejarem podem acompanhar os novos progressos e debates tomando por base as obras citadas em nossa bibliografia – poderão, assim, tentar a aplicação de uma terminologia mais sofisticada.

Este texto e o Quadro (e as respectivas notas) não estão consagrados à terminologia em si; isolada, a terminologia perde seu significado, e valorizá-la demais seria prejudicar a compreensão. Por outro lado, a Idade da Pedra, enquanto período pré-histórico, só pode ser conhecida, discutida e estudada por meio de termos e símbolos criados pelos arqueólogos. Toda tentativa séria de compreensão desse período e da abundante literatura que lhe é dedicada, quer o consideremos num todo ou o analisemos em partes, exige o conhecimento da terminologia empregada pelos diversos autores, por mais inconsistente e arbitrária que possa ser. Este capítulo, portanto, constitui uma tentativa de introdução à literatura e à compreensão histórica da África oriental da Idade da Pedra.

Notas referentes ao Quadro (p. 527)

As duas colunas da direita indicam correlações aproximadas com os períodos geológicos e com a divisão cronológica do Paleolítico aplicada à região do Mediterrâneo, no norte da África e na Eurásia. Elas foram incluídas para simples referência, especialmente em relação a outros capítulos deste volume e outras publicações (inclusive obras anteriores sobre a arqueologia na África oriental), e *não são essenciais para a leitura deste capítulo.*

Os termos "Inferior", "Médio" e "Superior" – dos quais "Inferior" designa a época mais antiga – seguem a prática geológica normal, baseada em sequências estratigráficas. Por isso, na maioria das obras geológicas, e em muitas obras arqueológicas, esses quadros são apresentados em ordem lógica, ou seja, de baixo para cima. Nosso quadro ordena-se de cima para baixo, de acordo com os quadros cronológicos históricos.

Como está indicado, o termo Paleolítico (ou Antiga Idade da Pedra) *não* é equivalente ao Early Stone Age africano. Paleolítico, tal como foi empregado inicialmente e como ainda é utilizado na Europa, significa "Idade da Pedra sem produção de alimentos", opondo-se a Neolítico (ou Nova Idade da Pedra), que designa "Idade da Pedra com produção de alimentos", isto é, agricultura e/ou criação de animais precedendo o uso de metais. Uma interpretação do

"Neolítico" ligeiramente diferente por vezes encontrada prefere os indicadores de uma cultura material avançada, em particular a cerâmica ou a pedra polida, ao testemunho específico de produção de alimentos. Em algumas partes do mundo, pode-se distinguir um período de transição (ou um período de estagnação cultural, segundo alguns autores) denominado Mesolítico, ao qual nos referiremos, neste capítulo, apenas para notar que não tem qualquer relação com a Middle Stone Age africana – engano muito frequente em obras gerais sobre a história da África.

Em quase todo o continente africano ao sul do Equador, não encontramos nenhum período equivalente ao Neolítico de outras partes do mundo, pois a produção de alimentos só se difundiu no início da Idade do Ferro.[2] No entanto, nas terras altas do Quênia e do norte da Tanzânia, há indícios de produção de alimentos (criação de animais, se não um pouco de agricultura) no fim da Late Stone Age, entre 2 mil e 3 mil anos atrás. Essa cultura, com sua cerâmica e tigelas de pedra, é chamada de "neolítica" por alguns autores.

Early Stone Age

Primeira fase

Os mais antigos utensílios de fabricação humana conhecidos datam de um período entre 2 ou 3 milhões de anos e ao menos 1 milhão de anos passados. Foram descobertos nas margens de antigos lagos ou pântanos próximos ao Rift Valley no norte da Tanzânia, no Quênia e na Etiópia. Talvez os mais antigos utensílios talhados sejam as pequenas lascas de quartzo desbastadas que foram encontradas em vários sítios do lago Turkana e do vale do Omo na Etiópia, e cuja finalidade ainda é controvertida. Contemporâneos ou ligeiramente posteriores a estas são os seixos lascados, bem mais conhecidos e abundantes. São seixos do tamanho de um punho e pequenos blocos de pedra que sofreram desbaste por lascamentos operados com o auxílio de outra pedra para produzir utensílios cortantes, grosseiros mas eficazes. Enquanto trabalhos mais pesados, como cortar a pele de um animal, partir ou triturar materiais vegetais rijos, deviam normalmente exigir o emprego do instrumento principal empunhado com firmeza, um grande número de lascas (em geral, mas erroneamente, descritas como resíduos de preparação), mais finas e portanto mais cortantes, conviriam a trabalhos mais leves e mais precisos, como a preparação de um animal abatido,

2 Muitos autores discordam dessa opinião.

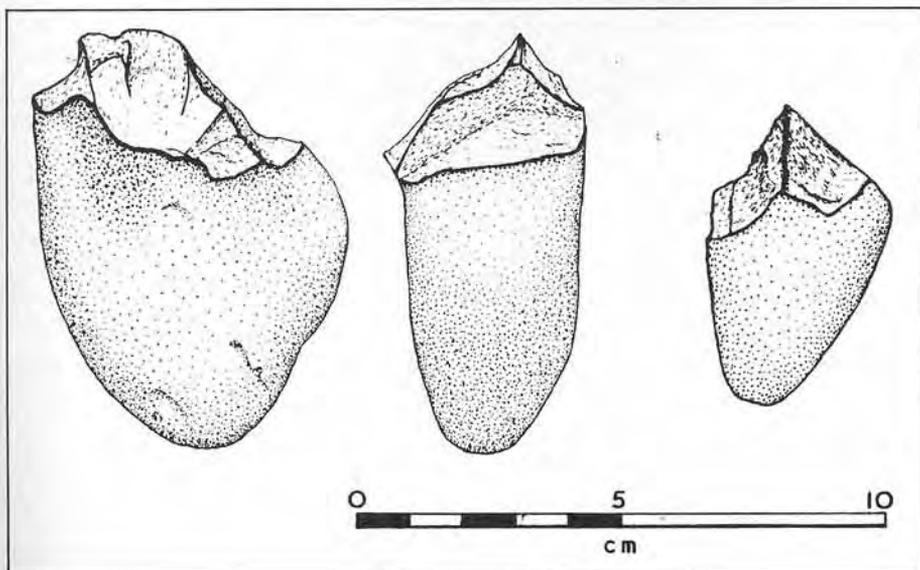



FIGURA 19.3 Garganta de Olduvai, Tanzânia setentrional. A garganta, que se aprofunda a mais de 100 m na planície, revela uma sequência de camadas (a maioria, antigos leitos lacustres). As mais profundas, com aproximadamente 2 milhões de anos, contêm os restos de alguns dos mais antigos hominídeos, seus utensílios (do tipo olduvaiense) e restos de alimento. Nas camadas superiores encontram-se bifaces e outros objetos do tipo acheulense (segunda fase da Antiga Idade da Pedra), (Foto J. E. G. Sutton).

FIGURA 19.4 *Early Stone Age*, primeira fase: utensílios olduvaienses típicos (“seixos lascados”).

a fabricação de armas de madeira ou o trabalho doméstico no acampamento. Na verdade, estudos mais aprofundados sobre essas indústrias – denominadas "indústrias do *chopper*" ou do seixo lascado –, particularmente os realizados pela Dra. Mary Leakey na garganta de Olduvai, onde esses utensílios aparecem nos níveis mais inferiores, e por J. Chavaillon em Melka Konturé na Etiópia, revelam uma variedade de tipos e uma sofisticação tecnológica maiores do que até então se supunha. Tanto a expressão "seixo lascado" quanto "civilização do seixo lascado", esta última empregada com frequência em relação à primeira fase da Early Stone Age, são inexatas, principalmente porque as pedras escolhidas para a fabricação dos *choppers,* das lascas e de outros utensílios nem sempre eram seixos. Ademais, o osso e, sem dúvida, a madeira eram igualmente utilizados. Por esse motivo, a maioria dos arqueólogos prefere chamar essa fase de Olduvaiense, de Olduvai, no norte da Tanzânia, onde esses utensílios foram descobertos e descritos pela primeira vez. Isso não significa, é evidente, que tenham sido fabricados inicialmente em Olduvai[3].

Até certo tempo atrás, pensava-se que os fabricantes desses utensílios de seixos lascados eram capazes de caçar e abater apenas pequenos animais, como pássaros, lagartos, tartarugas e daimões, para complementar sua coleta de frutos, vegetais e insetos. Atualmente há evidências de que eles abatiam também animais de grande porte. Entre os restos fósseis encontrados ao lado de utensílios nos sítios de acampamento ou perto deles, figuram ossos de elefantes e grandes antílopes. É possível que alguns desses animais tenham morrido de causa natural, ou que tenham sido feridos por acidente ou, ainda, mortos por leões e outros predadores. Mas é provável que, já nessa época remota, alguns desses animais fossem apanhados em armadilhas ou conduzidos para as margens de pântanos por grupos de caçadores que os matavam com chuços e maças de madeira e talvez com projéteis de pedra.

Sem dúvida, parte da carne era consumida pelos caçadores no próprio local onde o animal fora abatido, mas parte era frequentem ente levada para o acampamento e dividida com o resto do grupo, inclusive mulheres e crianças. Os restos que chegaram até nossa época compreendem ossos de várias espécies de animais e diversos instrumentos para cortar, raspar e triturar; eles constituem uma notável evidência do que podia ser um local de habitação no mais primitivo estágio da humanidade. Além disso, o estudo da distribuição dos restos sugere a construção de abrigos; em Olduvai, acredita-se que algumas pedras dispostas

3 O nome do local é de origem masai. Sua forma mais correta seria *Oldupai.* Encontra-se também a grafia "oldowaiense", derivada da forma alemã do nome *Oldoway,* que aparece nos primeiros mapas.

em círculo tenham servido de base para o vigamento de uma cabana ou de um abrigo possivelmente coberto com peles. Em Melka Konturé, uma plataforma artificial parece ter servido ao mesmo propósito.

Além dos vários sítios das margens lacustres que se estendem de Olduvai até o lago Turkana (entre os quais figuram os mais antigos sítios conhecidos), foram descobertas jazidas de seixos lascados desde a África do Sul até as costas do Mediterrâneo. Datam possivelmente de um estágio mais evoluído que a fase mais antiga da África oriental. É provável que aquele tipo de indústria tenha-se originado na África central ou oriental, espalhando-se em seguida por todo o continente. Em razão de sua datação e, mais ainda, por terem sido ocasionalmente descobertos na África oriental junto a ossos humanos, esses utensílios podem ser atribuídos aos mais primitivos hominídeos, os Australopithecine ou, especificamente, ao *Homo habilis*[4], tese ardorosamente defendida por alguns autores.

Segunda fase

O Acheulense ou "civilização dos bifaces" encontra-se tão difundido na África quanto o Olduvaiense, e os sítios a ele relacionados são muito mais numerosos, fato que se pode atribuir não só a uma população maior, como também à crescente produção de utensílios de grandes dimensões, facilmente identificáveis. Ao contrário do Olduvaiense, o Acheulense estende-se para além do continente africano – onde teve início há mais de 1 milhão de anos – até o oeste e o sul da Ásia, e pela Europa ocidental e meridional. A tradição acheulense perdurou por mais de 1 milhão de anos até épocas relativamente recentes, isto é, não mais que 100 mil anos atrás. Esse período foi marcado por mudanças climáticas em escala mundial[5], sendo pouco provável que todas as regiões onde foram encontrados utensílios daquela cultura fossem habitadas permanentemente. Além disso, a leste da Índia, são raras ou inexistem verdadeiras indústrias acheulenses, e, ao que parece, a Ásia oriental conservou uma tecnologia lítica distinta, mais próxima do tipo "seixo lascado" evoluído. Esse fato pode representar uma delimitação cultural importante entre Oriente e Ocidente. As indústrias acheulenses, das quais o biface é o instrumento mais conhecido, são em geral associadas ao *Homo erectus,* uma forma intermediária entre os Australopithecine e o homem

4 Ver capítulo 17 deste volume.

5 Ver capítulo 16 deste volume.

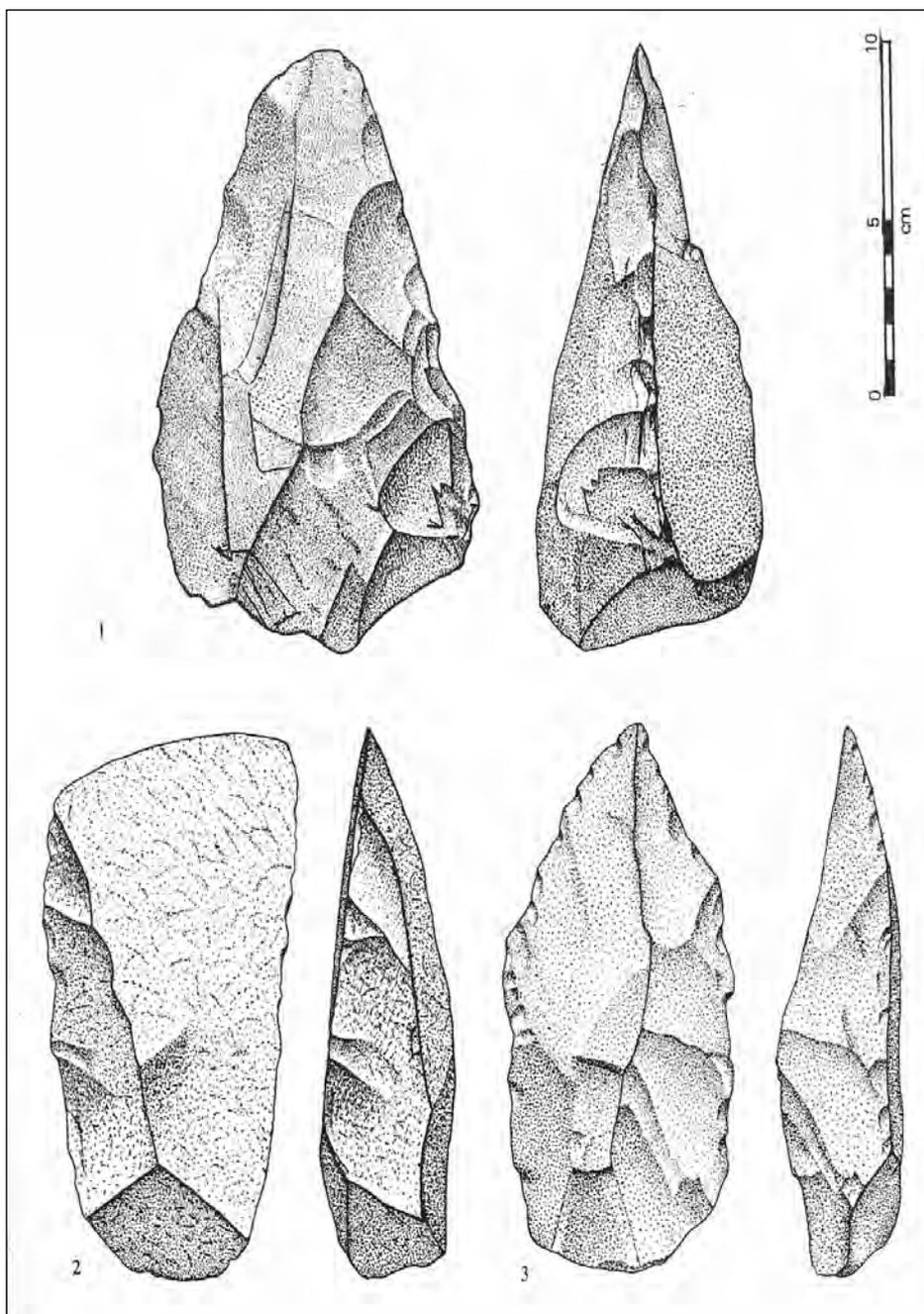



FIGURA 19.5 *Early Stone Age*, segunda fase: instrumentos acheulenses típicos (vista frontal e lateral). 1. picão; 2. machadinha; 3. biface.

moderno. Entretanto, por volta do fim da fase acheulense, a evolução de *Homo erectus* para os primeiros tipos de *Homo sapiens* já estava em curso.

A África foi um dos cenários da evolução do *Homo erectus,* a qual se fez acompanhar de um desenvolvimento cultural atestado pelas técnicas acheulenses de fabricação de utensílios e pelo modo de vida mais eficiente que possivelmente permitiram. No entanto, as tradições culturais antigas (e provavelmente os tipos físicos mais primitivos) mantiveram-se ainda, durante certo tempo, ao lado das novas tradições. O melhor exemplo desse fato é dado pelos sucessivos níveis de antigas margens de lagos em Olduvai, lugar onde utensílios distintos, olduvaienses e acheulenses, foram produzidos e usados simultaneamente por várias centenas de milênios, há cerca de 1 milhão de anos. O Acheulense compreende numerosos estágios e variações, mas, para propósitos mais genéricos, basta-nos a divisão principal entre o Acheulense Antigo, mais simples e rudimentar, e o Acheulense Evoluído, ao qual pertencem os mais belos bifaces e machadinhas manufaturados. Existem coleções desses instrumentos enriquecendo o acervo dos museus da África oriental, sendo que as provenientes de Isimila (sul das terras altas da Tanzânia) classificam-se entre as mais belas do mundo. Evidentemente, o Acheulense Evoluído começou a se desenvolver a partir de certo ponto do Acheulense Antigo, tendo as novas técnicas, em consequência, coexistido durante certo tempo com as antigas tradições.

No Acheulense, a África oriental foi apenas uma das muitas regiões do Mundo Antigo habitadas pelo homem, mas aí se descobriram sítios que forneceram algumas das mais valiosas informações sobre a tecnologia e a economia do *Homo erectus* e do *Homo sapiens* primitivo. Além de Olduvai – com suas incomparáveis sequências estratigráficas – e de outros depósitos na mesma região, há os sítios de Olorgesailie e Kariandusi, no Rift Valley do Quênia, e várias jazidas a leste do lago Turkana; Nsongesi e outros sítios próximos da fronteira entre Uganda e Tanzânia; Isimila e Lukuliro, no sul da Tanzânia; e Melka Konturé, na Etiópia, onde várias fases do Acheulense foram descobertas.

As denominações "biface" e "machadinha", usadas para designar os dois tipos mais característicos de instrumentos acheulenses, são evidentemente termos arqueológicos convencionais. O biface ou *hand-axe* (acha de mão) não era um machado, mas, certamente, um instrumento para uso geral, cuja extremidade pontiaguda e longos bordos afiados poderiam servir para cavar e esfolar, entre outras coisas. A machadinha (*cleaver*), com bordo cortante em formato ligeiramente quadrangular, serviria propriamente para esfolar animais. A diferença entre a tecnologia olduvaiense e a acheulense é, em grande parte, quantitativa: os conjuntos de utensílios bem como os utensílios isolados acheulenses são

FIGURA 19.6 Isimila, terras altas da Tanzânia meridional. Vista da ravina erodida mostrando as camadas onde foram encontrados utensílios acheulenses (Foto J. E. G. Sutton).

FIGURA 19.7 Concentração de bifaces, machadinhas e outros utensílios acheulenses (a pequena colher de pedreiro no centro serve como escala), (Foto J. E. G. Sutton).

mais facilmente identificados. Além disso, as técnicas acheulenses, com um lascamento mais preciso, regular e sistemático nas duas faces, executado mais frequentemente com um percutor de madeira cilíndrico ou osso longo de animal que com um percutor de pedra (como no Olduvaiense), permitiriam a produção de instrumentos maiores, com bordos cortantes mais longos e de lascas mais afiadas, utilizadas como facas.

Durante a Early Stone Age, as populações consistiam de bandos de caçadores--coletores que se deslocavam a cada estação, nas savanas e nas regiões menos arborizadas, seguindo a flutuação dos recursos vegetais e animais. É bastante provável que esses bandos se dividissem em certas épocas do ano e se reunissem ao fim da estação seca, formando grupos maiores à beira de lagos ou em qualquer outro território onde houvesse abundância de recursos. Levantou-se a hipótese de que as enormes concentrações de utensílios acheulenses finamente executados encontradas em sítios como Isimila e Olorgesailie poderiam ser testemunhos dessas reuniões, verdadeiros *jamborees* anuais.

As primeiras evidências do uso do fogo na África oriental foram descobertas em contextos arqueológicos que continham indústrias do Acheulense Evoluído. Obras publicadas até recentemente situam essa descoberta há 50 mil anos aproximadamente, data, sem dúvida, bastante parcimoniosa. Na Ásia oriental e na Europa existem boas evidências de que o *Homo erectus* utilizava o fogo e cozia há meio milhão de anos; embora ainda não se tenha absoluta certeza, é muito provável que na África o fogo fosse conhecido e alimentos cozidos fossem frequentemente consumidos durante grande parte do Acheulense.

Middle Stone Age

As populações da Middle Stone Age pertenciam à espécie *Homo sapiens,* mas talvez pertencessem inicialmente a subespécies do *Homo sapiens* ligeiramente diferentes do homem moderno. Entretanto, por volta do fim desse período, não só o homem moderno (*Homo sapiens sapiens*) já devia ter surgido, como também estariam bastante desenvolvidas, na África e em outras regiões, as características físicas das raças hoje existentes.

Em termos tecnológicos, houve progressos significativos na Middle Stone Age. Abandonou-se a técnica básica de fabricação de utensílios de pedra, segundo a qual extraíam-se lascas de um núcleo até que se aproximasse de uma formá-padrão com arestas cortantes utilizáveis. Tornou-se cada vez maior o emprego de uma técnica mais complexa, que consistia na preparação dos núcleos por lascamentos precisos, para lhes dar a forma e as proporções favoráveis ao

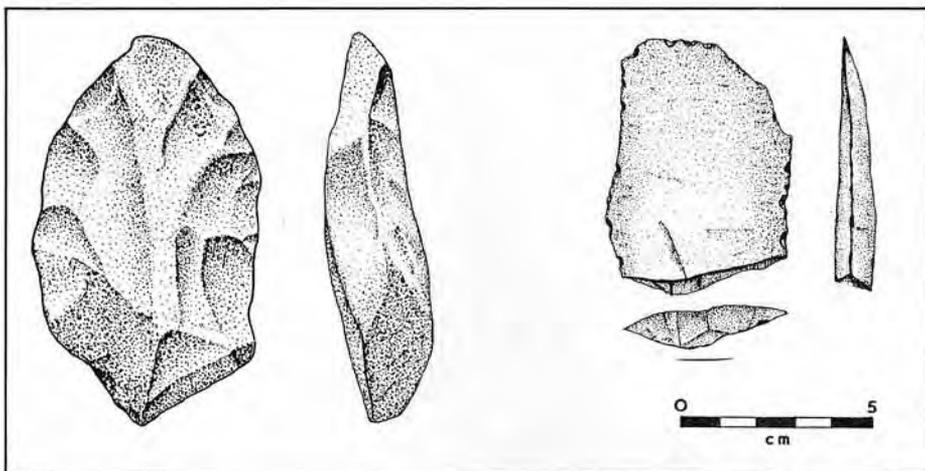



FIGURA 19.8 *Middle Stone Age* e utensílios de transição: o exemplo da direita é uma ponta fina podendo ser encabada, talvez como ponta de lança.

FIGURA 19.9 Olorgesailie, no Rift Valley do Quênia. Escavações em um sítio de ocupação acheulense (Foto J. E. G. Sutton).

destacamento de um utensílio acabado. Paralelamente, era utilizada a técnica de extração de lascas ao acaso, que, em seguida, recebiam uma forma por meio de *retoques.* Essa técnica permitiu a produção de utensílios menores, mais finamente trabalhados, em geral mais delgados que os da Early Stone Age e, portanto, mais eficientes, e deu ensejo, na segunda fase da Middle Stone Age, a uma inovação com implicações de longo alcance – o encaixe de utensílios de pedra lascada em um cabo de madeira ou de outro material. As pontas foliáceas, características das indústrias stillbayenses, retocadas por pressão com grande precisão, eram frequentemente fixadas e coladas em uma fenda praticada na extremidade de um cabo de madeira para formar uma lança. Muitos utensílios domésticos deviam ser produzidos de maneira semelhante, o que implicava não só o preparo de gomas de resinas vegetais, mas também um trabalho mais complexo de desbaste e entalhe da madeira, facilitado por um tratamento ao fogo.

Paralelamente ao avanço tecnológico da Middle Stone Age, verificou-se um desenvolvimento econômico ou, pelo menos, certas modificações no processo de adaptação ao meio. Neste ponto, colocam-se duas questões que se acham relacionadas entre si. A primeira diz respeito às alterações climáticas[6]. Suas particularidades, datação e correlação com os testemunhos arqueológicos ainda são pouco conhecidas, e seria arriscado tentar explicar umas através de referências fáceis às outras. Além do mais, as alterações climáticas – mudanças de climas mais secos para mais úmidos e vice-versa, afetando a expansão e o recuo das florestas, a frequência e o tamanho dos lagos e rios e, portanto, a distribuição e a abundância das diversas fontes de alimento – não tinham nada de novo. Devemos indagar por que as alterações climáticas não levaram a um avanço econômico e tecnológico numa fase anterior da Middle Stone Age. No atual estágio das pesquisas, ainda não é possível responder satisfatoriamente à questão, embora se suponha que o crescimento demográfico tenha forçado a procura de modos mais eficazes e variados de exploração do meio ambiente. Qualquer que tenha sido a causa, foi isso certamente o que ocorreu na Middle Stone Age.

Nossa segunda questão refere-se à especialização regional. Os homens começaram a povoar novos territórios. No mundo inteiro, o *Homo sapiens* exercia sua capacidade inata de adaptação, forçando os limites dos lugares onde se estabelecia. Surgiu na África uma nítida divisão cultural entre os povos das regiões de vegetação rasteira e das savanas com árvores esparsas, e os povos que penetraram nas regiões mais úmidas, de florestas densas. Entre os primeiros

6 Ver capítulo 16 deste volume.

desenvolveu-se a tradição da caça de animais de grande porte com lança (sem que por isso fosse excluída a coleta de alimentos), ao passo que os últimos se dedicaram mais à coleta de vegetais e frutos, à pesca e à captura de animais à beira d'água, com lanças e, certamente, vários tipos de armadilhas.

Durante a primeira fase da Middle Stone Age, essa especialização regional não foi tão acentuada quanto às vezes se supõe. Nas terras altas do Quênia, nas proximidades ou mesmo no interior das florestas, foram coletados utensílios pertencentes a uma indústria conhecida como Fauresmithiense, semelhante às indústrias de Gondar e de Garba III, em Melka Konturé. É, em muitos aspectos, um Acheulense Evoluído, apresentando o mesmo tipo básico de instrumentos que são, todavia, menores e combinam novas técnicas de fabricação. Contrastam com as indústrias sangoenses, mais difundidas, cujos melhores exemplares na África oriental foram recolhidos nos arredores do lago Vitória e no Rift Valley ocidental, no sul de Uganda, em Ruanda e no oeste da Tanzânia. As indústrias sangoenses apresentam também uma mistura de instrumentos do tipo acheulense e novas técnicas, mas seus traços predominantes são diferentes dos que distinguem a fácies do Fauresmith. O que primeiro nos chama a atenção nas séries sangoenses é seu aspecto rudimentar, que não é um sinal de retrocesso cultural, mas, provavelmente, de uma atividade tecnológica mais variada. Na realidade, muitos desses utensílios de aspecto rudimentar seriam utilizados para fabricar outros utensílios, especialmente os de madeira. Por outro lado, os picões maciços deviam ser úteis para cavar raízes, que constituíam parte da dieta nas regiões arborizadas.

A indústria sangoense é encontrada na África oriental já sob forma desenvolvida, o que leva a crer que sua origem e evolução a partir de uma fonte acheulense deva ter ocorrido em alguma outra região na parte central ou ocidental do continente. É possível que ela tenha-se introduzido na parte ocidental da África oriental durante um período úmido, quando os limites da floresta equatorial se estenderam, fato, no entanto, bastante discutível. É provável que os sítios de acampamento se situassem nas zonas arborizadas e nas margens de rios e lagos e não no interior das grandes florestas. Cabe notar que a distribuição dos sítios sangoenses inventariados na bacia do Zaire mostra que a penetração na floresta equatorial foi apenas um pouco maior do que durante o Acheulense. Entretanto, na segunda fase da. Middle Stone Age, os artesãos da indústria lupembiense (uma forma evoluída e refinada do Sangoense, famosa pelo trabalho requintado de suas pontas de lança de pedra) pertenciam, mais nitidamente, ao meio florestal.

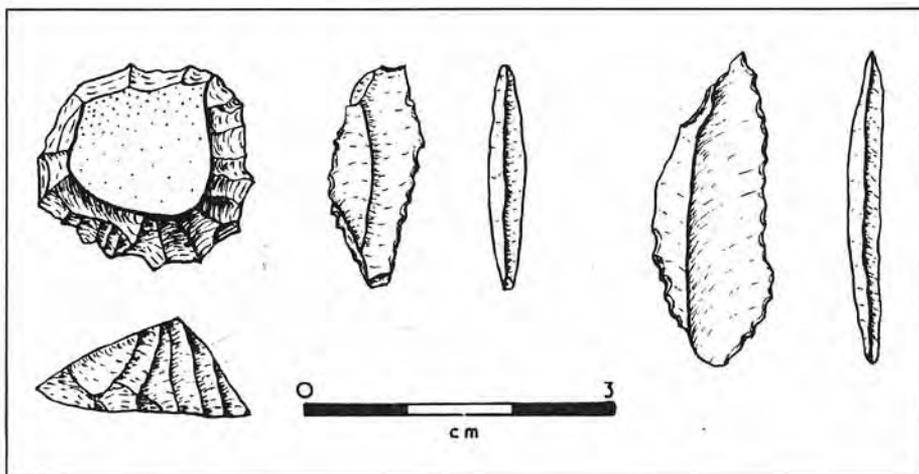



FIGURA 19.10 *Late Stone Age*: lâmina com bordo de preensão retocado (à direita); segmento de círculo (no centro); raspador e micrólito (à esquerda), feitos de obsidiana no Rift Valley do Quênia.

FIGURA 19.11 Apis Rock (Nasera), Tanzânia setentrional. As escavações sob o abrigo, bem visível, à direita revelaram uma sucessão de ocupações humanas da Idade da Pedra Recente (Foto J. E. G. Sutton).

O Lupembiense é encontrado também nos arredores do lago Vitória, em outras regiões ocidentais da África oriental e na bacia do Zaire, contrastando com o Stillbayense das pontas foliáceas, presente nas terras altas ao longo do Rift Valley, no Quênia, e na Etiópia, perto do lago Tana (abrigo de Gargora) ou de Dire Daoua (caverna do Porco-Espinho). Em outras regiões, principalmente no sudeste da Tanzânia, predominam diferentes tipos de indústrias da Middle Stone Age, menos características ou, antes, não especificadas por falta de informações mais amplas. Algumas delas podem ter semelhanças gerais com o Sangoense--Lupembiense. Havia, provavelmente, numerosas tradições regionais resultantes, talvez, de adaptações ao meio ambiente local e que, uma vez estabelecidas, teriam mantido muitas de suas características distintivas, tanto por razões culturais quanto por pressões econômicas e ambientais. Tais fatores culturais regionais podem ser responsáveis pela variabilidade que se fará evidente na África oriental após a adoção das inovações tecnológicas da Late Stone Age.

Late Stone Age

Entre 10 e 20 mil anos atrás, essas técnicas ainda mais complexas de fabricação de utensílios de pedra tornaram-se comuns. Ao contrário da Middle Stone Age, em que se dava ênfase à produção de lascas extraídas de núcleos preparados, a Late Stone Age concentrou-se na produção de lâminas pela debitagem, por percussão direta ou indireta, de fragmentos com bordos paralelos, longos e delicados. Essas lâminas podiam ser em seguida retocadas, tendo em vista uma variedade de formas e finalidades. Em geral, as peças retocadas eram muito pequenas (micrólitos), às vezes com menos de 1 cm de comprimento. Uma forma comum, chamada pelos arqueólogos de "segmento de círculo", tem gume reto e dorso curvo e sem corte. Não constituíam utensílios acabados, destinando--se a serem fixados a cabos de osso e de madeira. O encabamento já se tornara uma prática evoluída e comum. Frequentemente, vários micrólitos eram fixados em sequência numa fenda de um cabo de madeira, constituindo, assim, um "instrumento compósito", como uma faca ou serra. Em regiões onde as rochas eram adequadas à produção de lâminas principalmente o sílex, ou, melhor ainda, o vidro vulcânico opaco (obsidiana), encontrados em locais próximos ao Rift Valley, no norte da Tanzânia e no Quênia – podiam ser confeccionados belos segmentos de círculo, lâminas com bordo de preensão retocado, furadores, buris para entalhar, raspadores e outros utensílios típicos. Mas em certas regiões só existia quartzo ou pedras de qualidade inferior, menos adequadas ao lascamento. Com esse tipo de material produziram-se utensílios eficazes que, no entanto, são

de aspecto grosseiro e irregular. Por vezes, os arqueólogos encontram milhares de lascas e fragmentos de quartzo em um solo de ocupação da Late Stone Age, mas só conseguem reconhecer e classificar como utensílios 2 ou 3% deles.

Com base nessas inovações tecnológicas, é possível reconhecer ou deduzir um certo número de inovações culturais e econômicas. Foi provavelmente nessa época que o arco e a flecha começaram a ser utilizados na caça. Um ou dois micrólitos podiam ser fixados na extremidade de uma haste de madeira formando uma ponta; outros, colocados mais embaixo, poderiam servir como farpas. O preparo de venenos para tais flechas remonta, muito provavelmente, a essa época, sendo sugerido, assim como o uso de redes em áreas arborizadas, pelas práticas das populações de caçadores-coletores atuais ou recentes entre as quais se mantiveram algumas das tradições da Late Stone Age. O osso era certamente muito utilizado; a descoberta de furadores de pedra e de osso indica que as peles eram costuradas, para a confecção de vestimentas e abrigos. Contas feitas de sementes, osso, cascas de ovos de avestruz, e, mais tarde, de pedra, poderiam ser pregadas nessas vestimentas ou utilizadas na confecção de colares. As mós, que aparecem em algumas séries da Late Stone Age, eram usadas, entre outras coisas, para triturar o ocre vermelho, mas é provável que tivessem igualmente uma finalidade econômica mais fundamental: moer alimentos vegetais.

Alguns acampamentos da Late Stone Age localizavam-se em campo aberto, perto de cursos d'água ou lagos, e é possível imaginar a existência de abrigos ou choças feitos com estacas, arbustos e talvez cobertos com peles.

Nessa mesma época, era comum a ocupação de abrigos sob rocha (às vezes incorretamente descritos como cavernas). Esses abrigos naturais localizavam-se sob falésias, ao longo de certos vales, ou sob enormes blocos de granito, onde quer que houvesse proteção contra a chuva e o vento forte sem que se reduzisse muito a claridade. Alguns deles situavam-se em locais privilegiados, altos, de onde se podia observar os movimentos da caça em grande extensão da planície. Em tais abrigos, um grupo de caçadores poderia pernoitar, ou uma família ou grupo de famílias poderia se instalar durante uma estação. Alguns abrigos foram habitados de maneira regular ou intermitente por centenas e mesmo milhares de anos durante a Late Stone Age. Esse fato explica as sucessivas camadas de restos, geralmente cinzas das fogueiras ossos dos animais consumidos, utensílios de pedra e resíduos de sua fabricação.

Em uma região no centro-norte da Tanzânia, as paredes rochosas de muitos desses abrigos foram decoradas, como já dissemos anteriormente, com pinturas de animais, cenas de caçadas e outros desenhos. Embora raramente seja possível estabelecer uma ligação entre determinadas pinturas isoladas e certas camadas

da sequência da Late Stone Age encontradas nos abrigos, a existência de uma relação mais genérica entre ambas é evidente. Além disso, a maior parte desses desenhos pertence provavelmente aos últimos milênios da Late Stone Age, e parte deles deve ter sido contemporânea do período de difusão das comunidades da Idade do Ferro. Entretanto, a origem dessa arte de caçadores – e das crenças e cosmologias correspondentes – deve ser muito mais remota.

A existência de uma antiga tradição comum, remontando a vários milênios até o início da Late Stone Age, talvez até a Middle Stone Age, poderia explicar as semelhanças gerais entre a arte dos caçadores da Tanzânia e a dos caçadores do sul da África. O mesmo acontece com as indústrias líticas dessas duas regiões, as quais, embora não sendo idênticas, têm em comum algumas características gerais (descritas frequentemente, por aproximação, como wiltonienses). No sul da África, demonstrou-se que certos exemplares recentes de arte rupestre e de indústrias líticas wiltonienses eram obra dos San, entre os quais alguns grupos ainda mantêm um modo de vida baseado na caça e na coleta. As características físicas "San" e as línguas Khoisan (com cliques) são distintivas dessas populações. Atualmente, na África oriental, há apenas uma pequena região onde são faladas línguas com diques e é exatamente a região da arte rupestre, no centro-norte da Tanzânia. As populações de línguas Khoisan, além de apresentarem algumas características somáticas de possível origem San, ainda mantêm uma tradição cultural muito forte de caçadores-coletores[7].

Não se pode considerar esse fato como decorrente de uma migração San relativamente recente, vinda do sul da África. Deve ter havido, em certa época, um *continuum* desses caçadores-coletores, do norte da Tanzânia ao Cabo da Boa Esperança, que foi interrompido pela expansão, nos últimos três milênios, de povos de línguas, culturas e economias diferentes, de vida pastoril e agrícola. As origens desse *continuum* cultural das savanas do leste e do sul da África datam certamente da Late Stone Age, talvez da fase stillbayense da Middle Stone Age. Entretanto, devemos deixar em aberto a questão da antiguidade dessas origens até que se possa reconhecer e entender melhor, nos seus entremeios, a segunda fase da Middle Stone Age e a transição para a Late Stone Age, representadas pelas indústrias erroneamente definidas como magosienses. Observa-se, na Etiópia, que o Magosiense sucede diretamente o Stillbayense em vários sítios, sendo testemunho, em relação a este último, de uma grande diversificação.

7 Ver capítulo 11 deste volume.

A suposta existência de uma longa tradição entre as culturas de savana da Late Stone Age poderia explicar algumas variações regionais incluídas na categoria geral do Wiltoniense. Era tendência dos arqueólogos, no passado, incluir nessa categoria quase todas as indústrias em que abundasse o elemento microlítico, tanto do leste quanto do sul da África. É possível que algumas dessas indústrias nas áreas setentrionais da África oriental tenham pouca ou nenhuma relação com as populações San do sul. Além disso, na parte ocidental da África oriental, poder-se-ia encontrar uma tradição distinta, ligada à bacia do Zaire, onde floresceram as indústrias do Tshitoliense, derivadas do Sangoense-Lupembiense, indústrias das florestas e das regiões arborizadas da Middle Stone Age. Mas essa ligação não é muito evidente, exceto em Ruanda.

Uma região, no entanto, contrasta nitidamente com as demais. Trata-se das terras altas e do Rift Valley do Quênia. Algumas indústrias da Late Stone Age que apresentam traços em comum com as indústrias wiltonienses podem ser encontradas nessa área, além de outras em que utensílios fabricados com lâminas longas predominam sobre os micrólitos. Essas indústrias, denominadas Capsiense do Quênia, utilizavam a obsidiana local, datando de um período entre -10000 e -5000. A melhor série é a que foi recolhida pelo Dr. Leakey em Gamble's Cave, perto de Nakuru, na década de 20. Indústrias relacionadas a essa ou derivadas dela continuaram a existir até o fim da Idade da Pedra. O Capsiense do Quênia tem analogia com uma tradição de lâminas mais antiga que se difundiu por grande parte do nordeste da África e da região do Mediterrâneo. Mas a comparação entre as indústrias líticas não é a única consideração importante. Devemos notar que o Capsiense do Quênia e seus artesãos representam o ramo sul-oriental da civilização negra fundada na exploração de recursos aquáticos, que se estendeu pela África numa faixa ao sul do Saara e acima do vale do Nilo, até a África oriental. A ocupação dessa área parece ter ocorrido durante um período úmido temporário, em que os níveis dos lagos eram elevados, e os rios, caudalosos. O apogeu dessa civilização ocorreu em torno do sétimo milênio antes da Era Cristã. As populações ribeirinhas apanhavam peixes e animais aquáticos com lanças e arpões de osso característicos, feitos com instrumentos de pedra. Estes podem ser encontrados no lago Eduardo (Rift Valley ocidental), no lago Rodolfo e nas antigas margens do lago Nakuru. Já era conhecida a fabricação de cestos e da cerâmica, representando esta última uma das mais antigas evidências do uso do cozimento da cerâmica no mundo. Todas essas características indicam uma sociedade sedentária, cujo habitat principal se situava à beira da água.

O Neolítico

Há alguns anos, por falta de provas arqueológicas, acreditava-se que a criação de animais e sobretudo a agricultura se tivessem desenvolvido muito pouco na África oriental antes do primeiro milênio, com exceção dos sítios ao longo do vale do Nilo, ligados ao Neolítico de Cartum. É ainda especulativa a afirmação de que grupos de pescadores parcialmente sedentários, vivendo à beira dos grandes lagos e rios a partir do sétimo e do sexto milênios, deram origem à criação de animais e talvez à agricultura, sendo essa mudança no seu modo de vida causada, por um lado, pelas pressões ambientais (a repentina aceleração do processo de desertificação do Saara no início do terceiro milênio) e, por outro, pela sua avançada tecnologia (já conheciam até a cerâmica). Pode-se supor, entretanto, que esses povos foram receptivos às técnicas de produção coletiva de alimentos, em particular a domesticação de animais e vegetais, que vão difundir por toda a região a partir do terceiro milênio, atenuando, assim, o impacto da mudança climática sobre os recursos naturais.

O sítio mais conhecido desse período é Esh Shaheinab (Sudão), situado em um antigo terraço pouco ao norte da confluência do Nilo Azul e do Nilo Branco. Além de uma indústria lítica de micrólitos geométricos, A. J. Arkell encontrou arpões perfurados na base e anzóis feitos de conchas (que atestam a existência da pesca como atividade permanente), enxós de riolito, goivas, pequenos machados de osso polido, cerâmica decorada com pontos e linhas onduladas. Os restos ósseos incluem espécies selvagens, em grande parte peixes, mas também cabras e ocasionalmente carneiros. Data da segunda metade do quarto milênio. No sítio de Kadero, próximo a Esh Shaheinab e apresentando material semelhante, nove décimos dos restos ósseos coletados pertencem a espécies domesticadas, inclusive da família *Bovidae.*

Em Agordat, na província de Eritreia (Etiópia), foram descobertos vestígios de quatro sítios de habitação semipermanente. Embora o estudo desse sítio tenha-se limitado às camadas superficiais, foram encontrados machados, maças de pedra polida, discos e braceletes de pedra, cerâmica decorada (em relevo ou por incisão) com motivos em ziguezague, contas, ornamentos para os lábios e colares. A descoberta de mós, de almofarizes e de uma estatueta de pedra representando um bovídeo semelhante aos da espécie criada pelas populações do Grupo C (populações centradas na Núbia e a oeste desta) sugere a existência de uma economia pastoril e agrícola, embora não seja suficiente para prová-la. No abrigo de Godebra, próximo de Axum e datado do terceiro milênio, foram descobertos grãos de milho-miúdo da variedade *Eleusine coracana,* junto

a uma indústria de micrólitos geométricos e cerâmica. Na Etiópia, ainda não se descobriu nenhum vestígio do antigo cultivo do *teff (Eragrostis tef)* – ainda o cereal básico, de alto valor nutritivo, para muitos grupos étnicos do norte do país – nem da banana-da-abissínia *(Ensete edule)*, mais cultivada no sul, e tampouco do trigo e da cevada.

Embora ainda não haja provas da existência de uma agricultura no Quênia, há muitos vestígios de atividades pastoris em todo o Rift Valley, até a Tanzânia, e nas terras altas. São encontrados em locais de sepultamento (Njoro River Cave, perto de Nakuru, e Keringet Cave, perto de Molo, ambos sítios de cremação; Ngoron-goro Crater, no norte da Tanzânia, sepultura sob um *cairn* onde o esqueleto se encontra em posição fletida) contendo abundante material arqueológico, principalmente mós e pilões; aparecem também em sítios de habitação, como Crescent Island, perto do lago Naivasha, e Narosura, no sul do Quênia. Em Narosura, 95% da fauna identificada consiste em animais domésticos, dos quais 57% são cabras e carneiros, e 39%, bovídeos. Um estudo dos ossos revelou que animais maiores eram abatidos quando velhos, enquanto cabras e carneiros eram mortos bem mais jovens. Deduziu-se que o gado era criado antes para o consumo do leite – e talvez do sangue, como entre os atuais Masai – que da carne. Também em Narosura a presença de mós e pilões constitui apenas uma prova indireta da existência de algum tipo de agricultura.

No que se refere à África oriental, a introdução da criação de animais e da agricultura – frequentemente ligadas em uma economia mista – foi apresentada muitas vezes como o resultado de duas influências, uma proveniente do sul do Saara atual, estendendo-se até o Sudão, e a outra proveniente do Egito, estendendo-se até a Núbia (Cartum). É possível que o processo de neolitização tenha chegado às terras altas da Etiópia, e daí tenha sido levado para o sul por povos de língua cuxítica, em migrações de pequena escala. Entretanto, como em geral acontece, a passagem para uma economia de produção foi gradativa. As descobertas arqueológicas mostram que o substrato existente continuou a exercer um importante papel tanto no plano tecnológico quanto no econômico. A caça ea pesca foram mantidas; não houve ruptura na continuidade da cultura material dos pequenos grupos de pescadores, que se tinham tornado parcialmente sedentários muito antes do terceiro milênio, nem mesmo na cultura dos caçadores-coletores, que desconheciam o uso da cerâmica (Capsiense do Quênia-Elmenteitiense). Embora até o momento poucas sejam as evidências do desenvolvimento da agricultura, sabemos que ela existia, e que a criação de carneiros, de cabras e, depois, de bovídeos desenvolveu-se rapidamente a partir do terceiro milênio, principalmente durante o segundo milênio. Quando se

iniciou a Idade do Ferro, os povos da África oriental provavelmente já tinham ultrapassado o estádio pré-agrícola.

A tradição dos pescadores da África central e oriental

Há 8-10 mil anos, o clima da África era muito úmido, de modo que os lagos eram maiores e mais numerosos, os pântanos, mais extensos, os rios, mais longos e caudalosos e os cursos d'água temporários, mais regulares. Nessas condições, um modo de vida bastante característico, intimamente ligado aos cursos d'água, às terras por eles banhadas e suas fontes de alimento, e marcado por avançadas técnicas de pesca e de construção de embarcações difundiu-se por todo o continente, da costa atlântica até a bacia do Nilo, numa larga faixa de território situada entre um Saara extremamente reduzido e uma floresta equatorial consideravelmente ampliada. Essa "civilização aquática", como poderíamos chamá-la, foi encontrada em numerosos sítios arqueológicos nas terras altas do Saara e na orla sul do deserto, desde o Alto Níger, passando pela bacia do Chade, até o Nilo Médio, e desse ponto para o sul, até os vales de desabamento *(rift valleys)* da África oriental e Equador. No Rift ocidental, foi encontrada em Ishango, na margem congolesa do lago Eduardo; no Rift oriental, os sítios localizam-se ao longo das mais elevadas linhas de margem fósseis dos lagos Turkana e Nakuru – no primeiro, no fundo da depressão; no segundo, mais ao sul, na parte montanhosa do Rift Valley. O sítio mais importante, localizado nas proximidades do lago Nakuru, foi denominado Gamble's Cave; trata-se, na realidade, de um abrigo sob rocha, explorado pelo Dr. L. S. B. Leakey na década de 20. A camada de ocupação mais profunda continha vestígios da Late Stone Age, atribuídos ao Capsiense do Quênia. Entretanto, a presença de cerâmica e de uma indústria óssea típicas, aliada à recente datação dessa camada (aproximadamente -6000 anos), permitem-nos considerar o Capsiense do Quênia como a forma local da grande tradição "aquática" da África.

A presença de espinhas de peixes, conchas de moluscos, assim como de ossadas de mamíferos e répteis aquáticos (ratos d'água e tartarugas, e às vezes hipopótamos e crocodilos) nesses antigos acampamentos ou habitações à beira d'água sugere importantes dados econômicos. Animais terrestres eram igualmente caçados, e é provável que as plantas nutritivas de águas correntes e pântanos fossem sistematicamente colhidas e consumidas. A tecnologia empregada na obtenção e na preparação de alimentos apresentava algumas características muito avançadas – pontas de arpão esculpidas em osso (com instrumentos de pedra) e recipientes de cerâmica. Os arpões eram fixados com

fibra na extremidade de lanças de madeira, sendo usados para apanhar peixes e outros animais aquáticos, tanto em embarcações quanto à beira d'água. A cerâmica, de grandes proporções, era frequentem ente decorada com espinhas de peixe ou conchas, em motivos conhecidos como *wavy line* e *dotted wavy line*. Embora tenha sofrido variações, a tradição *wavy line* e *dotted wavy line* é característica o suficiente para ser distinguida de outros tipos mais recentes de cerâmica dessas regiões. Alguns dos padrões decorativos, assim como a forma mais aberta dos recipientes, podem ter sido inspirados pelos cestos, que provavelmente eram usados para carregar os peixes após a pesca.

Nos sítios às margens dos lagos da África oriental, ao longo do Nilo Médio e no Saara, o desenvolvimento da "civilização aquática" foi datado entre -8000 e -5000. Seu apogeu e maior expansão ocorreram no sétimo milênio. Os primeiros arpões foram, sem dúvida, esculpidos um pouco mais cedo, ao passo que a descoberta da cerâmica não deve remontar além de -6000. Os recipientes de cerâmica são os mais antigos da África e encontram-se entre os primeiros fabricados no mundo. É quase certo que essa invenção tenha ocorrido espontaneamente em alguma parte da faixa central do continente africano.

Não existe nenhum indício de que as populações ribeirinhas praticassem a agricultura entre 7 mil e 10 mil anos atrás, na África oriental ou em qualquer outro ponto do extenso território que ocupavam. No entanto, a própria magnitude da expansão dessas populações e a rapidez com que ocorreu, aliadas à complexidade tecnológica desse novo modo de vida, demonstram seu prestígio e domínio cultural durante todo aquele período úmido. Considerar essa cultura como simples variante das culturas baseadas na caça e coleta da Late Stone Age seria negar suas características distintivas e suas realizações. É possível que essas populações não vivessem em comunidades verdadeiramente permanentes, mas, com fontes de alimento asseguradas pelos grandes lagos e rios e com uma tecnologia que lhes permitia explorar eficazmente esses recursos, foram capazes de manter instalações comunitárias maiores e mais estáveis do que as de quaisquer outras populações anteriores. Esses fatores propiciaram não só o crescimento demográfico, como também a criação de um novo ambiente social e intelectual, caracterizado por um artesanato complexo, indispensável à fabricação de embarcações, arpões, cestos e cerâmica, e pelo modo de vida mais evoluído que o uso desses objetos impunha.

O papel da cerâmica é particularmente importante, mais do que em geral supõem historiadores e até mesmo arqueólogos. Devido à sua fragilidade, a cerâmica tem uma utilidade limitada para sociedades nômades, sem bases fixas, ou seja, para a maior parte das sociedades de caçadores-coletores. Mas, para

as comunidades permanentes, organizadas, a cerâmica tem um significado carregado de civilização, permitindo maior versatilidade com a introdução ou o aperfeiçoamento dos modos de preparar e cozinhar os alimentos.

A morfologia dos povos ribeirinhos da África ocidental e oriental provavelmente evoluiu; entretanto, os poucos restos de esqueletos descobertos indicam que sua origem era basicamente negroide[8]. Ao que parece, foram justamente a expansão e o progresso da cultura e da economia "aquáticas" há 9 mil ou 10 mil anos que favoreceram a predominância de um tipo definitivamente negroide em toda a região do Sudão até o Médio e o Alto Nilo e a parte setentrional da África oriental. Esse fato provavelmente está associado à expansão geográfica e à subsequente dispersão e diferenciação da grande família (ou *phylum*) linguística que Greenberg chamou de nilo-saariana, e que atualmente se encontra bastante fragmentada na região que vai do Alto Níger até a Tanzânia central. Para um *phylum* tão amplamente difundido, tal fragmentação é indício de uma antiguidade de vários milhares de anos, maior ainda que a de outras famílias linguísticas (Níger-Congo e diversos ramos do afro-asiático) que penetraram nessa área da África central. Entre as áreas onde o nilo-saariano se manteve – inclusive seu ramo oriental, o Chari-Nilo –, estão as regiões ricas em lagos, pântanos e rios, nas quais o antigo modo de vida "aquático", intimamente associado à língua nilo-saariana, conseguiu subsistir por mais tempo, embora tenha sofrido modificações.

Essa exposição sobre a grande civilização dos meios aquáticos e as línguas nilo-saarianas levou-nos mais longe do que conviria para o presente capítulo e para este volume. No entanto, é um aspecto muito importante até hoje negligenciado – da história dos povos da África, tendo influenciado consideravelmente as populações seguintes, suas culturas e economias, em grande extensão do continente, inclusive na África oriental.

A partir de aproximadamente 5 mil anos antes da Era Cristã, os efeitos do ressecamento geral do clima começaram a ser sentidos. O nível dos lagos baixou, e a economia de exploração dos recursos aquáticos sofreu um declínio, embora persistisse por mais algum tempo no *Rift Valley* do Quênia. Durante o segundo e o primeiro milênios antes da Era Cristã, novas populações, vindas da Etiópia, chegaram à região, trazendo gado e provavelmente algumas praticas agrícolas.

8 A afirmação frequentemente encontrada relativa a origem caucasoide das populações do Capsiense do Quênia baseia-se em uma interpretação incorreta dos trabalhos de Leakey em Gamble's Cave e em outros sítios. Ver *J. Afr. Hist.* XV, 1974, p. 534.

CAPÍTULO 20

Pré-História da África austral

J. D. Clark

Os primeiros hominídeos

Darwin e Huxley consideravam os trópicos, incluindo talvez o continente africano, como o habitat original do homem, pois é nessa região que são encontrados o chimpanzé e o gorila, seus parentes mais próximos entre os primatas. Assim como o ancestral comum ao homem e aos macacos antropoides, esses pongídeos são arborícolas; as características morfológicas indicam que sua evolução deve ter-se completado no decorrer de um longo período de adaptação à vida nas florestas tropicais das áreas de montanhas médias e terras baixas. O homem, por sua vez, não evoluiu na floresta, mas nas savanas. Na África oriental e austral os mais antigos fósseis de hominídeos foram encontrados nas pradarias semi-áridas e nas matas de vegetação decídua. Ali, seus ancestrais tiveram de enfrentar problemas de sobrevivência completamente diferentes, contando com recursos em potencial infinitamente mais variados que aqueles de que dispunham os antropoides.

Até agora, ainda não se chegou a um acordo sobre a época em que as famílias dos hominídeos e dos pongídeos se diferenciaram. A partir da interpretação dos testemunhos paleontológicos, calculou-se que essa diferenciação ocorreu durante o Cenozoico Antigo, no decorrer do Mioceno Inferior, há aproximadamente 25 milhões de anos. Por outro lado, trabalhos recentes de bioquímica comparada

dos primatas (cromossomos, proteínas do sérum, hemoglobina e diferenças imunológicas entre o homem, os antropoides e os macacos do Velho Mundo) sugerem que a diferenciação não foi anterior a 10 milhões de anos, talvez nem mesmo a 4 milhões. Poderíamos crer que as evidências fornecidas pelos próprios fósseis fossem mais concretas, mas infelizmente não é o que acontece. Se a cronologia longa estiver correta, o período crucial durante o qual os hominídeos já estariam sensivelmente diferenciados da linhagem dos macacos antropoides Mioceno Recente/Plioceno Antigo (entre -12 e -5 milhões de anos) – forneceu-nos até agora pouquíssimos fósseis de primatas na África. Só a partir do fim do Plioceno dispomos novamente de material fóssil fragmentário, e não há a menor dúvida de que entre esses fósseis existem hominídeos.

O fóssil *Ramapithecus wickeri,* do Mioceno Recente, descoberto em Fort Ternan, na bacia do lago Vitória, tem de 12 a 14 milhões de anos. Infelizmente, desse fóssil existem apenas fragmentos da face e dentes, mas as características desse material levam a classificar tal fóssil como hominídeo. Entretanto, para termos certeza de que o resto de sua anatomia e seu sistema de locomoção não diferiam radicalmente daqueles dos hominídeos, são necessários restos menos fragmentários e principalmente os ossos do esqueleto pós-craniano. Se esse espécime já se diferenciara suficientemente ou não como hominídeo, é uma questão que deve, portanto, ficar em suspenso pelo menos por enquanto. O *Ramapithecus* ocupava um habitat onde predominavam florestas-galerias, cursos de água e savanas, numa época em que as florestas perenes, que existem hoje somente ao sul da Grande Escarpa na África do Sul, eram muito mais extensas que atualmente. Visto que o *Ramapithecus* foi descoberto tanto na África oriental quanto no noroeste da Índia, é provável que vivesse também nas savanas do sul da África.

Os primeiros indícios inequívocos da presença de hominídeos remontam a cerca de 5 milhões de anos atrás, época em que os australopithecos ou “homens-macacos” já tinham surgido na parte oriental do *Rift Valley.* Esses australopithecos ocupavam tanto as savanas do sul quanto as da África oriental. Acredita-se que os mais antigos fósseis da África do Sul datem do fim do Plioceno ou do Pleistoceno Antigo – entre -2,5 e -3 milhões de anos.

A maior parte do Plioceno caracterizou-se por um clima relativamente estável, que facilitou o desenvolvimento e a expansão nas savanas de espécies biologicamente adaptadas. Esse período de relativa estabilidade chegou ao fim com a diminuição da temperatura no mundo inteiro e com grandes movimentos tectônicos e fenômenos vulcânicos, em particular em toda a extensão do *Rift Valley.* Nessa época, o sistema de drenagem de inúmeras bacias fluviais e lacustres

africanas também sofreu modificações, muitas vezes consideráveis, devido aos dobramentos tectônicos da crosta terrestre. As baixas temperaturas que marcam o início do Pleistoceno foram acompanhadas de uma diminuição do índice pluviométrico e de um ressecamento crescente, de tal modo que a vegetação árida do Karroo alastrou-se no sul da África em detrimento das pradarias e florestas.

Essas mudanças importantes no clima e no meio ambiente impuseram aos hominídeos ajustamentos significativos e uma concomitante diversificação morfológica, ditada provavelmente por reações de adaptação às novas pressões ambientais[1]. É certo que nessa época, tendo abandonado a floresta para viver nas savanas em algum momento do Plioceno ou mesmo antes, a forma ancestral dos hominídeos (quer ela fosse quadrúmana ou já parcialmente bípede) havia passado por uma evolução genética relativamente rápida, que lhe permitia adaptar-se a vários nichos ecológicos novos. Eis porque já no Pleistoceno Inferior parece ter havido no sul da África pelo menos três formas de hominídeos, muito provavelmente da mesma espécie, capazes de se reproduzirem por entrecruzamento.

O primeiro fóssil de australopiteco, uma criança, foi encontrado em 1924 em uma brecha colmatada por calcário numa caverna de Taung, no norte da província do Cabo, na África do Sul. O primeiro indivíduo adulto foi descoberto em 1936, novamente em antigos depósitos de caverna, na região de Krugersdorp, no Transvaal. Desde então, inúmeros fósseis de australopitecos e de outros hominídeos foram descobertos como resultado de trabalhos intensivos empreendidos por equipes no nível dos sedimentos depositados pela água na depressão do Rift na África oriental e nas profundas cavernas do planalto calcário da África do Sul, onde as condições são favoráveis à preservação de fósseis dessa época.

Além dessas regiões, o único fóssil relacionado aos australopitecos foi encontrado em Korotoro, na bacia do lago Chade; entretanto, atualmente esse espécime é considerado mais recente. Assim, embora muitos fósseis de australopitecos sejam conhecidos hoje, eles provêm de um número limitado de localidades – em sua maioria de cavernas da África do Sul e de sítios do *Rift Valley* – , pois raramente existem condições favoráveis à preservação de ossos

1 No sul da África, a única localidade importante onde foram descobertos fósseis desse período é Langebaanweg, no oeste da província do Cabo. Esse sítio localiza-se perto do litoral e seu meio ambiente é ao mesmo tempo terrestre e o de um estuário. Encontra-se aí uma fauna abundante e rica em mamíferos africanos de formas arcaicas, que datam de cerca de 3 a 5 milhões de anos. Embora ainda não tenha sido encontrado nenhum traço de hominídeo, existem fósseis de primatas; é bem possível que as pesquisas futuras possam revelar restos de hominídeos para comparação com outros da mesma época provenientes da África oriental.

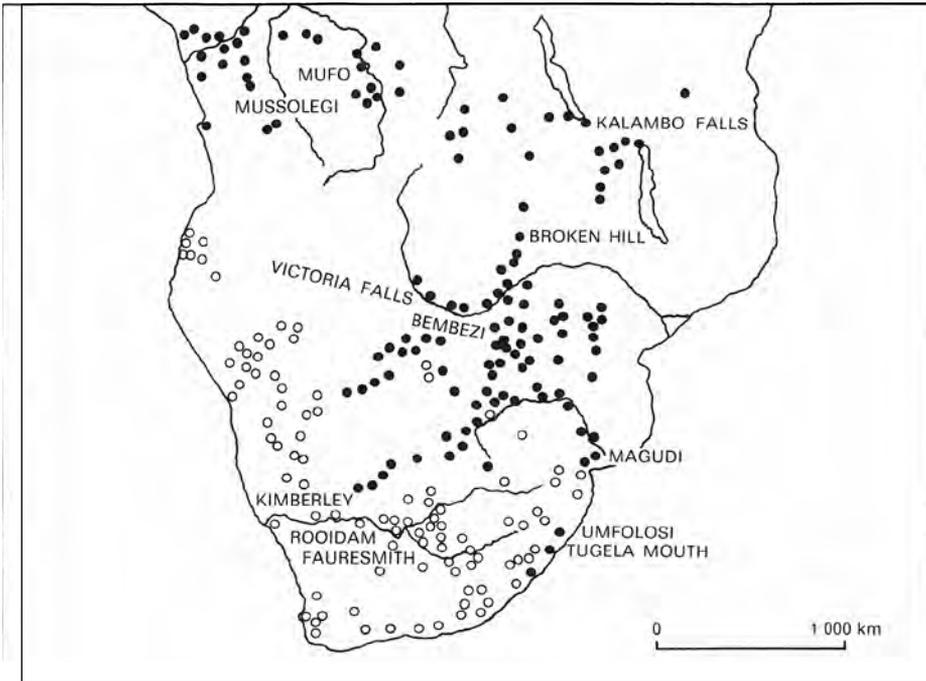
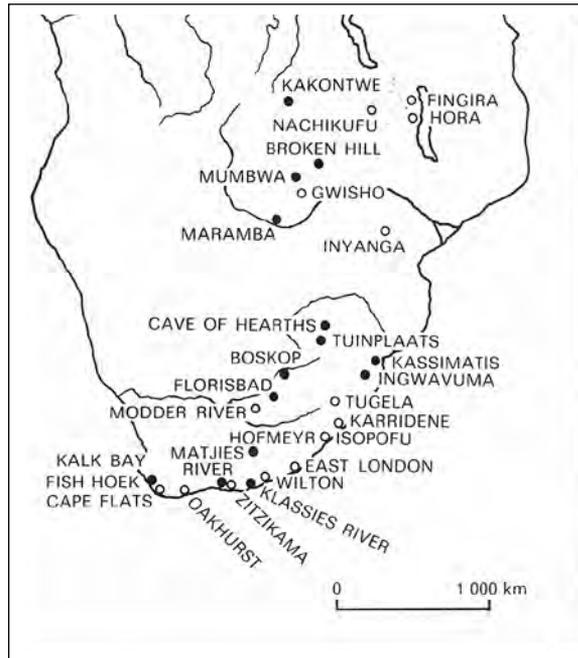



Figura 20.1 Localização dos depósitos fauresmithienses (O) e sangoenses (●) na África austral (*Apud* CLARK, J. D. *The Prehistory of Africa*. Londres, Thames and Hudson, 1970. Fig. 21).

Figura 20.2 Depósitos de fósseis humanos do Pleistoceno Superior (●) e alguns do Pós-Pleistoceno (O) na África austral (*Apud* CLARK, J. D. *The Prehistory of Africa*. Londres, Thames and Hudson, 1970. Fig. 25).

fósseis. Em muitas regiões africanas, como na região das densas florestas da África ocidental, os solos ácidos, a erosão e outros fenômenos impediram a preservação de fósseis. No entanto, existem boas razões para crer que várias formas diferenciadas de hominídeos habitavam as savanas tropicais há 2 ou 3 milhões de anos atrás. Na África oriental, a datação dos fósseis tem-se tornado cada vez mais precisa graças aos métodos radiométricos e à cronologia das reversões paleomagnéticas. Até agora, os fósseis da África do Sul só puderam ser datados por cronologia relativa, através de comparações paleontológicas e geomorfológicas. As estimativas mais recentes, baseadas no estudo de suínos, elefantes e hienas, indicam que os mais antigos fósseis do Transvaal têm pelo menos 2,5 milhões de anos. As brechas das cavernas onde esses fósseis foram descobertos – a pedreira calcária de Makapan e o sítio-tipo de Sterkfontein – contêm algumas espécies de mamíferos presentes nos complexos faunísticos da África oriental, as quais têm características morfológicas semelhantes às dos fósseis da transição Plio-Pleistoceno.

Os mais antigos espécimes de australopitecine da África do Sul apresentam, em sua maioria, morfologia grácil (*A. africanus*), com uma média de 1,40 m de altura, postura ereta, os membros inferiores adaptados à locomoção totalmente bípede e os superiores ao uso de instrumentos. A cabeça está centrada no alto da coluna vertebral, que é sustentada por uma bacia de forma basicamente humana. A capacidade craniana os aproxima mais do gorila (450 a 550 cm^3) que do homem moderno, embora o esqueleto pós-craniano e a dentição revelem características essencialmente humanas.

A face, todavia, é mais simiesca, com prognatismo, malares salientes e arcadas supra-orbitárias espessas. Os pontos de inserção dos músculos da nuca e dos músculos mastigatórios indicam que estes eram muito possantes.

Em sítios mais recentes, as cavernas de Swartkrans e Kromdraai (e muito provavelmente também Taung, como se acredita hoje), o tipo predominante é muito mais robusto (*A. robustus*). Trata-se de indivíduos bem mais pesados, com aproximadamente 68 kg. Os do sexo masculino têm cristas ósseas, uma no alto outra na base do crânio, o que permitia a inserção de possantes músculos mastigatórios e da nuca. Acreditava-se que as formas mais antigas fossem todas do tipo grácil (*A. africanus*) e as mais recentes todas robustas (*A. robustus*). Estudos antropométricos recentes, porém, mostram que a diferenciação não é tão clara como se pensava, sabendo-se hoje que ambas as formas podem ser contemporâneas; isso ocorre em pelo menos um dos sítios da África do Sul (Makapan). Acontece o mesmo no Pleistoceno Inferior da África oriental; os fósseis descobertos nessa região parecem indicar que a diferenciação entre estas

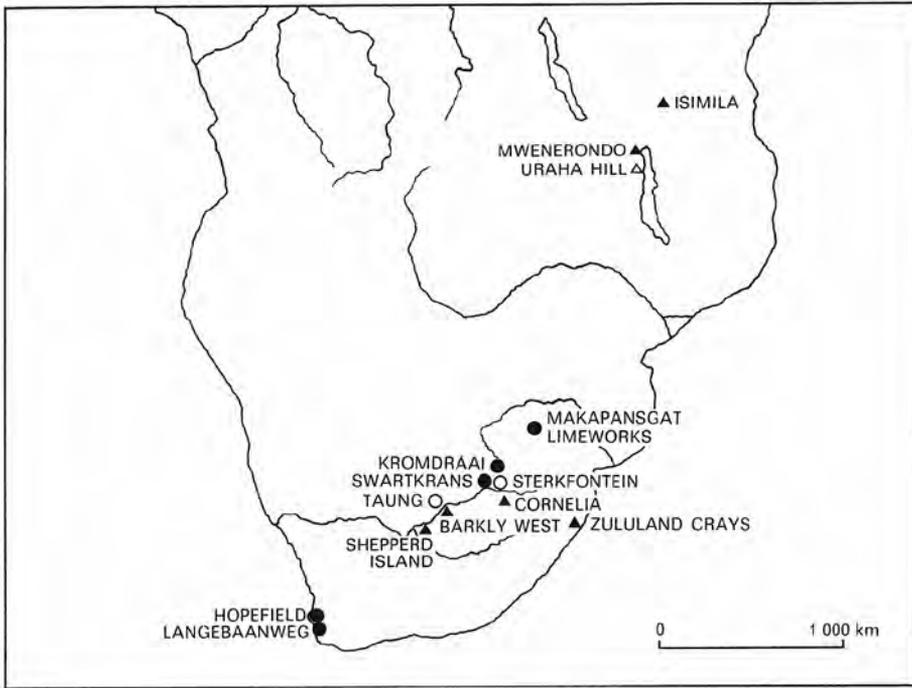
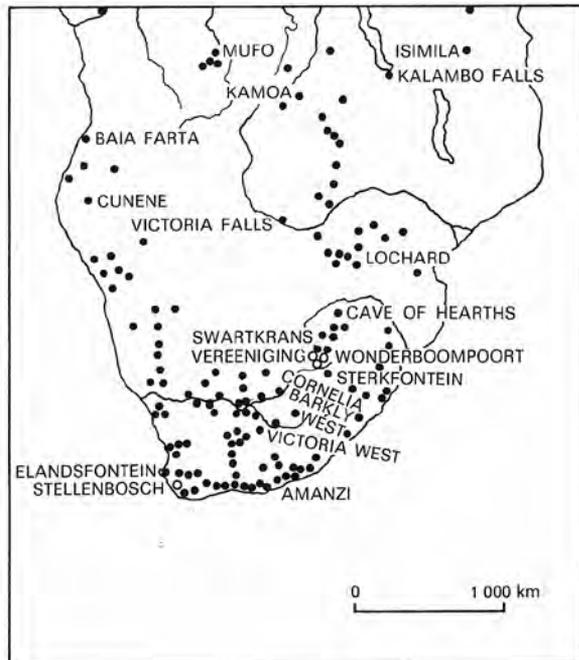



Figura 20.3 Principais depósitos de fauna e fósseis humanos do fim do Plioceno (fauna = △; fósseis humanos = ○) ao início do Pleistoceno (▲ ; ●) na África austral (*Apud* CLARK, J. D. *The Prehistory of Africa.* Londres, Thames and Hudson, 1970. Figs. 9).

Figura 20.4 Localização dos principais depósitos acheulenses na África austral. Acheulense Inferior = ○, Superior = ● (*Apud* CLARK, J. D. *The Prehistory of Africa.* Londres, Thames and Hudson, 1970. Figs. 18).

duas linhagens, a partir de um ancestral comum mais próximo da forma grácil, pode ter acontecido há 5 milhões de anos.

Recentemente, em 1972, na parte nordeste da bacia do lago Turkana, foram encontrados um crânio (com uma capacidade craniana de aproximadamente 810 cm^2), ossos longos e outros fragmentos de ossos cranianos e pós-cranianos, que datam de um período entre -3 e -2,6 milhões de anos. Esses fósseis apresentam muitas afinidades com o *Homo,* embora tenham também características que os relacionam aos australopitecos, em particular na face e na dentição. Em outros depósitos da África oriental, principalmente na garganta de Olduvai (norte da Tanzânia), foram descobertos outros fósseis relacionados a esses, com considerável capacidade craniana e que são classificados como australopitecos evoluídos ou como *Homo* primitivo (*H. habilis*). Tais fósseis datam de um período entre -2 e -1,75 milhões de anos[2]. É muito provável que uma forma primitiva de *Homo* já existisse no sul da África nessa época, mas ainda não foram encontrados fósseis característicos. Essa probabilidade é reforçada pela descoberta feita em 1975, em Hadar, na parte etíope do *Rift Valley* conhecida como Triângulo de Afar, de fósseis hominídeos com aproximadamente 3 milhões de anos. O Dr. D. Johanson sugeriu que os doze indivíduos descobertos poderiam pertencer a três *taxa* diferentes: um hominídeo grácil representado por um esqueleto muito bem preservado, uma forma robusta semelhante ao *A. robustus* e uma terceira forma identificada pelos maxilares superior e inferior, mais próxima do *Homo sapiens.* Se esse fato fosse confirmado, poderia concluir-se que a linhagem *Homo* já e.stava diferenciada dos australopitecíneos há 3 milhões de anos.

O modo de vida dos primeiros hominídeos

Embora muitos fósseis de hominídeos australopitecos tenham sido encontrados em cavernas da África do Sul, parece pouco provável, até mesmo improvável, que os sítios onde foram descobertos fossem seus locais de habitação. Pensava-se que os hominídeos habitavam as profundas cavernas calcárias do Transvaal e que os ossos fósseis ali encontrados fossem restos de animais que eles tinham levado para as grutas para fazerem armas e outros instrumentos. No entanto, é mais provável que os produtos dessa "indústria osteodontoquerática",

2 Acredita-se atualmente que o fragmento facial e o palato encontrados em Chesowanja, na bacia do lago Baringo, tenham mais de 3 milhões de anos. Como esses fragmentos apresentam algumas características que os ligam ao *Homo* (espécie indeterminada), é possível que pertençam a uma época próxima àquela em que a linhagem *Homo* começou a se diferenciar dos australopitecíneos.

como é denominada, constituam apenas os restos da alimentação de algum carnívoro. Estudos cuidadosos dos restos de fauna da jazida de Swartkrans indicam que o acúmulo de fósseis de australopitecos e de outros mamíferos nas grutas pode ter várias causas, sendo a mais provável a atividade predatória de grandes carnívoros, como leopardos ou tigres. Entretanto, ainda não se chegou a um consenso sobre esse ponto (cf. Capítulo 17, segunda parte).

Como a maioria dos materiais são rapidamente destruídos, exceto em circunstâncias excepcionais, dos primeiros artefatos do homem só sobreviveram os que são feitos de pedra. No entanto, nas brechas das cavernas da África do Sul (Makapan, Sterkfontein) onde foram descobertos os fósseis dos hominídeos mais antigos, não aparece nenhum artefato lítico reconhecido como tal, embora tenham sido encontrados utensílios de pedra em três sítios de hominídeos na África oriental, que datam de -2,5 milhões de anos ou mais. Na África oriental, os sítios de habitação localizavam-se perto das margens de um lago ou de um curso de água que desembocava num lago; tais sítios podem ser reconhecidos por uma concentração localizada de ossadas e artefatos de pedra. Considerando a variedade de espécies e o número de animais evidenciados pelos restos de ossos sistematicamente partidos encontrados nesses depósitos, não há dúvida de que se trata de vestígios de atividades coletivas (caça e necrofagia) dos hominídeos, que usavam os instrumentos de pedra para, entre outras coisas, cortar a carne, os ossos e também os alimentos vegetais, que deviam constituir a maior parte de sua dieta. A variedade dos restos e a diversidade de seu grau de conservação sugerem que esses acampamentos foram ocupados em repetidas ocasiões, e não apenas numa parada passageira. No entanto, existem também os chamados “sítios de abate” onde apenas um animal de grande porte foi morto e esquartejado por um grupo. Em geral, a área coberta pelos restos de ocupação deixados nos escarpamentos é pequena, indicando que o grupo provavelmente era pouco numeroso, apenas duas ou três famílias. E discutível até que ponto é verdadeiro o papel de matador-predador por vezes atribuído aos primeiros hominídeos. Embora a carne constituísse uma parte cada vez mais importante de sua alimentação, parece pouco provável que eles fossem mais agressivos que outros carnívoros de grande porte; talvez fossem até menos, porque não dependiam apenas da carne, mas também se utilizavam amplamente de recursos vegetais. É evidente, no entanto, que foi a organização da caça que estimulou o homem primitivo a desenvolver um sistema sócio-econômico mais estruturado, possibilitado pela sua habilidade para fabricar utensílios com propósitos definidos. Na África oriental, os vestígios dos acampamentos, para os quais eram levados regularmente os produtos da caça e da coleta, indicam que os hominídeos do fim do Plioceno e do Pleistoceno Inferior estavam provavelmente

organizados em grupos sociais flexíveis, cuja composição poderia mudar com frequência. Esses grupos deviam manter-se unidos pela prática de compartilhar o alimento e pela fase em que os jovens dependiam de seus pais para alimentação e aprendizado (como as crianças de hoje). As atividades que provavelmente levaram os hominídeos a trabalharem a pedra para obter lascas afiadas foram a caça e o consumo da carne. A caça exigia organização e comunicação eficazes entre os participantes, o que levou, com o passar do tempo, ao desenvolvimento da linguagem. A divisão de tarefas entre homens e mulheres deve ter começado mais ou menos nessa época; os homens passaram a se dedicar à caça e as mulheres à coleta de alimentos e aos cuidados com as crianças.

Se as cavernas do Transvaal não eram os locais de habitação dos hominídeos, mas a despensa de algum outro carnívoro de grande porte, do qual os próprios hominídeos podem ter sido às vezes vítimas, parece provável, no entanto, que os australopitecos vivessem nas suas imediações. Isso porque nas brechas mais recentes do grupo de cavernas de Sterkfontein (Swartkrans, Kromdraai e de Sterkfontein Extension Site), que podem ter 1,5 milhão de anos, foram descobertos utensílios de pedra rudimentares junto aos fósseis. Eles são feitos de rochas que não são encontradas nas proximidades das cavernas – seixos de quartzito, quartzo e diabásio – e presume-se que sejam provenientes de um acampamento próximo.

Visto que a maioria dos restos de hominídeos encontrados nas brechas mais recentes de Swartkrans e Kromdraai são de australopitecos robustos, supôs-se que fossem estes os fabricantes dos utensílios. Pensava-se o mesmo a respeito de Sterkfontein (Extension Site). Entretanto, fragmentos de um crânio e de uma face e alguns ossos pós-cranianos pertencentes a uma espécie primitiva de *Homo* foram encontrados no mesmo depósito de Swartkrans e é mais provável que seja essa a espécie responsável pelos utensílios. Tal fato não exclui a possibilidade de que os australopitecos também fabricassem utensílios: um recente experimento realizado em Bristol demonstrou de maneira pitoresca que um jovem orangotango podia fazer lascas a fim de obter comida, depois de lhe ter sido ensinado o processo e de ele ter percebido o uso possível das lascas. Como os fósseis de australopitecos e de *Homo* são encontrados nas mesmas localidades na África oriental e meridional e como ocupavam nichos ecológicos idênticos ou muito semelhantes, é ainda mais provável que o *Australopithecus robustus* fosse capaz de fabricar utensílios rudimentares, como aqueles que pertencem à mais antiga indústria conhecida, a Olduvaiense – embora se possa duvidar de que ele tivesse capacidade intelectual para tanto e a fabricação de utensílios pareça relacionada mais especificamente com o surgimento de formas primitivas do *Homo (H. habilis* e outros) há aproximadamente 2,5 milhões de anos.

Os primeiros utensílios de pedra: as indústrias olduvaienses

Embora os primeiros utensílios do homem que sobreviveram sejam feitos de pedra, é necessário lembrar que outros materiais poderiam também ter sido empregados – madeira, casca de árvore, osso, chifre, pele, etc.

É provável que um longo período de *utilização* de utensílios – durante o qual os objetos que por sua forma natural se adequavam a determinado uso receberam pouca ou nenhuma modificação – tenha precedido sua *fabricação* intencional, que implicava a vontade expressa de produzir um pequeno número de tipos de utensílios a partir de materiais que, sem modificações, seriam inutilizáveis. Após o lascamento ou outra transformação, esses materiais eram desbastados até uma determinada forma e depois aprimorados por retoques. Desde o início, os utensílios de pedra demonstram a habilidade dos hominídeos para talhar esse material e assimilar os princípios da tecnologia lírica.

A mais antiga indústria lítica conhecida no mundo foi chamada de Olduvaiense – referindo-se à garganta de Olduvai, na Tanzânia – e os exemplares mais antigos da África oriental datam de 2,6 milhões de anos atrás[3]. É possível que algumas das descobertas feitas no cascalho de antigos terraços fluviais (do Vaal ou do Zambeze), ou em altas falésias das costas do sul da África, pertençam também a essa época. Entretanto, como tais utensílios ainda não foram encontrados em estratigrafia, associados a elementos que permitam sua datação, não se pode afirmar nada sobre sua antiguidade, pois eles poderiam ser bem mais recentes. Poderíamos pensar que, tal como no grande vale do Rift da África oriental, no Rift do Malavi tivessem sido preservados tanto utensílios dessa época quanto fósseis de hominídeos. Na extremidade norte do Malavi foram encontrados restos de animais do Plio-Pleistoceno, que constituem o único elo importante entre os vestígios do leste e do sul da África. No entanto, por alguma razão desconhecida, essa área só foi ocupada pelo homem primitivo muito mais tarde e apenas raramente se encontram primatas nos sedimentos das profundas bacias da fossa austral.

Os utensílios dos depósitos mais recentes de australopitecíneos (Swartkrans, Kromdraai e Sterkfontein Extension), perto de Krugersdorp, pertencem a vários

3 Os utensílios do tufo KBS de Koobi Fora haviam sido datados de 2,6 milhões de anos pelo método do potássio-argônio (K/Ar). Entretanto, resultados mais recentes e correlações da fauna com a formação de Shunguna, na bacia do Orno, e com a de Koobi Fora, no lago Turkana, indicam que sua antiguidade pode ter sido superestimada e que uma datação mais provável seria 1,8 milhão de anos.

tipos característicos: *choppers* obtidos pela retirada de lascas de uma ou duas faces de um seixo ou de um pequeno bloco, formando um bordo afiado irregular; poliedros que mostram com frequência sinais de golpes, mostrando terem sido feitos através de violenta martelagem; instrumentos com base plana e borda de preensão arredondada com uma borda ativa feita em parte da circunferência, formando um raspador; lascas adequadas para cortar e despedaçar e núcleos de onde essas lascas foram intencionalmente debitadas. Em geral, as lascas e os resíduos de preparação são geralmente raros em Sterkfontein Extension e em Swartkrans, o que reforça a suposição de que não se trata de lugares de habitação. No entanto, à medida que prosseguem as escavações sistemáticas nas brechas desses sítios, revelando conjuntos mais completos de utensílios, podemos esperar obter maiores dados sobre os artefatos dos primeiros hominídeos.

Comparados com as indústrias dos sítios da África oriental, esses utensílios da África do Sul revelam características mais próximas do Olduvaiense Recente que do Antigo; portanto, podem ser considerados como pertencentes ao Olduvaiense Evoluído. Na África oriental, o Olduvaiense Evoluído mais antigo data de aproximadamente 1,5 milhão de anos atrás; tomando por base também os restos de animais fósseis, admite-se hoje que os sítios mais recentes de australopitecos da África do Sul pertencem a essa mesma época[4]. Estão presentes então duas linhagens bem distintas de hominídeos: a do *Australopithecus robustus* e uma outra, correspondente aos primeiros representantes da verdadeira linhagem *Homo*.

O complexo acheulense

Pouco mais ou menos nessa época, surgiu uma segunda indústria, a acheulense, caracterizada por grandes instrumentos cortantes conhecidos como bifaces e machadinhas. Ela se distingue da olduvaiense pelos utensílios maiores, feitos com grandes lascas, cuja obtenção a partir de blocos ou *boulders* exigia força e perícia. Em contraste, todos os utensílios olduvaienses podem ser seguros na palma da mão ou, para trabalhos mais delicados, entre o polegar e os outros dedos. O Olduvaiense Evoluído e o Acheulense foram descritos como duas indústrias

4 Recentemente, o Dr. C. K. Brain afirmou que a brecha mais antiga, que contém restos de *Australopithecus* e de *Homo*, poderia ser dividida em dois níveis. No nível I, o mais antigo, foram encontrados *A. robustus* e *Homo sapiens* e apenas um utensílio de pedra indiscutível; o nível II, mais recente, contém *Homo sapiens* (*Telanrhropus*) e uma indústria lítica onde aparecem duas machadinhas acheulenses. O nível II data provavelmente de 500.000 anos (BRAIN, C. K. Comunicação pessoal).

contemporâneas, algumas vezes encontradas sob uma forma olduvaiense pura ou acheulense pura e algumas vezes misturadas, em proporções variáveis, no mesmo sítio. Essas duas tradições tecnológicas têm sido interpretadas de maneiras diferentes. Já foi sugerido que cada uma delas é produto de uma espécie diferente de hominídeos, ou ainda, que são o resultado de atividades diversas que exigiam conjuntos de utensílios diferentes, relacionados com padrões de comportamento distintos (ver Capítulo 19). Essas duas tradições persistem e são encontradas em inúmeras combinações até por volta de -200.000 anos, ou seja, bem depois da extinção do *A. robustus* em consequência de sua competição com o *Homo,* Por essa razão, adotamos aqui a tese de que a existência desses dois tipos distintos de utensílios se deve a diferenças de atividades ou de modos de exploração de recursos e a escolhas baseadas na tradição ou em preferências individuais, tendo sido tais artefatos produzidos por apenas uma população de hominídeos, conforme as circunstâncias exigiam. O aparecimento relativamente repentino do Acheulense indica, portanto, que novos recursos estavam sendo explorados ou que melhores métodos tinham sido inventados para utilizar os recursos até então explorados com utensílios do tipo olduvaiense.

Os mais antigos conjuntos sul-africanos de utensílios do Acheulense, e que podem ser praticamente contemporâneos dos hominídeos *Homo sapiens* e *A. robustus* de Swartkrans, provêm de duas jazidas próximas, situadas na confluência do Yaal e de seu afluente Klip, perto de Yereeniging. Foram encontrados em um terraço de cascalho, dez metros acima do rio atual; em sua maioria, os utensílios são rolados e desgastados pelo atrito, estando em posição derivada e não no seu contexto espacial de origem. Uma série de utensílios foram encontrados: bifaces pontiagudos feitos com a remoção de algumas lascas grandes, machadinhas, poliedros, seixos lascados, raspadores nucleiformes e vários utensílios feitos sobre lascas e pouco retocados, bem como núcleos e resíduos de preparação. Todos eles revelam o emprego da técnica de percussão com um percutor duro e nesse aspecto são equivalentes ao Abbevilliense da Europa. A presença de dois utensílios semelhantes a bifaces em Sterkfontein Extension Site parece confirmar que esse sítio não está afastado no teinpo dos sítios do rio Klip (Three Rivers e Klipplaatdrif). Algumas descobertas de outros conjuntos de utensílios de aparência antiga foram feitas em diversas partes do sul da África, por exemplo, em antigos terraços fluviais de Stellenbosch, na província do Cabo, ou perto de Livingstone, em Zâmbia; são, porém, incompletos e datados de maneira imprecisa.

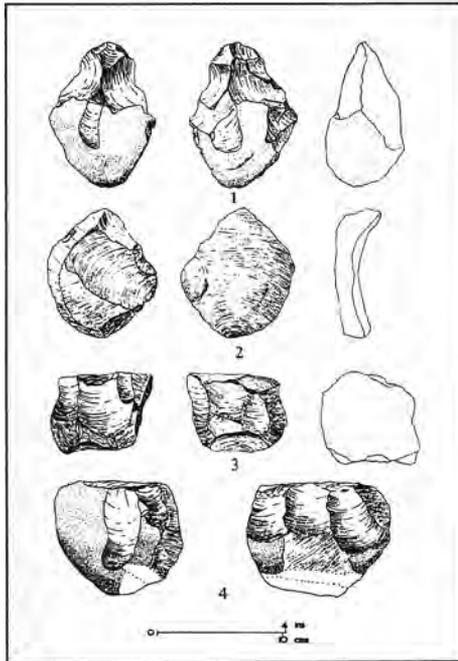



Figura 20.5 Acheulense Inferior, Sterkfontein: biface, lasca cuboide e dois núcleos (*Apud* MASON, R. *Prehistory of the Transvaal.* Johannesburg, Witwatersrand University Press, 1962. Fig. 83).

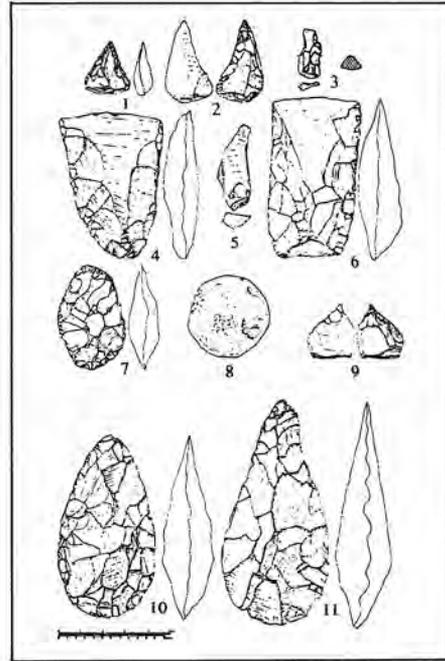



Figura 20.6 Utensílios do Acheulense Superior,. de Kalambo Falls, datados de mais de 190.000 anos B.P.; os utensílios grandes são feitos de quartzito e os pequenos de sílex negro: 1. raspador convergente; 2. raspador côncavo; 3. raspador denticulado; 4.machadinha com arestas divergentes; 5. faca sobre lasca com bordos retocados; 6.machadinha com arestas paralelas; 7. biface oval; 8. esferoide; 9. furador; 10. biface oval alongado; 11. biface lanceolado.

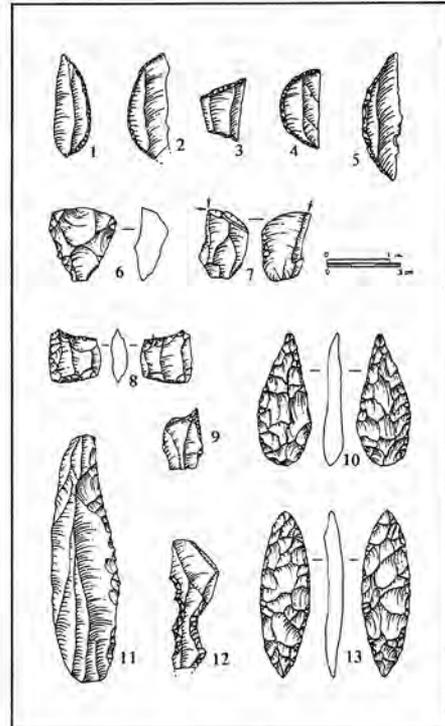



Figura 20.7 Utensílios provenientes dos depósitos de Howiesonspoort: 1, 2, 4 e 5. segmentos de círculo com bordo de preensão retocado; 3. trapézio com bordo de preensão retocado; 6. núcleo levalloisiense; 7. buril; 8. artefato retocado; 9. furador; 10 e 13. pontas bifaces; 11. raspador; 12. raspador bilateral. Os exemplares 2, 3 e 5 provêm de Howiesonspoort; todos os outros provêm da caverna do Túnel (*Apud* SAMPSON, C. G. *The Stone Age Archaeology of Southern Africa.* Nova York, Academic Press, 1974. Fig. 84).

Em algum ponto, entre 1 milhão e 700.000 anos atrás, a primitiva linhagem *Homo* (representada pelo crânio hominídeo 1470 de Koobi Fora, a leste do lago Turkana, e pelos fósseis de *Homo habilis* da garganta de Olduvai, da bacia do Orno e de outros sítios) foi suplantada por um tipo mais robusto e com maior capacidade craniana, conhecido como *Homo erectus.* Na mesma época, ou um pouco antes, tinha havido uma rápida difusão de grupos hominídeos em direção ao norte da África e, fora do continente africano, na Europa e na Ásia. Fósseis do *Homo erectus* e restos de sua cultura são encontrados em várias partes do Velho Mundo, bastante distanciadas umas das outras. Na África, foram descobertos fósseis de *Homo erectus* na parte superior do Bed II da garganta de Olduvai (uma forma com cérebro desenvolvido), em Melka Konturé na Etiópia e em sítios no litoral e no interior da região noroeste da África e no Magreb, onde estão associados a indústrias do Acheulense Antigo. É muito provável que os vestígios acheulenses do sul da África tenham sido deixados pelo *Homo erectus,* embora até o momento não se tenha descoberto nenhum fóssil desse hominídeo naquela região.

É a partir do Acheulense Recente ou Evoluído, que começamos a encontrar no sul da África, assim como em todo o continente africano, uma proliferação de sítios que sugere um aumento geral de número e tamanho dos grupos de hominídeos. A pequena quantidade de sítios de períodos mais antigos pode ser parcialmente atribuída à relativa escassez de sedimentos dessa época, preservados. Provavelmente, porém, esse não é o principal motivo para explicar o aumento acentuado do número de sítios descobertos pertencentes ao Acheulense Evoluído e sua ampla extensão geográfica. De acordo com o *Atlas de Pré-História Africana,* são conhecidos na África do Sul 389 sítios desse período, tendo-se encontrado conjuntos de machadinhas e bifaces típicos na maioria dos sistemas fluviais explorados. Apesar do grande número de depósitos conhecidos, apenas alguns foram escavados e poucos estão em seu contexto de origem[5], que preservaria a distribuição de utensílios e outros sinais de ocupação depois de o sítio ter sido abandonado por seus habitantes.

Os sítios explorados mostram a variedade de habitats e alguns aspectos do comportamento do homem do Acheulense. Nenhum desses sítios foi ainda datado com precisão, pois sua idade ultrapassa em muito o alcance da datação pelo radiocarbono; além disso, as rochas e os sedimentos com os quais estão

5 Por exemplo, grandes quantidades de utensílios acheulenses foram encontradas na parte ocidental do vale do rio Vaal e de muitos de seus afluentes. Apesar de alguns desses conjuntos de utensílios testemunharem mudanças tecnológicas interessantes, todos foram deslocados pela erosão e estão em contexto espacial derivado.

associados não se adequam ao método do potássio-argônio ou ao da cronologia baseada nas reversões paleomagnéticas. O sítio localizado mais ao norte é o de Kalambo Falls, na fronteira entre Zâmbia e Tanzânia, na África central, onde uma excepcional série de circunstâncias permitiu a conservação de madeira em vários níveis de ocupação. É possível datar essa madeira, e uma amostra de uma das camadas mais recentes foi datada de -190.000 anos através do método da racemização dos aminoácidos (J. Bada, comunicação pessoal). Essa data corresponde àquela que foi obtida em Isimila, na Tanzânia central, onde uma série estratificada acheulense semelhante foi datada de cerca de -260.000 anos pelo método do urânio-tório. É improvável que alguma dessas indústrias seja anterior a -700.000 anos, quando terminou a última grande época de reversão paleomagnética (época de Matuyama), nem mais recente que -125.000 anos, quando começou o último período interglaciário (Eemiano), durante o qual surgiram indústrias mais avançadas. Portanto, pertencem essencialmente à época definida como Pleistoceno Médio.

Os sítios de ocupação de Kalambo Falls localizavam-se nos bancos de areia à beira do rio ou possivelmente no interior das florestas que cobriam as margens nessa época. O estudo do pólen mostra que no início do Acheulense a temperatura era mais elevada e as precipitações um pouco menos abundantes do que hoje; no entanto, a transição para um clima mais árido era insuficiente para modificar sensivelmente a vegetação que, como agora, consistia numa floresta ripícola perene com vales pouco profundos e cheios de relva, periodicamente inundados (dambos) e em matas de Brachystegia nas encostas mais altas. Todavia, por volta do fim do Acheulense, o estudo do pólen. e dos vestígios vegetais macroscópicos indica uma baixa da temperatura e um certo aumento nas precipitações; tais alterações permitiram que algumas espécies vegetais, que existem atualmente 300 m mais acima, descessem até o nível da bacia local do Kalambo. Acredita-se que cada um dos níveis de habitação era ocupado apenas durante uma ou duas estações; depois a superfície era coberta por depósitos de areia, barro e lama do rio, sobre os quais se estabelecia uma nova ocupação. Esses horizontes mostram concentrações claramente delimitadas, onde foi encontrado um grande número de bifaces e machadinhas, muitos utensílios feitos sobre lascas retocadas, raspadores nucleiformes e, em menor quantidade, picões, poliedros e esferoides.

Associados a esta indústria lítica, encontraram-se vários utensílios de madeira: um chuço, bastões de cavar, bastões curtos e pontiagudos (provavelmente usados também para cavar), um utensílio fino em forma de lâmina e fragmentos de casca de árvore que podem ter sido usados como bandejas. Alguns desses horizontes fornecem numerosos traços do uso do fogo: troncos de árvores carbonizados,

carvão vegetal, cinzas e concentrações ovais, côncavas, de grama e de plantas lenhos as partidas e carbonizadas que poderiam ter servido de leitos. Além disso, havia grande quantidade de grãos e frutos carbonizados pertencentes a gêneros e espécies de plantas comestíveis que ainda hoje crescem na bacia do Kalambo. Como essas plantas amadurecem no fim da estação seca (setembro e outubro), presume-se que tais instalações acheulenses eram acampamentos ocupados durante essa estação.

Nenhum resto de fauna foi preservado em Kalambo Falls. Em Mwanganda, porém, perto de Karonga, na extremidade noroeste do lago Malavi, existe um outro sítio do Pleistoceno Médio, onde, próximo a um curso de água que corre na direção leste até o lago, foi esquartejado um elefante. Ao que parece, pelo menos três grupos de indivíduos tomaram parte nessa atividade, pois foram descobertos três conjuntos distintos de ossos, cada um deles associado a utensílios de pedra utilizados naquele local e depois abandonados. Esses utensílios são, em sua maioria, lascas com poucos retoques, pequenos raspadores e alguns seixos lascados; trata-se, na verdade, de utensílios do Olduvaiense Evoluído que refletem características do Olduvaiense Primitivo. Em Oppermansdrif, perto de Bloemhof, às margens do rio Vaal. As escavações revelaram interessantes dados sobre a eficiência do homem do Acheulense como caçador, assim como sobre sua técnica de cortar a carne e se desfazer dos restos de ossos. Estes formam vários montes próximos ao curso de água, misturados a bifaces provenientes do mesmo horizonte.

Os utensílios acheulenses são encontrados às vezes associados a afloramentos de matéria-prima e em meio a fragmentos de rocha e resíduos de preparação. Sítios desse tipo (por exemplo, Gwelo Kopje, em Zimbabwe) fornecem-nos poucas informações sobre o meio ambiente, mas parecem ter sido ocupados regularmente. Em Wonderboompoort, perto de Pretória, no Transvaal, foram encontrados restos que formam uma camada de 3 m de espessura; esse depósito parece estar associado a um dos pontos de passagem da cadeia de Magaliesberg, numa rota de migração de animais entre o *middleveld* e o *highveld*.

Todavia, os locais de habitação preferidos durante o Acheulense situavam--se sempre perto da água, em dambos, por exemplo, onde a caça se concentrava e onde sempre havia água disponível. Um sítio desse tipo existe em Kabwe (Broken Hill), próximo ao famoso Kopje onde foram descobertos o crânio e outros restos do *Homo rhodesiensis*. Nesse local, foram encontrados alguns grandes utensílios cortantes junto a esferoides e inúmeros utensílios pequenos de quartzo. Em Lochard, no Zimbabwe, na região drenada pelos rios Zambeze e Limpopo, há um outro sítio localizado em um dambo, que ainda não foi

escavado mas onde foram encontrados muitos bifaces e machadinhas. Um outro exemplo é a localidade de Cornélia, no norte do Estado Livre de Orange (África do Sul). Ao contrário dos dois depósitos anteriores, em Cornélia encontraram-se muitos vestígios de fauna, alguns dos quais podem estar relacionados com uma indústria que compreende alguns bifaces e machadinhas e um certo número de poliedros, seixos lascados e pequenos utensílios. Os animais, em particular búbalos gigantes, foram provavelmente empurrados para o lamaçal dos dambos e então mortos. Há razões para crer que nessa época o *high veld* era bem irrigado e coberto por relva curta, com bosques esparsos e florestas ribeirinhas, não muito diferente do que é hoje. Na vegetação estépica do Karroo, no norte da província do Cabo e em Botsuana, a população do acheulense instalou-se em torno das depressões e bacias lacustres rasas que então existiam em grande número na região. Um exemplo característico desse tipo de assentamento é Doomlagte, perto de Kimberley, onde se encontrou toda uma série de utensílios, aparentemente em seu contexto original, incrustados numa crosta calcária. Há sinais de repetidas ocupações por um período bastante longo, mas não existem restos de animais.

Em Elandsfontein, perto de Hopefield, no oeste da província do Cabo, as áreas em torno dos charcos ou *vleis* e as depressões situadas entre as antigas dunas de areia estabilizadas constituíam para o homem do Acheulense ótimos locais para caça de grandes mamíferos. A fauna é a do Pleistoceno Médio e, em geral, característica da fauna histórica do Cabo: elefantes, rinocerontes, hipopótamos, girafas, antílopes de grande e médio porte, *Equus* e javalis. Também aqui os animais parecem ter sido mortos depois de conduzidos para terrenos pantanosos; além disso, há sinais da prática de envenenar aguadas. Nesse sítio foi encontrada a calota craniana de um hominídeo muito semelhante ao de Kabue (Broken Hill) e inegavelmente mais avançado que o *Homo erectus.* Quanto ao meio ambiente do oeste da província do Cabo, nada indica que fosse muito diferente do que é hoje.

Os homens do Acheulense viveram também no litoral, como mostra o importante sítio descoberto mais ao sul, na estreita planície costeira, no cabo Hangklip (False Bay), nas dunas de areias consolidadas que recobrem a praia de 18 m. Não há restos de fauna, mas foi encontrada uma grande quantidade de bifaces bem acabados e um pequeno número de machadinhas, bem como raspadores sobre lascas, raspadores nucleiformes, e pequenos utensílios. Entretanto, é importante notar que, nessa época, tanto nas margens atlânticas do Marrocos quanto na bacia mediterrânea, o homem não se alimentava de peixes e mamíferos marinhos, mas quase tão só de mamíferos terrestres.

Foram ainda ocupadas pelo homem do Acheulense áreas à beira de fontes, como a de Amanzi, na zona das chuvas de inverno ao sul da Grande Escarpa, perto de Port Elizabeth. Nesse local, há várias nascentes que, quando ativas, depositaram uma série de camadas estratificadas de areia; durante as épocas de inatividade, quando cresciam no local caniços e outros tipos de vegetação, formaram-se camadas de turfa. O homem do Acheulense frequentava regularmente essas fontes e acampava em suas imediações, onde os utensílios que ele abandonava foram pisoteados por elefantes e outros animais também atraídos pela água. As pesquisas revelaram vários conjuntos esparsos de utensílios e, com base nos vestígios de madeira, plantas e pólen, parece que a vegetação não era muito diferente da que existe hoje no cabo Macchia.

Finalmente, na África meridional, o homem do Acheulense ocupou às vezes cavernas, das quais duas devem ser mencionadas. A primeira, Cave of Hearths, situa-se em Makapan, no *bushveld* do norte do Transvaal, e contém 9 m de depósitos com fogueiras e níveis de ocupação acheulense. A análise dos sedimentos indica que as chuvas eram mais abundantes então do que agora. A fauna pertence em geral ao Pleistoceno Médio e assemelha-se à do *bushveld* atual. Neste depósito encontrou-se também um fragmento de maxilar humano, de um indivíduo jovem que pode ter afinidades com os fósseis neandertaloides ou talvez "rodesioides"[6]. Os artefatos assemelham-se aos de Kalambo Falls, Hangklip e outros sítios onde foram descobertos grandes utensílios cortantes junto a um bom número de artefatos pequenos. A segunda caverna é a de Montagu, no sul da província do Cabo, e fica próxima a uma nascente e a um curso de água permanentes, no meio da vegetação de maqui. Ela também apresenta uma série de camadas de ocupação superpostas do Acheulense Recente, mas infelizmente nenhum resto de fauna.

Esses diversos sítios constituem bons exemplos dos diferentes tipos de habitat ocupados e da variedade do instrumental acheulense do Pleistoceno Médio. Todos os habitats têm certas características em comum. Todos se situam em campo aberto, desde matas decíduas (Kalambo Falls e Kabue Broken Hill) até pradarias e parques naturais (Lochard e Cornélia) e maquis (Montagu e Amanzi). Todos se localizam perto da água, onde as árvores forneciam sombra e frutos comestíveis e a caça tendia a se concentrar à medida que a estação seca avançava. Todos ficam em locais onde hoje existem associações de vários tipos distintos de vegetação (ou seja, áreas chamadas ecótones); se o quadro geral era o

6 Ver p. 581.

mesmo no passado, como indicam os vestígios atuais, todos esses diferentes tipos de vegetação poderiam ser explorados não muito longe dos locais de habitação. Nas áreas em que a fauna foi preservada, nota-se que havia uma predileção por animais de grande porte, como elefantes, hipopótamos, girafas, grandes bovídeos e *Equus;* mas também aparecem restos de pequenos bovídeos, suínos, etc.

Uma grande variedade de matérias-primas foi usada na fabricação de utensílios de pedra, dependendo do material disponível no local. Isso demonstra que o homem do Acheulense possuía grande versatilidade e habilidade para lascar muitas rochas usando percutores duros e moles, e para fabricar utensílios bem talhados e refinados. Demonstra também sua habilidade em selecionar, entre as diversas técnicas, a mais adequada ao material que estava sendo usado. Nas áreas onde grandes seixos de sílex ou quartzito constituíam a matéria-prima, eles faziam os bifaces lascando diretamente o seixo. No entanto, quando era necessário usar blocos de pedra maiores, desenvolveram vários métodos engenhosos[7] preparavam e lascavam um núcleo de tamanho considerável a fim de obter grandes lascas, com as quais eram feitos os bifaces e as machadinhas.

No sul da África, é provável que o Acheulense Recente tenha tido uma duração quase igual à desse período na África oriental, onde se estendeu de -700.000 a -200.000. Entretanto, não existe ainda nenhum método de datação suficientemente preciso para medir as diferenças de idade entre as várias indústrias acheulenses. Quando dispusermos de tais métodos e quando for encontrado maior número de indústrias em contextos estratigráficos, talvez se possam definir em termos quantitativos as tendências gerais da tecnologia dos utensílios e estabelecer a possível relação entre as diversas variantes identificadas dentro do complexo acheulense, bem como a paleoecologia de um determinado sítio na época em que foi ocupado.

Conforme mostrou este breve resumo, as indústrias acheulenses ajustam-se a certos padrões gerais que se encontram reproduzidos por todo o mundo acheulense. Há indústrias que consistem principalmente em bifaces e machadinhas; outras compreendem seixos lascados e utensílios menores com características do Olduvaiense Evoluído; há ainda as que mostram diversas combinações dessas duas tradições e aquelas em que predominam picões, raspadores nucleiformes e outros utensílios "pesados". Portanto, embora exista uma infinita variedade na composição das indústrias e na natureza do habitat

7 Por exemplo, pseudolevalloisiense, protolevalloisiense, levalloisiense de Tachengit e de Kombewa. Ver Brézillon. M. N. "La dénomination des objets de pierre taillée". *Gallia Préhistoire,* Paris. Supl. IV. p. 79-96 e 101-2.

e de seus recursos, certas características gerais parecem comuns ao Acheulense como um todo, indicando que o modo de vida não variou quase nada de um extremo a outro no mundo dos bifaces. O panorama do comportamento dos hominídeos no Pleistoceno Médio mostra-nos grupos de caçadores-coletores, em geral com o mesmo estilo de vida e que tendiam a se agrupar e a estabelecer comunicação entre si com certa eficiência. Viviam em grupos maiores que nas épocas anteriores e ocupavam determinadas áreas com mais regularidade, seguindo um padrão sazonal estabelecido. A estrutura social deveria ser ainda flexível, permitindo a livre circulação de indivíduos e ideias. No entanto, grandes áreas do continente, inclusive as florestas, permaneciam despovoadas; a distribuição esparsa do conjunto da população implicava provavelmente o isolamento quase total de cada um desses grupos em relação a seus vizinhos.

O acheulense final ou "fauresmithiense"

Sabe-se há muito tempo que certas indústrias exrstiram nos planaltos elevados do interior do continente. Elas se caracterizam pela presença de bifaces bem acabados e geralmente de tamanho menor, de uma grande série de utensílios feitos sobre lascas, de raspadores nucleiformes e de um número relativamente pequeno de machadinhas. É provável que sejam de uma época mais recente que o Acheulense visto acima; nesse caso, representam possivelmente um estágio final da tradição dos bifaces. Entretanto, a maioria delas consiste em coleções de superfície e que, por esse motivo, podem estar misturadas com materiais mais recentes. A matéria-prima utilizada era geralmente a lidianita (xisto endurecido), nas regiões onde essa rocha é abundante; em outras áreas o quartzito era mais usado.

Apenas uma pequena quantidade de séries dessas indústrias provém de escavações e pouquíssimas podem ser consideradas representativas. Uma delas origina-se de uma antiga depressão, perto de Rooidam, a oeste de Kimberley. Ali a indústria estava contida dentro de um depósito de cerca de 5 m de sedimentos, cobertos por uma camada espessa de calcário estépico; tais sedimentos representam a acumulação progressiva de coluvião provocada pelas enxurradas. Às vezes de dimensões reduzidas, os bifaces são em geral rudimentares; a maior parte dos utensílios consistem em pequenos raspadores e outros pequenos artefatos retocados, todos de lidianita. Nesse conjunto de utensílios, pode-se observar um método de preparação do núcleo conhecido como "técnica do núcleo discoide", que permite obter várias lascas pequenas. A técnica levalloisiense, ao contrário, pela qual se obtém apenas uma grande

lasca em cada preparação do núcleo, parece não ter sido utilizada. Dois outros depósitos (no rio Vaal, perto de Windsorten e na área da barragem de Verwoerd, no rio Orange) contêm uma indústria semelhante, mas com a presença de ambas as técnicas – do núcleo discoide e levalloisiense. Parece que a tradição e talvez outros fatores, como o tempo, poderiam explicar parcialmente tal variedade nas formas das lascas e dos núcleos.

Essas indústrias receberam o nome de Fauresmithiense, em referência à região do Estado Livre de Orange onde os bifaces característicos em forma de amêndoa foram pela primeira vez encontrados em grandes quantidades na superfície. Entretanto, ainda não se sabe se essas indústrias apresentam características suficientemente diversas do Acheulense para merecerem um nome distinto. Elas são encontradas com mais frequência nas pradarias, na vegetação do Karroo e no maqui da África do Sul e da Namíbia. A única indicação de sua provável idade é uma datação do carbonato de Rovidam feita pelo método do urânio-tório, que indicou 115.000 ±10.000 anos B.P.[8] Permanece desconhecida a época em que as indústrias fauresmithienses foram suplantadas por uma nova tradição ou um novo complexo tecnológico, concentrado na produção de utensílios feitos sobre lascas e lâminas e que marca o início da Middle Stone Age. E possível que essa mudança tenha ocorrido entre -100.000 e -80.000.

Nas regiões da África central com precipitações pluviométricas maiores e vegetação mais densa, o Acheulense Recente foi substituído, não pelo Fauresmithiense, mas por indústrias que apresentavam uma grande quantidade de utensílios pesados: picões, bifaces, seixos lascados e raspadores nucleiformes. Evidentemente, esses tipos de utensílios já apareciam nas indústrias acheulenses; no entanto, com exceção de uma fácies pouco conhecida, nessa época jamais tinham prevalecido sobre os demais. Mais tarde, porém, esse equipamento pesado tornou-se predominante nas áreas de maiores precipitações e temperaturas mais elevadas, onde se encontra junto com uma série de utensílios leves feitos sobre lascas e fragmentos. Ele é encontrado em Zâmbia, Zimbabwe, partes do sudeste da África (em particular na planície de Moçambique) e nas regiões costeiras de Natal, e pertence ao chamado complexo sangoense. Em sua maioria, as indústrias sangoenses não são datadas, a não ser de modo relativo pelo método estratigráfico; não se sabe ao certo se elas são contemporâneas do Acheulense Final (Fauresmithiense) das savanas ervosas, ou mais recentes que ele.

8 B.P. (before present): "Antes do presente", tomando o ano de 1950 como ponto de referência, pois foi nesse ano que se usou pela primeira vez o método do carbono 14.

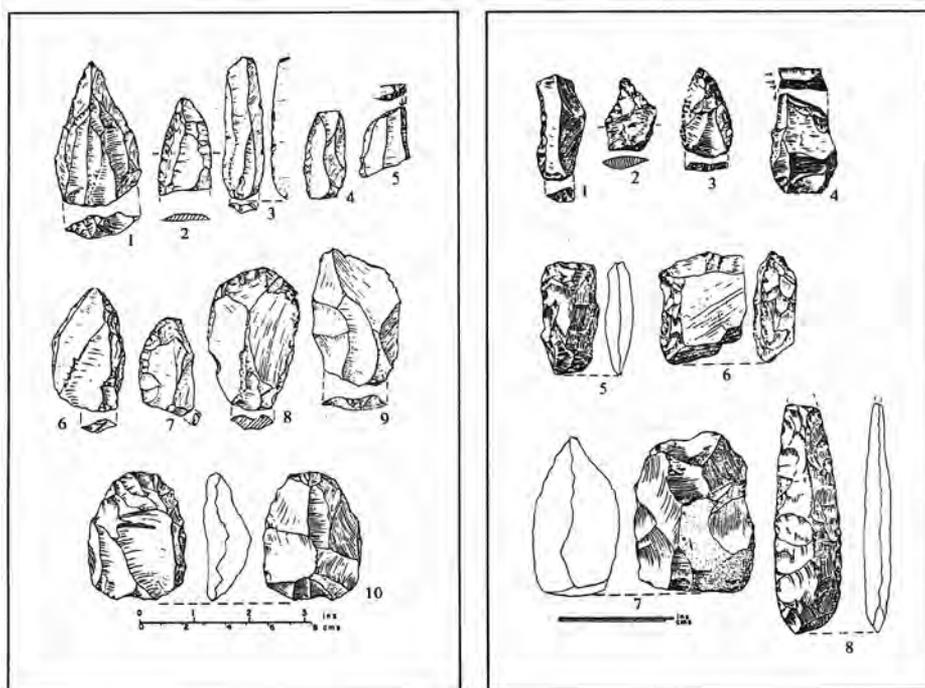
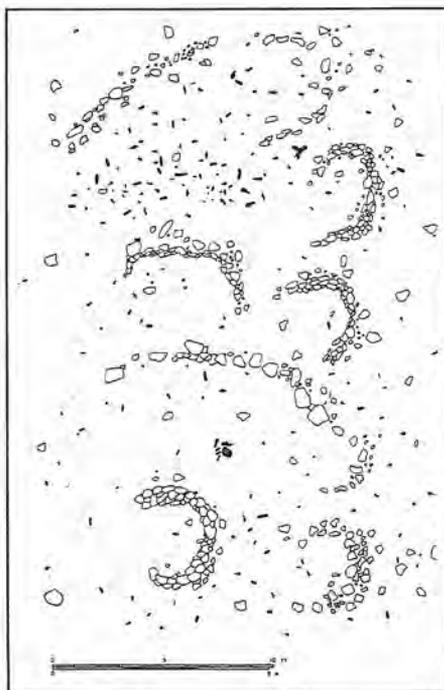



Figura 20.8 Utensílios da *Middle Stone Age,* provenientes de Witkrans Cave. Exceto o de número 6, que é de xisto, todos os demais são de sílex negro: 1 e 2. pontas unifaces; 3. lâmina utilizada; 4, 6 e 7. raspadores simples; 5. buril sobre truncatura; 8. raspador; 9. lasca levalloisiense; 10. núcleo levalloisiense (*Apud* CLARK, J. D. "Human behavioural differences in Southern Africa during de Later Pleistocene". *American Anthropologist.* "1971. v, 73. Fig. 11).

Figura 20.9 Utensílios do Lupembiense Médio, de Kalambo Falls, entulho I, jazida B1, 1956: 1. raspador côncavo simples (sílex); 2. raspador denticulado, convergente e pontiagudo (sílex); 3. ponta uniface (sílex); 4. buril diédrico (crosta silicosa); 5. machado nucleiforme (sílex); 6. raspador nucleiforme (sílex) ; 7. trinchante (quartzito); 8. ponta lanceolada (sílex).

Figura 20.10 Distribuição de lâminas e fragmentos de lâminas utilizadas, com relação a estruturas de blocos de dolerito, no horizonte primário em Orangia (*Apud* SAMPSON, C. G. *The Stone Age Archaeology of Southern Africa.* Nova York, Academic Press, 1974, p. 166. Fig. 58).

Em Kalambo Falls, a fácies local do Sangoense (indústria de Chipeta) data de 46.000 a 38.000 B.P., segundo doze resultados obtidos pelo método do radiocarbono. Em Mufo, no nordeste de Angola, uma fase semelhante data de aproximadamente 38.000 B.P. Em Zimbabwe, o Sangoense local (indústria de Gwelo) é comparável a indústrias anteriormente denominadas "Proto-Stillbayense"[9], mas poderia ser anterior a elas. É extremamente difícil estabelecer uma correlação entre essas indústrias de tipo sangoense, visto que é preciso considerar fatores ecológicos e outros. Nas regiões onde o habitat, a tradição ou considerações particulares favoreceram o uso desses utensílios pesados, é provável que eles tenham exercido desde logo um papel importante e que tal papel tenha persistido por tanto tempo quanto as razões que levaram à sua adoção. Não se pode negar a existência de uma correlação entre esse tipo de utensílios e áreas com maior precipitação pluviométrica e, consequentemente, vegetação mais densa. Portanto, esses elementos pesados podem ser considerados mais como resultantes de determinações ecológicas que como representantes de um determinado período ou estágio cultural na evolução do instrumental lítico. Como essas indústrias sangoenses estão ligadas a áreas de vegetação mais densa, pode-se esperar que suas primeiras manifestaçõe-s tenham sido contemporâneas, nessas regiões, dos estágios finais do Acheulense (Fauresmithiense) nas savanas ervosas e que não tenham ocorrido em habitats mais abertos, nos quais, como vimos, era enfatizada a fabricação de outros tipos de utensílios. Indústrias de tipo sangoense foram descobertas em Zâmbia, Malavi, Zimbabwe, Moçambique e Angola, bem como no norte e no sudeste da África do Sul. No Fauresmithiense e no Sangoense, portanto, podemos perceber o começo de uma especialização regional dos utensílios, que reflete padrões de adaptação diferentes conforme se trate de pradarias, florestas claras ou florestas densas.

Middle Stone Age

A necessidade de considerar os utensílios de pedra do homem pré-histórico – que, em geral, é tudo o que restou dele – como produto da atividade e das necessidades imediatas de seus fabricantes, e não como obra de populações necessariamente distintas do ponto de vista genético e étnico, impõe-se

9 A composição desses conjuntos proto-stillbayenses em Zimbabwe pode ser melhor observada nos depósitos de cavernas em estratigrafia, como as de Pomongwe e Bambata, e no sítio aberto do planalto de Chavuma, em referência ao qual essa indústria foi recentemente rebatizada como "indústria de Chavuma". Embora não existam datações precisas, parece que a indústria de Chavuma é anterior a 42.000 B.P. Consequentemente, a indústria de Gwelo é ainda mais antiga.

particularmente em relação aos vários componentes das indústrias regionais contemporâneas do período conhecido por muito tempo como Middle Stone Age. Para classificar um complexo como pertencente à Middle Stone Age tomavam-se por base principalmente certas características técnicas e tipológicas, bem como o fato de que, do ponto de vista da estratigrafia, ele se situava entre a Early Stone Age e a Late Stone Age. Esses termos evolucionistas, cronoestratigráficos, têm pouco significado atualmente, pois sua definição permanece tão insatisfatória quanto na primeira vez em que foram usados. Além disso, a datação pelo radiocarbono tem demonstrado que os estágios tecnológicos sobre os quais se fundamentam esses conceitos são antes conjecturais que reais e que as técnicas e os tipos de utensílios que eram seu produto final transcendem limites horizontais tão artificiais como esses. Como seu trabalho está intimamente ligado aos artefatos de pedra, o pré-historiador tende às vezes a negligenciar o fato de que eles representam apenas uma fração de uma vasta gama de materiais e utensílios que não foram preservados. Se esses materiais e instrumentos que se perderam estivessem disponíveis para estudos, certamente modificariam drasticamente nossas concepções sobre a tecnologia pré-histórica. Além disso, onde há necessidade, a tecnologia muda como resultado de novas pressões e da capacidade de seleção e adaptação do grupo. Esses dois fatos devem ser levados em conta ao estudar as indústrias líticas que testemunham o comportamento cultural durante o Pleistoceno Recente e o Holoceno.

Num certo momento entre -100.000 e -80.000, o nível do mar começou a baixar em relação ao alto nível de +5 a 12 m, bem representado pelos restos de praias elevadas em um certo número de localidades do litoral sul do continente[10]; é logo após essa época, que o homem começou a ocupar locais favoráveis nessas praias liberadas pelo mar. Alguns desses locais eram cavernas e, apesar das particularidades locais, a tecnologia desse período é geralmente semelhante na bacia do Mediterrâneo e no sul da África.

O início do último período glaciário no hemisfério norte corresponde nos trópicos a uma diminuição da temperatura (aproximadamente de 6 a 8°C) e a um clima mais seco, embora um decréscimo nas taxas de evaporação tenha assegurado um suprimento regular de água de superfície e talvez até maior do que atualmente. Na mesma época, o clima semi-árido que então existia na bacia do Zaire, na região equatorial, reduziu consideravelmente a floresta perene ou substituiu-a por campos ou matas mais abertas, oferecendo, desse modo, um

10 Acredita-se que esse último nível elevado do mar corresponda à transgressão marinha do último interglaciário (Eemiano) na bacia do Mediterrâneo, onde o nível do mar é geralmente semelhante – entre 6 e 8 m.

habitat muito favorável ao homem e aos animais de caça. Assim, tanto uns quanto outros começaram a migrar para essa região anteriormente desabitada. Da mesma forma, durante o Pleistoceno Recente, o deserto de Namíbia, hoje tão inóspito, foi ocupado por grupos de caçadores que deixaram seus utensílios nos locais de acampamento.

Durante a Middle Stone Age, a sequência estratigráfica de cada grande região mostra um padrão coerente de progresso tecnológico, que se exprime pela fabricação de utensílios cada vez mais elaborados e pela diminuição progressiva no tamanho dos artefatos. Entretanto, o desenvolvimento cultural em uma região não é necessariamente semelhante ao que se verifica em outra, embora possam existir tendências e características comuns. Provavelmente, muitos fatores – ecológicos, tecnológicos e sociais – foram responsáveis pelas variações regionais que caracterizam essas indústrias do Pleistoceno Superior. Modos de vida diferentes exigiam utensílios diversos ou impunham outros usos para os mesmos utensílios; e embora desenvolvimentos tecnológicos em escala continental possam ter determinado a época de introdução de uma característica aparentemente nova, é provável que a natureza dos recursos existentes e os métodos tradicionais de exploração tenham sido os fatores decisivos para a aceitação de determinado aperfeiçoamento e para a data em que foi adotado.

Nessa época, as técnicas básicas eram o método levalloisiense e o dos núcleos discoides, utilizados para extrair lascas, debitar as lâminas, inicialmente por percussão direta e, mais tarde, com a ajuda de uma peça intermediária. Com as lascas e lâminas fazia-se uma série de utensílios leves, que eram retocados para formar pontas, raspa dores, facas, buris (cinzéis), furadores, etc. No sul da África, as indústrias regionais podem ser agrupadas, com base em sua tecnologia, em três unidades maiores, que são em grande parte, senão inteiramente, também unidades cronológicas. Por esse motivo, é mais fácil considerá-las como grupos ou fases do que como estágios, que implicariam relações cronológicas.

O primeiro desses grupos ou fases (Grupo 1) caracteriza-se por grandes lascas preparadas pelo método levalloisiense e por longas lâminas obtidas por percussão direta. Apenas alguns conjuntos esparsos desses utensílios são conhecidos[11]. Nos poucos sítios onde existe uma sequência estratigráfica, os elementos mais evoluídos tecnicamente são encontrados nas camadas superiores

11 O Pietersburgiense Inferior da camada 4 da Gruta das Lareiras em Makapan; o Middle Stone Age I, imediatamente acima da praia de 6-8 m, na embocadura do rio Klassies; um sítio ao ar livre no Orange River Scheme (Elandskloof); e um sítio no Transvaal central (Koedoesrand). Além dessas há ainda a indústria de Nakasasa, em Kalambo Falls, caracterizada por formas semelhantes, embora também contenha certos instrumentos bifaciais pesados, como os que se espera encontrar em indústrias das matas de Brachystegia.

e os conjuntos líticos do Grupo I são os mais antigos (por exemplo, em Cave of Hearths e em Kalambo Falls); no entanto, parece não haver nenhuma coerência cronológica entre as diferentes regiões. Por exemplo, acredita-se que a Middle Stone Age I do rio Klassies date de aproximadamente -80.000 anos, enquanto a indústria de Nakasasa, em Kalambo Falls, data de um período entre 39.000 e 30.000 anos B.P. As demais séries ainda não foram encontradas em contextos que permitam sua datação.

Outras indústrias que pertencem ao início do Pleistoceno Superior, portanto, anteriores a 40.000 anos B.P., mas que não são classificadas no Grupo I, apresentam uma série diferente de características. É o caso de uma indústria de lascas, núcleos, raspadores nucleiformes, poliedros, bigornas e instrumentos de moagem feitos de dolerito, que provém do nível I da camada de turfa de Florisbad, no Estado Livre de Orange. Esses utensílios são em geral atípicos e é possível que não representem toda a gama de artefatos produzidos nessa época no local; mas também é possível que apenas uma lâmina longilínea e retocada possa ser associada a eles. Nesse mesmo nível, foram descobertos um fragmento de crânio de hominídeo e o que parece ser o cabo de uma arma de arremesso curva, feita de madeira. Este horizonte de Florisbad é anterior a 48.000 anos B.P. Uma outra indústria, diferente mas provavelmente contemporânea das do Grupo 1, é a de Chavuma, em Zimbabwe, que é anterior a 42.000 anos B.P., como dissemos anteriormente. Caracteriza-se por picões, uns poucos bifaces e um importante conjunto de utensílios leves, entre os quais há pontas, raspadores e lâminas com sinais de utilização. Tais utensílios são feitos de matérias-primas bastante variadas: calcedônia, opalina, quartzito, quartzo e outras. A indústria de Twin Rivers, em Zâmbia (datada de 22.800 ±1000 B.P.), assemelha-se à de Chavuma. Tal datação, porém, se estiver correta, acentua o fato de que um método baseado na tecnologia tem hoje pouco valor como meio de correlação entre indústrias de diferentes regiões.

Muitas séries provenientes de cavernas e sítios de superfície são classificadas num segundo grupo (Grupo II)[12]. Em geral, elas datam de um período entre 40.000 e 20.000 anos B.P., mas podem às vezes prolongar-se como, por exemplo, no litoral sul. Tais indústrias caracterizam-se pelo uso diversificado das técnicas do núcleo discoide e levalloisiense, principalmente no que diz respeito à debitagem de lascas triangulares, e pela produção de grande número

12 Exemplos de indústrias do Grupo II: camada 5 da Gruta das Lareiras; camada I da caverna de Mvulu, no Transvaal; Middle Stone Age II do rio Klassies; indústrias de Mossel Bay e da caverna de Skildergat, no sul da província do Cabo; e indústria stillbayense, da caverna de Mumbwa, em Zâmbia.

de lâminas. Lascas triangulares e lâminas, feitas frequentemente de quartzito e lidianita, são comuns nas áreas de chuvas de inverno ao sul da Grande Escarpa do sudoeste da África e no *highveld* do Estado Livre de Orange e do Transvaal. Nesses utensílios do Grupo II, o trabalho de retoque nunca é muito extenso, limitando-se geralmente aos bordos, que são frequentemente denticulados. Nas matas tropicais claras do norte de Limpopo, onde a utilização do quartzo era mais difundida, a produção concentrava-se em lascas mais curtas, transformadas em raspadores e em diversas outras formas, também com retoques limitados. Nesse sítio, uma pequena mas significativa parte do conjunto é composta de utensílios pesados cuja produção foi possível, como se acredita, graças à maior utilização da madeira e de seus produtos.

Um terceiro grupo de indústrias (Grupo III)[13] situa-se aproximadamente entre 35.000 e 15.000 B.P. e distingue-se por um número maior de utensílios bastante retocados. O retoque dos raspadores é semi-invadente e não são raras as formas com estrangulamento; as pontas foliáceas podem ser retocadas inteiramente em uma ou ambas as faces; os furadores e trituradores são característicos. De modo geral, os utensílios têm dimensões menores e apresentam um trabalho de retoque mais refinado do que o dos grupos anteriores.

Além dos três grupos descritos, há um quarto (Grupo IV) que se destaca por algumas diferenças significativas em relação aos outros. Tal complexo – conhecido como Magosiense ou Second Intermediate – combina uma forma evol uída e frequentemente miniaturizada das técnicas do núcleo discoide e do levalloisiense com a produção de lâminas delicadas, de bordos paralelos, debitadas com o auxílio de uma peça intermediária de osso, chifre ou madeira dura. As matérias-primas escolhidas eram geralmente rochas criptocristalinas; as pontas triangulares ou foliáceas e os raspadores feitos com essas rochas, frequentemente pelos métodos do núcleo discoide e levalloisiense, são delicadamente retocadas, às vezes, acredita-se, por pressão. Ao lado desses utensílios tradicionais da Middle Stone Age, foram encontrados outros feitos com lâminas ou fragmentos de lâminas, muitos deles de tamanho reduzido, com um bordo desbastado, ou ainda utilizados e retocados de diversas maneiras, bem como vários tipos de buris, principalmente uma forma carenada ou poliédrica. Esse tipo de utensílios parece ser próprio de certas partes do subcontinente, por exemplo, Zimbabwe, Zâmbia, a parte leste do Estado Livre de Orange, o sul da província do Cabo e algumas

13 Exemplos: a indústria do Pietersburgiense Superior da Gruta das Lareiras e daGruta de Mvulu ou da Gruta de Border, em Natal; a parte superior da indústria stillbayense da gruta de Peer, na província do Cabo; a indústria Bambata das cavernas Khami, em Zimbabwe.

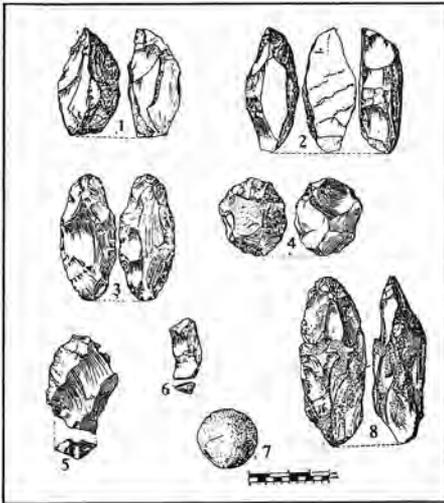



Figura 20.11 Civilização sangoense de Zimbabwe, variante do Zambeze (divisão superior): 1 e 2. picões; 3 e 8. machados nucleiformes; 4. núcleo discoide; 5 e 6. lascas retocadas; 7. esferoide (*Apud* CLARK, J. D. *The Stone Age Cultures of Northern Rhodesia.* Cidade do Cabo, South African Archaeological Society, 1950. Prancha XII).

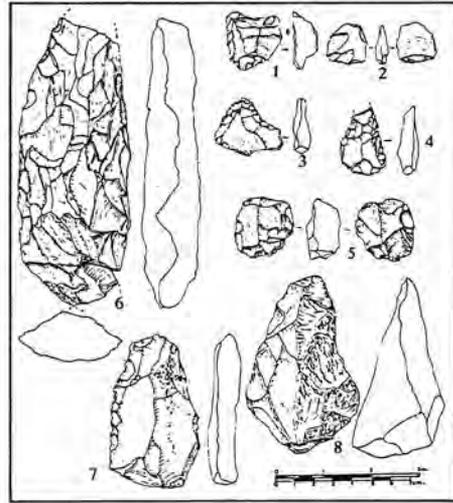



Figura 20.12 Indústrias da *Middle Stone Age*, provenientes de Twin Rivers (Zâmbia), datadas de 32.000 a 22.000 anos B.P.: 1. raspador angular; 2. lasca utilizada, destacada de um núcleo discoide de tamanho reduzido; 3. raspador convergente; 4. raspador sem ponta; 5. pequeno raspador; 6 e 7. bifaces pesados; 8. biface. Todos os exemplares são feitos de quartzo, exceto o n. 3 (sílex negro) e o n. 8 (dolerito) (*Apud* CLARK, J. D. *The Prehistory of Africa.* Londres, Thames and Hudson, 1970. Fig. 34).

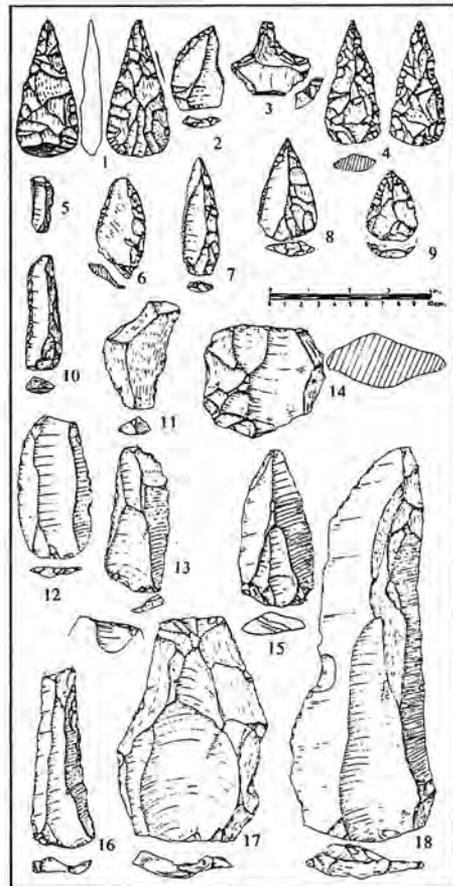



Figura 20.13 Indústrias de Pietersburg e Bambata, provenientes da gruta das Lareiras (Cave of Hearths), no Transvaal, e da gruta de Bambata, em Zimbabwe. Instrumentos característicos das regiões de arbustos espinhosos e do *bushveld* (*Apud* CLARK, J. D. *The Prehistory of Africa.* Londres, Thames and Hudson, 1970. Fig. 35).

áreas da Namíbia. No entanto, esses utensílios aparentemente não existem na maior parte da região central do planalto interior, onde a lidianita constituía a principal matéria-prima. Se essa distribuição tem uma base ecológica, cabe-nos tentar determinar o que havia em comum entre as regiões onde as indústrias do Grupo IV foram encontradas.

Pensava-se que essas indústrias "evoluídas" representavam uma fusão entre as técnicas do "núcleo preparado" da Middle Stone Age e a da debitagem de lâminas por meio de percutor do "Paleolítico Superior". Nesse caso, elas não seriam muito anteriores a um período entre 15.000 e 20.000 B.P.; realmente, um certo número de datações enquadra-se nesse intervalo. Mais recentemente, porém, várias datações muito anteriores a essas[14] foram obtidas para as indústrias do Grupo IV, que foram denominadas magosienses ou, na África do Sul, "Howieson's Poort" (do nome do sítio, perto de Grahamstown, onde os primeiros utensílios característicos foram encontrados). Infelizmente, com exceção da caverna de Montagu na província do Cabo e da indústria de Tshangula em Zimbabwe, ainda não existem informações precisas sobre a composição dessas descobertas, de modo que não sabemos se formam um conjunto homogêneo ou se existe mais de uma indústria entre elas.

Supondo, por enquanto, que tais complexos sejam homogêneos, essas datas antigas indicam que uma tecnologia desenvolvida de lâminas coexistiu no sul da África com as tecnologias tradicionais das lascas preparadas da Middle Stone Age. O mesmo ocorre no norte da África, onde dois complexos contemporâneos, a cultura de Daba e o Ateriense, se diferenciam regionalmente. No passado, a evolução e a sucessão de indústrias líticas eram, em geral, explicadas pelos movimentos migratórios de populações geneticamente diferentes. Todavia, essa hipótese não é apoiada por outras evidências, sendo mais provável que o grau de adoção e difusão de utensílios entre populações de caçadores-coletores tenha dependido muito mais das vantagens de tais utensílios e de sua superioridade sobre o equipamento tradicional, sobretudo onde seu emprego facilitasse a exploração de novos recursos. A menos que implicassem a ocupação de regiões desabitadas, como o Novo Mundo ou a bacia do Zaire e as zonas florestais da África ocidental no fim do Pleistoceno Médio, as migrações de longa distância eram provavelmente raras entre os grupos de caçadores-coletores, relacionando-se

14 As indústrias do Grupo IV receberam as seguintes datações: na caverna de Montagu, entre -23.200 e -48.850; no rio Klassies, no sul da província do Cabo, em torno de 36.000 B.P.; na caverna de Rose Cottage, no Estado Livre de Orange, -50.000; para o "Epi-Pietersburgiense" na caverna de Border, -46.300. A indústria de Tshangula , em Zimhahwe. situa-se entre 21.700 ±780 e 25.650 ± 1800 anos B.P.

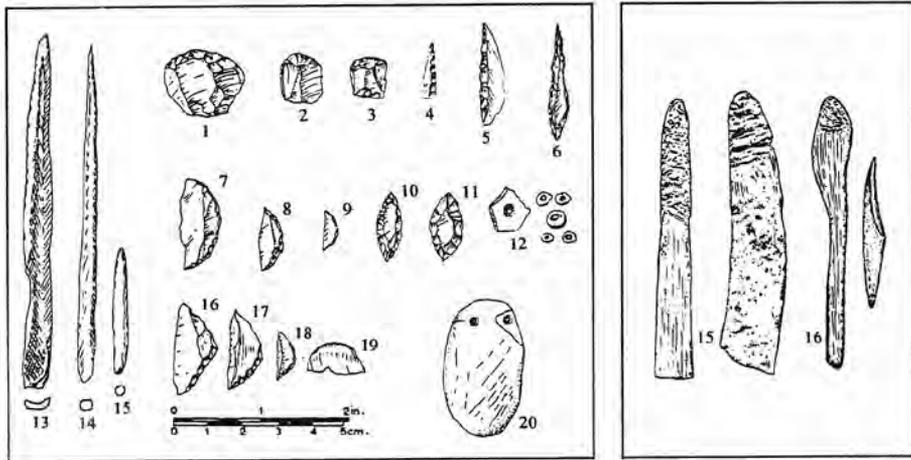
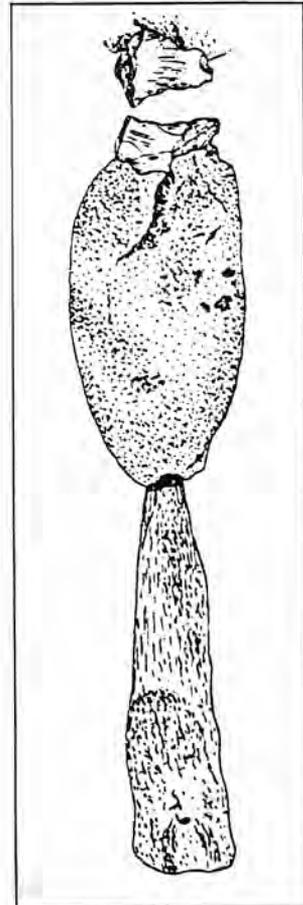
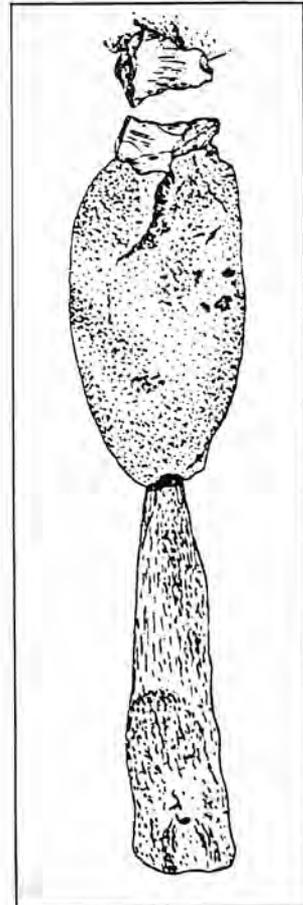



FIGURA 20.14 De 1 a 12. utensílios em sílex e calcedônia, das indústrias wiltonienses da província do Cabo, na África do Sul, (segundo BURKITT, M. C. 1928): 1, 2 e 3, raspadores curtos; 4 e 5. micrólitos retos com bordo não ativo aparado; 6. furador; 7, 8 e 9. segmentos de círculo; 10 e 11. "crescentes duplos"; 12. contas de casca de ovo de avestruz. Os exemplares 3, 4 e 12 provêm do abrigo na rocha de Wilton e os demais, da planície do Cabo. De 13 a 20, utensílios das indústrias de Matopan (Wiltoniense de Zimbabwe), provenientes da caverna de Amadzimba, Matopos Hills, em Zimbabwe (segundo COOKE, C. K. e ROBINSON, K. R. 1954): 13. furador espatulado de osso; 14. ponta de osso com talão em bisel; 15. elemento cilíndrico; 16, 17, 18 e 19. segmentos de círculo e crescentes espessos, em quartzo; 20. pingente de ardósia, (*Apud* CLARK, J. D. *The Prehistory of Africa,* Londres, Thames and Hudson, 1970, Fig. 56).

FIGURA 20.15 Utensílios de madeira provenientes de depósitos do Pleistoceno na África austral: 15. cabo de propulsor (à esquerda) proveniente do nível I da camada de turfa de Florisbad Mineral Spring, datado de cerca de 48.000 B.P.; comparar com o cabo de um propulsor australiano (à direita), com entalhes para evitar o deslizamento da mão; 16. maça e utensílio com duas pontas, provenientes do nível de ocupação acheulense de Kalambo Falls (Zâmbia), datados de 190.000 B.P. (*Apud* CLARK, J. D. *The Prehistory of Africa,* Londres, Thames and Hudson, 1970, Pranchas XV e XVI).

FIGURA 20.16 Lasca-enxó em forma de crescente feita de sílex negro, montada por meio de mástique sobre um cabo de chifre de rinoceronte, proveniente de uma caverna da baía de Plettenberg, no leste da província do Cabo (segundo CLARK, J. D. 1970).

mais com as populações agrícolas. A mais provável explicação para as mudanças observadas nos utensílios é a invenção independente por comunidades quase isoladas que dispunham de recursos e métodos de exploração semelhantes; portanto, as mudanças seriam devidas mais à difusão de estímulos do que a grandes migrações étnicas.

A título de explicação, é necessário examinar rapidamente os testemunhos fósseis do sul da África após o fim do Acheulense, aos quais o crânio de Saldanha parece estar associado. Como o crânio descoberto em Kabue (Broken Hill) se assemelha bastante ao de Saldanha, é provável que não haja um intervalo de tempo muito grande entre os dois. O pequeno número de artefatos e esferoides leves provenientes de Kabue, que parecem estar relacionados aos restos de hominídeos, não são característicos e poderiam pertencer a qualquer período entre o Acheulense Recente e o início da Middle Stone Age. Nesse depósito foram encontrados horizontes de habitação em estratigrafia atribuídos a esse período, de forma que, embora se possa presumir que o crânio quase completo e outros restos sejam representativos da família de hominídeo responsável pelo Sangoense local ou pelo Acheulense Final, esse fato não poderá ser comprovado até que o próprio fóssil seja datado por um método mais preciso. Entretanto, as semelhanças entre os fósseis de Saldanha e de Kabue (Broken Hill), bem como entre o fragmento craniano (H. 12) do Bed IV de Olduvai e o de Njarassi, no Rift do lago Eyasi, na África oriental, parecem indicar que essas formas "rodesioides" e outras formas aparentadas ao *Homo sapiens* substituíram o *Homo erectus* durante a última parte do Pleistoceno Médio (como o homem de Neandertal, na Eurásia) e que, no início do Pleistoceno Superior, encontravam--se amplamente distribuídas nas regiões tropicais da África subsaariana[15].

As alterações climáticas (que, de acordo com estudos palinológicos, limnológicos e outros, ocorreram na África simultaneamente às que acompanharam a última glaciação na Eurásia), bem como a distribuição esparsa e o relativo isolamento das populações de hominídeos causaram certamente transformações e desenvolvimentos em várias direções diferentes, no momento em que os hominídeos se adaptavam de modo mais eficiente, nos planos cultural e genético, aos ambientes diversos que tinham conseguido ocupar.

Quaisquer que tenham sido as causas – domínio da linguagem, evolução da estrutura social, tecnologia avançada ou outras – que deram ao homem moderno *(Homo sapiens sapiens)* uma vantagem inegável sobre as outras formas

15 Novas datações de dois dos fósseis de hominídeos, obtidas através do método de racemização, indicam um período entre 100.000 e 200.000 B.P. (BADA, J. Comunicação pessoal).

de hominídeos, é claro que elas são a base do intercâmbio genético acarretado pela substituição relativamente rápida das formas neandertaloides, rodesioides e outras não tão bem adaptadas. O homem moderno (representado pelos crânios descobertos na "Formação de Kibish", na bacia inferior do Orno e em Kangera, na bacia do lago Vitória) apareceu na África oriental cerca de 200.000 anos B.P. Na África do Sul, o crânio de Florisbad, que tem mais de 48.000 anos, pertence a uma forma primitiva e robusta, próxima do homem moderno. Um certo número de fósseis mais recentes, mas datados com menor precisão e que, na maioria, pertencem ao período entre -35.000 e -20.000 (provenientes de Boskop, caverna de Border, Tuinplaas, Skildergat – caverna de Peer –, Mimbwa e outros sítios) representam várias populações já modernas, diferenciadas regionalmente e responsáveis por algumas variantes culturais da Middle Stone Age.

Por volta do fim do Pleistoceno, há cerca de 10.000 anos atrás, populações geneticamente aparentadas, mas distintas do ponto de vista regional, ancestrais longínquos de alguns povos atuais, tinham-se diferenciado: os troncos de San – grandes e pequenos – no sul e no centro-leste da África; os negroides, na África equatorial e ocidental; e a forma nilótica na África oriental. Os fósseis são fragmentários e, em geral, limitam-se a apenas um espécime. Raramente se encontram indicações suficientes sobre a amplitude das variações que podemos esperar dentro de uma só população. Mesmo assim, torna-se claro que as "raças" africanas autóctones têm uma considerável antiguidade no continente, onde podemos considerar terem elas evoluído durante o Pleistoceno Superior e os primórdios do Holoceno, através de um longo período de adaptação e seleção nas principais regiões biogeográficas.

Como foi mencionado anteriormente, as lâminas obtidas por percussão indireta e diversos utensílios pequenos feitos com lâminas com bordo aparado ou truncamento, descobertos entre os utensílios do Grupo IV (Howieson's Poort), foram considerados no passado como uma evidência de movimentos migratórios das populações; tais utensílios teriam sido introduzidos por grupos imigrantes de "homens modernos". É necessário aguardar o resultado de estudos definitivos sobre os sítios escavados para verificar se essa "hipótese étnica" será confirmada ou se tal complexo reflete a aceitação de novas técnicas transmitidas pela difusão de um estímulo e adotadas porque permitiam uma melhor exploração dos recursos locais, ou ainda se é produto de fatores totalmente diferentes. Qualquer que tenha sido a causa, quase não há dúvida de que a introdução da tecnologia das lamelas está ligada ao desenvolvimento dos utensílios compostos, nos quais duas ou mais peças e/ou materiais eram combinados para fazer um utensílio mais aperfeiçoado e mais eficiente. O encabamento dos utensílios de pedra ou

de outro material para obter uma eficiência maior começou provavelmente na época das indústrias do Grupo II: os traços de adelgaçamento nas faces dorsais das pontas de Mossel Bay ou a retirada do talão por retoques inversos parecem indicar modificações relacionadas com a fixação de cabos. Na África, o meio mais simples de montar, por exemplo, uma faca de pedra ou uma ponta de projétil era provavelmente utilizar diversas formas de mástique (resina, goma, látex, etc.) com ligamentos de fibras e tendões.

O aparecimento do homem moderno na pré-história está associado a uma série de práticas e características culturais inovadoras. Os sedimentos acumulados nas cavernas e abrigos sob rochas e em alguns sítios favoráveis ao ar livre indicam que desde então as ocupações sazonais tornaram-se regra geral. Ao que parece, estamos diante de grupos muito mais estrutura dos, embora ainda abertos e de composição sujeita a frequentes alterações. A multiplicidade e a padronização dos diferentes tipos de utensílios, a maior frequência de sepulturas intencionais e o hábito de colocar junto ao morto objetos e alimentos para que ele pudesse enfrentar o além, o uso mais regular de pigmentos na decoração e possivelmente no ritual, e até mesmo o gosto pela música presente na África do Norte - tudo testemunha as indiscutíveis vantagens genéticas do *Homo sapiens sapiens.* Um dos aspectos da maior especialização regional dos utensílios pode ser explicado pelas preferências locais por certas espécies de animais de caça e no crescente uso de certos alimentos vegetais que precisavam ser moídos e triturados. O material de moagem aparece pela primeira vez com as indústrias dos grupos III e IV e mais particularmente pouco depois de -25.000. Um conjunto significativo de utensílios pesados acompanha os utensílios leves do norte e do nordeste de Zâmbia, refletindo um sistema de exploração com recursos muito semelhantes aos do Zaire e de Angola.

A visão tradicional da Middle Stone Age como um conjunto de variantes regionais distintas (Stillbay, Pietersburg, Mossel Bay, Howieson's Poort, etc.), todas mais ou menos contemporâneas e caracterizadas por uns poucos fósseis-guias, parece hoje excessivamente simplificada. As indústrias da Middle Stone Age podem ser consideradas como produtos de uma adaptação contínua a regiões ou zonas biogeográficas distintas, onde as necessidades e atividades dos grupos humanos determinaram a escolha das matérias-primas a serem usadas na fabricação dos utensílios. Podemos compreender melhor a importância relativa, para o grupo, desses diferentes materiais – madeira, pedra, osso, chifre, etc. – a partir de uma comparação entre os dados paleoecológicos e os obtidos através de estudos do tipo *site catchment analysis* (análise de área de captação de

recursos).[16] Um conjunto de utensílios de pedra comuns não é necessariamente sinal de "mediocridade", nem um conjunto de utensílios mais "refinados" representa superioridade. Por si só, os utensílios líticos podem fornecer apenas uma quantidade mínima de informações sobre o comportamento de quem os produziu. Realmente significativa é a associação entre esses utensílios e todos os outros produtos da atividade humana preservados, referentes a uma fase de ocupação. A estrutura dos sítios da Middle Stone Age é menos conhecida que a dos sítios do Acheulense e de épocas anteriores. A Cave of Hearths nos fornece a prova da existência de fogueiras, enquanto a caverna de Montagu nos informa sobre a distribuição de artefatos em volta das fogueiras em cada horizonte. No sítio de Orange I foram encontradas "fundações" de pedra de vários pequenos abrigos e em Zeekoegat 27, na região do Orange River Scheme, há vestígios de uma grande área de atividade abrigada. Pilhas de ossos de uma ou várias caçadas bem sucedidas foram descobertas em Kalkbank, na região central do Transvaal; finalmente, descobertas feitas na caverna dos Leões na Suazilândia, parecem indicar que a hematita começou a ser extraída para fabricar pigmento há cerca de 28.000 anos atrás. Bigornas calçadas para debitagem de pedras aparecem nos horizontes do Rubble I, em Kalambo Falls, e datam de aproximadamente 27.000 B.P. No mesmo sítio, pequenos círculos de pedras parecem ter delimitado antigas fogueiras, enquanto em Botsuana foram encontrados vestígios de um acampamento temporário da indústria Bambata, dispersos às margens do rio Nata. Restos de fauna sob a forma de resíduos de alimentação indicam que a fonte principal de abastecimento era constituída pelos grandes animais; alguns, como búfalos, gnus, búbalos, zebras e suínos, estavam entre as espécies levadas com mais frequência para os locais de habitação. Em geral, parece existir nos sítios da Middle Stone Age uma variedade maior de espécies do que nos do Acheulense. As descobertas sugerem que, embora melhores armas permitissem caçadas mais produtivas, as espécies capturadas continuavam a ser muito variadas; foi apenas durante a Late Stone Age que a caça assumiu um caráter mais seletivo.

Em resumo, não é mais possível considerar as indústrias da Middle Stone Age como uma progressão simples e linear para uma tecnologia mais refinada e evoluída. Se as datações estão corretas, essas indústrias mostram,

16 A *site catchment analysis* (análise de captação de recursos) é um método desenvolvido por C. VITA-FINZI e E. S. HIGGS, 1970, para estabelecer o potencial de recursos de uma região explorada a partir de um determinado sítio pré-histórico. Para tanto, é necessário identificar os limites territoriais e em que medida o habitat e a bioma diferiam dos atuais. VITA-FINZI, C. e HIGGS, E. S. "Prehistoric economy in the Mount Carmel area of Palestine: site catchment analysis". *Proc. of the Preh. Soc.* 1970, 36, p. 1-37.

ao contrário, várias técnicas diferentes com uma base essencialmente econômica. Essas técnicas influenciam-se mutuamente em graus diversos e podem evoluir em função das necessidades materiais. As diversas variantes identificadas provavelmente refletem preferências regionais quanto aos recursos e à sua extração, embora a maioria dessas variantes ainda precise ser mais bem definida. Em algumas regiões, certos sítios com estratigrafia (Cave of Hearths, por exemplo) apresentam uma clara sequência evolutiva, enquanto em outras (Klassies River, na costa meridional da África do Sul, e a caverna de Zombepata, em Zimbabwe) a sequência estratigráfica mostra um padrão semelhante ao das tradições do Musteriense do oeste da França, e certos grupos podem se suceder sem continuidade aparente. A substituição de um grupo por outro pode ter tido uma origem econômica e refletir alterações ecológicas, indicando portanto novas preferências alimentares. Os raros testemunhos de que dispomos confirmariam essa hipótese; mas ainda não possuímos análises detalhadas da fauna nem dados sobre o pólen que permitam estabelecer se tais transformações ocorreram simultaneamente em vastas regiões biogeográficas ou se refletem apenas uma evolução temporal dos recursos alimentares deste ou daquele habitat.

Embora a Middle Stone Age no sul da África seja em grande parte contemporânea do Paleolítico Superior na Europa, seus estágios mais antigos, apesar de pouco conhecidos, parecem ser contemporâneos do Musteriense ou do Jabrudiense (Pré-Aurignaciense) do Oriente Médio.

Late Stone Age

No sul da África, a imagem clássica da Late Stone Age é a de um conjunto de indústrias compostas principalmente de utensílios microlíticos, chamadas comum ente de wiltonienses (do nome da caverna no oeste da província do Cabo onde as indústrias características foram encontradas e descritas pela primeira vez), da mesma forma que a indústria de raspadores smithfieldiense na área de lidianita do *highveld*. Entretanto, em algumas partes do subcontinente, encontraram--se indústrias que foram denominadas pré-wiltonienses. Elas surgiram há pouco mais de 20.000 anos e assinalam uma mudança radical na tecnologia dos utensílios de pedra. Os "núcleos preparados" da Middle Stone Age dão lugar a núcleos sem forma precisa dos quais são extraídas lascas irregulares. Os únicos utensílios que parecem preservar uma forma regular são diversos tipos de raspadores grandes, raspadores feitos sobre lascas ou abruptos e vários raspadores menores convexos. Espécimes desses utensílios foram encontrados em sítios do

litoral sul[17] do Estado Livre de Orange[18], do Transvaal[19] e da Namíbia[20], onde estão associados à matança de três elefantes.

Em Zimbabwe, a indústria equivalente é o Pomongwiense, que se situa entre ±9400 e 12.200 B.P. Ela está particularmente associada a extensas fogueiras de cinzas brancas, e algumas das primeiras pontas de osso pertencem a essa época. Uma indústria possivelmente relacionada à pomongwiense é um dos níveis da caverna de Leopard's Hill, em Zâmbia, que data de 21.000 a 23.000 B.P. Outras descobertas desse tipo, até agora sem datas, foram feitas em Pondoland (caverna de Umgazana), no vale do médio Zambeze, em Zâmbia (Lukanda) e em outras regiões. Essa distribuição geográfica indicaria que tal mudança tecnológica radical pode ter sido bem geral entre ± 20.000 e 9000 anos atrás. Suas causas são ainda incertas, mas o autor deste capítulo presume que ela poderia ser o resultado de uma associação entre alterações ambientais ocorridas nessa época (e que, segundo se acredita, deixaram vestígios em alguns sítios do sul da África, por exemplo, na baía de Nelson, em Zombepata etc.) e o desenvolvimento ou a difusão de equipamentos e técnicas mais eficientes, relacionados em especial com novos métodos de caça.

Algumas evidências indicam que essas indústrias pré-wiltonienses estavam associadas à caça de grandes animais ungulados: búbalos, gnus, antílopes azuis e zebras. Além disso, na caverna da baía de Nelson, elas parecem coincidir com uma alteração ecológica ocorrida pouco depois de 12.000 B.P., quando a fauna das pradarias foi substituída por espécies da floresta perene. Além disso, o aparecimento de uma grande quantidade de animais marinhos entre os restos indica que o aumento do nível do mar nos estágios finais do Pleistoceno tinha tornado possível a exploração direta da fauna marinha a partir dessa caverna.

Acredita-se hoje que as indústrias de lamelas com uma alta porcentagem de utensílios microlíticos com bordo aparado tenham surgido no sul da África central muito antes do que se pensava inicialmente. Uma das primeiras é representada pelo estágio mais antigo Nachikufiense (Nachikufu I) em Zâmbia, em que a data mais antiga é 16.715 ±95 B.P. Uma indústria wiltoniense local surgiu em

17 A caverna da baía de Nelson, datada entre 18.000 e 12.000 B.P.; Matjes River, datada entre 11.250 e 10.500 B.P.; e Oakhurst. Na caverna da baía de Nelson, uma indústria que recobre a indústria de raspadores abruptos data de 12.000 a 9000 B.P. A maioria dos utensílios são feitos sobre lascas grandes; não há formas microlíticas. Uma indústria pré-wiltoniense semelhante é encontrada em outros sítios na região montanhosa do sul, por exemplo, em Melkhoutboom, onde data de 10.500 ±190 anos B. P.

18 Smithfield A, por exemplo a. indústria da Fase I de Zeekoegat 13.

19 Uitkomst, datado de 7680 B.P.

20 Windhoek. datado de ±10.000 B.P.

Zimbabwe aproximadamente em 12.000 B.P. (gruta de Tshangula) e na África do Sul um pouco mais tarde (8000 a 5000 B.P.). Esses exemplos da África centro-sul encontram paralelo nas indústrias puramente microlíticas de lâminas com bordos, provenientes de sítios da África oriental – os de Uganda (gruta de Munyama, ilha de Buvuma, 14.480 ±130 B.P.), do Rift de NakurujNaivasha, em Quênia (Prolonged Drift, 13.300 ±220 B.P.) e da Tanzânia central (abrigo sob rocha de Kiesese, 18.190 ±300 B.P.). Uma indústria relacionada a essas, mas distinta regionalmente, é o Tshitoliense, na bacia do Zaire (12.970 ±250 B.P.).

A tradição dos micrólitos coincide com o desenvolvimento de formas cada vez mais eficientes de utensílios compostos, entre os quais um dos mais significativos foi o arco e flecha. Não se. sabe em que data essas armas surgiram pela primeira vez na África, o que ocorreu provavelmente durante a última fase do Pleistoceno. Tão importantes quanto os segmentos de círculo e outros. utensílios de pedra com bordo aparado, usados como armaduras de flechas, foram os diversos tipos de pontas de osso e pontas de arremesso, provavelmente também utilizados como pontas de flechas. Alguns deles, sem dúvida, remontam a 12.000 anos B.P.

Acredita-se que seja possível reconhecer sequências evolutivas nessas indústrias microlíticas em diversas partes do sul da África; em outras regiões, porém, como no noroeste de Zâmbia, o núcleo discoide persistiu aparentemente até o segundo milênio antes da Era Cristã, enquanto em outras partes (no Estado Livre de Orange, por exemplo), os elementos microlíticos wiltonienses. Parecem ter desaparecido, dando lugar a indústrias onde predominaram os raspadores (Smithfield B).

Conhecemos um número maior de sítios da Late Stone Age que da Middle Stone Age e há razões para supor que o início do Holoceno foi um período de crescimento demográfico. Foi também a partir dessa época (por volta de 10.000 B.P.), que as cavernas e os abrigos sob rochas passaram a ser ocupados com frequência cada vez maior. Os recursos locais foram explorados mais intensamente que antes e os restos de fauna encontrados nos sítios de habitação mostram a crescente importância dada à caça e à captura de determinados animais. O sistema de exploração provavelmente não se diferenciava muito do que é utilizado hoje pelos San do Calaari e por outros grupos de caçadores-coletores da zona tropical árida.

Os deslocamentos e o território de um grupo eram determinados pela disponibilidade sazonal de recursos de água, vegetais e animais, havendo sem dúvida contatos regulares entre grupos vizinhos. Os que viviam perto do mar ou de fontes de água doce exploravam agora os recursos locais: peixes, moluscos e mamíferos aquáticos. Outros caçavam sobretudo as grandes manadas de antílopes, e outros ainda animais de pequeno porte. Na região montanhosa do sul da província do

Cabo, às formas mais comuns de utensílios de pedra são diversos tipos de pequenos raspadores; os resíduos de alimento provêm, em sua maioria, de pequenos mamíferos, provavelmente capturados com o auxílio de armadilhas. Por outro lado, em Zimbabwe, Zâmbia e outras regiões, nas pradarias e florestas claras, as indústrias contêm grandes quantidades de segmentos de círculo microlíticos e lamelas com bordo aparado associados aos ‘restos de grandes mamíferos. Esses utensílios indicam que as principais armas eram provavelmente o arco e a flecha; os micrólitos eram encabados sozinhos ou aos pares, formando largas pontas cortantes, semelhantes às do Egito dinástico e às poucas flechas feitas pelos San da época histórica e que foram preservadas. A extensão territorial dos grupos de caçadores dependia provavelmente de vários fatores ecológicos. Na região oeste da província do Cabo (De Hangen), demonstrou-se que os grupos pré-históricos de San passavam o inverno na costa, nutrindo-se principalmente de alimentos marinhos, e o verão, nas montanhas, cerca de 140 km para o interior, onde a dieta consistia em diversos vegetais, daimões, tartarugas e outros pequenos animais.

Nas regiões muito favoráveis do sul da África, os caçadores-coletores da Late Stone Age ocuparam algumas das áreas mais ricas do mundo em recursos alimentares vegetais e animais. Em regiões como essas, nas quais as fontes de caça eram praticamente inesgotáveis, os caçadores tinham tempo suficiente para se dedicarem a atividades intelectuais, como prova a magnífica arte rupestre dos montes Drakensberg, de Zimbabwe e da Namíbia. Embora muitas dessas obras de arte não tenham mais de 2000 ou 3000 anos, elas fornecem um registro incomparável do modo de vida desses caçadores-coletores pré-históricos, que, em muitos aspectos, se perpetuou até hoje entre os San do Calaari central. É evidente que as origens dessa arte remontam a épocas muito longínquas; as mais antigas pinturas descobertas até agora na África austral provêm do abrigo sob rocha Apollo II, no sudoeste africano (Namíbia), onde aparecem nas superfícies do rochedo, numa camada de 28.000 anos B.P.

Nos primeiros séculos da Era Cristã, as populações de caçadores-coletores da Late Stone Age foram substituídas, em grande parte do sul da África, por povos agricultores que conheciam a metalurgia. Esses povos foram provavelmente os precursores de grupos de língua bantu que migraram para o subcontinente vindos de uma região situada no noroeste (Chade e Camarões). No sul da África, portanto, não há provas seguras da existência de cultura neolítica, o que significa que não havia povos agricultores que fabricassem cerâmica, mas apenas populações que utilizavam utensílios de pedra, em particular machados amolados e polidos. Todavia, é necessário salientar que, embora não haja traços seguros de agricultura antes da chegada dos povos do início da Idade do Ferro, é certo que, no sudoeste da

África, já no primeiro século antes da Era Cristã e quase certamente antes ainda, alguns grupos da Late Stone Age recente possuíam carneiros, e depois bovinos. Alguns desses povos podem ser identificados com os Khoi Khoi históricos, ou seja, com pastores nômades que não praticavam a agricultura, mas fabricavam um tipo determinado de cerâmica. No entanto, nenhum vestígio de habitat pastoril claramente identificado foi descoberto até agora; portanto, já que não podemos recorrer às pesquisas arqueológicas, nossas informações sobre tais grupos devem ser obtidas em fontes históricas. Uma questão que também está sem resposta refere-se à origem de seu gado. Com base em dados linguísticos, alguns autores sugerem que ele provinha de povos que falavam línguas do Sudão central e oriental; outros, porém, acreditam que esses animais vinham de povos migrantes do início da Idade do Ferro. Qualquer que seja sua origem, é pouco provável que essa fase pastoril seja anterior a 300 anos antes da Era Cristã, tendo terminado no século XVIII.

Assim, os dados fornecidos pelos estudos da pré-história na África austral mostram o importante papel desempenhado pelo alto planalto interior na evolução do homem como fabricante de utensílios. A crescente engenhosidade e eficiência com que as sucessivas populações de hominídeos desenvolveram padrões de comportamento e equipamento cultural que lhes permitiram explorar de modo cada vez mais intenso os recursos dos ecossistemas onde viviam, ajudam a explicar as diferenças étnicas e culturais que distinguem os povos autóctones do sul da África hoje (San, Khoi Khoi, BergDama, OvaTjimba, Twa e Bantu). Além disso, demonstram ainda a grande antiguidade e a continuidade de muitas características de comportamento que persistem até os dias de hoje.

CAPÍTULO 21

Pré-História da África Central
PARTE I

R. de Bayle des Hermens

A bacia do Zaire estende-se geograficamente do golfo da Guiné, a oeste, até a zona dos grandes lagos, a leste, e entre o décimo paralelo ao sul do equador, em Angola e no Shaba (ex-Catanga), e o diviso r de águas das bacias hidrográficas do Chade e do Zaire, ao norte[1].

Representa hoje a zona essencialmente equatorial, e sua cobertura vegetal, constituída pela grande floresta, é a mais densa de toda a África. Por outro lado, sabe-se também que essa zona florestal se estendeu, em alguns períodos muito úmidos, muito mais ao norte do que atualmente. No decorrer dos milênios a floresta regrediu, subsistindo somente em galerias de amplitude variável, ao longo dos rios. Insistimos nessa cobertura vegetal porque foi um fator primordial no desenvolvimento e na evolução das civilizações pré-históricas da região. Segundo os trabalhos e os conhecimentos atuais, as culturas pré-históricas e, mais particularmente, ao que parece, as que sucederam ao Acheulense evoluíram no próprio local, condicionadas pela floresta primária e sem contato com as populações que viviam nas zonas de vegetação menos densa. Ao norte, as grandes migrações do Neolítico, deslocando-se de leste para oeste, contornaram a floresta sem penetrá-la, como se representasse uma barreira, um mundo no qual não se aventuravam as populações habituadas a viver nas zonas de savanas

1 Entendemos por África Central os seguintes países: Zaire, República Centro-Africana, República Popular do Congo, Gabão, Camarões e, em parte, Angola, Ruanda e Burundi.

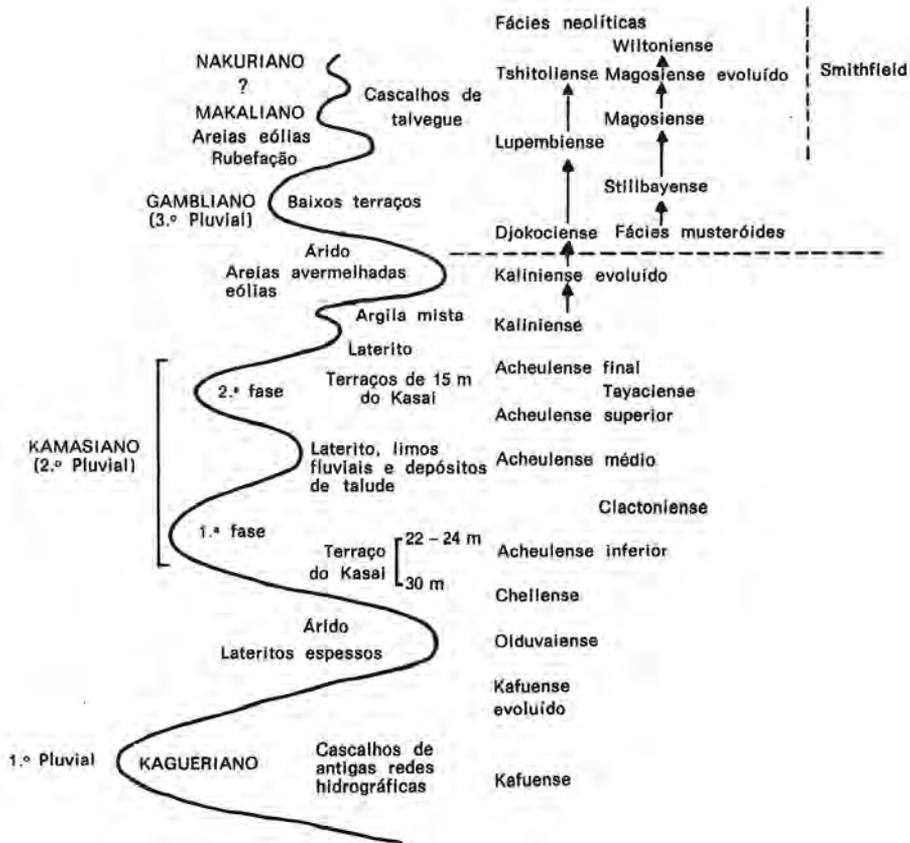



FIGURA 21.1 Variações climáticas e indústrias pré-históricas da bacia do Zaire (segundo G. Mortelmans, 1952).

e nos grandes espaços desbastados. Nada do que conhecemos das indústrias do Paleolítico Médio e Superior, do Neolítico, da arte rupestre – pouco conhecida, aliás, na bacia do Zaire –, permite afirmar que tenha havido contatos com populações que viviam em um Saara que ainda não era o grande deserto árido de hoje. Se pensamos encontrar sinais de contatos, é para o leste e para o sul da África que nos devemos voltar e ali, então, procurar o ponto de partida das migrações dos grupos humanos que povoaram a grande floresta equatorial do oeste.

Do ponto de vista climático, o Quaternário dessa região estaria muito mais próximo do Quaternário da África oriental, ainda que com variações locais devidas à altitude elevada das zonas montanhosas. Segundo G. Mortelmans (1952), teria havido quatro períodos pluviais e dois episódios úmidos[2]:

Nakuriano – 2º úmido
Makaliano – 1º úmido
Gambliano – 4º pluvial
Kanjeriano – 3º pluvial
Kamasiano – 2º pluvial
Kagueriano – 1º pluvial

Dessa alternância de períodos relativamente secos com outros muito úmidos depende, em certa medida, o povoamento de uma região, e isso devido a modificações no que hoje chamamos "meio ambiente".

A penetração difícil na grande floresta fez com que vários pré-historiadores pensassem que o povoamento dessa zona tenha sido pouco significativo no período que vai do Paleolítico Inferior ao Neolítico. De nossa parte, não concordamos com esse ponto de vista, sendo oportuno desfazer o mito relativo à dificuldade de povoamento da região. Se em toda a região as coletas de utensílios líticos foram, até certo ponto, de pouca monta, isto ocorreu porque os estudiosos hesitaram em empreender pesquisas de longa duração sob condições adversas. Em vista dos resultados obtidos recentemente por várias missões em Angola, na República Centro-Africana e no Zaire, e considerando a enorme quantidade de pedras lascadas coletadas, devemos reconhecer que o povoamento pré-histórico do que se convencionou chamar "a grande floresta" é tão significativo quanto o de outros setores da África.

Finalmente, devemos observar que na zona equatorial úmida os vestígios orgânicos não se conservaram devido à acidez dos terrenos e que, portanto, com raríssimas exceções relativas a períodos muito recentes e mesmo históricos, os fósseis humanos, os restos de fauna e o instrumental ósseo estão totalmente ausentes.

---

2 *Nakuriano.* Fase úmida definida pelos depósitos da praia inferior à dos 102 m do lago Nakuru, no Quênia.
Makaliano. Fase úmida reconhecida nas praias lacustres dos 114 m e 102 m do lado Nakuru.
Gambliano. Pluvial definido ao redor dos lagos Nakuru, Naivasha e sobretudo Elmenteita (Gamble's Cave) no Quênia.
Kanjeriano. 3º pluvial definido por L. S. B. LEAKEY com base em um depósito fossilífero descoberto em Kanjera em Kavirondo Gulf.
Kamasiano. 2º pluvial, cujo nome se deve a depósitos de diatomitas estudados por Grégory em Kamasa no Kenya Rift Valley,
Kagueriano. 1º pluvial assim chamado com base no sistema de terraços do rio Kaguera, na Tanzânia, descoberto por E. J. Wayland em 1934.

Histórico das pesquisas

A pré-história da zona da floresta equatorial da bacia do Congo permaneceu ignorada durante muito tempo, em razão de sua enorme cobertura vegetal e de suas maciças formações lateríticas, nas quais se encontram encerradas as indústrias de várias culturas pré-históricas.

Foi preciso esperar o desenvolvimento das grandes obras públicas (construção de estradas de ferro, rodovias, pontes e canais de saneamento) e as prospecções de minerais para que se começasse a conhecer a pré-história desse setor, para que os geólogos e pré-historiadores tivessem acesso aos cortes geológicos reveladores de instrumental lítico.

No Zaire, as primeiras descobertas isoladas de utensílios pré-históricos parecem ser as do Comandante C. Zboïnsky, durante a construção das linhas de estrada de ferro. Foram estudadas em 1899 por X. Stainer, que tentou uma síntese provisória, apesar da ausência de qualquer estratigrafia. De 1927 a 1938, desenvolvem-se as pesquisas e importantes trabalhos são publicados, em particular os de J. Colette, F. Cabu, E. Polinard, M. Bequaert, G. Mortelmans, o do Rev. A. Anciaux de Favaux e do Ab. H. Breuil. Os mais recentes são os de H. van Moorsel, F. van Noten e D. Cahen, cujas pesquisas ainda prosseguem.

Quanto à República Popular do Congo, zona essencialmente florestal, os trabalhos publicados são menos numerosos; convém, entretanto, assinalar as pesquisas e estudos de J. Babet, R. L. Doize, G. Droux, H. Kelley, J. Lombard e P. Leroy, particularmente relacionados com as descobertas efetuadas ao longo da estrada de ferro que liga Ponta Negra a Brazzaville.

A pré-história do Gabão é conhecida pelos trabalhos de Guy de Beauchene, B. Farine, B. Blankoff e Y. Pommeret, mas as informações são bastante limitadas, e nenhuma estratigrafia foi estabelecida com precisão.

Os primeiros trabalhos efetuados na República Centro-Africana foram os do Prof. Lacroix, que, por volta de 1930, descobriu utensílios pré-históricos nas aluviões dos rios do planalto de Muka. Essas descobertas foram publicadas em 1933 pelo Ab. H. Breuil, e, no mesmo ano, Félix Eboué assinalava num estudo de etnografia alguns utensílios de pedra descobertos no decorrer de outros trabalhos. Finalmente, entre 1966 e 1968, foram efetuadas pesquisas sistemáticas no país por R. de Bayle des Hermens. As publicações que se seguiram permitem que se tenha uma ideia bastante precisa das indústrias pré-históricas encontradas numa zona onde praticamente nada se conhecia.

Até os últimos anos, muito pouco se sabia sobre a pré-história de Camarões, e foi preciso esperar os trabalhos de N. David, J. Hervieu e A. Marliac para se ter uma ideia geral de mais uma região da África cuja prospecção arqueológica ainda está por ser feita.

Sobre Angola, podemos citar os nomes de J. Janmart, H. Breuil e J. D. Clark, que efetuaram seus trabalhos nos ricos depósitos de aluviões das minas de diamantes.

Bases cronológicas

Utilizaremos para este parágrafo os trabalhos de cronologia do Quaternário da bacia do Zaire elaborados por G. Mortelmans (1955-1957), que, frente aos atuais conhecimentos, são os mais aceitáveis.

O pluvial Kagueriano

Parece ser o pluvial mais importante dos quatro que se sucederam. Foi um período de escavação intensa dos vales e de formação de velhos terraços de cascalhos, onde se encontram as mais antigas indústrias da bacia do Zaire. Constituídas na quase totalidade por seixos lascados, essas indústrias são classificadas num Pré-Acheulense Inferior (Kafuense, segundo G. Mortelmans). Um período árido importante sucede ao pluvial Kagueriano, e os antigos terraços cobrem-se de uma maciça camada de laterito, onde se encontra um Pré-Acheulense mais evoluído, porém mal situado cronologicamente devido à falta de estratigrafia.

O pluvial Kamasiano

Situa-se no estágio final do Pleistoceno Inferior e abrange todo o Pleistoceno Médio. Na realidade, divide-se em duas fases, separadas por um período mais seco. Na bacia do Kasai, atribuem-se a esse período os terraços de 30 m e de 22-24 m; no Shaba (Catanga) e, ao que parece, no oeste da República Centro-Africana, os cascalhos de terraços, de fundo de talvegues e dos leitos fósseis dos cursos d'água. Ocorre, nesse caso, nas regiões de relevo pouco acentuado, a colmatagem de certos leitos de rios e a escavação de novos cursos. Nas camadas profundas desses leitos fósseis encontra-se um instrumental pré-acheulense mais evoluído que o dos antigos terraços do Kagueriano. Alguns bifaces começam a aparecer, mas seu lugar cronológico não está estabelecido com exatidão.

No fim do período maximal do Kamasiano, o Acheulense Inferior sucede às indústrias de seixos lascados. Estas ainda se apresentam em grande número, porém novos utensílios começam a aparecer: os bifaces e as machadinhas em particular. Estas últimas, bastante raras no início, rapidamente passam a ocupar um lugar importante no conjunto de utensílios daquela cultura.

O primeiro máximo kamasiano é seguido por uma fase moderadamente seca, durante a qual ocorrem novas formações de lateritos, ruptura de declives e depósitos de limos fluviais. A esse período está relacionado um Acheulense Médio, cujos utensílios em geral são feitos a partir de lascas frequentemente obtidas por meio de uma técnica de debitagem lateral chamada Victoria West I[3].

No segundo máximo do Kamasiano[4] menos acentuado que o primeiro, novos cascalhos são depositados, formando-se os terraços de 15 m no Kasai. O ciclo termina com o início de um novo período seco, em que ocorre a formação de novos lateritos. A evolução do Acheulense prossegue com uma nova técnica de debitagem – a Victoria West II – e com o desenvolvimento de um novo instrumento – o picão – que vai ocupar, na zona florestal, lugar de destaque dentre os conjuntos industriais que sucedem ao Acheulense.

O período árido Pós-Kamasiano é o mais importante conhecido nessa região. O Saara estende-se em direção ao sul, e o deserto do Calaari, em direção ao norte. Alguns autores acreditam que a floresta equatorial tenha praticamente desaparecido, subsistindo apenas como florestas ciliares. Areias vermelhas desérticas acumulam-se, em espessuras às vezes consideráveis; o Acheulense desaparece ou, antes, parece transformar-se, naquele mesmo local, em uma nova indústria denominada Sangoense, em particular na África equatorial e nas zonas florestais.

Os utensílios se transformam. As machadinhas tornam-se raras e acabam por desaparecer; os bifaces passam a ser mais espessos e maciços; os picões tornam-se muito abundantes, e novos objetos, totalmente desconhecidos no Acheulense, vêm figurar no conjunto de utensílios: peças bifaces alongadas, de grandes dimensões. Esses instrumentos seriam adaptados à vida em meio florestal. Há, entretanto, uma contradição no que diz respeito ao meio ambiente onde se desenvolveu o Sangoense, se se admite que a floresta equatorial tenha praticamente desaparecido no árido Pós-Kamasiano em que se situa essa indústria. Deve-se reconhecer que o Sangoense é uma das indústrias africanas menos conhecidas atualmente.

3 Nome dado a duas técnicas de debitagem levalloisiense observadas particularmente nas indústrias recolhidas nas proximidades das quedas do Zambeze, em Vitória (Victoria Falls).

4 Alguns autores consideram este segundo máximo kamasiano o "Kanjeriano", o que dá quatro períodos úmidos em vez de três, dos quais um apresentaria duas fases bem distintas.

O pluvial Gambliano

O pluvial Gambliano assiste à reconstituição da floresta equatorial, enquanto os rios escavam os vales e depositam às aluviões dos terraços baixos, constituídas de areias eólias acumuladas por ocasião do último período árido. No Zaire ocidental e no Kasai, o Sangoense evolui para uma nova indústria, menos maciça, o Lupembiense, também considerada uma cultura florestal. As regiões do sudeste vêem desenvolverem-se indústrias semelhantes às da África do Sul e do Quênia: indústrias de lascas e lâminas com fácies musteroides, conhecidas pelo nome de *Middle Stone Age* (Média Idade da Pedra), mal situadas tanto na sua estratigrafia, em geral inexistente, quanto na sua tipologia.

O Makaliano e o Nakuriano, fases úmidas pós-gamblianas

Esses dois períodos são muito menos acentuados que os pluviais precedentes: entre eles intercala-se uma curta fase seca, não sendo o Nakuriano nitidamente conhecido na bacia do Zaire. No Makaliano os rios escavam ligeiramente seu leito, havendo, depois, nova colmatagem. O Lupembiense evolui no mesmo local: os utensílios tornam-se cada vez menores, enquanto os trinchetes e pontas de flecha aparecem em muito maior número no Tshitoliense, civilização de caçadores. No Zaire oriental, no Shaba, e em Angola, desenvolvem-se inúmeras fácies incluídas na *Late Stone Age* (Alta Idade da Pedra), conjunto que, aliás, precisa ser seriamente reexaminado, pois compreende várias indústrias tão diferentes e discordantes que não se consegue situá-las cronologicamente com exatidão.

Durante e após o período úmido Nakuriano, as indústrias neolíticas entre as quais, o Tshitoliense – invadem toda a África equatorial, onde parecem ter duração muito mais longa que em outros lugares. As civilizações do couro e do ferro só mais tarde penetrarão nessa região de difícil acesso, o que mostra mais uma vez a evolução local das culturas pré-históricas.

As indústrias pré-históricas da bacia do Zaire

As indústrias pré-acheulenses

Em toda a bacia do Zaire conhecem-se indústrias pré-históricas muito antigas, constituídas de seixos partidos. Encontram-se em geral enterradas sob velhos lateritos, como na bacia do Alto Kafila, no Zaire, e, na República Centro-Africana, nas formações lateríticas do planalto de Salo, no Alto Sanga. São encontradas, ainda, nas aluviões profundas dos leitos fósseis de rios dessa mesma região. Em

Angola, estão presentes nas aluviões profundas de elementos pesados de inúmeros rios.

Essas culturas pré-históricas antigas, chamadas "culturas do seixo lascado", *Pebble Culture, Early Stone Age,* recebem nomes diferentes conforme os lugares ou os pré-historiadores que as assinalaram pela primeira vez. Na verdade, todas são parte de uma lenta evolução das técnicas de lascamento, que durou cerca de 2 milhões de anos.

O Kafuense

Sítio epônimo: vale do Kafu, em Uganda, descoberto por E. J. Wayland em 1919. A indústria é constituída de seixos de rio, em geral apresentando destacamentos de três lascas em três direções diferentes, raramente numa só, o que determina um gume grosseiro. Atualmente o Kafuense subdivide-se em quatro níveis: Kafuense Arcaico, Kafuense Antigo, Kafuense Recente e Kafuense Evoluído. Esses quatro estágios são encontrados em Nsongesi (sul de U ganda), nos terraços de 82 e 61 m. O Kafuense Evoluído é muito semelhante ou mesmo idêntico ao Olduvaiense. Alguns pré-historiadores consideram que os níveis antigos do Kafuense não apresentam evidências do trabalho humano, sendo os seixos fendidos ali encontrados resultantes de fraturas naturais.

O Olduvaiense

Sítio epônimo: Olduvai, na Tanzânia, na planície de Serengeti, descoberto por Katwinkel em 1911, e que se tornou célebre a partir de 1926, com os trabalhos e descobertas de L. S. B. Leakey.

A garganta de Olduvai corta profundamente os depósitos de um antigo lago do Pleistoceno Médio e Superior. Ali foram identificados onze níveis "cheles--acheulenses" sobre um Pré-Acheulense que constitui o Olduvaiense.

O Olduvaiense é uma indústria formada a partir de seixos de rio, em geral menos planos que os do Kafuense. O lascamento é mais desenvolvido, e o gume sinuoso é obtido por meio de destacamentos alternados, que no último estágio dessa indústria acabam por apresentar uma ponta, anunciando já as culturas com bifaces. O Olduvaiense foi encontrado no Shaba, no oeste da República Centro-Africana (depósitos de aluviões do Alto Sanga), e, ao que parece, está presente no nordeste de Angola. Contudo não foi identificado com segurança em Camarões, no Gabão e na República Popular do Congo, apesar da descoberta isolada de seixos lascados nesses países às margens do golfo da Guiné.

O Acheulense

O Acheulense é uma cultura particularmente bem representada na bacia do Zaire, sendo certas jazidas de aluviões ou de terraços de uma riqueza excepcional. As divisões do Acheulense em quatro ou cinco estágios, conforme os autores, correspondem mais especialmente às técnicas de lascamento e de acabamento dos utensílios; são mais tipológicas do que estratigráficas. As jazidas acheulenses são constituídas em grande parte pelas aluviões de cursos d'água antigos, depositadas sob forma de terraços em cascalhos e em areias de talvegue e nos leitos fósseis de pequenos rios cujos cursos foram deslocados. As indústrias não se encontram em seu lugar de origem; foram transportadas, concentradas pelo escoamento, sofrendo desgaste durante esse processo. Em consequência, o estudo do Acheulense nessas jazidas fundamenta-se sobretudo na tipologia e não na estratigrafia, como em Olduvai, onde os depósitos lacustres que encerram as indústrias têm uma espessura de 100 m aproximadamente.

A indústria acheulense caracteriza-se por utensílios bastante variados e muito mais elaborados do que os das culturas pré-acheulenses. O seixo lascado permanece e, embora se torne mais raro à medida que a indústria evolui, não chega a desaparecer. Utensílios novos adquirem grande importância: em primeiro lugar, o biface, objeto feito a partir de um seixo ou de uma lasca com destacamentos nas duas faces, como o próprio nome indica; apresenta forma oval ou amigdaloide, ponta mais ou menos pronunciada, base geralmente arredondada, seção na maioria das vezes lenticular e dimensões muito variáveis. Um outro utensílio importante é a machadinha, caracterizada por um gume oposto à base e talhada a partir de uma lasca. Há ainda os picões, pouco numerosos no Acheulense Inferior e Médio, mas muito abundantes no Acheulense Final. Juntamente com esses quatro utensílios, figuram no conjunto inúmeras lascas, de dimensões muito variadas, utilizadas em estado bruto ou retocadas de modo a formar raspadores e outros utensílios menos elaborados, como as peças denticuladas, por exemplo.

Há cinco subdivisões do Acheulense baseadas na tipologia e nas técnicas de debitagem.

Acheulense I

(Abbevilliense ou Chellense Antigo, para alguns autores)

O instrumental inclui lascas muito grandes, obtidas pela percussão de blocos rochosos sobre uma bigorna fixa. Essas lascas clactonienses, também utilizadas em estado bruto, na maioria das vezes são transformadas em bifaces e em machadinhas, instrumentos pesados e maciços, com arestas laterais muito

sinuosas. O corte de seixos lascados não desapareceu; ao contrário, desenvolveu-se, pois alguns bifaces ditos "de base reservada" são resultado do aperfeiçoamento do lascamento de seixos do Pré-Acheulense.

Este estágio é representado no Shaba pelas jazidas de Kamoa e de Luena, descobertas por F. Cabu. No sul de Angola, foi reconhecido na bacia do Luembe. Algumas jazidas do oeste da República Centro-Africana também pertencem ao Acheulense I. Com frequência os utensílios desse estágio recolhidos nas aluviões de terraços ou de leitos fósseis de rios apresentam-se muito desgastados devido ao transporte fluvial. É particularmente o caso das jazidas de Lopo e de Libangue, na República Centro-Africana.

Acheulense II

(Abbevilliense Recente ou Acheulense Inferior)

É uma indústria muito semelhante à anterior, encontrável igualmente nos cascalhos dos rios de Angola e do Shaba; seus utensílios sofreram, no entanto, um desgaste menor, sendo mais bem-acabados, do ponto de vista do lascamento secundário, que os do Acheulense I. As arestas dos bifaces e das machadinhas tornam-se mais retilíneas, ao que parece, em consequência de retoques com percutor mole, de madeira ou de osso.

Acheulense III

(Acheulense Médio)

Esse estágio é encontrado na superfície, sobre os cascalhos de Luena e Kamoa, onde se acha incorporado aos limos fluviais. Nele se opera uma verdadeira revolução nas técnicas de debitagem: a preparação dos núcleos com o objetivo de obter grandes lascas. Essa técnica, bem conhecida na África meridional, é chamada Victoria West I. É a técnica protolevalloisiense. A preparação do núcleo resulta em um plano de percussão facetado. A lasca é retirada lateralmente e em seguida cuidadosamente retocada para a obtenção de um biface, machadinha ou raspado r. O corte é feito com percutor manual mole. Os instrumentos são bastante regulares e simétricos, tornando-se as arestas laterais praticamente retilíneas. As machadinhas são talhadas por retoque alterno dos bordos laterais, o que lhes dá uma seção retangular.

Acheulense IV

(Acheulense Superior)

Nesse estágio as técnicas de debitagem permanecem basicamente as mesmas, mas são aperfeiçoadas (técnica Victoria West II). Trata-se de um núcleo muito mais circular, com plano de percussão facetado, de onde são destacadas grandes lascas com bulbo situado numa base estreita, diferente da base larga usada na técnica Victoria West I. Essas lascas servem para a fabricação dos utensílios, bifaces, raspadores e machadinhas, todos finamente retocados. A seção das machadinhas é trapezoidal ou lenticular. Esse Acheulense Superior encontra--se em Kama, nos limos do Kamasiano II, e no Kasai, nos terraços de 15 m.

Acheulense V

(Acheulense Evoluído e Final)

O Acheulense Final presencia uma diversificação cultural em expressões regionais mais bem adaptadas, ao que parece, ao meio ambiente climático e vegetal. Corresponde à instalação do homem nos médios e baixos terraços secos. Além das técnicas já conhecidas, começa a aparecer a técnica de debitagem Levallois. O restante do instrumental não apresenta diferenças em relação aos estágios precedentes, exceto quanto à perfeição, ao acabamento e ao surgimento de bifaces e de machadinhas de dimensões muito grandes, algumas com mais de 30 cm de comprimento. Um utensílio desenvolve-se de maneira considerável: o picão, robusto e maciço, de seção triangular ou trapezoidal; adaptado talvez para o trabalho em madeira, com grandes peças bifaciais alongadas, já anuncia o complexo Sangoense. Encontram-se, ainda, esferas de pedra cuidadosamente preparadas, comparáveis às “bolas”. As jazidas do rio Mangala, a oeste da República Centro-Africana, forneceram uma série particularmente importante dessas “bolas”. Esse Acheulense Final é encontrado no Shaba, em Kamoa, e nos arredores de Kalina, no Zaire. Também está representado em Angola, talvez nas proximidades de Brazzaville, e na República Centro-Africana pelas ricas jazidas do rio Ngoere, no Alto Sanga.

Em toda a bacia do Zaire, desconhecem-se, infelizmente, os criadores dessa cultura, em consequência da acidez dos terrenos, que não permitiu a consêrvação de restos orgânicos.

O Sangoense

O sítio epônimo que deu nome a essa cultura é Sango Bay, na margem do lago Vitória, na Tanzânia, descoberto por E. J. Wayland em 1920.

O Sangoense é uma indústria derivada diretamente do substrato acheulense local e sem introdução de elementos externos. Ocupa o fim do pluvial Kanjeriano e continua durante uma fase de transição entre esse pluvial e o grande período árido que o sucede. É uma indústria relativamente mal conhecida, que apresenta várias fácies locais. Estas parecem ter seguido uma evolução interna e se adaptado a um meio florestal ou, pelo menos, a um ambiente relativamente arborizado, uma vez que tal indústria coincide com o início de um período árido. Cinco estágios foram identificados nessa cultura: Proto-Sangoense, Sangoense Inferior, Sangoense Médio, Sangoense Superior e Sangoense Final.

Do conjunto de utensílios líticos sangoenses, o único que chegou até nós sofreu profundas modificações em relação ao Acheulense Final, que o precede. No início de sua evolução, os bifaces continuam a tradição acheulense; aos poucos vão-se tornando mais maciços, mais largos e mais curtos, surgindo também alguns outros, semelhantes aos picões, com duas extremidades pontiagudas. Por outro lado, as machadinhas desaparecem rapidamente, e as poucas que subsistem são de pequenas dimensões com bordos laterais, muito sinuosas e talhadas em lascas largas. Os seixos lascados ainda estão presentes, embora não sejam muito abundantes. Os picões que apareceram no fim do Acheulense passam a ocupar um lugar importante no conjunto de utensílios. Com grandes dimensões, seção triangular, losangular ou trapezoidal, quando associados a inúmeros raspadores, parecem adaptar-se ao trabalho da madeira. O fenômeno mais notável é o aparecimento de peças bifaciais longas e estreitas, lascadas por percussão e geralmente de grande delicadeza. Essas peças chegam a representar cerca de um quarto do total conhecido dos instrumentos do Sangoense. Foram classificadas em diversos tipos: picões, plainas, buris, goivas e punhais, que em geral se associam para dar origem a instrumentos múltiplos: picões-buris, picões-plainas, picões-goivas, picões-punhais. Algumas dessas peças atingem por vezes dimensões excepcionais, ultrapassando 25 cm de comprimento. Com a evolução do Sangoense, estes utensílios, que praticamente não variam quanto ao tipo, diminuem em dimensões, e o lascamento atinge grande perfeição.

O Sangoense é muito abundante na bacia do Zaire. É conhecido, no Zaire, na planície de Kinshasa e no Alto Shaba, onde difere do Sangoense das zonas ocidentais pela ausência de punhais e de pontas foliáceas; por outro lado, incluem-

Figura 21.2 Monumento megalítico da região de Buar na República Centro-Africana (Clichê R. de Bayle des Hermens).

Figura 21.3 Acheulense Superior. República Centro--Africana, rio Ngoere, Alto Sanga. 1. Machadinha; 2. biface (Fotos Museu de História Natural) .

-se na indústria inúmeras bolas, poliedros facetados ou esferas cuidadosamente acabadas com picoteamento, e numerosas lascas aproveitadas. Foi recolhido nas aluviões do rio Luembe, em Candala e Lunda no nordeste de Angola, onde muitas vezes aparece misturado com indústrias mais antigas ou mais recentes, em consequência de sua posição nos cascalhos revolvidos. Existe igualmente na República Popular do Congo, na margem direita do Stanley Pool e no Gabão, onde recentemente foi identificado. Na República Centro-Africana é conhecido pelas jazidas excepcionalmente ricas do centro-este do país, onde as aluviões das minas de diamantes no Nzako a Ambilo, do Téré, Tiaga e Kono forneceram milhares de utensílios em notável estado de conservação, que se classificam como pertencentes a um Sangoense Médio ou Superior.

Até hoje, o Sangoense não apareceu verdadeiramente diferenciado em Camarões; a propósito, discute-se sua extensão para o oeste da África. Alguns autores assinalaram sua presença no Senegal; trata-se, na realidade, de indústrias com peças bifaciais idênticas ou muito próximas das do Sangoense, mas ainda muito mal situadas na cronologia pré-histórica. É possível que grupos humanos tenham-se deslocado em direção ao oeste na zona da grande floresta, mas até o presente não temos meios de identificar suas influências.

Como o Acheulense, o Sangoense evolui localmente, sem grandes contatos com o mundo exterior ao seu meio ambiente florestal. É sucedido por uma indústria chamada Lupembiense, surgida de condições ainda pouco definidas, e que apresentaremos a seguir.

O Lupembiense

O Lupembiense[5] é, segundo a classificação recomendada no Congresso Pan--Africano de 1955, uma indústria da *Middle Stone Age*. Entretanto, o termo *Middle Stone Age* deve ser usado com precaução, pois abarca um conjunto de instrumentos bastante heterogêneos, cuja posição exata não foi ainda bem definida.

O Lupembiense desenvolve-se no momento em que as condições de pluviosidade voltam ao normal, no início do quarto pluvial, chamado Gambliano; atinge o ápice no decorrer da segunda parte desse período muito úmido, e a datação absoluta indica uma duração de aproximadamente 25 mil anos. Assim como o Acheulense Final, que se desenvolveu localmente, o Sangoense também se modificou, refinou-se, adquiriu novas técnicas de lascamento, que tiveram seu apogeu no Lupembiense, sem que houvesse contatos com elementos estranhos à

5 *Lupembiense.* Sítio epônimo: estação pré-histórica de Lupemba no Kasai; termo criado pelo Abade H. BREUIL.

grande floresta, a qual continuou a representar um papel protetor. No início do Lupembiense subsistem ainda na indústria alguns bifaces, que logo desaparecem; não foram encontradas machadinhas. Do ponto de vista da debitagem, a técnica levalloisiense predomina na obtenção de lâminas e lascas; o retoque é feito por percussão. Num estágio posterior, a técnica levalloisiense continua a ser empregada na obtenção de lascas, mas uma outra técnica, muito mais avançada, a debitagem por pressão, é utilizada na produção de lâminas bastante grandes, que vão permitir a fabricação de peças longas, estreitas e notavelmente retocadas.

Os últimos trabalhos relativos ao Lupembiense permitiram identificar cinco estágios.

Lupembiense I

É encontrado em toda a bacia ocidental do Zaire, onde constitui uma evolução local do Sangoense. Os elementos acheulenses desaparecem totalmente; o lascamento e o retoque são feitos por percussão. Os instrumentos do Sangoense subsistem, mas evoluem, diminuindo em dimensões absolutas. Os picões, picões-plainas, picões-planos não têm mais do que 15 cm. Surgem as goivas, buris, peças cortantes e serras talhadas a partir de lâminas. Com essas peças de cuidadoso acabamento, a base dos instrumentos ainda é constituída de lascas grosseiras. No final do Lupembiense I começam a aparecer pontas, punhais e verdadeiras pontas de flechas.

Lupembiense II

Este estágio foi definido em Pointe Kalina por J. Colette, mas é conhecido também no Stanley Pool. Os buris foliáceos do Lupembiense I evoluem, transformando-se em machados. Buris com bordo retilíneo e um novo tipo de trinchete com gume oblíquo substituem as formas conhecidas no Sangoense. As armas compreendem punhais de 15 a 35 cm de comprimento e pontas foliáceas delicadamente talhadas e muito finas.

Lupembiense III

Foi identificado nos depósitos de superfície do Stanley Pool e em alguns depósitos de Angola. Nesse estágio a técnica de debitagem da pedra atinge seu apogeu com o retoque-pressão. As lascas obtidas por uma técnica levalloisiense evoluída são triangulares, retangulares ou ovais. Surge um instrumental pedunculado, que se desenvolve e se torna mais frequente. Os utensílios do

Lupembiense Antigo são encontrados aqui, mas com dimensões mais reduzidas: picões, buris, pequenos bifaces, alguns raspadores, lesmas, trinchetes com gume reto ou oblíquo e lâminas com bordo desbastado. Os punhais chegam a atingir dimensões consideráveis (até 46 cm). As pontas são denticuladas, constituindo armas mortais; os machados tornam-se mais comuns, embora não abundantes. Fato importante é o aparecimento de pontas de flechas de diversos tipos, foliáceas, losangulares, pedunculadas ou não, com bordos às vezes denticulados e de grande perfeição.

Em Angola, um estágio tardio do Lupembiense foi datado pelo método do C14: 14.503 ±560 anos, ou seja, 12.500 antes da Era Cristã. Em relação à Europa, situa-se no Paleolítico Superior.

Lupembiense IV

O Lupembiense IV é muito mal conhecido. Sua principal característica seria a técnica epilevalloisiense de debitagem.

Lupembo-Tshitoliense

Este último estágio parece ter ocorrido, do ponto de vista estratigráfico, na fase árida em que termina o Pleistoceno, na África central e oriental, imediatamente antes do primeiro período úmido Makaliano. As jazidas conhecidas localizam-se nas aluviões cascalhosas ou na base da camada úmida que as recobre, muitas vezes em ilhas fluviais.

A técnica de debitagem não se modifica em relação aos outros estágios do Lupembiense; ainda é epilevalloisiense. Por outro lado, o retoque associa à percussão e à pressão uma nova técnica: o retoque abrupto, que caracteriza o Mesolítico. O instrumental ainda compreende buris, goivas e bifaces, mas desaparecem os raspadores e lâminas com dorso. Aos trinchetes vem juntar-se um "microtrinchete" com retoque abrupto dos bordos, que pode ser considerado, em certos casos, como uma armadura de gume transversal. As pontas de flechas são mais variadas: foliáceas, losangulares, farpadas, raramente denticuladas e pedunculadas.

Em Angola, uma indústria classificada no Lupembo-Tshitoliense data de 11.189 ±490 anos.

O Lupembiense ainda não foi encontrado na República Centro-Africana e em Camarões. Por outro lado, foi assinalado na República Popular do Congo

e no Gabão, mas, pelo fato das jazidas situarem-se em regiões de difícil acesso, continua mal definido.

Culturas pré-históricas de caráter não-florestal

Enquanto o Lupembiense ocupa a zona florestal do oeste da bacia do Zaire, no Shaba e no leste de Angola desenvolvem-se culturas de caracteres não-florestais: o Proto-Stillbayense, o Stillbayense e o Magosiense. Essas culturas vão apresentar uma grande expansão na África do leste e do sul.

O Proto-Stillbayense

O sítio epônimo é Stillbay, jazida do litoral da província do Cabo. O Proto-Stillbayense é uma indústria caracterizada por pontas unifaciais, raspadores, ferramentas denticuladas, pedras de arremesso, raros bifaces de pequenas dimensões, pontas semifoliáceas de seção espessa, grosseiramente retocadas em buris, também pouco numerosos. Esses instrumentos são obtidos por retoque relativamente abrupto.

O Stillbayense

No Stillbayense a natureza dos instrumentos não varia sensivelmente em relação ao estágio anterior, mas se nota uma grande perícia nas técnicas de debitagem epilevalloisiense. Uma aquisição importante é o retoque-pressão, utilizado sobretudo na feitura de armas e de pontas musteroides unifaciais ou bifaciais, que de modo geral conservam seu talão facetado. Em um último estágio, conhecido somente no Quênia, figuram as lamelas com dorso, buris e segmentos de círculo.

O Proto-Stillbayense é muito abundante no Shaba; já o Stillbayense é menos comum. Os restos humanos mais antigos descobertos no Zaire pertencem ao Stillbayense. Trata-se de dois molares encontrados junto a quartzos lascados e uma ponta bifacial, pelo Rev. A. Anciaux de Favaux, nas brechas ossíferas de Kakontwe.

O Magosiense

O sítio epônimo dessa indústria é Magosi, em Uganda, descoberto por Wayland em 1926. É uma cultura na qual se encontram as principais peças do Stillbayense. Utensílios microlíticos – lamelas com bordos desbastados,

segmentos de círculo, triângulos, raspadores unguiformes, pequenos buris – e contas feitas de casca de ovo de avestruz completam a indústria. O Magosiense parece ter existido em Catanga, mas nenhum sítio bem defínido foi até agora registrado com segurança.

Uma indústria mesolítica: O Tshitoliense

No final do Pleistoceno dois períodos relativamente secos provocam um recuo da cobertura florestal, especialmente nas altitudes. É nesses solos desbastados, nos arredores das fontes, muitas vezes no cume de colhias tabulares ou em desfiladeiros, que se instalam os homens do Tshitoliense[6]. As jazidas desse tipo são conhecidas no planalto Bateke, no Stanley Pool, na planície de Kinshasa e no nordeste de Angola. O instrumental encontrado varia de uma para outra, contando ainda com um número proporcionalmente grande de utensílios florestais, mas já de dimensões muito reduzidas. Aparecem utensílios novos, ou pouco conhecidos nas indústrias precedentes: plainas, lâminas com ponta retocada, facas com dorso e, sobretudo, elementos microlíticos e geométricos: trapézios, triângulos, gomos de laranja e microtrinchetes. As pontas de flechas apresentam uma grande variedade de tipos e de formas: foliáceas, losangulares, ovais, triangulares, farpadas, pedunculadas, denticuladas e com gume transversal. Em sua quase totalidade, são talhadas por retoque-pressão, o que lhes dá grande elegância.

O Tshitoliense, por seu armamento reduzido às pontas de flecha, pode ser considerado um Pré-Neolítico que não inclui cerâmica nem machados polidos. Aparece como uma expressão tardia das culturas florestais africanas antes do desenvolvimento do Neolítico do Zaire ocidental, aparentemente de caráter intrusivo.

O Neolítico

Em toda a bacia do Zaire, no sentido amplo do termo, as civilizações pré-históricas mencionadas nos parágrafos anteriores constituem, do Pré--Acheulense ao Tshitoliense, etapas sucessivas de um complexo cultural imenso desenvolvido em meio florestal, que, como já foi dito, evoluiu localmente, sem contribuições sensíveis do mundo exterior.

As fácies neolíticas – pois é preciso desde logo deixar claro que houve várias fácies, por vezes muito diferentes umas das outras – desenvolvem-se

6 *Tshitoliense.* Termo criado com base no instrumental lítico recolhido em Tshitolo, no Kasai.

no decorrer do último e breve período úmido: o Nakuriano. O clima de então é sensivelmente o mesmo que conhecemos hoje. A cobertura florestal é mais densa, pois ainda não sofreu a ação devastadora do homem, e as espécies vegetais são as que existem atualmente.

É portanto, no interior de uma floresta tropical muito densa que, vindos do norte, depois de atravessar o rio nos arredores dos rápidos de Isanghila, os criadores de uma cultura neolítica conhecida como "do Congo ocidental" vão aos poucos se instalando. São eles portadores de novas técnicas, que, em maior ou menor grau, irão fundir-se com as já existentes no local. Esse Neolítico distingue-se pelo emprego quase exclusivo de rochas difíceis de trabalhar, como os xistos, quartzos e a jadeíta. As lascas são, portanto, muito malfeitas, resultando um instrumental medíocre. Os conjuntos de utensílios variam conforme os sítios. Incluem picões grosseiramente elaborados, buris, seixos lascados, de pequenas dimensões, pedras perfuradas de várias formas, pesos e materiais e, sobretudo, um grande número de machados. Estes últimos são inicialmente lascados e parcialmente polidos; depois, picoteados e polidos cuidadosamente. No Zaire são conhecidos inúmeros polidores, que certamente serviram ao polimento de machados. As pontas de flechas não estão ausentes, mas em geral são de fabricação muito medíocre e talhadas em lascas de quartzo. Em alguns sítios, mais especificamente em Ishango, a indústria apresenta utensílios de osso, em particular arpões com uma e, mais tarde, com duas camadas de farpas. Ao lado desse instrumental lítico e ósseo, figura em algumas jazidas uma cerâmica abundante, muito bem decorada e ornamentada.

As jazidas neolíticas são conhecidas no Cuango ocidental, em associação com o Tshitoliense; em ambas as margens do rio Zaire, entre o Pool e Congo dia Vanga; e em vários pontos da República Popular do Congo. Uma fácies que apresenta grande número de machados de hematita com polimento particularmente cuidadoso é encontrada em Uele, no norte do Zaire. O Neolítico é conhecido (sob diversas fácies, como já indicamos) em Camarões, no Gabão e na República Centro-Africana. Nesse último país, a jazida de Batalimo, em Lobaye, encerra uma indústria em jadeíta na qual inúmeros machados lascados encontram-se associados a uma cerâmica muito fina. A datação dessa indústria, feita pelo método de termoluminescência, é 380 ±220 da Era Cristã. A data, à primeira vista, pode parecer anormal; contudo, pelo que atualmente se sabe, o Neolítico na zona da grande floresta parece ter durado muito mais tempo que nas outras regiões, prolongando-se até um período histórico. A introdução dos metais no local teria ocorrido só bem mais tarde. Alguns autores situam o advento do ferro num período já próximo do século IX da Era Cristã.

Os monumentos megalíticos

As culturas megalíticas desenvolveram-se sob diversas formas na África, particularmente na África do norte e no Saara. A bacia do Zaire, com exceção do noroeste da República Centro-Africana, não conheceu tais culturas. Em Angola, no Zaire, no Gabão, na República Popular do Congo, não foi encontrado nenhum monumento megalítico, e, em Camarões, somente algumas pedras colocadas em sentido vertical.

Em contrapartida, a República Centro-Africana, na região de Buar, possui megálitos particularmente notáveis. Ocupam eles uma faixa de 130 km de

Figura 21.4 Vaso neolítico de fundo plano. República Centro-Africana, Batalimo, Lobaye (Foto Laboratório de Pré-História. Museu de História Natural).

comprimento e 30 km de largura na linha divisória das águas das bacias do Zaire e do Chade. Ao que parece, não são conhecidos em Camarões e tampouco em outros lugares da República Centro-Africana. Essa cultura encontra-se, pois, confinada geograficamente ao noroeste do país.

Os monumentos apresentam-se sob a forma de túmulos, com dimensões variáveis, encimados por um certo número – de algumas unidades a várias dezenas – de pedras verticalmente colocadas, e cuja altura acima do solo chega a ultrapassar 3 m. As escavações realizadas em vários desses monumentos revelaram sua estrutura interna, mas forneceram poucos elementos arqueológicos – quartzo lascado, cerâmica e objetos de metal nas camadas superiores. Por outro lado, os carvões vegetais recolhidos permitiram fazer datações pelo método do C14[7]. Os resultados obtidos fornecem datas extremamente importantes: as primeiras, relativas às camadas profundas dos monumentos: 7440 ±170 B.P., ou seja, 5490 antes da Era Cristã, e 6700 ±140 B.P., ou 4750 antes da Era Cristã; as segundas: 1920 ±100 B.P., isto é, 30 da Era Cristã, e 2400 ±110 B.P., ou 450 da Era Cristã. Essas duas séries de datações indicam, para as camadas mais antigas, a idade da edificação dos megálitos e, para as mais recentes, a idade de uma nova utilização, aliás confirmada por alguns objetos metálicos recolhidos nas camadas superiores. No estágio em que se encontram, as pesquisas não permitem atribuir com certeza os megálitos de Buar ao Neolítico, mas pode-se dizer que a civilização que os edificou é ao menos contemporânea desse período.

A arte rupestre

Situada entre as duas grandes regiões de arte rupestre – Saara e África do Sul –, a bacia do Zaire também possui uma arte rupestre, embora não tão rica quanto se podia esperar em vista de sua localização.

No Chade, no Ennedi e no Borku desenvolveu-se uma arte rupestre que faz parte dos grandes complexos saarianos. Em Camarões conhece-se um sítio de gravuras sobre lajes horizontais, polidas e desgastadas pela erosão, no norte do país, em Bidzar. As representações são essencialmente geométricas: círculos e arcos, ora isolados, ora em grupo.

Em Angola existem gravuras na região de Calola. Apresentam-se sobre lajes horizontais, e os motivos são geométricos, como em Camarões. Pinturas aparentemente mais recentes foram assinaladas nessa mesma região. No Zaire conhecem-se vários sítios de diferentes épocas. O Shaba parece ser a província

7 BAYLE DES HERMENS, R. e VIDAL, P. 1971, p. 81-82.

mais rica em arte rupestre e pertencer ao mesmo grupo que a Zâmbia e Angola do leste. Esse grupo é caracterizado por uma arte esquemática, e não naturalista como a da África do Sul. Em 1952, o Ab. Henri Breuil publicava as figuras gravadas e pontuadas da gruta de Kiantapo[8], e G. Mortelmans, um ensaio de síntese dos desenhos rupestres do Shaba[9] chamando a atenção para as dificuldades de datação dos diferentes estilos devido à falta de documentos arqueológicos. Foram descobertas lajes gravadas no Baixo Zaire, tendo a arte rupestre, nessa região, subsistido até época muito recente. Séries de gravuras do Monte Gundu, no Dele, parecem relacionadas aos ritos da água e do fogo.

Na República Centro-Africana a arte rupestre atualmente conhecida está situada no norte e no leste do país. Ao norte, os abrigos de Toulou, da Koumbala e do Djebel Mela apresentam pinturas tratadas com ocre vermelho, preto e branco: personagens e signos diversos, mas ausência de representações animais. No leste, as jazidas de Lengo e do Mpatou perto de Bakouma apresentam uma arte gravada sobre lajes horizontais de laterito, ao que parece relativamente recente e executada por homens que já conheciam o ferro, tendo-se em conta as inúmeras facas de arremesso e pontas de lança ali encontradas.

A arte rupestre da bacia do Zaire não tem nenhuma semelhança com a do Saara. Seu eixo de penetração deve ser buscado em direção à África do sul e do leste. Ela é bastante similar à que se conhece na região bantu; é, pois, recente, e até mesmo histórica. Entretanto, tem grande importância para o estudo das migrações e movimentos de populações de um período muito mal conhecido da preto-história ou mesmo da história da África tropical.

Conclusão

De tudo o que expusemos sobre a pré-história da bacia do Zaire, infere-se que até o Acheulense Superior as indústrias pré-históricas distinguem-se muito pouco do que se conhece nas outras regiões da África subequatorial. É a partir do complexo Sangoense que tem início a grande diversificação regional das culturas de fácies florestal, com um fato notável: o isolamento quase total em que viveram os homens dessa região até a chegada dos neolíticos vindos do norte, fugindo, talvez, das zonas saarianas em razão do dessecamento.

8 BREUIL, H. 1952, p. 1-32, 14 pranchas.

9 MORTELMANS, G. 1952, p. 35-55, 9 pranchas.

A grande floresta equatorial constituiu uma barreira natural, limitando os contatos com o norte e o sul do Equador. Nessa área as culturas neolíticas tiveram uma duração muito maior do que em qualquer outra, uma vez que continuaram isoladas e protegidas numa época em que outras regiões já haviam entrado há muito tempo na história, com a utilização dos metais e do ferro.

CAPÍTULO 21

Pré-História da África Central
PARTE II

F. Van Noten com a colaboração de:
P. de Maret, J. Moeyersons, K. Muya, E. Roche

A África Central, tema deste capítulo, compreende o Zaire e alguns países limítrofes: a República do Congo, o Gabão, o Rio Muni, a República Centro--Africana, Ruanda, Burundi e Angola.

Desde o final do século XIX, essa parte do continente atraiu a atenção dos arqueólogos, mas as pesquisas sempre foram muito dispersas.

Os primeiros pesquisadores que se interessaram pela África Central quiseram inicialmente reconhecer na região períodos semelhantes aos descritos na Europa. Foi X. Stainer quem tentou um primeiro estudo de conjunto em 1899, mas a J. Colette cabe o mérito de ter realizado escavações desde 1925 (Bequaert, 1938). Entretanto, pode-se dizer que a pesquisa científica só se ampliou realmente depois da Segunda Guerra Mundial. A partir de então, estudos sistemáticos foram efetuados por J. D. Clark na Zâmbia e em Angola, R. de Bayle des Hermens na República Centro-Africana, J. Nenquin em Ruanda e no Burundi, G. Mortelmans, J. de Heinzelin e H. van Moorsel no Zaire, e pela Sociedade Pré-Histórica e Proto-Histórica Gabonense no Gabão.

No Zaire, os trabalhos se desenvolveram principalmente a partir da criação do Instituto dos Museus Nacionais em 1970.

Nossos conhecimentos, entretanto, ainda são bastante fragmentários. Embora Colette tenha sido um pioneiro realizando o primeiro estudo cronoestratigráfico, seu exemplo foi muito pouco seguido, e em várias partes da área considerada

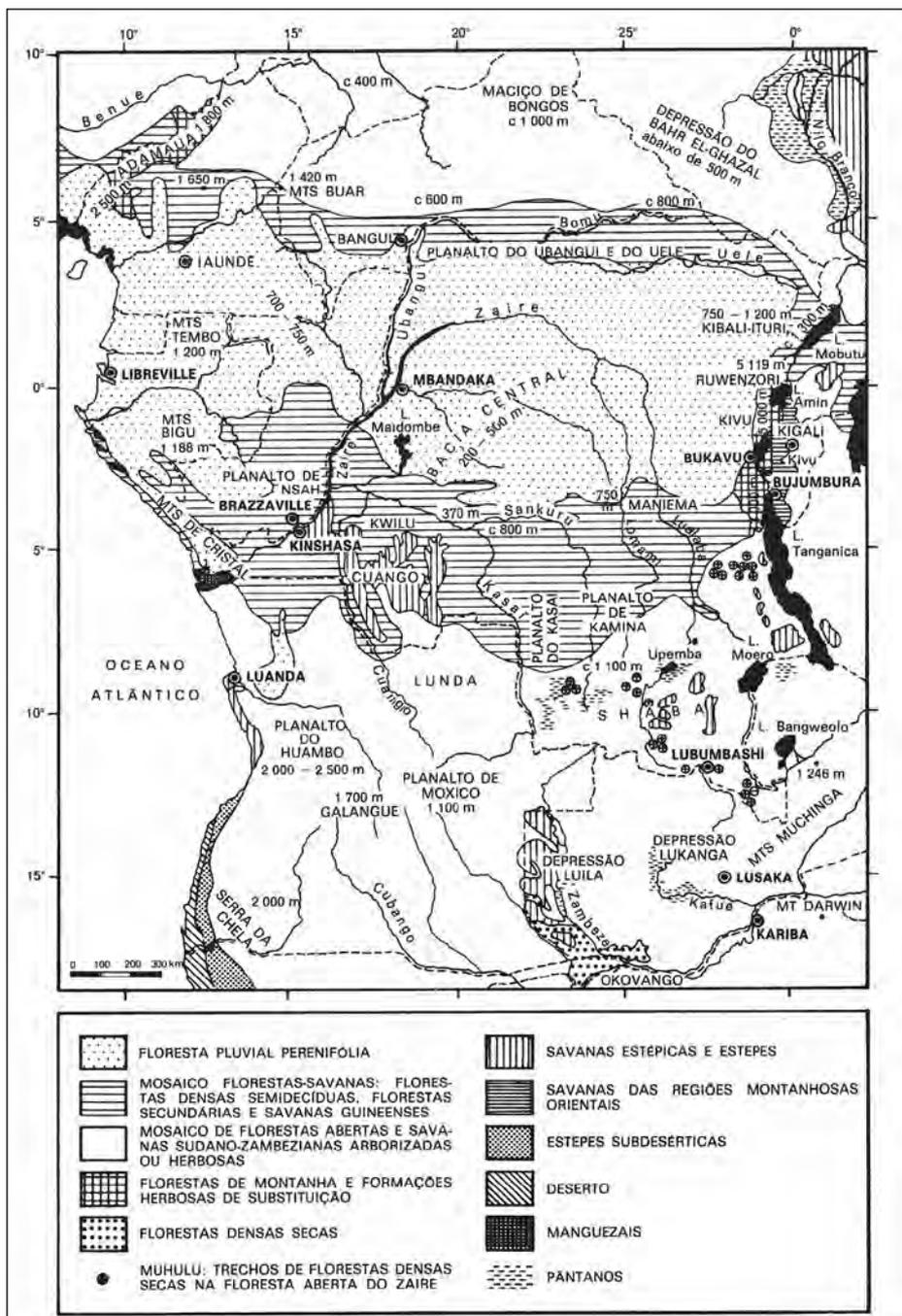



Figura 21.5 Zonas de vegetação da África Central.

nossos conhecimentos baseiam-se unicamente nas coletas de superfície. Mas é preciso ter em conta que a arqueologia na África Central se depara com muitas dificuldades. Algumas áreas, como o norte, por exemplo, não se prestam muito bem a escavações em razão das espessas crostas lateríticas, enquanto que na floresta as prospecções são difíceis.

Outros fatores dificultam ainda mais a tarefa; de modo geral, as condições climáticas e a acidez dos terrenos não permitiram a conservação dos restos ósseos, o que explica sua ausência na maioria dos sítios estudados. Há, entretanto, exceções notadamente em Ishango e em Matupi, onde o meio calcário possibilitou a boa conservação do material.

A nomenclatura tem sido constantemente revisada, e as subdivisões, discutidas com frequência. A sucessão das antiga, média e recente idades da pedra, entrecortada por períodos intermediários, parece não ser mais aceitável, nem cronológica, nem tipologicamente. Após um período de rigorosas tentativas de classificação, volta-se a considerar muito relativas e provisórias essas amplas categorias.

O estudo de sítios novos escavados e datados sistematicamente confirma esse procedimento. Citemos como exemplo a recente Idade da Pedra: em 1959, J. D. Clark situava o início desse período por volta de 7500 B.P. Em 1971, obtínhamos para a gruta de Munyama, em Uganda, uma data aproximada de 15.000 B.P. (van Noten, 1971) e, seis anos mais tarde, a indústria microlítica de Matupi era datada de 40.000 B.P. aproximadamente (van Noten, 1977). Há, portanto, evidentes contradições entre a antiga classificação e as descobertas recentes.

Ainda que os arqueólogos do mundo inteiro comecem a demonstrar um especial interesse pelo modo de vida do homem pré-histórico, estudando seu meio ambiente e tentando compreender as relações que mantinha com esse meio, a pré-história na África Central permaneceu durante muito tempo como um estudo de tipologia e de cronologia. Nessa nomenclatura, o espaço dedicado ao homem é mínimo.

Em lugar de organizar um catálogo exaustivo de sítios, os quais, na maior parte das vezes, mostram apenas descobertas de superfície, iremos concentrar--nos nas raríssimas escavações sistemáticas que forneceram elementos para datações: Ishango, Gombe, Bitorri, Kamoa, Matupi e Kalambo. Esses conjuntos de dados extremamente dispersos deverão ser complementados com informações fornecidas pelo estudo de outras localidades.

Estamos mais do que nunca convencidos da impossibilidade de estabelecer grandes áreas culturais bem definidas. Devemos nos limitar à constatação da

presença do homem num momento determinado, sem poder afirmar ainda se ele evoluiu localmente ou se veio de fora. Certamente ele cedo se adaptou a meios bem definidos, com clima, flora e fauna próprios. O caçador-coletor primitivo precisava explorar esses meios para sobreviver, e já a escolha do material existente ditava seu procedimento quando da fabricação dos utensílios. É claro que o homem deve ter respondido de diferentes maneiras às diferentes condições criadas pela diversidade dos meios ambientes da África Central. Resultou, daí, a existência de áreas distintas que por vezes mostram traços comuns mas, ao mesmo tempo, adaptações regionais, e mesmo locais, que não se explicam simplesmente pela influência de condições ecológicas diferentes. Entretanto seria prematuro falar em áreas culturais.

Quadro geográfico

Os traços gerais da morfologia da imensa região chamada África Central são o resultado de uma série de movimentos tectônicos que já haviam começado no início do Terciário, e que provavelmente ainda não cessaram.

A bacia central, cuja altitude não ultrapassa 500 m, é rodeada por um cinturão de planaltos, de colinas ou de montanhas, formados nas camadas geológicas que recobrem o embasamento cristalino pré-cambriano. Este aflora na periferia; é muito acidentado – particularmente em Kivu, onde chega a elevar-se acima de 3000 m – e bastante recortado pela erosão. Relevos muito elevados dominam o embasamento em alguns lugares: os planaltos basálticos (cerca de 3000 m) da margem sudeste do lago Kivu e da Adamaua (cerca de 2500 m), os picos vulcânicos na região das Virunga (cerca de 4500 m), o *horst* do Ruwenzori (5119 m) e o planalto do Huambo (cerca de 2600 m). Os movimentos tectônicos que afetaram as terras altas provocaram a formação de *grabens,* tais como a fossa a leste da África Central e o "buraco" do Benue.

Exceto na região costeira ao sul de Angola e na bacia do Cubango-Zambeze, a África Central recebe chuvas abundantes. Na bacia, as precipitações são regulares o ano todo: representam mais de 1700 mm de água por ano. Nas costas do Gabão, no Rio Muni e em Camarões podem atingir 4000 mm. Nas regiões onde há uma estação seca (três a sete meses) as precipitações ainda atingem de 800 a 1200 mm.

Na África Central, a floresta densa e úmida, que se desenvolve sob regime pluvial elevado entre as latitudes 50 N e 4° S, cobre a bacia do Zaire, a maior parte da República Popular do Congo, o Gabão, o Rio Muni e o sul de Camarões. A

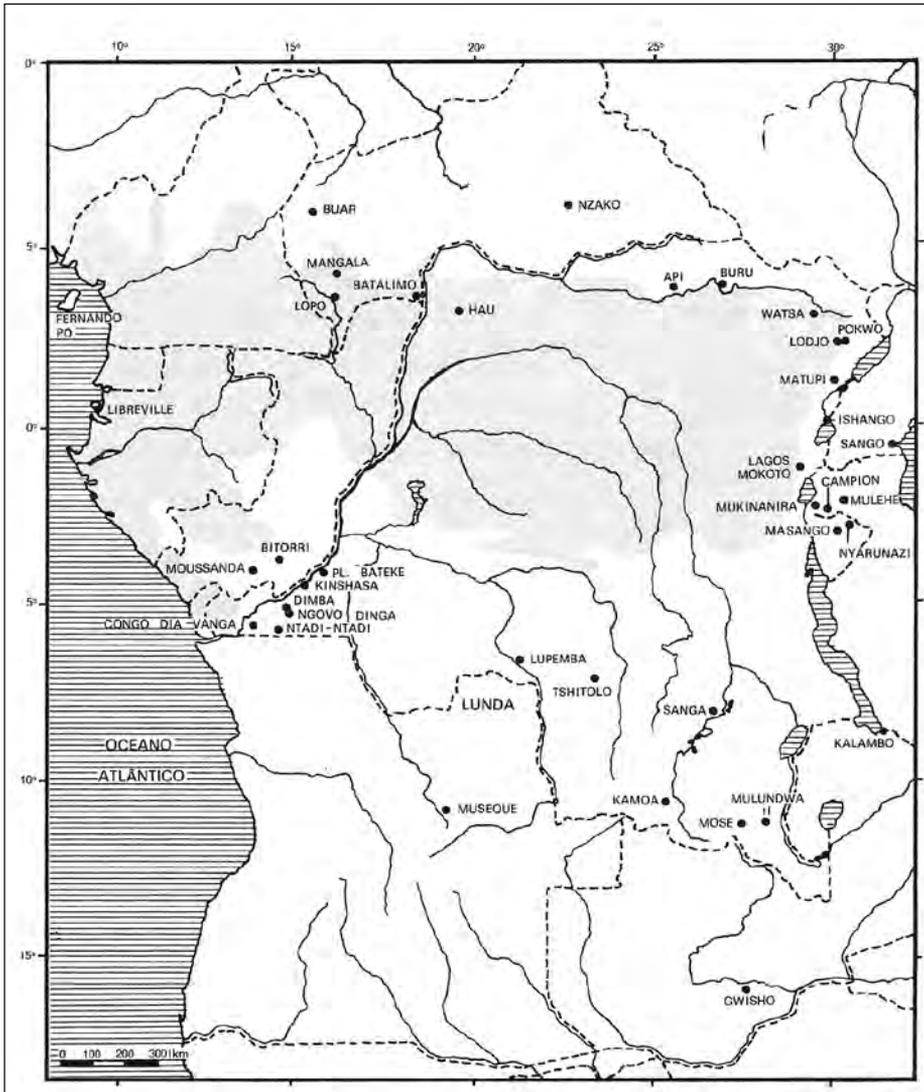



Figura 21.6 Mapa da África Central com os nomes dos lugares citados no texto.

leste, a floresta transforma-se, por formações de transição, em florestas densas de montanha que ocupam entre 2° N e 8° S, as cristas e as vertentes muito bem regadas do leste do Zaire, de Ruanda e do Burundi. Nos lugares onde sofreu degradação, a floresta densa foi substituída por nova vegetação e florestas secundárias.

A floresta equatorial é margeada por florestas densas semidecíduas, frequentemente bastante degradadas, todavia capazes de sobreviver a uma estação seca de dois a três meses. Ao norte, elas constituem uma franja pouco extensa em latitude, que vai de Camarões ao lago Vitória, passando pelo sul da República Centro-Africana e na região entre os rios Bomu e Uele. Ao sul formam, com as savanas de origem antrópica, um mosaico vegetal que cobre parte da República Popular do Congo, o Baixo Zaire, as terras baixas do Cuango, o Kasai-Sankuru e o Lomami.

Dispostas em arco ao redor da zona das florestas densas guineenses, as florestas abertas e as savanas sudano-zambezianas cobrem regiões onde a estação seca chega a atingir sete meses: o centro de Camarões, a República Centro--Africana, o Sudão Meridional, o leste de Ruanda e do Burundi, o Shaba no Zaire, a Zâmbia e Angola.

Grandes depressões pantanosas são encontradas ao longo dos rios, sobretudo no curso do Nilo Branco ao sul do Sudão, na bacia e na depressão do Upemba no Zaire, na bacia do Zambeze em Angola e na Zâmbia.

Evolução do meio ambiente

A reconstituição do meio ambiente do homem pré-histórico tornou-se um elemento importante das pesquisas arqueológicas. Os primeiros estudos a respeito foram realizados no leste da África. Vários pesquisadores, como E. J. Wayland (1929, 1934), P. E. Kent (1942) e E. Nilsson (1940, 1949), haviam observado, no Quaternário, alternâncias de períodos úmidos (pluviais) e períodos secos (interpluviais).

Os pluviais foram considerados contemporâneos das glaciações do Hemisfério Norte e chamados, do mais antigo ao mais recente, Kagueriano, Kamasi ano e Gambliano. Posteriormente foram reconhecidas duas fases úmidas do início do Holoceno, o Makaliano e o Nakuriano. L. S. B. Leakey (1949), J. D. Clark (1962, 1963) e outros tentaram depois estender o uso desses nomes, que haviam adquirido uma significação estratigráfica específica no leste da África, a outras partes do continente. Por sua vez, autores como T. P. O'Brien (1939), H. B. S. Cooke (1958), R. F. A. Flint (1959), F. F. Zeuner (1959) e W. W. Bishop (1965) expressaram suas reservas quanto à generalização da teoria: as pesquisas efetuadas na África Central mostraram que existem intervalos de tempo consideráveis entre as fases pluviais das duas regiões.

J. de Ploey (1963) foi o primeiro a reconhecer na África Central a existência de um período semi-árido no Pleistoceno Superior, ao menos em grande parte contemporâneo da glaciação de Würm na Europa. Diversos autores (J. Alexandre, S. Alexandre, 1965; J. Moeyersons, 1975) constataram a presença dessa fase no Shaba. Uma oscilação mais úmida por volta de 6000 B.P. foi descoberta por J. de Ploey (1963) no Baixo Zaire, em Mose no Shaba (Alexandre, comunicação pessoal) e em Moussanda no Congo (Delibrias et al., 1974, 47). Os estudos em Kamoa mostraram que essa fase foi precedida por uma outra oscilação úmida entre 12.000 B.P. e 8000 B.P., separada da oscilação de 6000 B.P. por uma curta fase de erosão, ligada a uma nova ocorrência da seca. A oscilação úmida entre 12.000 B.P. e 8000 B.P. é contemporânea da extensão dos lagos no leste da África, encontrada por K. W. Butzer et al. (1972). Os estudos de J. de Ploey (1963, 1965, 1968, 1969) no Baixo Zaire e de J. Moeyersons (1975) em Kamoa indicam que os períodos mais secos eram caracterizados por uma intensificação dos processos morfogenéticos. Assim, na região de Kinshasa, durante o Leopoldvilliano, as colinas foram fortemente desnudadas, havendo, em consequência, intensa sedimentação na planície. Do mesmo modo, em Kamoa, esse período presenciou uma evolução muito grande das vertentes sob forma de estreitamento das bordas dos vales. Tudo isso vem confirmar a hipótese de H. Rhodenburg (1970) da alternância de fases morfodinâmicas identificadas com os períodos secos, e fases estáveis, úmidas.

A evolução do meio ambiente na África Central foi, portanto, fortemente marcada pelas condições climáticas dos últimos cinquenta milênios. Os estudos relativos às formações vegetais atuais e ao seu equilíbrio com o clima, bem como as análises palinológicas de diversos sítios permitiram a reconstituição da cobertura vegetal antiga e das condições climáticas que a determinaram.

É nas regiões montanhosas do leste que se pode perceber melhor alterações climáticas que acompanham as mudanças dos estágios de vegetação. Os diagramas polínicos das turfeiras de altitude refletem uma sucessão de floras frias, floras quentes e úmidas e floras secas, a qual se evidencia sobremaneira no sítio de Kalambo Falls, situado a 1200 m de altitude na Zâmbia. J. D. Clark e E. M. van Zinderen Bakker (1964) descobriram no local uma longa fase seca entre 55.000 B.P. e 10.000 B.P., com duas oscilações úmidas por volta de 43.000 B.P. e 28.000 B.P., e o início de uma fase úmida mais longa por volta de 10.000 B.P. Durante os períodos áridos a temperatura baixou sensivelmente nas terras altas ao redor do *graben,* como J. A. Coetzee e E. M. van Zinderen Bakker (1970) já haviam assinalado no monte Quênia, onde evidenciaram a "Mount Kenya glaciation" entre 26.000 B.P. e 14.000 B.P.

J. D. Clark e E. M. van Zinderen Bakker (1962) também estudaram a evolução da cobertura vegetal na região de Lunda. Uma floresta aberta seca de *Brachystegia* ocupou a região entre 40.000 B.P. e 10.000 B.P., dando lugar depois a uma floresta mais cerrada durante a fase úmida de 10.000 B.P. a 5000 B.P. Segundo o estudo palinológico do sítio de Kamoa feito por E. Roche (1975), em complementação ao estudo geomorfológico de J. Moeyersons (1975), parece ter havido um período seco do Acheulense Final até 15.000 B.P. Observa-se a evolução progressiva de uma savana estépica para a floresta aberta, e, posteriormente, a instalação de uma floresta mais densa, com a extensão das galerias florestais consecutiva à umidificação do clima a partir de 12.000 B.P.

Segundo M. Streel (1963), as florestas abertas secas e as savanas de *Acacia* teriam se estendido grandemente entre 50.000 B.P. e 20.000 B.P. Essa extensão, que supostamente começou no Zambeze oriental, teve como efeito o recuo da floresta densa em direção à bacia. Para P. Duvigneaud (1958), o Shaba pode ser considerado um cruzamento, onde a vegetação é o reflexo de influências de diversas regiões: guineo-congolesa, zambeziana e afro-oriental.

Baseando-se na teoria da mobilidade do equador térmico enunciada por Milankovitch, A. Schmitz (1971) acredita que um deslocamento de 8º ao sul durante uma fase quente e úmida que estaria situada entre 12.000 e 5000 B.P. tenha provocado um grande desenvolvimento da floresta densa. Esta se teria estendido por todo o Zaire e mesmo a parte de Angola, o que é atestado pela presença de faixas de floresta densa mais seca nas florestas abertas atuais. As florestas também teriam sido mais extensas ao norte, cobrindo a maior parte de Camarões e da República Centro-Africana.

Durante esse período úmido, as florestas abertas e as savanas subsistiram em estações que lhes eram favoráveis, ou seja, nos planaltos e solos pobres. É bem provável que os planaltos do Zaire meridional e de Angola jamais tenham conhecido uma vegetação realmente cerrada, e que tenha sido a partir dessa região que a floresta aberta começou a estender-se novamente quando o clima voltou a ser seco depois de 5000 B.P. A. Schmitz (1971), no entanto, acredita que tenha sido fundamentalmente uma ação antrópica que provocou, no último milênio, o recuo da floresta densa.

Concluindo, a África Central conheceu entre 5000 B.P. e 10.000 B.P. uma longa fase seca contemporânea da glaciação de Würm, enquanto a fase úmida que se iniciou por volta de 12.000 B.P. corresponderia às oscilações climáticas que marcaram o início do Holoceno. Durante esse longo período seco, provavelmente interrompido por uma oscilação úmida por volta de 28.000 B.P., foram intensos os processos morfodinâmicos, e a floresta aberta ganhou maior

extensão. No período úmido do início do Holoceno, a floresta densa estendeu-se sobre a maior parte da África Central, e seu recuo atual é atribuído à ação do homem.

Povoamento da África Central

Na ausência de ossadas humanas, admite-se, de modo geral, que a primeira manifestação da presença do homem sejam os seixos fraturados, denominados "seixos lascados". Estes se comparam aos artefatos do Olduvaiense, do sítio epônimo de Olduvai, na Tanzânia. Verifica-se a ocorrência de objetos semelhantes em quase toda a África Central: no Zaire na bacia do Kasai e no Shaba, em Camarões, no Gabão, no Congo, na República Centro-Africana e no nordeste de Angola, onde são encontrados nos aluviões. Mas nem sempre é fácil saber se esses seixos foram lascados pelo homem ou por agentes naturais. Não nos parece correto (embora o fato seja muito frequente) considerar utensílios todos os seixos que indubitavelmente apresentam marcas de lascamento intencional, uma vez que se verifica serem, na maior parte, núcleos de onde foram destacadas lascas. Estas é que foram empregadas, quer como utensílios para fins diversos, quer como raspadores.

Nenhum habitat que remonta a essa época foi até hoje assinalado. Faltam também artefatos de madeira e de osso, que devem ter representado parte bastante significativa no conjunto de utensílios. Podemos imaginar que os seixos lascados foram produzidos pelo *Australopithecus* ou pelo *Homo habilis,* que, segundo observações feitas em vários lugares da África, certamente eram necrófagos. Entretanto, a vida social deve ter-se organizado a partir desse momento. Tal período da história do homem iniciou-se há mais de 2 milhões de anos, prolongando-se até cerca de 500 mil anos atrás.

Mas foi somente com o instrumental do Acheulense que obtivemos a primeira prova indiscutível da presença do homem na África Central. O estágio mais antigo, o Acheulense Inferior, só é conhecido na região de Lunda (Clark, 1968). O Acheulense Superior, em geral encontrado em meios áridos, foi descoberto em diferentes pontos da periferia da bacia central; J. D. Clark descreveu-o em Angola; J. Nenquin, em Ruanda e no Burundi; e R. de Bayle des Hermens, na República Centro-Africana. Kalambo, na Zâmbia, e Kamoa, no Zaire, constituem os melhores sítios de referência.

O Acheulense caracterizou-se pelos bifaces e machadinhas, que foram objeto de inúmeras tentativas de classificação morfológica (Cahen, Martin, 1972).

Alguns autores quiseram ver neles uma transformação de um estágio arcaico para outro mais evoluído e estabeleceram uma sucessão de cinco estágios do Acheulense (de I a V), porém essas diferenças tipológicas nem sempre têm grande significação cronológica. Como o próprio nome indica, o biface é um artefato talhado nas duas faces a partir de um seixo ou de uma lasca grande. Caracterizado por uma ponta mais ou menos saliente, tem base quase sempre arredondada. Além do biface, outro instrumento muito característico é a machadinha, que termina por um gume. Ao lado desses utensílios, encontram-se artefatos menos característicos, tais como triedros, picões, facas, esferoides e outros de pequenas dimensões. Embora as descobertas do Acheulense sejam abundantes, os sítios onde essa indústria pode ser considerada como estando arqueologicamente em seu próprio contexto, ou mesmo representada de forma homogênea, ainda são raros. Um dos únicos sítios onde o Acheulense foi encontrado em estratigrafia localiza-se às margens do rio Kamoa, no Shaba (Cahen, 1975). Este sítio tem vários hectares de extensão. Os caçadores-coletores que o habitavam deixaram no local seus utensílios e os resíduos de preparação. Pode-se, então, deduzir que se trata de um tipo de oficina-habitat. Em vista da homogeneidade da indústria, na qual não se distingue evolução, pode-se pensar ainda numa acumulação de ocupações sazonais. A matéria-prima era trazida de um lugar a 1,5 km do sítio, onde se encontram enormes núcleos dormentes. As lascas eram transportadas ao sítio onde a debitagem e o acabamento dos utensílios deviam ser realizados. O Acheulense Evoluído ou Final de Kamoa é análogo às indústrias encontradas no Saara e na África do Sul. A data de 60.000 B.P. proposta deve ser considerada um *terminus ante quem;* a data real, em nossa opinião, deve ser muito mais antiga.

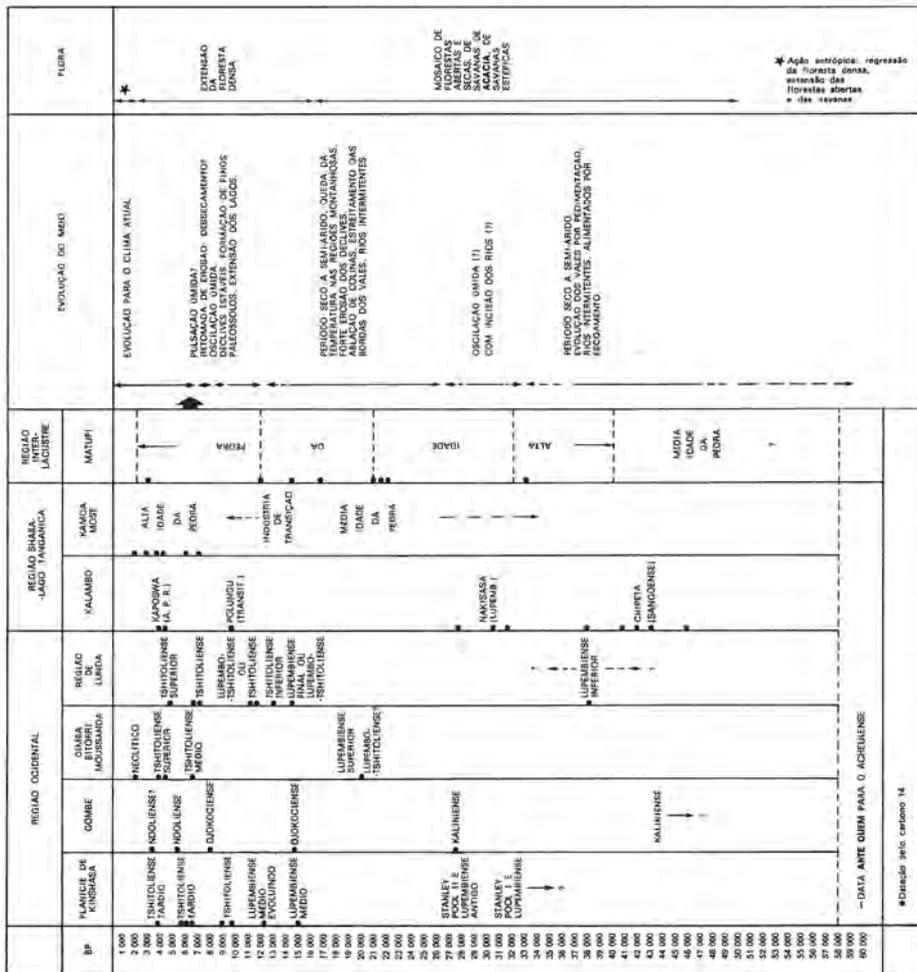
De acordo com descobertas feitas em outras regiões da África, sabemos que essa indústria deve ser atribuída ao *Homo erectus.* Esse hominídeo devia depender da caça e da coleta para subsistir. Supõe-se que a vida social continuasse a se desenvolver e que o homem tivesse alcançado o domínio do fogo.

Evolução tecnológica e adaptação

Após o Acheulense distinguimos várias regiões cujas indústrias, embora bastante diferentes, dão a impressão de uma certa unidade. Consideremos, de maneira genérica, uma parte ocidental e uma parte oriental, podendo esta última ser subdividida em duas, embora a falta de dados para o norte e o sul da referida área torne as subdivisões bastante conjeturais. A parte ocidental, que se estende de Angola até o Gabão, é a região mais estudada. Engloba o Baixo

Zaire, Kinshasa, a região de Lunda, o Cuango e o Kasai, isto é, o sudeste da bacia do Zaire. A parte oriental abrange a região interlacustre e a região Shaba – lago Tanganica.

Na parte ocidental acredita-se reconhecer uma série de indústrias, usualmente descritas como uma sucessão tipológico-cronológica: o Sangoense, seguido do Lupembiense, por sua vez seguido do Tshitoliense. O Sangoense representaria a passagem entre o Acheulense e o Lupembiense e estaria situado no primeiro período intermediário. O Lupembiense constituiria a *Middle Stone Age,* enquanto o Lupembo-Tshitoliense corresponderia ao segundo período intermediário, indo redundar finalmente no Tshitoliense, contemporâneo da *Late Stone Age* da África Oriental e Austral. Como que prolongando a técnica acheulense, todas essas indústrias são caracterizadas pelo lascamento bifacial, enquanto a técnica levalloisiense raramente aparece.

A parte oriental da África Central apresenta uma mistura mais complexa de indústrias. Estas são comparáveis às da parte ocidental mas o lascamento bifacial não é tão abundante. Em contrapartida, as técnicas de debitagem denominadas musteriense e levalloisiense são muito desenvolvidas, e as lâminas e lascas laminares, numerosas. Desde o segundo período de transição notam-se mudanças muito profundas, e a tradição interrompe-se definitivamente para dar lugar às indústrias microlíticas, as quais parecem não ter ligação alguma com as indústrias anteriores. Bem características, as indústrias de tipo Sangoense e Lupembiense dessas regiões permitem distinguir duas áreas diferentes: uma que abrangeria a parte setentrional, isto é, a região interlacustre, caracterizada por bifaces foliáceos, lanceolados, e punhais; a outra a abranger a parte meridional, isto é, a região do Shaba e as margens do lago Tanganica, caracterizada pela ausência de "pontas" e pela presença de utensílios bifaces de tipo burilou goiva, que curiosamente quase não aparecem na região interlacustre. Isso ilustra bem o absurdo da distinção entre indústrias de floresta e de savana. Aliás, nessa época, nenhuma região parece ter sido mais arborizada que outra. Ao contrário, o clima devia ser nitidamente mais seco do que hoje; foi somente por volta do fim desse período que a floresta ganhou extensão. O sítio de Masango reflete bem o caráter das indústrias da região. Observa-se ali toda uma gama de pontas bifaces ao lado de elementos grosseiros, tais como picões. O traço levalloisiense encontra-se muito bem representado (Cahen, Haesaerts, van Noten, 1972). Uma sequência de indústrias líticas, do Sangoense à *Late Stone Age,* teria sido descoberta em Sanga, mas ainda não foi detalhadamente estudada (Nenquin, 1958).

Este quadro apresenta os nomes das indústrias de acordo com os diferentes autores, as datações por carbono 14 existentes, a evolução do meio e da flora.

Examinemos agora a região ocidental mais de perto. Suas indústrias agrupam toda a gama de elementos encontrados nas regiões orientais, o que lhes confere uma maior variedade tipológica, correspondendo melhor à ideia que em geral se faz do Sangoense e do Lupembiense. Encontram-se picões grosseiros que, já presentes no Acheulense, persistem ainda até o Tshitoliense. Esse artefato, considerado o *fossile directeur* do Sangoense, na realidade não tem significação cronológica. Mas encontramos também, associado a ele, um instrumental muito elaborado, com belas pontas de lanças foliáceas e longos punhais. Em seguida,

vêem-se igualmente aparecer pontas de flechas, provando que o homem já havia descoberto o uso do arco.

O *Homo sapiens* parece ter sido o responsável por tais adaptações, apesar de não se ter encontrado até agora restos fósseis pertencentes a essa espécie. São raros os sítios onde se podem encontrar vários níveis em estratigrafia. Foi na ponta de Gombe que J. Colette descobriu a primeira sequência dessas indústrias da África Central, fornecendo evidências de quatro: o Kaliniense, o Djokociense, o Ndoliense e o Leopoldiense, seguido de traços da Idade do Ferro. O Primeiro Congresso Pan-Africano de Pré-História, realizado em Nairobi em 1947, não considerou os nomes das indústrias definidas por J. Colette e adotou os termos Sangoense e Lupembiense, que não tinham nenhuma fundamentação arqueológica séria. Esses novos nomes entraram para a literatura e foram empregados indiscriminadamente, não só na África Central, mas também muito além de seus limites. A ponta de Gombe, único sítio conhecido onde seria possível estabelecer uma cronologia, foi novamente escavada por D. Cahen em 1973 e 1974 (Cahen, 1976) no intuito de precisar e datar a sequência que J. Colette havia descoberto. Excluindo algumas peças que evocam o Acheulense, a sequência inicia-se com o Kaliniense, caracterizado por picões grosseiros feitos a partir de seixos ou lascas, raspadores maciços, espessos utensílios denticulados e plainas de grandes dimensões. Encontram-se também bifaces lanceolados, raspadores convergentes, além de utensílios bifaces ou unifaces estreitos, com bordos mais ou menos paralelos. A esse conjunto somam-se inúmeras armaduras com gume transversal feitas a partir de lascas (pequenos trinchetes) e núcleos circulares de tipo musteriense. A debitagem comporta lascas do tipo levalloisiense e algumas lâminas de má qualidade. Os elementos espessos lembram o Sangoense, e os utensílios finos, o Lupembiense e mesmo o Tshitoliense. O nível seguinte, o Djokociense, caracteriza-se principalmente por pontas de flecha pedunculadas ou foliáceas, frequentemente retocadas por pressão; a debitagem é a mesma que no Kaliniense. O Djokociense evoca o Lupembiense Recente da planície de Kinshasa (Moorsel, 1968), o Lupembo-Tshitoliense, na verdade o Tshitoliense Antigo, como foi definido por G. Mortelmans (1962) e J. D. Clark (1963). O terceiro nível, o Ndoliense, apresenta-se somente sob a forma de pequenas concentrações. As pequenas pontas de flecha foliáceas são típicas; a debitagem bipolar era praticada no próprio local, o que explica a presença de "peças estilhaçadas". Essa indústria é similar ao Tshitoliense Tardio (Moorsel, 1968; Cahen, Mortelmans, 1973).

Uma das datas obtidas para o Kaliniense coincide com a idade estimada para o Sangoense (Clark, 1969, 236), e, uma outra, com as fases antigas do

Lupembiense (Clark, 1963, 18-19; Moorsel, 1968, 221). As datas estimadas para as amostras do nível Djokociense não diferem das que foram calculadas em outros lugares para indústrias análogas. Entre as datas associadas ao Ndoliense, uma delas corresponde às do Tshitoliense Tardio, obtidas anteriormente na planície de Kinshasa e na região de Lunda.

De maneira geral, pode-se dizer que as indústrias encontradas em estratigrafia em Lunda, em Gombe e na planície de Kinshasa são comparáveis tipologicamente e coincidem cronologicamente. O Sangoense-Lupembiense Inferior estaria situado entre 45.000 e 26.000 B.P., o Lupembiense Inferior iria de 10.000 a 7000 B.P., e o Tshitoliense Superior, de 6000 a 4000 ou 3500 B.P. (cf. quadro).

Uma trincheira de prospecção escavada por P. de Maret na gruta de Dimba mostrou uma sucessão de quinze camadas arqueológicas e uma data de 20.000 ±650 B.P. para uma indústria do tipo Lupembiense Superior ou Lupembo-Tshitoliense. Parece que uma data aproximada de 25.000 B.P. reduziria o hiato existente nas datações entre 27.000 B.P. e 15.000 B.P. assinalado por D. Cahen (1977).

A gruta de Hau, único sítio que talvez se encontrasse na floresta equatorial durante sua ocupação e onde F. van Noten descobriu uma indústria "Lupembiense" seguida de uma *"Late Stone Age"*, não produziu datações de radiocarbono aceitáveis.

J. P. Emphoux (1970) escavou em 1966 a gruta de Bitorri, lá encontrando vinte níveis de ocupação da Idade da Pedra. Um dos níveis forneceu uma data por radiocarbono de 3930 ±200 B.P., e um outro, inferior, uma data de 4030 ±200 B.P. O material lítico, que não evoluiu de um nível a outro, pode ser considerado como formando uma unidade tipo lógica, cuja indústria lembra o Tshitoliense Superior. O mesmo pesquisador datou de 6600 ±130 B.P. um nível Tshitoliense Médio em Moussanda (Delibrias et al., 1974, p. 47).

No Gabão, indústrias ditas lupembienses foram várias vezes assinaladas (Blankoff, 1965; Hadjigeorgiou, Pommeret, 1965; Farine, 1965).

Caçadores-coletores especializados

Em um dado momento, provavelmente entre 50.000 B.P. e 40.000 B.P., surgem os micrólitos geométricos: segmentos de círculo, triângulos, retângulos e trapézios. Os mais característicos parecem ser os segmentos, ainda que na África do Sul tenham sido encontrados no final da *Middle Stone Age,* quando

provavelmente eram empregados como farpas na base de pontas de lanças[1]. Por outro lado, na *Late Stone Age,* esses micrólitos, isolados, serviam como armaduras de flechas, de lanças, de arpões, de facas ou de buris.

Como para o período anterior, a região estudada pode ser dividida em duas zonas distintas. Na parte ocidental, que abrange o norte de Angola, o Kasai, o Cuango, o Baixo Zaire e a República Popular do Congo, observa-se a persistência da tradição dita lupembiense, como se o Lupembiense, evoluindo no próprio local, tivesse originado o Tshitoliense. Os micrólitos geométricos tornam-se numerosos, mas não dominam da mesma forma que na parte oriental, onde representam o elemento essencial do conjunto de utensílios. S. Miller (1972), que analisou o Tshitoliense e resumiu os trabalhos anteriores, definiu essa indústria pela presença de utensílios bifaciais do tipo picão-buris, de pontas foliáceas, de pontas pedunculadas, de pequenos trinchetes e de micrólitos geométricos. A região de Lunda teria fornecido uma indústria que reagrupava todos esses elementos, ainda que geralmente representados de maneira incompleta nos diferentes sítios. Distingue-se, assim, uma fácies de vale com abundância de pequenos trinchetes, como em Dinga, e uma fácies de planalto, onde a armadura era constituída principalmente de pontas pedunculadas (Bequaert, 1952). Um sítio do Planalto de Bateke, onde G. Mortelmans realizou uma escavação de salvamento em 1959 (Cahen, Mortelmans, 1975), produziu uma indústria dita "completa", como a descrita na região de Lunda. O arenito polimorfo, que foi praticamente o único material utilizado no instrumental descoberto, provém de depósitos dos quais os mais próximos estão a cerca de 10 km do sítio. Essa indústria caracteriza-se por uma grande proporção de lascas e de resíduos de lascamento (96,1%), alguns núcleos (1,4%) e alguns instrumentos (2,4%). Ao lado de pontas de flecha foliáceas e pedunculadas, foi encontrado um grande número de micrólitos geométricos e uma grande lasca com gume polido. A maioria dos núcleos é do tipo circular ou lamelar; há também numerosos núcleos pequenos, totalmente gastos. A debitagem, nos casos em que a massa é composta dos resíduos de retoque, apresenta algumas lascas levalloisienses, lâminas e lamelas. Aí estão as características de um Tshitoliense Tardio. Este sítio parece ter sido um acampamento de caça, pois, embora o planalto Bateke seja nitidamente estépico, é recortado por galerias florestais, que devem ter atraído o homem pré-histórico à procura de caça. Se a matéria-prima utilizada era para lá levada, muitos utensílios devem ter sido talhados no próprio local, sendo possível que o

1 CARTER, F. Comunicação pessoal.

látex e o copal encontrados em escavação tenham servido como massa para fixar os micrólitos às hastes das lanças e às flechas. Os raspadores, buris e machados certamente eram usados para a fabricação dos utensílios compósitos, nos quais se empregavam gumes transversais e pontas de flechas pedunculadas bifaces.

A região de Lunda, estudada por J. D. Clark, apresentou um Tshitoliense que estaria situado entre 13.000 e 4500 B.P. (Clark, 1963, 18-19), mas essa indústria teria continuado até o início da Era Cristã (Clark, 1968, 125-149). O Tshitoliense da planície de Kinshasa, por sua vez, estaria localizado entre 9700 e 5700 B.P. (Moorsel, 1968, p. 221).

Pode-se aqui perguntar a que correspondem as fácies reconhecidas no Tshitoliense. Tratar-se-ia de adaptações a meios variados e, por exemplo, de uma especialização das técnicas de caça, ou seriam diferenças unicamente "culturais"?

Na parte oriental, na periferia da floresta equatorial, da República Centro-Africana ao Shaba, encontram-se as indústrias ditas da *Late Stone Age.* As indústrias mais antigas não são tipologicamente diversificadas, pois só mais tarde surgiu um instrumental mais especializado. É o que se observou na gruta de Matupi, onde duas estações de escavações sucessivas, em 1973 e 1974, revelaram vestígios de uma longa ocupação humana, iniciada bem antes de 40.000 B.P., e continuando sem interrupção perceptível até 3000 B.P. (van Noten, 1977). O material por ora estudado provém de um único metro quadrado, que forneceu 8045 artefatos; foi lascado quase exclusivamente sobre quartzo por um processo característico das indústrias puramente microlíticas: a técnica bipolar. Os resíduos de lascamento representam 90%; o instrumental propriamente dito, apenas 5,4%, a que se devem acrescentar as peças que apresentam traços de utilização sem, entretanto, serem instrumentos acabados, e que representam 5%. A indústria é tipicamente microlítica – o comprimento máximo das lascas atinge cerca de 17,7 mm. Todo o instrumental propriamente dito consiste, em ordem de ocorrência, em peças entalhadas, raspadores, furadores, buris, lascas e lamelas com bordo desbastado, lascas retocadas, peças quebradas e alguns micrólitos geométricos (segmentos, semicírculos, triângulos). O instrumental macrolítico, feito de quartzito, arenito ou xisto, consiste em mós, moedores, bigornas, percutores, raspadores côncavos e alguns buris. Um fragmento de pedra furada e decorada com incisões foi datado de cerca de 20.000 B.P.[2] Os restos ósseos da fauna estão bem conservados; indicariam um meio ambiente mais seco que o atual. Os ocupantes da gruta caçavam, em ordem decrescente, bovídeos

2 Conhecidas também sob o nome de *Kwé,* as pedras perfuradas que fazem parte das indústrias da *Late Stone Age* eram provavelmente empregadas como lastros de bastões usados para escavar.

(antílopes e búfalos), damões, roedores (principalmente *Thryonomyidea),* suínos e, em menor proporção, cercopitecídeos e porcos-espinhos. Essa caverna, que hoje se encontra na floresta equatorial, devia situar-se em savana durante quase toda sua ocupação, mas não longe de florestas-galerias, como indicam as análises palinológicas. Foi ocupada sem interrupção, enquanto a indústria muito pouco característica do início se transformava em uma outra, mais clássica, que forneceu micrólitos geométricos, raros utensílios em osso, hematita vermelha, empregada como corante, e rodelas perfuradas de casca de ovo de avestruz. Em vista da pobreza de utensílios que pudessem servir como instrumentos ou armas, sobretudo nas camadas antigas, acreditamos que o instrumental deva ter sido, em grande parte, de madeira, como observamos em Gwisho (Fagan, van Noten, 1972).

As escavações feitas por J. de Heinzelin, em 1950, em Ishango, revelaram três indústrias microlíticas (Heinzelin, 1957). A mais antiga não apresenta micrólitos geométricos; a seguinte os mostra em grande quantidade, e, na mais recente, eles são abundantes. O caráter tipológico é, em geral, muito rudimentar; a debitagem associa todas as técnicas e deixa-se guiar pela natureza do quartzo de má qualidade utilizado como matéria-prima. Esses elementos lembram incontestavelmente a evolução observada em Matupi. Ishango forneceu uma série de arpões, que devem ter sido empregados na caça e pesca e que mostram uma nítida evolução, variando entre exemplares de duas fileiras de farpas, nas camadas inferiores, e outros de uma só fileira, em níveis mais recentes. Uma das descobertas mais .espetaculares é um bastonete de osso decorado com estrias e que serve de cabo para uma lasca de quartzo. A data atribuída à indústria de Ishango foi de 21.000 ±500 B.P., que pareceu muito antiga à época da publicação da monografia do sítio; contudo, em vista das datações obtidas em Matupi, esse resultado parece atualmente muito menos improvável. Os habitantes de Ishango viviam da pesca e da caça, sobretudo da caça do hipopótamo e do topi, além de outros mamíferos, muitos dos quais estão hoje desaparecidos. Os pássaros também eram caçados. Entre os peixes, encontram-se principalmente os silurídeos, os ciclídeos e os protopterídeos. Os restos humanos, descobertos entre os resíduos de cozinha, foram estudados por F. Twiesselmann (1958); mostram que o sítio era habitado por uma população cujas características biométricas atípicas e rudes não apresentam nenhum vínculo direto com qualquer outra população moderna.

Ao lado dessas indústrias puramente microlíticas, surgem na região interlacustre, no Shaba e nas margens do lago Tanganica, indústrias tipologicamente intermediárias entre um microlítico puro e as indústrias típicas

da parte ocidental da África Central. Aliás, é possível pensar que, por seu caráter heteróclito, essas indústrias representem um prolongamento da tradição da *Middle Stone Age* acima descrita. J. Nenquin deve ter inventado o nome de "Wilton/Tshitoliense" para descrever a *Late Stone Age* em Ruanda e no Burundi (Nenquin, 1967), onde infelizmente muito poucos sítios foram datados. Estima-se em 15.000—12.000 B.P. a idade da indústria de transição de Kamoa, que pode ser comparada ao Lupembo-Tshitoliense da parte ocidental. No mesmo sítio, a *Late Stone Age,* que é pobre e pouco característica, é datada de aproximadamente 6000 a 2000 B.P. (Cahen, 1975). Parece, portanto, que diferentes tradições puderam subsistir durante muito tempo lado a lado; e, efetivamente, junto a indústrias de caráter misto, encontram-se outras puramente microlíticas, como em Mukinanira (van Noten, Hiernaux, 1967) e nos lagos Mokoto (van Noten, 1968-a).

Na África Central ainda não foi encontrado um sítio de riqueza excepcional, que permitisse a reconstituição detalhada do modo de vida desses caçadores cuja existência devia ser comparável à que ainda hoje levam os San no Calaari. O sítio de Gwisho, na Zâmbia, dá uma ideia bastante completa de como era a vida na *Late Stone Age* no V milênio B.P. Ao lado de utensílios polidos, foi encontrada - acontecimento excepcional – uma grande quantidade de objetos de madeira e de osso, que provam a importância do trabalho da madeira mesmo em savana aberta (Fagan, van Noten, 1972).

Fim das idades da pedra

A abundância de utensílios polidos em certas regiões fez com que fossem eles considerados o indício de um neolítico; mas vimos que tais instrumentos são encontrados desde a *Late Stone Age* e que eram fabricados e utilizados ainda no século XIX na região do Uele (van Noten, 1968). Assim sendo, a descoberta de utensílios polidos fora de qualquer contexto arqueológico não tem grande significação. Entretanto a distribuição dos vestígios apresenta certo interesse, pois esses objetos foram assinalados apenas na bacia central. No leste, tais descobertas são extremamente raras; quando muito, conhecem-se no Burundi dois machados polidos e uma gruta com polidores (van Noten, 1969; Cahen, van Noten, 1970). O número de descobertas cresce um pouco em direção ao sudeste, onde alguns machados polidos e polidores são assinalados no Shaba, enquanto no Kasai, embora ainda se encontrem polidores, os utensílios polidos praticamente inexistem (Celis, 1972).

Por outro lado, esses elementos representam o essencial das descobertas arqueológicas realizadas ao norte da grande floresta. Na bacia do Uele e até Ituri, mais de 400 utensílios foram recolhidos, inclusive alguns esplêndidos machados de hematita cuidadosamente polidos e inúmeros polidores. Até agora um só mapa da distribuição desses utensílios pôde ser levantado (van Noten, 1968). Ao menos parcialmente, o “Neolítico Uelense” não remontaria além do século XVII, pertencendo, portanto, à Idade do Ferro, como parecem indicar as escavações feitas em Buru (F. e E. van Noten, 1974).

Mais a oeste, na região onde o Ubangui penetra na floresta, observou-se uma outra concentração de machados polidos. Muito menos trabalhados que os do Uele, em geral são polidos apenas parcialmente. Uma prospecção empreendida nessas regiões não permitiu que se descobrissem semelhantes utensílios em contexto arqueológico. Mas do outro lado do rio, em Batalimo, na República Centro-Africana, R. de Bayle (1975) encontrou pela primeira vez em escavação um machado com gume polido associado a uma indústria não-microlítica e a cerâmica. Esta última apresenta um fundo plano e com frequência é inteiramente decorada, combinando caneluras, incisões e impressões, feitas principalmente com um pente. Datada por termoluminescência, essa cerâmica não seria anterior ao século IV da Era Cristã, o que parece bem recente para uma tal indústria. Embora se tenham recolhido isoladamente outros machados polidos em diversos pontos da República Centro-Africana, não existe, que seja do nosso conhecimento, um só polidor nessas regiões.

Antes de abordar a última zona de concentração, é preciso assinalar que na ilha de Fernando Pó, nos Camarões, machados polidos associados a cerâmica foram datados do século VII (Martin dei Molino, 1965) e permaneceram em uso até época recente.

A última zona estende-se paralelamente à costa atlântica, do Gabão até o noroeste de Angola. Os utensílios “neolíticos” encontrados nessa imensa área são geralmente lascados, sendo apenas o gume polido.

No Gabão, os machados apresentam bordos sinuosos formando um encaixe característico (Pommeret, 1966). Um pote, descoberto por ocasião de trabalhos de grande escala, continha um fragmento de utensílio polido e de carvão vegetal que, infelizmente, não foi datado (Pommeret, 1965). Na República Popular do Congo, bem como em Angola (Martins, 1976), conhecem-se apenas descobertas de superfície. Em contrapartida, na ponta de Gombe, J. Colette encontrou um machado polido aparentemente associado a cerâmica de fundo plano (Bequaert, 1938); criou o termo “neolítico leopoldiense”, que passou a ser usado para designar inúmeros machados polidos encontrados no Baixo Zaire.

Mortelmans (1959) recolheu em superfície, no Congo dia Vanga, machados polidos, quartzos lascados atípicos e uma cerâmica rudimentar de fundo plano. A mesma cerâmica é encontrada nas grutas de Ntadi-ntadi, Dimba e Ngovo, associada, nesses dois últimos sítios, a machados polidos. Por quatro vezes o carvão vegetal das proximidades foi datado de dois séculos antes da Era Cristã (Maret, 1977-a). Infelizmente, trata-se de sondagens muito limitadas para que se possa excluir definitivamente a possibilidade de atribuição desses vestígios à Idade do Ferro, visto que novas escavações mostram que o Leopoldiense da ponta de Gombe talvez avance pela Idade do Ferro (Cahen, 1976). Mas como esse sítio sofreu grandes perturbações, é possível tratar-se de uma simples contaminação dos horizontes superiores.

Em Dimba e Ngovo, único sítio onde as ossadas se conservaram, a análise da fauna associada não revelou até agora a presença de animais domésticos. Na ausência de outros dados socioeconômicos, é prematuro admitir um verdadeiro neolítico cujos responsáveis houvessem empregado utensílios polidos e cerâmica e criado gado ou praticado a agricultura. O mesmo acontece com todas as outras indústrias de aspecto neolítico coletadas até o momento na África Central; não lhes conhecemos nem os utilizadores, nem a época, nem o sistema econômico. Entretanto, lançou-se recentemente a hipótese de que alguns dos vestígios em questão pertenceriam a um estágio final da Idade da Pedra, a que corresponderiam talvez as primeiras etapas da expansão das populações de língua bantu, por volta do último milênio antes da Era Cristã, isto é, antes de adquirirem o domínio do ferro (Phillipson, 1976; Maret, 1977-b; van Noten, 1978).

Devemos também mencionar aqui os megálitos descobertos na região de Buar; remontariam ao V ou I milênio antes da Era Cristã, podendo, no entanto, tratar-se de um caso de reutilização (Bayle des Hermens, 1975). Por suas dimensões, esses monumentos parecem ser obra de populações sedentárias, que, supõe-se, tinham ultrapassado o estágio da caça e da coleta. Queremos notar que os pavimentos megalíticos de Api constituem um fenômeno natural e, de modo algum, trabalho humano (van Noten, 1973), como é o caso de todas as outras construções consideradas megálitos conhecidas até hoje no Zaire.

Sequência idealizada?

Por ocasião do Congresso Pan-Africano em Dacar em 1967, J. D. Clark tentou estabelecer uma sequência na nomenclatura da bacia do Zaire (Clark, 1971). Retraçando o histórico das diferentes nomenclaturas utilizadas para

designar as indústrias pós-acheulenses da região aqui estudada, D. Cahen mostrou claramente que se trata de um extraordinário imbróglio (Cahen, 1977).

As recentes escavações feitas em Gombe permitiram restabelecer e datar a sequência arqueológica definida por J. Colette. Mas as associações entre as peças provenientes de diferentes profundidades mostram que o sítio sofreu muitas perturbações e que as indústrias não são homogêneas (Cahen, 1976). Os objetos movimentaram-se no solo, como confirmaram as experiências em laboratório (Moeyersons, 1977). Portanto, é possível que fenômenos similares tenham ocorrido em outros sítios onde os vestígios arqueológicos foram depositados em areias Calaari revolvidas, como no nordeste de Angola, no Baixo Zaire, no Kasai, no Shaba e no Congo (Cahen, Moeyersons, 1977). Entretanto, não se sabe em que proporção as diferentes indústrias foram afetadas por essas perturbações. Por outro lado, observa-se uma convergência tipológica e cronológica impressionante entre os diferentes sítios pré-históricos da bacia meridional do Zaire, e em menor escala, na da África Central. D. Cahen (1977) propôs reagrupar esses conjuntos pré-históricos convergentes em um único complexo industrial pós-Acheulense da África Central, que se fosse reduzindo em abrangência até limitar-se ao sudoeste da bacia do Zaire. Além disso, o mesmo autor considera que termos como Sangoense, Lupembiense e Tshitoliense não correspondem a nenhuma realidade cientificamente estabelecida. Entretanto, como tentamos demonstrar neste capítulo, parece-nos possível, após o Acheulense, distinguir variantes regionais nas indústrias líticas e seguir sua evolução. Por mais esquemáticas e discutíveis que sejam, essas distinções refletem uma certa realidade, a qual, sem dúvida, parece agora muito mais complexa do que inicialmente se supunha. É aperfeiçoando nossa taxonomia com base em novas escavações que chegaremos a compreender melhor a extraordinária diversidade apresentada pela África Central no decorrer das Idades da Pedra. A nomenclatura existente pode, em nossa opinião, ser mantida como um instrumento de trabalho provisório.

Conclusão

O passado da África Central é ainda pouco conhecido, pois só recentemente passou a ser estudado de maneira sistemática; mas a arqueologia já registra seus primeiros resultados. Assim, no espaço de alguns anos, o número de datações por carbono 14 quase quintuplicou (Maret, van Noten, Cahen, 1977) e puderam ser esboçadas as primeiras sínteses (van Noten, em preparação).

O objetivo primordial das novas pesquisas era efetuar uma série de escavações, abrangendo regiões e períodos diferentes, a fim de chegar, em prazo razoável, ao estabelecimento de um quadro cronoestratigráfico geral para a África Central. Esse projeto ambicioso deve ser provisoriamente relegado a segundo plano: um sítio-chave, como o de Gombe, colocou em questão não só as nomenclaturas existentes, mas também a validade das observações estratigráficas; outros sítios, como Matupi, forneceram novas indústrias cujas datações questionaram sua inserção num amplo quadro onde "indústrias" e "culturas" encontrariam definitivamente seu "lugar".

Parece cada vez mais claro que a cada descoberta de novos sítios sempre se encontra algo de original e inesperado. Isso vem em acordo com uma de nossas hipóteses de trabalho, que previa uma diversidade muito grande em cada uma das "indústrias" ou "culturas". O homem, frente a um microambiente específico, teve que adaptar seu instrumental a esse meio. Comprazemo-nos a imaginá-lo, nos limites de seu território, a levar uma vida mais sedentária que a vida de nomadismo absoluto atribuída com demasiada frequência aos caçadores-coletores. Longe de perseguir infatigavelmente a caça, essas populações devem ter desenvolvido uma cultura própria, síntese harmoniosa entre o meio ambiente e as tradições ancestrais. Não acreditamos em um determinismo absoluto do meio. Uma vez estabelecido o equilíbrio ecológico, o instrumental pode permanecer imutável por longos períodos. Nesse caso, responde plenamente às exigências do meio e de seus habitantes; enquanto esse delicado equilíbrio foi mantido, nada houve que impeliu o homem a evoluir rapidamente.

CAPÍTULO 22

Pré-História da África do Norte

L. Balout

Próximos à Europa e mediterrâneos pela costa marítima setentrional, os países do Magreb foram percorridos há mais de um século pelos primeiros pesquisadores interessados em sua pré-história. Assim, acumulou-se uma bibliografia abundante de valor altamente variável, que foi mais tarde selecionada e classificada (1952-1955-1974). Mas a pesquisa pré-histórica dessa parte do norte da África não conservou a dianteira que obteve durante muito tempo; apresenta, ao contrário, certo atraso em dois aspectos essenciais: nos métodos de escavação, com exceções muito raras, e na cronologia absoluta, essencialmente limitada às possibilidades do radiocarbono. Nesses aspectos, a África oriental realizou um progresso infinitamente maior.

Pela falta de fósseis humanos do Pleistoceno Inferior, de datas obtidas pelo método do potássio-argônio (K/Ar) e de solos de ocupação paleolítico, atualmente só é possível avaliar a antiguidade da implantação de hominídeos no Magreb e no Saara por correlações hipotéticas sobre a fauna e a tipologia das indústrias líticas.

Por falta também de estratigrafias suficientemente extensas e numerosas, tem sido difícil estabelecer a continuidade da ocupação humana, aliás bastante provável. As jazidas essenciais encontram-se isoladas tanto no tempo quanto no espaço: Ternifine (atlantropo) na Argélia, por exemplo. Aguardam ainda em grande parte uma solução os problemas do Musteriense, de suas relações com

o Ateriense, do homem desta última civilização, da passagem do Ateriense ao Iberomaurusiense, da estratigrafia do Capsiense, dos estágios de neolitização. A pesquisa pré-histórica forneceu dados importantes ao conhecimento do Quaternário no que diz respeito à estratigrafia e à paleontologia. Permitiu o estabelecimento de uma tipologia cujo alcance ultrapassa os limites do Magreb. Deve adotar de agora em diante uma óptica paleoetnológica: passar do "homem *e* seu meio" ao "homem *em* seu meio".

As mais antigas indústrias humanas: o "Pré-Acheulense"

Não há falta de testemunhos, mas qualquer interpretação além da tipológica é delicada. Baseia-se na estratigrafia do Quaternário litoral do Marrocos (Biberson), na paleontologia animal da Argélia (Ain Hanech, perto de Sétif, escavações feitas por C. Arambourg) e da Tunísia (Ain Brimba, perto de Kebili), e unicamente na tipologia do Saara (Reggan, In Afaleleh, etc.). Ligações mais ou menos frágeis podem ser estabelecidas entre as jazidas da Tanzânia, do Quênia e da Etiópia. Dizemos frágeis porque somente o litoral atlântico do Marrocos permitiu o estabelecimento de uma evolução dos "seixos lascados" nas bases utilizadas por P. Biberson e que são parcialmente contestadas; porque a fauna não é necessariamente contemporânea; porque há *presença* arqueológica de um lado e *estrutura* arqueológica de outro; porque os métodos de análise tipológica são diferentes na África "de língua francesa" e de "língua inglesa", etc.

Atualmente não parece verossímil que a presença de hominídeos no Magreb e no Saara seja tão antiga quanto na África oriental e meridional. Ainda não foram identificadas as indústrias sobre lascas que precederam os seixos lascados. Não há traços de uma *osteodontokeratic culture,* nem restos de australopitecos. Entretanto, acreditamos que os seixos lascados do Marrocos, da Argélia e do Saara façam parte de uma cronologia paralela à de Olduvai, isto é, entre 2 e 1 milhão de anos (2,5 milhões se considerarmos o seixo com lascamento bifacial do Omo).

As investigações concentraram-se, sem dúvida, numa correlação cronoestratigrafia/evolução tipológica, que resultou no estabelecimento de listas tipológicas com implicações cronológicas testadas pelo trabalho de P. Biberson no Marrocos, H. Hugot e L. Ramendo no Saara central, H. Alimen e J. Chavaillon no Saara ocidental. A análise é baseada nas características técnicas cuja repetição criou formas sistemáticas. A classificação procede do simples ao complexo – lascamento unifacial, bifacial, poliédrico – e corresponde, provavelmente, a uma

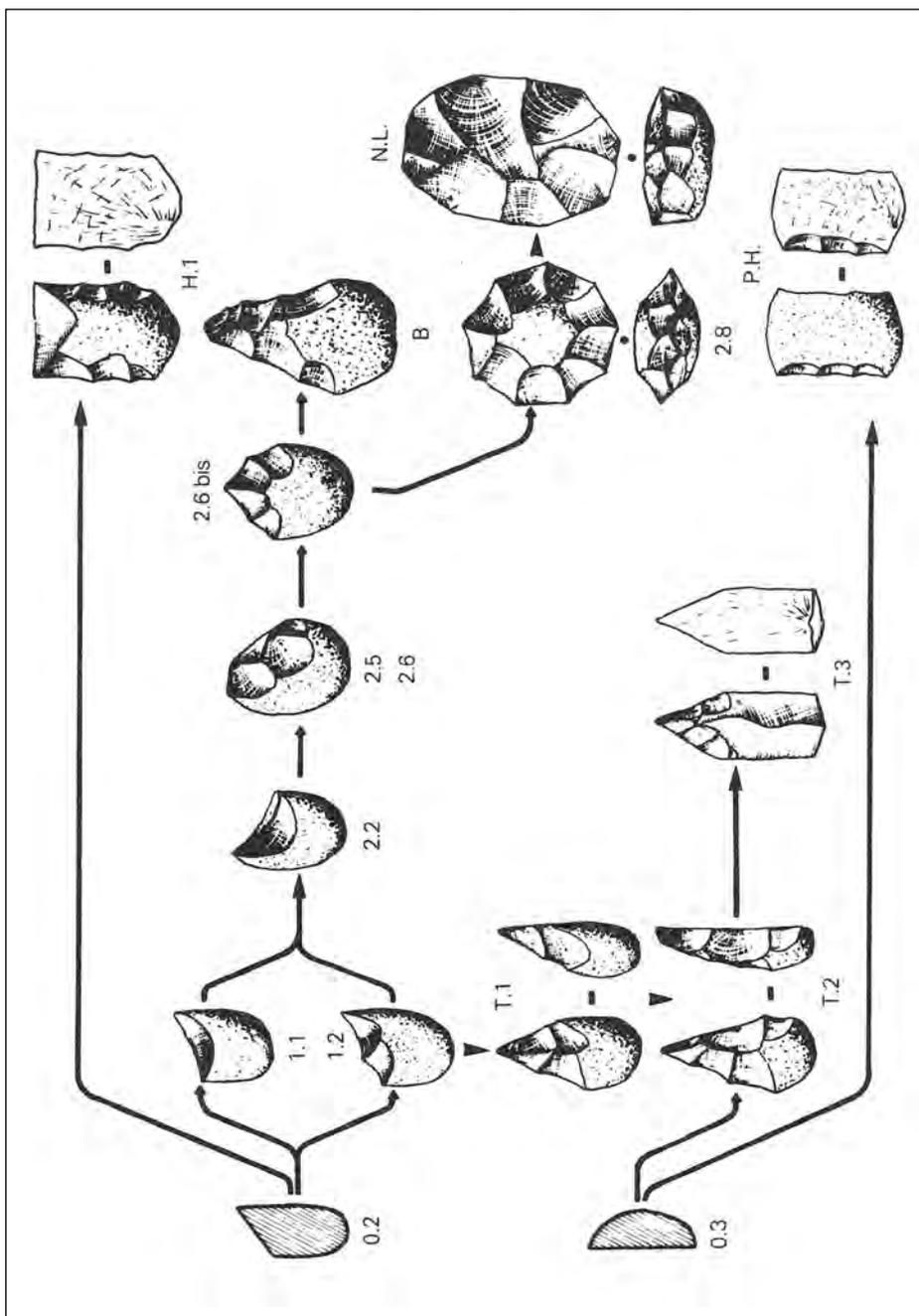



Figura 22.1 Evolução da *Pebble Culture* para as formas do Acheulense: os números e figuras referem--se à classificação tipológica usada para o Pré-Acheulense africano – H = machado (Foto M. Bovis).

sequência cronológica. P. Biberson e J. Chavaillon edificaram sistemas de aspecto regional, respectivamente nas praias quaternárias do Marrocos atlântico e nos terrenos de Saura. Foi baseando-se na paleontologia que os "esferoides facetados" do Ain Hanech foram situados na evolução da fauna do Villafranchiano, conhecida no Marrocos (Fouarat), na Argélia (Ain Boucherit, Ain Hanech) e na Tunísia (lago Ischkeul, Ain Brimba).

Após essas considerações, apoiamo-nos em uma estratigrafia do Villafranchiano baseada em grande parte na paleontologia animal. Nesta série aparecem as indústrias humanas, e a evolução em direção aos bifaces e machados do Paleolítico Inferior Clássico pode ser provada; mas não há em parte alguma estrutura arqueológica e, portanto, nenhum quadro paleoetnológico, como na Tanzânia (Olduvai), no Quênia e na Etiópia.

As indústrias acheulenses

Desde o Simpósio de Burg Wartenstein (1965) e o Congresso Pan-Africano de Pré-História em Dacar (1967), agrupa-se sob o termo "Acheulense africano" todo o Paleolítico Inferior que, na Europa ocidental, corresponde ao Abbeviliense e ao Acheulense, e também ao "Clactoniense" e ao "Levalloisiense", ambos muito discutidos.

O Acheulense é abundante no Magreb e, excluindo as estações de superfície, apresenta-se em três tipos de jazidas bastante particulares:

a) As jazidas relacionadas ao Quaternário litoral, continental e até mesmo marinho. É o caso do Marrocos atlântico, onde P. Biberson pôde propor uma sequência acheulense partindo dos seixos lascados da *Pebble Culture* do Pré-Acheulense e chegando ao Paleolítico Médio (Ateriense). Por razões relacionadas à geomorfologia do litoral, a Argélia não foi tão favorecida. Entretanto, foram assinaladas "jazidas" na costa kabyle (Djidjelli) e perto de Annaba (Bône). Não conheço nenhuma jazida acheulense desse tipo no litoral tunisiano.
b) As jazidas de aluviões fluviais ou lacustres. As primeiras são infinitamente mais raras e pobres que as da Europa, e as relações estratigráficas e paleontológicas são, na maioria das vezes, muito imprecisas. É o caso de vários sítios marroquinos (Uede Mellah) e argelinos: Ouzidane (perto de Tlemcen), Champlain (perto de Médéa), Tamda (Uede Sebaou), Mansura (Constantina), Clairfontaine (norte de Tebessa), S'Baikid e sobretudo El-Ma

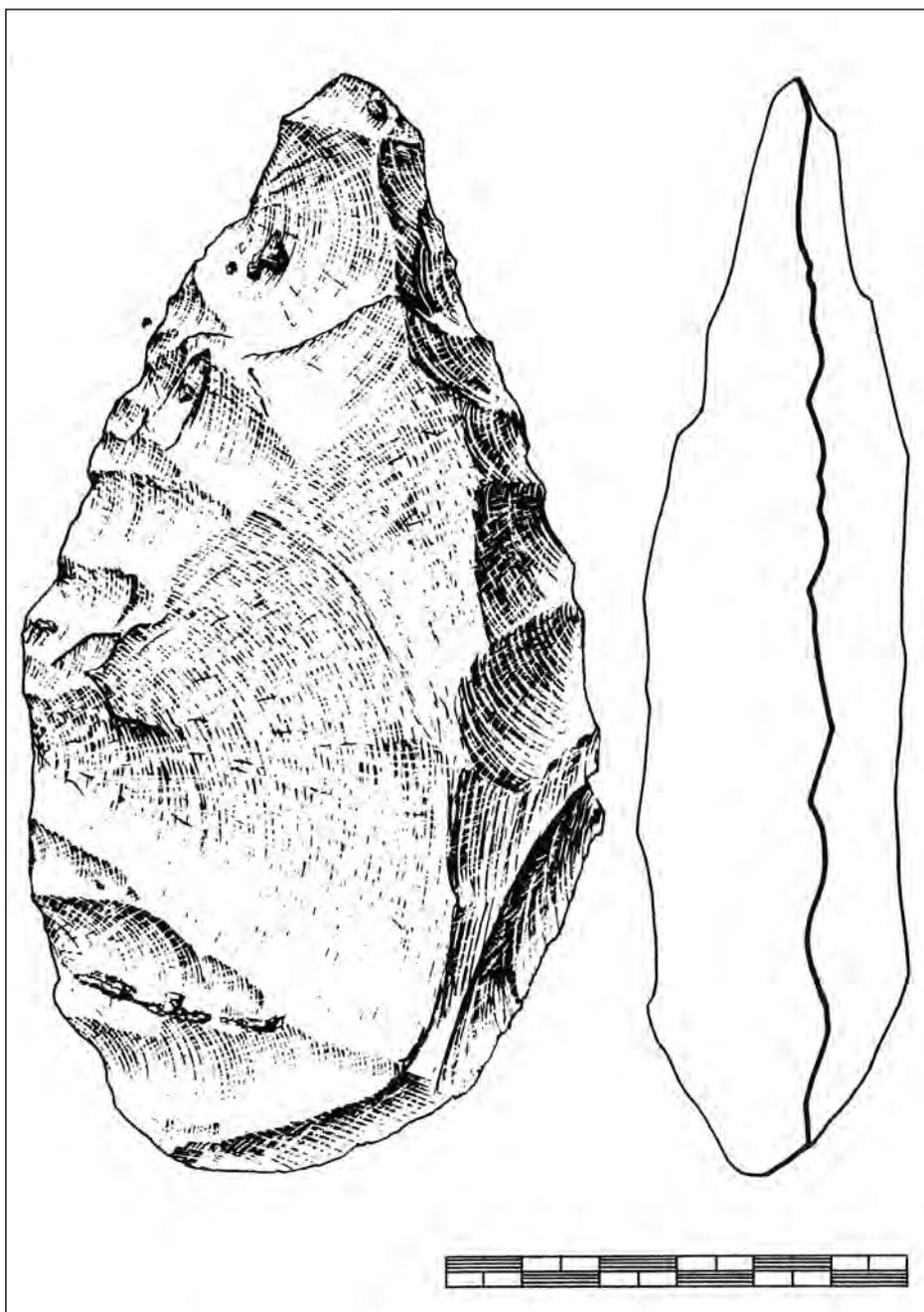



Figura 22.2 Biface Acheulense – o mais evoluído da jazida de Ternifine (Argélia ocidental. Escavações C. Arambourg, 1954 – Desenho M. Dauvois).

El-Abiod (sul de Tebessa). Na Tunísia há o Acheulense de Redeyef (Gafsa). Vamos apenas mencionar as jazidas de margens de lagos, tão extraordinárias na África oriental (por exemplo, Olorgesailie, no Quênia). Há o lago Karar (Tlemcen), onde se encontram escavações muito antigas e mal dirigidas por M. Boulle, e Abuquir (Mostaganem), ainda menos conhecida. Um único sítio emerge desta imprecisão, o de Sidi Zin (Le Kef, Tunísia), onde uma camada contendo machados foi encontrada entre duas outras de bifaces, sem machados. Por outro lado, o Acheulense ligado às jazidas lacustres aparece com bastante frequência desde a Mauritânia até a Líbia.

c) As jazidas relacionadas às antigas fontes artesianas, que parecem ter atraído os homens do Acheulense ao Ateriense. A princípio, é o caso de Tit Mellil (Casablanca) e de Ain Fritissa (sul de Ujda) no Marrocos; do já citado "lago Karar" na Argélia, e de Chetma (Biskra), sobre o qual não se tem quase informações, e principalmente de Ternifine (Mascara). Apenas esta última foi objeto de escavações recentes (1954-1956) e sistemáticas, confiadas ao professor C. Arambourg pela Argélia. Todavia, não devemos alimentar muitas ilusões: a indústria é extremamente interessante, a fauna é de uma riqueza prodigiosa e foi aí que se descobriu o atlantropo; mas a estratigrafia desta notável jazida apresenta problemas, o que deixa em aberto o elenco cronológico no qual se insere o conjunto de documentos. Talvez a própria natureza do sítio, com areias constantemente revolvidas pelas fontes artesianas, tenha impedido o estabelecimento de uma cronoestratigrafia. Isto porém não foi demonstrado. O estudo dos utensílios parece provar que não se trata de oficinas de lascamento, mas sim de locais onde se faziam emboscadas à caça.

O Acheulense do Magreb e o do Saara não diferem fundamentalmente daquele que foi definido na França. Os métodos de análise (Bordes, 1961 e Balout, 1967) não indicam nenhuma diferença básica entre os bifaces. O mesmo acontece com os triedros. A existência de lascas e de uma pequena indústria em Ternifine, por exemplo, não nos surpreende. A utilização do percutor mole apareceu mais ou menos no fim do Acheulense Antigo (lascamento ou relascamento): uma única peça foi encontrada em Ternifine (biface). Vê-se também aparecer o "golpe de trinchete" no desprendimento da extremidade distal dos triedros. O traço mais original, assinalado já há muito tempo, é a importância dos machados sobre lasca. É aí que se pode sugerir a existência de um utensílio (espécie de machado) estritamente africano. Na verdade, não se apresenta sempre no Acheulense da África (é desconhecido no admirável

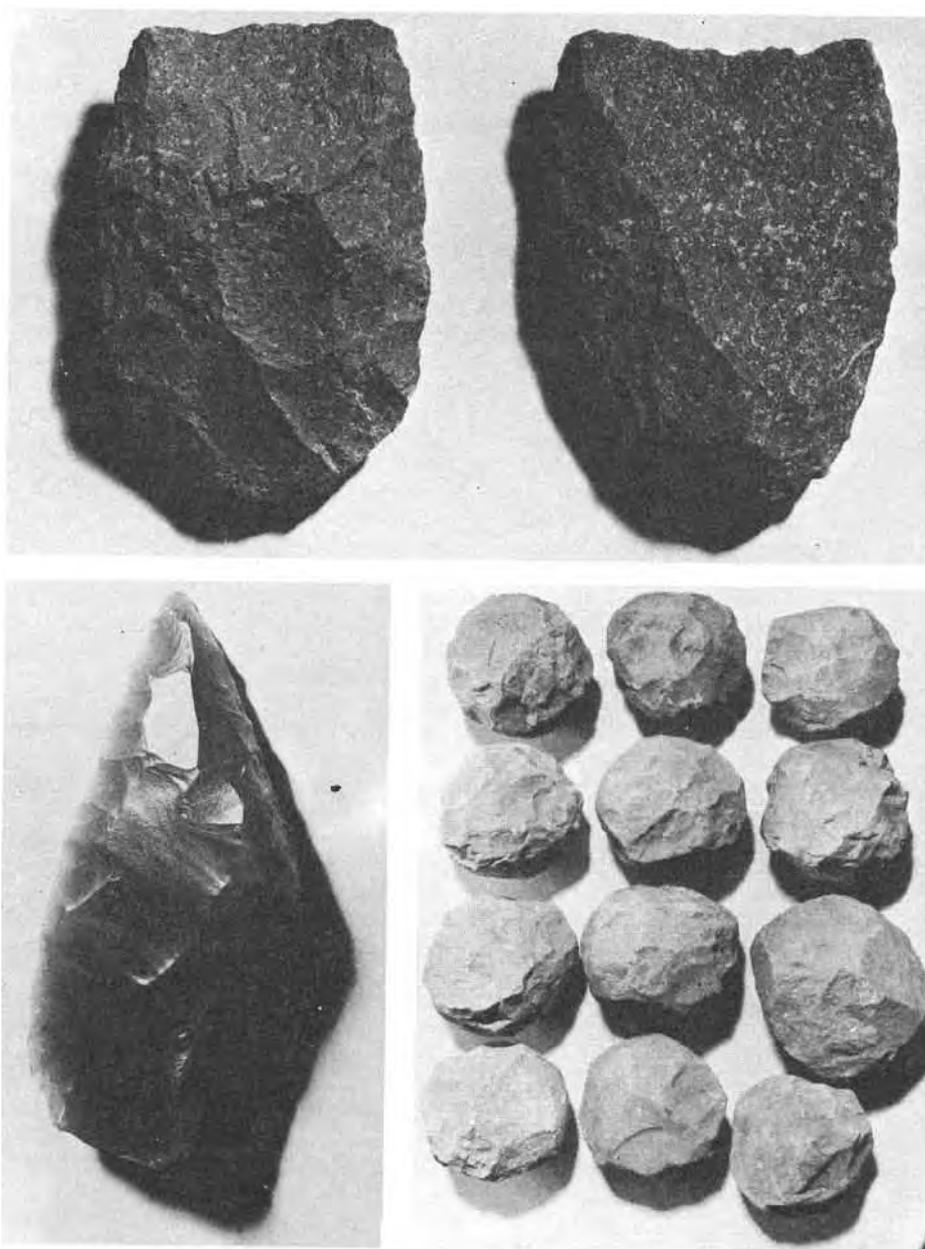



Figura 22.3 Machados de riolito do Acheulense encontrados no sítio de Erg Tihodaine (Foto M. Bovis).

Figura 22.4 Ponta do Musteriense, El-Guettar (Tunísia. Escavações Dr. Gruet. Foto M. Bovis).

Figura 22.5 "Esferoides facetados" de Ain Hanech (Foto M. Bovis).

conjunto de El-Ma El-Abiod, na Argélia, para citar um único exemplo); por outro lado, é encontrado desde o Oriente Próximo até a península indiana. Sua presença na Espanha (Rio Manzanares, perto de Madri) e a passagem pelos Pirineus levaram H. Alimen a reconsiderar, recentemente (1975), o problema da travessia do estreito de Gibraltar bem antes da navegação neolítica. Concluiu-se pela existência de uma ligação através do fundo alto e raso do estreito que se tornou transitável no decorrer das regressões de Riss.

Deve-se a J. Tixier a análise tipológica mais pertinente dos machados do Magreb. Duas constatações são de importância capital. A primeira é a aparição de método de corte "Levallois" desde o Acheulense Antigo, que resultará na inacreditável estandardização dos machados Tabelbala-Tachenghit (Saara argelino ocidental). A segunda é a técnica da "lasca-núcleo", que permite obter lascas de duas faces de debitagem opostas, determinando um gume perfeito em todo o contorno (técnica de Kombema na África meridional). Teriam esses métodos tão elaborados sido transmitidos pela África à Europa, onde a primeira desempenhou um papel pelo menos significativo antes do Paleolítico Médio?

A definição do Acheulense sempre foi de ordem arqueológica. As indústrias associadas aos bifaces abrangem duas glaciações (Mindel- Riss), a interglaciária que as separa e os interestádios que as subdivide. P. Biberson tentou estabelecer um paralelismo com as transgressões e regressões marinhas: Amiriense = Mindel; Anfatiense = Riss; Tensiftiense = Riss. Essas correlações são sempre hipotéticas. Um prolongamento na interglaciária Riss-Würm é perfeitamente plausível.

Por falta de datações absolutas, devemos apoiar nossas teorias na paleontologia. A fauna perde seus componentes oriundos do Villafranchiano Superior e torna--se a "grande fauna chadiano-zambeziana", como a qualificava C. Arambourg. Ainda não conhecemos nada a respeito nem da microfauna nem da flora de Ternifine.

O atlantropo, tanto o de Ternifine (*Atlanthropus Mauritanicus*) quanto os descobertos no Marrocos – Homem de Rabat(?) e de Sidi Abderrahman (Casablanca) – pertencem ao *Homo erectus.* Esses pitecantropos, aliás muito semelhantes aos sinantropos de Pequim, situam-se de modo muito impreciso numa cronologia: 400.000 a 500.000 anos parece a hipótese mais plausível. Em outras regiões esses homens dominaram o fogo e talvez tenham tido uma linguagem rudimentar. O Magreb não nos acrescenta nenhum dado nesse campo.

Musteriense-Ateriense

Em 1955, escrevi que duvidava da existência de um Musteriense autônomo na África do norte. Fui severamente repreendido pelo Dr. Gobert, que tinha toda razão. Posteriormente (1965), modifiquei meu julgamento, mas o problema não estava resolvido; estava simplesmente transferido. Havia, com certeza, jazidas genuinamente musterienses no Magreb, mas situadas em condições geográficas extraordinárias, contrárias a algumas concepções aceitas de etnia pré-histórica. Seis jazidas na Tunísia: Sidi Zin (Le Kef), Ain Mhrotta (Kairuan) , Ain Meterchem (Djebel Chambi), Sidi Mansour de Gafsa, El-Guettar (Gafsa), Uede Akarit (Gabes); uma única na Argélia: Retaimia (vale do Chelif); três no Marrocos: Taforalt (Ujda), Kifanbel Ghomari (Taza), Djebel Irhoud (Safi); nenhuma no Saara. Há, entretanto, centenas de sítios pré ou pós-musterienses. Isto não reflete o estado das pesquisas, pois a descoberta do Musteriense era uma preocupação essencial dos pré-historiadores formados na França, onde ele é abundante, como também nas penínsulas Ibérica e Italiana desde Gibraltar, por exemplo. Há 800 km de Sidi Zin (Le Kef) até Retaimia, 360 km deste sítio à gruta de Taforalt, e ainda 700 km até atingir o Djebel Irhoud. Trata-se, entretanto, de Musteriense perfeitamente caracterizado, assimilável às fácies europeias, em particular à técnica de lascamento Levallois. Em duas extremidades geográficas temos o testemunho dos homens: os neandertalenses do Djebel Irhoud e o mais antigo monumento ritual conhecido, o "cairn" ou "Hermaion" de El-Guettar, do qual apenas o cume emergia da fonte, à qual ele era sem dúvida consagrado. Exceto em Uede Akarit, nenhuma jazida musteriense está próxima do litoral. Mas onde estaria então situada a costa do golfo de Gabes? O Musteriense do Magreb só pode ter vindo do leste. O mais notável é que este Musteriense conheceu rapidamente uma evolução original: transformou-se, no próprio local, em "Ateriense". Baseando minhas deduções numa aplicação rigorosa das regras de classificação geológica pelos "fósseis mais recentes", considerei aterienses esses depósitos industriais do Musteriense onde se encontrava uma ponta pedunculada ateriense (El-Guettar, Ain Metherchem, etc.). Não acredito que esta peça seja uma prova de contemporaneidade de musterienses e aterienses; penso que o Musteriense do Magreb tenha sofrido uma mutação diferente da evolução de todos os outros Musterienses. J. Tixier mostrou que não se trata de uma associação de pontas ou de raspadores pedunculados, mas de uma transformação de cerca de trinta formas musterienses em formas aterienses pelo lascamento de um pedúnculo basilar. Na Europa, e particularmente na

França, o complexo Musteriense seguiu outros caminhos. O desenvolvimento do Magrebiense foi tão original que se chegou a adotar uma distinção específica, hoje não mais defensável. O Ateriense não passa de uma fácies evolutiva – própria de uma parte da África – do Musteriense; coincide com ele até no plano cronológico. A definição de R. Vaufrey de um "Paleolítico Superior" não é mais válida.

Anteriormente, alguns autores já haviam sugerido a existência de um "Musteriense de utensílios pedunculados", da mesma forma como hoje empregamos o termo "musteriense de denticulados". E, como a indústria da jazida epônima do Ateriense (Uede Djebbana, perto de Bir el-Ater, sul de Tebessa) nunca foi analisada a fundo pelo seu descobridor, "Ateriense" permanece um *nomen nudum,* como dizia M. Antoine. Trata-se de uma evolução precoce do Musteriense, abrangendo o Magreb e o Saara de norte a sul, e ao mesmo tempo coincide cronologicamente com uma parte do Paleolítico Médio e com pelo menos o início do Paleolítico Superior.

Entretanto, nossas referências cronológicas ainda são muito imprecisas. As correlações propostas por G. Camps com as datas obtidas por MacBurney em Cirenaica são frágeis, pois a identidade das indústrias não foi demonstrada. O Ateriense é "muito discutível" (Camps) e o Iberomaurusiense não existe (Tixier). Relações estratigráficas puderam ser estabelecidas com o Quaternário continental ou marinho, tanto no Saara quanto no Magreb, e tanto em cronologia relativa quanto absoluta. O quadragésimo milênio antes da Era Cristã não é, sem dúvida, a data mais antiga que pode ser atribuída à aparição do Ateriense. Nossa dificuldade vem dos limites da fidedignidade do C14. Mas as datas obtidas no Magreb e no Saara inscrevem-se entre -37.000 a -30.000, e constituem uma sequência coerente e plausível. O Ateriense é, portanto, no início, um Paleolítico Médio. Em seguida, é contemporâneo do Castelperroniense e do Aurignaciense, isto é, da primeira parte do Paleolítico Superior, ao menos na França. As relações com as formações quaternárias são concordantes. Há casos em que o Ateriense foi encontrado, em condição original, nas praias neotirrenienses, emergidas exatamente no início da última grande regressão (em Karouba, por exemplo, perto de Mostaganem, Argélia ocidental). O fim deste interestádio Würmiano (Würm 1/2) ocorreu por volta de -48.000. As formações continentais que recobrem estas praias submersas no mar atual, geralmente rubificadas e ricas em Ateriense, datam da regressão que pode ter atingido 150 m.

Seria muito delicado determinar lima data para o fim do Ateriense. A conquista do Saara é um fato, do mesmo modo que a evolução técnica da indústria em formas mais ou menos anunciadoras do Neolítico.

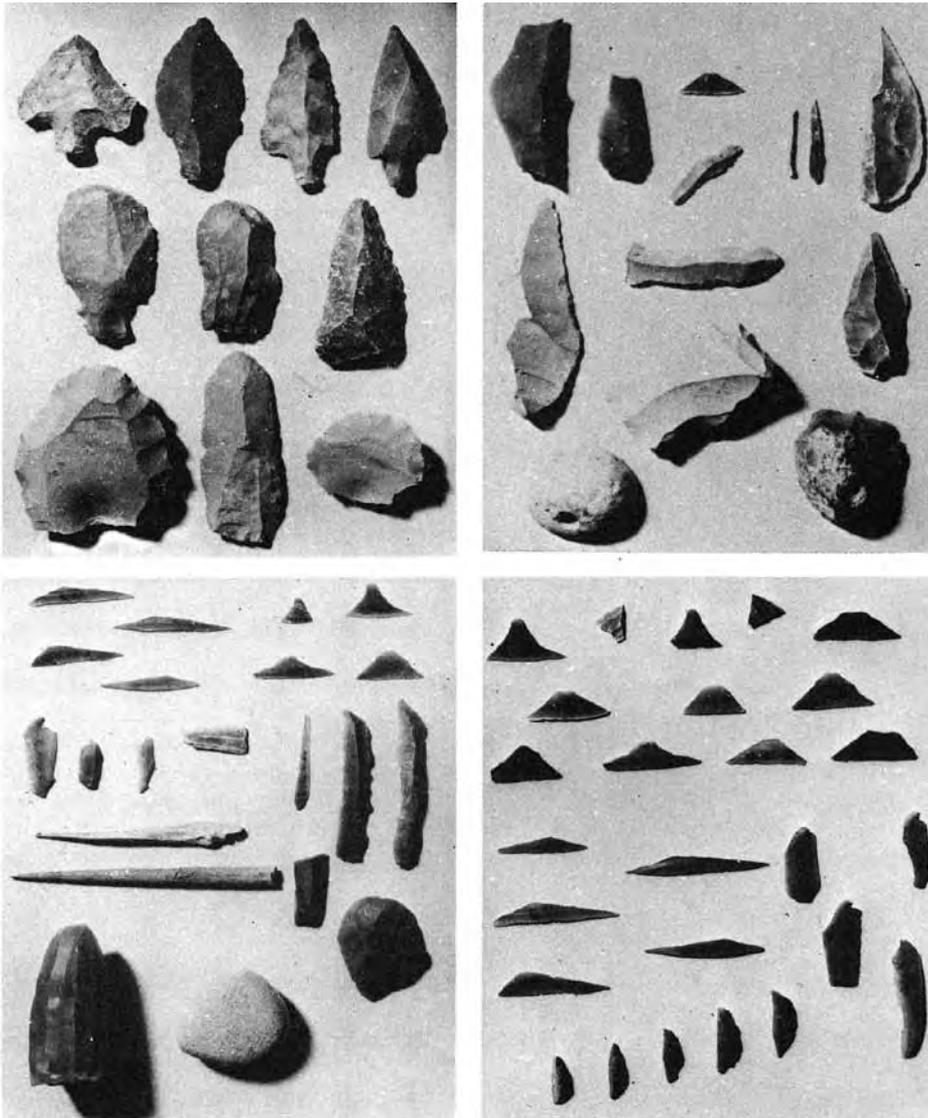



Figura 22.6 Ateriense do Uede Djouf el-Djemel (Argélia oriental): pontas e raspadores pedunculares, "racloirs" núcleos Levallois (Foto M. Bovis).

Figura 22.7 Indústria do Capsiense típico (Foto M. Bovis).

Figura 22.8 Indústria de armaduras do Capsiense superior: triângulos escalenos, trapézios e microburis, serras, lâminas denticuladas, pequeno buril de ângulo, furadores, raspadores, núcleos "canelados", etc. (Foto M. Bovis).

Figura 22.9 Indústria do Capsiense superior: micrólitos geométricos: trapézios, triângulos escalenos, microburis e instrumentos em forma de crescente (Foto M. Bovis).

Para H. Hugot, o Ateriense não transpôs a barreira dos grandes lagos, repletos de diatomáceas até o sétimo milênio antes da Era Cristã. A prova desse Ateriense "Pré-Neolítico" não se mostrou tão sedutora quanto a hipótese. Entretanto, não se conhece a indústria intermediária, e o principal obstáculo, de ordem antropológica, está em processo de desintegração: todas as recentes descobertas feitas no Marrocos reforçam a hipótese de que o homem ateriense não é mais um neandertalense como os musterienses do Djebel Irhoud, mas já um *Homo sapiens*.

Paleolítico Superior e Epipaleolítico

Quaisquer que possam ter sido os prolongamentos aterienses no Saara, no Magreb as coisas se passaram de outro modo. É inútil voltar aqui à história da refutação das hipóteses de R. Vaufrey, encaradas como autoridade durante decênios. Mais vantajoso é, sem dúvida nenhuma, localizar os conhecimentos atuais. Estes conhecimentos organizam-se em torno de quatro ideias básicas:

- O Iberomaurusiense, que separei do Capsiense por razões antropológicas e paleoetnológicas, é muito mais antigo do que se imaginava. É contemporâneo do Magdaleniense francês, e é, portanto, uma civilização do Paleolítico Superior.
- A controvérsia sobre o "Horizonte Collignon", que opôs R. Vaufrey ao Dr. Gobert e a mim mesmo, está terminada: esta indústria de lamelas, mais próxima do Iberomaurusiense do que do Capsiense, é anterior a esta última.
- A distinção estabelecida por R. Vaufrey, de um Capsiense "típico" substituído por um Capsiense "superior" ou "evoluído", dá lugar a uma proliferação das indústrias capsienses, apoiada sobre um número bastante grande de datas radiométricas, nem todas prontamente aceitas.
- O "Neolítico de tradição capsiense" criado por R. Vaufrey em bases muito estreitas, mas estendido por ele mesmo a uma grande parte da África, deve ser restrito às suas dimensões originais e ceder as grandes áreas indevidamente conquistadas a outras fácies da neolitização africana.

O lberomaurusiense

A antiga definição de Pallary (1909), ainda citada, não é mais aceitável. Ele enfatizou insistentemente a profusão de uma técnica, a da borda de preensão retocada das lamelas, que marcou quase todo o instrumental lítico. Será preciso

esperar as minuciosas análises tipológicas de J. Tixier para substituir um conjunto de formas precisas, por uma técnica global, o que havia sido mais ou menos percebido por certos pré-historiadores, em particular o Dr. Gobert, na Tunísia. As novas escavações feitas por E. Saxon na jazida de Tamar Hat (cornija de Bejaia, Argélia) tornaram possível obter datas isotópicas muito altas e compreender melhor estes caçadores de carneiros monteses, habitantes de grutas litorâneas separadas do mar por pântanos e uma plataforma continental emersa, rica em mariscos. O Iberomaurusiense é, na realidade, uma civilização litorânea e teliense que, entretanto, conheceu penetrações continentais. Destas, a jazida menos discutível é a de Columnata (Tiaret, Argélia). Isto não impede que a região de Tânger e a costa do Sahel tunisiano pareçam muito vazias. A ausência de Iberomaurusiense na região que vai da Tunísia até o sul do Uede Medjerda pode ser atribuída a um desenvolvimento separado, que será exposto mais adiante.

Mesmo analisado em detalhe, o instrumental Iberomaurusiense permanece pobre. Algumas centenas de microburis recolhidos bem depois das escavações, na jazida típica da Mouila (perto de Maghnia, Argélia), confirmaram estarem eles vinculados à fabricação de pontas em triedro pontiagudo (chamadas "pontas da Mouila") e não à de micrólitos geométricos, como no Capsiense. A indústria óssea é muito pobre, e há somente uma forma original: o "trinchete". Não há nem arte mobiliária, nem arte parietal. Estamos no tempo de Altamira e de Lascaux, e os homens são, tanto ao norte como ao sul do Mediterrâneo, do tipo Cro-Magnon, o mesmo de "Mechta el-Arbi".

Não há provas satisfatórias da hipótese tradicionalmente aceita sobre uma cultura de origem oriental dividida em dois ramos: o Cro-Magnon europeu ao norte do Mediterrâneo, e ao sul, ao longo dos rios africanos, o Homem de Mechta el-Arbi. No plano antropológico podem ser vistos como descendentes dos neandertalenses por intermédio do homem ateriense. Por mais sedutora que seja esta hipótese, ela não explica o desenvolvimento de uma indústria sem nenhum ponto de comparação com o Musteriense e até mesmo com o Ateriense, que a precederam. Sugerir que não tenham sido os iberomaurusienses os portadores desta civilização é pouco concebível, uma vez que ela não tem raízes locais. E não é este o único problema. Estes "Cro-Magnon" do Magreb tiveram uma vocação e um destino diametralmente opostos aos dos europeus. A indústria lítica, contemporânea do Magdaleniense, ao menos nos estágios mais antigos, era "mesolítica", na medida em que foi outrora descrita como um "Aziliense barbaresco"; a indústria óssea não teve equivalência com a dos magdalenienses, e não

houve nem arte mobiliária, nem arte parietal, apesar das informações em contrário no Marrocos. Por outro lado, sobreviveram até o Neolítico e chegaram a colonizar o arquipélago das Canárias por volta do fim do terceiro milênio antes da Era Cristã. Há ainda muitas outras características próprias do Magreb, como as mutilações dentárias, os cemitérios em grutas ou sob abrigos (Afalou-bou-Rhummel, Argélia; Taforalt, Marrocos) e os monumentos funerários (Columnata).

O "horizonte collignon" e as outras indústrias lamelares pré-capsienses

Atualmente está provado em bases estratigráficas e geomorfológicas que as indústrias de lamelas da Tunísia Pré-Saariana (Gafsa, Lalla, região dos Chotts, etc.) são anteriores a toda a série capsiense. Em Gafsa (Sidi Mansour) o "horizonte Collignon" insere-se num aterro fluvial; o estágio final de sedimentação nos lagos é marcado por importantes formações gipsíferas. Iniciada uma nova sedimentação, ela é imediatamente interrompida por um abaixamento de nível da bacia de Gafsa, que causa uma nova erosão. O Capsiense típico e evoluído ocupa a superfície dessa erosão, como o testemunham os outeiros. Ainda não se pode estabelecer nenhuma posição cronológica, a não ser que há um pouco de Musteriense na base da sedimentação. Estas indústrias lamelares só podem ser associadas ao Iberomaurusiense na medida em que diferem especificamente do Capsiense. A tipologia é diferente, exceto a proliferação da técnica da borda de preensão retocada. Sem dúvida, sua origem deve ser pesq uisada em direção ao leste (Cirenaica, Egito, Oriente Próximo). Outras indústrias epipaleolíticas originais podem ser situadas no local, entre o Iberomaurusiense e fácies capsienses. O "Columnatiense" ao qual se associa a necrópole foi caracterizado no sétimo milênio por uma indústria extremamente microlítica. Outros sítios foram descobertos e o mais importante é o de Koudiat Kifêne Lahda (Ain M'Lila, Argélia oriental), onde a indústria anterior ao Capsiense remonta, igualmente, do sétimo milênio. O termo "elassolítico" foi proposto para designar este conjunto ultramicrolítico ligado a um gênero de vida que não pode ser definido. Outras fácies foram assinaladas na Argélia ocidental, em particular o "Keremiense" e o "Kristeliense". A lista ainda está longe de se concluir, pois, na verdade, entre o Iberomaurusiense, em grande parte paleolítico, e o Capsiense, houve uma proliferação de indústrias comparável ao que ocorreu no Mesolítico europeu.

As fácies capsienses

A "série capsiense" foi a mola mestra das hipóteses de R. Vaufrey: Capsiense "típico", "superior" e "de tradição capsiense". Embora essa estrutura simplista tenha sido justamente criticada, com base sobretudo em inúmeras datas radiométricas, deve-se reconhecer que as pesquisas realizadas a este respeito não atingiram os progressos desejados nos últimos vinte anos. Salvo exceções muito raras, as escavações nos "viveiros de caracóis" ainda não possibilitaram um meio de identificar as estratigrafias nem as estruturas arqueológicas.

Enquanto não dispusermos de cortes suficientes para observar as superposições das diversas fácies capsienses, basearemos as contemporaneidades e as sequências nas datas C14, muito menos confiáveis que uma boa estratigrafia. Tendo sido estabelecida em vários pontos, a superposição Capsiense Superior/Capsiense típico permanece o ponto de partida de toda a classificação. Em ambos os casos as jazidas reúnem grande quantidade de resíduos revolvidos, uma mistura de cinzas e seixos queimados, milhares de conchas de caracóis, fragmentos de ossadas de animais consumidos pelo homem, sua indústria lítica e óssea, objetos de adorno, arte mobiliária, restos humanos, etc. Admitimos até certa especulação a respeito de habitats sob cabanas que deram origem a esses resíduos; talvez cabanas de caniços ligados entre si por argila, se considerarmos uma descoberta, infelizmente demasiado antiga, feita na região de Khenchela (Argélia oriental).

A indústria lítica do Capsiense típico é de uma qualidade notável. Os buris de ângulo sobre truncatura são excepcionalmente frequentes. Menos numerosas, mas também características, são as grandes lâminas com borda de preensão retocada, conhecidas às vezes por "facas" com dorso ocreado. As lamelas com borda de preensão retocada representam de 1/4 a 1/3 do instrumental lítico, sendo às vezes obtidas por meio de retoque das extremidades dos buris (*aiguillons droits* de Gobert). Já existem microburis que não provêm, como no Iberomaurusiense, da fabricação das "pontas da Mouila", mas da manufatura de verdadeiros micrólitos geométricos (trapézios, triângulos escalenos). A indústria óssea é pobre. O Capsiense típico só é conhecido numa zona bem delimitada, em ambos os lados da fronteira da Argélia com a Tunísia, mais ao sul do que ao norte do paralelo 35. Se considerarmos as datações radiométricas, o Capsiense típico abrangeria somente o sétimo milênio. Seria portanto, nesta mesma zona, contemporâneo do Capsiense "superior", fato que contraria as estratigrafias já conhecidas. Só acreditarei nessa teoria quando o Capsiense "superior" for encontrado sob o Capsiense típico! Neste caso, de onde surgiria o Capsiense

qualificado como “evoluído?” Além disto, não temos dados suficientes a respeito do homem da civilização do Capsiense “típico”…

O Capsiense evoluído apresenta uma proliferação de fácies que invadiram o oeste argelino e pelo menos uma parte do Saara. Devemos ainda ser prudentes e não cometer o erro de R. Vaufrey, de estender o “Neolítico de tradição capsiense”, por adições sucessivas, a uma grande parte do continente africano.

Com exceção do que denominei “fácies tebessiano”, ainda sobrecarregado de utensílios pesados do Capsiense típico, o Capsiense evoluído é uma indústria de objetos de tamanho pequeno, rica em micrólitos geométricos de qualidade técnica geralmente excepcional, sobretudo os triângulos e alguns trapézios. As distinções feitas em bases “estatísticas” não são válidas, pois trata-se de coleções de museus, de uma escolha e de uma seleção de escavações em geral mal feitas, esporádicas, de “camadas” artificiais, de espessura variável conforme os escavadores. Um *escargotière* que estudei, o de Ain Dokkara, foi ocupado pelo homem durante mil anos, desde meados do sétimo milênio até meados do sexto milênio antes da Era Cristã. Seria possível caracterizar a indústria por uma estatística global?

O Capsiense “superior”, ou pelo menos sua extensão setentrional até o quinto milênio antes da Era Cristã, perdurou até o processo de neolitização, que abrangeu um período muito longo. Assim, pode-se sustentar a contemporaneidade, em regiões diferentes, de indústrias do Capsiense típico e superior e do Neolítico “de tradição capsiense”.

A civilização capsiense durou, portanto, quase 2000 anos, alguns séculos a menos que a do Egito faraônico. Se somos incapazes de escrever sua história, ao menos agruparemos os elementos essenciais de uma etnia. Os homens do Capsiense não pertencem ao tipo cro-magnoide de Mechta-Afalou: são mediterrâneos, e o espécime mais completo e mais conservado, em condições estratigráficas indiscutíveis, é o Homem de Ain Dokkara (Tebessa), que remonta à metade do sétimo milênio. Os habitats capsienses contam-se às centenas e perduraram durante séculos, chegando alguns a ultrapassar um milênio. Um tal sedentarismo, pré-pastoral e pré-agrícola, é digno de nota. Todavia, as habitações não passavam de cabanas de junco e de ramos, revestidas de argila ou cobertas com peles. O papel reservado à caça não era primordial, se considerarmos a pequena quantidade de restos de animais, e não sua variedade. Os moluscos terrestres tiveram uma importância que não deve ser minimizada; já a colheita de vegetais desempenhou um papel que não podemos medir sem excesso de imaginação, nem as “foices” de Columnata, nem as esferas de pedra perfurada, nem as moletas, nem o “lustro das colheitas” provam a existência de agricultura.

A etnia capsiense inuma seus mortos segundo ritos variados, frequentemente em decúbito lateral fletido. O emprego contínuo do ocre permanece um mistério. Mais surpreendente ainda é a utilização das ossadas humanas; a mais inesperada é o "crânio troféu", usado talvez como máscara, descoberto em Faid Souar (Ain Beida, Argélia). Quanto aos vivos, os capsienses praticavam mutilações dentárias; nas mulheres, tal prática chegava a atingir os oito incisivos.

Entretanto, são os primeiros artistas do Magreb: objetos de adereço, cascas de ovos de avestruz gravadas desde o Capsiense típico, plaquetas gravadas, pedras esculpidas que podem até prenunciar a arte parietal.

Neolitização e neolíticos

Desde 1933, a visão que podemos ter do Neolítico na África do norte foi ordenada, sistematizada e uniformizada por R. Vaufrey. O "Neolítico de Tradição Capsiense", que este autor localizou por todo o Magreb, o Saara e uma parte da África ao sul do Saara, tornou-se tão aceito que a sigla "NTC" passou a ser de uso corrente. Entretanto, Dr. Gobert e eu mesmo tínhamos expressado grandes dúvidas a respeito do caráter artificial dessa construção, baseada num processo de adições sucessivas cujo conjunto nos parecia discordante.

Na verdade, não havíamos compreendido a linha das deduções de R. Vaufrey. Por que havia ele tomado como sítio de referência a jazida mais pobre da Meseta de Jaatcha (Tunísia)? Em sua tese (1976), G. Roubet expôs o encaminhamento do raciocínio de R. Vaufrey. Não é o Neolítico em si que o interessa; ele quer apenas mostrar a conservação de uma "tradição capsiense" que se atenua progressivamente ao distanciar-se das fontes originais. Assim, o Neolítico foi apenas um epifenômeno do Capsiense. A extensão pretendida para o NTC justifica-se pelo enxerto de elementos culturais considerados neolíticos, o que resulta numa concepção "tipológica" do Neolítico e não considera o que ultrapassa e explica as revoluções técnicas: a perturbação do gênero de vida. De fato, a persistência da tradição capsiense refuta a teoria do desenvolvimento de uma cultura neolítica. As pontas projéteis, "pontas de flechas", tão abundantes no Saara, são testemunhas do prolongamento de um gênero de vida de caçadores--predadores que não se poderia qualificar como neolítico.

Nessas condições, deve-se confinar o Neolítico de tradição capsiense aos limites originais. Foi o que fez C. Roubet, baseando-se nas escavações da gruta Capeletti (Aurês, Argélia). Ao lado da indispensável tipologia, a ecologia torna--se essencial, ou seja, o conhecimento do meio em que os homens viviam. Assim, pode ser definida uma economia pastoral pré-agrícola, transumante, que não é

Figura 22.10 Neolítico de tradição capsiense do Damous el-Ahmar, Argélia oriental. Mó e moleta. Traços de carvão e ocre. Fragmentos de conchas de Helix (Foto M. Bovis).

Figura 22.11 Pequena placa calcária gravada. Capsiense superior do Khanguet el-Mouhaad, Argélia oriental (Foto M. Bovis).

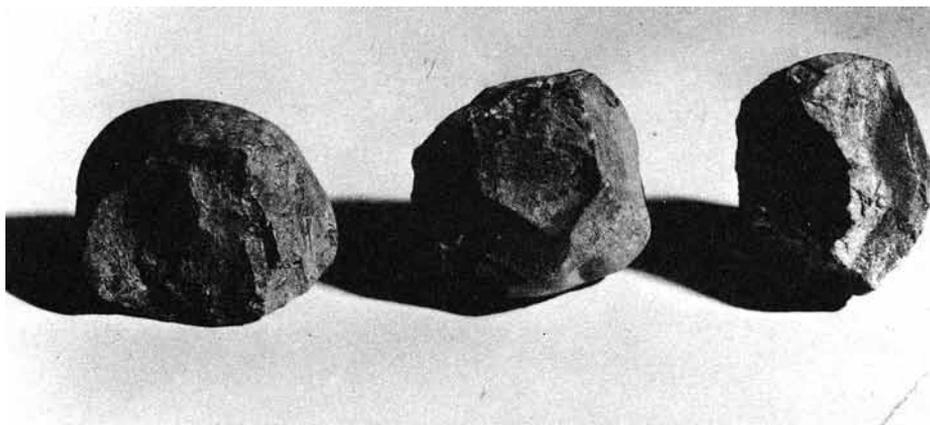
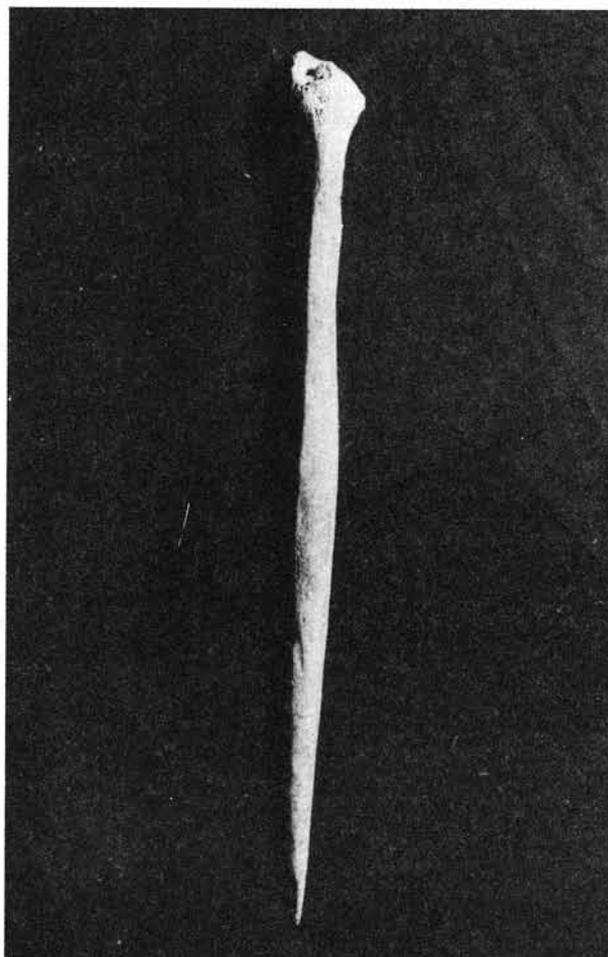



Figura 22.12 Ain Hanech, seixos com lascamento unifacial (*chopper*) ou bifacial (*chopping-tool*), (Foto M. Bovis).

Figura 22.13 Perônio humano em forma de punhal – Capsiense superior – Mechta el-Arbi, Argélia oriental), escavações feitas em 1952 (Foto M. Bovis).

mais o fim da Pré-História, mas o ponto de partida da civilização montanhesa atual dos Ghaouia de Aurês, pequenos pastores de carneiros e cabras.

Houve, portanto, entre o quinto e o segundo milênios antes da Era Cristã, muitas outras formas de neolitização do Magreb além do NTC *stricto sensu.* Em primeiro lugar, as regiões que permaneceram isoladas do Capsiense tiveram uma evolução original com duas características essenciais: suceder ao Iberomaurusiense e relacionar-se muito cedo com a Europa mediterrânea (desde o quinto milênio). A partir disso é que se levantou o problema da navegação. Há várias fácies litorais do Neolítico, completamente independentes de qualquer tradição capsiense, que atestam esses contatos com a Europa por sua cerâmica e pela obsidiana importada. O mesmo aplica-se ao litoral atlântico no Marrocos.

Em contrapartida, o Neolítico de tradição capsiense não pode ser estendido, como sugeriu G. Camps, ao Saara setentrional; e menos ainda às regiões mais meridionais do Saara, onde se encontra a arte rupestre de Ahaggar e do Tassili n'Ajjer.

Entretanto, a associação da arte rupestre com o Neolítico, proposta por R. Vaufrey, permanece bastante válida, por mais discutível que seja a atribuição da tradição capsiense ao Neolítico. Trata-se ainda apenas de uma parte das obras gravadas, pertencendo a outra à época proto-histórica. Estas primeiras obras de estilo naturalista não estariam ligadas nem à Europa nem ao Saara; sua origem deve ser pesquisada na neolitização capsiense, mas a articulação "Indústria-Arte" ainda precisa ser provada.

Assim, apesar da riqueza de testemunhos, a pré-história do Magreb não foi ainda bem compreendida. Somente com grandes escavações e com o auxílio de modernos métodos científicos é que ela poderá progredir.

CAPÍTULO 23

Pré-História do Saara

H. J. Hugot

O Saara é um imenso deserto que cobre a maior parte do norte da África. Não é fácil delimitá-lo nem tampouco defini-lo. A aridez é, contudo, o denominador comum das diversas regiões que o constituem. Estendendo-se de leste a oeste por 5700 km entre o mar Vermelho e o Atlântico, e de norte a sul por 1500 km entre o Atlas pré-saariano e o Sahel sudanês, as condições desérticas se instalaram numa área de quase 8,6 milhões de km^2. O Saara como o conhecemos hoje, entretanto, tem um aspecto muito diferente do que apresentou no decorrer de diversos períodos da Pré-História.

O que lhe confere a unidade atual é a notável indigência da higrometria, uma das mais baixas do mundo. As principais características desse deserto são, além da extrema raridade de água, grandes diferenças entre as temperaturas diurnas e noturnas e a abundância de areia, que, eternamente mobilizada pelo vento, inflige intensivo desgaste a um modelado senil.

Embora seja hoje um deserto, o Saara já foi bastante povoado em vários períodos. Atribui-se o abandono da região pelas últimas etnias que a ocuparam à instalação de um clima cada vez mais seco e quente, que provocou a rarefação das precipitações e o esgotamento das fontes e dos rios. O consequente desaparecimento da cobertura vegetal e da fauna, fonte de subsistência do homem, forçou-o a procurar regiões periféricas mais clementes.

Muitos especialistas dedicaram-se ao problema das causas e consequências da "desertificação" do Saara, entre eles, E. F. Gautier[1], T. Monod[2], R. Capot-Rey[3], J. Dubief[4], L. Balout[5], K. Butzer, S. A. Huzayyin[6], etc., para citar apenas alguns. Conhecem-se hoje as razões teóricas pelas quais a "monção do golfo da Guiné" e a "frente fria polar" deixaram de ser para o Saara as duas fontes de umidade que comandavam a fertilidade que fez dele, na pré-história, uma região populosa e próspera. Mas não há unanimidade quanto ao problema da evolução do clima saariano. Ainda não sabemos se a deterioração climática já atingiu seu grau máximo, ou se ainda deverá atingi-lo. Não sabemos também de que forma se deu a "desertificação": ter-se-ia propagado regularmente em torno de um ponto central, ou teriam as margens do Saara se deslocado num movimento oscilatório que atingia ora o norte, ora o sul?

Quanto à própria sucessão de episódios climáticos que por diversas vezes possibilitaram o estabelecimento de populações no Saara, falta muito para que estejamos capacitados a reconstituir sua cronologia exata. Embora alguns trabalhos de grande envergadura tenham sido elaborados aqui e acolá, devemos reconhecer que são raros e que nada de sério se fez para desenvolvê-los. Entretanto, são eles de uma importância capital, não somente no plano da ciência, mas também no plano de uma melhor compreensão de um fenômeno que interessa à vida humana. O conhecimento das modificações climáticas do Saara durante o Quaternário é doravante de interesse fundamental para o estudo das transformações ecológicas. Quando cada metro quadrado tornar-se vital para a humanidade, esse "maravilhoso deserto" representará um papel tão importante que seu passado será conhecido com exatidão.

Histórico

O desaparecimento de toda a publicação bibliográfica regular relativa à pesquisa pré-histórica do Saara como um todo tornou difícil a compilação dos trabalhos ali realizados. No que diz respeito ao período colonial, possuímos muitas dessas

1 GAUTIER, E. F. 1928.

2 MONOO, T. 1945. Burg-Wartenstein Symposium, 1961.

3 CAPOT-REY, R. 1953.

4 DUBIEF, J. 1959.

5 BALOUT, L. 1952, p. 9-21.

6 BUTZER, K. W. 1958; HUZAYYIN, S. A. 1936, p. 19-22.

bibliografias que, no entanto, são incompletas e às vezes encontram-se dispersas. O fato de algumas descobertas importantes estarem, por exemplo, consignadas em relatórios militares torna o acesso a elas bastante delicado. Com efeito, a divisão política do Saara explica, por outro lado, a dispersão de trabalhos consagrados às suas riquezas pré-históricas, ingleses, espanhóis, franceses e italianos, e mais recentemente alemães, japoneses, russos, etc., deram uma grande contribuição científica à descoberta do passado do Saara.

Entretanto, a penetração no "deserto" é relativamente recente.

A primeira observação séria relativa à pré-história saariana foi provavelmente a publicada pelo Abade Richard em 1868[7], a respeito do Saara argeliano. No Egito as pesquisas começam quase na mesma época, tendo como ponto de partida uma carta de A. Arcelin datada de fevereiro de 1867[8]. No oeste, as pesquisas só terão início no começo do século.

As que concernem ao Saara central devem muito às explorações realizadas por Foureau a partir de 1876[9], culminando com a grande missão de 1898-1900[10]. Nesse meio tempo O. Lenz[11] assinala a presença de objetos pré-históricos em Toudenit, em 1886. Logo depois, os estudos da pré-história saariana iriam atingir uma certa notoriedade, arrefecendo-se apenas em virtude das duas guerras mundiais.

Com efeito, muitos cientistas foram atraídos pela riqueza pré-histórica do Saara. Seria impossível apresentar uma lista completa de todos eles; mas a leitura de trabalhos antigos será sempre surpreendente, tal a riqueza que encerram. Os de G. B. M. Flamand[12], de Frobenius[13], de C. Caton-Thompson[14], por exemplo, são indispensáveis para se iniciar qualquer estudo sério da pré-história saariana.

A pesquisa pré-histórica ressentiu-se, no deserto mais do que em qualquer outro lugar, de preocupações circunstanciais, a que se somou um fenômeno muito particular, que por longo tempo impediu a compreensão dos problemas dessa região. De fato, a pré-história foi frequentemente considerada "ciência anexa" no conjunto dos interesses das missões que se lançavam pelo Saara. Assim sendo, esteve confiada a amadores ou a especialistas em outras áreas, que não dispensaram ao seu conteúdo

7 RICHARD, Abade. 1868, p. 74-75.

8 ARCELIN, A. Em uma carta endereçada à redação da revista *Matériaux pour l'histoire primitive de l'homme,* publicada no t. V de 1869.

9 FOUREAU, F. 1883.

10 FOUREAU, F. 1905.

11 LENZ, O. 1884.

12 FUMAND, G. B. M. 1902, p. 535-38, 114-15; PERRET, R. 1937, lista dos sítios estudados.

13 FROBENIUS, L. 1937.

14 CATON-THOMPSON, G. e GARDNER, E. W. 1934.

a devida atenção. Além disso, em um meio de difícil penetração, onde a vida depende de cada quilo de carga transportado, o volume, o peso e a dificuldade de acesso aos documentos pré-históricos fizeram com que eles fossem negligenciados. Acrescenta-se também o fato de o Saara não ser o lugar ideal para viagens e, sobretudo, para dar aos viajantes o tempo e os meios para proceder a investigações detalhadas. Sem dúvida, isso explica por que durante muito tempo se falou em "indústrias infundadas", de "ausência completa de estratigrafia", de *"nomen nudum"*, etc. Na verdade, a pré-história do Saara é tão rica quanto qualquer outra.

Quando se concederam tempo e meios a missões especializadas, as coisas mudaram rapidamente. Foi o que ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, fazendo surgir um número infelizmente pouco elevado de excelentes monografias, que se ocuparam, em especial, do Hoggar, de Saura, do Chade, da Mauritânia, do deserto líbio, do Fezzan, etc.

A colaboração da indústria e da ciência permitiu que fossem atingidos o surpreendentes resultados registrados nos "Documents scientifiques des missions Berliet-Ténéré-Tchad" (Documentos Científicos das Missões Berliet-Tenere-Chade)[15].

No entanto, a pré-história do Saara, não obstante seu alto grau de interesse e sua riqueza, está longe de poder ver-se representada em um "manual". Não há sequer uma obra de divulgação a respeito, numa época em que, no entanto, se vai à Lua. Resta-nos simplesmente lembrar que ela é objeto de um grande número de estudos específicos e de alguns capítulos de obras gerais, particularmente em H. Alimen[16], H. J. Hugot[17] e R. Vaufrey[18].

Pesquisa de uma cronologia

Desde seus primórdios, a pré-história do Saara procurou suas séries de comparação na Europa e, principalmente, na França. Eram comuns termos como "Clacto-Abbevilliense", "Chelles-Acheulense", "Musteriense", "lâminas aurignacienses", "pontas foliáceas solutrenses", etc. Sentem-se ainda hoje os efeitos dos erros cometidos por essa visão simplista. Ora, como para todas as pré-histórias do mundo, a do Saara só pode nascer da análise de monografias exaustivas consagradas a suas diversas indústrias, e essas monografias ainda estão sendo aguardadas. Uma outra consequência

15 HUGOT, H. J. 1962.
16 ALIMEN, H. 1960.
17 HUGOT, H. J. 1970.
18 VAUFREY, R. 1969.

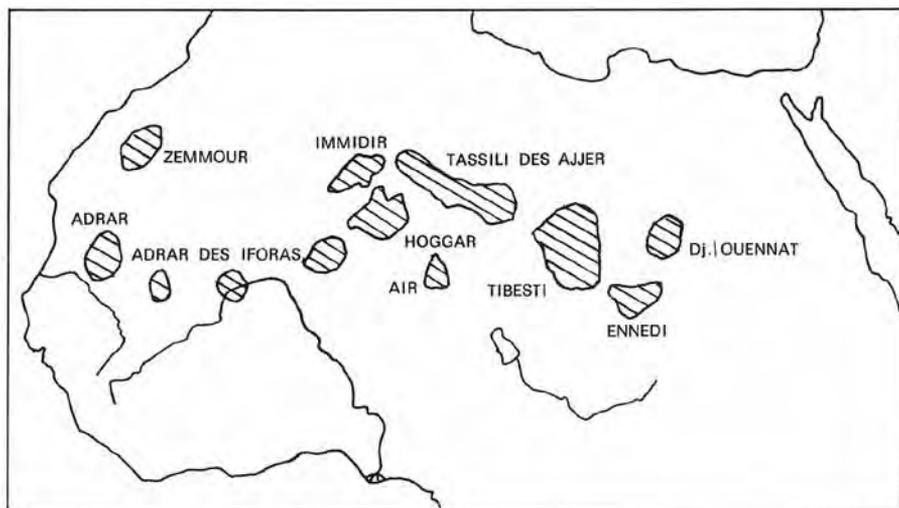



Figura 23.1 Principais sítios de pinturas e gravuras rupestres saarianas.

Figura 23.2 Machado plano com entalhes, Gossolorum (Níger).

Figura 23.3 Machadinha de Ti-n-Assako (Mali).

lastimável da indisciplina da pesquisa pré-histórica no Saara é a atribuição, conforme as necessidades, de *status* sociais precisos a etnias desaparecidas, mesmo sem nenhuma prova concreta da realidade dos fatos que as originaram.

Duas observações devem ser feitas a respeito da cronologia[19]. A primeira é que não conhecemos ainda, em nenhum ponto do Saara, uma estratigrafia[20] bastante abrangente para nos permitir estabelecer a sucessão dos estágios pré-históricos com precisão. A segunda é que, salvo para o Neolítico, não possuímos datas que nos permitam estabelecer uma cronologia absoluta. Apesar de todas essas dificuldades, dispomos dos excelentes trabalhos de J. Chavaillon para Saura [21] H. Faure para o Chade [22], de P. Chamard[23] para a Mauritânia, todos baseados em sólidos estudos periféricos sobre a Argélia[24], o Marrocos[25], a Líbia [26], etc.

À luz desses trabalhos pode-se fazer uma ideia relativamente precisa das grandes linhas do quadro cronológico da pré-história do Saara. Entretanto, a pobreza de documentos paleontológicos e, em geral, de matérias orgânicas utilizáveis para datações através da medida da radiatividade subsidente relativos a esse período não permitiu estender a cronologia absoluta para além do Neolítico (cf. Quadro seguinte).

19 *Cronologia quaternária:* sucessão no tempo de diversas fases climáticas. No que se refere ao Saara, pobre em estratigrafia, em muitos casos conta-se apenas com elementos de cronologia relativa. Uma das melhores cronologias foi apresentada por J. CHAVAILLON (1964). Da base ao cume de Saura, no noroeste do Saara, o autor distinguiu:

Quaternário Antigo (Villafranchiano)	Aidiense Mazeriense
Quaternário Médio	Taourirtiense Ougartiense
Quaternário Recente	Sauriense Guiriense

20 *Estratigrafia:* sendo a estratigrafia a leitura e interpretação das camadas que se depositaram sucessivamente num local para formar o solo, é compreensível que o Saara, atingido por grandes cataclismas climatológicos, não tenha conservado muitos documentos. Existe, porém, o suficiente para mostrar que em diversos lugares há uma série de três terraços chamados antigo, médio e recente, que são os testemunhos de três grandes episódios climáticos. Mas não se deve esquematizar demais. Na verdade, considerando os microclimas, o problema dos episódios climáticos legíveis na estratigrafia é extremamente complexo. A estratigrafia revela que por volta do ano 1000 antes da Era Cristã a desertificação já se consumara.

21 CHAVAILLON, J. 1964.

22 FAURE, H. 1962.

23 CHAMARD, P. 1966-1970.

24 BALOUT, L. 1955.

25 BIBERSON, P. 1961.

26 MACBURNEY, C. B. M. e HEY, R. W. 1955

Quadro

De −1000 a +1000	Última recorrência úmida	Monumentos chamados "pré-islâmicos"
De −1000 a −2000	Aluvionamento de terrenos alagadiços Diminuição das fontes Primeiros poços Subsidência de microclimas de montanha	Neolítico Recente Tichitt Fadeliense Borku
De −2000 a −5000	Última escavação dos vales Crescimento de junco nos lagos	Neolítico Antigo Meniet In Guezzam Tilemsi
De −5000 a −7000	Dunas antigas de tipo II. Aoukâr?	?
De −7000 a −15000	Nível final dos grandes lagos de diatomáceas. Siluro, elefante, hipopótamo, rinoceronte Regime torrencial das águas	Ateriense Saura Tidikelt Mauritânia Air
	Dunas antigas de tipo Vulcanismo	Acheulense III ao VIII de Biberson (1961)
	Laterização dos conglomerados Fim da erosão Formação dos terraços do Tafassasset	
	Escoamento dos grandes rios Formação dos grandes lagos Erosão violenta	Civilização dos seixos lascados

Cronologia da pré-história saariana.

Naturalmente, o quadro que apresentamos está simplificado ao extremo. Em particular, ele não apresenta um importante complexo de grandes lascas, frequentemente de técnica levalloisiense, encontradas em um terreno de bifaces finos, de tamanho e peso reduzidos, e provavelmente situadas no fim do Acheulense. Complexos desse tipo ocorrem em Tiguelguemine[27], Broukkou[28], etc., Enfim, notaremos que até o momento presente nada foi encontrado que nos autorize a falar de um Paleolítico Superior[29] no Saara: o termo não tem

27 HUGOT, H. J. 1962.

28 HUGOT, H. J. 1962.

29 *Paleolítico:* a nova divisão cronológica devida ao reconhecimento do *Homo habilis* como ancestral provável da linha atual do homem não modificou os problemas relativos ao Saara. Em particular, atualmente parece não ter existido nem o Paleolítico Médio nem o Epipaleolítico. Ter-se-ia um Paleolítico Terminal, representado pelo Ateriense, portanto posterior ao Musteriense, e separado do Neolítico por um breve hiato.

confirmação nos fatos. Seria mais perigoso ainda falar em Mesolítico, termo que tende a cair em desuso.

O quadro anterior pode dar ensejo a uma cronologia mais detalhada. Relaciona as grandes linhas do que conhecemos da climatologia com o povoamento pré-histórico.

O Saara forneceu poucos esqueletos acompanhados de indústrias que possibilitassem sua classificação. Entretanto, os que foram encontrados indicam a antiguidade bastante remota do homem.

O Paleolítico

O aparecimento do homem no Saara e a indústria de seixos lascados

Nas margens de antigos rios extintos observam-se, com muita frequencia, terraços formados na época em que os rios ainda não haviam secado. Esses terraços apresentam três níveis muito distintos, que para maior comodidade são denominados terraços antigo, médio e recente. No djebel Idjerane[30], a 120 km a leste de In Salah (Saara argeliano), o terraço antigo apresentou "seixos lascados". Sabe-se que esses seixos são os primeiros utensílios com marcas observáveis de trabalho humano. Na maioria dos casos, são meros seixos de rios, de alguns dos quais foram destacadas lascas para a obtenção de um gume grosseiro e sinuoso. Aventou-se a ideia de que esses objetos seriam específicos da indústria do *Homo habilis*.

No Saara nigeriano, nas ribanceiras do Tafassasset[31] antigo afluente do lago Chade, existem também grandes quantidades de seixos lascados, mas em posição menos significativa que em Idjerane. Outros conjuntos, como o de Aoulef[32], foram revolvidos ou destruídos. Quanto à série proveniente de Saura[33], é numericamente pouco importante para fornecer material suficiente para um estudo. O que se pode afirmar é que a cultura dos seixos lascados estendeu-se por todo o Saara, então úmido e muito diferente do deserto que hoje conhecemos. Infelizmente, nenhum fóssil animal ou humano da época chegou até nós, restando-nos simplesmente formular a hipótese de que esses utensílios muito rudimentares, que, fora dos sítios onde estão agrupados, encontram-se

30 BONNET, A. 1961, p. 51-61.

31 HUGOT, H. J. 1962, p. 151-52.

32 HUGOT, H. J. 1955, p. 131-49.

33 CHAVAILLON, J. 1956.

dispersos por todo o Saara, são exatamente os que foram lascados e utilizados pelos nossos mais antigos ancestrais.

O Homo erectus, fabricante de bifaces

O final da civilização dos seixos lascados deixa aparecer uma evolução técnica que conduz a formas não abandonadas no início do Paleolítico Inferior. O mistério que envolve a grande mutação humana e técnica que assinala o aparecimento do biface permanece intato. No Saara, não se descobriu nenhum esqueleto dos autores desse notável utensílio e seu derivado, a machadinha, a qual evoca um horizonte florestal, que à época devia predominar. Apesar de ignorarmos a ecologia dos inventores do seixo lascado, estamos um pouco mais bem informados sobre a de seus sucessores. Enquanto região de grandes lagos, o Saara apresentava uma hidrografia bastante significativa, precipitações suficientes para manter um tipo de vegetação indicadora de um clima tendendo a frio. Evidentemente a grande fauna "etíope" fazia-se presente em todo o Saara. Fato marcante, as chuvas torrenciais que caracterizaram o período seguinte destruíram ou danificaram grandemente, em quase toda parte, os depósitos constituídos nos grandes lagos da época. Além disso, uma sequência muito seca entre a época precedente e o período de que tratamos pode ter acelerado os processos de destruição.

Em razão dessas destruições, os testemunhos estratigráficos são muito raros, embora o número de bifaces encontrados no Saara seja enorme.

Não podemos afirmar que o hominídeo fóssil do Chade[34] tenha sido um fabricante de bifaces. Vaufrey[35] coloca-o encabeçando seu capítulo sobre "o Paleolítico Inferior e Médio" do Saara. Mas esse venerável ancestral, a respeito de quem ignoramos se foi um fabricante de utensílios, representa apenas uma interessante descoberta paleontológica.

Em Tihodaine, mencionada pela primeira vez por Duveyrier em 1864[36] e visitada por E. F. Gautier e M. Reygasse em 1932[37], foi encontrada uma indústria "aeheulense" com restos de rinoceronte, elefante, hipopótamo, bovídeos, búfalo, facoquero, zebra, crocodilo, gazela, etc. Todas as evidências mostram que a indústria acheulense de Tihodaine é evoluída, em geral talhada em osso ou

34 COPPENS, Y. 1962, p. 455-9.

35 VAUFREY, R. *op. cit.* (póstumo), 1969, p. 21.

36 DUVEYRIER, H. 1864.

37 GAUTIER, E. F. e REYGASSE, M. 1934.

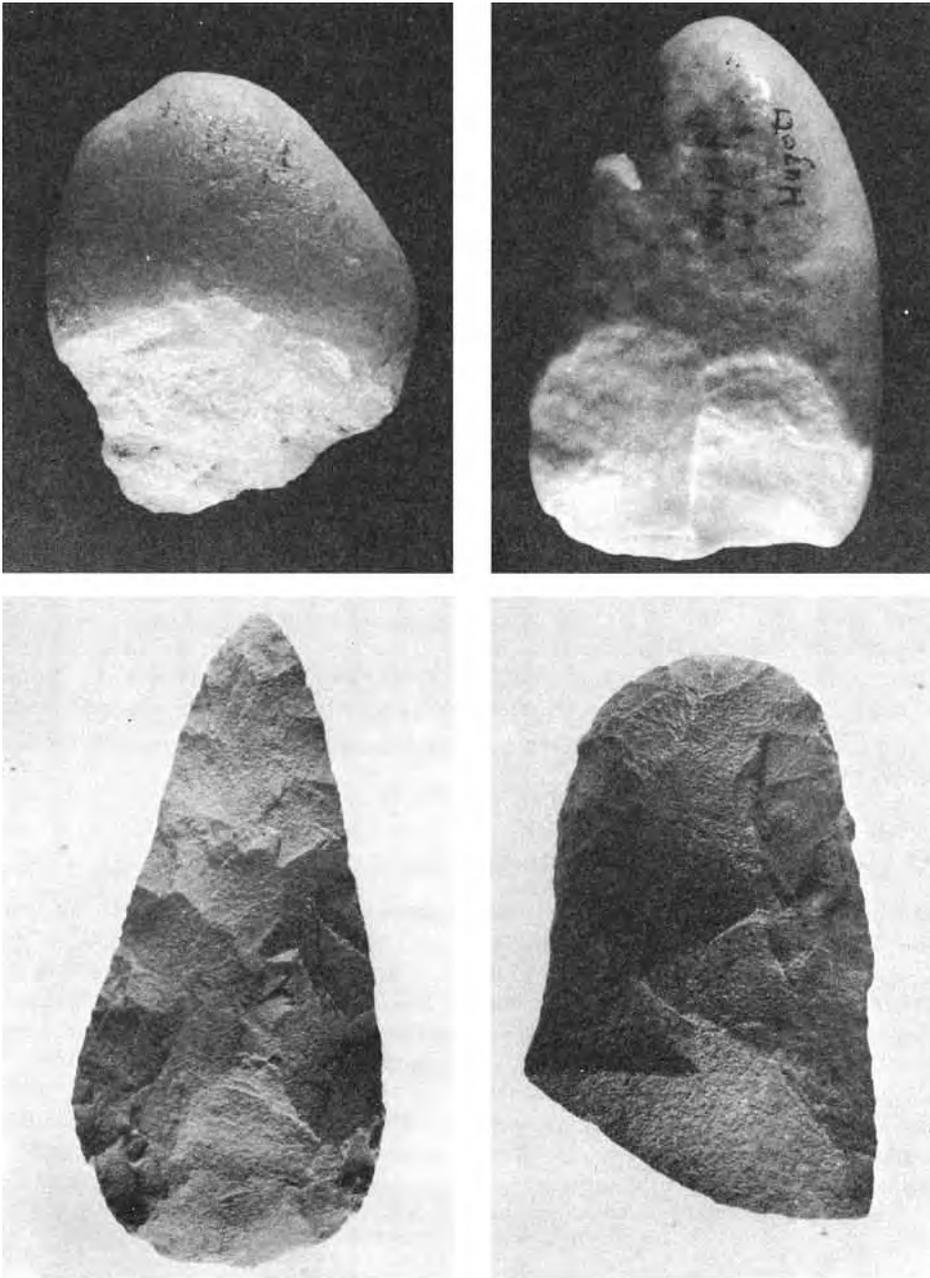



Figura 23.4 e 23.5 Seixos lascados *(Pebble Culture)*, Aoulef (Saara argeliano).

Figura 23.6 Biface do Paleolítico Inferior, Tachenghit (Saara argeliano).

Figura 23.7 Machadinha do Paleolítico Inferior, Tachenghit (Saara argeliano).

madeira. A indústria já se encontra, pois, num estágio avançado do Acheulense, não sendo uma continuação direta da civilização precedente.

Não longe de Tihodaine existem duas grandes jazidas acheulenses que apresentam uma mistura de bifaces, por vezes de formas bem reduzidas, quase "s'baikienses", e de machadinhas. Trata-se da jazida do erg de Admer[38], descoberta por um militar em 1934 e publicada pela primeira vez por H. Lhote e H. Kelley em 1936[39]. Essa jazida de superfície está mal datada, assim como também a do uede Tafassasset[40], descoberta pela missão Berliet-Tenere, mas sua importância não inspirou os trabalhos que teriam permitido mostrar sua grande valia.

Tabelbala e Tachenghit[41] são conhecidos pelos bifaces em arenito quartzoso avermelhado, e principalmente pela série impressionante de machadinhas, que revelam uma técnica muito evoluída.

Nessa mesma parte da África os trabalhos de J. Chavaillon e de H. Alimen mostraram a presença, em seu próprio contexto, de um Acheulense Evoluído que precederia imediatamente as indústrias de lascas, ou estaria incluído em um Aeheulense Médio. É o mesmo caso de Mazer, Béni-Abbès e Kerzaz[42].

Em Chebket Mennouna (Saura, Saara argeliano)[43] haveria uma série significativa; infelizmente ela é muito reduzida em número.

Em In-Ekker, como em Meniet e Arak[44], o Acheulense Médio encontra-se sob as aluviões que contêm o Ateriense em difusão.

O Acheulense também é encontrado em grande quantidade em Aoulef[45], em Sherda[46], em el-Beyed[47], em Esh Shaheinab[48], no Saara ocidental[49], em Kharga, no deserto da Líbia[50]. Decididamente o Acheulense cobre toda a superfície do Saara, mas estamos ainda impossibilitados de classificá-lo cronologicamente, pois,

38 Essa jazida de superfície ilustra bem as dificuldades de fazer uma distinção entre a indústria dominante e as contaminações posteriores por outros objetos mais recentes.

39 LHOTE, H. e KELLEY, H. 1936, p. 217-26.

40 HUGOT, H. J. 1962.

41 CHAMPAULT, B. 1953.

42 ALIMEN, H. 1960, p. 421-23.

43 CHAVAILLON, J. 1958, p. 431-43; 1956, p. 231, ID.

44 HUGOT, H. J. 1963.

45 POND, W. P., et al. 1938, p. 17-21.

46 DALLONI, M. 1948.

47 BIRERSON, P. 1965, p. 173-89.

48 ARKELL, A. J. 1954, p. 30-34.

49 ALMAGRO-BASCH, M. 1946.

50 CATON-THOMPSON, G. 1952.

à exceção de quatro ou cinco casos, ele não se encontra em posição estratigráfica. O essencial ainda está por fazer: escavações e sondagens seriamente conduzidas.

Um ponto obscuro: as indústrias de lascas

O Paleolítico Inferior na Europa e no Saara caracterizou-se por um objeto que foi essencial, o biface. Partindo das mais grosseiras formas, agrupadas inicialmente sob o nome de "Chellense", evoluiu em peças elegantes, equilibradas, perfeitamente lascadas e bem-acabadas, como as de Micoque. No Saara os primeiros bifaces foram anunciados pelos últimos seixos lascados. Rapidamente se opera uma transformação radical na técnica de lascamento, e essa habilidade nova da difícil arte de preparar a pedra não desconhece o alijamento e a perfeição das formas. Na Europa e no Saara, esses progressos só se tornaram possíveis graças à descoberta da eficácia do percutor mole, de osso ou de madeira, que substituiu o martelo de pedra, de pouca precisão, dada a violência de seu impacto. No entanto, apesar de o biface ser essencial – o *fossile directeur,* por assim dizer, do Paleolítico Superior –, está longe de ser o único objeto manufaturado pelo *Homo erectus.* Temos muitas razões para acreditar que, desde a mais remota origem da técnica, as lascas foram igualmente utilizadas; e não somente elas, mas também uma boa parte dos resíduos múltiplos provenientes do lascamento dos núcleos. Por isso, é normal a preponderância da lasca no alvorecer do Paleolítico Médio[51]. A lasca não é, portanto, uma descoberta; é uma transformação. Essa transformação se fará notar também pela miniaturização dos bifaces, que aos poucos se tornarão armaduras. Em contra partida, o revolucionário é a generalização da técnica levalloisiense. No Saara, ela aparece muito cedo; é dela que provém o processo de fabricação de certos bifaces de Tachenghit[52]; é a ela, ainda, que se deve a indústria de Broukkou ou de Timbrourine. Mas, apesar desse aparecimento precoce, não parece que o modo de vida dos inventores tenha-se modificado. Esses precursores certamente não são os neandertalenses, pois então eles teriam, sem dúvida, adotado um modo de vida diferente, que exigiria a utilização de um armamento e um instrumental mais leves, opostos na sua concepção ao peso do biface e da machadinha. Na verdade, o fato mais impressionante, a que não se tem prestado muita atenção, não é tanto a ausência de um Musteriense legítimo no Saara ou de qualquer outra forma musteroide

51 Não se deve esquecer, no entanto, que a verdadeira mutação é humana e assinalada pelo aparecimento do Homem de Neandertal, autor das indústrias musterienses.

52 TIXIER, J. 1957.

se operando, mas, sim, o fato do Ateriense, que o substituiu e que é, com efeito, “musterizante”, ser por excelência uma indústria de caçadores. O pedúnculo evoca não simplesmente um cabo, mas também a azagaia, as bolas; as grandes lascas-pontas levalloisienses fazem pensar em instrumentos de caçadores. Em resumo, é uma indústria de migrantes e, por isso mesmo, leve, se comparada às indústrias que a precedem.

O Ateriense

No estágio atual da pesquisa, o Ateriense[53] toma, no Saara, o lugar ocupado em outras regiões pelo Musteriense. Apresenta vários traços deste último, pelo destaque que dá à técnica levalloisiense, a qual se faz notar não só pela natureza dos retoques mas também pela tipologia dos objetos acabados. Entretanto, dele se distancia por duas características essenciais:

- a presença de um objeto pedunculado, que pode ser uma ponta com ou sem retoque, um raspador, um buril, ou até mesmo um furador;
- diferenças sensíveis no plano estatístico em relação à indústria musteriense clássica; mas, excluído esse fato, persiste a ideia de “substrato musteroide”, e, apesar de não possuirmos nenhum esqueleto ateriense, é hábito atribuir essa interessante indústria a um parente do Homem de Neandertal.

O Ateriense, como se sabe, é uma indústria norte-africana que se difundiu intensamente em direção ao sul[54] para se fixar ao longo das margens dos grandes lagos do Saara meridional. À medida que se estendia para o sul, foi-se transformando até produzir a deslumbrante fácies do Adrar Bous[55], onde se reúnem ao cabedal clássico dos núcleos, lâminas, lascas, raspadores, ferramentas denticuladas, pontas duplas foliáceas de técnica bifacial e bolas de pedra, pontas pedunculadas das muito bem-acabadas, também de técnica bifacial. Uma delas chega a ter 19 cm de comprimento.

53 *Ateriense:* indústria de origem norte-africana, composta essencialmente por uma base musteroide, a que se reúne uma série de objetos pedunculados. Cronologicamente o Ateriense é posterior ao Musteriense. Bastante influenciado pela técnica levalloisiense, esse notável instrumental lítico desenvolveu-se à medida que penetrava o Saara. Seu limite meridional parece ter-se constituído pelos grandes lagos do sul já extintos, com exceção do Chade. Foi na margem nordeste do Chade antigo que se encontraram sítios datados de -9000 a -8000. Esta indústria deve ser atribuída antes a um Paleolítico Terminal que a um Paleolítico Médio.

54 HUGOT, H. J. 1967, p. 529-56.

55 HUGOT, H. J. 1962, p. 158-62.

Figura 23.8 Grande ponta dupla bifacial ateriense, Timimoum (Saara argeliano).

Figura 23.9 Pontas aterienses, Aoulef (Saara argeliano).

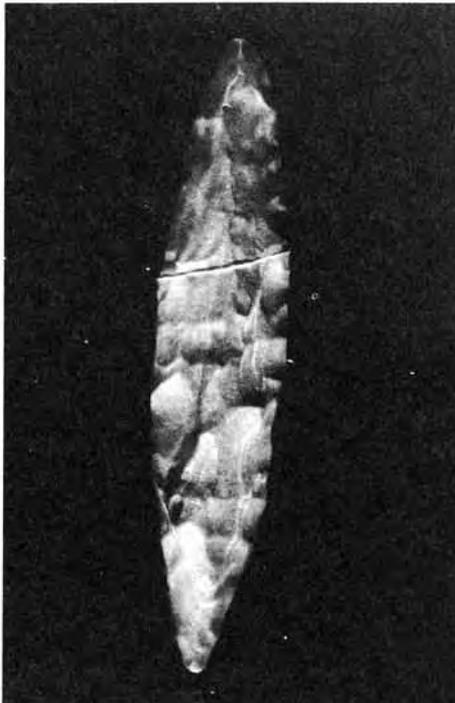



Figura 23.10 Ponta dupla bifacial ateriense, Adrar Bous V (Níger).

O Ateriense difundiu-se imensamente. É encontrado na Tunísia[56], no Marrocos[57], na Argélia[58], em Saura, no Tidikelt – onde utiliza com sucesso o material de primeira qualidade fornecido por uma *Arauearia* fóssil[59] –, na Mauritânia, onde o Adrar estabelece *grosso modo* sua fronteira[60]. Encontra-se em toda parte no Hoggar[61] no erg de Admer[62], em Tihodaine[63], e no Adrar Bous[64]; pode-se assinalá-lo ainda no Fezzan, no Zumri, sendo Kharga, no Egito[65], seu derradeiro bastião oriental.

É muito difícil situar o Ateriense em uma sequência cronológica. Seu aparecimento pode ter-se dado por volta de -35.000. Às margens do lago Chade, sua progressão parece ter sido estancada pelo último alto nível das águas. Nessas condições, ele se estenderia entre -9000 e -7000. Mas são apenas hipóteses.

Parece lógico que a essa indústria tão marcada por influências do Musteriense deveria suceder um Paleolítico Superior. Mas aqui se colocam duas questões. Em primeiro lugar, podemos situar o Ateriense, afinal muito tardio, em um Paleolítico Médio? Em sua tese magistral, L. Balout acreditava não dever ceder a essa tentação. Em segundo lugar, o que na verdade sabemos sobre um Epipaleolítico legítimo no Saara? A bem dizer, muito pouco; a indústria do uede Eched, descoberta por R. Mauny[66], não revelou seu segredo. Os conjuntos líticos de estilo capsiense encontrados na orla meridional do Tademaït[67] continuam sendo objeto de discussão. Apenas a série já antiga de Merdjouma (uede Mya, planalto do Tademaït, Saara central argeliano) pode atestar a implantação de um grupo de capsienses verdadeiros numa região hoje abrangida pelo Saara. É muito pouco para que tenhamos alguma certeza.

Por esse motivo, para que fosse encontrada uma solução cronológica, propôs-se agrupar o Ateriense sob o título pouco comprometedor de Paleolítico Terminal.

56 GRUET, M. 1934.

57 ANTOINE, M. 1938.

58 REYGASSE, M. 1922, p. 467-72.

59 GAUTIER, E. F. 1914; SAINT-MARTIN, M. de. 1908; REYGASSE, E. F. 1923.

60 GUITAT, R. 1972, p. 29-33.

61 HUGOT, H. J. 1962, p. 47-70.

62 BOBO, J. 1956, p. 263-68.

63 BALOUT, L. In: ARAMBOURG, C. e BALOUT, L. 1955, p. 287-92.

64 HUGOT, H. J. 1962, p. 158-62.

65 CATON-THOMPSON, G. 1952 e 1946.

66 Indústria inédita depositada no departamento de pré-história do IFAN da Universidade de Dacar.

67 HUGOT, H. J. 1952; 1955, p. 601-03.

O Hiato

Recentemente, para qualificar uma indústria evoluída pós-ateriense do Adrar Bous (Níger), J. D. Clark empregou a palavra "mesolítico". Num plano geral, esse termo – que felizmente tende a cair em desuso – não tem sentido. Não corresponde a nada que se conheça no Saara, e seu uso só viria consagrar o erro de Arkell[68], bastante compreensível no tempo em que esteve trabalhando no Nilo. No atual estado da pesquisa, os pré-historiadores franceses não concordam com o emprego do termo.

Isso não quer dizer que o problema do Epipaleolítico não exista: o Sebiliense III do Egito, invadido pelos micrólitos geométricos[69], precede o Neolítico A sem se confundir com ele, e alguns indícios – muito raros, é verdade – permitem supor que ele possa ter ultrapassado os limites das zonas onde foi reconhecido.

O Neolítico

Ignoramos o essencial a respeito da gênese das etnias neolíticas[70]. Parecem ter-se expandido pelo Saara partindo de pontos diferentes. Segundo M.-C. Chamla[71], há uma constante no povoamento neolítico do Saara: a mestiçagem entre Negros em um extremo, e, em outro, Brancos, de origem mesoriental, agrupados ordinariamente sob o nome de "mediterrânicos".

Primeiro povoamento: neolíticos de tradição sudanesa

O povoamento neolítico do Saara está longe de ser homogêneo. Se se considerar uma sequência no estabelecimento dos grupos humanos, a onda mais antiga parece ser a que, formada às margens do Nilo, na altura de Cartum e Esh Shaheinab, realizou um movimento de leste para oeste ao longo dos

68 ARKELL, A. J. 1949; 1953.

69 VIGNARD, E. 1923, p. 1-76.

70 *Neolítico:* termo utilizado para designar o aparecimento de novas técnicas, em particular a arte da cerâmica, o polimento da pedra, o início da domesticação, da agricultura, do urbanismo, etc., que se juntam à base altamente evoluída da indústria lítica do Epipaleolítico. No Saara, ao que parece, os mais antigos sítios neolíticos podem ser atribuídos ao V-VI milênio antes da Era Cristã. Sabe-se que o Neolítico não resultou necessariamente do conhecimento de todas as técnicas mencionadas. Entretanto, um dos fenômenos mais notáveis, que convém considerar, é o cozimento dos alimentos, que, por suas transformações químicas irá influir de forma decisiva na evolução fisiológica do homem. O Neolítico saariano e suas múltiplas correntes são o admirável exemplo de uma "explosão" técnica e não de uma revolução, como muitas vezes se afirmou.

71 CHAMLA, M.-C. 1968.

grandes lagos. Parece não ter ultrapassado muito a franja oriental de Aoukâr, nem ter penetrado na floresta. Em contrapartida, fez ao menos duas incursões ao norte: uma em Hoggar, até a margem setentrional da região pré-tassiliana, e outra em direção a Saura, partindo do Tilemsi. Reconhece-se facilmente essa brilhante civilização pelo caráter particular e pela riqueza da decoração aplicada à cerâmica. No plano industrial, entretanto, é extremamente difícil defini-la, pois os "neolíticos de tradição sudanesa" souberam tirar proveito de tudo. Primeiros habitantes do Saara, foram eles pescadores-caçadores-coletores. Eram grandes apreciadores do hipopótamo e de bagas de lódão-bastardo (*celtis sp*), mas não desprezavam o peixe dos lagos, nem a tartaruga de água doce, nem a melancia. O fato de terem fabricado em profusão enxós, enxadas, moedores, mós, etc., não significa absolutamente que tenham empregado qualquer forma de prática agrícola[72]. A presença constante de potes com bagas de lódão-bastardo e a frequente descoberta de sinais de grãos de cucurbitáceas na escavação dos sítios podem sugerir uma hipótese de protocultura. Constata-se uma divisão do trabalho em função das tarefas especializadas. O polimento da pedra foi muito difundido, e a panóplia das armaduras, muito rica. Caçava-se com arco ou com lança; utilizava-se o arpão e o anzol feitos de osso. Machados, enxadas, enxós de pedra polida ocupam um lugar expressivo no equipamento. Hábeis na confecção de contas de pedra dura (amazonita, calcedônia, hematita, cornalina, etc.), os especialistas elaboraram um equipamento de perfuração muito engenhoso[73], que comporta estilhaços de buris, agulhas, furadores, empregados juntamente com resinas e areia fina. O equipamento de trituração é numeroso e requintado. Prova a existência, se não de uma verdadeira indústria de moagem, ao menos do conhecimento da arte da trituração. O produto triturado era com certeza o ocre, mas talvez também grãos selvagens, bagas, ervas secas, corantes vegetais, produtos farmacêuticos, etc. A cerâmica merece menção especial, não só pela riqueza de sua decoração, mas também pela beleza das formas realizadas. Queremos observar que não foram encontradas as bases cônicas com pequenas

---

72 *Agricultura:* "Cultura racional de plantas selecionadas em áreas do solo, especialmente preparadas". A prova do conhecimento de uma agricultura pode resultar:

- de provas palinológicas estatisticamente válidas;
- da existência de traços de terrenos cultivados;
- da coleta de vegetais fósseis identificados.

Isoladamente a presença de um instrumental considerado "agrícola" não tem significado preciso. A enxada pode ter servido para extrair a argila para a fabricação da cerâmica; a mó, para triturar corantes, grãos selvagens, produtos medicamentosos, etc. A adjetivação "agrícola" resulta, portanto, de regras precisas e não de hipóteses não verificadas.

73 GAUSSEN, M. e GAUSSEN, J. 1965, p. 237.

cavidades nem as formas alongadas em ânfora. Mas foram assinalados alguns bicos invertidos, asas e botões.

Essa primeira onda neolítica é, pois, bastante conhecida.

O Neolítico guineense

A primeira vaga é seguida, mais ao sul, pela progressão de uma outra etnia africana, que vai ocupar a floresta e que, apesar de sua importância, permanecerá por muito tempo desconhecida, ocultada pela cobertura florestal. Esse Neolítico, bem identificado na Guiné, será chamado, por essa razão, embora provavelmente se tenha originado na África Central, de *Neolítico guineense*[74].

O Neolítico de tradição capsiense

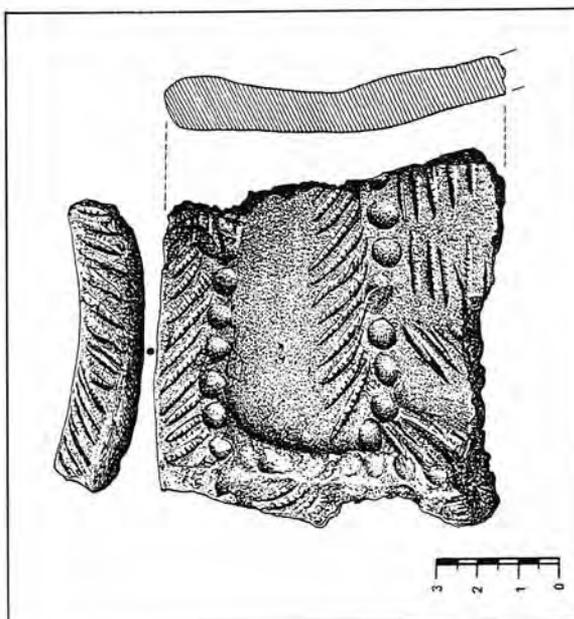
Um pouco mais tarde, o Neolítico de tradição capsiense, produto da neolitização, no próprio local, do antigo Capsiense norte-africano, vai começar a movimentar-se em direção ao sul. Chegará ao nordeste da Mauritânia, e atingirá o Hoggar, já que em Meniet foi descoberto abaixo da superfície dos sítios do Neolítico de tradição sudanesa. Seu limite a leste é mais impreciso, devido à falta de monografias líbias utilizáveis. O Neolítico de tradição capsiense é mais austero que o de tradição sudanesa. Sua cerâmica tem pouco ou nenhum ornamento, mas, enquanto a indústria lítica de tradição sudanesa é, de modo geral, oportunista, a de tradição capsiense é de uma técnica rigorosa, e sua fácies saariana acha-se enriquecida por uma quantidade deslumbrante de armaduras de pontas de flechas. A pedra polida é, em geral, muito bonita e, para desfazer a impressão produzida pela cerâmica, as vasilhas de pedra dura e as estatuetas[75] zoomórficas são verdadeiras obras-primas. Com essa fácies do Neolítico encontram-se grãos perfurados, que são, em alguns casos, fragmentos de encrina, mas, de modo geral, rodelas confeccionadas com pequenos pedaços de casca de ovo de avestruz. Ovos inteiros foram esvaziados e transformados em recipientes, e alguns foram gravados com desenhos a traço.

Sabe-se que os iberomaurusienses não são os capsienses. Enquanto estes últimos ocuparam principalmente os altos planaltos argelianos, onde deixaram curiosos montes de conchas conhecidos com o nome de *escargotières,* os iberomaurusienses estabeleceram-se na orla do Mediterrâneo entre a Tunísia e

74 DELCROIX, R. e VAUFREY, R. 1939, p. 265-312.

75 Coleções pré-históricas, Museu de Etnografia e de Pré-história do Bardo (Argel); álbum nº 1, A. M. G. ed., Paris, 1956, pr. 107-10.

Figura 23.11 Cerâmica neolítica, Dhar Tichitt (Mauritânia).

Figura 23.12 Cerâmica de Akreijit, Mauritânia.

o Marrocos; não se sabe muito bem como estes cro-magnoides se instalaram na África do Norte, nem como se dividiram nas duas etnias. O certo é que ambos foram "neolitizados" no próprio local. Os neolíticos de tradição iberomaurusiense que viviam próximos ao mar não puderam evitar sua influência. Caminhando ao longo da costa atlântica marroquina em direção ao sul, constata-se a existência de *kiokennmöddings* formados com conchas de moluscos e ostras, em seguida com arcas (*Arca senilis*), aliás, ainda consumidas no Senegal. O litoral do Saara marroquino e da Mauritânia foi ocupado por essa fácies muito particular, pouco ou nada estudada, que se caracteriza por uma cerâmica pouco ornada, rude, de pedras de fogueira e por uma indústria lítica rara. Seria muito interessante saber como se formou e qual a sua origem, pois embora possa ter sofrido a influência de sua homóloga, o Iberomaurusiense, no Marrocos, nada sabemos sobre seus elementos constitutivos.

O tenerense

Uma quinta corrente que suscitou o interesse dos especialistas foi a identificada no Adrar Bous e batizada, por essa razão, com o nome de "Tenerense". Há pouco tempo, J. D. Clark, que esteve no local, sugeriu que tal corrente pode ser representativa do "Neolítico saariano". Isso é impensável, a menos que o adjetivo "saariano" corresponda a uma região geográfica muito extensa!

Por suas armaduras em flor de lótus, discos, raspadores côncavos espessos, elementos de serra, machados com garganta, assim como por sua tipologia e composição estatística, o Tenerense, descoberto por Joubert em 1941[76], não pode ser considerado um Neolítico saariano clássico, pois esse termo se aplica mais especialmente às fácies sudanesas e capsienses, que cobrem a maior parte do Saara. Vaufrey, frequentem ente tentado pelo desejo de agrupar tudo no Neolítico de tradição capsiense[77], afirma: "As influências egípcias reconhecidas no Saara argeliano penetraram em sua mais perfeita forma até o Hoggar"; e mais adiante: "Essas estações do Tenere representam um apogeu da indústria neolítica saariana, que evoca irresistivelmente o Pré-Dinástico egípcio"[78]. Assinalemos, entretanto, que, excluindo o Tenere, a influência egípcia não aparece nitidamente, a despeito do que afirma Vaufrey.

76 JOUBERT, G. e VAUFREY, R. 1941-1946, p. 325-30.

77 VAUFREY, R. 1938, p. 10-29.

78 VAUFREY, R. 1969, p. 66.

Resta, pois, descobrir por que via a magnífica indústria tenerense, obtida essencialmente a partir de um jaspe verde, recebeu as influências que tão bem ilustra.

É preciso, porém, ter cuidado para não estender demais a noção de “fácies”. Atualmente sabemos que uma mesma etnia pode ter respondido com exuberância aos determinismos impostos pela ecologia, subsolo, minerais, etc. Onde o jaspe e o sílex permitem obter obras-primas a partir da pedra, a indústria será diferente da confeccionada com arenitos frágeis. O Adrar Bous e o Gossolorum[79] são uma só e mesma coisa, mas só depois de ter estudado a cerâmica, discos, machados, etc., é que se pode acreditar nisso. As duas indústrias têm em comum apenas a qualidade de seu lascamento.

Resta ainda dizer algumas palavras a respeito de uma enorme fácies neolítica encontrada no sudeste da Mauritânia, exatamente ao longo do Dhar Tichitt[80]. Importantes trabalhos realizados nessa região mostram que a indústria, bastante tardia, está ligada a um excepcional conjunto de aldeias em pedras secas, onde o urbanismo[81] e a arte das fortificações são do maior interesse. Obteve-se, enfim, a prova de que desde -1500 as comunidades locais consumiam milho-miúdo, o que vem dar um sentido preciso ao enorme equipamento de moagem existente nas ruínas das aldeias. Tanto a cerâmica quanto outras características particulares demonstram ser africana a civilização do Dhar Tichitt; essa civilização sem dúvida proveio do leste, mais especificamente do vizinho Tilemsi, mas isso é apenas uma hipótese de caráter provisório.

Assim, o Neolítico pode ser reduzido a algumas linhas de força geradoras de correntes secundárias, que se caracterizam por sua base cultural comum, identificada pela cerâmica e, mais raramente, pelas particularidades técnicas aplicadas à indústria lítica ou óssea.

Em suma, o Neolítico estender-se-á do V milênio antes da Era Cristã ao início do I milênio. Durante esse período o nível dos lagos não cessará de baixar. Em consequência, a grande fauna etíope abandona as margens, principalmente no sul; a flora se degrada, e o homem, por sua vez, emigra com seus rebanhos.

---

79 HUGOT, H. J. 1962, p. 154-63 e 168-70.

80 HUGOT, H. J. et al. 1973.

81 *Urbanismo:* estudo do plano de um conjunto de habitats geralmente ocupados por uma população sedentária e organizados, de acordo com um plano preciso, em função da divisão do trabalho e das ideias religiosas dos ocupantes, O único conjunto que responde a essa definição é o do Dhar Tichitt, na Mauritânia, cujo início foi datado de -2000.

A fauna e a flora

A fauna é herdada do Ateriense, que termina no momento em que os lagos atingem o último alto nível; identifica-se então, nas margens ou na própria água, a fauna dita etíope, com a presença de rinocerontes, crocodilos (*Crocodilus niloticus*), hipopótamos, elefantes, zebras, girafas, búfalos e facoqueros. Grandes siluros (*Clarias*), percas-do-nilo (*Lates niloticus*) e tartarugas de água doce (*Trionyx*) abundam nas águas. Os pastos são percorridos por caprinos, antílopes, etc. Essa enumeração surpreende apenas pelo lugar a que se aplica: o Saara. A flora confunde-se totalmente. No início do Neolítico ainda são encontradas nogueiras, tílias, salgueiros e freixos! Uma concha de um limnófilo descoberto em Meniet (Mouydir, Saara argeliano), indica uma precipitação de pelo menos 500 mm de água; a urze cobre alguns estágios das montanhas. Muito rapidamente, entretanto, essa vegetação se degrada e cede lugar a uma outra, mais característica de zona árida: cedro, pinho de Alep, zimbro, oliveira, almecegueira e, entre outras, o lódão-bastardo, muito importante na alimentação dos autóctones.

Nos lagos há também grande quantidade de moluscos; encontram-se, em certos lugares, traços de enormes depósitos de valvas de único.

Com efeito, uma das características do Saara neolítico nos alvores dessa civilização é a presença de um conjunto de lagos isolados. É às margens desses lagos que os neolíticos de tradição sudanesa irão desenvolver-se. São eles que tornarão possível, por seus inúmeros recursos, o estabelecimento humano.

O Saara, berço agrícola

A ideia foi lançada em diferentes oportunidades e, por várias vezes, sem verificação das possibilidades do emprego de um termo com implicações tão graves.

Não se pode provar a prática da agricultura com base apenas na presença de objetos ou utensílios tidos como de uso agrícola. A agricultura fica demonstrada, ao contrário, quando os fósseis, grãos ou pólens justificam a hipótese aplicada aos objetos ou utensílios. Os sacos de milho-miúdo encontrados em Tichitt (Mauritânia) confirmam as ideias de Munson[82] e as de Monod[83] a respeito.

82 MUNSON, P. 1968. p. 6-13.

83 MONOD, T. 1961.

Quanto ao mais, sabemos que os neolíticos do Saara acumularam grandes quantidades de bagas de *celtis sp,* ou lódão-bastardo, que certamente foram usadas na alimentação. Observou-se ainda em Meniet e Tichitt a presença de grãos de cucurbitáceas, que provavelmente são de melancia e não de *citrulus colocinthis*. Esses dois vegetais pressupõem a coleta; no máximo, a protocultura, mas não a agricultura, que se constitui na preparação do solo em vista de uma cultura racional de plantas selecionadas.

O quadro, portanto, é bastante pobre. Em Meniet[84] a análise palinológica de sedimentos neolíticos não forneceu nenhuma indicação precisa do conhecimento de qualquer forma de agricultura. No Adrar Bous uma análise sumária não acrescentou nenhum dado novo, tampouco em Ti-n-Assako e nos inúmeros sítios estudados desse ponto de vista. Os únicos traços certos de um consumo de produtos vegetais nos sítios neolíticos saarianos são os de grãos: *ziziphus, lotus, celtis sp,* diversas gramíneas selvagens; devem-se acrescentar ainda os sinais de *Pennisetum* evidenciados por Munson e os grãos de milho-miúdo descobertos em Tichitt nas turfas fossilizadas.

No entanto, é preciso fazer a análise sistemática dos sedimentos neolíticos antes de tirar qualquer conclusão. Apesar de seu enorme interesse, a palinologia foi muito pouco aplicada no Saara. De todo modo, embora algumas plantas tenham sido cultivadas no Saara, parece improvável que essa região tenha sido o lugar privilegiado onde se desenvolveram as plantas de consumo corrente no norte da África.

Finalmente, depois de muito tempo, foram os criadores que, em quase todas as regiões, sucederam aos “caçadores-pescadores-coletores”. O fato de um instrumental de pedra, constituído de enxadas, mós, moedores, pesos para lastrar bastões de escavação e picões, ser encontrado em quase toda a região não implica, *ipso facto,* a existência de uma agricultura no sentido real do termo. Em todo o Egito, onde esse fenômeno se desenvolveu amplamente, encontram-se traços precisos de sua presença, assim como em Tichitt, na Mauritânia, onde poderiam ser explicados pela existência de aldeias sedentárias. Contudo, em outras regiões, de acordo com o atual estágio de nossos conhecimentos, é pouco provável que o mesmo se tenha dado. E, de qualquer forma, não se deve esquecer que em -1000 já havia praticamente ocorrido a desertificação do Saara. A cessação das chuvas não favoreceu a agricultura, mas isso não implica o desconhecimento de toda a protocultura, ou da coleta seletiva que a precedeu. Além disso, com

84 FLAMAND, G. B. M. 1921.

certeza a experimentação de alimentos de origem vegetal deve ter estimulado a busca de espécies determinadas, que seria uma primeira forma de seleção. Mas só há possibilidade de cultura no quadro de uma sedentarização ou de uma fixação sazonal. Ora, em grande parte do Saara o Neolítico em seu apogeu faz pensar antes em acampamentos nômades que em aldeias organizadas, as quais, no entanto, existiram.

A origem da domesticação e o Saara

O Saara neolítico teve vida própria. Embora os criadores bovidianos do Tassili n'Ajjer sejam contemporâneos das carroças "a solto galope" – de idade imprecisa mas que podem ser contemporâneas das invasões dos "povos do mar", que foram dispersados ao tentarem conquistar o Egito –, não deixaram de desenvolver localmente a arte da criação do gado, que sempre surpreende o não-iniciado. A civilização bovidiana parece ter desenvolvido em seu apogeu métodos tão perfeitos de criação que fazem pressupor um longo aprendizado. Os egípcios dedicaram-se a múltiplas experiências de domesticação de animais, informação que nos é dada pelos baixos-relevos, que mostram ter-se tentado domar felinos e gazelas, canídeos e até mesmo hienas! Qual era a situação no Saara? O galgo sudanês, precioso auxiliar dos caçadores nemadi, parece ser de origem muito antiga. É ele provavelmente que está representado nas pinturas bovidianas. Há também outros indícios, mas, afinal, nenhuma prova absoluta. Sabe-se que em -2000 o boi e o cachorro eram encontrados em Aoukâr, mas os rupestres não nos mostram que animais o homem teria tentado domesticar em períodos anteriores.

A vida neolítica

Sabemos que os homens do Neolítico de tradição sudanesa foram de uma curiosidade ilimitada no que diz respeito a novas técnicas. Continuaram a lascar a pedra, obtendo, assim, uma maravilhosa panóplia de armaduras de pontas de flechas e um instrumental em geral muito leve, composto de lamelas retocadas de diversas maneiras, furadores, raspadores de formas múltiplas, micrólitos geométricos, serras, etc. A característica nova é a técnica sutil do polimento da pedra, aplicada aos machados, enxadas, goivas e buris. Por vezes recipientes de pedra dura, *labrets,* contas de amazonita, cornalina e quartzo, e bolas, talvez usadas como projéteis de funda, vêm completar essa panóplia. A ela se acrescenta uma profusão de mós fixas e de moedores que não consistem necessariamente

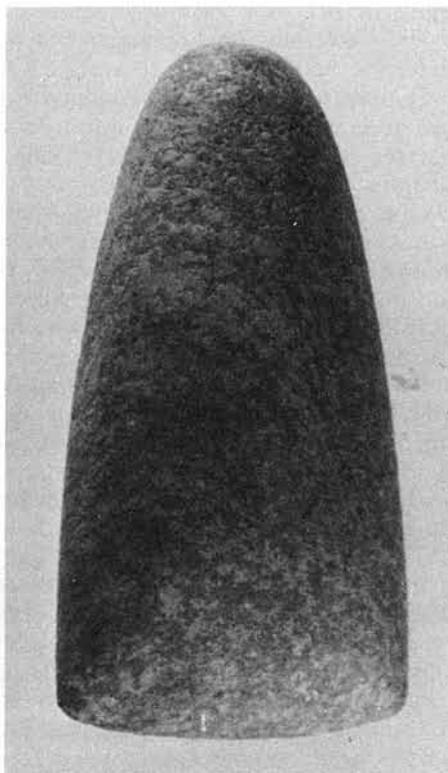
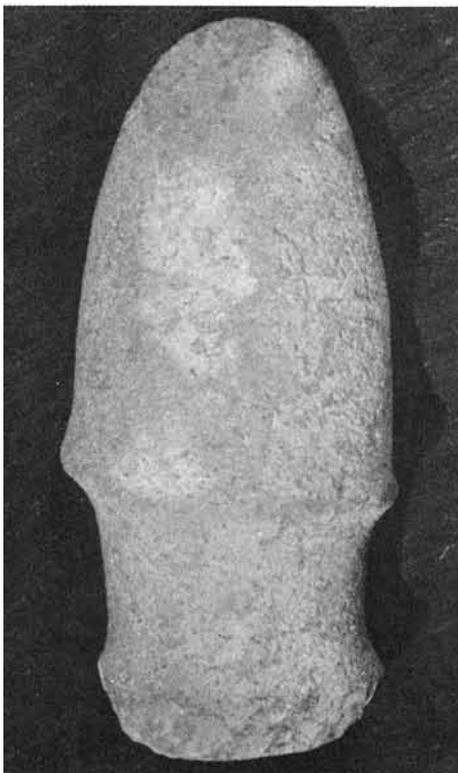
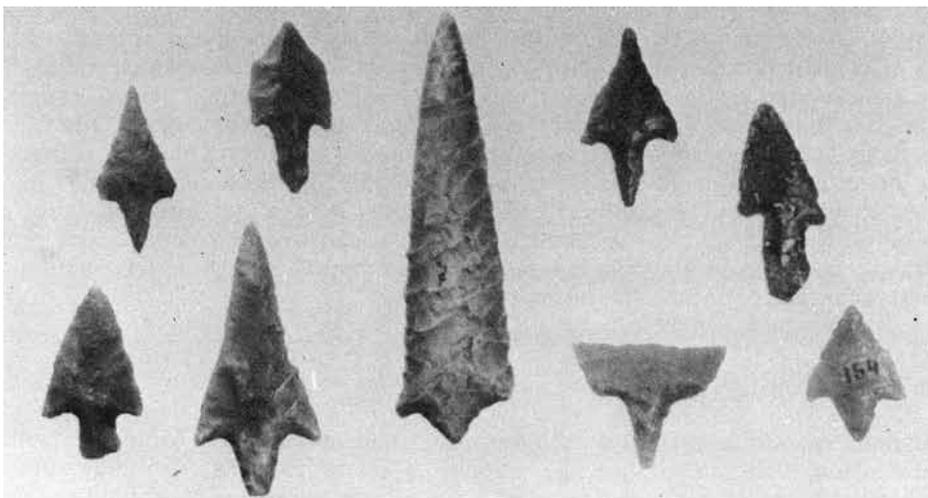



Figura 23.13 Pontas de flechas neolíticas, In Guezzam (Níger).

Figura 23.14 Machado com garganta neolítica, Adrar Bous (Níger).

Figura 23.15 Machado polido neolítico, região de Faya (Chade).

em prova do conhecimento da agricultura – e *kwes* – pedras para lastrar bastões para escavação, recentemente ainda em uso na África do Sul e também entre os Pigmeus. O conjunto é completado por uma admirável série de vasos de cerâmica, cujas formas e decoração já são bem "negro-africanas". O osso foi trabalhado, servindo para confeccionar arpões, punções, agulhas, pentes de oleiro, brunidores e talvez punhais. Os neolíticos de tradição sudanesa souberam adaptar-se maravilhosamente ao determinismo mineralógico das regiões que ocupavam, o que levou a acreditar numa multiplicidade de bases étnicas, apesar de, ao contrário, parecerem muito estáveis e culturalmente muito unidos, fato que se deveria à homogeneidade da inspiração das decorações de sua cerâmica. Devemos acrescentar que esses homens, formados no cadinho da vida socializada, devem ter conhecido a navegação, e que é possível que tenham circulado nos lagos com barcos de caniços, iguais aos que se conhecem no Chade com o nome de *kaddei.* Os neolíticos de tradição capsiense opõem-se em muitos pontos aos seus homólogos e predecessores de tradição sudanesa. Esses últimos, partindo do Sudão, caminharam em diversas vagas de leste para oeste, sem atingir, ao que parece, a costa atlântica. Eram melanodermas e, quase sempre, africanos autênticos. Os homens que partiram dos altos planaltos argelianos eram mais mediterrânicos e herdaram de seus predecessores capsienses um dom notável para o lascamento do sílex. O inventário de seu instrumental é surpreendente; as finas lamelas com retoques quase invisíveis lembram joias. Furadores, pontas agudas, pequenos raspadores juntam-se a micrólitos geométricos formados de resíduos de lâminas – trapézios, retângulos, triângulos e segmentos de círculo. Mas nem por isso ignoravam a arte da caça, pois confeccionavam inúmeras armaduras de pontas de flechas, que são hoje, lamentavelmente, objeto de um grande comércio turístico. Os machados polidos são numerosos e desconhecem a forma espessa e reduzida, frequente no Neolítico de tradição sudanesa. Diferentemente deste, a tradição capsiense deu maior importância ao instrumental lítico, cuja técnica foi também mais variada. Mas sabia, igualmente, polir vasilhas de pedra dura, trabalhar em alto-relevo maravilhosas estatuetas, como a do bovídeo de Silet, o carneiro de Tamentit, a gazela do Imakassen. A cerâmica, entretanto, é muito menos rica em formas e decoração. Não que faltasse imaginação aos artesãos. Ao contrário, eles puderam demonstrá-la com sua aptidão para decorar ovos de avestruz, com os quais, inteiros, faziam recipientes e, partidos, inúmeras contas. Muitos fragmentos de casca ainda conservam finos desenhos a traço. Evidentemente, nesse contexto existem também mós fixas e moedores. Sabe--se com certeza que uma parte desse material serviu para triturar corantes, provavelmente utilizados nas pinturas corporais.

O Neolítico litoral é pouco conhecido. Os trabalhos a respeito ainda não foram publicados, más é sabido que em toda a extensão da costa atlântica, a partir do Marrocos, existem inúmeros depósitos de conchas, por vezes verdadeiros *tells,* misturados com cinzas e fragmentos de cerâmica. Isto ocorre até o Senegal, parecendo que a esta latitude um movimento étnico proto-histórico passa a predominar. Mantém-se inexplicável a razão pela qual na fronteira da Mauritânia e Saara Ocidental a cerâmica de base redonda ou plana conhecida no Saara dá lugar a uma cerâmica maravilhosa de base nitidamente cônica. Entretanto, nada foi publicado a respeito dessa nova fácies.

Mais a leste, no Air, no Adrar Bous, uma jazida sobressai claramente em relação a outras fácies conhecidas do Neolítico saariano de qualquer origem. É a que se chamou Tenerense. Obtido de um jaspe verde-vivo e irrompendo num magnífico instrumental, esse Neolítico é rico em formas que evocam o Eneolítico egípcio. Discos planos, armaduras em flor de lótus, raspadores com entalhe chamados "crescentes", enxadas com gume polido pelo uso podem ser, com efeito, coincidências, mas a essa altura seria verdadeiramente estranho que fossem casuais. Acrescentamos, ainda, que certos tipos de mós fixas associadas a esse brilhante complexo são os mesmos que foram encontrados diante dos baixos-relevos egípcios, e somos levados a crer que o Adrar Bous foi colonizado por homens que teriam tido contatos estreitos com o Nilo, apesar de ser estranho o fato de terem utilizado uma cerâmica semelhante, em todos os aspectos, à do Neolítico de tradição sudanesa. Mas esta última não teve seus arquétipos em Esh Shaheinab?

Ao sul da linha dos lagos, em uma época mais úmida, a floresta deve ter sido mais densa e mais verde do que hoje. Isso sem dúvida explicaria que se tivesse constituído numa barreira que os habitantes do Saara não conseguiram transpor. O estudo do Neolítico florestal, que por razões de comodidade e de anterioridade foi denominado "guineense" mas que na verdade parece ter-se originado em local muito mais distante, no Congo, talvez, está apenas começado.

Conclusão

O apaixonante estudo do passado do Saara está ainda engatinhando. Oferece aos especialistas e aos homens de boa vontade uma oportunidade excepcional que urge aproveitar antes que a exploração das últimas reservas naturais faça desaparecer para sempre a possibilidade de desvendar o mistério dos problemas que decididamente dizem respeito ao passado do homem. Ora,

é tomando consciência do passado que a humanidade poderá forjar seu futuro: nossa experiência não se limita ao presente, mas vem em linha direta da pré-história. Negá-lo é tirar-lhe toda base racional, todo valor científico. Mas a pesquisa da pré-história do Saara deixou de ser individual para tornar-se um empreendimento coletivo, de equipe, portanto que precisa de meios para sua realização. É impressionante constatar como ela se encontra abandonada. Cabe aos interessados em reconstituir a história desse grande e rude deserto formar os homens que saberão desvendar os seus segredos.

CAPÍTULO 24

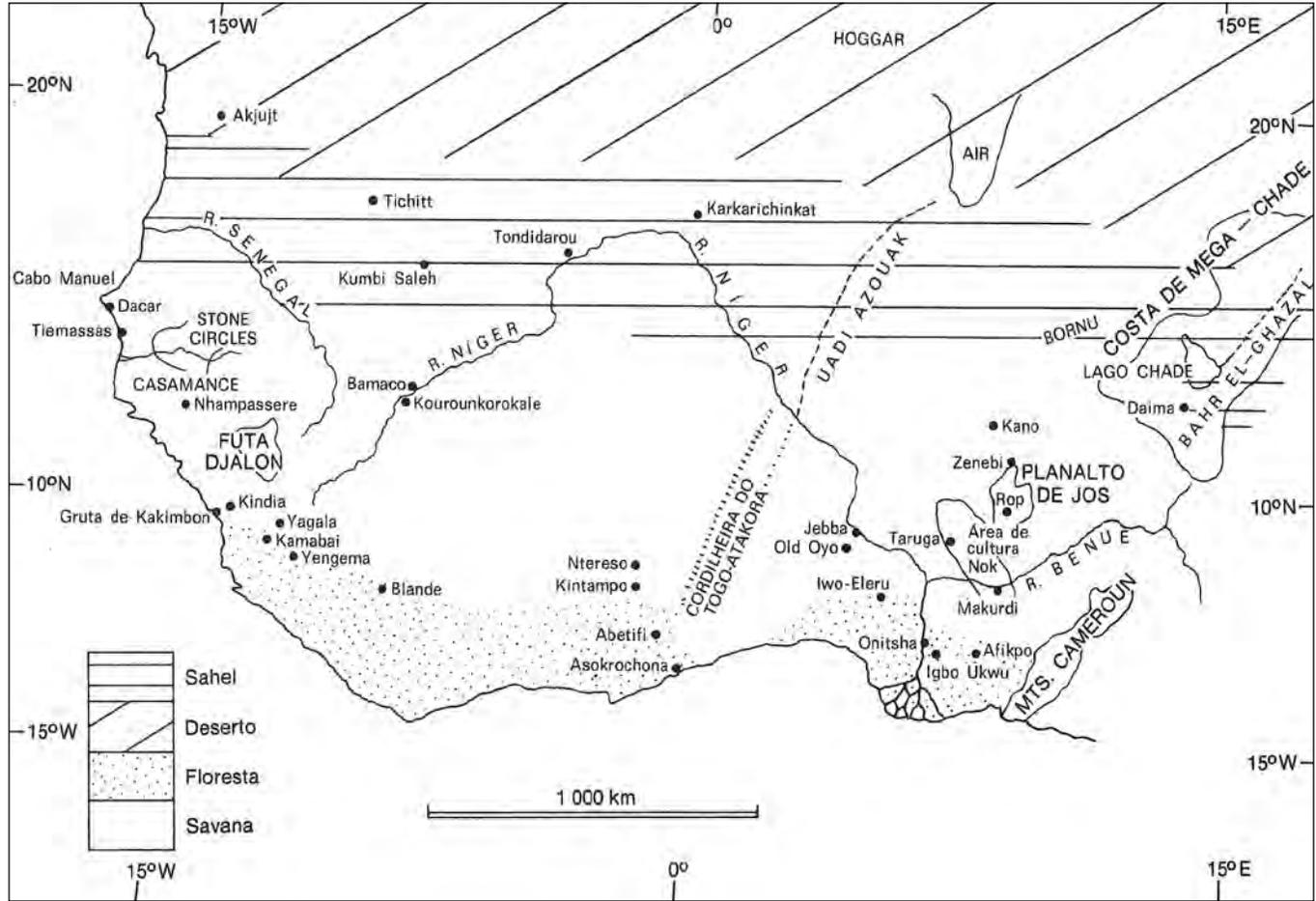
Pré-História da África ocidental

T. Shaw

As principais zonas climáticas e fitológicas atravessam toda a África ocidental, de leste a oeste. As precipitações mais fortes ocorrem perto da costa, e diminuem à medida que se vai para o norte e para o interior. Ao norte, o lado meridional do deserto faz limite com a faixa seca do Sahel; mais ao sul, encontra-se a zona da grande savana; entre a savana e a floresta tropical, densa e úmida, que se limita com a costa, fica uma zona de floresta desmoitada, que antes havia sido floresta e que a ação do homem transformou em savana.

O clima e o meio ambiente

As precipitações na área são nitidamente sazonais: no sul, elas predominam de abril a outubro (com máxima em julho e outubro); no norte, de junho a setembro. Essas chuvas são trazidas pelos ventos de sudoeste, que se enchem de umidade no Atlântico. Porém, a frente intertropical corta a África ocidental de leste a oeste, separando a massa de ar tropical marítima, formada sobre o sul do Atlântico, da massa de ar continental e seca do Saara. A posição da frente varia de acordo com as estações do ano. Em janeiro, está no extremo sul, de modo que os ventos alísios do nordeste, vindos da massa setentrional de ar seco, descem diretamente na costa da Guiné, provocando um grande declínio de umidade.

Figura 24.1 Zonas de vegetação da África ocidental.

Para conhecer a pré-história e a arqueologia da África ocidental, é imprescindível que se tenha conhecimento dos padrões climáticos e vegetais: a localização e a extensão das diferentes zonas de vegetação, bem como a posição da frente intertropical, sofreram variações no passado, afetando as condições em que o homem vivia, em diferentes períodos, na África ocidental.

Dentro dessas zonas de vegetação existem certas particularidades geográficas que provocam modificações locais no padrão geral: o maciço de Futa Djalon, as terras altas da Guiné; no Togo, a cordilheira Atakora; em Camarões, o planalto de Bauchi e as terras altas de Mandara; o delta interior do Níger e sua grande curva em direção ao norte, o lago Chade e o delta da foz do Níger. Entre Gana e Nigéria, há uma quebra de continuidade no cinturão de floresta tropical úmida, que é conhecida como a "passagem de Daomé".

O homem pré-histórico

Vestígios paleontológicos

Até o momento, a África ocidental não apresentou vestígios de formas humanas primitivas nem de hominídeos comparáveis aos que foram achados na África oriental e meridional[1], nem tampouco artefatos da época correspondente[2]. Apesar disso, poderíamos supor que tais seres existiram na África ocidental? A atual falta de dados significa que esses hominídeos realmente não viveram na África ocidental naquela época, ou que as evidências ainda não foram encontradas? Essa é uma pergunta impossível de ser respondida no momento; entretanto, na África ocidental não foi realizado nenhum esforço de pesquisa comparável ao que teve lugar na África oriental. Devemos admitir também que os depósitos de mesma idade parecem ser raros na África ocidental, e é evidente que, devido ao alto grau de umidade e acidez do solo, as condições de preservação são muito piores[3]. Esse fato é ilustrado por dados de um período muito mais recente: um mapa de distribuição, na África, das descobertas de vestígios paleontológicos da *Late Stone Age,* aponta um espaço em branco na região da África ocidental-Zaire[4]. Mas, depois da elaboração desse mapa, descobertas referentes a essa época feitas na Nigéria e em Gana revelam que o espaço em branco indicava uma dada situação de pesquisa e não a ausência de

1 LEAKEY, R. E. F. 1973.

2 LEAKEY, M. 1970.

3 CLARK, J. D. 1968, p. 37.

4 GABEL, C. 1966, p. 17.

ocupação humana[5]. O mesmo podemos dizer em relação ao período anterior, que vamos abordar[6], e também quanto ao mapa de distribuição dos depósitos fósseis de vertebrados do Pleistoceno Médio e Superior, que mostra um espaço em branco semelhante[7]. Até onde podemos remontar, deve ter havido em certas partes da África ocidental condições ecológicas muito semelhantes àquelas que favoreceram o desenvolvimento dos australopitecos da África oriental – o que não significa que essas regiões foram de fato ocupadas. Há muitas regiões da floresta tropical que poderiam, atualmente, prover as necessidades dos gorilas, mas na verdade, eles são encontrados apenas em duas regiões bem delimitadas[8]; e, apesar de uma certa similaridade de condições, a savana da África ocidental não sustenta uma caça tão rica em número e em variedade como a da África oriental[9].

A porção craniofacial de uma caixa craniana encontrada a 200 km a oeste--sudoeste de Largeau é uma evidência positiva que fala a favor da possibilidade de serem encontrados, na África ocidental, alguns dos primeiros hominídeos do começo do Pleistoceno. Esse espécime foi chamado de *Tchadanthropus uxoris*[10]; inicialmente pensou-se que se tratava de um australopiteco[11], mas depois consideraram-no mais próximo do *Homo habilis*[12]. De fato, é difícil fazer um julgamento, devido à falta de datas exatas e por causa da fragmentação do crânio. Um estudo mais minucioso dessa peça, com capacidade craniana de 850 a 1200 cm^2 e que apresenta características arcaicas e desenvolvidas, sugere uma evolução para o *Homo erectus*[13], um estágio mais complexo dos hominídeos. Convém repetir que na África ocidental não há exemplos dessa forma, embora tenham sido encontrados na Argélia[14] alguns espécimes desse mesmo tipo, chamados de *Atlanthropus mauritanicus.*

As indústrias

Embora o homem da pré-história tenha feito utensílios tanto de osso e madeira quanto de pedra, a madeira raramente é preservada e as condições do solo na África

5 SHAW, T. 1965; 1969b; BROTHWELL, D. e SHAW, T. 1971; FLIGHT, C. 1968, 1970.
6 COPPENS, Y. *B.I.F.A.N.* 1966, p. 373.
7 COPPENS, Y. *B.I.F.A.N.* 1966, p. 374.
8 DORST, J. P. e DANDELOT, P. 1970, p. 100.
9 DORST, J. P. e DANDELOT, P. 1970, p. 213-23.
10 CAMPBELL, B. G. 1965, p. 4-9.
11 COPPENS, Y. 1961.
12 COPPENS, Y. 1965a; 1965b; COOKE, H. B. S. 1965.
13 COPPENS, Y. 1966, *Anthropologia.*
14 ARAMBOURG, C. e HOFSTETTER, R. 1954, 1955; ARAMBOURG, C. 1954, 1966.

ocidental não são favoráveis à conservação do osso. Além das lascas trabalhadas de modo rudimentar, os utensílios de pedra mais simples e mais primitivos são os seixos ou blocos, talhados por percussão constituindo instrumentos que apresentam um gume de 3 a 12 cm de comprimento. Eles são conhecidos como indústria do seixo lascado ou utensílios olduvaienses, referindo-se à garganta de Olduvai, na Tanzânia. São bastante frequentes na África, sendo que os homens primitivos que as fabricaram podem muito bem ter-se espalhado pela maior parte das savanas e matas do continente. Há exemplos desses utensílios em diversos lugares da África ocidental[15], mas até o momento não é possível ter certeza se algum deles data genuinamente do mesmo período da indústria olduvaiense, que, na África oriental; situa-se entre -2 e -0,7 milhões de anos. Um estudo minucioso dos seixos lascados encontrados ao longo do rio Gâmbia, no Senegal, demonstrou ser bem provável que alguns deles tenham origem neolítica, enquanto outros possivelmente remontariam à Late Stone Age; não há evidências estratigráficas que permitam considerá-los como indústria da época pré-acheulense[16]. Então, só podemos ter certeza de que esses seixos lascados pertencem a um período anterior quando eles são datados independentemente, por terem sido encontrados *in situ* em depósitos que podem ser datados, seja de modo relativo, seja de modo absoluto. A paleontologia permite que se estabeleçam datas relativas para os depósitos de Yayo, que revelaram o *Tchadanthropus;* mas, infelizmente, não foi encontrada aí nenhuma indústria associada. A partir das indicações fornecidas pelos ossos de fósseis do extinto *Hippopotamus imaguncula,* extraídos de um poço com profundidade de 58 m, situado em Bornu[17], é provável que os sedimentos da bacia do Chade contenham material paleontológico e, sem dúvida, arqueológico do Pleistoceno; esse material, porém, repousa sob uma camada muito espessa de aluviões mais recentes.

Mudanças climáticas

Na Europa, ocorreram várias glaciações durante o Quaternário, e as quatro principais receberam o nome de rios da Alemanha. Sabe-se agora que, apesar de os fenômenos glaciais apresentarem ritmo e padrão gerais, muitas variações locais devem ser levadas em consideração; por isso, também se usam nomes

15 DAVIES, O. 1961, p. 1-4; DAVIES, O. 1964, p. 83-91; MAUNY, R. 1963; SOPER, R. C. 1965, p. 177; HUGOT, H. J. *B.I.F.A.N.* 1966.

16 MAUNY, R. 1968, p. 1283; BARBEY, C. e DESCAMPS, C. 1969.

17 TATTAM, C. M. 1944, p. 39.

locais para cada região particular. Embora o quadro resultante seja muito mais complexo, é provavelmente bem mais próximo da realidade[18].

A mesma coisa aconteceu na África, quando, nos vestígios de praias lacustres elevadas graças a fases de erosão e de depósitos de cascalhos, os primeiros pesquisadores encontraram traços característicos de períodos do Quaternário, ao longo dos quais o clima africano tinha sido muito mais úmido que atualmente. Esses períodos de precipitações mais abundantes foram batizados de "pluviais". A partir do momento em que o conceito de períodos glaciais foi aceito para as zonas temperadas setentrionais, o que há de mais natural do que a ideia de que houve, no calor dos trópicos, um período pluvial correspondente aos períodos glaciais da Europa e da América do Norte?[19] Com o tempo, a ideia de três e depois de quatro períodos pluviais africanos tornou-se crença ortodoxa[20]; supôs-se que eles correspondiam às glaciações da era glacial europeia[21], embora tenha sido proposta uma nova teoria, segundo a qual um período pluvial africano corresponderia a duas glaciações setentrionais[22]. O fato de ter sido possível expor pontos de vista tão diferentes mostra a quase impossibilidade de qualquer correlação cronológica exata. De qualquer forma, como se trata de grandes distâncias, as correlações geológicas não deveriam ser estabelecidas em função de climas e sim de formações rochosas. Além disso, os vestígios dos períodos pluviais dão lugar a muita confusão, quando comparados com os traços das glaciações[23]. Com o tempo, a própria hipótese de quatro períodos pluviais na África foi posta em dúvida[24].

A África ocidental não escapou à extrapolação, e esforços têm sido feitos no sentido de utilizar os resultados obtidos em outras partes do continente para conferir uma certa significação aos dados que, de outro modo, ficariam isolados ou difíceis de interpretar[25]. Mais recentemente, entretanto, dois elementos contribuíram para o progresso da abordagem científica em relação à África

18 FLINT, R. F. 1971; SPARK, B. W. e WEST, R. G. 1972.

19 WAYLAND, E. J. 1934; 1952.

20 LEAKEY, L. S. B. 1950; LEAKEY, L. S. B. 1952, Resolução 14 (3), p. 7; CLARK, J. D. 1957, p. XXXI, Resolução 2.

21 NILSSON, E. 1952.

22 SIMPSON, G. C. 1957.

23 CLARK, J. D. 1957, p. XXXI, Resolução 4; BUTZER, K. W. 1971, p. 312-15.

24 FLINT, R. F. 1959.

25 BOND, G. 1956, p. 197-200; FAGG, B. E. B. 1959, p. 291; DAVIES, O. 1964, p. 9-12; PIAS, J. 1967.

ocidental: uma pesquisa mais aprofundada sobre esse assunto[26], e o surgimento de uma nova teoria sobre as mudanças climáticas na África[27].

No que diz respeito a essas mudanças climáticas, a África ocidental não oferece nenhuma informação geológica ou geomorfológica digna de fé, que remonte a um período anterior a antes da última glaciação na Europa. O estudo do lago Chade evidenciou a existência de altos níveis lacustres a partir de -40.000[28]. Esse nível alto é marcado pelo espinhaço de Bama, sobre o qual se eleva Maiduguri, que nesse local tem direção noroeste-sudeste. Depois, as duas extremidades estendem-se em direção nordeste, cercando Largeau, toda a depressão do Bodele e o Bahr el-Ghazal. Esse espinhaço, considerado mais uma barra de lagoa do que o traçado real de uma margem, pode ter levado 6000 anos para se formar[29]. O antigo lago ficava a uma altura de 332 m acima do nível do mar, ao passo que atualmente a altitude do lago Chade é de 280 m; às vezes acontecia de ele transbordar na passagem de Bongor e drenar o Benue. Durante esse período mais úmido, tudo indica que a floresta da África ocidental estendia-se bem mais para o norte do que atualmente; no entanto, é impossível afirmar que ela tenha atingido a latitude de 11° N[30] ou a atual linha isoieta dos 750 mm[31] enquanto a palinologia não nos tiver fornecido essa confirmação.

Aproximadamente na época do último máximo da última glaciação no norte da Europa (mais ou menos por volta de -20.000), parece que a África ocidental era muito mais seca do que agora. Nessa época, os rios da região despejavam suas águas num oceano que ficava 100 m abaixo do nível de hoje, pois uma grande quantidade de água ficou bloqueada nas calotas glaciais dos pólos. Assim, em Makurdi, o Benue cavou um leito cerca de 20 m abaixo do nível atual do mar, que se mostra ainda mais profundo em Iola; enquanto isso, em Jebba, o leito fóssil do Níger se encontra 25 m abaixo do nível do mar e se aprofunda ainda mais em Onitsha[32]. Também o Senegal corria num leito bem abaixo do nível de agora; mas grandes dunas de areia bloquearam sua foz, o mesmo acontecendo com o curso médio do Níger. Nessa época, o lago Chade era seco;

26 Associação Senegalesa para o Estudo do Quaternário, 1966, 1967, 1969; BURK, K. *et al.,* 1971; BUTZER, K. W., 1972. p. 312-51.

27 ZINDEREN-BAKKER (E. M. van), 1967.

28 SERVANT, M. *et al.,* 1969; GROVE, A. 1. e WARREN, *A.,* 1968; BURKE, K. *et al., 1971.*

29 GROVE, A. T. e PULLAN, R. A., 1964.

30 DAVIES, O., 1964.

31 DAVIES, O., 1960.

32 VOUTE, C., 1962; FAURE, H. e ELOUARD, P., 1967.

dunas de areia formaram-se no fundo do lago e em certas regiões da Nigéria setentrional indicando que havia precipitações anuais inferiores a 150 mm, ao passo que atualmente elas ultrapassam 850 mm. Embora apenas os depósitos da foz do Senegal e das proximidades do lago Chade possam ser datados de modo absoluto, todas as outras evidências indicam que houve um período seco por volta de -18.000. Se as dunas de areia foram formadas na latitude de Kano, a região florestal e a savana devem ter sido empurradas para bem longe, em direção ao sul; na verdade, é provável que a maior parte da floresta tenha desaparecido, com exceção de florestas relíquias em áreas com precipitações mais elevadas, tais como a costa da Libéria, parte do litoral da Costa do Marfim, o delta do Níger e as montanhas de Camarões.

Aproximadamente no ano -10.000, as condições parecem ter evoluído para uma umidade maior. O Níger do Mali transbordou sobre o Taoussassill, e o Mega-Chade, como foi chamado[33], recobriu novamente uma vasta superfície; as dunas de areia formadas durante o período seco anterior ficaram com uma cor avermelhada, devido às estações mais úmidas. Vestígios de carvão vegetal dispersos em Igbo Ukwu, que datam do décimo primeiro e do sétimo milênio antes da Era Cristã, podem talvez indicar queima de arbustos e a existência, nessa latitude e nessa época, de uma vegetação do tipo savana[34]. É possível que nesse período a floresta tivesse se espalhado outra vez em direção ao norte, a partir das zonas-refúgios do litoral, onde ela sobreviveu no período seco precedente. A teoria mais satisfatória para relacionar os acontecimentos climáticos do fim do Quaternário na África ocidental aos do norte da Europa baseia-se em provas, cada vez mais numerosas, de que as variações de temperatura são um fenômeno mundial; elas provocaram um deslocamento das zonas climáticas nos dois lados do equador, deslocamento esse modificado pela configuração das grandes massas terrestres e oceânicas[35]. Quando as temperaturas do planeta caíram, o resultado foi uma glaciação nas latitudes norte, que empurrou o anticiclone polar para o sul; as zonas climáticas situadas mais além foram comprimidas em direção ao equador, de modo que a frente intertropical norte foi deslocada para o sul de sua posição atual. Em consequência disso, os ventos secos do nordeste sopravam por mais tempo e com maior força, de uma extremidade a outra da África ocidental, enquanto os ventos pluviais do sudoeste, chamados ventos de monções, sopravam com

33 MOREAU, R. E. 1963; SERVANT, M. *et al.* 1969.

34 SHAW, T. 1970, p. 58, 91.

35 ZINDEREN-BAKKER (E. M. van). 1967.

menos força, numa distância menor, durante a estação úmida. Esse fato explica a coincidência entre um período seco na África ocidental e um período glacial setentrional. Nessa mesma época, o norte do Saara era mais úmido do que atualmente, pois a trajetória das tempestades do Atlântico desembocava no sul da cadeia do Atlas, ao invés de passar ao norte da mesma.

Depois, quando as temperaturas mundiais se elevaram, as calotas glaciais e a frente intertropical afastaram-se para o norte e o nível do mar atingiu a altura de hoje. Devido ao deslocamento da trajetória das tempestades do Atlântico em direção ao norte, o Saara do norte ficou mais seco; porém, suas reservas aquáticas e vegetais foram suficientes para adiar o dessecamento final, que acabou ocorrendo por volta de -3000. Quando a aridez se tornou tão intensa que a população não tinha mais condições de viver no Saara, tal fato naturalmente teve repercussões nas zonas situadas mais ao sul.

A Idade da Pedra

Os termos "paleolítico", "epipaleolítico" e "neolítico" ainda estão em uso no norte da África; em compensação, os arqueólogos da África subsaariana, depois de muito tempo, acharam preferível utilizar sua própria terminologia, baseada na realidade de um continente e não num sistema europeu, imposto de fora. Essa nova terminologia foi adotada oficialmente há cerca de vinte anos, no 3º Congresso Pan-Africano sobre Pré-História. Nós usaremos então os termos "Early Stone Age", "Middle Stone Age" e "Late Stone Age"[36]. Os limites cronológicos dessas divisões da Idade da Pedra variam um pouco de região para região. Bem aproximadamente, podemos estabelecer o período que vai de -2.500.000 a -50.000 para a Early Stone Age; de -50.000 a -15.000 para a Middle Stone Age; e, finalmente, de -15.000 a -5000 para a Late Stone Age. Com o acúmulo de novas informações, essas divisões e datas tão simples passam a ser modificadas e a exigir um quadro mais completo. O próprio termo "neolítico" está sendo cada vez mais criticado quando aplicado à África subsaariana; na verdade, trata-se de um termo ambíguo que não se sabe se indica um período, um tipo de tecnologia, um tipo de economia ou a combinação dos três[37].

36 CLARK, J. D. 1957, Resolução 6.

37 BISHOP, W. W. e CLARK, J. D. 1967, p. 687-899; SHAW, T. 1967, p. 9-43; VOGEL, J. C. e BEAUMONT, P. B. 1972.

A Early Stone Age na África ocidental

O Acheulense

No sul, no leste e no noroeste da África, o complexo industrial olduvaiense cedeu seu lugar ao complexo que conhecemos sob o nome de acheulense, caracterizado por bifaces. Os bifaces são utensílios de forma oval ou oval apontada cujo gume, em todo o contorno, foi cuidadosamente talhado nos dois lados; um outro tipo de biface, a machadinha, tem um gume transversal retilíneo. Embora as mulheres e as crianças provavelmente se encarregassem do fornecimento de pelo menos metade do alimento, através da coleta de bagas, grãos e raízes, os homens agrupavam-se e coordenavam seus esforços para caçar animais de grande porte. O fogo era conhecido na África desde o final do período acheulense. O responsável pela fabricação dos utensílios acheulenses, em todos os locais onde foram encontrados, é o *Homo erectus.* Sua capacidade cerebral é bem inferior à do homem moderno, mas, por outro lado, ele está bem próximo deste último quanto à estrutura corporal.

Os tipos de bifaces geralmente considerados como primitivos (mais tarde chamados de "chelenses") não existem no Saara, mas foram encontrados no Senegal[38], na República da Guiné[39], na Mauritânia[40] e em Gana, bastante rolados, na estratigrafia dos aluviões do terraço médio[41] – qualquer que seja o significado dessa situação em termos de cronologia relativa. Sua área de distribuição foi objeto de mapas[42] que pareciam indicar uma colonização a partir do rio Níger, ao longo da cadeia montanhosa de Atakora e das colinas do Toga.

Os últimos estágios do Acheulense, caracterizados por belos bifaces talhados com percutor de osso ou madeira, são prolíficos no Saara, ao norte do paralelo 16. Talvez seja conveniente relacionar essa distribuição ao penúltimo período glacial na Europa (Riss), ou, talvez, ao primeiro máximo da última glaciação (Würm); nessa época as chuvas devem ter sido mais abundantes no norte do Saara e a região desértica recuou para o sul, oferecendo poucos atrativos para os caçadores-coletores. As terras elevadas do planalto de Jos parecem ter escapado à regra: é possível que o clima não tenha sido tão árido e que tenha favorecido

38 CORBEIL, R. 1951.

39 CREACH, P. 1951.

40 MIAUNY, R. 1955, p. 461-79.

41 DAVIES, O. 1964, p. 86-91.

42 DAVIES, O. 1959.

a existência de vastas campinas levemente arborizadas, do tipo procurado pelo homem do Acheulense. Esse planalto apareceu como um promontório de terras habitáveis projetado para o sul de Air e da principal região acheulense do Saara (norte do paralelo 16). Com base no método do carbono 14, estabeleceu-se que o material associado aos utensílios acheulenses, nos cascalhos de base que enchem os canais cavados durante o período úmido anterior, data de uma época "anterior a 39.000 B.P."[43].

Quando o homem do Acheulense habitava o planalto de Jos, é provável que o maciço de Futa Djalon também tivesse sido favorável à ocupação pelo homem; alguns utensílios acheulenses foram descobertos nessa região[44]. Há também vestígios do Acheulense Médio e Superior nos arredores e ao norte do alto Senegal; tais vestígios poderiam ser considerados um elo de ligação entre a região de Futa Djalon e os prolíficos sítios arqueológicos da Mauritânia.

Traços do Acheulense foram registrados[45] no sudeste de Gana e ao longo das cadeias montanhosas do Toga e de Atakora; esses traços sugerem a possibilidade de uma penetração pelo norte dessas regiões, que deviam ter um meio ambiente favorável. Entretanto, essa penetração parece não ter sido muito significativa. Na verdade, nenhum vestígio do Acheulense foi descoberto na região através da estratigrafia e é muito difícil, usando apenas a tipologia, classificar definitivamente como acheulenses pequenas coleções e raros espécimes. Isso acontece porque algumas formas tendem a sobrepor-se às formas mais recentes da indústria sangoense[46] ou a confundir-se com elas.

O Sangoense

É difícil definir o complexo industrial sangoense[47] e até se põe em dúvida a sua existência na África ocidental[48]. Sucedendo o Acheulense e conservando certas peças de seu instrumental, tais como picão e o biface, vem à luz um novo complexo industrial; a machadinha desapareceu, os esferoides tornaram-se raros e deu-se prioridade aos picões, geralmente de forma pesada e maciça. Encontramos também *choppers*, em geral talhados sobre seixos.

43 BARENDSON, G. W. *et al.* 1965.

44 CLARK, J. D. *Atlas,* 1967.

45 DAVIES, O. 1964; CLARK, J. D. *Atlas,* 1967.

46 DAVIES, O. 1964, p. 83-97, 114, 137-39.

47 CLARK, J. D. 1971.

48 WAI-OGUSU, B. 1973.

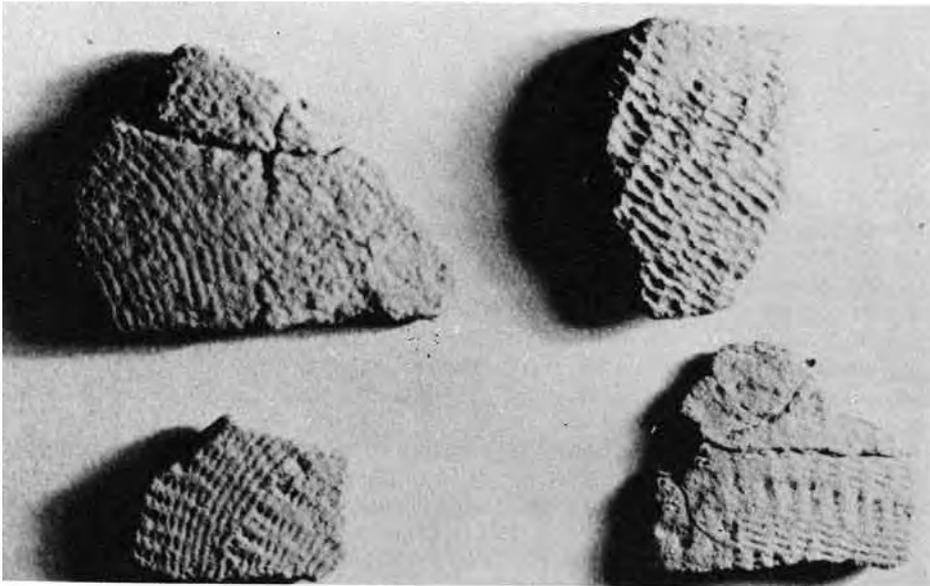



Figura 24.2 Cerâmica do Cabo Manuel, Senegal; fragmentos decorados (Foto I. Diagne, Museu do IFAN).

Figura 24.3 Brunidor de osso, encontrado no sítio neolítico do Cabo Manuel (Foto I. Diagne, Museu do IFAN).

Na África ocidental, a distribuição dos elementos do Sangoense é mais meridional que a do Acheulense[49], sugerindo um novo modo de fixação. No cabo Manuel, em Dacar, uma indústria antes considerada neolítica[50], agora é reconhecida como sangoense[51] ou, eventualmente, como uma de suas sobrevivências tardias. O mesmo pode-se dizer de certos elementos coletados em Bamaco[52]. Na Nigéria, os vestígios sangoenses situam-se, sobretudo, na parte do país que se estende do sul do planalto de Jos para o norte da floresta tropical e densa; eles também são encontrados ao longo dos vales fluviais, em cascalhos existentes entre 10 e 20 m acima do nível atual do rio[53]. No vale do Níger, perto de Bussa, existe uma indústria constituída, sobretudo, de seixos lascados e que não apresenta indícios de picões; entretanto, por razões geológicas, ela é considerada contemporânea do Sangoense[54]. Constatamos a presença de utensílios sangoenses espalhados no pé da cadeia montanhosa do Atakora--Togo e ao sul de Gana[55]. Esse material é raro no norte de Gana, mas aparece com certa frequência no sul.

Em outras partes da África[56] atribuem-se ao Sangoense datas que remontam a -50.000 e sugeriu-se que o complexo industrial sangoense poderia refletir a necessidade de adaptar-se a uma região mais arborizada durante um período cada vez mais seco[57]. Na África ocidental, a indústria sangoense não foi datada pelo método do carbono 14; no sul de Gana, o material sangoense do atalho da estrada de ferro de Asokrochona é, em sua totalidade, anterior ao "Beach IV" de Davies, que ele próprio compara ao interestadial de Gottweig[58] – posição estratigráfica que não fez nada mais do que dar o *terminus post quem,* que nós já devíamos esperar. Se, perto de Jebba, os cascalhos situados de 10 a 20 m acima do Níger foram depositados quando o leito do rio correspondia ao nível do alto mar do Inchiriense Superior[59], a presença entre eles de utensílios sangoenses não rolados sugere uma data perto de -30.000; os espécimes rolados poderiam

49 CLARK, J. D. *Atlas,* 1967.
50 CORBEIL, R. *et al.* 1948, p. 413.
51 DAVIES, O. 1964, p. 115; HUGOT, H. J. 1964, p. 5.
52 DAVIES, O. 1964, p. 113-14.
53 DAVIES, O. 1964, p. 113-4; SOPER, R. C. 1965, p. 184-86.
54 SOPER, R. C. 1965, p. 186-88.
55 DAVIES, O. 1964, p. 98, 100.
56 CLARK, J. D. 1970, p. 250.
57 CLARK, J. D., 1960, p. 149.
58 DAVIES, O. 1964, p. 23, 137-42.
59 FAURE, H. e ELOUARD, P. 1967.

ser contemporâneos ou mais antigos. É possível que a distribuição meridional do Sangoense, num meio florestal e ao longo dos rios, testemunhe um modo de vida adaptado à seca, anterior a -40.000; depois disso, o lago Chade começou a encher-se e a espalhar-se. Talvez os animais que eram caçados outrora tenham se tornado raros, fugindo em direção ao sul; o aumento na quantidade de picões pode ser uma resposta à necessidade tanto de arrancar raízes e tubérculos quanto de cavar fossos para pegar animais, pois já não era tão fácil caçar em espaço aberto.

A Middle Stone Age na África ocidental

O termo Middle Stone Age serve para descrever um conjunto de complexos industriais aproximadamente de -35.000 a -15.000.

Na África ocidental, as indústrias pertencentes à Middle Stone Age foram identificadas com menos certeza do que no resto da África subsaariana. Alguns espécimes raros do Lupembiense foram encontrados em Gana[60] e na Nigéria[61], mas nenhum deles oferece indicações estratigráficas satisfatórias para sua datação. No planalto de Jos e ao norte do mesmo, nas colinas de Lirue, descobriram-se séries importantes de um material caracterizado por talões facetados, que foram classificadas como pertencentes à Middle Stone Age[62]; em Nok, essas séries estão em estratigrafia entre os cascalhos de base contendo utensílios acheulenses e os depósitos. mais recentes, que apresentam elementos da cultura Nok[63]. Sem relação com o complexo industrial lupembiense, tais séries teriam mais pontos em comum com as indústrias do Paleolítico Médio do norte da África, do tipo geral "musteriense", e provavelmente refletem um modo de vida mais adaptado à savana. Indústrias semelhantes foram encontradas em Gana, na Costa do Marfim[64], em Dacar[65] e no Saara Centrai[66]. Um fragmento de madeira proveniente dos depósitos de Zenebi, no norte da Nigéria, um dos sítios aluviais que continham vestígios musterienses, fornece uma data de -3485 ±110; entretanto, a posição exata desse fragmento de madeira em relação aos

60 DAVIES, O. 1964, p. 108-13.

61 Achado na superfície, na região de Afikpo, pelo professor D. D. Hartle e anteriormente nas coleções da Universidade da Nigéria, Nsukka.

62 SOPER, R. C. 1965, p. 188-90.

63 FAGG, B. E. B. 1956a, p. 211-14.

64 DAVIES, O. 1964, p. 124-42; CLARK, J. D. *Atlas,* 1967.

65 CORBEIL, R. *et al.* 1948; CORBEIL, R. 1951; RICHARD. 1955.

66 CLARK, J. D. *Atlas,* 1967.

utensílios de pedra não foi precisada, e a data é bem mais recente do que se poderia esperar de uma indústria desse tipo[67].

Em Tiemassas, perto da costa do Senegal, as escavações arqueológicas revelaram, entre outras, pontas bifaciais misturadas a utensílios do tipo Paleolítico Médio e Superior. No início, considerou-se que se tratava de uma mescla de elementos neolíticos e mais antigos[68]. Entretanto, um exame mais meticuloso mostrou que essas pontas bifaciais eram parte integrante de uma indústria em estratigrafia, não comportando outros elementos neolíticos; ela também foi considerada como um exemplo de indústria musteriense, caracterizada localmente por esses elementos e que substituiria, aqui, o ateriense[69] encontrado mais ao norte. Esse último complexo industrial, pertencente ao final do Paleolítico Médio na Argélia, estende-se em direção ao sul, no deserto. Davies vê na África ocidental um prolongamento dessa indústria que ele chama de "ateriense guineense"[70]; seus argumentos, porém, não são convincentes, sendo postos em dúvida pela maior parte dos pesquisadores[71].

A Late Stone Age

Em quase toda a África a Late Stone Age é caracterizada pelo desenvolvimento de pequenos utensílios de pedra, que por essa razão foram chamados de "micrólitos". Trata-se de peças minúsculas cuidadosamente talhadas para serem cravadas nas hastes das flechas, formando pontas e farpas, ou para constituírem outros tipos de utensílios compostos. Elas mostram que seus autores possuíam o arco e que a caça a arco desempenhava um papel importante em sua economia.

Nesse ponto, ficamos confusos com o termo "neolítico" e com a ambiguidade de seu significado; sempre que possível, é conveniente evitar seu uso na África, principalmente na África subsaariana[72], mas deve-se levar em conta a persistência desse termo no norte da África e no Saara. Nesse deserto, encontramos muitas indústrias que foram chamadas de neolíticas por causa de suas formas, e que na região central, datam do sexto milênio antes da Era Cristã. O clima era mais úmido que atualmente, o que resultou numa flora do tipo mediterrâneo e numa

67 BARENDSON, G. W. *et al.* 1965.

68 DAGAN, T. 1956.

69 GUILLOT, R. e DESCAMPS, C. 1969.

70 DAVIES, O. 1964, p. 116-23.

71 HUGOT, H. J. 1966a.

72 BISHOP, W. W. e CLARK, J. D. 1967, p. 898, Resolução Q; CLARK, J. D. 1967; SHAW, T. 1967, p. 35, Resolução 13; MUNSON, P. 1968, p. 11. Alguns autores não compartilham dessa opinião.

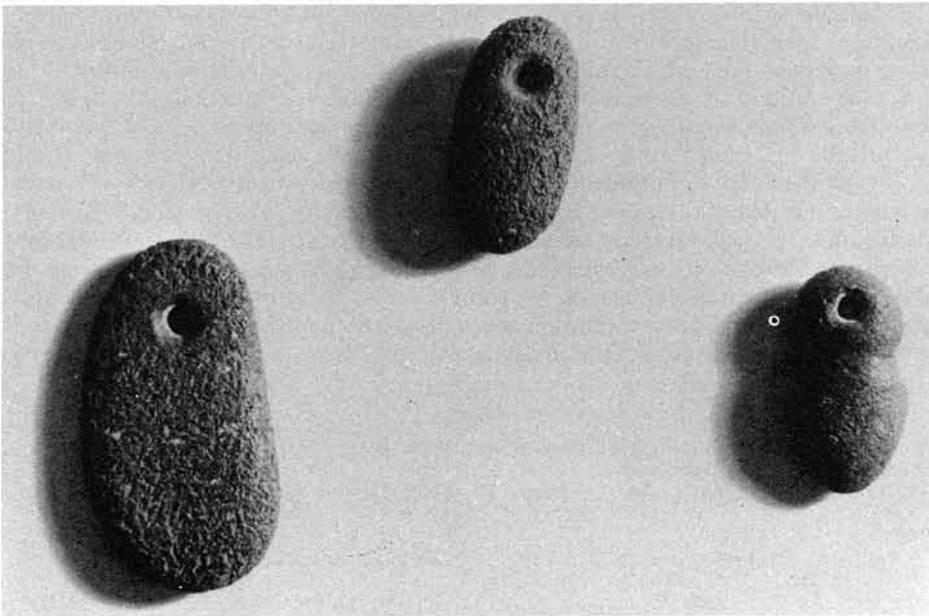
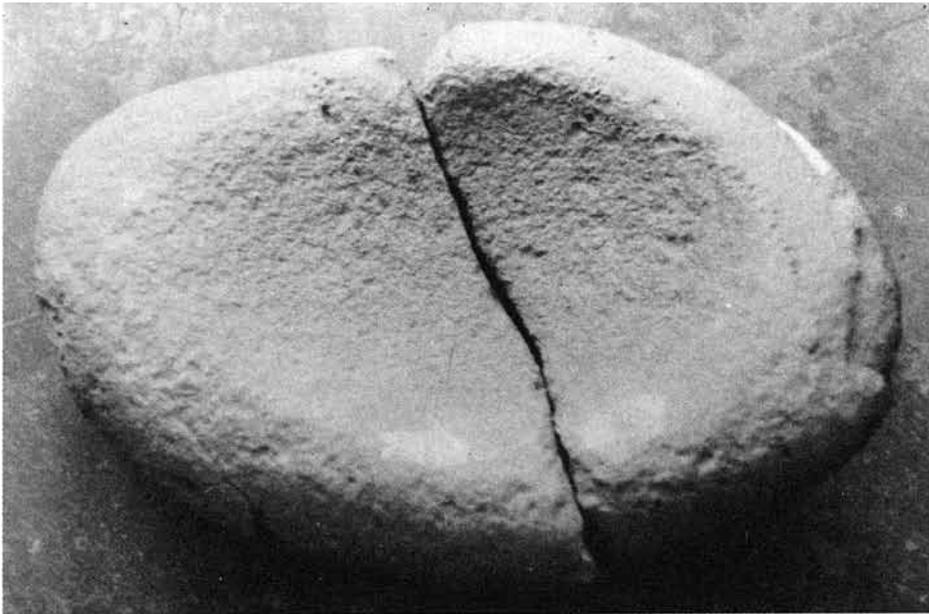



Figura 24.4 Mó feita de rocha vulcânica, encontrada no sítio neolítico de Ngor (Foto I. Diagne, Museu do IFAN).

Figura 24.5 Pendentes de pedra basalto do sítio neolítico de Patte d'Oie (Foto I. Diagne, Museu do IFAN).

população de pastores, que podem ou não ter sido agricultores[73]. Não restam dúvidas acerca da presença de agricultores em Cirenaica em -4800[74]; atualmente, porém, ficou demonstrado que o Neolítico de tradição capsiense, largamente espalhado pelo noroeste da África e que sucedeu às culturas epipaleolíticas, não apresentava práticas agrícolas, embora ele tenha se estendido para além do segundo milênio antes da Era Cristã[75]. Houve um tempo em que as descobertas feitas em Rufisque, no Senegal, foram classificadas como pertencentes ao Neolítico de tradição capsiense[76], mas é preferível considerá-las como fazendo parte do *continuum* microlítico espalhado pela África ocidental[77]. Além dessas escavações perto de Dacar, esse *continuum* microlítico ou Microlítico da Guiné está amplamente distribuído na metade leste da África ocidental; na metade oeste, porém, ele parece estar ausente nos sítios mais meridionais, na região da Libéria, da Serra Leoa e do sul da República da Guiné. Foi na Guiné, num certo número de cavernas e abrigos sob rochas que foram feitas as primeiras escavações arqueológicas da África ocidental. Algumas dessas escavações aconteceram há mais de setenta anos atrás[78]. Em alguns sítios existem peças bifaciais que lembram formas anteriores à Late Stone Age; entre essas peças, algumas parecem pequenas enxadas, o que não deixa de ser um testemunho indireto de que se praticou a agricultura. Essa possibilidade certamente não deve ser descartada, pois nessa época o arroz substitui o inhame como principal colheita na metade oeste da África ocidental; esse arroz africano, o *Oryza glaberrima,* provavelmente foi domesticado na zona do delta do médio Níger[79]. Existem também em Gana grandes fragmentos de quartzo com os contornos mal delineados[80], que também parecem enxadas e que têm sido considerados como uma prova da existência de práticas agrícolas no local; mas não há datas nem maneiras válidas de se comprovar isso. A maior parte dos sítios da República da Guiné revelaram micrólitos, machados de pedra polida, mós e cerâmica, o mesmo acontecendo na Guiné-Bissau[81]. Alguns sítios guineenses continham cerâmica, se bem que

73 HUGOT, H. J. 1963, p. 148-51; MORI, F. 1965; CAMPS, G. 1969.

74 MCBURNEY, C. B. M. 1967, p. 298.

75 ROUBET, C. 1971.

76 VAUFREY, R. 1946; ALIMEN, H. 1857, p. 229-33; DAVIES, O. 1964, p. 236.

77 HUGOT, H. J. 1957, 1964, p. 4-6; SHAW, T. 1971a, p. 62.

78 HAMY, E. T. 1900; GUEBHARD, P. 1907, 1909; DESPLAGNES, L. *B.S.G.C.,* 1907; HUE, 1912; HUBERT, R. 1922; BREUIL, H. 1931; DELCROIX, R. e VAUFREY, R. 1939; SHAW, T. 1944.

79 PORTERES, R. 1962, p. 197-99.

80 DAVIES, O. 1964, p. 203-30.

81 MATEUS, A. 1952.

na gruta de Kakimbon ela só apareceu na camada superior[82]. As escavações efetuadas no abrigo sob a rocha de Blande, na extremidade sudeste da República da Guiné, revelaram igualmente uma indústria que incluía machados de pedra e cerâmica, junto com instrumentos bifaciais de grande porte que lembram as das cavernas de Kindia e Futa Djalon, mas sem qualquer elemento microlítico[83]. Os micrólitos também não aparecem na caverna de Yengema, em Serra Leoa, onde o nível mais antigo revelou a presença de uma pequena indústria de lascas de quartzo, comparada pelo pesquisador à indústria de Ishango, do lago Eduardo; no nível médio, os picões e as "enxadas" bifaciais – que se parecem com parte do material das cavernas guineenses – são considerados pelo pesquisador como um complexo industrial lupembiense; por fim, o nível superior revelou machados de pedra e cerâmica que foram situados, com base em duas datações feitas por termoluminescência, no período de -2000 a -1750[84]. De qualquer modo, aparece um elemento microlítico nos dois outros abrigos sob a rocha, explorados mais ao norte de Serra Leoa, em Yagala e Kamabai; as datações feitas por radiocarbono indicam aqui uma fase da Late Stone Age que vai de -2500 até o século VII da Era Cristã[85].

Parece que nessa parte oeste da África ocidental, nos sítios mais meridionais, teria sobrevivido relativamente inalterada uma tradição da Middle Stone Age (que pode também existir em Dacar e Bamaco); parece também que ela não teria nem inventado nem adotado a técnica microlítica; é bem possível que as razões sejam de ordem ecológica, pois a técnica microlítica está associada à economia da região das savanas, onde a caça desempenhava um papel relevante. Se assinalarmos a distribuição dos sítios sem micrólitos (Conacri, Yengema, Blandé) e traçarmos uma linha de demarcação entre esses últimos e os sítios que possuem micrólitos (Kamabai, Yagala, Kindia, Nhampassere), perceberemos que essa linha é bem próxima da que separa a floresta da savana. As novas técnicas de machados polidos e de cerâmica chegaram a essa região posteriormente, provenientes do norte. A data da aparição dessas influências situa-se aproximadamente na metade do terceiro milênio antes da Era Cristã, o que corresponde ao momento em que o dessecamento do Saara se completa; é pois razoável aproximar esses dois eventos e ver neles a influência da migração das populações para fora do Saara. Embora não tenhamos ainda nenhuma evidência osteológica a esse

82 HAMY, E. T. 1900.

83 HOLAS, B. 1950, 1952; HOLAS, B. e MAUNY, R. 1953.

84 COON, C. S. 1968.

85 ATHERTON, J. H. 1972.

respeito, é provável que nessa migração tais populações tenham também trazido gado, entre outras talvez a cepa ancestral da raça Ndama de Futa Djalon, que é imune à tripanossomíase.

Em quase todo o restante da África ocidental, um *continuum* microlítico precede as técnicas de fabricação de cerâmica e de machados de pedra polida; estes últimos, mais parecem fazer parte da tradição microlítica do que tê-la substituído.

Em Kourounkorokale, perto do Bamaco, uma camada inferior com micrólitos e objetos de osso rudimentares está subjacente a uma camada que apresenta micrólitos mais sofisticados, machados de osso polido e cerâmica[86].

Na Nigéria, os abrigos sob a rocha de Rop[87], no planalto de Bauchi, e em Iwo Eleru, no Western State, revelaram níveis microlíticos sem peças de cerâmica e sem machados polidos, sob camadas de indústrias microlíticas que possuíam esses últimos. Em Iwo Eleru, obteve-se uma datação de radiocarbono de -9200, perto da base da camada inferior; a transição para a camada superior parece ser pouco posterior a -3000[88]. Em Old Oyo, na caverna de Mejiro, encontrou--se uma indústria microlítica desprovida de cerâmica e de machados de pedra polida; essa amostra, porém, é pequena e não está datada[89]. Em Gana, a caverna de Bosumpra, em Abetifi, revelou uma associação de peças de cerâmica, micrólitos e machados de pedra polida, também sem data[90]. Ainda em Gana, há fácies remanescentes da Late Stone Age, chamadas de "cultura de Kintampo". Sucedendo a uma fase anterior dotada de cerâmica e de micrólitos, a cultura de Kintampo apresenta machados de pedra polida, braceletes de pedra (conhecidas a partir dos sítios neolíticos do Saara) e um tipo especial de moedor de pedra. A fase antiga (*Punpun*) data de -1400, enquanto a fase recente apresenta gado doméstico e cabras-anãs de uma raça parecida com a *Dwarf Shorthorn* ou anãs--de-chifre-curto da África ocidental[91]. Até mesmo no sul da Mauritânia, na fase mais antiga (Akreijit) da sequência de Tichitt, os micrólitos estão presentes

86 SZUMOWSKI, G. 1956.

87 FAGG, B. E. B. 1944, 1972; EYO, E. *W.A.J.A.*, 1972; ROSENFELD, A. 1972; FAGO, A. 1972b.

88 SHAW, T. 1969b.

89 WILLETT, F. 1962b.

90 SHAW, T. 1944.

91 DAVIES, O. 1962; 1964, p. 239-46; 1967b, p. 216-22; FLIGHT, C. 1968, 1970; CARTER, P. L. e FLIGHT, C. 1972.

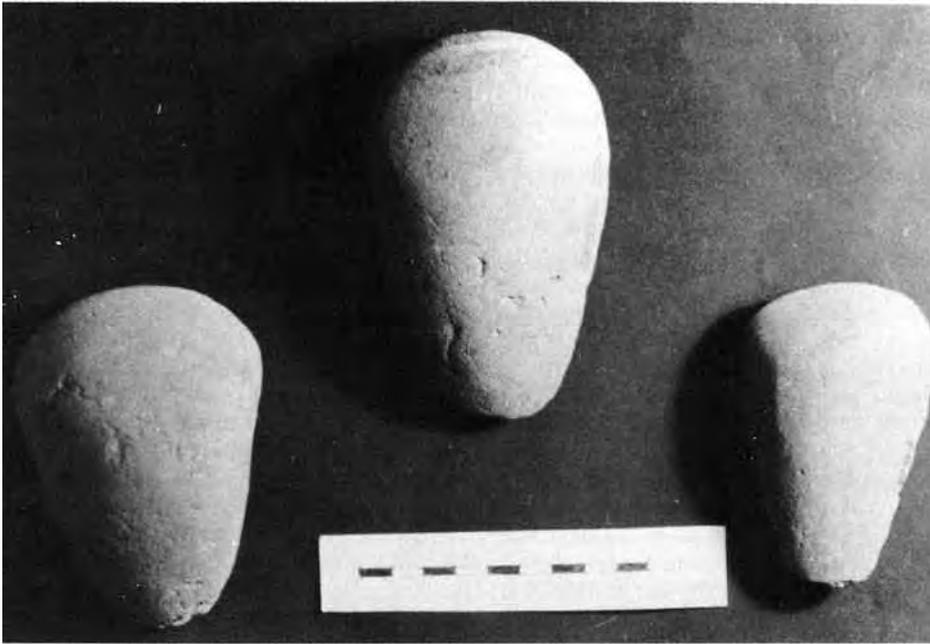



Figura 24.6 Machados polidos de "Bel Air" em dolerito (Foto I. Diagne, Museu do IFAN).

Figura 24.7 Cerâmica neolítica de "Bel Air", do sítio de Diakité, no Senegal (Foto I. Diagne, Museu do IFAN).

junto com a cerâmica e os machados de pedra; mas eles desaparecem em todas as fases subsequentes[92].

Ao longo das margens setentrionais de nossa área, na zona do Sahel, imediatamente ao sul do deserto saariano, a situação é um pouco diversa na última fase da Late Stone Age, com adaptações locais à ecologia, evidenciadas na cultura material. Em Karkarichinkat, ao norte de Gao, entre -2000 e -1500, as populações pastoris viviam em colinas acima do nível dos cursos de água sazonais; elas conheciam a cerâmica e possuíam um equipamento lítico que incluía machados de pedra polida, pontas de flechas bifaciais do tipo saariano (mas sem base côncava)[93] e raros micrólitos; a pesca era um aspecto importante da economia, como ficou largamente evidenciado no sul do Saara, nos tempos do Neolítico recente[94]. No nordeste da Nigéria, em Daima, constatou-se, mil anos mais tarde, uma situação quase análoga: é muito provável que os criadores de gado tenham cultivado o sorgo na argila fértil deixada pela retração do lago Chade, e, embora eles tivessem utilizado peças de cerâmica, machados polidos e uma grande quantidade de objetos de osso, não conheciam a indústria de micrólitos[95].

Na extremidade oposta de nossa região, ao longo das margens meridionais da África ocidental na costa atlântica, ocorreu uma adaptação a um meio ecológico totalmente diferente. Nesse lugar, os povos da Late Stone Age utilizavam moluscos, abundantes nas lagoas e nos estuários, tanto como iscas para pescar, quanto para a própria alimentação, deixando atrás de si grande acúmulo de conchas. Na Costa do Marfim, tais concheiras existiram desde -1600 até o século XIV da Era Cristã[96]. No Senegal, descobriu-se numa delas um machado feito de osso[97]. Sítios análogos que foram objeto de estudos na região de Casamance são posteriores à Idade da Pedra[98].

Em Afikpo, no sul da Nigéria, foi encontrado um sítio contendo cerâmica, machados de pedra polida e uma indústria lítica sem micrólitos; a datação por radiocarbono situa essa indústria entre -3000 e -1000[99]. Em Fernando

92 MUNSON, P. 1968, 1970.

93 MAUNY, R. 1955b; SMITH, A. 1974.

94 MONOD, T. e MAUNY, R. 1957.

95 CONNAH, G. 1967, 1969, 1971.

96 MAUNY, R. 1973; OLSSON, I. V. 1973

97 JOIRE, J. 1947; MAUNY, R. 1957, 1961, p. 156-62.

98 LINARES DE SAPIR, O. 1971.

99 HARTLE, D. D. 1966, 1968.

Pó, distinguimos quatro fases principais num complexo da Late Stone Age[100] que apresenta peças de cerâmica e machados de pedra polida mas não tem micrólitos; uma datação por radiocarbono indica o século VI da Era Cristã para a fase mais antiga, o que, salvo engano, torna essa sequência bastante tardia; a forma curvada dos machados apresenta pontos em comum com a dos machados provenientes do sudeste da Nigéria[101], de Camarões e da República do Chade[102].

Em resumo, a Late Stone Age na África ocidental pode ser dividida em duas fases: a fase I, cujo início não ultrapassou -10.000, tem duas fácies: a fácies A apresenta uma indústria de micrólitos, associada à caça na savana; a fácies B pertence à zona florestal na extremidade sudoeste da África ocidental e não apresenta micrólitos. A fase II, que começou logo depois de -3000, tem quatro fácies: a fácies A, na maior parte da savana, apresenta peças de cerâmica e machados de pedra polida associados aos micrólitos; a fácies B, no Sahel, inclui a pesca em sua economia e praticamente não apresenta micrólitos, apesar de ter uma indústria de objetos de osso como arpões, anzóis, etc.; a fácies C é costeira e sua economia é adaptada à exploração de recursos das lagunas e dos estuários; a fácies D, associada à paisagem da floresta, apresenta peças de cerâmica e machados de pedra polida, mas não dispõe de micrólitos.

Durante o terceiro milênio, quando os pastores do Saara emigraram pela primeira vez para o sul, eles não somente encontraram "caçadores microlíticos", mas também abandonaram uma região onde o sílex era abundante e foram para outra, onde as armaduras e as farpas de flechas só podiam ser feitas de quartzo ou outros tipos de pedras com as quais era extremamente difícil fazer pontas bifaciais. Assim, em sua maioria eles parecem ter adotado a técnica microlítica local para armar e farpar suas flechas; essa técnica era eficaz, embora o resultado, do ponto de vista estético, não fosse muito agradável a olhos modernos. Os que chegaram até Ntereso, no centro de Gana, durante a segunda metade do segundo milênio, e aí conservaram suas pontas de flechas bifaciais características, constituem uma exceção[103].

Se essa migração das, populações do Saara em direção ao sul representou a introdução de um elemento novo na população autóctone, ela não teve influência visível no tipo físico: todos pertenciam igualmente à raça negra[104]. Se,

100 MARTIN DE MOLINO. 1965.

101 KENNEDY, R. A. 1960.

102 CLARK, J. D. 1967, p. 618.

103 DAVIES, O. 1966a; 1967a; 1967b, p. 163; SHAW, T. 1969c, p. 227-28.

104 CHAMLA, M. C. 1968; BROTHWELL, D. e SHAW, T. 1971.

como parece provável, os imigrantes falavam o protonilo-saariano, os pequenos grupos devem ter perdido seus dialetos particulares e adotado o níger-congo que predominava na região; somente os grandes grupos, tais como os ancestrais dos Songhai, teriam conservado seu próprio idioma[105].

A economia de produção

A passagem de uma situação na qual o homem dependia da caça, da pesca e da coleta de frutas silvestres, para a prática da agricultura e da criação de gado, é o passo mais importante dado por nossos ancestrais no decorrer dos dez últimos milênios. Essa revolução não aconteceu num único ponto do mundo para depois espalhar-se por todos os lugares, mas sim num número limitado de "focos". Para a Europa, a Ásia ocidental e o nordeste da África, o foco mais importante se encontra na região montanhosa de Anatólia, do Irã e do norte do Iraque. Foi nesses lugares que se desenvolveram a cultura do trigo e da cevada e a domesticação da ovelha, da cabra e dos bovinos. Mais tarde, a técnica de produção de alimentos foi introduzida nos grandes vales fluviais do Tigre e do Eufrates, do Nilo e do Indo, aprimorada pela drenagem e pela irrigação[106]. No quinto milênio, ovinos e bovinos foram domesticados no Egito, onde também se cultivaram cereais[107]. Atualmente, temos provas de que o gado domesticado já existia anteriormente nas terras altas saarianas, e temos indicações, embora insuficientes, do cultivo de cereais[108]. Como mostra o exemplo do vale do Nilo, a dificuldade encontrada no cultivo de cereais na África subsaariana reside no fato de que as mais antigas plantas cultivadas – o trigo e a cevada – dependem das chuvas de inverno e só com bastante dificuldade conseguem desenvolver-se ao sul da frente tropical, na região das chuvas de verão. Foi necessário cultivar gramíneas selvagens apropriadas, de onde se originaram diversos tipos de milhetes africanos. Dessas gramíneas, a mais importante é a *Sorghum bicolor* ou milho da Guiné, cuja cultura se iniciou na primeira metade do segundo milênio, na região situada entre o deserto e a savana, entre o Nilo e o lago Chade[109]. Foram cultivadas outras gramíneas selvagens, de onde se originaram

105 GREENBERG, J. H. 1963b.

106 CLARK, G. 1969, p. 70 e segs.; UCKO, P. J. e DIMBLEBY; G. W. 1969.

107 CATON-THOMPSON, G. e GARDNER, E. W. 1934; SEDDON, D. 1968, p. 490; WENDORF, F. *et al.* 1970, p. 1168

108 MORI, F. 1965; CAMPS, G. 1969.

109 DE WET, J. M. J. e HARLAN, J. R. 1971

o milhete perolado e o milhete coracan ou *finger millet;* o arroz africano já foi mencionado[110]. No sul da Mauritânia, ao redor de Tichitt, há traços do consumo de grãos de gramíneas locais, mais aproximadamente em -1000; a proporção de milhete perolado sobe de 5 para 60%[111]. Nas regiões mais úmidas da África ocidental, o principal tubérculo era o inhame, havendo mais de uma variedade africana[112]; todavia, embora essa cultura tenha existido há 5000 anos atrás, ainda não ternos dados arqueológicos e botânicos que possam provar isso; uma longa história do cultivo do inhame complementado pelo uso de outros produtos nutritivos como as bagas de palmeiras oleaginosas, protegidas ou conservadas, ajudariam a explicar a densidade populacional do sul da Nigéria[113].

Apesar de ser um pré-requisito para a urbanização, o desenvolvimento da produção de alimentos não implica automaticamente e por si só no crescimento de vilas e cidades. Parece que outros elementos entram em jogo, tais como o aumento, até um certo nível, da pressão demográfica e a diminuição das terras cultiváveis[114]. Na África subsaariana, a incidência da malária aumentou em consequência do desmatamento em função da agricultura e da presença de comunidades estáveis mais importantes; também o crescimento populacional resultante da prática da agricultura foi mais lento do que deveria ter sido[115] e, na maior parte das zonas subsaarianas, não havia na época falta de terras cultiváveis[116]. Entretanto, no começo do primeiro milênio da Era Cristã estabeleceu-se uma economia agrícola suficiente para satisfazer as necessidades de antigos reinos como Gana, Mali, Songhai, Benin e Ashanti.

O advento do metal

Apesar das propostas feitas já há muito tempo, baseadas em razões metodológicas válidas, para que se abandonasse na Europa o sistema das "três

110 PORTERES, R. 1951, 1958, 1972.

111 MUNSON, P. 1968, 1970.

112 COURSEY, D. G. 1967, 1972.

113 SHAW, T. 1972, p. 27-28; REES, A. R. 1965.

114 WEBB, M. C. 1968.

115 LIVINGSTONE, F. B. 1958; WIESENFELD, S. L. 1967; COURSEY, D. G. e ALEXANDER, J. 1968.

116 SHAW, T. 1971b, p. 150-53.

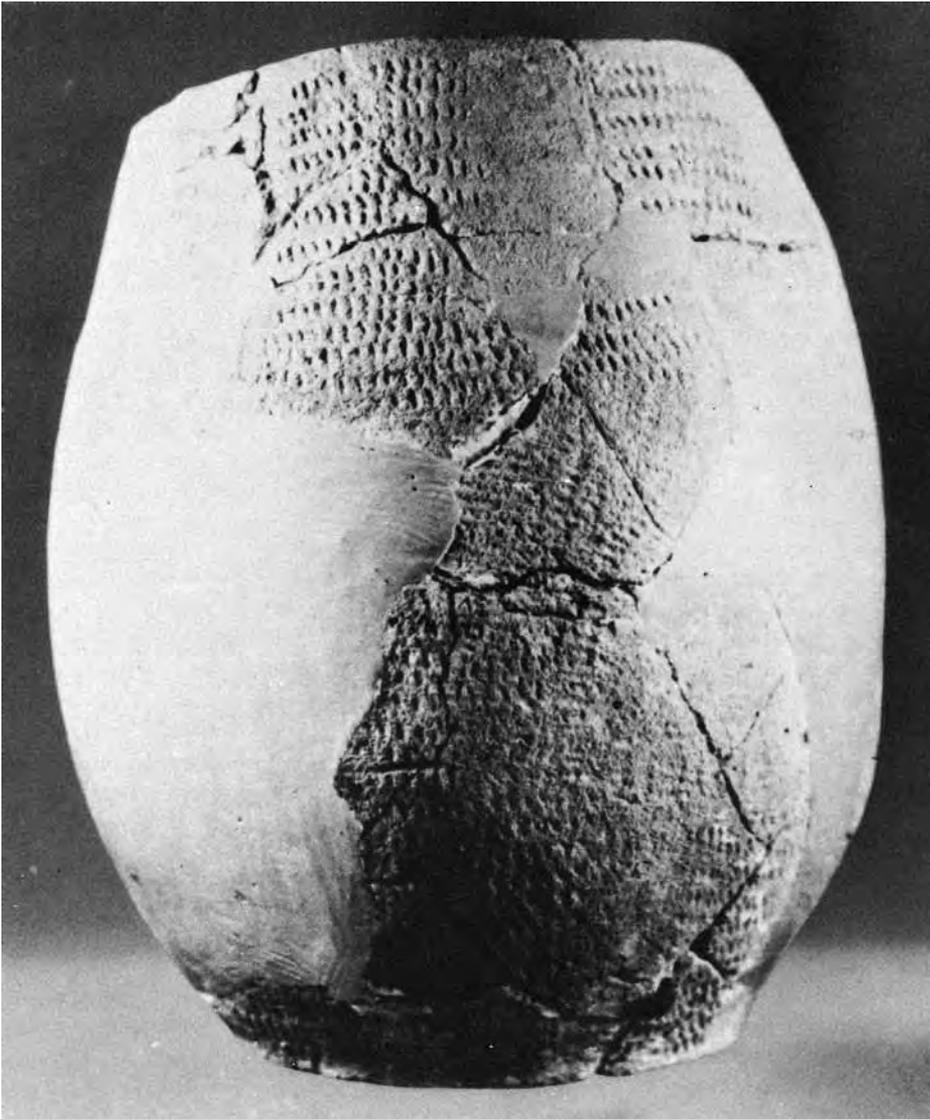



Figura 24.8 Vaso de fundo plano da Idade do Ferro (Foto de I. Diagne, Museu do IFAN).

idades" – Idade da Pedra, Idade do Bronze e Idade do Ferro[117] – ele continuou a ser usado por se mostrar conveniente.

117 DANIEL, G. 1943.

No seu conjunto, a África ocidental mal teve a Idade do Bronze. No entanto, vinda da Espanha e do Marrocos, uma de suas fácies se manifestou na Mauritânia, onde foram descobertos cerca de 130 objetos de cobre e onde foram exploradas as ricas minas de Akjujt, que uma datação em radiocarbono situa no século V antes da Era Cristã; além disso, foram encontradas pontas de flechas achatadas, feitas de cobre, no Mali e no sudeste da Argélia[118].

Por que a África ocidental não conheceu a Idade do Bronze? Por que ela não foi mais influenciada pela antiga civilização egípcia? As razões residem parcialmente no fato de que o terceiro milênio – durante o qual a metalurgia, a escrita, a construção dos monumentos de pedra, a utilização da roda e a centralização do governo se estabeleceram solidamente no Egito foi também a época do dessecamento final do Saara. Desse modo, as populações abandonaram o deserto e ele não mais serviu de elo indireto entre o Egito e a África ocidental. Esse elo só foi restabelecido cerca de 3000 anos mais tarde, graças ao camelo. As outras razões estão ligadas ao estabelecimento, mais tardio e mais lento, de uma economia agrícola na África ocidental, como foi descrito acima. Preocupados em conferir certa dignidade e brilho à história da África ocidental, alguns autores tentaram estabelecer uma ligação entre esta e o antigo Egito, para que ela partilhasse da mesma glória[119]; isso parece-nos totalmente desnecessário[120].

O início da Idade do Ferro (de aproximadamente -400 a 700)

Durante todo o início da Idade do Ferro, muitas regiões da África ocidental permaneceram isoladas do exterior, e, na maioria dos casos, os contatos que porventura existiram com o mundo antigo conhecido foram indiretos, esporádicos e sem importância[121]. Muito se tem falado acerca da pretensa viagem de Hanão, mas sua narrativa provavelmente é uma invenção[122]. O relato de Heródoto sobre o "comércio mudo" dos cartagineses com o ouro da África ocidental é quase com certeza baseado em fatos[123]. Seguramente devem ter existido alguns motivos de contato com o mundo exterior, pois foi no começo desse período que o conhecimento do ferro chegou à África. Não se trata apenas da importação de

118 MAUNY, R. 1951; MAUNY, R. e HALLEMANS, J. 1957; LAMBERT, N. 1970, 1971.

119 LUCAS, J. O. 1948; DIOP, C. A. 1960, 1962.

120 SHAW, T. 1964a, p. 24.

121 LAW, R. C. C. 1967; FERGUSSON, J. 1969; MAUNY, R. 1970b, p. 78-137.

122 PICARD, G. C. 1971; MAUNY, R. 1970a; 1971, p. 75-7.

123 HERÓDOTO. 1964, Livro IV, p. 363.

Figura 24.9 Círculo megalítico, Tiekene Boussoura, Senegal: o "túmulo do rei" aparece em primeiro plano (Foto I. Diagne, Museu do IFAN).

Figura 24.10 Estatueta antropomórfica encontrada em Thiaroye, no Senegal (Foto I. Diagne, Museu do IFAN).

objetos de ferro, mas também do conhecimento da técnica de transformação do metal, difícil de considerar como uma invenção autônoma, já que na época não se conhecia nada sobre metalurgia[124]. Em Taruga, na Nigéria central, estudou-se um certo número de sítios de fundição de ferro; o radiocarbono indica datas que vão do século V ao III antes da Era Cristã[125]. As escavações feitas nos outeiros habitados do vale do Níger também indicam a presença do ferro aproximadamente no século II antes da Era Cristã[126]. Parece quase certo que o conhecimento da técnica da metalurgia do ferro tenha chegado à África ocidental vinda não de Meroé, como foi sugerido com frequência[127], mas da região da África do norte então submetida à influência de Cartago; talvez os garamantes, utilizadores de carros, tenham servido de intermediários: há gravuras rupestres desses carros ao longo da estrada que liga o Fezzan à curva do médio Níger[128]. Mais a oeste, as pinturas rupestres revelam um outro itinerário de carros, que ligava o Marrocos ao sul da Mauritânia; talvez tenha sido sob a pressão dos nômades que sabiam manejar o ferro (a lança de ponta de metal torna-se a arma mais usada e substitui o arco nas gravuras sobre rochas) que os homens da Late Stone Age de Tichitt (fase Akinjeir) se decidiram a fortificar suas aldeias a partir do século V ou IV antes da Era Cristã[129]. Em Taruga, as descobertas feitas por ocasião das escavações foram associadas às estatuetas de terracota desse estilo tão característico ao qual se deu o nome da aldeia nigeriana de Nok, onde elas foram encontradas pela primeira vez e em maior número, durante a exploração de minas de estanho[130]. Levando em conta que elas eram provenientes de aluviões contendo estanho, foram geralmente as cabeças das estátuas mais sólidas e resistentes que o resto do corpo – que permaneceram intatas. Foi difícil, no início, saber se os outros objetos descobertos no cascalho eram todos contemporâneos das estátuas ou se eles representavam uma mistura de objeto da mesma época e de outras mais antigas; pois, além dos objetos de ferro e de tubos que serviam para tirar o ferro fundido, foram encontrados machados de pedra polida e instrumentos menores do tipo da Late Stone Age[131].

124 DAVIES, O. 1966b; SHAW, T. 1969b, p. 227-28.

125 FAGG, B. E. B. 1968, 1969.

126 PRIDDY, A. J. 1970; HARTLE, D. D. 1970; YAMAZAKI, F. *et al.* 1973, p. 231-32.

127 CLARK, G. 1969, p. 201.

128 MAUNY, R. 1952; LHOTE, H. 1966; SHAW, T. 1969c, p. 229; DANIELS, C. 1970, p. 43-4; HUARD, P. 1966.

129 MAUNY, R. 1947 e 1971, p. 70; MUNSON, P. 1968, p. 10.

130 FAGG, B. E. B. 1945; 1956b; 1959.

131 FAGG, B. E. B. 1956b.

Atualmente, parece que o material da Late Stone Age é mais antigo e deve--se a um depósito aluvial[132]. Em Taruga não há nenhum vestígio da Idade da Pedra, embora se tenha achado um machado de pedra polida num dos raros sítios de ocupação da área[133]. A datação dos cascalhos situa as estatuetas entre -500 e o ano 200 da Era Cristã – lapso de tempo posteriormente confirmado e tornado mais preciso com o auxílio de datações por radiocarbono feitas em Taruga, no sítio de ocupação já mencionado (século III antes da Era Cristã), e por uma outra datação por termoluminescência (-620 ±230)[134]. Embora não seja constante, o estilo das terracotas representa uma realização artística admirável e alguns especialistas de história da arte consideram-nas como predecessoras de certas formas de arte ioruba, que será descoberta mil anos mais tarde, a 600 km além, na direção do sudeste[135]. As descobertas da civilização de Nok ocorreram numa vasta região que se estende de sul a oeste do planalto de Jos, com cerca de 500 km de comprimento.

Perto do rio Gâmbia, no Senegal e em Gâmbia, há um distrito no qual se encontra um grande número de pilares de pedra dispostos verticalmente, isolados ou distribuídos em círculos; os megalitos mais bem trabalhados são duplos e tendem a representar uma lira. As escavações realizadas foram esclarecidas por três datações através de radiocarbono, que indicaram os séculos VI e VIII, sem considerar duas datas do século I, provenientes do antigo solo sob os megalitos e que revelam um *terminus post quem* para sua construção; parece que se tratava de monumentos funerários[136]. Em Tondidarou, na curva do médio Níger, um notável conjunto de monumentos de pedra de forma fálica foi arruinado pela ignorância e pelo entusiasmo ingênuo de pesquisadores e administradores do século XX. Consequentemente, não temos um conhecimento mais profundo sobre eles; talvez pertençam à mesma época que os monumentos senegambienses[137].

No final do período dos primeiros contatos, na orla norte da África ocidental, as populações negras se relacionaram com os berberes nômades do deserto, que a partir de então dispunham de camelos e transportavam para o norte o

132 SHAW, T. 1963, p. 455.

133 FAGG, A. 1972 b.

134 FAGG, B. E. B. e FLEMING, S. J. 1970.

135 FAGG, W. e WILLETT, F. 1960, p. 32; WILLETT, F. 1960, p. 245; 1967, p. 119-20, 184; 1968, p. 33; RUBIN, A. 1970.

136 OZANNE, P. 1966; BEALE, F. C. 1966; CISSÉ, K. e THILMANS, G. 1968; FAGAN, B. M. 1969, p. 150; DESCAMPS. 1971.

137 DESPLAGNES, A. M. L. 1907a, p. 40-41; MAES, E. 1924; MAUNY, R. 1961, p. 129-34; 1971a, p. 133-36.

ouro da África ocidental, através do Saara. No final do século VIII, a fama de "Gana, a terra do ouro" tinha chegado a Bagdá[138]. Essas regiões setentrionais da África ocidental possuíam agora noções rudimentares de agricultura e uma tecnologia do ferro. Elas estavam prontas para iniciar o desenvolvimento político e a formação de Estados, para fazer frente à pressão dos nômades vindos do norte, para apoderar-se, enfim, do controle lucrativo do comércio do ouro. Mais ao sul, ao norte da Serra Leoa, a passagem para a utilização do ferro não parece ter ocorrido até o século VIII e, assim mesmo, fez-se bem lentamente[139].

138 LEVTZION, N. 1971, p. 120.

139 ATHERTON, J. H. 1972, 1973.

CAPÍTULO 25

Pré-História do vale do Nilo

F. Debono

Sudão, Núbia e Egito, três regiões bem diferentes ligadas entre si apenas por um rio, constituem um único vale. Atualmente, porém, é difícil imaginar que o imenso deserto que circunda o vale nos dois lados outrora tenha oferecido, dependendo das flutuações climáticas e ecológicas, pontos de parada, locais de passagem ou barreiras intransponíveis com o resto do continente africano. Esses mesmos fatores físicos também condicionaram o modo de vida dos primeiros habitantes do vale, na sua luta interminável para adaptar-se a meios hostis ou favoráveis à sua expansão.

Nesse contexto, traçaremos um relato conciso da longa evolução de tais povos, desde as origens da hominização até o apogeu faraônico. Determinadas culturas, em determinados momentos, já são bem conhecidas; em muitos outros casos, o caráter ainda incompleto das pesquisas, de um lado, e a tendência exagerada à classificação, de outro, levaram a uma fragmentação que, no futuro, poderia tornar-se artificial e, às vezes, até abusiva: a multiplicação de "tipos", em certos casos somente a alguns quilômetros de distância, tem algo de pouco verossímil. Os historiadores descontentes com essa dispersão procuraram reagrupar os "tipos" conhecidos em grandes categorias cronológicas, embora algumas delas possam, com o tempo, tornar-se inadequadas ou imperfeitas.

Olduvaiense[1]

Esta cultura é, em toda parte, caracterizada pelos seixos lascados (*choppers*). Descobertas recentes relativas à origem do homem permitem afirmar que não apenas em outras partes da África, mas também no vale do Nilo existem alguns dos primeiros traços deixados pelo homem.

No Sudão, a partir de 1949, foram descobertos em Nuri e Wawa vestígios muito antigos desses seres já humanos, tais como seixos grosseiramente lascados formando rústicos utensílios. No entanto, esses achados isolados e superficiais não podem constituir uma prova definitiva. Somente a partir de 1971, depois de pesquisas sistemáticas efetuadas em Tebas, no Alto Egito, foi possível certificar-se a respeito desse ponto. A exploração de 25 depósitos aluviais do Quaternário Antigo teve como resultado uma rica coleção desses utensílios primitivos. A descoberta, em 1974, de três sítios estratificados contendo *choppers* forneceu informações importantes que acabaram com as últimas dúvidas. As camadas de seixos lascados eram subjacentes ao Acheulense antigo (Old Stone Age), que em suas camadas mais antigas caracteriza-se sobretudo por triedros. Há bem pouco tempo, um dente de um hominídeo foi encontrado nas antigas aluviões da montanha tebana, associado aos *choppers*. Lembramos que, em meados de 1925, foi encontrada uma sequência parecida nas aluviões de Abbassieh, perto do Cairo; na época, porém, os seixos lascados dessa camada foram classificados na categoria dos eólitos. Uma contribuição suplementar para o estudo desse período remoto foi dada bem recentemente, como resultado de nossas escavações em Adeimah, em 1974, no Alto Egito (expedição do IFAO[2]); trata-se de um novo depósito que ainda está sendo estudado, mas que parece ser semelhante aos anteriores.

Old Stone Age[3]

A bela indústria lítica desse período, caracterizada pelos bifaces de extremidades estreitadas, existe praticamente em toda a África. Ela pode mesmo ter surgido nesse continente, a partir dos seixos lascados do período

1 Esse período recebe esse nome por causa dos achados na garganta de Olduvai (ver capítulo 28); anteriormente foi por vezes chamado de Pré-Acheulense ou Paleolítico Arcaico.

2 Instituto Francês de Arqueologia Oriental.

3 Corresponde, grosso modo, ao *Paleolítico Inferior*, também frequentemente denominado Acheulense, período que vai de cerca de -600.000 a -200.000.

anterior, e depois se espalhado pelo resto do. mundo. No vale do Nilo, os testemunhos dessa civilização manifestam-se sem interrupção aparente desde o Sudão até o Egito. Graças a trabalhos recentes, essa cultura é mais bem conhecida no norte do Sudão que nas regiões meridionais. Em Atbara, Wawa e Nuri, o Acheulense Inferior, ilustrado por bifaces grosseiros com bordos sinuosos, é acompanhado de seixos lascados. Em Nuri, ele desenvolve-se com um complexo de transição. O Acheulense Superior e Médio, estudado sobretudo no norte, distingue-se pela melhoria no acabamento e pela aparição de indústrias paralevalloisienses. Essas últimas, que mais tarde deram origem à técnica de debitagem levalloisiense, podem ser vistas ainda em Khor Abu Anga. Enquanto o Acheulense é encontrado também em outros continentes, um tipo *sangoense* – a versão final do Acheulense (que persistiu durante muito tempo) – é peculiar à África. Identificado até então principalmente na África central e meridional, começa agora a ser detectado também no Sudão, em Khor Abu Anga e Sai. A partir de Uadi Halfa, ele parece perder várias de suas características. Ao que tudo indica, no Sudão existem muito poucas machadinhas bifaciais com bisel distal.

Na Núbia egípcia, o Acheulense foi encontrado nos antigos terraços do rio. Podemos observar aí uma evolução baseada no aperfeiçoamento da técnica de lascamento. Suas características tipológicas, porém, não são suficientemente conhecidas. No Egito, em compensação, os sítios estratificados de Abbassieh (perto do Cairo), que estudamos recentemente (1974) em Tebas, e os velhos terraços do Nilo revelam indústrias acheulenses em estágios sucessivos. O nível olduvaiense, caracterizado pelos seixos lascados, é sucedido por um Acheulense que apresenta triedros, bifaces grosseiros e também seixos lascados. No nível seguinte há bifaces mais evoluídos e peças protolevalloisienses. O sítio de Kharga tem camadas superpostas de um Acheulense mais recente, terminando na Middle Stone Age. Se os bifaces mostram as formas clássicas encontradas em outros lugares, às vezes acham-se exemplares cuja extremidade distal foi retrabalhada em forma de *machadinha;* no momento, esse é o único tipo de machadinha conhecido no Egito. São também característicos do Egito os bifaces trabalhados segundo uma técnica parecida com a de “Victoria-West”, que precedeu a clássica técnica de lascamento levalloisiense[4]. Outros bifaces do tipo sangoense, talvez mais recentes, são encontrados não muito longe do Cairo.

4 Uma grande lasca é destacada por percussão, em geral num dos lados, mais raramente numa das extremidades; a própria lasca é utilizada como utensílio.

Middle Stone Age[5]

Mudanças nas condições de vida levaram, nesse momento, ao uso generalizado da lasca, ao invés do biface, que tornou-se raro e depois desapareceu. Essas lascas com talões facetados, geralmente feitas a partir da técnica paralevalloisiense já mencionada, provêm de um núcleo especial que produzia lascas de formas predeterminadas. Em algumas partes da África, esse procedimento perdurou até o Neolítico, o que indicava já ser o resultado de uma reflexão tecnológica avançada.

A indústria musteriense, que usava a técnica de debitagem levalloisiense, foi pouco estudada no sul do Sudão, embora ela provavelmente exista em Tangasi e, sob uma forma mais evoluída, em Abu Tabari e Nuri. Por outro lado, uma recente pesquisa realizada no norte estabeleceu quatro conjuntos distintos: o Musteriense núbio, o Musteriense denticulado, o Sangoense lupembiense e o Khormusiense.

O Musteriense núbio aproxima-se do musteriense da Europa mas não é idêntico a ele. Nota-se aí uma pequena porcentagem de lascas levalloisienses e utensílios do tipo musteriense, pobremente retocados, comparáveis aos do Paleolítico Superior, e em alguns casos, aos bifaces acheulenses (mais ou menos de -45.000 a -33.000). O Musteriense denticulado também apresenta algumas lascas levalloisienses e pouquíssimas lâminas, ao passo que as peças denticuladas aparecem em grande quantidade. O Sangoense Lupembiense caracteriza-se por um incremento da técnica de lascamento levalloisiense, à qual se juntam bifaces, raspadores laterais, peças chanfradas ou denticuladas, lascas truncadas e bifaces pontudos com retoques foliáceos. O Khormusiense estende-se desde Gemai até as imediações de Dongola e compreende uma grande quantidade de lascas levalloisienses retocadas, peças denticuladas e, mais raramente, buris; por meio de trabalhos recentes, esse período foi datado de cerca de -25.000 a - 16000. Ultimamente essas estimativas foram revistas e estabeleceu-se nova data: -41.490 a -33.800.

Em comparação com o norte do Sudão, os dados colhidos na Núbia egípcia são insuficientes. Os antigos trabalhos de Sandford e Arkell estabeleceram a predominância da técnica de debitagem levalloisiense, algumas vezes de tradição acheulense. Pesquisas mais atuais (1962) fazem menção a essa técnica em Afyeh e em Khor Daoud. Nós mesmos a detectamos em Amada, em 1962-1963,

5 Esse termo abrange, de forma genérica, o *Paleolitico Médio,* aproximadamente desde -200.000.

numa forma levalloisiense pura. Em Uadi Sebua, estudamos umà indústria que, com toda certeza, pertence à fase final desse período e é associada a lascas não--levalloisienses, incluindo muitos buris.

O Ateriense, indústria típica do Magreb e do Saara meridional, distingue-se por lascas de base peduncular acentuada e pelo uso de retoques foliáceos. Tendo começado, sem dúvida, com o Musteriense, ele sobreviveu acidentalmente em algumas áreas até o período Neolítico. Na Núbia egípcia, ele foi há pouco tempo identificado no deserto líbio, a noroeste de Abu Simbel[6], associado a uma fauna muito rica: rinocerontes brancos, grandes bovinos, asnos selvagens, duas espécies de gazela, antílopes, raposas, chacais, facocheros, avestruzes, uma espécie extinta de dromedário e tartarugas. Na Núbia, o Ateriense parece relacionar-se com o Amadiense, uma indústria de tradição mustero-levalloisiense. No Egito, ele existe em estado puro nos oásis do leste, em Siwa, Dakhla e Kharga. No deserto oriental, é encontrado em Uadi Hammamat. No próprio vale do Nilo ele se espalha em pequenos lotes em Tebas e Dara (?). Pode ter influenciado o Hawariense no período seguinte, em Esna e Tebas. Ele se apresenta em dimensões microlíticas, nessa mesma indústria, em Abbassieh e Jebel Ahmar, perto do Cairo (desde no mínimo -44.000 até pelo menos -7000).

Apesar dos numerosos vestígios das culturas da Middle Stone Age no Egito, um estudo tipológico exaustivo de seu instrumental está longe de ser completado. Os primeiros trabalhos sobre os velhos terraços do vale do Nilo e do Faium permitiram uma visão geral da civilização que existia nesse período. No entanto, nossas recentes escavações sistemáticas na montanha de Tebas, desde 1971, sob os auspícios da UNESCO, revelaram algo de novo. Ocorrências estratificadas nos depósitos geológicos e numa centena de sítios desse período, colocados em estágios cronológicos sucessivos, permitem já esboçar em suas grandes linhas a evolução dessa indústria, que se anuncia predominantemente levalloisiense. Todas essas pesquisas convergem para demonstrar a existência de um antigo período acheulense-levalloisiense seguido de outro, marcado por núcleos maciços que se tornam progressivamente menores e mais refinados. Numa fase mais recente, aparecem sobre as lascas laminares[7] muitos retoques secundários de aparência *musteriense,* assim como diversos utensílios. Se essas indústrias apresentam elementos semelhantes aos de outras indústrias africanas, devemos mencionar ainda uma tipicamente egípcia, que nunca foi encontrada em nenhum outro

6 Essas descobertas datam de 1976. Elas foram feitas em Bir Terfawi e Bir Sahara.

7 A partir desse período encontraram-se duas técnicas de lascamento: a levalloisiense clássica e o desprendimento de lâminas alongadas. Entre essas duas técnicas, existem muitas outras formas de transição.

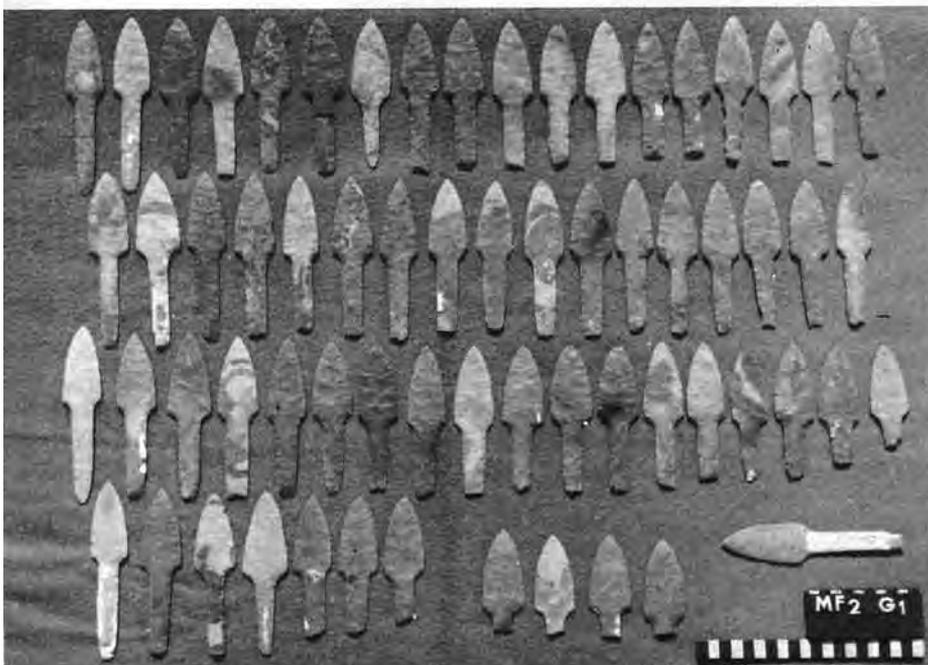



Figura 25.1 O Vale das Rainhas (Foto J. Devisse).

Figura 25.2 Pontas de dardos em sílex de Mirgissa, Sudão (escavações conduzidas por J. Vercautter, Missão Arqueológica Francesa no Sudão).

lugar. Trata-se de uma indústria muito numerosa, denominada Jebel-Suhan, caracterizada pelo uso de núcleos lascados pela técnica levalloisiense, com planos de percussão bipolares, que depois de usados foram retrabalhados em uma das extremidades para dar origem a um raspador côncavo.

No que diz respeito ao homem dessa época, descobrimos em Silsileh, em 1962, dois fragmentos de uma calota craniana que provavelmente datam desse período[8]. Seu estudo ainda está inacabado, mas já revelou algumas características arcaicas associadas a outras, mais recentes. O prosseguimento desses trabalhos pode elucidar a controvertida questão da origem do homem africano no Paleolítico Médio, muito pouco conhecido até o momento através de achados isolados ocorridos em Cirenaica, Marrocos e Zâmbia.

Late Stone Age

Na Europa e em outras regiões da África, a transição do período anterior para este é, em geral, marcada por uma ruptura extremamente brutal e rápida, em termos tecnológicos e, às vezes, até em termos humanos. Isso, porém, não se verifica no vale do Nilo. A dificuldade em descobrir linhas nítidas de demarcação entre um período e outro torna complicada a tarefa de estabelecer sequências cronológicas. No mesmo lugar, a partir do período anterior, a evolução deu origem a fácies regionais novas, por vezes paralelas, ajustadas às condições locais. Ao mesmo tempo, as mudanças nas condições ambientais parecem ter alterado o relacionamento entre os habitantes do vale e seus vizinhos; antigas relações foram cortadas e estabeleceram-se novas alianças. A lista dos tipos culturais recentemente identificados dá a impressão de uma dispersão muito grande. Essa é, no entanto, uma interpretação provisória, até que análises mais detalhadas tornem possível estabelecer uma síntese desses tipos. Tais comentários aplicam-se também ao período seguinte, o Epipaleolítico.

Este período acabou de ser estudado no setor norte do Sudão, e mostra duas indústrias distintas:

- o *Jemaiense,* nos arredores de Uadi Halfa, apresenta poucas lascas levalloisienses, pontas levemente retocadas, e caracteriza-se por raspadares laterais e distais, buris e peças denticuladas (cerca de -15.000 a -13.000);

8 Informações cedidas por M. P. Vandermeersh (do Laboratório de Paleontologia Humana, Faculdade de Ciências, Universidade de Paris VI), a quem foi confiado o estudo desses documentos.

- o *Sebiliense,* encontrado anteriormente em Kom Ombo no Egito, aparece agora no Sudão, em Uadi Halfa, no estágio I. Suas lascas com truncamentos retocados provêm de núcleos discoides ou levalloisienses cerca de -13.000 a -9000).

Na Núbia egípcia são conhecidas duas indústrias:

- o *Amadiense,* descoberto por nós em Amada (expedições do Instituto Alemão, 1963), apresenta um instrumental variado predominantemente levalloisiense, associado a raspadores-limpadores, furadores, peças feitas pela técnica de Kharga (veja mais adiante) e exemplos ocasionais de retoques foliáceos que lembram a indústria ateriense;
- o *Sebiliense,* identificado por nós em Sebua (expedição do IFAO, 1964) em várias localidades, também pertence ao estágio I, misturado com lascas simples ou levalloisienses, alguns raspadores e muitos buris. Provavelmente, ele existe também em Khor Daoud.

Foram identificadas ainda as seguintes indústrias pertencentes a esse período:

- *Gizeense,* encontrada perto do Cairo desde 1938. Compreende a técnica Levallois; as formas quase geométricas de suas lascas parecem ter semelhanças com o Khormusiense.
- *Hawariense* (antes conhecido como Epilevalloisiense)[9], indústria microlítica que se estende pelo menos de Esna, no Alto Egito, até o ápice do Delta e áreas vizinhas (Uadi Tumilat). Com técnica de retalhamento levalloisiense, como o Sebiliense (mas não possuindo formas geométricas), compreende estágios e fácies diversos, ainda em estudo. É caracterizado também pelo número de núcleos bipolares provavelmente derivados do chamado núcleo "Jebel-Suhan", já mencionado na Middle Stone Age. Alguns núcleos, talvez mais recentes, que produziram simultaneamente lascas e lamelas de extremidades facetadas, constituem a transição para as lamelas de talão liso, predominantes na Late Stone Age e no Epipaleolítico. O Hawariense de Esna e de Tebas sofreu influência ateriense, pois ocasionalmente aparecem retoques foliáceos e peças híbridas. Por outro lado, lascas microlíticas pedunculadas, tipologicamente aterienses, são encontradas no Hawariense,

9 No início, o Sebiliense pareceu caracterizar todo esse período, em todos os lugares, mas as pesquisas mostraram que ele caracterizou apenas a área de Kom Ombo. Depois disso, foi descoberto um tipo contemporâneo porém diferente, ao qual o termo epilevalloisiense foi aplicado. Após discussões entre especialistas, o autor, rejeitando a ideia de designar uma cultura unicamente por suas técnicas, preferiu designá-la pelo nome do lugar onde ela havia sido descoberta. Assim, o Epilevalloisiense passou a ser o Hawariense.

de Abbassieh e de Jebel Ahmar, perto do Cairo. Poderiam essas influências ser o resultado de invasões do vale pelos povos do deserto?

- *Kharguiense,* mais ou menos contemporâneo do Hawariense e cuja existência é contestada por alguns pré-historiadores. Aparece no oásis de Kharga com uma técnica Levallois-Kharguiense que precede a forma Kharguiense pura. Essa indústria de lascas levalloisienses com retoques abruptos, de aparência disforme, ocorre também no oásis de Karkur, no Egito, e em Oara e Tebas. Em Esna (Alto Egito) e em Amada (Núbia egípcia) é associada a outras indústrias.

Epipaleolítico

No vale do Nilo, em geral, esse período difere do anterior graças à substituição das técnicas de destacamento de lascas pelas de produção de lâminas e lamelas microlíticas, de talões facetados, exceto em casos de repetição, sobrevivência ou duplicação. As pesquisas efetuadas no norte do Sudão e no sul da Núbia egípcia revelaram um complexo de indústrias que, às vezes, representam indubitavelmente fácies de uma mesma cultura.

- O *Halfiense,* de Uadi Halfa (Khor Koussa), seria identificado também ao norte de Kom Ombo (Egito). Ele representaria uma transição precoce do retalhamento levalloisiense da época precedente para a técnica microlítica que utiliza a lasca ou a lamela. O uso da técnica de retoque de Ushtata seria uma prática avançada que apareceria mais tarde, com o Ibero-maurusiense do Magreb. Observa-se no Halfiense o emprego sucessivo de lascas e lamelas com dorso, raspadores, buris e peças escamadas e denticuladas (aproximadamente de -18.000 a -15.000).
- O *Ballaniense,* mais recente em Uadi Halfa e em Ballana, compreende micrólitos truncados, outros com o dorso levemente retocado, lascas truncadas, raspadores, buris, pontas e núcleos simples ou com planos de percussão opostos (aproximadamente de -14.000 a -12.000).
- O *Qadiense,* proveniente de Abka e de Toshké na Núbia, compreende um conjunto de utensílios que consiste de lascas inicialmente microlíticas e depois lamelares. Inclui raspadores, dorsos arredondados, buris, utensílios truncados e pontas que depois se degeneram. As sepulturas ovais situadas dentro ou fora das casas são cobertas com lajes. Elas revelam a presença de

um povo muito parecido com o Cro-Magnon do Magreb (aproximadamente -12.000 a -15.000).

- O *Arkiniense,* no Egito, conhecido através de um único sítio perto de Uadi Halfa, é sobretudo uma indústria de lascas. Compreende raspadores distais, lamelas com dorso com retoques de Ouchtata, semicírculos, peças escamadas e pequenos pilões (aproximadamente em -7400).
- O *El Kabiense,* perto de El-Kab, foi identificado em três camadas de ocupação sucessivas. Uma delas revelou o que parece ser uma paleta retangular, em osso polido (mais ou menos em -5000).
- O *Shamakiense,* na região de Uadi HaIfa, tem núcleos multidirecionais e em sua última fase apresenta utensílios de forma geométrica associados a peças mais grosseiras. Seria um desenvolvimento lateral do Capsiense do Magreb (mais ou menos de -5000 a -3270).
- O *Silsiliense,* estudado por nós (e por outros depois de nós) no Egito, na região do Djebel Silsileh, perto de Kom Ombo, comporta três estágios. O *Silsiliense I* apresenta lamelas levemente retocadas, às vezes providas de espiga, triângulos irregulares que ocasionalmente também têm espigas, microburis, uns poucos buris e raspadores, além de uma indústria de ossos. Os vestígios humanos parecem ser do tipo Cro-Magnon (cerca de -l3.000). O *Silsiliense II* [10] apresenta lâminas e lamelas longas com retoques descontínuos, às vezes com espigas, buris, raspadores e uma indústria de ossos (mais ou menos -12.000). O *Silsiliense III;* ainda em estudo, apresenta uma grande quantidade de lamelas geralmente pouco retocadas, pedras de fogão e uma cabana redonda, a mais antiga achada até hoje no Egito.
- O *Fakuriense,* estudado na região de Esna, parece guardar um certo parentesco com o Ibero-Maurusiense. Provavelmente ele existiu também em outros lugares do Egito (mais ou menos em -13.000). Essa indústria caracteriza-se por delicadas lamelas retocadas, furadores e flechas pequenas.
- O *Sebiliense,* que conserva a técnica de lascamento levalloisiense, caracteriza--se por lascas de formas geométricas e com bases retocadas. Indústria meridional no Egito, aparece principalmente em setores de Kom Ombo e

10 Denominação dada por P. Smith (1966) relembrando o deus Sebek, personificado por um crocodilo, divindade associada a essa região. Tendo feito escavações nesse sítio, nós sugerimos o termo Silsiliense II (de Djebel Silsileh, situado nessa área) como estando mais de acordo com a regra habitual de dar nomes às culturas baseando-se na toponímia.

de Silsileh, e em Darau, mais particularmente no estágio II. Confirmada na Núbia, essa indústria é muito mais rara no norte, sendo por vezes atípica. Nossos trabalhos em Silsileh revelaram também um conjunto de utensílios de osso, mós e moletas, além de restos humanos que provêm de nossas escavações ainda em estudo (aproximadamente -11.000). O exemplo do Sebiliense é interessante para discutir. As datações físico-químicas sugerem uma cronologia que, à primeira vista, contradiz as informações tecnológicas fornecidas por essa cultura. O fato se torna ainda mais notável se lembrarmos que o Sebiliense não está afastado, nem no tempo nem no espaço, do Fakuriense.

- O *Menchiense* (região de Silsileh) compreende uma indústria lítica um pouco aparentada ao Aurignaciense do Levante e uma indústria de ossos – moletas, lamelas com bordos brilhantes, objetos de adorno e restos humanos. Uma relativa contemporaneidade com o Sebiliense II ressalta da analogia de certos instrumentos novos, de tipo intermediário.
- O *Lakeitiense,* identificado por nós no deserto oriental, caracteriza-se por serras fortemente denticuladas, acompanhadas de pequenas flechas pedunculadas.
- O *Helwaniense,* que nós detectamos nas cercanias de Heluan, no sul do Cairo, compreende quatro fases distintas: a primeira revela uma grande quantidade de lâminas e lamelas, às vezes levemente retocadas no estilo oushtata; a segunda distingue-se por micrólitos que consistem em triângulos isósceles e escalenos, segmentos de círculos e microburis; a terceira apresenta segmentos de círculos; a quarta e última oferece um novo tipo de segmento de círculo com base retilínea.
- O *Natufiense,* da Palestina, teria feito incursões sucessivas em território egípcio. Em Heluan, foi identificada uma fase dessa indústria caracterizada por peças com dorso retocado por retoques cruzados. Quanto às pontas de flechas com bases simetricamente entalhadas, de início atribuídas ao Natufiense, já havia referências a elas na área desde 1876. Nós mesmos encontramos algumas nessa região em 1936, e, mais recentemente, em 1953, as descobrimos também na parte norte do deserto oriental (cerca de -8000 a -7000). Depois elas foram achadas em El-Khiam e Jericó, na Palestina, sendo conhecidas entre os especialistas como "pontas de El-Khiam". A hipótese de infiltrações natufienses tem ainda de ser verificada com bastante cuidado.

Neolítico e Pré-Dinástico

Esse longo período que, grosso modo, cobre dois milênios (mais ou menos de -5000 a -3000) é analisado aqui detalhadamente. Os aspectos *materiais* de cada uma das "culturas" ou "horizontes culturais" que constituem tal período são descritos minuciosamente. Compõem assim um repertório indispensável àqueles que desejam apreciar, em seu contexto físico, a lenta evolução que, grupos de povos nômades ou seminômades, conduz pouco a pouco à formação de sociedades, seja fortemente centralizadas, como no Egito, seja organizadas em pequenos principados independentes, como no Sudão nilótico. Quanto ao desenvolvimento *histórico* dessas sociedades neolíticas e pré-dinásticas, ele é tratado no capítulo 28 do presente volume. Os dois relatos são, portanto, complementares, abordando os problemas sob ângulos diferentes. As referências necessárias para permitir que o leitor localize uma determinada "cultura", descrita neste capítulo, no contexto mais geral da evolução histórica do conjunto dos "horizontes culturais" do capítulo 28, são dadas nas notas de rodapé.

Esse novo período marca uma etapa decisiva da história da humanidade. Tendo mudado de uma vida nômade ou seminômade para uma vida sedentária, o homem do Nilo criou as características principais da civilização como a conhecemos hoje. O habitat fixo determinou o uso da cerâmica, a domesticação e a criação de gado, a agricultura e a multiplicidade de utensílios que visam satisfazer às necessidades crescentes dos homens.

- O *Cartumiense*[11] é talvez a cultura mais antiga desse período no Sudão[12]. Ele é encontrado em mais de uma dezena de localidades, espalhadas por uma vasta região, estendendo-se desde Kassala, no leste, e sobre 400 km em pleno deserto, no oeste, até Dongola, no norte, e quase até Abu Higar, às margens do Nilo Branco, no sul. Os dados obtidos através de escavações em Cartum, das quais participamos, fornecem as provas de um habitat fixo: a utilização de cabanas guarnecidas de cerca, o uso em larga escala de uma cerâmica elaborada e o emprego de mós. A cerâmica, constituída de tigelas, caracteriza-se por uma decoração de linhas sinuosas cavadas por incisão (*wavy lines*) e por pontos impressos (*dotted lines*). O instrumental lítico abundante, feitos de quartzo, nitidamente microlítico e geométrico,

11 É a "antiga Cartum" do capítulo 28, p. 820. Nós preferimos conservar o termo "Cartumiense", prevenindo--nos para futuras descobertas que possam revelar fases anteriores a esta.

12 Ver capítulo 28, p. 820-21.

compreende tipos variados: semicírculos e segmentos de círculos, triângulos escalenos, retângulos, trapézios, lascas escamadas e furadores. Os semicírculos e os segmentos de círculos, retocados até no gume, mostram semelhanças com os do Wiltoniense e do Neolítico de Hyrax Hill, em Zimbabwe. Os instrumentos, feitos de uma rocha dura chamada riolito são maiores que os de quartzo, incluindo lascas e lâminas simples, algumas com talão retocado (raspadores), semicírculos volumosos e uns poucos raspadores. Os arpões de osso com farpas, em geral unilaterais, também são característicos do Cartumiense. Há ainda pequenos pilões de pedra com uma cúpula central, moedores, percutores, discos com uma perfuração central, algumas mós e contrapesos para rede de pesca, provavelmente do mesmo tipo das de Faium, em El Omari (Egito) e no Saara nigeriano. Os objetos de adorno incluem contas em forma de disco, feitas de casca de ovo de avestruz e alguns pingentes; o ocre vermelho ou amarelo era usado para pintar o corpo. Os mortos eram enterrados em suas próprias casas, deitados de lado, e pertenciam a uma raça negra, a mais antiga da África. Em vida, eles sofreram mutilações dentárias rituais, como as praticadas entre os capsienses e os ibero-maurusienses do Maghreb e entre os povos neolíticos do Quênia. Essa prática persistiu por muito tempo no Sudão e em outras partes da África. A fauna identificada consistia principalmente de búfalos, antílopes, hipopótamos, gatos selvagens, porcos-espinhos, camundongos, crocodilos e uma enorme quantidade de peixes (cerca de -4000?).

- O *Shaheinabiense* aparece em numerosos sítios espalhados pelo sul da Sexta Catarata. As escavações em Esh Shaheinab revelam elementos de uma cultura claramente derivada do Cartumiense. Suas características peculiares são uma cerâmica especial e o uso de goivas e de machados de osso polido. A cerâmica consiste em tigelas, decoradas às vezes com *dotted lines,* como no Cartumiense; entretanto, o que o individualiza é o alisamento das superfícies, o engobe vermelho, a presença de bordas negras e a decoração em triângulos incisos. O equipamento lítico enriqueceu-se ainda com peças microlíticas, machados polidos, goivas polidas ("planas") e cabeças de maças planas ou convexas. Os arpões em osso continuam, ao passo que aparecem anzóis em madrepérola, além de contas em amazonita ou em cornalina e batoques, ainda usados atualmente. Búfalos, antílopes, girafas e facocheros eram caçados e a cabra-anã domesticada. Não há traços de habitações frágeis, mas encontram-se fogueiras cavadas na terra. O Shaheinabiense[13] tem

13 Às vezes denominado "Neolítico de Cartum".

características similares às de um dos estágios do Faiumiense egípcio, como por exemplo, o uso de plainas, goivas, arpões, cabeças de maças, amazonita e fogueiras escavadas na terra. Ele se liga ao Pré-Dinástico Antigo do Egito pela cerâmica lisa e a de bordas negras do Alto Egito. Os pontos em comum com o oeste (Tibesti) são sugeridos pela amazonita, a goiva e a cerâmica com decoração incisa; a cabra-anã liga-o com o noroeste. O sítio de Kadero, que ainda está sendo escavado e pertence a um período mais recente, revelou a presença de sepulturas (cerca de -3500 a cerca de -3000).

As escavações ainda em curso (1976-1977) em Kadada, na região de Shendi, estão fornecendo uma terceira variante do Shaheinabiense, provavelmente posterior, que compreende sepulturas associadas às habitações. Suas características peculiares parecem ser machados de pedra polida de grandes dimensões, paletas de pintura de forma quase romboidal, discos furados de uso ainda indeterminado, vasos caliciformes e jarros usados como sepultura de crianças.

- O *Abkiense*[14] do norte e do sul do Sudão, pelo menos até Sai, seria contemporâneo sucessivamente do Cartumiense e do Shaheinabiense. Ele se prolongaria mesmo além dessa época, passando por quatro etapas: a primeira é pobre em cerâmica e deriva talvez do Oadiense; a segunda compreende um conjunto de peças de cerâmica com orifícios incisos e superfície decorada com traços gravados em ziguezague e pontilhados redondos ou retangulares; a terceira apresenta utensílios líticos incluindo furadores feitos sobre lascas às vezes múltiplas e lamelas simples ou com bordos retocados; a última possui cerâmica com bordas negras e superfícies vermelhas – polidas ou estriadas – mais ou menos semelhante ao Shaheinabiense, ao Grupo A da Núbia e ao Egito pré-dinástico (cerca de -3380 a -2985).
- O *Pós-Shamakiense,* encontrado somente em dois sítios é caracterizado por micropontas, lamelas entalhadas, lascas laterais e plainas, sugerindo contatos com o Faium e o oásis de Kharga (aproximadamente -3650 a -3270).

A ausência, na Núbia egípcia, das culturas acima mencionadas ou de culturas cronologicamente correspondentes explicar-se-ia por uma conjuntura ecológica particular, pela raridade dos sítios ou talvez mais simplesmente por uma exploração incompleta. Por outro lado, a Núbia egípcia, salvo particularidades locais, mostra uma afinidade bastante clara com as civilizações do Pré-Dinástico egípcio, e mesmo com o Badariense.

14 Comparar com o Abkiense do capítulo 28, p. 821.

- O *Nagadiense I*[15] aparece, entre outros, em Eneiba, Sebua, Shellal e Khor Abu Daoud (Núbia), até agora o único local onde se encontrou uma área de habitação com depósitos para provisões.
- O *Nagadiense II*[16] aparece perto de Abu Simbel e em Khor Daoud, Sebua, Bahan e Ohemhit. A partir da primeira dinastia, os contatos entre a Núbia e o Egito diminuíram. As indústrias da Núbia evoluíram no mesmo local em que já existiam, mantendo suas características pré-históricas até o Novo Império, sob os nomes sucessivos de Grupo A[17], Grupo B e Grupo C núbios.

No Egito, diferentes condições geográficas e ambientais fizeram evoluir dois grupos culturais distintos, que se desenvolveram paralelamente em território egípcio, no sul e no norte. Eles preservaram esta .independência de culturas, até que o país foi unificado sob a primeira dinastia. O uso do cobre desempenha um papel secundário, pois ele se verificou no sul muito antes que no norte, por causa da proximidade de pequenos depósitos desse mineral, suficientes para uso limitado.

O grupo cultural do sul (Alto Egito)

O grupo do sul manifestou-se desde o começo como uma civilização avançada. Ela foi descrita com base no estudo de grandes e numerosos cemitérios e de vestígios pouco importantes de regiões habitadas.

- O *Tasiense,* ainda sumariamente analisado e até mesmo contestado por alguns pré-historiadores, aparece no Médio Egito em Tasa, Badari, Mostagedda e Matmar. Estudado nas sepulturas e através de parcos vestígios de aldeias, ele apresenta características peculiares desconhecidas em outros lugares. A cerâmica, em sua maioria tigelas escuras, mais raramente vermelhas e com bordas negras, às vezes com superfícies enrugadas, distingue-se pelo ângulo pronunciado entre a parte superior reta ou oblíqua e a base estreita. Os vasos caliciformes com decoração incisa ou pontilhada ilustram um outro tipo original, de caráter inteiramente africano. O equipamento lítico inclui sobretudo machados polidos de grandes proporções, em calcário silicificado, raspadores, facas, furadores, etc. Paletas de pintura de forma retangular, quase sempre em alabastro, anéis, braceletes de marfim e conchas marinhas

15 Pré-Dinástico Antigo do capítulo 28, p. 825.

16 Pré- Dinástico Médio do capítulo 28, p. 826.

17 Ver capítulo 28, p. 832-33.

perfuradas completam a série de objetos de adorno. Há também colheres e anzóis de osso. No que diz respeito a costumes funerários, os túmulos são ovais ou retangulares, apresentando às vezes um nicho lateral que abriga um corpo em decúbito lateral, com braços e pernas fletidos, a cabeça apontada para o sul e o rosto voltado para o oeste. Junto ao morto eram colocados vasos, utensílios e enfeites pessoais.

- O *Badariense*[18], civilização brilhante especialmente no Médio Egito, aparece em Badari, Mostajedda, Matmar e Hémamiéh. Seu caráter original é realçado por uma cerâmica muito bonita, que abrange vasos de diversas cores – vermelho, marrom, cinza – ou vermelhos com bordas negras, em geral recobertos de linhas finamente incisas, sobretudo em posição oblíqua. São, em especial, gamelas estreitas, carenadas ou com boca larga. Há também tigelas e copos de basalto, além de vasos de marfim. A parte interna é, por vezes, ornamentada com motivos vegetais incisos. O instrumental lítico inclui armaduras bifaciais com gume denticulado e convexo, cabeças de flechas com base côncava ou em forma de folha de louro, como também outros utensílios lamelares. As conchas de cozinha, os pentes, as pulseiras, os anzóis e as estatuetas de marfim ou osso são de grande valor artístico. As estatuetas de mulheres e as de hipopótamos têm uma função ritual. Entre os enfeites pessoais encontram-se contas de quartzo encaixadas em cobre fundido, conchas, paletas de pintura em xisto, retangulares e em geral - com extremidades côncavas. Cultivam-se o trigo, a cevada e o linho; o boi e o carneiro são domesticados, ao passo que a gazela, a avestruz e a tartaruga são caçadas para servirem de alimento. Não há vestígios das habitações, que não passavam de frágeis cabanas.

Os mortos, contraídos e deitados de lado com a cabeça apontada para o sul e o rosto voltado para oeste, eram enterrados em túmulos redondos, ovais ou, mais raramente, retangulares; levavam consigo, para a vida no além, os vários objetos já mencionados. É provável que algumas ramificações desiguais dessa cultura sejam descobertas no deserto oriental (Uadi Hammamat), em Armant (Alto Egito), na região de Adaima (Alto Egito) e até mesmo na Núbia.

- O *Negadiense I*[19] é encontrado em Hémamiéh e em Mostagedda em estratigrafia, abaixo do Badariense, desde o Médio Egito, a Núbia e até mesmo o deserto oriental (Uadi Hammamat). A cerâmica – de superfície

18 Pré-Dinástico Primitivo, capítulo 28, p. 824

19 Pré-Dinástico Antigo do capítulo 28, p. 825, às vezes conhecido como *Amratiense.*

lisa ou polida, e de cor vermelha, marrom ou preta – é diferente da do Badariense. Uma característica típica do Negadiense I é a decoração na cerâmica: os desenhos não são mais gravados e sim pintados em branco sobre vermelho, assumindo formas lineares ou apresentando motivos vegetais e composições e estilo naturalista. Os vasos de pedra, tubulares, em geral de basalto com alças perfuradas, terminam por uma base cônica. O instrumental lítico bifacial inclui flechas com base côncava, facas em forma de losango e de vírgula, além de outras com extremidade bifurcada em forma de U, machados polidos, instrumentos lamelares e cabeças de maça discoides ou cônicas. As paletas de pintura, feitas sobretudo em xisto, têm no início a forma de losango e, depois, a forma de animal. Os objetos em marfim e osso, pertencentes a uma nova tradição, são enfeitados, assim como os pentes e os alfinetes, com figuras humanas ou de animais. Eles eram utilizados para fins mágicos, mas, às vezes, serviam também como arpões. As casas, identificadas em Mahasna, são abrigos frágeis cercados por paliçadas.

O uso do cobre aumenta cada vez mais. Em geral, guardavam-se as provisões em depósitos cavados na terra; no entanto, em Mostagedda e Deir el-Medineh elas eram guardadas em vasos. No que diz respeito aos costumes funerários, os mortos eram enterrados em túmulos retangulares, deitados de lado e com as pernas encolhidas, a cabeça apontada para o sul e o rosto para oeste; há exemplos de inumações múltiplas e de corpos desmembrados (cerca de -4000 a -3500).

- O *Negadiense II*[20], estratigraficamente posterior ao Negadiense I em Hémamiéh, Mostagedda e Armant, é encontrado desde a entrada de Faium, em Gerzeh, até o sul da Núbia egípcia. A cerâmica tradicional do Negadiense I desenvolve-se adquirindo orifícios mais estreitos e bordas pronunciadas. A cerâmica com decoração branca é substituída por outra, cor-de-rosa, decorada em marrom, com motivos simbólicos estilizados: espirais, barcos, plantas e figuras com braços erguidos. Também são típicos os vasos bojudos com alças onduladas, que mais tarde se tornarão tubulares e que, na proto-história, perderão suas alças. Os vasos feitos de vários tipos de pedra, em geral muito evoluídos, reproduzem frequentemente as formas da cerâmica rosa. Os instrumentos de pedra, também bastante evoluídos, incluem facas bifendidas com extremidades em forma de V e outras que apresentam gumes opostos, um côncavo e outro convexo, com retoques bem regulares sobre uma das faces, previamente polida. Algumas vezes os cabos

20 Pré-Dinástico Médio ou Gerzeense do capítulo 28, p. 826.

são cobertos com uma folha de ouro ou de marfim. As cabeças das maças são piriformes. A indústria do cobre, mais evoluída, produz pontas, alfinetes e machados. As paletas, cada vez mais estilizadas, tornam-se finalmente arredondadas ou retangulares. As estatuetas de osso ou marfim também se estilizaram bastante. As práticas funerárias acusam um refinamento maior: as paredes das covas ovais ou retangulares se revestem de madeira, lama ou tijolo. As recentes escavações realizadas por nós em Adeimah (expedição do IFAO, 1974) revelaram túmulos de um tipo novo, em forma de banheira, datando do final dessa civilização. Nesse período, a disposição das oferendas segue determinados padrões; às vezes, elas são colocadas em anexos laterais. Encontram-se ainda corpos desmembrados, mas os túmulos múltiplos desaparecem. Além disso, a orientação dos mortos não é mais uniforme. As habitações consistem em cabanas redondas ou semi-redondas, feitas de argila, em abrigos frágeis e em estruturas de terra, retangulares, como as encontradas em El-Amra (mais ou menos de -3500 a -3100).

O grupo cultural do norte (*Baixo Egito*)

O grupo cultural do norte diferencia-se sensivelmente do do sul, sobretudo devido à extensão das regiões habitadas, à cerâmica monocrômica e ao costume passageiro de inumar os mortos em suas próprias casas.

- O *Faiumiense B*[21], ainda pouco conhecido, foi estudado ao norte do lago Faium e pertenceria ao final do Paleolítico, ou melhor, ao Neolítico pré--cerâmico. Ele compreende lamelas simples e microlíticas com dorso retocado, arpões de osso e pequenos pilões. As mais recentes pesquisas identificaram um estágio intermediário entre o Faiumiense B, mais antigo, e o Faiumiense A, mais próximo de nós. Esse estágio, que propomos chamar de Faiumiense C, apresenta goivas e pontas de flechas bifaciais pedunculadas parecidas com as do deserto ocidental (oásis de Siwa, na Líbia) e constituiria um elo de ligação com o Saara, podendo ser datado de aproximadamente -6500 a -5190.
- O *Faiumiense A*[22], bem melhor estudado em seus locais de habitação, apresenta um tipo grosseiro de cerâmica monocrômica – lisa ou polida – vermelha, marrom ou preta, compreendendo tigelas, copos, xícaras, selhas retangulares e vasos com pé ou com bordas guarnecidas de saliências arredondadas, como

21 Ver *Neolítico-Faium* B, capítulo 28, p. 820.

22 Pré-Dinástico Primitivo do capítulo 28, p. 821.

no Badariense. A indústria lítica, de técnica bifacial avançada, compreende flechas com bases triangulares ou côncavas, pontas, armaduras de foices montadas em cabos retos de madeira, machados polidos e uma cabeça de maça discoide. Em osso, encontramos alfinetes, furadores e pontas com bases pedunculadas. As paletas de pintura, grosseiras, são de pedra calcária ou mais raramente de diorito. Conchas do mar e fragmentos de cascas de ovos e de microclínio (amazonita) foram usados para fazer cordões de contas. Nos locais de habitação, não ficou traço algum dos abrigos, sem dúvida muito frágeis, mas há muitas fogueiras cavadas no solo, semelhantes às achadas em Shaheinab, no Sudão. Silos constituídos de cestos enterrados no chão, agrupados perto das habitações, teriam sido usados para armazenar trigo, cevada, linho e outros produtos. O porco, a cabra, o boi, o hipopótamo e a tartaruga serviam de alimento para a população. Até o momento não há vestígios de cemitérios, que, sem dúvida, ficavam um pouco afastados. Essa cultura (cerca de -4441 a -3860) poderia ser contemporânea do Badariense.

- O *Merindiense*[23] ocupa uma extensa área habitada de mais de 2 hectares a oeste do delta do Nilo. As escavações, ainda por terminar e com resultados publicados somente em forma de relatos preliminares, atestam três camadas sucessivas de restos arqueológicos que traçam a evolução de uma mesma cultura no decorrer das épocas. Trata-se de uma cultura original, mas típica do grupo do norte. A cerâmica monocrômica – lisa, polida ou rugosa – apresenta tipos variados, principalmente tigelas, copos, pratos e bilhas, mas não há nenhuma peça com bocal de bordos estreitados. As formas específicas incluem conchas de cozinha como as do Badariense, tigelas com saliências arredondadas como as do Badariense e do Faiumiense, além de vasos com pés como os do Faiumiense. Às vezes esses vasos são decorados com pontos escavados na borda, linhas verticais incisas, motivos em relevo ou ainda com um desenho em forma de folha de palmeira. Há uns poucos vasos feitos de basalto ou de pedra verde dura, terminados por um pé, do tipo Negadiense I. O instrumental lítico bifacial contém os mesmos tipos que aparecem no Faiumiense. Há também uma cabeça de maça piriforme ou globular. Sovelas, agulhas, furadores, arpões, espátulas e anzóis são feitos de osso ou marfim. Os objetos de adorno incluem grampos de cabelo, pulseiras, anéis, conchas perfuradas e contas de vários materiais. São dignas de menção duas paletas de pintura, uma escutiforme em xisto e

23 Ver capítulo 28, p. 820.

outra em granito, materiais importados do sul. As habitações, inicialmente, são cabanas espaçosas, frágeis e ovais, sustentadas por estacas; depois vêm as cabanas mais resistentes e menores; por fim, as casas ovais com paredes feitas de massa de argila comprimida, formando até alinhamentos de ruas. Silos do tipo faiumiense juntam-se às cabanas, sendo posteriormente substituídos por jarros enterrados no solo. Os mortos (nem todos, é claro) eram enterrados em covas ovais, sem aparato funerário, entre as habitações e voltados, ao que parece, em direção às suas casas. Domesticavam-se o porco, o carneiro, a cabra e o cão e caçavam-se hipopótamos, crocodilos, tartarugas, entre outros. A pesca também era praticada. Tendo-se desenvolvido entre -4180 e -3580, essa cultura poderia ser contemporânea do Faiumiense e prolongar-se até o começo do Negadiense I.

- O *Omariense A* [24], outra cultura do grupo do norte, apareceu perto de Heluan, entre os restos de uma vasta região habitada com mais de 1 km de extensão, na entrada de Uadi Hof. Um anexo dessa aldeia pré-histórica ergue-se sobre um planalto, no topo de uma falésia abrupta, exemplo único no Egito. Escavações feitas por nós e ainda inacabadas revelaram os elementos de uma nova civilização, diferente da encontrada no sul, como em Merinde e em Faium. A cerâmica – de refinada qualidade e com um estilo mais evoluído que o da dos dois sítios já mencionados, embora monocrômica – compreende uma grande variedade de tipos. Entre os dezessete formatos de vasos – lisos ou polidos, de cor vermelha, marrom ou preta enumeram-se alguns com aberturas estreitadas, outros ovoides, outros ainda cilíndricos, tachos com boca larga ou côncavos, outros cônicos, além de copos e alguns jarros. Somente os vasos com saliências arredondadas assemelham-se aos de Merinde e Faium. Vasos de basalto ou calcita foram muito pouco usados. A indústria lítica bifacial de sílex não difere, no todo, das encontradas nos sítios precedentes; já a indústria lamelar apresenta algumas características particulares, novas no Egito. Trata-se de facas com dorso arqueado, aparadas perto da ponta, com um pequeno cabo na base, formado a partir de um duplo entalhe; são, talvez, uma sobrevivência do Matufiense, que ocupou a região durante o período anterior. Podemos citar ainda contrapesos para rede de pesca de um tipo encontrado no Cartumiense, no Faiumiense e no Saara nigeriano, onde também existe uma abundante indústria de lascas. A indústria de ossos, de boa qualidade, apresenta os tipos clássicos. Os

24 Ver capítulo 28, p. 820.

anzóis, porém, são feitos de chifre. Os objetos de adorno, mais numerosos, incluem conchas de gastrópodes no mar Vermelho e contas feitas com ovos de avestruz, ossos, pedras e vértebras de peixes. Os numulitídeos fósseis, perfurados, serviam como pingentes. A galena e a resina eram importadas. Quanto às paletas para triturar o ocre, são grosseiras e feitas em calcário e quartzito. A fauna compreende bovinos, cabras, antílopes, porcos, hipopótamos, uma espécie de cachorro, avestruzes, lesmas, tartarugas e uma grande quantidade de peixes. Cultivavam-se trigo, cevada e linho. A vegetação inclui principalmente sicômoros, tamareiras, tamargas e alfas. As habitações são de dois tipos: ovais, com tetos sustentados por estacas, ou redondas, parcialmente enterradas no chão, distinguindo-se dos silos – dispostos por toda parte por serem maiores que eles. Os mortos, sepultados na própria aldeia, de maneira mais concentrada que em Merinde, estão em geral dispostos segundo uma orientação constante, num vaso de barro, com a cabeça apontada para o sul e o rosto para o oeste. Um dos cadáveres, provavelmente o de um chefe, segurava um cetro de madeira (o cetro "Amés") com uma forma conhecida no norte do país na época faraônica (aproximadamente -3300?).

- O *Omariense B*[25] aparece e se desenvolve no começo do Negadiense I. Foi identificado por nós a leste do sítio precedente e difere dele no que diz respeito às práticas funerárias e à indústria. Assim, o cemitério era bastante afastado da região habitada e consistia em sepulturas cobertas por um amontoado de pedras. Nenhuma regra constante orienta o alinhamento dos corpos. A região habitada é bem menor que a do Omariense A, mas nossas pesquisas nesse campo ainda estão longe de se completarem. Enquanto a cerâmica mostra pontos em comum com a do período anterior, o equipamento lítico é totalmente diferente. Baseado na técnica laminar, ele compõe-se de pequenas facas, de raspadores de dimensões reduzidas, chatos e arredondados, e também de pequenas talhadeiras. Enquanto nossos trabalhos não forem retomados, não temos condições de estabelecer datas para esse sítio em relação ao Omariense A.
- O *Meadiense*[26] foi revelado por escavações ainda incompletas, efetuadas numa extensa aglomeração próxima de duas necrópoles em Meadi, perto

25 Talvez possa ser colocado no Pré-Dinástico Recente (também conhecido como *Gerzeense Recente,* do capítulo 28, p. 827), embora a data ainda permaneça incerta.

26 Talvez pertença, ao menos em parte, ao Pré-Dinástico Recente ou Gerzeense Recente (ver capítulo 28, p. 827), mas pode também ser contemporâneo do Pré-Dinástico Médio ou Gerzeense (ver capítulo 28, p. 827-28).

> do Cairo, e também por nossas próprias escavações numa terceira necrópole descoberta em Heliópolis, um subúrbio do Cairo. Trata-se de uma cultura bastante diferente das demais, e não segue direta e cronologicamente a cultura omariense, representando um conjunto cultural secundário dentro do grupo do norte. Sua cerâmica monocrômica, em geral lisa, de cor negra ou marrom mas às vezes vermelha ou coberta de engobe branco, é menos refinada que a do Omariense. Os modelos mais comuns são vasos ovoides alongados com bordas pronunciadas, embora haja pequenos vasos de gargalo globular, geralmente com uma decoração de pontos gravados. Mais característicos são os vasos com anéis circulares na base *(base-ring)*, que lembram os vasos de basalto desse tipo encontrados em outras regiões e presentes também aqui. Parecem ser muito raros, provavelmente importados do sul, os vasos com decoração marrom do Negadiense II. Vasos bojudos e com alças onduladas, existentes no Negadiense II e na Palestina, também foram encontrados no Meadiense. Eles refletem a continuação dos contatos culturais entre o Nilo e a Palestina. Da mesma forma, os vasos tubulares de basalto são semelhantes aos do Alto Egito na época do Negadiense I. Manifesta-se em profusão uma bela indústria de lâminas de pedra, trabalhadas em instrumentos típicos dessa cultura. Mais raras, e talvez igualmente importadas do Negadiense I, são as facas bifendidas em forma de U. É pequena a quantidade de objetos de adorno. As poucas paletas de xis to em forma de losango também vêm do Negadiense I; as demais são de quartzito ou simples blocos de sílex achatados.

Um ponto importante é que a cultura meadiense, pela primeira vez entre as culturas pré-dinásticas do norte do país, faz uso do cobre e em escala bastante grande. O Faiumiense, o Merindiense e o Amariense não o conheciam, embora no Alto Egito ele tenha sido usado em períodos bem anteriores. Desde o Badariense, e sobretudo a partir do Negadiense, os povos do vale do Nilo exploraram os pequenos depósitos vizinhos, no sul do deserto oriental. De fato, foram achados alfinetes, cinzéis, furadores, anzóis e machados de cobre. Ao mesmo tempo, parece ter havido aí uma espécie de afluxo do mineral. Em Meadi, esse metal começou a ter uma importância notória. Em nosso ponto de vista, tal fato se deve aos contatos dos meadienses com os depósitos minerais do Sinai. Esses contatos são confirmados pelas várias características em comum com as culturas do leste. Além da cerâmica, já citada, presente também na Palestina, podemos citar alguns utensílios de sílex e de manganês. A fauna

compreende bovinos, carneiros, cabras, porcos, hipopótamos, tartarugas e peixes. Os recursos vegetais são o trigo, a cevada, o rícino e a alfa.

Na região habitada foi encontrado um grande número de estacas cravadas no chão, que permitem provar a existência de cabanas ovais, além de vestígios de abrigos toscos. Também foram descobertas cabanas mais evoluídas, de forma retangular e construídas com tijolos, como em Mahasna, e outras subterrâneas, às quais se tinha acesso através de degraus. Jarros enterrados no solo serviam de silos para cereais, havendo ainda escavações circulares que constituíam armazéns para provisões, nos quais frequentem ente foram descobertos vasos, como no Negadiense. Os cemitérios, afastados das aldeias, continham tumbas ovais ou redondas, nunca retangulares, que preservavam corpos fletidos, em decúbito lateral, quase sempre com a cabeça apontada para o sul e o rosto para o leste; junto com o corpo comumente havia vasos. As gazelas – sem dúvida animais sagrados – eram também enterrados nesse cemitério, acompanhadas de muitos vasos. Na necrópole de Heliópolis, no limite do cemitério, desenterramos uma fila de cães, dispostos em todos os sentidos e sem aparato funerário, provavelmente destinados ao papel de guardiães, como o que tinham desempenhado em vida.

Essa cultura não sucedeu imediatamente à Omariense; ela apareceu no fim do Negadiense I e prosseguiu seu desenvolvimento até quase o fim do Negadiense II do Alto Egito.

A continuação do uso da pedra no período faraônico

Após ter descrito as várias tendências existentes no Egito durante o período pré-dinástico, vamos fazer um resumo de suas principais características, tentando explicar as causas de suas disparidades e mostrar como elas se encontraram na época faraônica.

Durante a longa história dos faraós, têm-se feito alusões aos dois Egitos – o do norte e o do sul – unificados pelo legendário Menés, fundador da primeira dinastia. Essas alusões repousam sobre fatos constatados, que remontam a um período muito antigo da pré-história. Escavações recentes atestaram a veracidade dessa tradição e estabeleceram que esse dualismo regional entre norte e sul do país já prevalecia no estágio conhecido como "Neolítico". As diferenças não eram meramente geográficas; elas envolveram diversos aspectos da vida do homem, a ponto de originarem dois grandes grupos culturais específicos, que tiveram suas raízes em condições geográficas e ambientais diferentes. O grupo do sul surgiu ao longo do estreito corredor do Nilo, cercado por duas falésias

áridas. O grupo do norte delineou-se no vasto leque do fértil delta de horizontes sem fim.

O grupo do norte revelou muitas culturas, semelhantes em suas grandes linhas mas diversificadas nos detalhes, que são mais ou menos sucessivas cronologicamente. Já o grupo do sul acusa, num fundo comum, divergências bem mais pronunciadas que as existentes entre as culturas do norte. Tais distinções opõem-se nos caracteres desses dois conjuntos que, mais tarde, constituirão o Grande Egito. Assim, desde os primeiros estágios o norte apresenta um progresso notável no que diz respeito ao desenvolvimento urbano. No Faium, achamos pequenos lugarejos, um bem próximo ao outro, e em Merinde, uma verdadeira aldeia de quase 2 hectares, com alinhamentos de casas. El-Omari estende-se por mais de 1 km e Meadi por 1,5 km. No sul, ao contrário, tendo em vista a exiguidade aparente dos sítios, muito poucos vestígios urbanos sobreviveram até aqui.

Quanto às outras manifestações concernentes à vida do homem e às suas realizações no Egito durante esse período, a cerâmica do norte – seja ela marrom, preta ou vermelha – apesar da evolução das formas, preserva uma monocromia imutável, caracterizada pela ausência quase total de decoração. No sul, em compensação, as características distintivas são a multiplicidade de formas e a decoração bastante elaborada, com a presença dos famosos vasos de bordas negras.

Se a cerâmica do norte parece acusar uma certa inferioridade, o mesmo não acontece com a indústria do sílex, que revela um extraordinário aperfeiçoamento em sua feitura. Isso não significa que no sul o acabamento de algumas peças não tenha atingido um nível elevado. No campo da arte pura, o norte mostra uma indigência absoluta, que contrasta com o grande impulso obtido no sul. Esse impulso manifestou-se desde o Badariense, através de estatuetas de terracota, osso e marfim, e também de objetos de uso diário, como pentes, conchas de cozinha, pingentes, belas paletas para triturar cosméticos e amuletos talhados em xisto verde.

Assim sendo, constatamos que há grandes diferenças, nos mais variados campos, entre as duas partes do Egito. Poderíamos dizer que, enquanto o norte mostra um desenvolvimento superior sob o ponto de vista da economia e da urbanização, o sul atingiu um estágio muito adiantado em termos de habilidade artística, prenunciando a época dos faraós. A unificação dessas culturas complementares certamente será responsável pela grandeza do Egito faraônico.

Entretanto, o advento do período histórico – com a introdução da escrita, a unificação do Egito sob um único rei e o desenvolvimento do uso do metal

– não modificou certos aspectos do modo de vida dos povos do vale do Nilo. Referimo-nos, em particular, à persistência no uso do sílex, material muitíssimo eficiente e abundante no país, que prosseguiu ao longo do período faraônico.

É importante ressaltar aqui que o domínio do trabalho em sílex realmente alcançou seu apogeu sob as primeiras dinastias, como o testemunham as extraordinárias facas ditas de "sacrifício" dos túmulos reais de Abidos, no Alto Egito, e de Saqqara e Heluan, perto do Cairo; a perfeição com que são elaboradas e o seu tamanho são impressionantes. Os vestígios de habitações dessa época revelaram todo um instrumental doméstico em sílex e somente alguns objetos de cobre, encontrados em Hieracômpolis e em El-Kab, no Alto Egito, e em Uadi Hammamat, no deserto oriental.

Entre os vestígios do Médio Império, da antiga Tebas a Karnak, recentemente descobertos, encontramos uma grande quantidade de peças em sílex; elas não diferem, em termos de técnica de fabricação e de tipos, dos instrumentos utilizados durante o Paleolítico Superior e o Epipaleolítico. Há mesmo numerosos buris e alguns micrólitos. Além disso, as explorações sistemáticas, empreendidas por nós desde 1971 na montanha tebana em Luxor revelaram que, entre as duzentas oficinas de lascamento de sílex, mais da metade não data da pré-história e sim do Novo Império. Elas abasteciam a capital de grande quantidade de instrumentos produzidos através de uma técnica mais rudimentar que a utilizada no Médio Império. Esses instrumentos consistiam quase exclusivamente em lâminas de facas e armaduras de foices. Essas últimas persistiram ainda durante a Época Baixa.

No tempo dos faraós o sílex não foi reservado somente aos utensílios de uso doméstico. Os crescentes de sílex serviram para furar braceletes de xisto em Uadi Hammamat, objetos de adorno usados desde a proto-história até o fim da época arcaica. No fim da terceira dinastia, num certo momento, os crescentes foram empregados para cortar blocos de pedra para a pirâmide de degraus do faraó Djoser, em Saqqara. Os vasos de pedra macia foram trabalhados com a ajuda desses mesmos instrumentos nas oficinas de Faium, perto dos depósitos de calcita, até o Antigo Império.

Desde as primeiras dinastias até o final do Novo Império, as flechas dos guerreiros egípcios eram armadas com pontas cortantes de sílex. As da época do faraó Tutankhamon (XVIII dinastia) eram feitas de vidro, material de luxo tão eficiente quanto o sílex.

O Egito faraônico também usou rochas menos frágeis que o sílex para a fabricação de utensílios com fins específicos. Os picões e os malhos destinados aos trabalhos em minas e pedreiras, providos de encabadouros, eram feitos de pedras duras durante o Antigo Império. No Médio e no Novo Império eram

mais toscos e feitos de calcário silicificado. Os hipogeus funerários do Antigo Império em Gizeh, perto do Cairo, os do Médio Império, no Médio Egito, e os do Novo Império, na montanha tebana, foram escavados e construídos com essas mesmas ferramentas grosseiras.

Na Núbia egípcia e em parte da Núbia sudanesa, agora submersas, as pesquisas arqueológicas não foram levadas muito adiante por ocasião das operações de salvamento. Isso nos priva, daqui para a frente, de valiosos informes sobre o passado dessas regiões, entre outras as que se referem à persistência no uso da pedra em épocas históricas.

Mas o material arqueológico trazido de uma aldeia do Grupo C núbio (Médio Império), em es-Sebua, permitiu-nos identificar uma série de lâminas, lamelas e armaduras de foices em sílex. Estas últimas, sem dúvida importadas do Egito, são similares, em todos os aspectos, às que foram descobertas em Karnak, mencionadas acima, e que pertencem ao mesmo período. Por outro lado, em Amada, outra aldeia do Grupo C, ainda na Núbia egípcia, escavada por nós há algum tempo atrás, encontramos provas suplementares relativas à sobrevivência da Idade da Pedra durante a Idade do Metal. Do mesmo modo que em es-Sebua, havia lâminas, lamelas e armaduras de foices em sílex, de origem egípcia; além disso, ligadas a essa indústria lítica importada, descobrimos no sítio de Amada minúsculas pontas de flechas transversais em ágata e em cornalina, como também machados de pedra dura polida, de fabricação local.

Quanto à Núbia sudanesa, as escavações empreendidas na fortaleza egípcia de Mirgissa revelou, como era de esperar, a presença de armas. Elas datavam da 28ª dinastia e incluíam flechas do tipo clássico, isto é, com pontas cortantes de pedra, como as descritas anteriormente. Mas, fato novo, as cabeças das lanças não eram de metal, como no Egito faraônico naquela época, mas de sílex, feitas segundo uma técnica de lascamento bifacial perfeita, semelhante à usada no período Neolítico. O reaparecimento desse método tinha por finalidade reproduzir o mais fielmente possível as cabeças de lança de metal. A dificuldade em obter o metal foi, com certeza, o que motivou esse retorno a uma técnica de fabricação esquecida há milênios.

Conclusão

Depois de ter traçado este panorama sumário da história dos primeiros homens que habitaram o vale do Nilo, resta-nos fazer um balanço final: reunir as evidências obtidas e apontar as várias e importantes lacunas que restam.

No que diz respeito aos períodos mais remotos, descobertas bastante recentes confirmam a presença do homem mais primitivo de que se tem notícia – o olduvaiense – não somente na África do sul e do leste, mas também na parte norte do vale do Nilo. Nós o conhecemos através de um abundante instrumental lítico. Mas seria conveniente continuar as pesquisas para completar a documentação osteológica, representada até agora por um único dente humano. Explorações semelhantes relativas a essa época deveriam ser feitas no setor sudanês, que é um ponto de contato com a Etiópia, onde se fizeram achados importantíssimos para esse período.

O conjunto de instrumentos líticos da Old Stone Age foi muito bem analisado em sua tipologia, quase unicamente na região de Uadi Halfa. A região de Tebas, por sua vez, forneceu dados sobre uma das fases mais remotas. Porém, existem ainda numerosos problemas para serem resolvidos, entre outros os que se relacionam com as "raças" humanas desse período.

Quanto à Middle Stone Age, os testemunhos líticos aparecem em grande número ao longo de todo o vale do Nilo. Progressos conseguidos na região de Uadi Halfa permitiram-nos compreender melhor a morfologia dos utensílios de pedra nesse determinado setor. As proveitosas coletas feitas na montanha de Tebas estão ainda em estudo, e permitirão comparações importantes com o material recolhido no sul. Os fragmentos de um osso occipital são ainda os únicos vestígios humanos encontrados até agora. No deserto líbio, a noroeste de Uadi Halfa, foi descoberto pela primeira vez um conjunto de utensílios de pedra associado a uma fauna. Para esse período, há ainda vastas regiões do Sudão a serem exploradas.

O Ateriense, quase contemporâneo, foi há pouco tempo constatado no deserto, a noroeste de Abu Simbel. Associada a uma fauna, essa indústria originária do noroeste africano espalhou-se muito tarde pela região. Seria interessante ver até que ponto ela dataria do mesmo período que as outras descobertas no Egito, e se ela pôde influenciar as indústrias tipicamente egípcias.

Quanto à Late Stone Age e ao Epipaleolítico, os achados provenientes apenas de setores bem definidos forneceram numerosos dados antes desconhecidos. Contudo, talvez pela falta de evidências estratigráficas, abusou-se das denominações novas, apoiadas em estudos estatísticos e análises físico-químicas imperfeitas.

Houve progressos inegáveis no que diz respeito ao Neolítico (termo que não tem um sentido preciso no Egito) e ao Pré-Dinástico ao longo do vale do Nilo. Assim, no Egito, os sítios do grupo cultural do sul revelaram uma copiosa documentação obtida principalmente nos cemitérios. Mas é necessário

fazer pesquisas em grande escala nas regiões habitadas, de modo a conseguir informações mais completas sobre as habitações, a cerâmica doméstica e os utensílios de pedra.

Pelo fato de ocuparem uma área bem vasta, os sítios do norte do Egito não foram exaustivamente explorados e, portanto, são conhecidos apenas por relatos parciais. Apesar disso, forneceram dados bem mais completos que os sítios contemporâneos que ficam ao sul, graças às pesquisas realizadas tanto nas habitações quanto nos cemitérios. Seria conveniente então que as investigações levadas a efeito nessa parte do Egito – interrompidas há alguns anos por diversas razões – fossem retomadas a fim de se completar a documentação.

Quanto à Núbia sudanesa, várias civilizações específicas pertencentes a esses períodos foram estudadas cuidadosamente. Até agora, as mais representativas dentre elas parecem ser a Cartumiense e a Shaheinabiense. Mas há muito trabalho ainda por fazer, pois foram descobertas dezenas de sítios aparentemente relacionados a essas culturas ou a fases diferentes, e que estão esperando pelas escavações. O objetivo dessa pesquisa é contribuir para o ajustamento dos elos da corrente da história africana antes do período faraônico.

CAPÍTULO 26

A arte pré-histórica africana

J. Ki-Zerbo

Com o aparecimento do homem, surgem não só utensílios, mas também uma produção artística. *Homo faber, homo artifex.* A pré-história africana não foge à regra.

Há milênios as relíquias pré-históricas deste continente vêm sofrendo degradações provocadas tanto pelo homem quanto pelos elementos naturais. Já na pré-história, movido por uma iconoclastia ritual, o homem perpetrou por vezes atos de destruição. Os colonizadores civis ou militares, os turistas, os industriais do petróleo, os autóctones, entregam-se ainda a essas depredações e "pilhagens desavergonhadas" de que fala L. Balout no prefácio da brochura de apresentação da exposição: "O Saara antes do deserto"[1].

De maneira geral, a arte pré-histórica africana ornamenta a África na região dos planaltos e dos maciços, enquanto a África das altas cordilheiras, das depressões e das bacias fluviais e florestais da zona equatorial é incomparavelmente menos rica nesse campo.

1 H. LHOTE refere-se a militares franceses que em 1954, na Argélia, cobriram com uma camada de tinta a óleo o magnífico painel de elefantes de Hadjira Mahisserat, para melhor fotografá-lo. Outros crivaram de balas de metralhadora a parede próxima à grande gravura do escorpião, em Geret et-Taleb. Em Beni Unif, as cristas decoradas com gravuras foram demolidas e as pedras utilizadas como material de construção, etc. Cf. H. LHOTE, 1976. Mesmo certos especialistas não estão isentos de culpa; inúmeras obras foram recortadas e enviadas para Viena por Emil Holub, no fim do século XIX.

Nos setores privilegiados, os sítios localizam-se essencialmente no nível das falésias, formando o rebordo das terras altas, sobretudo quando avançam sobre os talvegues de rios atuais ou já desaparecidos. Os dois centros mais importantes são a região do Saara e a África austral. Entre o Atlas e a floresta tropical de um lado, e o mar Vermelho e o Atlântico de outro, foram localizados inúmeros sítios, contendo dezenas, talvez centenas de milhares de gravuras e pinturas. Alguns desses centros são hoje mundialmente conhecidos, graças aos trabalhos de pré-historiadores franceses, italianos, anglo-saxões e, cada vez mais, africanos. Bons exemplos podem ser encontrados na Argélia o sul oranês, o Tassili n'Ajjer (Jabbaren, Sefar, Tissoukai, Djanet, etc.) –, no sul do Marrocos, no Fezzan (Líbia), no Air e no Tenere (Níger), no Tibesti (Chade), na Núbia, no maciço da Etiópia, no Dhar Tichitt (Mauritânia), em Moçâmedes (Angola). O segundo epicentro importante situa-se no cone meridional da África, entre o oceano Índico e o Atlântico; tanto no Lesoto quanto em Botsuana, em Malavi, em Ngwane, na Namíbia e na República Sul-Africana, particularmente nas regiões de Orange, do Vaal e do Transvaal, etc. Nessas regiões as pinturas encontram-se em abrigos rochosos, ao passo que as gravuras estão a céu aberto. As grutas, como a de Cango (Cabo), são excepcionais. Raros são os países africanos em que não se tenham descoberto vestígios estéticos, embora, é verdade, nem sempre sejam pré-históricos. A prospecção, no entanto, está longe de se completar.

Por que esse florescimento nos desertos e nas estepes? Em primeiro lugar, porque, na época, a região não era de desertos e estepes. Em segundo, porque, ao tornar-se como é hoje, transformou-se num meio propício à conservação, graças à própria secura do ar; no Saara, por exemplo, descobriram-se objetos que estavam *in situ* há milênios. Por que à beira dos vales que recortam os maciços? Por razões de habitat, de defesa e de aprovisionamento de água e de caça. No Tassili arenítico situado ao redor do núcleo cristalino dos montes do Hoggar, que avança para o sul por uma falésia de 500 m, as alternâncias de calor e frio sensíveis sobretudo no nível do solo, juntamente com os pequenos cursos de água, cavaram na base das montanhas coberturas e abrigos, grandiosos que dominavam os talvegues dos rios. Um dos exemplos mais impressionantes é o abrigo sob rocha de Tin Tazarift. Por outro lado, os arenitos tabulares foram escavados e sulcados pela erosão eólica, formando galerias naturais, logo exploradas pelo homem. Tal é o quadro de vida traçado com tanta fidelidade e brio pelas obras-primas da arte mural africana.

Cronologia e evolução

Métodos… e dificuldades de datação

A aplicação do método estratigráfico à rocha *in situ* frequentemente se revela de pouca utilidade, pois o clima úmido que perdurou por longos períodos da pré-história provocou uma lixiviação profunda das camadas que recobrem o solo dos abrigos. Contudo, na África do Sul encontram-se às vezes gravuras sob as pinturas; os restos de matérias orgânicas (pintura) caídos das paredes numa camada não explorada podem fornecer alguns indícios. Mas os aterros e desaterros, às vezes intencionais, dessas camadas confundem a datação, mesmo relativa, que se poderia esperar obter.

Recorre-se então, algumas vezes, às pátinas dos quadros e das rochas-suporte, fazendo-se um estudo comparado de suas modificações cromáticas. Este método, que se mostra adequado já que leva em conta o próprio objeto em estudo, parte do princípio de que as pátinas mais claras e mais distintas da rocha-mãe são as mais recentes. Com efeito, a formação da pátina opera-se lentamente sobre todas as rochas, inclusive os arenitos brancos. Trata-se de um processo análogo à laterização, através da qual os óxidos e carbonatos infiltrados sob forma líquida pela chuva ou pela umidade voltam à superfície por capilaridade e, graças à evaporação, formam uma crosta sólida, mais ou menos escura conforme sua antiguidade. Ter-se-ia então, tomando como referência a rocha local, uma base teórica de cronologia relativa. Mas são muitos os obstáculos: tudo vai depender da natureza da rocha, de ela estar ou não exposta ao sol, de ficar na direção do vento ou contra ele, etc. Essa cronologia é, pois, dupla ou triplamente relativa[2].

Outras vezes, para avaliar a antiguidade dos quadros, tomam-se por base os animais representados, já que nem todas as espécies viveram nos mesmos grandes períodos. O búbalo, por exemplo, é uma espécie muito antiga, hoje extinta, conhecida apenas através das ossadas fósseis. Mas esses animais não podem ter sido reproduzidos como lembrança de um período anterior? Os estilos também não constituem, como veremos, um ponto de referência preciso; longe disso. É bem verdade que, no começo, a observação parece ter sido predominante, donde uma veia seminaturalista característica. Por outro lado, as gravuras bubálicas do Saara são, em geral, anteriores às pinturas. Os objetos subjacentes que têm o mesmo tipo de decoração que as pinturas são, em princípio, contemporâneos destas. Mas não há, absolutamente, nenhuma regra geral.

2 A deformação do perfil do traço que, nas gravuras, sob o efeito de processos físico-químicos, passa do V original para uma forma alargada e rebaixada, fornece apenas indicações muito vagas sobre a idade do quadro.

Outro procedimento que também se utiliza às vezes é a datação relativa a partir de traçados superpostos, ou seja, traços que recobrem outros traços e que, portanto, são mais recentes. Contudo, nem sempre se encontram tais superposições, e, além disso, a deterioração das rochas e a alteração dos pigmentos frequentemente tornam a interpretação arriscada e contraditória[3].

Resta, é claro, o método do C14, que é o ideal mas cuja aplicação é muito rara, devido às razões já mencionadas. Além do mais, impõem-se numerosas precauções: o fragmento de pintura não esteve em contato com matérias orgânicas recentes? O fragmento de carvão não provém de um incêndio provocado por um raio? Apesar de tudo, as datas obtidas por esse método multiplicam-se pouco a pouco. Em Meniet, por exemplo (Mouydir), no Saara central, um carvão recolhido numa camada profunda forneceu a data de 5410 +300 B.P.

A política também pode se imiscuir na cronologia. Os observadores bôeres, por exemplo, estão muito pouco dispostos a aceitar a grande antiguidade da civilização artística dos autóctones africanos. Tendem, pois, a reduzir-lhe o desenvolvimento, seja por omissão, seja aplicando mecanicamente métodos de avaliação utilizados para os rupestres europeus. Nessas condições, as representações do Drakensberg são situadas por eles como posteriores ao século XVII, isto é, muito tempo depois da chegada dos Bantu. Ora, sem contar que a arte rupestre sul-africana representa, por vezes, animais que datam de épocas muito anteriores nessa região, parece pouco provável que os San tenham "esperado" os conflitos com os Bantu para desenvolver uma forma de arte para cuja prática seria necessário um mínimo de estabilidade. Convém, portanto, reexaminar a questão dos períodos.

Períodos

Quando se deseja classificar os achados da arte pré-histórica em sequências temporais inteligíveis, a primeira abordagem deve ser geológica e ecológica, já que era o meio – mais determinante do que hoje para os povos então mais desprovidos tecnicamente – que estabelecia e impunha o quadro geral da existência. O biótopo, particularmente, condicionava a vida das espécies representadas, inclusive a do próprio homem, suas técnicas e seus estilos. Se

3 J. D. LAJOUX aplicou as mais recentes técnicas fotográficas nas pinturas de Inahouanrhat (Tassili). Personagens vermelhas pareciam ter sido pintadas sobre a figura de uma mulher mascarada de cor marrom-esverdeada, mas os ornamentos brancos da mulher foram acrescentados mais tarde sobre as figuras vermelhas. É comum entre os aborígines da Austrália a prática de repintar as representações rupestres (wondjina), a fim de revigorá-las; essa prática é acompanhada de narrativas míticas para invocar a chuva. L. Frobenius observou o mesmo costume entre os jovens senegaleses.

é verdade que, segundo a expressão de J. Ruffie, "o homem na origem é um animal tropical" africano, as condições temperadas do norte após as grandes glaciações permitiram a colonização humana da Europa, que culminou com o esplêndido desabrochar da arte das galerias subterrâneas, há quarenta séculos. A arte mural africana é muito posterior. Na opinião de certos autores, como E. Holm, suas origens datam do Epipaleolítico; mas ela marcou essencialmente o período Neolítico[4].

Tomou-se o hábito de batizar os grandes períodos da arte mural com o nome do animal que lhe serve de referência tipológica. Assim, quatro grandes sequências foram caracterizadas pelo búbalo, o boi, o cavalo e o camelo.

O búbalo (*Bubalus antiquus*) era uma espécie de búfalo gigantesco que data, segundo os paleontólogos, do início do Quaternário. É representado desde o começo da arte rupestre (aproximadamente 9000 B.P.) até cerca do ano 6000 B.P. Outros animais que marcam este período são o elefante e o rinoceronte. Quanto ao boi, trata-se tanto do *Bos ibericus* ou *bachyceros,* com chifres curtos e grossos, como do *Bos africanus,* dotado de magníficos chifres em forma de lira. Ele aparece por volta do ano 6000 B.P.

O cavalo (*Equus caballus*) aparece por volta do ano 3500 B.P., por vezes atrelado a um carro[5]. O estilo do galope aéreo, embora não seja realista, é naturalista na trilha ocidental do Marrocos ao Sudão, sendo, contudo, muito esquematizado na "rota" oriental do Fezzan[6]. Aqui já estamos há muito no período histórico em que o hipopótamo desaparece das representações rupestres, o que sem dúvida indica o fim das águas perenes. O camelo fecha a fila desta

4 O Neolítico saariano mostra-se cada vez mais antigo à luz das descobertas recentes. Um sítio neolítico que continha cerâmica no maciço de Hoggar foi datado de 8450 B.P. pelo método do carbono 14; é, pois, praticamente contemporâneo do Neolítico do oriente próximo. Ver também as datas sugeridas por D. Olderogge no Capítulo XI para dois sítios na Núbia: Ballana (12.050 B.P.) e Toshké (12.550 B.P.). Em In-Itinem foram encontrados restos de alimentos em um abrigo sob rocha decorado com pinturas do período bovidiano. A ocupação mais antiga foi datada pelo carbono 14 de 4860 ±250 B. P. No maciço de Acacus (Líbia), F. Mori encontrou, entre duas camadas com restos de ocupação, um fragmento de parede desabada com pintura do período bovidiano. As duas camadas foram datadas, descobrindo-se que o fragmento de parede data de 4730 B.P. (Ver H. LHOTE, 1976, p. 102 e 109). Também é citada a data de 7450 B.P. para o período bovidiano médio de Acacus, cf. H. J. HUGOT, 1974, p. 274. J. D. CLARK indica uma data de 6310 ±250 B.P. para Solwezi (Zâmbia). Por outro lado, a data indicada na tese de J. T. LOUW para o abrigo de Mattes (Província do Cabo, 11.250 ±400 B.P.) é considerada pouco segura. O caso de Tin-Hanakatem é extraordinário: pode-se estabelecer uma correlação entre os afrescos e toda uma série de níveis neolíticos e proto-históricos que contêm esqueletos, ou seja, uma estratigrafia humana fácil de datar, incluindo até mesmo um nível ateriense. Cf. "Découverte exceptionnelle au Tassili", Archeologia, n. 94, maio 1976, p. 28 e 29.

5 A chegada do cavalo à África é frequentemente relacionada à chegada dos hicsos ao Egito. Ver a esse respeito J. KI-ZERBO, 1973, p. 99.

6 A respeito das "rotas dos carros", ver R. MAUNY, 1961.

caravana histórica. Levado para o Egito aproximadamente no ano -500 pelos conquistadores persas, aparece com frequência no início da Era Cristã[7].

Em se tratando da pré-história, são principalmente os dois primeiros períodos e o início do período equidiano que nos interessam neste trabalho. São eles que marcam a vida ativa desse espaço imenso, que mais tarde se tornaria o deserto do Saara. Por outro lado, no interior de cada grande período, os especialistas, obcecados pela subdivisão cronológica, discutem os subperíodos. Mas as descobertas prosseguem; e é preciso tomar cuidado para não colar apressada e rigidamente etiquetas zoológicas sobre períodos inteiros de um passado tão pouco conhecido. Trata-se antes, se é que posso me expressar assim, de dinastias animais iconograficamente muito vagas, com inúmeras superposições. O carneiro, por exemplo, classificado como posterior ao búbalo e ao elefante, parece ser às vezes seu contemporâneo. Está presente nas mesmas paredes, representado com as mesmas técnicas e apresentando a mesma pátina. Talvez ele fosse pré-domesticado ou mantido em cativeiro, para fins religiosos. Da mesma forma, os grandes bois gravados de Dider (Tassili), um deles com mais de 5 m, com grandes chifres em lira incorporando um símbolo, parecem contemporâneos do búbalo. O boi com pingente de Oued Djerat é colocado por alguns especialistas no período bubálico. Por outro lado, são frequentes as representações de novos animais, como por exemplo as corujas de Tan-Terirt, que, em número de aproximadamente quarenta, sobrepõem-se às imagens de bovinos.

Fora da região do Saara, os grandes períodos geralmente são posteriores e se definem por critérios que variam de autor para autor, sobretudo entre os que, para estabelecer uma periodização, apóiam-se, às vezes, em técnicas, gêneros e estilos[8].

Técnicas, gêneros e estilos

Técnicas

As gravuras

As gravuras encontradas nos locais onde também existem pinturas são, em geral, anteriores a estas, e sua melhor técnica surge nos períodos mais recuados. Aparecem sobre rochas areníticas menos duras, mas também em granitos

7 Entretanto, o camelo parece ser conhecido desde o período faraônico. Cf. E. DEMOUGEOT, 1960, p. 209-47.

8 Na África meridional, com base na forma do traço, na técnica de trabalho da rocha (incisão, martelagem mais ou menos acentuada, polimento, etc.) e no tipo de seres representados, certos autores distinguem dois grandes períodos, o primeiro com duas fases e o segundo com quatro.

Figura 26.1 Rinoceronte, Blaka, Níger (Foto H. J. Hugot).

Figura 26.2 Gazela, Blaka, Níger (Foto H. J. Hugot).

Figura 26.3 Bovino, Tin Rharo, Mali (Foto H. J. Hugot).

Figura 26.4 Elefante, In-Ekker, Saara argelino (Foto H. P. C. Haam).

e quartzitos, sendo executadas com uma pedra apontada golpeada com um percutor neolítico. Alguns exemplares de percutores foram encontrados nos locais das gravuras. Dispondo apenas desse equipamento mínimo, conseguiu-se grande precisão técnica. O elefante de Bardai é delineado com um traço leve e simples; é quase um esboço, mas mostra o essencial. Já os elefantes de In Galjeien (Mathendous) e de In-Habeter II e o rinoceronte de Gonoa (Tibesti) são profundamente burilados com um traço ao mesmo tempo pesado e cheio de vida. Os entalhes, em forma de V ou de U, têm aproximadamente 1 cm de profundidade; foram feitos com uma machadinha de pedra ou com um pedaço de madeira bem dura, utilizando talvez areia úmida como abrasivo. Algumas vezes, parece que várias técnicas foram combinadas; por exemplo, a martelagem delicada e a incisão em forma de V. A piquetagem prévia deixou, aqui e ali, traços de asperezas no fundo da ranhura. O polimento final era acompanhado por um trabalho de cinzelamento. Indiscutivelmente, a execução dessas gravuras exigiu por vezes habilidades atléticas. No Oued Djerat, por exemplo, há um elefante de 4,5 m de altura e esboços de um rinoceronte de 8 m de comprimento.

Acredita-se que, na África central e meridional, as gravuras de contornos profundamente entalhados estivessem relacionadas a finalidades religiosas, enquanto os desenhos feitos com ranhuras mais delicadas teriam uma finalidade pedagógica ou de iniciação. O refinamento provém do fato de que algumas superfícies, vazadas e polidas com brilhantismo, representam as cores das peles dos animais ou dos objetos carregados por eles. Encontramos aí uma prefiguração dos baixos-relevos do Egito faraônico. Com efeito, a figura aparece, por vezes, como um relevo entalhado na rocha vazada com essa finalidade (camafeu). A rocha-matriz é utilizada de maneira muito apropriada. Citamos como exemplo uma girafa que foi gravada num bloco alongado de diabásio cujo formato combina perfeitamente com o da girafa (Transvaal ocidental). Na região de Leeufontein, um rinoceronte foi entalhado sobre uma rocha de superfície áspera e com arestas angulosas que reproduzem exatamente a carapaça do animal. Na colina de Maretjiesfontein (Transvaal ocidental), uma zebra *quagga* foi representada por entalhe e piquetagem sobre um bloco de diabásio e seu maxilar inferior coincide com uma pequena saliência da pedra que lembra sua forma anatômica. No Museu do Transvaal há um esplêndido antílope macho cuja crina foi reproduzida por linhas piquetadas, e a mecha frontal, por entalhes delicados. As cores interna (azul) e superficial (ocre vermelho) da rocha são utilizadas com perfeição para realçar os contrastes. Outra obra-prima dos gravadores pré-históricos africanos é o grupo de girafas de Blaka, com suas pelagens manchadas, suas patas em posições extremamente naturais e mesmo

suas caudas em movimento oscilante. Em seu aspecto global, porém, a técnica começou a decair. Já durante o período chamado bovidiano, as gravuras são frequentemente medíocres, como é o caso das girafas de El Greiribat, entalhadas com piquetagem larga e grosseira.

As pinturas

As pinturas não devem ser completamente dissociadas das gravuras. Em Tissoukai, por exemplo, há esboços gravados sobre as paredes, sugerindo que os artistas gravavam antes de pintar. Também aqui os trabalhos artísticos exigiam, às vezes, proezas atléticas. Em Uede Djerat, há uma pintura do período equidiano com 9 m de comprimento, feita num teto com uma inclinação abrupta. Em alguns sítios do Tassili, como Tissoukai, as pinturas aparecem a mais de 4 m de altura, como se a intenção fosse evitar as partes inferiores ao alcance do homem; para isso, foi necessário utilizar escadas rudimentares e até mesmo andaimes.

As pinturas são monocromáticas ou policromadas, conforme o caso[9]. No baixo Mertoutek, era usado o caulim roxo; no abrigo da face sul do Enneri Blaka, o caulim ocre vermelho de tipo sanguíneo; em outros locais, uma paleta furta-cor com uma tal combinação de tons que era capaz de recriar as condições e o equilíbrio da realidade. Para tanto, fazia-se necessária uma técnica bastante complexa, tendo sido encontrados vestígios de ateliês. Em In-Itinem, por exemplo, pequenas mós chatas e minúsculos trituradores para pulverizar rochas, assim como pequenos godês de pintura, foram descobertos nas escavações. Os pigmentos revelaram-se muito resistentes, conservando até hoje um viço e um frescor extraordinários. A gama relativamente rica é constituída de algumas cores básicas: o vermelho e o marrom, provenientes do ocre tirado do óxido de ferro; o branco, obtido a partir do caulim, do excremento de animais, do látex ou de óxidos de zinco; o preto, extraído do carvão vegetal, de ossos calcinados e triturados ou da fumaça e da gordura queimada. Além dessas cores, eram utilizados também o amarelo, o verde, o violeta, etc. Depois de finamente triturados num almofariz com um pilão, esses ingredientes eram misturados com um líquido, talvez leite (cuja caseína é uma excelente liga), gordura derretida ou, ainda clara do ovo, mel, ou tutano cozido. Isso explica o viço dos tons que perdura há milênios. As cores eram aplicadas com os dedos, com penas de pássaros, com espátulas de palha ou de madeira mascada, com pêlos de animais presos a um graveto por meio de tendões, e também por um

9 LAJOUX, J. D. 1977, p. 151.

processo de pulverização em que o líquido era borrifado com a boca. Foi através desse último processo que foram realizadas as mãos em negativo, visíveis até hoje nas paredes rochosas, e que constituem uma espécie de assinatura original dessas obras-primas.

Algumas vezes faziam-se correções nas pinturas, mas sem apagar os traços anteriores. É essa a origem dos bovinos com quatro chifres, homens com três braços, etc. Também nas pinturas as características da rocha eram utilizadas de modo engenhoso, como, por exemplo, em Tihilahi, onde uma fenda natural da parede tornou-se o bebedouro sobre o qual a manada se inclina[10].

As joias

A arte ligada aos adornos não exige uma técnica menos desenvolvida, muito pelo contrário. Algumas contas são de cornalina, rocha extremamente dura. As técnicas dos joalheiros podem ser reconstituídas através do estudo dos restos deixados em diversas etapas de seu trabalho. Inicialmente, discos planos eram desprendidos por percussão, depois por fricção. Em seguida, uma lasca pontiaguda, grossa e quadrangular era destacada de um bloco de sílex e servia como buril. Sua ponta aguçada era cravada no centro do disco em ambos os lados, alternadamente, produzindo dois furos alinhados. O momento mais delicado do trabalho era fazer os dois furos coincidirem. O estilete de sílex se transformava então numa broca giratória e, com a ajuda de areia fina misturada com resina vegetal, limava o furo central até abri-lo por completo. Outras pedras igualmente duras (amazonita, hematita, calcedônia) também eram utilizadas, assim como o osso e o marfim, na confecção de pingentes, braceletes e adornos para o tornozelo. A pedra-pomes era usada para polir esses ornamentos. Em Tin Hanakaten, foram descobertas algumas brocas de microdiorito no meio de contas feitas com casca de ovo de avestruz.

A cerâmica

A pasta para a cerâmica era preparada com uma liga feita com estrume de ruminantes. A seguir, um cordel desse material era enrolado sobre si mesmo e trabalhado com os dedos e com um instrumento alisador. O gargalo desses potes tem múltiplas formas: anelados, alargados, inclinados, curvos. O cozimento devia ser impecável, a julgar pelas cores matizadas que vão do rosa ao marrom-

10 LAJOUX, J. D. 1977, p. 151.

-escuro. O engobe era conhecido, assim como o verniz vegetal, utilizado ainda hoje na cerâmica da África e para laquear ou ornamentar o assoalho, o telhado ou as paredes das casas. As decorações, magníficas, eram feitas com pentes de osso, espinhas de peixe, impressões de espigas de milho, corda e grãos, com uma riqueza de imaginação que se expressa através de uma grande variedade de motivos. Em Uede Eched, no norte do Mali, fornos de ceramistas agrupados em local isolado atestam a importância do trabalho desses artífices, que nada ficava a dever à habilidade de seus congêneres de Es-Shaheinab, no Sudão Cartumiense[11].

A escultura

A escultura também está presente, limitando-se, no entanto, a miniaturas: um ruminante deitado em Uede Amazzar (Tassili); um boi deitado em Tarzerouck (Hoggar); uma pequena lebre com longas orelhas caídas sobre o corpo em Adjefou; uma impressionante cabeça de carneiro em Tamentit, no Touat; uma escultura de pedra antropomórfica em Ouan Sidi, no Erg oriental; uma cabeça de coruja esplendidamente estilizada em Tabelbalet; estatuetas de argila que representam formas estilizadas de pássaros, mulheres e bovídeos, um dos quais ainda apresenta dois pequenos ramos à guisa de chifres, em Tin Hanakaten.

Tipos e estilos

Em termos gerais, é possível distinguir no Saara três grandes tipos e estilos que coincidem aproximadamente com os períodos mencionados acima.

O primeiro é o tipo arcaico, de tamanho monumental, seminaturalista ou simbolista. O homem parece estar ainda sob o impacto das primeiras emoções perante a força dos animais selvagens que é preciso dominar, eventualmente através da magia. Podemos distinguir aí dois estágios. O primeiro é o estilo "bubálico", localizado sobretudo no sul de Orã, no Tassili e no Fezzan, que apresenta gravuras caracterizadas por um agudo senso de observação. As figuras são exclusivamente de animais, em geral de grande porte, e com frequência isolados. O estilo seminaturalista, despojado e austero, limita-se aos traços essenciais, feitos com maestria. Exemplos desse estilo são o rinoceronte e os pelicanos do Uede Djerat (Tassili), o elefante de Bardai (Chade), o elefante de In Galjeien no Uede Mathendous. O segundo estágio se caracterizou por antílopes

11 Cf. HUGOT, J. H. 1974, p. 155.

Figura 26.5 Pintura rupestre, Namíbia (Foto A. A. A., Myers, n. 3672).

Figura 26.6 Pintura rupestre, Tibesti, Chade (Foto Hoa-Qui, n. ART 11003).

e argalis, geralmente pintados. Os homens estão em toda a parte, com suas "cabeças redondas". O estilo ainda é seminaturalista e, às vezes, simbolista; mas as linhas, em vez de sóbrias, são ao contrário animadas, até mesmo dinâmicas ou patéticas. Os ritos mágicos estão próximos; podemos senti-los nos animais totens, nos homens mascarados, nas danças rituais, etc. As figuras isoladas não são próprias desta fase. Existem representações de pequeno porte, mas também frisos e afrescos compostos, os maiores do mundo. Esse estilo, concentrado no Tassili, é visto em cenas que retratam argalis com chifres poderosos, dançarinos mascarados como em Sefar (sítio epônimo, segundo J. Lajoux), a sacerdotisa de Ouanrhet (chamada de Dama Branca).

O segundo grande tipo é o da pintura e da gravura naturalistas com figuras de tamanho pequeno, isoladas ou em grupos. O estilo é claramente descritivo. Já se pode sentir que o homem é ativo e que domina e controla os bovinos, caninos, ovinos e caprinos. As cores se multiplicam. É o Saara das aldeias e dos acampamentos. O sítio epônimo seria Jabbaren.

O terceiro tipo estilístico é esquemático, simbolista ou abstrato. As técnicas anteriores são conservadas, mas frequentemente entram em decadência. Todavia, não se deve crer que tal decadência tenha sido generalizada. As técnicas de gravura, sobretudo, decaem: os contornos são vagos, o pontilhado e a piquetagem grosseiros. Na pintura, porém, o estilo do traço fino, apesar de inferior em certos aspectos ao traço austero e vigoroso dos estágios anteriores, permite apreender melhor o movimento, às vezes de três quartos de perfil; ele se presta bem à estilização e às fórmulas novas. A elegância dos traços do homem de Gonoa (Saara do Chade), por exemplo, lembra um bico-de-pena, em que os olhos, as pupilas, os cabelos, a boca e o nariz são representados com uma precisão quase fotográfica. Também a técnica da aquarela permite obter nuances muito delicadas, como no caso do pequeno antílope de lheren (Tassili) com patas vacilantes, que vem mamar em sua mãe que abaixa ternamente a cabeça. Este gênero é adequado à estilização de cavalos e carroças, posteriormente de dromedários, e também do homem que é representado com dois triângulos, como em Assedjen Ouan Mellen, ou que tem apenas um longo pescoço em lugar de cabeça. Existem, portanto, tendências simultâneas à precisão do traço e ao esquematismo geométrico um pouco descuidado, que se combina, no fim do período, com os caracteres alfabéticos líbico-berberes ou *tifinagh*. Um grande número de detalhes, como as selas árabes com contraborraina, obviamente posteriores ao século VII da Era Cristã, permitem comprovar que essas composições não pertencem à pré-história.

Alguns comentários se fazem necessários a propósito desses estilos que evoluem sem limites cronológicos precisos. O segundo estágio do estilo arcaico, em particular, é bastante heterogêneo. O bovino que anda a passo lento, de Sefar, não tem nada em comum com as cabeças mascaradas e os motivos simbolistas. Por outro lado, certos estereótipos atravessam vários tipos e estilos, tal como a técnica pictórica que consiste em representar os bovídeos com os chifres de frente e a cabeça de perfil, encontrada em Ouan Render. São também estereotipados certos gestos e atitudes, como a dos pastores que têm um braço estendido enquanto o outro está dobrado sobre a cintura. Enfim, nota-se claramente a existência de certos temas regionais: o carneiro no sul de Orã, a espiral no Tassili, que não aparece no Fezzan nem no sul de Orã. Em compensação, os temas sexuais caracterizam sobretudo o Fezzan e o Tassili.

No que diz respeito ao estilo dos adornos, foram encontrados no Capsiense Superior ovos de avestruzes gravados com motivos geométricos. Mas é sobretudo ao Neolítico de tradição sudanesa que devemos os instrumentos e armas artísticas, os esplêndidos broches de sílex jaspeado, envernizados em verde e vermelho-escuro, a cerâmica decorada com linhas onduladas (*wavy line*), as pontas de flechas de Tichitt, com suas denticulações cuidadosamente polidas e seu perfeito formato triangular.

Nas outras regiões da África, a tipologia ainda está sendo estudada. Na Namíbia, por exemplo, um autor menciona a existência de vinte estratos e estilos de cores diferentes, com quatro grandes fases: 1. fase dos grandes animais em estilo arcaico, sem figuras humanas; 2. painéis de pequenas dimensões com representações humanas; 3. fase monocromática com cenas de caça e danças rituais cheias de vida; 4. fase policromada que atinge o apogeu estético, como no abrigo de Philipp Cave (Damaraland) e nas pinturas de Brandberg, datadas do ano 1500 B.P.

L. Frobenius, por sua vez, distingue dois estilos principais de arte rupestre na África meridional. Na ponta sul do continente, do Transvaal ao Cabo, do Drakensberg oriental às falésias da costa da Namíbia, trata-se de uma arte "naturalista", na qual predominam os animais, quase sempre representados isoladamente, com uma habilidade consumada que reproduz com exatidão as dobras da pele de um paquiderme e as listras da pelagem de uma zebra. Mas essa arte é inanimada e fria, ainda que as pinturas sejam policromadas e compostas, e as cores aplicadas por fricção com notável habilidade. Trata-se de cenas bem estruturadas de caçadas, de danças, de procissões e de conselhos. Por outro lado, do centro do Transvaal ao Zambeze (Zâmbia, Zimbabwe, Malavi), a arte é fundamentalmente monocromática, baseada no vermelho ou no ocre dos óxidos

de ferro, às vezes aproximando-se do violeta. A rocha-suporte é o granito e não o arenito, como no caso precedente. A técnica utilizada é o desenho, que é tão fiel ao real quanto as "aquarelas" do sul; no entanto, não se trata de uma fidelidade mecânica. A realidade é, algumas vezes, interpretada em composições cênicas em que se nota uma prodigiosa fertilidade de imaginação[12].

O homem é retratado com ombros largos e cintura estreita, ou seja, "cuneiforme". Visto de frente, seus membros aparecem de perfil, como nos baixos-relevos egípcios. No sul, os personagens são mais naturais, com membros mais harmoniosos, em cenas de caça e de combate, que às vezes se confundem. No norte, há cenas de funerais solenes, talvez exéquias reais, com personagens demonstrando sentimentos pungentes de pesar. A fauna, ao contrário, na grande caverna de Inoro, por exemplo, desfila não como uma arca de Noé, cuidadosamente organizada, mas como um bestiário fantasmagórico: pássaros gigantescos com bicos semelhantes a mandíbulas de crocodilos, elefantes enormes com o dorso denticulado, animais bicéfalos. Por vezes, são mitos elaborados, como o da chuva. O pano de fundo desses afrescos fantásticos consiste em verdadeiras paisagens onde os rochedos estilizados, as árvores identificáveis do ponto de vista botânico e os lagos piscosos estão dispostos de maneira inteligente. Essa é a arte do Zimbabwe, menos animada fisicamente que a do Sul, mas carregada de emoções tumultuosas ou pungentes. Segundo Frobenius, o estilo "cuneiforme" estaria ligado a uma civilização altamente desenvolvida, e sabemos que na região de Zimbabwe existiram tais civilizações. Também de acordo com ele, esse estilo anguloso e austero foi substituído por um estilo de traços mais arredondados e flexíveis, mais afetado e efeminado, quando as sociedades que o haviam inspirado entraram em decadência[13].

No Alto Volta, as gravuras rupestres no norte do país (Aribinda) têm um estilo seminaturalista ou esquemático, enquanto no sul elas são sobretudo de forma geométrica. Também existem pinturas nas cavernas da falésia de Banfora.

Na África central, as pesquisas revelaram sítios que comprovam a ocupação humana desde o pré-Acheulense até a Idade dos Metais. Foram localizados alguns centros de arte rupestre: o abrigo de Toulou na região de Ndele, habitado desde a pré-história até hoje, e que apresenta personagens estilizados, pintados de vermelho e muito antigos, e figuras pintadas de branco, com as mãos na

12 A representação da caça e dos animais é, no conjunto, naturalista, às vezes, por razões mágicas, pois a imagem deve reproduzir o mais exatamente possível o objeto do rito. Por outro lado, as efígies humanas são, com frequência, deliberadamente esquemáticas; trata-se de protegê-las contra as influências mágicas.

13 HABERLAND, E. 1973, p. 27.

cintura; o abrigo de Koumbala; os sítios de gravuras nas cabeceiras do Mpatou e os sítios de Lengo (Mbomou). Essa arte tem muito pouco em comum com a do Saara, relacionando-se mais com as pinturas da África oriental e meridional[14].

Motivações e interpretações

As representações rupestres foram denominadas petroglifos. De fato, mais que qualquer outra, essa arte representa uma linguagem de signos, isto é, uma ponte entre o real e a ideia. É um símbolo gráfico que requer uma chave para ser entendido. O desconhecimento das condições sociais de produção dessa arte é, na verdade, a maior desvantagem para sua correta explicação. Por isso, é importante não fazer interpretações apressadas, omitindo a etapa da descrição do próprio signo, ou seja, a análise formal. Ora, frequentemente, a própria descrição já é feita em termos de interpretação. O ideal seria uma abordagem estatística, que permitiria proceder ao levantamento de dados quantitativos e qualitativos do maior número possível de pinturas, a fim de tornar viável uma análise comparativa[15]. Seria possível verificar, por exemplo, se os conjuntos de signos encontrados num certo número de quadros obedecem a uma dinâmica qualquer no tempo e no espaço. Mas a sequência evolutiva reconstituída será tanto mais plausível quanto mais completa a documentação. Enfim, essas hipóteses, que resultam da análise formal, só poderão ser confirmadas se concordarem com a massa de dados que constituem o sistema global dessa sociedade. De fato, um quadro pré-histórico é apenas uma parcela mínima de um macro-sistema de informação, isto é, de uma cultura que compreende muitos outros semelhantes. Nesse nível de análise, verificamos o quanto é complexo o sistema de signos a que precisamos chegar para apreender o verdadeiro significado de uma representação estética. Sem contar que esta última, além do significado óbvio, pode apresentar um outro oculto, pois o signo é não somente signo de algo, mas também signo para alguém (simbolismo). É necessário, portanto, passar da morfologia à sintaxe social e do simples comentário de um quadro puramente naturalista; cujo significado é evidente, à decodificação da mensagem cifrada de um quadro abstrato. E nesse ponto que a referência ao contexto cultural se torna

14 R. de BAYLES des HERMENS, 1976.

15 Essa abordagem quantitativa pode eventualmente passar por uma análise de computador, com as devidas precauções. A esse respeito, ver os trabalhos de A. Striedter no Instituto Frobenius de Frankfurt, dirigido pelo Professor Haberland.

indispensável, pois os objetos são representados de maneiras diferentes segundo as culturas. Quanto mais um signo está afastado do objeto designado, mais ele é específico de uma cultura, mais ele serve de indicador. Exatamente como uma mesma onomatopeia que, presente em várias línguas, não caracteriza nenhuma delas de modo especial; nada mais é que o reflexo de uma mesma natureza comum. Isso não ocorre com uma palavra típica de uma determinada língua. Podemos então considerar as grandes galerias de arte como estações emissoras de mensagens culturais. Mas, quais são os receptores? Será que essas estações não emitiam mensagens sobretudo para os próprios produtores e também para o conjunto de sua sociedade, a qual nos deixou uma quantidade demasiado pequena de outros vestígios que pudessem facilitar a leitura e a decodificação dessas mensagens? Em resumo, a problemática e os métodos de exploração estética devem chegar a uma definição dos tipos de cultura que são a base dessas manifestações parciais. Delimitando os espaços culturais em que estão mergulhados, podemos reconstituir o contexto histórico em que elas se inseriam.

É por esse motivo que a descrição de pinturas rupestres africanas por meio de fórmulas ou legendas, como *Os juízes de paz, A dama branca,* O *arrancador de dentes, Josefina vendida pelas irmãs, Os marcianos,* é inadequada, pois transfere e aliena todo um conjunto cultural, interpretando-o através do código de um único observador ou de uma outra civilização[16]. Podemos estabelecer como princípio geral que a arte pré-histórica africana deve ser interpretada sobretudo a partir de referências autóctones. Apenas quando a solução para um problema não for encontrada no ambiente espaço-temporal e cultural do lugar, da região ou do continente, é que podemos procurar suas causas em outra parte.

Assim, existem duas abordagens principais para a interpretação da arte pré-histórica: a idealista e a materialista. Segundo a explicação idealista, essa arte expressava principalmente a visão de mundo das populações da época.

Essas concepções, sozinhas, explicam tanto o conteúdo quanto a própria execução das representações. E importante, pois, que nos libertemos do jugo racionalista: "A arte do sul da África", escreve Erik Holm, "aparece sob sua verdadeira forma se a consideramos como a manifestação do fervor religioso e da necessidade de transcender as coisas; essa foi a metafísica da humanidade primitiva e as imagens zoomorfas são apenas uma máscara que disfarça a

16 Sobre esse assunto, ver as observações pertinentes de J. D. LAJOUX, 1977, p. 115 et seqs. Sem negar o direito ao humor nem a imensa cultura do Abade Breuil e os eminentes serviços que prestou ao estudo da pré-história em geral e da África em particular, devemos dizer que frequentemente ele se deixou levar por essa tendência.

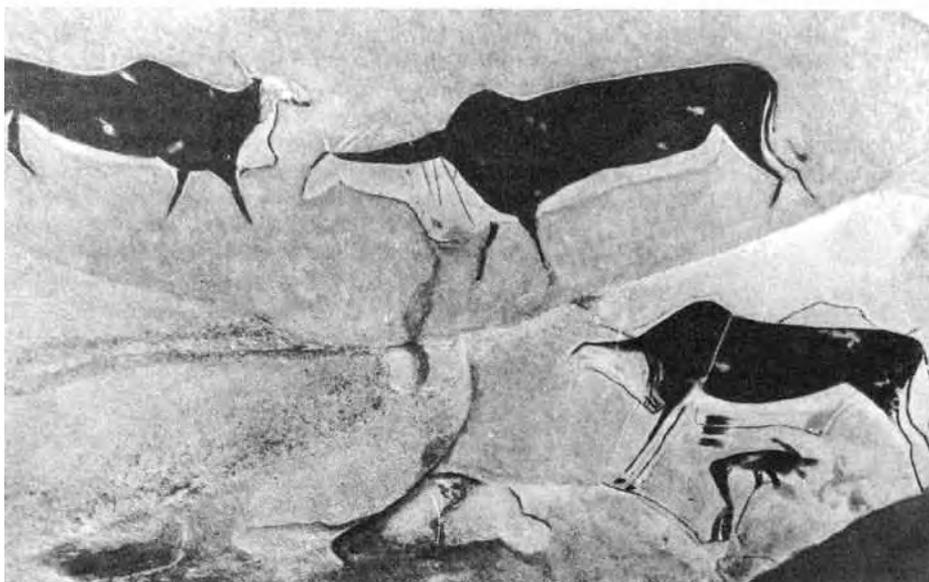
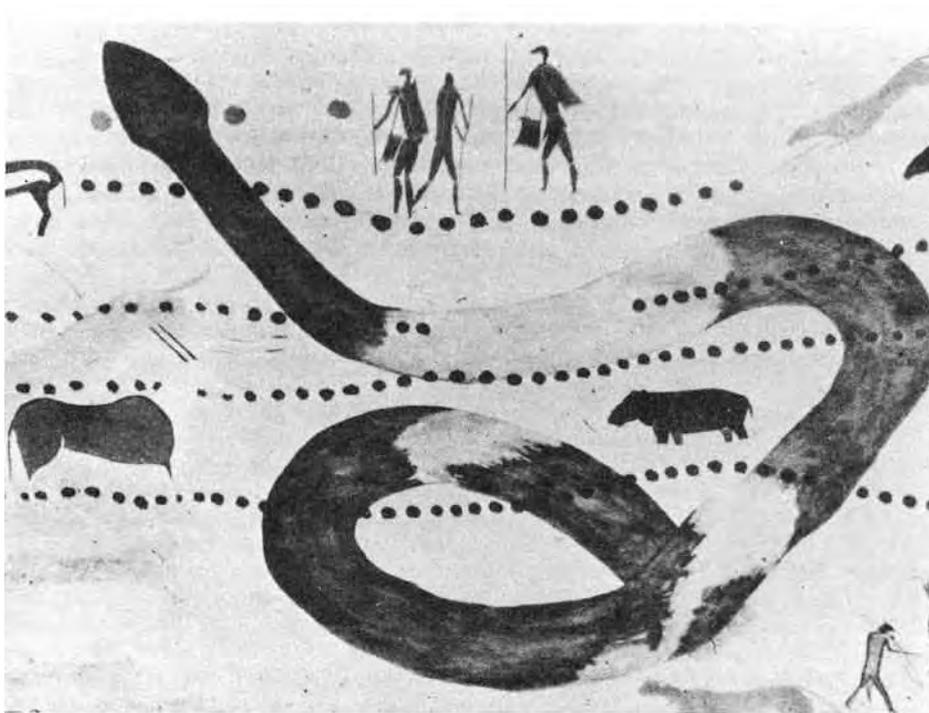



FIGURA 26.7 “Pista da Serpente”, pintura rupestre (Foto A. A. A., Mauduit, n. 35 C).

FIGURA 26.8 Dama Branca, pintura rupestre (Foto A. A. A., Duverger, n. DUV-4852).

verdadeira natureza das aspirações humanas. Em vez de nos deixarmos levar por polêmicas, contentemo-nos com as indicações fornecidas pelo mito; elas são suficientemente explícitas"[17].

Nessas condições, o simbolismo mitológico e cosmogônico é a chave principal para explorar o universo da arte rupestre. L. Frobenius desenvolveu brilhantemente as mesmas teses, embora ele acrescente também considerações sociológicas.

Diz-se que, em Leeufontein, o leão foi gravado sobre a face lateral da rocha para ser iluminado pelos primeiros raios do sol porque ele representa o astro do dia, enquanto o rinoceronte está voltado para o poente por ser espírito da noite e da escuridão. O rinoceronte, cujos chifres simbolizam o crescente da lua nova, é considerado pela tradição como o assassino da lua. E. Holm refere-se também à "finalidade ritual" das cavernas situadas nos maciços afastados. A lenda cosmogônica, coletada entre os San no século XIX pelo filólogo alemão Willem Bleek, levou-o a afirmar que eles "não fazem distinção entre a matéria e o espírito". O antílope do Cabo desenhado com os membros atrofiados simboliza a lua nascente. Quando aparece diante de figuras humanas, como na galeria de Herenveen (Drakensberg), presume-se que esteja sendo adorado. O ágil cabrito montês listrado de vermelho simboliza a tempestade, o louva-a-deus simboliza o raio e o elefante, a nuvem de chuva (como vemos no Monte Saint-Paul, Drakensberg). Esse mito pode ser encontrado não somente em outras partes da África (Philipp Cave na Namíbia, Djebel Bes Seba e Ain Guedja na Argélia), mas também num marfim gravado em La Madeleine, na França.

O magnífico antílope do Cabo, no museu do Transvaal, apresenta uma pelagem cor de mel; isso indicaria simplesmente que o antílope foi criado pelo louva-a-deus, encarnação do sol, e que o louva-a-deus, a fim de lustrar o pelo do animal, ungiu-o com mel puro. Se, por vezes, a zebra *quagga* foi pintada sem listras, como na caverna de Nswatugi, nos montes Matopo, no Zimbabwe, é porque originariamente a zebra não era listrada. Ela só adquiria as marcas em sua pelagem depois de seu dorso ter sido queimado pelos raios do sol. De acordo com esse ponto de vista, bastaria possuir, nos seus menores detalhes, o "metabolismo panteísta" das origens africanas para dispor de uma espécie de chave mestra que permitiria decifrar todos os enigmas da arte rupestre africana, qualificada como "atemporal como omito". Mas, confessemos, isto é mais bonito que verdadeiro.

---

17 HOLM, E. *L' Art dans te Monde. L'Age de pierre*, p. 183 et seqs.; p. 170 et seqs., etc.

Os adeptos da abordagem materialista, por outro lado, afirmam que a arte pré-histórica, como qualquer outra, nada mais é que o reflexo da existência concreta dos homens de uma determinada sociedade: um momento "ideológico" e um instrumento superestrutural que expressa um certo equilíbrio ecológico e sociológico e permite ao homem preservá-lo ou melhorá-lo em seu favor.

Em nossa opinião, é possível fazer uma síntese dessas duas abordagens, que, isoladas, seriam incompletas. A arte pré-histórica africana foi incontestavelmente um veículo de mensagens pedagógicas e sociais. Os San, que constituem hoje o povo mais próximo da realidade das representações rupestres, afirmam que seus antepassados lhes explicaram sua visão do mundo a partir desse gigantesco livro de imagens que são as galerias. A educação dos povos que desconhecem a escrita está baseada sobretudo na imagem e no som, no audiovisual, fato comprovado até hoje pela iniciação dos jovens na África subsaariana. Os petroglifos da arte são algo semelhante. No entanto, é evidente que o mito não explica tudo, pois, antes de produzir o mito, é necessário produzir e reproduzir a própria sociedade. Assim, o mito pode se tornar um meio privilegiado para melhorar (ou deteriorar) as forças produtivas e as relações de produção. Aliás, o próprio E. Holm sugere isso quando cita o caso do jovem San convencido de que a ponta de flecha talhada em quartzo brilhante é uma parte da estrela que ele invoca ao afiar o gume: "Você, que nunca erra o alvo, você, que é infalível, faça-me atingir minha presa!" Essa frase é de alcance essencialmente utilitarista, ao contrário da conclusão idealista de Holm. Para sobreviver, o homem ordena e mobiliza o Universo. É essa a função do mito, mas não creio que seja a única[18]. Não devemos permitir que a floresta de símbolos nos impeça de ver as árvores da realidade concreta.

Na verdade, às vezes a função espiritual pode existir de modo autônomo, servindo então subjetivamente não mais como um meio, mas como um fim em si. O mito representa para o homem um modo de compreender o Universo, organizando-o, ou seja, racionalizando-o de uma determinada maneira, visto que há uma certa lógica imanente no discurso mitológico. A finalidade espiritual existe, portanto, mesmo quando carregada de conteúdos infra-estruturais. Representar um ser temido já é, de fato, libertar-se dele; mantê-lo sob nosso olhar significa dominá-lo. O silêncio mineral quase palpável que existe nos corredores rochosos

18 Do ponto de vista propriamente historiográfico, devemos assinalar que os mitos estão, às vezes, repletos de ensinamentos. Assim, segundo os San, o sol, cansado de ser carregado nas costas da zebra, abandonou-a para se refugiar entre os chifres de um touro. Isso nos leva ao outro extremo do continente, às figurações norte-africanas (sul de Orã, Saara, Egito) de bovídeos com discos solares. Teria Hátor, a deusa-vaca, nascido de um mito pan-africano?

secretos e fechados em In-Itinem e Tissoukai significaria o recolhimento dos santuários e locais de iniciação ou o esconderijo de animais encurralados ou roubados? Talvez os dois. As figuras mascaradas com cabeças zoomorfas e os animais com atributos cefálicos (discos, auréolas, barras, etc.)[19], frequentemente associados no sul de Orã e no Oued Djerat, fazem lembrar personagens em posição de oração diante dos animais. Também os três caçadores mascarados de Djerat, que parecem cercar um búfalo que traz um disco sobre a cabeça, representam talvez uma cena de magia. Sendo as máscaras ainda hoje utilizadas por alguns povos africanos, por que não basear a interpretação de tais cenas nessa problemática cultural, em vez de nos entregarmos à pura especulação? Descobriríamos que nem sempre a explicação é de fundo religioso. Até hoje, os caçadores da zona do Sahel usam uma cabeça de calau que balançam para cima e para baixo, imitando esse pássaro, para, andando de quatro, se aproximarem de um antílope antes de atirarem suas flechas. Às vezes, porém, a desproporção entre os meios e o resultado é tamanha que sugere fortemente o uso da magia, como quando um homem mascarado arrasta sem esforço um rinoceronte abatido com as patas para o ar, numa gravura de In-Habeter (Líbia). Certos ritos de fecundidade aparecem claramente no comportamento das figuras que parecem entregues a cópulas rituais, como o coito entre uma mulher e um homem mascarado em Tin Lalan (Líbia), ou nas figuras com falos protuberantes que executam danças animadas. De fato, a fertilidade era o que mais importava, sobretudo no fim do período pré-histórico no Saara ou no deserto da Namíbia, quando todo vestígio de vida recuava diante da seca crescente e implacável. No sítio neolítico de Tin Felki, foi encontrado um adorno de cornalina com formato hexagonal, identificado por Hampaté Ba como um talismã de fertilidade, utilizado até hoje pelas mulheres peul[20]. Nesse caso específico, não devemos deixar de considerar também a *motivação estética*. Como os homens e as mulheres do Neolítico africano pertenciam à categoria *sapiens* como nós, não podemos lhes negar um sentimento característico de nossa espécie: o prazer de criar formas pelo simples e puro gosto de contemplá-las. A admiração que experimentamos hoje diante dessas criações era ainda mais intensa quando os quadros acabavam de ser criados, e seus modelos fervilhavam nas vizinhanças. Os pequenos pilões para pós cosméticos, as contas de amazonita, calcedônia ou de casca de ovo de avestruz do Ténéré, assim como os contornos soberbamente

19 Ver os célebres exemplos do boi de Maia Dib (Líbia) e do carneiro de Boualem (Atlas Saariano).

20 A cruz de Agadès ou de Iferouane teria se originado do signo de Tanit, símbolo sexual feminino.

Figura 26.9 Detalhe de uma gravura rupestre, Alto Volta (Foto J. Devisse).

Figura 26.10 Pintura rupestre, Namíbia (Foto A. A. A., Myers, n. 3808).

modelados dos machados com garganta são testemunhas do elevado gosto estético dos africanos daquela época.

São relativamente numerosos os esboços abandonados como insatisfatórios. Por outro lado, inúmeros quadros estão de tal maneira expostos ao ar livre e aos transeuntes que não há sombra de dúvida acerca de seu caráter profano. Tratava-se, em geral, da arte popular. Popular também no sentido de que provavelmente havia uma intenção "histórica" na sua criação. De fato, o prazer de recordar e o desejo de perpetuar a lembrança de feitos individuais ou coletivos também fazem parte das características de nossa espécie humana. O homem nasceu cronista, e os artistas da pré-história são os primeiros historiadores africanos, pois eles nos legaram em termos legíveis os estágios progressivos do homem africano em suas relações com o meio natural e social.

O peso da história, ou a arte como documento

Em que medida a arte pré-histórica africana é a edição ilustrada do primeiro livro de história da África?

O meio ambiente ecológico

Em primeiro lugar, a arte pré-histórica constitui um filme documentário sobre a *infra-estrutura* das primeiras sociedades que viveram em nosso continente; por exemplo, sobre o seu ambiente ecológico. Esse biótopo pode ser comprovado diretamente, como no caso dos objetos encontrados *in situ,* mas pode também ser deduzido do conteúdo das pinturas. Cabe lembrar, como alerta, que uma representação estética não é necessariamente uma descrição objetiva do meio ambiente que lhe é contemporâneo. O artista poderia ter reproduzido lembranças antigas ou ter materializado miragens e sonhos. Mas, neste caso, não há nenhuma dúvida, pois os testemunhos concordam com os resultados da análise geomorfológica que determinou a extensão dos lagos pré-históricos e das antigas bacias hidrográficas. Num sítio em Adrar Bous, datado de 5140 B.P. pelo método do C14, H. Lhote descobriu ossos de hipopótamos, o que confirma, por exemplo, a autenticidade histórica do grupo de hipopótamos reproduzidos em Assedjen Ouan Mellen. Ora, esse animal é um verdadeiro indicador ecológico, pois necessita de águas perenes para sobreviver. Um outro indicador é o elefante, que consome diariamente enormes quantidades de vegetais. O Saara das pinturas pré-históricas deve ter sido um grande parque com vegetação mediterrânea, da

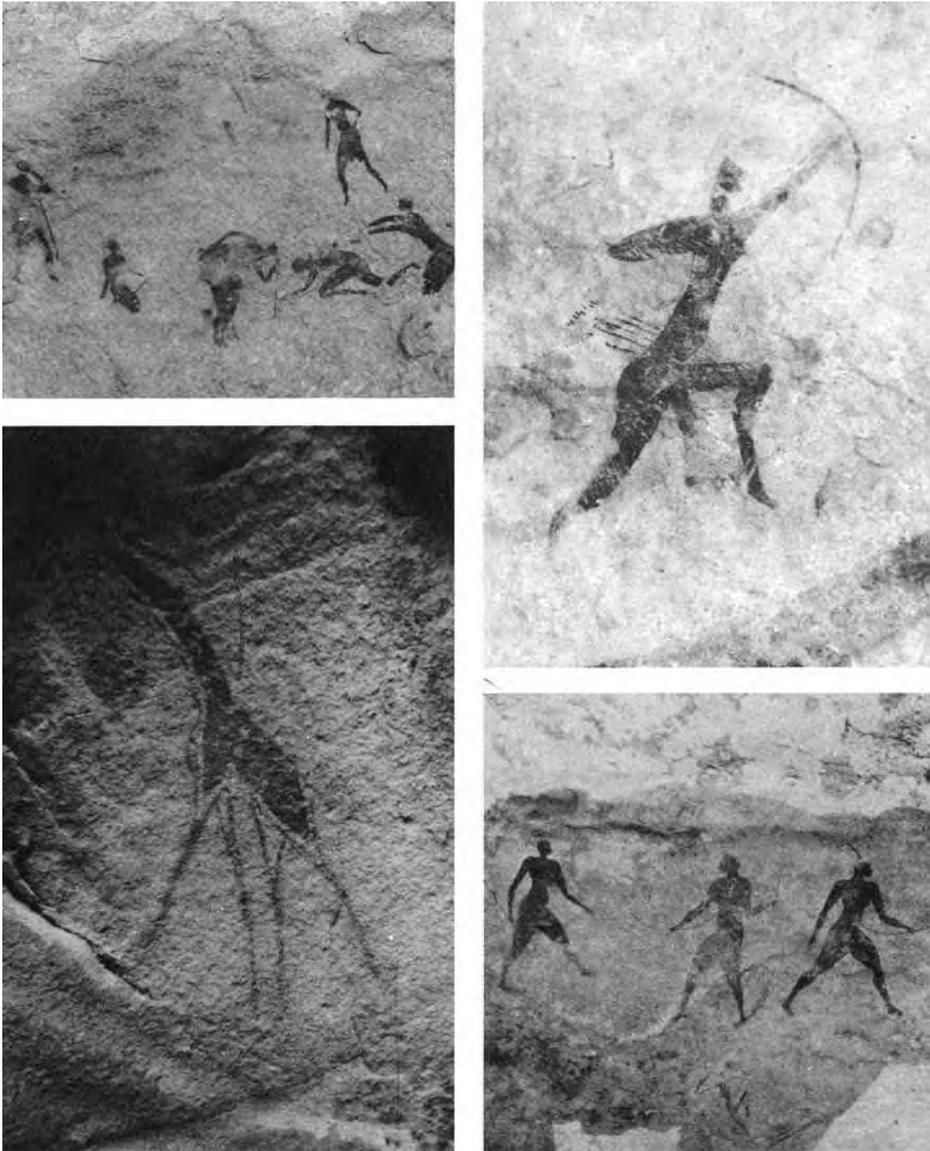



Figura 26.11 Pinturas rupestres, planalto do Tassili n'Ajjer, Argélia (Fotos A. A. A., 1 e 4 Naud, nº 12599, 12379; 2 e 3, Sudriez, nº 31, 43

qual ainda hoje restam alguns vestígios. Esse meio ecológico foi substituído gradativamente por um biótopo "sudanês e saheliano"[21]. No período do cavalo e da carroça, são encontradas algumas representações de árvores, tais como palmeiras, que sem dúvida indicam a existência de oásis.

Na África meridional, o estilo nórdico (ou rodesiano) é marcado por grande número de desenhos de árvores, sendo possível identificar algumas delas. Nos abrigos e nos lugares hoje desertos, havia uma fauna abundante e variada, ressuscitando, por assim dizer, uma espécie de arca de Noé, um jardim zoológico petrificado: gravuras de peixes, de animais selvagens, hirsutos e fortes, como o antigo búbalo com seus chifres enormes de até 3 m de diâmetro, de felinos, como o guepardo e o protelo, de macacos cercopitecos ou cinocéfalos (em Tin Tazarift), de avestruzes, corujas, etc. Em todos os lugares aparecem cenas de caça que lembram a eterna luta entre o homem e os animais selvagens. Essas cenas cheias de vida e, às vezes, de violência, em que se vê a vitória da inteligência sobre a força bruta, não deixam de lembrar os caçadores mencionados por Yoyotte no vale do Nilo pré-dinástico, com bolsas fálicas entre as pernas, suas armas curvas e "caudas postiças" que, na realidade, como ainda hoje na África tropical, nada mais eram que uma pele de animal levada a tiracolo. Em Iheren, há uma cena de caça ao leão onde a fera está cercada por lanças ameaçadoras. Em Tissoukai, um onagro abatido está prestes a ser esquartejado. No vale do Nilo, na Líbia e em todo o Saara, há uma enorme quantidade de pinturas de armadilhas, demonstrando a engenhosidade multiforme dos homens de então, que adaptavam suas técnicas ao habitat e aos costumes dos animais[22].

Essa profusão de pinturas cinegéticas encontradas desde o Nilo até o Atlântico evidencia a existência de uma verdadeira civilização de caçadores. Não escapavam nem mesmo os animais de grande porte, como o elefante, como se pode ver na grande cena de caça do alto Mertoutek. Em quase toda parte as armadilhas estão associadas aos símbolos dos caçadores, num padrão cultural de grande originalidade, que existiu em quase toda a África durante dezenas de milhares de anos, até uma época bastante avançada no período histórico, como indica a lenda de Sundiata.

21 Y. e M. Via, 1974.

22 Há paliçadas e redes, armadilhas com disparador, fossos ou trápolas, mundéus, armadilhas de bloqueio, de tensão ou torção, como em Dao Timni, na fronteira entre o Níger e o Chade, onde uma girafa está imobilizada por complexo sistema de tensão que lhe abaixa o pescoço até à horizontal. Para detalhes das pesquisas sobre esse importante assunto, ver P. Huard e J. Leclant, 1973, p. 136 et seqs.

Essas representações nos mostram também a passagem gradativa do estágio de espreita ou captura dos animais, para o de seu aprisionamento e, em seguida, o de sua domesticação. Vemos um homem armado com um arco e conduzindo um animal preso por uma trela, enquanto uma caçada ao argali, em Tissoukai, é feita com a ajuda de cães. O galgo saluki representado em Sefar, com sua cauda enrolada, atravessou os tempos como o companheiro do homem do deserto. Uma cena de Jabbaren mostra um caçador à espreita diante de um animal selvagem; equipado com uma arma curva, ele está sendo seguido por um outro animal também à espreita, mas que parece domesticado. As variedades de bovídeos são retratadas: *Bos ibericus* com chifres curtos e espessos no sul, *Bos africanus* com grandes chifres em forma de lira em Taghit, Jabbaren, etc. Às vezes esses animais aparecem com um pingente no pescoço (Oued Djerat).

Existem ainda bovídeos com chifres esplendidamente trabalhados e decorados, artificialmente retorcidos em forma de espiral como em In-Itinem. A variedade de jumento caçada em Tissoukai é a mesma domesticada desde o Neolítico, quando é visto montado por um homem. Há também ovinos e caprinos. Até mesmo embarcações são reproduzidas, como em Tin Tazarift, com um perfil que lembra os barcos de papiro dos lagos e rios do Sudão chadiano e da Núbia.

O contexto humano

Em In-Itinem, há pinturas que mostram homens inclinados para o chão, manejando instrumentos angulares que lembram as cenas de colheita com foices dos baixos-relevos faraônicos. As pinturas de mulheres curvadas na postura característica de quem está joeirando ou respigando parecem indicar o cultivo de cereais durante o Neolítico no Saara, aparentemente comprovado pela abundância de mós e pilões para grãos[23]. No entanto, os estudos palinológicos de amostras saarianas apontam para a necessidade de uma certa prudência. Talvez se trate de coleta, embora seja difícil traçar os limites entre a vegecultura ou protocultura e a agricultura propriamente dita. Em Battle Cave, moças San partem para a colheita, tendo sobre o ombro um bastão para cavar. De qualquer maneira, a profusão de obras de arte rupestre e de utensílios descobertos em vastas regiões da África, em particular nas áreas hoje desérticas, dá uma ideia interessante sobre a densidade demográfica dessas regiões. A grande quantidade de artefatos sugere, às vezes, uma produção semi-industrial, como no nordeste

23 Os que foram descobertos pela missão Berliet-Tenere classificam-se entre os mais belos.

de Béchard e no erg Erroui, e mesmo em Madjouba (Saara ocidental), como provam as observações de T. Monod.

A arte pré-histórica africana também fornece muitos dados sobre as vestimentas dos homens de então. Como é comum acontecer em épocas primitivas, os homens usavam muito mais adornos que as mulheres até o período bovidiano, quando a tendência parece inverter-se.

Vestindo peles de animais, enfeitando a fronte com faixas decoradas ou usando mantos de plumas, os homens ostentam diversas insígnias, às vezes enigmáticas: colares, braçadeiras, braceletes, etc. Frequentemente as mulheres aparecem com um mínimo de roupas, portando às vezes a *lempe* (faixa de algodão passada entre as pernas e presa com um cinto, com as pontas soltas caídas na frente e atrás), comum entre as jovens da região sudanesa. Mas há também a tanga com os panos dispostos de diversas maneiras, vestidos colantes, várias espécies de porta-seios, inúmeros tipos de adornos de cabeça, inclusive um em forma de crista, como em Jabbaren.

As habitações são quase sempre representadas de forma esquemática: as cabanas são semi-esferas nas quais vemos mobília e cenas domésticas. As descobertas nos penhascos de Tichitt (Mauritânia), onde 127 aldeias já foram identificadas, demonstram que os africanos do Neolítico também eram construtores. Situadas sobre os contrafortes que formam a extensão meridional do Dahr, essas aglomerações em pedra seca, cada uma agrupando aproximadamente 3000 pessoas, apoiavam-se em geral sobre um alicerce de rochas ciclópicas, lembrando os *zimbabwe* da África central e austral. Essa arte arquitetônica, notável para a época, é caracterizada pelos pilares de sustentação feitos de pedra talhada[24].

Portanto, por meio dos afrescos da arte rupestre africana, podemos entrever toda uma sociedade que se anima até quase adquirir a terceira dimensão, a da vida. Em Takedetoumatine, por exemplo, mulheres de formas roliças e que parecem terem sido bem alimentadas com leite, estão sentadas com seus filhos na frente das cabanas; novilhos estão cuidadosamente amarrados em fila com uma corda, enquanto homens ocupam-se em ordenhar vacas. É uma cena de crepúsculo, impregnada de serenidade pastoril. Poderia o número de mulheres ser indício de um regime poligâmico? Em Orange Springs e em Nkosisama Stream (Natal), há cenas de danças cheias de vida, que mostram as pessoas

24 Ver os trabalhos de H. J. Hugot sobre Tichitt.

Figura 26.12 Cena erótica, Tassili (Foto P. Colombel, n. 75321).

Figura 26.13 Cena erótica, Tassili (Foto P. Colombel, n. 731075).

reunidas, principalmente mulheres, batendo palmas em torno de dançarinos mascarados.

Em Jabbaren, uma mulher arrasta seu filho rebelde. Em Sefar, um homem puxa o cabresto de novilhos, ainda hoje objeto sagrado (*dangul*) entre certos pastores peul. O grandioso afresco do abrigo de Iheren, um dos pontos altos da pintura pré-histórica, mostra uma fila de bois finamente ajaezados, com odres de água pendurados nos flancos, montados por mulheres que ostentam ricos adornos. Alguns animais inclinam-se para o bebedouro, enquanto um imenso rebanho avança de modo majestoso. Mulheres enfeitadas estão indolentemente instaladas em frente de suas casas e homens com plumas nos cabelos parecem ter parado para saudá-las. Dentro das cabanas, podem-se ver várias peças de mobília.

Em In-Itinem, há uma cena onde aparecem figuras eminentes em trajes luxuosos e guerreiros uniformizados, o que demonstra o início de uma hierarquização social. Arqueiros vestidos com mantos parecem organizados em grupos de patrulha com um comandante. Há aqui um certo bafio de "forças policiais".

No sul da África, são abundantes as cenas de guerra, retratando os inúmeros conflitos entre os San e os Bantu.

Entretanto, nada disso abolia o amor. Muitas cenas demonstram que os artistas pré-históricos africanos não alimentavam nenhum sentimento de falso pudor quanto a esse aspecto da vida de sua sociedade. Existem representações de animais no cio, como no contraforte oeste de Blaka, onde se vêem dois rinocerontes, um dos quais cheira os órgãos sexuais do outro. Noutra parte, há um bode no ato de cobrir uma cabra. As cenas de cópula humana em posições variadas demonstram com ingenuidade e realismo que o homem não inventou nada de essencial nessa área desde os tempos antigos. No rochedo Ahanna, no Uede Djerat (Tassili), há uma série de homens mascarados com gigantescos falos eretos, prestes a penetrarem mulheres em posição ginecológica. Todos os detalhes estão presentes. O grande afresco de Tin Lallan (Acacus, Líbia) também é consagrado principalmente a esse mesmo tema orgíaco (Hugot--Bruggman, n. 164).

Em Inahouanrhat, há uma cena mais prosaica de coito *a tergo,* enquanto em Timenzouzine (Tassili) um casal copulando está cercado por outros três, ainda em pé, e a atitude de resistência mais ou menos fingida das mulheres é perfeitamente reproduzida.

Quanto à magia e à religião, somos obrigados a admitir que o significado de um grande número de quadros ainda permanece obscuro, pois eles estão

cercados pelo mistério dos mitos. O que significam os bois bicéfalos ou os bois com dois corpos hermafroditas e uma só cabeça encontrados no Uede Djerat? E as espirais magnificamente gravadas, associadas a inúmeros animais, como a que está representada sobre o búbalo do Uede Djerat? Esse motivo, também encontrado na cerâmica de Guerze, parece estar ligado aos ritos de caça (encantamento) assim como a espiral da serpente Mehen da época tini ta (I e II dinastias faraônicas)[25]. Para alguns especialistas, a espiral significa a continuidade da vida. Quanto ao cordão umbilical existente entre duas pessoas, partindo, por exemplo, da intersecção das coxas de uma mulher e chegando ao umbigo de um arqueiro que está caçando, parece significar um fluxo místico que parte da mãe em prece, com as mãos erguidas, e chega até o filho, que se encontra em situação de perigo. Da mesma forma, no sul da África (Botsuana) um animal "que faz chover" é conduzido através da região atado a uma corda puxada por uma procissão de pessoas atentas. Os motivos ligados ao sol fazem parte do mesmo fundo religioso. Entretanto, somente a referência ao contexto cultural e cultual genuinamente africano permitirá a compreensão de quadros cujo significado ainda permanece obscuro. Foi o que aconteceu quando A. Hampaté Bâ reconheceu numa cena de Tin Tazarift, denominada até então *Os bois esquemáticos* (como as patas desses animais pareciam reduzidas a tocos, supunha-se que estivessem deitados), o cerimonial de *lotori,* em que os bois são levados à água em celebração à sua origem aquática. Ao lado dessa cena há um motivo digital indecifrável, no qual Hampaté Bâ detectou uma alusão ao mito da mão de Kikala, o primeiro pastor. Essa mão simboliza os clãs peul, as cores da pelagem dos bois e os quatro elementos naturais[26].

Em geral, o desenvolvimento indica a transição da magia, às vezes ligada às danças paroxísticas, para a religião, como é atestado pela sequência do grande friso em In-Itinem que representa o sacrifício de um carneiro.

Relações e migrações

A tendência a explicar todas as características culturais africanas através da teoria das influências exteriores deve ser rejeitada. Todavia, isso não quer dizer que devamos negar essas influências, mas sim defini-las com precisão. A arte rupestre franco-cantábrica, que data de 40.000 anos aproximadamente,

25 Ver também o papel da serpente nas cosmogonias africanas.

26 É preciso cuidado para não extrapolar automaticamente os mitos e lendas modernos para explicar cada detalhe dos símbolos encontrados na pré-história. Cf. J. D. LAJOUX, 1977.

pertence ao Paleolítico, sendo portanto anterior à arte pré-histórica africana. Por outro lado, o Neolítico do Saara é anterior ao da Europa[27]. Desse modo, foi grande a tentação de atribuir à inspiração dos artistas do continente uma origem setentrional. Chegou-se mesmo a falar de uma arte eurafricana cujo foco teria sido europeu, sugerindo assim uma espécie de teoria hamítica da arte pré-histórica africana.

Uma civilização autóctone

Não há nada de verdadeiro na teoria referida acima. Além do fato de pelo menos 15.000 anos separarem os dois movimentos estéticos, já foi reconhecido que a arte do Levante espanhol, que deveria ser o elo de ligação no caso de uma eventual influência, nada tem em comum com a arte originária do sul de Orã, do Tassili e do Fezzan. L. Balout salientou insistentemente não haver conexão entre a pré-história da África do norte e a da Espanha durante o Paleolítico Superior. Além disso, a origem capsiense das gravuras do sul de Orã e do Saara é rejeitada por quase todos os autores. A arte pré-histórica originou-se de fato nos montes Atlas e seus pólos ou epicentros são genuinamente africanos.

Pergunta-se também se não foi a partir do Leste, ou seja, do vale do Nilo, que essa arte expandiu-se para o interior do continente. Ora, é evidente que o desenvolvimento artístico do vale egípcio do rio é bem posterior ao da África saariana e sudanesa. As representações saarianas de bovídeos com círculos entre os chifres são bastante anteriores às da vaca celeste Hátor. Também o falcão finamente cinzelado sobre a placa de arenito em Hammada-el-Guir é bem anterior às representações, do mesmo gênero porém menores, que aparecem nas paletas das tumbas pré-dinásticas egípcias prefigurando Hórus. O magnífico carneiro com esfera de Boualem é bastante anterior ao carneiro de Amon, que surge no Egito apenas durante a XVIII dinastia. Malraux considerou as cabeças zoomorfas de Uede Djerat como "prefigurações da zoolatria egípcia". O mesmo pode-se afirmar acerca das deusas com cabeça de pássaro de Jabbaren. O seminaturalismo surge no Egito somente na época guerzeense, assemelhando-se ao das gravuras saarianas do período dos bovinos. É o caso dos quadros em Uadi Hammamat que são, aliás, de execução medíocre. Os admiráveis barcos "de tipo egípcio" do Saara (Tin Tazarift) são, sem dúvida, simplesmente de tipo saariano. As silhuetas de Rhardes (Tissoukai) – que supostamente representariam *Hicsos,*

27 "O Neolítico saariano data pelo menos do oitavo milênio antes da Era Cristã. Até pouco tempo atrás, prevalecia a opinião de que era posterior ao Neolítico da África do Norte, do Egito e do Oriente Próximo". H. LHOTE, 1976, p. 227.

o *Faraó, Antinea* com um adorno de cabeça que lembra o *pschent* faraônico – devem, em minha opinião, ser reavaliadas no sentido inverso, em termos de perspectiva histórica. É certo que o Egito exerceu uma importante influência sobre o interior da África, mas é certo também que essa influência foi limitada. No entanto, mais evidente ainda é a anterioridade da civilização do Saara pré--histórico. Há também o fato de nenhum obstáculo, além da distância, separar os povos de Hoggar, Tassili e Fezzan do vale do Nilo, que foi por muito tempo (até o ressecamento do Saara) uma região hostil, coberta de pântanos. Foi somente a partir do período "histórico" que o Egito adquiriu o esplendor responsável pela tendência atual de tudo lhe atribuir, segundo o princípio de que "só se empresta aos ricos". Mas, em matéria de arte e de técnica, os pólos estavam situados originariamente no Saara, no Sudão Cartumiense, na África oriental e no Oriente Próximo. Aliás, o Saara pré-histórico deve muito mais às influências do sudeste da África que às do Oriente Próximo. Já as relações entre o sul da África e a região do Saara não parecem estar baseadas em provas concretas, embora Frobenius tenha chamado a atenção para um certo número de analogias[28]. Chegou-se mesmo a falar de uma "civilização magosiense" que, segundo E. Holm, teria sido quase pan-africana, mas não há nada muito claro sobre isso. De qualquer modo, a produção artística da pré-história sul--africana é, em geral, posterior à da África do norte do equador; apesar de o povoamento da parte meridional do continente ser extremamente antigo[29]. Como já dissemos, certos autores atribuem erroneamente ao século XVII grande período das representações do maciço do Drakensberg, ou seja, após a chegada dos Bantu. Em todo caso, do ponto de vista estilístico, parece que a pintura do sul não tem afinidades com o período chamado de "Cabeças redondas" do Saara, relacionando-se apenas com o período bovidiano. Ela se distingue também por motivos típicos, como a vegetação abundante, as paisagens com representações estilizadas de rochas, os temas funerários, etc. De qualquer maneira, o estudo comparativo deve ser mais desenvolvido e, principalmente, o quadro geral da história do *Homo sapiens* pré-histórico africano deve ser melhor elucidado, antes de podermos traçar eventuais flechas que representem a direção de correntes artísticas.

28 HAUERLAND, E. 1973, p. 74.

29 Cf. J. D. CLARK, capítulo 20 deste volume. Alguns autores sugerem que a arte rupestre difundiu-se a partir do Zimbabwe em direção à Namíbia e ao Cabo, em seguida, em direção ao Transvaal e à região de Orange; quanto às obras policromadas evoluídas, novamente do Zimbabwe em direção à Namíbia. Cf. A. R. WILLCOX, 1963.

Esquematismo das teorias raciais

Essa observação é ainda mais válida quando consideramos as "raças" responsáveis pela produção artística. Mas não seria um abuso de linguagem utilizar, neste caso, o conceito de raça?[30] Poderiam os poucos esqueletos ou restos ósseos disponíveis autorizar a elaboração das ousadas teorias sobre o povoamento por "raças" pré-históricas? Entretanto, certos autores esquematizaram um processo demográfico de rara complexidade, que passamos a relatar. Após o povoamento original por "africanos" autóctones, povos neandertalenses do Oriente Próximo teriam emigrado para a África em dois ramos, um avançando até o Marrocos e o outro em direção aos planaltos elevados do leste africano através do Chifre da África. São os aterienses do Paleolítico Médio. Em seguida, após uma fase epipaleolítica, provavelmente relacionada ao Sebiliense do Egito, uma outra vaga de povos cro-magnoides teria atingido a África do Norte, comportando um núcleo ibero-maurusiense e um núcleo capsiense. Sem dúvida, esses grupos teriam passado por um processo de neolitização em seus novos habitats, dando origem, em particular, ao Neolítico de tradição capsiense que ocupa, entre outras regiões, o norte do Saara. No entanto, outros centros apresentam uma notável diversificação técnica e artística. Devemos citar, sobretudo, a forte influência das tradições neolíticas sudanesa e "guineense", com centros secundários em Ténéré e no litoral atlântico ao norte da Mauritânia[31]. Na opinião de certos autores, o período bubaliano da arte rupestre seria devido a povos "mediterrânicos" mal definidos, brancos segundo alguns, mestiços de acordo com outros. O período das "Cabeças redondas" seria atribuído a grupos "negroides" os quais, consideram alguns, ter-se-iam miscigenado com povos do Oriente Próximo e constituiriam o Neolítico de tradição sudanesa. O período bovidiano seria obra dos ancestrais dos peul. Finalmente, mais ao sul, a tradição denominada guineense teria influenciado até as construções sobre a falésia de Tichitt (Mauritânia). É preciso salientar que todas essas reconstituições são demasiado frágeis e privilegiam enormemente as influências extra-africanas. Chega-se ao ponto de falar de "nítida influência africana" numa representação rupestre do Saara. Mas, sobretudo, essas reconstituições tendem a estabelecer equivalências entre conceitos tão diversos quanto raça, etnia, gênero de vida e civilização. Há referências a negros, brancos, peul, africanos, capsienses, sudaneses, sem

30 O processo de especiação a que se refere J. Ruffié já deveria estar, em grande parte, abolido, sobretudo com as miscigenações facilitadas pela ecologia bastante homogênea do habitat saariano. Ver capítulo 10, parte II, "Teorias relativas às 'raças' e história da África", p. 277-286.

31 Cf. H. J. HUGOT, 1979, p. 62 et seqs.

que, por razões óbvias, se defina precisamente nenhum desses vocábulos. Lhote, por exemplo, rejeita a influência dos capsienses nas gravuras do período bubaliano[32]. Entretanto, ele declara que nas gravuras em Oued Djerat "não há um só perfil genuinamente negroide; todos os que aparecem com distinção são incontestavelmente caucasoides. Devemos presumir, portanto, que se tratava de brancos, exatamente a impressão que temos após examinar as figuras do sul de Orã e do Fezzan". "Que pena", disse-me um dia um colega sul-africano, "que não possam falar."[33]

É com base nessas mesmas frágeis indicações de morfologia antropológica que o período das "Cabeças redondas" é atribuído aos negros e o período bovidiano aos peul. Mas a identificação racial é frequentemente baseada também nos modos de vida e nas culturas, o que constitui uma grande aberração. Os povos neolíticos de tradição sudanesa são definidos como "a etnia dos caçadores-pastores originários do leste". Os "traços finos, as técnicas pastoris, os ornatos de cabeça em forma de crista das mulheres e a trança de cabelos usada pelos homens" bastam para atribuir aos Peul toda a arte rupestre que reproduz essas características, embora hoje eles não demonstrem nenhum gosto estético desse gênero e nem mesmo tenham conservado sua lembrança, ao contrário do que ocorre entre os San, por exemplo. E também apesar de todos os "estágios" e estilos, assim como todos os perfis antropológicos estarem largamente reproduzidos na arte rupestre, sobrepondo-se uns aos outros. Ainda hoje, em quase todas as regiões da África tropical, é possível reconstituir a gama de perfis encontrados nas pinturas do Saara[34]. Sem contar que um pintor "peul" pode ter reproduzido dançarinos mascarados, da mesma forma que um artista "negro" pode perfeitamente ter retratado cenas da vida pastoril ou ter transformado os traços de seus heróis e heroínas, como fazem atualmente certos pintores senegaleses. Os San, que são homens pequenos, frequentemente não se retratam altos, esbeltos e elegantes, com anatomias forçadas? Toda arte é convenção e jamais alguém viu um povo negro composto apenas de "cabeças redondas". Além disso, seria a especialização "agricultores-pastores" tão acentuada quanto atualmente?[35]

32 Cf. H. LHOTE, 1976, p. 110.

33 Cf. H. LHOTE, 1976, p. 41.

34 P. V. TOBIAS salienta também que todos os tamanhos e formas de crânios são encontrados entre os hotentotes do Cabo.

35 "É surpreendente que não conheçamos nenhum critério seguro para distinguir os homens do período bubaliano dos homens do primeiro período pastoril (bovino I). A existência de bovídeos, quase certamente domesticados desde a época das belas gravuras naturalistas, faria recuar consideravelmente o surgimento da criação de animais". Th. Monod, janeiro, 1951.

Bem a propósito, H. J. Hugot escreve sobre os homens neolíticos da Mauritânia: “Quando chegaram, os homens negros de Tichitt traziam consigo seus bois”. Mais adiante, ele diz que “durante a fase pastoril média chegam os elementos negroides. E o grande período bovidiano, com as manadas de bois retratadas em profusão”[36]. Portanto, o pastoreio não é um critério suficiente, assim como não o são a craniometria e as impressões subjetivas sobre as características físicas. Não são as “raças” que fazem a história, e a ciência moderna não inclui a raça entre os caracteres somáticos superficiais[37]. Todas as “damas brancas” das pinturas rupestres africanas, como a que existe na África do Sul, que tem apenas o rosto branco e que lembrava a Breuil os afrescos de Cnossos e “a passagem de colunas de prospectores vindos do golfo Pérsico”, representam sem dúvida sacerdotes, caçadores ou jovens africanas saindo de cerimônias de iniciação, como fazem ainda hoje, pintadas com caulim branco, cor que denota a morte de uma personalidade anterior e a ascensão a um novo *status*[38].

Também existem controvérsias a respeito da autoria das obras de arte rupestre no sul da África. Mas, neste caso, o quadro histórico geral é um pouco mais conhecido. Trata-se, inicialmente, das relações entre os Khoi-Khoi e os San, depois entre os Khoisan e os Bantu. Há muitos quadros que retratam essa dinâmica histórica. A comparação estatística das mãos positivas desenhadas sobre as rochas corresponde à compleição dos San, como também a esteatopigia, a semi-ereção do pênis, etc. Quanto às gravuras do período dos cavalos e das carroças elas relacionam-se à época histórica.

Podemos nos indagar se os pintores e os gravadores pertenciam a povos diferentes, os primeiros trabalhando nos abrigos, e os segundos nas colinas. Tudo indica que não. De fato, os pintores geralmente não podiam trabalhar ao ar livre; se o fizeram, suas obras certamente perderam as cores e desapareceram. Por outro lado, o dolerito e o diabásio dos *kopje* eram as melhores rochas para a gravação, pois ofereciam um belo contraste entre a pátina ocre e o interior cinza ou azul da rocha, o que não ocorria com o calcário dos abrigos. Aliás, encontram--se por vezes pinturas e gravuras nos mesmos locais, e também gravuras que

36 HUGOT, H. J. *op. cit.*, p. 225-74.

37 Cf. capítulo 10, parte II, “Teorias relativas às ‘raças’ e história da África”, p. 277-86.

38 Segundo inúmeros autores, “a Dama Branca” de Brandberg, cujas reproduções não fazem justiça ao quadro real, seria, na verdade, um rapaz, a julgar pelo seu arco, suas nádegas estreitas e seu órgão sexual protuberante (como acontece frequentemente entre os San, cujo pênis é semi-ereto). Quanto à sua cor, devemos salientar que a face não é pintada, mas representada pela própria rocha, enquanto o corpo é rosa dos pés até a cintura e negro mais acima. Aliás, a cor não significa nada, pois existem elefantes, macacos e mulheres pintados de vermelho e homens de branco. Cf. A. R. WILLCOX, 1963, p. 43-45.

foram inicialmente pintadas, como no distrito de Tarkestad. Acontece, ainda, de uma mesma convenção estética ser encontrada tanto nas gravuras quanto nas pinturas.

Estética

No âmbito estético propriamente dito, a arte pré-histórica africana é a fonte de inspiração, a introdução brilhante da arte africana moderna cujas raízes foram tão pouco exploradas até agora. Há nela uma riqueza de estilos dos quais se pode acompanhar a evolução, às vezes quase passo a passo, até as criações estéticas modernas. A arte africana moderna foi muito influenciada pela arte árabe e pela europeia, mas existe também uma antiga tradição cuja matriz se encontra nos abrigos sob rocha e nas galerias pré-históricas. A pintura baseia-se em cores simples como o ocre vermelho, o branco, o preto, o amarelo e, acessoriam ente, o azul e o verde. Ainda hoje, essas cores podem ser vistas nas máscaras e nos adornos dos dançarinos.

Trata-se de uma arte fundada na observação, na atenção quase amorosa e por vezes reverente diante da realidade. Tanto a gravura quanto a pintura apresentam esse aspecto, mas de modos diferentes. O bovino de, Augsburgo (Botsuana), do qual se conservou apenas a parte anterior, é delineado com um traço impecável que reproduz os detalhes anatômicos mais precisos do focinho, dos olhos, das orelhas, dos pêlos, etc. A girafa em Eneri Blaka é uma verdadeira escultura realista; as manchas do pelame foram feitas por martelagem, com entalhes delicadamente sombreados para mostrar o contorno da cabeça, das arcadas zigomáticas, dos chifres, dos olhos globulosos, das narinas e dos cascos fendidos, brilhantes. O aspecto natural provém da maestria do traço que delineia soberbamente o perfil, da martelagem que refina os detalhes interiores e também da presença de um filhote que se apóia em sua mãe com um movimento de espontaneidade tocante.

Essa veia de observação também é encontrada no afresco de Iheren, onde se comprimem sem jamais se confundirem, tal a segurança do traço, dezesseis girafas combinadas com graça, grupos de mulheres cobertas de adornos viajando em seus bois de carga, gazelas e antílopes (*dorca, dama, oryx,* búbalos) identificados respectivamente pelos chifres finos, pela pelagem branca, pelos longos chifres voltados para trás e pela cabeça alongada. No mesmo painel, uma girafa recém--nascida, ainda ligada pelo cordão umbilical, tenta equilibrar-se sobre as patas. Um leão com um carneiro entre as garras espreita os homens armados que o perseguem, enquanto outros carneiros fogem aterrorizados. Um boi se aproxima

de uma poça de água para beber, o que faz as rãs saltarem. E a agitação brilhante e patética da natureza, onde o homem-rei é o intruso.

Mas o naturalismo dos detalhes jamais exclui o recurso ao essencial e uma arte da composição cênica que deriva de uma espécie de abordagem escultural da pintura. Assim, personagem principal é apresentado em primeiro plano, dominando os outros, que são relativamente menores. É o caso dos grandes caçadores mascarados que se destacam das feras por seu tamanho; do faraó abatendo seus inimigos, ou do *oba* de Benin engrandecido em relação a seus súditos.

A ênfase no essencial dá origem às formas simbolistas, antítese do barroco. Combinada com a técnica da escultura, produz esse ritmo característico que dá vida tanto ao búbalo desenhado com um traço seco e despojado, quanto à manada de bovinos de Jabbaren, da qual temos a impressão de ouvir o ruído surdo dos cascos, a respiração quente e os mugidos.

A atualidade da arte pré-histórica africana

Popular e quotidiana, essa arte é animada por um senso de humor que é a ironia alegre ou amarga da vida. Esotérica, ela vibra como um fervor místico levado pelo estilete ou pelo pincel do artista, e nos dá alguns dos mais belos florões da arte universal, como o carneiro com um disco solar, de Boualem, cuja atitude hierática anuncia o mistério e convida à meditação[39]. Essa dupla abordagem traduz bem a dupla condição do homem africano moderno: tão espontâneo e quase trivial no dia-a-dia, tão sério e místico quando tomado pelo ritmo de uma dança religiosa.

Em suma, a arte pré-histórica africana não está morta. Ela vive, ainda que apenas nos topônimos que perduram. Um vale afluente do Uede Djerat, denominado Tin Tehed, ou seja, "o lugar da jumenta", é efetivamente marcado por uma bela gravura de asno. Issoukai-n-Afella tem a fama de ser assombrado por espíritos (*djenoun*) talvez porque, diante de um monte de seixos constituídos por arremessos de pedras votivas, exista uma figura zoomorfa assustadora, que reúne os atributos da raposa aos da coruja, sem falar num sexo de tamanho descomunal.

39 É notável que certos autores mencionem a existência de dois carneiros encarregados de proteger o rei contra o mau-olhado na corte do imperador do Mali, no século XIV. O carneiro existe também em outras cortes africanas: Meroé, Akan (Gana), Kuba (Zaire) e Kanem (Chade).

Essa arte mereceria ser reintroduzida na vida dos africanos, ao menos através de programas escolares, pois a distância que dela os separa constitui uma barreira só atravessada pelos estudiosos e especialistas dos países ricos.

Ela deveria ser ciosamente protegida de danos de todo tipo que constantemente a ameaçam, pois é um patrimônio sem preço[40]. Um registro completo deveria ser organizado, para permitir um estudo comparativo.

De fato, a arte é o homem. E na medida em que a arte pré-histórica é um testemunho integral do homem africano primitivo, desde seu meio ecológico até suas emoções mais elevadas, na medida em que a imagem é um signo às vezes tão eloquente quanto a escrita, podemos afirmar que a arte mural africana é o primeiro livro de história desse continente. Mas trata-se evidentemente de um testemunho ambíguo e enigmático, que precisa do respaldo de outras fontes de informação, como a paleontologia, a climatologia, a arqueologia, a tradição oral, etc.

Sozinha, a arte pré-histórica não revela senão a parte visível de um *iceberg*, É a projeção, sobre o quadro mineral e congelado dos abrigos sob rocha, de um cenário vivo desaparecido para sempre. A arte é reflexo e força motriz. Por meio da arte pré-histórica o homem africano proclamou, através dos tempos, sua luta encarniçada para dominar a natureza, mas também seu afastamento consciente dessa natureza, para alcançar o prazer infinito da criação, o êxtase do homem demiurgo.

40 Em 1974, um decreto do governo argelino transformou toda a zona das pinturas e gravuras do Tassili em parque nacional.

CAPÍTULO 27

Origens, desenvolvimento e expansão das técnicas agrícolas

*R. Portères** e *J. Barrau*

Durante muito tempo, as ideias sobre as origens da agricultura foram fortemente influenciadas pelo etnocentrismo. A tendência era (e ainda é, por vezes) a de considerar o berço agrícola e pastoril do Oriente Próximo, sede da "revolução neolítica" definida por Gordon Childe[1] não somente como o local de surgimento da cultura dos cereais mais importantes (trigo, cevada, etc.) e da criação de animais (cabras, carneiros; mais tarde, bovinos), que são as bases materiais da civilização ocidental, mas também como o núcleo de origem da própria civilização, ao menos no que diz respeito ao "Velho Mundo". Sem dúvida, as pesquisas arqueológicas realizadas desde a Segunda Guerra Mundial, sobretudo nos últimos vinte anos, contribuíram para modificar em parte esse ponto de vista limitado e, de certo modo, pretensioso. Essas

* Roland Portères, professor do Museu Nacional de História Natural de Paris, faleceu em 20 de março de 1974. Encarregado pelo Comitê Científico Internacional para a Redação de uma História Geral da África de redigir este capítulo sobre as origens e o desenvolvimento das técnicas agrícolas, chegou a fazer um esboço que foi, no entanto, uma de suas últimas tarefas. A obra ficou, portanto, inacabada; baseando-me nas inúmeras publicações de Roland Portères, nas suas anotações e nas nossas frequentes conversas sobre o assunto, propus-me levar a cabo este trabalho, procurando permanecer fiel ao interesse apaixonado que Portères dedicava à fascinante natureza da África, a seus países, povos e civilizações. Ainda que imperfeita, esta contribuição à sua obra é uma homenagem prestada ao mestre e ao amigo que tanto fez para um melhor conhecimento da agricultura e das plantas cultivadas do continente africano. – Jacques Barrau.

1 1942 (revisto em 1954).

pesquisas certamente mostraram a importância do "crescente fértil" na história da agricultura mundial[2], mas também revelaram o papel de outras partes do globo nessa evolução tão importante na história da humanidade: a produção de alimentos que, até então, tinham sido coletados no meio ambiente natural. Desse modo, tornou-se mais evidente a significação das invenções agrícolas e do cultivo de vegetais na América[3], assim como a relativa anterioridade do centro agrícola do sudeste asiático tropical[4] e, finalmente, a contribuição africana para a história dessa agricultura mundial.

No entanto, o célebre agrônomo e geneticista russo N. I. Vavilov[5] já reconhecia, há quase meio século, a existência de centros de origem de plantas cultivadas na África; mais tarde, um de seus colaboradores, A. Kuptsov[6], demonstrou a presença de *berços agrícolas primários* nesse continente. Alguns anos depois, um dos autores deste capítulo definiu com precisão a localização, o número e o papel desses berços[7].

Por muito tempo, todavia, o papel da África no desenvolvimento da agricultura, de suas técnicas e de seus recursos foi minimizado, até mesmo ignorado, devido a preconceitos coloniais e ao desconhecimento da origem de vários cultígenos africanos e, em geral, da pré-história do continente.

Essa situação mudou radicalmente e, nos últimos anos, tem-se manifestado um grande interesse pelo estudo das origens da agricultura africana, como o comprovam, por exemplo, os ensaios publicados em 1968 em *Current Anthropology*[8] e os inúmeros comentários que provocaram. A esse respeito, devemos citar também os estudos reunidos por J. D. Fage e R. Oliver[9] e ainda, mais recentemente, a contribuição de W. G. L. Randles para a história da civilização bantu[10]. Mas, antes de tentar uma breve síntese dos conhecimentos sobre a pré-história e a história agrícolas da África, é conveniente descrever em traços gerais o quadro ecológico em que se desenrolaram.

---

2 Ver, por exemplo, BRAIDWOOD, R. L. 1960.

3 Sobre esse assunto, ver, por exemplo, MACNEISH, R. S. 1964.

4 Ver BARRAU, J. 1975.

5 VAVILOV, N. I. 1951, p. 1-6.

6 KUPSTOV, A. 1955 e DARLINGTON, C. D. 1963.

7 Ver PORTÈRES, R. 1962.

8 DAVIES, O. "The origins of agriculture in West Africa." HUGOT, H. J. "The origins of agriculture: Sahara." SEDDON, D. "The origins and development of agriculture in East and Southern Africa."

9 FAGE, J. D. e OUVER, R. 1970.

10 RANDLES, W. G. L. 1974.

O meio ambiente e as origens da agricultura africana

É evidente que as origens, a diversificação e o desenvolvimento das técnicas agrícolas estavam estreitamente relacionados às condições do meio ambiente (clima, hidrografia, relevo, solos, vegetação, tipos de plantas originariamente utilizadas e alimentos que forneciam, etc.). Embora esses fatores tenham desempenhado um papel importante, até mesmo preponderante, na origem da agricultura e da criação de animais, não foram, entretanto, os únicos a interferir, pois esses processos implicavam também fatos de cultura e de civilização.

Mesmo nas épocas pré-agrícolas e nos períodos iniciais da agricultura, os homens levavam consigo, nas migrações ou deslocamentos, seus instrumentos, técnicas, modos de compreender e interpretar o ambiente, maneiras de adaptar e utilizar o espaço, etc. Carregavam também toda uma série de atitudes e comportamentos criados a partir de suas relações com a natureza em seus habitats de origem. Assim, em uma época em que a Europa apenas emergia do Paleolítico, o cultivo de vegetais e a criação de animais já estavam bem estabelecidos no Oriente Próximo, onde as primeiras cidades começavam a surgir. Ora, foi do Oriente Próximo que essa Europa um pouco atrasada recebeu as invenções técnicas e consequentes ideologias que iam tornar possível a sua "revolução neolítica", baseada na agricultura e na criação de animais.

Fenômenos semelhantes de difusão ou de intercâmbio aconteceram em outras partes do mundo e, evidentemente, também na África, em razão das migrações internas e externas que afetaram esse continente.

É essencial, todavia, compreender as implicações das invenções agrícolas e pastoris, assim como do cultivo de plantas e domesticação de animais. O homem passou da *apropriação* de alimentos (coleta, caça) à *produção* (cultivo, criação). Desse modo, progressiva e parcialmente, o homem se liberou das imposições dos ecossistemas a que pertencia e onde, até o surgimento da agricultura e da criação, levava uma vida "biocenótica" como os outros organismos, sujeitos ao curso normal dos processos da natureza.

A introdução da agricultura e da criação de animais foi a mudança fundamental que permitiu ao homem adaptar-se a diversos ambientes e modificar os complexos biológicos, fazendo-os produzir mais ou fornecer gêneros outros que os produzidos por meios naturais. Em consequência do novo papel do homem, agricultor ou criador, operaram-se transformações mais

ou menos profundas nos meios naturais, bem como na quantidade e qualidade dos seus produtos.

No entanto, apesar do domínio do homem sobre os elementos de seu ambiente natural, ele não foi capaz de se libertar completa e imediatamente de todas as imposições desse ambiente. Assim, devemos, primeiramente, considerar as características ambientais que podem ter exercido um papel preponderante na pré-história e na história agrícolas. No caso da África, faz-se necessário traçar um esboço do meio ambiente: a África parece estar dividida em largas faixas latitudinais, diferenciadas do ponto de vista ecológico e dispostas simetricamente dos dois lados do Equador.

Como salienta Randles (*op. cit.*), algumas dessas faixas podem ter servido como *barreiras* para as correntes migratórias norte-sul. E o caso do Saara, da grande floresta equatorial, da "estepe" da Tanzânia e do deserto do Calaari. Outras faixas, ao contrário, ofereciam *espaços* a essas correntes que nelas poderiam encontrar "nichos" favoráveis: é o caso das savanas do norte e do sul. Randles salienta igualmente que nenhuma dessas *barreiras* era totalmente intransponível; o Saara e a grande floresta, por exemplo, permitiam, até certo ponto, a circulação humana.

Na África, a latitude não é o único fator a permitir uma delimitação sumária das grandes zonas ecológicas. O relevo e, portanto, a altitude também interferem; assim, a dorsal Zaire-Nilo separa as terras altas do leste da África do peneplano do oeste, que por sua vez é dividido por um pequeno eixo elevado que se estende da ilha de Príncipe até o Chade.

Há, portanto, exceções nesse zoneamento ecológico latitudinal do continente africano. Talvez a mais importante dessas exceções sejam as terras altas que se estendem, paralelamente ao Rift, do norte do lago Vitória aos montes Munchinga e que, citando Randles novamente, constituem um estreito corredor salubre através da "barreira equatorial" (mapa 1). Há também o "reduto" da Etiópia, cuja importância para a origem africana das plantas cultivadas será mencionada mais adiante.

Se combinarmos agora esses dados diversos, por mais sumários que sejam, veremos que a África comporta, ao norte, a leste e ao sul, uma zona quase semicircular de savanas e estepes rodeando um núcleo de florestas equatoriais; depois, tanto ao norte como ao sul, duas zonas áridas, o Saara e o Calaari; finalmente, no extremo norte e no extremo sul, duas estreitas zonas quase homoclimáticas que, simplificando bastante, poderíamos descrever como "mediterrâneas" – quanto ao clima evidentemente – embora existam certas peculiaridades ecológicas no extremo sul da África (mapa 2). Partindo do

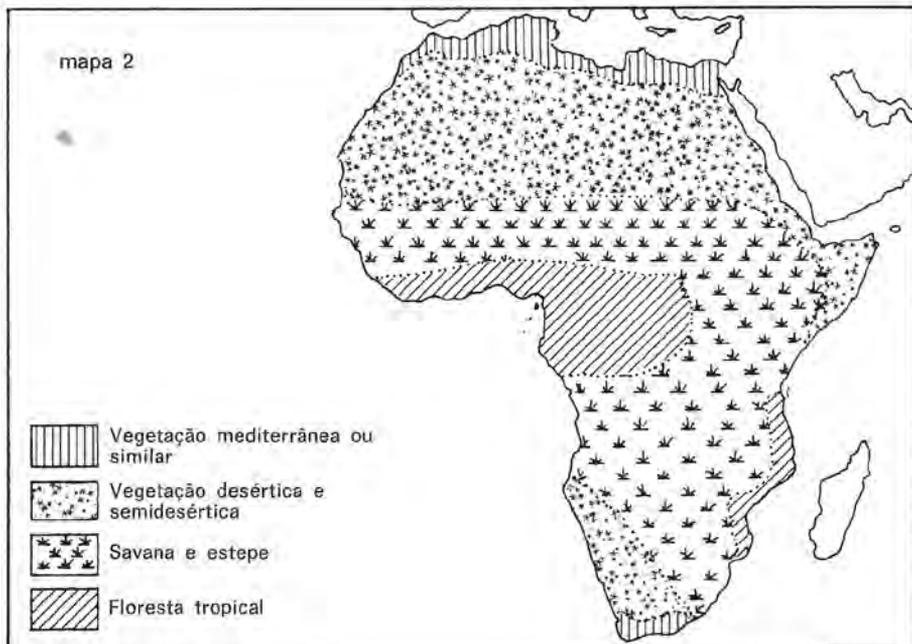
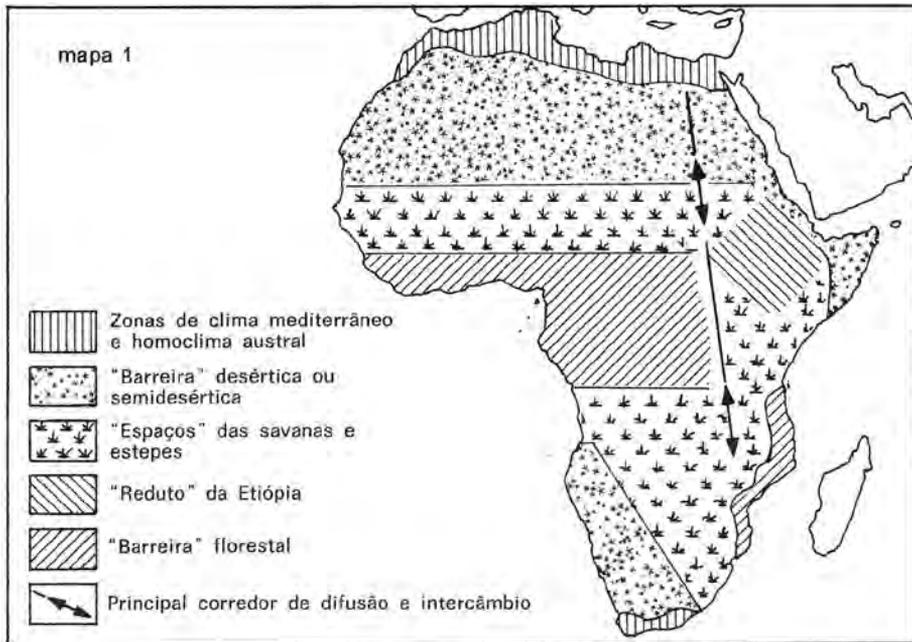



Figura 27.1 Zoneamento ecológico latitudinal.

Figura 27.2 Diferentes ecossistemas.

"coração" florestal e deixando de lado as regiões litorâneas, temos, portanto, um gradiente que vai do muito úmido ao muito seco, de "ecossistemas generalizados" do tipo "floresta tropical úmida" a "ecossistemas" mais "especializados" do tipo "savana" ou "estepe" e vegetação de deserto[11].

A propósito dos desertos, mais especificamente do Saara, é preciso lembrar que nem sempre foram regiões áridas, tendo permitido, no passado, a prática da agricultura e da criação de animais. Diversos autores[12] sugeriram que certos berços agrícolas e pastoris poderiam estar situados no Saara.

Retomemos o mapa ecológico do continente africano que acabamos de ver. Em nossa opinião, é possível presumir que, na época pré-agrícola, fossem praticadas no *ecossistema generalizado* da grande selva tropical formas de coleta e de caça semelhantes às existentes ainda hoje entre os pigmeus. Cabe notar que os recursos alimentares, vegetais e animais, desses *ecossistemas são* tão variados e abundantes quanto os componentes de suas *biocenoses.*

Nossas observações sobre a economia de grupos de pigmeus revelaram que esses recursos, levando-se em conta sua abundância e a densidade das populações, asseguravam-lhes a subsistência sem exigir grandes esforços.

A mesma constatação é válida para os caçadores-coletores de *ecossistemas* mais *especializados* de regiões áridas ou semi-áridas, como os San Kung do Calaari, estudados por R. B. Lee[13]. No caso desse povo, entretanto, os recursos são menos variados e sua exploração é limitada pelo suprimento de água: em consequência da acentuada variação pluviométrica sazonal, só são explorados os recursos próximos a fontes de água.

Após o fim do Pleistoceno, ocorreu uma fase úmida, o Makaliense (-5500 a -2500), que facilitou os contatos entre o litoral mediterrâneo e as regiões ao sul do Saara, enquanto a elevação do nível dos cursos d'água e dos lagos tornou possível, mesmo no coração do continente, o desenvolvimento da pesca e a relativa sedentarização das populações que se dedicavam a essa atividade, condição propícia a uma transição progressiva pata a produção agrícola[14]. Esse processo foi acelerado, sem dúvida, pelas migrações provenientes dos *berços agrícolas* do Oriente Próximo e do Mediterrâneo[15].

11 Sobre os termos *"ecossistema especializado"* e *"ecossistema generalizado"*, ver HARRIS, D. 1969.

12 Por exemplo, CHEVALLIER, A. 1938; HUGOT, H. J., *op. cit.* e HESTER, J. J. 1968.

13 LEE, R. B. 1966.

14 A respeito da sedentarização dos pescadores e suas relações com as origens da agricultura, ver SAUER, C. O. 1952.

15 Sobre esse assunto, ver CLARK, J. D. 1970.

Ademais, desde o fim do Pleistoceno, ou seja, entre -9000 e o início do Makaliense, parecem ter existido no continente africano locais privilegiados onde a coleta abundante certamente encorajou a concentração de populações humanas. Foi o que aconteceu nas zonas de transição entre floresta e savana situadas na periferia da floresta equatorial, nos planaltos herbosos do leste da África, nas margens dos lagos e grandes rios, inclusive o Nilo, assim como nas regiões litorâneas ao norte e ao sul do continente[16].

Essas zonas de transição, particularmente a interface floresta-savana, tornaram-se, muito mais tarde, "nichos" privilegiados para o desenvolvimento da agricultura e, consequentemente, para a emergência de algumas das civilizações africanas. Randles (*op. cit.*) escreve a esse respeito que é "nos limites das duas savanas (sahel e orlas de florestas) que se situam as mais prestigiosas civilizações bantu".

Passamos agora a considerar mais detalhadamente as possibilidades de domesticação vegetal que o continente africano oferecia, já que, de acordo com a lógica da ecologia, são as plantas os *produtores primários*.

A origem africana de certas plantas cultivadas

As ciências naturais só começaram a se interessar pela origem das plantas cultivadas há relativamente pouco tempo. Na verdade, com exceção da notável obra de A. de Candolle, publicada em 1883, foi só com os trabalhos do geneticista soviético N. I. Vavilov e de sua equipe, logo após a revolução de outubro de 1917, que se desenvolveu uma abordagem sintética, em escala mundial, dessa questão de fundamental importância para a história da humanidade: a adaptação do meio ambiente e a utilização de seus recursos[17]. Combinando uma análise sistemática de dados botânicos e fitogeográficos com levantamentos agrobotânicos e estudos genéticos, Vavilov e seus colaboradores, com base na variabilidade das plantas cultivadas, reconheceram a existência de oito *centros de origem de plantas cultivadas* (dos quais três são centros secundários, isto é, ligados a centros regionais importantes). Apenas um desses centros, o *Abissínio,* está situado na África, enquanto um outro, o *Mediterrâneo,* compreende uma parte do continente africano (África do Norte, Egito) e apresenta, igualmente, afinidades com o vasto e importante *centro do Oriente Próximo* onde surgiram, entre outras plantas cultivadas, os cereais mais importantes (trigo, cevada, centeio).

16 Ver CLARK, J. D. 1970.

17 Sobre a vasta obra de N. I. VAVILOV ver 1951, *op. cit*.

No que diz respeito à África, as descobertas de Vavilov representaram um progresso sensível em relação às conclusões de Candolle (*op. cit.*) que reconhecia apenas três principais centros de origem para a agricultura e a domesticação de vegetais: China, Sudeste Asiático (com uma extensão até o Egito) e América.

A contribuição de Vavilov para o conhecimento da origem das plantas cultivadas foi também da maior importância no plano teórico, tendo evidenciado a necessidade de distinção entre um *centro de variação primária,* caracterizado por uma grande diversidade de formas de uma planta, com manifestação majoritária de *caracteres dominantes,* e áreas de *variação secundária* que apresentam grande número de caracteres recessivos, encobertos no centro de variação primária.

A localização e a distribuição geográficas desses diversos centros de variação permitem determinar o local de um *berço agrícola;* se as áreas desses centros coincidem total ou parcialmente, pode-se supor que, nessa região, civilizações exerceram por muito tempo atividades de domesticação e transformação de certas espécies vegetais.

É importante salientar que o *centro de origem botânica* de uma espécie vegetal cultivada não coincide necessariamente com as áreas de variabilidade relacionadas às intervenções do homem. Em outras palavras, a zona ocupada pelas possíveis formas selvagens de um *cultígeno* distingue-se frequentemente, e de maneira clara, das regiões em que esse cultígeno surgiu em decorrência da ação do homem (cultivo, seleção e diversificação). Há pelo menos uma explicação para esse fato: a transferência frequente de espécies selvagens para fora de seu habitat de origem durante a época da coleta[18].

Quanto ao continente africano, um dos autores deste capítulo pôde completar o quadro estabelecido por Vavilov[19], demonstrando que, além do *centro abissinio* e da parte africana do *centro mediterrâneo,* havia também um *centro afro-ocidental* e um *afro-oriental,* sendo este último provavelmente um prolongamento do *centro abissínio* nas terras altas equatoriais[20].

Agrupando e resumindo os dados relativos aos diversos focos ou centros de origem e diversificação das plantas cultivadas, temos o seguinte quadro:

18 Ver BARRAU, J. 1962.

19 Ver PORTÈRES, R. 1950, p. 9-10; 1951, p. 239-40.

20 Sobre esse assunto, ver também SCHNELL, R. 1957.

Centro mediterrâneo (porção africana)

A esse centro corresponde todo um grupo de plantas cultivadas características das regiões mediterrâneas; a presença de cereais (trigo e cevada, principalmente) e leguminosas com grãos comestíveis (*Cicer, Lens, Pisum, Vicia,* etc.), denota a afinidade desse centro com o do Oriente Próximo. Encontramos também uma série de "cultígenos" mediterrâneos, como a oliveira (*Olea europea L.*) e a alfarrobeira (*Ceratonia siliqua L.*). Algumas dessas plantas, todavia, são próprias da África como a *Argania sideroxylon* Roem., árvore marroquina que fornece óleo e goma. Esse centro inclui o Egito, cujos laços com o *centro do Oriente Próximo* são evidentes e cuja influência sobre a história da agricultura e da criação de animais na África setentrional foi importante. O Egito divide com a Síria a origem de uma planta de grande interesse econômico, o *bersim* ou trevo de Alexandria (*Trifolium alexandrinum L.*). Embora essa porção africana do *centro mediterrâneo* não tenha desempenhado um papel direto na história agrícola da África tropical, ela influenciou profundamente o Saara quando este atravessava uma fase climática mais favorável ao desenvolvimento agrícola e pastoril[21].

Centro abissínio

Encontram-se aí plantas cultivadas comuns ao *centro do Oriente Próximo* (trigo, cevada, leguminosas como *Cicer, Lens, Pisum, Vicia)* e aos centros propriamente africanos (*Sorghum …*) sobre os quais falaremos mais adiante. Além disso, é fato comprovado que plantas originárias da Ásia tropical passaram por esse centro ao penetrarem na África. Entretanto, esse centro possui "cultígenos" característicos, como o cafeeiro da Arábia (*Coffea arabica L.*), a bananeira abissínia (*Musa ensete* I. F. Gmelin), o *teff (Eragrostis abyssinica* Schrad.) e o *niger* de sementes oleaginosas *(Guizotia abyssinica* L. F. Cass).

Centro leste-africano

Caracteriza-se pelas variedades de sorgo diferenciadas a partir do *Sorghum verticilliflorum* Stapf., variedades de milhetes penicilares como *Eleusine coracana* Gaertn., variedades de gergelim, etc.

21 Sobre esse assunto, ver CLARK, J. D. e HUGOT, H. J. *Op. cit.*

Centro oeste-africano

É o local de origem de diversas variedades de sorgo derivadas do *Sorghum arundinaceum* Stapf., de milhetes penicilares como *Pennisetum pychnostachyum* Stapf. e Hubb. e P. *Gambiense* Stapf. e Hubb., variedades de milhetes digitários como o *iburu (Digitaria iburua* Stapf.) e o *fonio (D. exilis* Stapf.) e vários tipos de arroz sobre os quais voltaremos a falar[22]. Nesse centro, podemos distinguir dois grandes setores: tropical e subequatorial. O setor tropical se subdivide em vários subsetores (Senegambiano, Níger central, Chade-nilótico), cada um caracterizado por plantas cultivadas específicas, principalmente cereais, mas também por plantas tuberculares (*Coleus dazo* Chev.) e oleaginosas, como *Butyrospermum parkii* (Don.) Kotschy (conhecido igualmente pelos botânicos como *Vitellaria paradoxa* Gaertner).

No setor subequatorial, existem principalmente inhames (*Dioscorea cayenensis* Lamk., D. *dumetorum* Pax, *D. rotundata* Poir.), plantas de sementes oleaginosas *(Elaeis guineensis* Jacq., *Telfairia occidentalis* Hook. F., etc.) e plantas estimulantes *(Cola nitida* A. Chev.). Na verdade, esse centro se estende até a África central, assim como as áreas de distribuição de certos gêneros de vegetais citados acima *(Cola, Coleus, Elaeis,* etc.). A "ervilha da terra" *(Voandzeia subterranea* Thon.) e a leguminosa geocárpea africana *Kerstingiella geocarpa* Harms. pertencem também ao *centro oeste-africano.*

Em nossa opinião, a leste e ao sul do núcleo formado pela floresta equatorial, existiu inicialmente um complexo de cultígenos semelhante ao encontrado no *centro oeste-africano;* tal complexo se prolongava em uma faixa que envolvia o núcleo florestal e margeava o *centro leste-africano,* ocupando aproximadamente a zona do perímetro florestal onde a coleta era mais intensa[23].

Os "berços" agrícolas

As conclusões precedentes nos levaram[24] a considerar a existência de um certo número de *berços agrícolas* no continente africano. Portanto, de norte a sul, temos os seguintes berços (mapa 3):

22 Ver PORTÈRES, R. 1962, *op. cit.*

23 Ver SEDDON, D. 1968, *op. cit.*

24 Ver PORTÈRES, R. 1962, *op. cit.*

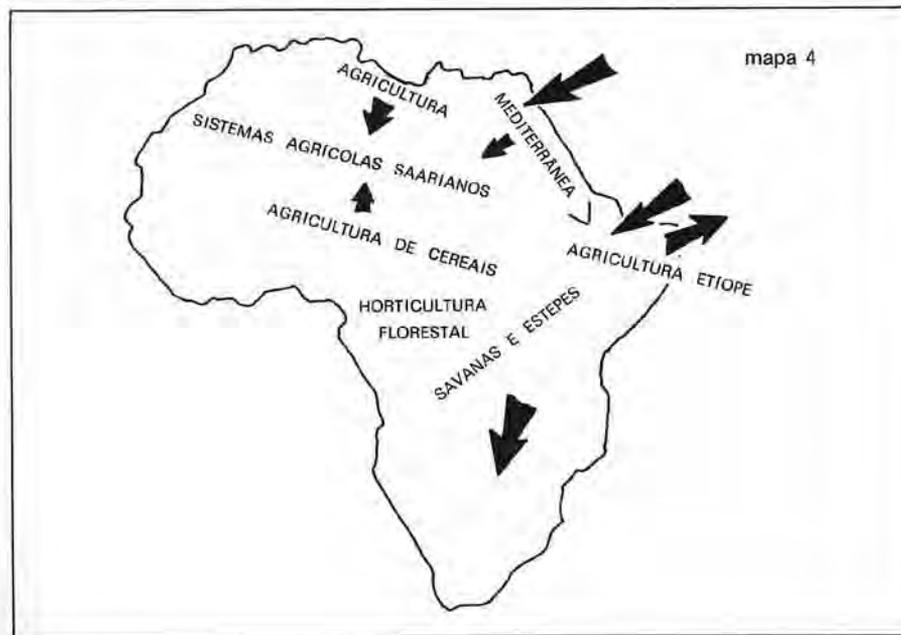
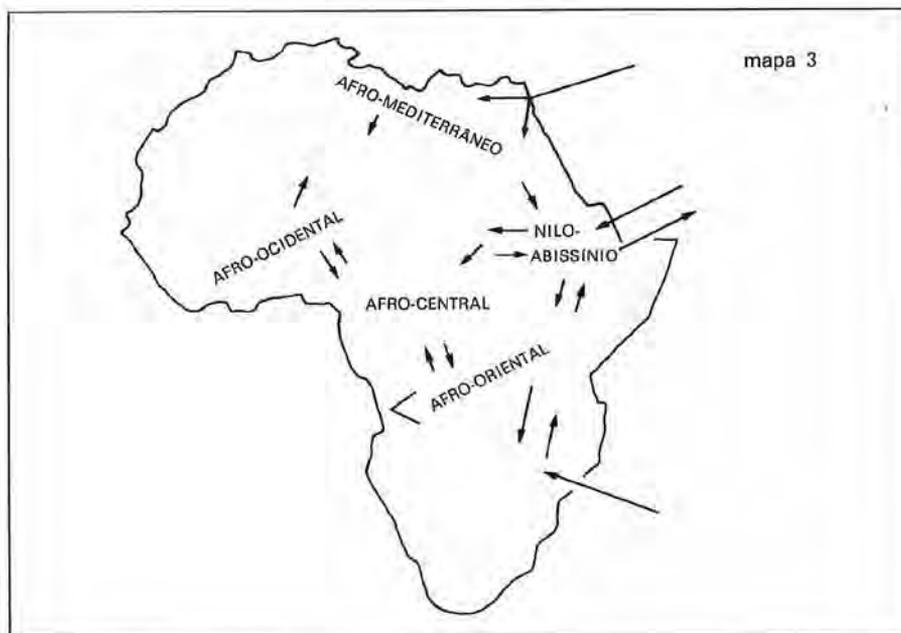



Figura 27.3 Os berços agrícolas africanos.

Figura 27.4 Mapa geoagrícola da África.

- O *berço afro-mediterrâneo* que, estendendo-se do Egito ao Marrocos, influenciou a agricultura e a criação de animais no Saara e trocou influências com o *berço do Oriente Próximo* através do Egito;
- O *berço afro-ocidental,* a oeste, com dois setores, tropical e subequatorial;
- O *berço nilo-abissinio,* a leste, com dois setores, nilótico e abissínio;
- O *berço afro-central*;
- A leste deste último, *o berço afro-oriental,* que se estende para o oeste, na direção de Angola.

Mais ao sul, parece que as populações de coletores, supridas de recursos abundantes e protegidas pela aridez do Calaari, resistiram por muito tempo à penetração da agricultura e do pastoreio a partir dos *berços* que acabamos de descrever, particularmente a partir do *afro-oriental*[25].

Centro hortícola e centro agrícola

Na verdade, o conceito de *berço* tem o inconveniente de dar a impressão de um "patchwork", em se tratando de pré-história e história agrícolas. Entretanto, com base nas conclusões precedentes, parece-nos possível apresentar um quadro geral mais coerente:

a) Ao núcleo central de florestas, ecossistema "generalizado", corresponde um centro de "vegecultura" (para empregar esse termo insatisfatório criado por R. J. Braidwood e C. A. Reed)[26] que preferimos chamar de *centro hortícola* onde, no entanto, a produtividade da coleta no meio florestal permitiu que ela continuasse a existir. Devemos salientar que o potencial de plantas domesticáveis desse centro não era tão grande quanto o das florestas tropicais úmidas da Ásia ou da América.

b) À orla das savanas desse núcleo florestal, *ecossistema* mais *especializado,* corresponde um *centro agrícola* de cereais que se estendia da África ocidental à África oriental e se prolongava para o sul na direção de Angola.

Ao norte, na parte mediterrânea do continente africano, a influência da agricultura de cereais da Mesopotâmia se fez sentir nitidamente através do Egito. Também o Saara sofreu essa influência na época em que desfrutava de condições favoráveis. Esse fato poderia explicar certas difusões, tanto para o sul do deserto atual como para o norte, a partir da África subsaariana.

25 Ver SEDDON, D. 1968, *op. cit.*

26 BRAIDWOOD, R. J. e REED, C. A. 1957.

A influência mesopotâmica atingiu também o "reduto" etíope que apresenta, entretanto, semelhanças com o *centro agrícola* das savanas e estepes e possui características cultigênicas próprias.

Um *centro hortícola* difere de um *centro agrícola* pela predominância de tubérculos multiplicados por via vegetativa e pelas práticas agrícolas semelhantes às da jardinagem. No campo, o *ager* das savanas e estepes se opõe, de uma certa maneira, ao jardim-pomar, o *hortus* da floresta e de sua orla.

No continente africano como um todo, os principais implementos agrícolas eram a enxada e a vara para cavar (assim como suas variações) mas, através do Egito e da Etiópia, um arado primitivo introduziu-se em parte do *centro agrícola* cerealífero.

O cultivo do sorgo e do arroz

Em contraste com o *centro hortícola* da floresta tropical, localizado em um *ecossistema generalizado*, o *centro agrícola* africano, no *ecossistema* relativamente especializado das savanas e das estepes, caracteriza-se pela utilização predominante da reprodução das plantas cultivadas por via sexuada (semeadura) e pela importância dos cereais no regime alimentar.

Os tipos de agricultura que se desenvolveram nesse centro baseavam-se em um "cultivo em massa" dos vegetais, em oposição ao "cultivo individual" da horticultura. As civilizações do *centro agrícola* certamente estenderam seus campos à custa da floresta durante sua expansão territorial que, aliás, deve ter contribuído para o incremento da savana. Em termos ecológicos, esse aumento da área ocupada pela savana corresponde a uma "especialização" de *ecossistemas* originariamente *generalizados*. Portanto, tudo se passou como se essas civilizações agrícolas tivessem desse modo adaptado o meio ambiente natural às suas técnicas, ou melhor, à sua maneira de perceber esse meio. Durante a penetração da agricultura na floresta, também é possível que tenha ocorrido o processo inverso, por exemplo, o abandono do cultivo de cereais em favor de culturas características das florestas e até mesmo – a hipótese não pode ser ignorada – a eventual adoção da coleta de plantas como meio de subsistência por povos agricultores das savanas, obrigados a viverem nas florestas durante suas migrações.

O fato é que os cereais permanecem como culturas características das savanas e das estepes. Entre esses cereais – e apesar da existência de outras espécies

Figura 27.5 Aspecto de uma queimada (após a combustão) – Futa Djalon: Pita, Timbi-Madina (Foto R. Portères).

Figura 27.6 Terra lavrada com o *Kadyendo* pelos Diula de Oussouye (Casamance) antes do replantio do arroz (Foto R. Portères).

cultivadas nos diversos *berços* do *centro agrícola* – o sorgo (*Sorghum* sp.) ou "milhete grande" aparece como o cereal comum a todas as áreas desse centro.

A origem do sorgo, ou melhor, das diversas variedades de sorgo, foi objeto de opiniões contraditórias[27], mas, ao que parece, sua origem é realmente africana, tendo as várias espécies surgido independentemente no interior do *centro agrícola* africano.

A espécie selvagem *Sorghum arundinaceum* Stapf., cuja área cobre a zona tropical úmida do Cabo Verde ao oceano Índico, deu origem à variedade de sorgos cultivados no oeste da África: S. *aterrimum* Stapf., S. *nitens* Snowd., S. *drummondii* Millsp. e Chase, S. *margaritiferum* Stapf., S. *guineense* Stapf., S. *gambicum* Snowd., S. *exsertum* Snowd., etc.

A espécie selvagem S. *verticilliflorum* Stapf. da África oriental, da Eritreia ao sudeste da África, deu origem a dois grupos de sorgos cultivados: um grupo do sudeste africano, os sorgos "Kafir" *(S. caffrorum* Beauv., S. *coriaceum* Snowd. e S. *dulcicaule,* sorgo doce) e um grupo nilo-chadiano, do Sudão nigeriano à Eritreia *(S. nigricans* Snowd. e S. *caudatum* Stapf.).

A espécie selvagem S. *aethiopicum* Rupr., da Eritreia e da Abissínia, deu origem ao S. *rigidum* Snowd. do Nilo Azul, ao S. *durra* Stapf. cultivado do Chade à Índia e em todas as regiões semidesérticas, ao S. *cernum* Host., ao S. *subglabrescens* Schw. e Asch das regiões nilóticas e ao S. *nigricum* do delta central do Níger.

No subsetor do Níger central, setor tropical do *berço afro-ocidental* (ver acima), existe uma variedade especial de sorgo cultivado, S. *mellitum* Snowd. var. *mellituni* Snowd., que, por ser rico em açúcar, é utilizado no preparo de uma bebida alcoólica[28]. Aliás, diversos tipos de sorgo são utilizados para preparar a "cerveja de milhete".

Efetuaram-se cruzamentos entre esses diversos grupos de sorgos cultivados, como prova a existência do S. *conspicuum* Snowd. (da Tanzânia ao Zimbabwe e a Angola) e do S. *roxburghii* Stapf. (Uganda, Quênia, Zimbabwe, África do Sul), que parecem ser o resultado do cruzamento entre sorgos da espécie *S. arundinaceum* e da espécie S. *verticilliflorum.*

Entre as variedades citadas, uma delas, o S. *durra,* merece uma menção especial em razão de sua vasta distribuição: do Sudão oriental à Ásia Menor e à Índia, da Mesopotâmia ao Irã e ao Guzerate.

---

27 Ver PORTERES, R. 1962, *op. cit.*

28 Ver SCHNELL, R. 1957, *op. cit.*

Figura 27.7 O *Soung* ou pá entre os Seereer Gnominka, pescadores-rizicultores das ilhas da Petite Côte, no Senegal. Esse instrumento é utilizado para arar e sulcar o solo dos arrozais de mangue e corresponde ao *Kadyendo* dos Diula Bayott de Casamance e ao *Kofi* ou *Kop* dos Baga do litoral da Guiné (Foto R. Portères).

Como vimos, é grande a importância desses cereais para a economia do *centro agrícola* das savanas e das estepes africanas; tal importância ultrapassa, aliás, os limites do continente africano, pois já há muito tempo certas variedades de *Sorghum* são cultivadas em outras regiões do mundo.

Assim, a África parece ser ao mesmo tempo um conjunto de berços agrícolas originais e um mosaico de centros de origem de plantas cultivadas, algumas das quais adquiriram uma importância econômica de escala mundial.

A África foi o local de origem de outros cereais importantes, entre os quais se destaca o arroz. Inicialmente, a rizicultura baseou-se nas variedades de arroz propriamente africanas, que merecem atenção. Elas são originárias do *berço afro--ocidental,* mais precisamente do subsetor do Níger central (centro primário) e do subsetor senegambiano (centro secundário).

Já na Antiguidade, Estrabão referiu-se a uma rizicultura africana e no século XIV, Ibn Battuta mencionou que o arroz era cultivado na região do Níger[29]. Esses testemunhos foram frequentemente ignorados e por muito tempo acreditou-se que a rizicultura na África tivesse por origem o arroz asiático (*Oryza sativa L.*). Por volta de 1914 apenas é que se reconheceu a existência de um arroz especificamente africano, *O. glaberrima* Steudel, com panículas rígidas e eretas e cariopses marrons ou vermelhas. Esse arroz pode ser explorado através de coleta, mas pode, igualmente, ser cultivado; parece estar relacionado ao O. *breviligulata* A. Chev. e O. Roer, encontrado em grande parte da África tropical.

O arroz africano fornece uma boa ilustração das teorias propostas por N. I. Vavilov quanto à origem das plantas cultivadas: grande extensão da área da espécie selvagem; possibilidade máxima de variação do arroz africano com predominância de características dominantes no delta central do Níger (centro primário); diversificação em variedades com caracteres recessivos no Alto Gâmbia e Casamance (centro secundário).

Portanto, a partir do delta central do Níger, as variedades cultivadas de arroz africano se difundiram por todo o oeste da África até o litoral da Guiné. A coleta da espécie selvagem O. *glaberrima* é, sem dúvida, muito antiga. Esse cereal devia ser abundante nas regiões de coleta relativamente intensiva, onde as condições favoreceram o início do cultivo de vegetais. Podemos, portanto, supor que o cultivo desse arroz é, pelo menos, tão antigo quanto o dos outros cereais africanos.

29 Ver SCHNELL, R. 1957, *op. cit.*

Figura 27.8 Arrozais em solos hidromorfos sujeitos a cheias temporárias na estação das chuvas (rizicultura de *impluvium)*, Casamance: aldeia bayoyy de Niassa (Foto R. Portères).

Figura 27.9 Ilhas artificiais para a cultura do arroz em arrozais aquáticos muito profundos onde o nível da água não baixa o suficiente. Durante a estação seca, a terra é ocupada por *Scirpus littoralis* Schrader; *Nymphae Lotus* em flor. Guiné Bissau: Kassabol, nas proximidades de Cap Varella (Foto R. Portères).

Mais tarde, as variedades de arroz cultivadas da Ásia (*O. sativa*) foram introduzidas na África, possivelmente a partir do século VIII pelos árabes (na costa oriental), ou a partir do século XVI pelos europeus (na costa ocidental).

Estabelecida a origem de várias espécies cultivadas (no presente capítulo só pudemos apresentar um resumo), aparece de maneira clara o caráter endógeno das civilizações agrícolas da África, a partir dos recursos vegetais dos meios ambientes naturais locais e sem necessariamente implicar influências extra-africanas.

Relações entre a África e a Ásia

Como já dissemos acima, as difusões provenientes do berço agrícola e pastoril do Oriente Próximo mesopotâmico devem certamente ter desempenhado papel importante na história antiga da agricultura na África. Assim, da Abissínia à África do Norte, passando pelo vale do Nilo, existe uma zona que se pode considerar como pertencente ao *domínio paleomediterrâneo* definido por Haudricourt e Hedin (1943, *op. cit.*). No entanto, mesmo nessa zona, encontramos espécies cultivadas propriamente africanas, na Etiópia sobretudo mas também no Egito e na África do Norte.

Mais interessante, mas talvez menos conhecida, é a história das relações antigas entre a África e a Ásia. A África deu à Ásia vegetais domésticos, como o sorgo, por exemplo, mas recebeu em troca não apenas cultígenos do Oriente Próximo (variedades de trigo, cevada, etc.), como também plantas vindas do sudeste tropical da Ásia. Com efeito, parece provável que – seja através da via sabeia do sul da Arábia e leste da África, seja através de antigos navegadores que aportaram na costa sudeste – tenham sido introduzidas no continente africano, no passado, as bananeiras, o inhame grande (*Dioscorea alata* L.), o taro (*Colocasia esculenta* L. Schott) e talvez a cana-de-açúcar *(Saccarum officinarum* L.). Algumas dessas plantas cultivadas originárias da Ásia, sobretudo as bananeiras, permitiram uma penetração mais fácil da agricultura nas regiões de florestas tropicais da África.

O sorgo é um bom exemplo desse intercâmbio entre a África e a Ásia[30]. Com efeito, existem na Ásia variedades de sorgos cultivados de origem africana, além das já mencionadas. É o caso do S. *bicolor* Moench que parece ser o resultado do cruzamento entre cultígenos do S. *aethiopicum* e a espécie selvagem S. *sudanense.*

30 Ver PORTÈRES, R. 1962, *op. cit.*

Ao S. *bicolor* podemos relacionar principalmente o S. *dochna* Snowd. da Índia, da Arábia e da Birmânia, reintroduzido mais recentemente na África, assim como o S. *miliforme* Snowd. da Índia, introduzido recentemente no Quênia. Uma outra variedade de sorgo cultivado, S. *nervosum* Bess., parece estar relacionado ao S. *aethiopicum* e ao S. *bicolor;* é possível que sorgos da Birmânia e da China, entre outros, estejam relacionados a essa variedade.

Sem entrar nos detalhes necessariamente complexos desse "coquetel" genético, devemos salientar que existem indícios de antigos contatos entre sorgos africanos e asiáticos. Tudo leva a crer que houve relações muito antigas entre a África oriental e a Ásia, bem como intercâmbio de vegetais, fato que parece confirmado pela existência, em épocas pré-coloniais, de alguns cultígenos (ver acima) originários do sudeste asiático tropical.

Não se pode excluir a possibilidade anteriormente mencionada de que a penetração da agricultura na floresta africana foi facilitada pela chegada de cultígenos (bananeiras, taro, etc.), originárias do *ecossistema generalizado* que é a floresta tropical úmida do sudeste da Ásia e das Índias Orientais. Desta última região, aliás, vieram os primeiros grupos migrantes que, com algumas de suas plantas cultivadas, atingiram Madagáscar e a costa oriental da África.

Se, em épocas passadas, houve um intercâmbio de plantas cultivadas entre a África e a Ásia, parece claro, no entanto, que a África deve muito à Ásia no que diz respeito aos animais domésticos. Certas espécies de suínos da África oriental parecem relacionados aos suínos domesticados na Ásia. Como observa C. Wrigley[31]: "É quase certo que a criação de animais não se desenvolveu independentemente na África ao sul do Saara, onde a fauna não inclui e não incluía nenhum possível ancestral dos bovinos, caprinos e ovinos domésticos." Essas espécies vieram do Egito através do vale do Nilo. Entretanto, deve-se notar que há uma boa possibilidade de que certos animais tenham sido domesticados na parte africana do *domínio paleomediterrâneo* (ver acima), sobretudo os bovinos no Egito, onde os homens do pré-neolítico caçavam as espécies *Bos primigenius* e *B. brachyceros.*

O esboço que apresentamos mostra o quanto a África está longe de ser esse continente que – segundo a ideia por muito tempo propalada – recebeu o essencial de seu desenvolvimento agrícola e pastoril de outras regiões do mundo. É evidente que, assim como a Europa e a Ásia, a África dos tempos antigos não era refratária às influências exteriores. Também é verdade que o norte do continente africano pertence, como a Europa e a Ásia, a um *domínio mediterrâneo* que, no passado, apresentou uma

31 WRIGLEY, C. 1970.

continuidade ecológica maior do que atualmente. No entanto, a África desenvolveu uma agricultura e uma horticultura baseadas principalmente no cultivo de vegetais peculiares ao continente, vegetais esses que, aliás, beneficiaram o resto do mundo, como o sorgo, por exemplo. O fato de que a coleta e a caça permaneceram por muito tempo, em algumas regiões da África, como fontes de subsistência, não significa um atraso, mas é resultado da abundância e diversidade dos recursos naturais, que permitiram ao homem viver sem muito esforço nos diversos *ecossistemas* sem ter necessariamente de transformá-los.

À guisa de conclusão

Ao lado da coleta, encontramos na África essa forma de agricultura nascente que consiste em ajudar, em favorecer o desenvolvimento de um vegetal sem, no entanto, intervir diretamente na sua reprodução. É o que ocorre ainda hoje com plantas alimentícias arborescentes, como a cola, a sapotácea ou o dendezeiro. Mas encontramos igualmente todos os estágios da evolução da horticultura e da agricultura. Há, em resumo, uma grande diversidade de técnicas agrícolas tradicionais, que incluem toda uma série de utilizações engenhosas dos solos para a cultura das variedades africanas de arroz, bem como diversas formas de queimada e de arroteamento com inúmeras variações e ainda sistemas agro-silvo-pecuários, etc.

O início e o desenvolvimento da agricultura na África estão ligados essencialmente a três centros principais (mapa 4):

- O primeiro, que compreendia o norte do continente, do Egito ao Marrocos, pertencia ao *domínio mediterrâneo* e sofreu certamente a influência do berço agrícola e pastoril do Oriente Próximo, embora tenha sem dúvida desenvolvido recursos próprios.
- O segundo compreendia a faixa periférica de savanas e estepes, ao redor do coração florestal da África; foi onde se desenvolveu uma agricultura de cereais (sorgo, milhete, etc.).
- O terceiro, finalmente, localizava-se na floresta e em sua orla; caracterizava-se por uma horticultura associada à coleta. Algumas das espécies vegetais colhidas deram origem a espécies cultivadas.

Entre esses centros não existiam barreiras intransponíveis. Nas proximidades das culturas dos oásis, encontramos variedades de trigo, sorgo e milhete; nas savanas, são encontradas plantas alimentícias originárias da horticultura da

orla florestal, a qual por sua vez cultivou vegetais característicos da coleta especializada praticada na selva tropical. A Etiópia, por exemplo, possui em sua flora econômica tradicional, além das espécies que lhe são próprias, espécies pertencentes ao *domínio mediterrâneo,* outras originárias do *centro agrícola* das savanas e das estepes africanas e, ainda, outras vindas da Ásia.

Dentre todos esses centros, o que parece ter maior significação para a história da agricultura na África é o centro agrícola das savanas e estepes, sobretudo suas áreas próximas da floresta, dos rios e dos lagos mais importantes.

Ainda é difícil datar com precisão a pré-história e a história da agricultura na África. Entretanto, pode-se presumir que o período decisivo do início da agricultura realmente africana foi o final do Pleistoceno, entre -9000 e -5000. Nessa época, na periferia do núcleo central constituído por florestas, ocorreu, ao que parece, uma intensificação, até mesmo uma especialização na coleta de plantas. Nos rios e lagos do interior, a pesca se desenvolveu, levando a uma relativa sedentarização. Em resumo, surgiram condições propícias às domesticações. Enquanto esperamos que a arqueologia confirme ou não esse ponto de vista, podemos presumir ter sido essa a origem da agricultura na África, ao passo que, no "crescente fértil" do Oriente Próximo, constituíam-se as bases agrícolas e pastoris das civilizações da Europa.

CAPÍTULO 28

Descoberta e difusão dos metais e desenvolvimento dos sistemas sociais até o século V antes da Era Cristã

J. Vercoutter

Na história geral da África, o vale do Nilo ocupa um lugar de destaque. Apesar dos obstáculos, às vezes exagerados[1], representados pelas cataratas, o Nilo, com seus 6500 km de extensão aproximadamente, constitui, de norte a sul, um meio de comunicação e de intercâmbio transcontinental de considerável importância. O vale do Nilo, estendendo-se ao norte para além do 16º paralelo, e ultrapassando os desertos de Bayouda a oeste e de Butana a leste, atinge uma região de chuvas anuais e permite alcançar a grande via fluvial leste--oeste da África, que, através dos vales e depressões do Níger e do Chade, dos planaltos do Darfur e do Kordofan e das planícies de piemonte do Atbara e do Baraka, vai do Atlântico ao mar Vermelho. Assim, às vantagens de um eixo de comunicação norte-sul, que se estende dos Grandes Lagos da África equatorial ao Mediterrâneo, somam-se as do eixo leste-oeste, com a bacia do Nilo dando acesso às bacias do Zaire, do Níger e do Senegal.

Essa vasta região que ocupa a extremidade nordeste do continente é, portanto, de excepcional importância, desde os primórdios da História da África. Infelizmente, continua arqueológica e historicamente mal explorada. O vale inferior do Nilo, da Segunda Catarata ao Mediterrâneo, é relativamente bem conhecido graças aos esforços dos arqueólogos que o vêm explorando desde o

1 Sobre as cataratas e seus obstáculos reais ou imaginários, a obra mais detalhada continua a ser a de A. CHELU, 1891, p. 30-73, que descreve cada uma das cataratas e apresenta os mapas dos canais navegáveis.

início do século XIX até os nossos dias. Mas o mesmo não ocorre com o vale médio do rio (entre a Segunda e a Sexta Cataratas), nem com o vale superior (de Cartum aos Grandes Lagos) e com as regiões desérticas próximas ao Nilo e seus afluentes. Toda essa área, a leste e a oeste do Nilo, continua inexplorada do ponto de vista arqueológico, e o conhecimento que se tem de sua História está inteiramente fundamentado em hipóteses, muitas vezes baseadas em observações quantitativa e qualitativamente insuficientes ou falhas.

Neste capítulo, seguiremos simultaneamente as ordens cronológica e geográfica. Faremos uma divisão em dois períodos: primeiro, do Neolítico até princípios do terceiro milênio, quando aparecem documentos escritos no vale inferior do Nilo; sobre esse período apresentaremos – partindo do mais conhecido para o desconhecido, a saber, do norte para o sul – tudo o que se sabe a respeito das civilizações que viveram às margens do rio. O segundo período, que vai de princípios do terceiro milênio até o século V antes da Era Cristã, será geograficamente estudado, como o primeiro período, do vale inferior ao vale superior do Nilo.

Do Neolítico ao terceiro milênio antes da Era Cristã

Nesse período, que abrange aproximadamente dois milênios, de -5000 a -3000, ocorre a descoberta e a difusão do metal no vale do Nilo e a manifestação dos primeiros sistemas sociais. Do ponto de vista histórico é, portanto, um dos períodos mais importantes, senão o mais importante.

Por ser difícil falarmos dos séculos obscuros da proto-história nilótica do quarto milênio antes da Era Cristã (de -3800 a -3000) sem nos referirmos, ao mesmo tempo, às culturas que os precederam, recapitularemos rapidamente, e sem nos determos em seus aspectos materiais, as culturas neolíticas do vale do Nilo já estudadas nesta obra (cf. capítulo 2). Com efeito, todas as pesquisas recentes na Núbia e no Egito confirmaram amplamente o fato de que a descoberta do metal não representa uma quebra na evolução geral das civilizações do nordeste da África. As culturas da idade do cobre são as descendentes legítimas e diretas das culturas do Neolítico, sendo frequentemente impossível distinguir, *in loco,* um sítio arqueológico do fim do Neolítico de um outro do Calcolítico. O primeiro rei da dinastia tinita no Egito é o descendente legítimo dos chefes das últimas etnias neolíticas, exatamente como os grandes faraós da época tebana descendem dos chefes do Império Menfita.

O vale inferior do Nilo, de -4500 a -3000[2]

A organização social que se vê, ou melhor, que se imagina instalar-se no vale inferior do Nilo, no Egito, a partir de -3000, resulta incontestavelmente das técnicas requeridas pela irrigação para a valorização agrícola do vale. Esta tomada de posse do vale pelo homem teve início no Neolítico, prosseguindo até o aparecimento de um sistema monárquico unificado.

Heródoto disse, e muitos autores repetiram posteriormente: "O Egito é uma dádiva do Nilo". Desde o início da época histórica, quando chegava ao fim o processo de dessecação da África saariana, do Atlântico ao mar Vermelho, o Egito não poderia ter vivido sem a inundação anual do rio; sem a enchente, seria como o próprio Saara ou o Neguev. Mas esse presente que recebe do Nilo, que lhe dá vida, pode também transformar-se em catástrofe. No ano 3 de Osorkon III (-754), a inundação foi tão grande que nenhum dique resistiu e "os templos de Tebas ficaram como um pântano"; o Sumossacerdote de Amon teve de suplicar ao deus que impedisse as águas de subirem. A mesma catástrofe ocorreu no ano 6 de Taharqa (-683), quando todo o vale "transformou-se em oceano" – embora o rei, temendo perder prestígio, tenha apresentado o fenômeno como uma bênção do Céu!

As enchentes variam bastante: excessivamente grandes ou pequenas, raramente como se desejaria que fossem[3]. Assim, de 1871 a 1900, foram registradas três enchentes fracas, três medíocres, dez benéficas, onze muito volumosas e três perigosas. Em trinta enchentes, apenas dez puderam ser consideradas satisfatórias[4].

Portanto, devemos reconhecer que a história da civilização na África nilótica é também a da "domesticação", por assim dizer, do Nilo pelo homem. Essa domesticação exige a construção de diques ou aterros – uns paralelos, outros perpendiculares em relação ao curso do rio. Esse sistema permite a construção, em ambas as margens, de bacias artificiais, ou *hods,* destinadas a diminuir a força da enchente, a contê-la e a estendê-la às terras que normalmente não atingiria.

2 Sobre a formação do Egito (anterior ao Neolítico e ao Calcolítico, que presenciam o desenvolvimento dos primeiros sistemas sociais) ler o excelente estudo de W. C. HAYES, 1965. Essa obra póstuma, editada por K. C. SEELE, contém um capítulo inteiro sobre a formação do Egito: I, p. 1-29, com uma abundante bibliografia analítica nas p. 29-41.

3 Sobre os perigos da inundação, cf. J. BESANÇON, 1957, p. 78-84.

4 BESANÇON, *op. cit,* p. 82-83; bibliografia, p. 387-88.

Fruto de uma longa experiência, tal sistema só pôde ser implantado progressivamente[5]. Com efeito, para terem real eficácia, as bacias artificiais deviam ser metodicamente planejadas para todo o território, ou pelo menos para vastas regiões. Consequentemente, foi necessário um acordo prévio entre grande número de homens para a realização desse trabalho comunitário. Eis a origem dos primeiros sistemas sociais no vale inferior do Nilo: primeiro, agrupamento de etnias em torno de um centro agrícola provincial; em seguida, união de vários desses centros e, finalmente, formação de dois agrupamentos políticos maiores, um no sul e outro no norte[6].

A documentação de que dispomos referente a esse período de -5000 a -3000 – não permite determinar a natureza do sistema social que é a base da ocupação e valorização do vale inferior do Nilo. O próprio termo “etnia”, que acabamos de empregar, certamente não é correto. Nada nos autoriza a afirmar que houve, nessa época, grupos étnicos muito diferenciados ao longo do vale do Nilo, embora pareça confirmada a existência de grupos políticos ou político-religiosos. A única indicação de que dispomos fundamenta-se nas representações que aparecem em monumentos votivos de pequenas dimensões: paletas para maquilagem, clavas cerimoniais de significado mágico-religioso. Essa documentação reflete apenas, e bem sumariamente, a situação no final do período, nas últimas gerações do fim do quarto milênio[7]. Pode-se admitir, todavia, que o sistema social praticamente não evoluiu ao longo dos dois milênios que durou o período, de acordo com as observações feitas a partir dessa documentação.

O início da história escrita coincide, em geral, com a fusão dos agrupamentos do norte e do sul em um só sistema e sob a autoridade de um único rei. Temos aí, esquematicamente, a história do vale inferior do Nilo, de -5000 a -3000, história como se vê, dominada não apenas pela descoberta do metal, acontecimento na verdade de importância menor, mas principalmente pelo domínio do homem sobre todo o vale. Esse domínio, independentemente da construção de diques e barragens, exigiu o aplanamento do solo a fim de que a água não se estagnasse nas terras baixas e, por outro lado, se espalhasse a grande distância para ampliar

5 As obras gerais sobre a irrigação no Egito não examinam, ao que sabemos, a questão do aparecimento e desenvolvimento progressivo da irrigação no Egito. O sistema já estabelecido é descrito em J. BESANÇON, *op. cit.*, p. 85-97, e em F. HARTMANN, 1923, p. 113-18. L. KRZYZANIAK, 1977, distingue um período de irrigação natural, p. 52-123, e um período de irrigação controlada, p. 127-67. Esta teria começado no Gerzehense (Nagada II), cf. *ibid.* p. 137, por volta de -3070 ±290. Quanto a essa data, ver H. A. NORDSTROM, 1972, p. 5.

6 J. VERCOUTTER, 1967, p. 253-57.

7 Sobre esses problemas, cf. J.-L. de CENIVAL, 1973, p. 49-57.

as terras cultiváveis do vale. Trata-se, sem dúvida, de uma vitória do camponês sobre uma natureza indiscutivelmente hostil.

O Neolítico

Encontraremos no capítulo 25 do presente volume uma descrição detalhada do aspecto *material* das diferentes "culturas" ou "horizontes culturais" que constituem, por assim dizer, a trama da evolução *social* dessas culturas agrupadas sob os termos gerais de "Neolítico" e de "Pré-Dinástico" no vale do Nilo, tanto no Sudão como no Egito. Nas páginas seguintes, preocupamo-nos unicamente em realçar os aspectos sociais e o desenvolvimento histórico dessas culturas. Com efeito, Neolítico e Pré-Dinástico constituem no vale do Nilo um *continuum* cultural. Apenas para citar um exemplo, o "Badariense", analisado detalhadamente no capítulo 25, é apenas uma etapa na evolução de uma cultura que, tendo começado no "Tasiense", termina no "Negadiense II" e nas sociedades "pré-tinitas". Em outras palavras, apresentamos aqui, de forma sintética, o que está descrito de forma analítica no capítulo 25. Os dois aspectos dos problemas levantados são complementares, e encontraremos entre colchetes [...] as referências que permitirão ao leitor voltar facilmente à descrição detalhada das "culturas" que são abordadas, no presente capítulo, apenas de modo genérico.

O período Neolítico no Egito é conhecido somente através de um pequeno número de sítios que muitas vezes não são contemporâneos. O mais antigo localiza-se às bordas da depressão do Faium [= Faiumiense B], a oeste do vale, no Médio Egito[8]. Ao norte, são conhecidos os sítios de Merinde-Beni-Salame[9] [= Merindiense], no Delta ocidental, à beira do deserto, cerca de 50 kma noroeste do Cairo, e de El-Omari[10] [= Omariense A e B], próximo ao Cairo, perto de Heluan. No Médio e no Alto Egito existem os sítios de Deir Taza, no sudeste de Assiut e, menos importantes, os de Toukh e de Armant-Cebelein, na região de Tebas[11]. As comparações que podem ser estabelecidas entre esses sítios para se determinar a natureza e a extensão dos diferentes aspectos do

---

8 Sobre o Neolítico do Faium, cf. W. C. HAYES, 1965, p. 93-99, e 139-40; ver também as observações de F. WENDORF, R. SAID e SCHILD, 1970, p. 1161-171.

9 Sobre o sítio de Merinde-Beni-Salame, cf. W. C. HAYES, *op. cit.* p. 103-16 e 141-43; ver também, para a cerâmica, L. HJALMAR, 1962, p. 3 e segs.

10 Cf. W. C. HAYES, *op. cit.*, p. 117-22 e 143-44.

11 Infelizmente não dispomos dos estudos e da bibliografia crítica de W. C. HAYES sobre o Alto Egito; a obra ficou incompleta em virtude do falecimento do autor (cf. *op. cit.*, p. 148, n. 1). Tomaremos como ponto de referência o estudo de J. VANDIER, 1952, p. 166-80.

Neolítico que representam tornaram-se ainda mais difíceis devido ao fato de não serem contemporâneos, segundo as análises do carbono 14. O sítio mais antigo, o de Faium A, data de -4400 (±180); em seguida vêm os de Merinde, de -4100 (±180) e de El-Omari, de -3300 (±230); por último, o de Taza, que data do fim do Neolítico[12].

Em outras palavras, os sítios explorados nos elucidam, por um lado, a fase inicial do Neolítico no Faium e no Delta e, por outro, a fase final desse período no extremo sul do Delta e no Médio Egito. No entanto, de -4000 a -3300, isto é, durante sete séculos, nada sabemos, ou muito pouco, sobre a evolução geral do Neolítico egípcio na sua totalidade. O mesmo ocorre em relação à região ao sul do Médio Egito. É certo que as descobertas de superfície nas proximidades do vale e no deserto são numerosas; provam a existência do que se chama "intervalo úmido", ou "Neolítico subpluvial"[13], no fim do sexto milênio, que representa uma pausa no processo de dessecação climática do nordeste da África. Mas essas descobertas, que são vestígios das culturas neolíticas, pouco nos elucidam, dada a falta de escavações sistemáticas; os únicos estudos proveitosos continuam sendo os que se apóiam nos sítios arqueológicos mencionados acima. Vastas regiões e longos períodos permanecem ainda inexplorados. Esse desconhecimento é ainda mais lamentável por ser geralmente aceito que a "revolução" neolítica chegou ao Egito proveniente do Oriente Próximo siro-palestiniano, o "crescente fértil", onde foi comprovada há muito tempo. Foi dessa forma que o protoneolítico de Jericó pôde ser datado de -6800; é, portanto, bem anterior ao Neolítico do Faium. Mas para provar que o Neolítico no vale inferior do Nilo e principalmente no Delta e no Faium veio realmente da Ásia, seria necessário conhecer os sítios da orla marítima e da parte oriental do Delta, até a altura de Mênfis. E são essas justamente algumas das áreas pouco conhecidas por nós. Consequentemente, a origem asiática do Neolítico egípcio continua sendo uma hipótese[14]. Hipótese que agora está a exigir confirmação porque, no último decênio, as pesquisas arqueológicas no Saara provaram que o Neolítico também é muito antigo no local, principalmente no Ahaggar, onde o sítio de Amekni é quase contemporâneo

12 Sobre o Neolítico "Tasiense", cf. G. BRUNTON, 1937, p. 5-33. Quanto à data, cf. W. F. LIBBY, 1955, p. 77-78.

13 BUTZER, 1964, p. 449-53 e G. CAMPS, 1974, p. 222.

14 Estudando o problema da origem do povoamento do Egito pré-dinástico, E. BAUMGARTEL rejeitou, em 1955, a possibilidade das procedências ocidental, setentrional e oriental (cf. E. BAUMGARTEL, 1955, p. 19). Os recentes trabalhos dos arqueólogos no Saara (cf. abaixo) revelaram que essa posição devia ser modificada no que diz respeito ao oeste; todavia continua válida para o leste.

ao de Jericó protoneolítico[15]. Não obstante, observaremos que as datas desse Neolítico saaro-sudanês são todas anteriores às do Neolítico egípcio, pelo menos para os sítios do Faium e de Merinde-Beni-Salame[16], atualmente datados, e às do Neolítico nubiano[17]. Além disso, os objetos de cerâmica talvez tenham aparecido primeiro na Núbia e depois no Egito[18], isso, bem entendido, se nos basearmos nas fontes de que dispomos atualmente.

Levando-se em conta a antiguidade do Neolítico saaro-sudanês, vê-se que não está excluída *a priori* a possibilidade de o Neolítico do vale do Nilo, tanto no Egito como na Núbia, ser o descendente desse Neolítico africano. Porém, é necessário certa prudência, considerando-se, por um lado, a enorme raridade dos sítios neolíticos no vale inferior do Nilo, no Egito; e, por outro lado, o fato de somente as margens do rio terem sido cuidadosamente exploradas na Núbia, e apenas entre a Primeira Catarata e o sul da Segunda Catarata. A faixa que se estende entre o vale do rio e o Saara Oriental é ainda desconhecida, do ponto de vista arqueológico. Mesmo assim, as influências exercidas no Capsiense e no Ibero-Maurusiense da África do Norte em direção à Núbia, e no Sebiliense e médio Paleolítico da África central igualmente rumo à Núbia[19], podem ter persistido no protoneolítico. O Delta egípcio, constituindo um cruzamento de vários caminhos, pôde ser o ponto de encontro de influências vindas tanto do oeste e do sul, como do leste e do nordeste.

Desde a emergência do Neolítico no vale inferior do Nilo, constata-se uma diferenciação cultural entre o grupo do norte e o do sul. É certo que nos dois grupos as populações são constituídas por agricultores e pastores, que continuam a praticar a caça e a pesca; todavia o próprio material que nos deixaram difere sensivelmente de um grupo a outro em natureza, qualidade e quantidade [25]. O mesmo ocorre em relação a certos costumes.

No norte, as casas melhor agrupadas podem sugerir uma estrutura social já coerente; os mortos são enterrados nas aldeias como se continuassem a pertencer a uma comunidade organizada[20]. Já no sul as sepulturas são cavadas à beira do deserto; as casas estão dispersas, mas parece existir uma organização mais

15 G. CAMPS, 1974, p. 224; 1969. Amekni data de 6700 antes da Era Cristã; o protoneolítico de Jericó de 6800 antes da Era Cristã.

16 H. NORDSTROM, *op. cit.,* p. 5.

17 H. NORDSTROM, *op. cit.,* p. 8, 16-17 e 251.

18 F. WENDORF, 1968, p. 1053. A cerâmica aparece na Núbia no "Shamarkiense" em -5750, mas somente em 6391 B.P., ou seja, por volta de -4400 no Faium.

19 F. WENDORF, *op. cit.,* p. 1055, fig. 8.

20 H. JUNKER, 1930, p. 36-47. Para a bibliografia completa do sítio, cf. capítulo 25.

próxima à familiar. As diferenças entre os dois grupos são também perceptíveis nas técnicas utilizadas por um e outro: os artesãos do norte dispõem de um método mais refinado para o trabalho em pedra e passam a fabricar vasos de pedra, dando início a uma técnica que se tornará uma das mais características do Egito faraônico arcaico. Quanto à cerâmica, em compensação, se o norte conhece maior variedade de formas, o sul possui melhor técnica de fabricação. É nessa época, de fato, que aparece, ao lado da cerâmica preta com decoração branca, a notável cerâmica vermelha com bordos pretos que será igualmente transmitida ao Egito pré-dinástico e arcaico, transformando-se numa das indústrias mais peculiares do vale do Nilo, tanto no Sudão como no Egito.

Assim, desde o Neolítico delineia-se a separação entre dois grupos culturais e talvez entre dois sistemas sociais. Um situa-se ao redor da região de Mênfis, Faium e extremidade noroeste do Delta; o outro, no Médio e no Alto Egito, entre Assiut e Tebas[21]. Essa diferença cultural, embora não exclua pontos de contato entre os grupos, vai-se tornando mais nítida nos últimos séculos do quarto milênio, antes da fusão, quando se constituíram numa única civilização com características comuns. Esse fato ocorreu pouco antes do advento da monarquia unificada no vale egípcio do Nilo, por volta de -3000[22].

O Pré-Dinástico

É frequente qualificar-se o Pré-Dinástico egípcio de Eneolítico ou Calcolítico, como se o aparecimento do metal representasse um acontecimento capital, um momento decisivo no desenvolvimento do vale. Devemos salientar que, na verdade, não há nenhuma ruptura entre o Neolítico e o Eneolítico no vale inferior do Nilo. Pelo contrário, a continuidade do desenvolvimento é evidente; esta a razão pela qual preferimos manter o termo *Pré-Dinástico* para qualificar esses séculos obscuros, mas de importância primordial para a História da África.

O advento do metal no Egito é lento e não parece ter sido obra de povos invasores. Contrariamente ao que ocorre em outras civilizações, o cobre aparece antes do ouro[23], embora este último seja mais facilmente encontrado em estado natural, em jazidas localizadas nas proximidades do vale. Os primeiros objetos de cobre, de pequenas dimensões, aparecem, no grupo do sul, no sítio de Badari

21 Convém observar que o grupo do norte não se expande até o mar; é tão "continental" quanto o grupo do sul, cf. J.-L. de CENIVAL, *op. cit.*, Mapa A, p. 50.

22 J. VERCOUTTER, 1967, p. 250-53.

23 Cf. A. LUCAS, 1962, p. 199-200.

(que deu nome à cultura Badariense)[24], e no grupo do norte, em Demeh, Kasr--Maroun e Khasmet-ed-Dib, no Faium; esse conjunto de sítios é denominado Faium-A para diferenciá-lo do Faium neolítico ou do Faium-B.

Há discussões a propósito da origem da metalurgia do cobre no Egito[25]. É possível que tenha sido trazida do exterior, do Oriente Próximo; nesse caso, porém, somente em escala muito limitada: uns poucos indivíduos revelando aos habitantes do vale a técnica do cobre. Entretanto não se poderia afastar a hipótese de um fenômeno de convergência: os próprios habitantes do vale do Nilo descobrindo o metal praticamente na mesma época em que era descoberto no "crescente fértil". Com efeito, foi nessa época que, talvez acidentalmente, as populações badarienses descobriram o esmalte azul, ao aquecer pedras ou paletas nas quais havia sido triturado material para a pintura dos olhos à base de malaquita, que é um minério de cobre[26]. Assim, os habitantes do vale teriam descoberto simultaneamente o cobre, que trabalhavam a frio, e a chamada "faiança egípcia", isto é, o esmalte azul, que logo passou a ser utilizado na fabricação de contas de adorno.

Qualquer que seja a origem do metal, asiática ou autóctone, sua utilização era muito limitada e os utensílios de pedra continuavam a ser os mais comuns, tanto no grupo do norte como no do sul. Uma coisa é certa: a descoberta ou a difusão do metal não alterou em nada a organização social, como se pode comprovar pelas sepulturas.

O Pré-Dinástico, de aproximadamente -4000 a -3000, pode ser dividido em quatro fases que ajudam a marcar a evolução do vale durante esse período, infelizmente ainda bastante obscuro. Portanto distinguiremos os Pré-Dinásticos Primitivo, Antigo, Médio e Recente.

No *Pré-Dinástico Primitivo* [= Badariense], os dois grupos, do sul e do norte, continuam a evoluir independentemente um do outro. No sul, a maior parte das informações referentes a essa fase provêm do sítio arqueológico de Badari, nos arredores de Deir Tasa. Apesar do aparecimento do metal, o *Badariense*[27] e

24 Cf. capítulo 25. A civilização badariense foi estudada com frequência (cf. bibliografia abaixo). A obra básica continua sendo a de G. BRUNTON e G. CATON-THOMPSON, 1928, complementada com G. BRUNTON, 1948, cap. VI, p. 9-12.

25 Cf. A. LUCAS, *op. cit.*, p. 201-06. Sobre a origem da metalurgia do cobre no Oriente Médio antigo, cf. B. J. FORBES, 1964, p. 16-23. O nome hieroglífico do cobre só pôde ser decifrado recentemente; cf. J. R. HARRIS, 1961, p. 50-62.

26 A. LUCAS, *op. cit.*, p. 201.

27 Sobre essa civilização, as obras básicas continuam sendo as de G. BRUNTON, 1928, p. 1-42; 1937, p. 33-66 e 1948, p. 4-11.

o Neolítico têm tantos pontos em comum que, por vezes, pergunta-se se essa cultura não seria uma simples variante local do Tasiense neolítico. O estudo dos esqueletos revela que os homens do Badariense do Pré-Dinástico Primitivo eram fisicamente muito semelhantes aos egípcios que vivem atualmente na mesma região. As populações continuavam a viver em choupanas de forma oval, um pouco mais confortáveis do que as da época anterior; já usavam esteiras trançadas, almofadas de couro e até camas de madeira. O culto aos mortos desenvolve-se; o cadáver é isolado em uma câmara de madeira, dentro da sepultura oval, e cercado de mobília funerária, alimento, vasos e objetos de uso diário. Como os neolíticos do Tasiense, os badarienses cultivam e tecem o linho, e além disso utilizam o couro obtido pela caça e pela criação. Praticam, portanto, uma economia mista; criação e agricultura são ainda suplementadas pela caça e pela pesca. Continuam a fabricar vasos vermelhos com bordos pretos e excelente cerâmica vermelha finamente polida. A descoberta do esmalte torna possível aos artesãos a fabricação de contas de adorno de um azul intenso. O material para a pintura dos olhos é pulverizado sobre paletas de xisto, algumas das quais são decoradas, assim como pentes de marfim. Dessa forma, a arte surge gradativamente.

Pré-Dinástico Primitivo [= Faiumiense A]. A camada mais recente de Merinde-Beni-Salame poderia também pertencer a esse Pré-Dinástico Primitivo que é conhecido no grupo do Norte graças aos sítios do Faium-A[28]. Como no Badariense, o sílex é empregado em escala muito maior do que o metal na fabricação de utensílios. Os cera mistas do Faium-B produzem maior variedade de formas de vasos que os do Badariense, mas sua técnica é menos aperfeiçoada. É certo que o artesão do norte revelou-se novamente superior, modelando belíssimas vasilhas e vasos de pedra, principalmente de xisto preto. Mas, em geral, os dois grupos praticamente não se distinguiam, cada qual representando apenas a evolução normal da cultura neolítica que o precedeu na região. Nada indica que tenha havido, em qualquer dos grupos, diferenças apreciáveis entre os membros da comunidade. Em particular, não parece ter existido, dentro da coletividade, elementos sensivelmente mais ricos do que outros. Tudo transcorre como se houvesse igualdade social entre os diversos membros da comunidade, independentemente de idade ou sexo. Essa conclusão baseia-se, naturalmente, na suposição de que as necrópoles conhecidas e pesquisadas arqueologicamente pertenceram à totalidade do grupo humano em questão; em outras palavras,

28 G. CATON-THOMPSON e E. W. GARDNER, 1934.

que nenhum membro dessa comunidade foi sepultado fora dessas necrópoles em virtude de alguma discriminação racial, religiosa ou social.

O *Pré-Dinástico Antigo* [= Negadiense I] infelizmente só é conhecido pelos sítios do sul. Recebe também o nome de *Amratiense,* derivado do topônimo El-Amrah[29], perto de Abidos, portanto consideravelmente mais ao sul do que Badari. O Amratiense corresponde também ao que por vezes se denomina cultura de Nagada I, segundo a nomenclatura de Flinders Petrie, utilizada principalmente nas datações com carbono 14.

A cultura amratiense é descendente, quanto à época, da badariense, não havendo ruptura também nesse caso; em alguns sítios a camada amratiense está em contato direto com a camada badariense. A cultura amratiense continua a produzir a cerâmica vermelha com bordos pretos da cultura precedente, mas introduz a cerâmica decorada com desenhos geométricos e naturalistas, pintados de branco fosco sobre fundo vermelho ou marrom avermelhado; mais raramente, a decoração consiste em incisões preenchidas de branco sobre fundo preto. O ceramista amratiense, mais inventiva que seu predecessor badariense, cria formas novas, principalmente de animais. A caça tem ainda grande destaque entre os temas da decoração naturalista, especialmente a caça ao hipopótamo. Pode-se, então, supor que no Pré-Dinástico Antigo ainda não estava concluída a transição entre um sistema social formado por caçadores-pescadores relativamente nômades e um sistema de aldeias ou grupos de agricultores-pastores sedentários.

Deve-se observar que a arma típica do Amratiense é uma clava, frequentemente talhada numa pedra dura, em forma de tronco de cone[30]. O fato é importante, pois essa arma desaparece completamente após o Amratiense. Um dos caracteres do sistema hieroglífico, na época histórica, emprega-a com valor fonético [31]; isso significa que foi na época amratiense, portanto no Pré-Dinástico Antigo, por volta de -3800 (data fornecida pelo C14), que o sistema de escrita hieroglífica deve ter começado a se formar.

A arte continua a se desenvolver. Nesse período, aparecem estatuetas representando homens barbados com estojo fálico, mulheres dançando e animais diversos, simultaneamente a grande quantidade de paletas para maquilagem com decorações e pentes ornamentados com desenhos de animais[32].

---

29 Cf. J. VANDIER, *op. cit.,* p. 231-32. O sítio foi descoberto em 1900. Foi publicado por D. RANDALL-MACIVER e A. C. MACE, 1902, p. 3-52.

30 Sobre essa clava, cf. W. M. F. PETRIE, il. XXVI e p. 22-24.

31 A. H. GARDINER, 1957, p. 510, quadro 1.

32 J. L. de CENIVAL, *op. cit.,* p. 16-21.

Dentre os sítios do Amratiense, agrupados entre Assiut (ao norte) e Tebas (ao sul), destacam-se os de Nagada, Ballas, Hou e Abidos. É lamentável não se conhecer, no grupo do norte, nenhum sítio contemporâneo do Amratiense, tanto mais que, neste último, percebem-se nítidos vestígios de contato entre o norte e o sul, principalmente pela existência de vasos de pedra com formas características do Pré-Dinástico setentrional em meio ao mobiliário funerário amratiense. Nas práticas funerárias nada indica que tenha ocorrido uma mudança de organização social entre o Pré-Dinástico Primitivo e o Pré-Dinástico Antigo do Amratiense. Observa-se ainda a existência de comunidades constituídas de indivíduos que gozam de igualdade social, mesmo sob a autoridade de um único chefe ou de um grupo de indivíduos.

Após um século de existência, talvez menos, a cultura amratiense incorpora-se a uma nova e complexa cultura que mistura elementos do Amratiense com outros de origem incontestavelmente setentrional. Essa cultura mista, o *Pré-Dinástico Médio* [= Negadiense II e talvez Omariense A] ou *Gerzeense* (Nagada II na nomenclatura de Petrie), deriva seu nome do sítio de Gerzeh[33], no Baixo Egito, perto do Faium, onde aparece com maior evidência. Apresenta dois aspectos, um puramente gerzeense ao norte, outro misturando amratiense e gerzeense ao sul[34].

Essa nova cultura encontra-se centralizada, ao norte, na região ao redor de Mênfis, do Faium e da extremidade sul do Delta. É sobretudo na cerâmica que o Gerzeense setentrional manifesta sua originalidade, com vasos de cor amarelo-clara, fabricados com material bem diferente daquele utilizado na cerâmica produzida no sul. A decoração é naturalista, ocre avermelhada sobre fundo claro, com novos temas: montanhas, íbis, flamingos, aloés e sobretudo embarcações. Como os artesãos do Faium-A, dos quais são sucessores, os do Gerzeense fabricam vasos de pedra, mas utilizam xisto e outras rochas mais duras: brecha, basalto, diorito, serpentina. A arma típica dessa cultura é a clava piriforme[35] que se tornará a arma real por excelência nos primórdios da História e será, como a clava do Amratiense, um dos caracteres da escrita hieroglífica[36].

Nota-se também uma evolução social e religiosa. Agora os mortos são enterrados em túmulos retangulares, com a cabeça voltada para o norte, de

33 A aldeia de EIl-Gerzeh está situada na latitude do Faium, portanto bem ao sul do atual Cairo; o sítio pré--dinástico foi escavado em 1911. Cf. W. M. F. PETRIE, E. MACKAY e G. WAINWRIGHT, 1912.

34 J. VERCOUTTER, 1967, p. 245-67, e J. VANDIER, *op. cit.,* p. 248-52 e 436-96.

35 W. M. F. PETRIE, *op. cit.,* il. XXVI e p. 22-24.

36 A. H. GARDINER, *op. cit.,* p. 510, quadro 3.

frente para leste e não mais para oeste. Quanto às embarcações, representadas com grande frequência nos objetos de cerâmica do Gerzeense, trazem na proa símbolos em que facilmente se reconhecem os precursores das insígnias dos *nomos* ou províncias do Egito faraônico.

Ultrapassando a fase da família e da aldeia, os grupos humanos passam a reunir-se em associações muito mais amplas. O poder que resulta dessa nova organização social permite, sem dúvida, um maior aproveitamento do vale por meio da irrigação e traz, por conseguinte, um enriquecimento considerável que se reflete na produção de objetos trabalhados: vasos de pedra de melhor qualidade e em maior quantidade; maior número de instrumentos e armas de cobre, tais como tesouras, adagas, pontas de arpão e machados. Na verdade, não se trata de um acaso o fato de, nessa época, os adornos funerários ostentarem ouro e vários tipos de pedras semipreciosas: lápis-lazúli, calcedônia, turquesa, cornalina, ágata. A estatuária desenvolve-se, e os motivos representados, falcão e cabeça de vaca principalmente, mostram com clareza como a própria religião faraônica também está em formação: Hórus, o Falcão, e Hátor, a Vaca, já são adorados.

No sul, as culturas posteriores ao Amratiense do Pré-Dinástico Antigo estão fortemente impregnadas de influências gerzeenses. Assim, a cerâmica gerzeense clássica, cor de camurça, com decoração naturalista vermelha, é encontrada lado a lado com a tradicional cerâmica do sul, vermelha com bordos pretos ou com decoração em branco fosco.

A influência é de fato recíproca entre os dois grupos e as semelhanças são numerosas; instrumentos líticos notadamente (nessa época, a técnica de lascamento de instrumentos cortantes de sílex atinge o auge da perfeição) e paletas para maquilagem apresentam aspecto análogo nas duas culturas. Assim, os dois grupos culturais encaminhavam-se, gradativamente, para uma fusão completa.

Essa fusão entre o norte e o sul acontecerá no *Pré-Dinástico Recente,* ou Gerzeense Recente; às vezes também denominado Semainiense [= Omariense B e Meadiense][37]. Estamos agora no limiar da História; essa última fase teve curta duração. Se mantivermos a data de -3000 para o início da História, o que fizemos para continuarmos fiéis às datas ainda tradicionalmente aceitas, o Pré-Dinástico Recente provavelmente não teria durado mais de duas ou três gerações, no máximo. Uma data do C14 para o Pré-Dinástico Médio nos revela

37 A expressão é de F. PETRIE, 1939, p. 55 e segs. Semaineh é uma aldeia do Alto Egito, perto de Qena. Cf. tb. J. VERCOUTTER, 1967, p. 247-50.

que este se prolongou até -3066, o que deixa apenas três quartos de século para a transição do fim do Pré-Dinástico Médio ao início da História. Ao que tudo indica, esse início deveria ser deslocado para uns duzentos anos mais tarde; mas mesmo localizando-o por volta de -2800[38], restam apenas pouco mais de dois séculos para uma fase em que se completou o processo de aproveitamento do vale inferior do Nilo e estabeleceu-se um sistema social dirigido por uma monarquia de direito divino.

Essa fase encontra-se tão próxima daquela que testemunha o aparecimento da escrita que tentou-se extrapolar as informações fornecidas pelos textos escritos para o que a arqueologia nos revela[39]. Os textos deixam entrever que, no início do Pré-Dinástico Recente e talvez desde o fim do Pré-Dinástico Médio, a cidade mais poderosa do sul era Ombos (Noubet em egípcio), perto de Nagada, portanto exatamente no centro da cultura amratiense. O deus da cidade é Seth, deus animal sobre cuja natureza ainda se discute; tem sido identificado como um tamanduá, uma espécie de porco, uma girafa… um animal mítico ou há muito desaparecido da fauna egípcia. Os textos nos informam que esse deus meridional entra em luta com um deus-falcão, Hórus, adorado na cidade de Behedet, que provavelmente estava localizada no Delta, isto é, dentro dos domínios da cultura gerzeense. Portanto, no fim do Pré-Dinástico Médio, o Egito estaria dividido em duas estruturas sociais, uma ao norte, dominada por Hórus de Behedet, e outra ao sul, dirigida por Seth de Ombos. Também nesse caso, infelizmente, as fontes de que dispomos não permitem determinar com precisão a natureza dessas estruturas sociais. Pode-se, no máximo, ter uma ideia da importância do chefe de grupo, importância que reside em seus poderes mágicos e religiosos, que se traduzirá, na época histórica, no caráter divino do representante da realeza[40]. Poder-se-ia, talvez, admitir a hipótese de o chefe dispor de poderes praticamente ilimitados em relação aos indivíduos da coletividade, sendo que esta, por sua vez, podia, quando a ocasião se apresentasse, matar o chefe cujos poderes mágicos estivessem em declínio (cf. A. Moret, *La mise à mort du dieu en Egypte*).

Interpretando os textos, admite-se que a luta entre esses dois grupos teria terminado, numa primeira etapa, com uma vitória do norte sobre o sul, e que após essa vitória teria sido criado um reino unificado, tendo por núcleo Heliópolis[41], perto do Cairo, a uns 60 km ao norte do sítio de Gerzeh. Traduzida em termos

38 A. SCHARFF, 1950, p. 191.

39 A obra básica continua sendo o brilhante ensaio de K. SETHE, 1930.

40 Cf. G. POSENER, 1960.

41 K. SETHE, *op. cit.;* hipótese refutada por H. KEES, 1961, p. 43.

arqueológicos, essa vitória do norte sobre o sul corresponderia à penetração da cultura gerzeense em domínio amratiense.

Durante o Pré-Dinástico Recente, sempre por extrapolação das informações fornecidas pelos textos, teria havido uma evolução política ou social nos dois grupos, no norte e no sul. A unidade política resultante da vitória do norte sobre o sul, no fim do Pré-Dinástico Médio ou no início do Pré-Dinástico Recente, teria tido curta duração e cada grupo teria retornado imediatamente à sua existência independente. Após essa evolução, constata-se que o centro político do norte desloca-se de Behedet, cuja posição exata é ainda desconhecida, para Buto, a oeste do Delta, a cerca de 40 km do mar, região em que não foi possível atingir as camadas arqueológicas contemporâneas do Pré-Dinástico. Ao mesmo tempo, a capital política do sul passava de Ombos para El Kab (Nekkeb em egípcio antigo), cem quilômetros mais ao sul[42]. O grupo do sul torna-se, assim, mais meridional, e o do norte, mais setentrional.

Em Buto adorava-se uma deusa-cobra, Uadjit; em El Kab um abutre-fêmea. Essas duas divindades, na época histórica, serão protetoras dos faraós e figurarão regularmente no ritual da cerimônia de coroação[43]. Alguns documentos, posteriores de cerca de um milênio, tinham conservado os nomes dos soberanos desses agrupamentos políticos do fim do Pré-Dinástico Recente, mas poucos chegaram até nós. A partir dessa época, parece haver uma unidade cultural entre o norte e o sul. Assim, o deus Hórus, originário do norte, é também adorado no sul, e os chefes políticos, no norte como no sul, consideram-se seus servidores ou partidários, com o título de Shemsu Hórus[44].

Do ponto de vista material, há pouca diferença entre a civilização do Pré--Dinástico Médio e a do Pré-Dinástico Recente, mas observa-se um incontestável progresso na arte e na técnica. A figura humana torna-se um tema abordado com frequência pelos artistas, e a pintura mural aparece em Hieracômpolis (Nekkem, em egípcio antigo), importante centro situado na margem ocidental do Nilo, quase defronte a El Kab[45]. Hieracômpolis torna-se o berço da realeza do sul que, por volta de -3000, dá início à luta contra o norte.

É impossível saber quanto tempo durou essa luta. Ocupa os últimos anos do Pré-Dinástico Recente e termina com a vitória do sul sobre o norte e com a criação de um estado unificado abrangendo todo o vale; desde El Kab até o

42 J. VERCOUTTER, 1967, p. 248-49.

43 Cf. A. H. GARDINER, 1957, p. 71-76.

44 Sobre os *Shemsou-Hor,* cf. J. VANDIER, *op. cit.,* p. 129-30 e 635-36.

45 Hieracômpolis forneceu numerosos documentos pré-dinásticos, cf. PORTER e MOSS, 1937, p. 191-99.

Mediterrâneo. Esse estado será governado por reis do sul, originários da região de This[46], bem próximo a Abidos, que constituem as duas primeiras dinastias, denominadas tinitas. Por essa razão o breve período do Pré-Dinástico Recente é geralmente conhecido como *Pré-Tinita.*

Os objetos pré-tinitas que chegaram até nós foram todos encontrados em Hieracômpolis[47]. São, sobretudo, grandes paletas votivas[48] decoradas com cenas históricas, e grandes clavas esculpidas em calcário. As cenas que ornamentam esses dois tipos de documentos permitem-nos entrever o sistema político e social dominante na época, no vale inferior do Nilo. O país está dividido em províncias ou grupos humanos, cujas insígnias são vistas acompanhando o soberano nas grandes ocasiões.

A comparação das insígnias representadas nas embarcações gerzeenses e nas paletas ou clavas pré-tinitas, com os emblemas dos "nomos" ou províncias, em monumentos da época histórica, revela que desde o Gerzeense o sistema social no vale inferior do Nilo, no norte como no sul, progride em termos geográficos e econômicos, e não éticos. O grupo humano organiza-se em torno de um habitat e de sua divindade. Este fato é consequência dos imperativos agrícolas impostos ao vale pelo regime do Nilo, tanto ao norte como no sul. O grupo só pode sobreviver e desenvolver-se na medida em que se torna numeroso e organizado o suficiente para executar os trabalhos que colocarão seu território ao abrigo das enchentes, aumentarão as terras cultiváveis e garantirão reservas de alimento, indispensáveis devido à irregularidade das cheias do Nilo. A dupla organização, agrícola e religiosa – pois apenas a divindade pode garantir o sucesso dos trabalhos empreendidos e, consequentemente, a prosperidade do grupo –, é o fato primordial e permanente que domina o sistema social do vale inferior do Nilo.

É possível, entretanto, que esse sistema baseado na distribuição geográfica tenha substituído um sistema mais antigo de fundamento étnico ou social. É o que parecem sugerir três palavras do egípcio antigo que, existentes desde os primórdios da História, persistirão até o fim da civilização egípcia. Essas palavras, *Pât, Rekhyt* e *Henememet*[49], aplicam-se, ao que parece; a três agrupamentos

46 O sítio da capital não foi descoberto. A presença de uma necrópole real dessa época (cf. W. M. F. PETRIE, 1901) na margem oeste do Nilo, em Abidos, indica que a cidade devia estar localizada nas proximidades.

47 O sítio foi explorado em 1898; cf. J. E. QUIBELL, *Hierakonpolis,* Londres, 1900-1902.

48 As mais belas foram reunidas por W. M. F. PETRIE, 1953.

49 A. H. GARDINER, 1947, v. I, p. 98-112.

humanos muito grandes: os *Pât* seriam os habitantes do vale superior, tendo Hórus por senhor; os *Rekhyt* seriam os do vale inferior, vencidos no final do Pré-Dinástico Recente; os *Henememet* ou "povo do Sol", teriam habitado a região oriental situada entre o mar Vermelho e o Nilo. Essa última região, ainda habitada no Neolítico e no Pré-Dinástico, é importante para a economia do vale, visto que fornece metais, cobre e ouro. E é esse vasto sistema "socioétnico" que se fracionaria em pequenas unidades geográficas e agrícolas. O papel da monarquia será puramente político: numa primeira etapa, reunirá esses grupos de províncias em duas grandes confederações, uma ao norte e outra ao sul; numa segunda etapa, unificará à força as duas confederações em um único reino, garantindo assim um melhor aproveitamento da totalidade do território egípcio. Essa segunda tarefa será obra dos primeiros faraós tinitas. É nessa época que passamos à História.

O vale superior do Nilo (*-5000 a -3000*)

As diversas culturas do vale inferior do Nilo aqui abordadas não ultrapassam, ao sul, a região de El Kab. A região de Assuã e a Primeira Catarata pertencem já a uma área cultural diferente. Do ponto de vista étnico, tudo parece indicar que as populações do vale superior do Nilo estavam próximas das do grupo sul do vale inferior: badarienses e amratienses. Poder-se-ia estender as comparações aos grupos étnicos dos arredores do Saara oriental, mas os estudos antropológicos pertinentes são ainda pouco numerosos[50].

Neolítico e Pré-Dinástico são pouco conhecidos no Egito, como constatamos, devido ao pequeno número de sítios cientificamente explorados. A situação é ainda pior em se tratando do vale superior, onde apenas a parte setentrional, entre a Primeira e a Segunda Catarata, está relativamente bem explorada – convém observar que os resultados das escavações feitas de 1960 a 1966 não foram ainda publicados *in extenso*[51].

Da Segunda Catarata até os Grandes Lagos da África equatorial, os raros elementos conhecidos provêm de relatórios de prospecção em superfície, pois é mínimo o número de sítios em que foram realizadas escavações. Por essa razão, nossos conhecimentos, no tempo e no espaço, são muito mais limitados em relação ao vale superior do que ao vale egípcio.

---

50 Cf. O. V. NIELSEN, 1970, *passim* e p. 22, bibliografia p. 136-39.

51 Sobre as épocas que aqui nos interessam, destacaremos principalmente as obras de F. WENDORF, 1968 e H. NORDSTRÖM, 1972.

O Neolítico (± *-5000 a -3800*)

As primeiras escavações em um sítio indiscutivelmente neolítico foram realizadas na região de Cartum. A cultura aí descoberta, por vezes conhecida pelo nome de Neolítico de Cartum, é geralmente chamada *Shaheinab* [= Shaheinabense][52].

Shaheinab é um sítio de habitat cujas sepulturas não foram encontradas; mas o abundante material que forneceu, objetos de uso quotidiano, prova que os sudaneses da região, sobretudo caçadores e pescadores, eram também criadores. O estudo de sua cerâmica, decorada pela impressão de uma roseta rotativa, indica que eram provavelmente descendentes de uma outra cultura neolítica mais antiga cujos vestígios foram encontrados em um sítio localizado na própria região de Cartum. Esse sítio, *Cartum Antigo* (*Early Khartoum*)[53] [= Cartumiense], contém túmulos onde negros tinham sido inumados. Se, como tudo indica, Shaheinab provém realmente do Cartum Antigo, teríamos de admitir que estamos em presença, também nesse caso, de uma população negra, composta de grupos de caçadores e de pescadores que matavam leões, búfalos, hipopótamos e igualmente antílopes, gazelas, órix e lebres, cujas ossadas encontramos em suas habitações. Suas armas eram machadinhas polidas e clavas semi-esféricas que, de um modo geral, consideramos predecessores da clava troncônica amratiense. Trabalhavam a madeira e conheciam a tecelagem, embora aparentemente preferissem o couro na confecção das vestimentas. Sua civilização é às vezes denominada "cultura da goiva", dado o grande número de ferramentas desse tipo descobertas no sítio. Graças à sua cerâmica bastante característica, foi possível provar que a cultura de Shaheinab estendia-se, não só a oeste (Tenere, Tibesti) e a leste, mas também ao sul de Cartum, ao longo do Nilo Branco e do Nilo Azul. Não há indícios que permitam determinar qual era a sua organização social.

Seria interessante saber quais eram as ligações entre o Neolítico de Shaheinab e o do vale inferior, principalmente do Faium; infelizmente não se conhece nenhum sítio ao norte de Cartum, entre a Sexta e a Sétima Catarata, que permita estabelecer comparações úteis. Os trabalhos recentes na baixa Núbia, ao norte da Segunda Catarata, parecem ter demonstrado que o Neolítico dessa região é semelhante ao de Shaheinab, embora ainda apresente diferenças bastantes para

52 Cf. A. J. ARKELL, 1953.

53 Cf. A. J. ARKELL, 1949.

que os arqueólogos anglo-saxões que o estudaram tenham-no denominado "Cartum Variante"[54].

No vale superior, a passagem do Neolítico ao Pré-Dinástico, portanto, ao Eneolítico, continua ainda muito obscura. Algumas sepulturas encontradas na confluência do Nilo Branco e do Nilo Azul poderiam indicar a existência, nesse local, de uma cultura influenciada pelo Pré-Dinástico nubiano, conhecido como do Grupo A (cf. acima), mas ainda não pôde ser datada com precisão.

Nas proximidades da Segunda Catarata, em compensação, foi descoberta recentemente uma indústria à qual se deu o nome de *Abkiense* (Abkan)[55] [= Abkiense] derivado do nome do sítio de Abka, onde se encontra melhor representada. Ela ainda é conhecida apenas por sua produção lítica e por sua cerâmica. Nem todos os sítios em que foi encontrada foram publicados. Pelo que se sabe, essa cultura aparentemente pertence a uma população de caçadores-pescadores, como a de Shaheinab, mas a caça apresenta-se menos produtiva, talvez por iniciar-se a fase de dessecação que vem após o "período úmido". Para a pesca, os homens de Abka parecem utilizar imensas armadilhas permanentes, inteligentemente instaladas nos canais da catarata durante a vazante, e onde os peixes ficavam presos por ocasião do recuo da inundação. A coleta de frutas e plantas silvestres completava-lhes os recursos alimentícios. A construção das armadilhas, feitas de paredões de pedra muitas vezes de grandes dimensões, implica um agrupamento social já organizado. A cultura abkiense não tem aparentemente relação com a de Shaheinab que, *in loco,* em sua forma de "Cartum Variante", parece ser a um tempo distinta e contemporânea dessa cultura. O Abkiense seria uma forma particular do Neolítico que nada deveria ao sul nem ao norte. Por outro lado, parece que foi realmente do Neolítico abkiense que proveio o Pré-Dinástico nubiano.

Pré-Dinástico (*-3800 a -2800*)

Quando, em 1907, o governo egípcio decidiu elevar mais 7 m a primeira barragem de Assuã, inundando assim toda a baixa Núbia, de Shellal a Korosko, uma prospecção arqueológica sistemática foi empreendida na região a ser inundada. Os arqueólogos, constatando as diferenças culturais entre o Egito, que conheciam bem, e a Núbia, adotaram um sistema provisório de classificação por letras para as novas culturas que descobriam, distinguindo, segundo uma

54 F. WENDORF, 1968, p. 768-90 e H. NORDSTRÖM, 1972, p. 9-10.

55 Descrição dessa indústria em F. WENDORF, 1968, p. 611-29; cf. tb. H. NORDSTRÖM, 1972, p. 12-16.

datação relativa, o Grupo A, o Grupo B, o Grupo C, etc.[56] Depois tentou-se estabelecer um sistema semelhante ao utilizado para o vale inferior, em que o Nubiano Antigo e o Nubiano Médio, por exemplo, corresponderiam ao Antigo Império e ao Médio Império[57]. Mas diante das dificuldades encontradas para estender esse sistema da Núbia ao norte da Segunda Catarata até a Núbia ao sul da Segunda Catarata, abandonou-se provisoriamente a tentativa. Portanto, continuaremos a utilizar a denominação Grupo A, que abrange o Pré-Dinástico.

O *Grupo A*[58] vai do fim do Neolítico, por volta de -3800, até o fim do Antigo Império egípcio, -2200 aproximadamente. Nesse grupo podemos distinguir várias fases: o Grupo A antigo, de -3800 até -3200 aproximadamente; o Grupo A clássico, de -3200 a -2800 aproximadamente; e o Grupo A recente (antigo Grupo B), de -2800 até -2200 aproximadamente. Consideraremos apenas as duas primeiras fases.

O *Grupo A antigo* é o menos conhecido[59]. Foi durante as recentes escavações na Núbia sudanesa, entre 1960 e 1966, que se constatou ser a civilização "eneolítica" do Grupo A sucessora direta da abkiense do Neolítico; portanto, será preciso esperar a publicação dos relatórios das escavações *in extenso* para se ter uma ideia mais precisa do que esse Grupo representa. Na baixa Núbia, o sítio de Khor Bahan, ao sul de Shellal, pertence aparentemente a essa fase antiga e é contemporâneo do Gerzeense, portanto, do Pré-Dinástico Médio egípcio. Nessa época, a agricultura e a criação de gado, ausentes no Abkiense, são praticadas na baixa Núbia: utilizando uma técnica própria do vale superior, as comunidades de agricultores construíam, por ocasião da vazante, barragens de pedra perpendiculares ao rio que tinham por efeito diminuir a força da corrente, facilitando o depósito do limo nos campos à margem do Nilo, e aumentar a extensão das terras cultiváveis. Além disso, a descoberta de ossos de bovídeos e caprídeos nos túmulos, sem dúvida provenientes de sacrifícios fúnebres, sugere que essas comunidades eram seminômades. Sendo os campos insuficientes para alimentar um grande número de animais, somos levados a crer que as populações deslocavam-se, durante uma parte do ano, para os planaltos vizinhos, na época provavelmente recobertos pela estepe, como atesta a presença de antílopes e de leões.

56 G. A. REISNER, 1910, p. 313-32.

57 B. G. TRIGGER, 1965, p. 67 e segs. fig. 1, p. 46.

58 Nem todos os relatórios das escavações feitas na Núbia por solicitação da Unesco, tanto no Egito como no Sudão, estão publicados. Sobre o Grupo A, ver H. NORDSTRÖM, 1972. p. 17-32.

59 H. NORDSTRÖM, 1972, p. 17-28 e *passim.*

A descoberta de objetos de cobre nos sítios do Grupo A levanta a questão da difusão desse metal no vale superior. Como as populações do Badariense, os africanos do Grupo A utilizavam a malaquita como maquilagem para os olhos e a pulverizavam sobre paletas de quartzo; conheciam também a técnica de fabricação da massa esmaltada ("faiança egípcia"). Considerando-se a existência de jazidas de minério de cobre na Núbia, exploradas em épocas remotas, é bem possível que os objetos de cobre encontrados nos sítios do Grupo A antigo (sobretudo agulhas) sejam exclusivamente de fabricação local[60].

As importações provenientes do norte limitam-se, aparentemente, a vasos de pedra, alabastro, xisto, brecha e a matérias-primas como o sílex, que praticamente não existe nos arenitos da Núbia, mas é encontrado em abundância no Egito. A cerâmica é ainda do tipo vermelho com bordos pretos e fabricada localmente segundo excelente técnica. Na confecção de utensílios e armas, as populações do Grupo A utilizavam mais frequentemente a pedra e o osso que o metal: facas e clavas, exatamente como as do Amratiense, são de sílex ou de diorito e basalto; as agulhas ou fivelas e furadores são em geral de osso ou de marfim. O ouro aparece nas joias. As paletas para maquilagem de xisto são provavelmente inspiradas nas egípcias, mas encontram-se também paletas de quartzo branco que são típicas da cultura do Grupo A[61].

Ao Grupo A antigo, ainda pouco conhecido, sucede o *Grupo A clássico* que, a julgar pelo número de túmulos e necrópoles que deixou, conhece o que se poderia chamar de explosão demográfica[62]. Muito próximo de seu predecessor do ponto de vista material, o Grupo A clássico diferencia-se sobretudo pela importação de um número bem maior de objetos do vale inferior. Viu-se nesse fenômeno a prova de um comércio ativo entre os vales inferior e superior do Nilo. A cerâmica mantém uma qualidade e uma beleza superiores, mas simultaneamente aparece um grande número. de vasos importados do tipo gerzeense, de cor clara. Esses vasos foram provavelmente utilizados para conservar matérias perecíveis (pensa-se particularmente no óleo), importadas em troca do marfim e do ébano que vinham do sul.

A cultura do Grupo A clássico continua a prosperar até aproximadamente -2800, quando, de maneira repentina, desaparece quase inteiramente, cedendo

60 Cabe observar que já no Antigo Império o minério de cobre parece ter sido tratado *in loco,* notadamente em Buhen, cf. W. B. EMERY, 1965, p. 111-14.

61 F. HINTZE, 1967, p. 44.

62 B. G. TRIGGER, 1965, p. 74-75.

lugar à cultura do *Grupo A recente* (antigo grupo B)[63], muito pobre. Esse fato foi visto como consequência dos ataques egípcios desfechados pelos faraós da primeira dinastia tinita. Inscrições egípcias dessa época, descobertas ao norte da Segunda Catarata, tornam essa explicação muito plausível. De qualquer forma, saímos agora da época pré-histórica.

Em resumo, esse obscuro mas importante período em que o vale do Nilo passou do Neolítico ao fim do Pré-Dinástico caracteriza-se, no vale inferior, pela passagem de um sistema social baseado em famílias ou grupos restritos de caçadores-pescadores que praticam pequena criação e uma agricultura limitada às margens do rio e ao Faium, para um sistema complexo de sedentários organizados em aldeias ou grupos de aldeias que praticam a irrigação e uma agricultura especializada. Essas aldeias encontram-se agrupadas, por volta de -3000, sob a autoridade de um único líder, o faraó, que governa o vale inferior, da Primeira Catarata ao Mediterrâneo.

No vale superior, observa-se a transição de agrupamentos de pescadores--caçadores, que praticam uma criação de gado bastante limitada, para um sistema que reúne criadores-agricultores provavelmente seminômades, mas vinculados geograficamente ao rio, onde constroem espigões com o objetivo de aumentar as terras cultiváveis. A construção desses espigões supõe uma organização coletiva importante, menos considerável, entretanto, que no vale inferior.

Nessa mesma época, a partir de -3300, observa-se a difusão do cobre por todo o vale do Nilo. Embora a origem da metalurgia do cobre permaneça pouco conhecida e constitua objeto de discussão, não é impossível que esta tenha nascido ou que tenha sido reinventada no vale do Nilo.

A época histórica, de -3000 ao século V antes da Era Cristã

Quando os primeiros textos egípcios aparecem, por volta de -3000, os sistemas sociais já estão estabelecidos, ao que parece, em todo o vale do Nilo e praticamente não evoluem daí em diante. Ao norte, temos um sistema de monarquia de direito divino governando um grupo de indivíduos iguais perante o rei, pelo menos teoricamente. Ao sul, o sistema é aparentemente menos rígido, e em virtude do nomadismo, ou seminomadismo, um sistema baseado

63 H. S. SMITH, 1966, p. 118-124.

em grande parte na família, manteve-se provavelmente durante quase todo o período que vai de -3000 ao século V antes da Era Cristã. Será apenas no final desse período que o vale do Nilo, entre a Primeira Catarata e a confluência do Nilo Branco e do Nilo Azul (talvez ainda mais ao sul) conhecerá um regime social provavelmente semelhante ao do vale egípcio.

Levando-se em conta o caráter estático desses sistemas sociais ao longo desse período, sua evolução será objeto de uma rápida exposição. Insistiremos, sobretudo, em dois fatos culturais que caracterizam esse período: a descoberta e a difusão do bronze e, muito mais tarde, do ferro.

Evolução dos sistemas sociais

Em virtude da falta de documentos jurídicos, a organização social no vale inferior é conhecida apenas de modo incompleto. De acordo com os autores clássicos, entre outros Heródoto e Estrabão, a sociedade egípcia teria sido dividida em castas rígidas. Tal afirmação certamente é falsa, exceto, talvez, para os militares, no final do período faraônico. Assim, nunca existiu a "classe dos sacerdotes", como pretende Estrabão. Nem é certo que tenha havido uma classe de escravos, no sentido que atribuímos à palavra[64]. Na verdade, o sistema social egípcio, na época histórica, é bastante flexível. Está baseado mais na exploração do solo, no desenvolvimento do país do que em um direito rígido. Como a moeda nunca foi utilizada no Egito, o indivíduo deve estar ligado a uma organização que lhe forneça alimento, roupas e habitação, qualquer que seja sua posição social.

A mais simples dessas organizações é a propriedade familiar. Se a terra pertence ao faraó, o direito de cultivá-la é às vezes atribuído a um particular, que pode transmiti-lo a seus herdeiros[65]. Sempre houve propriedades familiares desse tipo, frequentemente exíguas, nas quais o próprio chefe de família distribui a renda a seu gosto, e a família, *lato sensu,* fica na sua inteira dependência. A única obrigação do chefe de família é cumprir os deveres para com o Estado: impostos, corveias, prestação de serviços.

Ao lado das propriedades familiares, existem as propriedades religiosas e reais, muito mais importantes. As propriedades religiosas, sobretudo a partir da XVIII dinastia (após -1580), eram por vezes muito ricas. Assim, a

---

64 Cf. as pertinentes observações de G. POSENER em G. POSENER, S. SAUNERON e J. YOYOTTE, 1959, *s.* v. *Esclavage,* p. 107.

65 J. PIRENNE, 1932, p. 2006-11 e G. POSENER, 1959, p. 76 e 107.

propriedadedo deus Amon inclui 81322 homens, 421362 cabeças de gado, 43 jardins, 2393 km^2 de campos, 83 barcos, 65 aldeias[66]. Esses bens estendem--se pelo Alto e Baixo Egito, pela Síria-Palestina, pela Núbia. A propriedade real está constituída nos mesmos moldes e encontra-se espalhada pelo país, em torno de um palácio ou do templo funerário do soberano. Cada indivíduo vive na dependência obrigatória de uma dessas propriedades, que supre suas necessidades de maneira bastante hierarquizada. A remuneração, em espécie, varia muito de acordo com a função exercida: um escriba recebe mais víveres do que um agricultor ou um artesão; isso permite que os mais favorecidos pelo sistema adquiram, por sua vez, servidores e propriedades familiares, vendendo não a sua função, mas uma parte da renda destinada a essa função.

Querendo escapar das limitações impostas pelo sistema social egípcio, o indivíduo só dispõe do recurso da fuga. Os "desertores" fogem para oeste, perto do deserto, onde vivem de ataques às culturas do vale, ou então vão para o exterior, principalmente para a Síria-Palestina[67].

A estabilidade do sistema social depende, em grande parte, da autoridade e da energia do poder central, o rei e a administração. Quando eles são fracos, observa-se uma grande desorganização no funcionamento do sistema, até mesmo revoluções, como a que ocorreu entre -2200 e -2100, quando a autoridade do faraó foi colocada em questão e os favoritos destituídos de seus bens[68]. Conhecem-se também desordens locais, como a greve dos artesãos da propriedade real de Deir el-Medineh, em 1165, que não haviam recebido sua cota mensal de víveres nem as vestimentas que lhes eram devidas…

A situação social de um indivíduo não é fixada definitivamente; a qualquer momento pode ser colocada em questão, por vontade do faraó ou em virtude de erros cometidos no exercício de uma função. Fatos como o rebaixamento de um funcionário e seu retorno "à terra" são mencionados frequentemente nos textos egípcios[69].

A partir de -1580 aproximadamente, os militares passam a ocupar um lugar à parte no sistema social egípcio. Para expulsar os hicsos do Egito e empreender sua política de incursões agressivas na Núbia e na Ásia Menor, os faraós criaram um

66 J. H. BREASTED, 1906, p. 97.

67 Um exemplo significativo é o de Sinuhe, que temendo ser implicado numa conspiração palaciana, foge para a Palestina. Ser-lhe-á necessário solicitar o perdão do faraó para poder voltar ao Egito. Cf. G. LEFEBVRE, 1949. "L'Histoire de Sinouhé", p. 1-25. Ver tb. W. K. SIMPSON, ed., 1972, p. 57-74.

68 J. VANDIER, 1962, p. 213-20 e 235-37.

69 Notadamente no decreto de Nauri, no qual é uma das sanções correntes, cf. F. L. GRIFFITH, 1927, p. 200-08.

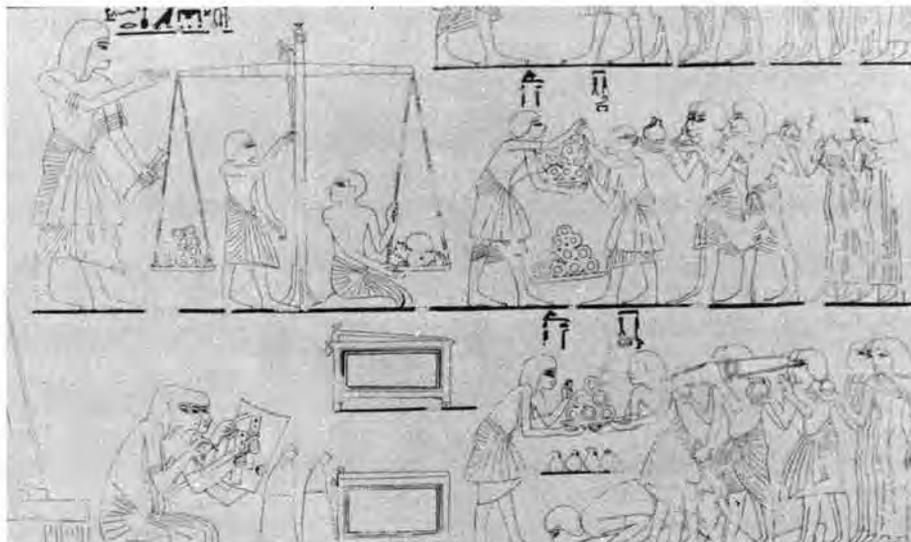
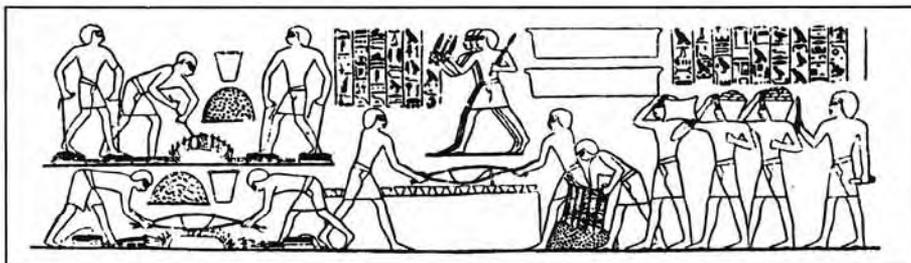



Figura 28.1 Túmulo de Rekh mi-re em Tebas (The Metropolitan Museum of Art, Egyptian Expedition, vol. X).

Figura 28.2 Túmulo de Huy: parede leste (fachada sul).

Figura 28.3 Navalha, Mirgissa, Sudão (Foto Missão Arqueológica Francesa no Sudão).

verdadeiro exército profissional[70]. Os militares são recompensados com doações de terras, de propriedades agrícolas, que podem legar a seus herdeiros contanto que estes prossigam na carreira militar. Esse sistema foi se desenvolvendo através dos séculos e acabou por criar, no final da história do Egito, uma verdadeira "casta" militar.

No vale superior do Nilo, a organização social é ainda pouco conhecida. Vimos que no fim da época pré-dinástica, estabelecera-se um sistema social (pelo menos na baixa Núbia) que incluía sedentários e nômades ou seminômades, sem que se possa saber se uns e outros viviam em comunidade ou simplesmente lado a lado. Os raros documentos egípcios que fazem alusão à organização política das populações ao sul da Primeira Catarata sugerem a existência de agrupamentos humanos de baixa densidade esparsamente distribuídos ao longo do vale, sob a autoridade de chefes locais cujo poder era hereditário[71].

A arqueologia praticamente não fornece outras informações. A criação continua a ser um fator econômico importante do vale superior; provavelmente favorece a sobrevivência das estruturas familiares. A partir de -1580, contudo, a intervenção egípcia certamente modifica o sistema então vigente, ou melhor, faz com que desapareça. A ocupação dos territórios ao sul de Assuan pelo Egito leva rapidamente ao seu despovoamento[72]. Para sustentar sua política asiática, o Egito explora ao máximo o vale superior, cujos habitantes desaparecem, provavelmente fugindo para o sul e para o oeste, buscando refúgio em regiões ainda hoje desconhecidas pela arqueologia.

Somente por volta de -750, sob o impulso de soberanos sudaneses originários da região de Dongola, presenciamos a criação de um verdadeiro reino organizado, inspirado no modelo egípcio. Estende-se, ao que parece, da confluência dos dois Nilos, ao sul, primeiramente até a Segunda Catarata, em seguida até o Mediterrâneo, incluindo a baixa Núbia de -750 a -650[73]. Nesse reino, o matriarcado exerce uma função importante (pelo menos para a família governante), mas os documentos são muito raros e pouco explícitos para nos esclarecer sobre o sistema social então vigente.

70 R. O. FAULKNER, 1953, p. 41-47.

71 G. POSENER, 1940, p. 35-38 e 48-62

72 W. Y. ADAMS, 1964, p. 104-09.

73 H. V. ZEISSL, 1955, p. 12-16.

Figura 28.4 Túmulo de Huy (Foto "The Egypte Exploration Society").

Difusão dos metais

Em princípios do período histórico, os metais preciosos, ouro e prata, assim como o cobre, são conhecidos e amplamente difundidos em todo o vale do Nilo. A metalurgia desses três metais continua a se desenvolver após o terceiro milênio. No segundo milênio aparecem o bronze, liga de cobre e estanho e, esporadicamente, o ferro, a partir de -1580.

Entre a Primeira e a Terceira Catarata está localizada a maior parte das minas de ouro exploradas pelos egípcios e pelos núbios[74]. A prospecção de metais preciosos levou os egípcios do Médio Império a ultrapassarem a Segunda Catarata. No Novo Império, o ouro desempenha um papel primordial na política asiática do Egito para "comprar" as alianças locais. O ouro extraído das minas do

74 J. VERCOUTTER, 1959, p. 128-33 e mapa p. 129.

Egito e da Núbia contém sempre uma grande proporção de prata[75], distinguindo--se o ouro branco, ou *electrum* (*hadji* em egípcio) que contém pelo menos 20% de prata, do ouro amarelo (*noub,* em egípcio); a esse respeito convém observar que não se sabe ao certo se o topônimo Núbia tem sua origem nessa palavra egípcia. O ouro teve múltiplas aplicações no Egito; era empregado na confecção de joias, na mobília funerária e mesmo na arquitetura, em que a ponta dos obeliscos, os pórticos e certas dependências dos templos eram recobertos com folhas de ouro.

O vale superior do Nilo emprega o ouro com a mesma profusão, embora a pilhagem sistemática das sepulturas nos tenha deixado relativamente poucos objetos de ouro: amuletos, contas de adorno, ornamentos para o cabelo, braceletes, anéis e brincos. A mobília de madeira, no século XVIII antes da Era Cristã, era por vezes recoberta com folhas de ouro. A mobília funerária no século VIII é também de uma grande riqueza em ouro e prata, como se vê em Nuri, abaixo da Quarta Catarata, onde, apesar das antigas pilhagens, foram recolhidos numerosos objetos[76].

Só a análise em laboratório permite distinguir o cobre do bronze[77]. Este só aparece no vale do Nilo a partir de -2000 aproximadamente; ainda é preciso esperar até -1500 para que seja difundido por vastas áreas, sem nunca chegar a tomar o lugar do cobre. O bronze, liga de cobre e estanho, tem a vantagem de ser mais resistente do que o cobre (se a proporção de estanho não for muito grande), de ter um ponto de fusão mais baixo e de ser de moldagem mais fácil.

Embora o Egito possua algumas jazidas de estanho, o bronze não foi descoberto no vale do Nilo; aparentemente vem da Síria[78], onde é conhecido desde o início do segundo milênio. Nas ligas egípcias, a proporção de estanho varia de 2% a 16%. Contendo até 4% de estanho, o bronze é mais duro que o cobre; além dessa porcentagem, torna-se quebradiço e perde muitas de suas vantagens. Essa é provavelmente a razão pela qual nunca tomou o lugar do cobre, que pode ser consideravelmente endurecido por simples martelagem.

Não se possuem análises dos objetos de cobre – ou bronze – encontrados no vale superior, principalmente em Kerma; datando do segundo milênio, poderiam nos informar se o bronze fora adotado no vale superior. De qualquer forma, os objetos de cobre (ou bronze) são abundantes no local, mais do que no próprio Egito: foram encontradas em Kerma 130 adagas de cobre do período de -1800

75 A. LUCAS, 1962, p. 224-34.

76 D. DUNHAM, 1955, *passim*

77 A. LUCAS, *op. cit.,* p. 199-217 e 217-23.

78 A. LUCAS, *op. cit,* p. 217-18 e 255-57.

Figura 28.5 Estátua de cobre de Pépi I (Antigo Império). Museu do Cairo.

a -1700, aproximadamente, isto é, mais do que todo o Egito forneceu. Nessa época o cobre é utilizado na fabricação de objetos de toucador, principalmente espelhos, armas e ferramentas, vasos, jóias, incrustações para móveis. Geralmente batido, é moldado em raríssimos casos.

O número e a qualidade dos objetos encontrados em Kerma[79] provam que o vale superior teve um papel importante na difusão da metalurgia do cobre na África, desde o segundo milênio da Era Cristã. A magnitude dessa difusão deve-se em grande parte à presença de minas de cobre no complexo geológico básico do Nilo.

Durante muito tempo o vale do Nilo conheceu apenas o ferro meteórico[80]. É apenas no fim do século VIII antes da Era Cristã que o ferro começa a se difundir pelo vale inferior; um século depois é tão utilizado quanto o bronze e o cobre. Nessa época, é fundido e trabalhado no Egito nos centros de influência grega.

O vale do Nilo ocupa então um lugar de destaque na difusão do ferro na África[81]. É possível que esse metal tenha sido trabalhado mais remotamente no vale superior do Nilo, do que no vale inferior, o que explicaria sua utilização frequente sob a XXV dinastia, originário de Dongola (por volta de -800). Todavia, ainda que o vale superior dispusesse ao mesmo tempo de minério de ferro e de florestas para a fabricação do carvão vegetal necessário à metalurgia do ferro, é somente a partir do século I antes da Era Cristã, com o desenvolvimento da civilização meroítica entre a Terceira e a Sexta Catarata, que o ferro se difundirá por vastas áreas[82]. Portanto, foi sobretudo como iniciadora da civilização de Meroé que a cultura nilótica de Napata (do século VII ao século IV antes da Era Cristã) desempenhou um papel importante na difusão do ferro na África.

---

79 G. A. REISNER, 1923, cap. 26, p. 176-205.

80 P. L. SHINNIE, 1971, p. 92-94.

81 A. LUCAS, 1962, *op. cit.*, p. 235-43.

82 O papel de Meroé na difusão do ferro na África não é tão evidente quanto se acreditava há algum tempo; cf. P. L. SHINNIE, 1971, p. 94-95; que cita também B. C. TRIGGER, 1969, p. 23-50. Na verdade Meroé não é o único centro possível de difusão. O ferro pôde ser difundido a partir da África do Norte através das rotas das caravanas que cruzavam o Saara, cf. P. L. SHINNIE, 1967, p. 168 com uma referência a C. HUARD, 1960, p. 134-78 e 1964, p. 49-50.

Conclusão: Da natureza bruta à humanidade liberada

J. Ki-Zerbo

Os capítulos anteriores demonstram amplamente o importante papel desempenhado pela África no alvorecer da humanidade. A África e a Ásia, atualmente colocadas na periferia do mundo tecnicamente desenvolvido, estavam na vanguarda do progresso durante os primeiros 15.000 séculos da história do mundo, desde o australopiteco e o pitecantropo. De acordo com os conhecimentos de que dispomos atualmente, a África foi o cenário principal da emergência do homem como espécie soberana na terra, assim como do aparecimento de uma sociedade política. Mas esse papel eminente na Pré-História será substituído, durante o período histórico dos dois últimos milênios, por uma "lei" de desenvolvimento caracterizada pela exploração e pela sua redução ao papel de utensílio.

A África, pátria do homem?

Embora não haja certeza absoluta a esse respeito – pelo fato de a história da humanidade continuar obscura desde as origens, de a história subterrânea não ter sido inteiramente exumada, de as escavações estarem apenas no começo na África e de a acidez do solo devorar muitos restos fósseis –, as descobertas feitas até aqui já classificam este continente como um dos grandes, senão o principal berço do fenômeno de hominização. Isso é verdade já na fase do queniapiteco (*Kenyapithecus wickeri* – 14 milhões de anos), que alguns consideram o iniciador

da dinastia humana. O ramapiteco da Ásia é apenas uma variedade que conseguiu alcançar a Índia a partir da África. Mas isso se verifica sobretudo com o australopiteco (*Australopithecus Africanus* ou *afarensis*) que é incontestavelmente o primeiro hominídeo, bípede explorador das savanas da África oriental e central e cujas moldagens endocranianas revelaram um desenvolvimento dos lobos frontais e parietais do cérebro, testemunhando já um nível elevado das faculdades intelectuais. Em seguida, temos os zinjantropos e a variedade que tem o tão prestigioso nome de *Homo habilis*. São os primeiros humanos a representarem um novo salto na ascensão para o status de homem moderno.

Vêm depois os arcantropos (pitecantropos e atlantropos), os paleantropos ou neandertalenses e, finalmente, o tipo *Homo sapiens sapiens* (homem de Elmenteita no Quênia, de Kibish na Etiópia), cujas características, frequentemente negroides, foram observadas por muitos autores no período Aurignaciense Superior. Quer sejam policentristas ou monocentristas, todos os estudiosos reconhecem que é na África que se encontram todos os elos da corrente que nos liga aos mais antigos hominídeos e pré-hominídeos, incluindo as variedades que aparentemente ficaram no estágio de esboço do homem e não puderam empreender a arrancada histórica que permitiu chegar à estatura e ao status de Adão. Além disso, é na África que se encontram ainda os "ancestrais", ou melhor, os considerados primos do homem. Segundo W. W. Howells, "os grandes macacos da África, o gorila e o chimpanzé estão realmente mais próximos do homem do que qualquer um dos três em relação ao orangotango da Indonésia"[1]. E não sem motivo! A Ásia em suas latitudes inferiores e sobretudo a África, em virtude de seu notável mergulho no hemisfério sul, escapavam das desanimadoras condições climáticas das zonas setentrionais. Assim, durante os cerca de 200.000 anos do Kagueriano, a Europa, coberta por camadas de gelo, não oferece nenhum vestígio de utensílios paleolíticos, enquanto a África, no mesmo período, apresenta três variedades sucessivas de pedras, talhadas segundo técnicas em evolução. De fato, as latitudes tropicais beneficiavam-se na época de um clima "temperado" favorável à vida animal e a seu desenvolvimento. Se quisermos detectar as causas do aparecimento do homem, temos de levar em conta, em primeiro lugar, o meio geográfico e ecológico. Em seguida é preciso considerar a tecnologia e, por fim, o meio social.

A adaptação ao meio

A adaptação ao meio foi um dos mais poderosos fatores de formação do homem, desde suas origens. As características morfossomáticas das populações

1 W. W. HOWELLS, 1972, p. 5.

africanas até o presente foram elaboradas nesse período crucial da Pré-História. Assim, o caráter glabro da pele, sua cor morena, acobreada ou negra, a abundância de glândulas sudoríparas, as narinas e os lábios proeminentes de grande número de africanos, os cabelos crespos, encaracolados ou encarapinhados, tudo isso provém das condições tropicais. A melanina e o cabelos encarapinhados, por exemplo, protegem do calor. Além disso, a postura ereta, que foi uma etapa tão decisiva do processo de hominização e que implicou ou acarretou um novo arranjo dos ossos da cintura pélvica, está ligada, na opinião de alguns pré-historiadores, à adaptação ao meio geográfico das savanas de ervas altas dos planaltos do leste africano: era preciso manter-se sempre ereto para olhar por cima, a fim de espreitar sua presa ou fugir dos animais hostis.

Outros cientistas (Alister Hardy, por exemplo) consideram o meio aquático responsável não só pelo aparecimento de vida mas também pela hominização. Esse é também o ponto de vista de Mrs. Elaine Morgan, para quem tal processo se teria desenvolvido na África, às margens dos grandes lagos ou do oceano. Ela explica a postura ereta pela necessidade de manter a cabeça fora da água, na qual se havia mergulhado para escapar de animais muito fortes, mas que evitam a água. Atribui ainda ao meio aquático certas características humanas, como a existência de uma camada gordurosa subcutânea, a posição retraída dos órgãos sexuais na mulher e o alongamento correspondente do órgão sexual masculino, o fato de sermos os únicos primatas que choram, etc.[2] Todas essas adaptações biológicas foram gradativamente incorporadas pela hereditariedade e passaram a ser transmitidas como características permanentes.

A adaptação ao meio impôs também o estilo dos primeiros utensílios humanos. Assim, C. Gabel manifesta-se a favor de uma origem autóctone dos utensílios do tipo "capsiano", no qual o estilo de lâminas, buris e raspadores se adapta a um material excelente, a obsidiana.

O meio tecnológico

O meio tecnológico criado pelos hominídeos africanos foi, com efeito, o segundo fator que lhes permitiu distinguirem-se do restante na natureza e, posteriormente, dominá-la.

É por ter sido *faber* (artesão), que o homem se tornou *sapiens* (inteligente). Com as mãos livres da necessidade de apoiar o corpo, o homem estava apto a aliviar os músculos e os ossos do maxilar e do crânio de numerosos trabalhos.

2 A. HARDY, especialista em biologia marinha, citado por Elaine MORGAN, 1973, p. 33-55.

Daí a liberação e o crescimento da caixa craniana, onde os centros sensitivo--motores do córtex se desenvolvem. Além disso, a mão confronta o homem com o mundo natural. É uma antena que capta um número infinito de mensagens, as quais organizam o cérebro e o fazem chegar ao julgamento, particularmente através do conceito de meios apropriados para alcançar um dado fim (princípio de identidade e causalidade).

Após terem aprendido a lascar grosseiramente a pedra, quebrando-a de modo desigual em pedaços cujo tamanho depende de mero acaso *(pebble culture* do homem de Olduvai), os homens pré-históricos africanos passaram para uma etapa mais consciente do trabalho criador. A presença de utensílios líticos em diferentes estágios de elaboração nas grandes oficinas, como as das cercanias de Kinshasa, permite concluir que a representação do objeto terminado era apreendida desde a etapa inicial e se materializava lasca a lasca. Como em outros lugares, o progresso nessa área passou do lascamento obtido através da batida de um seixo contra outro ao lascamento com o auxílio de um percutor menos duro e cilíndrico (martelo de madeira, de osso, etc.), depois à percussão indireta (por intermédio de um cinzel) e finalmente à pressão para os retoques de acabamento, especialmente nos micrólitos.

Um progresso constante caracteriza o domínio do homem pré-histórico sobre os utensílios. Desde os primeiros passos, reconhece-se na mudança de material, no acabamento dos instrumentos e das armas, esta busca da eficácia sempre mais apurada e da adaptação a fins cada vez mais complexos que é o sinal da inteligência e que liberta os homens dos estereótipos do instinto. Foi assim que se passou do biface *factotum* às indústrias de lascas (Egito, Líbia, Saara), depois às fácies mais especializadas do Ateriense[3], do Fauresmithiense[4], do Sangoense[5], do Stillbayense[6], e finalmente às formas mais refinadas do Neolítico (Capsiense, Wiltoniense, Magosiense, Elmenteitiense).

Na África, mais do que em qualquer outro lugar, é impossível traçar um limiar cronológico nítido que permita demarcar em números precisos a passagem de um estágio a outro. As diferentes fases da Pré-História aparentemente se sobrepuseram, se interpenetraram e coexistiram durante longos períodos. Na mesma camada estratigráfica, podemos encontrar relíquias da Idade da Pedra primitiva, utensílios muito mais evoluídos (pedras polidas) e até objetos de

3 De Bir el-Ater, na Argélia.

4 De Fauresmith, na África do Sul.

5 De Sango Bay, na margem oeste do lago Vitória.

6 De Stillbay, na província do Cabo.

metal. É assim que o Sangoense, que começa a partir da primeira Idade da Pedra, se prolonga até o fim do Neolítico. O conjunto destes progressos, caracterizado por trocas e empréstimos múltiplos, apresenta-se antes sob a forma de vagas de invenções com amplo raio histórico, entrecruzando-se às vezes e se inscrevendo numa curva ascendente geral, que deságua no período histórico da Antiguidade, após o domínio das técnicas agropastoris e a invenção da cerâmica.

A cultura do trigo, da cevada e das plantas têxteis, como o linho do Faium, expandia-se, assim como a criação de animais domésticos. Dois focos principais de seleção e de exploração agrícolas exerceram sem dúvida uma influência marcante desde o VI ou V milênio: o vale do Nilo e a curva do Níger. Foram domesticados o sorgo, o milho miúdo, algumas variedades de arroz, o gergelim, o *fonio* e, mais ao sul, o inhame, o *dá* (*lbiscus esculentust*) por suas folhas e fibras, a palmeira oleaginosa, a noz de cola e provavelmente uma certa variedade de algodão. O vale do Nilo beneficiou-se, além disso, dos produtos vindos da Mesopotâmia, como o *emmer* (trigo), a cevada, as cebolas, as lentilhas e as ervilhas, os melões e os figos, ao passo que da Ásia chegavam à cana-de-açúcar, outras variedades de arroz e a banana – esta, sem dúvida, através da Etiópia. Este último país, instruído sobre os métodos de cultivo pelos camponeses do vale do Nilo, desenvolveu também a cultura do café. Os sítios de Nakuru e do rio Njoro, no Quênia, sugerem igualmente o impulso dado à cultura de cereais.

Grande número de plantas domesticadas durante a Pré-História ainda persistem sob formas às vezes melhoradas e alimentam os africanos até hoje. Elas propiciaram a fixação e a estabilização dos homens, sem o que não há civilização progressiva. O verdadeiro Neolítico, que se desenvolveu na Europa ocidental apenas entre -3000 e -2000, começou 3000 anos mais cedo no Egito. A cerâmica de Elmenteita (Quênia); que remonta sem dúvida a cinco milênios, é um dos elementos que permite inferir que o conhecimento da cerâmica chegou ao Saara e ao Egito a partir das terras altas da África oriental. A cerâmica, inovação revolucionária, acompanha a acumulação primitiva do capital na forma de bens extraídos da natureza pela indústria humana. Com a cozinha, começa um dos aspectos mais refinados da cultura, que nos permite medir o progresso qualitativo alcançado desde o *Homo habilis* e sua dieta de folhas, raízes e carne de animal recém-abatido, em suma, sua "economia de caça".

A dinâmica social

Mas essas mudanças qualitativas, que confirmavam e consolidavam as aptidões essenciais do homem, só foram possíveis através de trocas com seus

semelhantes e graças a uma dinâmica social que modelou o ser humano pelo menos tanto quanto os impulsos provenientes das profundezas de sua vitalidade, dos meandros de seus lobos cerebrais ou dos interstícios de sua subconsciência. O fator social teve, aliás, um papel importante no nível da agressividade, pela eliminação violenta dos mais fracos. Assim, o *Homo sapiens* teve de expulsar os neandertalenses, após uma espécie de guerra mundial que durou muitas dezenas de milênios. Mas a dimensão social também desempenhou um papel mais positivo: "Os estudos comparativos de moldes endocranianos dos paleantropus e do *Homo sapiens* revelam justamente que, nestes últimos, as partes corticais, que estão ligadas às funções do trabalho e da fala e à regulação do comportamento do indivíduo no seio da coletividade, atingem um desenvolvimento considerável"[7].

Na verdade, a sociabilidade teve um papel fundamental na aquisição da linguagem, desde os sinais sonoros herdados dos antepassados animais até os sons mais articulados, combinados de maneiras diferentes em forma de sílabas. A fase de lalação, caracterizada por monossílabos, visava a desencadear, como por reflexo condicionado, um certo ato, gesto ou comportamento, ou ainda chamar a atenção para determinado acontecimento ocorrido ou iminente. Em resumo, no começo a fala era essencialmente relação. Ao mesmo tempo, o alongamento da mandíbula fazia recuar os órgãos da garganta, abaixando assim o ponto de ligação da língua. "O fluxo de ar expirado não mais se encaminhava diretamente para os lábios, como nos macacos, mas transpunha uma série de barreiras controladas pelos centros corticais"[8].

Em suma, a fala é um processo dialético entre a biologia, as técnicas e o espírito, mas depende da mediação do grupo. Sem um parceiro a lhe fazer eco, sem um interlocutor, o homem teria permanecido mudo. Reciprocamente, porém, a fala é uma aquisição tão preciosa que, nas representações mágicas ou cosmogônicas africanas, lhe é reconhecido um poder sobre as coisas. O verbo é criador. A palavra é também o condutor do progresso. É a transmissão dos conhecimentos, a tradição ou "a herança dos ouvidos". É a capitalização do saber, que eleva o homem, definitivamente, acima da eterna mecânica fechada do instinto[9]. Enfim, a fala foi a aurora da autoridade social, isto é, da liderança e do poder.

7 V. P. IAKIMOV, 1972, p. 2.

8 Cf. V. BOUNAK, 1972, p. 69.

9 "Não é a linguagem – que permitiu ao homem conceituar, memorizar e retransmitir os conhecimentos adquiridos diretamente na experiência da vida cotidiana – o mais extraordinário produto da capacidade científica das sociedades não instruídas?" B. VERHAEGEN, 1974, p. 154.

Emergência das sociedades políticas

Se o *Homo sapiens* é um animal político, ele passou a sê-lo durante esse período pré-histórico. É muito difícil periodizar as causas e as etapas desse processo. Mas, nesse caso também, as técnicas de produção e as relações sociais desempenharam um papel importante.

As técnicas

Na verdade, os pré-hominídeos e os homens pré-históricos africanos viveram em rebanhos, depois em bandos, em grupos e em equipes organizadas graças a tarefas técnicas concretas que eles, para sobreviverem e viverem melhor, só podiam realizar em grupo.

O habitat já é um aspecto comunitário que aparece desde os primeiros albores da inteligência humana. Há sempre um lugar para reunião, mesmo que transitório, um lugar adaptado ao repouso, à defesa, ao abastecimento. O fogo já reunia periodicamente os membros do grupo para resguardá-los dos animais, do medo e da escuridão exterior. No vale do Omo (Etiópia), humildes vestígios líticos, intencionalmente dispostos, delineiam ainda sobre o solo a planta exumada das "cabanas" dos primeiros hominídeos. Tais abrigos irão se aperfeiçoando até essas aldeias neolíticas localizadas em regiões altas, pontos privilegiados protegidos das inundações e dos ataques, mas próximas de uma fonte de água, como por exemplo na falésia de Tichitt-Walata (Mauritânia). Mas era para a pesca e sobretudo para a caça que a identidade de objetivos se manifestava de modo decisivo. Nossos ancestrais pré-históricos não podiam abater animais dotados de maior força do que eles, a não ser por meio de uma organização superior. Reuniam-se para encurralar os animais, acossando-os em direção às falésias e ravinas, onde alguns de seus companheiros se tinham postado para liquidá-los. Cavavam, junto às fontes de água, onde a caça graúda chegava em grande quantidade na época da seca, armadilhas gigantescas, dentro das quais os animais caíam. Mas era necessário, a seguir, abater o animal, esquartejá-lo e transportar os pedaços, tarefas que já exigem uma certa divisão do trabalho. Esta adquire toda a sua importância no Neolítico, graças à crescente diversificação de atividades. Realmente, o jovem do Paleolítico não tinha escolha. Sua orientação profissional era automática: coleta, caça ou pesca. No Neolítico, porém, a margem de escolha é muito maior, o que implica uma criteriosa repartição das tarefas, que se tornam cada vez mais especializadas:

para mulheres e homens, camponeses e pastores, sapateiros, artesãos em pedra, madeira, ou osso e, logo, ferreiros.

As relações sociais

Essa nova organização e a crescente eficácia das ferramentas permitiram liberar pessoal excedente, oferecendo a alguns a possibilidade de abandonar a função de produtor de bens, para se dedicarem aos serviços. As relações sociais se diversificam ao mesmo tempo que os grupos, que se justapõem ou se sobrepõem, num esboço de hierarquia. É também o momento em que as "raças" se formam e se fixam; as mais arcaicas são os khoisan e os pigmeus. O negro de grande porte (sudanês ou bantu) aparecerá mais tarde, assim como o homem de Asselar (vale do Oued Tilemsi, no Mali). O negro, que há pouco havia empreendido uma expansão pluricontinental[10], diferenciou-se e desenvolveu-se, ao que parece vitoriosamente, na África, sua terra de origem, a partir do Saara. No entanto, em outras regiões era rechaçado, como no reduto dravídico do Deccan na Ásia, ou suplantado, como na Europa, por raças mais bem adaptadas às condições climáticas desfavoráveis. Esse fato ocorreu também nas regiões da África do norte, em favor das "raças" mediterrâneas. Segundo Furon, as estatuetas do Aurignaciense apresentam um tipo étnico negroide. Para esse autor, de fato, "os aurignacienses negroides prolongam-se numa civilização conhecida como capsiense"[11]. Dumoulin de Laplante, por sua vez, escreve: "Nessa época, uma migração de negroides do tipo hotentote teria, partindo da África meridional e central, submergido a África do norte [...] e trazido para a Europa mediterrânea, à força, uma nova civilização: o Aurignaciense"[12]. Deve-se portanto concluir que, na orla do mundo negro, antigas mestiçagens são responsáveis por populações com características negroides menos marcantes, prematuramente batizadas de "raça parda": peul, etíopes, somalis, nilotas, etc. Falou-se mesmo, abusivamente, de raça "camita".

Um outro domínio em que a representação da vida social nos é mostrada com insuperável vigor é o da arte pré-histórica africana, mural e plástica. Tendo sido a África o continente mais importante na evolução pré-histórica, aquele onde as populações de hominídeos e posteriormente de hominíeos eram as mais antigas,

10 Cf. "Há 30.000 anos a raça negra cobria o mundo", *Sciences et Avenir,* outubro 1954, n. 92. Ver também A. MORET, 1931.

11 R. FURON, 1943, p. 14-15.

12 DUMOULIN DE LAPLANTE, 1947, p. 13.

as mais numerosas e as mais inventivas, não é surpreendente que a arte pré-histórica africana seja de longe a mais rica do mundo e que tenha imposto, na época, um *dominium* tão importante quanto a música negro-africana no mundo de hoje. Esses vestígios estão concentrados sobretudo na África meridional e oriental, no Saara, no Egito e nos altos planaltos do Atlas. Seguramente, essa arte foi muitas vezes o reflexo do deslumbramento individual diante da efervescente vida animal que se agitava ao redor do abrigo. Na maioria das vezes, contudo, trata-se de uma arte social centrada nas tarefas cotidianas, "os trabalhos e os dias" do grupo, seus confrontos com as feras ou os clãs hostis, suas ânsias e seus terrores, seus passatempos e seus jogos, em suma, os pontos altos da vida coletiva. Galerias ou afrescos animados e palpitantes, que refletem no espelho das paredes rochosas a vida impetuosa ou bucólica dos primeiros clãs humanos. Essa arte, que tem sua origem numa técnica apurada até o mais alto grau, reflete com frequência também as preocupações e as angústias espirituais do grupo. Representa danças de feitiçaria, grupos de caçadores mascarados, feiticeiros em plena ação, mulheres com o rosto pintado de branco (como ainda hoje se faz na África negra, nas cerimônias de iniciação) e que se apressam, como que chamadas para algum misterioso encontro. Sente-se, aliás, com o correr do tempo, uma passagem gradual da magia à religião, o que confirma a evolução do homem para a sociedade política durante a Pré-História africana, já que grande número de líderes são, no início, simultaneamente chefes e sacerdotes.

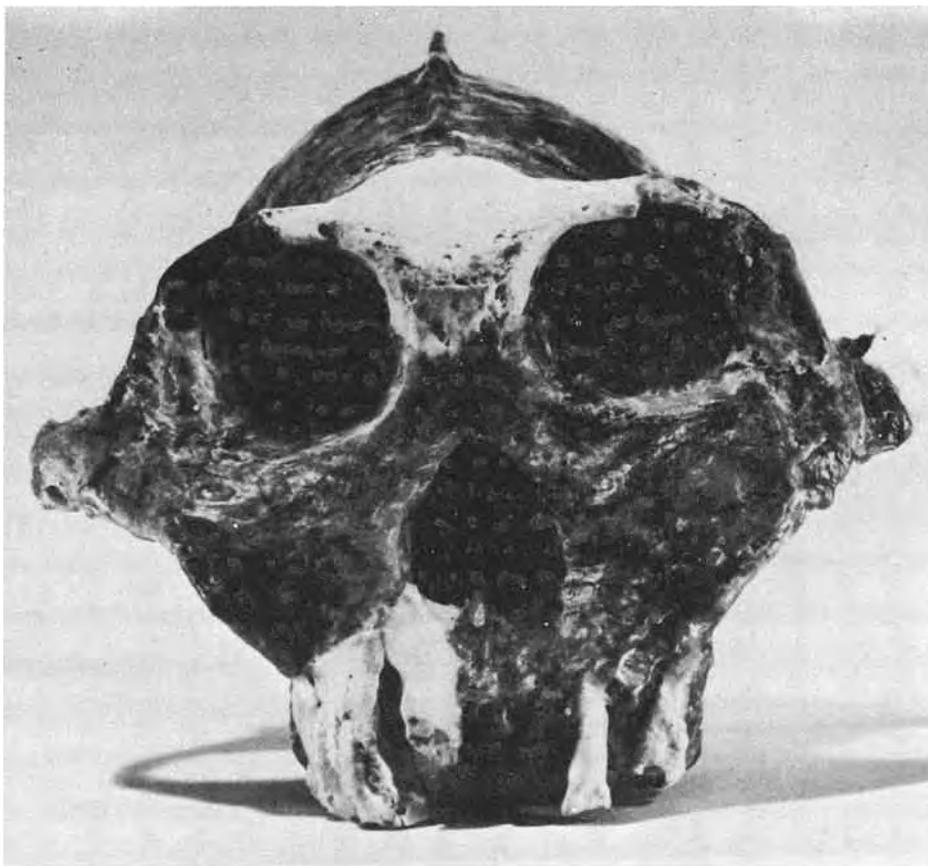
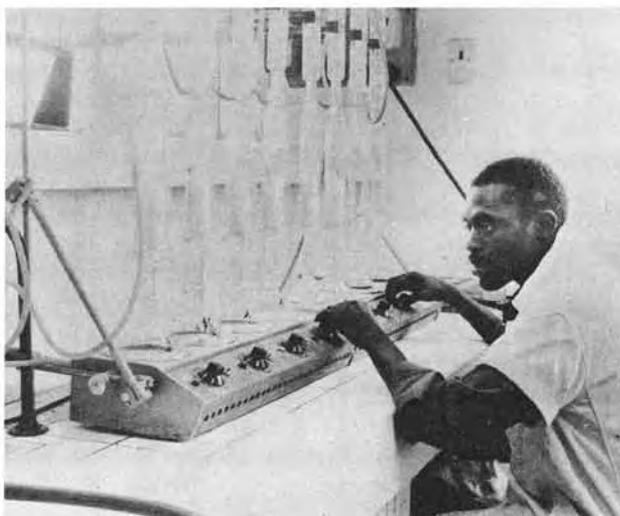
De fato, o crescimento das forças produtivas no Neolítico deve ter provocado uma expansão demográfica, que por sua vez desencadeou fenômenos migratórios, como prova a dispersão característica de certas "oficinas" pré-históricas, cujo material lítico apresenta parentesco de estilo. O raio de ação dos ataques e das mudanças definitivas estendia-se à medida que aumentava a eficácia das ferramentas e das armas, às vezes relacionada com a redução de seu peso. A África é um continente que os homens percorreram em todos os sentidos, atraídos pelos imensos horizontes dessa vasta terra. A inextricável confusão das imbricações que o mapa étnico africano apresenta hoje, num quebra-cabeça que desencorajaria um computador, é resultado desse movimento browniano dos povos, de envergadura plurimilenar. Tanto quanto se possa julgar, os primeiros movimentos migratórios parecem ter começado com os "Bantu" do leste e do nordeste para se expandirem em direção ao oeste e ao norte. Depois, a partir do Neolítico, a tendência geral é aparentemente a descida para o sul, como sob o efeito repulsivo do gigantesco deserto, terrível faixa ecológica instalada soberanamente desde então de um lado a outro do continente. Esse refluxo para o sul e para o leste (sudaneses, bantu, nilotas, etc.) prosseguirá durante o

Da natureza bruta à humanidade liberada.

FIGURA 29.1 *Australopithecus boisei*, jazidas do Omo (Col. Museu do Homem; Foto Oster, nº 77.1495.493).

FIGURA 29.2 Laboratório destinado às pesquisas sobre o remanejo do delta do Senegal, Rosso-Bethio, Senegal (Foto B. Nantet).

período histórico até o século XIX, quando as últimas vagas terminariam nas costas do mar austral.

O líder de caravana que, carregado de amuletos e armas, conduziu o clã ao progresso ou à aventura, é o ancestral epônimo que impulsionava seu povo para a história e cujo nome atravessará os séculos, aureolado com um halo de veneração quase ritual. Na verdade, as migrações eram essencialmente fenômenos de grupos, atos de componentes eminentemente sociais.

Essas migrações, consequências de vitórias (ou derrotas) no meio original, apresentarão finalmente um saldo com resultados ambíguos. Por um lado, propiciam de fato o progresso, porque a ocupação de porções sucessivas e convergentes garante pouco a pouco a posse, ou então o domínio do continente; além disso, graças às trocas que promovem, põem em relevo as inovações, por uma espécie de efeito cumulativo. Por outro lado, contudo, diluindo a densidade do povoamento num espaço imenso, impedem os grupos humanos de atingirem o limiar de concentração a partir do qual, para sobreviver, o formigueiro humano é obrigado a se ultrapassar em invenções. A dispersão no meio geográfico aumenta a influência deste último e tende a reconduzir os primeiros clãs africanos às origens obscuras, em que o homem abria caminho, por meio de um parto doloroso, através da crosta opaca do universo não inteligente.

O movimento histórico

Assim, a trama da evolução humana, da qual acabamos de traçar resumidamente o sentido e as etapas, revela-nos o homem pré-histórico africano afastando-se penosamente da natureza para mergulhar pouco a pouco na coletividade humana em forma de grupos, de comunidades primitivas, agregando-se e desagregando--se para se recompor de outras formas, com técnicas que cada vez mais utilizam ferramentas ou armas de ferro, em casamentos ou combates que fazem ressoar os primeiros cantos de amor e os primeiros choques de armas da história. O que impressiona nessa ascensão é a permanência, através do movimento histórico, até pleno século XX, de comunidades originariamente nascidas na Pré-História. Aliás, se demarcarmos como início da História a utilização de objetos de ferro, podemos dizer que a Pré-História teve continuidade em várias regiões africanas até o ano 1000, aproximadamente. Ainda no século XIX, as forças produtivas e as relações socioeconômicas de grande número de grupos africanos (não apenas paleonegríticos) não eram substancialmente diferentes daquelas da Pré-História, exceto quanto à utilização de instrumentos de metal. As técnicas de caça dos

pigmeus reproduzem, em pleno século XX, as próprias técnicas dos africanos da Pré-História, de milhares de anos atrás.

Para além do esplêndido apogeu da civilização egípcia e das realizações eminentes ou gloriosas de tantos reinos e impérios africanos, essa realidade maciça perdura, dando corpo e textura à linha de desenvolvimento das sociedades africanas, e merece ser destacada de forma conveniente.

Decerto, o "sentido da história" nunca implicou uma direção unívoca, com a qual o espírito dos homens tenha concordado unanimemente. As concepções a esse respeito são múltiplas.

Marx e Teilhard de Chardin têm, cada um, as suas. A própria África produziu pensadores, alguns dos quais tinham uma visão profunda da dinâmica e do destino do movimento histórico. Santo Agostinho (354-430) faz a visão dos historiadores dar um passo de gigante, ao romper com a concepção cíclica do eterno retorno, corrente nessa época, e professar que, do pecado original ao juízo final, existe um eixo irreversível, traçado em seu conjunto pela vontade divina, mas ao longo do qual, por seus atos, cada homem se salva ou se perde. E a cidade terrestre é estudada em seu passado apenas para que nela sejam detectados os sinais anunciadores da Cidade de Deus.

Por sua vez, Ibn Khaldun (1332-1406), embora reconhecendo a Alá um império eminente sobre os destinos humanos, é o fundador da História como ciência, fundamentada em provas confirmadas pela razão. "Deve-se confiar em seu próprio julgamento, já que toda verdade pode ser concebida pela inteligência." Por outro lado, para ele, o objetivo dessa ciência não é apenas a espuma superficial dos acontecimentos: "qual é a vantagem de relatar os nomes das mulheres de um antigo soberano, ou a inscrição gravada em seu anel?". Ele estuda, sobretudo, os modos de produção e de vida, as relações sociais, em suma, a civilização (*al-Umrān al-Basharī*). Finalmente, elabora, para explicar o processo de progressão da história, uma teoria dialética que opõe o papel do espírito solidário igualitarista (*asabiya*) à ditadura do rei, respectivamente nas zonas rurais e pastoris (*al-Umrān al-Badawī*) e nas cidades (*al-Umrān al-Hadarī*).

Portanto, há uma passagem incessante e alternada do *dominium* de um ao da outra forma de civilização, sem que esse ritmo seja cíclico, pois se reproduz, a cada vez, em um nível superior, para dar origem a uma espécie de progressão em espiral. Afirmando que "as diferenças nos costumes e nas instituições dos diversos povos dependem da maneira como cada um deles provê à sua subsistência", Ibn Khaldun formulava, com clareza e alguns séculos de antecedência, uma das proposições fundamentais do materialismo histórico de Karl Marx. Este último, após ter analisado, com o vigor e o poder de síntese que lhe são característicos,

a lei da evolução do mundo ocidental, debruçou-se subsidiariamente sobre os modos de produção exóticos. Em 1859, em *Formen,* destaca o conceito de modo de produção asiático, uma das três formas de comunidade agrárias, "naturais", baseadas na propriedade comum do solo. O modo de produção asiático caracteriza-se pela existência de comunidades aldeãs de base, dominadas por um corpo estatal beneficiário dos excedentes de produção dos camponeses, submetidos não a uma escravidão individual, mas a uma "escravidão geral" que os subordina como grupo. Portanto, concomitantemente a um poder de função pública, os dirigentes exercem um poder de exploração das comunidades inferiores. Essa comunidade superior atribui a si a propriedade suprema das terras[13], comercializa os excedentes e empreende trabalhos de vulto, sobretudo de irrigação, para aumentar a produção. Em resumo, exerce sobre as massas uma autoridade qualificada de "despotismo oriental". Ora, os conhecimentos arqueológicos e antropológicos acumulados desde Marx mostraram que o desenvolvimento de certas sociedades não é redutível nem a todos os cinco estágios definidos por Marx em O *Capital* e erigidos em dogma intangível por Stalin, nem à variedade pré-capitalista do "modo de produção asiático", considerado uma variante da passagem para o Estado, no caso de sociedades não europeias. Em particular, e dependendo de estudos monográficos posteriores invalidando essa proposição, a análise concreta das estruturas africanas não permite isolar todas as características formuladas por Marx para descrever a sucessão dos diferentes modos de produção.

Assim, no estágio da comunidade primitiva – contrariamente às formas europeias (antiga e germânica), que se diferenciam pelo fato de a apropriação privada do solo já se desenvolver no seio da propriedade comum – a realidade africana não revela tal apropriação[14]. Fora essa notável característica, as comunidades originais da África apresentam os mesmos traços de outras do resto do mundo. Da mesma forma, são muito flagrantes as diferenças que existem entre as estruturas africanas e o modo de produção asiático. Com efeito, nas comunidades aldeãs africanas a autoridade superior, o Estado, não é mais proprietária da terra do que os particulares. Por outro lado, o Estado geralmente não empreende trabalhos de vulto. Quanto à própria estrutura

13 A unidade superior é apresentada como o "proprietário superior" ou como "o único proprietário". Com efeito, "Marx ora insiste sobre o fato de que o próprio Estado é o verdadeiro proprietário da terra, ora faz simultaneamente observações sobre a importância dos direitos de propriedade das comunidades aldeãs. Sem dúvida, não existe contradição entre essas duas tendências". J. CHESNEAUX, 1969, p. 29.

14 "Não existe propriedade privada da terra, no sentido do direito romano ou do Código Civil". J. SURET-CANALE, 1964, p. 108.

do poder, enquanto superestrutura, não se inclui em nenhuma definição de modo de produção, embora seja um indício da constituição de classes. Essa estrutura, na África, não apresenta os traços do "despotismo oriental" descrito por Marx[15]. Sem negar que tenham existido casos de autocracia sanguinária, a autoridade estatal na África negra quase sempre assume a forma de uma monarquia moderada, limitada por corpos constituídos e costumes – verdadeiras constituições não escritas – instituições em geral herdadas da organização ou da estratificação social anteriores. Mesmo no caso de impérios prestigiosos e eficientes como o Mali, descritos com admiração por Ibn Battuta no século XIV, que se estendiam por vastos territórios, a descentralização, por escolha deliberada, deixava as comunidades de base funcionarem dentro de um verdadeiro sistema de autonomia. De qualquer modo, sendo a escrita em geral pouco utilizada e tendo as técnicas e os meios de deslocamento permanecido pouco desenvolvidos, o poder das metrópoles era sempre diminuído pela distância. Essa distância tornava igualmente muito concreta a permanente ameaça de os subordinados se livrarem de uma eventual autocracia por meio da fuga.

Por outro lado, na África a produção excedente das comunidades de base parece ter sido modesta, exceto quando havia um monopólio estatal sobre gêneros preciosos, como o ouro em Gana ou Ashanti, o marfim, o sal, etc. No entanto, mesmo nesse caso, não devemos esquecer a contrapartida de serviços prestados pela chefia (segurança, justiça, mercados, etc.), nem minimizar o fato de que uma boa parte das contribuições e rendas era redistribuída, por ocasião das festas costumeiras, conforme o código de honra em vigor para os que deviam viver nobremente[16]. Isso explica a suntuosa generosidade de Kankou Mussa, o Magnífico, imperador do Mali, na época de sua faustosa peregrinação em 1324.

Quanto ao modo de produção escravista, existia ele na África? Também nesse caso, somos obrigados a responder negativamente. Em quase todas as sociedades ao sul do Saara, a escravidão desempenhou um papel apenas marginal. Os

15 "Se entendemos por despotismo uma autoridade absoluta e arbitrária, não podemos rejeitar a ideia de um despotismo africano." J. SURET-CANALE, *op. cit.*, p. 125. "Não acreditamos que haja razões para encontrar, na organização dos Estados africanos, a reprodução de um modelo tomado de empréstimo à Ásia; no máximo, podemos destacar algumas semelhanças superficiais". *Op. cit.*, p. 122.

16 J. MAQUET, após ter observado que para G. BALANDIER "afinal, o preço que os detentores do poder político deviam pagar nunca é integralmente recompensado", acredita, por sua vez, que os serviços públicos dos chefes "exigem um poder coercitivo apenas nas sociedades muito vastas, heterogêneas e urbanas. Em qualquer outra parte, a estrutura de linhagens e suas sanções não impostas pela força são suficientes…". Portanto, conclui: "Excetuando a redistribuição, era sem contrapartida econômica que o excedente de uma sociedade tradicional era apropriada pelos governantes". J. MAQUET, 1970, p. 99-101.

escravos, ou melhor, os cativos, eram quase sempre prisioneiros de guerra. O cativeiro não reduzia um homem ao estado de propriedade pura e simples, no sentido definido por Catão… O próprio escravo africano gozava frequentemente de um certo direito de propriedade e geralmente não era explorado como um instrumento ou animal. O prisioneiro de guerra, caso não fosse sacrificado ritualmente, como acontecia às vezes, era muito rapidamente integrado à família da qual se tornara propriedade coletiva. Era um complemento humano da família, que se beneficiava, com o tempo, de uma libertação de direito ou de fato.

Quando empregados como soldados de infantaria, os prisioneiros gozavam de vantagens substanciais e às vezes, como em Kayor, chegavam a ser representados no governo, na pessoa do generalíssimo. Em Ashanti, para garantir a integração "nacional", era estritamente proibido fazer alusão à origem servil de alguém, de modo que um antigo prisioneiro podia tornar-se chefe de aldeia. "A condição de prisioneiro, embora comum na África […], não implicava um papel determinado na produção, que caracteriza uma classe social".[17]

Em locais onde a escravidão adquire caráter maciço e qualitativamente diferente, como no Daomé, em Ashanti e em Zanzibar nos séculos XVIII e XIX, trata-se de estruturas originadas já de um modo de produção dominante, o capitalismo, e que, na realidade, são suscitadas pelo impacto econômico exterior. E que dizer do modo de produção feudal? Comparações precipitadas levaram alguns autores a qualificarem de "feudal" uma ou outra chefia africana [18]. Também nesse caso, contudo, falando em termos gerais, não há apropriação nem atribuição privada da terra, portanto não há feudo. O solo é um bem comunitário inalienável, a tal ponto que o grupo de conquistadores que se apropria do poder político deixa com frequência a responsabilidade das terras da comunidade ao dirigente autóctone, o "chefe da terra" – o *teng-soba* mossi, por exemplo. Na verdade, a autoridade da aristocracia "era exercida sobre os bens e os homens, sem atingir a propriedade fundiária em si, prerrogativa dos autóctones"[19]. Aliás, a "nobreza" africana não entrou para o comércio. Continuava a ser sempre um atributo de nascimento, do qual ninguém podia privar o titular.

17 J. SURET-CANALE, *op. cit.*, p. 119. Ver também A. A. DIENG, C. E. R. M. n. 114, 1974: crítica penetrante e documentadas das teses marxistas "elásticas" de M. DIOP, 1971-1972.

18 Mesmo quando se pensa como J. MAQUET, lembrando M. BLOCH e GANSHOF, que "não é o feudo, mas a relação entre o senhor e o vassalo que é crucial", é claro que não saberíamos dissociar inteiramente um do outro. As relações de "feudalismo" que o autor descreve parecem, aliás, um tanto peculiares às sociedades interlacustres e estabelecem-se frequentemente, como em Ankole ou em Buha, entre os membros da casta superior. Nessas condições, trata-se da mesma realidade institucional da Europa, por exemplo?

19 Cf. V. KABORE, 1962, p. 609-23.

Finalmente, devemos considerar as estruturas socioeconômicas como o sistema familiar matrilinear, que caracterizou fortemente as sociedades africanas, pelo menos em sua origem, antes que influências posteriores como o islamismo, a civilização ocidental, etc., impusessem pouco a pouco o sistema patrilinear. Essa estrutura social, tão importante para definir o eminente papel da mulher na comunidade, comportava igualmente consequências econômicas, políticas e espirituais, uma vez que ela desempenhava um papel marcante tanto na herança de bens materiais como dos direitos à sucessão real, a exemplo do que ocorria em Gana. O parentesco uterino parece ter saído das profundezas da Pré-História africana, do momento em que a sedentarização do Neolítico tinha exaltado as funções domésticas da mulher, a ponto de torná-las o elemento central do corpo social. Numerosas práticas têm origem nesse fato, tais como o "parentesco de brincadeira", o casamento com a irmã, o dote pago aos pais da futura esposa, etc.

Nessas condições, como se pode descrever a linha de evolução característica das sociedades africanas moldadas pela Pré-História? Deve-se observar inicialmente que durante esse período a África desempenhou nas relações intercontinentais o papel de pólo e foco central de invenção e divulgação das técnicas. Mas essa alta função bem depressa se transformou em posição subordinada e periférica, em virtude dos fatores internos antagônicos acima mencionados, e igualmente em consequência do usufruto de bens e serviços africanos sem compensação suficiente em favor desse continente, por exemplo, sob a forma de uma transferência equivalente de capitais e de técnicas. Essa exploração plurimilenar da África teve três períodos culminantes. Primeiro a Antiguidade, quando, após o declínio do Egito, o vale do Nilo e as províncias romanas do resto da África do norte sofrem intensa exploração e tornam-se o celeiro de Roma. Além dos gêneros alimentícios, o Império Romano retirou da África uma quantidade enorme de animais selvagens, de escravos e de gladiadores para o exército, os palácios, os latifúndios e os jogos sanguinários do circo. No século XVI, começa a sinistra era do tráfico de negros. Finalmente, no século XIX, assistimos à consagração da dependência pela ocupação territorial e pela colonização. A acumulação de capital na Europa e o progresso da revolução industrial, fenômenos simultâneos e complementares, seriam inconcebíveis sem a contribuição forçada da Ásia, das Américas e sobretudo da África.

Paralelamente, mesmo durante os séculos de desenvolvimento interno, em que a rapina externa não era tão acentuada (da Antiguidade ao século XVI), numerosas contradições no interior do próprio sistema africano constituíam obstáculos estruturais endógenos à passagem, por pressão interna, para estruturas

mais progressivas. Como observa com perspicácia J. Suret-Canale a respeito do modo de produção asiático (mas essa observação vale *a fortiori* para o caso africano, incluindo o período colonial):

> "Nesse sistema, com efeito, o recrudescimento da exploração de classe, longe de destruir as estruturas baseadas na propriedade coletiva da terra, reforça-as: elas constituem o quadro no qual se efetua a retirada antecipada do sobreproduto, condição indispensável da exploração".

Realmente, são as comunidades de base que, como tais, são responsáveis pelo pagamento do sobreproduto. A África dos clãs e das aldeias ainda existentes, pouco vinculada à apropriação privada da terra (um bem tão vasto e tão precioso, mas também tão gratuito quanto o ar), ignorou durante muito tempo o problema da aquisição de terras como fonte de conflitos entre grupos sociais. Mas essa não foi a única causa do "arcaísmo" das formas sociais observáveis na África. O baixo nível das técnicas e das forças produtivas, numa espécie de círculo vicioso, era simultaneamente causa e consequência da diluição demográfica num espaço não controlado, porque quase ilimitado.

Em virtude dos obstáculos naturais, o tráfico comercial de longa distância quase nunca se tornou muito ponderável, apoiando-se nos produtos de luxo frequentemente limitados aos oásis econômicos dos palácios. De fato, sem recorrer à noção plekhariovista de "meio geográfico", pois este útimo é apenas uma das facetas do meio histórico, devemos efetivamente levar em conta as barreiras ecológicas mencionadas na Introdução deste volume. A contraprova dessa afirmação é que, todas as vezes em que essas barreiras foram total ou parcialmente suprimidas, como no vale do Nilo e em menor escala no vale do Níger, a dinâmica social ativou-se; em favor do progresso concomitante da densidade humana e da propriedade privada.

Assim, não houve na África (negra), em seu conjunto, nem fase escravista nem fase feudal como no Ocidente[20]. Nem se pode dizer que os modos africanos sejam modalidades desses sistemas socioeconômicos, pois frequentemente há falta de elementos constitutivos essenciais. Isso significa que se deve subtrair a África aos princípios gerais de evolução da espécie humana? Evidentemente não. No entanto, mesmo que esses princípios sejam comuns a toda a humanidade, mesmo admitindo que o essencial das categorias metodológicas gerais do

20 J. CHESNEAUX, *op. cit.*, p. 36: "O que parece bem definido é a quase impossibilidade de considerar que as sociedades africanas pré-coloniais, com raras exceções, dependem da escravidão ou do feudalismo propriamente ditos".

materialismo histórico seja universalmente aplicável, haveria razões para nos concentrarmos unicamente no essencial: as correspondências (não mecânicas) que podem ser observadas entre as forças produtivas e as relações de produção, assim como a passagem (não mecânica) das formas de sociedade sem classes às formas sociais de lutas de classe. Nesse caso, conviria analisar as realidades africanas no contexto, não de um retorno, mas de recurso a Karl Marx. Se a razão é una, a ciência consiste em aplicá-la a cada um de seus objetos.

Em resumo, constata-se na África a permanência marcante de um modo de produção *sui generis,* semelhante aos outros tipos de comunidades "primitivas", mas com diferenças fundamentais, especialmente uma espécie de aversão à propriedade privada ou estatal[21].

A seguir, há uma passagem gradual e esporádica para formas estatais, elas próprias imersas durante muito tempo na rede de relações pré-estatais subjacentes; tais formas emergem progressivamente, por impulso interno e pressão externa, da ganga do coletivismo primitivo desestruturado, para se reorganizarem, com base na apropriação privada e no fortalecimento do Estado, num modo de produção capitalista, inicialmente dominante e depois monopolizador.

O Estado colonial foi, na realidade, criado para administrar as sucursais periféricas do capital, antes de ser substituído por um Estado capitalista independente, em meados do século XX. Alternativamente, ocorreu a transição do predomínio comunitário original para o do capitalismo colonial e depois para uma via socialista de desenvolvimento.

De qualquer forma, um fato se impõe claramente na África: por razões estruturais que não sofreram modificações em sua essência há pelo menos meio milênio, e levando em conta o crescimento demográfico, as forças produtivas estagnaram-se, fato que não exclui crescimentos esporádicos e localizados, com ou sem desenvolvimento. Essa estagnação não exclui também o extraordinário florescimento artístico, nem o refinamento das relações interpessoais. E como se os africanos tivessem investido nessas áreas a essência de sua energia criadora[22]. Em resumo, a civilização material, que teve origem nas latitudes tropicais afro-asiáticas durante a Pré-História, espalhou-se em direção às latitudes setentrionais até o istmo europeu, onde, por um processo cumulativo de conjugação de técnicas

21 Aversão que não está relacionada a um específico estado inato, nem a uma "natureza" diferente, mas a um meio histórico original.

22 Essa é a razão pela qual, na definição de um eventual "modo de produção africano" deveria dar-se atenção especial às "instituições" sociológicas, políticas e "ideológicas". com referência às análises de A. GRAMSCI e de N. POULANTZAS.

e de açambarcamento de capitais, por assim dizer se instalou e se cristalizou brilhantemente. E de onde virá a transformação desse sistema, que se espalha pelo mundo? De seu núcleo ocidental ou da periferia, reeditando assim o papel dos "bárbaros" em relação ao Império Romano? A história o dirá. Desde já, podemos afirmar que a pré-história da África é a história da hominização de um primata diferenciado, e posteriormente da humanização da Natureza por esse agente vetor responsável por todo o progresso. É uma longa marcha, durante a qual o equilíbrio entre a natureza e o homem se rompeu pouco a pouco em favor da razão. Restava o equilíbrio ou o desequilíbrio dinâmico entre. os grupos humanos, dentro do continente e em relação ao exterior. Ora, quanto mais as forças produtivas aumentam, mais os antagonismos afiam o gume do interesse e do desejo de poder. As lutas de libertação, que ainda hoje assolam alguns territórios da África, são simultaneamente o indicador e a negação desse empreendimento de domesticação do continente no contexto de um sistema que poderíamos chamar de modo de subprodução africano. Mas desde os primeiros balbucios do *Homo habilis,* encontramos já a mesma luta de libertação, a mesma intenção obstinada e irreprimível de ter acesso ao ser-mais, desvencilhando-se da alienação pela natureza e depois pelo homem.

Em suma, a criação, a autocriação do homem, iniciada há milhares de milênios, ainda prossegue na África. Em outros termos, de certa maneira a Pré-História da África ainda não terminou.

Membros do Comitê Científico Internacional para a Redação de uma História Geral da África

Prof. J. F. A. Ajayi (Nigéria) – 1971 *Coordenador do volume VI*

Prof. F. A. Albuquerque Mourão (Brasil) – 1975

Prof. A. A. Boahen (Gana) – 1971 *Coordenador do volume VII*

S. Exª Sr. Boubou Hama (Níger) – 1971-1978 (demitido em 1978; falecido em 1982)

S. Exª Sra. Mutumba M. Bull, Ph. D. (Zâmbia) – 1971

Prof. D. Chanaiwa (Zimbabue) – 1975

Prof. P. D. Curtin (EUA) – 1975

Prof. J. Devisse (França) – 1971

Prof. M. Difuila (Angola) – 1978

Prof. Cheikh Anta Diop (Senegal) – 1971 Prof. H. Djait (Tunísia) – 1975

Prof. J. D. Fage (Reino Unido) – 1971-1981 (demitido)

S. Exª Sr. M. El Fasi (Marrocos) – 1971 *Coordenador do volume III*

Prof. J. L. Franco (Cuba) – 1971

Sr. Musa H. I. Galaal (Somália) – 1971-1981 (falecido)

Prof. Dr. V. L. Grottanelli (Itália) – 1971

Prof. E. Haberland (República Federal da Alemanha) – 1971

Dr. Aklilu Habte (Etiópia) – 1971

S. Exa. Sr. A. Hampaté Bâ (Mali) – 1971-1978 (demitido)

Dr. I. S. El-Hareir (Líbia) – 1978
Dr. I. Hrbek (Tchecoslováquia) – 1971 *Codiretor do volume III*
Dra. A. Jones (Libéria) – 1971
Pe. Alexis Kagame (Ruanda) – 1971-1981 (falecido)
Prof. I. M. Kimambo (Tanzânia) – 1971
Prof. J. Ki-Zerbo (Alto Volta) – 1971 *Coordenador do volume I*
Sr. D. Laya (Níger) – 1979
Dr. A. Letnev (URSS) – 1971
Dr. G. Mokhtar (Egito) – 1971 *Coordenador do volume II*
Prof. P. Mutibwa (Uganda) – 1975
Prof. D. T. Niane (Senegal) – 1971 *Coordenador do volume IV*
Prof. L. D. Ngcongco (Botsuana) – 1971
Prof. T. Obenga (República Popular do Congo) – 1975
Prof. B. A. Ogot (Quênia) – 1971 *Coordenador do volume V*
Prof. C. Ravoajanahary (Madagáscar) – 1971
Sr. W. Rodney (Guiana) – 1979-1980 (falecido)
Prof. M. Shibeika (Sudão) – 1971-1980 (falecido)
Prof. Y. A. Talib (Cingapura) – 1975
Prof. A. Teixeira da Mota (Portugal) – 1978-1982 (falecido).
Mons. T. Tshibangu (Zaire) – 1971
Prof. J. Vansina (Bélgica) – 1971
Rt. Hon. Dr. E. Williams (Trinidad e Tobago) – 1976-1978 (demitido em 1978; falecido em 1980)
Prof. A. Mazrui (Quênia) *Coordenador do volume VIII* (não é membro do Comitê)
Prof. C. Wondji (Costa do Marfim) *Codiretor do volume VIII* (não é membro do Comitê)

Secretaria do Comitê Científico Internacional para a Redação de Uma História Geral da África:
Sr. Maurice Glelé, Divisão de Estudos e Difusão de Culturas, UNESCO, 1, rue Miollis, 75015 Paris.

Dados biográficos dos autores do volume I

Introdução — J. Ki-Zerbo (Alto Volta). Especialista em metodologia da História da África; autor de várias obras sobre a África negra e sua história; professor de História no Centre d'Enseignement Supérieur de Ougadougou; Secretário Geral do Conseil Africain et Malgache pour l'Enseignement Supérieur.

Capítulo 1 — J. D. Fage (Reino Unido). Especialista em História da África Ocidental; autor e co-editor de publicações sobre a História da África. Pro-Vice Chancellor da Universidade de Birmingham e ex-diretor do Centro de Estudos Africanos da Universidade de Birmingham.

Capítulo 2 — S. Exª Boubou Hama (Níger). Especialista em tradições orais; autor de várias obras sobre a História do Níger e da região do Sudão; ex-Diretor do Centre Régional de Recherche et de Documentation sur les traditions Orales et pour le Développement des Langues Africaines.

Capítulo 3 — P. D. Curtin (Estados Unidos da América). Especialista em história do comércio de escravos; autor de várias obras sobre o assunto; professor de História na Universidade John-Hopkins.

Capítulo 4 — T. Obenga (República Popular do Congo). Especialista em línguas africanas; autor de vários artigos sobre a História da África e de obras sobre a África na Antiguidade; professor na Faculdade de Letras da Universidade Marien N'Gouabi.

Capítulo 5 H. Djait (Tunísia). Especialista em história medieval do Maghreb; autor de vários artigos e obras sobre a história da Tunísia; professor na Universidade de Túnis.

Capítulo 6 I. Hrbek (Tchecoslováquia). Especialista em história da África e da civilização árabe; autor de várias obras sobre a História da África; professor; chefe da seção dos países árabes e africanos do Instituto Oriental de Praga.

Capítulo 7 J. Vansina (Bélgica). Especialista em história da África; autor de várias obras sobre a História da África Equatorial; professor de História na Universidade de Wisconsin (Estados Unidos da América).

Capítulo 8 S. Ex[a] A. Hampaté Bâ (Mali). Especialista em tradições orais; autor de várias obras sobre os antigos impérios africanos e a civilização africana.

Capitulo 9 Z. Iskander (Egito). Especialista em História do Egito; autor de várias obras e artigos sobre o Egito antigo; diretor geral dos Assuntos Técnicos no Departamento de Antiguidades.

Capítulo 10 P. Diagne (Senegal). Linguista; Doutor em Ciências Políticas e Econômicas; autor de duas obras sobre o poder político africano e a gramática wolof; professor assistente na Universidade de Dacar.

Capítulo 11 D. A. Olderogge (URSS). Especialista em Ciências Sociais da África; autor de várias obras sobre a África; membro da Academia de Ciências da URSS.

Capítulo 12 J. H. Greenberg (Estados Unidos da América). Linguista; autor de várias obras e artigos sobre Antropologia e Linguística; professor de Antropologia na Universidade de Stanford.

Capítulo 13 S. Diarra (Mali). Especialista em Geografia Tropical; professor de Geografia na Universidade de Abidjan.

Capítulo 14 A. Mobogunje (Nigéria). Autor de diversas obras sobre os Ioruba; professor de Geografia na Universidade de Ibadan.

Capítulo 15 J. Ki-Zerbo (Alto Volta). Vide Introdução.

Capítulo 16 S. Rushdi (Egito). Físico; Presidente da Egyptian Geological Survey and Mining Authority.

H. Faure (França). Doutor em Ciências; especialista em Geologia da França do ultramar; obras sobre a Geologia da África Ocidental; Mestre de Conferências na Universidade de Dacar e depois na Universidade de Paris V. Presidente do Comitê Técnico de Geologia do Quaternário do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS).

Capítulo 17 L. Balout (França). Especialista em Pré-História da África; autor de várias obras e artigos sobre a África do Norte; ex-Diretor do Muséum National d'Histoire Naturelle de Paris.

Y. Coppens (França). Especialista em Pré-História; autor de várias obras sobre a origem da humanidade; Subdiretor do Museu Nacional de História Natural de Paris.

Capítulo 18 R. Leakey (Reino Unido). Especialista em Pré-História da África; autor de obras sobre as escavações relacionadas à investigação da origem do homem na África Oriental; Chefe do International Louis Leakey Memorial Institute for African Prehistory.

Capitulo 19 J. E. G. Sutton (Reino Unido). Especialista em Pré-História; autor de diversas obras e artigos sobre a Pré-História da África; ex-Presidente do Departamento de Arqueologia da Universidade de Oxford.

Capítulo 20 J. D. Clark (Estados Unidos da América). Especialista em Pré-História da África; autor de várias publicações sobre a Pré-História e as antigas civilizações africanas; professor de História e de Arqueologia.

Capítulo 21 R. de Bayle des Hermens (França). Especialista em Pré-História; autor de várias obras e artigos, notadamente sobre a Pré-História da África; encarregado de pesquisas no Centre National de la Recherche Scientifique de Paris.

F. Van Noten (Bélgica). Especialista em Pré-História; autor de obras e artigos sobre a Pré-História; Conservador do Real Museu de Pré-História e Arqueologia.

Capítulo 22 L. Balout (França). Vide capítulo 17.

Capítulo 23 H. J. Hugot (França). Especialista em Pré-História; Mestre de Conferências; autor de diversas obras sobre História Natural da Pré-História e do Quaternário; Subdiretor do Museu Nacional de História Natural de Paris.

Capítulo 24 T. Shaw (Reino Unido). Professor de História Antiga; autor de vários trabalhos sobre a Pré-História da África Ocidental; Vice-Presidente do Congresso Panafricano de Pré-História.

Capítulo 25 F. Debono (Reino Unido). Especialista em Pré-História do Egito; autor de várias obras e artigos sobre a pesquisa Pré-Histórica no Egito; pesquisador.

Capítulo 26 J. Ki-Zerbo (Alto Volta).

Capítulo 27 R. Portères (França). Dedicou grande parte de sua vida à pesquisa botânica na África; ex-professor do Museu Nacional de História Natural de Paris; falecido.

	J. Barrau (França). Autor de diversos trabalhos sobre as plantas tropicais; Subdiretor do Laboratório de Etnobotânica e de Etnozoologia (Paris).
Capitulo 28	J. Vercoutter (França). Especialista em História Antiga; professor de História; Diretor do Institut Français d' Archéologie Orientale du Caire.
Conclusão	J. Ki-Zerbo (Alto Volta). Vide Introdução.

Abreviações e listas de periódicos

A A — American Anthropologist, Washington.
A A R S C — Annales de l'Académie Royale des Sciences Coloniales, Bruxelas.
A A T A — Art Archaeological and Technical Abstracts, Nova Iorque.
A C P M — Annals of the Cape Provincial Museums, Grahamstown.
Actas V Congr. P P E C — Actas dei V Congresso Panafricano de Prehistoria y de Estudio dei Cuaternario, Tenerife, 1966.
Actes I Coll. Intern. Archéol. Afr. — Actes du I[er] Colloque International d'Archéologie Africaine, Fort Lamy, 11-16 dez. 1966. Publications de l'Institut National Tchadien pour les Sciences Humaines, Fort Lamy.
Actes Coll. Intern. Fer — Actes du Colloque International, Le Fer à Travers les Âges, Nancy, 3-6 out. 1956. Annales de l'Est, Mém. n. 16, Nancy.
Actes II Coll. Intern. L N A — Actes du Second Colloque International de Linguistique Négro-Africaine, Dacar.
Actes 46 Congr. A F AS — Actes du 46[e] Congrès de l'Association Française pour l'Avancement des Sciences, Montpellier, 1922.
Actes XV Congr. I A A P — Actes du Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistorique, Paris, 1931.
Actes II Congr. P P E Q — Actes de la Deuxième Session du Congrès Panafricain de Préhistoire et de l'Étude du Quaternaire, Argel, ser-out. 1952.
Actes IV Congr. P P E Q — Actes du IV[e] Congrès Panafricain de Préhistoire et de l'Etude du Quaternaire, Léopoldville, 1959, Tervuren, 1962, AMRAC 40.

Actes VII Congr. P P E Q — Actes du VII[e] Congrès Panafricain de Préhistoire et de l'Étude du Quaternaire, Adis Abeba, 1971.
Actes III Congr. U I S P P — Actes du Troisiême Congrès de l'Union Internationale des Sciences Préhistoriques et Protohistoriques, Zurique, 1950.
Actes VI Congr. U I S P P — Actes du VI[e] Congrès de l'Union Internationale des Sciences Préhistoriques et Protohistoriques, Roma, 1962.
Actes IX Congr. U I S P P — Actes du IX[e] Congrès de L'Union Internationale des Sciences Préhistoriques et Protohistoriques, Nice, 1976.
Acts IX I N Q U A Congr. — Acts of the IX[th] International Association Congress for Quaternal Research, Christchurch, Nova Zelândia.
Acts III P C P Q S — Acts of the Third Panafrican Congress of Prehistory and Quarternary Studies, Livingstone, 1955, London, Chatto and Windus, 1957.
A D G — Abhandlungen der Deutschen Geographentags.
Africana — Africana Bulletin, Uniwersytet Warszawski, Studium Afrycanistyczne, Varsóvia.
A G — Archaeologia Geographica, Hamburgo, RFA.
A G S — American Geographical Society, Nova Yorque.
A H S — African Historical Studies, Boston University, African Studies Center, Boston.
A J H G — American Journal of Human Genetics, American Society of Human Genetics, Chicago.
A J P A — American Journal of Physical Anthropology, American Association of Physical Anthropologists, Filadélfia.
A L R — African Languages Review (agora African Languages), International African Institute, Londres.
A L S — African Language Studies, School of Oriental and African Studies, Londres.
A M R A C — Annales du Musée Royal d'Afrique Centrale, Série in 8°, Sciences Humaines, Tervuren, Bélgica.
A M R C B — Annales du Musée Royal du Congo Belge.
A N — African Notes, University of Ibadan, Institute of African Studies, Ibadan, Nigéria.
Annales — Economies, sociétés, civilisations, Paris.
Ant. Afr. — Antiquités Africaines, Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, Paris.
A S A E — Annales du Service des Antiquités de l'Egypte, Cairo.
A S A M — Annals of the South African Museum, Cape Town.
A T — Agronomie Tropicale.
A Z — Afrika Zamani, Journal de l'Association des Historiens Africains.
B A S E Q U A — Bulletin de l'Association Sénégalaise d'Etudes Quaternaires Africaines, Dacar.

B A U G S — Bulletin of the All Union Geographical Society.
B C E H S — Bulletin du Comité d'Études Historiques et Scientifiques de l'Afrique Occidentale Française, Dacar.
B F A — Bulletin of the Faculty of Arts, Cairo.
B G H D — Bulletin de Géographie Historique et Descriptive, Comité des Travaux Historiques, Paris.
B G S A — Bulletin of the Geological Society of America, Nova Iorque.
B I E — Bulletin de l'Institut d'Egypte, Cairo.
B I E G T — Bulletin d'lnformation et de Liaison des Instituts d'Ethno-sociologie et de Géographie Tropicale, Abidjan.
B I F A N — Bulletin de l'Institut Français (agora Fondamental) d'Afrique Noire, Dacar.
B I F A O — Bulletin de l'Institut Français d'Archéologie Orientale, Cairo.
B I R S C — Bulletin de I'Institut de Recherches Scientifiques du Congo.
B J B E — Bulletin du Jardin Botanique de l'État, Bruxelas.
B M L — Bowman Memorial Lectures, The American Geographical Society, Nova Iorque.
B N H S N — Bulletin of News of the Historical Society of Nigeria, Ibadan.
B R AS — Bulletin of the Royal Asiatic Society.
B S A — Bulletin de la Société d'Anthropologie de Paris, Paris.
B S A E — British School of Archaeology in Egypt and Egyptian Research Account, Londres.
B S E R P — Bulletin de la Société d'Études et de Recherches Préhistoriques, Les Eyzies, França.
B S O A S — Bulletin of the School of Oriental and African Studies, Londres.
B S G C — Bulletin de la Société de Géographie Commerciale, Bordeaux, França.
B S G F — Bulletin de la Société Géologique de France, Paris.
B S H N A N — Bulletin de la Société d'Histoire Naturelle d'Afrique du Nord.
B S L — Bulletin de la Société de Linguistique, Paris.
B S P F — Bulletin de la Société Préhistorique Française, Paris.
B S P M — Bulletin de la Société Préhistorique du Maroc, Rabat.
B S P P G — Bulletin de la Société Préhistorique et Protohistorique Gabonaise, Libreville.
B SR B A P — Bulletin de la Société Royale Belge d'Anthropologie et de Pré-histoire, Bruxelas.
B S R B B — Bulletin de la Société Royale de Botanique de Belgique, Bruxelas.
B U P A — Boston University Papers on Africa, African Studies Center, Boston University, 1967.
C A — Current Anthropology, Chicago.
C A E H — Cahiers d' Anthropologie et d'Ecologie Humaine, Toulouse.

C D A P C — Companhia de Diamantes de Angola, Publicações Culturais, Lisboa.
C E A — Cahiers d'Études Africaines, Paris, Mouton.
C H E — Cahiers d'Histoire Egyptienne, Heliópolis.
C H M — Cahiers d'Histoire Mondiale, Paris, Librairie des Méridiens.
C J A S — The Canadian Journal of African Studies (Revue Canadienne des Études Africaines), Canadian Association of African Studies, Department of Geography, Carleton University, Ottawa.
C L A D — Centre de Linguistique Apliquée de Dakar.
C M — Cahiers de la Maboké, Tervuren, Bélgica.
Coll. C N R S — Colloques Internationaux du Centre National de la Recherche Scientifique, Paris.
C O R S TOM — Cahiers de l'Office de la Recherche Scientifique et Technique d'Outre-Mer, Série Sciences Humaines, Paris.
C R A P E — Centre de Recherches d' Anthropologie, de Préhistoire et d'Ethnographie d'Alger.
C R A S — Compte Rendu Hebdomadaire des Séances de l'Académie des Sciences, Paris.
C R S B — Compte Rendu de la Société de Biogéographie.
E A J — East African Journal, East African Institute of Social & Cultural Affairs, Nairobi.
Ecol. Monogr. — Ecological Monographs.
Econ. Bot. — Economic Botany.
G A — Geografiska Annaler, Swedish Society of Anthropology and Geography, Estocolmo.
G J — The Geographical Journal, Londres.
G S A B — Geological Society of America Bulletin, Geological Society of America, Boulder, EUA.
G S A M — Geological Society of America Memoir, Boulder, EUA.
L'Homme — L'Homme, cahier d'ethnologie, de géographie et de linguistique, Paris.
H T — Hesperis Tamuda, Université Mohammed V, Faculté de Lettres e des Sciences Humaines, Rabat, Marrocos.
I J A H S — International Journal of African Historical Studies, Boston University, African Studies Center, Boston, EUA.
I J A L — International Journal of American Linguistics, Linguistic Society of America, Chicago, EUA.
I N E A C — Institut National pour l'Étude Agronomique du Congo Belge.
I P H — International Association of Paper Historians.
I R S — Institut de Recherches Sahariennes (Université d'Alger).
I S H M — Institut des Sciences Humaines du Mali.
J A F — Journal of American Folklore, Washington.

J A H — Journal of African History, Londres.
J A L — Journal of African Languages, Hertford, Inglaterra.
J A O S — Journal of the American Oriental Society, New Haven.
J A T B A — Journal d'Agronomie Tropicale et de Botanique Apliquée.
J. Afr. Soc. — Journal of the African Society, Londres.
J E A — Journal of Egyptian Archaeology, Egypt Exploration Society, Londres.
J E A S C — Journal of the East African Swahili Committee, Kampala.
J H S — Journal Historique du Sokoto.
J H S N — Journal of the Historical Society of Nigeria, Ibadan.
J M A S — Journal of Modern African Studies, CUP, Londres.
J N S — Journal of Negro Studies, Washington.
J R A I — Journal of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland, Londres.
J R AS — Journal of the Royal Asiatic Society of Great Britain and Ireland, Londres.
J W A L — Journal of West African Languages, Londres.
Kush — Kush, Journal of the Sudan Antiquities Service, Cartum.
L N R — Lagos Notes and Records, University of Lagos, School of African Studies, Lagos, Nigéria.
M A I — Mémoires de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, Paris.
M A M — Mémoires de l'Académie Malgache, Tananarive, Madagascar.
Mém. Soc. Ling. — Mémoires de la Société Linguistique.
M I R C B — Mémoires de l'Institut Royal du Congo Belge, Bruxelas.
M N — Masca Newsletter, The University Museum, Filadélfia.
M S B — Mémoires de la Société de Biogéographie, Paris.
NA — Notes Africaines, Bulletin d'Information de I'IFAN, Dacar.
O J S — The Ohio Journal of Science, Ohio Academy of Science, Columbus, EUA.
O M — Oduma Magazine, Rivers State Council for Arts and Culture, Port Harcourt, Nigéria.
P A — Practical Anthropology (agora Missiology), American Society of Missiology, Pasadena, EUA.
PC P — Panafricari Congress of Prehistory.
P NAS — Proceedings of National Academy of Sciences.
P R — Polish Review, Polish Institute of Arts & Sciences in America, Nova Iorque.
Proc. Burg. Wart. Symp. — Proceedings of the Symposium held at Wartenstein, Austria, on the origin of African domesticated plants, 1956.
Proc. Conf. Cult. Ecol. — Proceedings of the Conference of Cultural Ecology, Museum of Canada Bulletin.
Proc. VII Congr. I N Q U A — Proceedings of the VIIth International Association Congress for Quaternal Research.

Proc. IX Congr. I N Q U A — Proceedings of the IXth International Association Congress for Quaternal Research, Christchurch, Nova Zelândia.
Proc. III Intern. W A C — Proceedings of the IIIrd International West African Conference, Ibadan, 1949.
Proc. Sem. A S E W A — Proceedings of the Seminar on Application of Sciences in Examination of Works of Art, Boston, Mass., 1958.
P T R S — Philosophical Transactions of the Royal Society of London, A: Mathematics and Physical Sciences, Londres.
R A — Revue Africaine, Bulietin de la Société Historique Algérienne, Argel.
Rap. 12 C I S H — Rapport du 12^{e} Congrès International des Sciences Historiques.
R E — Revue d'Egyptologie, Paris.
R S O — Rivista degli Studi Oriental i, Scuola Orientale della Università di Roma, Roma.
S A A A S — South African Association for the Advancement of Science, Joanesburgo.
S A A B — South African Archaeological Bulletin, Cape Town.
S A J S — South African Journal of Science, Joanesburgo.
S L L R — Sierra Leone Language Review.
S P P G — Société Préhistorique et Protohistorique Gabonaise, Libreville.
S W J A — South Western Journal of Anthropology (agora Journal of Anthropological Research), University of New Mexico, Department of Anthropology, Albuquerque, Novo México, EUA.
T G S S A — Transactions of the Geological Society of South Africa, Joanesburgo.
T H S G — Transactions of the Historical Society of Ghana, Legon, Accra.
T M I E — Travaux et Mémoires de I'Institut d'Éthnologie, Université de Paris, Paris.
Trav. C A M A P — Travaux du Centre d'Archéologie Méditerranéenne de l'Académie Polonaise des Sciences (ed. K. Michalowski), Varsóvia.
Trav. I R S — Travaux de l'Institut de Recherches Sahariennes, Université d'Alger, Argel.
U J — Uganda Journal, Uganda Society, Kampala.
W A — World Archaeology, Londres.
W A A N — West African Archaeological Newsletter, Ibadan.
W A J A — West African Journal of Archaeology, Ibadan.
W A R — West African Review, Elder, Dempster & Co., Londres.
Z E S — Zeitschrift fur Eingeboren in Sprachen, Berlim.
Z. Phon. — Zeitschrift fur Phonetik und Allgemeine Sprach Wissenchaft.

Referências bibliográficas

Todas as referências foram verificadas com o máximo cuidado, mas, dada a complexidade e o caráter internacional das obras, é possível que alguns erros tenham persistido (N. D. I. R.).

ADAMS, W. Y. 1964. "Post-Pharaonic Nubia in the light of archaeology". *JEA, 50* (28)[1].

AGUESSY, M. 1972. "Traditions orales et structures de pensée: Essai de méthodologie". *CHM,* XIV, 2 (Intr. Geral) (4) (7) (10).

AITKEN, M. J. 1961. *Physics and archaeology.* London, Intersc. Pub. Ltd. X + 181 p. (9).

__. 1963. "Magnetic location". In: BROTHWELL, D. & HIGGS, E., eds. *Science in archaeology.* London, Thames & Hudson (9).

__. 1970. "Dating by archaeomagnetic and thermoluminescent methods". *PTRS,* A 269, 1193 (9).

AKINJOGBIN, I. A. 1967. *Dahomey and its neighbours – 1708-1818.* Cambridge, Cambridge Univ. Press (Intr. Geral).

ALAGOA, E. J. 1968-a. "The use of oral literacy data for history". *JAF,* 81 (7).

__. 1968-b. "Songs as historical data. Examples from the Niger delta". *Research Review,* V, 1 (7).

__. 1970. "Long distance trade and states in the Niger delta". *JAH,* XI, 3: 319-29 (Intr. Geral).

1 Os algarismos arábicos entre parênteses no final de cada referência indicam o capítulo em que o trabalho é citado.

__. 1971. "The Niger delta states and their neighbours; 1600-1800". In: AJAYI, J. F. A. & CROWDER, M., ed. *History of West Africa.* London, Longmans, v. I (3).
__. 1973. "Oral tradition and archaeology. The case of Onyoma". *OM,* 1, 1 (Intr. Geral) (4).
AL-ALAWI, 'Aidarus b, Al-Sharif 'Ali al-' Aidarus al-Nadiri al-'Alawi. 1974/1954-5. *Bughyat al-Amal fi tarikh al-Sumal,* Mogadishu. [em árabe] (Intr. Geral) (5) (6).
ALBERTI, L. 1811. *Description physique et historique des Cafres sur la côte méridionale de l'Afrique.* Amsterdam (6).
ALEXANDER, Sir J. 1967. *Expedition of discovery into the interior of Africa ...* 2. ed. Cape Town (6).
ALEXANDRE, J. & ALEXANDRE, S. 1968. "Contribution à l'élaboration d'une stratigraphie du Quaternaire, basée sur les variations de climat dans une région du monde intertropical". In: VII[e] CONGRÈS INQUA, 7 (21).
ALEXANDRE, P. 1970. "Afrique centre-équatoriale et centre-occidentale". In: *Histoire générale de l'Afrique noire.* Paris, PUF (10).
ALEKSEIEV, K. 1973. "Sur la classification anthropologique de la population indigène de l'Afrique". *Les problèmes fondamentaux des études africaines.* Moscou (11).
ALIMEN, H. 1955. *Préhistoire de l'Afrique.* Paris, Boubée (23).
__. 1957. *The prehistory of Africa.* London, Hutchinson (24).
__. 1960. "Découverte d'un atelier de l'Acheuléen supérieur, en place, à la limite du 2[e] pluvial et du 3[e] pluvial dans les monts d'Ougarta (Sahara occidental)". *BSPF,* 57: 421-3 (23).
__. 1962. "Les origines de l'homme". *Bilan de la science.* Paris, Fayard (Concl.)
__. 1963. "Considérations sur la chronologie du Quaternaire saharien". *BSGF,* 5: 627-34 (13).
__. 1966. *Préhistoire de l'Afrique.* Reedição. Paris, Boubée. 340 p. (Intr. Geral) (13) (21) (22) (23) (24) (28).
__. 1975-a. "Les isthmes hispano-marocain et sicilo-tunisien aux temps acheu-léens". *Anthropologie,* 79, 3: 399-430 (22).
__. 1975-b. "Limite Pliocène-Quaternaire et définition du Quaternaire". *Prace o Plejstocie, Livre jubilaire du Professeur Roxycki.* Varsóvia (16).
__. 1976. "Variations climatiques dans les zones désertiques de l'Afrique nord-équatoriale durant les quarante derniers millénaires". In: ACTES VII CONGR. PPEQ. Adis Abeba, p. 337-47 (16).
ALIMEN, H. & CHAVAILLON, J. 1956. "Industrie acheuléenne in situ de l'oued Fares, dans les monts d'Ougarta (Sahara *Occidental*)".. *BSPF,* 53: 202-14 (23).
ALIMEN, H., CHAVAILLON, J. & MARGAT, J. 1965. "Contribution à la chronologie préhistorique africaine. Essai de corrélation entre les dépôts quaternaires du bassin Guir-Saoura (Sahara) et du bassin du Tafilat (Maroc)". In: CONGR. PRÉHIST. DE FRANCE. Mônaco, 1959, p. 161-267, 2 fig. e 1 quadro (16).
ALLEN, J. W. T. 1959. "The collection of swahili literature and its relation to oral tradition and history". *TNR,* 53 (6).

ALMAGRO-BASCH, M. 1946. *Prehistoria dei Norte África y dei Sahara Español,* Barcelona, Instit. Estud. Afr. 302 p. (23).
ALMAGRO-BASCH, M. & GORBEA, M. A. 1968. "Estúdios de arte rupestre nubio". *Memorias de la Misión Arqueológica en Egypto, 10.* Madrid (23).
AMARI, M. 1863. *I diplomi arabi dei R. Archivo Fiorentino.* Florence (5).
AMER, M. 1933. "The excavations of the Egyptian University at Maadi". *BFA,* 1: 322-4 (25).
__. 1935. "The excavations in the prehistoric site at Maadi". *BFA,* II: 176-8 (25).
__. 1953. "Rizkana, I. Excavations in the Wadi Digla". *BFA,* XV: 97-100, 201-5 (25).
ANCIAUX DE FAVAUX, A. 1955. "Les gisements préhistoriques de Kansenia". In: ACTES II CONGR. PPEQ., p. 333-4 (21).
__. 1957. "Une industrie sur galets spéciale aux plateaux des Biano (Katanga-Congo belge)". In: ACTS III PCPQS. p. 210-3 (21).
__. 1962. "Evolution parallèle de deux ou plusieurs techniques au Paléolithique ancien et moyen sur les hauts plateaux katangais. Fouilles 1960-1961". In: ACTES VI CONGR. UISPP, III, p. 230-5 (21).
ANDERSON, B. 1870. *Narrative of a journey to Mussardu, the capital of the western mandigoes.* New York (6).
ANTOINE, M. 1938. "Notes de préhistoire marocaine. XIV: Un cône de résurgence du Paléolithique moyen à Tit-Mekil, près Casablanca". *BSPM, 12* (23).
APTER, D. 1955. *The Gold Coast in transition.* Princeton, Princeton Univ. Press. X + 355 p. (3).
ARAB-FAQIH. 1897-1910. *Histoire de la conquète de l'Abyssinie.* Paris, R. Basset. 2 v. (6).
ARAMBOURG, C. 1949. "Sur la présence dans le Villafranchien d' Algérie de vestiges éventuels d'industrie humaine". *CRAS,* 229: 66-7 (22).
__. 1954. "L'hominien fossile de Ternifine (Algérie)". *CRAS,* 239: 293-5 (24).
__. 1962. "Etat actuel des recherches sur le Quaternaire en Afrique du Nord". In: ACTES IV CONGR. PPEQ, 40, p. 255-77 (16).
__. 1966. "Aperçu sur les résultats des fouilles du gisement de Ternifine". In: ACTAS V CONGR. PPEC, I, p. 129-36 (16) (24).
ARAMBOURG, C. & COPPENS, Y. 1967. "Sur la découverte dans le Pléistocène inférieur de la vallée de l'Omo (Ethiopie) d'une mandibule d' Australopithécien". *CRAS,* 265: 589-90 (17).
__. 1968. "Découverte d'un Australopithécien nouveau dans les gisements de l'Omo (Ethiopie)". *SAJS,* 64, 2: 58-9 (17).
ARAMBOURG, C. & HOFSTETTER, R. 1954. "Découverte en Afrique du Nord de restes humains du Paléolithique inférieur". *CRAS,* 239: 72-4 (24).
__. 1955. "Le gisement de Ternifine. Résultats des fouilles de 1955 et découvertes de nouveaux restes d'Anianthropus". *CRAS,* 241: 431-3 (24).
__. 1963. "Le gisement de Ternifine". *IPH Archives* : XXXII. Paris, Masson. 191 p. (22).

ARBOUSSET, T. 1842. *Relation d'un voyage d'exploration.* Paris (6).

ARKELL, A. J. 1949-a. *The Old Stone Age in the Anglo-Egyptian Sudan.* Cambridge (25).

__. 1949-b. *Early Khartoum. An account of the excavation of an early occupation site carried out by lhe Sudan Government antiquities service;* 1944-1945. London, Oxford Univ. Press (23) (25) (28).

__. 1950. "Gold Coast copies of fifth to seventh century bronze lamps". *Antiquity,* 24 : 38-40 (24).

__. 1953. *Shaheinab. An account of the excavation of a Neolithic occupation site carried out for lhe Sudan antiquities service in* 1949. London, Oxford Univ. Press (23) (25) (28).

__. 1954. "The Late Acheulean of Esh Shaheinab". *Kush,* I : 30-4 (23).

__. 1961. *History of the Sudan.* 2. ed. London, Athlone (28).

__. 1964. *Wanyanga and an archaeological reconnaissance of the South-West libyan desert. The British Ennedi expedition;* 1957. London, Oxford Univ. Press (23).

__. 1975. "Prehistory of the Nile Valley". *Handbuch das Orientalistik,* VII. Abteilung, Band 2, Abschnitt A. Lief 1, Leiden-Köln (28).

ARKELL, W. J. & SANDFORD, K. S. 1933. *Palaeolithic man and the Nile Valley in Nubia and Upper Egypt,* Chicago (23).

ARMSTRONG, R. 1964. "The use of linguistics in ethnogeography". In: VANSINA, J. et al. *The historian in tropical Africa.* Oxford, Oxford Univ. Press (10).

__. 1971. "The collection of oral traditions in Africa". *AUA*: 579-83 (7).

ARNETT, E. J. 1922. *The rise of the Sokoto Fullani.* Kano (6).

ASEQUA. 1964 e anos seguintes. *Bulletin* n. 1 et seqs. (16).

__. 1966. "Etat des recherches sur le Quaternaire de l'Ouest africain". 1. série. *BIFAN,* 28: 371-429 (24).

__. 1967. "Etat des recherches sur le Quaternaire de l'Ouest africain". 2. série. *BIFAN,* A, 29: 821-65 (24).

__. 1969. "Etat des recherches sur le Quaternaire de l'Ouest africain". 3. série. *BIFAN,* A, 31: 210-83 (24).

ATHERTON, J. H. 1972. "Excavations at Kamabai and Yagala Rock Shelters, Sierra Leone". *WAJA,* 2: 39-74 (24).

__. 1973. "The Stone Age Iron Age transition in Northeast Sierra Leone". *Underground West Africa,* 7 (24).

AUBREVILLE, H. 1949. *Climats, forèts, désertification de l'Afrique tropicale.* Paris, Larose. 351 p. (13).

__. 1962. "Savanisation tropicale et glaciations quaternaires". *Andansonia,* 2, I: 1684 (13).

AYACHE, G. 1961. "Les archives marocaines". *HT, 2 (6).*

BÂ, A. H. 1972. *Aspects de la civilisation africaine.* Paris, Présence Africaine (8).

BÂ, A. H. & CARDAIRE, M. 1957. *Tierno Bokar, le sage de Bandiagara.* Paris, Présence Africaine (8).

BÂ, A. H. & DAGET, J. 1962. *L'Empire peul du Macina.* Paris, Mouton (8).

BÂ, A. H. & DIETERLEN, G. 1961. *Koumen, texte initiatique des pasteurs peul.* (Intr. Geral).

BA, O. 1972. *Glossaire des mots étrangers passés en Pulaar du Fouta Toro.* Dakar. *CLAD* (*10*).
BABET, V. 1936. "Note préliminaire sur un atelier de pierres tailées à Brazzaville (Afrique équatoriale française)". *BSPF,* 33: 153-5 (21).
BADA, J. L., SCHOEDER, R. A., PROTSCH, R. & BERGER, R. 1974. "Concordance of collagen based radiocarbon and aspartic acid racemization ages. *AATA,* 11, 2 (9).
BAILLOUD, A. 1966. "L'évolution des styles céramiques en Ennedi". In: ACTES I COLL. INTERN. ARCHÉOL. AFR. (Intr. Geral).
al-BAKRI. 1968. "Routier de l'Afrique blanche et noire du Nord-Ouest (Cordoue, 1068)". Trad. MONTEIL, V. *BIFAN,* B: 30-9, 116 (24).
BALANDIER, G. 1971. *Sociologie actuelle de l'Afrique Noire.* 3. ed. Paris, PUF (Intr. Geral) (15).
BALANDIER, G. & MAQUET, J. 1968. *Dictionnaire des civilisations Africaines.* Paris, Hazan (Intr. Geral) (4).
BALBI, A. 1826. *Atlas ethnographique du globe ou Classification des peuples anciens et modernes d'après leurs langues.* Paris (12).
BALL, J. 1939. *Contributions to the geography of Egypt,* Survey and Mines Dept. 308 p. (16).
BALOUT, L. 1952-a. "Du nouveau à l'Aïn Hanech". *BSHNAN,* 43: 152-9 (22).
__. 1952-b. "Pluviaux, interglaciaires et préhistoire saharienne". *Trav. IRS,* 8: 9-21 (16) (23).
__. 1954. "Les hommes préhistoriques du Maghreb et du Sahara. Inventaire descriptif et critique". *Libyca,* II (22).
__. 1955. In: ARAMBOURG & BALOUT. "L'ancien lac de Tihodaine et ses gisements préhistoriques". In: ACTES II CONGR. PPEQ: 287-92 (23).
__. 1955-b. *Préhistoire de l'Afrique du Nord.* Paris, AMG (12) (22) (23).
__. 1958. *Algérie préhistorique.* Paris, AMG (23).
__. 1965. "Le Moustérien du Maghreb". *Quaternaria,* 7: 43-58 (22).
__. 1967-a. "Procédés d'analyse et questions de terminologie dans l'étude des ensembles industriels du Paléolithique inférieur en Afrique du Nord". In: BISHOP, W. W. & CLARK, J. D., eds. *Background to evolution in Africa.* Chicago, London, The Univ. of Chicago Press. p. 701-35 (22).
__. 1967-b. "L'homme préhistorique et la Méditerranée occidentale". *ROMM,* III: 9-29 (22).
__. 1968. "L'art rupestre nord-africain et saharien. Etat de quelques problèmes", *Simposio Internacional de Arte Rupestre*: 257-64, Barcelona (22).
__. 1976. *Orientations nouvelles de la préhistoire maghrébine. In memoriam Pedro Bosch Gimpera;* 1891-1974. México, p. 99-113 (22).
BALOUT, L. et al. "Fiches typologiques africaines", 9 cadernos publicados a partir de 1967 sob a égide dos *Congr. PPEQ* (22).
BALOUT, L., BIBERSON, P. & TIXIER, J. 1967. "L'Acheuléen de Ternifine, gisement de l'Atlanthrope". *Anthropologie,* 71: 217-37 (22).
BALOUT, L. & ROUBET, C. 1970. "Datation radiométrique de I'Homme de l'Aïn Dokkara et de son gisement, l'Escargotiere du Chacal, région de Tébessa, Algérie". *Libyca,* 18: 21-35 (22).

BARBER, E. J. W. 1974. *Archaeological decipherment, A Handbook.* Princeton, Princeton Univ. Press (4).
BARBEY, C. & DESCAMPS, C. 1969. "A propos des Pebble-tools de la Moyenne-Gambie". *BIFAN,* A, 31: 276-82 (24).
BARBOT, J. 1732. *A description of the coasts of North and South Guinea.* Churchill's Voyages. London, A. & J. Churchill, comp. (1).
BARENDSON, G. W., DEEVEY, E. S. & GRALEMSKI, L. J. 1965. "Yale natural radiocarbon measurements III". *Science,* 126: 916-7 (24).
BARRAU, J. 1962. "Les plantes alimentaires de l'Océanie, origines, distribution et usages". *Annales du Musée Colonial de Marseille,* 7, III-IX. 275 p. (27).
__. 1975. "L'Asie du Sud-Est, berceau cultural?". *Etudes rurales*: 53-6 (27).
BARROW, J. 1801-3. *Travels into the interior of the Southern Africa.* London. 2 v. (6).
BARRY, B. 1974. "La chronologie dans la tradition orale du Waalo. Essai d'interprétation". *Afrika Zamani,* 3: 31-49 (4).
BARTH, H. 1857-8. *Travels and discoveries in North and Central Africa.* London (1).
BASCH, M. A & GORBER, M. A 1968. "Estudios de arte rupestre nubio". *Memórias de la Misión arqueológica en Egypto,* 10, Madrid (23).
BASSET, R. 1894. *Etudes sur les dialectes berbères.* Paris (10).
__. 1909-13. *Mission au Sénégal.* Paris, Leroux. 3 v. (6) (10).
BATTISTINI, R. 1967. *L'Afrique australe et Madagascar.* Paris, *PUF*, 230 p. (13).
BAULIN, J. 1962. *The Arab role in Africa.* London, Penguin Books (5).
BAUMANN, H. 1936. *Geschichte und Urzeit des Menschen in Mythus der Afrikanischen Völker.* Berlin (7).
BAUMAN, H. & WESTERMANN, D. 1962. *Les peuples et les civilisations de l'Afrique.* Paris, Payot (Intr. Geral) (6) (10).
BAUMGARTEL, E. J. 1955. *The Culture of prehistoric Egypt.* Oxford (28).
al-BAYDAQ. 1928. *Documents inédits d'histoire almohade.* Trad. e ed. Lévi-Provençal. Paris (5).
BAYLE DES HERMENS, R. de. 1967. "Premier aperçu du Paléolithique inférieur en République centrafricaine". *Anthropologie,* 71: 135-66 (21).
__. 1969. "Les collections préhistoriques de la République centrafricaine au Musée royal de l'Afrique centrale". *CM,* VII: 27-40 (21).
__. 1971. "Quelques aspects de la préhistoire en République centrafricaine". *JAR,* XII: 579-97 (21).
__. 1975. "Recherches préhistoriques en République centrafricaine". Laboratoire d'ethnologie et de sociologie comparative. Série *Recherches oubanguiennes,* n. 3. Paris, Université de Paris X. 345 p. (21).
__. 1976. "A la découverte de la préhistoire en République centrafricaine". *Archeologia,* 92 (26).
BAYLE DES HERMENS, R. de & VIDAL, P. 1971. "Deux datations sur la méthode du Carbone 14 des monuments mégalithiques de Bouar, R.C.A". *CM,* IX: 81-2 (21).

BAYNON, J. 1970. "The contribution of linguistics to history in the field of Berber studies". *Language and History of Africa* (6) (10) (15).
BEALE, F. C. 1966. *The Anglo-Gambian Stone Circles Expedition 1964/65*. Bathurst, Government Printer (24).
BEATTIE, J. 1968. "Aspects of Nioro symbolism". *Africa,* 38, 4: 413-42 (7).
BEAUCHENE, G. de. 1963. "La préhistoire du Gabon". *Objets et Mondes.* t. III (21).
BEBEY, F. 1969. *Musique de l'Afrique.* Paris. Col. Expressions, Horizons de France.
BECCARI, C. 1905-17. *Rerum aethiopicarum scriptores occidentales inediti.* Roma (1).
BECKER, C. H. 1968. "Materialen zur Kenntnis des Islam in Deutsch Ost-Afrika". *INR,* LXVII (Intr. Geral) (5) (6).
BECKINGHAM, C. F. & HUNTINGFORD, G. W. B. 1954. *Some records of Ethiopia 1593-1646.* London (6).
BEHRENSMEYER, A. K. 1975. "The taphonomy and paleoecology of Plio-Pleistocene vertebrate assemblages East of Lake Rudolf, Kenya". *Bull. Mus. Comp. Zool.* (17).
BEIDELMAN, T. 1970. "Myth, legend and oral history: A Kaguru traditional text". *Anthropos,* 65: 74-97 (7).
BELLO, M. 1951. *Infaqu' l-maysur.* London (6):
BENEZET, A 1772. *Some historical account of Guinea.* London (1).
BEQUAERT, M. 1938. "Les fouilles de Jean Colette à Kalina". *AMRCB,* I, 2: 29-88 (21).
__. 1952. "Fouilles à Dinga (Congo Belge)". In: ACTES II[e] CONGR. PPEQ. p. 317-53 (21).
__. 1953. "La préhistoire du Congo Belge et ses relations avec la préhistoire africaine sud-saharienne à l'Holocene". *BSRBAP,* LXIV: 37-49 (21).
BEQUAERT, M. & MORTELMANS, G. 1955. "Le Tshitolien dans le bassin du Congo". *AARSC,* 11, 5, 40 p. (21).
BERG, F. 1968. "The Swahili community of Mombasa 1500-1900". *JAR,* IX: 35-56 (Intr. Geral) (5) (6).
BERGER, R. 1970. "Ancient Egyptian chronology". *PTRS,* 269, 1193: 23-36 (9).
BERGGREN, W. A 1973. "Correlation and calibration of late Pliocene and Pleistocene marine and continental biostratigraphies". In: ACTS IX CONGR. INQUA (16).
BERQUE, J. 1957. *Histoire sociale d'un village égyptien au XX[e] siècle.* Paris (15).
BERTIER, H. 1933. "Le cahier de l'éeriture de Radama I", *MAM,* 36 (6).
BESANÇON, J. 1957. *L'homme et le Nil.* Paris, Gallimard (28).
BIBERSON, P. 1961-a. "Le cadre paléogéographique de la préhistoire du Maroc atlantique". Rabat, Pub. Serv. Antiq. Maroc. t. 17. 544 p. (22).
__. 1961-b. "Le paléolithique inférieur du Maroc atlantique". Rabat, Pub. Servo Antiq. Maroc. t. 17 (23).
__. 1965. "Recherches sur le Paléolithique inférieur de l'Adrar de Mauritanie". In: ACTAS V CONGR. PPEQ. p. 173-89 (23).
BIEBUYCK, D. & MATEEME, K. C. 1969. *The Mwindo epic from the Banyanga (Congo Republic).* Berkeley, Los Angeles (7).

BIRD, J. 1888. *The annals of Natal;* 1495-1845. Pietermaritzburg (6).

BIRDSELL, J. B. 1972. *Human evolution. An introduction to the new physical anthropology.* Rand McNally and Co. 299 p. (4).

BIROT, P. 1970. *L'Afrique, les régions naturelles du globe.* Paris, Masson (13).

BISHOP, W. W. 1965. "Quaternary geology and geomorphology in the Albertine rift valley, Uganda". *GSAM,* 84: 293-321 (21).

BISHOP, W. W. & CLARK, J. D., eds. 1967. *Background to evolution in Africa.* Chicago Univ. Press. 935 p. (16) (19) (22) (23) (24) (Concl.).

BISHOP, W. W. & MILLER, J. A, eds. 1972. "Calibration of hominoid evolution". *Univ. of Toronto Press* (16) (20).

BITTNER, M. 1897. *Die topographischen Capital des indischen Seespiegels Mohit.* Vienne (6).

BIVARD, A. D. H. & HISKETT, M. 1962. "The arabie literature of Nigeria to 1804: a provisional account". *BSAOS,* XXV, 1 (Intr. Geral) (5) (6).

BLANKOFF, B. 1965. "Quelques découvertes récentes au Gabon". *BSPPG,* L, 3: 52-60 (21).

__. 1966. "L'état des reeherches préhistoriques au Gabon". In: ACTES I Coll. INTERN. ARCHÉOL. AFR.: 62-80 (21).

BLEEK, O. F. 1929. *Comparative vocabularies of the Bushman languages.* Cambridge, University Press (10).

BLEEK, W. H. I. 1851. *De nominum generibus, linguarum Africae australis, copticae, semitarum, aliarumque sexualium.* Bonn, A. Marcus. IV + 60 p. (12).

__. 1862-9. *Comparative grammar of South African languages.* Cape Town, Juta. 2 v. (10) (12).

BLOCH, M. 1939. *La société féodale. La formation des liens de dépendance.* v. 1, 34 e 34 bis. in: BERR, H., dir. *L'évolution de l'humanité.* Paris (1).

__. 1949. *Apologie pour l'Histoire ou le métier d'historien.* Paris, A. Colin (7).

BLUNDEL, H. W. 1923. *The royal chronicles of Abyssinia*; *1769-1840.* London (6).

BLUNDEL, H. W., BOAZ, N. & HOWELL, F. C. 1977. "A gracile hominid cranium from upper member G of the Shungura Formation, Ethiopia". *AJPA,* 46, 1: 93-108 (17).

BOAHEN, A. A. & WEBSTER, J. B. 1970. *The growth of African civilization. West Africa since 1800.* London, Longmans (Intr. Geral) (8).

BOBO, J. 1956. "Un ensemble de stations moustéro-atériennes aux environs de Djanet (Tassili des Ajjer)". *Libyca,* 4: 263-8 (23).

BONATTI, E. 1966. "North Mediterranean climate during the last Würm glaciation". *Nature, 209,* 5027 :985-7 (16).

BOND, G. 1956. "A preliminary account of the Pleistocene geology of the plateau Tia Fields region of Northern Nigeria". *Proc.* III *Intern. WAC*: 187-202.

BONIFAY, E. 1975. "Stratigraphie du Quaternaire et âge des gisements pré-historiques de la zone littorale des Alpes-Maritimes". *BSPF,* 72, 7 : 197-206 (16).

BONNEFILLE, R. 1972. *Associations polliniques actuelles et quaternaires en Ethiopie (vallées de l'Awash et de l'Omo).* [Tese] Paris. 2 t. (16).

__. 1974. "Etude palynologique de dépôts plio-pléistocènes d'Ethiopie". *BASEQUA,* 42-3: 21-2 (16).

__. 1976. "Végétation et climats des temps oldowayens et acheuléens à Melka Kunturé (Ethiopie)". *L'Ethiopie avant l'Histoire.* Cahier 1: 55-71 (17).

BONNEL DE MEZIERES, A. 1920. "Recherches sur l'emplacement de Ghana et de Tekrour". *MAI.* 13, 1: 227-77 (24).

BONNET, A. 1961. "La 'pebble culture' in situ de l'Idjerane et les terrasses de piémont du Sahara central". *BSPF,* 58: 51-61 (23).

BOSMAN, W. 1967. *A new and accurate description of the coast of Guinea.* London, Frank Cass & Co. (1).

BOSTON, J. S. 1964. "The hunter in Igala legends of origin". *Africa,* 34: 118-20 (7).

BOULLE, M., VALLOIS, H. V. & VERNEAU, R. 1934. *Les grottes paléolithiques des Bani Ségoual (Algérie).* Paris, Masson (22).

BOUNAK, V. 1972. "Ou cri au langage". *Le Courrier,* août-sept. (Concl.).

BOUYSSONIE, J., BREUIL, H. et al. 1956. *Musée du Bardo, coll. préhist., planches.* Album n.1. Paris, AMG (23).

BOVIER-LAPIERRE, P. 1925. "Le Paléolithique stratifié des environs du Caire". *Anthropologie,* XXXV: 37-46 (25).

BOVILL, E. W. 1933. *Caravans of the Old Sahara.* Oxford, Oxford Univ. Press (1).

BOXER, C. R., dir. 1959. *The tragic history of the sea*; 1589-1622. Cambridge, University Press, (6).

BOYLE, A. H. & JEFFREYS, W. 1947. "Speculative origins of the Fulany language". *The language of Africa.* v. 17 (10).

BRADBURY, R. E. 193.9. "Chronological problems in the study of Benin history". *JHSN,* I: 263-87 (24).

BRAHIMI, C. 1970. *L'ibéromaurusien littoral de la région d'Alger,* Paris, AMG (22).

__. 1972. *Initiation à la préhistoire de l'Algérie.* Alger (22).

BRAIDWOOD, R. J. 1960. "The agricultural revolution". *Scientific America,* sept. (27).

BRAIDWOOD, R. J. & REED, C. A. 1957. "The achievement and early consequence of food production; a consideration of the archaeological and natural historical evidence". *Cold spring harbourg symposium on quantitative biology* (27).

BRAIN, C. K. 1958. "The Transvaal Ape-Man. Bearing cave deposits". *Transvaal museum. Memoir,* II. Pretória (20).

BRASIO, A. 1952. *Monumenta missionaria africana.* Lisboa. 9 v. (6).

BRAUDEL, F. 1969. *Ecrits sur l'histoire.* Paris, Flammarion (Intr. Geral).

BREASTED, J. H. 1906. *Ancient records of Egypt,* Chicago, University Chicago Press. v. IV (28).

BREUIL, H., Ab. 1931. *L'Afrique.* Col. Cahiers d'Art. Paris (24).

__. 1944. "Le Paléolithique au Congo Belge d'après les recherches du docteur Cabu; VI Plateau de Bena Tshitolo". *TRSA,* XXX: 143-60 (21).
__. 1952. "Les figures incisées et ponctuées de la grotte de Kiantapo (Katanga)". *AMRCB* : 1-32 (21).
BREZILLON, M. 1970. *Dictionnaire de la préhistoire.* Paris, Larousse (Concl.).
BROTHWELL, O. & SHAW, T. 1971. "A Late Upper Pleistocen proto-West-African Negro from Nigeria". *Man,* 6, 2: 221-7 (24).
BROUTANOH, A. 1867. "La tradition orale chez les Agni Ahali de Moronou". *BIEGT (7).*
BROWN, E. J. P. 1929. *A Gold Coast and Asiatic Reader.* London (1).
BROWN, G. 1941. *The economic history of Liberia.* Washington, Associated Publishers. IX + 366 p. (3).
BROWNE, W. G. 1806. *Travels in Africa, Egypt and Syria.* London (6).
BRUCE, J. 1790. *Travels to discover the source of the Nile.* Edimburg. 5 v. (6).
BRUNTON, G. 1928. In: BRUNTON, G. & CATON-THOMPSON, G. *The Badarian civilization.* London, Quaritch (25) (28).
__. 1937. *Nostagedda, British Museum Expedition to Middle Egypt 1928*-1929. London, Quaritch (25) (28).
__. 1948. *Matma, British Museum Expedition to Middle Egypt 1929-1931.* London, Quaritch (25) (28).
BRUNSCHVIG, R. 1942-7. "Ibn 'Abd al-Hakarn et la conquète de l'Afrique du Nord par les Arabes". *Annales de l'Institut d'Etudes Orientales d'Alger,* VI (5).
BRYANT. A. T. 1929. *Olden times in Zululand and Natal.* London (6).
BUCHA, V. 1970. "Evidence for changes in the Earth's magnetic field intensity". *PTRS,* 269, 1193: 47-56 (9).
__. 1971. "Archaeomagnetic dating". In: MICHAEL, H. N. & RALPH, E. K, eds. *Dating techniques for the archaeologist.* Cambridge, Mass. (9).
BUDA, J. L., SCHROEDER, R. A, PROTSCH, R. & BERGER, R. 1974. "Concordance of collagen based radiocarbon and aspartic acid raumization ages". *AATA,* 11, 2 (9).
BUEDEL, J. 1958. "Die Flaeschenbildung in den feuchten Troppen und die Rolls fossier solcher Flaeschen in anderen Klimazonen". *A DG*: 89-121 (16).
BULCK, G. van. 1948. "Les recherches linguistiques au Congo Belge". *MIRCB* (10).
BURKE, K., DUROTYE, A B. & WHITEMAN, A J. 1971. "A dry phase South of Sahara, 20000 years ago". *WAJA,* I (24).
BURTON, R. F. 1864. *A mission to Gelele, King of Dahomey,* London (1).
BUTLER, J. 1966. *Boston University Papers on Africa. Prehistoric populations in Africa.* Boston (Concl.).
BUTZER, K W. 1957. "The last 'pluvial' phase of the Eurafrican subtropics". *Les changements de climats. Recherches sur la zone aride.* Paris, Unesco, 20: 211-6 (13).

__. 1958. "Studien zum vor-und-frühgeschichtlichen Landschaftwandel der Sahara". *Akademie des Wissenschaiten und der Litteratur,* n. 1, 49 p. (23).

__. 1972. *Environment and archaeology.* 2. ed. Chicago [1. ed. 1964, London]. XXVIII + 703 p. (16) (24) (28).

BUTZER, K. W. & HANSEN, C. L. 1968. *Desert river in Nubia.* Madison, Univ. of Wisconsin Press (16).

BUTZER, K W. & ISAAc, G. L. 1975. *After the australopithecines: Stratigraphy, ecology and culture change in the Middle Pleistocene.* La Haye (19).

BUTZER, K. W., RICHARDSON, J. L. & WASHBOURKNKAMAU, C. 1972. "Radio-carbon dating of East African lake levels". *Science,* 175: 1069-76 (16) (21).

BUTZER, K. W. & THURBER, D. L. 1969. "Some Late Cenozoic sedimentary formations of the Lower Orno Basin". *Nature,* 222, 5199: 1132-7.

BYNON, J. 1970. "The contribution of linguistics to history in the field of berber studies". In: DALBY, D., ed. *Language and history in Africa* (6) (10) (15).

CABU, F. 1935-a. "Considérations sur la stratigraphie de gisements pléistocènes à outillage paléolithique de la région de Léopoldville". *BSRBAP,* 50: 269-84 (21).

__. 1935-b. "Les industries préhistoriques de la cuvette central e congolaise et leurs rapports avec la préhistoire générale". *BSRBAP,* 50: 399-411 (21).

CADENAT, P. 1957. "Fouilles à Columnata. Campagne 1956-57. La nécropole". *Libyca,* V: 49-81 (22).

__. 1962. "Sur l'extension de la civilisation capsienne vers l'ouest". *BSPF,* 59: 27-32 (22).

__. 1970. "Le Columnatien, industrie épipaléolithique de l' Algérie". *BSERP,* 20: 40-50 (22).

CAHEN, D. 1975. "Le site archéologique de la Kamoa (région du Shaba, République du Zaire). De l'Age de la pierre ancien à l'Age du fer". *AMRAC,* 84 (21).

__. 1976. "Nouvelles fouilles à la pointe de la Gombe (ex-pointe de Kalina). Kinshasa, Zaire". *Anthropologie, 80,* 4: 573-602 (21).

__. 1977. "Vers une révision de la nomenclature des industries préhistoriques de l'Afrique centrale". *Anthropologie,* 81 (21).

CAHEN, D., HAESAERTS, P. & NOTEN, F. van. 1972. "Un habitat lupembien à Massango (Burundi). Rapport préliminaire". *Africa-Tervuren,* XVIII: 78-80 (21).

CAHEN, D. & MARTIN, P. 1972. "Classification formelle automatique et industries élithiques. Interprétations des hachereaux de la Kamoa". *AMRAC,* 76 (21).

CAHEN, D. & MOEYERSONS, J. 1977. "Subsurface movements of stone artefacts and their implications for the prehistory of Central Africa". *Nature, 266,* 5605: 812-5 (21).

CAHEN, D. & MORTELMANS, G. 1973. "Un site tshitolien sur le plateau des Bateke (République du Zaíre)". *AMRAC,* 81. 46 p.

CAHEN, D. & NOTEN, F. van. 1970. "Des polissoirs dans la grotte de Mpinga (Burundi)". *Africa-Tervuren,* XVI, I: 13-7 (21).

__. 1949. "Validity of the specific gravity method for the determination of the fineness of gold objects". *OJS,* XLIX: 76-92 (9).

CALEY, E. R. 1948. “On the application of Chemistry to Archaeology”. *OJS,* XLVIII: 1-8 (9).
CAMPBELL, B. G. 1965. “The nomenclature of the Hominidae”. *Royal Anthropological Institute.* Occasional paper, n. 22 (24).
CAMPBELL, R. 1861. *A pilgrimage to my motherland... among Egba and Yoruba in 1859-60.* Philadelphia (6).
CAMP-FABRER, H. 1966. *Matière et art mobilier dans la préhistoire nord-Africaine et saharienne.* Paris, AMG (22) (23).
CAMP-FABRER, H., BOUCHUD, J., CHABEUF, M., CHAMLA, M. C., COUVERT, M., DUGHI, R. & SIRUGUE, F. 1975. *Un gisement capsien de faciès sétifien Madjez II, el-Eulma (Algérie).* Paris, CNRS. 448 p. (22).
CAMPS, G. 1969. *Amekni, Néolithique ancien du Hoggar.* Paris, AMG (22) (23) (24) (28).
__. 1974. *Les civilisations préhistoriques de l’Afrique du Nord et du Sahara.* Paris, Doin. 366 p. (22) (28).
CANDOLLE, A 1883. *L’ origine des plantes cultivées.* Paris, F. Alcan (27).
CAPORIACCO, L. D. & GRAZINSI, P. 1934. *Le pinture rupestri di Aïn Doua (Auenat).* Florence, Centro di Studi Colonial i (23).
CAPOT-REY, R. 1953. *Le Sahara français.* Paris, PUF, 487 p. (23).
CAPRILLE, Y. P. 1972. *Carte des langues du Tchad.* Paris, IGN (10).
CARRÉ, J. M. 1932. *Les voyageurs français en Egypte; 1517-1840.* Paris (6).
CARR-SAUNDERS, A M. 1964. *World population, past growth and present trends.* London (14).
CARSON, P. 1962. *Materials for West African history in the archives of Belgium and Holland.* London (6) (24).
__. 1968. *Materiais for West African history in French archives.* London, The Athlone Press (6) (24).
CARTER, G. F. 1964. “Archaeological maize in West Africa: a discussion of Stanton and Willet”. *Man,* 64: 95 (24).
CARTER, P. L. & FLIGHT, C. 1972. “Report on the fauna from the sites of Ntereso and Kintampo Rock Shelter six in Ghana: With evidence for the practice of animal husbandry during the second millennium B.C.”. *Man,* 7, 2: 227-32 (24).
CASALIS, E. 1859. *Les Bassutos.* Paris (6).
CASTANHOSO, M. 1548. *Historia das cousas que o muy esforçado Dom Christovão da Gama fez nos Reynos de Preste João.* Lisboa (6).
CATON-THOMPSON, G. 1928. *The Badarian civilization. London (28).*
__. 1946. “The Aterian industry: its place and significance in the Palaeolithic world”. *JRAI.* 44 p. (23).
__. *1952. Kharga oasis in prehistory.* London, The Athlone Press (23) (25).
CATON-THOMPSON, G. & GARDNER, E. W. 1934. *The desert Fayum.* London, Royal anthropological Institute. 114 p. (23) (24) (25) (28).
CAVAZZI DE MONTECUDOLO, G. A. 1687. *Istorica descrizione dei tre regni Congo.* Bologne (1).

CELIS, M. 1972. *Gepolijst archeologisch stenen materiaal uit de Demokratische Republick van Zaire.* [Tese]. Gand. Université de Gand (21).
CENIVAL, J.-L. de. 1973. *L'Egypte avant les pyramides, IV millénaire.* Grand Palais, 29 mai-3 sept. 1973. Paris, Ed. des Musées nationaux (28).
CERULLI, E. 1926. "Iscrizioni e documente arabi per la Storia della Somalia". *Rivista degli studi orientali* : 1-24 (Intr. Geral) (5) (6).
__. 1931. *Documenti arabi per la storia dell'Etiopia* (5).
__. 1957. *Somalia, seritti vari editi e inediti, I.* Roma (Intr. Geral) (5) (6).
CHAMARD, P. 1969-70. *Le bassin versant de la Sebkha de Chemchane (Adrar de Mauritanie).* Dakar, Fac. Lettres-Sc. Hum. 205 p. (23).
CHAMLA, M. C. 1968. "Les populations anciennes du Sahara et des régions limitrophes: étude des restes humains néolithiques et protohistoriques". *MCRAPE,* 9 (23) (24).
__. 1970. *Les hommes épipaléolithiques de Columnata (Algérie occidentale).* Paris, AMG (22).
__. 1973. "Etude anthropologique de l'Homme capsien de l'Aïn Dokkara (Algérie orientale)". *Libyca,* XXI :9-53.
CHAMOT, E. M. & MASON, C. W. 1938. *Handbook of chemical microscopy.* 2. ed. New York, Wiley. v. I. (9).
CHAMPAULT, B. 1953. "L'industrie de Tachenghit". In: 70ème CONGR. AFSS. 126 p. (23).
CHASSELOUP-LAUBAT, F. de. 1938. *L'art rupestre au Hoggar (Haut Mertoutek).* Paris, Plon. 63 p. (23).
CHAVAILLON, J. 1936. "Quaternaire de la vallée du Guir (Sahara nord-occidental)". *C.R. Som. Séances Soe. Géolog, Fr. (23).*
__. 1958. "Industrie archaïque du Paléolithique ancien en place, dans les alluvions de l'oued Guir (Sahara nord-occidental)". *BSPF,* 55: 431-43 (23).
__. 1964. *Les formations quaternaires du Sahara nord-occidental.* Paris, CNRS, 393 p., 32 pr. (23).
__. 1973. "Chronologie des niveaux paléolithiques de Melka Konturé (Ethiopie)". *CRAS,* 276 :1533-6 (17).
CHAVAILLON, J., BRAHIMI, C. & COPPENS, Y. 1974. "Première découverte d'Hominidé dans l'un des sites acheuléens de Melka Konturé (Ethiopie)". *CRAS,* 278: 3299-302 (17).
CHAVAILLON, J., CHAVAILLON, N., COPPENS, Y. & SENUT, B. 1977. "Présence d'Hominidé dans le site oldowayen de Gomboré I à Melka Konturé, Ethiopie". *CRAS.* t. 285, p. 961-63 (17).
CHELEBI, E. 1938. *Seyahainume.* Istanbul (6).
CHELU, A. 1891. *Le Nil, le Soudan, l'Egypte.* Paris, Chaix (28).
CHESNEAUX, J. 1969. *Le mode de production asiatique.* Paris, Editions Sociales (Concl.).
CHEVALIER, A. 1938. "Le Sahara, centre d'origine des plantes cultivées". In: SOCIÉTÉ DE BIOGÉOGRAPHIE. VI: *La vie dans la région désertique nord-tropicale de l'Ancien Monde.* Paris: 309-22 (27).

CHILDE, G. 1954. *What happened in history?* Harmondsworth, Penguin Books Ltd. (27).
CHURCH, R. J. H. 1969. *Africa and the Islands.* London, Longmans. 494 p. (13).
CISSE, K. & THILMANS, G. 1968. "A propos de la datation des mégalithes sénégambiens". *NA,* 117: 13-7 (24).
CISSOKO, S. M. 1967. *Histoire de l' Afrique occidentale.* Paris, Présence africaine (Intr. Geral).
CLARIDGE, W. W. *History of the Gold Coast and Ashanti.* London (1).
CLARK, G. 1969. *World prehistory,* 2. ed. Cambridge, Cambridge Univ. Press. XVI + 331 p. (19) (24).
CLARK, J. D. 1950. *The Stone Age cultures of Northern Rhodesia.* South African Archaeological Society. Cabo (20).
__. 1957. *Third Panafrican Congress on Prehistory.* London, Chatto and Windus (24).
__. 1960. *The prehistory of Southern Africa.* Harmondsworth, Penguin Books Ltd. (19) (21) (24).
__. 1962. "Vegetation patterns, climate and sands in North East Angola": In: ACTES IV CONGR. PPEQ. p. 151-66 (21).
__. 1963-a. "Ecology and culture in the African Pleistocene". *SAJS,* 59, 7: 353-66 (21).
__. 1963-b. "Prehistoric cultures of North-East Angola and their significance in tropical Africa". *CDAPC,* 62 (21).
__. 1964. *The Sangoan culture of Equatoria: the implications of its stone equipment.* Instituto de prehistoria y arqueología, monografias, Barcelona. 9: 309-25 (20).
__. 1966. "The distribution of prehistoric culture in Angola". *CDAPC, 73* (21).
__. 1967-a. "The problem of Neolithic culture in sub-Saharan Africa". In: BISHOP, W. W. & CLARK, J. D., eds. *Background to evolution in Africa.* Chicago, Chicago Univ. Press. p. 601-28 (24).
__. 1967-b. *Atlas of African prehistory.* Chicago, Chicago Univ. Press (19) (24).
__. 1968-a. "Review of Oliver Davies's - The Quaternary in the Coastlands of Guinea". *WAAN,* 13, 9: 37-40 (24).
__. 1968-b. "Further palaeo-anthropological studies in Northern Lunda". *CDAPC,* 78 (21).
__. 1969-74. *Kalambo Falls prehistoric site.* Cambridge, Cambridge Univ. Press. 3 v. (19) (20) (21).
__. 1970-a. "The prehistoric origins of African cultures". In: FAGE, J. D. & OLIVER, R. A. *Papers in African prehistary,* Cambridge (21).
__. 1970-b. "The spread of food production in Subsaharan Africa". In: FAGE, J. D. & OLIVER, R. A. *Papers in African prehistory.* Cambridge (27).
__. 1970-c. *The prehistory of Africa.* London, Thames & Hudson (14) (19) (20) (24).
__. 1971-a. "Human behavioural differences in Southern Africa during the Later Pleistocene". *American Anthropologist.* v. 73: 1211-36 (20).
__. 1971-b. "Problems of archaeological nomenciature and definition in the Congo Basin". *SAAB,* XXVI: 67-78 (24).

CLARK, J. D. & HAYNES, C. V. 1969. "An elephant butchery site at Mwan-ganda's village, Karonga, Malawi and its relevance for Palaeolithic archaeology". *WA,* 1, 3: 390-411 (20).
CLARK, J. D. & LE GROS, W. E. 1967. "Man-apes or Ape-men? The story of discoveries in Africa". New York (20).
CLARK, J. D., MAWBY, J. E. & GAUTIER, A. 1970. "Interim report on palaeoanthropological investigations in the Lake Malawi Rift". *Quaternaria,* XIII: 305-54 (20).
CLARK, J. D. & ZINDEREN-BAKKER, E. M. van. 1962. "Pleistocene climates and culturesin North-Eastern Angola". *Nature,* 196,4855: 639-42 (21).
__. 1964. "Prehistoric cultures and Pleistocene vegetation at the Kalambo Falls, Northern Rhodesia". *Nature, 201,* 4923: 971-5 (21).
CLARKE, J. 1848. *Specimens of dialects: short vocabulary of languages and notes of countries and customs in Africa.* Berwick-on-Tweed, D. Cameron. 104 p. (12).
CLARK-HOWELL, P., KLEINDIENST, M. R. & KELLER, C. M. "Isimila, Preliminary report". *Proc. 4th PCPQS* (19).
CUMAP. 1974. *Mapping the atmospheric and oceanic circulations and other climatic parameters at the time of the last glacial maximum about 17000 years ago.* Climatic Research Unit, School of Environmental Sciences, University of East Anglia, Norwich. 123 p. (16).
CNRS, ed. 1974. "Les méthodes quantitatives d'étude des variations du climat au cours du Pléistocène". *Colloque International du CNRS,* 219, 317 p. (16).
COCKERELL, T. A. D. 1907. "A fossil tse-tse fly in Colorado". *Nature, 76,* 414 (14).
__. 1909. "An other fossil tse-tse fly". *Nature, 80,* 128 (14).
__. 1919. "New species of North American fossil beetles, Cockroaches and tse-tse flies". *Proc. NS. St. Nat. Mus.,* 54: 301-11 (14).
COETZE, J. A. & ZINDEREN-BAKKER, E. M. van. 1970. "Palaeoecological problems of the Quaternary of Africa". *SAIS,* 66: 78-84 (21).
COHEN, D. W. 1972. *The historical tradition of Busoga. Mukama and Kintu.* Oxford, The Clarendon Press. X + 218 p. (3).
COHEN, M. 1947. *Essai comparatif sur le vocabulaire et la phonétique du Chamito-sémitique.* Paris, H. Champion. XI + 248 p. (10) (12).
__. 1958. *La grande invention de l'écriture et son évolution.* Paris (10).
COLE, D. T. 1971. "The history of African linguistics to 1945". In: SEBEOK, T. A., dir. *Linguistics in Subsaharan Africa.* v. VII de *Current trend in linguistics.* Paris, La Haye, Mouton (12).
COLE, G. H. 1967. "Nsongezi. Summary account". In: BISHOP, W. W. & CLARK, J. D. *Background to evolution in Africa.* p. 481-528 (19).
COLE, S. 1964. *The prehistory of East Africa.* New York, London (19).
COLEMAN, J. S. 1958. *Nigeria. Background to nationalism.* Berkeley, California Univ. Press. XIV + 510 p. (3).

COLES, J. M. & HIGGS, E. S. 1969. *The archaeology of early man.* London (19).
COLETTE, J. R. F. 1931. "Industries paléolithiques du Congo belge". In: ACTES XV CONGR. IAAP. p. 285-92 (21).
__. 1935. "Complexe et convergences en préhistoire". *BSRBAP,* 50: 49-192 (21).
COMMONWEALTH ARTS FESTIVAL. 1965. *Treasures from the Commonwealth.* London. Commemorative Catalogue (24).
CONNAH, G. 1967. "Progress report on archaeological work in Bornu. Northern history research scheme, second interim report". Zaria (24).
__. 1969. "Settlement mounds of the Firki – The reconstruction of a lost society". *Ibadan,* 26: 48-62 (24).
__. 1971. "Recent contributions to Bornu chronology". *WAJA,* I: 55-60 (24).
__. 1972. "Archaeology in Benin". *JAH,* 13, 1 :25-38 (24).
CONTI ROSSINI, C. 1928. *Storia d' Etiopia.* Milano (1).
COOK, R. M. 1963. "Archaeomagnetism". In: BROTHWELL, D. & HIGGS, E., eds. *Science in archaeology.* London, Thames and Hudson (9).
COOKE, C. K. 1969. "A re-examination of the 'Middle Stone Age' industries of Rhodesia". *Arnoldia,* 17 (4).
__. 1971. "Excavation in Zombepata Cave, Sipolilo District, Mashonaland, Rhodesia". *SAAB,* XXVI: 104-27 (20).
COOKE, H. B. S. 1958. "Observations relating to Quaternary environments in East and Southern Africa". *TGSSA.* Anexo ao v. 61 (16) (21).
__. 1963. "Pleistocene mammal faunas of Africa with particular reference to Southern Africa". In: HOWELL, F. C. & BOURUERE, F., eds. *African ecology and human evolution.* p. 65-116 (20).
__. 1965. "Tentative correlation of Major Pleistocene deposits in Africa". *The origin of man, Wenner-Green symposium.* Chicago (24).
__. 1972. "Pleistocene chronology: long or short". *Maritimes sediments,* 8, I : 1-12 (16).
COONS, C. S. 1968. *Yengema cave report.* Philadelphia, Univ. of Pensylvania. p. V + 77 + 35 pr. (24).
COPANS, J. & GODELIER, M. 1971. *L' Anthropologie, science des sociétés primitives?* Paris, Denoël (Intr. Geral).
COPPENS, Y. 1960. "Les cultures protohistoriques et historiques du Djourab". In: ACTES I COLL. INTERN. ARCHÉOL. AFR. (Intr. Geral).
__. 1961. "Découverte d'un Australopithéciné dans le Villafranchien du Tchad". *CRAS,* 252: 3851-2 (23) (24).
__. 1962. "Découverte d'un Australopithéciné dans le Villafranchien du Tchad". *Colloques internationaux du CNRS, 104*: 455-9 (23).
__. 1965-a. "L'Hominien du Tchad". *CRAS., 360*: 2869-71 (24).
__. 1965-b. "L'Hominien du Tchad". In: ACTS V CONGR. PPEC, I. p. 329- 30 (24).
__. 1966-a. "Le Tchadanthropus". *Antropologia, 70*: *5-16.*

__. 1966-b. "Le gisement des vertébrés quaternaires de l'Ouest africain". *BIFAN,* A, 27: 373-81 (24).
__. 1970-a. "Localisation dans le temps et dans l'espace des restes d'Hominidés des formations plio-pléistocènes de l'Omo (Ethiopie)". *CRAS,* 271: 1968-71 (17).
__. 1970-b. "Les restes d'Hominidés des séries inférieures et moyennes des formations plio-villafranchiennes de l'Omo en Ethiopie". *CRAS, 271*: 2286-9 (17).
__. 1971. "Les restes d'Hominidés des séries supérieures des formations plio-villafranchiennes de l'Omo en Ethiopie". *CRAS,* 272: 36-9 (17).
__. 1972. "Tentative de zonation du Pliocène et du Pléistocène d'Afrique par les grands Mammifères". *CRAS;* 274: 181-4 (17).
__. 1973-a. "Les restes d'Hominidés des séries inférieures et moyennes des formations plio-villafranchiennes de l'Omo en Ethiopie (récoltes 1970, 1971 et 1972)". *CRAS,* 276: 1823-6 (17).
__. 1973-b. "Les restes d'Hominidés des séries supérieures des formations plio-villafranchiennes de l'Omo en Ethiopie (récoltes 1970, 1971 et *1972)". CRAS,* 276: 1981-4 (17).
__. 1975-a. "Evolution des Mammifères, de leurs fréquences et de leurs associations au cours du Plio-Pléistocène dans la basse vallée de l'Omo en Ethiopie". *CRAS,* 281: 1571-4 (17).
__. 1975-b. "Evolution des Hominidés et de leur environment au cours du Plio-Pléistocène dans la basse vallée de l'Omo en Ethiopie". *CRAS, 281*: 1693-6 (17).
COPPENS, Y., HOWELL, F. c., ISAAc, G. L. & LEAKEY, R. E. F. 1976. *Earliest man and environments in the Lake Rudolf basin.* Univ. of Chicago Press. XXII + 615 p. (17) (18) (19).
CORBEIL, R 1951-a. "Les récentes découvertes au Cap Vert concernant le Paléolithique". *BIFAN,* B, 13: 384-437 (24).
__. 1951-b. "Mise en évidence d'industries lithiques anciennes dans l'extrème ouest sénégalais". *C.R. Com. Intern. Africanistes Ouest I,* 2: 387-90 (24).
CORBEIN, R., MAUNY, R. & CHARBONNIER, J. 1948. "Préhistoire et protohistoire de la presque'île du Cap Vert et de l'extrème ouest sénégalais". *BIFAN,* B, *10*: 378-460 (24).
CORNEVIN, R 1962. *Histoire de l' Afrique.* Paris (5).
CORREIA, E. A. de S. 1937. *História de Angola.* Lisboa.
COUPEZ, A. & KAMAZI, T. 1970. *Littérature de cour au Rwanda.* Oxford (7).
COURSEY, D. G. 1967. *Yams.* London, Longmans-Green. XIV + 230 p. (24).
__. 1972. "The origins and domestication of yams in Africa". *Proc. Burg, Wart. Symp.,* 56 (24).
COURSEY, D. G. & ALEXANDER, J. 1968. "African agricultural patterns and the Sickle Cell". *Science, 160*: 1474-5 (24).
COURTOIS, C. 1955. *Les Vandales et l'Afrique.* Paris (5).

CREACH, D. A. 1970. "A tale type index for Africa". *Research in Africa, Literatures,* I, *1*: 50-3, Austin (7).
CREACH, P. 1951. "Sur quelques nouveaux sites et quelques nouvelles industries préhistoriques d'Afrique occidentale française". *C.R. Com. Intern. Africanistes Ouest I,* 2: 397-430 (24).
CREACH, S. A. 1852. *A vocabulary of the Yoruba language.* London, Seeleys. V + 38, 219 p. (12).
CRONE, G. R, ed. 1937. *The voyages of Cadamosto.* London, Hakluyt Society (1) .
CROWTHER, S. 1885. *Journal of an Expedition up the Niger and Tshadda Rivers.* London (16).
CUGOANO, O. 1787. *Thoughts and sentiments on the wicked traffic of the slavery.* London (6).
CUNY, A. 1946. *Invitation à l'étude comparative des langues indo-européennes – et des langues chamito-sémitiques.* Bordeaux (10).
CUOQ, J. 1975. *Recueil des sources arabes concernant l'Afrique occidentale du VII^e au XVI^e siècle (Bilad al-Sudan).* Paris, CNRS. 493 p. (5).
CURRY, R. R. 1969. *Chronologie glaciaire absolue de la Sierra Nevada, Californie, pour les derniers 2700000 ans.* [Tese] Paris (16).
CURTIN, P. D. 1960. "The archives in tropical Africa: A reconnaissance". *JAH,* I, 1: 129-147.
__. 1968. "Field techniques for collecting and processing oral data". *JAH,* IX, 3: 367-85 (7).
CURTIN, P. D. & VANSINA, J. 1964. "Sources of the 19th century Atlantic slave trade". *JAH,* 5 (6).
CUVELIER, J. & JADIN, L. 1954. *L'Ancien Royaume du Congo d'après les archives romaines 1518-1640.* Bruxelas (6).
DAHL, O. C. 1951. *Malgache et Maanjan: Une comparaison linguistique.* Oslo, Egede Institut. 406 p. (12).
DAIN, A. 1961. "Témoignage écrit et philologie". *L'histoire et ses méthodes.* Paris. [Encyclopédie de la Pléiade] (5).
DALBY, D. 1965. "The Mel languages: A reclassification of Southern 'West Atlantic'". *ALS,* 6 (10) (12).
__. 1966. "Levels of relationship in the classification of African languages". *ALS (10).*
__. 1967. "Survey of the indigenous scripts of Liberia and Sierra Leone". *ALS,* 8 (6).
__. 1970-a. *Language and history in Africa.* London, Franck Cassad and Co. 160 p. (10).
__. 1970-b. "Reflections on the classification of African languages, with special reference to the work of Sigismund Wilhem Koelle and Malcolm Guthrie". *African language studies,* XI (12).
DALLONI, M. 1935. *Mission au Tibesti (1930-1931).* Paris, Gauthier-Villar. 2 v. (23).
__. 1948. *Matériaux pour l'étude du Sahara oriental, région entre la Libye, le Tibesti et le Kaouar (Niger).* Alger, *IRS.* 120 p. (23).

__. 1952. "La station moustérienne de Retalmia près d'Inkermann (Algérie)". In: ACTES II CONGR. PPEQ, p. 419-27 (22).
DALLONI, M., DALRYMPLE, G., BRENT, LANPHERE & MARVIN, A. 1969. *Potassium-Argon Dating. Principles, techniques and applications to geochronology.* San Francisco, W. H. Freeman and Co. (4).
DALLONI, M. & MONOO, T. 1948. "Géologie et préhistoire (Fezzan méridional, Kaouar et Tibesti)". Mission scientifique du Fezzan (1944-45). *Trav. IRS,* 6 (23).
DALTON, G. 1968. *Primitive, archaic and modern economies. Essays of Karl Polanyi.* New York (13).
DAMAS, L, ed. 1966. "Ecological essays: Proceedings of the conference of cultural ecology". *Museum of Canada Bull., 230* (27).
DANIEL, G. *The three ages.* Cambridge, Cambridge University Press (24).
DANIELS, C. 1970. *The Garamantes of Southern Libya.* Stoughton, Oleander Press (24).
DAPPER, O. 1668. *Naukeurige Beschrijvinghe des Afrikaenshe Gewesten.* Amsterdam.
DARLINGTON, C. D. 1963. *Chromosomes botany and the origins of cultivated plants.* London, G. Allen Unwin Ltd. (27).
DAVIDSON, B. 1959. *The lost cities of Africa.* Boston, Atlantic monthly Press (Intr. Geral).
__. 1964. *The African past.* London, Longmans (Intr. Geral).
__. 1965-a. *Old Africa rediscovered.* Paris, PUF (Intr. Geral).
__. 1965-b. *Mère Afrique.* Paris, PUF (Intr. Geral).
__. 1967. *The growth of African civilisation: West Africa 1000-1800.* London, Longmans (Intr. Geral).
DAVIES, O. 1959. "The distribution of Old Stone Age material in Guinea". *BIFAN,* B, 21: 1-2 (24).
__. 1960. "The neolithic revolution in tropical Africa". *T H SG,* 4 (24).
__. 1961. *Archaeology in Ghana.* Edimburg, Nelson. IV + 45 p. (24).
__. 1962. "The neolithic culture of Ghana". In: ACTES IV CONGR. PPEQ, 3. p. 291-301 (24).
__. 1964. *The Quaternary in the Coastlands of Guinea.* Glasgow, Jackson. XVI + 276 p. (24).
__. 1966-a. "The invasion of Ghana from the Sahara in the Early Iron Age". In: ACTAS V CONGR. PPEC, 2, p. 27-42 (24).
__. 1966-b. "Comment on: 'J. Arkell, B. Fagan and R. Summers, The Iron Age in Subsaharan Africa'". *CA,* 7: 470-1 (24).
__. 1967-a. "New radiocarbon dates from Ghana". *BASEQUA,* 14-5: 28 (24).
__. 1967-b. *West Africa before the Europeans.* London, Methuen. XX + 364. p. (24).
DAVIES, O., HUGOT, H. & SEODON, D. 1968. "The origins of African agriculture". *CA,* 9, 5: 479-504.
DAVISON, C. C. 1973. "Glass beads in African archaeology", *AATA, 1*0, 2 (9).
DAVISON, C. C., GIAUQUE, R. D. & CLARK, J. D. 1971. "Two chemical groups of dichroic glass beads from West Africa". *Man,* 6, 4: 645-9 (9).

DAY, M. H. & LEAKEY, R. E. F. 1973. "New evidence for the genus Homo from East Rudolf, Kenya, I". *AJPA,* 39: 341-54 (17).
__. 1974. "New evidence for the genus Homo from East Rudolf, Kenya, III". *AJPA,*41: 367-80 (17).
DAY, M. H., LEAKEY, R. E. F., WALKER, A. C. & WOOD, B. A. 1975. "New hominids from East Rudolf, Kenya, I". *A JPA,* 42: 461-76 (17).
__. 1976. "New hominids from East Turkana, Kenya". *AJPA,* 45, 3: 369-436 (17).
DAYRELL, E. 1911. "Further notes on nsibidi signs with their meanings from the Ikom district, Southern Nigeria". *JRAI,* v. 41, pr. LXV-LXVII (10).
DEACON, H. J. 1970. "The Acheulian occupation of Amanzi Springs, Uitenhage district, Cape province". *ACPM.* 8, 11 (20).
__. 1972. "Wilton: an assessment after fifty years". *SAAB,* XXVII, 1-2: 10-48 (20).
__. 1972. "A review of the post-Pleistocene in South Africa". *SAAB,* Goodwin series I: 26-45 (20).
DEBONO, F. 1948-a. "Le Paléolithique final et le Mésolithique à Hélouan", *ASAE,* XLVIII: 629-37 (25).
__. 1948-b. "El-Omari". *ASAE,* XLVIII : 562-8 (25).
__. 1951. "Expédition archéologique royale au Désert oriental". *ASAE,* LI: 59-91 (25).
__. 1954. "La nécropole prédynastique d'Héliopolis". *ASAE,* LII: 625-52 (25).
__. 1956. "La civilisation prédynastique d'el-Omari (nord d'Hélouan)". *BIE,* XXXVII: 331-9 (25).
__. 1969. "Le sentiment religieux à l'époque préhistorique en Egypte". *CHE,* XI: 1-13 (25).
__. 1970. "Recherches préhistoriques dans la région d'Esna". *BIFAD,* LXIX: 245-51 (25).
__. 1971-a. "Etude des dépôts de silex". *Graffiti de la Montagne thébaine.* Cairo (25).
__. 1971-b. "Prospection préhistorique (campagne 1972-1973)". *Graffiti de la Montagne thébaine,* t. I, 4, Cairo (25).
__. 1975. "Thèbes préhistorique, ses survivances à l'époque pharaonique". In: ACTES ou XXIX" CONGR. INTERN. ORIENT. (25).
__. 1976-a. "L'homme oldowaien en Egypte". *BIE* (25).
__. 1976-b. "Survivances préhistoriques de l'usage du silex à l'époque pharaonique". *BIE (25).*
DEGAN, T. 1956. "Le site préhistorique de Tiémassas (Sénégal)". *BIFAN,* B, 8: 432-61 (24).
DELAFOSSE, M. 1901. *Essai de manuel pratique de la langue mandé ou Mandingue.* Paris, Leroux, 304 p. (12).
__. 1912. *Haut-Sénégal-Niger.* Paris, Larose (10).
__. 1914. "Mots soudanais du Moyen Age". *Mém. Soco Ling.,* 18, Paris (10) (12).
__. 1924. "Groupe sénégalo-guinéen". In: MEILLET, A. & COHEN, M, dir. *Langues du monde.* Paris, H. Champion. XVI + 811 p. (10) (12).
DELANY, M. R. 1861. *Official report on the Niger Valley exploring party.* Leeds (6).

DELCROIX, R. &. VAUFREY, R. 1939. "Le Toumbien de Guinée française". *Anthropologie,*49: 265-312 (23) (24).
DELIBRIAS, G., GUILLIER, M. T. & LABEYRIE, J. 1974. "Gif natural radiocarbon measurements VII". *Radiocarbon,* 16, 1: 15-94 (21).
DE LIVRE, A. 1974. *L'histoire des rois d'Imerina: Interprétation d'une tradition orale.* Paris (8).
DEMOUGEOT, E. 1960. "Le chameau et l'Afrique du Nord romaine". *Annales,* 209-47 (26).
DENIS, J., VENNETIER, P. & WILMET, J. 1971. *L'Afrique centrale et orientale.* Paris, PUF. 294 p. (13).
DENNINGER, E. 1971. "Use of paper ehromatography to determine the age of albuminous binder and its applieation to roek paintings". *SAAAS,* 2: 80-4 (9).
DENY, J. 1930. *Sommaire des archives turques du Caire.* Cairo, *IFAO (6).*
DESCAMPS, C. 1971. "D. Les mégalithiques du Sine-Saloum". In: *Sénégal, préservation et mise en valeur du patrimoine archéologique.* Paris, Unesco (24).
DESCHAMPS, H. 1962. "Pour une histoire de l'Afrique". *Diogène, 37*: 113-20 (Intr. Geral). "Regards sur l'Afrique".
__. 1964. *L' Afrique tropicale aux XVII^e^-XVII^e^ siècles.* Paris, CDU (Intr. Geral).
__. 1969. L' *Afrique no ire précoloniale.* Paris, PUF (Intr. Geral).
DESCHAMPS, H. et al., 1970. *Histoire générale de l' Afrique noire.* Paris, PUF. 2 t. (Intr. Geral) (7).
DESPLAGNES, L. 1907-a. "L' archéologie préhistorique en Guinée française". *BSGC (24).*
__. 1907-b. *Le plateau central nigérien.* Paris, Larose (21).
DESPOIS, J. & RAYNAL, R. 1967. *Géographie de l'Afrique du Nord-Ouest.* Paris, Payot. 571 p. (13).
DESTANIQ, E. 1911. "Notes sur des manuscrits arabes de l'Afrique ocidentale". *Revue Africaine* (Intr. Geral) (5) (6).
DEVA, I. 1974. "La tradition orale et l'étude des soeiétés agricoles". *Diogène,* 85: 123-42 (4).
DIAGNE, P. 1972. *Anthropologie de la littérature wolof.* Oakar, IFAN (10).
__. 1976. *Enquète linguistique.* Tehad, Unesco (10).
DIALLO, T. 1968. *Les institutions politiques du Fouta-Djallon au XIXe siècle.* Dakar (ronéo.) (6).
DIEHL, C. 1969. *L'Afrique byzantine.* 2. ed. New York. 2 v. (5).
DIENG, A. A. 1974. *Classes sociales et mode de production esclavagiste en Afrique de l'Ouest.* Paris, CERM, n. 114 (Concl.).
DIENG, A. A. 1978. Hegel, Marx , Engels et les problèmes de l'Afrique noire. Paris, Fonkoré.
DIMBLEBY, G. W. 1963. "Pollen analysis". In: BROTHWELL, O. & HIGGS, E., dir. *Science in archaeology,* London, Thames and Hudson, p. 139-149 (9).

DIOP, C. A. 1955. *Nations nègres et culture.* Paris, Prés. Afr. (10) (24).
__. 1959. *L'unité culturelle de l'Afrique noire.* Paris, Prés. Afr.
__. 1960. *L' Afrique noire précoloniale.* Paris, Prés. Afr. (24).
__. 1962. "Réponse à quelques critiques". *BIFAN,* B, 24: 542-74 (24).
__. 1962. "Histoire primitive de l'Humanité: Evolution du monde noir". *BIFAN,* B, 24: 449-541 (24).
__. 1973. *Introduction à l'étude des migrations en Afrique occidentale et centrale.* Dakar, IFAN (6) (10).
__. 1974. *Physique nucléaire et chronologie absolue.* Oakar-Abidjan, NEA (4).
DIOP, M. 1971-2. *Histoire des classes sociales dans l'Afrique de l'Ouest,* Paris, F. Maspero (Concl.).
DOBLHOFER, E. 1959. *Le Déchiffrement des écritures.* [Trad. do alemão]. Paris, Arthaud (4).
DOIZE, R. L. 1938. "Les boules de pierre et les pierres perforées des collections de préhistoire du musée du Congo". *AMRAC,* I: 89-140 (21).
DOKE, C. M. & COLE, D. T. 1961. *Contribution to the history of African linguistics.* Johannesburg, Witwatersrand University Press, 129 p. (12).
DORESSE, J. 1972. *Histoire sommaire de la Corne orientale de l'Afrique.* Paris (5).
DORIZE, L. 1974. "L' oscillation pluviométrique récente sur le bassin du lac Tehad et la circulation atmosphérique générale". *Revue de géographie physique et de géologie dynamique,* 16, 4: 393-420 (16).
DORSON, R. M. 1972. *African Folklore. Garden City* (*relatos, gêneros orais, folclore, literatura e história*). New Yorker, Anchor Books (8).
__. 1976. "Oral literature, oral history and the folklorist". In: *Folklore and Fakelore.* Cambridge. p. 127-44 (8).
DORST, J. P. & DANDELOT, F. 1970. *A field guide to the larger mammals of Africa.* London, Collins (24).
DRAR, M. 1963. "Flore du continent africain: Région au nord du Sahara". *Enquète sur les ressources naturelles du continent Africain.* Paris, Unesco, p. 257-70 (13).
DRIOTON, E. & VANDIER, J. 1962. *L'Egypte.* 4. ed. aum. Paris, PUF. 2 v. (5) (28).
DROUX, G. & KELLEY, H. 1939. "Recherches préhistoriques dans la région de Boko-Songho et à Pointe-Noire (Moyen-Congo)". *JSA,* 9: 71-84 (21).
DUBIEF, J. 1959. "Le climat du Sahara". *Mém. IRS,* 2 v. (23).
DUBOIS, W. E. B. 1903. *The souls of black folk.* Mae Clurg (Intr. Geral).
__. 1939. *Black folk: then and now.* New York, H. Holt (Intr. Geral).
DUMOULIN DE LAPLANTE, P. 1947. *Histoire générale synchronique.* Paris (Concl.).
DUNBAR, J. H. 1941. *Some Nubian rock pictures of lower Nubia.* Cairo (23).
DUNHAM, D. 1950-63. *The Royal cemeteries of Kush.* 5 v.; El Nuri, v. 2, 1955, Boston. University of Fine Arts (28).
DUNHILL, A. 1969. *The Pipe Book.* Ed. rev. London, Barker (24).

DUVEYRIER, H. 1864. *Les Touaregs du Nord.* Paris, Challamel. 502 p. (23).
DUVIGNEAUD, P. 1958. "La végétation du Katanga et de ses sois métallifères". *Bulletin de la Société Royale de Botanique de Belgique, 90*, 2: 126-278 (21).
DUYVENDAK, J. J. L. 1949. *China's discovery of Africa*. London (5).
__. 1973. "Eastern african coast". *JRAS*: 98-122 (Intr. Geral) (5) (6).
EBOUE, F. 1933. "Les peuples de l'Oubangui-Chari. Essai d'ethnographie, de linguistique et d'économie sociale". *Ethnographie*, *27*: 3-79 (21).
EDWARDS, I. E. S. 1970. "Absolute dating from Egyptian records and comparison with carbon-14 dating". *PTRS*, *269*, 1193:11-9 (9).
EGHAREVBA, J. 1960. *A short history of Benin*. Ibadan, Ibadan Univ. Press (24).
EHRET, C. 1963. "Sheep and Central Sudanic peoples". *JAH*, IX, 2 (Intr. Geral).
EL-KETTANI, M. 1961. "L'histoire et ses méthodes". Paris, [*Encyclopédie de la Pléiade*] NRF (Intr. Geral).
__. 1968-a. "Les manuscrits de l'occident africain dans les bibliothèques du Maroc". *HT, 9*, I: 57-63 (Intr. Geral).
__. 1968-b. "Les sections d'archives et de manuscrits des bibliotheques maracaines". *HT, 9*, 3: 459-68 (Intr. Geral).
EL-TOUNSY, O. 1845. *Voyage au Darfour*. Trad. D' Perron. Paris (6).
EMERY, W. B. 1961. *Archaic Egypt*. Harmondsworth, Penguin Book (28).
__. 1965. *Egypt in Nubia*. London, Hutchinson (28).
EMILIANI, C. 1975. "Paleoclimatological analysis of Late Quaternary cores from the North-eastern Gulf of Mexico". *Science, 189*, 4208: 1083-7 (16).
EMPHOUX, J. P. 1970. "La grotte de Bitorri au Congo-Brazzaville". *CORSTOM*, II: 3-20 (21).
ENCYCLOPEDIE DE L'ISLAM. 2. ed. Leyde (Intr. Geral) (5).
ENGELMAYER, R. 1965. *Die Felsgravierungen in Distrikt Sayala Nubien*. Vienna, H. Böhlaus Nachf. 90 p. (23).
ENNOUCHI, E. 1962. "Un néandertalien: l'homme du Djebel Irhoud". *Anthropologie*, *66* (22).
ERMAN, A. & RANKE, H. 1952. *Aegypten und aegyptischen Leben im Altertum*, Tübingen. Tradução francesa: *La Civilisation égyptienne*. Paris, Payol (28).
EVANS-PRITCHARD, E. E. 1939. "Nuer Time Reckoning". *Africa, 12*: 189-216 (7).
EWING, G. W. 1954. *Instrumental methods of chemical analysis*. London, McGraw Hill Book Company Inc. (9).
EYO, E. 1969. "Excavation at Ile-Ife". *Afr. Arts*: 44-7 (24).
______. 1972-a. "Rop Rock Shelter excavations 1964". *WAJA*, 2: 13-6 (24).
______. 1972-b. "New treasures from Nigeria". *Expedition*, *14*, 2: 1-11 (24).
______. 1974. "Excavations at Odo-Ogbe Street and Lafogido, Ife, Nigeria". *WAJA*, 4 (24).
EYRE, S. R. 1968. *Vegetations and soils*. London, Arnold (14).
FAEGRI, K. & IVERSEN, J. 1950. *Introduction to pollen analysis*. Copenhague (9).

FAGAN, B. M. 1969. "Radiocarbon dates for Subsaharan Africa, VI". *JAH. 10*: 149-09 (24).
FAGAN, B. M. & NOTEN, F. van. 1971. "The Hunter-gatheres of Gwisho". *AMRAC, 74*. XXII + 228 p. (21)
FAGE, J. D. 1962. *An introduction to the history of West Africa*. 3. ed. Cambridge (Intr. Geral).
__. 1966. *An atlas of African history*. London, Arnold.
__. 1970. *Africa discovers her past*. Oxford, Oxford Univ. Press (15)
FAGE, J. D. & OLIVER, R. A. 1970. "Papers in African prehistory". *JAH* (Concl.).
FAGG, A. 1972-a. "Pottery from the Rock Shelter excavations of 1944 and 1964". *WAJA*, *2*: 29-38 (24).
__. 1972-b. "Excavation of an occupation site in the Nok Valley, Nigéria". *WAJA, 2*: 75-9 (24).
FAGG, B. E. B. 1944. "Preliminary report on a microlithic industry at Rop Rock Shelter, Northern Nigeria". *Proceedings of the Prehistoric Society*, 10: 68-9, Cambridge (24).
__. 1945. "A preliminary note on a new series of pottery figures from Northern Nigeria". *Africa*, *15*: 21-2 (24).
__. 1956-a. "An outline of the Stone Age of the Plateau Minesfield". *Proc. III Intern. WAC*: 203-22 (24).
__. 1956-b. "The Nok culture". *WAR, 27*: 1083-7 (24).
__. 1959. "The Nok culture in prehistory". *JHSN. 1*, 4: 288-93 (24).
__. 1962. "The Nok terracottas in West African art history". In: ACTES IV CONGR. PPEQ. III. p. 445-50 (24).
__. 1968. 'The Nok culture: Excavations at Taruga". *WAAN, 10*: 27-30 (24).
__. 1969. "Recent work in West Africa; new light on the Nok culture". *WA*, I: 41-50 (24).
__. 1972. "Rop Rock Shelter excavations 1944". *WAJA, 2*: 1-12 (24).
FAGG, B. E. B. & FLEMING, S. J. 1970. "Thermoluminescent dating of a terracotta of the Nok culture, Nigeria". *Archaeometry*, 12: 53-5 (24).
FAGG, W. 1963. *Nigerian images*. London, Lund Humphries. 124 p. (24).
FAGG, W. & WILLETT, F. 1960. "Ancient Ife: An ethnographical summary". *ODU, 8*: 21-35 (24).
FARAG, N. & ISKANDER, A. 1971. *The discovery of Neferwptah*. Cairo (9).
FARINE, B. 1963. *Sites préhistoriques gabonais*. Libreville, Ministère de l'Information (21).
__. 1965. "Recherches préhistoriques au Gabon". *BSPPG*, v. I, 3: 68-84 (21).
__. 1967. "Quelques outils principaux des divers faciès préhistoriques dês districts de Ndjole et de Booué". *BSPPG*: 22-36 (21).
FAULKNER, R. O. 1953. "Egyptian military organisation". *JEA, 39*: 32-47 (28).
FAURE, H. 1962. *Reconnaissance géologique des formations sédimentaires post-paléozoïques du Niger oriental*. [Tese] Paris (23).
__. 1967. "Evolution des grands lacs sahariens à l'Holocène". *Quaternaria, 15*: 167-75 (16).
__. 1969. "Lacs quaternaires du Sahara". *Internationale Vereinigung für theoretische und Angewandte Limnologie*, *17*: 131-48 (16).

FAURE, H. & ELOUARD, P. 1967. "Schéma des variations du niveau de l'océan Atlantique sur la côte de l'ouest de l'Afrique depuis 40000 ans". *CRAS,* 265: 784-7 (24).
FEREMBACH, D. 1970. *Les cro-magnoïdes de l'Afrique du Nord. L'homme de Cro-Magnon.* Paris, AMG (22).
FEREMBACH, D., DASTUGUE, J. & POITRAT-TARGOWLA, M.-J. 1962. *La nécropole épi-paléolithique de Taforalt (Maroc oriental).* Casablanca (22).
FERGUSON, J. 1969. "Classical contacts with West Africa". In: THOMPSON, L. A. & FERGUSON, J., eds. *Africa in classical antiquity,* Ibadan, Ibadan Univ. Press IX + 221 p. (24).
FIELDS, P. R, MILSTED, J., HENRICKSEN, E. & RAMETTE, R W. 1971. "Trace impurities copper ores and artefacts". *Science and archaeology*: 131-43 (4).
FILESI, T. 1962. *La relazione della Cina con l'Africa nel medievo.* Milano (5).
FILIPOWIARK, M. 1969-a. "L' expédition archéologique polono-guinéenne à Niani en 1968". *Africana* II: 107-17 (24).
__. 1969-b. "Discovering Niani". *Polish Review,* 4, 92: 14-6 (24).
FINNEGAN, R 1970. *Oral literature in Africa.* Oxford (8).
FISHER, H. J. 1972. "He swalloweth the ground with fierceness and rage: the horse in the Central Sudan". *JAR,* 13, 3: 367-88 (24).
FLAMAND, G. B. M. 1902. "Les pierres écrites (Hadjrat Mektoubat), du nord de l'Afrique et spécialement de la région d'In Salah". *Anthropologie, 12*: 535-8 (23).
__. 1921. *Les pierres écrites (Hadjrat Mektoubat). Gravures et inscriptions rupestres du Nord Africain.* Paris, Masson (23).
FLEMING, H. C. 1969. "The classification of West Cushitic within Hamito-Semitic". In: McCALL, D. F., BENNETT, N. R. & BUTTER, J., dir. *Eastern African history,* New York, Washington, London and Praeger (12).
FLIGHT, C. 1970. "Kintampo 1968". *WAAN,* 12: 71-3 (24).
FLINT, R F. 1947. *Glacial geology and the Pleistocene epoch.* London, New York. 589 p. (16).
__. 1959-a. "Pleistocene climates in Eastern and Southern Africa". *BGSA, 70*: 343-74 (16) (21).
__. 1959-b. "On the basis of Pleistocene correlation in East Africa". *Geology Magazine,* V, 96: 265-84 (21) (24).
__. 1971. *Glacial and Quaternary geology.* New York, Wiley. p. XIV + 892 (16) (24).
FLUTRE, L. F. 1957. *Pour une étude de la toponymie de l'A.O.F.* Dakar, publ. da Universidade (Intr. Geral).
FODOR, I. 1966. *The problems in the classification of the African languages.* Budapest, Center for Afro-Asian Research of the Hungarian Acad. Se. (4).
FOERSTER, R, ed. 1893. *Scriptores physiognomici.* Leipzig, Teubner (11).
FORBES, R. J. 1964. *Studies in ancient technology.* Leyde, Brill. v. 1 (28).
FORD, J. 1971. *The historical role of tsé-tsé.* Oxford, The Clarendon Press. (Intr. Geral).
FORDE, D. 1954. *African worlds.* London, OUP (Intr. Geral).
__. 1956. *Efik trades of old Calabar.* London (6).

FORTES, M. & EVANS-PRITCHARD, E. E. 1952. *African political systems.* London, OUP (Intr. Geral).
FOSBROOKE, H. A. 1950. "Rock-paintings of North-Central Tanzania". *TNR,* 29 (19).
FOUREAU, F. 1883. "Excursion dans le Sahara algérien". *L'Explorateur, 16* (23).
__. 1905. *Documents scientifiques de la mission saharienne.* Mission Foureau-Lamy, d'Alger au Congo par le Tchad. Paris, Masson. 3 v. (23).
FOURNIER, F. 1963. "Les sols du continent africain". *Enquète sur les ressources naturelles du continent Africain.* Paris, Unesco, p. 227-55 (13).
FREEMAN, T. 1843. *Journal of various visits to the kingdom of Ashanti, Dahomey and Abeokuta.* London (6).
FREEMAN-GRENVILLE, G. S. P. 1958. "Swahili literature and the history and archaeology of the East African coast". *IEASC,* 28, 2 (Intr. Geral) (5) (6).
__. 1959. "Medieval evidences for Swahili". *IEASC,* 29, 1 (Intr. Geral) (5) (6).
__. 1960. "East African coin finds and their historical significance". *JAR, 1* : 31-43 (Intr. Geral) (5) (6).
__. 1962. *The East African coast, select documents from the first to the early nineteenth century.* Oxford (6).
FROBENIUS, L. 1913. *The voice of Africa.* London, B. Bleen (Intr. Geral).
__. 1937. *Ekade Ektab. Die Felsbilder Fezzan.* Veröffentlichung des Forschungsinstitut für Kulturmorphologie. Leipzig, Harrasowits (23).
__. 1949. *Mythologie de l'Atlantide.* Paris, Payot (Intr. Geral).
__. 1952. *Histoire de la civilisation Africaine.* Paris, Gallimard (Intr. Geral).
FROBENIUS, L. & OBERMAIER, H. 1923. *Hadschra Mektuba.* Munich. K. Wolff (23).
FROGER, J. 1965. "La machine électronique au service des sciences humaines". *Diogène,* 52 : 110-44 (4).
FROUDE, J. A. 1888. *The English in the West Indies.* Oxford (1).
FURON, R 1943. *Manuel d'archéologie préhistorique.* Paris, Payot (Concl.).
__. 1958. *Manuel de préhistoire générale.* Paris, Payot (Concl.).
__. 1960. *Géologie de l' Afrique.* Paris, Payot. 351 p. (13).
FYNN, N. F. 1950. *The diary of ... 1803-61.* Pietermaritsburg (6).
GABEL, C. 1966. "Prehistoric populations of Africa". *BUPA*: 1-37 (15).
GABEL, C. & BENNETT, N. R. 1967. *Reconstructing African culture history.* Boston, Boston Univ. Press (15).
GALTON, F. 1891. *Narrative of an explorer in tropical Africa.* 4. ed. London (6).
GARDINER, A. H. 1947. *Ancient Egyptian onomastica.* London, Oxford Univ. Press (28).
__. 1957. *Egyptian grammar.* 3. ed. London, Oxford Univ. Press (28).
GARDNER, J. V. & HAYS, J. D. 1975. "Eastern equatorial Atlantic: subsurface temperature and circulation responses to global climatic charge during the past 200000 years". *GSAM* : 145 (16).
GARLAKE, P. 1974. "Excavations at Obalara's Land, Ife, Nigeria". *WAIA, 4* (24).

GASSÉ, F. 1975. *L'Evolution des lacs de l'Afar Central (Ethiopie et TFAI) du Plio-Pléistocène à L'Actuel.* [Tese] Paris, Université de Paris. VI, 3 v. (16).
GAUSSEN, M. & J. 1965. "Un atelier de burins à Lagreich-Néo. 1, Oued Tilemsi (Mali)". *Anthropologie,* 69 (23).
GAUTIER, E. F. 1914. "Minette de St-Martin, note sur une collection préhistorique saharienne". *Revue Africaine* (23).
__. 1933. "Deux centres d'influence méditerranéenne qui rendent intelligible l'Afrique occidentale". *BSGF*: 71-2 (Intr. Geral).
__. 1946. *Le Sahara algérien.* Paris (23).
__. 1950. *Le Sahara.* 3. ed. Paris, Payot. 231 p. (23).
GAUTIER, E. F. & REYGASSE, M. 1923. "Découverte d'un outillage moustérien à outils pédonculés atériens dans le Tidikelt, oueld Asriouel, région d'Aoulef Chorfa". In: ACTES 46 CONGR. *AFAS (23).*
__. 1934. "Les monuments de Tin Hinan". *AASC,* 7, 12 p. (23).
GENTNER, W. & LIPPOLT, H. J. 1963. "The potassium-argon dating of Upper Tertiary and Pleistocene deposits". In: BROTHWELL, D. & HIGGs, E., dir. *Science in archaeology.* London, Thames and Hudson, p. 72-84 (9).
GERMAIN, G. 1957. "Qu'est-ce que le périple d'Hannon?" *Hespéris,* Rabat (5).
GEUS, F. 1976. *Rapport annuel d'activité 1975-6.* Khartoum, Service des Antiquités du Soudan (28).
GIEGENGACK, R. F. 1968. *Late Pleistocene history of the Nile Valley in Egyptian Nubia.* [Ph. D. Dissertation] Yale University (16).
GILBERT, E. W. 1932. "What is historical geography?". *The Scottish geographical magazine,* 48, 3 (14).
GLELE, M. Ahanhanzo. 1974. *Le Danxome, du pouvoir Aja à la nation Fon.* Paris, Nubia (10).
GOBERT, E. G. 1951-2. "El-Mekta, station princeps du Capsien". *Karthago,* 2, 72 p. (22).
__. 1963. "Bibliographie critique de la préhistoire tunisienne". *Cah. de Tunisie,* 41-2 : 37-77 (22).
GODEE-MOLSBERGEN, E. C. 1916-32. *Reüsen in Zuid Africa in the Hollandse Tijd.* La Haye. 4 v. (6).
GOODWIN, A. J. H. & RIET LOWE, C. van. 1929. "The Stone Age cultures of South Africa". *ASAM,* 27 (20).
GOODY, J. ed. 1968. *Literacy in traditional societies.* Cambridge (7).
GOROG-KARADY, V. 1966-72. "Littérature orale africaine: Bibliographie analytique (périodiques)", *CEA,* 21, VIII: 243-501; 36, IX: 631-66; *40,* X: 583-631; 45, XII: 174-92 (7).
GOUROU, P. 1970. *L'Afrique.* Paris, Hachette, 488 p. (13).
GRANDIDIER, A. & G. 1903-20. *Collections des ouvrages concernant Madagascar.* Paris, Comité de Madagascar. 9 v. (12).
GRAY, R. 1965. "Eclipse maps". *JAH,* VI-3: 251-62 (7).

__. 1968. "Annular eclipse maps". *JAH,* IX, I:147-57 (7).
GRAY, R. & CHAMBERS, D. S. 1965. *Materials for West African history in Italian archives.* London (6) (24).
GRAZIOSI, P. 1942. *L'arte rupestre della Libia.* Naples, Ediz. della Mostra d'Oltremare (23).
GREENBERG, J. H. 1948. "The classification of African languages", *AA (10).*
__. 1954. "Etude sur la classification des langues africaines". *BIFAN,* B, XVI (Intr. Geral) (1) (10).
__. 1957-a. *Essays in linguistics.* Chicago (10).
__. 1957-b. "Nilotic Hamitic and Hamito-Semitic". *Africa,* 27 (10) (12).
__. 1963-a. "Langues et histoire en Afrique". *Présence Africaine,* 45: 35-45 (10) (15).
__. 1963-b. "The language of Africa". *IJAL,* 29, 1 (1) (10) (12) (24).
__. 1963-c. "History and present status of the Kwa problem". In: ACTES II COLL. INTERN. LNA.
__. 1966-a. *The languages of Africa.* Indiana Univ. (Intr. Geral).
__. 1966-b. *The languages of Africa.* 2. ed. The Hague, Mouton. 180 p. (12).
__. 1971. *Language culture and communication.* Stanford Univ. Press (10).
__. 1972. "Linguistic evidence regarding Bantu origins". *JAR,* 13, 2: 189-216 (12).
GREGERSEN, E. A. 1967. "Linguistic seriation as a dating device for loanwords with special reference to West Africa". *ALR* (10).
__. 1977. *Languages in Africa: an introductory survey.* New York-Paris-London, Gordon & Breach (12).
GRIAULE, M. 1947. "Mythe de l'organisation du monde chez les Dogon du Soudan". *Psyché,* 6: 443-53 (8).
__. 1949. "L'image du monde au Soudan". *ISA,* 19: 81-7 (8).
__. 1952. "Etendue de l'instruction traditionnelle au Soudan". *Zaire,* 6: 563-8 (8).
GRIAULE, M. & DIETERLEN, G. 1951. "Signes graphiques soudanais". *L'homme.* 86 p. (10).
__. 1965. *Le mythe cosmogonique.* Paris, v. I, 544 p. [*Le Renard pâle*] *(8).*
GRIFFITH, F. L. 1927. "The Abydos Decree of Seti I at Mauri". *JEA, 13*: 193-208 (28).
GROVE, A. T. & PULLAN, R. A. 1964. "Some aspects of the palaeogeography of the Chad Basin". In: CLARK-HOWELL, F. & BOURLIERE, ed. *African ecology and human evolution.* London, p. 230-45 (16) (24).
GROVE, A. T., STREET, F. A. & GOUDIE, A. S. 1975. "Former lake levels and climatic charge in the rift valley of Southern Ethiopia". *GJ,* 141, 2: 177-202 (16).
GROVE, A. T. & WARREN, A. 1968. "Quaternary landforms and climate on the South side of the Sahara". *GJ,* 134: 194-208 (24).
GRUET, M. 1954. "Le gisement moustérien d'El-Guettar". *Karthago,* 5, 79 p. (22) (23).
GSELL, S. 1920-28. *Histoire ancienne de l'Afrique du Nord.* Paris. 8 v. (5).
GUÉBHARD, P. 1907. "Trois abris sous roche fouillés dans le Fouta-Djallon." *BGHD, 3*: 408-20 (24).

GUERNIER, F. 1952. *L'Apport de l'Afrique à la pensée humaine.* Paris, Payot (Intr. Geral).
GUILLOT, R. & DESCAMPS, C. 1969. "Nouvelles découvertes préhistoriques à Tiémassas (Sénégal)". *BIFAN,* B, 31: 602-37 (24).
GUITAT, R. 1972. "Présentation de pièces pédonculées d'El Azrag (Mauritanie)". *NA,* 135: 29-33 (23).
GUMA, S. M. 1967. *The form, content and technique of traditional literature in Southern Sotho,* Pretoria (7).
GUTHRIE, M. 1948. *The classification of the Bantu languages.* London-New York, Oxford Univ. Press. 91 p. (12).
__. 1962. "Some developments in the prehistory of the Bantu languages". *JAH,* 3, 2: 273-82 (12).
__. 1967. *Comparative Bantu.* London, Faber and Faber (10).
__. 1969. *Linguistics and history.* London, d'Alby (10).
HABERLAND, E. 1973. *L. Frobenius.* Wiesbaden, Franz Steiner Verlag (26).
HABLE SELASSIE, S. 1967. *Source material for ancient and medieval history of Ethiopia.* Communication au Congrès International des Africanistes. Dakar (5).
HADJIGEORGIOU, C. & POMMERET, Y. 1965. "Présence du Lupembien dans la région de l'estuaire". *BSPPG,* 1, 3: 111-31 (21).
HAIR, P. E. H. 1965. "The enslavement of Koelle's informants". *JAR,* 6 (6).
HALKIN, L. E. 1963. *Initiation à la critique historique.* Paris, A. Colin (Intr. Geral) (15).
HALL, E. T. 1965. "Recent research at the Research Laboratory for archaeology and the history of art". *Proc. Sem. ASEWA,* Boston (9).
__. 1970. "Analytical techniques used in archaeometry". *PTRS,* 269, 1195 (9).
HALPERN, J. W., HARRIS, J. E. & BARNES, C. 1971. "Studying skulls in Egypt". *Research News,* XXII, 1 *Ann Arbor,* The University of Michigan, (9).
HAMILTON, E. I. 1965. *Applied geochronology.* Londres, Academic Press, p. 47-79 (9) (16).
HAMY, E. T. 1900. "La grotte de Kakimbon à Rotoma près de Konakry", *CR* 12 *Congr. Intern. AAP.* (24).
HANOTAUX, G. & MARTINEAU, A. (dir.). 1931. *Histoire des colonies françaises.* Paris, 8 v. (1).
HARLAN, J. R. 1975. *Crops and man.* American Society of Agronomy. Madison, Wisconsin (27).
HARLAN, J. R., WET, J. M. de & STEMLER, A. B. L., dir. 1976. *Origins of African plant domestication.* Paris-La Haye, Mouton (27).
HARLEY, G. V. 1950. Compte rendu de "Masks as agents of social control in Northeast Liberia". Peabody Museum, Harvard Univ., v. XXXII (15).
HARRIES, L. 1962. *Swahili poetry.* Oxford (6).
__. 1964. "The Arabs and Swahili culture". *Africa* XXXIV: 224-9 (Intr. Geral) (5) (6)
HARRIS, D. 1969. "Agricultural systems, ecosystems and the origin of agriculture". In: UCKO, P. J. & DIMBLEBY, G. W. ed. *The domestication and exploitation of plants and animais.* London, Duckworth (27).

HARRIS, J. R. 1961. *Lexicographical studies in Ancient Egyptian minerals.* Berlin (28).
HARTLE, D. D. 1966. "Archaeology in Eastern Nigeria". *WAAN, 5*:13-7 (24).
__. 1968. "Radiocarbon Dates". *WAAN,* 9:73 (24).
__. 1970. "Preliminary report of the University of Ibadan's Hainji Rescue Archaeology Project; 1968". *WAAN,* 12: 7-19 (24).
HARTMANN, F. 1923. *L'agriculture dans l'ancienne Egypte.* Paris (28).
HASSAN, F. A. & WENDORF, F. 1974. "A Sibilian assemblage from El-Elh". *Chronique d'Egypte,* 49: 211-22 (25).
HAU, E. 1959. "Evidence of the use of pre-Portuguese written characters by the Bini". *BIFAN,* XXI (10).
HAY, R. L. 1976. *Geology of the Olduvai Gorge.* Los Angeles-Berkeley-London.,203 p. (17).
HAYES, W. C. 1964. *Most Ancient Egypt.* Chicago-Londres, K. C. Seele (28).
HAYS, J. D., SAITO, T., OPDYKE, N. D. & BURCKLE, L. H. 1969. "Pliocene-Pleistocene sediments of the Equatorial Pacific: their paleomagnetic, biostratigraphic and climatic record". *GSAB, 80*: 1481-513 (16).
HEINTZE, B. 1976. "Oral traditions. Primary sources only for the collector". *History in Africa: A joumal of method, 3.*
HEINZELIN DE BRAUCOURT, J. de. 1957. *Les fouilles d'Ishango,* Bruxelas (21).
__. 1963. "Paleoecological conditions of the Lake Albert - Lake Edward Rift". *Viking Fund. Publ. Anthrop.,* 36 (16).
HEINZELIN DE BRAUCOURT, J. de., BROWN, F. E. & HOWELL, F. C. 1971. "Plio-Pleistocene formations in the lower Omo basin (Southern Ethiopia)". *Quaternaria* (16).
HENIGE, D. P. 1971. "Oral tradition and chronology". *JAR,* XII, 3 (7).
__. 1974. *The chronology of oral tradition. Quest for* 2 *Chimera.* Oxford, Studies in African Affairs (7).
HERBERT, E. W. 1973. "Aspects of the use of copper in pre-colonial West Africa". *JAR,* 14, 2: 179-94 (24).
HERÓDOTO. 1964. *Histories.* [Trad. George Hawlinson]. London, Dent. v. 1, p. XXI + 366 (24).
HERVIEU, J. 1969. "Les industries à galets aménagés du haut bassin de la Benoué (Cameroun)". *BASEQUA,* 22: 24-34 (21).
HERZOG, R. 1938. *Punt.* Glückstadt (11).
HESTER, J. J. 1968. Apud "Comments". *CA,* 9 (5) (27).
HEUSCH, L. de. 1972. *Le Roi ivre ou L'origine de L'Etat.* Paris (7).
HIBEN, F. C. 1967. "Lukuliro", *Archaeology,* XX: 247-53 (19).
HIERNAUX, J. 1970. "La diversité biologique des groupes ethniques". *Ristoire générale de l'Afrique noire.* Paris, *PUF* (Intr. Geral) (11).
__. 1974. *Rapport sur le concept de race.* Paris, Unesco (11).
HILL, P. 1963. *Migrant Cocoa-farmers in Southern Ghana.* Cambridge, Cambridge Univ. Press. XVI + 265 p. (3).

HINTZE, F. 1951. "Revue de l'essai comparatif sur le vocabulaire et la phonétique du chamito-sémitique de M. COHEN". Z. *Phon* 5, 65, 87 (10).
__. 1955. "Die sprachliche Stellung des Meroitischen". *Deutsche Akademie der Wissenchaften Veröff,* 26: 355-72 (12).
HINTZE, F. & U. 1967. *Alte Kuturen im Sudan.* Munich, G.D.W. Callwey. 148 p. (28).
HIRTH, F. 1909-10. "Chinese notices of East African territories". *JAOS, 30* (5).
HISKETT, M. 1957. "Material relating to the state of learning among the Fulani before their jihad". *BSAOS,* 19 (6).
HJALMAR, L. 1962. "Die Merimdekeramik im Mittelmeermuseum". *Orientalia Suecana,* XI (28).
HOCKETT, C. F. & ASCHER, R. 1964. "The human revolution". *CA,* 5, 3 (4).
HODGE, C. T. 1968. "Afro-asiatic 67". In: *Language Sciences.* Indiana (10).
HODGKIN, T. 1956. *Nationalism in colonial Africa.* London (3).
HODGKIN, T. 1966. "The Islamic literary tradition in Ghana". In: LEWIS, I. M., dir. *Islam in tropical Africa.* Oxford (6).
HOFFMANN, I. 1967. *Die Kulturen des Nilstal von Aswan bis Sennar.* Hamburg (28).
HOHENBERGER, J. 1956. "Comparative Masai word list". *Africa,* 26: 281-7 (12) (26).
HOLAS, B. 1950. "Notes préliminaires sur les fouilles de la grotte de Blandé". *BIFAN,* 12: 999-1006 (24).
__. 1952. "Note complémentaire sur l'abri sous roche de Blandé (Guinée)". *BIFAN,* 14: 1341-52 (24).
HOLAS, B. & MAUNY, R. 1953. "Nouvelles fouilles à l'abri sous roche de Blandé (Guinée)". *BIFAN,* 15: 1605-17 (24).
HOMBURGER, L. 1930. "Les dialectes copte et mandé". *BSL,* 3, 1 (Intr. Geral).
__. 1930. "Le bantou et le mandé". *BSL,* 135, 43 (Intr. Geral).
__. 1936. "Le verbe en peul et en massaï". *Anthropologie,* 46 (Intr. Geral).
__. 1941. *Les langues négro-Africaines et les peuples qui les parlent.* Paris, Payot. 350 p. (Intr. Geral) (12)
__. 1948-50. "Eléments dravidiens en peul". *JSA,* 18, 2 (Intr. Geral).
__. 1958. "La linguistique et l'histoire de l'Afrique". *BIFAN,* XX, 3, 4: 554-61 (10).
l'HONORE-NABER, S. L. 1931. *Reisebeschreibungen von deutschen Beamten und Kriegsleuten im Dienst der Niederländischen West und Ost indischen Kompanien 1602-1797.* La Haye. 13 V. (6).
HOORE, J. O. 1964. *Carte des sols d'Afrique au 1:5000000 et mémoire explicatif.* Lagos, CCTA (13).
HORTON, J. A. B. 1868. *West African countries and peoples ... and a vindication of African race.* London (6).
HOUDAS, O. 1964. *Documents arabes relatiis à l' histoire du Soudan.* Reed. Paris, Maisonneuve (Intr. Geral).
HOUIS, M. 1955. "Problèmes linguistiques de l'Ouest africain". *Guide bleu de l' Afrique occidentale française.* Paris, Hachette (11).

__. 1958. "Quelques données de toponymie ouest-africaine". *BIFAN.*
__. 1961. "Mouvements historiques et communautés linguistiques dans l'Ouest africain". *L'homme,* I, 3: 72-92 (11).
__. 1971. *Anthropologie linguistique de l'Afrique noire.* Paris, PUF (Intr. Geral) (10) (11).
HOWELL, F. C. 1965. (The editors of *Life) Early man.* New York, Time Inc. 200 p. (19).
__. 1969. "Remains of Hominidal from Pliocene-Pleistocene Formations in the lower Omo basin, Ethiopia". *Nature,* 223, 20: 1234-9 (17).
__. 1969. "Hominid teeth from White Sands and Brown Sands localities, lower Omo basin, Ethiopia". *Quaternaria,* XI: 47-64 (17).
HOWELL, F. C., COPPENS, Y. & HEINZELIN, J. de. 1974. "Inventory of remains of Hominidae from Pliocene-Pleistocene, Formations of the lower Omo basin, Ethiopia (1967-1972)". *AJPA, 40,* 1: 1-16 (17).
HOWELLS, W. W. 1972. "20 millions d'annés pour faire un homme, les origines de l'homme". *Le courrier de l'Unesco,* aût-sept. :4-13 (Concl.)
HRBEK, L 1965. *Actes du XIIe Congrès International des Sciences historiques.* t. V, Vienne, Horn Austria: Berger (5).
HRBEK, L, KALOUS, M. & PETRÁCEK, M. 1966. *Dejiny Afriky,* Prague. 2 v. (Intr. Geral).
HUARD, P. 1960. "Contribution à l'étude anthropologique des Teda du Tibesti". *BIFAN,* B, XXII, 1-2: 179-201 (28).
__. 1963. "Gravures rupestres de l'Ennedi et des Erdis". *BIRSC,* 2: 3-39 (26).
__. 1964. "Un établissement islamique tchadien ouogayi". *BIFAN,* B, XXII, 1-2 (28).
__. 1966. "Introduction et diffusion du fer au Tchad". *JAH,* 7, 3: 377-407 (24).
__. 1969. "Aires ou origines de quelques traits culturels des populations pré-islamiques du Bas Chari, Logone". In: ACTES I[er] COLL. INTERN. ARCHÉOL. AFR., p. 179-224 (Intr. Geral).
HUARD, P. & BECK, P. 1969. *Tibesti, carrefour de la préhistoire saharienne.* Paris (26).
HUARD, P. & LECLANT, J. 1973. "Figurations de chasseurs anciens du Nil et du Sahara". *RE,* 25 (26).
HUBERT, R. 1922. "Objets anciens de l'Afrique occidentale". *BCEHS,* 5: 382-99 (24).
HUE, E. 1912. "L' Age de la pierre au Fouta Ojalon". *BSPF,* 2 (24).
HUGOT, H. J. 1955-a. "Du Capsien au Tidikelt". In: ACTES II[e] CONGR. PPEQ. p. 601-3 (23).
__. 1955-b. "Un gisement de pebble-tools à Aoulef". *Trav. IRS,* 13: 131-49 (23).
__. 1957. "Essai sur les armatures de pointes de flèches du Sahara". *Libyca,* 5: 89-236 (24).
__. 1962. *Documents scientifiques des missions Berliet-Ténéré-Tchad;* 1959-60. Paris, AMG (23).
__. 1963. "Recherches préhistoriques dans l'Ahaggar nord-occidental 1950-1957". *Mém. CRAPE* (23) (24).
__. 1964. "Etat des recherches préhistoriques dans l'Afrique de l'Ouest, 1964-1965". *WAAN,* 1: 4-7 (24).

__. 1966-a. "Limites méridionales dans l'Atérien". In: ACTAS V CONGR. PPEC (22) (24).
__. 1966-b. "Présence d'un laciès archaïque du Paléolithique inférieur à Dakar". *BIFAN,* A, 28: 415-6 (24).
__. 1967. "Le Paléolithique terminal dans l'Afrique de l'Ouest". In: BISHOP, W. W. & CLARK, J. O., eds. *Background to evolution in Africa.* Univ. of Chicago Press. p. 529-56 (23).
__. 1970. *L'Afrique préhistorique.* Paris, Hatier. 128 p. (21) (23).
__. 1974. *Le Sahara avant le désert.* Paris, Les Hespérides (25) (26).
HUGOT, H. J. et al. 1973. *Tichitt I,* rapport scientifique. Paris (ronéo) (23).
HUGOT, H. J. & BRUGGMANN, M. 1976. *Les gens du matin, Sahara, dix mille ans d'art et d'histoire.* Paris-Lausanne (23).
HUNTINGFORD, G. W. B. 1956. "The 'Nilo-Hamitic' languages". *SWJA, 12*: 200-22 (12).
HUNWICK, J. O. 1962. *Arabic manuscript material bearing on the history of the Western Sudan.* Suplemento do *BNHSN,* VII, 2: 1-9 (Intr. Geral) (5) (6).
__. 1973. "The mid-fourteenth century capital of Mali". *JAH,* 14, 2 (Intr. Geral) (24).
HUZAYYIN, S. A. 1936. "Glacial and pluvial episodes of the diluvium of the old world", *Man,* 36: 19-22 (23).
__. 1941. *The place of Egypt in prehistory.* Cairo (25).
IAKIMOV, V. P. 1972. "Deux grandes théories sur l'apparition des races". *Le courrier de l'Unesco, août-sept.* (Concl.).
ILIFFE, J. 1969. *Tanganyika under German rule 1905-1912.* Cambridge, Camb. Univ. Press. v. XIII, 235 p. (3).
INSKEEP, R. R. 1969. "Some problems in relation to the Early Stone Age in South Africa", *SAAB,* XXIV, 3-4: 174-81 (20).
ISAAC, G. L. 1966. "The geological history of the Olorgesailie area ...". *Proc. 5th PCPQS,* 2: 125-44 (19).
__. 1971. "The diet of early man: Aspects of archaeological evidence from Lower and Middle Pleistocene sites in Africa". *WA,* 2: 278-98 (20).
__. (no prelo). "East Rudolf...". *Proc. 7th PCPQS,* 1977 (19).
ISAAC, G. L., LEAKEY., R. E. F. & BEHRENSMEYER, A. K. 1971. "Archaeological traces of early hominid activities, East of Lake Rudolf, Kenya". *Science,* 173: 1129-34 (17).
ISAAC, G. L. & MCCOWN, E. R. 1976. *Human origins: Louis Leakey and the East African evidence.* Los Angeles-Berkeley (19).
ISAAC, N. 1836. *Travels and adventures in Eastern Africa.* London. 2 v. (6).
ISKANDER, A. 1960. "The scientific study and conservation of the objects and materials found in the discovery of the wooden Boat at Giza". *The Cheops Boats.* Cairo, Antiquities Department of Egypt. I parte (9).

__. 1961. "Chemical identification of the samples found at the Monestary of Phoebanmon". BACHATLY, c., ed. *Le monastère de Phoebanmon dans la Thébaïde.* Cairo, Société d'Archéologie Copte (9).

ISKANDER, A & SHAHEEN, A. E. 1964. "Temporary stuffing materials used in the process of mummification in Ancient Egypt". *ASAE,* LVIII (9).

ISNARD, H. 1964. *Géographie de l'Afrique tropicale.* Paris, PUF (13).

__. 1966. *Le Maghreb.* Paris, PUF, 272 p. (13).

JABVU, D. T. 1920. *The black problem: papers and addresses on various native problems.* Lovedale (6).

JACQUARD, A. 1974. "Distances généalogiques et distances génétiques". *CAEH* II (10).

JANMART, J. 1953. "The Kalahari sands of the Lunda (N-E. Angola), their earlier redistribution and the Sangoen culture". *CDAPC*, 20 (21).

JASON, H. 1959. "A multidimensional approach to oral literature". *CA,* X, 5: 413-26 (7).

JEFFREYS, M. D. W. 1963. "How ancient is West African maize?". *Africa,* 33: 115-31 (24).

JOHANSON, D. C. & COPPENS, Y. 1976. "A preliminary anatomical diagnosis of the first Plio-Pleistocene hominid discoveries in the Central Afar, Ethiopia". *AJPA,* 45,2: 217-34 (17).

JOHANSON, D. C. & TAIEB, M. 1976-a. "Pliocene hominid remains from Hadar, Central Afar, Ethiopia". In: ACTES IX CONGR. UISPP. p. 120-37 (17).

__. 1976-b. "Plio-Pleistocene hominid discoveries in Hadar, Ethiopia". *Nature, 260,* 5549: 293-7 (17).

JOHNSON, S. 1921. *The history of the Yoruba from the earliest times to the beginning of the British protectorate.* Lagos, C.M.S. (Nigeria) Bookshops. v. IX, 684 p. (3) (10).

JOHNSTON, H. H. 1919-22. *A comparative study of the Bantu and semi-Bantu languages.* Oxford, Clarendon Press. 2 v. (12).

JOIRE, J. 1947. "Amas de coquillages du littoral sénégalais dans la banlieue de Saint-Louis". *BIFAN,* 9: 170-340 (24).

JONES, D. H. 1949. *The prehistory of Southern Rhodesia.* Cambridge, Cambridge Univ. Press (Concl.).

__. 1958. "Report on the second conference of London on history and archaeology in Africa". *Africa,* 28, 1 (Concl.):

__. 1970. "Problems of African chronology". *JAH,* XI, 2: 161-76 (7).

JOUBERT, G. & VAUFREY, R. 1941-6. "Le Néolithique du Ténéré". *L'anthropologie, 50,* 3-4: 325-30 (23).

JULIEN, C.-A. 1931. *Histoire de* l'*Afrique du Nord.* Paris, Payot. 2 v. (Intr. Geral) (5).

__. 1944. *Histoire de l'Afrique.* Paris, PUF (Intr. Geral).

__. 1952. *L'Afrique du Nord en Marche.* Paris, R. Julliard., 439 p. (3).

__. 1978. *Histoire de l'Afrique du Nord.* Paris, Payot. 2 v., 372 p.

JUNKER, H. 1929-40. "Vorlaüfiger Berieht über die Grabung der Akademie des Wissensehaften in Wien auf des neolitisehen Siedlung von Merimde, Benisalame

(Westdelta)". *Anzeiger des philo-hist. Klasse des Akademie des Wissenschaften in Wien,* XCI-XVIII: 156-248; V-XII: 21-82; I-IV: 82-6; XVI-XVIII: 53-97; X: 118-32; I-IV: 3-25 (25) (28).

KABORE, V. 1962. "Le caractere féodal du système politique mossi". *CEA*: 609-23 (Concl.).

KAGAME, A. 1969. *Introduction aux grands genres lyriques de l'ancien Rwanda.* Butare (7).

__. 1972. *Un abrégé de l'ethno-histoire du Rwanda.* Butare (7).

KAISER, W. 1977. "Zur inneren Chronologie des Nagadakultur". *AG,* 6 (28).

KALK, P. 1972. "Pour une localisation du Royaume de Gaoga". *JAH,* XIII, 4 (Intr. Geral).

KAMARA, C.-M. 1970. "La vie d'El-Hadji Omar". *BIFAN,* B, 32: 370-411 (3).

KARDINER, A. & PREBLE, E. 1964. *Introduction à l'éthnologie.* Paris, Gallimard.

KEES, H. 1961. *Ancient Egypt, a cultural topography.* London, Faber & Faber (28).

KELLER, C. M. 1970. "Montagu Cave: A preliminary report". *Quaternaria,* XIII: 187-204 (20).

KENNEDY, R. A. 1960. "Necked and lugged axes in Nigeria". *Antiquity, 34*: 54-8 (24).

KENSDALE, W. E. N. 1955-8. *A catalogue of the Arabic manuscripts preserved in the university library.* Ibadan (Nigeria) (Intr. Geral) (5) (6).

KENT, P. E. 1942. "Pleistocene climates in Kenya and Abyssinia". *Nature,* 149: 736-7 (21).

KENT, R. K. 1970. *Early kingdoms in Madagascar; 1500-1700.* New York, Holt Rinehart & Winston. XVI + 336 p. (3).

KESTELOOT, L. 1978. *Da Monzon de Ségou. Epopée Bambara.* Paris, F. Nathan. 2 v. (Concl.).

KHALIL, F. 1963. "La faune du continent africain: Taxonomie, écologie et zoogéographie". In: ENQUÈTE SUR LES RESSOURCES NATURELLES ou CONTINENT AFRICAIN. Paris, Unesco, p. 285-325 (13).

KILHAM, H. 1828. *Specimens of African languages spoken in the colony of Sierra Leone.* London. XI + 69 p. (12).

KIWANUKA, M. S. H. 1967. "Some reflections on the role of oral tradition in the writing of the pre-colonial history of Africa". *Acta Africana,* VI, I: 63-74 (4).

KI-ZERBO, J. 1964. *Le Monde Africain noir.* Paris, Hatier (Intr. Geral).

__. 1957. Histoire et conscience nègre, *Présence Africaine,* 16: 53-69 (11) (Intr. Geral).

__. 1969. "La tradition orale en tant que source pour l'histoire africaine". *Diogène,* 67: 127-42 (Intr. Geral).

__. 1978. *Histoire de l'Afrique noire.* 2. ed. Paris, Hatier (Intr. Geral) (10) (26).

KLEIN, R. G. 1970. "Problems in the study of the Middle Stone Age of South Africa". *SAAB,* XXV: 127-35 (20).

__. 1972. "Preliminary report of the July through September, 1970, Excavations at Nelson Bay Cave, Plettenberg Bay (Cape province, South Africa)". *Palaeoecology of Africa,* 6: 117-208 (20).

__. 1972. "The Late Quaternary mammalian fauna of Nelson Bay Cave (Cape province South Africa): its implication for Negafaunal extinctions and environmental and cultural changes". *Quaternary research,* 2, 2: 135-42 (20).

KOECHLIN, J. 1963. "La flore du continent africain; région du sud du Sahara". In: ENQUÈTE SUR LES RESSOURCES NATURELLES ou CONTINENT AFRICAIN. Paris, Unesco, p. 271-84 (13).

KOELLE, S. W. 1963. *Polyglotta Africana, or a comparative vocabulary of nearly 300 words and phrases in more than 100 distinct African languages.* 2. ed. Graz (6) (10) (12).

KOELLE, S. W. & GUTHRIE, M. 1970. *African language studies.* XI (12).

KOHLER, O. 1955. *Geschichte der Erforschung des nilotischen Sprachen.* Berlin (10).

KOHLER, O., KOLTHOFF, I. M., SANOELL, E. B., MEEHAN, E. J. & BRUCKENSTEIN, S. 1969. *Quantitative chemical analysis.* 4. ed. New York, Mac Millan. XII + 1 200 p. (9).

KOLB, P. 1719. *Vollständige Beschreibung des afrikanischen Vorgebirges der Guten Hoffnung.* Nüremberg (6).

KOUYATE N. 1969-70. *Recherches sur la tradition orale au Mali (Pays Manding).* Mémoire de recherche, non édité. Alger, Université d'Alger (8).

KRZYZANIAK, L. 1972. "Preliminary report on the first season of excavations at Kadero, Sudan". *Trav. CAMAP,* avr. (25)

__. 1977. "Early farming cultures on the lower Nile". *Trav. CAMAP, 21* (28).

KUBBEL, L. E. & MATVEÏEV, V. V. 1960 et 1965. *Sources arabes pour l'ethnographie et l'histoire des peuples d'Afrique au sud du Sahara* (VII^e^ au XII^e^ siècle). Moscou. 2 v. (Intr. Geral) (3) (5).

KUKLA, G. J. & MATTHEWS, R. K. 1972. "When will the present interglacial end?". *Science,* 178: 190-91 (16).

KUPTSOV, A. 1955. "Geographical distribution of cultivated flora and its historical development". *BAUGS,* 87 (27).

LAJOUX, J. D. 1977. *Tassili N'AJjer.* Paris, Chène (26).

LALL, B. B. 1967. *Indian archaeological expedition to Nubia;* 1962. Cairo, Antiq. Egypt. Servo (25).

LAMB, H. H. 1974. "Remarks on the current climatic trend and its perspective". *WMO,* 421: 473-7 (16).

LAMBERT, N. 1970. "Medinet Sbat et Ia Protohistoire de Mauritanie occidentale". *AA,* 4: 15-62 (24).

__. 1971. "Les industries sur cuivre dans l'Ouest africain". *WAJA,* 1: 9-21 (24).

LANFRANCHI, R. 1976. *Rapport des missions d'études et de recherches pré-historiques pour l'année scolaire* 1975-76. Brazzaville, Laboratoire d'Anthropologie de l'Université de Brazzaville, 28 p. (21).

LAROUI, Ab. 1970. *L'histoire du Maghreb.* Paris, Maspero (5).

LASSORT, A. "L'écriture guerzée". *CR, 1^er^ Conf. Afr. Ouest,* Dakar, IFAN (Intr. Geral).

LAUOE, J. 1966. *Les arts de l' Afrique noire.* Paris, Le Livre de Poche (Intr. Geral).

LAUER, J. P. & DEBONO, F. 1950. "Technique du façonnage des croissants de silex utilisés dans l'enceinte de Zozer à Saqqarah". *ASAE,* v. L: 2 et seqs. (25).

LAW, R. C. C. 1967. "Contacts between the Mediterranean civilizations and West Africa in pre-islamic times". *LNR,* 1, 1: 52-62 (24).

__. 1971. “The constitutional troubles of Oyo”. *JAS,* XII, 1 (Intr. Geral).
LAWSON, A. C. 1927. *The Valley of the Nile.* Univ. Calif. Chron., 29, 235-59 (16).
LAYA, D. 1972. *La tradition orale: problématique et méthodologie des sources de l’histoire Africaine.* Centre régional de documentation pour la tradition orale. Niamey (7) (15).
LEAKEY, L. S. B. 1936. *Stone Age Africa.* Oxford [última ed.: 1970] (19).
__. 1949. “Tentative study of the Pleistocene climatic changes and Stone-Age culture sequence in North-Eastern Angola”. *CDAPC,* 4, 82 p. (21).
__. 1950. “The lower limits of the Pleistocene in Africa”. *Report on the* XVIIIth *International Geology Congress* [Londres, 1948], 9: 62-5 (24).
__. 1952. *Proceedings of the Panafrican Congress on Prehistory.* Oxford, Blackwell. VIII + 239 p. (24).
__. 1965. *Olduwai Gorge* – 1951-1961 – *Fauna and background.* Cambridge, Cambridge Univ. Press, 118 p. (17).
__. 1971. *Stone Age Cultures of Kenya Colony.* Londres, Cass (19).
LEAKEY, L. S. B., LEAKEY, M. D. et al. 1965-71. *Olduwai Gorge.* Cambridge, Cambridge Univ. Press. v. I-III (18) (19) (20).
LEAKEY, M. D. 1970. “Early artefacts from the Koobi Fora area”. *Nature,* 226: 228-30 (17) (24).
__. 1971. *Olduwai Gorge, excavations in beds I and II - 1960-1963.* Cambridge, Cambridge Univ. Press, 306 p. (17).
LEAKEY, M. D., HAY, R. L., CURTIS, G. H., DRAKE, R. E., JACKES, M. K. & WHITE, T. D. 1976. “Fossil Hominids from the Laetolil beds”. *Nature,* 262: 460-6 (17).
LEAKEY, R. E. F. 1970. “New hominid remains and early artefacts from Northern Kenya”. *Nature,* 226: 223-4 (17).
__. 1971. “Further evidence of lower Pleistocene hominids from East Rudolf, North Kenya”. *Nature,* 231: 241-5 (17).
__. 1972. “Further evidence of lower Pleistocene hominids from East Rudolf, North Kenya; 1971”. *Nature,* 237: 264-9 (17).
__. 1973-a. “Evidence for an advanced Plio-Pleistocene hominid from East Rudolf, Kenya”. *Nature,* 242: 447-50 (17) (24).
__. 1973-b. “Further evidence of lower Pleistocene hominids from East Rudolf, North Kenya; 1972”. *Nature,* 242: 170-3 (17 (18).
__. 1973-c. “Skull 1470”. *Natural geographic, 143*: 818-29 (17) (18).
__. 1974. “Further evidence of Lower Pleistocene hominids from East Rudolf, North Kenya; 1973”. *Nature,* 248: 653-6 (17) (18).
LEAKEY, R. E. F., BUTZER, K. W. & DAY, M. H. 1969. “Early Homo Sapiens remains from the Omo River Region of South-West Ethiopia”. *Nature,* 222, 5199: 1137-43 (17).
LEAKEY, R. E. F. & ISAAC, G. L. 1972. “Hominid fossils from the area east of Lake Rudolf, Kenya: Photographs and a commentary on context”. In: WASCHBURB,

S. L. & DOLHINOW, P., ed. *Perspectives on human evolution.* San Francisco, Holt Rinehart & Winston. p. 129-40 (17) (18).
LEAKEY, R. E. F., MUNGAI, J. M. & WALKER, A. C. 1971. "New australopithecines from East Rudolf, Kenya". *AJPA,* 35: 175-86 (17).
__. 1972. "New australopithecines from East Rudolf, Kenya, II". *AJPA, 36*: 235-51 (17).
LEAKEY, R. E. F. & WALKER, A. C. 1973. "New australopithecines from East Rudolf, Kenya, III". *AJPA,* 39: 205-22 (17).
LEAKEY, R. E. F. & WOOD, B. A. 1973. "New evidence for the genus Homo from East Rudolf, Kenya, II". *AJPA,* 39: 355-68 (17).
__. 1974-a. "A hominid mandible from East Rudolf, Kenya". *AJPA,* 41: 245-50 (17).
__. 1974-b. "New evidence for the genus Homo from East Rudolf, Kenya, IV". *AJPA,* 41: 237-44 (17).
LEBEUF, J. P. 1956. "La civilisation du Tchad". *Proc. III Intern. WAC*: *293*-6 (24).
__. 1962-a. *Archéologie tchadienne; les Sao du Cameroun et du Tchad.* Paris, Hermann (24).
__. 1962-b. "Caractères particuliers de la recherche historique en Afrique". *Revue de psychologie des peuples* (15).
__. 1969-a. "Essai de chronologic sao". In: ACTES I COLL. INTERN. ARCHÉOL. AFR. p. 234-41 (24).
__. 1969-b. *Carte archéologique des abords du lac Tchad.* Paris. CNRS. p. 171 + mapas (24).
LECLANT, J. 1956. "Le fer dans l'Egypte ancienne, le Soudan et l'Afrique". In: ACTES COLL. INTERN. FER. p. 83-91 (28).
LEE, D. N. & WOODHOUSE, H. C. 1970. *Art on the rocks of Southern Africa.* Cape Town, London, Purnell (26).
LEE, R. B. 1966. "The kung bushman subsistence: An input/output analysis". In: DAMAS, D., ed. "Ecological essays". *Proc. Conf. Cult. Ecol., 230 (27).*
LEE, R. B. & DEVORE, I., ed. 1968. *Man the hunter.* Chicago, Aldine (19).
LEFEBVRE, G. 1949. *Romans et contes égyptiens de l'époque pharaonique.* Paris (28).
LEFEVRE, H. 1974. *La production de l'espace.* Paris, Anthropos (15).
LE GROS-CLARK, W. E. 1972. *The fossil evidence for human evolution.* 2. ed. Chicago, University of Chicago Press. 201 p. (18).
LEIRIS, M. & DELANGE, J. 1967. *Afrique noire, la création plastique.* Paris, Gallimard (Intr. Geral).
LENZ, O. 1884. *Timbuktu.* Leipzig. 2 V. (23).
LEPSIUS, C. R. 1863. *Standard alphabet for reducing unwritten languages and foreign graphic systems to a uniform orthography in European letters.* Londres, Williams & Norgate. XVIII + 315 p. (12).
__. 1880. *Nubische Grammatik.* Berlin. 506 p. (10) (12).
LEROI-GOURHAN, A. 1943. *L'homme et la matière.* In: *Evolution et techniques.* Paris, Albin-Michel. V. I (Concl.).
__. 1945. *Milieu et techniques.* In: *Evolution et techniques.* Paris, Albin-Michel. V. II (Concl.).

__. 1969. *Sur le "mode de production asiatique"*, Paris, Editions Sociales (Concl.).
__. 1974. "Analyses polliniques, préhistoire et variations climatiques quaternaires". In: COLLOQUES INTERNATIONAUX DU CNRS. *219*: 61-6. "Les méthodes quantitatives d'étude des variations du climat au cours du Pléistocène".
LEROY, P. 1953. "La préhistoire à Brazzaville et dans le Moyen Congo". *Liaison,* 31: 39-43 (21).
LESLAU, W. 1949. "Revue d'essai comparatif sur le vocabulaire et la phonétique du chamito-sémitique". *LG,* 25 (10).
__. 1963. *Etymological dictionary of Harari.* Los Angeles, Berkeley, Univ. California Press (11).
LE TOURNEAU, R. 1954. "Les archives musulmanes en Afrique du Nord". *Archivum, 4.*
LEVAILLANT, G. 1790. *Travels from the Cape of Good Hope into the interior parts of Africa.* Londres (6).
LEVI-PROVENCAL, E. 1922. *Les historiens des Choria, essai sur la littérature historique et biographique du Maroc du XVI^e au XX^e siècle.* Paris (6). ,
LEVTZION, N. 1968. "Ibn-Hawqual, the cheque and awdaghost". *JAH,* 9, 2: 223-33 (24).
__. 1971. "The early states of the Western Sudan to 1500", In: AJAYI, J. F. A. & CROWDER, M., eds. *History of West Africa.* London, Longman. v. I, p. 120-37 (24).
LEWICKI, T. 1961. "Les historiens biographes et traditionalistes de Ibadites". *Folia Orientalia,* 3, Cracóvia (6).
__. 1971. "The Ibadites in Arabia and Africa". *CHM,* XII, *1*: 51-130 (5).
LEWIN, S. Z. 1968. "The conservation of limestone objects and structures". *Study of Weathering of Stones.* Paris, ICOMOS. v. I, p. 41-50 (9).
LHOTE, H. 1958. *A la découverte des fresques du Tassili.* Paris, Arthaud (23).
__. 1966. "La route des chars de guerre libyens, Tripoli-Gao". *Archeologia,* 9: 28-35 (24).
__. 1970. "Les gravures rupestres du Sud oranais". *MCRAPE,* XVI., 208 p. (22).
__. 1976. *Vers d'autres Tassili.* Paris, Arthaud (26).
LHOTE, H. & KELLEY, H. 1936. "Gisement acheuléen de l'Erg d'Admer (Tassili des Ajjers)". *JSA,* 6: 217-26 (23).
LIBBY, W. F. 1955. *Radiocarbon dating.* 2. ed. Chicago, Chicago Univ. Press (28).
__. 1970. "Radiocarbon dating". *PTRS,* v. A. 269, 1193: 1-10, London (9).
LIBRA, L. 1963. "I Cinesi e l'Africa orientale". *Africa,* 18 (5).
LICHTENSTEIN, H. 1811-2. *Reisen in südlichen Afrika in den Jahren 1803, 1804, 1805, und 1806.* Berlin, C. Sulfeld. 2 v. (6) (12).
LINARES DE SAPIR, O. 1971. "Shell Middens of Lower Casamance and problems of Diola protohistory". *W AJA,* 1: 23-54 (24).
LININGTON, R. E. 1970. "Techniques used in archaeological field surveys". *PTRS,* v. A. 269, 1193: 89-108, London (9).
LIVINGSTONE, D. 1857. *Missionary travels and researches in South Africa.* London (6).
__. 1967. "Postglacial vegetation of the Ruwenzori mountain in Equatorial Africa". *Ecol. Monogr. (16).*

LIVINGSTONE, F. B. 1958. "Anthropological implications of sickle cell gene distribution in West Africa". *AA, 60,* 3: 533-62 (24).

LO, A. 1934. *Bindoum Cholofol ti arab toubab.* Saint-Louis (10).

LOMBARD, L 1935. "Quelques remarques sur le Quaternaire de l' Afrique tropicale équatoriale". *JSA,* V: 175-80 (21).

LOVEJOY, P. E. 1979. *Indigenous African slavery.* Slave studies conference. Univ. of Waterloo, Ontario.

LUCAS, A. 1962. *Ancient Egyptian materials and industries.* 4. ed., revised & enlarged by J. R. HARRIS, Londres, E. Arnold (9) (28).

LUCAS, C. P. Sir. 1887-923. *Historical geography of the Britisn colonies.* 15 v. (1).

LUCAS, J. O.1938. "Der hamitische Gehalt der Tschadchamistischen Sprachen". *ZES,* 28: 286-99 (12).

__. 1948. *The religion of the Yoruba in relation to the religion of Ancient Egypt.* Lagos, C.M.S. Bookshop. XII + 420 p. (24).

LUCAS, S. A. 1967. "Mythe et structure politique luba – Problèmes sociaux congolais". *L' Etat traditionnel luba,* 79 :93-116, Kinshasa. Deuxième partie (7).

LUDOLF, H. 1681. *Historia Aethiopica.* Francfort (6).

LUKAS, J. 1936. "The linguistic situation in the lake Chad area of Central Africa". *Africa,* 9: 332-49 (10).

LYNCH, H. R. 1967. *Edward Wilmot Blyden, pan-negro patriot; 1832-1912.* London (6).

MACAULAY, T. B. 1971. "Minute on Indian education of February 2, 1835". In: CURTIN, P. D., ed. *Imperialism.* New York, Walker. 13 p. (3).

MAC BURNEY, C. D. M. 1967. *The Haua Fteah (Cyrenaica) and the Stone Age of South East Mediterranean.* Cambridge, Cambridge Univ. Press (24).

MAC BURNEY, C. D. M. & HEY, R. W. 1955. *Prehistory and Pleistocene geology in Cyrenaican Libya.* Cambridge, Cambridge Univ. Press (23).

MAC CALL, D. F. 1969. *Africa in time's perspective.* New York, Oxford Univ. Press (Intr. Geral) (15).

MAC GAFFEY, W. 1974. "Oral tradition in Central Africa". *IJAHS,* VII: 417-26 (8).

MACGREGOR, J. K. 1909. "Some notes on Nsibidi". *JRAI,* v. 39: 215, 217, 219 (10).

MACIVER, D. R. & MACE, A. C. 1902. *El-Amrah and Abydos; 1899-1901.* London (28).

MAC NEISH, R. S. 1964. "Ancient Mesoamerican civilisation". *Science, 143* (27) .

MAES, E. 1924. "Notes sur les pierres taillées de Tundidarou". *BCEHS,* 31-8.

MAHABAVA, J. 1922. *The color bar in South Africa.* Lovedale (6).

MAITRE, J.-P. 1971. "Contribution à la préhistoire de l'Ahaggar, I, Tefedest central". *MCRAPE,* XVII, 225 p. (23).

MALCOM, X. 1967. *On Afro-American history.* New York, Merit Publishers (Intr. Geral).

MALEY, J. 1973. "Mécanisme des changements climatiques aux basses latitudes". *PPP,* 14: 193-227 (16).

MALOWIST, M. 1969. *L' Europe et l'Afrique au commencement de l'Exposition coloniale.* Varsovie (Intr. Geral).
MANESSY, G. 1971. "Les langues Gurma". *BIFAN (10).*
MANSO, P. 1877. *História do Congo.* Documentos. Lisboa (6).
MANTRAN, R. 1964. *Inventaire des documents turcs en Tunisie.* Paris (6).
MAQUET, L-J. 1961. "Une hypothèse pour l'étude des féodalités africaines". *CEA,* 6, 11: 292-314 (15).
__. 1971. *Pouvoir et société en Afrique.* Paris, Hachette (Concl.)
MARET, P. de. 1977-a. A paraître. "Premières datations pour des haches palies associées à la céramique au Bas-Zaïre". In: ACTES IX CONGR. UISPP.
__. 1977-b. A paraître. "Bribes, débris et bricolage". To: ACTES COLL. CNRS. *L' Expansion bantu.* (21).
MARET, P. de, NOTEN, F. van & CAHEN, D. 1977. "Radiocarbon dates from Central Africa: a synthesis". *JAH,* XXVIII, 4 (21).
MARIN, P. 1972. "Classification formelle automatique et industries lithiques. Interprétation des hachereaux de la Kamoa". *AMRAC,* 76 (21).
MARIN, P. & MOEYERSONS, J. 1977. "Subsurface movements of stone artefacts and their implications for the prehistory of Central Africa". *Nature, 266,* 5605: 812-5 (21).
MARIN, P. & MORTELMANS, G. 1973. "Un site tshitolien sur le plateau des Bateke (République du Zaïre)". *AMRAC,* 81. 46 p. (21).
MARLIAC, A. 1973. "Prospection archéologique au Cameroun". *CORSTOM,* X: 47-114 (21).
MARROU, H. L. 1954. *De la connaissance historique.* Paris, Seuil (Intr. Geral) (5) (6).
MARTIN, B. G. 1969. "Mai Idris of Bornu and the Ottoman Turks; 1576-78". In: STERN, S. M., ed. *Documents from islamic chanceries II.* Oxford (Intr. Geral) (5) (6).
MARTIN, D. & YANNOPOULOS, T. 1973. *Guide de recherches. L'Afrique noire.* Paris, A. Colin. 195 p. (15).
MARTIN DEL MOLINO, A. 1963. "Secuencia cultural en el Neolítico de Fernando Poo". *Trabajos de prehistoria. Seminario de historia primitiva dei hombre de la universidad de Madrid.* V. XVII (21) (24).
MARTINS, R. 1976. "A estação arqueológica da antiga Banza Quibaxe". *Contribuições para o estudo da antropologia portuguesa,* IX, 4: 242-306 Coimbra (21).
MARTY, P. 1927. *Les Chroniques de Oualata et de Nema.* Paris, Geuthner (6).
MARX, K. ed. de 1972. *Contribution à la critique de l'économie politique.* Paris, Editions Sociales (Concl.).
MARX, K. & ENGELS, F. ed. de 1952. *Formen.* Berlin, Dietz Verlag (Concl.).
__. ed. de 1968. *L'idéologie allemande.* Paris, Editions Sociales (Concl.).
MASATOSHI, N. & ROY COUDHURY, A. R. 1974. "Genetic variation within and between the three major races of man". *AJHG,* 26,421 (11).

MASON, R. J. 1962. *The prehistory of the Transvaal.* Johannesburg, Witwatersrand University Press (20).
MASSAQUOI, M. 1911. "The Vaï people and their syllabic writing". *JAS*: 10-40 (Intr. Geral).
MASSOULARD, E. 1949. "Préhistoire et protohistoire d'Egypte". *TMIE,* III (28).
MATHEUS, A. de. 1952. "Nota preliminar acerca da estação pré-histórica de Nham-passeré". *CRCIAO,* IV: 375-86.
MAUNY, R. 1947. "Une route préhistorique à travers le Sahara". *BIFAN, 9*: 341-57 (24).
__.1951. "Un âge de cuivre au Sahara Occidental?". *BIFAN,* 13, 1: 168-80 (24).
__. 1952-a. "Essai sur l'histoire des métaux en Afrique occidentale". *BIFAN,* 14: 545-95 (24).
__. 1952-b. *Glossaire des expressions et termes locaux employés dans l'Ouest Africain.* Dakar, IFAN (10).
__. 1955: "Contribution à l' étude du Paléolithique de Mauritanie". In: ACTES II CONGR. PPEQ. p. 461-79 (24).
__. 1955. "Les gisements néolithiques de Karkariehinkat". In: ACTES II CONGR. PPEQ. p. 616-9 (24).
__. 1957. "Buttes artificielles de coquillages de Joal-Fadioute". *NA,* 7, 75: 73-8 (24).
__. 1960. "Reviews of Cheikh Anta Diop's 'Nations nègres et culture' and 'l'Afrique Noire précoloniale". *BIFAN,* B, 22: 544-5 (24).
__. 1961. *Tableau géographique de l'Ouest Africain au Moyen Age, d'après les sources écrites, la tradition orale et l'archéologie.* Dakar, IFAN. 587 p. (5) (24) (25) (26).
__. 1963. "Contribution à la préhistoire et la protohistoire de la région de Kédougou (Sénégal oriental)". *BSA,* 5, 11: 113-22 (24).
__. 1968. "Commentaires sur 'West Africa before the Europeans' par Olivier Davies". *BIFAN,* B, 30: 1283-4 (24).
__. 1970. "Le périple d'Hannon, un faux célebre concernant les navigations antiques". *Archéologia,* 37: 78-80 (24).
__. 1971. *Les siècles obscurs de l'Afrique noire.* Paris, Fayard (5) (24).
__. 1973. "Datation au carbone 14 d'amas de coquillages des lagunes de Basse Côte-d'Ivoire". *WAJA,* 3: 207-14 (24).
MAUNY, R. & HALLEMANS, J. 1957. "Préhistoire et protohistoire de la région d'Akjoujt (Mauritanie)". *Proc. III* PCPQS: 248-61 (24).
MAZRUI, A. A. 1969. "European exploration and Africa's self discovery". *JMAS,* 7, 4 (6).
MAZRUI, S. A. 1944. *Tarikh al-Mazari.* Arabie MS in photostat in the possession of G.S.P. Freeman-Grenville (Intr. Geral) (5) (6).
MBITI, J. 1967. "Afrikaanse begrippen van tijd, gesehiedenis en de dood". *Africa,* 21, 3: 78-85 (7).
MEEK, C. 1931. *Tribal studies in Northern Nigeria.* London. 2 v. (10).
MEILLASSOUX, C. 1972. "L' itinéraire d'Ibn Battuta de Walata à Mali". *JAH,* 13, 3: 389-95 (24).

__. ed. de 1975. *L'esclavage en Afrique précoloniale.* Paris, Maspero. 17 estudos (Concl.).
__. 1975. *Femmes, greniers et capitaux.* Paris, Maspero.
__. 1977. *Terrains et théories.* Paris, Anthropos.
MEINHOF, C. 1904. *Linguistische Studien in Ost Africa.* MSOS (10).
__. 1906. *Grundzüge einer vergleichenden Grammatik der Bantu-sprachen.* Berlin (10).
__. 1912. *Die Sprachen der Hamiten.* Hamburg. XV + 256 p. (10) (12) (19).
__. 1919-20. "Afrikanische Wörter in Orientaliseher Litteratur". *ZES, 10*: 147-52 (12).
__. 1932. *An lntroduction to the phonology of the Bantu languages.* Berlin (Intr. Geral) (10).
MEKNASI, A. 1953. *Sources et bibliographies d'histoire marocaine du XVI^e^ siècle à la première moitié du XX^e^ siècle.* Rabat (6).
MENCHIN, O. & AMER, M. 1932, 1936. *The excavations of the Egyptian university in the Neolithic site at Maadi, first and second preliminary reports.* Cairo (25).
MERCIER, P. 1966. *Histoire de l'anthropologie.* Paris, PUF (Intr. Geral).
MERIVALE, H. 1861. *Lectures on colonization and colonies.* London (1).
METCALFE, G. E. 1964. "Great Britain and Ghana". *Documents on Ghana history, 1807-1957.* University of Ghana, London, T. Nelson & Sons (6).
MICHAEL, H. N. & RALPH, E. K. 1970. "Correction factors applied to Egyptian radiocarbon dates from the era before Christ". *Nobell Symposium, 12:* 109-20 (9).
MIGEOD, F. W. 1911. *The languages of West Africa.* London (10).
MILLER, J. 1976. *Kings and Kinsmen: Early Mbundu States in Angola.* Oxford (8).
MILLER, S. 1972. "A new look at the Tshitolian". *Africa-Tervuren,* XVIII, 3-4: 86-9 (21).
MINETTE DE SAINT-MARTIN. 1914. "Note sur une collection préhistorique saharienne". *Revue Africaine* (23).
MIQUEL, A. 1973-5. *La géographie humaine du monde musulman jusqu' au milieu du XI^e^ siècle.* Paris, La Haye. 2 v. (5).
MISCHLISH, A. & LIPPERT, J. 1903. *Beiträge zur Geschichte der Haussastaaten.* Berlin (Intr. Geral) (5) (6).
MOEYERSONS, J. 1975. "Evolution paléogéographique du site de la Kamon". *AMRAC,84* :18-46 (21).
__. 1977. "The behaviour of stones and stone implements buried in consolidating and creeping Kalahari Sands". *Earth Surface Processes,* Leeds.
MOFFAT, R. 1842. *Missionary labours and scenes in Southern A frica.* London (6).
__. 1945. *Matabele journals; 1829-1860.* ed. J. P. R. Wallis London, Chatto & Windus (6).
MOHAMMADOU, A. & E. 1971. "Un nouveau manuscrit arabe sur l'histoire du Mandara". *Revue camerounaise d'histoire,* I (Intr. Geral).
MOKHTAR, H. & HEYMOWSKI, A. 1965-6. *Catalogue provisoire des manuscrits mauritaniens en langue arabe préservés en Mauritanie.* Nouakchott-Stockholm (Intr. Geral) (5) (6).
MOLEMA, S. M. 1920. *The Bantu, past and present.* Edimburg (6).
MONIOT, H. 1962. "Pour une histoire de l'Afrique noire". *Annales,* I (15).
__. 1965. "Les sources orales dans le problème des sourees de l'histoire de l'Afrique noire jusqu'à la colonisation européenne". *Rap.* 12^e^ *CISH,* II: 198-208 (15).

MONOD, T. 1932-a. "L'Adrar Ahnet. Contribution à l'étude d'un district saharien". *TMIE,* 19. 200 p. (23).

__. 1932-b. *Contribution à l'étude archéologique d'un district saharien.* Paris, Larose (Concl.).

__. 1945. "La structure du sahara atlantique". *Trav. IRS,* 3: 27-55 (23).

__. 1957. "Découverte de nouveaux instruments en os dans l'Ouest africain". *Proc. III PCPQS*: 242-7 (24).

__. 1958. *Majabat al-Koubra. Contribution à l'étude de "l'empty quarter" ouest saharien.* Mém. IFAN, 52. 406 p. (23) (Concl.).

__. 1963. "The Late Tertiary and Pleistocene in the Saharan and adjacent southerly regions". In: HOWELL, F. C. & BOURLIERE, F., eds. *African ecology and human evolution.* New York, Viking Fund Publications in Anthropology, 36 (16) (23).

__. 1969. "Le 'Macden Ijäfen': une épave caravanière ancienne dans la Majabat al-Koubra". In: ACTES I COLL. INTERN. ARCHÉOL. AFR.: 286-320 (24).

MONOD, T. & MAUNY, R. 1957. "Découverte de nouveaux instruments en os dans l'Ouest africain". *Proc. III PCPQS (24).*

MONTEIL, V. 1965. "Les manuserits historiques arabo-africains". *BIFAN,* B, XXXVII (Intr. Geral) (6).

MONTFRANS, H. M. van. 1971. *Palaeomagnetic dating in the North Sea Basin.* Rotterdam, Prince N. V. (16).

MOODIE, D. 1960. *The record of a series of official papers relative to the conditions and treatment of the native tribes of South Africa.* Amsterdam, Balkema (6).

MOORSEL, H. van. 1959. *Esquisse préhistorique de Léopoldville.* Léopoldville, Musée de la Vie Indigène (Concl.).

__. 1968. *Atlas de préhistoire de la plaine de Kinshasa.* Kinshasa, Pub. Univ. Lovanium. 288 p. (21).

MORE, B. 1969. "Contribution du Liberia à la science de la communication par écrit". *Symposium du Festival Panafricain d'Alger* (Intr. Geral).

MOREAU, R. E. 1963. "Vicissitudes of the African biomas in the Late Pleistocene". *Proceedings of the Zoological Society of London,* 141: 395-421.

MOREL, J. 1953. "Le Capsien du Kahnguet el Mouhaâd". *Libyca,* I: 103-19 (22).

MORENO, M. 1940. *Manuale di Sidamo.* Roma, Mondadori (10).

MORET, A. 1950. *Histoire de l'Orient.* 2. ed. Paris, PUF (Concl.).

MORGAN, E. 1973. *La fin du surmâle.* Paris, Calman-Lévy (Concl.).

MORGAN, W. B. & PUGH, J. C. 1969. *West Africa.* London. 188 p. (14).

MORI, F. 1965. *Tadrart Acacus. Arte rupestre e culture del Sahara preistorico.* Turin, Einaudi. 260 p. (23) (24).

MORITZ, B. 1892. *Sammlung arabischer Schriftstücke aus Zanzibar und Oman mit einem Glossar.* Stuttgart-Berlin (Intr. Geral) (5) (6).

MORNER, N. A. 1973. "Climatic changes during the last 35,000 years as indicated by land, sea, and air data". *Boreas,* 2: 33-53 (16).

__. 1975. “Eustatic amplitude variations and world glacial changes”. *Geology,* 3: 109-10 (16).
MORRISON, R. B. & WRIGHT, H. E. J. ed. de 1968. “Means of correlation of Quaternary sueeessions”. *Proc. VII Congr. INQUA,* 8 (16).
MORTELMANS, G. 1952-a. “Les dessins rupestres gravés, ponctués et peints du Katanga. Essai de synthèse”. *AMRCB*: 33-55 (21).
__. 1952-b. *Contribution à l'étude des cultures pré-abbevilliennes à galets taillés du Katanga: Le site Mulundwa,* 1. Bruxelles, Publieations de la Soe. Roy. Belge d'Anthrop. et de Préhist. (21).
__. 1952-c. “Les industries à galets taillés (Pebble Culture) du Katanga”. In: ACTES II CONGR. PPEQ. p. 295-8 (21).
__. 1953-a. “La Pebble Culture africaine, source des civilisations de la pierre”. *BSRBAP,* LXV (21).
__. 1953-b. “Vue d'ensemble sur le quaternaire du bassin du Congo”. In: ACTES III CONGR. UISPP. p. 114-26 (21).
__. 1957-a. “Le Cenozoïque du Congo Belge”. *Proc. III PCPQS*: 23-50 (21).
__. 1957-b. “La préhistoire du Congo Belge”. *Revue de l'Université de Bruxelles,* Bruxelles. 54 p. (21).
__. 1957-c. “The Early Pebble Culture of Katanga”. *Proc. III PCPQS*: *214-6* (21).
__. 1959. “Préhistoire et protohistoire du Bas-Congo Belge, une esquisse”. *Volume de Homenagem ao Prof. Doutor Mendes Corrêa.* Porto, Soe. Port. Anthrop. Ethno. p. 329-44 (21).
__. 1962. “Vue d'ensemble sur la préhistoire du Congo oecidental”. In: ACTES IV CONGR. PPEQ. p. 129-64 (21).
MORTELMANS, G. & MONTEYNE, R. 1962. “Le Quaternaire du Congo occidental et sa chronologie”. In: ACTES III CONGR. PPEQ. p. 97-132 (21).
MOSCATI, S. 1964. *An introduction to the comparative grammar of the semitic languages.* Wiesbaden (10).
MUKAROVSKY, H. G. 1966. “Uber die Stellung der Mandesprachen”. *Anthropos,* 61: 679-88 (12).
MULLER, O. K. 1923. *Geschichte der ersten Hottentotenmission 1737-1744.* Hermhut (6).
MULLER, F. 1863. *Die Musiksprache in Zentral Africa.* Wien (10).
__. 1867. *Reise der österreichischen Fregate 'Novara' um die Erde in den Jahren* 1857, 1858, 1859. *Linguistischer Teil.* Wien, Staatsdruckerei (12).
__. 1876-84. *Grundrisse der Sprachwissenschait.* Wien, A. Holder. 4 v. (12).
MUNSON, P. 1968. “Recent archaeological research in the Ohar Tichitt region of South-Central Mauretania”. *WAAN, 10*: 6-13 (23) (24).
__. 1970. “Corrections and additional comments concerning the 'Tichitt Tradition'”. *WAAN,* 12: 47-8 (24).
MURDOCK, G. P. 1959. *Africa. Its peoples and their culture history,* New York. McGraw-Hill Book Company. XIII + 456 p. (Intr. Geral) (3) (10) (12).

MURRAY, G. W. 1920. "The Nilotic languages, a comparative essay". *JRAI* (10).

al-MuRsHIDI, Hamid bin Al-Hasan b. Hamid Bá Fajin. 1937. *A History of the Walis of Lamu.* Arabic text with draft translation (Intr. Geral) (5) (6).

MUSÉE D'ETHNOGRAPHIE ET DE PRÉHISTOIRE DU BARDO. 1956. Álbum n. 1, Collections préhistoriques, Paris, AMG (33).

MUZUR, A. & NOSEK, E. 1974. "Metal examination of iron objects from Niani". *AATA, 11,* I (9).

MYINT, H. 1964. *The economics of the developing countries.* London, Hutchinson. 192 p. (3).

NATIONAL ACADEMY OF SCIENCES, Washington, D.C. 1975. *Understanding climatic change. A program for action.* United States Committee for the Global Atmospheric Research Programo 239. p. (16).

NENQUIN, J. 1957-8. "Opgravingen te Sanga". [Fouilles à Sanga]. *Gentse Bijdragen tot de Kunstgeschiedenis en de Oudheidkunde.* XVIII: 289-311 (21).

__. 1967. "Contribution to the study of the prehistoric cultures of Rwanda and Burundi", *AMRAC,* 59 (19) (21). *Inventaria archeologica africana.* Tervuren (Concl.).

NEWBURY, e. W. 1965. *British policy towards West Africa. Select documents; 1786-1894.* Oxford (6).

NEWMAN, P. & MA, R. 1964. "Comparative chadic: phonology and lexicon". *JAL,* 5, 3: 218-51 (10) (12).

NIANE, O. T. 1960-a. "Recherches sur l'Empire du Mali". *Etudes Africaines,* Conakry (7).

__. 1960-b. *Soundjata ou l'Epopée mandingue.* Paris, Prés. Afr. (3) (7).

__. 1970. "Notes sur les fouilles de Niani, ancienne capital e du Mali". *WAAN,* 12 : 43-6 (24).

NIELSEN, O. J. 1970. "Human remains". *Scandinavian joint expedition to Sudanese Nubia.* Copenhagen-Oslo-Stockholm (28).

NILSSON, E. 1931. "Quaternary glaciations and pluvial lakes, in British East Africa". *GA,* 13 : 249-349 (16).

__. 1940. "Ancient changes of climate in British East Africa and Abissinia: A study of ancient lakes and glaciers". *GA,* XXII, 1-2: 1-79 (16) (21).

__. 1949. "The pluviais of East Africa: An attempt to correlate Pleistocene changes of climate". *GA,* XXXI, 1-4: 204-11 (21).

__. 1952. "Pleistocene climatic changes in East África". *Proc. II PCPQS*: 45-55 (24).

NKETIA, H. J. 1975. *History and organisation ot music in West Africa.* Legon, Institute of African Studies of Ghana (Intr. Geral).

NORDSTROM, H. A. 1972. "Neolithic and A-Group Sites". *Scandinavian joint expedition to Sudanese Nubia.* Copenhagen-Oslo-Stockholm, Scandinavian Univ. Books (25) (28).

NORRIS, E. 1841. *Outlines of a vocabulary of few of the principal languages of Western and Central Africa.* London, J. W. Parker. VII + 213 p. (12).

NORRIS, T. 1968. *Shinqiti folk literature and songs.* Oxford (6).

NOTEN, F. van. 1968-a. "Note sur l'Âge de la pierre récent dans la région des lacs Mokoto (Kivu, Congo)". *BSRBAP,* 79: 91-101 (21).

__. 1968-b. "The Uelian. A culture with a Neolithic aspect, Uele-Basin (N.E. Congo RepubIic)". *AMRAC,* 64. XIV + 154 p. (21).
__. 1969. "A ground axe from Burundi". *Azania,* IV: 166 (21).
__. 1971. "Excavation at Munyama Cave". *Antiquity;* XLV, 177: 56-8 (21).
__. 1973. "Mystificatic en Archeologie in Noord-Zaire". [Mystification et archéologie au Nord-Zaire]. *Africa-Tervuren,* XIX, 4: 97-102 (21).
__. 1977. "Excavations at Matupi Cave". *Antiquity,* LI, *201*: 35-40 (21).
__. 1978. "The Early Iron Age in the interlacustrine region". *JAH,* XIX, I (21).
NOTEN, F. & E. van. 1974. "Het Ijzersmelten bij de Madi". [La fonte du fer chez les Madi]. *Africa-Tervuren;* XX, 3-4: 57-66 (21).
NOTEN, F. van, CAHEN, O., MARET, J. de, MOEYERSONS, J. & ROCHE, E. [Em preparação]. *The Archaeology of Central-Africa.* Graz, Akademische Druck-u, Verlagsanstalt (21).
NOTEN, F. van & HIERNAUX, J. 1967. "The Late Stone Age industry of Mukinanira, Rwanda", *SAAB,* 22, IV: 151-4 (21).
OAKLEY, K. P. 1961. "Man the tool-maker". In: BRITISH MUSEUM. *Natural History.* 5. ed. (19).
OBENGA, T. 1970. "Méthodologie en histoire africaine: Sources locales". *Africa*, XXV (Intr. Geral).
__. 1973. *L' Afrique dans l'Antiquité.* Paris, Prés. Africaine (10).
O'BRIEN, T. P. 1939. *The prehistory of Uganda Protectorate.* Cambridge, Cambridge Univ. Press. 319 p. (21).
OLABIYAL, J. 1968. *Remarques sur l' état actuel des recherches linguistiques au Dahomey.* Paris, Prés. Afr. (10).
OLDEROGGE, O. 1966. "Ecritures méconnues de l'Afrique noire". *Le courrier de l'Unesco (10).*
OLDEROGGE, O. & POTEKINE, I. 1954. *Les peuples de l'Afrique.* Moscou (Intr. Geral).
OLIVER, R. 1966. "The problem of the Bantu expansion". *JAH,* 7, 3 (12).
__. 1973. "African studies in London; 1963-1973". *Proc. III Intern. WAC* (não publicado) (3).
OLSSON, I. U. 1973. "The radiocarbon dating of Ivory Coast shell mounds". *WAJA,3*: 215-20 (24).
ONDE, H. 1963. "La géographie régionale et le monde africain". *Genève-Afrique,* II, 2: 149-62 (4).
ORGAN, R. M. 1968. *Design for scientific conservation of antiquities.* London, Butterworths. XI + 497 p. (9).
ORHONLU, C. 1972. "Turkish archival sources about Ethiopia". *Proc. 4th ICES* (Intr. Geral) (5) (6).
ORLOVA, A. S. 1967. *Histoire de l'Afrique au XIXe siècle et au début du XXe siècle.* Moscou, Institut d' Afr. de I'URSS (Intr. Geral).

OUSSEDIK, O. 1972. "Les bifaces acheuliens de I'Erg Tihodaine: analyse typométrique". *Libyca, 20 (22).*
OZANNE, P. 1964. "Notes on the later prehistory of Accra". *JHSN,* 3, 1: 3-23 (24).
__. 1966. "The Anglo-Gambian stone circles expedition". *WAAN,* 4: 8-18 (24).
__. 1969. "The diffusion of smoking in West Africa". *Odu,* N.S., 2: 29-42 (24).
__. 1969. "A new archaeological survey of Ife". *Odu,* 3, 1: 28-45 (24).
__. 1971. "Ghana", SHINNIE, P. L. *African Iron Age.* Oxford, Clarendon Press. p. 35-65 (24).
PADMORE, G. 1961. *Panafricanisme ou communisme.* Paris, Prés. Afr. 14 (Intr. Geral).
PAGER, H. 1971. *Ndedema.* Graz, Akademische Druck.
__. 1975. *Stone Age myth, and magic.* Akademische Druck.
PALMER, H. 1928. *Sudanese memoirs being mainly translations of a number of Arabic manuscripts relating to the Central and Western Sudan.* Lagos (5) (6).
PANKHURST, R. 1967. *The royal Ethiopian chronicles,* Oxford (6).
PARENKO, P. & R. P. & HEBERT, 1. 1962. "Une famille ethnique; les Gan, les Padoro, les Dorobe, les Komono". *BIFAN,* B, I, XXIV: 3, 4, 6.
PARKINGTON, J. & POGGENPOEL, C. 1970. "Excavations at De Hangen, 1968". *SAAB,* XXVI: 3-36 (20).
PATTERSON, J. R. 1926. *Kanuri songs.* Lagos (6).
PAULME, D. 1956-a. "Les sculptures de l'Afrique noire". Paris, PUF (Intr. Geral).
__. 1956-b. *Parures Africaines.* Paris, Hachette (Intr. Geral).
__. 1960. *Les civilisations africaines.* Paris, PUF (Intr. Geral).
PAYDDOKE, E. 1963. *The scientist and archaeology.* London, Phoenix House. XIII + 208 p. (9).
PEDELABORDE, P. 1970. *Les Moussons.* Paris, Colin-U2 (16).
PELLETIER, A. & GOBLOT, 1.-1. 1973. *Matérialisme historique et histoire des civilisations.* 2. ed. Paris, Editions Sociales (Concl.).
PENDER CUTLIP, P. 1972. "Oral traditions and anthropological analysis: Some contemporary myths". *Azania,* VII: 3-24 (8).
__. 1973. "Encyclopedic informants and early interlacustrine history". *IJAHS,* VI: 468-79 (8).
PERLMAN, I. & ISARO, F. 1969. "Pottery analysis by neutron activation". *Archaeometry,* 11: 21, 52 (8).
PERRET, R. 1937. "Une carte des gravures rupestres et des peintures à l'ocre de l'Afrique du Nord". *JSA,* VII, *71*: 107-123 (8).
PERROT, C. 1974. "Ano Aseman: mythe et histoire". *JAH,* XV: 199-212 (8).
PERSON, Y. 1962. "Tradition orale et chronologie". *CEA,* 7, II, 3 (7).
__. 1963. "Classe d'âges et chronologie". *Latitudes.* n. especial (15).
__. 1968. *Samori. Une révolution dyula.* Dakar, IFAN. 3 v. (3).
PETRIE, W. M. F. 1901. *The royal tombs of the first dynasty.* London (28).
__. 1920. "Prehistoric Egypt". *BSAE* (23) (28).

__. 1921. "Corpus of prehistoric pottery and palettes". London (23).
__. 1939. *The making of Egypt.* London (25) (28).
__. 1953. "Ceremonial slate palettes". *BSAE,* LXVI (25) (28).
PETRIE, W. M. F., MACKAY, E. & WAINWRIGT, G. 1912. *The labyrinth, Gerzeh and Mazghunah.* London (28).
PEYROUTON, M. 1966. *Histoire générale du Maghreb.* Paris, A. Michel (Intr. Geral).
PHILIPS,I. 1928. *Researches in South Africa.* London. 2 v. (6).
PHILlPSON, D. W. 1976. "The Early Iron Age in Eastern and Southern Africa: a critical re-appraisal". *Azania,* XI : 1-23 (21).
PIAS, 1. 1967. "Chronologie du dépôt des sédiments tertiaires et quaternaires dans la cuvette tchadienne". *CRAS,* 264: 2432-5 (24).
PICARD, G. C. 1971. "Le Périple d'Hannon n'est pas un faux". *Archeologia, 40*: 54-9 (24).
PIGAFETTA, F. & LOPEZ, D. ed. de 1965. *Description du royaume de Congo et des contrées environnantes.* 2 ed. rev. Trad. e notas de Willy Bal. Louvain (1) (4).
PIVETEAU, 1.1973. *Origine et destinée de l'homme.* Paris, Masson. 167 p. (18).
PIOTROVSKY, B. 1967. "The early dynasty settlement of Khor-Daoud". *Campagne internationale de l'Unesco pour la sauvegarde des monuments de la Nubie.* Cairo, Service des Antiquités de l'Egypte (25).
PIRENNE, J. 1932. *Histoire des institutions et du droit privé de l'Ancienne Egypte.* Bruxelles, FondationEgyptologique Reine Elisabeth (28).
PLAA T J E, S. T. 1916. *Native life in South Africa before and since the European war and the Boer rebellion.* London (6).
__. 1930. *Mhudi: An epic of South Africa native life a hundred years ago.* Lovedale (6).
PLENDERLEITH, H. J. 1962. *The conservation of antiquities and works of art.* London, Oxford Univ. Press. XV + 376 p. (9).
PLOEY, J. de. 1963. "Quelques indices sur l'évolution morphologique et paléoclimatique des environs du Stanley-Pool (Congo)". *Studia Universitatis Lovanium,* 17.16 p. (21).
__. 1965. "Position géomorphologique, genèse et chronologie de certains dépôts superficiels au Congo Occidental". *Quaternaria,* VII: 131-54 (21).
__. 1968. "Quaternary phenomena in the Western Congo". *Proc. VII Congr. INQUA,* 8: 500-18 (21).
__. 1969. "Report on the Quaternary of the Western Congo". *Palaeoecology of Africa, the surrounding islands and Antarctica,* IV: 65-8 (21).
POIRIER, J. 1969. *Histoire de l'ethnologie.* Paris, PUF (Intr. Geral).
POLOTSKY, H. 1964. "Egyptian at the dawn of civilisation". *The world history of the Jewish people,* sér. I. (10).
POMMERET, Y. 1965. "Notes préliminaires à propos du gisement lupembien et néolithique de Nodjobé". *Mém. SPPG,* n. 45 p. (21).
__. 1966. "Principaux types d'outils de tradition forestière (Sangoen-lupem-bien-tchitolien) découverts à Libreville". *BSPPG,* 11, 4: 29-47 (21).

__. 1966. "Les outils polis au Gabon". *BSPPG,* 11, 6: 163-79 (21).
POND, W. P. et al. 1938. *Prehistoric habitation sites in the Sahara and North Africa*. Wisconsin, The Logan Museum, Beloit College (23).
PORTER, B. & Moss, R. L. B. 1927. *Topographical bibliography of Ancient Egyptian hieroglyphic texts, reliefs and paintings.* Oxford, Clarendon Press (28).
PORTERES, R. 1950. "Vieilles agricultures de l'Afrique intertropicale". *AT*: 9-10 (27).
__. 1951-a. "Géographie alimentaire, berceaux agricoles et migrations des plantes cultivées en Afrique intertropicale". *CRSB*: 239-40 (27).
__. 1951-b. "Eleusine coracana Gaertner, céréale des humanités pauvres des pays tropicaux". *BIFAN,* 23: 1-78 (24).
__. 1958. "Les appellations des céréales en Afrique". *JATBA,* 5 (24).
__. 1960. "La monnaie de fer dans l'Ouest africain au XIX" siècle", *Recherche africaine,* 4 (15).
__. 1962. "Berceaux agricoles primaires sur le continent africain". *JAH,* 3, 2: 195-210 (14) (24) (27).
__. 1972. "Le millet coracan ou Finger Millet". *Burg. Wart. Symp.* 56 (24).
POSENER, G. 1940. *Princes et pays d'Asie et de Nubie.* Bruxelles, Fond. Egyptol. Reine Elisabeth (28).
__. 1960. "De la divinité de Pharaon". *CSA,* 15 (28).
POSENER, G., SAUNERON, S. & YOYOTTE, J. 1959. *Dictionnaire de la civilisation égyptienne.* Paris, Hazan (28).
POSNANSKY, M. 1969. "The prehistory of East Africa". In: OGOT, B. A. & KIERAN, J. A. *Zamani, A survey of East African history,* Nairobi-London, Longmans & Co. Ltd. p. 49-68 (19).
__. 1971. "Ghana and the origins of West African trade". *Africa quarterly;* II: 110-25 (24).
PRESENCE AFRICAINE. 1971. *Perspectives nouvelles sur l' histoire africaine.* Paris (5).
PRICHARD, J. C. 1855. *The natural history of man.* 4. ed. London, H. Ballière. 2 v. (12).
PRIDDY, A. J. 1970. "An Iron Age site near Yelwa, Sokoto Province: Preliminary report". *WAAN,* 12: 20-32 (24).
PRINS, A. H. J. 1953. *East African age class systems.* Groningen (15).
__. 1958. "On Swahili historiography". *JEASC,* LXXVIII, 2 (5) (6).
QUEZEL, P. & PONS, A. 1957. *Première étude palynologique de quelques paléo-sols sahariens.* Alger, IRS (4).
RABIE, H. 1972. *The financial system of Egypt.* London (5).
RADCLIFFE-BROWN, A. R. & FORDE, D. *Systèmes familiaux et matrimoniaux en Afrique.* Paris, PUF (Intr. Geral).
RALPH, E. K., MICHAEL, H. M. & HAN, M. G. 1973. "Radiocarbon dates and reality". *MN,* 9, 1: 1-20 (9).
RAMENDO, L. 1963. "Les galets aménagés de Reggan (Sahara)". *Lihyca,* II: 43-74 (22).
RANDLES, W. G. L. 1958. *South-East Africa and the empire of Monomotapa as shown on selected printed maps of the 16th century* . Lisboa (6).

__. 1974. "La civilisation bantu, son essor et son déclin". *Annales,* 29,2 (27).
RANGER, A. O. 1962. "Emerging themes of African history". *International Congress of African Historians.* Dar-es-Salam (15) (Intr. Geral).
__. 1967. *Revolt in Southern Rhodesia. A study in African resistance.* Londres, Heinemann. XII + 403 p. (3).
RATTRAY, R. S. 1923. *Ashanti.* Oxford, Clarendon Press (24).
REED, C. A. 1964. "Natural history study of Karkur Oasis, Libyan desert". *Postilla-Peabody Museum,* 84 (25).
__. 1965. "A human frontal bone from the Late Pleistocene of the Kom-Ombo Plain". *Man,* 95: 101-4 (25).
__. 1967. *Preliminary report on the archaeological research of the Yale University, Prehistoric expedition to Nubia;* 1962-1963. Cairo, Antq. Depart. Egypt. (25).
REES, A. R. 1965. "Evidence for the African origin of the oil palm". *Principes,* 9: 30-6 (24).
REINDORF, C. C. 1889. *The history of the Gold Coast and Asante.* Basle, n. d. 1 C. 183 (3).
REINISEH, L. 1891. *Die Kunama-Sprache in Nord-Ost Afrika.* Vienne (10).
REISNER, G. A. 1910. *Archaeological survey of Nubia; report for 1907-1908.* Cairo, National Printing Dept. V. I (28).
__. 1923. *Excavations at Kerma.* Cambridge, Harvard African Studies (28).
RENAN, E. 1855. *Histoire générale et système comparé des langues sémitiques.* Paris, Impr. Roy. VIII + 499 p. (1).
REVUE de géographie physique et de géologie dynamique. 1976. "Oscillations climatiques au Sahara depuis 40000 ans". Paris, Masson. (n. especial) (16).
REYGASSE, M. 1922. "Note au sujet de deux civilisations préhistoriques pour lesquelles deux termes nouveaux me paraissent devoir ètre employés". In: ACTES 46e CONGR. AFAS. p. 467-72 (23).
__. 1923. "Découverte d'outillage moustérien à outils pédonculés atériens dans le Tidikelt, Oued Asriouel, région d'Aoulef Chorfa". In: ACTES 46e CONGR. AFAS. p. 471-2 (23).
RHODENBURG, H. 1970. "Morphodynamische Activitats -und Stabilitatszeiten statt Pluvial -und Interpluvialzeiten". *Eiszeitalter und Gegenwart,* 21: 81-96 (21).
RHODENBURG, H. & SABELBERG, U. 1969. "Zur landschaftsokologisch-bodengeographischen und klimagenetischgeomorphologischen Stellung des westlichen Mediterrangebiets". *Gottinger Bodenkundliche Berichte,* 7: 27-47 (16).
RHOTERT, H. 1952. *Libysche Felsbilder.* Darmstadt, L.C. Wittich (23).
RICHARD, Ab. 1869. "Sur la découverte de silex taillés dans le sud de l'Algérie". *Matériaux pour l'histoire primitive de l'homme.* 4: 74-5 (23).
RICHARD, C. de. 1955. "Contribution à l'étude de la stratigraphie du quaternaire de la presqu'île du Cap Vert (SénégaI)". *BSPF,* 52: 80-8 (24).
RICHARDSON, J. L. & RICHARDSON, A. E. 1972. "History of an African rift lake and its climatic implication". *Ecol. Monogr.,* 42: 499-534 (16).

RIGHTMIRE, G. P. 1974. *Comments on race and population history in Africa.* New York (11).

ROBERT, D. 1970-a. "Les fouilles de Tegdaoust". *JAH,* 11, 4: 471-93 (24).

__. 1970-b. "Report on the excavations at Tegdaoust". *WAAN,* 12: 64-8 (24).

ROBERT, D. & S. & DEVISSE, J. 1970. *Tegdaoust I, Recherches sur Aoudaghost.* Paris, AMG (24).

ROBERTS, A D. 1967. "Oral traditions of the peoples of Tanzania". *EAJ, 12*: 23-5 (7).

__. 1968-a. *Recording East Africa' s past: A briei guide for the amateur historian.* Dar-es-Salam (7).

__. 1968-b. "Oral tradition through the Sieve: notes and comments on the second conference on Tanzania's oral history". *EAJ*: 35-8 (7).

__. 1968-c. *Tanzania before 1900.* Nairobi, East African Publishing House. XX + 162 p. (3).

ROCHE, E. 1963. *L' Epipaléolithique marocain.* Lisboa (22).

__. 1975. "Analyse palynologique du site archéologique de la Kamoa". In: CAHEN, D. *Le site archéologique de la Kamoa (région du Shaba, République du Zdire). De l'Age de la pierre ancienne à l'Age du fer. AMRAC,* 84: 331-7 (21).

RODIER, J. 1963. "Hydrologie du continent africain". *Enquète sur les ressources naturelles du continent Africain.* Paris, Unesco. p. 185-226 (13).

ROGNON, P. 1974. "Modifications naturelles du cycle hydrométéorologique depuis 10000 ans. Leur utilisation pour la prévision climatique à long terme". *Influence* (16).

ROSENFELD, A 1965. *The inorganic raw minerals of Antiquity,* London (14).

__. 1972. "The microlithic industries of Rop Rock Shelter". *WAJA,* v. II: 17-28 (24).

ROTBERG, R. J., dir. 1971. *Africa and its explorers: Motives, methods, and impact.* Cambridge, Mass. (6).

ROTBERG, R, 1. & MAZRUI, A A, ed. 1971. *Protest and power in black Africa.* New York, Oxford University Press. XXX + 1274 p. (3).

ROTBERG, R. J. & ROUBET, C. 1966. "Présentation comparative d'un gisement côtier, des environs de Berard, à l'ouest d'Alger". In: CONGR. PRÉHIST. FRANÇAIS. Ajaccio, p. 109-28 (22).

__. 1968. "Nouvelles observations sur l'Epipaléolithique de l'Algérie orientale. Le gisement de Koudiat Kifene Lahda". *Libyca,* 16: 55-101 (22).

__. 1972. "The microlithic industries of Rop Rock Shelter". *WAJA,* 2: 17-28 (24). [no prelo]. *Une économie pastorale pré-agricole en Algérie orientale. Le néolithique de tradition capsienne. L'exemple de l'Aurès (22).*

ROUBET, C. 1968. *Le gisement du Damous el Ahmar.* Paris, AMG (21) (22).

__. 1971. "Sur la définition et la chronologie néolithique de tradition capsienne". *Anthropologie,* 75: 553-74 (22) (24).

RUBIN, A. 1970. "Review of Philip Allison's 'African stone sculpture' and Franck Willett's 'Ife in the history of West African sculpture'". *Art bulletin,* 72, 3: 348-54 (24).

RUFFIÉ, J. 1976. *De la biologie à la culture.* Paris, Flammarion. 598 p. (Intr. Geral) (10).

__. 1977. "Génétique et anthropologie". *Science et vie, 120* [Hors série] (11).

RYDER, A F. C. 1965. *Materials for West African history in Portuguese archives.* London (6) (24).

__. 1965. "A reconsideration of the Ife-Benin relationship". *JAH,* 6, 1: 25-37 (24).

SABERWAL, S. 1967. "The oral tradition, periodization and political system". *CJAS,* I: 157-62 (7).

SAID, R. *The geological evolution of the River Nile (16).*

SALEH, S. A, GEORGE, A W. & HELMI, F. M. 1972. "Study on glass and glass-making processes at Wadi-El-Natrum, 18t. part. Fritting crucibles, their technical features and temperature employed". *Studies in conservation,* 17: 143-70, London (9).

SAMB, A. 197L "Langues négro-africaines et leurs emprunts à l'arabe". *NA* (10).

SAMPSON, C. G. 1972. "The Stone Age industries of the Orange Riverscheme and South Africa". *Memoirs of the National Museum Bloemfontain, 6* (20).

__. 1974. *The Stone Age archaeology of Southern Africa.* Academic Press, New York (20).

SANCHO, 1. 1781. *Letters of the late I. Sancho, an African ... to which are prefixed memoirs of his life.* London. 2 V. (6).

SANDER, E. R. "The Hamitic hypothesis, its origin and function in time perspective". *JAH,* X, 4: 521-32 (Intr. Geral) (12).

SANDFORD, K. S. & ARKELL, W. J. 1929. *Palaeolithic man and the Nile-Fayum divide.* Oriental Institute Publication, *10* (23).

SAPIR, D. 1973-4. "Linguistics in Sub-Saharan Africa". In: SEBEOK, T. A, dir. *Current trends in linguistics.* Paris-La Haye, Mouton (10) (12).

SAUER, C. O. 1952. "Agricultural origins and dispersion". *BML,* 2 (27).

SAUNDERS, A. M. C. 1964. *World population: Past growth and present trends.* London (14).

SAUVAGET, J. 1946. *Historiens arabes.* Paris, A. Maisonneuve. (Intr. Geral).

__. 1961. *Introduction à l'histoire de l'Orient musulman.* Paris (5).

SAVAGE, G. 1967. *The art and antique restorers handbook.* London, Barris & Rockliff. 142 p (9).

SAVARY, P. 1966. "Monuments en pierres sèches du Fasnoun". *MCRAPE, 6.* 78 p. (23).

SAYCE, R. U. 1933. *Primitive arts and crafts.* Cambridge, Cambridge University Press. XIII + 291 p. (24).

SAYRE, E. V. & MEYERS, P. 1971. "Nuclear activation applied to materials of art and archaeology". *AATA,* 8, 4: 115-50 (9).

SCHAPERA, L 1933. *The Early Cape Hottentots described in the writings of Olfert Dappr,* 1668, *Willem Ten Rhyne,* 1668, *and Johannes Guliemus de Grevenbroek,* 1695. Cape Town (6).

SCHARFF, A. & MOORGAT, A. 1950. *Agypten und Vorderasien im Altertum.* München, F. Bruckmann (28).

SCHEUB, H. 1975. *The Ntsomi: A Xhosa performing art.* Oxford (7).

SCHLOZER, A L. von. 1781. In: EICHHORN, J. G. *Repertorium für biblische und morgenlandische Literatur.* Leipzig, Wiedmanns Erben und Reich. 1777-86. 18 parties. Parte VIII (12).

SCHMITZ, A 1962. "Les Muhulu du Haut-Katanga méridional". *BJBE,* XXXII, 3 (21).

__. 1971. “La végétation de la plaine de Lubumbashi (Rép. Dém. Congo)”. *Publ. INEAC, 113*: 11-388 (21).
SCHNELL, R. 1957. *Plantes alimentaires et agricoles de l’Afrique noire.* Paris, Larose (Intr. Geral) (27).
SCHOLLAR, I. 1970. “Magnetic methods of archaeological prospecting advances in instrumentation and evaluation techniques”. *PTRS,* 269, 1193: 103-19 (9).
SEBEOK, T. A, dir. 1963-74. *Current trends in linguistics.* Paris-La Haye, Mouton (10) (12).
SECK, A & MONDJANNAGNI, A 1967. *L’Afrique occidentale.* Paris, PUF. 290 p. (13).
SEDDON, D. 1968. “The origins and development of agriculture in East and Southern Africa”. *CA,* 9, 5: 489-94 (24) (27).
SELIGMAN, G. 1930. *Races of Africa.* London (10).
SERVANT, M. & S. & DELIBRIAS, G. 1969. “Chronologie du Quaternaire récent des basses régions du Tchad”. *CRAS,* 269: 1603-6 (24).
__. 1973. “Séquences continentales et variations climatiques: Evolution du bassin du Tchad au Cénozoíque supérieur”. *MORSTOM.* 348 p. (16).
__. 1974. “Les variations climatiques des régions intertropicales du continent africain depuis la fin du Pléistocène”. *13e journée de l’hydraulique, Soe. Hydrotech. Fr.* (16).
SETHE, K. 1930. *Urgeschichte und alteste Religion der Agypter.* Leipzig, F. A Brickhaus (28).
SEYDOU, C., ed. 1977. *La Geste de Ham-Bodédio ou Hama le Rouge.* Paris, A Colin. *[Classiques Africains, 18]* (2).
SHAW, Th. 1944. “Report on excavations carried out in the cave known as Bosumpra at Abetifi, Kwahu, Gold Coast Colony”. *Proceedings of the prehistoric society, 10* : 1-67, Cambridge (24).
__. 1960. “Early smoking pipes: in Africa, Europe and America”. *IRAI (24).*
__. 1961. *Excavation at Dawu.* Edimbourgh, Nelson. VIII + 124 p. (24).
__. 1962. “Chronology of excavation at Dawu”. *Man,* 72: 217 (24).
__. 1963. “Field research inNigerian archaeology”. *lHSN,* 2, 4: 449-64 (24).
__. 1964-a. *Archaeology in Nigeria.* Ibadan, Ibadan University Press (24).
__. 1964-b. “Smoking in Africa”. *SAAB, 19,* 75: 75-6 (24).
__. 1965-a. “Spectrographic analyses of the Igbo and other Nigerian bronzes”. *Archaeometry,* 8: 86-95 (24).
__. 1965-b. “Akure excavations: Stone Age Skeleton 9000 BC”. *AN,* 3: 5-6 (24).
__. 1967. “Terminology”. *WAAN,* 7: 86-95 (24).
__. 1969-a. “Further spectrographic analyses of Nigerian bronzes”. *Archaeometry, II*: 85-98 (24).
__. 1969-b. “The later Stone Age in the Nigerian forest”. In: ACTES 1er COLL. INTERNAT. ARCHAEOL. AFR. p. 364-74 (24).
__. 1969-c. “On radiocarbon chronology of the Iron Age in Sub-Saharan Africa”. *CA, 10*: 226-31 (24).
__. 1970. “The analysis of West African bronzes: A summary of the evidence”. *Ibadan, 20*: 80-9 (24).

__. 1971-a. "The Prehistory of West Africa". In: AJAYI, J. F. A & CROWDER, M. *History of West Africa.* London, Longmans (24).
__. 1971-b. "Africa in prehistory: Leader or laggard?". *JAH,* 12, 1: 143-53 (24).
__. 1971-c. *Igbo-Ukwu: An account of archaeological disooveries in Eastern Nigeria.* London, Faber & Faber. 2 V. (24).
__. 1972. "Early crops in Africa: A review of the evidence". *Burg, Wart. Symp.* 56 (24).
__. 1973. "Trade and the Tsoede bronzes". *WAJA,* 3: 233-8 (24).
SHELTON, A K. 1968. "Causality in African thought: Izbo and other". *PA,* 15,4: 157-69 (7).
SHEPPERSON, G. & PRICE, T. 1958. *Independent Africa. John Chilembwe and the origins, setting and significance of the Nyasaland native rising of 1915.* Edinburgh, Edinburgh University Press. X + 564 p. (3).
SHINNIE, P. L. 1967. *Meroe, a civilization of the Sudan.* New York, Washington (28).
__. 1971. *The African Iron Age.* Oxford, Clarendon Press (24) (28).
SIBRAVA, V. dir. 1975. *Quaternary glaciations in the Northern hemisphere.* Rapport n.02, Projet 73/1/24. Prague, Unesco. 151 p. (16).
SILVA REGO, A. da. 1949-58. *Documentação para a história das missões do Padreoda Português do Oriente,* 12. Lisboa (6).
SIMPSON, G. C. 1957. "Further studies in world climate". *JRMS,* 83: 459-85 (24).
SIMPSON, W. K., ed. 1972. *The literature oi Ancient Egypt,* New Haven-London (28).
SINGER, R. 1958. "The Rhodesian, Florisbad and Saldanha skulls". In: KOENIG-SWALD, G. H. R. von, ed. *Neandertal centenary*: 52-62 Utrecht (20).
SINGER, R. & WYMER, J. 1968. "Archaeological investigations at the Saldanha skull si te in South Africa". *SAAB,* XXV: 63-74 (20).
SINGH, G. 1973. "Late Quaternary changes in vegetation and climates in the arid tropics of India". In: ACTS IX CONGR. INQUA (16).
SMITH, A 1974. "Preliminary report of excavations at Karkarichinkat, Mali, *1972". WAJA,* 4 (24).
SMITH, H. F. C. 1958. "Source material for the history of the Western Sudan". *JHSN,* 1, 3: 238-48 (Intr. Geral) (5) (6).
__. 1961. "Arabic manuscript material bearing on the history of Western Sudan: a seventeenth century writer of Katsina". *BNHSN,* VI, 1 (Intr. Geral) (5) (6).
SMITH, H. S. 1966. "The Nubian B-Group". *Kush,* XIV: 69-124 (28).
SMITH, P. E. 1966-a. "The Late Paleolithic of Northern Africa in the light of recent researches". *AA,* 68: 326-55 (25).
__. 1966-b. "New prehistoric investigation at Kom-Ombo". *Zephyrus,* XVII (25).
__. 1967. "New investigations in the Late Pleistocene archaeology of the Kom-Ombo Plain". *Quaternaria,* IX (25).
SOGA, T. B. 1929. *Intlalo ka Zossa.* Lovedale (6).
SOMMER, F. 1953. *Man and beast in Africa.* London, 206 p. (14).
SOPER, R. C. 1965. "The Stone Age in Northern Nigeria". *JHSN,* 3, 2: 175-94 (24).

SOUVILLE, G. 1958-9. “La pèche et la vie maritime au Néolithique en Afrique du Nord”. *BAM,* 3: 315-44 (22).
__. 1973. *Atlas de préhistoire du Maroc.* “Maroe atlantique”. Paris, CNRS, Etudes d’antiquités africaines (22).
SOW, A. I. 1968. *Chroniques et récits du Fouta-Djalon.* Paris, Klineksieek. 262 p. (6).
SOWUNMI, M. A. 1973. “A preliminary palynological study in the Rivers Stat”. *Oduma,* I, 1: 13-4 (4).
SPARKS, B. W. & WEST; R. G. 1972. *The Ice Age in Britain.* London, Methuen. XVIII + 302 p. (24).
SPARRMAN, A. 1789. *A voyage to the Cape of Good Hope, towards the Antartic polar circle, and round the world, but chiefly into the country of the Hottentots and Caffres, from the year* 1772 *to* 1776. Perth (6).
STAINER, X. 1899. “L’Age de la pierre au Congo”. *AMRAC,* III. 24 p. (21).
STANTON, W. R. & WILLETT, F. 1963. “Archaeological evidence for changes in Maize type in West Africa: An experiment in technique”. *Man,* 63 (24).
STEWART, J. M. 1976. *Towards Volta-Congo Reconstruction.* Leyde (12).
STREEI,., M. 1963. *La végétation tropophylle des plaines alluviales de la Lujira moyenne.* Liège, *FULREAC* (21).
STROSS, F. H. & O’DONNALL, A. E. 1972. *Laboratory analysis of organic materials.* USA, Addison-Wesley Modular Publications, module 22 (9).
STROUHAL, E. 1976. *Problems of study of human races.* Prague (11).
STRUEVER, S., ed. 1971. *Prehistoric agriculture.* New York, Amerieam Museum Sourcebook in Anthropology (4).
STUVIER, M. & SUESS, H. E. 1966. “On the relationship between radiocarbon dates and true sample ages”. *Radiocarbon,* 8: 534-40 (9).
SURET-CANALE, J. 1964. “Les sociétés traditionnelles en Afrique tropicale et le concept de mode de production asiatique”. *Pensée,* 117: 21-42 (Concl.).
__. 1968. *Géographie, civilisations, histoire.* In: *Afrique noire occidentale et centrale.* Paris, Editions Sociales. v. I, 339 p. (Intr. Geral) (13).
SWADESH, E. 1966. “A preliminary glottochronology of Gur”. *JWAL* (10).
__. 1966. “Glottochronology”. *JWAL,* III (10).
SZUMOWSKI, G. 1956. “Fouilles de l’abri sous roche de Kourounorokale”. *BIFAN,* B, 18: 462-508 (24).
TAIEB, M. 1974. *Evolution quaternaire du bassin de l’Awash (Rift éthiopien et Afar).* [Tese] Paris. 2 t. (17).
TAIEB, M., COPPENS, Y., JOHANSON, D. C. & KALB, J. 1972. “Dépôts sédimentaires et faunes du Plio-Pléistocène de la basse vallée de l’Awash (Afar central, Ethiopie)”. *CRAS,* 275: 819-22 (17).
TAIEB, M., JOHANSON, D. C. & COPPENS, Y. 1975. “Expédition internationale de l’Afar, Ethiopie (3e campagne, 1974) découverte d’hominidés plio-pléistocène à Hadar”. *CRAS,* 281: 1297-1300 (17) (18).

TAIEB, M., JOHANSON, D. c., COPPENS, Y. & ARONSON, J. L. 1976. "Geological and paleontological background of Hadar Hominid Site, Afar, Ethiopie". *Nature, 260,5549*: 289-93 (16) (17).

TAIEB, M., JOHANSON, D. c., COPPENS, Y., BONNEFILLE, R. & KALB, J. 1974. "Découverte d'hominidés dans les séries plio-pléistocènes d'Hadar (bassin de l'Awesh, Afar, Ethiopie)". *CRAS,* 279: 735-8 (17).

TALBOT, P. A. 1923. *Life in Southern Nigeria: The magic, beliefs and customs of the Ibido Tribe.* London, Maemillan. p. 448-64 (10).

TARDITS, C. 1962. "Religion, épopée, histoire; notes sur les fonctions latentes des cultes dans les civilisations du Benin". *Diogène,* 37 (15).

TATTAM, C. M. 1944. *A review of Nigerian stratigraphy.* Annual report of the geological survey of Nigeria; 1943. Lagos, Government Printer (24).

TAUXIER, L. 1882. "Les deux rédactions du périple d'Hannon". *RA:* 15-37 (5).

TEILHARD DE CHARDIN, Pe. 1954. "Les recherches pour la découverte des origines humaines en Afrique au sud du Sahara". *Anthropologie* (Conel.).

__. 1955. "L'Afrique et les origines humaines". *Revue des questions scientifiques* (Concl.).

__. 1956. *Le groupe zoologique humain.* Paris (15).

THEAL, G. M. 1898-1903. *Records of South-Eastern Africa.* London. 8 v. (6).

__. 1897-1905. *Records of the Cape colony,* London. 36 v. (6).

THOMASSEY, P. & MAUNY, R. 1951. "Campagne de fouilles à Koumbi Saleh". *BIFAN,* 13, 1: 438-62 (24).

__. 1956. "Campagne de fouilles à Koumbi *Saleh". BIFAN,* B, 18: 117-40 (24).

THOMPSON, L. 1969. *African societies in Southern Africa.* London, Heinemann (Intr. Geral) (24).

TIME-LIFE BOOKS. 1972. "The missing link. Emergence of Man". sér. 3 (19).

TIXIER, J. 1957. "Le hachereau dans l'Acheuléen nord africain. Notes typologiques". *CR XV Congr. Préhist. Fr.*: 914-23 (22) (23).

__. 1958-59. "Les pièces pédonculées de l'Atérien". *Libyca,* 6, 7: 127-57 (22).

__. 1963. *Typologie de l'Epipaléolithique du Maghreb.* Paris, AMG (22). "Les industries lithiques de l' Aïn Fritissa". *BAM,* 3: 107-247 (22).

TOBIAS, P. V. 1967-a. *Olduwai George. The cranium of Australopithecus (Zinianthropus) boisei.* Cambridge, Cambridge Univ. Press. 264 p. (17).

__. 1967-b. "Cultural hominization among the earliest African Pleistocene hominid". *Proc. Prehist. Soc.,* 33: 367-76 (20).

__. 1968-a. "Middle and Early Upper Pleistoeene members of the genus Homo in Africa". *Sonderdruck aus Evolution und Hominization.* Stuttgart, G. Kurth, 176-94 (20).

__. 1968-b. *Man's past and future.* Fifth Raymond Dart lecture. Johannesburg, Witwatersrand Univ. Press (20).

TOBIAS, P. V. & COPPENS, Y. 1976. "Les plus anciens hominidés". In: ACTES IX CONGR. UISPP (17).

TRICART, J. 1956. "Tentative de corrélation des périodes pluviales africaines et des périodes glaciaires". *CRSGF*: 164-7 (16).

TRIGGER, B. G. 1965. *History and settlement in Lower Nubia.* New Haven, Yale University Pub. in Anthropology. p. 69 (28).
__. "Meroitic and Eastern Sudanic: A linguistic relationship?". *Kush,* v. 12 (12).
TRIGGER, B. G. 1969. "Meroe and the African Iron Age". *AHS,* 11 (28).
TSHUDI, J. 1955. *Nordafrikanische Feldsmalereien.* Florenee, Sansoni. 106 p. (23).
TUCKER, A. N. 1940. *The Eastern Sudanic languages.* London (10).
__. 1948. *Distribution of the Nilotic-Hamitic languages of Africa.* London (10).
TUCKER, A. N. & BRYAN, M. A. 1966. *Linguistic analyses: the non-Bantu languages of North-Eastern Africa.* London-New York-The Cape, Oxford Univ. Press. XV + 228 p. (10) (12).
TUREKIAN, K. K., ed. *Late Cenozoic Glacial Age.* New Haven, Vaie Univ. Press (16).
TURNER, L. D. 1955. "The odyssea of a Zulu warrior". *INH, 40,* 4 (6).
TWIESSELMANN, F. 1958. *Les ossements humains du gite mésolithique d'Ishango.* Mission J. de Heinzelin de Braueourt en 1950. Bruxelles, Institut des Pares Nationaux du Congo belge. 125 p. (21).
UCKO, P. J. & DIMBLEBY, G. W., dir. 1969. *The domestication and exploitation of plants and animais.* Chicago, Aldine. XXVI + 581 p. (24).
__. 1970. "The history of Africa". *CRM,* XII, 4: 527-605 (15).
__. 1972. "Les origines de l'homme". *Le courrier,* aoüt-sept. (n. spécial) (Concl.). UNESCO. 1965. *L'art de l'écriture.*
__. 1973. *Recueil sélectif de textes en arabe provenant d'archives marocaines,* pelo Prof. Mohammed Ibrahim El Kettani. Paris (Intr. Geral).
__. 1974. *Colloque scientifique international sur le peuplement de l' Egypte ancienne et le déchifiremeni de la langue méroitique.* Le Caire, 28 jan.-3 fév. (Intr. Geral).
US NATIONAL REPORT. 1971-4-5. "American Geophysical Union, 15th General Ass. International Union of Geology and Geophysics, Grenoble", *Rev. geophys. space phys.,* v. 13, 3. 1110 p. (16).
VAJDA, G. 1950. "Contribution à la connaissanee de la littérature arabe en Afrique oecidentale". *JSA,* XX: 229-37 (Intr. Geral) (5) (6).
VANDIER, J. 1952. "La préhistoire". In: -. *Manuel d'archéologie égyptienne.* Paris, Pieard. t. I, 1 (28).
VANDIER, J. & DRIOTON, E. 1962. "Les peuples de l'orient méditerranéen". In: -. *L'Egypte.* Clio. Paris, PUF. t. 11 (28).
VANSINA, J. 1961. *De la tradition orale: Essai de méthode.* Tervuren, Mémoire n. 36 du Musée Royal d'Afrique Central e (Intr. Geral) (7).
__. 1971. "Once upon a time: Oral traditions as history in Africa". Daedalus, *100,* 2 : 442-68 (7).
__. 1973. *The Tyo Kingdom of the Middle Congo; 1880-1892.* Oxford, Clarendon Press. XIX + 590 p. (3).
__. 1974. "Comment: Traditions of Genesis". *JAH,* XV: 317-22 (8).
VANSINA, J., MAUNY, R. & THOMAS, L. V. 1964. *The historian in tropical Africa.* Oxford, Oxford Univ. Press (Intr. Geral) (15).

VAUFREY, R. 1939. *L'art rupestre nord-Africain.* Paris, Institut de paléontologie humaine. Mém. 20. 127 p. (23).
__. 1946. "Le Néolithique de tradition capsienne au Sénégal". *Rivista disciencia prehistorica,* Rome (24).
__. 1949. "Le Néolithique paratoumbien, une civilisation agricole primitive du Soudan". *JEA,* 35 (Concl.).
__. 1953. "L'Age de la pierre en Afrique, exposé synoptique". *JSA,* XXIII : 103-38 (Concl.).
__. 1955, 1969. *Préhistoire de l'Afrique.* Paris, Masson. I. "Le Maghreb", II. "Au nord et à l'est de la Grande Forèt" (22) (23).
VAVILOV, N. I. 1935. "Sélection générale". In: -. *Bases théoriques de la sélection des plantes.* Moscou-Léningrad. t. I. 1 045 p. (14) (27).
__. 1951. "The origin, variation, immunity and breeding of cultivated plants". Selected writings. Trad. K. Staar. *Chronica botanica,* 13: 1-6 (27).
VERCOUTTER, J. 1959. "The gold of Kush". *Kush,* VII: 120-53 (28).
VERCOUTTER, J., BOTTERO, J. & CASSIN, E. 1967. *The New East, the early civilizations.* New York, Delacorte (28).
VERHAEGEN, B. 1974. *Introduction à l'histoire immédiate.* Paris,· Duculot (Intr. Geral) (15) (Concl.) .
VERMEERSCH, S. 1976. "L' Epipaléolithique dans la vallée du Nil". In: ACTES IX CONGR. UISPP (25).
VIA, Y. & M. 1974. *Sahara, milieu vivant.* Paris, Hatier (26).
VIDAL, O. E. 1852. In: CROWTHER, S. A. A vocabulary of the Yoruba languages. London, Seeleys (12).
VIDAL, P. 1969. *La civilisation mégalithique de Bouar. Prospections et fouilles.* 1962-1966. Paris, F. Didot. 132 p. (21).
VIGNARD, E. 1923. "Une nouvelle industrie lithique: Le Sébilien". *BIFAO,* 22: 1-76 (23).
VOEGELIN, C. F. & F. M. 1973. *Index of the world's languages.* Washington (12).
VOGEL, J. C. & BEAUMONT, P. B. 1972. "Revised radiocarbon chronology for the Stone Age in South Africa". *Nature,* 237: 50-1 (20) (24).
VOUTE, C. 1962. "Geological and morphological evolution of the Niger and Benue Valleys". *Proc. IV, PCPQS,* 1: 189-207 (24).
WAINWRIGHT, G. A. 1949. "Pharaonic survivals between Lake Chad and the West Coast". *JEA,* 35: 170-5 (24).
WAI-OGUSU, B. 1973. "Was there a Sangoan industry in West Africa?". *WAJA,* 3 : 191-6 (24).
__. 1974. "Pleistocene man in Africa with special reference to West Africa". *JHSN,* 7, 2: 357-68 (24).
WATTS, A. D. 1926. *The early hunters and explorers in South West Africa.* [Tese] Cape Town, Univ. of Cape Town (6).
WAYLAND, E. J. 1929. "Rift valleys and Lake Victoria". *CR XV^e CIG,* 11: 323-53 (21) (24).

__. 1934. "Rifts, rivers and rains and early man in Uganda". *JRAI,* 64: 332-52 (21) (24).
__. 1952. "The study of past climates in Tropical África". *PCP,* 1947: 66, Oxford, Blackwell (24).
WEBB, M. C. 1968. "Carneiro's hypothesis of limited land resources and the origins of the state: a Latin Americanist's approach to an old problem". *South Eastern Latin Americanist, 12,* 3: 168 (24).
WEBER, A. 1925. *The language family of Africa.* London (10).
WELMERS, W. 1973. *African language structures.* Los Angeles, Univ. of California Press (12).
WENDORF, F. 1965. *Contributions to the prehistory of Nubia.* Dallas, Fort Burgwin Research Center and Southern Methodist Univ. Press. 164 p. (23).
__. 1968. *The prehistory of Nubia.* Dallas, Fort Burgwin Research Center and Southern Methodist Univ. Press (16) (28).
WENDORF, F., SAID, R & SCHILD, R 1970. "Egyptian prehistory: Some new concepts". *Science,* 169: 1161-71 (24) (28).
WENDORF, F., LAURY, R L., ALBRITON, C. C., SCHILD, R, HAYNES, C. V., DAMON, P. E., SHAFIQUILLAH, H. & SCARBOROUGH, R. 1974. "Dates for the Middle Stone Age of East Africa". *Science,* 187: 740-2 (16).
WENDT, W. E. & REED, C. H. 1966. "Two prehistorical archaeological sites in Egyptian Nubia". *Postilla, 102*: 1-46 (25).
WERNER, A. 1915. *The language families of Africa.* London, Society for Promoting Christian Knowledge. VII + 149 p. (12) (10) .
__. 1930. *Structure and relationship of African languages.* London-New York, Longmans Green and Co. VII + 61 p. (10) (12).
WERNER, A. E. A. 1970. "Analysis of ancient metals". *PTRS,* 269, 1193 (9).
WESTCOTT, R. W. 1957. "Did the Yoruba come from Egypt?". *Odu,* 4 (24).
WESTERMANN, D. 1911. *Die Sudansprachen, eine sprachvergleichende Studie.* Hambourg, L. Friederichsen. VIII + 222 p. (12).
__. 1927. *Die westlichen Sudansprachen und ihre Beziehungen zum Bantu.* Mitteilungen des Seminars für Orientalische Sprachen. Den Haage, de Gruyter (12).
WESTPHAL, E. O. J. 1962. "On classifying Bushman and Hottentot languages". *ALS,* III: 30-48 (11).
__. 1966. "The non-Bantu languages of Southern Africa". In: TUCKER, A. N. & BRYAN, M. A. *Linguistic analyses.* London-New York-Cape Town (12).
WET, J. M. J. de, & HARIAN, 1. P. 1971. "The origin and domestication of Sorghum bicolor". *Econ. bot.,* 25: 128-35 (24).
WHEATLEY, P. 1964. *The land of Zanj: Exegetical notes on Chinese knowledge of East Africa prior to A.D. 1500.* London, Liverpool Essays (5).
WICKENS, G. E. 1975. Changes in the climate and vegetation of the Sudan since 20000 B.P. *CR VIII Reunion ABIFAT*: 43-65 (16).

WIERCINSKY, K. 1965. "The analysis of racial structure of early dynastic populations in Egypt". *Materialow practical anthropologicanich,* 72 (11).
WIESENFIELD, S. L. 1967. "Sickle cell trait in human biological and cultural evolution". *Science, 157* : 1134-40 (24).
WILKS, I. 1956. "Tribal history and myth". *Universitas,* 2-3 (Intr. Geral).
__. 1961. "Begho and the Mande". *JAH,* 2: 25-34 (24).
__. 1963. "The growth of Islamic learning in Ghana". *IHS,* 2, 4 (6).
__. 1975. "Do Africans have a sense of time?". *JAHS,* VIII, 2 (2).
WILLCOX, A. 1963. *The rock art of South Africa.* Johannesburg, Nelson (26) (Concl.).
WILLETT, F. 1960. "Ife and its archaeology". *JAH,* 2: 231-48 (15).
__. 1962-a. "The introduction of maize into West Africa: An assessment of Tecent evidence". *Africa,* 32: 1-13 (24).
__. 1962-b. "The microlithic industry from Old Oyo, Western Nigeria". In: ACTES IV CONGR. PPEQ. 2, p. 261-72 (24).
__. 1964. "Spectrographic analysis of Nigeria bronzes". *Archaeometry,* 7: 81-93 (9) (24).
__. 1966. "On the funeral effigies of Owo and Benin, and the interpretation of the life-size bronze heads from Ife". M*an,* 1: 34-45 (24).
__. 1967. *Ife in the history of West African sculpture.* London, Thames & Hudson (24).
__. 1968. "New light on the Ife-Benin relationship". *African Forum,* 3, 4, 4 (24).
__. 1969. "New radiocarbon dates from Ife". *WAAN,* 11: 23-5 (24).
WILLIAMS, M. A. J. 1966. "Age of alluvial clays in the Western Gezira, Republic of the Sudan". *Nature,* 211: 270-1 (16).
__. 1975. "Late Pleistocene tropical aridity synchronous in both hemispheres?". *Nature,* 253,5493: 617-8 (16).
WILLIAMS, M. A. J., CLARK, J. D., ADAMSON, D. A. & GILLESPIE, R. 1975. "Recent Quaternary research in Central Sudan". *BASEQUA,* 46 (16).
WILLIS, R. G. 1964. "Tradition history and social structure in Ufipa". *Africa,* 34, 4 : 340-51 (7).
WILSON, A. C. & SARICH, V. M. 1969. "A molecular timescale for human evolution". *PNAS,* 63, 4: 1088-93 (20).
WILSON, M. & THOMPSON, L. 1969-71. *The Oxford history of South Africa.* Oxford, Clarendon Press. 2 v. (3).
WILSON, W. 1966. "Temme and the West Atlantic group". *SLLR,* Indiana, 226, 9 (10).
WINKLER, H. A. 1937. *Volkerbewegungen im vorgeschichtlichen Oberiigypten im Lichte neuer Pelsbilderiunde.* Stuttgart (23).
__. 1939. *Rock drawings of Southern Upper Egypt,* London, Egypt Exploration Society. 2 v. (23).
WOLLIN, G., ERICSON, D. B. & WOLLlN, J. 1974. "Geomagnetic variations and climatic changes 2,000,000 BC-1970 AD". *Coll. CNRS, 219: 273-88* (16).
WORLD METEOROLOGICAL ORGANISATION. 1975. "WMO/IAMAR Symposium on long-term climatic fluctuations". *Proc. Norwich,* 421. WMO. 503 p. (16).

WRIGLEY, C. 1970. "Speculations on the economic prehistory of Africa". In: FAGE, J. D. & OLIVER, R. A. p. 69 (27).
WYMER, J. J.& SINGER, R. 1972. "Middle Stone Age occupational settlements on the Tzitzikama coast, Eastern Cape province, South Africa". In: UCKO, P. J., TRINGHAM, R & DIMBLEBY, G. W., ed. *Man, settlement and urbanism.* London. p. 207-10 (20).
YAMASAKI, F., HAMADA, C. & HAMADA, T. 1973. "Riken natural radiocarbon. Measurements VII". *Radiocarbon, 14,* 1: 223-38 (24).
YILBUUDO, J. T. 1970-1. *Tradition orale.* Mémoire: Séminaire de Koumi. Haute-Volta.
YORK, R N. 1973. "Excavations at New Buipe". *WAJA,* 3: 1-189 (24).
YOUNG, W. J. 1958. "Examination of works of art embracing the various fields of science". *Proceedings of the Seminar on application of sciences in examination of works of art.* Boston (9).
YOYOTTE, J. 1959. *Dictionnaire de la civilisation égyptienne.* Paris (28).
ZAHAN, D. 1963. *La dialectique du verbe chez les Bambara.* Paris (8).
ZAKI, A. & ISKANDER, Z. 1942. "Ancient Egypt Cheese". *ASAE,* XLI: 295-313 (9).
ZEISSL, H. V. 1955. "Athiopen und Assyrer in Agypten". *Agyptologische Forschungen.* Heft 14, Glügkstadt-Hamburg-New York, J. J. Augustin (28).
ZEUNER, F. F. 1950. *Dating the Past.* London, Methuen (16).
__. 1959. *The Pleistocene period, its climate, chronology and faunal successions.* London, Hutchinson Scientific and technical. 447 p. (16) (21).
ZIEGERT, H. 1967. *Dor el Gussa und Gehelben Ghaama.* Wiesbaden, F. Steiner. 94 p. (23).
ZINDEREN-BAKKER, E. M. van. 1967. "Upper Pleistocene and Holocene stratigraphy and ecology on the basis of vegetation changes in Sub-Saharan Africa". In: BISHOP, W. W. & CLARK, J. D., ed. *Background to evolution in Africa.* Chicago University Press (24).
__. 1975. *Paleoecology of Africa.* v. 1-9 (16).

Índice Remissivo

Ministério
da Educação

UNESCO HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA VOLUMES I-VIII

Durante muito tempo, mitos e preconceitos de toda espécie ocultaram ao mundo a verdadeira história da África. As sociedades africanas eram vistas como sociedades que não podiam ter história. Apesar dos importantes trabalhos realizados desde as primeiras décadas do século XX por pioneiros como Leo Frobenius, Maurice Delafosse e Arturo Labriola, um grande número de estudiosos não africanos, presos a certos postulados, afirmava que essas sociedades não podiam ser objeto de um estudo científico, devido, sobretudo, à ausência de fontes e de documentos escritos.

De fato, havia uma recusa a considerar o povo africano como criador de culturas originais que floresceram e se perpetuaram ao longo dos séculos por caminhos próprios, as quais os historiadores, a menos que abandonem certos preconceitos e renovem seus métodos de abordagem, não podem apreender.

A situação evoluiu muito a partir do fim da Segunda Guerra Mundial e, em particular, desde que os países africanos, tendo conquistado sua independência, começaram a participar ativamente da vida da comunidade internacional e dos intercâmbios que ela implica. Um número crescente de historiadores tem se empenhado em abordar o estudo da África com maior rigor, objetividade e imparcialidade, utilizando com as devidas precauções fontes africanas originais. No exercício de seu direito à iniciativa histórica, os próprios africanos sentiram profundamente a necessidade de restabelecer em bases sólidas a historicidade de suas sociedades.

Os especialistas de vários países que trabalharam nesta obra tiveram o cuidado de questionar as simplificações excessivas provenientes de uma concepção linear e restritiva da história universal e de restabelecer a verdade dos fatos sempre que necessário e possível. Esforçaram-se por resgatar os dados históricos que melhor permitissem acompanhar a evolução dos diferentes povos africanos em seus contextos socioculturais específicos.

Esta Coleção traz à luz tanto a unidade histórica da África quanto suas relações com os outros continentes, sobretudo as Américas e o Caribe. Durante muito tempo, as manifestações de criatividade dos descendentes de africanos nas Américas foram isoladas por certos historiadores num agregado heteróclito de *africanismos*. Desnecessário dizer que tal não é a atitude dos autores desta obra. Aqui, a resistência dos escravos deportados para as Américas, a "clandestinidade" política e cultural, a participação constante e maciça dos descendentes de africanos nas primeiras lutas pela independência, assim como nos movimentos de libertação nacional, são entendidas em sua real significação: foram vigorosas afirmações de identidade que contribuíram para forjar o conceito universal de Humanidade.

Outro aspecto ressaltado nesta obra são as relações da África com o sul da Ásia através do oceano Índico, assim como as contribuições africanas a outras civilizações por um processo de trocas mútuas.

Avaliando o atual estágio de nossos conhecimentos sobre a África, propondo diferentes pontos de vista sobre as culturas africanas e oferecendo uma nova leitura da história, a *História Geral da África* tem a indiscutível vantagem de mostrar tanto a luz quanto a sombra, sem dissimular as divergências de opinião que existem entre os estudiosos.

Nesse contexto, é de suma importância a publicação dos oito volumes da *História Geral da África* que ora se apresenta em sua atual versão em português como fruto da parceria entre a Representação da UNESCO no Brasil, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação do Brasil (Secad/MEC) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).